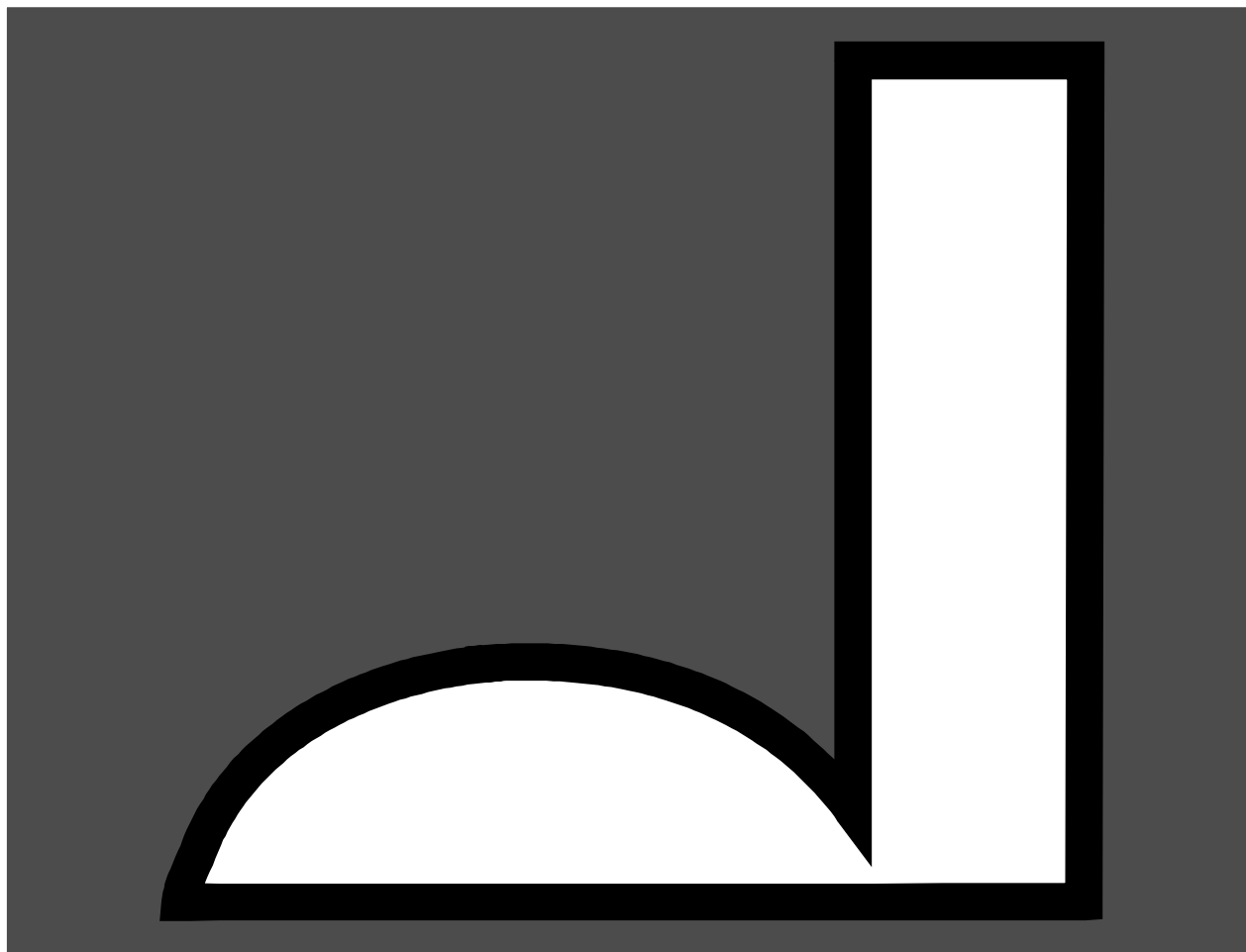




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
**(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)**

VOLUME IV/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488	1.2 – Contratos	
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Ata da 37ª Reunião, Realizada em 21/09/2005.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de mil e cinco, às dez horas, no Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Mauro Lopes, José Divino Darcisio Perondi, Chico Sardelli, Abelardo Lupion, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS” e a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, “PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 37ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a oitiva do Senhor Daniel Dantas, diretor-proprietário do Banco Opportunity. O Presidente convida-o para compor

a mesa e solicita que faça suas ponderações iniciais. O Presidente passa a palavra ao Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel que faz as primeiras inquirições, seguido do Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio. Fizeram uso da palavra para inquirições os seguintes parlamentares: Paulo Baltazar, Fernando Coruja, José Rocha, Zulaiê Cobra, Daniel Almeida, Arnaldo Faria de Sá, João Correia, Wladimir Costa, José Carlos Araújo, Perpétua Almeida, Luiz Couto, Gastão Vieira, Odair Cunha, Ana Júlia Carepa, Neucimar Fraga, Zico Bronzeado, Moroni Torgan, Eduardo Valverde, Antonio Carlos Mendes Thame, José Divino, Mauro Passos, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy, Ricardo Berzoini, Jefferson Peres e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e dez minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

3ª Reunião Conjunta das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos, Realizada no dia 21 de Setembro de 2005 às 10 Horas e 19 Minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA): Sob as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Conjunta das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos. Antes de dar início aos trabalhos, quero justificar a ausência do nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, que está hoje em Corumbá...

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Disputando com o Zeca do PT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): ... Participando da festa de aniversário dos 227 anos daquela próspera e aprazível cidade, pelo que peço vênha aos companheiros para apresentarem, em meu nome, em nome da Mesa e de todos os Parlamentares das duas Comissões, as nossas felicitações e a nossa alegria de ver uma cidade como Corumbá, terra do nosso querido Presidente Delcídio, em festa no dia de hoje. Parabéns Corumbá!--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quer dizer que ele é corumbaense? Corumbaiano?--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Corumbaense--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): De maneira que esclareço que esta reunião--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, ficamos todos satisfeitos com a presidência de V.Exa.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a gentileza e amabilidade que lhe é peculiar. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Daniel Dantas. Convido V.Sa. para tomar assento à Mesa para que inicie o seu depoimento, prestando os seus iniciais esclarecimentos. Por favor. Sobre a Mesa também, um expediente do Supremo Tribunal Federal: Medida Cautelar em *habeas corpus* nº 86.724, pela qual o “Ministro Gilmar Mendes, Relator, comunica que, nos autos da Medida Cautelar em *habeas corpus* nº 86.724, nos termos da decisão, cuja cópia segue anexa, deferi a liminar para que o paciente tenha assegurado o direito à não auto-incriminação. Ademais, solicito informações com urgência sob o alegado na petição. Atenciosamente, Ministro Gilmar Mendes, Relator”. Indago ao Plenário se desejam que eu leia o teor da decisão. Dispensada a leitura, vamos dar início aos trabalhos.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sr. Presidente, peço a palavra, aqui do outro lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra V.Exa, Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Eu queria questionar a V.Exa. em qual condição o Sr. Daniel Dantas vai depor. Ele vem como informante, testemunha, indiciado. Como é que é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Diante desta medida cautelar, ele vem como informante, até porque não vai prestar compromisso e está assegurado o direito à não auto-incriminação naquilo que ele julgar que o incrimina.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Sr. Daniel, gostaria de dizer a V.Sa. que recebemos do Supremo Tribunal Federal expediente comunicando a estas Comissões que foi concedida uma liminar assegurando-lhe o direito à não auto-incriminação. Então, V.Sa. tem o direito de responder quando achar que deve responder ou de não responder se assim achar conveniente. Sinta-se à vontade e gostaria de iniciar com os esclarecimentos iniciais de V.Sa, inclusive com a sua identificação, por favor.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Sr. Presidente, peço a palavra para uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. tem a palavra para uma Questão de Ordem.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Sr. Presidente, o senhor está presidindo muitíssimo bem a Sessão, até porque já chegou primeiro e o Sr. é o Vice-presidente da Comissão dos Correios da CPI Mista dos Correios. Nós temos o Presidente da Comissão Mista do Mensalão e Compra de Votos. É uma questão apenas de saber quem presidiria. O Presidente do Mensalão ou o Vice-presidente da Comissão Mista dos Correios, porque a convocação foi recíproca. As duas convocaram. As duas foram atendidas na convocação. Nós resolvemos fazer juntas até para ganhar tempo. Então, estou pedindo a V.Exa. esse esclarecimento para a gente tirar qualquer dúvida que possa existir.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Sr. Presidente, eu poderia sugerir que o critério o seguinte, não sei se foi este o entendimento, é que na primeira reunião conjunta das duas CPMIs, houve a Presidência ficou com a CPI da Compra de Votos. Então, me parece que poderia haver essa alternância. Não sei se é este o entendimento. Esta, como é a segunda, poderia ter a dos CORREIOS. É esta a sugestão que faço a todos os membros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. me socorreu, porque foi este o entendimento que me passou o ilustre Presidente Delcídio Amaral, que não está presente. Daí por que, nobre Deputada, quero dizer que não tenho o menor constrangimento se o meu ilustre amigo, o Senador Amir Lando, presidir. Mas, o entendimento que me passou o Presidente Delcídio Amaral foi este. Daí por que assumi a Presidência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço a palavra Pela Ordem.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Ele passou a V.Exa. o entendimento dele, da CPI dos Correios.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Um minuto, Sr. Deputado.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PSDB-SP): Sr. Presidente, o trabalho é difícil, importante, e eu gostaria que a gente começasse os trabalhos ouvindo quem veio aqui para ser ouvido porque a Nação quer importantes esclarecimentos sobre as questões relativas ao Sr. Daniel Dantas. O senhor hoje, é investido da Presidência. O senhor não é Vice-presidente. Hoje, aí, o senhor é o Presidente, e os trabalhos são difíceis e vão ser compartilhados.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nas ausências do Presidente, o Vice assume, excepcionalmente--

[tumulto]

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Por mais importante que sejam esses trabalhos, eu exijo respeito. Nós temos aqui a reunião de duas Comissões. As duas são importantes. Esta história de que a Comissão Mista dos Correios é mais importante do que a Comissão Mista do Mensalão e da Compra de Votos precisa acabar nesta Casa. Eu estou exigindo respeito. Eu estou pedindo a V.Exa. que nós tomemos uma atitude decente. Quem presidiu a outra Comissão Mista, das duas atuando, foi o Presidente Delcídio Amaral. Eu estava aqui, e eu presenciei. Portanto, não foi presidida pelo Presidente Amir Lando. E nós temos aqui um outro conceito. É o conceito dos mais velhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vou responder sem atrapalhar a Sessão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, ela não quer ouvir o depoente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos encontrar uma saída--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos ouvir o depoente--

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Peço a atenção do Plenário. Vou responder à nobre e ilustre Deputada por São Paulo, Sra. Zulaiê Cobra.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, eu quero dar uma contribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu vou responder à Deputada e logo em seguida eu darei a palavra a V.Exa. Nobre Deputada, em nenhum momento, a Mesa ou qualquer Membro das duas Comissões faltou com respeito a V.Exa, que nos merece todo o nosso respeito e admiração. Nós em absoluto, faltamos com respeito a V.Exa. e quero dizer que não tenho o menor constrangimento, volto a repetir, se vier a Presidir o meu ilustre amigo, o Senador Amir Lando. Não tenho, também, vaidade nenhuma--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V.Exa. chegou primeiro e sentou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): De maneira que, agora, no momento, eu estou investido da condição de Presidente da CPMI dos Correios. Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, como é uma reunião conjunta das duas Comissões, e V.Exa. é Vice-presidente de Comissão, e da outra Comissão está o Presidente titular, é lógico que ele assuma a Presidência dos trabalhos. Acabou. É isso o que diz o Regimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): O nobre Senador Amir Lando me pede a palavra.

SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Entendo que essa polêmica é desnecessária frente ao que diz o Estatuto. O Estatuto é muito claro, eu não faço nenhuma questão e não sei nem quem é mais idoso. Mas o que diz é o seguinte: “Artigo 103. O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta, com duas ou mais Comissões por iniciativa de qualquer uma delas, aceita, sob a direção do Presidente mais idoso ou ainda nos termos do Artigo 49”.--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Presidente aqui é só o senhor aqui, ele é Vice.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Declinem as idades para que a gente possa saber, vamos lá. O Asdrúbal tem 92. E V.Exa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos começar a reunião. Isso é coisa do PSDB e do PFL para não ouvir o depoente.

[tumulto]

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Assume aí, Amir Lando, vamos lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, tem que seguir o Regimento, o mais idoso preside--

[tumulto]

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem. Vamos encontrar uma saída conjunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, agradeço eu peço respeito. Acho que podemos encontrar, dentro daquilo que prevê o Regimento, uma saída conjunta e consensual. Na última reunião conjunta das duas CPMIs, quem presidiu foi o Senador Amir Lando por ser o mais antigo, o mais velho. A idade do Senador Amir Lando superava a idade do Senador Delcídio. Acho que V.Exa. s poderiam declinar as idades e, a partir daí, fariam um revezamento, até porque, humanamente, é impossível que qualquer um dos dois possa presidir--

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Revezamento se fosse o Presidente Delcídio Amaral. Mas não é o Presidente Delcídio.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputada Zulaiê Cobra, é humanamente impossível que qualquer um dos dois Presida a reunião por mais de 10 horas, como deve transcorrer a reunião. Não tem problema nenhum o revezamento.

SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu não tenho qualquer constrangimento. Eu não vou disputar

e não há nem o quê. Simplesmente é o seguinte, entendendo que não tem nenhum problema de revezamento, eu tenho revezado constantemente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Matéria irrelevante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos suspender a reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Peço vênica aos companheiros para decidirmos aqui internamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Tem V.Exa. a palavra, Pela Ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, o Regimento está claro. Quem for o mais idoso de V.Exa. s preside a reunião.

SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): É evidente, quando se trata dos Presidentes... Agora é evidente que nós... Ele assume, e vamos revezar sem nenhum problema...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai revezar, é o bom senso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Faz um revezamento saudável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos ouvir o banqueiro, para saber como ele fazia aquela mágica a favor do Opportunity.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a compreensão. Era isso o que buscamos fazer, independente de toda essa polêmica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai todo mundo aparecer na Globo, fiquem tranquilos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): O revezamento seria natural, até porque é humanamente impossível ficar aqui 12, 14 horas uma pessoa só dirigindo. Vamos começar os trabalhos ouvindo a qualificação e os esclarecimentos iniciais do depoente, Sr. Daniel Dantas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Membros da Mesa desta Comissão, bom dia. Meu nome é Daniel Dantas, sou o principal executivo do Opportunity Fund, empresa que detém participações acionárias em várias operadoras de telefonia, particularmente a BRASIL TELECOM, a TELEMIG e a TELE AMAZÔNIA, que estão sendo objeto das investigações desta Comissão. Gostaria de pedir para abrir mão de fazer uma explanação inicial e podermos entrar diretamente na parte das perguntas e poder preservar o direito, e se achar necessário e possível, de fazer essa explanação no curso do ques-

tionamento, na medida em que me fique mais claro qual é a natureza da curiosidade de V.Exas. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu gostaria que o depoente declinasse o nome da sua Advogada.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Da advogada? Daniele Silbergleid, aqui ao meu lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra o Sr. Relator Osmar Serraglio para a primeira inquirição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu tinha pedido Pela Ordem. Já que V.Exa. não deu, eu dispenso o pedido Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Peço escusa á V.Exa.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Pela Ordem, Sr. Presidente. Presidente Asdrúbal, Pela Ordem. Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra V.Exa. Pela Ordem.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, é por demais conhecido que o Sr. Daniel Dantas gosta muito de ouvir e pouco falar, mas acho que seria importante, de alguma maneira, que pelo menos ele expressasse o seu sentimento do sentido desta convocação. Era importante, que ele pelo menos expressasse o por que está aqui e quais são as suas pretensões nesta audiência? Ele é conhecido como alguém que tem muito costume de ouvir. Eu gostaria que ele falasse um pouco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): O ilustre depoente está acobertado por uma medida cautelar em *habeas corpus* que lhe permite, achar se é conveniente ou não. Se ele achar que isso importaria na auto-incriminação, ele pode calar. Eu indago a V.Sa. se deseja falar ou não?

[tumulto]

DEPUTADO CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Sr. Presidente, Pela Ordem. Sr. Presidente? Aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Sr. Presidente, a questão não é de *habeas corpus*. As razões por que o depoente está aqui nós as sabemos. Nós o convocamos. Nós convocamos o depoente para estar aqui, não é o depoente que sabe por que está aqui, nós sabemos... Nós o convocamos. Então, a pergunta é inócua. Agora, se o depoente quer fazer uma exposição antes ou depois, não é problema de ter ou não *habeas corpus*, é a vontade e a necessidade de fazer... Ele deixou claro que quer primeiro o que os Deputados querem perguntar, para que ele possa fazer a exposição--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa, até porque a exposição dele é livre. Ele a fará ou não. Com a palavra a ilustre Deputada Juíza Denise Frossard.

DEPUTADA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente, somente a título de uma pequena reflexão que eu submeto a V.Exa, cumprimentando a Mesa. Talvez fique fora, tanto para o depoente quanto para os Deputados e Senadores aqui, que quem fez o requerimento fez a justificação. Ou as pessoas que o fizeram. Então, seria bom que se lesse a justificação dos requerimentos daqueles fizeram os requerimentos para a oitiva e a partir daquilo se iniciam as perguntas pertinentes, para deixar um norte, digamos assim.--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. --

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, como Relator--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. , em parte, tem razão, mas acontece, que no momento em que foi feita a convocação, todos tomaram conhecimento da justificativa, dos motivos que levaram à convocação. De maneira que eu acho que é dispensável, neste momento, para maior celeridade dos trabalhos. Passo a palavra ao Sr. Relator--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Passo a palavra ao Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Convidado Daniel Dantas, de qualquer modo, já na direção do que o Plenário vem manifestando, é evidente que nós todos precisamos, para que possamos aprofundar o nosso questionamento, ter um suporte histórico básico do nosso informante, sobremaneira em relação a dois pontos que são cruciais, e

que são objeto da nossa investigação. Quais são os dois? Tudo que diz respeito à participação do informante em relação às concessionárias de serviço público, mais especificamente em relação às "Teles". E a par disso, a sua interlocução em relação aos fundos. De modo que a minha primeira pergunta ela já vai oportunizar essa resposta que se pretende e também traduz a justificativa do requerimento. A pergunta, Sr. Daniel, é a seguinte: Nós gostaríamos que cronologicamente V.Sa. nos indicasse, evidentemente naquilo que for de maior relevância, desde o primeiro momento em que participou de aquisições de Estatais, de que forma participou? E em que momento a sua interlocução se deu com os Fundos de Pensão. Um relato sintético a esse propósito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Muito obrigado.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Em 1996, a nossa empresa foi procurada pelo Citibank que tinha intenção e desejo de montar um fundo para investir na América Latina. Eles estiveram no Brasil, conversaram com alguns bancos de investimento, algumas empresas especializadas e nos escolheram para ser seus parceiros neste empreendimento. Tivemos a reunião com o Citibank, e eu disse a eles que não tinha condições de lhes auxiliar em investimentos na América Latina, eu podia apenas investir no Brasil, eu não detinha proficiência nos outros países e não achava que a sabedoria recomendava encampar uma responsabilidade daquela magnitude, num terreno no qual eu não tinha proficiência. Disse a eles que, se porventura quisessem investir nos outros países, talvez fosse mais prudente ou mais adequado escolher empresas de cada uma dessas nacionalidades. Na época, existia uma disposição do Banco Central Americano do qual eles não poderiam deter a maioria de um fundo de investimentos porque, se assim o fosse, teriam penalidades do ponto de vista contábil, iam ter que registrar esses investimentos como imobilizado, e isso traria desvantagens econômicas para a instituição. Nos foi então dito que, para que essa iniciativa pudesse se concretizar, era necessário captar recursos institucionais, outros adicionais aos recursos que seriam investidos pelo Citibank. O volume de investimentos que eles fariam era um volume expressivo e esse volume de investimento catalisaria e fomentaria outros investidores que nos acompanhariam nessas iniciativas. Havia uma perspectiva, que foi concretizada, de que pudéssemos trazer para o Brasil algo em torno de três bilhões de dólares. Eu, em conjunto com os representantes do Citibank, fomos ao Governo brasileiro, inicialmente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e pedimos e sugerimos que se fosse

possível, criar uma linha e uma estrutura que pudesse apoiar esse tipo de iniciativa. Fizemos uma primeira explanação do que se tratava esse tipo de fundo, que, em inglês, chama-se um fundo de *private equity*, mas, como acho melhor usar o termo em português, se pudesse arriscar uma tradução, um fundo de participações privadas. Hoje, nos países desenvolvidos, esse talvez seja a grande mola do capitalismo inovador nos Estados Unidos e na Europa. Existe mais ou menos um trilhão de dólares investidos nesses fundos. Toda a costa oeste americana é povoada de iniciativas que são fomentadas por esse tipo de estruturas, que são especializadas em captar recursos institucionais e aplicar recursos fomentando empreendedores, empresas, quer viabilizando novas iniciativas, quer mudando a equação gerencial de iniciativas já existentes, ou seja, reestruturando operações que já existiam. O Governo, na época, achou que seria interessante, e o BNDES criou uma linha para apoiar esse tipo de iniciativa e algumas outras vieram atrás. Nós precisávamos também captar recursos institucionais abordamos o único mercado institucional que existia no Brasil naquele momento, que eram os Fundos de Pensão. Depois de muito trabalho, conseguimos captar desses fundos um valor que era bastante inferior ao que traríamos de fora, mas que fechava a equação e conseguia atender aos requisitos legais para poder trazer os recursos do exterior. Nessas estruturas é comum... Qual é o papel do administrador do fundo de *private equity*? Ele identifica a oportunidade. Ele adquire o investimento; ele escolhe os gestores que vão tomar conta; que vão gerenciar esses investimentos; ele fixa metas e objetivos; ele fixa remuneração; ele tenta estudar o contexto para dar orientações estratégicas; ele cobra resultado; ele presta atenção se, porventura, em algum momento, esse investimento se torna conveniente de ser vendido e, se assim for, o vende ou o refinancia, ou seja, procura outro investidor para substituir aquele que já está com seu período maturado. Foi assim que procuramos os Fundos de Pensão e fizemos uma estrutura conjunta. Essa estrutura contou com algo diferente, porque, como toda atividade pioneira, ela esbarrou em algumas particularidades que tivemos que resolver com uma solução utópica, construída para aquela situação, que era basicamente a seguinte: O Citibank gostaria de ter seus investimentos feitos por meio de um fundo constituído nas Ilhas Cayman, por razões fiscais, nos Estados Unidos. Os investidores institucionais brasileiros interpretavam que, de acordo com a regra da Receita Federal, se ele, porventura, investisse em um fundo fora do Brasil, eles perderiam a isenção fiscal. Então, foi feita uma estrutura de mais de um fundo, que investiriam nas mesmas iniciativas e esses fundos

eram amarrados por contratos, para funcionar como se um fundo só fosse, basicamente para poder atender aos objetivos fiscais de cada um dos participantes e, ainda assim, tentar preservar o espírito da unidade inicial. Assim, começamos nessa iniciativa. Não sei se o senhor gostaria que eu discorresse mais um pouco: Como participamos, de que leilões participamos. Isso vai estender um pouco o tempo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Talvez abreviadamente, mas nós gostaríamos que essa estrutura societária fosse desenhada aqui.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Perfeitamente. Basicamente, três fundos funcionaram em TANDER(F): um fundo em que o Citibank era o único cotista; outro fundo em que clientes do Opportunity Fund, que já era um fundo nosso, eram os cotistas; e outro fundo em que investidores institucionais brasileiros e o BNDES eram os cotistas. Esses três fundos tinham a nossa responsabilidade da administração. E é comum--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Daniel, só essa estrutura de instituições brasileiras, quem seriam essas iniciais e qual a participação delas?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu vou pedir para pegar um papel porque posso lhe dar com precisão. Uma lista de participação dos fundos...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Para simplificar sua fala, a sua ligação comercial ou privada com o Citibank, essas coisas tudo, a nós não interessa. Nós gostaríamos que V.Sa. focasse, muito particularmente, os fundos relativamente ao Opportunity, essa ligação.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nesse fundo administrado pelo Opportunity, que foi captado dinheiro, a Previ detinha 26,92%; a FUNCEF, 19,42%; a SISTEL, 17,78%; o BNDESPAR, 7,17%; uma empresa nossa do Opportunity, 0,36%; a Valia, Fundação da Vale do Rio Doce, 4,53%; a FORLUZ, 2,72%; a CELUS, 1,81%; a FACHESF, 2,72%; a COPEL, 1,81%; a empresa privada também Delta, 0,54%; a TELUS, que é a Fundação da EMBRATEL, hoje privada, 4,98%.--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Daniel, V.Sa. teria condições de nos disponibilizar uma cópia desse material?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim, sem nenhum problema.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Enquanto não tivermos isso, V.Sa. teria condições de traduzir o que significou esse investimento da PREVI, em valores, na ocasião, e quanto seria hoje, atualizando a moeda, esses 26,92%, o da FUNCEF.--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A PREVI, na época, investiu 150 milhões. A FUNCEF, 110 milhões. O BNDES, 40 milhões. E os outros Fundos de Pensão em conjunto, 225 milhões.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quais são os Fundos de Pensão em conjunto, 225 milhões?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: 225 milhões de reais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quais são os fundos são? Que estão nessa...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu listei aqui na lista: era a SISTEL, que hoje é privada. A VALIA; a FORLUZ; a CELOS; a FACHESF; a COPEL. Se os senhores pedirem, posso mandar fazer um resumo detalhado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Seria interessante.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Perfeito. Estou anotando aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Bom, feita essa estruturação, quem negociou com V.Sa. nessa oportunidade? Quem eram os representantes desses fundos que fizeram essa negociação com V.Sa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Cada um dos fundos--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essencialmente desses maiores, os três ou os quatro maiores que foram anunciados.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Cada um desses fundos tinha uma administração. Eu, pessoalmente, não negocie com nenhum deles, eu pessoalmente [soa a campanha], não negocie com nenhum deles. As pessoas que trabalham comigo negociaram com os fundos. Eu me lembro da PREVI, especificamente, cujo Presidente era o Sr. Jair Bilachi. Dos outros fundos, eu não me lembro do nome dos administradores.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. está dizendo que não era V.Sa. que negociava essa construção?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Diretamente, não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem era?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eram pessoas que trabalhavam conosco, captadores que trabalhavam conosco no Opportunity. Tinham profissionais especiais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem eram esses captadores?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tinha o Maurício Gentil, que não trabalha mais conosco hoje; tinha o Carlos Rodenburg, que trabalhava conosco ainda; o Artur Carvalho. Eram pessoas que trabalharam conosco. As negociações foram muito demoradas; foi muito tempo de negociação, quase seis meses.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa., pessoalmente, não negociou com os Presidentes dos fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Eu, pessoalmente, não negocie com os fundos; eu negocie com o CITI.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Se V.Sa. negociou com o CITI, está dizendo que foi o CITI que negociou com os fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o CITI não negociou com os fundos. O CITI esteve com os fundos e fez uma apresentação com eles do que era a atividade de *private equity*. Eles tinham um volume imenso de investimentos nessa área, tinham mais de 300 empresas no mundo inteiro, investiam em todos os Continentes e fizeram uma apresentação aos fundos, mostrando como é que essa atividade era administrada por eles nos países em que eles a tinham. Mas o CITI não negociou com os fundos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu entendi o que V.Sa. disse que quem administraria seria o administrador do fundo.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O administrador dos três fundos seríamos nós.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, nessas circunstâncias, salvo eu não tenha acolhido adequadamente a informação, o Opportunity tinha 0,36%?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não. O Opportunity tinha 0,3% do fundo em que os investidores institucionais estavam investindo. O Opportunity tinha 100% de um outro fundo, e o Citibank tinha 3% de outro. Eram três fundos que estavam investindo em conjunto nessas iniciativas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, nesse universo dessa formação estrutural, qual é o capital?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe-me.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Investindo 150, 110, 40.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual era o total desse capital quando investido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O total de investimentos, quer dizer, dando uma ordem de grande-

za, através desse fundo, mais o fundo do CITI, mais o fundo do Opportunity era da ordem de três vezes esse montante.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Três vezes de qual montante?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Dos 560 que foram investidos pelos investidores institucionais brasileiros.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Os brasileiros investiram 560?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quinhentos e sessenta milhões como um todo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O Grupo CITI investiu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: 700 milhões de dólares.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. diz 560 refere-se a dólares?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, reais. Os fundos nacionais estão todos contabilizados em reais, e os fundos estrangeiros estavam contabilizados em dólares.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O CITI investiu 700...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: 700 milhões de dólares.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E o Opportunity investiu quanto?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Opportunity Fund deve ter investido... Eu não tenho aqui o número. Mas, te dou uma ordem de grandeza, deve ter sido da ordem de uns 200.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Uns 200 milhões de dólares.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): 200 milhões de dólares.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Talvez um pouco mais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quais teriam sido as empresas do Grupo Opportunity que teriam alocados esses 200 milhões de dólares?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Não foram empresas do Grupo Opportunity. Isso é investimento de um outro fundo administrado pelo Opportunity.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É por isso que eu insisto. Nós gostaríamos de saber, e a imprensa tem traduzido isso, é que o papel de V.Sa. é esse aqui, de administrador do Fundo. Portanto, não tem uma expressão econô-

mica interna na estruturação, mas comanda toda a sociedade.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É exatamente esse o ponto. Nós somos administradores de recursos de terceiros. E exatamente o que a imprensa está dizendo é o que nós fazemos. Nós captamos recursos para investir em um empreendimento. A crítica é mais ou menos feita da seguinte: se vocês não têm participação acionária expressiva, não deveriam, na verdade, ter o direito de comandar. O que acontece com essas estruturas de fundos é exatamente isto, gente que tem a proficiência, que consegue gerar a rentabilidade é quem gere. E os aplicadores aplicam o dinheiro com o objetivo de obter o retorno. Darei um exemplo, nós temos um fundo aberto, um fundo de ações aqui no Brasil, que também é um fundo gerenciado pelo Opportunity. Nós não temos a maioria dos recursos no fundo, mas vou dar um dado para os senhores que ontem, fazendo esse levantamento para trazer elementos para esta Comissão, nós fizemos as contas. Quem investiu 10 mil dólares neste fundo em 1985, teria hoje 5 milhões e 200 mil dólares. O objetivo do investidor é o retorno. O que o cotista do fundo que teria investido 10 mil dólares e que teria obtido esse rendimento fez do ponto de vista de influência? Nada. Eles não deram nenhuma opinião. Aliás, se tivéssemos que fazer uma assembléia permanente com todos os cotistas para decidir o que comprar e o que vender a cada momento, eu arriscaria dizer que nem 10 mil dólares teria. Então, na verdade, a função do gestor de recursos de terceiros é exatamente esta: coordenar as iniciativas para gerar rentabilidade. No caso, até nos foi exigido pelo Citibank que eles gostariam que o próprio Opportunity tivesse alguma participação, porque eles dizem o seguinte: "Nós queremos que vocês tenham dinheiro aplicado na própria iniciativa para aumentar o seu incentivo". E tem. Mas isso não é essencial, o essencial é ter a proficiência. E a escolha do CITI, na verdade, quando nos convidou para ser administrador dos seus recursos e nos contratou por um período de 10 anos para gerenciar esse empreendimento, foi com essa função. A distorção que se está tentando ser criada é tentando voltar a uma visão patrimonialista em que se pensa da seguinte forma: "Bom, a maioria dos acionistas é que deveria, a cada momento, optar por qualquer decisão". A maioria dos acionistas optou, no momento de que fizeram o contrato, por essa decisão. Quer dizer, os Fundos de Pensão não foram obrigados a investir nessas iniciativas. Aliás, essas iniciativas tiveram retornos muito expressivos. Só para dar uma idéia para os senhores, quando a BRASIL TELECOM foi comprada por esse consórcio de fundos, ela tinha 200 milhões de reais em caixa; hoje, tem 2,5 bilhões e

meio. Isso foi gerado pela administração que nós indicamos; depois, a distribuição de expressiva quantidade de dividendos. O nosso trabalho e o nosso objetivo é fazer os empreendimentos renderem. Esse é o trabalho. Como isso é feito? Isso é feito através de uma escolha de gestão da melhor qualidade que nós posamos, tentar dar orientações estratégicas do melhor nível e, evidentemente, o nosso investimento nessas iniciativas, existem porque nós acreditamos nelas, mas a atividade da administração de recursos de terceiros é muito diferente da atividade patrimonial, aonde se diz o seguinte: “O proprietário é que vai gerir”. Aliás, se vocês olharem o mundo como temos hoje, a PREVI, por exemplo, não é gerida pelo proprietário dos recursos, mas é gerida por um administrador indicado. O Citibank, hoje, por exemplo, não é gerido por um dono, mas por uma pessoa indicada pelo Conselho de Acionistas. Então, foi dentro desse espírito que foi montado esse tipo de negócio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Enquanto iniciativa particular, é perfeitamente aceitável esse raciocínio. A dúvida que nos toma é que estamos tratando de dinheiro de Fundos de Pensão, e eles teriam transferido esse poder de comando dos recursos deles, porque investiram numa estrutura societária de tal forma que, salvo engano, 90% do capital reunido não teria poder decisório. Ou seja, o sócio minoritário comandaria. Por isso, que eu coloquei de lado os recursos particulares, mas recursos de fundos estão sendo geridos. A pergunta que tenho, e juridicamente nunca analisei, é até que ponto um fundo pode dispor desses recursos para que alguém, em particular, diga o seguinte: “Não, vocês assinaram um contrato, eu tenho menos de 10% e quem comanda sou eu”. Então, vem o rol todo daquelas coisas que V.Sa. anunciou como sendo de competência do administrador do fundo. Eu queria adensar a isso. Eu tive oportunidade de ler uma ação que tramita em Nova Iorque, aonde fica claro que, quando se colocou o desenho estrutural desse ajuste, abriu-se mão, porque, efetivamente, é uma técnica de administração essa de se conferir aos fundos esse poder. Mas, evidentemente, havia, a par dessa liberdade, o conceito ético. Lá, o que se ultrapassa na Ação, pelo que estudei, e o que se chama a atenção é o conceito ético. Eles dizem: “Tudo bem, nós assinamos”. O Sr. Daniel Dantas tem o poder de administrar, mas ele precisa administrar de forma que o interesse da junção de fundos, enfim, da sociedade, seja prioritário. Lá, eles estão acusando. A iniciativa privada, o CITI, está acusando que V.Sa. teria direcionado no sentido do interesse particular, privado do administrador do fundo e não da sociedade. Isso também, de alguma forma, vem

sendo aventado pelos fundos. E a nossa preocupação é exatamente, volto a dizer, em relação aos fundos. O que V.Sa. diz dessa dúvida levantada tanto pelo CITI quanto pelos fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu digo que essa dúvida, essa acusação do CITI não é verdadeira. E eu, ao longo desse dia, vou ser capaz de provar isso aos senhores. Outros fatores entremearam-se, e, desde que nós fizemos esses investimentos, é uma constante a interferência política em cima dessas estruturas com objetivos diferentes dos objetivos de gerar o máximo possível de retorno para os investidores. No meu entendimento, na fase final em que nós convivemos, de uma forma ou de outra, o CITI também passou a fazer parte dessa situação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não entendi essa afirmação. V.Sa. está dizendo que os interesses políticos conduziram a uma administração prejudicial aos fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Poderia traduzir concretamente o que aconteceu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Em várias vezes. No primeiro exemplo que posso dar, talvez o mais didático, mais fácil e mais nítido, foi quando a BRASIL TELECOM decidiu comprar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES. Por isso, que eu achei melhor fazer a explanação depois, porque são tantos elementos e detalhes que fica mais fácil fazer uma síntese do que uma explanação inicial. Por força do leilão da TELEBRÁS, a Telefônica teria adquirido a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES num primeiro leilão feito pelo Estado do Rio Grande do Sul. No leilão da TELEBRÁS, a companhia Telefônica adquiriu a TELESP e, por força de regulamento. O regulamento da ANATEL impede que uma empresa que administra a concessão numa região possua uma operação de telefonia fixa em outra região, a ANATEL deu 18 meses à TELEFÔNICA para poder vender a CRT, que era a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES; e só poderia comprar a CRT alguma empresa que fosse da região. E tinha, na verdade, uma pequena empresa no Rio Grande do Sul, que não tinha capital, e a BRASIL TELECOM era a única que tinha condições e porte para fazer a aquisição. Ainda por força do regulamento da ANATEL, por esdrúxulo que pareça, mas enquanto a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES não tivesse cumprido as suas metas de universalização, a empresa, na mesma região, que era a BRASIL TELECOM, não poderia desenvolver outra atividade, como telefonia móvel ou longa distância. Então, a BRASIL

TELECOM, de uma certa forma, dependia do cumprimento de obrigações por uma entidade outra, e a TELEFÔNICA era obrigada a vender e tinha 18 meses para tal. Houve negociações entre BRASIL TELECOM e TELEFÔNICA nesse sentido, mas a BRASIL TELECOM tinha uma expressiva margem de vantagem na negociação, porque, para os senhores entenderem, um vendedor tinha uma data limite no qual ele era obrigado a vender aquela participação e, caso ele não vendesse, a ANATEL teria que intervir e, caso a intervenção não se resolvesse, haveria a cassação da concessão. Na cassação da concessão, o que a TELEFÔNICA receberia seria muito pouco e até duvidoso, porque fica credor do Governo, não sabe perfeitamente quanto é que o Governo paga e tal. Isso daria uma margem de vantagem muito grande à BRASIL TELECOM nessa negociação, mas, numa conversa com a TELECOM ITÁLIA e com o próprio Ministério das Comunicações, optou-se por tentar fazer uma coisa justa, não necessariamente tirando todo o proveito a que a situação empresarial livremente dava o direito, e a BRASIL TELECOM fez uma proposta para comprar essa participação por 730 milhões de dólares... Desculpe... Ocorre que a TELEFÔNICA deu um prazo muito curto para que fosse feita a proposta. Essa proposta, acho que foi encaminhada numa quinta-feira, acho que 31 de janeiro de 2000, e, no dia seguinte, a TELEFÔNICA publica um balanço em que mostrava ter havido uma perda de mais ou menos 20% do patrimônio da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES ao curso daquele ano, o que significava que o preço dos 730 milhões de dólares que tinha sido ofertado estava excessivo. Fizemos reuniões e decidimos abaixar esse preço em 100 ou 150 milhões, dado o prejuízo que a Companhia mostrou, e no balanço mostrava que havia insuficiência de ativos e tal. Isso foi numa quinta. Na segunda-feira, a TELECOM ITÁLIA, naquela época gerida por uma outra empresa, que não é o atual controlador da TELECOM ITÁLIA, chega ao Brasil e nos avisa que já tinham fechado o acordo com a TELEFÔNICA no exterior e que tinham concordado em pagar 850 milhões de dólares pela compra da CRT. Foram para Brasília os administradores da TELECOM ITÁLIA e fizeram uma cerimônia, em que estavam presentes o Ministro da Comunicação e o Presidente da ANATEL, com o objetivo de assinar o contrato de aquisição por 850 milhões de dólares. Onde o Presidente da BRASIL TELECOM nos liga e pergunta o que fazer. Dissemos: “De jeito nenhum. Nunca concordamos com esse preço, a estratégia é baixar o preço porque houve um balanço publicado ilustrando ter havido prejuízo”--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Daniel, quem havia ajustado esse valor de 850? Com quem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A TELECOM ITÁLIA e TELEFÔNICA, no exterior. Eles vieram--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas com que interesse, numa situação em que havia 20% de prejuízo? Quer dizer, era abaixo de 700 e ia para 500? De onde vem o interesse? V.Sa. disse que havia interlocutores políticos nisso.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Vou prosseguir a explanação. O contrato não foi assinado, foi uma confusão enorme, uma briga infernal, e aí começaram as pressões. Primeiro, os Fundos de Pensão pressionando fortemente na direção da aquisição da CRT, nas condições que a TELECOM ITÁLIA tinha acordado, que eram em excesso àquilo que faria sentido e àquilo que tinha sido autorizado ou aprovado. Em sequência disso, nós nos recusamos e passamos a ser pressionados pelo Ministério das Comunicações, na época. As pressões eram grandes, querendo que acabasse logo o negócio, que tinha de comprar, que tinha de resolver, que não podia tirar proveito, etc. e tal. Nós resistimos e, depois de algum tempo, a ANATEL entrevistou na companhia e, na intervenção, foi nomeada, inicialmente, pessoas da BRASIL TELECOM, porque era o segundo maior acionista para gerir no lugar da telefônica. Depois, teve uma segunda intervenção e, por fim, houve uma situação em que, se o negócio não se resolvesse, haveria a cassação da concessão. Eu fui chamado a Brasília, me foi dado uma semana, porque esse assunto tinha de ser resolvido de qualquer forma. Por estranho que pareça, a aquisição da CRT se deu numa sexta-feira à noite na sede da ANATEL. Nessa reunião, a ANATEL convocou a TELEFÔNICA, nos convocou, convocou a BRASIL TELECOM e convocou a TELECOM ITÁLIA, dizendo o seguinte: “Vocês têm de resolver esse assunto hoje”. A TELECOM ITÁLIA, imediatamente, no começo da reunião, disse: “Olha, nós autorizamos a pagar 850 milhões de dólares”. Os nossos negociadores ficaram numa posição muito desfavorável. Os Fundos de Pensão exigiram que nós, do Opportunity, nos retirássemos da negociação por não sermos membros da administração da companhia. E nós éramos a força que estava ali ajudando na resistência ao sobre preço. Ficou apenas o Presidente da BRASIL TELECOM, cercado com um ou dois Advogados, numa negociação em que tinha um batalhão do outro lado. O Dr. Mauro Sales tinha sido contratado como uma espécie de apoio à negociação e também foi impedido, cancelaram o contrato dele para que ele não pudesse... Aliás, não cancelaram o contrato, pediram a suspensão dos seus esforços. E, no final das

contas, o que foi possível foi tirar 50 milhões de dólares. E, na verdade, a BRASIL TELECOM adquiriu a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES por 800 milhões de dólares, quando, no nosso entendimento, teria sido possível fazer essa aquisição entre 550 e 600.--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. depoente, quem eram os gestores dos fundos que estavam realizando essa pressão que V.Sa. noticia?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Os gestores dos Fundos de Pensão naquele momento... A Presidência da... Basicamente, a pressão era da Previ.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Da própria Presidência?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A Presidência da Previ... Tive apenas uma reunião na PREVI, uma reunião grande, com muitas pessoas, aonde nós fomos protestar contra as pressões e o que a TELECOM ITÁLIA estava fazendo em relação a essa aquisição. Nessa reunião, estavam presentes: foi eu; estava presente o Presidente da PREVI, que era o Sr. Luiz Tarquínio; estava presente um Diretor, que hoje é presidente da PREVI, o Sr. Sérgio Rosa; estava presente o Advogado Modesto Carvalhosa, que, na época, era presidente do Conselho de Administração da BRASIL TELECOM; o Artur Carvalho, que trabalha comigo; e o Sr. Henrique Neves, que era o Presidente da BRASIL TELECOM naquela ocasião.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa, na oportunidade, evidentemente, manteve conversações tentando demonstrar que estava havendo um prejuízo para os fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós mostramos que estava havendo prejuízo para a companhia e, por conseguinte, para os fundos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E que argumentos eram usados para que se desprezasse isso que V.Sa. sustentava?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa reunião foi em maio de 2000.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que argumentos eram utilizados pelos gestores dos fundos para convencer de que a negociação não era prejudicial?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Que, estrategicamente, era importante fazer a aquisição, que era importante do ponto de vista estratégico, que...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, estratégico dos fundos, do Governo? Estratégico do quê?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Era dito que estratégico. Depois, em algum momento mais tarde,

numa entrevista, fizemos uma interpelação, e um dos membros da Diretoria da Previ na época, o Sr. Henrique Pizzolato, mandou um relatório em que ele dizia que essa aquisição foi feita por esse preço por ter sido pressionado pelo Banco do Brasil. Na época, o próprio Mauro Sales teve reuniões com o Presidente do Banco do Brasil. O Presidente do Banco do Brasil apoiava a aquisição por esse preço, e o Sr. Henrique Pizzolato manda esse relatório. Relatório esse que, inclusive, encaminhei ao Ministro José Dirceu, num dos nossos encontros.--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. poderia prosseguir no esclarecimento histórico, embora de forma abreviada, por gentileza.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Me desculpe. Após...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não vou continuar agora sobre o Pizzolato, porque teremos uma oportunidade na evolução histórica, quando ele chegar nessa última negociação do "put", que o Deputado Fraga questionou ao Tribunal de Contas da União. Mas nós estamos ainda no ano de dois mil e pouco, chegaremos a 2005.--

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Mas, esse final, nós não entendemos. Se ele pudesse repetir...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O final é o seguinte que numa das reuniões que tive com o Ministro José Dirceu, encaminhei a ele esse relatório, mostrando a situação que tinha havido no passado em relação aos fundos, que foi um relatório que acho que era uma interpelação que a BRASIL TELECOM fez ao Sr. Henrique Pizzolato, aonde ele declarava, ainda na gestão da PREVI, ter sido pressionado pelo Banco do Brasil para forçar a aquisição da CRT por um preço acima do que era necessário. Posso enviar cópias. Não sei se tenho aqui.--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. entregou esse relatório ao Ministro, aproximadamente?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Vou anotar todos os pontos que V.Sas. gostariam de receber e podemos encaminhar. Mas, além do relatório do--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A função, o cargo que o Sr. Pizzolato exercia nessa--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Pizzolato era Diretor da PREVI, Diretor eleito da PREVI, eleito pelo quadro de funcionários do Banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Sr. Relator, um momento. Dentro do processo de revezamento que nós entendemos aqui,

vou me retirar agora. Passo a Presidência ao eminente Senador Amir Lando e, depois, nos revezaremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Com a palavra o Exmo. Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu gostaria que o informante, como eu disse, em fala um pouco abreviada, mas prosseguisse no seu relato nessas transações entre os fundos BRASIL TELECOM até nós chegarmos a essa última situação atual, em que hoje [soa campainha] V.Sa. contende com o Citigroup(F) nisso tudo.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Só para complementar aqui com relação à CRT, se o senhor me permitir, o Sr. Mauro Sales, que, na época, tinha sido contratado pela BRASIL TELECOM para nos ajudar nesse esforço de conter a empresa, a ter que pagar pela CRT mais do que era necessário, ele enviou cartas ao Ministro Pimenta da Veiga, ao Presidente da PREVI, Luiz Tarquínio, ao Sr. Pedro Parente, ao Sr. Alcides Tápias, ao Sr. Andrea Matarazzo, ao Sr. Renato Guerreiro, ao Ministro Pimenta da Veiga. Enviou cartas ao...[soa campainha]

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem mandou essas cartas?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Sr. Mauro Sales. Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Com que conteúdo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Chamando a atenção de que a BRASIL TELECOM estava injustamente sendo pressionada pelos Fundos e por parte do Governo para pagar pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES mais do que era necessário e mais do que era desejável.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E avançando no tempo, agora [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu vou pedir ao som que levante um pouco mais porque está difícil e vou pedir a todos, sobretudo nessa parte aí... Eu respeito muito a imprensa, a imprensa deve falar para terceiros... Mas, aqui, nós queremos o silêncio de todos, de todos os assessores, senão nós não podemos ouvir o Sr. Daniel. Que essa porta também seja fechada. O Sr. Daniel não tem essa voz retumbante e nós temos que ouvi-lo na sua dicção, na sua forma de expressão. Então, eu peço a todos um pouco de silêncio para que a gente possa... O depoimento é muito importante e entendo que todos nós teremos que ouvi-lo. Senhores desculpem aí pelo timbre de voz.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Daniel, eu queria que o senhor

mantivesse sempre o raciocínio, porque o senhor tem uma linha histórica a nos contar. De vez em quando, lamentavelmente, para não perder o *timing*, eu atravesso com alguma pergunta. A pergunta, agora, é a seguinte: Hoje, analisando aquela sustentação de V.Sa. por ocasião da negociação da CRC, V.Sa. acha que quem tinha razão? Passados cinco anos, quem tinha razão naquela opção? Quem investiu, ainda que alto, teve oportunidade de recuperação ou realmente foi uma decisão em que V.Sa. tinha razão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, na verdade, para ser muito franco aqui, eu acho que talvez até nenhum dos dois tivessem razão, porque a realidade é que ela valeu menos, inclusive, do que o preço que nós achávamos que devia pagar. Depois dos levantamentos futuros que foram feitos, havia mais defeitos e mais insuficiências na CRT do que nós tínhamos sido capazes de supor. Então, a aquisição da CRT pela BRASIL TELECOM por aquele preço foi um negócio que, de qualquer forma, não se justificou. Ele era importante do ponto de vista estratégico, porque se não tivesse feito a aquisição da CRT, a BRASIL TELECOM estaria impedida de desenvolver outras atividades, mas a operação em si da CRT... Existe um laudo que depois foi feito mostrando, inclusive numa iniciativa judicial que a BRASIL TELECOM resolveu tomar contra a TELECOM ITÁLIA, pedindo o ressarcimento do que foi obrigada a pagar a mais, mostrando que a CRT... O valor da CRT, de fato, era bem inferior ao que foi pago e até inferior ao que, naquele momento, mesmo com todas as precauções, nós imaginávamos que se justificaria.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, enquanto estratégia solucionou, mas enquanto retorno aos fundos, V.Sa. avalia que qual foi o prejuízo dos fundos só nessa operação? Atualizando.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, eu teria que fazer uma conta, uma conta...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Aproximada.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu teria que fazer uma conta, mas deixa eu calcular aqui. Uns trezentos milhões de dólares, os fundos devem ter uns... [inaudível]. A participação dos fundos na BRASIL TELECOM não é muito grande, entendeu? Então, para a BRASIL TELECOM como um todo o prejuízo é grande e a BRASIL TELECOM tem, na verdade, 80% de acionistas. Mas os Fundos de Pensão... Eu tenho idéia, o seguinte: a PREVI detém apenas 3.4% da BRASIL TELECOM. A participação é muito pequena, entendeu? Então, se imaginar o prejuízo para o Fundo, não é um prejuízo tão grande. O prejuízo para a companhia é um

prejuízo muito grande. E é justamente o fato de que pequenas participações podiam ter a capacidade de influir sem a responsabilidade contratual é que acabava motivando operações que não faziam sentido do ponto de vista econômico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. pode prosseguir no histórico dos fundos CITI e Teles.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom... Quer dizer, eu desviei de um assunto que tinha sido evidências de negócios que os fundos participaram que tenham sido detrimenais aos próprios fundos, e a CRT foi um exemplo. Devo seguir na linha de outros exemplos ou devo voltar no eixo da história--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Se tiver outros exemplos evidentes de prejuízos aos fundos, nós gostaríamos que evidenciasse.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --Nós tínhamos uma associação também com a empresa canadense TIW, que em algum momento os fundos decidiram pedir a dissolução de uma companhia da qual o Fundo administrado por nós, que os fundos investiam e faziam parte, e cuja dissolução daria grandes vantagens ao grupo canadense. Eles entraram na Justiça com esse pedido e, na verdade, nós defendemos, obtivemos êxito na defesa. Eles, hoje, reclamam na Justiça que essa defesa teria custado caro. De fato a defesa custou caro, mas quem propôs a dissolução? Os senhores imaginem o seguinte: existia uma empresa chamada NEWTEL, que tinha o controle da operação da TELMIG e da TELENORTE, e a empresa canadense era minoritário. E os fundos decidiram, então, pedir a dissolução da empresa da qual eles faziam parte, que eram majoritário para fazer uma aliança com o minoritário, isso dando uma vantagem caso houvesse êxito na iniciativa, para os acionistas canadenses. Quer dizer, não foram poucas as vezes em que o comportamento dos fundos não teve a maior racionalidade. Outras vezes, os fundos reclamavam muito de que eles estavam insatisfeitos com o fato de nós mandarmos na companhia. Isso tinha sido o objeto do contrato... Eu faço assim uma comparação... Os senhores imaginem o seguinte: se os senhores comprassem a maioria das passagens de um voo de avião, que estivesse indo daqui para os Estados Unidos e, em algum momento, a maioria dos passageiros dissessem que gostariam de pousar em outro lugar. O piloto pode dizer: "Não, eu fui contratado aqui para voar até esse destino e esse é o meu trabalho. Uma vez que o contrato original foi esse, é isso que nós vamos fazer". Nós devíamos obrigações para um conjunto de investidores, conjunto esse que tinha contratado, combinado e acordado um

determinado objetivo. Se, em algum momento, alguém muda de objetivo, houver mudança de administração dos fundos, é natural que não possa se prejudicar os demais. O que foi feito constantemente, insistentemente e freqüentemente, foram propostas aos fundos, de aquisição da sua participação ao justo valor. E essas propostas nunca foram levadas em consideração. Os fundos nunca se motivaram a receber as participações em dinheiro. E é importante chamar a atenção de um ponto, que é o seguinte: Quando os fundos fizeram esse investimento conosco, eles investiram dinheiro, eles não investiram empresas. Essas empresas foram o produto do trabalho da administração. Todas as vezes que nós oferecemos aos fundos receber de volta o seu dinheiro, acrescido da rentabilidade, os fundos não se interessaram. O que os fundos queriam, a todo tempo, era transferir o controle das empresas que eram objeto de investimento do Fundo para outros, às vezes para TELECOM ITÁLIA, em outros momentos para a TELEMAR, mas sempre algum outro interessado que seria o beneficiário dessa iniciativa. E em nenhum momento houve uma discussão detalhada ou séria... Dizer o seguinte: "Olha, eu não gosto do senhor. Não importa por quê. Eu quero o meu dinheiro de volta". Não, "o meu dinheiro de volta" nunca ninguém pediu. "Eu quero as empresas que estão aí no portfólio dos fundos, eu quero o controle dessas empresas". Eles não nos aportaram essas empresas. Quem identificou os investimentos, quem construiu as estruturas, quem participou dos projetos fomos nós. E essas empresas, na verdade, os outros fundos também detinham a participação. Seria também legítimo dos Fundos de Pensão dizerem o seguinte: "Olha, nós, na verdade, não queremos mais o senhor como meu administrador. Vamos fazer o seguinte: vamos comprar a participação dos demais e pronto. E aí, a partir disso, nós vamos ficar com essas empresas e faremos delas o que quisermos". Isso também não foi proposto. Então, na verdade, nós tínhamos o dever de defender os nossos clientes até o último. Então, na medida que um se desgarrou, a anatomia desses três fundos juntos criava uma circunstância que, se dois se juntassem, ele produziria uma maioria que poderia trazer prejuízos ao outro. Ainda na nossa administração, isso era impossível, por quê? Porque nós tínhamos obrigação fiduciária para com todos. Nós tínhamos contrato de gestão com todos os fundos. Então, nós tínhamos obrigação de agir em conjunto para todos. Na medida em que um Fundo tentasse tirar... Por exemplo, depois da época da CRT, os Fundos de Pensão se juntaram com a TELECOM ITÁLIA e tentaram abalroar o controle transferindo o controle administrativo do fundo... Desses três fundos que nós tínhamos a gestão, do qual participavam os

nossos clientes e o Citibank para a TELECOM ITÁLIA e nós tivemos que resistir. E em algum momento, os Fundos de Pensão chegaram a fazer uma... Aproveitaram a ausência do... Um conselheiro de administração pediu demissão e, na ausência, eles aproveitaram disso. [soa a campainha]. Formaram uma maioria e chegaram a tentar indicar o Sr. Andrea Calabi como presidente da BRASIL TELECOM, por sua indicação. A iniciativa só foi frustrada porque erraram o endereço. O endereço da companhia era na sede da BRASIL TELECOM e eles foram para a sede da *holding*. Então, como chegaram atrasados, a reunião foi encerrada e eles não conseguiram lograr o objetivo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse último episódio, para ver mais recentemente, da negociação da CITI com a PREVI, e com um ágio denunciado de várias centenas de milhões de dólares, o que é que V.Sa. tem a informar sobre isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe, o que é que eu...?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que é que V.Sa. tem a nos informar sobre essa negociação, o tal de PUT que vem sendo questionado e foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho conhecimento da negociação. Quando o CITI negociou com os Fundos de Pensão, o CITI negociou sem me informar de que estavam havendo as negociações. Ele apenas me informou que... Em determinado momento, eu fui informado pelo CITI que considerações políticas, não foi esse o termo que ele usou, mas esse é o termo que eu entendi, era “considerações outras”, que não apenas as considerações econômicas tinham que nortear as suas iniciativas. Na última reunião que eu tive com o CITI também em Nova Iorque, se não me engano foi em 07 de março, ele tinha nos informado que havia feito um acordo com os Fundos de Pensão, acordo esse que tinha sido aprovado pela autoridade brasileira no maior nível, mas não me falou que autoridade foi. Esse acordo, basicamente, dá ao CITI uma proteção de preços, o CITI tem uma garantia de um preço, de um preço bastante bom para venda da sua participação e, pelo que li do acordo, mas não li a totalidade dos acordos, foi publicado na imprensa que existem mil páginas de acordos e que foram divulgados quatrocentas e cinquenta. Eu não o conheço, não posso dizer aos senhores se existem mil páginas, mas foi o que li. Eles tinham assinado acordos confidenciais, esse acordo, no fundo, foi entregue à CVM, segundo fui informado, porque eles imaginaram que a imprensa detinha parte dos acordos e foi publicado na imprensa

que eles teriam dito que publicaram a parte dos acordos que achavam que fazia sentido divulgar naquele momento. Assim sendo, eu não tenho como fazer uma avaliação sobre o conjunto das negociações, por desconhecer o todo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E o valor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O valor? Bom, o valor da garantia de preço foi de um bilhão e quarenta cinco milhões de reais na BRASIL TELECOM e mais... E tem uma segunda parte na participação que eles detêm numa empresa que tem uma participação na TELEMAR. Pelo que li, era uma garantia de preço, ou seja, durante dois anos o CITI tem o direito de ficar, no mínimo, com esse preço. Se porventura houver valorização subsequente, o CITI, evidentemente, não optaria por essa venda, ficaria com a valorização, mas se porventura não encontrasse nenhum comprador por preço superior a esse, os fundos seriam obrigados a comprar por esse preço.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nessa negociação, provavelmente V.Sa. deve ter lido, e aí volta à baila o Henrique Pizzolato, que depôs dizendo que essa negociação teria ocorrido em razão de ajustes de campanhas políticas. V.Sa. teve a curiosidade de identificar alguma coisa nesse sentido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O senhor me desculpe, essa negociação teria havido em função de...?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Campanhas políticas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. veio com um histórico de aproximação com o Governo anterior, o Governo de Fernando Henrique, e daí talvez se sentisse em dificuldades de transitar pelo novo Governo. Em virtude disso, eu lhe passo o que se informa, aí V.Sa. nos esclarece até onde há isso de verdadeiro ou não. Aí ingressando no novo Governo, precisava pavimentar essas dificuldades que possivelmente poderia enfrentar, teria procurado o Sr. Marcos Valério, que teria servido de intermediário junto a Delúbio Soares, e Delúbio Soares teria realizado esse ajuste, desde que houvesse participação, contribuição do seu grupo, enfim, das suas comandadas, administradas, em campanhas políticas. O que há de verdadeiro nisso? Como V.Sa. conheceu Marcos Valério, como conheceu Delúbio Soares, Onde se encontrou com eles?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa construção ela é coerente, ela só não é verdadeira. Então, por

conta da coerência, ela consegue asas e consegue, na verdade, ficar permeando no noticiário, mas nós... Respondendo a pergunta no detalhe, eu conheci Marcos Valério, o Sr. Marcos Valério... Nós tínhamos um escritório em São Paulo, que era um escritório em que várias das empresas em que nós tínhamos participações tinham uma sala, uma unidade. Uma economia de custos. Então, a TELEMIG tinha uma sala, a BRASIL TELECOM tinha outra, o Opportunity tinha outra, um escritório dividido. E eu estava saindo de uma sala e estava passando pelo corredor, um grupo de pessoas em que incluía o Sr. Marcos Valério, que me foi apresentado. Eu não me lembro a data, eu não me lembro quem era o grupo de pessoas, me lembro do Sr. Marcos Valério porque ele estava vestido com uma roupa mais colorida assim num tipo mais exótico, então era mais fácil de fixar na memória. Quem eram os outros eu não sei. Conversamos um pouco no corredor. Eu tinha sempre sido reportado pela administração da TELEMIG de que eles eram muito satisfeitos com os trabalhos das empresas SMP&B e DNA e nós, muito satisfeitos com os resultados da TELEMIG. Então, nós tínhamos assim por eles uma visão muito positiva. Na época, acredito que estava havendo alguma discussão entre executivos da TELEMIG e pessoas da BRASIL TELECOM, porque a BRASIL TELECOM estava para entrar no mercado de telefonia móvel e era natural que, se estivesse para entrar no mercado de telefonia móvel, a BRASIL TELECOM pudesse estar estudando a possibilidade de tentar absorver alguma coisa da experiência da TELEMIG e da TELENORTE. A TELEMIG, para informar para os senhores, é a empresa de telefonia móvel mais rentável do Brasil. O trabalho que é feito pela administração é um trabalho muito bem feito. A BRASIL TELECOM não tinha experiências na área de telefonia móvel e eu sou sempre muito preocupado com qualquer falta de experiência. Eu acho que a gente tem que tentar errar o mínimo e acertar um pouco. Então, na tentativa de evitar repetir os mesmos erros que outros concorrentes nossos cometeram, às vezes por falta de experiência, nós estimulamos a BRASIL TELECOM a ter contatos com a TELEMIG para tentar ver o que é que podia aprender de um setor que a BRASIL TELECOM não estava. Assim eu conheci o Marcos Valério. O Sr. Delúbio Soares, eu nunca estive, nunca fui apresentado ao Sr. Delúbio Soares. E nós nunca pedimos ao Sr. Marcos Valério para fazer qualquer intercessão. Quando o senhor falou que nós tínhamos contato com o Governo anterior, nós viemos construindo contatos com o Governo anterior, assim como tive contatos com este Governo, mas basicamente pedindo uma coisa só, que o Governo não interviesse em matéria privada, que o Governo deixasse o setor

privado, privado. Desde o tempo de CRT, a tentativa de apoios à TELECOM ITÁLIA, nós sentimos que existia uma ingerência do Governo a favor de adversários nossos. E o nosso pedido era sempre o mesmo. Nós nunca pedimos qualquer alteração de regulamento, qualquer vantagem do ponto de vista regulatório. O nosso foco de negócio é tomar a regra como ela é, ser eficiente e ganhar dinheiro assim. Ponto. É uma especialização. Eu não sei, não é minha prática, eu não sei como é que faz o outro pedaço e essa prática funciona bem. Normalmente, o que ocorre? Os concorrentes acabam resolvendo as questões políticas. As questões são iguais... Vou dar um exemplo: O reajuste de tarifas. Houve uma prorrogação grande no reajuste de tarifa, existia um contrato em que o reajuste de tarifas teria que ser feito pelo IGP e, na verdade, o Governo questionou esse assunto, isso demorou algum tempo e houve negociações intensas entre as companhias telefônicas e o Governo a esse sentido. Nós não estávamos. Quer dizer, eu não estava presente nessas negociações. Qual era a minha visão? Sempre foi. Se eu for mais eficiente, se meu custo for mais baixo, com a tarifa que tiver eu vou estar melhor do que eles e eles vão acabar resolvendo o assunto, então não preciso eu resolver. Então, nós não estávamos presentes nisso. Constantemente, o que nós sempre pedimos ao Governo foi que permitisse que as leis e os contratos fossem cumpridos de forma isenta. Foi basicamente isso em todas as vezes e em todos os contatos que nós tivemos, inclusive com autoridades de qualquer natureza. Parlamentares...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. poderia identificar alguém do Governo que tivesse pressionado aquele...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Posso. Pressionado... Nós fomos pressionados pelo Presidente do Banco do Brasil para, por exemplo, abrir mão de todos os nossos direitos nos contratos [soa a campainha]. E eu posso contar essa história em detalhes, quando nós fomos pressionados pelo Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, dizendo que falava em nome do Governo. Eu até fiz um memorando ao Citibank, naquela época, e ele teve uma reunião comigo, aonde disse que o Governo queria que todos os direitos que nos pertenciam nos acordos aos nossos fundos fossem cancelados, que era uma posição de governo. Eu disse que não podia concordar com aquilo, teria que falar com os nossos investidores, ele foi um pouco... Reclamou desse fato, eu fui até Nova Iorque, falei com o Citibank, o Citibank mandou uma carta para o Banco do Brasil dizendo que não concordava e ele encerrou as negociações e eu tenho uma certa sensação de que, a partir daí, houve algumas hostilidades que de-

correram dessa negativa, mas o pleito foi muito firme e muito claro. Quem me encaminhou para conversar e me pediu que conversasse com o Presidente do Banco do Brasil foi o Ministro José Dirceu, mas depois eu voltei ao Ministro José Dirceu para reportar esta reunião que eu tive com o Presidente do Banco do Brasil, expliquei para ele o que tinha acontecido e ele me disse que concordava que o Governo não tinha que tomar partido nessa disputa e que se porventura eu detectasse que o Governo estava intervindo a favor de outro, que eu teria a liberdade de lhe comunicar.

>> [inaudível].

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Casseb tinha sido conselheiro da TELECOM ITÁLIA até antes de assumir a Presidência do Banco do Brasil.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. sabe que Marcos Valério esteve em Portugal e há todo aquele episódio relacionado à PORTUGAL TELECOM e com a TELEMIG. Marcos Valério, Delúbio [soa a campainha]. Alguém, ou pelo menos relacionado ao Governo teria tido alguma conversa com V.Sa. relativamente à [soa a campainha] PORTUGAL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O Sr. Marcos Valério nunca teve nenhuma conversa conosco em relação à PORTUGAL TELECOM. Aliás, a negociação que estava havendo com a TELEMIG era uma negociação que era feita diretamente com a VIVO. A VIVO é uma empresa de telefonia que é uma associação da PORTUGAL TELECOM com a TELEFÔNICA. Nestas negociações estavam presentes a diretoria da VIVO, a diretoria da TELEFÔNICA e a diretoria da BRASIL TELECOM. Os três estavam presentes. Nós nunca tivemos a necessidade de contar com nenhum intermediário nesta transação. Aliás, essa transação só não foi a êxito porque o Citibank nos pediu para não continuar, alegando que ela não atendia aos seus melhores interesses. Então, a rigor, a PORTUGAL TELECOM queria fazer a transação, a TELEFÔNICA concordava em fazer a transação e a VIVO desejava fazer a transação. O Citibank alegava, vamos dizer, de forma meio indireta, algum tipo de restrições dos fundos, mas ele, o CITI não queria a transação. Então, nem adiantava o Marcos Valério, se porventura fosse, ir a Portugal para tentar convencer a PORTUGAL TELECOM de alguma coisa que a PORTUGAL TELECOM já voluntariamente queria de qualquer forma. Não havia nenhum papel para o Sr. Marcos Valério, nunca foi pedido ao Sr. Marcos Valério que foi a Portugal. E eu só tomei conhecimento de o Sr. Marcos Valério ter ido a Portugal ter esta reunião pela imprensa, depois de que aconteceu esse evento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem os diretores lhe reportaram nunca esse encontro?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Nenhum diretor da TELEMIG ou da BRASIL TELECOM teria reportado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Da PORTUGAL TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nem ninguém da BRASIL TELECOM, da PORTUGAL TELECOM teria reportado qualquer reunião com o Sr. Marcos Valério.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. conheceu Marcos Valério? Quando? Qual é o...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não me lembro da data. Foi nesse dia, num corredor, no escritório. Eu não me lembro qual foi a data em que conheci o Marcos Valério.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mais ou menos, o ano.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei. Deixa eu pensar aqui. Eu não me lembro se foi o ano passado ou o ano retrasado. Eu não me lembro da data. Foi tão circunstancial que eu, de fato, não me lembro. Eu não tive nenhuma reunião com ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nunca mais conversou com ele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nunca mais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem por telefone? Nós temos ligações para o Rio de Janeiro, para a sede da Opportunity.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Eu vi isso na imprensa, que havia três ligações da SMP&B para a sede do Opportunity no Rio de Janeiro. Eu teria lido isso na imprensa. Ninguém do Opportunity estava conversando com o Sr. Marcos Valério, mas não era infrequente, nas reuniões de conselho de administração da TELEMIG e TELENORTE, os executivos da companhia irem até o nosso escritório fazer apresentação. E, também, como a TELEMIG não dispõe de escritório no Rio de Janeiro, quando eles vão ao Rio, eles, em geral, ficam no nosso escritório. Ficam lá. Então, eu posso supor, mas eu estou apenas supondo, não posso afirmar, que é possível que algum executivo da TELEMIG tenha ligado o telefone para a agência de publicidade que atende a conta da TELEMIG e tratado de algum assunto. Eu não sei. Eu posso me aprofundar nesse assunto, mas, comigo, no meu telefone, ele não falou.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A administração da TELEMIG está afeta ao Banco Opportunity ou a esse Fundo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não entendi. Está...?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A administração da TELEMIG está afeta a quem? V.Sa. que tipo de ascendência tem sobre a administração da TELEMIG?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, esse é um ponto que eu acho que é interessante e importante esclarecer. A minha convocação vem no fato de ser controlador da TELEMIG, TELENORTE e BRASIL TELECOM.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E da AMAZÔNIA CELULAR.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Suponho eu. TELEMIG, TELENORTE e AMAZÔNIA, suponho eu. A palavra controlador, ela talvez seja um pouco mais ampla que o conceito estrito de controlador, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. Parece que o controlador é quem está controlando, dirigindo. O controlador, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, é o acionista que tem a faculdade, ou capacidade, ou direito de eleger a maioria do conselho de administração e, por conseguinte, os administradores da companhia. Quem dirige a companhia são os administradores, não o controlador. O controlador não dirige a companhia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): As opções de publicidade da TELEMIG passam, de alguma forma, pela...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: De jeito nenhum. Eu gostaria de explicar um pouquinho qual é o nosso papel. O que é que nós fazemos? Nós temos uma pluralidade de interesses muito grande. Nós temos, por exemplo, participação no Porto de Santos, participação em telefonia, participação em empresa de saneamento; participação no metrô do Rio de Janeiro. É impossível conhecer, com proficiência, tantos ramos diferentes. É quase insensato. O que nós fazemos é escolher administradores em que nós tenhamos confiança em que eles vão conseguir levar a êxito os objetivos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa confiança pode chegar a ponto de solicitar que, de alguma forma privilegiem, enfim, sirvam de elo com alguma empresa que tenha ligação com o Governo? Ou seja, identificando eventualmente ligações telefônicas de V.Sa. ou correspondência, é possível chegarmos numa situação de que o Opportunity teria interesse em que a TELEMIG carriesse recursos através de Marcos Valério para partidos aliados ao Governo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, esse tipo de conversa nunca houve entre nós, os administradores da TELEMIG. A SMP&B e a DNA já eram... A TELEMIG e TELENORTE já tinham... A TELEMIG, particularmente, já era cliente da SMP&B desde 98 e se nós formos olhar, o pagamento da publicidade é muito regular, é mais ou menos uns 28, 30 milhões de reais por ano, mais ou menos constante.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em 2004 chegou a 40 milhões.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quanto?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quarenta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, ela sobe um pouco quando a TELEMIG faz a migração tecnológica. A TELEMIG usava um sistema de celular que se chama TDMA e, no ano passado ela mudou para o GSM. Com isso, você fica com a perspectiva de perda de cliente porque o cliente vai ter que mudar de telefone e aí o esforço publicitário é maior. Mas, a TELEMIG me encaminhou, ontem que eu dei uma examinada, e se V. Exas. se interessarem, eu pedi para fazer uma apresentação e trouxe cinquenta, que estão aí, mostrando aqui todas as propagandas que foram feitas e todos os custos de cada uma das propagandas que foram feitas pela SMP&B e DNA. E esses faturamentos de agências de publicidade, talvez até por serem publicitários, eles tendem a inflar a importância da agência. Quando ela fatura trinta ou quarenta milhões num ano, na faixa de 10% fica com a agência, o resto vai pagar a veiculação, vai pagar o jornal, vai pagar a televisão, vai pagar o *outdoor*, vai pagar a produção. Então, a receita da agência é uma receita pequena em relação, obviamente, a estes montantes. Não digo que seja um valor pequeno, mas em relação a este montante é um valor bem menor. Desta receita da agência, a agência tem que pagar os seus custos e--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Daniel, nós sabemos disso. O problema é que exatamente, como alguém que só tem participação de 10, 15% sobre a produção trabalha com tantos milhões, libera tantos milhões, uma conta de um bi e oitocentos... E, mais especificamente, em relação à TELEMIG e à AMAZÔNIA CELULAR, naqueles documentos que estavam sendo incinerados, havia muita nota de publicidade da AMAZÔNIA CELULAR e da TELEMIG. Então, temos esta dúvida. Eu sei que V.Sa. tem dificuldades em talvez responder, mas nós entendemos que a publicidade, essa também servia como acobertamento de pagamentos que realmente não correspondiam a serviços prestados, e daí a necessidade de notas serem consumidas, porque poderiam identificar quais os serviços, estavam noticiadas

as notas, far-se-ia o confronto e ver-se-ia que o serviço não havia sido feito. V.Sa. deve ter lido nos jornais. A que atribuiria a incineração de notas de publicidade da TELEMIG e da AMAZÔNIA CELULAR?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, eu vou dividir essa questão aqui em duas. A minha capacidade de explicar o assunto da TELEMIG e TELENORTE, como falei antes, é limitada. Não sou administrador da TELEMIG e TELENORTE, não fiz esses contratos, não gerenciei essas contas. Então, o que posso informar para V. Exa. é que--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, não entrou em conversação, não solicitou informações da TELEMIG lá e o que estava acontecendo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Solicitei informações e o que posso dizer foram as informações que recebi. Em relação à primeira parte da pergunta, que é o pagamento para a agência ter sido, de fato, para uso publicitário eu fiquei plenamente convencido. Tenho os relatórios, até a TELEMIG encaminhou, a meu pedido, uma carta a essa Comissão sugerindo que antes, talvez, deste depoimento, que talvez... Que essa Comissão pudesse, ou até depois, se a Comissão preferir, se aprofundar nos detalhes dessa conta com quem, de fato, fez os contratos e possa responder com toda a riqueza que possa se fazer necessário. Quanto às notas que foram devolvidas, eu também questioneei ontem à noite, porque eu sabia que estaria aqui hoje, e a explicação que me foi dada foi basicamente o seguinte: Aquelas notas não foram pagas. Aquelas notas é o seguinte, a SMP&B e DNA encaminham as notas à TELEMIG e quando a TELEMIG não concorda com a nota por algum motivo, ela devolve. A nota entra no protocolo, o protocolo carimba que recebeu, mas a diretoria de *marketing*, por algum motivo, entende que a nota não é devida.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso, Sr. Daniel, realmente é até normal em qualquer empresa, mas há uma incidência exagerada de notas canceladas. Eu pergunto se... A TELEMIG fez um confronto, enquanto contratada, diante desse escândalo todo que, eventualmente, ela esteja sendo envolvida indevidamente, ela fez um confronto entre o que efetivamente pagou de publicidade com o que está assentado na empresa contratante?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Me foi informado que esse confronto foi feito no detalhe e que não há um centavo que tenha sido pago que não tenha sido para publicidade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem informou V.Sa. disso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Como?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem informou V.Sa. disso? Quem assegurou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quem me informou, a Presidência da TELEMIG e da TELENORTE. Ontem à noite, inclusive, voltei a perguntar. Hoje de manhã já tinha uma ilação a respeito disso, voltamos a perguntar. Ele disse: "Olha, não tem nada, nada, nada. Não tem nada que não tenha sido absolutamente comprovado, inclusive pediu uma auditoria, eu acho que da PRICE ou de alguém para poder fazer um estudo detalhado disso e poder encaminhar a quem..."

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu queria insistir num detalhe. Uma coisa é dizer-se que na TELEMIG está tudo absolutamente correto, até porque, evidentemente, ninguém iria se autoproclamar equivocado, mas a pergunta não é dentro da TELEMIG. Vamos admitir que o que está lá registrado corresponde a serviços prestados, tudo correto. Mas, o que está registrado na SMP&B, relativamente à TELEMIG, não coincidiria. Esse confronto foi realizado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei. Não sei. Eu não sei se a TELEMIG confronta o que... Eu não sei nem se a TELEMIG detém as informações do que está registrado na SMP&B. No meu entendimento, a TELEMIG deve ter confrontado o que ela pagou com as faturas que recebeu. O que a SMP&B registra ter recebido, eu não sei se esse confronto foi feito. Poderia pedir que fosse feito e encaminhado ao senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Apenas uma observação. É claro que uma empresa desse porte naturalmente deveria verificar, para ver se essas notas... Agora levantando a suspeita em cima da SMP&B e afastando da TELEMIG. Só que remanesce, respinga em cima da TELEMIG, na medida em que não faz essa análise se aquelas notas, podem ser até notas impressas--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Perfeito.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): --Indevidamente, sabe Deus o porquê, e se foram lançadas na contabilidade da SMP&B. A TELEMIG, hoje, estaria isenta de qualquer dúvida, se, como relação comercial que tem, trouxesse à baila exatamente esse confronto.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu podia... Quer dizer, eu acho que... Eu não sei se seria, no fundo, indevido ou incorreto, mas se V.Sa. quisesse--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nós gostaríamos que--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --Eu posso perguntar agora.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): --Porque como é uma relação comercial, é mais fácil a TELEMIG fazer essa análise e o confronto com a SMP&B.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor gostaria que eu pedisse para perguntar agora?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Se fizeram? Não, delegue a alguém que faça. Sem problema nenhum.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu posso pedir.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A par disso, eu queria lhe perguntar... [soa a campanha]. V.Sa. conhece o Naji Nahas?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Conheço.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Alguma vez ele intermediou alguma negociação de V.Sa.? Ou do Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Minha, não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Do Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Minha, não. Da TELECOM ITÁLIA conosco, intermediou.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Da TELECOM ITÁLIA com...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Com o Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Várias vezes, o Sr. Naji Nahas--

>> [soa a campanha].

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente. Está difícil para quem está na primeira fileira ouvir--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Imagine quem está lá atrás!

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --Foi minha culpa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, vamos pedir... [inaudível]. Não. O problema é o plenário.

>> [soa a campanha].

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Infelizmente, há uma zoada grande dentro do plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu já tenho pedido a colaboração de todos e eu até sugeriria que novamente se distribuíssem as castanhas, porque nós vivemos um momento de silêncio com as castanhas [risos]. Mas, infelizmente, as castanhas terminaram e a conversa voltou à tona.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu queria pedir a colaboração de todos. Sei que é difícil. Eu Tenho soado a campainha, não tenho interrompido, para que todos entendam a sinalização, mas--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Presidente Amir Lando, eu sei que o chimarrão não faz tanto sucesso quanto as castanhas da Deputada Perpétua, mas está às ordens para garantir o silêncio.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Então vou pedir, mais uma vez, silêncio e... Devolvo a palavra ao Relator, que fez a pergunta ou está formulando a pergunta.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Em relação a Naji Nahas, há informação de que ele teria estado em Portugal, na PORTUGAL TELECOM, negociando a TELEMIG. Que evidentemente é do interesse de V.Sa. Sabe desse fato? Autorizou a que procedesse?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O Sr. Naji Nahas nunca negociou nada por nós. O Sr. Naji Nahas tem sido negociador freqüente pela TELECOM ITÁLIA. Ele tem representado interesses da TELECOM ITÁLIA em negociações conosco, com o CITI, com os Fundos de Pensão. Reportou-me inclusive que teve negociações com o Sérgio Rosa, teve negociações com o Citibank. Ele tem representado os interesses da TELECOM ITÁLIA. Em nenhum momento foi pedido ao Sr. Naji Nahas que fizesse qualquer intervenção ou que tivesse qualquer papel nas negociações que existiram entre TELEMIG e o Grupo VIVO com participação da PORTUGAL TELECOM e da TELEFÔNICA. Eu gostaria só de repetir que essas negociações estavam sendo feitas de forma direta. Nós já estávamos negociando, já existia uma negociação com advogados, com bancos de investimentos dos dois lados. Quer dizer, era completamente desnecessário a presença de qualquer terceiro intermediário numa negociação que já estava em curso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas essa desnecessidade chama a atenção porque parece que muita gente queria pular nesse barco. É possível que alguém esteja vendendo uma TELEMIG com pessoas interferindo nisso? Uma hora é Marcos Valério, Delúbio, Naji Nahas, e ninguém tem nada com isso, porque a negociação quem está se... Quem não queria que isso se realizasse seria o CITI? É isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, o CITI, no fundo, nos reporta que não queria que realizasse. E a minha sensação da comunicação do CITI é que

o CITI estava... Não querendo que isso se realizasse por alguma--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual era a participação do CITI na TELEMIG?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A participação do CITI na TELEMIG... O CITI não é o maior acionista da TELEMIG, mas é o acionista que detém o controle hoje.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Hoje e também nessa oportunidade da venda do CITI.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, veja o seguinte. A nossa relação com o CITI sempre foi uma relação assim muito próxima e, independente do fato da formalidade, ter direito, não ter direito e tal, a prática, até muito pouco tempo atrás, era sempre manter o CITI informado de tudo. E se porventura o CITI, por algum motivo ou outro não quisesse que a transação fosse feita, como era nosso cliente, nós sempre procurávamos de alguma forma, desde que isso não viesse a prejuízos substantivos e nada, atender ao desejo. Neste caso, ele foi um pouco mais firme do que o normal e disse que não queria que aquela transação se concretizasse. Agora, a PORTUGAL TELECOM e o Grupo VIVO e a telefônica queriam fazer a transação. Então, eu fico achando estranho... Não sei se essas presenças em Portugal tinham na verdade objetivos vinculados à transação da TELEMIG, eu não sei. Inclusive porque quando aconteceram essas visitas a Portugal, de acordo com o que foi noticiado no jornal, já tinham encerrado as negociações entre a TELEMIG e o Grupo VIVO. As negociações, só para dar uma idéia, entre a TELEMIG e o Grupo VIVO. As negociações, só para lhe dar uma idéia, as negociações entre a TELEMIG e o grupo VIVO ocorreram entre maio e setembro de 2004. E em setembro de 2004, o Grupo VIVO desistiu da operação, nós não conseguimos chegar a termos e a transação foi... Pararam as negociações. E aí a TELEMIG decidiu fazer a migração tecnológica, adotar o sistema GSM, porque tinha que continuar seguindo o seu destino e o Grupo VIVO, por conta disso, reduzia substancialmente o seu interesse, uma vez que o Grupo VIVO opera com um sistema diferente, que é o sistema CDMA. Teria custos adicionais para fazer uma segunda migração.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que V.Sa. quer dizer é que tudo isso que se diz é absolutamente infundado. O que se imagina é que alguém estivesse tentando convencer PORTUGAL TELECOM a que comprasse. Ela já estava disposta a comprar há muito tempo. Esse pessoal estava perdendo tempo.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O que pode ter acontecido é o seguinte, quer dizer, se me perguntassem no campo das ilações, e não aqui no campo de qualquer testemunho, é possível, eu não estou dizendo que seja, que tenham sido os Fundos de Pensão que não tenham concordado com a transação e tenham pedido ao CITI para não concordar. E aí alguém tenha aparecido no meio para tentar intermediar algum... Mas eu não sei, eu não tenho noção sobre isso. E o CITI não me reportou isso. Agora, a PORTUGAL TELECOM queria comprar, estava disposta a comprar, estava disposta a pagar e só não comprou porque nós não vendemos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A decisão da BRASIL TELECOM de contratar Duda Mendonça tem alguma coisa a ver com V.Sa.?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Foi uma decisão da BRASIL TELECOM, mas eu recomendei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. recomendou-o a mais alguma empresa...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Eu recomendei o Duda Mendonça porque eu disse que achava ele um extraordinário publicitário. Eu achava ele muito bom publicitário, eu achava ele muito criativo, eu conhecia Duda Mendonça de muito tempo e, de fato, o Duda Mendonça fez dois trabalhos muito importantes para a BRASIL TELECOM. Eu credito, no fundo, grande parte do sucesso, ou parte do sucesso que a BRASIL TELECOM teve, no lançamento da telefonia móvel, a uma inspiração trazida pelo Duda Mendonça, e eu gostaria de explicar aqui, porque seria justo. Ele veio com uma idéia dizendo o seguinte: "No mercado de telefonia, tem muita promoção e as pessoas se confundem. Esse negócio de centavo por minuto, minuto por centavo. Então, o consumidor não tem muita idéia do que é que é mais barato". E ele disse: "Olha, eu tenho uma sugestão para vocês. Quando eu fiz a publicidade da Feira dos Tecidos na Bahia, eu criei um metro com um metro e trinta. Então, tinha um 'metrão'. Eu vendia pelo mesmo preço, mas o metro era maior. Então, as pessoas viam com clareza que aquilo era mais barato, tinha um desconto. Na hora de medir, o metro era grande, então era didático que havia um desconto [soa a campainha]. As pessoas percebem tamanho com maior facilidade do que 'por centos'". Então, sugeri que a BRASIL TELECOM entrasse com um plano, que foi lançado aqui em Brasília, que alguns dos senhores devem conhecer, o plano do "Pula-Pula, paga num mês, não paga no outro". É fácil entender, é mais simples de entender do que 'por centos', descontos etc e tal. E de fato a BRASIL TELECOM, nesse período, como

um quarto entrante, conseguiu um milhão e meio de clientes. A idéia foi dele, e eu tinha sugerido à BRASIL TELECOM dizendo o seguinte: “Olha, na fase de entrar numa coisa empresarialmente mais agressiva, é sempre conveniente contar com a melhor orientação estratégica possível”. Nós não conhecíamos muito a capacidade da agência do Sr. Duda Mendonça, como aliás não conheço, de conseguir fazer o resto, quer dizer, operacionalizar a propaganda, mas eu tinha certeza de que ele era um publicitário maduro, muito criativo e muito experiente. Então, sugeri à BRASIL TELECOM que conversasse com ele. Daí para adiante, eu não tive mais nenhum papel na contratação ou nos pagamentos, em mais nada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O Opportunity alguma vez depositou dinheiro no exterior em nome de Duda Mendonça ou de alguma empresa do Duda Mendonça?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Nós nunca pagamos ao Duda Mendonça no exterior e nenhuma das suas empresas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não, não seria trabalhar. Efetuar depósitos em contas de Duda Mendonça.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Como?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Efetuar depósitos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nunca foi feito nenhum pagamento, nenhum depósito do Opportunity em conta do Sr. Duda Mendonça.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O Opportunity depositou alguma vez dinheiro na conta DEPOLO?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ágata?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Daí... Eu...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Asteca? Parece que existem informações de que teriam sido efetuados depósitos num...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não conheço essas contas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Naquele episódio... Eu vou ler aqui um trecho, porque me permito rapidamente, em relação à VALE: “O BRADESCO foi contratado, na época, pelo Governo para ajudar a preparar a venda da VALE e quis passar para o outro lado do balcão”. Eu lhei passo uma informação para reflexão. “Tentou participar do leilão como comprador. Invocando razões éticas, o BNDES o proibiu. Achou uma maneira indireta de participar, via Daniel Dantas” [soa a campainha]. E vou pular o que

não interessa. “A participação indireta do BRADESCO deu-se da seguinte maneira: as empresas BELAPART e VALETRON, controladas pelo Opportunity...” São controladas pelo Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eram controladas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): BELAPART e VALETRON.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eram controladas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): “Lançaram no mercado, no dia da venda da VALE, debêntures no valor de seiscentos e quatro milhões de reais. Os papéis foram comprados por uma subsidiária do BRADESCO, a UNIÃO PARTICIPAÇÕES. O dinheiro das debêntures serviu para que o Opportunity financiasse a ELÉTRON, outra empresa que controlava”. O Opportunity controlava a ELÉTRON?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Controlava. No passado, sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Na compra da VALE. “A ELÉTRON integrou o consórcio vencedor, desembolsou seiscentos e sessenta milhões de reais. Posteriormente, 85,6% das ações da ELÉTRON foram repassados ao BRADESCO”. A pergunta, sinteticamente: O BRADESCO elaborou a estratégia de leilão da VALE, não poderia participar, como não poderia participar teria se valido de V.Sa. de empresas de V.Sa. e, na seqüência, teria caído fora e passado a ser o titular, enfim, teria servido como “testa-de-ferro” nesse contorno. O que é que V.Sa. nos diz sobre isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Posso explicar. Essa operação foi o seguinte: O BRADESCO queria ter uma... Como é que se diz? O BRADESCO estava impedido... Quer dizer, não é que o BRADESCO estava impedido, o BRADESCO participou da avaliação da Companhia VALE DO RIO DOCE e, por conta disso, não era conveniente que o BRADESCO participasse como comprador. O BRADESCO tinha o desejo de ter um ativo na VALE DO RIO DOCE, mas não podia possuir participação acionária. Nós, na época, consultamos advogados e foi montada a seguinte operação: Nós captamos cem milhões de dólares com o CITI que, na verdade... E nós participamos também com alguma parte pequena, e montamos uma empresa que não era uma empresa desprezível, uma empresa com cem milhões de dólares de capital. Essa empresa emitiu debêntures e o BRADESCO comprou seiscentos milhões de reais de títulos de dívida desta empresa. Essa operação foi comunicada ao BNDES. O que os nossos advogados disseram é que não havia

impedimento, não havia nenhum impedimento legal à participação do BRADESCO. O único oponente que poderia se opor à participação era o contratante e o BNDES tinha ciência da operação, recebeu uma carta do BRADESCO e nós comunicamos. E deixa eu fazer uma analogia para os senhores poderem entender um pouquinho a natureza do problema, porque é simples. Se os senhores, por exemplo, quiserem vender, vamos dizer, imagina que o senhor vai vender um apartamento e contrata um corretor para vender o apartamento. Não é conveniente que o corretor apareça como comprador. Porque o senhor não pode ter certeza se de fato o corretor fez o melhor esforço possível para procurar um melhor preço. Há um conflito de interesses nítido, na tentativa de vender e aparecer como comprador. Mas, suponha que o corretor volte para o senhor e diga o seguinte: “Olha, o melhor preço que eu consegui foi cem, mas eu estou disposto a lhe pagar cento e vinte”. E Vamos imaginar que o senhor diga: “Ah, não, tudo bem”. Ninguém mais tem o que se opor a isso, uma vez que você, como vendedor, concordou com esta transação, ela é uma transação que potencialmente só poderia ter sido prejudicial a você. O que o BNDES, na época, interpretou é que a possibilidade do BRADESCO de financiar essa empresa iria contribuir com o aumento do ágio e um aumento do preço pelo qual ele venderia a Companhia VALE DO RIO DOCE, o que de fato aconteceu. Esse consórcio pagou mais caro do que o consórcio alternativo e o Tesouro, na verdade, obteve um benefício por conta dessa iniciativa. Essa iniciativa foi informada ao BNDES, não era uma operação escondida ou camuflada de nenhuma natureza e, na verdade, não era uma operação em que alguém estivesse travestindo de outra coisa, porque o termo que o senhor utilizou de “laranja” em geral é alguém que empresta o nome, mas--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Testa-de-ferro.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --Testa-de-ferro. Mas colocar cem milhões de dólares, o metal tal já seria talvez um pouco mais--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não. Eu não estou fazendo análise sob o ângulo comercial, eu reconheço. Mas havia uma vedação legal que foi ultrapassada.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não havia uma vedação legal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. iniciou que o [inaudível] falando em haver impedimento--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --Não havia uma vedação legal. O que havia era a participação direta do BRADESCO, pelo que foi informado aos

nossos advogados, na época nós nos informamos sobre o assunto. Não era da melhor prática, e o Dr. Bulhões Pedreira até, que foi o advogado que nos assessorou--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só como curiosidade, se não havia nada que impedisse, por que todo esse giro?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Porque ele não queria ter a participação direta. Ele queria comprar debêntures. Comprou as debêntures. A operação, na verdade, é exatamente a que estava escrita. Não teve e nunca teve nenhum outro contato paralelo com o BRADESCO que desse a ele um direito diferente daquele que foi contratado. Agora, se V. Exa. quiser me perguntar o seguinte: Bom [soa a campainha]. Talvez essa transação tivesse ido a muito próximo do limite do que é permitido? É verdade. Mas não passou.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, eu agradeço. Eu sei que muitas outras questões ainda existem, mas nós já estamos acostumados a sermos ricamente supridos pelo Plenário. De forma que eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): E V.Exa. poderá voltar a qualquer momento. Eu concedo a palavra ao Relator da CPMI de Compra de Votos, o nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para fazer as suas inquirições de estilo.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Sr. Daniel Dantas, através de algumas perguntas, procurarei minudenciar e esclarecer alguns aspectos da sua exposição inicial, não somente para avaliar melhor a sua grande participação na economia nacional, como para tentar subsidiar as perguntas dos Srs. Membros das Comissões. Colhi esses elementos onde pude, se porventura forem incompletos ou falsos, o senhor naturalmente os completará ou contestará. O senhor celebrou com a PREVI, em 1997, um acordo para a formação de um fundo mútuo que, no final, depois de algumas variações, tomou o nome de Fundo NACIONAL. Esse fundo foi constituído especialmente para participar das privatizações levadas a efeito pelo processo de desestatização no Governo Fernando Henrique. O senhor concorda? Aprovada em 1998, a participação no leilão de privatização das empresas da TELEBRÁS, o Fundo NACIONAL participou de outras estruturas societárias, outros fundos de investimento criados e geridos pelo senhor, pelo Banco Opportunity, como o Fundo CCB, que tinha como único cotista o Citibank, fundo aberto cujos cotistas são desconhecidos, ambos esses fundos foram criados e sediados nas Ilhas Cayman. É verdade?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu gostaria que o senhor respondesse também ‘sim’, como fez na primeira pergunta, para resgatar na gravação. O senhor fez o gesto e não saiu no microfone. Quer dizer, à primeira pergunta formulada pelo Relator, V.Sa. disse sim?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Toda a montagem da sociedade, da estrutura societária, a escolha dos novos operadores, seleções de ativos a serem adquiridos etc, etc. Tudo isso ficou a cargo do senhor, ou seja, do Banco Opportunity, através das empresas controladas pelo senhor. Não é isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor colocou esses fundos numa espécie de cadeia formada por várias sociedades de propósitos específicos, se não me engano são conhecidas como SPEs, não é isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim. SPEs.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Ou seja, empresas formadas apenas para participar de outras empresas. O senhor continuou... Em todas essas estruturas, o senhor exercia a maior parte do poder de controle. Isso se originava da sua condição de gestor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): E

através dessa associação foram formadas as seguintes empresas: BRASIL TELECOM, empresa de telefonia fixa através do consórcio SOLPART em conjunto com a ITÁLIA TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

TELEMIG e AMAZÔNIA CELULAR, empresas de telefonia celular, através do Consórcio TELPART, originalmente em conjunto com a TIW, que, se eu não me engano, é uma empresa canadense.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O

Terminal de Container do Porto de Santos, TECON 2, através do Consórcio SANTOS BRASIL em conjunto com a MULTITERMINAIS. Essa MULTITERMINAIS seria uma empresa argentina que também participou de consórcio com o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, ela é uma empresa brasileira.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Mas há uma empresa argentina que também informa aqui--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Participa no consórcio do Metrô do Rio de Janeiro.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

O Metrô do Rio de Janeiro, em conjunto com a CO-METRANS.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Participação na SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, em conjunto com VIVENDI. A VIVENDI é firma brasileira também?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, a VIVENDI é francesa.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Francesa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: E a ANDRADE GUTIERREZ também.

DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG):

Participação minoritária na TELEMAR pelo fundo estrangeiro Opportunity Fund, através da empresa ARGOLIS, que adquiriu a participação da INEPAR.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A ARGOLIS tem debêntures da INEPAR, debêntures conversíveis. Aliás, já tem ações hoje, tem ações também, 19%. Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-

ACKEL (PP-MG): Isso significa, o senhor contestará se o meu levantamento não for correto, que os investimentos da PREVI na participação direta com o senhor montaram um total de aportes de privatização de 409 milhões 84 mil 400 reais e 51 centavos. Bom, se necessário o senhor conferirá mais tarde: 409 milhões 84 mil 400 reais e 51 centavos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Acho que merecia uma qualificação, se for possível. Tinha feito uma explanação aqui inicialmente, esses fundos, em geral, dão direito aos seus clientes de investirem recursos adicionais nas iniciativas que foram geradas pelo fundo. Então, a PREVI nos conferiu uma parte dos recursos pelo nosso fundo, que era a nossa responsabilidade administrar, e ela decidiu por conta própria investir dinheiro da sua propriedade, sem a nossa responsabilidade na mesma iniciativa. O Citibank, por exemplo, optou por fazer essa mesma opção, mas nos delegando a responsabilidade de administrar a sua parte dos recursos adicionais, porque, basicamente, o fundo identifica oportunidade e, às vezes, a oportunidade é maior do que o fundo está disposto a investir. E, nesse caso, é praxe dar aos cotistas do fundo o direito de comprar a sobra, o a mais. E isso, às vezes, se faz pelo cotista subscrever mais capital no fundo sem que pague as taxas de administração ou as taxas de incentivo para o administrador, ou, no caso da opção dos Fundos de Pensão, era eles decidiram que gostariam de ter uma participação direta. Negociaram diretamente os seus acordos de acionistas e suas representações.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Sr. Daniel Dantas, quero deixar claro é que o senhor se associou a inúmeras empresas. O senhor trouxe numerosas empresas nacionais e de outros países para compor as suas associações, os negócios do Banco Opportunity. O que estou tentando esclarecer, se tanto for verdade, é que só da parte da PREVI, ou seja, do Fundo de Pensão do Banco do Brasil, houve uma participação de 409 milhões 84 mil 400 reais E 61 centavos. Só da PREVI. Fora todos as outras empresas cujos títulos mencionei. Queria saber se a participação da PREVI foi desse montante?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu tenho que checar. Não tenho esse número. Eu sei o que a PREVI tem sob nossa responsabilidade. Do que a PREVI tem e não é de nossa responsabilidade não tenho o número, mas posso fazer um levantamento. Posso pedir para ver--

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor reconhece que, a partir de 2002, mais ou menos, de 2000, o senhor entrou em choque com a PREVI, porque esta passou a criticar seu desempenho do senhor como gestor único e exclusivo desse grande montante de recursos, dessas empresas todas submetidas à sua direção?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A partir do ano 2000 é fato. A partir do ano 2000, a PREVI entrou em choque conosco.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): A PREVI?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Entrou em choque conosco a partir do ano 2000.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Ela entrou em choque com o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Esse choque começa, exatamente, depois da operação da CRT, em que nós nos negamos a facilitar o sobre preço que era pretendido na aquisição da BRASIL TELECOM e da CRT, que estavam sendo vendidas pela TELEFÔNICA. Tem até uma nota curiosa, publicada na Veja, onde a nota diz o seguinte, que é um certo aviso aos navegantes. Logo depois de termos nos negado a pagar os 250 milhões de dólares de ágio da CRT e antes de o conflito ter começado, saiu uma nota na Veja que dizia o seguinte: "As relações da PREVI com o Banco Opportunity se esgarçaram de vez. O motivo são divergências nas parcerias entre os dois na área de telefonia". Um diretor do poderoso Fundo de Pensão do Banco do Brasil diz: "As portas da PREVI estão fechadas para o Opportunity. Vão ser tratados na base da borduna". Foi uma das frases mais gentis ditas pelo alto comando da PREVI na semana passada. Essa

nota foi publicada na coluna do Radar pelo jornalista Lauro Jardim, na revista Veja. Na verdade, isso anuncia que a TELECOM ITÁLIA já tinha nos dito que, se não concordássemos em pagar os 850 milhões de dólares integrais pela CRT, os Fundos de Pensão iam nos retaliar. Tenho a correspondência de Mauro Salles que registra esse assunto antes dele ter começado. Daí para diante, nossa relação com a PREVI ficou complicada o tempo todo.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Durante esses últimos anos, esses últimos tempos, a imprensa especializada em economia vem enumerando fatos alegados pela PREVI como causa da destituição do Fundo Opportunity. Obviamente, não posso levar todas elas em consideração, mesmo porque elas são muitas. Chega-nos uma notícia, inclusive, de que o senhor teria adquirido três aviões com o dinheiro do fundo, o que constituiria um desvio dos recursos que deviam ser empregados em benefício dos cotistas. Mas, não vou alegá-lo porque não tenho condições de sustentar uma notícia de imprensa que não cita sua fonte. Mas, o que apurei do noticiário foi que, em 2000, o fundo que o senhor Preside, dirige, o fundo colocado sob sua gestão, teve suas contas rejeitadas pelos acionistas, pelos cotistas, em virtude de irregularidades constatadas. Queria saber do senhor se isso é procedente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A PREVI alegou as seguintes irregularidades nos fundos. Essas ações foram compradas a mercado, e como essas ações detêm um prêmio de controle, porque foram compradas no leilão de privatização e eram ações que têm um valor maior do que as ações negociadas em bolsas livremente, o nosso fundo contabilizou pelo justo valor, da mesma forma com que contabilizou o fundo americano. A PREVI tentou usar de um argumento e conseguiu a aprovação da CVM, que teríamos de registrar isso pelo valor patrimonial, que é muito inferior ao real valor de mercado. E, assim sendo, como as taxas de administração eram cobradas em cima do efetivo valor de aquisição, isso foi descrito como uma irregularidade. A CVM não tinha um padrão. Como esse tinha sido o primeiro fundo, que foi criado, a CVM não tinha um padrão e resolveu optar pelo entendimento da PREVI, o que significava reduzir nossas taxas de administração a um valor incompatível com a possibilidade de gerir o fundo. Isso já era uma tentativa de prenúncio de tentar ir nos afastando do fundo, e foi entendido que havia essa contabilização, no entendimento deles indevido, no nosso entendimento não é indevido e estamos recorrendo da decisão. Vale ressaltar que a contabilização para o fundo americano, que era o fundo do CITI, sempre foi feito do jeito que

nós contabilizamos o fundo da PREVI, o CITI sempre pagou a taxa de administração de acordo com esse critério contábil, e é o critério contábil de praxe em todo mercado internacional.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Gostaria que o senhor declarasse se é verdade que, na assembléia de 2000, as contas do seu fundo foram rejeitadas pelos acionistas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi essa a assembléia em que eles rejeitam as contas, criticando o critério contábil que nós adotamos, que era o critério padrão internacional e optando por um critério contábil de tentar registrar essas ações por um valor patrimonial. Como essas empresas têm um valor patrimonial muito inferior ao seu valor de mercado, dava um valor muito menor do patrimônio e, obviamente, os fundos nunca imaginaram que o valor dos seus ativos era o valor patrimonial. Nunca estiveram dispostos a vender seus ativos por esse preço. Apenas queriam utilizar essa latitude para diminuir, artificialmente, a taxa de administração, e essa taxa de administração é que cobre os custos de monitoramento, gerência, controles, etc. De fato, rejeitaram as contas, mas por um motivo com que nossos Auditores e os nossos Advogados e a praxe internacional não concordam.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): A partir daí, a luta do senhor contra a PREVI ou da PREVI contra o senhor intensificou-se, o que chegou a levar a PREVI a uma tentativa de destituição do senhor como gestor desses fundos, preferindo em seu lugar o Citigroup. É verdade?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. A PREVI, na verdade, nos destituiu ilegalmente do fundo, porque o fundo tinha um quorum maior do que eles tinham no momento da votação. E eles, na verdade, eles nos tiraram e colocaram como gestor uma empresa recém-formada, chamada ANGRA PARTNERS. Não foi o Citigroup. Era uma empresa recém-formada, e dessa empresa tinha uma pessoa que era do Citigroup e duas pessoas que, se não me engano, eram egressos da ANDRADE GUTIERREZ. Formaram na verdade essa empresa, e a PREVI transferiu a administração do fundo para essa empresa recém-formada, chamada ANGRA PARTNERS. No ANGRA PARTNERS tinha um ex-funcionário do CITI e, se não me engano, ... ou dois funcionários do CITI e um da ANDRADE? São 2 do CITI e 2 da ANDRADE.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor, inconformado, foi à Justiça, por meio de numerosas ações, a fim de defender os seus direitos de gestor, e as ações estão pendentes de decisão. Quer dizer, o caso não está resolvido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O caso, de fato, não está resolvido. O caso ganhou alguma complexidade adicional porque o Citibank acabou comprando parte das ações desse fundo e fez uma assembléia dia 8 de setembro referendando essa decisão que era ilegal, e ele referenda essa decisão. Na verdade, nós entramos com outro questionamento, porque o Citibank comprou essas ações da Fundação da BRASIL TELECOM vendeu essas ações para o Citibank, e os Executivos da Fundação reportaram que eles venderam porque foram amedrontados, porque foram ameaçados pela Secretaria de Previdência Complementar, que os ameaçou de colocar o patrimônio indisponível ou coisa que o valha. Então, por conta disso, venderam as ações para o Citibank, e o Citibank usou essas ações para referendar um contrato que tinha sido feito de forma irregular. Então, nós entramos com uma ação na Justiça pretendendo a anulação dessa venda, porque a venda foi feita em condições inadequadas. E também na época em que o Citibank comprou as ações, as cotas do Fundo da Fundação BRASIL TELECOM, o Opportunity fez uma proposta de que também pagaria e compraria essas ações. E um outro fundo internacional também fez essa proposta. E os executivos da Fundação 14 preferiram não escutar as propostas alternativas e fecharam a proposta com o CITI, e nos foi reportado pela BRASIL TELECOM que a preocupação ou o medo que eles tiveram foi porque a Secretaria de Previdência Complementar meio que sinalizou que poderíamos sofrer algum tipo de problema.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Sei que há críticas sobre o valor dado pelo Citigroup e as ações do fundo. Fizeram um PUT para pagamento em 2007, e o senhor acha que, se a negociação fosse feita com a TELECOM, eu li declarações do senhor, a PREVI estaria muito melhor servida. Quero registrar isso como um dos aspectos da contenda que o senhor mantém com a PREVI. Agora, vem a pergunta nodal. O senhor, em meio a tantas dificuldades, demandas judiciais, um conflito de meia dúzia de anos, de cinco anos com a PREVI, com toda essa movimentação, que tem obviamente uma finalidade potencialmente lesiva para o senhor, o senhor nunca se valeu de nenhum intermediário, de nenhum contato no Governo Federal para explicar os seus pontos de vista, colocar a sua postulação, evitar que o Governo, por meio da PREVI, tomasse providências contrárias ao seu interesse?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu chamei atenção disso numa segunda reunião. Aliás, em duas reuniões que eu tive com o Ministro Dirceu. Foi o único contato que eu tive no Governo Federal, chamando atenção de que havia interferências indevidas favore-

cendo nossos adversários. Ele prometeu que iria verificar, que achava que o Governo não deveria estar intervindo em disputa privada, mas o Governo continuou intervindo em disputa privada. Uma pessoa do Opportunity tentou um contato com o Ministro Gushiken, sem sucesso, e nós... Todas as possibilidades que alguém de nós tinha de tentar explicar a qualquer pessoa ligada ao Governo, qual era o nosso posicionamento etc. e tal existia, mas não conseguimos nenhum êxito em que os nossos adversários tivessem sido apoiados aí nessa disputa.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Nem junto à PREVI, o senhor não se valeu de ninguém do Governo, do Partido do Governo, de pessoas próximas ao Governo na defesa dos seus interesses?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Nem junto a PREVI. Basicamente, eu tinha uma visão, assim, muito clara e muito prática do fato. Quer dizer, eu achava que havia um apoio de pessoas do Governo a interesses dos nossos adversários. Eu não tinha a impressão de que era por que não entendiam o que estava acontecendo. Então, não adiantava uma explicação. A única alternativa que nós tínhamos foi a que nós optamos: foi de resistir na medida do que podíamos, de nos valer da Lei e tentar o apoio da Justiça, na medida em que conseguíssemos decisões entendendo o nosso mérito. Foi o que fizemos. O senhor vai observar que é muito intensa a quantidade de disputas, de decisões judiciais em relação a esse ponto, mas era o que o tinha para nós; era o que já nos restava.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor não tomou a iniciativa, mas alguém da parte do Governo tomou a iniciativa de procurá-lo para que o senhor ajudasse no pagamento de dívidas de campanha ou, de qualquer modo, fosse útil nas finanças de um determinado grupo ou partido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, ninguém do Governo nos procurou para nos pedir contribuição de campanha.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor afirma então que não--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O que eu posso dizer é o seguinte, antes de o Governo ter-se instalado, uma pessoa que trabalha conosco, que é o Carlos Rodemburgo, tinha sido procurado por uma pessoa chamada Ivan Guimarães, que levou para ele um *kit* do PT, pedindo uma contribuição. Ele não sabia o que era, e parece que devolveu esse *kit* do PT e depois, ficamos sabendo aí que tinha tido algum tipo de ressentimento pelo fato de ele não ter compreendido direito. Mas é até interessante observar o seguinte, nós somos um fundo de investimentos. Têm vários clien-

tes internacionais, tem o Citibank, tem outros clientes do Opportunity, tem PREVI. Não é fácil um fundo de investimento pedir um aumento de capital do fundo, justificando que é para fazer uma contribuição política. Isso não tem como ser feito.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Eu compreendo isso. Compreendo que o gestor de uma tal multiplicidade de empresas não possa saber realmente todas as particularidades da gestão. O senhor não tem conhecimento? Ninguém levou ao conhecimento que qualquer dessas empresas tivesse participado disso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho nenhum conhecimento de que nenhuma dessas empresas tenha feito alguma contribuição política. Aliás, a maioria das empresas em que nós temos participação é concessionária de serviço público. E à concessionária de serviço público é vedado fazer contribuição política. Eu até não sei, que não cheguei a examinar, se o controlador da concessionária também é. Mas nós não examinamos esse assunto. Mas a concessionária nós sabemos que não pode.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor fez referência ao recebimento de um *kit*?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): De que partido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Do PT.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): O senhor me desculpe, mas é porque as conversas, muitas vezes, não nos permitem compreender, mesmo porque as siglas também são muito parecidas, as iniciais. Qual foi a resposta ao oferecimento desse *kit*?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu acho que ele não entendeu o que era e devolveu esse *kit*. Não entendeu o que era.

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Devolveu o *kit* tal como recebeu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tal como recebeu. Foi tal como recebeu para essa pessoa que ele também não conhecia. Depois ele foi... Eu acho que ele foi do Banco do Brasil... Acho que, se não me engano, presidente do Banco Popular.--

SR. RELATOR DEPUTADO IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG): Ok, muito obrigado, Sr. Daniel Dantas. Sr. Presidente, estou satisfeito. Aos senhores membros da Comissão, peço desculpas pelo tempo que lhes tomei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, pela relatoria, só

uma questão. O informante fez referência a que... A Secretaria da Previdência...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):

Sr. Presidente, voltou para a outra relatoria?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): É só uma perguntinha bem rápida. A Secretaria de Previdência Complementar teria pressionado os fundos para realizar ou não realizar determinados negócios. A pergunta é uma só: Quando isso aconteceu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor desculpe. A Secretaria--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Agora há pouco, V. Sa. fez referência à Secretaria de Previdência Complementar, que teria realizado pressões. Só para saber quando foi isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ah... Sei lá. Neste semestre. Deixe-me tentar a data. Deixe-me procurar a data aqui com precisão. É melhor. A aquisição que o Citibank fez da participação que pertencia à Fundação da BRASIL TELECOM foi no dia 30 de junho, mas o reporte que nos foi dado dessas pressões antecede a essa aquisição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Deste ano?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deste ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Dia 30 de junho--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deste ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): 2005.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: 2005.

SR. PRESIDENTE AMIR LANDO (PMDB-RO): Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o nobre Vice-presidente, Deputado Paulo Baltazar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela Ordem, Sr. Presidente. Eu questiono a V.Exa. qual é a... Sr. Presidente... Sr. Presidente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É a mesma questão, Presidente, como é que funciona--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu questiono a V.Exa. qual é o critério de concessão da palavra?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vai ser alternado entre uma Comissão e outra?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Já tivemos uma reunião e, evidentemente, iremos usar a mesma prática. Um e um, um de uma Comissão e outro de outra. Uma deferência especial, porque é o Vice-presidente. Em seguida, falará o primeiro inscrito da CPMI dos Correios, pelo tempo de dez minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas a lista é uma só, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): A lista é alternada, uma de cada comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São duas listas, Sr. Presidente?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Assim procedemos nas últimas reuniões conjuntas, sempre foi assim.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, com todo respeito que tenho a V.Exa, só quero discordar do tempo que V.Exa. está concedendo. Inclusive conversei com o Senador Delcídio Amaral, e foi criada uma sub-Relatoria para tratar dos Fundos de Pensão. Esse tema, na CPMI dos Correios, vai tomar uma importância agora, eu diria, maior do que teve até o presente momento. Então, dez minutos são insuficientes. Eu solicito a V.Exa. que mantenha o tempo regimental, e que é uma praxe da nossa Comissão, de 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu não falei isso, dez minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só que não é praxe na nossa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Falei dez minutos? Se falei diferente, equivoquei-me.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Estou solicitando a V.Exa. o tempo de 15 minutos...

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Ah, V.Exa. quer 15 minutos?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ...Que é o tempo praticado na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem sido o hábito dos trabalhos presididos pelo Senador Delcídio Amaral e que, na minha opinião, é fundamental para os esclarecimentos das questões.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Dez minutos, eu queria lançar esse apelo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Nas duas reuniões conjuntas, fixamos dez minutos, e assim se procedeu. O que fala o Regimento? Até 15 minutos. Não quer dizer que sejam 15, mas até 15. Mas submeto ao Plenário, consulto ao Plenário se querem usar esse limite extremo de 15 minutos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Excelente, 15 minutos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dez minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): O Regimento é até 15 minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Sr. Presidente, estão bons os dez minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nosso apelo é de que seja até 15. Realmente a matéria é complexa; dez minutos é um tempo muito escasso realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Temos aqui mais de 60 inscritos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há tolerância, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Dez minutos e quem quiser se reinscreve, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não, aí não há tolerância. Há 60 inscritos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos cumprir o Regimento, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Dez minutos, Sr. Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não, Deputado Arnaldo, com todo respeito a V. Exa, mas discordo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A matéria é complexa.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas há 60 inscritos. Temos de pensar nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Quando o Regimento fala até 15 minutos, a Mesa pode estabelecer.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Até 15 Amir--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Evidente que, contra a Mesa, tem o Plenário.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Suplico a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Vou submeter ao Plenário.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não, Pela Ordem, Sr. Presidente. Não--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por que não posso falar?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, Sr. Presidente. Fizemos um apelo, inclusive na CPMI dos Correios, porque existe do mesmo jeito que, por economia processual, as duas comissões se reúnem juntas, acaba sendo criado um problema

para os Parlamentares das duas Comissões. Então, o apelo que faço a V.Exa. é no sentido de preservar o até 15 minutos. Quem achar que fala cinco minutos e resolve, ou dez, então... Eu apelo V.Exa. sei que, na última reunião, ficou dez minutos, se pode inclusive fazer acordo aqui para ninguém discutir, mas o apelo que faço a V. Exa, Senador Amir Lando, é de definir em até 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não tenho nenhum problema. Evidente que, quando consulto o Plenário é porque a Mesa havia estabelecido esse entendimento nas duas reuniões conjuntas anteriores, e foi aceito. Agora, se há um apelo no sentido de que seja dilatado para 15 minutos, que é o limite extremo, sem tolerância, podemos fazê-lo. Agora, saibam V. Exas--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quantos inscritos têm?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sem tolerância.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Temos...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. concede os 15 minutos, sem tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Só um minutinho, vou dar a resposta. Temos 25 inscritos numa Comissão...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Poucos, poucos inscritos, pouquíssimos. Na reforma da Previdência, para retirar direito dos trabalhadores, votaram de madrugada à custa de mensalão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Temos aqui inscritos, 25 com 24, 49.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, V.Exa. concede os 15 minutos implacáveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Vamos aos 15 minutos. A matéria é relevante.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos começar. Quanto mais demora, piora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não estou aqui para criar problema. Estou aqui para estabelecer ordem e disciplina, nada mais que isso. Então, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Vice-presidente, Deputado Paulo Baltazar, pelo prazo de 15 minutos. Agora, seremos intolerantes. São 12h46.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Daniel Dantas, o senhor tem uma trajetória interessante. Ao mesmo tempo que é admirado pela sua dita competência, as empresas que o senhor administra, pelo menos no atual momento, de uma maneira geral, querem vê-lo longe da administração. É assim nos processos todos que a gente tem acesso. Eu estava lendo rapidamente sobre a ITÁLIA TELECOM, o senhor vendeu ações que estavam na bolsa a 21,00 por 73,00. E não eram ações de controle da empresa. Há informações de que ela preferiu pagar um preço tão alto para não vê-lo na administração junto da ITÁLIA TELECOM. E assim com várias outras empresas. O senhor está sendo processado, no caso KROLL. A Polícia Federal e a Justiça, inclusive, com algumas informações que levaram os investigadores a indiciá-lo por lavagem e formação de quadrilha, na questão da KROLL, que era a questão da espionagem. Portanto, o senhor tem, ao mesmo tempo, esses dois lados. Eu queria perguntar ao senhor: o senhor tem ligação com algum partido político?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tenho ligação com partido político algum.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor disse anteriormente que quer que o Estado fique longe, só não atrapalhe, não é? Entendi o que o senhor disse na resposta anterior.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Seria o meu desejo.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Pois é. Mas o crescimento, o aparecimento na dimensão que o Opportunity tem foi fundamentalmente no Governo passado, dentro do processo de privatização, especificamente do sistema Telebrás, não é verdade? O crescimento.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É verdade.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor conhece o Sr. Pérsio Arida?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Conheço, foi meu sócio.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ele era seu sócio? É seu sócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, já deixou de ser meu sócio.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Mas ele foi seu sócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi, sim, foi meu sócio.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Foi Presidente do Banco Central do Governo FHC e Ex-presidente do BNDES também.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): A Sra. Elena Landau, Ex-Diretora de Privatização do BNDES, também na era do Fernando Henrique Cardoso, do Governo Fernando Henrique Cardoso, trabalhou ou trabalha para o senhor ainda?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A Elena foi consultora. Nós a contratamos, por algum tempo, como consultora. Trabalhou conosco, não trabalha mais.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Sim. Durante a privatização da Telebrás, o Sr. Pérsio Arida, a Sra. Elena Landau e o senhor mesmo tinham muito contato com o Sr. Mendonça de Barros? Qual é a relação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tinha contato com o Sr. Mendonça de Barros. O Pérsio... Acho que tinha algum contato com ele.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor não tinha nenhum contato?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor se recorda dos grampos que apareceram durante o processo de privatização e a relação que existia entre o Governo passado e o processo de privatização que o senhor comandou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, eu não comande o processo de privatização e eu tenho conhecimento dos grampos. Os grampos foram divulgados depois da privatização do Sistema Telebrás. Mas, se o senhor quiser, eu posso discorrer aí sobre o assunto.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Mas o senhor tem conhecimento?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Claro que eu tenho conhecimento.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Tem todo conhecimento? O Sr. Luiz Cantidiano, o senhor o conhece?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Conheço.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ele é Advogado do Grupo Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele Advogado para o Grupo Opportunity.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Em que período?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Durante a época da formação das estruturas societárias que participariam do leilão de privatização.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ele participou da consultoria contratada pelo Governo Federal, que estabeleceu as condições do Sistema Telebrás em 98?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei... Participou.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Participou. O senhor conhece Dona Maria Lúcia Cantidiano?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Conheço.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ela era Advogada também do grupo Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ela Advogou para o grupo Opportunity também.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): E participou quando o grupo Opportunity participou da compra do Sistema Telebrás?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Também, também.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): E o senhor sabe que, em 2002, certamente sabe, é só para confirmar, o Sr. Cantidiano foi nomeado Presidente da CVM pelo Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sei, sei.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor não acha que, então, havia todo um conjunto de Governo que facilitou, até pelo conjunto daquilo que foi depois grampeado dos diálogos, com essa relação tão próxima do Sr. Pêrsio Arida, com a Sra. Elena Landau, com todas as pessoas que participavam efetivamente das decisões do Governo passado, e, depois, com aquilo que foi objeto dos grampos? Havia diálogos extremamente importantes, diálogos exclusivos dos grampos do BNDES acentuavam a interferência do Governo no leilão da Telebrás: “Temos que fazer os italianos, na marra, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema. Eu vou para aí das 6h30 às 7h, e a gente faz a reunião. Fala para o Pio que vamos fechar os consórcios daquele jeito que só nós sabemos fazer”. Falava Luiz Carlos Mendonça de Barros para André Lara Rezende, Presidente do BNDES, sobre a intenção de operar em favor do consórcio de bancos de investimento Opportunity e TELECOM ITÁLIA. O senhor não acha que essa é uma relação profunda?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Pelo que está, pelo que aparenta aí no grampo, sim.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Mais uma, mais um grampo: “Vai lá e negocia, joga o preço para baixo; depois, na hora, se precisar, a gente sobe e ultrapassa o limite.” André Lara Rezende para Pêrsio Arida, sócio do Opportunity. O senhor sabe dessa informação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu ouvi, eu li essa passagem.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Nos telefonemas do Presidente da República, chamado de “bomba atômica”, é instado a pedir à PREVI que

feche com o Opportunity, e o mesmo se dá com diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira. Essas conversas e, mais ainda, a conversa do próprio Presidente mostram o envolvimento pessoal dele no grupo, autorizando a pressão sobre a PREVI. No aval, André Lara Rezende, após explicar que a PREVI era importante para o consórcio do Opportunity, sugere ao Presidente fazer “certa pressão” e diz ao Presidente – grampo: “A idéia é que podemos usá-lo aí para isso”. Fernando Henrique Cardoso responde: “Não tenha dúvida!” O senhor, então, não tem uma relação maior com nenhum partido, mas a gênese de o Opportunity ter recebido os Fundos de Pensão – um aporte que, segundo informações, chega a quase um bilhão de dólares – no Governo passado foi essa presença, essa proximidade com o Governo passado. O senhor concorda com isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não concordo que tinha proximidade com o Governo passado.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Não? Mas o Sr. Pêrsio Arida era sócio do senhor. Aliás, parece que ainda o é. Esses telefonemas todos grampeados que confirmam a relação estreita, e o senhor acha que não tinha relação mais profunda? Não?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu acho que não tinha relação mais profunda e eu vou poder explicar.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ok. Quero voltar a uma questão da privatização... Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Ele falou que iria responder a sua pergunta. Acho importante a resposta.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Outras informações? Ok, ok.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor quer que eu responda ou o senhor prefere ir até o fim?

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Eu queria adiantar um pouquinho, porque é dentro do processo e é sobre o Opportunity Fund. O senhor... Qual foi a participação na compra da TELEMIG? Como é o controle acionário da TELEMIG? Que participação tem o Opportunity Fund? Que participação tem na TELEMIG?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Opportunity tem participação...

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Em termos percentual?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: 10% da TELEMIG.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): 10% da TELEMIG.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Participação equivalente.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ok. Esta CPI tem a preocupação e a intenção de descobrir fontes de financiamento eventualmente. Como é que isso funciona ao longo do tempo, independentemente de ser agora, antes ou depois? Como é que funciona? Como é que era feito? Quem são os cotistas do Opportunity Fund? O senhor poderia me responder essa rapidamente?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor gostaria que eu respondesse essa antes das outras?

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Sim, porque essa resposta é rápida.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tudo bem. O Opportunity Fund é um fundo constituído internacionalmente, e ele capta recursos internacionais para investir no Brasil. Nós captamos dinheiro, e os agentes de captação são bancos. Existe um banco internacional que recebe esses recursos e nos repassa. O nosso papel é só administrar os fundos. Nós não temos o conhecimento de quem é o beneficiário final desses recursos. Existe uma disposição aqui no Brasil de que residentes no Brasil não podem aplicar nos fundos que investem no Brasil. Nós cumprimos todas as regras nesse sentido, e existe no nosso prospecto uma vedação, e qualquer aplicador tem que declarar que ele não é residente no Brasil. Tem uma outra particularidade, nos Estados Unidos, você não pode ter, num fundo, mais do que cem americanos sem que este fundo seja registrado para distribuição pública. Essa regra é muito rígida, tem que ser são cem pessoas e pronto. Se você tiver, por exemplo, noventa pessoas, e alguém morrer e deixar sua cota para onze herdeiros, você excede, você vai para 101, e 101 está irregular, e o fundo fica tributável nos Estados Unidos. Então, nós, por prudência, optamos também por não permitir a participação de investidores americanos, só para não ter que ficar controlando isso. Nós não temos, nós não sabemos quem são, nós não somos informados de quem são os clientes finais do Opportunity Fund. O que nós sabemos é quem são os bancos que lidam com esses clientes. E existe no prospecto do fundo, que esses clientes têm que declarar que não são residentes no Brasil.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): O senhor não sabe se a DEPOLO investe no Opportunity Fund?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe, se?

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Se a DEPOLO.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O que é DEPOLO?

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): A DEPOLO é uma empresa, é um banco, banco de doleiro, do Sr. Dario Messer, uma conta--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho informação se a DEPOLO, em si, investe ou não investe. Se for um banco internacional e se for um banco capacitado internacionalmente, ele pode investir. Eu não tenho essa informação.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): A Asteca, do Sr. Paulo Maluf, também investe?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Certamente, se a Asteca é do Sr. Paulo Maluf, o Sr. Paulo Maluf sendo brasileiro, ela não investe.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): A SOLID?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho a relação dos clientes do fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Nobre Vice-presidente Deputado Baltazar, o seu tempo esgotou-se. [soa campainha]

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Os quinze minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Quinze minutos.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Não tinha quinze, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Exatamente: 12h46 e 13h01. E quanto mais tempo nós ficarmos evidentemente que vamos passar mais ainda--

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Não tinha quinze minutos, Sr. Presidente. Eu quero confessar que--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Mas eu registrei.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): V.Exa. não está duvidando do nosso registro?

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Foi registrado. Eu tenho que fazer aqui no “dedômetro” mesmo, porque não há relógio, não há como eu marcar o tempo, mas farei exatamente. Disse, na hora que lhe passei a palavra, 12h46. Todos aqui ouviram, está registrado na fita.

DEPUTADO PAULO BALTAZAR (PSB-RJ): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Se tiver que dar alguma resposta, seja breve, porque, senão, nós vamos ultrapassar. A minha média que eu estou pensando é de vinte minutos, vezes 50, são quinze horas e alguma coisa. O senhor tem alguma resposta a dar?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Vou ter que pedir desculpas a V.Exa. pelo seguinte, essa explicação a respeito do leilão da Telebrás eu não tenho como fazer sem utilizar um certo tempo, ela é longa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Então vamos esperar uma outra oportunidade. Essa pergunta será repetida. Na outra o senhor, já prepara resposta. Por isso sugeri que a resposta. Porque se cada um usar os quinze minutos perguntando, depois não tem mais tempo para a resposta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu acho que esse assunto é importante, mas a resposta é longa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Nós vamos esperar a outra oportunidade. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito da CPMI dos Correios, que é a Senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Sr. Presidente, Pela Ordem. Só uma informação: além da Advogada, o depoente tem mais algum assessor à disposição dele neste momento?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tenho, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Pode declarar os nomes.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Gostaria que fossem nomeadas as pessoas que estão à disposição do depoente, porque o que está acontecendo algumas vezes é que a pessoa que faz a pergunta não está sendo ouvida pelo depoente, que fica atendendo solicitações de assessores. Eu acho que neste momento, não poderia ser prejudicado, porque isso prejudica a quem faz a pergunta. Então eu solicitaria a V.Exa. que houvesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu não entendi a última parte da questão de ordem, mas, de qualquer maneira, peço ao depoente que imediatamente esclareça o nome quem mais o acompanha.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não tem nenhum problema, mas vamos identificar.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Eu quero saber.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Estão comigo Ana Carolina Silva e Eduardo Gomes, que está aqui também sentado.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): E mais quem? Há um pessoal lá atrás também.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Só estão lá sentados, não estão me assessorando não.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não, não há mais ninguém. Só são os dois.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Eu só pediria que, no momento em que as perguntas fossem feitas, não houvesse intervenção dos assessores, prejudicando as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu quero esclarecer a V.Exa. que o Regimento e a prática indicam que ele pode recorrer a notas, como também a algumas informações de imediato, para melhor responder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos andar. Temos quinze horas pela frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Tudo bem, vamos prosseguir. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Perdemos três minutos. São 13h04.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, Sr. Presidente. A revista Veja recentemente fez uma matéria em que faz duas acusações ao Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e o Ministro respondeu em carta aberta à população. Vou me dar aqui o direito de ler alguns trechos, que têm tudo a ver com o que nós estamos tratando. "Tão logo, há alguns meses decidindo em favor dos Fundos de Pensão, cassei uma liminar cujos efeitos incomodaram, e ainda incomodam, interesses poderosíssimos do setor de telecomunicações, fui avisado de que ações de trabalho sujo se desencadeariam contra mim. Seria grampeado, seguido, filmado; meus amigos, familiares, auxiliares e pessoas mais próximas passariam a estar, eles também, sob intensa vigilância. Quando, após a decisão favorável aos Fundos de Pensão e avisado de que preparavam na mídia "chumbo grosso" contra mim, não me surpreendi quando soube da pauta que, afinal, não prosperou na primeira tentativa e que, só agora, requentada com requintes, assume generosos espaços na revista". Essa liminar cassada pelo Ministro Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, foi contra os interesses do Opportunity. Eu não vou perguntar ao Sr. Daniel Dantas se ele grampeou, seguiu, filmou, fez algumas das ações que a carta aberta do Ministro está relatando, até porque o Sr. Daniel Dantas, as pessoas próximas a ele, pessoas que integram o Banco Opportunity, têm dezenas de ações na Justiça. Uma delas, inclusive, diz respeito à investigação da KROLL, da investigação contratada, que, num primeiro momento, veio da Operação Chagal da

Polícia Federal e depois foi encaminhada pelo Ministério Público à Justiça, que acatou esse encaminhamento. O senhor e várias pessoas ligadas ao senhor estão sendo acusados de formação de quadrilha, recepção qualificada, divulgação de segredo, participação em corrupção ativa, divulgação de dados. Foram grampeados, seguidos, desembargadores, quer dizer, há precedentes de ações de investigação criminosa em cima de membros da Justiça. O Ministro Vidigal não está falando de nada que já não tivesse acontecido, que inclusive está em processo. Tivemos membros do Governo também grampeados, investigados, como é o caso do Ex-Ministro Gushiken e do Ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb; tem ainda o inquérito aberto pela Polícia Federal contra aquele espião, o Avner Shemesh; tem dezenas nas Ilhas Cayman, na Inglaterra, em Nova Iorque, na CVM. Há processos de toda ordem contra o senhor, contra o Banco Opportunity. A propósito, ontem a imprensa me perguntou: “O que a senhora acha de o Sr. Daniel Dantas ter pedido *habeas corpus* para vir depor?” Ele estava como convidado, ele estava aqui para prestar informações. Foi esse o espírito que nos levou a apresentar requerimentos para ouvi-lo, requerimentos que foram aprovados. Com essa lista de processos, que vão desde os processos relativos à CVM, às Ilhas Cayman, à questão dos fundos, do Opportunity Fund, onde está comprovado que tem brasileiros, sim, aplicando naquele fundo, quando não pode, a legislação não permite... Já tem, inclusive, sentença definitiva desrespeitando ordem judicial e daí para frente. Tem quatro juízes ingleses que sentenciaram o Sr. Daniel e a sua irmã, Verônica, como mentirosos. Um juiz de Nova Iorque disse, nada mais nada menos, que as suas atividades cheiravam a roubo. Ou seja, quando o senhor recorre ao Supremo e ganha *habeas corpus*, parece que vem exatamente na condição de réu, na condição de réu que o senhor é em dezenas e dezenas e dezenas de processos que estão aí em andamento, alguns já com sentença. Sr. Presidente, Srs. Membros das duas CPIs, eu tenho recebido material à exaustão sobre o caso que estamos aqui hoje analisando. Entre os materiais que recebi, há um da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, a Anapar, um memorial sobre a atuação. Eu o li atentamente, e vou encaminhar isso às duas CPIs. Eu quero só dizer o seguinte, com as devidas ressalvas, porque obviamente há interesses colocados, nesse memorial, se 10% do que está aqui efetivamente tiver comprovação nos processos, em todas as investigações que estão sendo colocadas sobre o Banco Opportunity, o Sr. Daniel Dantas e os seus membros, os integrantes das suas atividades, o Sr. Daniel Valente Dantas deveria estar preso há muito

tempo. Por isso é que tem de ter *habeas corpus* aqui! Quero que me seja concedido o favor de poder expressar o que penso, da mesma forma como respeito sempre... Até porque, o que está colocado neste processo... Sr. Presidente, gostaria que fosse garantida a minha palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, vamos respeitar a oradora.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): A nobre oradora está usando da palavra no seu tempo regimental. Ela ainda tem oito minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, V.Exa. está descontando o meu tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Evidente que o que V.Exa. emitiu é juízo seu; está fazendo uma relação de processos que certamente está na Internet.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V.Exa. descontando o meu tempo...

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não houve...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, solicitamos que seja garantida a palavra da nossa ilustre... E que seja descontado o tempo da interrupção, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Está garantida a palavra e vou dar o desconto de um minuto. Devo dizer a V.Exa. que não era necessário o *habeas corpus*. A não ser que o depoente cometesse um crime de flagrante, teríamos...

>> [inaudível].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não, não, não há necessidade. Não iria preso em hipótese alguma, ao menos sob a minha presidência. Então, quero dizer que fique tranqüilo, porque não haveria esse tipo de problema. Concedo a palavra e desconto dois minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Obrigada. Havia uma grande expectativa desse depoimento, até porque toda a sociedade brasileira sabe que o que está em jogo é uma imensa disputa – já foi inclusive apelidada como a maior guerra comercial do período mais recente da história brasileira –, algo que está envolvendo em torno de 16 bilhões de reais, estamos falando de uma disputa que envolve 16 bilhões de reais. Em outubro do ano passado, os Fundos de Pensão destituíram o Sr. Daniel Dantas e o Grupo Opportunity da administração do fundo nacional por quebra do dever fiduciário. Em 2005, o Citibank, o maior banco do mundo, também destituiu o Grupo Opportunity da gestão dos seus ativos por justa causa, por quebra do dever fiduciário – por acusar o Grupo Opportunity de

fazer negócios em interesse próprio, sem preocupação com os investidores. Apesar de haver perdido qualquer legitimidade para continuar à frente das empresas de telefonia, do terminal do porto de Santos e do metrô do Rio de Janeiro, já que a posição que o Opportunity ocupava nessas empresas se deve única e exclusivamente ao fato de ser o administrador do fundo nacional e do fundo estrangeiro... Portanto, o que estamos aqui colocados é essa disputa, é isso que está permeando toda essa expectativa em torno da vinda do Sr. Daniel Dantas a esta CPMI. Nós também, ao aprovarmos a convocação, o fizemos apesar de o Sr. Daniel Dantas ter tido uma amnésia, não ter lembrado, ter tido muita resistência de dizer quando é que conheceu o Sr. Marcos Valério. Há uma série de incidências que relacionam o Sr. Marcos Valério ou diretamente com o Sr. Daniel Dantas ou com o que está próximo ao Sr. Daniel Dantas, a começar, por exemplo, da própria TELEMIG, da ida a Portugal. Apesar de o senhor ter respondido várias perguntas, fica uma coisa extremamente mal explicada, por que o publicitário estava indo a Portugal fazer as negociações? Há o fato de, em várias agendas, terem aparecido ligações com o Sr. Carlos Rotenburg(F), que é muito próximo ao senhor, para inclusive tentar aproximações – até marquei aqui. Já que não dava para influir nas decisões do interesse do banco Opportunity... O senhor mesmo disse, era pelo menos para que ficassem neutros, que pelo menos o Governo atual não intercedesse a favor dos adversários na disputa, nessa grande guerra, na maior guerra comercial que está em jogo--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): V.Exa. não vai fazer nenhuma pergunta?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso usar meu tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Pode usar, mas não haverá tempo de resposta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não tem problema. A hora que acabar, eu paro. O senhor é uma pessoa que não perde oportunidades, por isso o nome Opportunity é bem adequado. E o senhor não perde a oportunidade de estar próximo, obviamente, das pessoas que têm poder, das pessoas que mandam. O senhor sempre busca se aproximar. É óbvio que o senhor tem inúmeras iniciativas de aproximação. Inclusive quero aqui registrar que isso vem de longa data. A ISTO É, de 2 de dezembro de 98, dá o registro que, em 82, com apenas 27 anos, o economista já era conselheiro de Antonio Carlos Magalhães – o senhor é baiano, então provavelmente toda essa proximidade. Todos sabem que o senhor é uma pessoa inteligentís-

sim, e essa aproximação já se dava desde 1982. Nas perguntas feitas pelo Deputado Paulo Baltazar ficou claro todas as relações que o senhor tinha durante todo o processo de privatização com o “tucanato”, não é? Todas as proximidades, todas as relações muito claras de proximidade. E agora, para que não frustrem as pessoas, o senhor toma também outros tipos de iniciativas de aproximação. E vou inclusive chegar àquela da provocação feita há poucos minutos. Mas é o seguinte, publicitário é algo que o senhor sempre procura se aproximar. Não é à toa, por exemplo, que tem o NG9 Opportunity. Nada mais, nada menos do que Nizan Guanaes como Banco Opportunity, desde 1999. É uma empresa. Portanto, todos sabem, Nizan Guanaes é um dos publicitários do “tucanato”. [soa a campainha] E foi tão engraçado o senhor dizer que agora, mais recentemente, o senhor descobriu o Duda Mendonça por coincidência--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fez a campanha do PT no Rio, hein!

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por coincidência. Então, essa proximidade às alas do poder. Com relação a filhos, também o senhor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pago pelo Delúbio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se aproxima. Não é à toa que a Verônica Serra foi sócia da Verônica Dantas numa empresa. Não é? Isso não aconteceu por acaso. Numa empresa DECIDIR.COM, desde 2000, aonde no *site*, no *site* estava lá: [soa a campainha] “Encontrem nossa base de dados, licitações, a oportunidade certa para--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não confunde com o filho do Lula, Senadora!

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ...Para se tornar um fornecedor do Estado”.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Presidente, respeito!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eduardo, fica quietinho aí. Ouve aí Senadora.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Um assanhamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ah, Presidente, assim não é possível! As pessoas ficam intervindo. Não é possível, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O assanhamento dos tucanos é indevido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que aprender a respeitar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os Procuradores que estão aí na defesa...

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): A oradora está com a palavra. Eu peço

que todos mantenham o silêncio para que ela exponha e gaste o seu tempo--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É engraçado, Sr. Presidente, porque quando é contra o PT pode falar o que quiser--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, a Direita está... Assanhada aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou fazendo toda a relação de vínculo ao poder durante décadas do Sr. Daniel Dantas. Isso é importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): E não há nenhuma linguagem injuriosa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E vou chegar, vou chegar, para que não paire qualquer dúvida, ao filho do Presidente Lula, sim, porque está aqui a reportagem do Vice-presidente da BRASIL TELECOM, Íon Moreira, aonde ele afirma que fez proposta para a compra GAME CORP. Uma proposta de 6,5 milhões. Portanto, superior aos cinco milhões que depois foi comprada pela TELEMAR. Portanto, chegou também, tentou chegar, entende? Buscou chegar. Não é um procedimento inédito nem... Agora, Sr. Presidente, [soa a campanha] não vou fazer perguntas mesmo. Eu queria fazer a fala. Eu queria fazer esta retrospectiva e queria dizer aqui de forma muito clara, todos os processos, se ainda não levaram o Sr. Daniel Dantas à prisão, se ainda não levaram, porque eu tenho o convencimento de que é tudo tão grave, envolve tanto dinheiro, tanto dinheiro, tanta intermediação, tantos processos, entende, ilícitos que esta CPMI talvez não possa substituir todas as investigações que já ocorrem no Brasil, nas Ilhas Cayman, na Inglaterra, Estados Unidos e tal. Agora, O que esta CPMI pode fazer é uma contribuição inestimável nestes processos todos. É quebrar o sigilo do *hard disk* que está sob proteção judicial e não permite que as investigações continuem para saber o que tem lá relativo às atividades do Opportunity Fund. É termos aprovação da busca incessante da quebra do sigilo das operações do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman. Inclusive para identificar quem são as pessoas que investiram efetivamente no Opportunity Fund e que estavam acobertados por aquela regrinha, aquela chave 368 da Conta de Investimento. Porque ali era controlada pela Sra. Verônica Dantas, irmã do Sr. Daniel. E se não desvendar aquela chavezinha, efetivamente aquilo que o Sr. Toninho Barcelona disse, ontem, no depoimento, ou seja, que havia, sim, depósito de doleiros, havia repasses para o dinheiro ir para lá e depois voltar para o Brasil, isto não vai fazer mais diferença se a gente não contribuir com a quebra desses dois sigilos. Porque as investigações, os processos já existem à exaustão para condenar o

Sr. Daniel Dantas. Então, a única coisa que eu quero fazer não é o Sr. Daniel Dantas. Eu quero pedir para esta CPMI a coragem de quebrar esses dois sigilos: *hard disk* e da movimentação do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): V.Exa. fará o requerimento oportunamente para ser apreciado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O requerimento já está pronto, Sr. Presidente. Só falta votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Será apreciado no foro próprio. Concedo a palavra ao próximo orador da CPMI... Aqui fala CPMI dos Correios. É o Deputado Fernando Coruja. Não sei se ele está nas duas.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Vi aqui o requerimento. É da compra de votos. Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, pelo prazo de 15 minutos. São 13h21.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC): Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas duas CPIs têm como finalidade investigar a compra de votos e a corrupção no Governo, evidentemente. E nós vemos que se dispersam. Para quem olha de fora parece que isso aqui é uma maluquice, que se atira para tudo que é lado. É uma maluquice, mas, como lembra Shakespeare, mas tem método. Quem quer tumultuar quer espalhar o negócio para que não se chegue naquilo que é o propósito. Hoje, a comentarista Miriam Leitão dizia que Daniel Dantas participa de dez entre dez negócios confusos no Brasil. É evidente que, para avaliarmos essas questões todas, precisaremos de uma década. Temos que nos focar no que é o interesse da CPI. Fica claro que o Sr. Daniel Dantas permanece sempre próximo ao poder, na minha visão. Tinha uma proximidade com o Governo anterior, onde conseguiu investimentos polpudos dos Fundos de Pensão em vários empreendimentos. Quando chega esse novo Governo já começam as dificuldades. Em 2000, pelas mudanças. Nesse novo Governo é preciso uma proximidade com o Governo e, fundamentalmente, com os Fundos de Pensão. Esses negócios, essa proximidade, passam, ao que me parece, pelo apoio dos Fundos de Pensão para a venda da TELEMIG. Gostaria de mencionar minha tese. Creio que Marcos Valério não foi a Portugal convencer a VIVO a comprar a TELEMIG, ele foi garantir a venda. Tinha a carta branca dos Fundos de Pensão para dizer que os fundos, se fosse para vender a eles em troca daquele polpudo recurso que teria ido buscar em Portugal, segundo Roberto Jefferson, ele poderia garantir que os Fundos de Pensão controlados

pelo Governo, poderiam dar esse aval. Será que não foi isso o que foi fazer lá?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não detenho essa informação. É um quadro coerente, mas não tenho essa informação. Não posso testemunhar, aqui, que Marcos Valério teria ido lá para tentar viabilizar a venda. Conforme falei, não sabia que Marcos Valério teria ido a Portugal. Não pedimos que ninguém intercedesse. E nós tínhamos apenas informações do Citibank de que a transação não atendia aos seus melhores interesses. Sabíamos que o Citibank estava em contato com os Fundos de Pensão. Para ligar e chegar a essa conclusão precisaria de mais elementos do que eu disponho.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC): O colunista Diogo Mainardi, da Veja, em dois artigos recentes, de 5 e 12 de setembro, ele faz acusações fortes. Diz que sua proximidade com o Governo fez com que se pudesse manter o controle da BRASIL TELECOM até meados do ano passado, quando houve o caso da KROLL. E que os recursos do “Mensalão”, eles vinham fundamentalmente, de recursos provenientes de empresas que o senhor controlava e chegariam, de uma forma ou de outra, às mãos de Marcos Valério, Delúbio e acabam servindo, aqui, para eventuais compra de votos de parlamentares. E ele insinuou inclusive que começou a haver a crise quando houve a KROLL e houve a ruptura. O senhor perdeu, então, a proteção do Governo naquele instante, naquela queda de braço entre o Ministro José Dirceu e Gushiken, onde a sua ala era do Ministro José Dirceu. E prevaleceu a tese do Gushiken, o senhor perde a força, seca o dinheiro e começa a crise. O senhor contesta essas afirmações do colunista Diogo Mainardi?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Li o artigo do Sr. Diogo Mainardi e, na parte de cima do artigo, não sei se o senhor está com a cópia, ele diz: “...por tudo que li é o que me parece”. Quer dizer, o Sr. Diogo Mainardi não afirma isso. Ele apenas constrói esse cenário depurando as impressões que teve a respeito das circunstâncias. O Sr. Diogo Mainardi já foi esclarecido a respeito desse assunto. Na verdade, não éramos nós, a fonte de recursos que estava alimentando o “Mensalão”. E não tivemos, durante nenhuma fase deste Governo, conforme o Sr. Diogo Mainardi diz, épocas em que não tivéssemos tido constantemente pessoas do Governo e a PREVI agindo contra nós. Ele identifica um período que foi mais tênue, e esse período corresponde ao tempo em que as três companhias de telefonia fixa estavam tentando comprar a EMBRATEL. E, durante esse período, realmente, houve uma certa trégua. Não entendo por que houve a trégua, mas houve. Identificamos o período em que

as três companhias tentavam comprar a EMBRATEL, depois sentimos a volta dos mesmos tipos de esforços, apoiando outros interesses.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC): Um ponto que já foi levantado pelos Relatores, mas que merece uma atenção especial, é a questão dos investimentos da TELEMIG e da AMAZÔNIA CELULAR na SMP&B e na DNA. Investimentos em propaganda, que cresceram no ano de 2004. V. Sa. disse que, por parte da TELEMIG e da AMAZÔNIA CELULAR, tem informações de que foram pagas as faturas que recebeu. Mas, é evidente, que há uma suspeita muito grande de que foram pagos serviços não prestados; foram emitidas notas, e essas notas acabaram sendo queimadas e isso ficou evidente. Então, os sinais de fraude são muito evidentes. Que houve pagamento por serviços não prestados; e a TELEMIG e a AMAZÔNIA CELULAR pagaram propaganda que não houve. Então, essa argumentação sempre de que a agência ganha pouco; ela ganha pouco se tiver que prestar o serviço, se tiver que pagar a Globo, se tiver que pagar o jornal. Agora, se não prestar o serviço, ganha muito, porque aí o dinheiro entra sem ter que pagar aquele que tem que receber muito. E isso está ficando evidente. É cristalino que houve isso; as notas, tudo. Há um controle feito por essas empresas – o senhor disse que consultou lá, apesar de ser o coordenador, não é o executivo principal – e esses serviços foram prestados mesmo? Os serviços? O fato de ter a fatura não... Os serviços foram prestados?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, nós consultamos a TELEMIG pormenorizadamente ontem, fizemos uma videoconferência longa e o que me foi reportado é que todos os serviços foram prestados, 100% dos serviços, e a TELEMIG preparou uma apresentação detalhada sobre isso, além de já ter mandado toda a documentação aqui para esta Comissão. E vamos disponibilizar esse material a quem tenha interesse, ele já está aqui. Agora, não tenho condições de detalhar. Mas, a informação que tenho da TELEMIG é que 100% dos pagamentos foram para a publicidade. O que ocorreu foi um aumento na AMAZÔNIA CELULAR nesse período, porque a AMAZÔNIA e a TELEMIG se juntaram numa operação e a AMAZÔNIA tinha outra agência e passou a ser atendida pela SMP&B. Então, a despesa de publicidade da AMAZÔNIA permanece constante; a fatia que foi para a SMP&B é que cresce. Então, acompanhando os pagamentos da SMP&B, ela cresce por conta do fato que a AMAZÔNIA passou a ser atendida, por uma questão de economia pelo mesmo centro da TELEMIG, uma vez que as duas empresas tinham o mesmo conjunto de acionistas. Quanto às notas que apareceram queimadas, o que a TELEMIG

me reportou foi que foram notas devolvidas. As notas são recebidas, protocoladas na seção de protocolo da TELEMIG e o departamento de marketing verifica se aquelas notas são corretas. Se as notas não forem corretas, elas voltam. E a TELEMIG não pagou aquelas notas. Aquelas notas não foram pagas. Essa foi a informação que recebi da administração da TELEMIG ainda ontem.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC):

Outro aspecto na publicidade, ainda, é que o preço da agência é igual a hotel, na tabela é um, mas na hora de veicular há um desconto de 70%, 80%. Às vezes tem coisas que tem desconto de 80%. É claro que se for pagar a tabela cheia, fica fácil de compatibilizar. É claro que a CPI vai verificar, mas espero que a TELEMIG e AMAZÔNIA CELULAR não tenham feito um negócio ruim, porque é evidente que as empresas de V.Sa. não fazem negócios onde podem pagar 20%, 30% e pagam uma tabela cheia. Em relação ao Sr. Pizzolato. O Sr. Pizzolato parece que trocou de lado. Ele foi um dos que antes era ligado ao grupo do Gushiken, que lhe fazia oposição e, de repente, ele trocou de lado. E foi flagrado, em uma história muito mal contada, recebendo um pagamento de 326 mil reais; que recebeu em dinheiro; disse que foi lá o pegar o dinheiro; que alguém telefonou para ele mandar buscar. Uma história, como tantas que se conta aqui na CPI, que ninguém acredita. O senhor teve contatos com o Sr. Pizzolato?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu nunca tive contato com o Sr. Pizzolato, nem no tempo que o Sr. Pizzolato estava contra, nem no tempo que o senhor está descrevendo aí, que ele não está. Me foi reportado que o Sr. Pizzolato tinha divergências ou problemas com o Sr. Sérgio Rosa, Presidente da PREVI. Mas não sei. Essa é uma informação que chega aos meus ouvidos; nada que eu tenha escutado ou tenha visto.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC):

O senhor sofreu... Disse que, em determinados instantes, houve pressões de setores do Governo, claro, para que os fundos tivessem uma relação mais dura com o senhor. Disseram que o Sr. Gushiken, Ex-Ministro Gushiken, tinha influência nos fundos, já que ele claramente era um opositor das suas teses, para levar os fundos a tomar um posicionamento contrário aos seus interesses comerciais?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu nunca vi isso. Eu nunca encontrei com o Sr. Gushiken e não poderia testemunhar aqui que o Sr. Gushiken estava... São as informações que me chegam, mas não tenho como testemunhar a respeito disso, porque nunca vi o Sr. Gushiken em reunião com fundos.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC):

Houve relatos da imprensa de que o senhor teria con-

tratado por 10 milhões de reais o Advogado Antônio Carlos, o “Cacai”, que também foi Advogado do Ministro José Dirceu. Ele foi seu advogado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Antônio Castro foi Advogado da BRASIL TELECOM, já advogava a BRASIL TELECOM e foi Advogado no assunto da KROLL, o Sr. Almeida Castro me defendeu também.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC):

Foi seu Advogado. Esse valor de 10 milhões...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho conhecimento desse valor.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (PPS-SC):

Bom, o rompimento com o Citigroup... O senhor explicou os vários motivos. A sua amiga, de quem há várias referências da imprensa a respeito de uma correspondência, Marilyn... [soa a campanha] O senhor sabe se ela se afastou antes ou depois da sua briga com o Citigroup?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A Sra. Marilyn aposentou-se há dois anos atrás. Foi antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Com a palavra ao nobre Deputado Eduardo Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero saudar o Deputado Coruja pela iniciativa de ter trazido para os eixos o debate nesta Comissão, porque estávamos aqui, até agora, na verdade, discutindo aquilo que o PT disse que ia fazer quando entrasse para o Governo: a tal da rediscussão da privatização da teles e que aí eles teriam uma CPI para apurar essas irregularidades. Confesso ao Sr. Depoente que não sei se o modelo desenvolvido foi exatamente o ideal. A gente vê que o resultado é que as pessoas, hoje, têm mais acesso a telefones. Mas não posso dizer, se as ações poderiam ter custado um pouco mais cara. Isso, a CPI que o PT tanto prometeu podia ter feito em dois anos e meio de Governo, ao invés de ter perdido tempo preparando o “Mensalão”. O que me assusta, é imagina, Ministro Ibrahim Abi-Ackel é se essas teles não tivessem sido privatizadas. Imagine-as nas mãos do Delúbio, do Silvino. Imagina o que não ia ter de Land Rover passeando por aí. É uma coisa assustadora. Graças a Deus, [soa a campanha] Sras. e Srs. Parlamentares, fez-se a privatização das teles. Pena que não se tenha feito a do IRB, porque talvez o Erário brasileiro não tivesse perdido tantos recursos com esses pelegos corruptos que foram colocados pelo Partido dos Trabalhadores. Portanto, Sr. Presidente, temos aqui que tratar do foco. O que estamos investigando aqui? O Governo Lula, o Governo do PT que criou um “esqueminha” criado com amigos chamados: Delúbio, Secretário-Geral do Partido; Sr. Sílvia Pereira, Tesoureiro; todos freqüentando

o Palácio do Planalto para cá e para lá. E começaram a distribuir recursos por aí. Não é só mensalão para Deputado, não. Tem advogado de Santo André naquele crime de corrupção que até o prefeito foi assassinado e torturado. Tem pagamento de Duda Mendonça, esse mesmo publicitário que também já serviu ao grupo da oportunidade e que veio aqui e confessou que recebeu o recurso do exterior, com a conta do PT. Aliás, o Toninho Barcelona... Tudo o que ele diz é mentira, mas no momento em que ele fala alguma coisa que envolve alguém que fere o interesse do PT, passa a ser verdade. O Toninho Barcelona é um homem que só diz a verdade. Portanto, temos que focar aqui naquilo que estamos tratando. Porque o PT, se conseguir, já que tem maioria aqui no Parlamento ou pelo menos já teve, perdeu oportunidade de ter, já podia ter aberto a CPI da privatização e identificado o que aconteceu na, que tipo de armação e de montagem foram feitas, ou tiveram medo de fazer ou se renderam àqueles que eventualmente cometeram algum delito ou, ainda, que foi melhor mandar o Delúbio conversar com aqueles que cometeram algum delito. Essa é que é a verdade. Portanto, focando aqui, Sr. Daniel Dantas, há duas questões para mim. Dentro do Governo há dois grupos, todos dois com interesses, e aí reside a briga, é claro, com o Ministro José Dirceu e o Ministro Gushiken. O Ministro José Dirceu, ao que me parece, foi mais simpático à causa do grupo dos interesses que V.Sa. defendia. Portanto, não vou fazer nenhuma pergunta sobre o Ministro José Dirceu porque, de certa forma, atendeu aos seus interesses. Mas quero saber dos que não atenderam aos interesses, o Ministro Gushiken veio aqui valente, firme, defendendo e repudiando insinuações de corrupções, e tivemos que dizer para ele que ninguém estava insinuando nada. Estávamos afirmando que este Governo é corrupto. O Ministro Gushiken disse várias vezes que não interferia nas disputas privadas, ele era Ministro da SECOM, deixou de ser Ministro e que não acompanhava... que de vez em quando olhava os negócios dos Fundos de Pensão, já que era um tema de interesse dele e tinha amigos ali. Diante dessas afirmações, eu queria que o senhor dissesse o seguinte... O senhor tem conhecimento, a imprensa divulgou em diversos momentos, o senhor tem conhecimento de interferências do Ministro Gushiken, diretas interferências, nessa disputa dos Fundos de Pensão? Eu queria só que o senhor respondesse rápido, porque...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, eu não tenho conhecimento das interferências. Eu só tenho informações sobre a interferência. Eu não posso dizer que estive em nenhuma reunião com os Fundos de Pensão em que o Ministro Gushiken estava presen-

te. Vários interlocutores, Advogados, etc e tal, sempre nos reportaram que o Ministro Gushiken intervinha nos assuntos. Eu não vi o Ministro Gushiken intervir.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Mas o... É verdade que a interferência do Ministro Gushiken chegou a tal ponto que... A informação que temos é que ele teria ido pessoalmente à ANATEL intercedendo em seu desfavor nesse disputa comercial?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa é a informação que eu tenho também. Mas não tenho como testemunhar, porque não vi.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O seu sócio, Arthur Carvalho, esteve reunido com dois representantes do Ministro Gushiken?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Arthur Carvalho esteve reunido com o Ministro Gushiken, em algumas vezes, no âmbito da operação que as três telefonias fixas objetivavam comprar a EMBRATEL.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): E o que o Ministro Gushiken tinha a ver com telefonias fixas, EMBRATEL?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Ministro Gushiken, acho que estava ajudando ali o consórcio das três companhias de telefonia fixa. Quem liderava era a TELEMAR. Então, eu não sei qual era a...

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Mas, como ajudando... O senhor pode ser mais...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não estava presente nas reuniões. Eu sei que as reuniões...

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Mas o relato dos seus sócios...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O relato deles é que as reuniões de estratégia, a respeito dessa possibilidade de viabilizar a aquisição da EMBRATEL pelas três companhias de telefonia fixa, teriam acontecido na SECOM e, eu acho, que alguma outra no Palácio, alguma coisa assim... Eu não me lembro direito dos detalhes. Sei que ele me reportou isso, mas eu não estava presente nessas reuniões...

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Ou seja, a Secretaria de Comunicação, que era aquela que já dirigia as licitações, que deu as contas de publicidade para o amigo Marcos Valério, também lá nós tivemos reuniões em que se tratou de questões de telefonia, com a presença do Ministro Gushiken. E sócios do senhor participaram...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Se tratou de questões que tentavam viabilizar o consórcio das três companhias de telefonia fixa na eventualidade da possibilidade de comprar a... Não era propriamente a EMBRATEL, mas a parte de dados da EMBRATEL, porque era uma operação complexa que teria de dividir a EMBRATEL em dois pedaços. Ficava, no fundo, uma

operação menor, conduzindo as operações de longa distância para atender à legislação. E a parte de dados e a maior parte de infra-estrutura da EMBRATEL seria adquirido pelas três companhias de telefonia fixa.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acho que, dos depoentes, temos tirar as informações que eles podem nos passar. Por quê? É óbvio! Se formos olhar essa questão, por exemplo, da publicidade da TELEMIG e da AMAZÔNIA CELULAR nas agências do Marcos Valério, vamos notar que até, realmente, no caso da TELEMIG como disse o Sr. Daniel Dantas, há uma homogeneidade nos anos, de gastos de publicidade. E, no caso da AMAZÔNIA CELULAR, há uma diferença. De repente, a partir do momento que Marcos Valério fica melhor amigo do Delúbio, e começam a caminhar por aí juntos, realmente os gastos da AMAZÔNIA CELULAR, nas agências, aumentam incrivelmente. Mas imagino que não adianta perguntar ao depoente se isso aconteceu ou não aconteceu, se foi um esquema, por intermédio do Sr. Marcos Valério, via Delúbio Soares, para passar dinheiro para cá ou para lá, porque acho que, certamente, o depoente vai dizer que foram serviços prestados. E temos, então, a obrigação de, com os documentos disponíveis, identificar se existem ou não notas frias, se esses serviços foram prestados ou não. E isso não é difícil. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem como fazer isso. Quero dizer a V.Sa. que tenho uma grade desconfiança em relação aos gastos das AMAZONIAS, a partir de 2003, 600 mil reais – de 2000 a 2003. De repente, 2003, 2004, 2005 – 49 milhões de reais. Causa-me espécie, surpresa. Quero poder, na investigação que estamos fazendo, afirmar o que estou aqui, de certa forma, insinuando. Mas o que eu quero dizer é que a informação que o Sr. Daniel Dantas presta aqui mostra bem o que foi, o que está sendo e o que é este Governo do Presidente Lula. Da mesma maneira que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira saíam por aí, em nome do Governo, sem ter cargo no Governo, sem ter função no Governo, distribuindo cargos por aliados, conversando com empresas privadas e com empreiteiras, atendendo a todo o tipo de interesse. Nós tínhamos figuras colocadas dentro do Governo que não ficaram satisfeitas com o seu quinhão, com aquilo que cabia a eles repartir. É o caso claro do Ministro Luiz Gushiken que veio aqui como se não soubesse nada de fundo de pensão, que se especializou em fundo de pensão quando era Deputado, que atendia aos interesses dos trabalhadores, e por isto e por aquilo e não tinha nenhuma relação com esse Fundo de Pensão. Não. Ele só nomeou o Chefe da Secretaria de Previdência Complementar. Só trabalhou até a profundidade na montagem da tal

da PREVIC, que seria mais um nichozinho de cargos para a pelegada pagar dízimo para o Partido e para fazer qualquer tipo de armação. Não. Trabalhou, o tempo todo, nomeando os Presidentes dos três principais Fundos de Pensão e não tinha nada a ver com fundo de pensão. O depoimento dado aqui pelo Sr. Daniel Dantas, que, obviamente quero deixar muito claro, nesse caso, outro grupo e não adianta questionarmos aqui parecia mais simpático às causas do Sr. Daniel Dantas. Então, não adianta eu perguntar para ele o quê o Ministro José Dirceu pediu, falou, porque ele não vai contar para a gente. Mas, no caso do Sr. Luiz Gushiken, fica claro que houve uma interferência absolutamente inaceitável de um Ministro que já saía por aí, partilhando por agências de publicidade os interesses e espaços do Governo, atendendo a interesses privados e também era o todo poderoso dos Fundos de Pensão. Sr. Presidente, infelizmente, as afirmações feitas aqui pela Senadora Ideli Salvatti me impedem de avançar na arguição ao Sr. Daniel Dantas. Sei que a Senadora Ideli Salvatti volta e meia vem com informações: ela acusa o depoente de “arapongagem” e, pelo que consta, parece que teve mesmo, não sei. Interessava-me em conhecer um pouco desses documentos que a Polícia Federal apreendeu na casa ou no escritório do Sr. Daniel Dantas, para que nós conhecêssemos o que de fato lá existe. Se foi feita “arapongagem”, a Polícia Federal apreendeu, e temos que ouvir essas fitas, todas essas coisas que foram supostamente fruto da “arapongagem”. Mas, de vez em quando, a Senadora Ideli Salvatti vem com informações, relatórios da Abin. E é inaceitável, Sr. Presidente, que essas pessoas que trataram o Poder como uma forma de ascensão social e que se lambuzaram de forma profunda, fumando charutos sofisticados, cubanos – tinham uma relação com Cuba, mas não tinha dinheiro para comprar charuto cubano –, que passaram a andar de Land Rover, de carro importado, essa turma que viu, na chegada ao Poder, a forma de ascensão social, venha aqui confundir as coisas, com acusações levianas, infundadas e mentirosas, tentando comparar sempre... Aliás, o PT faz no Governo tudo aquilo que ele imaginava que nós fazíamos no Governo só que muito pior, mas que nunca conseguiram comprovar nem quando chegaram ao Governo. Portanto, as afirmações infundadas e levianas da Senadora Ideli Salvatti, nesta Comissão, de acusar a filha do Prefeito José Serra, da cidade de São Paulo, de sociedade com a irmã do Sr. Daniel Dantas é uma acusação mentirosa. Não é verdade, essa sociedade não existe. A Senadora Ideli Salvatti tem que entender que nós estamos aqui, sim, para investigar essas relações promíscuas desse Governo com a iniciativa privada. O que nós estamos investigando é a corrup-

ção e não podemos ficar desviando o foco. Nós, da Oposição, temos feito um esforço enorme, Sr. Ministro Abi-Ackel, para não pegar casos como o do garoto que tinha um cargo em comissão no Zoológico de São Paulo, no Parque Jardim de São Paulo, com a Marta Suplicy – a Marta Suplicy, aquela que fez acordo com Maluf, que blindou o Birigui para não ir à CPMI do Baneestado, para ter o apoio dela em São Paulo. É o caso de um menino que sai de uma posição e começa a vender games por 5 milhões de reais. Nós temos feito um esforço enorme para respeitarmos certos parâmetros aqui. Não se pode admitir que, com acusações levianas e mentirosas, que envolvem pessoas que não estão sob investigação aqui, por esta Comissão, porque nunca deram motivos para estarem sob investigação, a Senadora Ideli Salvatti venha com esse tipo de acusação. Eu repudio, é inaceitável e inadmissível. Senadora Ideli Salvatti, não confunda vocês que ascenderam ao Poder e se lambuzaram, mas se lambuzaram muito feio. É muita corrupção, é muito roubo. Não tem nada de caixa dois, não tem suposto “Mensalão”. É “Mensalão”, sim. Está comprovado. Está aí colocado, e não podemos admitir que, na hora de ouvir um depoente, nós tenhamos que ouvir essas acusações levianas. O Ministro Gushiken operava os Fundos de Pensão, operava as agências de publicidade, e nós tivemos uma guerra política dentro do Governo. Entre o grupo do Ministro José Dirceu e o grupo do Ministro Gushiken, porque esses interesses privados estavam em disputa. E essas figuras, ao invés de atender ao interesse público, estavam preocupadas em ver que fonte eles iam alimentar para, quem sabe, continuar nesse esquema de corrupção. [soa campanha]. Era isso, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT–SC): Artigo 14, Sr. Presidente, por ter sido citada de forma injuriosa.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT–SC): Fui citada de forma injuriosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): A Senadora Ideli Salvatti foi citada. Eu queria fazer um apelo, evidentemente, que esse fato já aconteceu que nós despartidarizássemos essa discussão, porque senão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Partido foi citado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Mas ela vai falar. Senão nós vamos ficar e ao invés...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Senadora foi citada e vai ter resposta. Toda vez que citar o PT aqui dentro vai ter resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Ao invés de nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você não tem moral para falar nada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você não tem moral nenhuma.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Está suspensa a reunião por quinze minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Declaro reabertos os trabalhos. Peço os senhores parlamentares que assumam os seus lugares e façam silêncio na sala. Peço silêncio na sala sob pena de pedir até evacuação se não for atendido. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Mas antes peço aos serviços taquigráficos que retire a expressão do Dr. Eduardo Paes que foi no sentido de pelegos corruptos. Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

>> [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB–RO): Peço silêncio e concedo a palavra por cinco minutos na forma do Artigo 14 Inciso VI à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT–SC): Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, lamentar todo o episódio, porque eu acho que a população espera do Congresso Nacional, obviamente, atitudes de bastante responsabilidade naquilo que nós estamos fazendo nestas CPIs, que é, efetivamente, conduzir o processo de investigação. Eu procurei, durante todo o meu pronunciamento, me guiar por este parâmetro da investigação. Inclusive, disse que eu optei em não fazer nenhuma pergunta porque o Sr. Daniel Dantas tem tanto processo... E o que eu listei, inclusive, foi utilizado como argumento, o que eu listei, o que eu falei a respeito do Sr. Daniel Dantas são declarações que estão colocadas nos processos judiciais: formação de quadrilha não é uma frase minha. Formação de quadrilha está no processo. É disso que ele está sendo acusado, ele e as pessoas próximas a ele. Portanto, eu quero dizer aqui que quando eu optei em não fazer nenhuma pergunta e relatar o procedimento, a gravidade, o que é que está colocado é porque estas CPIs têm uma conta a prestar à população. Porque a população não quer saber só quem recebeu o dinheiro. A população quer saber quem ou na lógica do interesse de quem foi feita a corrupção. É exatamente buscar os corruptores. E eu quero dizer de forma muito clara que o Sr. Daniel Dantas é um forte candidato a ser um dos maiores corruptores da

história da República, por tudo que está colocado, por todos os processos judiciais que estão em andamento. E eu fiz questão absoluta de relatar isso, de colocar isso, porque é o que esta CPMI, a dos Correios e a do Mensalão e compra do voto...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente, peço a palavra Pela Ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tem que prestar contas à população. Então, eu fiz todas as minhas...

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Há um orador com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, fiz todas as minhas questões, fiz um histórico...

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ... Fiz uma lógica de intervenção, inclusive, aqui, posso ter sido mal-interpretada, porque não há nenhum ato ilegal de constituição de qualquer empresa, de filho de quem quer que seja, seja da Sra. Verônica Serra, seja do Sr. Fábio Lula da Silva, porque eles estão atuando na área empresarial e podem fazer o quem bem entendem, são cidadãos brasileiros e podem fazer o que bem entenderem. Agora, quando eu listei, eu listei apenas como uma forma de procedimento de alguém que está há décadas atuando em interesses econômicos vultosos, bilionários e que tem um procedimento de aproveitar todas as oportunidades para se aproximar, para cooptar, para ter maneiras efetivas de, ou decidir a seu favor, influir a favor dos seus interesses, ou então de neutralizar, como ele teve aqui a oportunidade de dizer, de forma clara. Não fui eu que disse, foi ele que disse que falou com o Ministro José Dirceu e teve dele o compromisso de não influir, de não interceder a favor dos adversários econômicos deles. Por isso, Sr. Presidente, não abro mão, não retiro nada do que eu disse. Quem acompanhou a minha fala viu que foi uma fala no sentido de elaborar uma tese, uma lógica, e dizer que esta CPI, as duas só têm uma contribuição a mais a fazer, que é exatamente a quebra dos dois sigilos, da Opportunity Fund e a questão do disco rígido porque as demais investigações estão andando e na hora que quebrar a tese que eu levantei aqui, talvez se confirme, o Sr. Daniel Dantas é o maior corruptor das últimas décadas neste país em defesa dos seus interesses, que podem ser legítimos para ele...

>> [soa campanha].

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): ... mas não são legítimos em termos de interesse da população brasileira.

>> [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, pela ordem.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente, não conheço o Sr. Daniel Dantas, apesar de ser baiano, o conheci hoje aqui. Agora, não se pode admitir, Sr. Presidente, é que o depoente, seja ele quem for, seja aqui desqualificado por membros desta Comissão, ou de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós não podemos estar aqui agredindo o depoente até de uma maneira humilhante. Eu acho que esse não é o nosso papel. O nosso papel é para inquirir os depoentes para termos os dados necessários, indispensáveis, para que esta Comissão possa fazer o seu juízo de valor. Não agredir o depoente, não é a nossa função. Portanto, eu solicito à Presidência desta Casa que não permita que isso aconteça por parte de nenhum de nós, Parlamentares desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): É difícil imaginar e cassar a voz e dá palavra que estar se formando na boca de cada um. Evidente que o que eu posso dizer que os qualificativos injuriosos, todos, porque o que manda o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil quanto o nosso Regimento e um tratamento respeitoso, sem admitir uma linguagem injuriosa. Eu retirei a expressão injuriosa, anteriormente, no que se referiu ao Deputado Eduardo Paes. Assim mesmo, eu quero extrair do texto essa conclusão final, que eu acho que ninguém pode fazer previamente, sem juízo definido, dizer que é o maior ou menor corruptor. Que essa expressão também seja retirada do texto das notas taquigráficas. Vou passar, inclusive, a Presidência ao nobre Deputado Asdrúbal Bentes, mas dizer o seguinte: vamos fazer as perguntas objetivas. Vamos fazer perguntas objetivas. Vamos aproveitar esta oportunidade e evitar as agressões partidárias, porque não têm sentido. A Nação não quer saber disso. A Nação exatamente quer saber a verdade. Antes de exatamente passar a palavra, aqui havia o Sr. Daniel Dantas prestado a sua disponibilidade de dar explicações a respeito da TELEMIG. O fará agora. E eu passo a palavra ao nobre Presidente Asdrúbal Bentes. O próximo orador é V.Exa.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Deputado Osmar Serraglio pediu uma informação que eu não tinha e nos autorizou a consultar a companhia e foi feita a consulta à TELEMIG a respeito se a TELEMIG teria verificado a coincidência dos seus pagamentos com a contabilização da SMP&B. Nós pedimos que fosse consultado e a TELEMIG mandou por escrito. Eu vou ler: "Conforme solicitado ao Presidente do Conselho de Administração da TELEMIG Celular e da Amazô-

nia Celular, prestamos os seguintes esclarecimentos referentes ao questionamento formulado ao Sr. Daniel Dantas durante o depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 21 de setembro de 2005. Não compete à TELEMIG Celular nem à Amazônia Celular, nem esta tem o poder para tanto avaliar a contabilidade de qualquer dos seus fornecedores. Usualmente na qualidade de contratante, as companhias exigem de seus contratos a comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, mediante apresentação de certidão e outros documentos. A TELEMIG e a Amazônia Celular confrontam, sim, os valores por elas pagos com as notas fiscais recebidas da DNA e SMP&B e os serviços de publicidade prestados por essas e fornecedores subcontratados, mas não teriam como se informar ou conferir como esses valores foram contabilizados nas agências de publicidade, bem como qualquer outro dos seus fornecedores. Por oportuno, lembramos que a TELEMIG Celular e a Amazônia Celular enviaram voluntariamente, no dia 2/10/2005, à CPMI dos Correios a documentação relativa aos pagamentos realizados às agências de publicidade, inclusive, com cópia de todas as notas fiscais que suportam. Adicionalmente, as companhias recomendam às empresas de auditoria de renome internacional uma análise dessa documentação. TELEMIG e TELENORTE.” Então, conforme estão nos explicando aqui, eles não têm como conferir a contabilidade da SMP&B e da DNA, nem é praxe do contratante conferir como é que o contratado contabiliza a sua receita.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Prosseguindo os trabalhos, serenados os ânimos, que eu espero que perdurem durante toda a reunião, quero alertar desde já aos senhores parlamentares que o Artigo 14, Inciso VI do Regimento permite que apenas duas pessoas citadas por sessão, no caso aqui por reunião, tenham direito a usar da palavra. De maneira que, como já usou a Senadora Ideli, somente mais um Parlamentar, no caso de ser citado nesta reunião, terá direito ao uso da palavra. Sou escravo do Regimento e vamos cumpri-lo. Prosseguindo, concedo a palavra ao ilustre Deputado José Rocha pelo prazo de até 15 minutos.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. depoente Daniel Dantas, V.Sa. Sr. Dantas vem a esta Comissão convocado que foi para trazer informações a respeito da participação do seu grupo empresarial, não só o Opportunity, mas também as empresas a ele ligadas, em relação a questões que são do conhecimento público e que foram trazidas por diversos outros depoimentos em relação aos investimentos não só na área de telecomunicações e as participações tanto

nos Fundos de Pensão quanto também na questão das empresas do Sr. Marcos Valério. Eu tenho uma queixa muito forte em relação a V.Sa. por ser baiano e V.Sa. não investir em nosso Estado. E quando fez um investimento no nosso Estado, é um investimento contra o meu clube [soa campainha] de coração, o Vitória, desde quando V.Sa., seu grupo investe no Bahia. E, mesmo dentro de tantos investimentos vitoriosos que V.Sa. tem tido esse não logrou êxito que tem logrados outros investimentos, porque fomos juntos, abraçados, para a terceira divisão. Mas eu perguntaria a V.Sa. em relação aos custos de publicidade com as empresas do Sr. Marcos Valério. Que relacionamento tem V.Sa., o seu grupo, com o Sr. Marcos Valério nessa questão da participação dessa grande lavanderia que o Sr. Marcos Valério proporcionou ao Partido dos Trabalhadores? Que relação existe entre as suas empresas e as empresas do Sr. Marcos Valério na questão da contratação de publicidade que se fala em cifras altíssimas, e que talvez não confirmassem com realmente, com os serviços prestados pelas empresas do Sr. Marcos Valério.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: As empresas que nós somos acionistas, a TELEMIG e a TELENORTE, são empresas de telefonia móvel. O *marketing* nessas empresas é muito intenso. A área de telefonia móvel eu acho que é hoje a maior cliente de mídia do Brasil, é muito intensa em propaganda. A TELEMIG nos mandou um relatório, que vou pedir para tirar cópia para cada um de V.Exas. onde ela mostra que a despesa de propaganda proporcional ao faturamento está abaixo da média do mercado, quer dizer, não é uma despesa alta em relação ao porte da TELEMIG. A circunstância do mercado de telefonia móvel é que ele é muito competitivo e muito influenciado por propaganda. A empresa não tem como sobreviver competitivamente sem um forte suporte publicitário. A escolha da SMP&B, na verdade, a TELEMIG e a TELENORTE não eram clientes do Sr. Marcos Valério, eram da SMP&B e da DNA. A escolha dessas empresas foi feita pelos executivos da companhia, porque tudo que me foi reportado, o serviço das duas companhias sempre foi excepcionalmente bom. Então, as companhias não tinham motivo para pressupor ou supor que existia uma outra atividade sendo desenvolvida pelo Sr. Marcos Valério, usando, na verdade, essas agências. Então, ela foi contratante dos serviços de publicidade, a SMP&B e a DNA entregaram as contas, entregaram a publicidade de acordo com o que foi pretendido pela companhia. Era uma relação dentro de parâmetros normais de mercado e nós não tínhamos a menor condição de pressupor que poderia estar existindo alguma

irregularidade a nível do âmbito do fornecedor desses serviços. Então, era uma conta comum de...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): Por que a escolha dessas empresas mineiras e não de outros Estados, como a própria Bahia, onde temos grandes empresas nessa área?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A TELEMIG é em Minas.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): Eu sei.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: E, na verdade, é o seguinte, a TELEMIG é em Minas...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): Não importa que ela seja em Minas e que a publicidade...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Mas é mais fácil a agência estar perto. É muito mais fácil, você tem preparação de campanha, o contato direto é muito mais fácil, mas nós não intervimos nisso, quer dizer, nós como acionista controlador, nós indicamos a gestão e damos à gestão a liberdade de fazer da forma com que ela acha mais conveniente. Se o Senhor quiser fazer uma analogia, como tocou no assunto do futebol, do qual nós temos um investimento, mas eu não tenho nenhum entendimento, não entendo nada de futebol, eu poderia fazer uma comparação como se nós observamos o resultado do jogo e não administramos as jogadas. Quer dizer, os administradores da companhia é que decidem o que é que vão fazer e nós observamos se o resultado do que fez está bom. E os resultados da TELEMIG estavam muito bons. É surpreendente o resultado da TELEMIG. A própria migração tecnológica que ela fez para a GSM surpreendeu todas as expectativas, então não havia por que questionar a administração da companhia quanto à utilização dessas agências, uma vez que o resultado estavam sendo completamente satisfatórios.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): V.Sa. confirma as informações de que esses contratos superaram os 145 milhões?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Esses contratos, em cinco anos, superaram os R\$ 145 milhões, mas é um contrato de 30 milhões por ano, quer dizer, está se fazendo uma conta de cinco anos acumulados de publicidade. Se nós formos fazer a comparação, por exemplo, com a concorrência, os valores da concorrência são muito maiores. Se pegar, por exemplo, quer dizer, nós não temos à nossa disposição porque não é dado o que é concedido, mas, por exemplo, nós imaginamos que a Telesp Celular, nesse mesmo período, deve ter gasto uns 700 milhões, entendeu? Quer dizer, é da natureza da atividade.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): Isso está dentro dos padrões de mercado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Totalmente dentro dos padrões de mercado, aliás um pouco abaixo da média do mercado. A TELEMIG tem no relatório dela, ela fez a comparação, ela está um pouco abaixo da média de mercado a despesa de publicidade sobre faturamento. E esses dados estão todos já disponibilizados a esta Comissão. E esse relatório dos estudos que foram feitos pela TELEMIG, nós pedimos para fazer 50 cópias individuais e já está disponibilizado quando V.Exas. que tiverem curiosidade, inclusive, tem a cópia de todas as campanhas que foram feitas para comprovar que, de fato, o gasto foi gasto de publicidade. Agora, se uma empresa de telefonia móvel resolvesse passar cinco anos usando a despesa de publicidade unicamente para alimentar um outro esquema paralelo, ela desaparece. Ela é inviável. É como se imaginasse, se ficasse fazendo uma pergunta, por exemplo, a uma companhia aérea e duvidando de que ela teria que comprar combustível. Não consegue voar sem combustível.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): Que outros contratos existem entre as empresas de V.Sa. e o Sr. Marcos Valério?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, só tem contratos de publicidade. Não tem nenhum outro contrato. Eu acho que ele tem uma outra empresa, se não me engano, a de... Eu acho que ele é sócio de alguma outra empresa, porque eu vi ontem na apresentação na TELEMIG, de *merchandising*, ou alguma coisa assim, que eu acho que eles prestaram alguns serviços. Mas, eminentemente, coisas ligadas a publicidade.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): V.Sa., ou seja, o grupo de V.Sa. estaria interessado, à época, da venda da participação na TELEMIG com a Portugal TELECOM e que o Sr. Marcos Valério se ofereceu para ser o intermediário nessa negociação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, Sr. Deputado, o Sr. Marcos Valério não estava nem informado por nós da existência dessas negociações. Em algum momento essas negociações vazaram nos jornais, mas muito depois. Essas negociações começaram, se não me engano, em maio e foram até setembro...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): De que ano?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: De 2004. Maio até setembro. A ida do Sr. Marcos Valério a Portugal, segundo foi reportado pelos jornais, foi em janeiro, inclusive, quando essas negociações já tinham se encerrado. Ele não tinha conhecimento por nós. Vazou nos jornais...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL–BA): A quem V.Sa. atribui esse vazamento para o Sr. Marcos Valério?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei, não sei. Eu não sei se alguém... Nessas negociações, em geral, elas ficam muito... Elas vão crescendo de população: você tem os bancos de investimentos que atendem aos dois lados, os advogados que atendem aos dois lados e os executivos que atendem aos dois lados. E com o tempo, negociação – como é que se diz – assim, confidencial, é meio como um peixe fora da geladeira: ele, depois de algum tempo ele começa a ficar estranho, é muita gente se movimentando, é muita gente entrando em escritório, saindo de escritório, reunião em fim de semana. Então, as pessoas que não estão informadas começam a perceber uma movimentação diferente. E o mercado de ações é afetado por essas negociações. Ação sobe, ação desce. É proibido você avisar a um ou comprar ações em cima de uma informação privilegiada. Eles têm, por obrigação, manter isso sob confidencialidade. Acontece que não conseguem por muito tempo, a prática é que é difícil. Às vezes é uma assessoria. Alguém vê, alguém percebe ou pode vazá-la de alguma... E aí não sabe como é que vaza, mas vaza; vai sair nos jornais. Eu não sei, eu não tenho idéia, se o Sr. Marcos Valério, inclusive, foi a Portugal em função disso. O que ele teria dito é que imaginou que a Portugal TELECOM poderia vir a adquirir a TELEMIG e foi até lá oferecer os serviços para tentar continuar com a conta e, de repente, até aumentar a sua participação, tentando pleitear alguma coisa com a Portugal TELECOM. É coerente, é legítimo. Eu só não posso testemunhar aqui que esse foi um fato.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): E a questão da disputa entre o Grupo de V.Sa. e os Fundos de Pensão em relação à BRASIL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa disputa começa há muito mais tempo do que agora. Não sei se eu tenho tempo aqui para... Tenho?

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): São quinze minutos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa disputa... O senhor me desculpe se eu exceder os três minutos, mas eu não acredito que consiga ser sintético a esse ponto. Mas nós quando fizemos a associação com os Fundos de Pensão – Citibank e a TELECOM ITÁLIA, o maior acionista da TELECOM ITÁLIA na época era a família Agnelli, que era dona da Fiat. A TELECOM ITÁLIA foi adquirida, numa tomada de controle hostil em 21 de maio de 1999 por uma empresa na Itália chamada Olivetti, que tinha sido fundada pelo Domeneghetti e foi comprada por um senhor chamado Roberto Colaninno, que era um empresário agressivo e ele entrou na TELECOM ITÁLIA, na verdade assumiu a administração da TELECOM ITÁLIA e eu até man-

dei uma correspondência felicitando-o pela transação, uma vez que seria o nosso novo sócio – não tinha sido nosso sócio originalmente, mas era com quem nós iríamos ter de lidar. E ele nos fez uma visita em janeiro de 1999, em janeiro de... Desculpem-me, em novembro de 1999. Foi uma reunião áspera, e logo depois disso aconteceu a compra da CRT onde nós fomos obrigados a pagar um preço superior ao preço que queríamos e que deveríamos pagar pela CRT por pressão da TELECOM ITÁLIA, sob o comando do Colaninno. E daí começa um evento que eu acho que é muito importante e interessante. Ele tem uma reunião comigo no Copacabana Palace em maio de 2000, numa sala privada e reservada, no qual ele me diz que a TELECOM ITÁLIA era uma empresa de telefonia e nós éramos uma empresa financeira. Então, não havia sentido em que a TELECOM ITÁLIA sendo uma empresa de telefonia não fosse a acionista controladora da BRASIL TELECOM. Ele disse que ele queria o controle da BRASIL TELECOM e que só faria sentido para ele ser controlador. Eu até argumentei e disse: “Até entendo, mas o senhor também, enquanto Olivetti é uma empresa financeira que comprou a TELECOM ITÁLIA. Então, no aspecto empresarial, nós estamos no mesmo nível. Só que tem uma diferença, o controle da BRASIL TELECOM, por contrato, pertence aos fundos que nós administramos e pertence a esse fundo, porque a TELECOM ITÁLIA tentou disputar o leilão da Telesp junto com a Globo, Bradesco e a TELECOM ITÁLIA, e perdeu o leilão. Então, os senhores eram minoritários nessa estrutura societária por força do marco regulatório que não permitia. Eu até entendo que o senhor ache que não faz sentido, mas nós estamos aqui sentados em Copacabana” – lembro que falei isso – “e a avenida de trás chama-se Barata Ribeiro. O que o senhor está me colocando é como se um morador da Barata Ribeiro viesse para o morador da Avenida Atlântica e explicar que ele sofria de asma e assim sendo, não fazia sentido que ele morasse atrás, uma vez que na frente, o ar é mais puro, então que ele deveria ir para frente e o morador da Atlântica deveria ir para o apartamento da Barata Ribeiro. Do ponto de vista médico, isso até faz sentido, mas, do ponto de vista legal, não tem respaldo. O dono do apartamento da Atlântica é dono do apartamento da Atlântica. E, infelizmente, o outro da Barata Ribeiro, se ele, por acaso, sofre de asma, ele vai tentar uma outra solução qualquer, mas essa não está à sua disposição”. E aí ele me disse o terceiro ponto: “Eu estive com o Governo brasileiro. E o Governo disse que prefere ou que quer que a TELECOM ITÁLIA seja...”

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Quem do Governo brasileiro?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele não me disse com quem. “Eu estive com o Governo brasileiro...”

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Nobre Deputado, o tempo de V.Exa. já está ultrapassado em um minuto. Peço ao depoente que sintetize por favor, porque nós temos uma longa jornada com mais de 40 Parlamentares inscritos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: “Eu estive com o Governo brasileiro. E o Governo brasileiro me disse que gostaria de ter a TELECOM ITÁLIA controlando a BRASIL TELECOM.” Aí eu disse: “Eu não tenho essa informação, mas não é do meu conhecimento que o Governo tenha essa prerrogativa. Na verdade, esse é um assunto privado. Isso não pertence à TELECOM ITÁLIA”. Mas ele me afirmou que tinha conversado com o Governo, e que o Governo tinha dito a ele que o apoiava nessa iniciativa. Daí por diante, foi uma sucessão de tentativas de tomada de controle da BRASIL TELECOM pela TELECOM ITÁLIA com apoio dos Fundos de Pensão e de alguns membros do Governo passado.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Que membros do Governo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Está expirado o prazo de V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente, é importante que ele esclareça. Ele veio aqui para esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Peço a compreensão de V.Exa. em respeito...

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Finalizo com a explicação dele. Conclua, por favor.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Notadamente, os Membros do Governo passado que apoiaram a TELECOM ITÁLIA, de uma forma, – não digo que tinha sido um apoio direto – mas cujo apoio beneficiou a TELECOM ITÁLIA, marcadamente foi o Ministro Pimenta da Veiga que era Ministro das Comunicações; o Presidente do BNDES que era o Sr. Andrea Calabi; e o Presidente da Previ – que não é Governo –, mas que era o Luiz Tarquínio. Todas as tentativas foram de tentar transferir o controle da BRASIL TELECOM, que pertencia a esse conjunto de fundos cuja gestão estava sob nossa responsabilidade para a TELECOM ITÁLIA, naquele momento, administrada pelo Sr. Roberto Colaninno.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela Ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela Ordem, Sr. Presidente, também.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Como líder da bancada solicitaria o tempo regimental de cinco minutos, V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Tem V.Exa. a palavra.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Para quem tenha dúvida, Sr. Presidente, sobre a possibilidade ou não da gente solicitar esse tempo, foi feita uma Questão de Ordem em Plenário, e o Senador Renan Calheiros, na Presidência do Congresso, respondeu essa Questão de Ordem, afirmando que o Líder de Bancada tem, regimentalmente, o direito de fazer essa solicitação. Portanto, eu faço essa solicitação a V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu tenho o maior respeito pela Liderança, particularmente, por V.Exa.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Obrigado, Deputado Asdrúbal.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, de uma Questão de Ordem.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Sr. Presidente, só gostaria de fazer em cinco minutos, depois, o Deputado pode fazer qualquer Questão de Ordem. Mas solicitaria a V.Exa. estes cinco minutos para dizer, em nome do PSDB, nós assistimos ao episódio que nós tivemos aqui, episódio muito desagradável, episódio que não lustra esta Casa, não lustra o trabalho desta Comissão. Nós lutamos muito para instituir esta Comissão. Fizemos um esforço muito grande. O Governo tentou evitar a instalação desta Comissão de todas as formas possíveis e imagináveis. V.Exa. deve se lembrar muito bem do número de assinaturas que se tinha na Câmara: acima do mínimo necessário, noventa, acima do mínimo e o Governo conseguiu fazer a retirada de mais de setenta assinaturas. Nós conseguimos com duras e árduas lutas, instituir esta Comissão, e a finalidade desta Comissão é conhecida por todos: desvendar o que ocorreu em nível do Governo na elaboração de uma estrutura de apoio financeiro, eleitoral de várias formas a partidos, a pessoas. A compra, efetivamente, de apoios que é isso a finalidade destas Comissões. Nós já chegamos a muitos resultados. Esta Comissão já avançou, e avançou muito bem. Eu aproveito para cumprimentar todos os membros desta Comissão. Mas, evidentemente, nós ainda estamos longe de estabelecer alguns elementos fundamentais que nós precisamos reconhecer, ou seja, a origem dos recursos. E a finalidade da vinda do Sr. Daniel Dantas aqui é exatamente tentar nos trazer elementos para que a gente possa entender claramente de onde vieram esses recursos e como vieram esses recursos que corromperam partidos e corromperam Deputados. Essa

é, fundamentalmente, a nossa preocupação e é esse o foco que nós estamos atuando. O Sr. Daniel Dantas vem aqui como elemento para contribuir, não está em nossa disposição nem atacá-lo, nem defendê-lo. Não nos cabe absolutamente nada em relação a isso. No entanto, é muito estranho para nós, foi muito estranha a presença e o discurso da Senadora Ideli Salvatti. Ela fez acusações ao partido, ao nosso partido, acusações ao passado do partido, acusações ao Governo anterior e ainda acusações a pessoas das famílias de pessoas, de políticos do nosso partido, pessoas que não têm vida política, que não têm participação nenhuma, que não têm, absolutamente, porque serem sequer citadas, trazendo ilações de que poderiam estar envolvidas em alguma coisa, em algum tipo de interesse. Eu acho que quando existe, de fato, alguma afirmativa, algum elemento para qualquer Deputado ou Senador e entender que possam ter havido irregularidades ou crimes cometidos, nós temos todos os instrumentos, não só esta CPI pode, evidentemente, levar essa questão adiante, desde que se relacione com os fatos da CPI, como pode... Inclusive, nós temos o Ministério Público par fazer essas investigações necessárias, se o fato, eventualmente, irregular é paralelo a esta Comissão, não se trata desta Comissão, mas se trata de uma outra questão. O Ministério Público está para isso e nós temos instrumentos de investigação. O que não é possível aceitar é que pessoas, qualquer cidadão, não é apenas um cidadão que é parente de algum político de algum partido aqui, mas pessoas sejam citadas com ilações que possam levar quem está ouvindo a pensar que essa pessoa tenha qualquer tipo de envolvimento. Nesse caso, foi a citação da filha do Prefeito da cidade de São Paulo, que se tem ou não tem alguma sociedade com alguém, não tem a mínima importância para esta Comissão, a mínima importância para esta Casa, a não ser que seja trazido aqui à Comissão algum ato de irregularidade, algum ato que tenha sido cometido irregular. Aí, sim, aí tem lógica trazer para cá. Caso contrário, não tem nenhum sentido e lógica se estiver associado ao problema que nós estamos discutindo. Também, se não estiver associado, que se mande isso ao Ministério Público. Nós tentamos este ano instalar uma CPI, porque o Governo dizia que houve irregularidades no processo de privatização do setor elétrico. O Governo tem maioria absoluta na Câmara e não quis instalar a Comissão. Estamos dispostos a levar adiante qualquer tipo de CPI, para qualquer dúvida que se tenha sobre o Governo anterior. Setor de privatizações de telecomunicações, eu convivi com isso muito, eu participei intensamente desse processo todo. Se isso daqui for necessário esclarecimento, que se faça. Mas não que se façam ilações, apenas ilações,

apenas citações que podem manchar, macular o nome de pessoas que nada têm a ver com isso, são pessoas físicas que vivem sua vida na sociedade, vivem sua vida no dia-a-dia, e não têm nada a ver com a disputa política. Então, nós queremos protestar contra essa forma de condução de algumas pessoas, de alguns Deputados, neste caso, especificamente, a Senadora Ideli Salvatti, e dizer que nós estamos dispostos a esclarecer todas as questões. E se houver alguma razão para que se denuncie alguém e para que essa pessoa seja levada aos tribunais, nós estaremos propensos, totalmente, a que isso seja feito. Porque nós queremos o esclarecimento e não queremos que se desloque o foco. A nossa preocupação e aí parece que foi esta a intenção da Senadora Ideli Salvatti, foi transferir o foco, deslocar o foco. Deslocar o foco de quê? Deslocar o foco de algo que se montou lá no Governo Federal e que corrompeu partidos e Parlamentares. É desse foco que nós não podemos nos desviar. Vamos voltar para isso, porque é isso que nos interessa, e é isso que a Nação espera de nós, é isso que a Nação espera dessa Câmara dos Deputados e desta CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Esta Presidência recebe a manifestação de V.Exa. como reclamação – justa, por sinal, porque há muito verberamos esse procedimento – se partidizar a Comissão... Nós, enquanto estivermos na Presidência, não vamos admitir que se repitam as deprimentes cenas que ocorreram ainda há pouco, sob pena de termos que encaminhar os participantes para o Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar. Temos que manter a boa imagem do nosso Poder e, particularmente, das nossas Comissões. Deputado Fernando Ferro, em que dispositivo fundamenta a questão de ordem?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Artigo 66, §1º. Sr. Presidente, é sobre a manifestação do Líder do PFL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): De que Regimento?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Regimento da Câmara dos Deputados, Artigo 66, §1º. Mais alguma coisa? Presidente, sem querer polemizar com o Líder, mas aqui afirma que o debate, a parte do direito da manifestação do líder se deverá dá em torno de assunto de debate do tempo de relevância nacional. Eu não quero polemizar até porque compreendo a preocupação do líder Goldman na manutenção do nível do debate, mas creio que é também com essa preocupação para que não se fique, permanentemente, interrompendo os debates sem ter, de fato, justificativa para tal. E para concluir, queria fazer uma solicitação

à V.Exa., uma pergunta a V.Exa., em defesa da responsabilidade e da competência de cada um dos que estão participando desta audiência. Eu queria saber se a senhora que está assessorando o Sr. Daniel Dantas foi devidamente reconhecida e identificada como advogada para atendê-lo na sua assessoria jurídica, porque eu tenho informação que não é o caso, mas, de toda sorte, eu li...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Esta Presidência responde a Questão de Ordem de V.Exa. Quanto à primeira parte da Questão de Ordem, houve uma decisão do Presidente do Senado que determinou ser concedida ao Líder, pelo prazo de cinco minutos, a palavra para fazer comunicações, como foi o caso do ilustre Deputado Goldman. E com relação à segunda parte da reclamação, quero dizer que V.Exa., não sei se estava no início dos trabalhos.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Eu não estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Então, talvez por isso tenha incorrido na dúvida quanto à Advogada do depoente.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Agradeço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vamos prosseguir concedendo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente. A história das CPIs no Parlamento Brasileiro, infelizmente, tem sido uma história incompleta. É incompleta por um lado, porque, nem sempre a história integral, cronologicamente, é narrada. Muitas vezes, alguns acontecimentos de alguns períodos não são esclarecidos. E ela é também uma história incompleta, porque tem produzido muitos resultados no lado daqueles que foram corrompidos. Não tem mostrado aqueles que têm abastecido os esquemas de irregularidades. Então, Sr. Daniel Dantas, V.Sa. está sendo convocado às duas CPMLs com o objetivo de fazer com que a história seja contada de modo integral, não só o que aconteceu em 2003, mas, sobretudo, para que se tenha o padrão e que esta CPML e o Congresso Nacional adotem as providências para que, num futuro próximo, nós não estejamos aqui novamente investigando atividade ilícita, financiamento de campanha eleitoral e de atividade política de modo criminoso. Então, quando a CPML convoca o Sr. Daniel convoca para que ele conte a história integral. E aí eu fico surpreso quando vejo reações veementes emocionais diante de questionamentos que são feitos, como foi feito, por exemplo, pelo Deputado Paulo Baltazar, como foi feito pela Se-

nadora Ideli Salvatti; como foi feito, por exemplo, quando, nas primeiras sessões na CPML, se descobriu que o esquema de irrigação de campanhas políticas do Sr. Marcos Valério não tinha sido inventado em 2002, 2003, mas que ele tinha sido praticado *ipsis literis*. O *modus operandi* era o mesmo do de 1998, quando foi praticado para outras forças políticas. Naquele caso, para o PSDB e para o PFL, que disputavam a eleição ao Governo do Estado de Minas Gerais. Essas insurgências contra que se conte a história integralmente, realmente, me surpreendem, porque elas vêm em contradição com aqueles que dizem que estão aqui para investigar, que não estão aqui para fazer antecipação de disputa eleitoral, o que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos mostrado constantemente aqui na CPML. E temos dado nosso testemunho não com a retórica, mas com a prática. Porque temos investigado acusações que envolvem o Partido dos Trabalhadores, mas queremos contar a história integralmente, quem são os que abasteceram os esquemas e contar também qual é o padrão de financiamento de campanha política no Brasil, que começou há muito tempo. Então, o Sr. Daniel Dantas vem aqui, e eu peço a colaboração de V.Sa. porque desde muito tempo o senhor está participando dessas relações que eu qualificaria de promíscuas, entre interesse privado, entre investimentos privados e atividades políticas. Aqui, o senhor foi muito econômico nas palavras quando foram lembrados à Comissão as gravações dos grampos do BNDES ocorridos em 1998, quando ali houve ingerência clara do Governo de então para produzir resultado no leilão das privatizações. E V.Sa. Sr. Daniel Dantas, foi privilegiado por aquelas interferências de pessoas com as quais o senhor construiu a engenharia e a arquitetura da privatização, do sistema, por exemplo, Telebrás no Brasil. E o senhor falou no início do seu depoimento que não achava, e eu concordo com o senhor que o Governo deve estar-se intrometendo em todas as disputas comerciais que existem na economia brasileira por controles acionários. Não obstante, o senhor se beneficiou da interferência do então Governo do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no leilão das privatizações. Eu tenho aqui todas as transcrições, não vou repetir porque elas já são do conhecimento geral. Então, me parece uma contradição em proclamar agora que não quer que o Governo intervenha na disputa da BRASIL TELECOM e se beneficiou da interferência do Governo anterior no episódio da privatização. Eu queria perguntar também, aliás, agora, eu queria perguntar a V.Exa. porque nós estamos muito empenhados em identificar quem abasteceu esses esquemas de corrupção em 2002 e 2003, mas também antes, porque o Brasil inteiro sabe que esses esquemas de

arrecadação ilícita de campanha não foram inventados em 2003. Pelo contrário, eles tiveram seu *modus operandi* desenvolvido e praticado por muitas dessas forças políticas que, com uma desfaçatez que me surpreende, vêm aqui à Comissão posar de arauto da República, de defensores incondicionais da moralidade pública. Nós queremos passar a limpo os desvios que houve nas campanhas de 2002 e de 2003 do Partido dos Trabalhadores, mas não queremos botar no tapete os desvios, as corrupções na arrecadação de campanha que aconteceram com outros partidos em outros momentos, porque temos o dever cívico de esclarecer a história integral e não apenas parte da história. Então para ajudar a CPMI a identificar, além dos exames dos documentos que estamos fazendo, para identificar, por exemplo, aquele episódio, Sr. Daniel Dantas, chamou muito a atenção, o da incineração, quando foram queimadas notas da TELEMIG com a DNA e SMP&B. O senhor diz: “Não, ali foram notas que foram apresentadas e não foram reconhecidas pelo cliente.” E aí a minha pergunta é, eu pediria que o senhor anotasse porque eu tenho várias perguntas em sequência. A minha pergunta é: os motivos pelos quais aquelas notas foram glosadas estão materializados em alguma comunicação, seja escrita, seja eletrônica? É uma pergunta que desperta a curiosidade de todos nós. Eu queria perguntar também ao depoente quando ele diz que não teve nenhuma relação mais profunda, apesar dos 150 milhões de depósitos que foram feitos por empresas sob controle do seu grupo, do Grupo Opportunity. O senhor disse que não teve nenhuma relação com o Sr. Marcos Valério, naquele episódio de Portugal, apesar do fato de que estava em curso a negociação com a Portugal TELECOM, com a Telefônica para comprarem para a Vivo, a TELEMIG adquirir a Vivo. O senhor disse que não teve nada com o Sr. Marcos Valério. Mas a minha pergunta é: Então, por que cargas d’água o Sr. Marcos Valério afirma à revista Veja que teria se desentendido com o senhor? Na forma como ele fala desse desentendimento, pressupõe que antes havia um entendimento avançado em curso. Eu queria lembrar também, Sr. Daniel Dantas, que no episódio das espionagens, a imprensa relata com base na investigação do Ministério Público, da Polícia Federal, que o senhor e a senhora Carla Cicca que estava na presidência da BRASIL TELECOM, que é o objeto dessa grande disputa societária, que os senhores contrataram a KROLL. O senhor nega e diz que foi o Citibank quem contratou a KROLL. A minha pergunta, portanto, é: Quem, afinal de contas, fez essa contratação? A minha pergunta vai além: Por que é que essa contratação da KROLL extrapolou a investigação dos dirigentes da TELECOM ITÁLIA e ao que

é reportado não só por essas investigações das duas instituições, mas também pela ampla cobertura da imprensa? Por que é que essas investigações da KROLL, essas escutas, essas espionagens ilícitas abrangeram o Sr. Luiz Gushiken, o Sr. Carlos Casseb, o Sr. José Dirceu, membros do Judiciário? Esse episódio do Presidente do STJ, me parece também não está bem esclarecido pela resposta que o senhor deu à Senadora Ideli Salvatti. Então, por que a extrapolação? Por que V.Sa. fez essa espionagem de membros do Ministério Público, do Judiciário e de autoridades do Poder Executivo? E que uso V.Sa. fez com essas informações? Há versões que correm no País inteiro que o senhor teria chantageado não só membros do Judiciário, como os dois então Ministros citados. Queria perguntar a V.Sa. também, Sr. Daniel Dantas, e vou mencionar aqui alguns jornalistas, que, segundo informações de que disponho, foram processados por V.Sa. por terem publicado matérias que, de alguma forma, lhe desagradaram. Jornalistas Mino Carta, Bob Fernandes, Sérgio Lírío, Rubens Glasberg, Paulo Henrique Amorim, Ricardo Boechat, Luís Nassif, para citar alguns. A minha pergunta é se procede essa informação de que o senhor processou esses jornalistas depois de ter tentado fazer com que é que eles ficassem dóceis na cobertura dos seus interesses e quais foram os resultados desses processos judiciais? Pergunto também se é verdade que, pelo menos, quatro juízes ingleses emitiram sentenças contra o senhor e a sua irmã Verônica Dantas, chamando-os de mentirosos, em sentenças que já transitaram em julgado; se é verdade que o senhor tem condenação na justiça de Cayman, por desrespeitar uma ordem judicial? Se é verdade que o senhor tem também processos acusando de falsificação? Eu tenho aqui uma sentença de um juiz de Nova Iorque que ele interrompe as suas negociações, os seus acordos com a Itália TELECOM, e nesse acordo, esse Juiz Federal de New York afirma que as suas atividades cheiravam a roubo, numa tradução livre que foi feita. Eu pergunto a V.Sa. e aqui eu tenho outras perguntas em seguida, mas para que não haja um acúmulo muito grande, vou fazer esta última...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu quero alertar V.Exa. que o tempo de quinze minutos é para perguntas e respostas.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu sei disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. está esgotando só com as perguntas.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu sei. Vou concluir com esta pergunta e vou me reinscrever

em seguida, porque eu tenho muitas perguntas para que a história seja contada integralmente e não apenas parcialmente, como alguns aqui parecem pretender. A última pergunta, portanto, Presidente Asdrúbal, ao Sr. Depoente. O senhor protocolou, junto à 1ª Central de Inquérito do Ministério Público do Rio de Janeiro, uma queixa-crime referente aos Srs. Bruno do Charme e Luiz Roberto de Marco, na qual fez referência a um documento firmado entre a TELESYSTEM INTERNATIONAL WIRELESS e o Sr. De marco. A utilização desse documento contrariou ordem da grande corte das Ilhas Cayman; daí essa corte mandou que o senhor redigisse um documento ao Ministério Público do seu país contando o ocorrido. V.Sa. em cumprimento a essa decisão, conclui, na carta dirigida ao Ministério Público do Brasil: “Pelo mesmo motivo...” palavras suas nesse documento, “... A grande corte das Ilhas Cayman ordenou-me que escrevesse para os senhores, para explicar que a corte concluiu que o documento da TIW era um documento confidencial, furtado do Sr. De Marco e que evidencia, em seu conteúdo, nada além de um acordo para o compartilhamento dos serviços dos advogados, para a representação das partes De marco e TIW, em processo perante a grande corte das Ilhas Cayman.” Portanto, se é verdade esse documento, quero ouvir do senhor, o senhor confessa que usou um documento furtado. A minha pergunta derradeira é: quem furtou esse documento e quem mandou furtá-lo? Obrigado, Sr. Presidente. Reinscrevo-me a seguir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sr. Depoente, sem nenhum cerceamento ao seu direito de defesa, solicito que seja bastante objetivo na resposta, para que nós possamos atender a todos os Parlamentares inscritos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente Asdrúbal, nós acertamos que seriam quinze minutos improrrogáveis. Se o Parlamentar que está fazendo arguição prefere fazer um discurso, em vez de travar o debate necessário com o depoente, infelizmente, aqueles que nos estão nos assistindo é que farão o julgamento. Agora, os quinze minutos precisam ser respeitados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Mas eu preciso respeitar também o direito do depoente em dar a resposta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Obrigado, Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Mas os Parlamentares deveriam ter mais cuidado a não fazer discurso.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): O senhor sabia que eram 15 minutos.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu peço desculpas ao Presidente por ter extrapolado. Não era a minha intenção, mas quero dizer que o Deputado Antonio Carlos Magalhães é useiro e vezeiro em extrapolar o tempo aqui. Eu, pela primeira vez, estou extrapolando e me penitencio. Peço desculpas ao Sr. Presidente e aos demais colegas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, apenas para esclarecer e deixar bem claro para quem está nos ouvindo: tanto a Senadora Ideli Salvatti e, agora, por questão de tempo, o Deputado Maurício não estão dando tempo regimental para que o depoente se manifeste. De forma que é preciso que fique claro que ele não deixou de responder, não lhe foi dada a oportunidade da resposta, porque até parece que é uma omissão.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): E o Presidente está concedendo com uma tolerância razoável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): É preciso que quem pergunte tenha o desejo de ouvir.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Sr. Presidente, esse tempo já poderia ser utilizado nas respostas do Sr. Daniel Dantas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu concedo a palavra ao depoente, por cinco minutos, para a resposta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu agradeço, Sr. Presidente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Primeiro, eu gostaria de esclarecer aqui que eu não respondi à Senadora Ideli Salvatti, porque ela disse que não faria perguntas. Ela simplesmente leu uma série de pontos, uma série de acusações, mas me disse que não faria perguntas, por isso não foi respondido. Em segundo lugar, eu gostaria de esclarecer aqui que esse julgamento de queima não foi anulado; foi anulado... a Corte superior...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, poderia falar mais alto.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A Corte superior determinou que havia uma fundamental falha de justiça e determinou um novo julgamento. Eles teriam encontrado... Eles decidiram sem processo criminal, que o documento que foi utilizado poderia ter sido furtado, mas não por nós. Mas eu gostaria de centrar aqui: a quantidade de assuntos é muito grande, e o senhor falou sobre a contratação da KROLL. A KROLL, eu nunca disse que a KROLL foi contratada pelo Citibank. O Citibank nunca contratou a KROLL. A KROLL

foi contratada pela BRASIL TELECOM. Eu também não participei da contratação da KROLL. O objeto da contratação da KROLL foi investigar, e não espionar se houve possíveis irregularidades no ato que a BRASIL TELECOM foi forçada a pagar o sobre preço da CRT, ou seja, em síntese, tentar descobrir se, porventura, parte desse dinheiro poderia ter sido destinada para algum dos participantes que forçaram a companhia a pagar esse preço. O objetivo dessa investigação era que os advogados americanos que assessoravam a BRASIL TELECOM, disseram, primeiro, que é praxe no mercado internacional ter empresa de [falha na gravação] participando e acompanhando processos judiciais. E a BRASIL TELECOM pretendia obter o ressarcimento dessa perda que ela teve. A BRASIL TELECOM nunca encomendou à KROLL que a KROLL investigasse membros do Governo brasileiro. No caso que o senhor citou o Cássio Casseb houve uma reunião entre a TELECOM ITÁLIA, em que o Sr. Cássio Casseb aparece na reunião, no 10º andar de uma suíte do Hotel Ritz em Lisboa. O objeto da investigação era a TELECOM ITÁLIA. O Sr. Cássio Casseb apareceu no perímetro da investigação e foi captada na investigação; o objeto da investigação não era o Sr. Cássio Casseb. Nós tomamos conhecimento do fato de que a BRASIL TELECOM tinha contratado a KROLL, nós não instruímos a BRASIL TELECOM a contratar a KROLL; e o Citibank também tomou conhecimento do fato de que a BRASIL TELECOM tinha contratado a KROLL. O único momento em que eu tomei conhecimento mais expressivo de parte do conteúdo preliminar da investigação da KROLL foi numa apresentação que a KROLL fez ao Citibank em Nova Iorque, em que eu estava presente. O objetivo era investigar. Eu não poderia... Eu não achei que tinha motivos para pedir à TELECOM ITÁLIA... À BRASIL TELECOM que suspendesse esse tipo de trabalho, porque, se, porventura, uma empresa se vê vítima de atos arbitrários, o que ela pode fazer, como que ela se defende? Quando alguém perguntou “os senhores têm provas?”, que mal existe em tentar obter provas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sr. Daniel, rogo mais uma vez objetividade, porque a pergunta em si é se contratou ou não.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Então, desculpe-me. Eu não contratei, a BRASIL TELECOM contratou, e o Citibank não contratou a KROLL.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Sobre as notas incineradas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sobre as notas incineradas da TELEMIG.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Se há correspondência mostrando os motivos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sobre as notas incineradas da TELEMIG?

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Isso. Da TELEMIG para a SMP&B e DNA.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essas notas foram, segundo a TELEMIG me informou, eu volto a repetir, eu não administro a TELEMIG, eu não administrei a relação com o Marcos Valério e tenho apenas conhecimento disso indireto, o que a TELEMIG me reportou ontem, é que essas notas foram notas devolvidas, que essas notas não foram pagas. O senhor perguntou se eu tenho conhecimento, se existe algum tipo de registro ou procedimento interno na TELEMIG que registre isso. Não tenho. Mas, conforme fizemos da outra vez, se o senhor achar importante me autorizar, eu posso pedir a alguém que entre em contato com a TELEMIG, obtenho a informação e, assim que vier, eu a forneço. Pode ser?

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Por favor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Deputado Maurício Rands. Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra, que tem até quinze minutos.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou na Mesa, porque sou sub-relatora e estou substituindo o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, senão estaria aí embaixo, como gostaria de estar. Mas eu quero dizer aqui o seguinte: eu tenho uma pergunta só, portanto, vou usar meu tempo inicial para mostrar a minha surpresa, a minha incapacidade de entender o PT. Porque o PT está sendo investigado, o PT está passando uma fase difícil – 2002, 2003, 2004 –, e nós, do PSDB, também queremos que tudo venha à baila. Aqui não tem ninguém que esteja escondendo algo que venha lá de trás; muito pelo contrário, o PSDB não teme nada. Podem vir coisas do passado, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e também a do presente. Agora, o que eu fico muito espantada é de ver como o PT é agressivo. Eu tenho para comigo que o PT devia se defender; o PT tinha que estar em defesa, permanentemente, daquilo que está acontecendo contra eles e não partir para essa agressividade, para esse comportamento, que é um comportamento que eu não acredito que possa existir ainda nos membros do PT. Porque nós estamos numa fase em que o PT tinha que ter um pouco mais de humildade, um pouco mais de inteligência, como agora acabou de fazer o Deputado Maurício Rands, que respeito, é um Ex-presidente da OAB, é um homem que tem uma cabeça privilegiada – e deixar de lado essas

agressividades idiotas que não levam a nada. Eu fico aqui impressionada, porque vários depoentes vieram aqui com os advogados. Aliás, todo mundo pergunta: quem são os advogados? Quais são os nomes? Nós tivemos aqui o Delúbio que veio com um Advogado. O advogado dele sofreu, porque o Delúbio não parava com a cabeça, ficava caindo para baixo e para cima. E o Advogado, Arnaldo Malheiros Filho ficava falando toda hora. Foi repreendido pela CPI, porque o coitado do Arnaldo Malheiros Filho não sabia o que fazer do lado do Delúbio. E o Delúbio mentiu à vontade, veio com *habeas corpus* também. Silvinho Pereira também veio com *habeas corpus*, veio com Advogado, veio com todo mundo. Todo mundo vem com tudo, desde que seja do PT! Agora, quando é pessoa como Daniel Dantas, um homem perigosíssimo, Nossa Senhora! Isso aqui é um perigo! Perigo! É um perigo! Nós temos que acabar com esse homem! Então, nós estamos aqui desrespeitando um depoente. Os outros não foram desrespeitados. Eu não desrespeitei o José Dirceu. Eu tinha uma vontade enorme de falar umas verdades para o José Dirceu e não falei. Eu não falei nada com relação ao Delúbio, nem com o Silvinho Pereira. Nós fizemos perguntas, até, muitas vezes, sérias perguntas fortes... Nós temos, às vezes, umas pessoas mais fortes ou menos fortes, mas ninguém aqui ofendeu, como ofendeu a Senadora Ideli, chamando-o de o maior corrupto. Onde se viu um negócio desse? Que falta de respeito! Corrupto nós temos um montão, a começar no Governo Lula! E nós não sabemos quem é maior, quem é menor. Eu tenho para comigo que tem uma quadrilha no Governo Lula que nós estamos desfazendo agora essa quadrilha e que o PT está fazendo força para desfazer. Eu quero que o PT sobressaia, e possa se defender dessas acusações, e que o PT tenha uma eleição digna e eleja uns novos dirigentes dignos. Então, eu fico aqui, Sr. Presidente, numa maneira muito revoltada, vendo um PT que se comporta muito mal diante de uma situação que nós todos estamos no mesmo barco. Aqui não tem nenhum partido melhor que o outro; todos são iguais. Eu sou um PSDB de passado, fui uma mulher que critiquei o Fernando Henrique Cardoso quando tinha que criticar. Sou uma mulher brava; não sou uma mulher que vai lá e abaixa a cabeça para tudo, não. Agora, se nós estamos hoje num processo de investigação, e essa investigação tem que ser séria, e nós vamos até o fim. A minha pergunta, Sr. Daniel Dantas, eu já vi que Daniel Dantas é como todo rico: fala baixo. E eu preciso ser um pouco mais rica e falar baixo. Gente pobre fala muito alto. É uma desgraça! Eu vou fazer um curso para falar baixo. Eu só tenho uma pergunta à V.Sa.: o senhor fez algo com relação ao filho do Lula? Há uma reportagem no Estadão, lá do Expedito

Filho, famoso Expedito e a Mariângela Gallucci, falando que teria essa denúncia contra o senhor de ter pago hospedagem de uma viagem ao Japão de Fábio Luiz Silva, filho do Presidente Lula. Isso é verdade? Isso, realmente aconteceu? Pagou? Quanto foi que pagou? Como que aconteceu, isso, Sr. Daniel Dantas?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, eu vou voltar a ressaltar que nós não administramos a BRASIL TELECOM. Nós, como acionistas, nós indicamos a administração, e apenas alguns assuntos vêm ao nosso conhecimento. Se forem grandes transações, obviamente, a BRASIL TELECOM tem que levar a conselho, e os conselheiros vêm conversar conosco. A BRASIL TELECOM, de fato, negociou com o filho do Presidente Lula o assunto em relação à Game Corp, e ontem eu fui informado pela BRASIL TELECOM de que teriam tido uma viagem ao Japão, mas essa viagem quem pagou a passagem dos filhos do Presidente Lula foi o próprio filho do Presidente Lula, não foi a BRASIL TELECOM. Os administradores da BRASIL TELECOM me disseram que pagaram algumas refeições, que o convidaram para alguns almoços. Ou almoço ou jantares, não me lembro dos dois. Mas basicamente isso. Disseram que eles, inclusive, têm os recibos dessas passagens, que não foram pagas pela BRASIL TELECOM.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Depoente, gostaria de fazer, primeiramente, uma constatação. Se estiver convicto de que o depoente não está envolvido em nenhum ilícito, em nenhuma falcatura, eu passo a suspeitar dele, se ele vier depor protegido por um *habeas corpus*. A partir do momento em que alguém se vale de um *habeas corpus* para não se auto-incriminar, é porque existem motivos para sua auto-incriminação. Essa é uma constatação inevitável. Nós estamos diante de um dos homens mais ricos do Brasil, dono do Opportunity, presente na telefonia, transportes, saneamento, Internet, portos, futebol e que aparece agora em todas as conversas que envolvem Marcos Valério, BMG, Banco Rural, Fundos de Pensão. E é evidente encontros do seu ex-cunhado e sócio Carlos Rodenburg com Marcos Valério e Delúbio Soares em um hotel aqui em Brasília. Apesar disso tudo, desses fatos, o que se depreende do depoimento de hoje é que o Sr. Daniel Dantas não tem nenhuma relação com esse esquema que estamos investigando. É isso que se depreende. É por essa razão que eu tenho algumas indagações a formular. No depoimento que deu à Polícia Federal em julho, o Marcos Valério confirmou que o seu ex-cunhado

e sócio Carlos Rodenburg pediu a Delúbio Soares que tentasse apurar as arestas que o grupo Opportunity mantinha com o Governo do PT. O Ex-tesoureiro do PT conseguiu convencer o Ministro Luiz Gushiken e a Polícia Federal para parar de perseguir o senhor e a sua empresa? Essa é a primeira pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, deixe-me responder aqui, por ordem. O senhor primeiro chamou a atenção do fato de eu ter pedido um *habeas corpus* para vir para esta Comissão. Eu tive notícias há dois dias que viriam alguns dossiês que tinham sido preparados por adversários nossos para tentar usar desta CPI e obter respostas a questões comerciais que nada tinham a ver com a CPI, que podiam lhe dar vantagens. O meu pedido de *habeas corpus* é em relação a isso, foi esse o pedido que fizemos, que nós não tivéssemos obrigação de responder a questões que nos fossem prejudiciais por conta da informação que nós recebemos de que esses dossiês já estavam sendo distribuídos para alguns Parlamentares. Essa é a razão do pedido de *habeas corpus*. Quanto ao aspecto de nos colocar nesse foco de poder potencialmente ter sido um dos corruptores, eu não gostaria de fazer a indelicadeza de devolver com uma pergunta, mas não há o registro de um único benefício que eu ou que o nosso grupo tenha obtido durante este Governo. O que eu tenho dito e que estou repetindo é que nós não pagamos ao Marcos Valério. Se tivesse, eu, que procurar se, porventura, alguém pagou a contribuição, era mais natural que tivessem sido os que foram apoiados do que os que foram discriminados. Faz mais sentido abrir a outra gaveta do que essa. Não me cabe aqui discutir como é que a Comissão deve desenvolver os seus trabalhos, mas não há, nem nessas campanhas difamatórias, nem nesses dossiês, registro de uma única vírgula de benefícios que tenha sido dito que nós, Opportunity, ou qualquer outra empresa sob nosso controle, tenha obtido durante este Governo. Existem aqui várias ilações, que, se me derem tempo, eu vou poder explicar que não é, de que poderíamos ter sido privilegiados no leilão da Telebrás. Não é o fato, se me derem tempo, eu consigo explicar, mas não há nenhum...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Gostaria de partir para outra indagação. Eu acolho essa justificativa. Mas valho-me, mais uma vez, já fizeram referência aqui a um artigo do Diogo Mainardi, o Resumo da Ópera, em que ele afirma que o senhor foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas encarregou o seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT. O senhor foi achacado pelo PT?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu gostaria de dividir essa resposta, se V.Exa. me permitisse, em duas. Se, porventura, nós tivéssemos sido extorquidos, ser extorquido não é crime. Crime é apenas extorquir. Isso não me motivaria a ter a necessidade de pedir o *habeas corpus*. Nós não fomos achacados pelo PT.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Não houve extorsão? Não houve achaque.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não houve.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor Naji Nahas esteve em Portugal, acompanhado de Luís Favre, marido da ex-Prefeita Marta Suplicy, juntamente com Delúbio Soares para um encontro com três diretores da Portugal TELECOM, na mesma época em que se discutia a venda da TELEMIG Celular para os portugueses. O mesmo Naji Nahas intermediou a venda das ações do Opportunity para a TELECOM ITÁLIA. Qual é essa relação? Esse fato é verdadeiro? O Sr. Naji Nahas estava negociando em nome do senhor ou do Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Em primeiro lugar, o Sr. Naji Nahas intermediou a compra da TELECOM ITÁLIA das nossas ações. O Sr. Naji Nahas trabalhava pela TELECOM ITÁLIA. Foi o Naji Nahas que nos abordou, foi o Naji Nahas que abordou o Citibank. E o Naji Nahas continua envolvido em negociações que continuam existindo entre o Citibank, a TELECOM ITÁLIA e entre a TELECOM ITÁLIA e os Fundos de Pensão, a respeito das participações acionárias na BRASIL TELECOM. O Sr. Naji Nahas não foi a Portugal a meu pedido conversar com a Portugal TELECOM, ou fazer qualquer outro negócio. Mas, circunstancialmente, tocando no assunto de TELECOM ITÁLIA, o Sr. Naji Nahas conversou comigo ontem e me disse que não foi a Portugal e que não teve essa reunião. Mas eu não posso aqui testemunhar sobre o Sr. Naji Nahas, só posso tentar auxiliar aqui esta Comissão informando a informação que eu recebi. O Sr. Naji Nahas nega, pelo menos, negou para mim que tenha participado disso. O que eu posso afirmar é que ninguém da TELEMIG ou do Opportunity que estávamos juntos nessa negociação, solicitou ao Sr. Naji Nahas qualquer papel ou qualquer intervenção nessa negociação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não. Eu gostaria de saber se na sua avaliação o Governo procurou interferir nos Fundos de Pensão. O senhor identificou interferência do Governo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: No meu entendimento, o Governo interferiu constantemente e regularmente nos Fundos de Pensão. Este é o meu entendimento, não é o meu testemunho, porque eu não vi.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Quem interferiu? O Palocci interferiu, o Ministro Palocci?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei, eu não posso afirmar para o senhor que o Ministro Palocci tenha intervindo com os Fundos de Pensão.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): E o Ministro José Dirceu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Ministro José Dirceu, eu não tenho... O Ministro José Dirceu, a única interferência indireta que eu tenho foi quando me foi chamado para ter uma reunião com ele, e ele me pediu para ter uma reunião com Cássio Casseb, e o Cássio Casseb pediu para nós... Quer dizer, no fundo nos pressionou para que abríssemos mão de todos os direitos que os fundos que nós administrávamos detinham, inclusive, o Citibank, e isso poderia beneficiar, no meu entendimento, outros; através dos Fundos de Pensão, poderia beneficiar a outros. Mas eu não tenho nenhuma evidência direta de que o Ministro José Dirceu tenha interferido com os Fundos de Pensão, eu não tenho essa informação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Não é verdade que o Ministro José Dirceu lhe pediu recursos para a manutenção do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, em troca de uma ação dele a seu favor, a favor dos seus negócios junto ao Governo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O Ministro José Dirceu nunca me pediu nenhum recurso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Essa relação sua com o Ministro José Dirceu está explicitada, inclusive, parte de *e-mails* que o senhor, inclusive, incluiu no processo que corre na justiça americana. Nesses *e-mails*, revelam-se conversas como: “Eu tive uma reunião ontem com o José Dirceu; ele é o braço direito do Presidente, equivalente ao chefe de gabinete”, ou seja, “...Primeiro-Ministro. Ele estava preocupado com os Fundos de Pensão, dada as nossas iniciativas e etc. Ele sugeriu que o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, seja a pessoa responsável para solucionar os problemas.” O Presidente do Banco do Brasil solucionou os problemas a pedido do Ministro José Dirceu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, posso me reportar se o senhor me der alguma flexibilidade de tempo. Eu fui solicitado a comparecer à Casa Civil para ter uma reunião com o Ministro José Dirceu, e a data, por volta de maio de 2003. E o Ministro José Dirceu, depois de conversar sobre amenidades durante algum tempo – quero reportar aqui que sempre de forma muito polida e educada – me disse que achava importante resolver os problemas com os Fundos de Pensão.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ele disse por que seria o Sr. Cássio Casseb e não o Sr. Sérgio Rosa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, ele não me disse. Ele disse apenas que achava importante resolver os problemas e que o Governo tinha achado que o Sr. Cássio Casseb poderia ser a pessoa, ou deveria ser a pessoa para cuidar desse assunto. Eu ponderei...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Seria por que o Sr. Gushiken é quem tem o comando sobre o Sr. Sérgio Rosa...?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não entrou em nenhum assunto desse. Eu ponderei com o Ministro Dirceu, e quase nessas palavras: “Ministro, se pudesse me permitir aqui duas considerações, a primeira é que o Sr. Cássio Casseb até muito pouco tempo atrás era conselheiro da TELECOM ITÁLIA, representava os interesses de um adversário nosso”. Então, eu tinha receio que alguma inércia do, ponto de vista, da defesa de um interesse, pudesse ainda estar permeando ainda na sua atual função, muito embora eu até usasse o termo, “eu não sei se há uma probabilidade, mas eu gostaria de registrar que talvez houvesse uma possibilidade disso”. E ele me disse: “Não, acredito que não, e acho até que pode ser bom, porque o Sr. Casseb já está familiarizado com o assunto”. E eu disse: “Então, eu gostaria de fazer uma segunda consideração: primeiro, acho que seria conveniente nós entendermos se existe algum problema, porque estamos partindo da hipótese de que temos que resolver um problema, mas eu gostaria de primeiro perguntar se não era o caso de fazer uma reflexão se existe algum problema”. As empresas que nós administramos vendem por menos, como aqui, por exemplo, os senhores podem observar; na telefonia celular, aqui de Brasília, a BRASIL TELECOM cobra um mês e não cobra o outro...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu quero dispensar esses detalhes, porque nós estamos muito preocupados com esta relação do que é público com o que é privado, já que o nosso objetivo é investigar a origem dos recursos que foram utilizados no esquema de corrupção. Então, eu indago: o Ministro Palocci, o senhor participou de reuniões com ele? Porque o Governo nega que tenha interferido nos assuntos dos Fundos de Pensão. No entanto, as correspondências e os encontros do senhor e de executivos do Citibank com a alta cúpula do Governo demonstram justamente o contrário: que agentes representantes do Presidente da República e do Governo atuaram fortemente nessas negociações, envolvendo o que é público com o que é privado e exatamente sempre em benefício do privado.

Eu indago: o Ministro Palocci, qual foi a participação do Ministro Palocci na gestão desses fundos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho informações sobre a participação do Ministro Palocci.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor não participou de reuniões com o Ministro Palocci?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não participei de reuniões com o Ministro Palocci.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): E não sabe qual era a posição dele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não sei. Eu sei que nessa situação, nesse assunto que o Ministro Dirceu teve uma conversa comigo. No dia em que me foi marcada a reunião com o Ministro Dirceu, eu tinha ido à sede do Citibank para dar uma explicação, porque eu tinha recebido informações de Nova Iorque que o Citibank tinha ficado incomodado, porque estava sofrendo, talvez, algumas retaliações comerciais, pelo fato de que nós não estávamos atendendo os desejos dos Fundos de Pensão. E nesta conversa o Presidente do CITI tinha me reportado alguma conversa com o Ministro Palocci. Ele não foi claro em relação a isso. Quem me informou desses incômodos foi o pessoal do Citibank em Nova Iorque. Eu fui até lá prestar esclarecimentos de que o que nós estávamos fazendo era apenas para defender os direitos dos fundos. Foi daí que eu fui chamado a conversar com o Ministro Dirceu e o Ministro Dirceu pediu que eu fosse conversar com o Cássio Casseb. Na reunião com o Cássio Casseb a reunião foi difícil e, conforme ele tinha me pedido eu voltei a conversar com o Ministro Dirceu, expliquei para ele voltei ao tema que tinha sido interrompido, dizendo o seguinte: que eu continuava não entendendo que problema estava tentando ser resolvido se a BRASIL TELECOM tinha uma rentabilidade maior do que a concorrente, distribuía mais dividendo, ganhava mais e vendia por menos. E nessa primeira reunião ele tinha dito: “Ah! Mas os Fundos de Pensão reclamam que eles não mandam”. E eu me lembro que respondi: “Por isso mesmo”.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Como se vê, havia uma presença forte de autoridades do Governo interferindo, sim na questão dos Fundos de Pensão. E a propósito, para tentar desfazer uma decisão tomada pela Justiça americana, os seus Advogados, os Advogados do Opportunity nos Estados Unidos entraram com um recurso na Corte de Nova Iorque, afirmando que o acordo do Citibank com os Fundos de Pensão contou com o apoio de uma autoridade do mais alto nível do Governo brasileiro. Portanto, aí é uma afirmação sua, através dos seus Advogados, num processo em Nova Iorque. Eu indago: qual é esta autoridade? Quem foi a autoridade do Governo brasileiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Um minuto, por favor. Senador, o tempo de V.Exa. esgotou. Direito a resposta apenas...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Até porque houve um prejuízo aos cofres dos fundos, conforme o próprio Tribunal de Contas da União concluiu recentemente. Então, houve dilapidação do patrimônio público. Eu indago, qual foi essa autoridade responsável por isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Esse comentário surgiu de uma reunião que eu estive presente, assim posso testemunhar, em que o agente do CITI me disse que o acordo que eles tinham feito com os Fundos de Pensão tinha tido, é mais do que apoio, a palavra em inglês não traduz exatamente como apoio, mas é o apoio de uma autoridade brasileira no maior nível. Mas ele não me revelou quem era e eu também não perguntei.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): E nós vamos ficar sem saber então quem é essa autoridade?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não sei se fica...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senador, solicito a compreensão de V.Exa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ok. Eu teria mais uma pergunta, a mais importante eu deixei para o final, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, ilustre Deputado Daniel Almeida.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Sr. Presidente, nobre Sub-Relatora Zulaiê Cobra, Sr. Depoente. Se disse aqui que todos os partidos são iguais. Eu Sou do PCdoB, o PCdoB que tem registro no Tribunal Superior Eleitoral, mas não considero que todos os partidos são iguais, têm programas diferentes, têm ação diferente, têm comportamento diferente. Não podemos achar e transmitir para o país que todos têm as mesmas atitudes perante os mesmos problemas. Isso é importante que seja ressaltado. Também me impressionou muito o comportamento de alguns membros do PSDB e do PFL neste depoimento e a atitude do depoente. Quando o Deputado Eduardo Paes fez a sua intervenção, e foi agressivo em relação ao PT, o depoente vibrava ali do seu posto, dando a entender que tinha muita satisfação pela atitude do Deputado Eduardo Paes. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães esteve aqui e saudou o depoente, ele também fez de forma efusiva, com alegria especial, aliás, V.Sa. tem relações íntimas e históricas com o

Senador Antonio Carlos Magalhães, tem alguma coisa que poderia levar a esse brilho na saudação que fez ao Senador?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu conheço o Senador de muito tempo e tinha muito tempo que eu não o via, tinha alguns anos que nós não nos encontrávamos, então o encontrei-o pela primeira vez e me deu uma satisfação de voltar a revê-lo. Nunca tive nenhuma relação de nenhuma outra natureza que não respeito, cordialidade e amizade e também já foi dito aqui que eu, aos 27 anos era conselheiro do Senador e eu sabia que o Senador sempre foi experiente o suficiente para não ouvir conselhos de ninguém com 27 anos de idade.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB–BA): Apenas como curiosidade. Mas também acho que é importante nós fazermos uma referência aqui a uma defesa que se fez do processo de privatização que se deu no país na década de 90. O Senador Eduardo Paes demonstrou aqui muita saudade daquele período, defendeu todo o processo de privatização e deixou claro para o país que esse é o caminho, é o pensamento, é a proposição do PSDB. O PSDB defende a privatização e acha que ela foi interrompida e que, portanto, ela deveria continuar. Eu fico imaginando a possibilidade que, felizmente, é remota dessa gente voltar ao poder e privatizar a PETROBRAS, os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, tudo isso que foi possível ser salvo do processo e da sanha privatista que varreu este país no período anterior. Mas, Sr. Daniel Dantas, V.Sa., aliás, um outro comentário. Durante todo esse depoimento falou muito das privatizações das teles, é um assunto permanente na mídia todos os dias. Tem uma CPI que está para ser instalada nesta Casa, já aprovada, já lida em plenário e, não sei por que, esta CPI ainda não foi instalada, aliás, porque a maioria das Bancadas ainda não indicou os membros. Eu quero fazer, inclusive, aqui um apelo para que as Bancadas indiquem os membros para que nós possamos instalar a CPI que investigará o processo de privatização das teles, todos os contratos que foram firmados desde 1997 até então entre a ANATEL e as concessionárias na área de telecomunicação no nosso país, porque todas as informações que temos dão conta sobre a necessidade do aprofundamento desse tema, nós temos que aprofundar esse tema para não ficar na superficialidade. Aqui e acolá aparecem coisas, mas nós não nos detemos, nós não nos aprofundamos a respeito dessa questão. Mas o depoente informou no início aqui dos trabalhos que em 1996 criou três fundos para atrair recursos de fora e recursos de dentro do país e que aquilo era feito em função de um movimento que a política de então fazia para estimular a atração

desses recursos, a movimentação desses recursos no nosso país. Também a mídia noticia que o Opportunity foi capaz de arrecadar cerca de um bilhão em período curto nessas mobilizações que fez. O Opportunity participou ativamente desse processo de privatização, esteve envolvido em quase todos os movimentos que envolveu a privatização do país nesse período. V.Sa. também afirma no depoimento que rompeu, especialmente, com os Fundos de Pensão que participou de forma mais efetiva desse processo anterior. E no depoimento também V.Sa. informou que interferências políticas estavam favorecendo seus adversários. Nós podemos deduzir então que no período anterior, interferências políticas estavam ali favorecendo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. As interferências políticas nunca nos favoreceram. Se os senhores nos derem o tempo suficiente, eu posso explicar o aparente paradoxo em relação ao que foi lido aqui das fitas do BNDES que sugerem, e a qualquer olho que leu apenas aquela parte, a sensação é de que estaríamos sendo favorecidos pela iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente do BNDES, Sr. André Lara Resende, o que não é verdade. Se eu tiver tempo suficiente eu consigo explicar esse ponto que eu acho que é um ponto talvez que seja de importância ou esclarecedor.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB–BA): Acho útil, sim.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Se o Presidente me permitir, eu...

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB–BA): Não. No meu tempo V.Sa. pode continuar expondo. Eu tenho ainda um tempo razoável. Eu permito a V.Sa...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor gostaria que eu entrasse neste ponto da privatização da Telebrás?

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB–BA): Não. Sobre esses favorecimentos que V.Sa. poderia ter obtido naquele processo de privatização.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós não tivemos nenhum favorecimento na privatização da Telebrás. Há uma certa confusão entre o fato de ter comprado a empresa e ter tido um favorecimento. Não houve favorecimento. Nós participamos do leilão em condições regulares, de acordo com o edital. Em alguns leilões... No caso da Telebrás, foi um leilão que houve uma grande complicação, mas nos leilões normais, o leilão foi disputado e ganhou quem paga mais. Participamos de muitos leilões, vários deles alguém pagou mais do que nós, e em alguns nós pagamos mais do que o outro. Eu até gosto de evitar o termo de dizer que ganhou, porque só ganha depois. No leilão disputado às vezes a única posição sábia é do perdedor. Mas não

houve nenhum favorecimento dirigido ao nosso grupo. O que nós tínhamos era o seguinte: tínhamos conseguido fazer uma expressiva captação internacional e nós tínhamos, no leilão, dinheiro. Tanto que todas as aquisições que foram feitas pelos nossos fundos foram pagas. Vamos pegar o exemplo do leilão da Telebrás. O consórcio que venceu a TELEMAR alegou que não tinha recursos para pagar e o BNDES foi obrigado a entrar com 25%. O nosso consórcio até tinha os recursos para pagar. Só para dar uma idéia, no leilão da Telebrás nós tínhamos um consórcio feito com a TELECOM ITÁLIA no qual um dos fundos tinha um investimento do CITI e houve uma confusão no leilão. Se os senhores quiserem eu posso me estender sobre isso, mas nós éramos pretendentes a comprar a TELEMAR, que acabamos não comprando.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Essa história nós conhecemos razoavelmente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A TELEMAR foi comprada por 3 bilhões e 400 milhões. O preço do nosso envelope era de cinco e duzentos. Quer dizer, se nós tivéssemos adquirido a TELEMAR, nós teríamos pago um ágio enorme, quer dizer não há favorecimento em pagar alto. Não tinha ninguém ajudando aqui.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

V.Sa. também no depoimento, informa que não negociou diretamente com os Fundos de Pensão, mas tinha contatos com gente do Governo. Negociou com quem? Com ministros, com o Presidente do BNDES, com políticos que atuavam naquele processo? Com quem V.Sa. negociou já que V.Sa., inclusive, afirmou que mesmo depois nesse atual governo buscava contato com políticos para tratar de interesses do Opportunity. Naquele momento, com quem V.Sa. negociou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu, diretamente, estava numa divisão de trabalho interna nossa, eu, diretamente, estava tratando dos internacionais. Então eu negociei com a TELECOM ITÁLIA e negociei com o CITI.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Não negociou com gente do Governo? Ministro das Comunicações, BNDES?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não negociei com ninguém do governo. O único contato que eu tive durante o leilão de privatização da Telebrás, o único contato que eu tive foi uma reunião no escritório do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, com o Sr. Ricardo Sérgio Oliveira.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Mas há uma informação de que em 99, quando houve a crise muitos dos que compunham o Governo foram afastados, a família, os irmãos Mendonça de Barros, o André Lara Rezende, a Elena Landau, essas pesso-

as foram afastadas do Governo e há uma informação de que elas despachavam em um gabinete na sede do Opportunity, tem vasto noticiário a esse respeito, dada a intimidade, o André, o Pêrsio Arida era sócio de V.Sa., a Elena Landau foi sócia, enfim, é verdade esse episódio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A Elena Landau na época da privatização da Telebrás já não estava mais trabalhando no BNDES. A Elena Landau era nossa consultora naquela época. Não houve nenhuma reunião nos nossos escritórios em que tivesse participado algum membro do governo.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Tem uma informação que circulou também amplamente a respeito da compra de três aviões. É verdade?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É verdade.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Esses aviões eram utilizados para atividades do Opportunity apenas ou era cedido para amigos? Já foi cedido, por exemplo, para políticos, para transportar gente de governo ou políticos em alguma oportunidade?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós fizemos um consórcio entre algumas companhias que nós controlávamos e o próprio Opportunity, mais ou menos, imitando um sistema que tem funcionado muito nos Estados Unidos e na Europa, que se chama *time-sharing*, a divisão de tempo. Quando nós adquirimos a BRASIL TELECOM, a TELEMIG e a TELENORTE, circunstancialmente, até fica uma coisa emblemática, nós temos atividade que inclui o Oiapoque e o Chuí – os dois. A distância do Brasil é muito grande e nós chegamos à conclusão de que poder ter agilidade de estar presente, com rapidez compensavam os custos. Foram feitos, na verdade, um consórcio das empresas para tentar racionalizar a utilização. Assim, se alguém da TELEMIG tivesse viajado para um lugar em que alguém da BRASIL TELECOM estivesse perto e houvesse uma solicitação, em vez de uma mesma aeronave ter que fazer...

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Mas sempre para negócios do Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sempre para negócios. O que nós sempre determinamos foi que durante campanhas eleitorais é proibido transportar, mesmo de carona, qualquer pessoa que tenha participação política. Isso nós temos certeza que não aconteceu.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Sr.

Presidente, meu tempo está se esgotando e eu acho oportuno e queria requerer que fosse apresentado a esta CPMI ou às duas CPMIs, de forma pormenorizada, o plano de voo dessas aeronaves nos últimos anos, a partir da sua aquisição, bem como as informações

de passageiros, destino das aeronaves. Solicitar também do DAC, da Infraero todas essas informações que possam permitir checar as movimentações dessas três aeronaves desde a sua aquisição que foi em 96?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Indago ao depoente se ele se prontifica a fazer essa remessa à CPMI?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não acredito que exista o controle de passageiros. O controle de plano de vôos existe.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Mas me parece uma obrigação!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Então, V.Exa. pode formalizar o requerimento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Pela Ordem, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Amanhã teremos sessão administrativa.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela Ordem. Eu quero me associar ao Deputado Daniel e fazermos um requerimento conjunto pedindo, também, da TELEMAR, da Vale do Rio Doce, das empresas do Governo, também. Fazermos todas conjuntas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Amanhã teremos sessão administrativa e V. Exas. poderão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu me associo a V.Exa. Vamos pedir. Vamos pedir tudo isso. Eu não sei porque essa gente fica assim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Juntos, amanhã, faremos esse requerimento.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Sr. Presidente, antes de terminar isso aí, ele falou que não pagou...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado ACM Neto.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): Espera um pouquinho, Sr. Presidente. Sr. Presidente, ele disse que não pagou a passagem do filho do Lula, mas ele sabe que o filho do Lula que pagou. Era bom, também, que nós mandássemos buscar essa questão da passagem do filho do Lula.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do filho do Fernando Henrique também...

[tumulto]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela Ordem, Sr. Presidente, Pela Ordem. Pela ordem, Presidente.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Solicito a V.Exa. que aguarde a sua oportunidade. Tem a palavra o Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu espero, Sr. Presidente, que a educação e a civilidade me permitam iniciar a minha arguição ao depoente. E peço a V.Exa. que conte o meu tempo a partir do momento em que estou iniciando a minha arguição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A partir de 15h44.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço, Sr. Presidente. Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Daniel Dantas, Srs. Congressistas. De fato, os comunistas estão descolados da realidade. Eles se esquecem que já tiveram dois e que hoje têm um Ministério no Governo mais corrupto da história do Brasil: o Governo do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde o Partido dos Trabalhadores montou um esquema de dimensões e complexidades nunca antes visto.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Presidente, nós vamos... E nessa linha... Nessa linha de discurso de acusação...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu quero saber se serei respeitado na minha palavra ou se serei interrompido.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. terá a oportunidade de debater no momento oportuno. O Parlamentar é inviolável por suas palavras e votos.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Não vou permitir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele fala o que quiser.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): A família ACM entende de corrupção. A família ACM entende de corrupção. Pode falar de cátedra.

DEPUTADA ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP): A Ideli falou o que quis. A Senadora chamou todo mundo de bandido aqui nesta sala. Por que é que a gente não pode falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até a Mesa, Sr. Presidente. Até a Mesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Solicito a V.Exas. que mantenham a civilidade. A palavra está assegurada ao Deputado ACM Neto.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA): Eu peço ao Sr. Presidente, Pela Ordem. Eu peço ao

senhor que recomende que o nosso Orador seja con-
tido nas suas palavras, porque não podemos tolerar
agressões desse tipo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não venha com censura, porque
eu ouvi com respeito, as palavras da Senadora Ideli
e dos petistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL

BENTES (PMDB-PA): Deputado ACM Neto, não vou
descontar o tempo de V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não. V.Exa. vai descontar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL

BENTES (PMDB-PA): Mantenho a palavra de V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu lamento que, além
de estarem descolados da realidade, eles se tornaram
históricos. Históricos... Cheios de gritinhos.

DEPUTADO DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA):

Quem está histórico aqui é V.Exa. Quem está histó-
rico é V.Exa....

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas vamos ao que interessa...

[tumulto]

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu não vou respei-
tar o tempo, se eles não respeitarem o meu direito de
me pronunciar. Nós estamos no Congresso Nacional
do Brasil, e eu acho que cada Partido, e cada Parla-
mentar tem o direito de expressar as suas opiniões,
doa a quem doer.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Isso não existe. Claro!

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E cada um tem que ouvir. E pague
pelo preço do erro que cometeu. Bom, eu peço a V.Exa.
que restabeleça o meu tempo. Começo, começo... Pre-
sidente Asdrúbal, começo indagando o Sr. Daniel Dan-
tas a respeito das negociações mantidas pela BRASIL
TELECOM com a Game Corp, empresa do príndigo filho
do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por-
que é de conhecimento geral da Nação que antes de
ter se formalizado o negócio milionário, de 5 milhões
com a TELEMAR houve uma extensa negociação da
Game Corp com a BRASIL TELECOM, negociação
essa que pode ter durado alguns meses, inclusive. Eu
pergunto, então, ao Sr. Daniel Dantas se ele confirma,
e os detalhes sobre esta negociação.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deputado, eu
confirmo que houve as negociações. O Diretor da BRA-
SIL TELECOM me informou, mas eu só fui informado
depois. Eu não estava informado durante as negocia-
ções. Eram valores que não chegavam ao Conselho e

as negociações eram em fase exploratória. O que ele
me disse foi que as negociações não foram concluí-
das porque o preço pretendido, ele entendeu que era
alto e que ele chegou a ter considerações em aceitar
parâmetros que foram fornecidos, mas não que fos-
sem pagos antecipadamente, que ele só pagaria se,
porventura, os números que foram fornecidos se con-
cretizassem ao longo do tempo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Diretor que V.Sa. se refere é o Sr.
Íon Moreira da Silva?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Exatamente,
o Sr. Íon Moreira da Silva.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Sr. Íon confirmou a V.Sa. se, além
de despesas relacionadas com algumas refeições do
filho do Presidente Lula na viagem ao Japão pode,
também, ter pago despesas relacionadas à hospeda-
gem dos mesmos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei, mas
se o senhor quiser eu posso mandar perguntar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu gostaria que o senhor, por favor,
solicitasse ao Sr. Íon que se pronunciasse porque a
notícia que nós temos é que, além de despesas com
refeição, foram pagas, também, as despesas com hos-
pedagem. No início, quando essa história se tornou
pública, a informação ainda dava conta do pagamento
das passagens que, depois não foi confirmado mas,
certamente, haverá de se confirmar o pagamento das
hospedagens e da alimentação. Eu perguntaria ao
senhor: então, quer dizer, que o Sr. Íon concluiu que
aquilo que era desejado pelo filho príndigo do Presiden-
te Lula fugia aos padrões estabelecidos pelo mercado
para uma boa negociação.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele não me
[inaudível] por toda esta forma. Ele me disse que achou
o preço caro e preferiu não comprar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu queria reforçar o meu requeri-
mento que já apresentei há quase dois meses onde
peço a contratação de uma empresa independente de
auditoria para fazer um estudo analítico e completo so-
bre as negociações comerciais e societárias que foram
estabelecidas pela empresa TELEMAR com a Game
Corp que redundaram em um negócio de 5 milhões.
V.Sa. chegou a cogitar se, por hipótese, que o Sr. Luiz
Gushiken ou qualquer pessoa que fosse opositor de-
clarado das suas empresas, possam ter influenciado na
decisão do filho do Presidente Lula de não levar adiante
os entendimentos com a BRASIL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Eu não
tive essa informação. Depois, eu vi isto na imprensa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): Com relação ao trabalho que a KROLL realizou, causa muita surpresa não ter chegado ao conhecimento público, exatamente, o que foi o objeto da investigação da KROLL, não com aquilo que foi determinado que ela fizesse, mas aquilo que ela obteve. Aí eu pergunto a V.Sa., V.Sa. teria como declinar aqui ou se poderia nos informar se alguns dos membros da BRASIL TELECOM tem conhecimento do que a KROLL descobriu que amedrontou tanto o PT e o Governo nesse trabalho se ilegal que, depois, ela venha a pagar por ele, mas nesse trabalho de espionagem, enfim?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O trabalho de investigação da KROLL foi contratado pela BRASIL TELECOM e como nós tínhamos procedimentos internacionais de arbitragem e outras questões, os nossos Advogados nos Estados Unidos me aconselharam a não tomar conhecimento do Relatório, justamente porque, em qualquer procedimento que eu tivesse que depor com testemunho, eu poderia ser obrigado a antecipar dados que constassem no Relatório que, por algum motivo, não fosse do conhecimento. Então, eu não conheço o Relatório da KROLL, eu não tenho conhecimento dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): Agora, V.Sa. imagina que a KROLL pode ter, por exemplo, descoberto detalhes sobre contas que o PT mantém ou mantinha no exterior?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho informações sobre o conteúdo da investigação da KROLL.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): Bom, uma das coisas que me chamou atenção, Sr. Daniel Dantas, na sua explanação inicial do senhor, foi quando o senhor fazendo referência aos entendimentos mantidos pelo Citibank com os Fundos de Pensão, V.Sa. nos disse aqui com toda clareza que quando procurou os dirigentes do Citibank eles deram uma informação de que seriam considerações não apenas de natureza econômica-empresarial, mas como aqui o senhor traduziu, considerações outras, que, a nosso ver, são considerações de natureza política, o que reforça uma crença geral de todos nós que o Governo exerceu uma influência política direta sobre os Fundos de Pensão, inclusive, vinculou uma série de decisões que foram tomadas nos Fundos de Pensão, com vantagens perquiridas pelo esquema espúrio montado pelo Sr. Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores, enfim. Eu aí perguntaria a V.Sa. de forma muito clara, muito direta, muito objetiva: V.Sa. acha que pode ter havido interesses políticos claros que não só os de prejudicar, eventualmente, os negócios da BRASIL

TELECOM? Mas interesses políticos claros na influência que os fundos exerceram e na interferência que eles exerceram junto ao Citibank, para que o Citibank se posicionasse da forma como fez?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deixa-me ver essa pergunta. Vou tentar ver como eu te respondo isso. Quando o CITI nos falou sobre esse assunto, eu utilizei a palavra de considerações “estratégicas” dele. Eu não tenho como dizer se tem preferência política; eu imagino que não. O que eu acho que possa acontecer surgiram vários rumores, e nos foi reportado pela TELECOM ITÁLIA também e o CITI também de uma forma meio indireta, tinham nos sugerido que nessas operação com os Fundos de Pensão havia uma possibilidade ou uma tentativa de fazer uma fusão entre a BRASIL TELECOM e a TELEMAR. E eu tenho a informação e um certo sentimento que é possível que tenha havido algum tipo de apoio político a essa iniciativa, mas eu não tenho nenhum elemento, nenhuma prova. Eu apenas sei que a TELECOM ITÁLIA me reportou que sócios da TELEMAR teriam reportado para a TELECOM ITÁLIA que tinham a intenção de fazer uma fusão entre a BRASIL TELECOM e a TELEMAR. Depois eu tomei conhecimento de que quando o Presidente da República soube que era necessário um decreto para mudar a lei para viabilizar esse negócio que ele ficou aborrecido e pediu ao Ministro das Comunicações que declarasse publicamente que a lei não seria mudada para permitir que a TELEMAR adquirisse a BRASIL TELECOM através dos Fundos de Pensão.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): Sr. Daniel, me pareceu que o senhor recorreu ao Ministro José Dirceu, num primeiro plano, para que ele pudesse construir uma relação da sua empresa com o Sr. Cássio Casseb, que estaria exercendo um poder de influência significativo na Previ. O senhor confirma isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não procurei o Ministro Dirceu; eu fui procurado. Pediram-me para ter uma reunião com ele, e eu fui...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): Quem é que pediu ao senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu recebi um telefonema, se não me engano, numa quinta-feira, quando eu saía da sede do CITI, dizendo que a reunião que eu tinha solicitado na Casa Civil estava marcada para às 11h, e eu não solicitei essa reunião.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL–BA): E quem foi?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei. Eu conferi se existia uma reunião marcada. Existia uma reunião marcada, e eu intuí daí que deveria ser o Ministro Dirceu que queria uma reunião comigo e fui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas essa história não está bem explicada, Sr. Daniel. Vamos tentar entender isso melhor. O senhor é um homem inteligente, tem demonstrado aqui uma competência, um conhecimento técnico profundo, agora, vamos e venhamos, um empresário como o senhor não iria se dirigir a Brasília, se dirigir ao Palácio do Planalto, e se encontrar com o Ministro José Dirceu se não soubesse quem fez a intermediação do encontro.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: No meu entendimento eu pressupus que foi o Ministro Dirceu que pediu o encontro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E por que o senhor acha que o Ministro Dirceu, por vontade própria, provocou esse encontro com o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei se o Ministro Dirceu provocou esse encontro comigo. Eu não confirmei com o Ministro Dirceu. Eu apenas recebi um recado da minha secretária que a reunião estava marcada às 11h e eu entendi que tinha de ir. Mas essa reunião, a primeira reunião que eu tive com o Ministro Dirceu era uma reunião que me era muito contrária. Por que o que ocorreu? O Ministro Dirceu pediu que eu fosse conversar com o Sr. Cássio Casseb, e na conversa com o Cássio Casseb, o Cássio Casseb diz que em nome do Governo que nós teríamos que abrir mão de todos os nossos direitos. Eu até perguntei para ele: “Mas teria alguma coisa em troca?” Ele disse: “Nada”. Falou nesses termos. E disse que tinham problemas complicados com os Fundos de Pensão e que o Governo não gostaria que os problemas permanecessem como fossem. Até está reportado nessa correspondência para o Citibank que pergunto se, então, não seria uma solução os Fundos de Pensão venderem as suas participações, se os fundos não teriam interesse em vender as suas participações. E a resposta que ele me deu foi: “Por nenhum preço que seja justo”. A minha interpretação...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quem deu essa resposta foi o Sr. Casseb?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi o Casseb dizendo que falava em nome do Governo, pela reunião que foi marcada pelo Ministro Dirceu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Ministro Dirceu marcou uma reunião; o Sr. Casseb...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o Ministro Dirceu não marcou uma reunião com o Casseb. O Ministro Dirceu me disse que o Sr. Cássio Casseb era a pessoa que iria cuidar do assunto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Aí o Sr. Casseb se dirigiu a V.Sa. falando em nome...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu me dirigi ao Sr. Casseb.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Mas, no encontro, o Sr. Casseb, falando em nome do Governo, disse que não venderia por nenhum preço que fosse justo. É isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu posso até repetir, se V.Exa. quiser. Eu tenho aqui uma correspondência em que eu reportei, *ipsis litteris* essa reunião com o Cássio Casseb.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Reportou a quem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu reportei ao Citibank, na época.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Reportou ao Citibank?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Reportei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, o Citibank tinha conhecimento de toda essa negociação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não só o Citibank tinha esse conhecimento, quanto o Citibank escreveu uma carta ao Sr. Cássio Casseb dizendo que não podia concordar. E, depois, um dos maiores executivos do Citibank veio ao Brasil ter uma reunião com o Ministro Dirceu, reunião essa que participou também o Presidente do Citibank no Brasil, dizendo que o Citibank era um grande credor do Brasil e que não podia concordar com a expropriação dos seus direitos, conforme tinha sido proposto ou pedido pelo Sr. Casseb.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Alguma outra autoridade do Governo, fora o Ministro Dirceu, o Ministro Gushiken, o Sr. Casseb e o Sr. Sérgio Rosa que, declaradamente, nós já sabemos que direta ou indiretamente, se envolveram nessa disputa, alguma outra autoridade teve envolvimento, mesmo que indireto que o senhor pudesse nos revelar aqui?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, às vezes, topicamente, um ou outro Ministro das Comunicações pode ter tomado medidas que, talvez, tenham sido um pouco mais... Mas nada muito marcante, nada que tenha sido forte.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL

BENTES (PMDB-PA): Deputado ACM esgotou o prazo de V.Exa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A partir dessa reunião eu não vou mais perguntar, para respeitar o tempo, a partir dessa reunião nós temos que apresentar uma convocação imediata do Sr. Cássio Casseb, que, afinal de contas, ele deve explicações à CPI e ao Brasil. Vamos ter que chamar também os representantes do Citibank. Então, da mesma forma que não houve proteção para um lado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Teremos reunião administrativa amanhã e trataremos desse assunto lá.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu sei. Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que nós temos de ter um compromisso com a verdade de investigar tudo, doa a quem doer. Se doer ao PT, que doa! Se doer ao Ex-Governo, que doa ao Ex-governo. Agora, não me venham parlamentares aqui com subterfúgios, querendo simplesmente encobrir a verdade, que é nua, é crua e dói. Dói fundo e dói de coração, mas é a verdade e está aos olhos do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concordo com V.Exa. no sentido de que tudo deve ser apurado. Mas quero fazer uma ponderação a V.Exas. o clima hoje está muito hostil, verdadeiramente agressivo nesta Comissão, como não é de praxe. Eu queria recomendar a V.Exas. que são eméritos regimentalistas, o que dispõe o Artigo 19 do Regimento Interno do Senado: “Ao Senador, é vedado: usar de expressões descorteses ou insultuosas; Aplicar subsidiariamente aqui, na nossa Comissão. E vou aplicar o que diz o Artigo 22. “Em caso de infração do Artigo 19 proceder-se-á da seguinte maneira: O Presidente advertirá; não bastando o advertência nominal, insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente determinará sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente; em caso de recusa, o Presidente suspenderá a sessão, que não será reaberta até que seja obedecida sua determinação.” Não sou chegado a atos desse jaez, mas se houver necessidade, terei de aplicar o Regimento. A recomendação que eu faço a V.Exas. é essa até em respeito ao depoente, que não veio aqui para assistir a cenas deprimentes. Preocupado também com este clima, atribuindo talvez à fome que já deve ter atacado muitos de V.Exas. a Presidência providenciou um lanche que está à disposição. Não vou suspender a reunião. V.Exas. poderão se encaminhar para o lanche. Vamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o depoente não tem direito de se alimentar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): É para os Parlamentares, mas,

se o depoente achar que devemos interromper para um lanche, nós o faremos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acho que ele merece um intervalo, é evidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Fica V.Sa. à vontade. Vamos prosseguir, concedendo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Depoente. Eu gostaria de saber qual foi a necessidade do depoente de ter requerido um *habeas corpus* para poder vir depor nesta CPMI?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Posso responder?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Deve.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, tinha me sido informado, nesses últimos dias, que viriam, como vieram, alguns dossiês tentando uma manobra exploratória de tentar conseguir obter informações que nada tinha a ver com o objeto da CPI, apenas que pudessem ter talvez valor comercial ou de qualquer outro tipo para os que conosco disputam.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem foi o Advogado que pleiteou esse HC?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi o Advogado do Nélcio Machado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Na resposta anterior, a informação a respeito da viagem do filho do Presidente Lula, foi informado que apenas as refeições foram pagas e que a passagem foi paga pelo filho do Presidente Lula. Eu estranho essa informação, porque eu tinha um requerimento aqui para saber quem pagou a viagem do filho do Presidente Lula, e a bancada do PT não deixou esse requerimento ser aprovado. Subordinou-se e derrubou a sessão para que esse requerimento não fosse aprovado. Como o senhor pode afirmar que quem pagou a passagem foi o filho do Presidente Lula?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, eu, a rigor estou afirmando a informação que recebi, estou passando a informação que eu recebi. Eu, ainda ontem, liguei para o Diretor da BRASIL TELECOM que conforme expliquei, eu não sou administrador da companhia, eu não estive com o filho do Presidente Lula, eu não estava coordenando essas operações, eu não fui ao Japão. Mas, como eu sabia que a Comissão poderia fazer essa pergunta, eu o indaguei, já tinha perguntado para ele ontem e ele me disse categoricamente que essas passagens não foram pagas pela BRASIL TELECOM E ainda me afirmou mais: que parece que

os filhos do Presidente têm recibos da compra dessas passagens. Essa foi a informação que ele me deu.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A TELEMAR desde a sua fundação, na época da privatização, está envolvida em processos duvidosos. A TELEMAR é concessionária de serviços públicos, com capital público: Banco do Brasil, BNDES e Fundos de Pensão. Tive a informação de que chegou a minuta de um decreto para mudar a Lei Geral de Telecomunicações e permitir que a TELEMAR comprasse a BRASIL TELECOM. Como o Opportunity, que é sócio da TELEMAR, vê isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, nós ficamos com uma séria desconfiança de que essa transação que envolveu os fundos e o Citibank tinha por última intenção, efetivamente, transferir o controle da BRASIL TELECOM para a TELEMAR. Isso foi noticiado, nós tivemos informações da TELECOM ITÁLIA, e o CITI conversou de forma tal, que me permitiria concluir isso. Não posso considerar que tenha sido uma notícia agradável achar que poderia haver uma articulação empresarial e política que pudesse terminar numa mudança de legislação para favorecer...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Que articulação política é essa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei, eu não fazia parte dela. O que eu fui informado apenas é que o Presidente Lula ao tomar conhecimento da intenção de que tinha um objetivo de fazê-lo assinar um decreto, mudando a lei para permitir essa fusão que teria ficado aborrecido e pedido ao Ministro das Comunicações que fosse a público dizer em nome dele que a lei não iria mudar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Que Ministro?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O atual, o Hélio Costa. O Sr. Hélio Costa, o atual Ministro das Comunicações.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nesse evento, naquele episódio, o Ministro Chefe da SECOM, Luiz Gushiken, teve qualquer interferência, soube de algum detalhe, tomou conhecimento de algo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito. Eu não tenho informação de quem porventura poderia ter coordenado ou participado dessa iniciativa.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Aquela informação de que o Cássio Casseb exigiu, em nome do Governo, uma tomada de posição. Era uma posição pessoal dele, ou realmente era uma posição de governo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele disse para mim, no momento, que ele falava em nome do Governo. Foi o que ele me disse.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual a sua opinião?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Os nossos Advogados me informaram que eu não poderia aqui estar dando opiniões. Eu tinha de fazer o testemunho sobre fatos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi um fato. O que aconteceu nesse fato?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o fato é que ele me disse que tinha sido em nome do Governo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi uma resposta do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, de que houve uma audiência sua com o Zé Dirceu, que não tinha sido pedida, mas que aconteceu, em acontecendo ela se realizou. E quando iniciou essa audiência, não perguntou por que é que você estava convocado, por que tinha sido marcada aquela audiência?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eles já tinham uma pauta nessa audiência que era basicamente sinalizar que havia necessidade de ser resolvido esse assunto pendente, no entendimento dele, entre os Fundos de Pensão e nós. Mas, depois, quando eu... Quando o Citibank mandou a carta ao Cássio Casseb eu voltei a ter uma reunião com ele, a meu pedido, para reportar e dar uma seqüência, dar uma...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi nesse encontro com o José Dirceu foi a primeira oportunidade que o conheceu, ou o conhecia antes?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não o conhecia.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não o conhecia?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nunca o tinha encontrado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E tinha uma pauta prévia que ele tinha estabelecido. Nessa pauta, só era esse assunto, ou tinha mais alguma coisa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tinha nada escrito na pauta. Eu digo apenas que esse foi o assunto... Ele conversou comigo vários assuntos antes, generalidades, mas nada específico, e a síntese da reunião foi essa. Mas a segunda reunião com ele foi uma reunião que eu solicitei. E aí eu mencionei para ele a conversa que o Cássio Casseb tinha tido comigo, e ele...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): Qual a reação dele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele me disse que não foi essa a conversa que ele pediu. Ele me disse que não foi essa a conversa que ele pediu para ele ter tido. Achou que a reunião não tinha sido adequada, concordou comigo que o Governo não deveria estar intervindo, tomando partido numa disputa societária privada, e me disse que, se, porventura, eu tivesse alguma evidência futura ou presente de que isso estava acontecendo, que eu podia ter a liberdade de ligar e comunicar para ele.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): Mas acabou acontecendo essa... Quem se beneficiou? CITI? Algum fundo de pensão? Quem se beneficiou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, até o presente momento, eu acho que nessa situação tem tido muitas tentativas de beneficiários, mas talvez muito poucos beneficiados, porque, na verdade, o que acabou... Se teria havido a intenção de ter transferido o controle da BRASIL TELECOM para a TELEMAR, a sequência de eventos que aconteceu depois acabou inviabilizando. Então, na verdade, essa história ficou parada no meio. Eu acho que, nesse momento, é algo que, no meu entender, por conta de circunstâncias, não tem nenhum beneficiado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): O senhor falou que a KROLL não estava fazendo espionagem, estava fazendo investigação, e que quem contratou a KROLL foi a BRASIL TELECOM. Por que é que se era uma investigação e não uma espionagem, o senhor acabou ficando tão prejudicado com vários jornalistas, o Mino Carta, o Paulo Henrique, o Boechat, o Nassif? Por que é que chegou a esse ponto, se era mera investigação e não espionagem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deixa eu explicar a V.Exa. o seguinte: nessa disputa societária, ela tem tido uma intensidade de medidas judiciais muito grandes. O que acabou acontecendo é que os nossos adversários desenvolveram a técnica de produzir factóides e notícias e usar essas notícias na Justiça para respaldar, motivar ou justificar medidas liminares. Então, muitas vezes, fatos são completamente distorcidos, são publicados por diversos motivos, são publicados e essas publicações acabam servindo de base para medidas judiciais. Então, eu acho que houve ali... Também me surpreende o grau de importância que foi dado ao fato que uma empresa de investigação foi contratada. Essa mesma empresa... A KROLL é uma empresa que trabalha em 35 países, tem 30 anos de experiência. A KROLL já foi contratada pelo Senado Nacional. A KROLL foi contratada para investigar os

desvios de recursos na época do PC Farias. Ninguém disse que tinha espionado os desvios de recursos do PC Farias. Eu acho que o Congresso já tinha contratado a KROLL de novo, e esse foi o objeto do contrato da KROLL, quer a BRASIL TELECOM não tinha e não tinha porque ter interesses em espionar a TELECOM ITÁLIA, porque a TELECOM ITÁLIA não era uma concorrente direta da BRASIL TELECOM.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): O Opportunity tem um representante da CODESP, da companhia de Portos de Santos. Que funções o representante do Opportunity desempenha na CODESP?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, o Porto de Santos é uma das empresas administradas pelo Opportunity, mas não é a CODESP, é o Porto, é o terminal de *containers*.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): Mas tem um representante do Opportunity junto à CODESP.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, não deve ser do Opportunity. É possível que seja um representante do Porto de Santos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): O Sr. Gilvam?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Como?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): O Sr. Gilvam.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho conhecimento, mas eu posso me informar. Deve ser alguém do Porto de Santos, da TECOM que deve representar na CODESP. Se o senhor quiser, posso pedir para ligar e dar a informação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB–SP): Gostaria de saber. Quando eu estava falando da KROLL, eu perguntei do seu desgaste que houve da sua relação com vários jornalistas por causa do caso KROLL e você não respondeu.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, quer dizer, não é que tenha havido desgaste com vários jornalistas, têm vários jornalistas que já tem uma posição muito, vamos dizer assim, muito contrária a nós, não sei qual o motivo. Vou lhe mostrar um exemplo. Vou tentar procurar um documento que ilustra, mas tem uma série de jornalistas que têm um posicionamento muito constante nessa direção e eu acho que no fundo aproveitaram a marola que esse assunto da KROLL criou e deu a ele uma reverberação maior do que, no meu entendimento, isso tinha. As acusações de que a KROLL tinha obtido alguns *e-mails* entre o Gushiken e um ex-empregado nosso, o Sr. Luís De Marco, mas depois me foi informado que esses *e-mails* eram de um período anterior ao período em que o Ministro Gushi-

ken tinha sido Ministro e que a KROLL teria obtido... Nossos Advogados conversaram com os Advogados da KROLL e disse que obteve isso num procedimento judicial ou alguma coisa com a ex-mulher do De Marco. Não houve nenhuma escuta telefônica, a KROLL não fez escuta telefônica. Isso tudo foram ficções criadas pela imprensa, sem nenhum respaldo na realidade.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que o Gushiken, deliberadamente, procura prejudicar o Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, eu não tenho explicação para isso. A dificuldade que eu vejo nisso é que o prejuízo ao Opportunity pode significar a transferência do controle de empresas que estão com Opportunity que tem valores muito expressivos. Então, é sempre complicado distinguir se é uma questão de uma...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É o episódio Angra Partners.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, Angra Partners foi uma empresa constituída para administrar o fundo que foi tirado de nós.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas tem interferência ou influência na sua avaliação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É difícil conseguir... Quando tem valores altos em questão, é sempre complicado conseguir segregar se, na verdade, existe algum apoio a outros interesses ou se, no fundo, tem alguma coisa contra a área. Eu tendo a achar pouco razoável que seja assim, alguma coisa contrária pura e simplesmente, pelo seguinte: eu nunca encontrei o Ministro Gushiken na minha vida, eu nunca o fiz mal, nunca tratei ele mal, nunca tratei ninguém da sua família, nunca fiz nada contra ele. Então pessoal, eu acho estranho que seja. Do ponto de vista ideológico, se dissesse que defende uma corrente que é contra um determinado grupo de tipos de pessoas, teria de ter mais, do tipo é contra empresários ou é contra não sei o quê. Mas um só? Então, sempre acho...

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Opportunity está por trás da queda de Cássio Casseb do Banco do Brasil?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nós não tivemos nada a ver com a saída do Cássio Casseb do Banco do Brasil.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi logo depois de uma reunião com o Sílvio que o Cássio Casseb caiu.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Como assim?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi logo depois daquelas reuniões com o Sílvio que o Cássio Casseb caiu.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. As discussões que houveram que acabaram levando à saída do Cássio Casseb foram referentes a contas internacionais ou alguma coisa assim e ele depois se chateou com isso e acabou saindo. Mas nada teve a ver com esse evento. Esse episódio foi muito antes da saída do Sr. Cássio Casseb do Banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Expirado o prazo de V.Exa. Deputado Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pelo prazo de até 15 minutos.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Estarei rigorosamente dentro do tempo que V.Exa. me determina. Todos nós, brasileiros, que olhamos para o Governo Lula e, particularmente, para esse triste modelo de corrupção que se instalou no Brasil, e nós como país hoje, e o senhor é um homem que tem a oportunidade de conhecer o mundo, há de reconhecer que, lamentavelmente, a imagem de que o Brasil desfruta hoje é uma imagem bastante afetada por um grande esquema de corrupção que foi montado dentro do Governo Lula, que tinha como objetivo fazer com que o Partido adquirisse fundos, que seriam operados dentro e fora do Brasil, para permitir que o Partido dos Trabalhadores mantivesse o poder talvez por 20 ou 30 anos, numa reprodução similar ao que o PRI mexicano conseguiu, por 60 anos, fazer no México. Dentro dessa lógica, havia dois grandes pilares de sustentação desse modelo. Primeiro, de um lado, o Ministro José Dirceu que trabalhava com a distribuição dos cargos em comissão e eram 17 mil no primeiro momento; hoje, são mais de 20 mil que ele controlou com mão-de-ferro. E do outro lado havia num controle imperial, ditatorial construído no atual Governo, foi por meio de uma lei e de dois decretos-lei que o Sr. Gushiken ficou com poder absoluto sobre as verbas de publicidade do Governo, numa centralização que nunca existiu antes, inclusive, abrindo mão nas comissões de licitação de serem funcionários de carreira para serem funcionários em comissão. Inclusive, alguns prestaram serviços muito relevantes para posicionar as empresas do Sr. Marcos Valério, porque tinham o objetivo de usar o Marcos Valério como um peão para esse esquema. E o outro lado que nós começamos a levantar é a questão dos Fundos de Pensão. Nós iniciamos as investigações num documento preliminar, já poderia dizer para o senhor,

por exemplo, que, só com operações em títulos operados em bolsa, nós já identificamos doze corretoras que lesaram os fundos de maneira objetiva, e ainda muito iremos, sem dúvida nenhuma, descobrir. É inegável, historicamente, o envolvimento do Sr. Gushiken com os Fundos de Pensão. Antes, como consultor, como Parlamentar, e depois como Ministro de Estado, tanto que ele faz Presidente da PETROS, da PREVI, da FUNCEF, ele reconheceu aqui na Comissão de que tinha contatos freqüentes, e há depoimentos na nossa Comissão, de que atitudes que poderiam ser tomadas, por exemplo, pela PREVI, ditas pelo então Presidente do Conselho, que era o Sr. Henrique Pizzolato, elas não foram tomadas por conta de uma interferência direta do Sr. Gushiken sobre o então Presidente da Previ. No depoimento que ele prestou à nossa CPI na semana passada, muito conflituado, o Sr. Gushiken afirmou que no desdobramento do conflito entre os Fundos de Pensão e o grupo Opportunity, ele, como homem de Governo, tinha interesses. Isso ele reconheceu aqui. Até porque ele achava que essa é a maior disputa societária da história do capitalismo moderno brasileiro. E aí eu queria, em cima dessa afirmação que não é minha, é dele, fazer os seguintes questionamentos: o senhor acha que esta “como homem de Governo” seria a única razão para o Ministro Gushiken ter interesse em atuar nesse conflito?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho como testemunhar sobre os interesses do Ministro Gushiken. Eu não tenho como dar uma opinião sobre esse assunto.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): O senhor tinha conhecimento, porque, evidentemente, que o senhor está em um fogo cruzado. O senhor tem os interesses dos seus investidores, o senhor tem ou tinha uma sustentabilidade, mesmo que parcial na composição do negócio dos Fundos de Pensão, e a informação que nós recebemos é que o Ministro Gushiken, e, por exemplo, Sérgio Rosa, da PREVI, segundo depoimento dado aqui por um Ex-diretor da Previ e o Diretor de Marketing do Banco do Brasil, o Henrique Pizzolato, ele disse que o Sérgio Rosa não tomava nenhuma decisão sem conversar com o Gushiken. O senhor tem referência desse processo de monitoramento que o Sr. Gushiken fazia sobre a PREVI, especificamente sobre o Sr. Sérgio Rosa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: As informações que me chegavam eram essas, mas eu não tenho nenhuma evidência.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): O senhor também tinha conhecimento das queixas dos presidentes dos Fundos de Pensão, quando conversavam com o senhor e com os seus executivos, de

que havia uma ingerência, ou havia uma tentativa de influência no processo decisório por conta do ex-Ministro Gushiken?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, isso eu não tenho... Eu não tenho essa informação.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Quando nós perguntamos a ele acerca da decisão da cúpula da Previ de sair do controle da TELEMAR para continuar no controle da TELEMIG, o Sr. Gushiken afirmou aqui que o Sérgio Rosa o havia procurado para saber se havia uma decisão de Governo sobre isso. Porque tinha uma decisão original, tomada pelo Conselho da PREVI, que mandava vender as posições. E, depois, houve uma outra posição, adotada por Sérgio Rosa, de não mais manter os ativos da TELEMAR. O senhor considera que houve uma decisão de Governo, houve uma ação do Governo, porque havia uma decisão do Conselho e foi outra a atitude tomada pela direção executiva da Previ?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu considero que é uma forte possibilidade, mas eu não tenho como dar esse testemunho. Não presenciei, não...

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas, esse relato que o senhor recebeu? Ele era corrente no mercado? O senhor tinha essa informação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É, ele era corrente. Essa informação era corrente no mercado.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): De que houve uma interferência para evitar que houvesse aquela venda das posições?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O que o mercado dizia é que a orientação era direta do Governo.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Qual a vantagem o senhor acha que o Brasil teria se isso acontecesse?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não vejo nenhuma vantagem. Eu não acho que tenha nenhuma vantagem para o Brasil que isso acontecesse.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Poderia haver ou é apenas um fato que corre no mercado, poderia haver nessa queda de braço, a tentativa de após o seu afastamento da BRASIL TELECOM, do grupo Opportunity, numa posterior operação, os Fundos de Pensão terem o controle completo, majoritário da BRASIL TELECOM e com isso fazer uma reestatização branca? Isso é só uma idéia que circula no mercado ou é uma possibilidade que comandou e presidiu a linha de raciocínio da intervenção do Governo no negócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei, eu não posso... Eu não posso... Eu não posso...

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas o senhor conhece essa linha de raciocínio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu já escutei essa linha de raciocínio, mas eu não vejo uma... Quer dizer, não é a minha impressão. Eu não vejo assim uma tendência, vamos dizer assim, cronicamente estatizante. Eu tenho... Se tivesse que fazer alguma consideração sobre impressões, eu tenho mais informações e impressões de que poderiam estar querendo viabilizar uma fusão com a TELEMAR do que é que gostariam, de fato, apenas de ter a BRASIL TELECOM, de fato, sob uma administração única e exclusivamente, vamos dizer assim, escolhida por pessoas indicadas pelo Estado.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim, mas, hoje, o comando, de uma maneira geral, das grandes operadoras, ele tem participação, para dar sustentabilidade dos Fundos de Pensão, mas o comando não está com os fundos. Na medida em que houvesse, se percorresse esse caminho, o aumento da possibilidade da interferência ou da participação societária dos fundos não permitiria um maior controle? Porque eu quero fazer essa especulação, porque nós temos de buscar uma razão para que as coisas aconteçam. E as razões não são evidentes. Elas escondem interesses que são multifacetados. Então, a linha de raciocínio que eu estou usando é no sentido de se toda essa queda de braço, aonde, inclusive, ações judiciais, ameaças de toda ordem, de parte a parte, uma campanha caluniosa que foi forjada ou foi organizada, não teria como interesse ampliar a participação dos fundos no controle para lhe dar participação no comando, porque eles estão umbilicalmente ligados a uma estrutura de poder que tinha como delta de oportunidade ficar 20 ou 30 anos no poder. Teria lógica se operar nessa direção, se tudo isso der certo? Essa é a pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu entendo o ponto, entendo até a lógica, mas os indícios que eu tenho não são esses. Os acordos que foram divulgados entre os Fundos de Pensão e o Citibank, vamos dizer, os acordos até preliminares, não que eles afastem por completo qualquer possibilidade de que seja algo nessa direção, mas eles contêm dois elementos que não seriam absolutamente alinhados com essa hipótese. O primeiro é essa garantia de preço que o CITI tem por um prazo de dois anos e não uma compra imediata. E o segundo é que durante esse prazo, eles assinaram um acordo em que todas as decisões, todas e qualquer decisão na BRASIL TELECOM teria que contar com o consenso de todos os fundos e o CITI. Primeiro, é um acordo completamente ingênuo. É impossível dez pessoas amarrarem o sapato uma na outra e achar que vão conseguir andar, e andar muito

com esses pés amarrados e todos os passos terem que ser sincrônicos. Esse consenso... Os senhores, algumas vezes, podem até imaginar que, se se exigisse aqui consenso em qualquer decisão, a chance de conseguir legislar não ia ser das maiores. Então, eles têm... O acordo é esse. Se fosse apenas para passar para os Fundos de Pensão a administração, teria sido mais fácil ter comprado a participação do CITI, ao invés de lhe dar uma garantia de preço. E esse contrato em que exige a unanimidade em toda e qualquer decisão, ele é estranho. A sensação que me... Como o senhor me perguntou, a sensação que me ficou é que esse estágio era um estágio intermediário de uma operação que tinha um segundo passo; segundo passo esse que ficou dificultado por algum motivo.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): É verdade que o senhor, até porque tem uma certa dependência nas operações das posições de governo, o senhor procurou uma aproximação com o Governo? E essa aproximação se deu através, até o senhor refere... Ou o Governo procurou uma aproximação com o senhor, isso é uma conversa que nós ainda vamos poder apurar. Mas o seu caminho foi o José Dirceu. Por que é que o senhor... Ou o senhor tentou uma aproximação com o Gushiken? Ou isso não seria possível pela história pregressa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Nós tentamos um contato com o Ministro Gushiken, mas era até paradoxal, porque o motivo pelo qual nós desejávamos a aproximação, se assim o senhor disser, era para pedir o afastamento. Nós simplesmente não queríamos o Governo envolvido em matéria privada. Então, nós não tínhamos o interesse de obter do Governo qualquer tipo de favorecimento ou vantagem. Pelo contrário, a situação que nós estávamos era de estarmos sendo hostilizados ou discriminados em todas as instâncias. Todas as decisões da ANATEL foram contra nós. Nós tivemos uma situação em que o CADE, por exemplo, deu uma decisão, que era a nosso favor, por cinco a zero e, um mês depois, reverteu de zero a cinco. Então, o padrão era muito constante de sentir que existia uma força maior intervindo sobre as instituições. E o que nós estávamos pedindo apenas, ou querendo, ou pleiteando, era que não houvesse, era que deixasse a parte privada resolver o assunto de acordo com o que estava contratado. Não que eu ache que o contrato original feito com os Fundos de Pensão conosco tenha sido ruim para os Fundos de Pensão. Aliás, o curioso é que há uma grande disputa hoje em relação às iniciativas [falha na gravação] que nós adquirimos para os Fundos de Pensão. E os Fundos de Pensão tiveram inúmeros e vultosos prejuízos em vários investimentos, e não tenho notícias de uma ação judicial nem de

uma interferência do Governo na tentativa de obter o ressarcimento ou tentar minorar as causas dessas perdas. No caso das empresas que nós temos, que são empresas lucrativas tem uma disputa muito forte. Então, me parece mais uma disputa de interesses do que uma tentativa de restabelecimento de direitos.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):

Uma...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Esgotado o prazo de V.Exa. Deputado Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): É uma pergunta final, uma pergunta final bem objetiva. O senhor acha porque o senhor conseguiu parcialmente os seus objetivos e, de certa maneira, não funcionou muito a aproximação por conta dos desdobramentos que houveram. A pergunta é: o senhor acha que poderia ter sido vítima da situação do bate-e-assopra? Ou seja, havia o indício de haver um jogo duro em cima para chamá-lo para conversar? O senhor poderia dizer que poderia ter sido tentado esse tipo de processo dentro do Governo Lula?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, eu...

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Eu só justifico, para concluir, Presidente e agradeço, Presidente Asdrúbal. Porque nós já identificamos que o tráfico de influência foi uma constante nesses dois anos e meio. Esse é um problema nosso, nós é que estamos identificando aqui. O senhor não precisa dizer isso, mas eu quero lhe perguntar se poderia ter sido uma das razões pela forma como o processo foi conduzido com as teles.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu senti mais um bate-bate do que um bate-e-assopra, mas a conversa que nós tivemos, a segunda conversa que eu tive com o Ministro Dirceu, em que eu mostrei para ele que estava havendo interferência indevida e injusta do Governo, e que ele concordou comigo, nenhuma consequência aconteceu disso. Quer dizer, tudo continuou do jeito que estava.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao Deputado acreano João Correia.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhor depoente, agora, neste momento, a Comissão está, mais ou menos, esvaziada, por conta do lanche, mas a temperatura estava muito elevada ainda há pouco, muito

elevada, e eu suspeito que esse calor seja dado pela importância do nosso depoente. Quer dizer, em primeiro lugar, para o povo brasileiro esse assunto, a linguagem é muito árida, muito difícil para a média do povo brasileiro compreender. Agora, a correspondência de que a importância do peso é inversamente proporcional à aridez da exposição. Eu fiquei muito triste quando o senhor explicou por que pediu o *habeas corpus*. Eu esperava que V.Sa. pedisse o *habeas corpus* porque os Congressistas o colocassem diante de situações tão graves e tão difíceis que V.Sa. tivesse que recorrer ao direito de não se auto-incriminar. Mas, ao que me parece, foram motivos de outra natureza, como, por exemplo, a questão das vinculações internas, dos segredos internos das empresas que V.Sa. dirige, ou das quais participa. Mas, Presidente, eu queria colocar mais uma questão antes de entrar um pouco no debate, porque ela tem sido recorrente. A segunda reunião dessas duas Comissões, o Deputado Maurício Rands, do PT de Pernambuco, figura muito fidalga e gentil, quando nós fomos ouvir aqui o sócio do Sr. Marcos Valério, fazia sempre a referência da questão do PSDB de Minas Gerais e do PT atual, a questão do envolvimento de caixa dois, de dinheiro de recursos para financiamento de campanha. E eu tive uma conversa rápida com o Deputado Rands e disse o seguinte: bom marxista, como certamente que ele é, que estudou muito a teoria de acumulação de capital. O PSDB de Minas Gerais, na verdade, funcionou como uma espécie de reprodução simples de capital para a questão da irrigação desses recursos de campanha. No caso do PT, hoje, realmente, é uma reprodução ampliada de capital, como muito bem ensinava o velho barbudo. Mas eu gostaria de colocar agora entrando diretamente um pouco no assunto, alguns pontos que a mim passaram a interessar. É lógico que o senhor é um personagem muito relevante, porque o Estado brasileiro foi privatizado e V.Sa. foi um personagem, de fato, muito importante nesse processo, que repassa para mãos privadas robustíssimos recursos pelo peso que o Estado nacional tinha até então construído ao longo de décadas, até de século. Então, acho que essa é a razão, de fato, da temperatura elevada aqui nesta Comissão. É porque, na verdade, os interesses que V.Sa. passou a expressar são infinitamente grandes, incomensuravelmente grandes. Então, eu gostaria de colocar, de repassar, inicialmente, a questão dos Fundos de Pensão. E vou terminar a questão, vou ver se deixo um pouco mais de tempo para o senhor explicar de uma vez por todas essa questão da KROLL, e eu vou tentar explicar por quê. A questão dos Fundos de Pensão, o Sr. Gushiken, Ministro Gushiken passou a ser a expressão, quero perguntar ao senhor se isso

poderá proceder, poderá ter sido a expressão de um interesse do que os acadêmicos da USP, especialmente, Chico de Oliveira, chamam de “os ornitorrincos”, aqueles que nem são patrões e nem tampouco são empregados, que, no Governo anterior, eram, digamos assim, tutorados ou comandados um pouco por V.Sa. e eu me refiro aí, no caso, aos Fundos de Pensão. O Dr. Sérgio Rosa fez aqui na Comissão do Mensalão, ele foi ouvido pela segunda vez e disse que naquele assunto específico, em que a Previ comandou mais dois ou três fundos, eu acho que a FUNCEF e o PETROS, e que redundou numa aliança com o Citibank, que os recursos que eles adquiriram, a participação societária que lhes davam o comando, foram também oferecidos por V.Sa. ao Citibank, isso dito por representantes do Citibank, ou seja, eles diziam que era tão legítimo que o senhor mesmo tinha feito uma proposta análoga. Bom, a terceira questão e aí eu gostaria que se o senhor pudesse, com a permissão do Presidente, depois fazer algumas observações para que eu então possa ir para a parte mais final é o seguinte: o senhor teria buscado, e já disse isso aqui, tentou debalde uma audiência, um contato com o Ministro Luiz Gushiken, foi recebido por duas vezes pelo Ministro José Dirceu. Nessa audiência, pelo menos, na primeira, pediu a não-interferência do Estado num confronto, que era um confronto de natureza privada. E a imprensa dá conta também, um pouco, que o próprio Ministro Palocci também se perfilava junto a José Dirceu nessa idéia de que houvesse um *laissez-faire* nesse debate, mas que, na verdade, o peso, não do Ministro Gushiken, mas o peso dos Fundos de Pensão, que provavelmente, de forma legítima, também desejavam ter o comando dos seus próprios interesses, fez com que esses dois Ministros poderosíssimos fossem derrotados. Então, nessa tentativa, o Sr. Delúbio... Aí vem a primeira questão, eu quero introduzir o Sr. Delúbio: o seu contato com o Sr. Delúbio foi feito antes ou foi feito depois da conversa com o Ministro José Dirceu? E, então, para encerrar essa fase inicial da minha inquirição, o senhor, numa reunião instruída pelo Sr. Delúbio, foi até aos conselheiros, se reuniu com os conselheiros, articulado também pela agência SMP&B, na qual o senhor falou por três horas seguidas. E aqui chamou a atenção uma notícia da Agência Estado. Ela diz o seguinte: “Dantas falou por três horas seguidas. Ele se sentia injustiçado. Contou que havia ajudado os candidatos que Sérgio Rosa, o Presidente da PREVI, mandara ajudar”. Ou seja, repetindo: “Contou que havia ajudado os candidatos que Sérgio Rosa, o Presidente da PREVI, mandara ajudar. Assim, não entendia por que a Previ brigava tanto com ele”. Eu gostaria que o senhor fizesse algumas observações acerca desse fato

e se, nesse último elemento, nós não poderíamos encontrar, digamos, resquícios do próprio mensalão, que é o que está sendo buscado, especialmente a partir das origens, quem corrompeu a quem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, estou achando muito curioso, porque essa reunião nunca houve. Eu nunca tive reunião em que falei três horas. Eu até gostaria de saber um pouco mais de detalhes, porque eu não tenho... Eu nunca tive reunião com os conselheiros dos fundos na qual eu tenha falado tempo nenhum. Essa reunião não houve.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Então, a reunião realmente não existiu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu até gostaria de saber exatamente que reunião. É a reunião com fundos? Ou reunião com quem? O senhor me desculpe a pergunta, mas...

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Não, não, mas é claro!

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não houve reunião. Não houve nenhuma reunião em que eu tenha feito uma explanação por três horas, em que tenha participado...

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Então, veja só: “Foi nesse clima que Delúbio intercedeu em favor do banqueiro, pedindo a integrantes do Conselho Deliberativo da Previ que fossem ouvir o que o empresário tinha a dizer. Os conselheiros foram levantas até Dantas por Marcos Valério, cuja agência de publicidade SMP&B tinha conta da TELEMIG, aliás, de cento e tantos milhões, junto com a DNA, por sua vez também controlada pela Previ”. Então, aí vem que o senhor teria falado por três horas seguida e teria, então, reclamado que tinha atendido ao Sr. Sérgio Rosa e ele, assim mesmo, era um ingrato.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olhe que coisa curiosa. Primeiro, eu não tive essa reunião. Os conselheiros dos Fundos de Pensão nunca tiveram reunião comigo. Eu nunca encontrei o Sr. Delúbio. O Sr. Sérgio Rosa nunca me pediu para fazer contribuições. Eu nunca fiz contribuições a pedido dele. Eu não sei de onde vem isso.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Agência Estado. Se o senhor desejar, posso passar.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É curioso. Nada disso é verdade. É curioso porque é tanta inverdade de ponta a ponta! Não houve a reunião. Eu nunca tive encontro com o Sr. Delúbio. O Sr. Sérgio Rosa sempre teve uma posição contrária a nós, quer dizer, não seria natural que ele tivesse nos pedido para fazer algum tipo de contribuição. De fato, não pediu. Nós não fizemos. Daí, então não tem... Desse assunto aí não tem nada.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Das anteriores, por favor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A tentativa de conversa com o Sr. Gushiken não foi propriamente minha. Foi de uma pessoa que trabalha comigo, que achou que, de repente, se pudesse ter um encontro com Gushiken, explicar o assunto, que esse assunto poderia se atenuar. Chama-se Maria Amália, e tentou uma conversa com o Ministro Gushiken, mas não foi atendida.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Acerca da oferta ao Citibank de valores análogos aos que os Fundos de Pensão fizeram?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Nós fizemos uma oferta ao Citibank, mas uma oferta diferente, que era uma oferta de compra. A oferta dos fundos é uma oferta de garantia de preço. A diferença da oferta de compra é que, na oferta de compra, se houvesse uma posterior valorização por algum tempo, o lucro dessa valorização acabaria pertencendo ao comprador. A oferta dos fundos, ela dá uma garantia de preço. Quer dizer, na garantia de preço, se houver uma valorização, o Citibank, na verdade, fica com toda a valorização. Se houver desvalorização, os Fundos de Pensão ficam. Então, ela não era uma oferta exatamente igual. Agora, eu gostaria de ressaltar que nós fizemos inúmeras ofertas aos Fundos de Pensão, de compra da participação dos fundos com pagamento em dinheiro, e os Fundos de Pensão nunca se sensibilizaram com essa proposta, como na data que eu reporte da conversa com o Cássio Casseb, em que eu disse: “Por acaso, vocês teriam interesse na venda da participação?” E ele, no fundo, em síntese, respondeu que não.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Ok. Então, Presidente, passo à segunda fase da minha inquirição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Dois minutos para a conclusão do seu tempo.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Apenas dois minutos? Então nesse caso, eu vou ter de deixar outra pergunta, que a mim é muita cara, e vou então oferecer oportunidade ao senhor acerca da KROLL, não sem antes utilizar, Sr. Presidente, mais ou menos, uns trinta segundos para tentar expor um pouco essa questão da KROLL. O jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do jornal O Estado de S.Paulo, diz, numa entrevista que fez, que a BRASIL TELECOM pagou à KROLL mundial cerca de 6 milhões por ano. Isso foi confirmado pelo Presidente da KROLL brasileira, o Sr. Eduardo Sampaio. Isenta a KROLL brasileira disso, a transação teria sido feita exatamente com a KROLL mundial. E na verdade, Sr. Daniel Dantas, a KROLL ela prestou, de

fato, serviços importantes e o senhor citou muito bem esses serviços, eu acho que ela foi contratada pelo Senado da República, eu creio que naquela operação que desvendou algo sobre o PC Farias.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Exatamente. E eu acho que ela foi contratada pelo Congresso também.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Os Anões do Orçamento também. Mas ela também tem alguns momentos nem tão edificantes, como, por exemplo, quando alguns arapongas, segundo diz aqui, da KROLL foram presos pela Polícia Federal quando seguiam o então Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que foi confundido por eles com Andrea Calabi, representante da TELECOM naquele caso rival da empresa de V.Sa. E especialmente também a KROLL, digamos assim, deu uma grande mancada, para usar um termo popular, quando ela deu por verdadeiro aquele documento, realmente bastante complexo, desmoralizante, que dizia do dossiê Cayman, que envolvia, inclusive, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o próprio saudoso e respeitável Mário Covas, dentre outros expoentes da República. Eu gostaria que o senhor pudesse explicar isso, sinceramente, de uma forma um pouco mais definitiva, até pra poupar tempo do senhor, dos demais inquiridores e da população brasileira.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deixe-me explicar o seguinte. Vou só fazer um detalhe: quando a KROLL seguiu indevidamente o Armínio Fraga não houve nada de Polícia Federal, não houve prisão, não houve nada ali indevido, não. Quando a BRASIL TELECOM decidiu contratar a KROLL, ela contratou a KROLL em Londres. Eu fui reportado de que ela havia feito o contrato. Eu, na época, consultei com o Citibank a respeito da KROLL, e o CITI me disse que a KROLL era a melhor empresa do mundo na área. Então, a BRASIL TELECOM contratou o que havia de melhor. A BRASIL TELECOM, nem nós pautamos o trabalho da KROLL, como é que a KROLL devia desempenhar as suas funções. A KROLL desempenha as suas funções de acordo com as suas normas e procedimentos e técnicas. Nem nós, do Opportunity, nem a BRASIL TELECOM temos experiência no ramo de investigações. Eu não sei exatamente quanto é que a BRASIL TELECOM pagou pelos serviços da KROLL, mas tenho certeza que não é esse valor. Posso até mandar pedir pra ver, mas eu tenho certeza que não é isso. Se V.Exa...

>> [pronunciamento fora do microfone].

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É, mas isso é uma notícia no jornal.

DEPUTADO JOÃO CORREIA (PMDB-AC): Agora, só um pouquinho, Sr. Presidente, um pouquinho de tolerância. É que, na verdade, o presidente da KROLL brasileira disse que o faturamento, o dispêndio da KROLL mundial, o recebimento da KROLL mundial por esse contrato é de 1% de seu faturamento de 600 milhões, o que significa, por meio da pergunta do jornalista, então isso significa 6 milhões. Lógico, aí é uma questão aritmética.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei. Eu não sei se isso é fato. Não posso testemunhar que sim ou que não. Podia até perguntar, mas não sei se foi. A contenda era grande; o valor é muito grande. O valor era muito grande, o valor que a BRASIL TELECOM pretendia recuperar da TELECOM ITÁLIA, pelo superfaturamento na compra da CRT, era de 250 milhões. Então, justificava algum tipo de custo para tentar recuperar esse valor que ela considerou que perdeu indevidamente, e que houve irregularidades nos procedimentos que levaram a essa perda. Por isso ela contratou. E a companhia não tinha nenhuma responsabilidade, como não tem. E o que a KROLL nos informou depois é que não tinha cometido nenhum ato ilegal. Essa é a informação que a KROLL me deu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Deputado João Correia. Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro dizer que em sessões como estas são sessões muito interessantes, extremamente interessantes. Eu acho que essa sessão é absolutamente educativa. Fora os ataques de alguns “parlamentares-ratos”... Aqui não tem rato! Rato é assim: além de roubar, finge-se de manso...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senadora...

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Não, não, não. Deixe-me terminar, Deputado Asdrubal...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu solicito a V.Exa. ...

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Deputado Asdrubal, por favor. Deputado Asdrubal...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): [inaudível] e use os termos de cortesia; não use a descortesia.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Mas, Deputado Asdrubal, o rato é um animal como outro qualquer, está no dicionário, no Aurélio; não tem nenhum problema. Eu só estou dizendo que até na natureza é assim: na natureza, tem pessoas que têm comportamento de leão; tem pessoas que têm comportamento de onça... Até na natureza é assim. Então...

V.Exa. sabe que até os limites do que é o Regimento, até porque eu posso achar que um termo é chulo, outra pessoa pode não achar. A sociedade acha que a maior lama do Congresso Nacional é a corrupção e não um termo que um ou outro possa ser usado. Então, a única coisa, a coisa mais bela que o Parlamento tem é justamente a imunidade do *parlar*, do falar, esse que é objetivamente. Mas esta sessão é uma sessão muito interessante, porque o debate sobre o Sr. Daniel Dantas eu acompanhei muito tempo quando era militante do PT. É uma coisa impressionante. Eu, realmente, fico impressionada com algumas coisas que eu vi hoje aqui e algumas coisas, especialmente, que eu observei durante esses dois anos e meio de Governo. Por quê? Porque algumas questões que foram aqui colocadas pelos Deputados da Base de bafulação de Governo não eram coisas novas, eram coisas que durante toda a minha militância no PT, eu sempre ouvi falar sobre V.Sa. V.Sa. era meio como o Lúifer, o gênio do mal, alguém preparado para todas as coisas piores, ardilosas, para tudo aquilo que, na minha opinião, é da essência do capitalismo: a chantagem, o suborno, a espionagem, a corrupção. Só que a imagem que eu tinha de V.Exa. é a mesma que eu sempre tive e tenho do Sr. Henrique Meirelles também. Então, o que para mim é a expressão da excrescência do capitalismo é a mesma coisa: o Sr. Henrique Meirelles, indicado pelo Presidente Lula como Presidente do Banco Central... Para mim, é tudo a mesma coisa. Agora, o que eu estou impressionada mesmo é que algumas coisas sejam colocadas aqui como sendo novidades de agora, porque eu me lembro, com a mais absoluta clareza, do nosso querido Ex-deputado, Deputada Zulaiê, Milton Temer. O Ex-deputado Milton Temer, quando era Deputado do PT, fez, inclusive, representações, tentou com autoridade monetária das Ilhas Cayman, tudo isso sobre V.Exa. e, aliás, as coisas que os parlamentares aqui disseram, inclusive, na época em que o Deputado Milton Temer era Deputado Federal pelo PT, ele disse que a pessoa que dava legitimidade às informações dadas pelo Sr. Luiz De Marco, ex-sócio de V.Sa. era o Ex-ministro Luiz Gushiken. Então, vejamos: o Ex-ministro Luiz Gushiken dizia para o Ex-deputado Milton Temer, na época do PT, que todas as informações... Não tem nada, absolutamente nada de novo que foi aqui colocado por Senadores do PT ou Deputados do PT; absolutamente nada de novo. Tudo isso nós dissemos durante muitos anos, muitos anos. O que me impressiona demais, mas muito mesmo, é que são mais de dois anos e meio de Governo Lula e absolutamente nada foi feito. Eu não consigo entender, porque nós passamos, eu quatro anos de Governo Fernando Henrique e os militantes do PT, oito

anos de Governo Fernando Henrique... Depois do processo de privatização, eu não tenho dúvida, precisaria através de uma auditoria, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de um procedimento investigatório, dizer que não houve corrupção no Governo Fernando Henrique no processo de privatização. Continuo achando que houve. O que é mais grave, para mim assustador, é que a cúpula palaciana e vendida do PT e o Governo Lula entregue um atestado de imoralidade pública ao Governo Fernando Henrique no processo de privatização. Não fizeram nada, uma única auditoria, um único procedimento investigatório, CPI, nada. Por que? Porque precisam do que é que representa V.Sa. porque precisam do que é que representa o Governo Fernando Henrique para justificar a corrupção, os crimes contra a Administração do Governo Lula. Isso é que me deixa impressionada. Era a mesma coisa do Governo Fernando Henrique reivindicar para patrocinar crimes contra a Administração Pública, a carta que Pero Vaz de Caminha encaminhou a Dom Manoel pedindo que ele fizesse tráfico de influência, porque já lá tinha. Já lá, quando Pero Vaz de Caminha viu pela primeira vez a Terra de Vera Cruz, mandou falar das belezas a Dom Manuel, e ele disse: “Olha, agora dá um jeitinho naquele meu genro que roubava igreja e dava em padre, para ele sair de São Tomé, na África, e voltar para a Corte Portuguesa”. Então, justificar a corrupção do passado para implementar o banditismo no presente, eu não consigo acreditar que vejo essas coisas. Eu, sinceramente, não consigo acreditar... Porque eu não sei como é que não foi montado um único procedimento em relação a V.Sa. pelo Governo Lula! Eu não sei como é que o grupo que V.Sa. representava pagou hospedagem, comidinha para o filho do Presidente Lula! Eu não sei como é que o filho do Presidente Lula conseguiu ser sócio de cinco milhões na TELEMAR, que por sua vez... Quantas vezes, Deputado Osmar, eu quase me pegava de tapas naquela Comissão de Assuntos Econômicos, com alguns Senadores que hoje estão na base de bajulação de Governo, alguns Senadores do PMDB que falavam da filha de Lula que morava no apartamento da filha de um determinado empresário, na Europa. Eu só faltava ter ataques em relação a essas pessoas, e depois, descubro agora de que é justamente o pai da dona do apartamento que possibilitou que por ser um dos mais importantes da TELEMAR possibilita que o filho do Presidente Lula que não tinha nada, que tinha 40 mil no papel ele vira sócio de uma empresa de cinco milhões. Isso, para mim, é absolutamente surpreendente. Eu não consigo entender! Ou a paixão nos cegou a ponto de nós não sermos capazes de identificar o quanto essas pessoas já eram corruptas. Porque eu

estou entre aqueles que dizem que o poder não muda as pessoas, o poder as revela. Agora, V.Sa. que já devia ter sido investigado por este Governo, se não fosse um Governo corrupto e vendido. Já devia ter investigado V.Sa., já devia ter investigado a privatização do Governo Fernando Henrique. Agora, não o fez. O processo de Fundos de Pensão, de privatização, de outras coisas mais, eu queria que o Governo tivesse coragem de abrir um procedimento investigatório, e é a base de bajulação de Governo, que a maioria tivesse coragem de abrir uma CPI. Agora, isso é outro debate. Não é por isso que V.Sa. está aqui. V.Sa. está aqui para nos dizer, que eu não acredito que diga, mas sobre a questão da fonte da água suja que movia o moinho do mensalão. É por isso que é junta a comissão, é a Comissão dos Correios que analisa o gestor operacional dos Correios, as “gangues partidárias”... E quando eu falo “gangues partidárias”, não generalizo para todos do PT nem todos do PTB, nem todos do PMDB. Mas eram as três “gangues partidárias” que atuavam dentro dos Correios, em conluio com empresários apaniguados do Palácio do Planalto, que, por sua vez, moviam o “propinódromo”, que girava o moinho do mensalão. E aí vinha dinheiro podre e sujo do narcotráfico. Aliás, o maior lavador do dinheiro sujo do narcotráfico é o Sr. Henrique Meirelles, do Bank Boston, que é a maior lavanderia da América Latina. Vinha de dinheiro sujo do narcotráfico, porque era dinheiro absurdo para cima e para baixo. Eu nunca vi tanto dinheiro desse jeito. Era o dinheiro que pagava Parlamentar. Os Parlamentares... V.Sa. que está aqui veja que sujeira, porque tinham Parlamentares envolvidos em coisas absurdas... Porque se o capitalismo é podre, Deputado Osmar Serraglio, tem coisas aqui que eu fico impressionada de ver, de identificar de uma menina pobre, submetida à prostituição, dizer que parlamentar tal estava lá, no dia em que ia receber o dinheiro público roubado do mensalão, ele comemorava com quatro andares onde as pobres meninas submetidas à prostituição. Os Parlamentares jogavam dólares para as meninas pegarem com a boca, como se fosse uma simplória mercadoria a serviço de uma canalha, de uma gentinha que aqui está representada como se fosse Parlamentar. Como é que nós podemos ter serenidade com um negócio desse? Como é que se pode... Porque eu só queria ver qual era o Deputado ou Senador que alguém entrasse na sua casa e roubasse tudo que tem, estuprasse sua filha e negociasse a dignidade dos seus filhos, que essas pessoas iam ficar calmas, não iam ficar calmas. O problema é porque o espaço público é tratado como se fosse um negócio pessoal, o quintal, o jardim, a caixinha de objetos pessoais, que eles manipulam a serviço das quadrilhas, dos bandos. Isso

realmente é uma coisa impressionante! Então, eu quero que V.Sa. tente nos explicar como é que o senhor foi incluído... Não estou falando, volto a repetir, daquilo que eu não tenho dúvida, e só uma CPI me mostraria o contrário, só o Banco Central, se não fosse da turma da lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico e do capital financeiro, poderia ter tido a coragem de investigar e não teve. O Presidente Lula não teve, acobertou, por omissão e cumplicidade, o Governo Fernando Henrique, e o Sr. Henrique Meirelles não teve. Então, que V.Sa...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senadora, quatro minutos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Possa disponibilizar informações a respeito disso. Um dia, mais cedo ou mais tarde, essas coisas de Fundos de Pensão, de privatização, mais cedo ou mais tarde vai ter alguém com coragem, que, por não ser da quadrilha ou por não querer criar uma nova quadrilha, não se submeta à covardia ou à omissão de acobertar as quadrilhas anteriores. Mas em relação ao Sr. Marcos Valeiro, o senhor é visto como uma das fontes do “Valerioduto”. Dizem até, tem até algumas perguntas que estavam sendo preparadas para alguns Parlamentares da base de bajulação, e por coincidência, me passaram que o senhor é o criador da criatura; essa criatura que era tratada como amor primeiro pela cúpula palaciana e vendida do PT. Não por todos os Parlamentares, porque tem alguns que ficam até nauseados com esse banditismo e tem outros que não ficam nauseados, evidente, porque estão lá se lambuzando no banquete farto e podre do poder. Mas o senhor tem que dar algum esclarecimento, porque não é possível que seja simplesmente um delírio persecutório, ou alguém que inventou uma história, como é que isso realmente foi feito. Um dia, mais cedo ou mais tarde, as outras coisas vão sair, KROLL, espionagem, suborno, chantagem, tudo isso que eu não tenho dúvida, que é da essência da estrutura do capitalismo. Não tenho dúvida disso! Mas, em relação a Marcos Valério, disponibilize alguma informação, mensalão, ouviu falar o quê? Como é que o senhor entra nessa história?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Primeiro, me deixe explicar a V.Sa. que eu recomendaria que fosse feita uma CPI sobre a privatização. Eu acho que na CPI de privatizações, muitas coisas poderiam ser esclarecidas. Têm-se dito que eu tenho medo, que sou contra. Se os senhores, por acaso, resolverem instalar uma CPI da privatização, podem me convidar para ser o primeiro. No meu entendimento, parte da resposta de porquê que o PT não ter fez nada em relação a todas essas acusações que esse ex-empregado do Opportunity que foi desmentido, anda inventado, é

porque nada disso é verdade, não é verdade! Como também essa ligação que querem me atribuir com o Marcos Valério, no meu entender, tende a distrair mais do que colocar. Não é razoável que alguém que tenha sido atrapalhado, hostilizado e perseguido seja o alimentador. É muito mais legítimo e razoável, muito mais provável que seja alguém que foi beneficiado. Não há um indício de beneficiamento. A senhora mesmo tem citado de que já era anterior essa atitude do PT em relação a mim. Por que motivo, então, eu teria de tentar viabilizar algum tipo de operação que pudesse ajudar o partido que estava me atrapalhando? Isso não faz sentido. Não faz sentido algum.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Mas, em relação ao Governo anterior, o senhor, de alguma forma, conhecia Marcos Valério? Fazia alguma coisa ou alguma relação promíscua em relação a isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não conhecia Marcos Valério. O meu trabalho sempre foi eminentemente privado, e o Governo anterior também nos atrapalhou. Se tivermos tempo para descrever sobre esse leilão da Telebrás, se tiver esse tempo, vocês vão ver que a intervenção do Fernando Henrique era contra uma articulação, outra que estava acontecendo em benefício de outro grupo; mas essa é uma questão demorada e lenta. Nós não tivemos benefício de governo nenhum, e esse não é o meu trabalho. Com essas empresas todas, nós chegamos a ter cinquenta mil pessoas trabalhando conosco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senadora, expirou o prazo de V.Exa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pois não; estou já acabando, até porque, de alguma forma, será quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Mas se ele desejar fazer essa explanação ao final, a Mesa aceitará que ele a faça.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): É claro. Além do final, no caso específico da quebra de sigilo acontecerá de qualquer jeito. Só para terminar tem uma coisa, só para terminar mesmo, uma coisa que é impressionante, é até interessante: ouvir um banqueiro cometendo erros de Português.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe-me.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): V.Exa. cometeu erros de Português.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu vi.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Porque esse é que é o problema, há coisa elitista e

preconceituosa, do ponto de vista do acesso ao português em relação ao Presidente Lula, não é esse o problema dele, o problema dele é que ele, infelizmente, se tornou igual a V.Exa. em toda a aspiração do capitalismo, em toda essa forma, realmente, horrorosa de se lambuzar no banquete farto do poder. Então, o defeito dele... Você vê um banqueiro comete erros de português que um operário também o faz.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca tive nenhuma crítica ao Presidente Lula por ser operário. Para falar a verdade...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não estou dizendo de V.Sa. não...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Para te falar a verdade tenho uma grande admiração por um operário que chegou ao poder.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): E agora que tem que ter muito mais mesmo, porque, realmente, se igualam nas concepções e na forma de parasitar e privatizar o aparelho do Estado. Portanto, eu não estou dizendo que V.Sa. disse em relação a essa questão o linguajar porque eu sei que não foi, eu estou dizendo em relação a outros parlamentares.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Perfeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa. Senadora. Deputado Wladimir Costa. Ausente. Deputado José Carlos Araújo. Tem V.Exa. a palavra pelo prazo de até 15 minutos.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Depoente, Sr. Daniel Dantas, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Eu não vou fazer uma retrospectiva para não cometer indelicadezas, como as retrospectivas raivosas como feita aqui pela Senadora Ideli. Que na verdade, não engrandecem esta Casa quando trazemos um depoente, queremos saber tecnicamente algumas coisas, investigar o que interessa a esta Casa e não atingir ou menosprezar as pessoas que vêm aqui prestar depoimentos para esclarecer fatos que interessam a esta Casa. Então eu vou direto ao assunto, Dr. Daniel Dantas. Só o fato do senhor ser baiano já me faz ser simpático, embora não o conheça, não o conhecia, o conheci hoje pela manhã. E as pessoas têm medo, aqui, de dizerem que são amigas. Não sou amigo de V.Sa. não o conhecia, o conheci hoje, mas sou amigo de uma pessoa que trabalha com o senhor que é o Sr. Carlos Rodemburgo que é meu amigo e eu não me envergonho disso, pelo contrário, é uma grata satisfação tê-lo no rol dos meus amigos. Portanto, fazendo esse pequeno preâmbulo, que, na verdade, não agredi ninguém, ao contrário de outras pessoas. V.Sa. coloca aqui, claramente, que não faz gerência direta nas suas empresas. É o Presidente

da *holding* e quer resultados, que eu acho que V.Sa. está completamente certo. Assim deveriam agir os Fundos de Pensão ao fazerem os seus investimentos quererem resultados, se os resultados são positivos, ótimo, e não querer gerir diretamente as empresas nas quais elas fazem os seus investimentos. É lógico que, se essas empresas dessem prejuízos, V.Sa. iria interferir e trocar os executivos para que essas empresas viesse a dar lucros. E eu pergunto: o Citibank e os Fundos de Pensão tiveram algum prejuízo nas suas aplicações na BRASIL TELECOM durante a administração, quando V.Sa. foi responsável na gestão da companhia?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A BRASIL TELECOM, só para dar uma idéia ao senhor, Deputado, quando a BRASIL TELECOM foi comprada ela tinha, mais ou menos, uns 200 mil em caixa; hoje, tem 2,5 bilhões em caixa.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Então, o senhor acha que o fundo de pensão queria gerir, queria interferir, diretamente nessas empresas em razão de quê? Desse resultado positivo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, a minha...

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Qual a sua concepção?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tudo que aconteceu no passado tinha sido sempre a tentativa dos Fundos de Pensão de transferir o controle da estrutura que tinha contratada conosco, e das quais, inclusive, fazia parte, para outro investidor. Teve época que foi o canadense; teve época que foi o italiano, mais, recentemente, há sinais de que teria sido a TELEMAR.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Houve algum prejuízo para os Fundos de Pensão em alguma das empresas geridas pelo Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, senhor.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): Só teve resultado positivo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Os resultados de todas as empresas são positivos.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA): De acordo com a imprensa, o Citibank mandou a BRASIL TELECOM contratar a KROLL e acompanhou os trabalhos de investigação. Isso é verdadeiro?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não é verdade que o Citibank tenha mandado a BRASIL TELECOM contratar a KROLL; a contratação da KROLL foi uma iniciativa da BRASIL TELECOM. O Citibank estava informado de que a BRASIL TELECOM contrataria a KROLL e teve contatos com a KROLL porque queria saber do que a KROLL poderia lhe informar a respeito da situação que estava enfrentando.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

O Ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, trabalhou para o Citibank antes do meu governo, isso é verdade, o senhor tem conhecimento disso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tenho conhecimento que ele trabalhou para o Citibank e depois foi desligado.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

Dois sócios da Angra Partners, atual gestores dos interesses do Citibank na BRASIL TELECOM, também trabalharam no banco?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tem dois sócios da Angra que trabalharam no Citibank.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

O senhor atribui essa onipresença do Citibank?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho como... O Citibank é um banco grande. Eu acho que é provável que... Não acho que seja onipresença, não; eu acho que o Citibank é apenas um banco muito grande e é possível que pessoas tenham saído de lá e tenham ocupado alguns postos.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

Na vinda da esta Comissão dos representantes dos Fundos de Pensão, eu fiz uma pergunta que ficou sem resposta. Fiz uma pergunta exatamente ao Sr. Sérgio Rosa, se ele tinha conta no exterior, e ele, como eu fiz outras perguntas, ele não me respondeu; ficou sem resposta. O senhor tem conhecimento se o Sr. Sérgio Rosa tem contas no exterior?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tenho conhecimento se o Sr. Sérgio Rosa tem conta no exterior.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

Não tem conhecimento? Ao que o senhor imagina de que pessoas do Governo, principalmente o Ex-ministro Luiz Gushiken, andaram e outras pessoas, como o senhor deixou claro aí, interferiram nos negócios, não na sua empresa direta, mas de alguma forma que vieram a prejudicar. E V.Sa. colocou que várias vezes tentou junto ao Governo pedir para que eles não interferissem, ou seja, já que você não pode ajudar, não atrapalhe, não queira interferir nos negócios das empresas, que iam bem e que os Fundos de Pensão que estavam aplicando nas suas empresas, também iam bem, os resultados iam bem. É isso que depreendi pelas explicações dadas por V.Sa.?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O nosso objetivo, em todas as vezes que tivemos oportunidade de ter uma interlocução, foi sempre pedir ao Governo uma posição de neutralidade.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL–BA):

O que eu não entendo e aí que eu já trabalhei em governo e aqui tem alguns Parlamentares que foram go-

vernadores, está aqui o Ex-governador César Borges, hoje Senador que, de alguma forma, se fica contentes quando vai, no caso da Bahia, se vai para a Bahia investir na Bahia e que é uma empresa brasileira, principalmente quando a empresa é baiana. Nós, baianos, ficamos satisfeitos, queremos que isso aconteça. Logicamente nós queremos qualquer empresa, quando é multinacionais também; mas, quando é brasileira, a satisfação é muito maior, porque se trata de um investimento brasileiro, de uma empresa brasileira. E o que eu vejo aí neste Governo, é que... É o contrário, quando se trata de uma empresa brasileira que quer investir, que está trabalhando, que está gerindo bem as coisas há perseguição, há admoestação. Tudo isso vem acontecendo e ficou claro aqui. Lógico, nós sabemos que o senhor não é nenhum santinho, nós sabemos disso, todos sabem que não há aí santo, mas não demonstrou, não mostrou aqui ninguém, por mais que quisessem pintar o senhor de diabo, não conseguiram pintar aqui. O fato de o senhor ganhar dinheiro eu acho isso uma virtude, não é defeito. Saber ganhar dinheiro não é defeito, lógico que dentro da legalidade, das coisas legais, eu acho que é muito bom para o Brasil. E eu fico impressionado como as pessoas, não sei se por ganância ou inveja, querem combater esse tipo de coisa. Lógico que se o senhor está dentro da legalidade, está certo e não constituiu nenhum ilícito, embora aqui quisessem atribuir processo disso e daquilo eu não vi nada, Sr. Daniel Dantas, que o senhor tivesse colocado aqui que toda a imprensa não soubesse e que nós não soubéssemos. Portanto, eu fico tranquilo porque nós não conseguimos arrancar nada de V.Sa. O *habeas corpus* que o senhor trouxe, logicamente, entendemos que não era em função desta Comissão porque ninguém veio aqui, saiu preso, nem foi ameaçado de ser preso. O senhor se precaveu, que não tinha nenhuma necessidade, tenho certeza que nenhum parlamentar iria fazer nenhuma pergunta que pudesse o senhor ser obrigado a revelar segredo da sua empresa para os seus concorrentes. Eu tenho certeza que não tem nenhum parlamentar aqui que estivesse a serviço de alguma empresa, apenas todos que estão aqui, estão querendo saber a verdade, o envolvimento das pessoas, o que aconteceu, o que é que vem acontecendo com as coisas que têm passado por este Congresso. E por isso eu quero encerrar, Sr. Presidente as minhas perguntas ao Sr. Daniel Dantas e, infelizmente o senhor não teve o tempo suficiente, e o senhor deveria ter feito no começo da sua explanação explicar o caso rumoroso que foi as privatizações das telefonias e eu conheço, mais ou menos, porque fui do ramo, fui diretor de uma empresa de telefonia durante nove anos. Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, nós tivemos aqui antes de mim vários oradores, e hoje, neste meu primeiro mandato, eu pude presenciar que para o povo brasileiro foi o dia mais triste que teve em relação ao Congresso Nacional. Nós tivemos aqui nesta CPMI, onde foi convocado o Dr. Daniel Dantas, que já dito aqui por outros oradores, de dez transações importantes no Brasil, e com suspeita, ele participa das dez. Nós vimos aqui nesta Casa, Deputados e Senadores digladiando para defender o Daniel Dantas. No início desta sessão, me envergonhei com alguns colegas chamando um aqui, chamando outro ali, fazendo cochicho até por debaixo da mesa, se reuniram no banheiro para poder montar uma estratégia para poder brindar o Sr. Daniel Dantas. A minha vontade seria de inquiri-lo e perguntar quantos Deputados e Senadores aqui o senhor conhece, e quantos Deputados e Senadores aqui o senhor ajudou financeiramente e politicamente ou através de recursos declarados, ou através de caixa dois, que nós estamos vendo que é muito comum nesta Casa? Saí agora do plenário do Congresso Nacional, onde o Presidente Severino Cavalcanti, com um discurso melancólico, se despediu como Deputado e Presidente desta Casa. Nós vimos o Vice-Presidente Thomaz Nonô determinar à Segurança que descesse os cacetetes em alguns estudantes que estavam gritando: “Mensalão, não; “mensalinho”, também não; nós queremos dinheiro é para a educação”. Estão certos os estudantes. Tem que parar com o “mensalinho” e com o mensalão, porque o recurso é para a educação. Nós ouvimos falar aqui de recursos absurdos que talvez o povo que vai ver amanhã nas páginas dos jornais e hoje à noite pela televisão não imagine que existam tamanhos recursos administrados pelo Sr. Daniel Dantas dos Fundos de Pensões, recurso público do Governo, dos funcionários públicos que têm o seu fundo de pensão em recursos que alguém perde, mas o Sr. Daniel Dantas, nunca perde. Eu gostaria de inquirir a V.Sa. por que é que às vezes com 1% só de capital, que mágica que o senhor faz para, praticamente, sem dinheiro, controlar todos os fundos de investimento neste país? Que mágica que é essa? Gostaria de saber que V.Sa. não tem contato com o Ministro José Dirceu, que não tem contato com as áreas do Governo. Mas eu tenho uma relação aqui que o irmão de V.Sa. que é o responsável pelos contatos políticos, esteve seis vezes na Presidência da República, esteve reunido com o Marcos Valério, esteve seis vezes na Presidência da República, esteve reunido com o Marcos Valério, esteve reunido

dentro do Diretório do PT aqui em Brasília. Nós queremos saber é o que leva as suas empresas a colocarem cento e quarenta e cinco milhões de reais nas empresas de Marcos Valério. Se V.Sa. quiser por bem destinar a esta CPI as cópias das notas fiscais e os planos de mídias de cento e quarenta e cinco milhões de reais gastos dentro da empresa do Sr. Marcos Valério, nós agradeceríamos. Sr. Presidente, eu vou me solidarizar com a população brasileira, que hoje é um dia de tristeza, de agonia e de luto. E acho que com o movimento feito nesta CPI para blindar o Dr. Daniel Dantas sobre as informações. Deputados com dossiês guardados para poder preparar defesa. Perguntas que foram levantadas simplesmente para que o senhor possa responder e ficar bem perante a sociedade, de denúncias que nós fizemos pela imprensa, principalmente pela Revista Capital. Eu estou... Acho que a reunião, Sr. Presidente, Srs. Relatores, esta reunião hoje ela não foi proveitosa, primeiro porque reunimos aqui duas CPIs. Nós reunimos aqui a mais pura nata do governista e do oposicionista, onde nós tivemos aqui vários embates desproporcionais que não nos trouxeram a nada. Eu tenho aqui a relação de corretoras, eu tenho aqui matérias que comprovam que a maioria das coisas que V.Sa. aqui disse não correspondem com a verdade. O senhor está amparado por um *habeas corpus*. Que eu também lamento profundamente a Justiça brasileira. Que o povo também brasileiro deve estar chateado e principalmente com esses desmandos que o Poder Público está fazendo, gerenciando dentro desta Casa parlamentar. Onde o Presidente do Supremo Tribunal Federal não é um juiz togado e que tem pretensões políticas de candidatar-se até à Presidência da República, onde todos os dias “chove” nesta Casa mandados de segurança para proteger as pessoas que aqui vêm depor ou então que aqui vêm relatar. Os meus questionamentos eu sei que eles vão ser evasivos, que não vão ser respondidos. E também diante deste dia memorável de tristeza para o povo brasileiro, eu não vou inquirir, mas se o senhor tiver tempo, e é o direito de V.Sa. responder, eu estou protocolando agora na CPMI dos CORREIOS uma nova convocação para que V.Sa. venha num plenário mais tranquilo, talvez mais preparado, num dia de menos conturbação explicar tecnicamente as indagações de alguns colegas e principalmente os meus, que estão aqui guardados e que eu acredito que vai ser aprovado. E, quem sabe, V.Sa. venha sem um mandado de segurança e, quem sabe também, se V.Sa. impetrar à Justiça brasileira dê a liberdade necessária para que esta Casa possa legislar, principalmente dentro da sua CPMI. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Nobre Deputado Carlos Willian, V.Exa. fez uma denúncia de extrema gravidade e que jogou todos os integrantes das duas Comissões no livro da dúvida. A nossa honorabilidade está em jogo, porque V.Exa. diz que há um movimento dentro das Comissões para blindar alguém que venha aqui para prestar as informações. Então V.Exa. tem a obrigação e o dever de nominar, sob pena de nos colocar a todos nós sob a dúvida de toda a população brasileira. V.Exa. tem todo o direito de se omitir até porque é responsável pelas suas opiniões, palavras e votos, mas gostaria que houvesse um pouco mais de sensatez ao se fazerem certas denúncias porque elas repercutem contra a imagem do nosso Poder, da nossa Casa e da nossa Comissão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): V.Exa. Sr. Presidente, que tem dirigido muito bem esta Casa, essas informações que eu dei elas estão nitidamente visíveis pelas fitas, que forem recorridos, dos desgastes que teve aqui, das discussões pessoais com Deputados de oposição e governistas, pelas perguntas que foram feitas. Isso não está sendo uma afirmação minha, isso está sendo uma opinião minha que todos viram a olhos nus aqui. Eu não posso dar o nome de “A” ou “B” para dizer que essas pessoas estão blindando, mas se o senhor abrir a palavra para os colegas aqui também participarem, todos eles vão... Todos eles, não, grande parte deles vão estar junto comigo. E o senhor sabe também que vários membros da CPI, uns estão para defender o Governo, outros estão para atacar o Governo, e as perguntas aqui dirigidas são essas. Há menos de meia hora, quarenta minutos atrás, V.Exa. estava presidindo, e repito, muito bem esta Sessão, onde nós começamos a ver que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto começou a falar sobre o filho do Presidente Lula, aí houve uma confusão no plenário, querendo chamar o filho também do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É briga. É briga, não. É discussão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Respeito a opinião de V.Exa. mas eu creio então que foi muito mal colocada porque deixou margem a dúvida quanto a todos os membros da Comissão. Vamos dar o assunto por encerrado e vamos prosseguir convidando a Deputada Perpétua Almeida. Ausente.

>> [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao depoente que quer fazer alguns esclarecimentos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, alguns pontos aqui factuais são muito importantes de

serem colocados. Primeiro, eu não tenho nenhum irmão, ninguém do nosso grupo esteve seis vezes na Presidência da República. Eu já expliquei aqui que nós não somos administradores da TELEMIG e TELENORTE e que todas essas notas fiscais, as empresas me reportaram, que são para pagamentos de publicidade. E o senhor perguntou se não seria possível que elas fossem disponibilizadas para essa Comissão. Elas já foram, tem mais de um mês, tem mais de um mês que a TELEMIG e a TELENORTE encaminharam, se não me engano, setecentos quilos de documentos a esta Comissão. E todas essas notas fiscais, sem faltar nenhuma, estão aí à disposição de qualquer investigação. Mas, mais interessante, é um ponto que gostaria de tocar, talvez o único ponto da nossa concordância em relação ao que foi dito, que se eu tiver oportunidade vou mostrar que a imagem que o senhor está se baseando a nosso respeito não é verdade, é sobre o assunto da educação. Talvez a mais freqüente quantidade de reuniões que nós tivemos com este Governo foi com o Ministro da Educação, tentando pedir apoio para um programa que as empresas que nós controlamos participam, que acredito que deva ser o maior programa de educação privado patrocinado por algum grupo no Brasil. E eu vou pedir a liberdade de quando encerrar esta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Qual o Ministro, por favor, da Educação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Cristovam Buarque. Nós estávamos pedindo, levando a eles um projeto que fizemos de Educação, que era um projeto basicamente de tentar aproveitar um pouco da tecnologia gerencial privada e tentar desenvolver práticas de custo mais baixo que fosse possível educar a um custo menor. Na verdade, de qualquer jeito, mesmo que haja verbas suficientes para a educação se for possível gastar menos é sempre melhor. Nós temos um instituto de desenvolvimento de práticas e eles desenvolveram um programa onde basicamente há um pagamento, uma remuneração por cada aluno que é aprovado numa prova feita pelo Estado ou por um órgão independente, mas quem ganha é o professor. E o professor ganha por aluno aprovado. Isso criou uma grande motivação, o conteúdo de educação é um conteúdo preparado, um conteúdo de alto conteúdo didático. Você não precisa de proficiência, do ponto de vista dos professores, então, eu gostaria de encaminhar para V.Exa. só para que, de repente... Podemos ter algum ponto aí em comum. Mas, em relação a essas outras informações, elas não são verdadeiras e os dados em relação à TELEMIG e TELENORTE já estão à disposição desta Comissão há algum tempo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada parlamentar aqui tem o direito sagrado de expressar suas opiniões. E, se algum outro parlamentar achar que foi atingido, entra com representação e pede para que ele possa... Mas é necessário respeitar a palavra de cada parlamentar. Eu queria primeiro, perguntar ao Sr. Daniel Dantas. O senhor responde a vários processos judiciais, assim tem um gasto muito grande com advogados. Quem é que paga? É o senhor, é a BRASIL TELECOM, ou é a TELEMIG ou é a AMAZÔNIA CELULAR? Essa é a primeira pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Posso responder?

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Pode responder.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Depende de cada procedimento, quer dizer, por exemplo, o Citibank entrou com um procedimento judicial contra nós em Nova York e quem paga sou eu. Quando o assunto é da BRASIL TELECOM, paga a BRASIL TELECOM. Nesse ataque que nós sofremos, na tentativa de tomar o controle das companhias, houve situações até paradoxais, por exemplo, os Fundos de Pensão tentaram dissolver uma empresa que eles eram sócios e que tinha o controle da TELEMIG. Essa empresa teve que pagar honorários de advogado para defender os fundos contra os próprios fundos. Se fizesse uma analogia, é como se quisessem ter dado um tiro no pé e nós tivéssemos que ter comprado a bota e depois estão reclamando do custo da bota, mas, pelo menos o pé não foi atingido. Então, dependendo de quem seja o alvo do ataque, quem tenha sido o alvo do ataque é que tem que arcar com os seus custos.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Então, no caso, algumas vezes a TELEMIG, a TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Algumas vezes, a TELEMIG ou a BRASIL TELECOM.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): A AMAZÔNIA CELULAR também?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A BRASIL TELECOM tem a expressiva maioria dos custos, porque foi a empresa que sofreu mais. Teve o assunto da CRT, tem assunto de antecipação de metas.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): A NEWTEL pagou alguma vez algum advogado para V.Sa.?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, a NEWTEL pagou vários advogados na defesa dessa tentativa dos fundos de dissolver a própria NEWTEL. E a NEWTEL era uma associação entre os fundos administrados

por nós, dos quais tinha um recurso dos Fundos de Pensão e os Fundos de Pensão entraram com uma ação pedindo a dissolução da NEWTEL, dissolução essa que beneficiaria o outro sócio, que era um canadense, a empresa TIW, que já tinha sido citada aqui no passado.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Eu vou fazer uma série de perguntas, aí o senhor responde no final.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Então, desculpe.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Não, agora essa era importante para que o senhor respondesse. O senhor diz que todas as decisões tomadas até agora foram contra o senhor no Governo Lula. Isso não é verdade. Por exemplo, a ANATEL autorizou que a BRASIL TELECOM entrasse em operação na rede móvel e obrigou fundos a saírem da TELEMIG ou TELEMAR. E a CVM aplicou punição pífia contra o Fundo Opportunity. E é sobre esse assunto que eu quero falar. O Fundo Opportunity foi criado como um fundo de investimento criado nas Ilhas Cayman, criado originalmente para captar recursos de investidores estrangeiros. Esse fundo foi criado sob uma legislação que só permitia que houvesse investidores estrangeiros investindo neste fundo. Mas ficou provado, em processo concluído na Comissão de Valores Mobiliários, que houve uma ilegalidade nesse fundo. Ficou provado que o Fundo Opportunity ofereceu cotas deste fundo e conseguiu vender cotas para investidores brasileiros. Parece mesmo que só há investidores brasileiros neste fundo. Muitas pessoas já levantaram até a hipótese de o dinheiro deste fundo ser um dinheiro sujo, um dinheiro ilegal, de pessoas que teriam enviado este dinheiro para as Ilhas Cayman sem registrar estas remessas no Brasil, sem pagar impostos, sem declarar estes investimentos. Algumas pessoas levantaram a suspeita até que esse fosse o dinheiro de quem ajudou o Opportunity no processo de privatização. Além da condenação da CVM e de outras suspeitas sobre o Fundo Opportunity, houve também uma descoberta curiosa nos processos que Opportunity enfrentou nas Ilhas Cayman. Nesse processo que o Opportunity sofreu nas Ilhas Cayman foi descoberto um esquema onde algumas contas eram identificadas por um código, o número 368. As contas identificadas por esse código só poderiam ser movimentadas com a autorização da Sra. Verônica Dantas, que é sua irmã. E isso parece que um Juiz das Ilhas Cayman entendeu que era uma espécie de fraude, uma forma de anular o direito de cada cotista movimentar livremente suas contas. Este fato agrava as suspeitas sobre o fundo, pois parece que os cotistas estavam presos ao Opportunity. Mas,

recentemente ocorreu um outro fato muito estranho, uma reportagem da Revista Exame revelou que uma das empresas fornecedoras da BRASIL TELECOM virou investidora desse fundo, numa operação nada comum. Porque não é comum que uma empresa que presta serviços ou vende equipamentos para a BRASIL TELECOM venha a virar investidora, ou seja, venha fazer depósitos no fundo do banco que controla a BRASIL TELECOM. Isto pode parecer uma espécie de pedágio, uma forma de cobrar “um por fora”. A falta de transparência quanto ao fato de a ALCATEL não ser apenas fornecedora, mas acionista indireta da BRASIL TELECOM levanta suspeitas que o investimento era um rebate pago ao Opportunity para que pudesse fornecer equipamentos e serviços às companhias. Aí eu pergunto: Quem são os cotistas do Fundo Opportunity? Existem investidores estrangeiros no Fundo? Há investidores brasileiros? Essa é a primeira indagação a partir das colocações que foram feitas. Por que existia esse código 368 nas contas? Por que sua irmã controlava essas contas? Houve distribuição de cotas do Fundo Opportunity a pessoas que ajudaram o Opportunity no processo de privatização? Quem é que negociou com a ALCATEL o investimento nesse fundo? Depois. Quais são os outros investidores do Fundo Opportunity que fornecem equipamentos e serviços para a BRASIL TELECOM? O senhor é um banqueiro experiente, de nível internacional. Como permitiu que ocorresse esta falha tão grave na gestão do fundo, levando investidores brasileiros para um fundo que só poderia ter investidores estrangeiros? O senhor induziu estes investidores a erro, sem comunicar a eles a regra do fundo? Com a venda das ações do Fundo Opportunity, como é que será distribuído o dinheiro para os investidores? Como é que eles vão receber os recursos? Eles vão receber a vantagem pelo preço mais alto negociado com a ITÁLIA TELECOM? Essas questões que eu gostaria que V.Sa. respondesse. Depois farei outras indagações.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Deputado, no Fundo Opportunity, nós temos no regulamento do Fundo, que residentes no Brasil não podem comprar cotas do fundo. E a CVM chegou à conclusão de que não tinha residentes no Brasil aplicando recursos no nosso fundo. O senhor falou que não há brasileiros no fundo. Não há uma restrição a brasileiros, há uma restrição a residentes. Isso é diferente. Não há nenhuma restrição a que um brasileiro residente no exterior possa ter aplicação no Fundo Opportunity. O que existe de restrição do Fundo Opportunity é que residentes no Brasil tenham cotas do Opportunity. O Opportunity é um fundo nas Ilhas Cayman e ele está sujeito às precauções do FINANCIAL ACTION TASK FORCE, que

é um organismo internacional que controla recursos internacionais. Os países membros desse FINANCIAL ACTION TASK FORCE, que é o FATF... Um aplicador financeiro não precisa fazer a checagem do recurso se ele vier de um desses países membros, porque se pressupõe que essa checagem já foi feita. O Opportunity só aceita depósitos de países membros desta organização. São os países de primeiro mundo e os outros que têm procedimentos internacionais que aceitos pelos países de primeiro mundo como adequados do ponto de vista de checagem de origem. Então, o nosso fundo só recebe recursos oriundos desses países. Quer dizer, não há nenhuma possibilidade de ter recursos que não foram checados. O Opportunity Fund nunca distribuiu fundos no Brasil, nunca vendeu fundos no Brasil. Existe, no prospecto do fundo, a exigência de que eles garantam, os investidores garantam que não são residentes no Brasil, e essa é a norma que a CVM exige, e o Opportunity cumpre, assim como todos os outros fundos internacionais que investem no Brasil cumprem os mesmos procedimentos. Não há nenhuma diferença. Não há, nem houve nenhum pagamento em cotas a membros do Governo passado por ter nos ajudado em programas de privatização e, especialmente, porque não fomos ajudados em programa de privatização e especialmente porque não fomos ajudados em programa de privatização algum e nunca pagamos a ninguém em cotas do fundo. Aliás, este fundo não possibilita que seja feito qualquer pagamento em cota do fundo. Porque a estrutura do fundo é tal que ele só recebe aplicação e devolve o resultado da aplicação para o mesmo cotista. Assim sendo, se alguém quiser aplicar um dinheiro nesse fundo, ele aplica, ele recebe cotas do fundo. Quando ele quiser o dinheiro dele de volta acrescido da rentabilidade, ele pede o resgate, recebe o dinheiro. Mas se ele mandar uma instrução “Por favor, pague o meu resgate para terceiros”, nós não fazemos. Quer dizer, a estrutura do banco que controla o fundo não está autorizada a remeter o dinheiro para um outro destino. Assim sendo, não há a menor possibilidade de que haja algo próximo de lavagem de dinheiro ocorrendo aqui. Num banco, até é possível, porque o senhor pode depositar um dinheiro no banco e pedir ao seu banco para que pague o seu depósito para outro. No nosso caso, ele não paga, ele só devolve o depósito para quem originalmente fez.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Adicionalmente, o caso da ALCATEL, que era fornecedora e que passou a ser acionista indireta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós não podemos, pela legislação de Cayman, nós não podemos comentar quem são cotistas do fundo, e, no caso, nós nem sabemos. São os bancos internacionais que distri-

buem o fundo. Se nós tivermos tomado conhecimento, existe uma proteção de sigilo bancário, como existe no Brasil. Teria que haver algum tipo de procedimento que permitisse essa revelação. Essa revelação não pode ser feita de forma espontânea.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Está ok. Sr. Presidente, eu vou apresentar requerimento convocando o Presidente da ALCATEL no Brasil para informar sobre os contratos com a BRASIL TELECOM e os investimentos no Fundo Opportunity. Também vou solicitar à autoridade monetária das Ilhas Cayman que encaminhe a relação dos cotistas no Fundo Opportunity. E vou solicitar o envio à CPMI do banco de dados enviado pela Promotoria de Nova Iorque, contendo registro eletrônico de 534 mil operações financeiras realizadas, onde constam diversas operações de remessa para o Fundo Opportunity. O banco de dados encontra-se nos arquivos da CPMI do BANESTADO e eu vou solicitar essa informação. Mas eu queria agora aproveitar e perguntar ao senhor ainda algumas questões. Primeiro: Quando e como o Opportunity adquiriu as ações diretas da BRASIL TELECOM Participações? O Opportunity comunicou à Comissão de Valores Mobiliários a aquisição dessas ações, e um volume tão grande? Através de que meios ou através de que empresas o Opportunity adquiriu as ações diretas da BRASIL TELECOM Participações? Qual foi o valor de aquisição dessas ações? Parte dessas ações foram adquiridas com recursos que estão fora do País? Ainda: Parte dessas ações foi adquirida por um fundo ou uma empresa localizada no Uruguai? Por que foi utilizada uma empresa ou fundos do Uruguai para adquirir ações da BRASIL TELECOM Participações? Na relação de maiores acionistas da BRASIL TELECOM Participações, aparece o ABN AMRO, Montevideu, como um dos maiores acionistas. De quem é o dinheiro desse fundo do Uruguai? Como o dinheiro chegou ao Uruguai? Esse dinheiro é do Opportunity ou é de outros investidores?--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Deputado, expirou o prazo de V.Exa.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): --E Por que a TELECOM ITÁLIA pagou setenta e três por ações que poderiam ser adquiridas na Bolsa de Valores por vinte e um reais? Eu queria que isso fosse respondido.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A transação que foi feita com a TELECOM ITÁLIA, ela está sendo objeto de um procedimento judicial. Então, por conta disso, eu vou declinar de dar qualquer informação a esse respeito. Isso é objeto de procedimento judicial e foi justamente para me proteger de perguntas que pudessem, no fundo, servir a isso, que eu pedi a pro-

teção do *habeas corpus*. Então, eu vou declinar de responder qualquer coisa com relação à negociação com a TELECOM ITÁLIA.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): E as outras perguntas podem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. As outras perguntas eu não tenho as informações. Mas a TELECOM ITÁLIA adquiriu essas ações da BRASIL TELECOM, que eram da nossa propriedade, da propriedade do Fundo, que tinham o direito de venda conjunta. Então, essas ações gozavam de privilégios adicionais que as ações de mercado não tinham. Então, foi por isso que essa transação aconteceu. O Opportunity Fund investe por parte de várias outras empresas, e este assunto específico é parte do processo. E, por ser parte do processo...

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): Sr. Presidente, só para... Como o depoente não pode fornecer, eu estou também encaminhando um requerimento, solicitando informações ao Banco ABN sobre o Fundo no Uruguai e de transações com remessas de recursos ao exterior. E também estou convocando, solicitando a convocação, do Presidente da TELECOM ITÁLIA, no Brasil, Sr. Paolo Dal Pino, para explicar a razão de ter comprado por setenta e três, ações que poderiam ser compradas na Bolsa por vinte e um reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa. e a Comissão apreciará os requerimentos, depois de apresentados em reunião administrativa.

DEPUTADO LUIZ COUTO (PT-PB): E solicito a V.Exa. a minha reinscrição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Pois não. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Daniel Dantas. Dr. Daniel Dantas é um baiano. Nós temos relações, que não são muito próximas, mas são relações de baianos, inclusive já presidiu a Fundação Luís Eduardo Magalhães, quando nós governávamos a Bahia. Mantenho com ele relações sociais. Conheço, de muito tempo, o seu cunhado Carlos Rodenburgo, talvez prive um pouco mais da amizade de Carlos Rodenburgo. Eu queria, inicialmente, só a título de introdução, é que a imprensa tem noticiado muitas vezes que o Sr. Daniel Dantas tem uma Bancada que o defende aqui no Congresso Nacional. Então era bom que ficasse bastante claro de que isso não procede, de forma nenhuma. Não tenho nenhum relacionamento, o Sr. Daniel Dantas nunca me procurou para qualquer solicitação de qualquer tipo de defesa ou interferência em qualquer ação parlamentar. Se houvesse, nós iríamos ser bas-

tante claros aqui. Então, não há! É um empresário de sucesso. E hoje eu acho que ele é até mais do que um empresário, passa a ser um mito, a nível nacional, diante dos seus negócios e há controvérsia sobre muitos desses negócios. E quero lhe dizer que o senhor veio aqui hoje com uma expectativa muito grande. Aqui está o Relator Osmar Serraglio, que declarou na imprensa, que tinha muita expectativa na sua vinda aqui. Porque, Sr. Daniel, nós estamos aqui procurando a origem dos recursos que possibilitou a todo esse imbróglio que estamos vivendo, ou seja, o Governo do PT financiar partidos políticos, financiar Deputados, seja do PT, da base aliada, algo bastante grave. Inclusive, pagar suas contas. E o outro baiano, baiano também de sucesso, Duda Mendonça, chegou, então, a declinar aqui, de uma forma franca, que tinha sido pago com recursos de caixa 2 e uma parte no exterior. Infelizmente, me parece que V.Sa. nos frustra um pouco nesta tarde, porque não nos diz novidade absolutamente nenhuma, apesar de reconhecer as evidências que elas existem, mas que elas não levam à verdade. Então, eu já tenho aqui em mão várias notícias que estão na Internet e que sempre são negativas. Daniel Dantas sobre Dirceu: “Nunca me pediu nenhum recurso”. “Dantas nega que Marcos Valério tenha sido intermediário do Opportunity”. “Dantas nega que a BRASIL TELECOM tenha pago viagem para o filho de Lula”. “Dantas nega elo com o ‘Mensalão’”. Então, é uma seqüência de negativas e que não vêm efetivamente esclarecer muito para nós. V.Sa. disse que Delúbio Soares não era do seu conhecimento, não tinha relacionamento com Delúbio. Mas eu lhe pergunto: Alguém do seu grupo mantinha relacionamento com o Sr. Delúbio Soares?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Carlos Rodenburgo, que o senhor conhece, teve uma reunião com o Sr. Delúbio Soares, onde basicamente foi explicar que nós não tínhamos nada contra o PT, em função de uma percepção negativa que ficou na época da campanha, foi pedido recursos com um *kit* que o PT tinha. Isso foi entregue pelo Sr. Ivan Guimarães. E ele, por não conhecer a pessoa, não saber o que é que era, devolveu essa caixa e depois ficaram pairando vários rumores de que a razão de todas essas dificuldades que nós estávamos enfrentando teria sido por esse ato e ele foi até o Delúbio, dizendo que não tinha contra o Partido, explicando mais ou menos qual era a natureza da nossa atividade. E essa reunião foi na presença do Sr. Marcos Valério.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Quer dizer, V.Sa. não contribuiu para a campanha do PT ou de políticos do PT em 2002?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não contribuímos para a campanha do PT em 2002.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Nem para membros do PT?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nem para membros do PT.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Pelas suas colocações V.Sa. foi durante todo esse tempo, de certa forma, no Governo do PT, perseguido. O Governo trabalhou e aí foi inclusive confessado pelo Ministro Gushiken que não era recomendável sequer aceitar doações do senhor. E o Ministro Gushiken mostrou aqui para nós o seu interesse de que os Fundos de Pensão não aplicassem através do Opportunity e procurasse sair das aplicações em conjunto com a Opportunity.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Isso não foi uma forma de achacá-lo, de colocá-lo contra a parede para que pudesse fornecer recursos para o PT?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, não foi. Quer dizer, perguntar se é coerente, até é coerente, mas não foi. O que ocorre... Quer dizer, se quiser alguma ajuda de esclarecimento, é o seguinte: se esses controles forem transferidos para outras empresas, teria beneficiados nesse caso. O que até de uma certa forma me surpreende um pouco é a disposição de tentar procurar na parte prejudicada, que é notoriamente dita, havida e conhecida por ter sido discriminada por este Governo, a fonte dos recursos que poderia estar lhe sustentando. Isso é que não faz muito sentido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Mas era como que criando uma dificuldade para que fosse possível, ou achar que ia aparecer aí a facilidade da contribuição.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim, mas aí nesse caso então se eu achasse que tivesse sido sucesso, depois dele, teria que ter tido a terra prometida, que também não teve.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): E aí cessou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não teve. Simplesmente não houve.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Nem antes, nem depois?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nem antes, nem depois. Há uma, vamos dizer assim, há uma consistência e coerência grande de termos sido, na verdade, vamos dizer, de uma certa forma, atrapalhados ali por membros do Governo naquilo que foi possível.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito bem. Aqui, ainda hoje, há declaração do Presidente do FUNCEF, Guilherme Lacerda, e também do Presidente da PETROS, Wagner Pinheiro, dizendo que a gestão de Dantas à frente da BRASIL TELECOM, da TELEMIG e da AMAZÔNIA CELULAR é que tem provocado preju-

ízos ao fundo. Inclusive, diz que não é verdade que os fundos recebem grandes dividendos, não é verdade que ele foi um excelente gestor. Foi para ele, para os investidores do fundo, não. Inclusive, segundo ele, o investimento inicial da PETROS e dos controladores das empresas sofreram depreciação de quase 50%. A PETROS investiu, em 1997, na TELEMIG, BRASIL TELECOM e AMAZÔNIA CELULAR o valor corrigido pela inflação de noventa milhões. Esses investimentos estariam hoje valorados em quarenta e sete milhões.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós fizemos uma oferta para eles em valor muito superior a isso para vender essas participações e eles nunca concordaram. Não é verdade que esses investimentos valham menos do que o seu valor original. Essa informação não é verdadeira. E em todas as oportunidades em que nós fizemos oferta para que eles vendessem essas participações, eles nunca nem consideraram as ofertas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): E estão em quanto esses investimentos hoje?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho o valor aqui. [inaudível]. Não. É o valor dos investimentos. O valor do investimento é o seguinte. Essas ações não são cotadas, essas ações são negociadas, então não tem um valor como um valor de bolsa, mas se compararmos, por exemplo, com o preço em que a PREVI achou razoável, por exemplo, oferecer como a garantia de preço mínimo ao CITI, a participação da BRASIL TELECOM teria dado um lucro bem expressivo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Seria que valor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu posso dar dados assim, por exemplo, você só sabe o valor do investimento quando vende, até lá é uma conjectura. Eu posso dizer o seguinte, a BRASIL TELECOM, por exemplo, a receita líquida cresceu 23% ao ano. Os lucros antes de impostos e juros cresceram 18% ao ano. Então, elas de fato, todas as empresas, comparando com os concorrentes, elas tiveram desempenhos bastante aceitáveis, bastante bons. No caso da BRASIL TELECOM, poderíamos ter tido melhor, mas o conflito societário causa muitos custos à companhia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito bem, mas V.Sa. fica sabendo que não é assim que pensam os dirigentes dos fundos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não sei se é assim que pensam, eu sei que não é isso que dizem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): É o que dizem.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É, mas como são adversários, é difícil você esperar a justiça ou o que seja, ou que o comentário do adversário seja justo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito bem, eu queria apenas a sua confirmação com relação a esse tipo de ação prejudicial aos seus negócios, que nasceu dentro do Governo, por inspiração, me parece aqui, até do Ministro Gushiken. O Sr. Pizzolato aqui nos falou inclusive que havia interesse político nas decisões dele lá na PREVI e que o Sr. Sérgio Rosa teria dito a ele que tinha coisa de campanha no meio, que a pressão estava sendo muito grande. Aí eu perguntaria a V.Sa. Tomou conhecimento dessas ações do Sr. Luiz Gushiken? Ainda lhe dou mais um dado, a imprensa noticia que cartas que V.Sa. fez sinalizaram que o Ministro Palocci participava de decisões do fundo e que também fazia parte dessa ação prejudicial à participação do Grupo Opportunity nas telefônicas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não me lembro de nenhuma carta que eu tenha falado que o Ministro Palocci tenha participado. Eu acho que o único fato em relação à participação do Palocci, que talvez tivesse em alguma correspondência, é o fato de o Citibank ter dito que teve uma reunião com o Ministro Palocci em dezembro de 2004, em dezembro de 2003, em dezembro de 2004, numa sexta-feira, teria dito que teria tido uma reunião com ele. E em sequência a isso, veio articulando essa transação que fizeram com os Fundos de Pensão. Mas, eu não tenho nenhum conhecimento e não posso testemunhar que teria sido o Ministro Palocci que foi o articulador. O CITI me disse que o acordo foi feito com a aprovação de uma autoridade do Governo no maior nível, mas não me disse quem era.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Bom, a imprensa noticia que e-mails de Dantas para a Ex-vice-presidente do CVC, Mary Lynn Putney, revelaram ingerência do Planalto sobre as três grandes fundações estatais de previdência PREVI, PETROS e FUNCEF. Tanto que isso originou uma carta, da Mary Lynn para o Governo, dizendo que estava preocupada com essa interferência e que poderia prejudicar os acionistas que estavam investindo no País. Isso em 27 de fevereiro de 2003.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É verdade. Ela remeteu uma carta ao Ministro Palocci prestando esses esclarecimentos, de que esses fundos funcionam desse jeito. E nessa carta, ela mostra que o CITI tinha concordado em fazer um investimento, baseado no fato de que teria um gestor profissional que faria a gestão desse fundo e que não era uma gestão compartilhada com diversos fundos, mostrando que eles tinham investimento em quase todos os países do mundo, detinham participações em mais de trezentas empresas e as práticas que nós estávamos adotando eram as práticas internacionalmente adotadas.

Escolheu mandar para o Presidente... Para o Ministro Palocci, não por achar que o Ministro Palocci tivesse qualquer ingerência indireta, mas por ele ser o Ministro da Fazenda, acreditou ser o caminho mais curto para conseguir explicar esse assunto numa pressuposição de que poderia ter maior familiaridade com--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): E qual foi a conseqüência disso? Qual ação o Ministro Palocci tomou?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não teve nenhuma conseqüência, não teve nenhuma ação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Houve para desqualificar a carta da Mary Lynn?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Houve, na verdade o seguinte, houve uma pressão, houve um ruído dentro do Citibank. O Citibank ficou muito incomodado dela ter mandado essa carta, que ela costumeiramente mandava, e não desqualificou a carta. Disse ao Ministro que ela tinha mandado esta carta sem cumprir os procedimentos internos, mas ela tinha autonomia para mandar sem cumprir os procedimentos internos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Nós não podemos deduzir que isso tenha sido uma queixa do Governo brasileiro ao CITI?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Isso foi uma queixa do Governo brasileiro ao CITI. Não precisamos deduzir, isso foi uma queixa. Eu só não posso dizer que foi uma queixa do Ministro Palocci.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Mas, quem do Governo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Se a carta foi para o Ministro Palocci...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O que me foi reportado no dia que eu tive a reunião com o Presidente do CITI, é que quem tinha ficado incomodado com essa carta tinha sido o Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil. Agora, se o Ministro Palocci comunicou ou passou essa carta, como é que foi esse caminho ou se o Ministro Palocci que se comunicou diretamente com o Citibank, eu não sei, eu não tenho como testemunhar sobre isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Para mim, fica evidente que ele se queixou. Mas só a última pergunta, Sr. Presidente. V.Sa. falou aqui que houve uma participação de técnicos inclusive do seu grupo na SECOM, na qual o Ministro Gushiken procurou articular uma estratégia para a compra da EMBRATEL. Isso não deu certo. Essa compra da EMBRATEL terminou não acontecendo. Por que essa mudança? O que aconteceu efetivamente para que terminasse isso na mão da TELMEX?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Uns quinze ou vinte dias antes, talvez um mês antes da... Essa era uma transação bem complexa, vai demorar muito tempo para explicar ela porque, na verdade, era o seguinte. A MCI, que era a WORLDCOM, estava vendendo as ações da EMBRATEL. E o consórcio formado pelas três empresas de telefonia fixa pretendia ser compradora e a empresa TELMEX também. E a empresa TELMEX fez uma oferta menor do que a oferta das três companhias de telefonia fixa. A TELMEX tinha oferecido trezentos e cinquenta milhões de dólares, enquanto as três companhias de telefonia fixa tinham feito uma oferta de quinhentos, o que logicamente daria a compra para as três companhias de telefonia fixa. Só que os funcionários da EMBRATEL tinham relações com a TELMEX e informaram para o vendedor que a transação que seria feita pelas três companhias de telefonia fixa não teria aprovação da ANATEL. E o vendedor, então, optou por escolher o preço mais baixo. Isso foi entrado na Justiça americana e o juiz da Corte de Falência teria que decidir se a recomendação da administração do WORLDCOM estava correta ou se porventura poderia estar havendo algum tipo de favorecimento. E aí foi uma... De novo a mesma história. Uma guerra de notícias no jornal e as três companhias de telefonia fixa precisavam de algum tipo de sinalização da ANATEL de que não havia nenhuma particularidade *a priori* que impedisse essa transação e acabava não conseguindo obter essa sinalização da ANATEL. E acabou ocorrendo também que uns quinze dias antes de o Juiz de Nova Iorque ter que julgar isso, tinha havido uma busca e apreensão na sede da TELEFÔNICA e alguns dados da TELEFÔNICA foram publicados nos jornais do domingo, na véspera do dia da decisão do Juiz e essas publicações foram levadas--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Houve interferência do Governo para essa decisão final?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É, vamos dizer, o meu sentimento é que houve interferência do Governo a favor da TELMEX. É um sentimento. Eu não tenho como fazer isso aqui como testemunha. Estou dizendo aqui o que é que eu acho, mas eu não tenho como testemunhar nada a esse respeito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Agradeço, Sr. Presidente. Lamentavelmente, vamos ter de trabalhar de forma muito mais árdua para chegarmos à origem desses recursos que financiaram todo esse esquema, que é a nossa obrigação aqui. Agradeço a atenção do Sr. Daniel Dantas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): É um desafio de todas as Comissões apurar a verdade e tenha a certeza de que vamos fazer tudo para que isso seja atingido. Conce-

do a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira, pelo prazo de 15 minutos... 18h16, 18h31 encerra. No relatório de trás.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Daniel Dantas. Eu não gostaria de perder esta oportunidade de dirigir-me ao senhor, porque eu acho que o senhor é o personagem mais importante de todo o processo de privatização ocorrido no País durante o Governo FHC. Chamam a minha atenção algumas coisas. Quero logo, antecipadamente, dizer ao senhor que talvez não se possa provar... As perguntas aqui não possibilitaram nenhum tipo de comprovação, mas eu acho que três “maracutaias”, desculpe-me a expressão chula, mas ela expressa o que eu quero dizer, estão relacionadas com a ação do senhor. Acordos de acionistas, relacionamento com os Fundos de Pensão das estatais e relacionamento com as empresas do Sr. Marcos Valério. E como interessa a mim saber se houve “Mensalão” e quem financiou, eu acho extremamente importante buscar um pouco essa relação com aquilo que se chama de “Valerioduto”. Em primeiro lugar, eu queria dizer ao senhor que eu acompanhei, sou funcionário de carreira do CNPq e, na época, era Superintendente de bolsas no exterior e eu acompanhei jovens economistas brasileiros que iam para os Estados Unidos freqüentar programa de doutorado. Eram muitos. O senhor, não sei se foi bolsista do CNPq, mas Pêrsio Arida, André Lara Resende, todos eles foram bolsistas, e eu me lembro de que todos me ligavam no final do mês “Cadê minha bolsa? Cadê meus quinhentos dólares”? Porque eles viviam no limite da sobrevivência no exterior. Vieram para o Brasil, passaram pelo “Plano Cruzado” e quase todos, sem exceção, viraram grandes banqueiros de bancos de investimento e banqueiros até de bancos públicos, como no caso do BNDES. Eu fico me perguntando, e curioso, como é que uma pessoa tão jovem como o senhor, brilhante, pós-doutor, se eu não estou enganado, no MIT, mas que não tinha praticamente nada, consegue mobilizar Fundos de Pensão, empresas internacionais, como a ITÁLIA TELECOM, a TELECOM DA ITÁLIA, e consegue montar o mais ambicioso fundo de investimentos existente neste País. O senhor era um jovem economista brilhante. Eu ouvi, uma vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães dizer que V.Sa. era um dos mais brilhantes economistas brasileiros. Mas, o senhor não era banqueiro, não era filho de banqueiro, não era industrial. Como é que consegue montar essa ambiciosa operação de um bilhão de dólares, envolvendo Fundos de Pensão e empresas estrangeiras? Eu estou curioso, até porque essa operação, que ambiciona comprar as “Teles” envolve empresas globais, envolve CITI, envolve uma série de empresas

importantes. Eu gostaria, portanto, de saber do senhor como é que esses jovens economistas, formados nos Estados Unidos, chegam no Brasil e, em menos de dez anos, viram banqueiros. Não estou acusando aqui ninguém, ninguém, quero dizer previamente, de nenhuma atitude ilícita. Posso, no máximo, achar que conhecendo bem o mercado via Banco Central etc, tendo informações privilegiadas, os senhores acabaram tendo um sucesso estrondoso, diferentemente de outras pessoas. Então eu lhe pergunto: Como é que o senhor conseguiu montar este plano tão ambicioso, levantar um bilhão de dólares e participar decisivamente do processo de privatização das “Teles”? Essa é a primeira pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Minha trajetória foi um pouco diferente do Pêrsio e do André. Eu já era empresário, quer dizer, eu venho de empresário para Economista e não de Economista para empresário. Eu já era empresário antes de ter ido fazer doutorado, de ter estudado. Eu quis estudar porque achava que iria aprender mais, queria saber e tal. Mas eu já era, originalmente, empresário. Nesse processo de privatização, essa explicação, quer dizer, não digo que é simples, mas a gente pode se fazer compreender. Nós, na época, quando eu montei o Opportunity, nós tínhamos o fundo mais rentável do mundo. O Opportunity tinha ganho quase todos os prêmios de ter sido assim um fundo extraordinariamente rentável. Eu já tinha passado por várias, muitas experiências na área de investimentos. Eu fui Diretor do BRADESCO, eu fundei o Banco ICATU, nós tínhamos uma empresa de participações, já tinha passado por muitos negócios. O CITI veio nos convidar para montar um fundo para investir no Brasil. Basicamente o CITI investiria setecentos milhões de dólares e daria um crédito adicional de mais algum montante. Então, nós já tínhamos um cacife de um bilhão de dólares para começar, de recursos que o Citibank queria investir no Brasil. Conseguimos captar alguma coisa dos Fundos de Pensão. Há essa sensação de que nós passamos a administrar a maioria dos recursos dos Fundos de Pensão. Apenas 0,65% dos recursos da PREVI foram administrados por nós. Nós éramos pequenos em relação a eles. O que aconteceu-

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Sr. Daniel. Desculpe-me. Eu não fiz essa pergunta ao senhor, embora me satisfaça, até intelectualmente, ouvi-lo discorrer brilhantemente da forma como o senhor está discorrendo. Eu lhe faço outra pergunta: Como é que um jovem economista, que não era banqueiro, não era filho de industrial, consegue apenas com título de doutor em economia, pós-doutor, claro, de uma das melhores universidades de economia dos Estados

Unidos, como é que consegue montar um negócio ambicioso e levantar um bilhão de dólares envolvendo Fundo de Pensão de um lado, envolvendo empresas multinacionais como o CITI e como ITÁLIA TELECOM. Esta é a minha pergunta. E cito, até para não dizer que é uma coisa contra o senhor, que outros jovens economistas que passaram pelo CNPq, quando eu era lá funcionário, que acabaram seu doutorado no exterior, quase todos viraram banqueiros aqui no Brasil. Então, eu quero saber é exatamente este ponto. Como é que o senhor conseguiu esse milagre, apenas como jovem economista, de montar um negócio tão ambicioso de um bilhão de dólares.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, no caso do aporte inicial de capital que veio do Citibank, eu, na verdade, não consegui, eles me convidaram. Eles vieram a mim e disseram o seguinte: Nós temos o interesse de fazer um fundo. Eles tinham, na verdade, títulos da dívida brasileira, que eram na época chamados *Brady Bonds*, que eram títulos reestruturados da dívida e tinham uma linha que permitia eles a converterem esses títulos em investimento. Um dia eu fui abordado por uma pessoa do CITI e que nos perguntou se nós tínhamos o interesse de montar essa estrutura apoiada por eles. Eu disse que não tinha pensado sobre o assunto, conversei na época com as pessoas que trabalhavam comigo. Fui até Nova Iorque. E eles conversaram com outros cinco bancos. Acharam que talvez eu tivesse tido já muitas experiências em participações societárias e resolveram montar esse empreendimento conjunto que, na verdade, nos interessava porque também podíamos ganhar algum conhecimento pela proficiência que esta área do Citibank, que hoje em dia está sendo diminuída, tinha na parte de investimentos. Eles tinham talvez um dos mais importantes investimentos em participações privadas naquela época. Hoje em dia não é prioridade do banco fazer isso. Então, basicamente, eu fui convidado.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Certo. Existiam outros economistas no Brasil com a mesma qualificação, com experiência de mercado etc. Então, era um negócio sólido, os investidores eram sólidos, o negócio levantou um bilhão de dólares. Mas, por que é que na disputa com uma construtora foi necessário a interferência do Presidente da República? Há um diálogo, revelado pela Carta Capital, que acabou aqui na Comissão de Economia do Senado, entre o Presidente Fernando Henrique, André Lara Rezende e o Mendonça de Barros, em que o Presidente era chamado de bomba atômica. E há uma frase que se diz: “Dá. Os italianos têm de entrar, nós temos de ajudar o Opportunity” etc. O que quero entender é como é que uma estrutura financeira tão sólida, disputando

com um consórcio feito só para entrar na privatização, comandado pela ANDRADE GUTIERREZ, por que é que essa estrutura precisa da interferência direta do Presidente da República, do Presidente do BNDES que, depois de demitidos, passaram a trabalhar no vigésimo andar do escritório que o Opportunity mantém no Rio de Janeiro. [soa a campainha]. Então, eu quero entender um pouco isso. Eu quero entender um pouco isso. Por que é que era tão sólida a estrutura do grupo que o senhor montou contra, repito, um grupo constituído e liderado por uma construtora e necessitou, para fechar o negócio, da interferência do Presidente da República, como está descrito na Carta Capital, na ISTO É e em várias revistas de circulação nacional daquela época?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, deixa eu explicar isso. Nós tínhamos montado esse consórcio para participar da privatização... Nós estávamos trabalhando na privatização do sistema TELEBRÁS há muito tempo. Mesmo quando o Governo achava que não ia privatizar, nós tínhamos a visão de que ia, que o Governo brasileiro não ia resistir à tendência internacional de seguir o que os outros países estavam fazendo. Não por qualquer outra questão, mas essa... Era um instinto empresarial e nós estávamos trabalhando nisso há muito tempo. Montamos essa estrutura, estava todo o consórcio pronto, acordo de investimentos, tudo, quando, um dia, uns quinze ou vinte dias antes da privatização, entra no nosso escritório o Sr. Carlos Jereissati. E ele disse que ele queria participar do consórcio, que ele tinha que participar do nosso grupo. Eu não estava na época, naquele momento, no escritório--

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Era a LA FONTE?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --A LA FONTE. Eu não estava naquele momento. Estava a Elena Landau, discutindo com uma série de pessoas a formação dos acordos de investimentos e o Carlos Jereissati entrou e disse que ele falava em nome do Governo Federal e que ele ia entrar no consórcio de qualquer forma. A Helena se aborreceu, pega o telefone e bota o Tasso Jereissati na linha e pergunta se, de fato, ele falava em nome do Governo Federal. O Tasso disse que não, aquilo deu uma confusão enorme. Acabou criando uma briga e a LA FONTE criou um segundo consórcio, a vinte dias da privatização, enquanto o nosso consórcio já estava com todos os contratos assinados com os Fundos de Pensão, e disseram que iam participar do leilão da TELEMAR e queriam, na verdade, levar esses recursos para apoiá-los.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Então, todos os dois consórcios foram formados basicamente perto do leilão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não. Esse consórcio nosso já estava há muito tempo.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Sim. Mas os Fundos de Pensão só entraram no consórcio de vocês porque houve uma pressão do Sr. Ricardo Sérgio, do Sr. Pérsio Arida, do Sr. André Lara Resende, chamando até o Presidente de “Bomba atômica”.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Era diferente. Os fundos já estavam no consórcio. Os fundos, próximo de um leilão, os fundos resolveram não cumprir os acordos, e as informações que nós detínhamos era que eles iriam abandonar os contratos e participar do outro consórcio. E já estávamos com a estrutura toda contratada. Já existia uma estrutura contratada, já tinha recursos comprometidos, tinha tudo. E até surge um fato que ajuda a esclarecer talvez essa situação, porque até a véspera do leilão, nós não tínhamos certeza se os fundos iam cumprir o contrato. Houve, obviamente, várias reclamações de que estavam havendo interferências políticas para remover os fundos daquilo que eles já tinham contratado. Na véspera da privatização, eu fiquei com medo de que, se houvesse a participação na privatização, que os Fundos de Pensão pudessem acabar não pagando a privatização. Quer dizer, nós compraríamos o ativo e, no dia seguinte, eles poderiam ficar inadimplentes.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Deixa eu prosseguir, para não gastar meu tempo. Eu queria entender uma outra coisa. Acordos de acionistas praticamente retiraram os Fundos de Pensão da administração daquilo que eles tinham contribuído com uma quantia que pode ser pequena, mas era uma quantia importante. Eu posso imaginar que os Fundos de Pensão não se prepararam para entrar porque não foram compelidos pelo Governo a participar. Mas, na verdade, o acordo de acionistas, e é uma das acusações que fazem ao senhor, praticamente tirou os fundos da administração do negócio que eles tinham comprado. E aí surgem gastos exorbitantes com avião, gastos exorbitantes com advogado e outras coisas mais que a imprensa tem divulgado etc, o que pode nos levar a concluir que, como os fundos não controlam o dinheiro que colocaram ali, esse dinheiro pode ter várias utilidades e, até que se faça uma auditoria, algum acionista consiga uma auditoria, parece que várias ações judiciais são feitas contra o Opportunity nesse sentido, a gente não vai conhecer nem saber o tamanho provável, se é que tem, de recursos aplicados fora dos objetivos ou, dentro dos objetivos, mas fora do controle dos fundos. Mas eu quero lhe fazer uma última pergunta. Tem informações no mercado que havia um relacionamento do Opportunity com a SMP&B e a DNA, mesmo antes do Sr. Marcos Valério. O senhor confirma isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o Opportunity nunca teve relacionamento com a SMP&B e com a DNA. [soa a campainha].

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Nenhum relacionamento que passasse pelo Sr. Clésio de Andrade e pelo ex-Ministro Pimenta da Veiga? Nada disso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nenhum relacionamento.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Nenhum relacionamento.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nenhum relacionamento. A TELEMIG já era cliente da SMP&B e da DNA, mas nós não tínhamos nenhum relacionamento com essas companhias.

DEPUTADO GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Antes de chamar o próximo orador, eu vou ceder... Vamos suspender por cinco minutos, para que o depoente atenda a demandas de foro íntimo.

>> [inaudível].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Declaro reabertos os trabalhos da presente reunião e concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Carlos Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): São 18h45.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Não. É porque eu olho--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Agora... Sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu não posso virar para trás.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Ah, têm dois horários distintos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Mas pode olhar lá aquele, 18h45.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Está bem. É que eu não trouxe o espelho retrovisor e não consigo ver o de trás. Mas, meu caro Presidente, Sr. Relator, que está presente, Sras. e Srs. Parlamentares, Depoente Sr. Daniel Dantas, e seus Assessores que estão aqui, é visível desde o início da sessão o nervosismo de alguns setores de oposição e de interesse quando se trata de alguns assuntos que falam, por exemplo, de tráfico de influência ou de interferência de autoridades governamentais na participação de

conformação de consórcio de privatização ou mesmo na gestão de negócios. Felizmente o Sr. Daniel Valente Dantas pôde confirmar algumas experiências já testemunhadas outras vezes por notícias de imprensa, por degravação de fita de grampo telefônico do BNDES etc que demonstraram com cristalina evidência e muito recentemente, inclusive, na contestação que fazia às inquirições do Deputado Gastão Vieira, de grandes autoridades da República no Governo passado, a começar do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do Sr. Mendonça de Barros, do André Lara Resende, do Ricardo Sérgio, do Andrea Calabi, da Sra. Elena Landau, do Sr. Carlos Jereissati, do Ex-ministro Pimenta da Veiga. Expressamente, V.Sa. se referiu inclusive ao processo de privatização da CRT, da COMPANHIA RIOGRANDENSE de Telefone. Essa reação de setores da Oposição evidentemente se dá pelo fato de que, ao se destampar aquilo que é motivo na CPMI dos CORREIOS da investigação que trouxe V.Sa. e a representação que tem em diversas empresas comandadas pelo Grupo Opportunity a estarem, de certo modo, fazendo juízo sobre o presente com o olhar no espelho retrovisor das suas próprias participações. Inclusive reivindicando uma originalidade que lamentavelmente o PT não teve, por isso se esvaiu dentro de um esquema que já funcionava comprovadamente desde 1998 a serviço de outros interesses que envolviam empresas do Sr. Marcos Valério, o Banco Rural, contas de publicidade, contratos públicos e empresas privadas. A razão do vosso depoimento [soa a campainha] Sr. Daniel Dantas, se dá exatamente na investigação em torno de fontes de financiamento deste esquema, desse sistema de financiamento que desvia, a partir de recursos auferidos pelo sistema bancário, financiamento de campanhas eleitorais de caixa 2, aliás, já assumidas não apenas pelo Partido dos Trabalhadores, o único que se expôs, puniu dirigentes, abriu suas contas bancárias, está neste momento sob investigação, inclusive no nosso Governo, como o próprio Ex-presidente Fernando Henrique já assumiu o caixa 2, o atual Presidente do PSDB e ex-candidato ao Governo de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, já assumiu que havia esse esquema. Outros Parlamentares com mandato e sem mandato já assumiram que receberam recursos advindos daquelas contas a partir de contribuição de empresas privadas, que, não o fazendo diretamente, já faziam por esta via indireta. Portanto, o modelo reclamado aqui por Deputados de Oposição, às vezes falando inclusive em tons talvez para espantar pelo grito e pelo tom da voz, se esquecem que o modelo estava desenhado lá atrás e, provavelmente, a lambança feita lá atrás não teve oportunidade de vir à tona, de ser conhecida, de ser exposta à população

brasileira e a partir de então poder indicar os rumos de correção do ponto de vista legislativo, do ponto de vista tributário, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista judicial e criminalístico. Portanto, quero dizer aqui que as afirmações em torno de crime ou de criminalização por um partido político, o Partido dos Trabalhadores, ou de movimentos sociais ou mesmo a titularidade de quadrilha para atuais autoridades de Governo não se confirmam nem no depoimento que V.Sa. fez aqui neste momento. Entendo, portanto, algumas razões de nervosismo. O senhor mencionou, no processo de privatização da CRP, da COMPANHIA RIOGRANDENSE... À época da sua privatização, uma interferência direta do Ex-ministro Pimenta da Veiga na formação dos preços. O senhor confirma essa interferência?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Não confirmo interferência do Ministro Pimenta da Veiga na formação de preços. Eu confirmo que o Ministro Pimenta da Veiga colocava um senso de urgência e alguma pressão a que a transação fosse feita, a que a BRASIL TELECOM comprasse a CRT na mão da TELEFÔNICA. Em nenhum momento, o Ministro Pimenta da Veiga solicitou ou disse que esta compra tinha que ser feita por este preço. A TELEFÔNICA é que, se valendo do fato de saber que existia uma pressão para que a transação fosse concretizada, não flexibilizava a sua pretensão de preço.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Então, teria que comprar, a preço fosse qual fosse?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Era importante que fosse comprado.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Era importante que fosse comprado por este grupo, concretamente?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca entrou em considerações de preço.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não, mas tinha que ser este grupo, a BRASIL TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A BRASIL TELECOM era a única empresa que podia comprar. Não tinha mais nenhuma outra que pudesse comprar. As outras duas empresas que tinham autorização regulatória para comprar tinham um porte financeiro muito insuficiente. Então, na prática... Na prática, tinha um defeito. Essa transação ela não poderia ser alvo de uma negociação, ela tinha que ter sido alvo de um arbitramento. Alguém dizer "Olha, vai para alguém e o preço é tal".

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Arbitramento que não foi processado.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Na verdade, não houve um arbitramento. A telefônica tinha obrigação de vender, a BRASIL TELECOM era a única empresa

que tinha a possibilidade e a capacidade de comprar e dentro das regras naturais de mercado, a distorção acabaria sendo administrada a benefício da BRASIL TELECOM. E a distorção acabou sendo administrada a benefício da TELEFÔNICA de forma difícil de conseguir ser encaixada em qualquer consideração.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Portanto, havia um processo inclusive de interferência em torno do qual seria o resultado final. O senhor já teve como sócio o Ex-presidente do Banco Central?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tivemos como sócio o Ex-presidente do Banco Central Pêrsio Arida.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Que também foi Presidente da BNDES.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele também foi Presidente do BNDES.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor já teve como funcionária a Sra. Elena Landau?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Elena Landau foi Consultora nossa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Consultora presta serviço à empresa.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Presta serviços à empresa. Certamente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Todos esses exerceram cargos públicos de alta relevância.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Elena Landau foi Diretora do Banco Central também?

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Também foi Diretora do Banco Central.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Também foi.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E o senhor quer dizer que não tem relações com autoridades de alto relevo, inclusive do Governo passado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor... Me desculpe.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor quer nos afirmar que não tinha relações de interesse, de afinidade--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tinha nenhuma relação de interesse--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Um foi seu sócio, Presidente do Banco Central, Presidente do BNDES, a outra foi sua Consultora e também Diretora do BNDES.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Já ex-governantes. Ex. Ex.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Tudo bem. Desestatização do BNDES. É uma coincidência, pode ser uma mera coincidência.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O episódio de grampos do BNDES, amplamente divulgado

pela imprensa, provocou a queda de dois irmãos expostos do mercado financeiro, da família Mendonça de Barros. Também derrubou o Sr. André Lara Resende, do BNDES, do Diretor do Banco do Brasil, Sr. Ricardo Sérgio, além do Presidente e Diretor Financeiro da PREVI, que é o Sr. Jair Bilac João Bosco de Medeiros. Os diálogos já mencionados aqui fazem menção a coisas espantosas. Mas o mais grave foi o diálogo em que o Ex-presidente autoriza o Lara Resende a usar seu nome, o nome do Ex-presidente, para pressionar a PREVI a entrar no consórcio do Banco Opportunity. Dizem que constam mais de quarenta e seis fitas desse grampo que nós não conhecemos. Muitos funcionários públicos gostariam de saber se o Sr. Pêrsio Arida ainda continua sendo seu sócio.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O Sr. Pêrsio Arida não é mais meu sócio.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não é seu sócio. A Sra. Elena Landau continua a prestar serviços de consultoria?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Elena Landau não presta serviços a nós, neste momento.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Quando ela deixou de trabalhar para o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, a Helena mudou de atividade, ela deixou de fazer esse tipo de serviço. Não foi que deixou de trabalhar para nós.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor não se lembra quando?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não me lembro quando.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O motivo do afastamento foi só a cessação do contrato.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi só...

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): A cessação do contrato de consultoria.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, ela tinha o contrato... Ela deixou... Eu acho que ela parou de trabalhar nesta atividade. Ela representava... Ela não trabalhava só para nós, ela trabalhava para a AS(F), trabalhava para outros. E ela parou, não sei o que é a Helena faz hoje.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor se recusou aqui, guardado do direito de *habeas corpus* que o Supremo Tribunal Federal lhe ofereceu, lhe assegurou, a comentar a operação intermediada no Uruguai, mais recentemente, e que envolvia a TELECOM ITÁLIA. O senhor inclusive disse que não comentaria, evidentemente, em função de haver--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É porque é alvo de um procedimento judicial internacional.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): -- Exato. Agora, eu gostaria que o senhor, se pudesse,

me desse os seguintes esclarecimentos sobre um outro processo. Há negociações entre o Opportunity e a ITÁLIA TELECOM que envolvem venda de ações minoritárias do Opportunity. Há em processo essa negociação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desculpe.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Há alguma negociação entre o Opportunity e ITÁLIA TELECOM sobre venda de ações minoritárias do grupo Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Neste presente momento, não há nenhuma negociação--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Já houve?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Houve.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Já houve. Envolveu também nesta negociação algum acordo no qual o Opportunity teria recebido sessenta e cinco milhões de dólares?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Houve.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Houve. Quem recebeu foi o Opportunity, por indenização?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Quem recebeu foram várias empresas nossas que receberam um pacote, que fecharam um acordo com a TELECOM ITÁLIA por indenização a danos que nos foram causados no curso dessa disputa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Que eram inclusive questionados judicialmente?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Alguns sim, e outros em processo de ser.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Alguma dessas ações foi processada [inaudível].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Desculpe, foi no movimentar [inaudível].

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Ok. Alguma dessas ações judiciais foi promovida pela BRASIL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, a BRASIL TELECOM é outro assunto. A BRASIL TELECOM tinha outras ações... Que movia contra a TELECOM ITÁLIA.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E qual foi a solução dessas ações?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essas ações foram trocadas pelo acordo que a TELECOM ITÁLIA se comprometeu a fazer com a BRASIL TELECOM na telefonia móvel e passar a operação de longa distância que a TIM tem nacional, conferir esta operação para a BRASIL TELECOM.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso já está efetivado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Isso está suspenso por uma liminar...

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Está suspenso. Entretanto, os sessenta e cinco milhões das outras ações já foram incorporados por indenização ao Opportunity e outros grupos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É, mas a Justiça só suspendeu o contrato da BRASIL TELECOM, não suspendeu o nosso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pois é. O senhor não acha interessante que aquilo que era processado em nome do interesse da empresa BRASIL TELECOM, de todos os seus sócios, tivesse tido uma negociação em que o acordo que o senhor fez em favor do Opportunity e outros sócios precedeu a solução daquilo que era o processo original da BRASIL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, na verdade, não precedeu, sucedeu.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sucedeu? O outro está suspenso, o senhor acabou de afirmar!

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, porque os Fundos de Pensão entraram com uma ação suspendendo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Por que entraram com uma ação suspendendo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Porque acusam exatamente ter tido prejuízo.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Mas essa operação não é prejudicial. É altamente--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Essa operação dos 65 milhões que deveriam ser ressarcidas à BRASIL TELECOM?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, os sessenta e cinco... Não, esse não tem nada a ver com a operação da BRASIL TELECOM.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não tem nada a ver?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nada a ver com a da BRASIL TELECOM. A da operação da BRASIL TELECOM é muito boa para a BRASIL TELECOM.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Veja, a ação era movida pelas companhias, uma delas a BRASIL TELECOM. Nelas, a ITÁLIA TELECOM é a processada, é aquela sobre quem se reivindica indenização por prejuízos. O Opportunity negocia um acordo com a ITÁLIA TELECOM. Correto?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Correto.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Desse acordo, procede uma indenização da ordem de 65 milhões de reais. Correto?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Correto.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Essa indenização foi incorporada ao Opportunity e outros sócios, mas não à BRASIL TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O da BRASIL TELECOM foi uma outra negociação. A negociação da BRASIL TELECOM com a TELECOM ITÁLIA foi uma negociação separada da negociação do Opportunity com a TELECOM ITÁLIA. Foram duas negociações diferentes.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E por que foram duas negociações diferentes?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Porque eram duas empresas diferentes e nós preferimos fazer dessa forma, que a BRASIL TELECOM negociasse de forma independente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Quando o senhor diz “nós preferimos”, quem somos “nós”?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós Opportunity.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E o Opportunity preferiu que corressem duas ações diferentes, uma o Opportunity e seus sócios e a outra a BRASIL TELECOM.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Normalmente, o que acontece é o seguinte. Em todas as negociações maiores e mais importantes das empresas em que nós participamos, nós tendemos a participar dessa negociação ajudando a companhia. Como existiam dois interesses diferentes para serem defendidos, um dos clientes e cotistas do Opportunity e o outro da BRASIL TELECOM em si, nós achamos que era melhor que essas negociações se dessem de forma independente. Então, inclusive os interlocutores foram diferentes, a BRASIL TELECOM negociou com a TELECOM ITÁLIA Móvel, com o Sr. Marco Debenedetti e outras pessoas e nós negociamos diretamente--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Para que nós tenhamos clareza, inclusive de que não tenha procedência o fato da BRASIL TELECOM ter sido passada para trás nisso, eu vou pedir... Amanhã protocolarei na CPMI dos CORREIOS, porque não sou membro da outra CPMI, um requerimento pedindo ao Sr. Paulo Delfino, em nome da TELECOM ITÁLIA, para explicitar a esta CPMI o conteúdo dos acordos feitos entre essas empresas e este que está pendente com a BRASIL TELECOM. Para concluir, Sr. Presidente, apenas, eu tenho um minuto ainda, em função do desconto. [soa a campanha]. O senhor teve participação na formulação de algum programa de Governo, programa eleitoral, composição de programa para disputar eleições?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca tive participação em nenhum programa de Governo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor não foi indicado por nenhum grupo político para participar da composição do programa de Governo “Mãos à Obra”?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca fui indicado por nenhum político.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não participou da composição do programa de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não participei da composição de programa de Governo. [soa a campanha].

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Porque consta que o senhor teria sido indicado por parte da coligação, em nome do PFL, para compor exatamente o grupo de trabalho que falava em torno dos processos de privatização. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Agradeço a V.Exa.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Alguma resposta?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Só não é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): A próxima parlamentar inscrita é... Aliás, o próximo realmente está ausente, que é Odair Cunha. Então, chamo a Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Obrigada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, Sr. Depoente, eu queria começar aqui primeiro desmistificando aqui algumas questões que foram colocadas. Eu assisti quase todo o depoimento, apesar de não estar aqui na sala, mas assisti atentamente a quase todos, apenas alguns momentos porque, todos sabem, sou relatora do Projeto de Gestão de Floresta, que foi aprovado hoje na Comissão do Senado, e precisava estar presente. Mas quero desmistificar aqui duas questões. Uma, de que não se pode falar da questão das privatizações, porque elas não têm relação com essa CPI, e eu quero começar desmistificando isso. Não é verdade. Primeiro, a CPI da Compra de Votos é uma CPI para avaliar se tem compra de votos... A CPI também decidiu inclusive, os recursos, a origem dos recursos, se é ou não... Isso nós vamos ter que dizer para a sociedade, tanto em relação ao que ficou conhecido como “Mensalão”, quanto em relação à compra de votos do processo de reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Bem. E porque inclusive o Sr. Depoente está aqui hoje? Porque foi... É a pessoa... Dono da empresa que controla as empresas que aportaram o maior volume de recursos

nas contas do Marco Valério. Esse é um motivo. Mas também... Como nós vamos investigar a compra de votos... A possível, vamos falar assim porque nós não comprovamos nem uma coisa nem outra até então, a possível compra de votos também na época da reeleição de Fernando Henrique, como o processo de privatização se deu próximo, nós temos obviamente, que aqui o mais bobinho, o mais ingênuo se elegeu Deputado e Senador e Senadora, então nós sabemos que isso também pode ser fonte de recursos, para [soa a campainha] se aconteceu à compra de votos. Então eu gostaria também uma outra questão que é necessário para discutir a questão da privatização é o seguinte: Estas CPIs... Aí não sei de a dos CORREIOS também, parece até que tem uma Sub-relatoria de Fundos de Pensão. Não é isso? E tem sido muito discutido-- [soa a campainha].

>> [inaudível].

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): --

Para as pessoas poderem... Tem sido muito discutido inclusive o acordo dos Fundos de Pensão agora com o Citibank. Só que para entender esse acordo, precisa ir lá atrás, precisa entender por que é que os Fundos de Pensão fizeram esse acordo. E aí nós vamos relembrar alguns fatos. Aqui eu iria fazer perguntas em relação às questões da TELEMIG, da AMAZÔNIA nas contas do Sr. Marcos Valério, mas elas já foram feitas. Já foi inclusive dito que vai ser feito requerimento para solicitar as notas fiscais dos serviços que foram prestados. Já foi inclusive solicitado pelo Deputado Maurício Rands se houve uma comunicação, se aquelas notas queimadas o que... Enfim, eu não vou repetir. Mas tem uma coisa aqui que não vi ser colocada e eu vou dizer o que é. O senhor falou que o fundo NACIONAL já estava formado. Não é isso? Já tinha um contrato com o Fundo NACIONAL, o Fundo NACIONAL já estava formado e o senhor estava preocupado que os Fundos de Pensão saíssem na véspera da privatização, mas o Fundo NACIONAL já estava formado. E o Fundo NACIONAL, eu quero dizer, é formado por dez Fundos de Pensão, coincidentemente só de empresas estatais. Não tem, por exemplo, XEROX, não tem IBM, não tem BRADESCO. Não. Só empresas estatais, mas também tem o BNDES. Quer dizer, o interessante é o seguinte, coube ao BNDES a função de operar a desestatização do Sistema TELEBRÁS, mas foi o BNDES que modelou e contratou os bancos que fixaram o preço mínimo das empresas. Além de condutor do processo, o BNDES também entrou como investidor junto com os Fundos de Pensão no fundo administrado pelo Banco Opportunity. Certo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Certo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): É isso, Sr. Daniel Dantas?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É isso.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):

Certo. Então meu raciocínio está bem correto. Então eu lhe pergunto: Se o fundo já estava formado desta forma, por que a sua preocupação de que na véspera os fundos pudessem sair, se bastava entrar na Justiça, porque, se o Fundo NACIONAL já estava formado, já tinha um contrato assinado.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O contrato estava assinado. A questão básica é que, se eles não contribuíssem com os recursos com que tinham se comprometidos em dois dias, se ficaria inadimplente com a aquisição, se podia entrar na Justiça, mas o assunto ia ser resolvido numa--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):

Obrigada. Então eu vou informar para a sociedade, na verdade, por que é que os grampos telefônicos têm tudo a ver com a pressão. Porque aqui não foi falado de uma figura chamada co-investidores. Os Fundos de Pensão entraram com seiscentos milhões, mas os co-investidores entraram com setecentos milhões, e os co-investidores não faziam parte do Fundo NACIONAL. Com os co-investidores não tinha contrato assinado, e os co-investidores eles discutiam cada privatização. A cada privatização, de acordo com o interesse deles, eles participavam ou não. Vocês querem saber quem eram os co-investidores? Eu vou dizer. Os co-investidores são a PREVI, a PETROS, a TELES, a SISTEL, a FUNCEF. Fundos de Pensão também, esses sim. Aí aqui esqueceram de falar. Por que eles são tão importantes? Porque precisavam desses setecentos milhões de reais para poder comprar, para poder participar do leilão. E o que aconteceu é que, como não tinha absolutamente nada de contrato, é natural que esses co-investidores eles fossem também procurados por outros grupos e estes grupos ofereciam vantagens. Então, está aí justificado os telefonemas, a pressão, a “bomba atômica” etc. Era porque os co-investidores são os Fundos de Pensão também. Só que eles formaram um outro processo onde só os fundos participavam. Então, é isso que não foi colocado aqui. Mas é isso que a sociedade tem que saber. Então, eu quero dizer que, apesar de contrato assinado, os Fundos de Pensão, tudo o que eles tinham acertado, nada foi feito. Eu quero perguntar, seria semelhante a uma pergunta aqui que fez aqui um outro Deputado, mas minha tem outro enfoque. Como é, e aí está claro, está claro por que se pressionou os co-investidores às vésperas, que queriam sair desse “mico”, como é que o senhor conseguiu que... Diga aqui para as milhares de pessoas que estão lhe ouvindo, a receita para montar esse fundo,

a receita para convencer inclusive os co-investidores. E, inclusive, hoje, quer dizer, hoje não, graças a Deus, eles saíram desse “mico” para entrar numa roubada como entraram, até porque os fundos eles têm direito a ações da ZAIN e da INVITEL. São controladoras, sim, da BRASIL TELECOM, mas não são ações... Essas ações não são negociadas em bolsa. Então, como o senhor conseguiu convencer? Que poderio fantástico o senhor conseguiu convencer, sem contratos, sem vantagens, que os co-investidores entrassem nessa roubada? O senhor me responda rapidamente para eu poder continuar com o meu raciocínio.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sra. Deputada... Sra. Senadora. Me Desculpe. Os Fundos de Pensão já tinham feito compromisso de investimentos conosco. O nosso objetivo no leilão era de entrar na compra da TELEMAR, porque era a única companhia, das três, que não tinha comprador. Nós estabelecemos um consórcio para tentar comprar a TELEMAR, quando veio um consórcio concorrente e se formou. E eu não tenho a informação do por quê havia preferências por um lado ou pelo outro. O fato é que o consórcio que adquiriu a TELEMAR não dispunha dos recursos para comprar a TELEMAR. Tanto é que o BNDES teve que entrar com o pagamento dos 25%.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Mas o BNDES também financiou o Opportunity.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, mas ele financiou... Ele aplicou no fundo um valor de quarenta milhões e ele teve que entrar com setecentos milhões para cobrir o pagamento do outro consórcio. Mas tem uma variável que é a mais relevante de todas. O leilão, eu vou pegar o preço aqui para dar para a senhora--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): O senhor não está respondendo a minha pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: --No leilão da TELEBRÁS, o preço que a TELE NORTE LESTE--

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu não perguntei... O senhor não está respondendo a minha pergunta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Então, a senhora, por favor...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu fiz uma pergunta... Como é que o senhor convenceu os co-investidores. Eu não estou aqui falando do Fundo NACIONAL. O Fundo NACIONAL já tinha um contrato assinado, o senhor falou. Mas os co-investidores não, porque eles eram um fundo à parte e independia, na verdade, de cada leilão.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Os co-investidores tinham contrato assinado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Isso é o que o senhor está dizendo. Como o senhor veio aqui

com *habeas corpus* que o senhor pode dizer qualquer coisa... Entendeu? Então... Exatamente...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Mas eles tinham. Deixa eu pegar as datas aqui.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Se eles tivessem, até para a gente poder colocar... Mesmo o Fundo NACIONAL tendo sido assinado com algumas garantias, eu quero dizer que não foram cumpridas. Os Fundos de Pensão investiram o que corresponde a 99%, os fundos, somando com os co-investidores, obviamente, mas o Opportunity, zero vírgula alguma coisa e a outra empresa lá de um baiano também 0,5. Bem, estes fundos não podiam... Prometeram a eles que eles podiam desinvestir juntos, mas isso não foi feito. Eles não podem desinvestir juntos. Tanto não podem que o senhor fez uma proposta para o Citibank, o Senador Eduardo Suplicy, eu vou deixar para ele falar disso, de quatrocentos milhões de reais. E o acordo que os fundos fizeram com o Citibank agora, agora eles têm que ser só podem desinvestir juntos. Então, o Citibank não pode vender as ações, ele tem que levar os fundos... É essa a diferença. É essa a diferença. E aí os quatrocentos milhões vão virar um bi e duzentos mais ou menos. O Citibank não poderá mais vender sozinho e é isso que os Fundos de Pensão estavam prejudicados. Tanto é verdade que os Fundos de Pensão começaram a brigar com o senhor desde 2000 e entrar com ações. Então, não se trata de uma questão deste Governo, se trata que a administração dos Fundos de Pensão percebeu o que? Que tudo aquilo que tinha sido acordado, nada foi feito. Os fundos não tinham como sair. Essa é que é a verdade. Por quê? Porque um Fundo de Pensão, quando ele entra num investimento, ele não pretende ficar *ad aeternum* num investimento. Ele entra por um tempo naquele investimento. Mas os Fundos de Pensão tinham dificuldades aí porque eram minoritários, eles não tinham condições, nenhuma, de vender as ações na Bolsa. Então, eu quero dizer que, com isso, a única forma que eles teriam de sair é a venda do controle da empresa. Eles tinham que vender o controle da empresa para poder sair, porque não foi dado, não só quero dizer, na BRASIL TELECOM, não foi dado esse direito aos fundos em nenhuma das empresas privatizadas. Nem na AMAZÔNIA Celular, nem na TELEMIG, nem no Metrô do Rio, nem no Porto de Santos... Nenhuma das empresas foi dado o direito aos Fundos de Pensão. Então, à lógica de hoje os fundos fizeram o acordo correto para defender os associados deles, para defender os aposentados, para defender aqueles que ainda vão se aposentar. [soa a campainha]. Já vou concluir, Sr. Presidente. Os fundos fizeram o que mais de correto podiam fazer. Defender os seus associados. Porque

eles fizeram um acordo onde que eles só têm a preferência de compra de ações daqui a dois anos, mas eles vão poder desinvestir juntos. Eles podem vender antes. Eles não vão estar impedidos como eles estão amarrados, dessa forma absurda, nesse contrato de privatização que foi feito de forma escandalosa, isso sim, para o país. Então, eu só queria, como última pergunta, perguntar se o senhor conhece a ONG Brasil 2000? O senhor teve alguma participação nessa ONG? [soa a campainha]. É porque essa é uma ONG que foi criada para defender a privatização e quem mais deu recursos para essa ONG, coincidentemente, foram as empresas privatizadas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, então, nós não fazemos parte dessa ONG. Eu acho que até é importante responder em relação ao direito dos Fundos de Pensão de vender em conjunto. Eles sempre tiveram o direito de vender em conjunto. Os Fundos de Pensão têm um acordo chamado *tag along* que [inaudível] se por acaso as outras ações fossem vendidas, as ações deles teriam que ser vendidas juntas. E na estrutura de fundos administrados de forma conjunta, quando fosse vendida, tinha um acordo que obrigava a vender em conjunto. Quando eles nos removeram ilegalmente da administração do fundo, o Fundo NACIONAL ficou sem essa prerrogativa, mas os co-investidores sempre tiveram. Mas essa prerrogativa foi recuperada numa ação judicial que nos devolveu a administração do fundo, e os fundos entraram na justiça, cassando no fundo essa decisão que tirava de novo deles o direito de venda conjunta. E ainda assim, adicionalmente, tinha um acordo entre todos os fundos que qualquer fundo que não quisesse continuar tendo uma administração que os outros tinham, tinha o direito de sair recendo pelo justo valor o valor em dinheiro. Então, essa prerrogativa eles sempre tiveram.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Não é verdade, porque o senhor não está falando a mesma coisa que eu falei.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Bittar.

>> [soa a campainha].

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. Presidente, tenho um minuto mais...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Quero me reinscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Darei o tempo a V.Exa. a partir deste momento, nobre Deputado Jorge Bittar. 19h20.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, em primeiro lugar, eu acompanho atentamente o setor

de telecomunicações, em virtude da minha trajetória profissional, enfim, articulo isso com a minha vida parlamentar, também a minha formação de engenheiro, essas coisas. E eu tenho a avaliação de que, sem sombra de dúvida, a melhor privatização realizada no Brasil foi a do setor de telecomunicações porque, quando menos se estabeleceu nesta área obrigações de investimento por parte das empresas privatizadas, definindo-se metas de universalização e metas de qualidade de serviço. Agora, ao mesmo tempo que eu tenho esse reconhecimento, tenho reparos à modelagem definida, à separação entre serviço local e longa distância, à excessiva pulverização das empresas, mas inegavelmente foi uma privatização bem-sucedida. Mas isso não me impede, Sr. Daniel Dantas, de reconhecer que houve problemas, sim, durante--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu peço silêncio da platéia. E os telefones a esse nível de decibéis acaba atrapalhando o inquiridor.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): É só para chamar os Srs. Senadores, que tem votação nominal.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): --Somos obrigados todos a reconhecer que houve problemas, sim, nas relações entre os representantes do poder público, BNDES, Ministério das Comunicações, enfim, Banco Central, os agentes todos desse processo de Governo e os agentes interessados em comprar essas empresas, dentre eles o grupo Opportunity. Eu não quero referir-me apenas ao grupo Opportunity. Há que se reconhecer que, para se utilizar uma palavra que está sendo muito utilizada nos últimos meses, houve relações não republicanas no estabelecimento desses consórcios e nas relações entre esses consórcios e o próprio poder público. E o Sr. Daniel Dantas teve oportunidade aqui de se referir ao consórcio TELEMAR, sobre o qual ele fala evidentemente muito mais à vontade, mas evidentemente o consórcio de fundos montado por V.Sa. apresentou problemas sérios que todos nós haveremos de reconhecer. Há uma engenhosa arquitetura societária com o encadeamento de vários níveis de decisão que permitiu que o senhor pudesse... A empresa que o senhor controla pudesse controlar verdadeiramente as empresas, a despeito de ser a sua empresa absolutamente minoritária. E o senhor diz: "Não, trata-se de *private equity*", ou seja, administração de recursos de terceiros, que confiam a uma empresa como o Opportunity, por sua expertise, por sua capacidade de planejamento, de atuação no mercado, dentre outros, a tarefa de administrar esses recursos. Isso é verdade. Agora, é uma parte da verdade, Sr. Daniel Dantas, porque, evidentemente, ne-

nhum investidor confia cegamente a terceiros os seus recursos. Todo investidor deseja acompanhar a aplicação desses recursos, dos resultados, e fazer valer os seus direitos. E aí é que houve problemas gravíssimos porque basta que se veja a formidável concertação(F) de conflitos que ocorreu ao longo desses anos todos. Foi uma relação extremamente conflituosa com uma sucessão de disputas judiciais tanto na justiça brasileira quanto na justiça internacional, Nova York, mas não apenas nas Ilhas Cayman, no Tribunal de Londres e tantas outras coisas aí, tantos outros conflitos verificados. Houve denúncias concretas, Sr. Daniel, de que o Opportunity era mais do que um gestor desses recursos porque, na verdade, ele acabou, de alguma maneira, misturando, confundindo o que são os recursos próprios da empresa com os recursos dos fundos aplicados nas empresas privatizadas. Essa história do Consórcio VOA é exatamente uma das expressões do que aconteceu. Não creio que o Opportunity ou as empresas não tenham o direito de comprar aviões. Têm todo o direito, até imaginando que possam fazer economia comprando aviões. Agora, eu fico a imaginar que o Opportunity, entrando com apenas 3% dos recursos do consórcio para a compra de aviões, possa controlar plenamente a utilização dessas aeronaves. E há informações seguras que quem menos usa essas aeronaves são exatamente as empresas. A BRASIL TELECOM, a TELEMIG Celular, TELENORTE Celular, enfim. Trata-se de fazer... É justamente isso que eu lhe digo, eu tendo a lhe afirmar, Sr. Daniel Dantas, esta não é uma relação normal e saudável entre uma empresa gestora de recursos, que é o Opportunity, e os seus sócios, sejam eles os fundos, sejam eles os recursos do Citibank, sejam eles a própria TELECOM ITÁLIA. O senhor, neste momento, está em aliança com a TELECOM ITÁLIA, mas o senhor já teve conflitos homéricos, que são de conhecimento de todos, inclusive quando a TELECOM ITÁLIA se retirou do controle da BRASIL TELECOM e não conseguiu voltar depois de terem sido alcançadas as metas definidas nos planos de universalização e qualidade de serviço. É exatamente por isso que eu lhe faço essa pergunta. O senhor acha que esse quadro que eu aqui tracei é um quadro absolutamente normal [soa a campainha] dentro dessas empresas?

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Antes da resposta... Eu acabo de receber uma comunicação do Presidente do Senado, que fossem encerrados os trabalhos agora, porque está em regime de votação. Mas eu faço uma proposta alternativa: Que todos os Senadores daqui se retirem e deixemos aqui só que a Câmara continue, porque nós temos muito [inaudível] E fica assegurado na lista--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero dizer a V.Exa. que eu já votei, outros foram votar. Eu acho que não haveria nenhum prejuízo se--

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): De nossa parte, não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Se V.Exa. já votou...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Votei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador Heráclito é bem-vindo aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu estive aí com o senhor agora e vi que há vinte e quatro inscritos. Se continuarmos--

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Vezes vinte, dá quatrocentos e oitenta minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): É impossível continuar dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): São oito horas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vou fazer uma ponderação com V.Exa. e uma proposta. Para que todo mundo faça o seu questionamento, vamos diminuir o tempo de quinze minutos. É a única forma que nós temos, porque é humanamente impossível, tanto para nós, como para o depoente, para a Casa inteira, mais oito horas. Nós estamos aqui há onze horas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Seriam, no mínimo, mais oito horas, se nós tivéssemos, porque ninguém fala em quinze minutos. Até iniciar um e outro...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): São vinte minutos, no mínimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Nós vamos lhe devolver o tempo. Fique tranquilo, nobre Deputado. O tempo será devolvido a V.Exa. Eu fiz esse apelo no início, para reduzir para dez minutos. Mas não, cada um quer contar uma pequena biografia--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): As televisões já estão se retirando.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): --E o tempo foi reduzido para quinze minutos.

DEPUTADO MORONI TORGAN (PFL-CE): Sr. Presidente, proponha os dez minutos, até mesmo por--

que o interesse e as estrelas já foram embora. Então, vamos propor dez minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Eu agora tenho de consultar o Plenário. Eu consulto o Plenário, nós podemos reduzir para dez minutos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apoiado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Depois que eu falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): Depois de V.Exa.

DEPUTADO MORONI TORGAN (PFL-CE): Depois do Bittar. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR AMIR LANDO (PMDB-RO): É evidente que as perguntas inteligentes sempre terão alguma tolerância, nobre Deputado Moroni Torgan. Então, nós agora... O prazo será de dez minutos. O novo Presidente vai cuidar disso. Eu peço licença para me retirar. E queria também fazer um apelo, que as perguntas repetidas... Nós estamos vivendo um momento só de repetição. Claro, o juiz poderia indeferir todas as perguntas repetitivas, evidentemente, e as que não têm pertinência com o objeto. Mas eu faço um apelo, que as que já foram perguntadas, evite, faça outra pergunta mais inteligente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A esposa do Marcos Valério ficou até de madrugada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Mantenho com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Obrigado. Imagino que eu deva ter utilizado até agora uns três minutos... Uma coisa dessa ordem de grandeza... Só para que a gente possa controlar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Nós vamos compensar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu fiz, na verdade, uma introdução e gostaria de ouvir, Sr. Daniel. Quero dizer que tenho admiração pelo seu papel de empresário. As críticas que faço, são críticas construtivas e, a meu ver, são fundamentais para que possamos construir um Estado brasileiro cada vez melhor. É nesse sentido apenas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É muito bom, Deputado, que eu tenha a possibilidade de explicar para alguém que quer ouvir a explicação. Essa estrutura de fundos, na verdade, se tivéssemos conseguido fazer, como é normal no mercado internacional, todos investidos num mesmo fundo, este conflito não existiria, porque os investidores teriam direito, se porventura o quorum fosse atingido, de remover o gestor, colocar um outro gestor para todos os recursos. Imagine um fundo de investimento nos Estados Unidos, em qualquer lu-

gar, ele capta recursos de todos os investidores, investe na iniciativa; ele tem o controle, escolhe investidores que participam. Se porventura os cotistas não estivessem satisfeitos por qualquer motivo com a administração, atingido o quorum, que é objeto de contrato, eles mudam a administração e todos os cotistas vão para o novo administrador. Acontece que, por força dessa distorção fiscal, ficamos com três fundos diferentes. Aí acontecia o problema que, se dois fundos mudassem o administrador, deixam o outro desprotegido. Então, a tentativa o tempo todo aqui foi de formar subgrupos que pudessem incorporar o controle a prejuízo do outro. A primeira tentativa foi dos Fundos de Pensão com a TELECOM ITÁLIA. Tivemos que resistir defendendo o CITI e o Opportunity. Como o senhor bem chamou a atenção, a TELECOM ITÁLIA saiu do controle da BRASIL TELECOM e encontrou dificuldades à volta, o senhor entende? Colocada por nós, as mesmas dificuldades que agora os Fundos de Pensão que questionaram os nossos empecilhos à volta da TELECOM ITÁLIA os impõe. Quer dizer, é o mesmo problema. Quando a TELECOM ITÁLIA tentou voltar ao bloco do controle da BRASIL TELECOM que estava aliado aos Fundos de Pensão e o Citibank junto conosco, chamou a atenção da ilegalidade, os fundos protestaram. Quando nós viabilizamos a volta da TELECOM ITÁLIA, o Citibank e os Fundos de Pensão protestam. Então, na verdade, o discurso é sempre numa questão de méritos. O fato é que houve uma tentativa constante de aglomerar um sub-bloco de controle e, com isso, uma parte tirar proveito da outra. Nós tínhamos o dever fiduciário por contrato com todos. Dessa forma, enquanto nós tínhamos a gestão do fundo nacional e do fundo estrangeiro, tínhamos a obrigação de zelar por todos. Na medida em que nós perdemos ou nos tiraram a administração do fundo nacional, nós deixamos de ter essa obrigação. Os fundos tentaram, com isso, se juntar a TELECOM ITÁLIA ou a quem quer que fosse para abalroar o controle da companhia e, por isso, transferir vantagens de um lado para o outro. O nosso papel, que tem sido um papel difícil e duro, tem sido de tentar manter, e tentei manter no passado, essa estrutura o mais intacta possível. E, na medida em que ela foi contra contrato, ela foi desfeita, só nos cabia o papel de defender a parte que ainda estava sob a nossa responsabilidade.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O que entendo seja correto por parte dos fundos, que aportaram grande volume de recursos, algo em torno de um bilhão de dólares, nesta consertação(F), é que eles têm responsabilidade sobre a gestão desses recursos, que são recursos dos mutuários desses fundos. E tenho receio, a meu ver absolutamente justificado, de

que os seus recursos acabem virando pó, em virtude de, nesta cadeia extremamente complexa de controle sobre as empresas, eles não terem participação nos mecanismos de planejamento estratégico e de definição da destinação desses recursos verdadeiramente. Não que eles devam gerir, mas que eles sintam que na verdade as suas aplicações, na medida em que se formem alianças contra eles, podem acabar virando pó verdadeiramente.--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quando esse conjunto de participações foi montado, os Fundos de Pensão participavam conosco de discussões sobre decisões. Essa relação, no fundo, estressou na CRT. Na compra da CRT, os Fundos de Pensão vieram com uma intenção completamente ilegítima. Os fundos, junto com pressões do Governo, forçavam uma companhia do qual eles tinham participação a pagar um preço acima do que era necessário para comprar uma participação da TELEFÔNICA.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então, eu gostaria, aproveitando que o senhor abordou essa história da CRT, de dizer o seguinte: impressionou-me muito a descrição que o senhor fez. Enfim, é uma avaliação, uma acusação grave o que aconteceu... Porque uma empresa que, pela avaliação do senhor, *a posteriori*, depois de conhecer a empresa, valia na faixa de 400 milhões, menos de 500 milhões, ter sido comprada pela própria BRASIL TELECOM por 800 milhões de reais é um fato da maior gravidade. Por isso mesmo, pedi uma consulta e obtive a seguinte informação: em todas as reuniões do Conselho de Administração da BRASIL TELECOM, que foi a compradora, os fundos praticamente não opinaram. O senhor mencionou uma reunião que teria ocorrido na ANATEL.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Em que circunstâncias ocorreu essa reunião? E qual foi o papel dessa reunião? Porque em todas as reuniões... Tenho aqui o resumo das atas de reunião do Conselho da BRASIL TELECOM, de 26 de janeiro de 2000, de 31 de janeiro de 2000, enfim, e da reunião seguinte, em 20 de março de 2000. Em todas essas reuniões, quem tomou a decisão foram os representantes do Opportunity e da TELECOM ITÁLIA. Não havia representantes dos fundos, praticamente. Eu obtive, através das minhas fontes... Na verdade, não há nada secreto nisso aqui. São informações--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tinha a participação dos Fundos de Pensão, e nós temos toda a documentação desse assunto da CRT, que pode comprovar a resistência que a BRASIL TELECOM fez e que o Opportunity ajudou a fazer, porque a administração da BRASIL TELECOM sentiu que não tinha capaci-

dade de resistir às pressões existentes, declarações em jornal e tudo. A retórica era sempre a seguinte. É estrategicamente importante comprar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE PARTICIPAÇÕES. Não podemos deixar de comprar logo. É inconveniente que a ANATEL vá intervir. Então, a montagem era colocar pressa, para que a BRASIL TELECOM tivesse que comprar, mas a TELEFÔNICA não abaixava o preço. Foi exatamente o que ocorreu nessa reunião da ANATEL. Nós, do Opportunity, estávamos indo em apoio à BRASIL TELECOM, e também o Mauro Sales que estava contratado, mas os Fundos de Pensão nos informaram que, por não sermos administradores da companhia, não podíamos estar presentes na negociação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sinceramente, Sr. Daniel Dantas, é conhecida, publicamente, a sua competência e a sua firmeza, que, aliás, é uma virtude que o senhor tem, na defesa de seus interesses. Custa-me acreditar que o senhor tenha permitido que de 300 milhões a 400 milhões tenham se esgotado apenas por pressões políticas gerais, porque o senhor tinha o controle do Conselho de Administração da BRASIL TELECOM, que é, efetivamente, a empresa que controla.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não era assim--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Se a TELECOM ITÁLIA e a TELEFÔNICA fizeram um acordo no exterior, nós, brasileiros, não--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não era por pressões políticas gerais. Tinha dois fatores que estavam acontecendo ali em volta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Deputado Jorge Bittar, o tempo de V.Exa. já foi devidamente compensado--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Para concluir apenas esse tema--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Em primeiro lugar, tínhamos o receio de que, numa eventual intervenção da CRT, as metas de universalização não fossem cumpridas, isso nos foi informado e, por isso, a BRASIL TELECOM ficava completamente alijada de desenvolver o seu futuro. Em segundo lugar, o crédito para o pagamento das parcelas do BNDES, que estava sendo condicionado pela TELECOM ITÁLIA, só seria liberado se a aquisição da CRT acontecesse, e o BNDES não liberava o crédito. O crédito foi liberado nove dias depois da compra da CRT; nove dias úteis depois. E era necessário esse crédito no fluxo de caixa programado para poder pagar a parcela do leilão de privatização.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Concedo a palavra--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Entendo apenas, Sr. Presidente, só para resumir, que, nessa história da CRT, há realmente uma relação obscura e houve relações claramente não republicanas nesse tempo, de maneira absolutamente evidente. Se o Sr. Daniel Dantas tinha controle pleno sobre a BRASIL TELECOM e não comprou pelo valor que ele sabia que vale a empresa, que não fosse os 400, mas que fossem 500 milhões, como ele imaginava antes de entrar na CRT, é porque houve pressões indevidas, e pressões indevidas não ocorrem por acaso, mas em função de interesses que não os interesses claros, transparentes, os interesses públicos do País. Lamento profundamente que isso tenha ocorrido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço ao Deputado Bittar. Passo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga pelo prazo de dez minutos, diante do que ficou acordado.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, o senhor afirmou aqui hoje, pela manhã, que conheceu o Sr. Marcos Valério antes de 2002. Correto? Conheceu-o quando?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu o conheci... Eu disse que não me lembrava a data em que tinha conhecido o Sr. Marcos Valério, se foi em 2003 talvez, ou em 2004. Não me lembro a data, mas não foi antes de 2002, nunca tinha encontrado com ele.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O senhor com certeza é um grande economista, um grande empresário do País, grande conhecedor de mercado. Tenho dificuldade de acreditar que o senhor não se lembra a data em que conheceu o Sr. Marcos Valério, se em 2002, se em 2003, se em 2004. Em relação ao mês, eu posso até concordar, mas, do ano, eu acho difícil. O senhor não tinha nenhum contato com o Sr. Marcos Valério antes de 2002?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tinha nenhum contato. O contato que eu tive com o Marcos Valério foi tão circunstancial que eu não me lembro. Se eu tivesse tido uma reunião com ele, alguma Ata, alguma coisa importante, eu saberia.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Quem é o senhor Carlos Rodenburgo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Sr. Carlos Rodenburgo trabalha conosco.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Ele é seu sócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ele é sócio--

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Foi sócio durante quantos anos? Ainda é sócio ou foi sócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi sócio. Hoje, ele tem outros negócios nos quais tenho participação com ele --

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Quando ele entrou em sociedade com o senhor? Quanto tempo durou essa sociedade dele com o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ainda somos sócios, mas não neste mesmo negócio, em outros negócios.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Mas ele entrou na sociedade com o senhor em que ano?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deve ter uns dez anos.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O Sr. Carlos Rodenburgo tinha contato com o Sr. Marcos Valério?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Sr. Carlos Rodenburgo tinha contato com o Sr. Marcos Valério.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): E, como sócio do senhor, o Sr. Carlos Rodenburgo nunca o informou desse seu relacionamento com o Marcos Valério?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o Sr. Carlos Rodenburgo... Não sei porque o Sr. Carlos Rodenburgo tinha contatos com o Sr. Marcos Valério. Não sei se era algum assunto em relação à publicidade ou porque os dois criavam cavalos. Então não sei de onde vinha o contato.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O Sr. Marcos Valério tinha participação em algumas empresas de publicidade. Correto? Algumas das empresas de publicidade das quais o Sr. Marcos Valério tinha participação prestava serviço para as empresas operadoras de telefonia controlada pelo grupo Opportunity ou por outras empresas das quais o senhor tem participação e é controlador?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sim, a SMP&B e a DNA detinham a conta da TELEMIG S.A. E DA TELENORTE S.A.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Desde quando?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Desde 98, segundo me foi informado.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Então o Sr. Marcos Valério, que tinha participação em empresas de publicidade, prestava serviços para empresas controladas pelo Opportunity ou empresas, como o senhor disse, que fazem parte do grupo de empresas do qual o senhor é controlador. Então o Sr. Marcos Valério já trabalhava para o grupo do qual o senhor tinha participação em algumas empresas desde 98. Correto?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei nem se era o Sr. Marcos Valério. O que posso afirmar para o senhor é que a TELEMIG S.A E A TELENORTE S.A eram clientes da SMP&B e/ou DNA, porque não sei se essas duas empresas foram criadas na mesma época, desde 98. Eu tinha lido no jornal que o Sr. Marcos Valério entrou para sócio depois ou alguma coisa assim, eu não sei. Eu sei que as empresas eram clientes dessas duas empresas de publicidade.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O colunista Diogo Mainardi, da Veja, tem escrito nas suas crônicas reincidentemente que o Sr. Marcos Valério era o operador do Sr. Pimenta da Veiga, quando este último era Ministro das Comunicações do Governo Fernando Henrique Cardoso. E que a função do Marcos Valério era operar a relação de Pimenta da Veiga com alguns políticos mineiros, desde a época em que o Sr. Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República. E o senhor já tinha participação no mercado de telefonia móvel desde 1996, conforme foi relatado aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Deputado Neucimar, V.Exa. consumiu quatro minutos do seu tempo. Acabo de receber um comunicado do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, solicitando que suspendêssemos a sessão em decorrência da Ordem do Dia lá no Senado.--

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Mas foi feito um acordo aqui, Sr. Presidente.--

DEPUTADO MORONITORGAN (PFL-CE): Mas, Sr. Presidente, só tem deputado aqui.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Acontece que veio a determinação da Presidência do Senado e vou cumpri-la.--

DEPUTADO MORONI TORGAN (PFL-CE): É oitiva, Sr. Presidente. Então, V.Exa. tirou a minha oportunidade de falar.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): A sessão está suspensa até a conclusão da Ordem do Dia do Senado.--

DEPUTADO MORONI TORGAN (PFL-CE): O senhor chamou errado e tirou a minha oportunidade de falar.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tenho receio que a gente não consiga fazer as perguntas para o...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Sucede que é regimental.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai ficar suspenso por quanto tempo, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): A decisão veio lá da Presidência do Senado.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois é. Bem no dia do banqueiro Daniel Dantas temos que suspender.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Peço a compreensão de V. Ex^{as}. Iremos até o horário que for necessário.--

DEPUTADO MORONITORGAN (PFL-CE): Mas, Sr. Presidente, com isso, o senhor tira a minha chance de falar, porque era a minha vez de falar. Vou ficar totalmente prejudicado.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Em absoluto. Peço escusas a V.Exa. pelo equívoco cometido. Me penitencio, mas V.Exa. não perderá a oportunidade, no momento aprazado. Vamos suspender

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Só uma pergunta, Sr. Presidente. Queria saber se reuniões das CPMIs, do Mensalão e dos Correios, já foram suspensas em algum momento por ordem também do Sr. Presidente.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Já, eu mesmo já suspendi lá na CPI dos Correios.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Então concordo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Convido o depoente a comparecer à Mesa. Mantenho a palavra ao Deputado Neucimar Fraga pelo prazo que lhe falta, seis minutos, contados a partir da chegada do depoente, do reinício da inquirição.

>> [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Deputado Neucimar Fraga, tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Sr. Presidente, vamos então continuar a nossa participação na Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr. Daniel Dantas, o senhor confirma na Comissão Parlamentar de Inquérito que o Sr. Carlos Rodenburgo, seu sócio, já tinha vínculo com o Sr. Marcos Valério desde 1998?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não confirmo isso. Eu confirmo que o Sr. Carlos Rodenburgo conhecia o Sr. Marcos Valério e não acredito que era desde 98.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Mas confirma que as empresas do Sr. Marcos Valério, empresa do qual ele tinha participação, prestavam serviços para empresas controladas pelo Opportunity ou por outras empresas nas quais, o senhor também tinha participação societária?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Confirmo que, desde 98, pelo que me foi reportado, quer dizer, es-

tou confirmando, não; estou confirmando o que me foi reportado, não era eu que geria a companhia, a TELEMIG me reporta que, desde 98, já era cliente da SMP&B e da DNA. Eu não tenho como confirmar se essas empresas naquela época tinham o Sr. Marcos Valério de sócio.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O Diogo Mainardi tem citado nas suas crônicas que existia um acordo para a compra da participação do Citibank na BRASIL TELECOM e existia um acordo também dos Fundos de Pensão com o Citibank para a compra dessa participação do que o Citibank tinha na BRASIL TELECOM. O senhor ouviu falar também sobre esse acordo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O acordo entre os Fundos de Pensão e o Citibank?

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Isso.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu ouvi.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Pelo seu conhecimento do mercado, qual a avaliação da participação do Citibank na BRASIL TELECOM hoje, em termos de mercado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É difícil precisar hoje qual essa avaliação, tendo em vista o acordo que foi feito com os Fundos de Pensão.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Qual foi o acordo feito?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eles fizeram um acordo em que se obrigam a votar em conjunto e que os fundos dão ao Citibank um direito de vender as suas ações por um preço preestabelecido, num prazo de dois anos; dão o direito, mas não a obrigação do Citibank de vender.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): E qual o preço estabelecido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, tenho aqui anotado, porque eu não fui... Aliás, eu não sei nem se eu deveria estar testemunhando sobre esse assunto, porque eu não fui parte desse acordo. O que posso dizer para os senhores e tentar auxiliá-los é que, pelo fato relevante que foi publicado por eles, o preço é de um bilhão quarenta e cinco milhões novecentos e quarenta e um e 692. Estou lendo aqui o fato relevante publicado pelo Citibank e pelos Fundos de Pensão.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O senhor responde algum processo fora do Brasil?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eles entraram... O Citibank entrou com uma ação contra nós, pelo fato de termos vendido as nossas ações para a TELECOM ITÁLIA.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O senhor conhece o teor de algum despacho do juiz de Nova Iorque sobre essa transação comercial aí?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Conheço. O primeiro despacho que o juiz de Nova Iorque deu, foi um despacho contra nós, suspendendo, na verdade, todas as iniciativas por uma percepção que o juiz tinha, que nós teríamos assim ampla relação em governo, política no Brasil e que poderíamos, por conta disso, prejudicar o Citibank.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Além desse processo em Nova Iorque, o senhor responde a algum outro processo fora do País?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Responde... O outro processo de Caymans é um processo movido por nós contra um ex-funcionário da companhia. Ele responde a processo.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Qual o nome dele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Luís Demarco.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Qual o motivo do processo movido?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não me lembro exatamente o que... Ele alegava... Não. Ele tentou sacar um recurso que não lhe pertencia--

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Nas Ilhas Caymans?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nas Ilhas Caymans, exatamente.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Então, não foi o Sr. Demarco que acionou o senhor? Foi um processo da sua empresa contra ele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Foi a nossa empresa contra ele. Depois, tem um processo dele contra nós também. Mas quem iniciou fomos nós.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Então o senhor responde a um processo nas Ilhas Caymans por utilizar os recursos do fundo irregularmente. É esse o motivo do processo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não. Não há nenhum processo de utilização de recursos irregular.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Qual a ação que ele move contra o senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Sr. Demarco entrou com uma Ação pedindo a dissolução do fundo, ele entrou pedindo a dissolução desse fundo.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): O senhor afirmou aqui, pela manhã, que foi comunicado, não precisou a data, de uma audiência do senhor com a Casa Civil.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi. A data... Em maio de 2003.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Mas o senhor não sabe quem marcou a audiência?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei quem marcou a audiência.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Mas, normalmente, na Casa Civil, ainda mais com o Ministro José Dirceu era muito difícil conseguir uma audiência. Eu sou parlamentar há dois anos e meio e até a data em que ele estava na casa Civil nunca consegui uma audiência com o Sr. José Dirceu, até em nome da Bancada tínhamos dificuldade. E isso é notório, é de conhecimento de todos. E o senhor conseguiu uma audiência com o Ministro José Dirceu sem solicitá-la? Foi isso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu quando fui ao encontro na suposição de que ele teria querido--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Esgotado o seu tempo--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Pedir o comparecimento--

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES): Só mais um minuto, Sr. Presidente. Porventura não foi o Sr. Marcos Valério que marcou essa audiência? O senhor não procurou saber depois? Ou o Sr. Delúbio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tenho o menor motivo para supor que poderia ter sido o Sr. Marcos Valério que marcou essa audiência.

DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA (PL-ES) Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan. Ausente. Concedo a palavra ao Deputado Murilo Zauith.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Daniel, o senhor está aqui há quase dez horas. Homem de mercado tivemos a oportunidade de inquiri-lo. Os colegas... O senhor falou sobre Fundos de Pensão, assunto que o senhor domina, e formação de grupos de consórcio. Afinal, estive na sua seara. Eu perguntaria ao senhor se, como homem de mercado, o senhor acreditou que o Presidente Lula ia fazer uma gestão econômica conservadora?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tinha essa informação. Eu não--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor não apostou nela?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu não tinha informação de qual seria a política econômica que o Presidente Lula faria.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor não apostou nos fundos, nos C-Bonds que valorizaram mais de 100%?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nós, na verdade, não fizemos, vamos dizer assim, nenhuma tomada de posicionamento levando em consideração qualquer tipo de PREVI são da política econômica do Governo.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Quem ganhou dinheiro com essa política econômica do Presidente Lula? Nessa valorização dos C-Bonds em mais de 100%, aplicação de recursos externos aqui com juros de 14% ao ano, real?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O mercado internacional certamente ganhou dinheiro com isso e bancos nacionais também.--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor tem informação de quem participou desse mercado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tenho nenhuma informação específica de quem participou do mercado.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor tem vários processos, como homem de mercado. Pela sua agressividade no mercado é que lhe traz esses processos na Justiça, que leva o senhor a ser processado? Isso faz parte desse mercado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, eu nunca tinha tido processos anteriormente. Isso tudo aconteceu, quando ocorreu o conflito com os Fundos de Pensão e esses processos todos foram processos iniciados pela outra parte, tentando, na verdade, tirar proveito de investimentos que tínhamos o dever de defender.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Quando o senhor não atuava na área de “teles” não tinha nenhum.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tinha nenhum.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Não tinha processo nenhum.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca tive nenhum.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Sempre trabalhou com investimentos de pessoas que acreditaram nos seus fundos de investimentos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nunca tive nenhum.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): E esse mercado de “teles” era melhor antes de o senhor atuar nele?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, até para dizer a verdade a eu acho que esse mercado de “teles” é pior. Estou tentando consumir as nossas vendas e

as participações para deixar o mercado de Telecomunicações. Minha intenção não é continuar nele.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): E essa dificuldade que o senhor tem de lidar com a imprensa? Dizem que o senhor não tem bom relacionamento com a imprensa brasileira. O senhor tem vários processos contra o Mino Carta, que é um dos expoentes dos jornalistas do País, criador da revista Veja, Jornal da Tarde, ISTO É, CartaCapital, o senhor tem processo contra o Sr. Ricardo Boechat quando fazia a coluna do jornal O Globo, o Sr. Paulo Henrique Amorim, expoente também como repórter, jornalista, que hoje está na TV Record, o Sr. Luís Nassif, articulista da Folha de S.Paulo. Por que essa dificuldade com a imprensa? Faz parte também desse negócio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deixe-me esclarecer. Eu não tenho nenhum processo contra o Ricardo Boechat. Eu não tenho nenhum processo contra Paulo Henrique Amorim. Eu não tenho nenhum processo contra Luís Nassif. Temos um processo contra o Sr. Mino Carta, temos um processo contra o Sr. Mino Carta. Agora, deixe-me mostrar aqui ao senhor o seguinte: fizemos um levantamento, não sei se isso dá para ver aqui, de longe, fizemos um levantamento da revista CartaCapital, um levantamento de quatro anos, e aqui está o número de capas que a revista CartaCapital dedicou a cada pessoa. Deixe-me ler aqui para o senhor: ela dedicou seis capas ao Presidente Bush, cinco capas às Organizações Globo, três capas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, três capas ao Sr. Anthony Garotinho, três capas ao Sr. Meirelles, duas capas ao Prefeito Serra, duas capas a Bin Laden e vinte e uma capas a mim. Tem vinte e uma. Não posso pressupor que haja um nível de importância relativa nessa dimensão. Não sei o que é, mas a minha impressão é a de que não há. Não estou dizendo que seja ou não um problema de relação. Acho que há uma desproporção completa. Ah! Participo da cena nacional? Participo, mas os outros também. Então, não tenho a sensação--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): A sua dificuldade é só com esse jornalista?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, nem acho que haja nenhuma dificuldade. O que acho que existe é uma tomada de partido. Acho que na verdade há elementos na imprensa que têm um partido; tem várias hipóteses, desinformação, por preconceito, por interesse, não sei pelo que é. Não tenho nenhuma evidência para dizer ao senhor que é por essa razão. Só posso dizer o seguinte, não acho que seja normal, não acho que seja uma situação espontânea essa desproporção. Fizemos a soma de capas negativas, e tenho metade.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Quer dizer que o senhor só tem processo contra o Mino Carta?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei, acho que tenho um processo contra o Rubens Glasberg, da TELETIME. Mas quase não temos processo contra a imprensa. Fomos vítimas de uma campanha muito forte, muito violenta, da imprensa. Essa campanha tinha um objetivo, ela não era gratuita. Na verdade, isso acontece desde a época da dissolução da NEW HOTEL da qual passou a participar um empresário do Rio de Janeiro, que está na área de mídia, e passou a usar ou ensinar ali o expediente de usar matérias publicadas na imprensa, como formas de auxiliar na obtenção de medidas liminares. A partir daí, as notícias publicadas na imprensa passaram, algumas delas, a ter um componente, vamos dizer, importante nessa disputa. E a partir desse momento parte das matérias, não digo a totalidade, mas algumas delas, perderam a intenção. E muitos jornalistas também, na maior boa-fé, foram induzidos por conta de outras matérias, algumas versões. Essa é uma situação bastante complexa. Ela foi ficando mais complexa ao longo do tempo. É muito difícil você destrinchar a coerência da verdade de forma rápida. Então, às vezes vem uma história que aparentemente, como essa história que talvez me traz aqui: olha, tem na verdade... A TELEMIG/TELENORTE é uma das grandes clientes da SM&P e da DNA. A imprensa publicou, extensivamente, que nós éramos a fonte do financiamento do "Mensalão" antes de pedir uma verificação das notas e dos pagamentos, para verificar se de fato isso era publicidade ou não.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Está bom. Sr. Daniel Dantas, o ex-Ministro Gushiken esteve nesta Comissão e declarou aqui que orientou, sob orientação dele governamental, para que os Fundos de Pensão não negociassem com o senhor. Estiveram aqui nesta CPMI também o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério e outros. Eles disseram que, por intermédio do Sr. Carlos, foi possível fazer um contato do senhor com o Sr. José Dirceu. Esse contato que o senhor procurou com o Sr. José Dirceu foi porque o senhor sentia realmente essa mão do Governo afastando os Fundos de Pensão, afastando as empresas do Governo, os negócios do Governo do senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, na verdade, não procurei o contato com o Ministro José Dirceu. Desse primeiro contato, o Ministro me pediu que tivesse uma conversa com o Sr. Cássio Casseb, para tentar resolver esse assunto.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor já disse aqui. Então, o senhor sentiu dificuldade com o Cássio Casseb?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não é que senti dificuldade. Senti hostilidade na conversa com o Cássio Casseb--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Pela ligação dele com o Gushiken?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei. Não conheço o Governo.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Mas o senhor sentiu que o Governo tinha a orientação de afastar os negócios das estatais e dos Fundos de Pensão do senhor?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não é problema de afastar. O que o Sr. Cássio Casseb me pediu foi que desfizesse os contratos que tinham sido feitos na época do investimento. Depois, o próprio Citibank mandou uma carta dizendo a Cássio Casseb que não concordava, mas o pedido foi basicamente que rasgasse os contratos. Quer dizer, no fundo, tentou-se judicialmente o cancelamento desses contratos, a Justiça não concedeu o cancelamento desses contratos, e ele, na verdade, nos solicitou... Não pedi ao então Ministro José Dirceu que marcasse esse encontro com Cássio Casseb.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V. Exa. Convido a Senadora Fátima Cleide. Ausente. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de dez minutos.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Sou um dos requerentes da presença do Sr. Daniel Dantas e quero ficar até o final. Se o Deputado Mendes Thame, ou o Senador Heráclito Fortes, desejar falar antes, poderá fazê-lo.

SR. PRESIDENTE ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu faria uma proposta a V. Exa... Tudo bem. Por permuta.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Por permuta. Deputado Mendes Thame. Só pediria a atenção para uma observação, eu li hoje no jornal O Estado de S.Paulo, que o Sr. Daniel Dantas mencionou que poderia haver qualquer interesse comercial da parte de quem tivesse requerido a sua presença. Quero esclarecer que, como avaliei que era importante--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Nobre Senador, pediria que aguardasse sua intervenção--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Na hora certa, eu falarei. Fico para o final, então. Só para dizer que não houve qualquer interesse dessa natureza. É só para esclarecer os fatos. V.Sa. vai observar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Com a palavra o Deputado Mendes Thame.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Senador, desculpe-me, mas não foi isso que declarei ao jornal O Estado de S.Paulo. Declarei que tinha pedido *há-beas corpus*, porque fiquei preocupado que houvesse algum interesse comercial em perguntas que nos fossem feitas. Não sei se o que foi publicado corresponde precisamente ao que eu disse.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Depois esclareço isso. Obrigado. Deputado Mendes Thame.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Daniel Dantas, temos ficado aqui durante muitas horas, no intuito de investigar, tentar colher fragmentos da realidade, unir essas peças do quebra-cabeça, para conhecer o mais possível o que de fato vem ocorrendo, nessa crise que envergonha o país. Temos o dever de esclarecer o mais possível os fatos. Não só no que se refere ao "Mensalão", mas também no que se refere a tudo isso que vem envergonhando o País. Hoje, lamentavelmente, as ações de alguns Deputados da base do Governo nos levam a desperdiçar grande parte do tempo dessa oportunidade valiosa. Foram feitas aqui, pelo Deputado Carlos Abicalil, por exemplo, perguntas sobre a privatização das teles. Ora, na época da privatização das teles, o edital do leilão das teles, foi definido em audiência pública, foi publicado, definido em audiência pública, publicado e o leilão realizado trinta dias depois. Hoje, a respeito desses leilões, o senhor afirmou que havia dado um lance na compra da TELEMAR de cinco bilhões, quase um bilhão a mais do que o lance que realmente foi o vencedor. Porque o senhor não ficou com essa Tele? Pelas suas informações, porque a PREVI não havia assinado, não havia segurança de que o senhor poderia realmente assumir esse negócio e porque, em outro momento, teria dito que já tinha assumido a TELE DO SUL e, portanto, não poderia ficar com as duas. A esse respeito ainda, eu queria dizer que houve uma fiscalização específica do Tribunal de Contas da União, a respeito da privatização das teles, e o voto não só do Procurador da República, mas do Plenário como um todo, foi no sentido de que, pelo Princípio da Economicidade de que deveria se procurar o máximo nesses leilões, o BNDES agiu corretamente, no sentido de induzir a formação do maior número possível de concorrentes, para que o valor final fosse o mais alto possível a favor do Governo. E é por isso que eu queria que o senhor, por gentileza, nos explicasse melhor como foi essa opção e o que o levou a optar pela TELE DO SUL deixando, portanto, de exercer

esse lance maior, um bilhão a mais, na concorrência pela TELEMAR.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Primeiro, deixe-me fazer uma correção. É que a TELEMAR saiu por 3.400, e a nossa proposta seria de 5.200, então, são quase dois bilhões a mais, e não um bilhão. Segundo, concordo com a tese de que o BNDES tentou montar o máximo possível de consórcios para tentar motivar um preço mais elevado. Nunca optamos por comprar a TELECENTROSUL. Isso aconteceu pela mistura de alguns eventos acidentais e outros que eu não sei. Parece estranho, mas ocorre o seguinte, na noite da privatização, os Fundos de Pensão estavam querendo saber qual era o lance que iríamos dar. Já havia acontecido numa situação anterior, na privatização da CRT. Os Fundos de Pensão, na última hora, impediram a participação desse consórcio, e o lance da TELECOM ITÁLIA foi sabido pela TELEFONICA, que ganhou com uma margem muito pequena. Então, havia uma grande preocupação de que estivesse havendo um mercado de lance, ou seja, imagine, num leilão dessa magnitude, a informação do lance permite que a outra parte abaixe o preço e ganhe por uma margem muito pequena. Ficamos preocupados com isso e dissemos que não queríamos dar o preço do lance estratégico e, obviamente, aquilo gerava uma tensão porque os Fundos de Pensão diziam: “Estamos participando do leilão e queremos saber”. Depois de muita discussão, eles deram uma instrução de que deveríamos fazer uma oferta técnica, diz-se tecnicamente, mas o tecnicamente era algo muito vago sujeito a reclamação sob qualquer que fosse o parâmetro. Por que nós optamos? Por passar essa informação, essa instrução para a TELECOM ITÁLIA. Então, dissemos à TELECOM ITÁLIA: “Olha, recebemos dos nossos investidores essa orientação, mas vocês vão fazer isso por nós. Vocês são uma empresa reconhecida de Telecomunicações, nós não somos. Então, vocês têm, na verdade, uma capacidade de lastrear um *bid*(F) técnico melhor do que a nossa, porque já estávamos percebendo que ia dar confusão no dia seguinte. O Presidente da TELECOM ITÁLIA Internacional se reuniu comigo, sozinho, e fixamos um preço máximo: “Iremos, no máximo, a este montante”. Porque seria irresponsável não ter um limite. Mas, nesses leilões, a praxe era a de ir com vários envelopes e, dependendo da percepção, do entusiasmo das outras partes, na última hora, colocava-se o envelope maior ou algum outro envelope. No fundo, se você percebesse que não tinha outro comprador, entrava com o envelope mais baixo. Havia a preocupação com o outro consórcio, e a preocupação era grande. A TELECOM ITÁLIA achava que era estrategicamente muito importante comprar as empresas de Telecomunicação no Brasil

e tinha a motivação de entrar com um preço elevado. Nós então, assinamos os envelopes e os entregamos para a TELECOM ITÁLIA. Na época, acho que era a Elena Landau que estava trabalhando conosco como consultora e que assinou os envelopes, com a nossa autorização, e os entregou para a TELECOM ITÁLIA. Era a Helena ou a Maria Lúcia. Ela está me corrigindo aqui que não foi a Elena, foi a Maria Lúcia Cantidiano que assinou os envelopes. Entregaram os envelopes para a TELECOM ITÁLIA. E a TELECOM ITÁLIA decide fazer um lance na TELECENTRO SUL, que hoje é a BRASIL TELECOM, sem ter combinado conosco. Não tinha a combinação. Não tínhamos estudado a TELECENTRO SUL, não porque tivéssemos qualquer opinião a respeito da TELECENTRO SUL, mas o que circulava no mercado era que o consórcio do GLOBO BRADESCO e TELECOM ITÁLIA, e acho que a ATT fazia parte do consórcio, era imbatível em São Paulo. A TELEFÔNICA, por ser uma empresa muito grande e rica, que já tinha comprado a CRT, certamente ganharia o Sul. Nós optamos pela TELEMAR porque era a única que não tinha comprador. Como quem diz o seguinte: “Olha, somos menores”. Por mais que tenha sido descrito que tínhamos conseguido arrecadar grande quantidade de fundos, em comparação à TELECOM ITÁLIA, à TELEFÔNICA, era um valor bem menor. Então, tínhamos optado pela TELEMAR por isso, porque era a única que era viável de conseguir sair por um preço não muito disputado. E não havia muita dúvida de que a Telefônica compraria a TELECENTRO SUL. A TELECOM ITÁLIA tinha nos pedido para nos inscrever na TELECENTRO SUL, basicamente para eles tentarem barganhar com a Telefônica algum tipo de acordo. E ela, para nossa surpresa, apresenta um envelope na TELECENTRO SUL e ganha e compra. Pela regra do leilão, isso nos tirava da possibilidade de comprar a TELEMAR. Não era a intenção que tínhamos. Não é que tenha sido ruim, porque iríamos comprar a TELEMAR com um ágio muito grande e acabou, por acidente, comprando a BRASIL TELECOM com um ágio muito pequeno.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAMÉ (PSDB-SP): Perfeito. Bom, a segunda pergunta é a seguinte, de acordo com *e-mails* enviados pelo senhor à Executiva do Citigroup, Sra. Marilyn, o Governo brasileiro o teria pressionado diretamente e pessoalmente para que o Opportunity deixasse a participação na BRASIL TELECOM. Ainda segundo seus próprios *e-mails*, a intenção do Governo seria, inicialmente, entregar a operadora à TELECOM ITÁLIA, para que, posteriormente, a BRASIL TELECOM fosse repassada à TELEMAR. A esse respeito, solicito nos informar o seguinte, quando diz: “O Governo o pressionou di-

retamente”. A quem do Governo o senhor se refere? Quais pessoas do Governo? Em segundo lugar, na sua visão, por que a TELEMAR, há, na sua avaliação, alguma correlação com fato de a TELEMAR ter aportado cinco milhões na empresa do filho do Presidente da República, a GAME CORP?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Encerrado o tempo de V. Exa, Deputado.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Em primeiro lugar, a pessoa a que me referi, que tinha me feito a pressão, foi o Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, que me disse que falava em nome do Governo, mas não me disse em nome de quem falava. Então, essa a informação que passei para ela, correspondia à informação que eu recebi. E, segundo, não acho que haja nenhuma correlação entre a compra da GAME CORP e alguma operação que pudesse estar sendo orquestrada entre a TELEMAR e BRASIL TELECOM.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Presidente, o senhor me permite--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Mas isso estou dizendo o que é que eu acho. E até fui orientado aqui, pelos nossos Advogados, que eu não... Que deveria tentar me conter a emitir qualquer opinião. Quer dizer, eu, na qualidade de testemunha, eu não tenho, eu não estava presente, não vi e não sei. Eu até, talvez, tenha me excedido um pouco, o senhor perguntou o que é que eu acho, eu disse, mas, se eu me excedi, desculpe.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Presidente, somando os minutos que eu usei, acho que não dá um minuto. Se o senhor fizesse uma concessão, eu tinha mais uma perguntinha, muito rápida, não gastarei mais do que dez segundos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não temos objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Em homenagem à paciência e persistência de V. Exa--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Muito obrigado. Sr. Daniel Dantas, a ANGRA PARTNERS, o senhor conhece? A ANGRA PARTNERS?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu conheço de nome, não conheço pessoalmente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sei. Essa ANGRA PARTNERS está sendo formada com executivos do Citigroup e da empresa que foi destituída do comando desse Fundo de Pensão. Como é que o senhor explica esse fato de os

executivos dessa empresa, que substituiu a empresa que era controlada por V. Sa, serem esses mesmos executivos?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Olha, eu não tenho explicação a dar para isso. Eu não faço parte da ANGRA, não fui eu que escolhi a ANGRA PARTNERS e eu não tenho como dar explicações a esse respeito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço a V. Exa, Sr. Deputado, e passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhor depoente, Sr. Daniel Dantas, em primeiro lugar, eu quero lamentar a amnésia que, em determinado momento, toma conta das pessoas e lembrar que quem derrubou o Sr. Cássio Casseb, do Banco do Brasil, o Sr. Candiota, do Banco Central, foram exatamente a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Valverde, que levantaram, na CPI do Banestado, a tese de que todos aqueles que tinham conta CC5 ou em paraísos fiscais estavam promovendo lavagem de dinheiro, que era dinheiro escuso. Criaram esse caldo de cultura e, cerca de uma semana depois, eis que aparece o nome exatamente do Dr. Casseb e do Dr. Candiota, como detentores de conta lá fora. Não procuraram saber se as contas eram corretas ou se não eram, mas, diante do clima criado, naquele tempo, o PT ainda tentava ser o monopolista da seriedade, não tinha outra atitude a tomar a não ser o afastamento. Porém, Sr. Relator Abi-Ackel, descobriu-se que a conta era legal e até hoje não se apurou a origem dos recursos ali aplicados. Mas é outra história. Sr. Presidente, Deputado Asdrúbal Bentes, temos que e é o primeiro passo dessas duas Comissões é promover uma acareação entre o Sr. Daniel Dantas, o Presidente do Citibank e o Presidente da PREVI, porque o Senador Jarbas Passarinho diz, com muita propriedade, que, para cada fato, existem três versões: “A minha, a sua e a verdadeira”. Eu acho que é a maneira oportuna de se descobrir exatamente quem fala a verdade e quem fala a meia verdade. Portanto, estou aqui com os dois requerimentos, Presidente Asdrúbal Bentes, que queria encaminhar às duas Comissões e pedir que essa acareação fosse feita da maneira mais rápida possível e que o PT volte àquele velho tempo, onde era inimigo feroz do Citibank, porque achava que, no Brasil, ele era um representante do FMI e era o famigerado roedor da poupança brasileira, e que se inspire naquele discurso do Presidente Lula, feito num encontro de Fundo de Pensão, pela primeira vez no Brasil, um Presidente de República participava de um ato daquela natureza, em que apela para que o Citibank, exatamente, seja mais generoso com os países pobres, e por aí vai. Acho que esta acareação é

fundamental. Sr. Dantas, algumas coisas precisam de esclarecimento, porque o leigo, o aposentado do Banco do Brasil, ou o que vai se aposentar, não consegue entender. Passamos daquele momento em que o Partido dos Trabalhadores era dono da verdade, monopolista do bem. Este Governo já mostrou que não gosta de Dantas. Primeiro, foi o outro, não gosta de Daniel. Primeiro, foi o Celso Daniel e, agora, V.Exa. O outro está morto e tentam fazer de V.Sa. um morto-vivo. No caso de lá, desqualificaram os irmãos: “É doido, irresponsável, lobista”. Até que ele veio aqui e falou. E vimos outra verdade. Daí por que o interesse é exatamente a apuração limpa, líquida e certa para que se saiba onde está, onde mora a verdade, onde as andorinhas dormem! Eu quero, por exemplo, uma explicação, que o senhor pode dar. Há oito meses, a TELEMIG estava sendo vendida para um grupo português por dois bilhões de dólares. Esse mesmo grupo, na época em que teve a venda vetada, está voltando a negociar a mesma empresa por 500 milhões de dólares. É preciso que quem está nos ouvindo entenda o porquê da mudança de preço pelo mesmo produto. Queria fazer uma pergunta também, V.Sa. pode responder no final. Nessa disputa, em que alguns participantes do Governo transformaram essa disputa numa questão pessoal, usando o poder do Estado, em determinado momento, o Banco Opportunity teve uma decisão a seu favor no CADE, por seis a zero. Quarenta e cinco dias depois, sem que nenhum fato relevante acontecesse, nenhuma novidade, perdeu por seis a zero. Houve interferência política de quem, como, por que e para quê? No caso da EMBRATEL, falou-se muito aqui disso. No caso da EMBRATEL, havia, de um lado, três grandes empresas brasileiras, as três grandes, disputando e uma operação comandada pelo Sr. Luiz Gushiken que, aliás, negou isso na Comissão, na sua oitiva. É fato que, no Gabinete dele, foram feitas várias reuniões. V.Sa. não participou dessas reuniões, mas Diretores da sua empresa tiveram participação. Pergunto. Quantas vezes, com quem presente e por que esse negócio não deu certo? Originalmente, parecia-me que tinha uma dificuldade de dar certo porque a legislação brasileira não permitia. Com que interesse se avançou e se enganou os empresários brasileiros por tanto tempo? E por que, de repente, num passe de mágica, entra a TELMEX como vitoriosa nessa questão? Em terceiro lugar: Existe negociações como essa feita no Acordo PREVI e Citibank no chamado PUT, um prêmio que é exatamente a garantia ou a vantagem que aqueles que fazem o risco da negociação recebem, que oscila entre 10 e 20%. Onde está o prêmio desse PUT? Quem o recebeu? Se recebeu? Por que não recebeu? Porque o que se sabe é que não existe precedente de, em

contrato dessa natureza, não existir a figura do prêmio e quem faz um contrato dessa natureza sem o prêmio está lesando o patrimônio de quem administra. V.Sa. conhece, pessoalmente, os dirigentes da PREVI, da PETROS e da FUNCEF? Teve com algum deles alguma divergência pessoal de qualquer ordem? Durante o período em que V.Sa. respondeu pela gestão das companhias telefônicas – BRASIL TELECOM, TELEMIG e AMAZONAS, os Fundos de Pensão tinham o direito de participar dessa gestão? Alguma vez V.Sa. fez oferta de compra da participação do Citibank ou dos Fundos de Pensão na BRASIL TELECOM? Se fez, quais as condições e qual a resposta que V.Sa. obteve? Outra pergunta: É verdadeira a alegação dos Fundos de Pensão, de que precisavam fechar acordo com o Citibank para dispor do direito de *tag along*? Por último, eu queria apenas lhe fazer uma sugestão, como V.Sa. tem direito às considerações finais, por cautela e por ver que até ao final desse depoimento V.Sa. tem se mantido muito seguro e cauteloso. Em uma intervenção desastrosa da Senadora Ideli, ela fez uma acusação que lhe passou despercebida, mas é preciso um esclarecimento. Ela acusou V.Sa. de ter sido o inspirador ou de ter participado de uma matéria que saiu na revista *Veja* da última semana acusando o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal. Como ele é oriundo desta Casa, é uma pessoa querida por todos e nós sabemos da sua isenção, da seriedade com que ele atua, ficará muito ruim se não houver uma resposta nas considerações finais, um esclarecimento por parte de V.Sa. Até porque, a Senadora Ideli assim procedendo, coloca muito mal não só a revista *Veja* como o repórter--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Nobre Senador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vou encerrar... Como o repórter que fez a matéria. É apenas uma sugestão e gostaria de ouvir as respostas de V.Sa. sobre o que indaguei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, prezado Senador Heráclito... A sua pergunta sobre o conhecimento dele com o Diretor de fundo de pensão seja... Não definido o período, porque há o período de Fundos de Pensão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Desde Cabral, [risos] quando ele veio de Portugal, criou o primeiro fundo de pensão, cujo patrimônio era o vinho Pêra-Manca. O primeiro patrimônio. Trouxe. Está na Carta de Pero Vaz de Caminha. Até V.Exa--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sei, até chegarmos aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Até V.Exa. chegar; passando por tudo, passando pela Fran-

ça, pela Argentina, pelos franco-brasileiros e pelos homens do mundo. Como V.Exa. quiser.

>> [risos].

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu gostaria de começar respondendo em as considerações que o senhor fez em relação à matéria da Veja. A Senadora Ideli fez essa asserção, mas disse que não era uma pergunta e, assim sendo, eu não tinha a faculdade de esclarecer. Nós não temos nada a ver com a matéria da Veja a respeito do Ministro Vidigal. Eu gostaria de autorizar, inclusive, que a Veja, se porventura nos tiver tido como fonte de qualquer matéria dessa natureza, que possa dizer que não temos nenhuma informação, não participamos, não conversamos com a Veja nem fomos ouvidos nessa matéria. A Veja nem nos procurou. Não há nenhuma participação nossa em relação à matéria que saiu do Ministro Vidigal na revista Veja. Em relação ao conhecimento dos administradores dos Fundos de Pensão, eu nunca estive com os administradores atuais da FUNCEF, da PETROS; com o Sr. Sérgio Rosa, que eu me lembre, eu acho que eu estive com ele pessoalmente em uma reunião apenas. Foi uma reunião na sede da PREVI, uma reunião em que ele estava recém-empossado, uma reunião onde nós fomos protestar sobre a compra da CRT, das pressões que os Fundos de Pensão estavam fazendo para que a BRASIL TELECOM pagasse o sobre preço na CRT. Na época, o Presidente da PREVI não era o Sr. Sérgio Rosa; era o Sr. Luiz Tarquínio, que hoje, se não me falha a memória, é presidente de uma empresa controlada pela PREVI, que é a Fundação Tupi. Essa é a informação que eu tenho. Não sei se ele ainda está lá. Mas o Sr. Tarquínio, eu o conheci. Tivemos algumas reuniões com o Sr. Tarquínio, poucas, e eu também conheci o Presidente anterior da PREVI, que era--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente... Sr. Daniel, o preço da TELEMIG, por que mudou de oito meses atrás para agora?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, o preço da TELEMIG é o seguinte, Senador, a venda da TELEMIG que estava sendo proposta naquela época era a venda da TELEMIG S.A., que era a companhia, e a venda que eles têm discutido no momento é a venda da TELPART. Então, há uma modificação de preço, mas a modificação de preço não é tão expressiva quanto essa dimensão. Na verdade, são produtos diferentes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A mudança de posição do CADE?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Senador, por favor! Já esgotou o seu prazo. Pode se reinscrever.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, vamos fazer um acordo? Em vez de reins-

crição, já que eu fui prejudicado, V.Exa. me tirou cinco minutos a minha revelia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Não, quem retirou foi o Plenário. Houve acordo no plenário. Eu apenas executo as decisões do Plenário.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em vez de reinscrição, me dê os cinco minutos para não perder o... A mudança do CADE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Eu creio que isso aí--

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Só responder as perguntas, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): O Plenário vai concordar.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quando houve o conflito com a TELECOM ITÁLIA em relação a... A TELECOM ITÁLIA saiu do controle da BRASIL TELECOM por ter adquirido licença de telefonia móvel e a BRASIL TELECOM não ter ainda antecipado as suas metas de universalização. Ela saiu do controle, contratando o direito de votar ao controle, muito embora esse contrato não atingia as iniciativas da BRASIL TELECOM. Como a BRASIL TELECOM comprou a licença de telefonia móvel também, houve uma superposição de licença que atrapalhava a volta da TELECOM ITÁLIA, e nós tínhamos tido informações de que havia influência do Governo em cima da ANATEL para ajudar ali, de alguma forma, que a transação se concretizasse da forma com que eles pretendia. Nós, então, entramos com uma... A BRASIL TELECOM entrou com a queixa no CADE... A ANIMEC entrou com uma queixa no CADE, e o CADE deu uma decisão, por cinco a zero, de que havia conflitos de concorrência e, nos 45 dias depois, o CADE muda a decisão para zero a cinco, e as informações que nós tínhamos tido é de que tinha havido pressões do Governo sobre o CADE para dar essa decisão. Eu não posso testemunhar sobre isso, porque eu apenas escutei isso. Eu não estava presente, não posso confirmar ter havido pressões do Governo em cima do CADE para mudar a decisão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço a V.Exa, nobre Senador, e passo a palavra...

[tumulto]

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Pela Ordem, Sr. Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): ... Ao nobre Deputado Fraga--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela Ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): O tempo de V.Exa. está expirado, Senador, em respeito aos Parlamentares que estão aguardando aí--

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Pela ordem, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sobre essa questão, o depoente está esclarecendo, está respondendo às perguntas feitas. Três delas ainda não foram respondidas. Não se trata de tempo novo. Se V.Sa. ainda tem alguma coisa a responder--

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Sr. Presidente, pela ordem.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Questão do PUT.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Tem a palavra V.Exa. --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador havia perguntado também--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, o encontro da TELMEX. São coisas importantes, Sr. Presidente, para quem quer apurar a verdade desses fatos. O encontro da TELMEX é um fato da maior importância, o encontro é--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Se V. Exas não fizessem peroração, discursos antes da inquirição, o tempo seria mais do que suficiente, mas cada qual quer fazer um discurso, para depois, então, inquirir. Vamos ser objetivos. Ter respeito até aos companheiros que estão aguardando desde de manhã, aqui, pacientemente.--

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Pela Ordem, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Com a palavra, o Deputado José Rocha, Pela Ordem.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes apresentou um requerimento e eu fui signatário inclusive, um dos signatários. Eu queria que o depoente, o Sr. Dantas, respondesse se concorda com a acareação, solicitado o requerimento com o Presidente do Citibank--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor me desculpe, mas eu, aqui, eu seria convocado para essa acareação. Não me cabe concordar ou discordar.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Cabe, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Deputado, esse requerimento será decidido na reunião administrativa.

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Eu queria saber se V.Sa. aceitaria ou não a acareação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Se o Plenário aprovar, ele será convocado. Eles serão convocados. Então, indago ao depoente se ainda tem alguma resposta.--

DEPUTADO JOSÉ ROCHA (PFL-BA): Sim, mas eu perguntaria--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Presidente, sobre a questão da EMBRATEL e sobre a questão do PUT, do prêmio.--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, sobre a questão da EMBRATEL, eu não estive presente nessas reuniões. Quem esteve foi Artur Carvalho, que trabalha conosco, e o que Artur me reportou é que estavam presentes, além dos representantes das Companhias Telefônicas, acho que duas pessoas do BNDES.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Presidente do BNDES?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Presidente do BNDES e o Diretor do BNDES.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só eles, mais ninguém?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É o que eu me lembro, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Já é bastante. O prêmio do PUT. Por que é que o... Onde anda esse prêmio?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Senador, eu não posso testemunhar sobre um contrato que eu não fiz. Eu não tenho conhecimento. Eu li esse contrato, porque foi publicado, como fato relevante, e eu não participei da elaboração desse contrato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero agradecer a V.Exa, Sr. Presidente, e quero pedir... O Deputado Abi-Ackel é um dos homens mais lidos deste País, eu queria passar à mão dele, de V.Exa. e do Relator, um artigo da colunista Rosângela Bittar, publicado no jornal Valor Econômico em 13/04, sob o título "Polícia Federal produz réu ilegal". Ministro Abi-Ackel, o artigo é baseado em um dos melhores Parlamentares que nós temos, com fonte do Deputado Paulo Delgado, que fez uma análise e uma avaliação da questão envolvendo essa briga e citando a participação da KROLL e a posição inclusive da Polícia Federal. Em determinado momento, ele, correligionário do Sr. Gushiken, diz que o Gushiken investigado não é o Gushiken Ministro. Portanto, não é questão de Estado, mas o lobista, o empresário defendendo seus interesses comerciais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço a V.Exa. e encaminho ao Relator.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Acho que é fundamental a leitura.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Encaminho ao Relator e concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Sr. Presidente, inicialmente vou me ater mais aos Fundos de Pensão. Primeira pergunta sem muitos rodeios... Concordo com V.Exa. que devemos ficar apenas na inquisição. Quando os Fundos de Pensão estiveram aqui na CPI, Sr. Daniel Dantas, os Presidentes, eles mentiram? As informações que foram dadas para nós, dos Fundos de Pensão, os três presidentes dos Fundos de Pensão, da PREVI, da PETROS e da FUNCEF, estiveram aqui e prestaram esclarecimentos... E o senhor certamente deve ter ouvido e eu queria saber do senhor se esses representantes dos Fundos de Pensão mentiram quando estiveram aqui?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deputado, de fato, não assisti à apresentação dos Fundos de Pensão. Temos aqui um relatório em que constam várias imprecisões que os Fundos de Pensão relataram aqui nesta Comissão.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Por exemplo?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Por exemplo, que eles não tinham direito de venda conjunta, o chamado *tag along* nos fundos administrados por nós. Eles tinham. Os Fundos de Pensão também disseram que eles não tinham liquidez. Eles tinham um contrato que dava a eles o direito de vender. Se eles por acaso mudassem de administrador, eles tinham.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Portanto, no mínimo, omitiram informações importantes para a Comissão. V.Sa. não considera que os Fundos de Pensão cometeram um erro, um equívoco, ou seja, se omitiram em manter sob sigilo o acordo com o Citibank, pois uma operação dessa magnitude não deveria ter sido comunicada aos associados e ao Conselho da PREVI? A sua opinião de empresário.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu nunca participei da PREVI e não conheço os regimentos internos. Pelo que li, eles teriam que ter sido comunicado, mas não posso dar opinião sobre disposições internas da PREVI.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): O Sr. Gushiken disse na CPI que o Sr. Luiz Demarco era seu amigo e que fez a lojinha virtual do PT. Estranhamente o Sr. Demarco, de acordo com informações da imprensa, recebeu, logo em seguida, cinco milhões de dólares do Citibank. Esse dinheiro seria uma espécie de comissão pela celebração do tal acordo com o Citibank e a PREVI, que o TCU, inclusive, acabou de condenar. O

senhor acha que isso é uma praxe em contratos dessa natureza? Foi normal o depósito desse dinheiro, esses cinco milhões de dólares para o Sr. Demarco?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tenho informação de quanto o Sr. Demarco recebeu do Citibank. Tenho a informação de que o Citibank celebrou um acordo com o Sr. Demarco e fez um pagamento. Esse foi um valor divulgado pela imprensa, mas não tenho como testemunhar que esse tenha sido o valor.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): O Senador Heráclito Fortes falou do PUT. Eu sou autor da ação que deu entrada no TCU, que o TCU, por unanimidade, suspendeu os efeitos do acordo. Aquela revista que o senhor mostrou aqui da qual já foi capa 21 vezes, colocou-me, e quero até me apresentar ao senhor, como novo liderado da sua bancada, a “bancada do Daniel Dantas” no Congresso, estranhamente porque eles não discutiram, em momento algum, o mérito da Ação e tentaram desqualificar a minha pessoa, colocando-me sob suspeita, mas, em nenhum momento, vi algum repórter questionar o mérito da ação. A ação é tão meritória, que, de imediato, o Tribunal de Contas da União suspendeu o acordo e causou uma reação muito estranha do Governo. Portanto, além do ato de me apresentar aos senhores, dizer que sou o Deputado Alberto Fraga, da sua Bancada, muito prazer, quero dizer que, em ações como aquelas, quantas aparecerem em meu gabinete, vou entrar. Depois, ainda de maneira muito estranha, bancada evidentemente pelo Palácio do Planalto, outro jornalista da Folha de S.Paulo disse que um Deputado do PFL tinha clonado uma Ação do Sr. Mota Veiga, que é o Advogado do Opportunity. Mas, tomei conhecimento de uma carta do Advogado Mota Veiga, dizendo que ele tinha visto êxito na Ação e resolveu copiá-la. Se eu dei entrada na ação no dia 25 de julho e o Dr. Mota Veiga deu entrada no dia 10 de agosto, eu não poderia ter clonado o documento que foi entregue na Casa Civil. Isso se deve evidentemente aos maus jornalistas e àqueles que costumam receber certa “jabazinha” do Palácio do Planalto, evidentemente patrocinado pelo Sr. Gushiken. Mas a pergunta que também queria fazer ao senhor, o Sr. Gushiken foi favorável ao acordo da PREVI com o Citigroup, num flagrante prejuízo para os fundos, pois considerava que seria preferível a perda no negócio a ter de ficar sob o domínio de V.Sa. Em outras palavras, o Sr. Gushiken considerou menos ruim, perder centos e poucos milhões do que ficar sob o controle acionário do senhor. Isso é ódio ou é o quê? Por que essa reação de alguém que lida com os Fundos de Pensão há tanto tempo? O prejuízo desse mau negócio foi de cerca de 170 milhões, como calculou o Sr. Valmir Camilo, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários

do Banco do Brasil. Esse seria o único caminho para conseguir o fim do comando do Opportunity?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nesse contrato que o Citibank assinou com os Fundos de Pensão, eles acordavam em substituir o Opportunity como um gestor do fundo. Se existiu alguma intenção complementar na Ação do CITI, não sei. Sei que isso era parte do contrato.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Era abaixo do contrato?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Isso era parte do contrato.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): É verdade que o PT, antes de chegar ao Governo, já tinha decidido afastá-lo da gestão da BRASIL TELECOM? V.Sa. já sofreu algum tipo de pressão por parte de integrantes do Governo para deixar o comando da BRASIL TELECOM? Finalizando, V.Sa. possui alguma prova, como documentos registrados em cartório, que comprovem esse tipo de pressão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós já tínhamos sido avisados, antes até de começar o Governo, que possivelmente enfrentaríamos essa hostilidade e que havia uma intenção de transferir o controle das empresas que estavam sob a nossa administração. Quanto à questão do... Qual foi a outra pergunta que o senhor me fez?

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Por que o Sr. Gushiken preferia um prejuízo de 170 milhões a ter de ficar sob o domínio do--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Na verdade, já estávamos na fase final do fundo. Esses fundos teriam de ser vendidos. Esses ativos teriam de ser vendidos. Por meio de uma medida judicial que foi entrada pela Fundação da BRASIL TELECOM, a Justiça reconheceu que a remoção do fundo Opportunity tinha sido irregular. E o Opportunity voltou, por um dia, à administração do fundo nacional. Se essa administração tivesse continuado com o fundo nacional, o Opportunity poderia ter vendido essas participações, e os fundos tinham o direito de acompanhar, nos seus co-investimentos, esse preço.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): Perfeito. Num depoimento prestado à CPI dos Correios, o Sr. Gushiken negou veementemente que influenciasse nas decisões de investimento dos Fundos de Pensão das Estatais, apesar de reconhecer a proximidade com os dirigentes das duas maiores entidades de Previdência privada no País: a PETROS e a PREVI. Sobre esse ponto, eu quero indagar ao senhor, o senhor considera que, de fato, o Sr. Gushiken influenciava as decisões dos Fundos de Pensão e por quê? O senhor acha que ele influenciava?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O senhor desculpe, mas... quer dizer, na qualidade, aqui de testemunha, eu não estou aqui para, quer dizer... o meu papel não é o de dizer a minha opinião a respeito. Eu posso dizer que eu tinha ouvido, eu tinha constantemente ouvido informações nesse sentido, mas não é algo que eu possa testemunhar.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PFL-DF): O senhor vê, o senhor demonstra ética. No entanto, eu acho que, se fossem posições opostas, seus adversários o teriam triturado aqui. No entanto, eu acho que o senhor se comportou de uma maneira muito ética, muito pacata, não... Eu acho que o Governo estava com receio do que o senhor poderia dizer, e eu também fico decepcionado, porque eu gostaria muito de saber algumas coisas aí do senhor, porque tudo que tem acontecido de ruim no Brasil normalmente estão dizendo que é o senhor. Chegaram até ao ponto aqui, quando suspenderam a reunião porque o Senado estava deliberando, de disser que era porque o senhor já tinha dado um jeito de suspender. Então, é esse tipo de, eu encerro, Sr. Presidente, tratamento que, infelizmente, que os aliados do Governo atribuem ao senhor. Por isso, acho que o senhor está sendo muito benevolente com o Governo, mas, se algum dia o senhor quiser realmente falar alguma coisa, eu aceito de bom grado essa missão para eu poder usar a tribuna. Muito obrigado.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Obrigado, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Obrigado, Deputado Fraga. Deputada Perpétua Almeida. Vamos suspender a reunião por cinco minutos, a pedido do depoente. Ausente a Deputada Perpétua Almeida. Deputado Zico Bronzeado. Ausente.

DEPUTADO ZICO BRONZEADO (PT-AC): Estou aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Não, o Deputado Zico está aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Asdrúbal, V.Exa. está mantendo a minha inscrição, não é? Está certo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Entendi que V.Exa. queria ficar para o final.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fico. Tudo bem. Só quero--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Mas se quiser, na condição de titular, V.Exa. tem a preferência. Eu estou chamando os suplentes já. Fica a critério de V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Disponho-me a me inscrever e terei direito a 15 minutos, não é? Terei direito a 15 minutos, conforme os titulares têm tido, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Dez. houve um acordo, já à noite, que, diante do número significativo de Parlamentares inscritos e a exigüidade de tempo, de que reduzíssemos a dez minutos. Mas evidentemente que com a tolerância de sempre.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Está bem. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, V.Exa. permite que, aproveitando a ausência do depoente, eu faça chegar às mãos de V.Exa. um documento, um dossiê que está aqui em minhas mãos e que eu gostaria de entregar à Comissão?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Certamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Bom, ontem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Solicito à--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, eu queria lhe explicar o porquê da entrega. Ontem à tarde, na Comissão dos Bingos, circulou um repórter fotográfico fazendo a distribuição de um dossiê chamado Dossiê Dantas, e esse dossiê, com esse papel requintado, sofisticado, constando cerca de cem perguntas, foi repassado para vários Parlamentares. Alguns jornalistas sérios me chamaram a atenção para o que estava acontecendo, porque havia um desvio de função, um fotógrafo credenciado pelo comitê de imprensa fazendo distribuição panfletária de matérias, tomando, naturalmente, partido nos assuntos da Comissão. Imediatamente pedi à Segurança que tomasse as providências, e aí a documentação foi apreendida e foi lavrado o termo sobre a questão. Juntamente com o material, apreendeu-se um aparelho de computador, de DVD, não sei bem o quê. Esse documento está sendo periciado, Sr. Presidente, e já se sabe mais ou menos a sua origem. Mas eu gostaria que a Comissão tivesse, sob sua guarda, cópia do documento. Não só para isso, mas também para que se veja, nobre Relator Osmar Serraglio, uma curiosidade. São cerca de 100 perguntas: umas, com respostas; outras, com comentários, ele pode dizer isso, pode dizer aquilo. Das 100 perguntas, cerca de 69 foram feitas e repetidas aqui *ipsis literis*. Não tiveram nem o cuidado, em alguns casos, de sair da seqüência. Então, eu queria passar à mão e mostrar que “bisbilhotagem” não é privilégio de um lado, nem de outro. Essa questão é ampla, geral e irrestrita. A “bisbilhotagem” ela existe, é da natureza humana.

Por isso esse dossiê foi distribuído. [risos] Eu pensei que, depois do que aconteceu ontem, alguns fossem pelo menos ter a cautela de mudar o texto, trocar as palavras, mas é um negócio interessante. Como essa oitiva vai repassar na televisão, eu aconselho aos Relatores que acompanhem, juntamente com essa peça, para ver que há muita gente prestando serviços que não são republicanos. Estão a serviço de quem não sei, mas vai ser fácil apurar, porque esse documento está sendo periciado, o papel é sofisticado, a redação é conhecida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Solicito a V.Exa. que encaminhe o documento. Já determino à Secretaria que extraia mais uma cópia, já que estamos aqui, as duas Comissões, para que fique uma cópia para cada relatoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): E distribua também aos Presidentes da Casa, para que se veja como as coisas estão acontecendo. Aliás, Sr. Presidente, sobre esse caso de escuta telefônica, um fato me deixou estarecido, Senadora Ideli, V.Exa. tem que participar dessas coisas. Na CPI dos Bingos, no depoimento do irmão do Sr. Celso Daniel, alguém do PT confessou que a escuta telefônica que houve ali, foi um pedido pessoal do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. E que a escuta foi feita, exatamente atendendo o pedido do Sr. Lula. Se a escuta, na época, foi legal ou ilegal, não é o caso a ser discutido. Agora, que ela foi fundamental, foi. Porque deu pistas para se descobrir a verdadeira face do que quiseram fazer do caso Celso Daniel. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Quero avisar aos membros da CPMI dos Correios que amanhã, às 10 horas, haverá reunião administrativa. Acredito até que os gabinetes já tenham recebido a comunicação. Mas reitero a presença de todos, pois serão decididas as matérias da próxima semana, inclusive as oitivas, quem serão ouvidos nas duas próximas semanas. Peço ao Deputado Abicalil para levar o roteiro das Subcomissões. Participo aos integrantes da Comissão que o depoente não está passando bem. Foi chamado um médico do Senado que vai atendê-lo neste instante. Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, porque, na realidade, é uma verdadeira maratona. O depoente está aqui, precisamente, desde as 10 horas da manhã, ou seja, já se passaram onze horas. É uma verdadeira tortura. Portanto, eu gostaria de pedir a compreensão de V.Exas. O depoente vai tentar concluir esta oitiva, até mesmo para evitar um retorno à Comissão.

DEPUTADO CÉSAR BORGES (PFL-BA): Acredito que V.Exa. deve proibir a repetição das mesmas perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Proibir não é bem o termo. Nós, assim como o Senador Amir Lando, já fizemos esse apelo. Infelizmente, muitos nem sabem quais foram as perguntas já feitas, porque não acompanharam, durante o dia inteiro, o desenrolar do depoimento. Vamos dar prosseguimento aos trabalhos. Concedo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado. Se possível, peço aos Parlamentares que façam seus questionamentos em cinco minutos, com objetividade, sem rodeios, sem discursos. Por favor, esse é o apelo que faço.

DEPUTADO ZICO BRONZEADO (PT-AC): Sr. Presidente, vou tentar ser breve. Sr. Daniel Dantas, farei meus questionamentos a V.Sa. e, ao final, se quiser responder, fique à vontade. O senhor declarou que fez uma negociação com a VIVO no primeiro semestre de 2004. Por que o senhor omitiu que houve uma negociação direta com a PORTUGAL TELECOM, entre setembro e dezembro de 2004, com diversas reuniões no prédio do Opportunity, onde também fica a PORTUGAL TELECOM? Diversas publicações afirmaram que o senhor pediu 300 milhões de dólares por fora para a PORTUGAL TELECOM. O senhor é conhecido por diversos processos contra jornalistas. O senhor processou alguém sobre essa afirmação? Então, ela é verdadeira? Coincidentemente, o senhor pede esse dinheiro por fora depois de fracassada a sua tentativa de alijar os Fundos de Pensão da TELEMIG CELULAR, quando os Srs. Henrique Pizzolato e Valmir Camelo, ligados à CELULAR, ligados ao senhor e a Marcos Valério, pressionaram a PREVI para que esta escolhesse sair da TELEMIG CELULAR. Se a PREVI tivesse saído da TELEMIG CELULAR, o senhor conseguiria montar uma estrutura que roubasse os fundos e desviasse todo o dinheiro para o Opportunity, certo? Como não funcionou, o senhor partiu para a “proposta indecente”, como a chamou o Presidente da Portugal TELECOM Horta e Costa. O senhor, então, pediu os 300 milhões de dólares por fora para poder comprar a parte do CITI na BRASIL TELECOM, certo? Como a PORTUGAL TELECOM não tinha como justificar o dinheiro por fora, o senhor manda o Marcos Valério junto com o Tesoureiro do PTB, Marcos Palmieri, para dizer ao Presidente da Portugal TELECOM que o Brasil é cheio de políticos corruptos e, por isso, precisava do dinheiro por fora. E, por isso, Marcos Valério entra na sala com o Presidente do PT e deixa o Palmieri de fora. Se os 300 milhões por fora ilegais saíssem, o senhor repassaria os 20 milhões de dólares ou 50 milhões de reais de comissão para o PT e o PTB e acertaria a vida de todo o mundo, não é isso? Como tudo furou, nós estamos aqui, porque o senhor é a origem do “Mensalão”. Era isso, Sr. Presidente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Está bom. Em primeiro lugar, as negociações com a VIVO sempre foram acompanhadas dos sócios da VIVO, que eram a PORTUGAL TELECOM e a TELEFÔNICA, de Espanha. Essas negociações começaram em maio e terminaram em setembro de 2004. Nunca houve qualquer solicitação de qualquer pagamento a PORTUGAL TELECOM que fosse por fora, fosse por dentro, fosse a título de qualquer outro pagamento, que não a compra da participação que estava sob negociação. Nunca pedimos ao Sr. Marcos Valério que fosse a Portugal conversar com a PORTUGAL TELECOM. Nunca foi como nosso agente. Não tínhamos necessidade de pedir ao Sr. Marcos Valério para ter qualquer contato com a PORTUGAL TELECOM, uma vez que as reuniões com a Portugal TELECOM, a TELEFÔNICA e a VIVO já estavam acontecendo conosco. Os participantes da PORTUGAL TELECOM e da TELEFÔNICA e VIVO, diversas vezes, encontraram com os representantes do Opportunity nessas negociações. Eu não sei se o senhor está lendo um dossiê que tinha sido distribuído aí, amplamente, ontem. Não sei se é isso. Mas as informações todas que constam desse dossiê foram construídas com o objetivo de criar embaraços ou fazer outra coisa. Elas não são verdadeiras.

DEPUTADO ZICO BRONZEADO (PT-AC): V.Sa. sabe que, nesta Casa, na maioria das CPIs que estão acontecendo, as investigações são fruto de matérias jornalísticas. Eu acho que é um rumo incerto, mas que permitiu desvendar várias verdades, e a maioria das perguntas que ouvi e vi, nesta Casa, são fruto de matérias jornalísticas, inclusive da CartaCapital e outras. Então, essa pergunta tem alguns questionamentos que foram extraídos inclusive de matéria jornalística que não foi contestada, se não me engano. Mas, como, na verdade, Sr. Presidente, temos aqui uma consideração da Mesa para termos coerência com o depoente, até porque ele não está passando bem, eu vou encerrar a minha humilde contribuição.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço a V.Exa. pela compreensão, Deputado Zico Bronzeado. Vamos prosseguir. Deputado Eduardo Valverde. Ausente. Deputado Ricardo Berzoini. Ausente. Deputado Jamil Murad.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Cumprimento o Presidente, os dois Relatores, o Depoente. Vou passar imediatamente às perguntas para simplificar e racionalizar o nosso trabalho. O senhor afirmou que a BRASIL TELECOM tomou prejuízo na venda das CRT, na sua exposição inicial, e ajuizou uma ação contra a

TELECOM ITÁLIA para recuperar esse dinheiro perdido. Essa ação ainda existe?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Gostaria da resposta.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nessa ação, a BRASIL TELECOM fez um acordo com a TELECOM ITÁLIA e resolveu abrir mão da capacidade de obter esse ressarcimento, tendo em vista as dificuldades que estava tendo para obter o ressarcimento, muito embora ela tinha também a estrutura de um [inaudível] que foi constituído--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Quer dizer, não existe mais a ação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não é claro que ela não exista não porque o [inaudível] não deu o *release* para a TELECOM ITÁLIA enquanto a fusão foi concretizada.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Outra pergunta, o conselho da BRASIL TELECOM aprovou a retirada da ação contra a TELECOM ITÁLIA?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sou membro do conselho da BRASIL TELECOM e não sei.

DPEUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Não, mas como é um negócio grande--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não sei se era necessária essa matéria passar em conselho.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Por que o Opportunity ganhou 65 milhões em um negócio com a TELECOM ITÁLIA e pesa sobre V. S.^a que teria retirado a ação sem a autorização da BRASIL TELECOM e retirado a ação contra a italiana em benefício próprio? Isso, inclusive, tem sido levantado contra V. Ex.^a como um banqueiro, empresário; tem sido levantado que, nos negócios, o senhor representa, às vezes, o Citibank, os Fundos de Pensão e o Opportunity, mas na hora em que faz os negócios o senhor puxa a “sardinha” toda para o Opportunity e larga o prejuízo para os outros, como parece ter acontecido aqui.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não é verdade. Primeiro, o seguinte quando o Opportunity--

DEPUTADO MURAD (PcdoB-SP): E isso seria inclusive uma desavença entre você e Luiz Gushiken.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Veja o seguinte, quando o Opportunity fez esse acordo com a TELECOM ITÁLIA.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, queria apenas por questões de Justiça e pela ausência, pedir que ele corrigisse, o Ministro Gushiken não se mete nisso. Ele foi injusto com o companheiro dele de base do Governo. Gushiken não se mete nisso.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Sr. Presidente, toda vez que o Senador entra, ele atrapalha.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Só um instantinho. O tempo urge e precisamos ouvir ali.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Deixa eu esclarecer, quando Opportunity fez o acordo com a TELECOM ITÁLIA da venda da sua parte, a TELECOM ITÁLIA exigiu que abrissemos mão de qualquer direito de acionar a TELECOM ITÁLIA por prejuízos que a TELECOM ITÁLIA tinha causado ao Opportunity. Nesse momento do acordo, o Opportunity já não mais representava o Citibank nem representava os Fundos de Pensão. Ali, o Opportunity representava apenas os clientes do Fundo Opportunity. Assim sendo, essa negociação só foi feita dessa forma, sem levar em consideração os interesses específicos do Citibank nessa negociação porque já não estávamos mais representando o CITI. Essa transação em nada vinha contra o CITI. Na realidade, o direito do Opportunity contra a TELECOM ITÁLIA em muito excedia esse valor. A TELECOM ITÁLIA é que foi rígida nas negociações, e só o que conseguimos obter de ressarcimento foi esse montante. Os prejuízos que a TELECOM ITÁLIA tinha nos causado excediam esse valor em muito. A BRASIL TELECOM, por outro lado, também tinha questões contra a TELECOM ITÁLIA, principalmente oriundas do assunto da CRT e, tendo em vista as dificuldades de obter ressarcimento por via judicial, as vantagens que entendia que a BRASIL TELECOM teria pelo contrato de fusão da operação de telefonia celular da BRASIL TELECOM com a operação da Tim e a contribuição da TELECOM ITÁLIA, de sua operação de longa distância para a BRASIL TELECOM, a BRASIL TELECOM concordou em celebrar um acordo geral, entendendo também que o fim do conflito societário lhe traria benefícios econômicos que justificariam esse apaziguamento de relações.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Eu estou aqui espremido pelo tempo e queria passar para uma outra pergunta. O Opportunity Fund, nas Ilhas Caymans, era para receber investimentos estrangeiros. A pergunta que eu faço é a seguinte, há investimentos brasileiros?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, o Opportunity Fund nas Ilhas Caymans é um fundo que investe internacionalmente, mas ele investe também no Brasil. Os fundos que investem no Brasil são impedidos de ter depósitos de residentes no Brasil, não de brasileiros. Ele pode ter depósitos de brasileiros, ele não pode ter depósitos de residentes no Brasil. O que a CVM instruiu que fosse feito é que seja colocado no prospecto do Fundo, e é colocado no prospecto, está no prospecto do Fundo, que cada aplicador declare

que não é residente no Brasil. Esses fundos são vendidos por bancos internacionais, que têm a obrigação de verificar essa condição.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): E a resposta que eu quero é a seguinte, há investidores brasileiros no Opportunity Fund?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: A resposta que posso dar a V.Exa. é essa, o prospecto do Fundo impede ou exige a declaração.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Mas não é a resposta. Estou perguntando--

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Mas é só essa resposta que eu posso ter.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Porque anteriormente havia sido declarado por V.Sa. que não havia. E eu quero dizer que o Sr. Luís Demarco é brasileiro, é cotista do Opportunity Fund e, portanto, V.Sa. faltou com a verdade ao dar essa informação.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não temos nenhum conhecimento do fato do Sr. Luís Demarco ser cotista do Opportunity Fund no presente.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): A CVM condenou os gestores do Opportunity por essa irregularidade.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Sr. Luís Demarco o que fez? Declarou que não era residente no Brasil quando era. E essa aplicação do Sr. Luís Demarco acredito que não exista mais no Opportunity Fund.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): O tempo de V.Exa. está esgotado, Deputado Jamil Murad.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Só mais uma pergunta, Sr. Presidente. A CEMIG foi comprada pelo Opportunity, quando ela foi privatizada, junto com uma empresa americana, a AES. A conta de publicidade dela era do Marcos Valério, da SMP&B. Quem ficou com a conta de publicidade dela depois da privatização?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não sei, nunca fizemos parte do bloco de controle. Foi uma participação acionária que esse Fundo teve, e a CEMIG era gerida pelo Governo do Estado, em conjunto com a AES, sem nenhuma participação do Opportunity.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Vou informar. Depois da privatização, então, quem ficou foi o próprio Marcos Valério, a própria SMP&B, e o Ex-Presidente da CEMIG, Sr. Elói Guimarães, foi do comando de campanha do Presidente Eduardo Azeredo, do então Governador Eduardo Azeredo, e daí surgiram investimentos em 80 candidatos, mais aquilo que o Sr. Marcos Valério chamou de “peixes graúdos”. O senhor sabe dar informação desses “peixes graúdos?”

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tenho nenhuma informação a respeito desse assunto da CEMIG.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Deputado, o tempo de V.Exa. se esgotou, eu vou passar--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Só encerrando, Presidente Asdrúbal. Eu queria dizer, com essa pergunta, que a performance do Sr. Marcos Valério como patrocinador de “Mensalão”, de campanhas, começou lá atrás, em 98, e o guru dele, o patrocinador dele, está hoje aqui fazendo o depoimento nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao Deputado João Fontes. Ausente. Deputado Ildeu Araujo. Ausente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Sr. Presidente, V.Exa. pode me permitir apenas negar essa insinuação?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Pois não, tem a palavra V. Sa.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Isso não é verdade. Já explicamos aqui que as contas do Marcos Valério com a TELEMIG e a TELENORTE, que tínhamos participação de controle, eram pagamentos para publicidade, essas informações já estão aqui à disposição da Comissão há bastante tempo. E foram feitas hoje apresentações adicionais que vão estar sendo encaminhadas a V.Exas. No caso específico da CEMIG, o Opportunity jamais teve qualquer participação administrativa nessa companhia.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Sr. Presidente, eu queria só dar ciência pública de que eu registrei o Requerimento nº 1010, pedindo a transferência do disco rígido apreendido na Operação Chacal da Polícia Federal, na sede da empresa Opportunity Fund, em poder da própria Polícia Federal hoje. E também a disponibilização da lista de todos os cotistas do Opportunity Fund nas ilhas Caymans para esta CPML.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): V.Exa. pode encaminhar à relatoria.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Já registramos esses dois requerimentos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Amanhã, na administrativa, V.Exa. encaminha.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Deputado, a quem está dirigindo V.Exa. no que se refere ao requerimento para as ilhas Caymans? Qual seria a autoridade a que V.Exa. está se dirigindo? Só para eu tirar uma dúvida aqui.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Para as autoridades monetárias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Da ilha Caymans, paraíso fiscal! V.Exa. está pedindo... Eu tenho muito medo que o Congresso hoje seja levado ao ridículo, por isso estou fazendo essa abordagem a V.Exa. Pedindo-

[tumulto]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Senador, seria ridículo não fazermos essa investigação.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Peço a V.Exas que evitem essa discussão, que espero não leve a nada.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O problema é porque esse não é o procedimento.--

[tumulto]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): Vamos discutir amanhã e, se houver algum aprimoramento no requerimento, V.Exa. vai poder anular ou --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Quero que haja eficiência no requerimento de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Senador Heráclito, amanhã se discute. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo de dez minutos.

[tumulto]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PcdoB-SP): O importante é as informações chegarem.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): ...Fazer de maneira correta para ser rápido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-BA): Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Deputado Asdrúbal Bentes, Srs. Relatores, Ibrahim Abi-Ackel e Osmar Serraglio, Sr. Daniel Dantas, é público que o Opportunity vendeu ações da BRASIL TELECOM para a Itália TELECOM e também que o Opportunity vendeu ações indiretas do Opportunity Fund, que tem uma participação minoritária, apenas 9%, em uma das empresas que controlam a BRASIL TELECOM, a ZIMER PARTICIPAÇÕES, sendo que o valor de venda dessas ações foi bem acima, do valor das ações da BRASIL TELECOM na Bolsa de Valores. Além dessas ações indiretas que fazem parte do chamado bloco de controle da BRASIL TELECOM, o Opportunity vendeu 9,8 milhões de ações diretas da BRASIL TELECOM Participações e também negociou essas ações por um preço bem acima do valor das ações em Bolsa, algo em torno de 73 reais, quando, na Bolsa, o valor estava em torno de 21 reais, sendo que essas ações nem ao menos faziam parte do bloco de controle da empresa. É algo surpreendente. Por que a

ITÁLIA TELECOM aceitou pagar um preço bem acima do valor de Bolsa por ações minoritárias e por ações que nem ao menos faziam parte do bloco de controle? Por favor. Serão breves e objetivas as perguntas.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Senador, não é verdade, essas ações faziam parte do bloco de controle. E a TELECOM ITÁLIA tinha uma visão, no momento em que fez a negociação conosco, de que o sócio mais resistente, quem mais queria ficar na BRASIL TELECOM, era o Opportunity. Ela, ao comprar nossa participação, imaginou estar comprando o fiel da balança entre a participação do CITI e a participação dos fundos, achando que assim facilitaria a negociação com as duas partes, tirando o sócio que a TELECOM ITÁLIA entendia que tinha maiores resistências a sair. Tínhamos direito de preferência na compra da participação do CITI. Assim sendo, em uma eventual venda de participações, a TELECOM ITÁLIA poderia perder a capacidade de comprar a BRASIL TELECOM, e entendeu que preferia resolver o assunto com o sócio que ela, talvez, entendesse como o mais resistente de conseguir remover. Foi feita a negociação; não foi nem a negociação que imaginávamos poder obter. Em outras negociações que já tínhamos tido com o Citibank e a TELECOM ITÁLIA, o preço pretendido por essas ações e o valor pretendido pelo ressarcimento de prejuízos que ela nos causou era maior.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quando e como o Opportunity adquiriu as ações diretas da BRASIL TELECOM Participações?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essas ações diretas foram adquiridas para complementar o bloco de controle e proteger o bloco de controle contra o desmembramento de conselheiros de administração, que tinha acontecido pelos Fundos de Pensão terem querido votar em conjunto com a TELECOM ITÁLIA, removendo o controle administrativo da estrutura de fundos que administrávamos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a data?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Ah, eu não lembro de cabeça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aproximadamente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não lembro de cabeça aqui agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Opportunity comunicou a CVM a aquisição dessas ações num volume tão grande?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O volume que a Opportunity comprou não era necessária a comunicação à CVM.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Através de que meios, ou através de que empresas, o Opportunity adquiriu as ações diretas da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES, e qual foi o valor da aquisição dessas ações?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho esses valores aqui, Sr. Senador. Eu vim aqui preparado para discutir assuntos em relação à possibilidade de que a TELEMIG e TELENORTE tivessem pago as contas do Marcos Valério indevidamente. Essas transações do Fundo CVC Opportunity a respeito de ações do Opportunity em si eu não as tinha levantado. Então, não tenho essa informação aqui agora.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas poderá V.Sa. encaminhar aos Relatores da CPI, por favor, essas informações? Eu encaminharei, depois, essas questões a V. Sa. Parte dessas ações foram adquiridas com recursos que estão fora do País?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não escutei.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se parte dessas ações teriam sido adquiridas com recursos que estariam fora do País.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Acredito que a grande maioria dessas ações foi adquirida pelo Opportunity Fund, que, na verdade, administra recursos de estrangeiros, mas esses recursos estão no País.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Parte teria sido adquirida por um fundo de empresa localizada no Uruguai?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não posso dizer isso agora. Não tenho essa informação neste momento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não poderia explicar por que foi utilizada uma empresa com fundos no Uruguai para adquirir ações da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O Advogado está explicando que isso aqui está no âmbito da Ação que o Citibank tem contra nós, em Nova York. Então, por conta disso, não vamos dar essas informações. Estamos cobertos pelo *hábeas corpus*.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E na relação de maiores acionistas da BRASIL TELECOM Participações aparece o ABN AMRO MONTEVIDÉU como um dos maiores acionistas. De quem é o dinheiro desse Fundo do Uruguai? Como o dinheiro chegou ao Uruguai? É do Opportunity ou de outros investidores?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Todo o dinheiro que comprou essas ações é dinheiro de investidores através do Opportunity Fund.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V.Sa. sabe qual é o grupo controlador da KROLL?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Se não me falha a memória é um grupo chamado MARSH.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Seria a KROLL controlada pela IBM e sendo a IBM um braço operacional de um instituto de tecnologia da informação, havendo alguma ligação. Porque teríamos o governo eletrônico na Casa Civil. O ITI é o responsável pelas chamadas chaves públicas de acesso aos códigos criptográficos das operações telemáticas via internet, ou seja, poderia ter sido por esse caminho que teria havido a forma de se obter algumas informações.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não tenho nenhum conhecimento de que a KROLL seja controlada pela IBM.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Diante das observações de V.Sa. neste depoimento hoje, recebi do Sr. Paulo Caldeira, Diretor do Citibank, uma carta enviada por V.Sa. no dia 22 de abril de 2005. É uma carta em inglês. Sobre ela, posso encaminhá-la às mãos de V.Sa. para que possa reconhecer, por favor, esse documento, tenho uma pergunta breve a respeito. O senhor tem alegado que os Fundos de Pensão prometeram pagar um valor elevado pela participação do Citibank. Essa carta mostra que o senhor fez uma proposta de valor semelhante conforme está aí, na primeira página e assinalado no parágrafo. Então, onde estaria o problema? A alegação de que o valor da PUT está elevado, de fato, procede? Se o senhor fez uma proposição de valor semelhante àquela que aconteceu, então, onde está o problema?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nós nunca fizemos nenhum comentário a respeito do negócio do Citibank com os Fundos de Pensão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas, hoje, na sua exposição, durante o dia, o senhor não alegou que os Fundos de Pensão haviam prometido pagar um valor muito elevado pela participação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. O que eu comentei é que os Fundos de Pensão haviam prometido oferecer um chão, um limite inferior elevado por um prazo longo. Um limite inferior de preço. Foi isso que eu comentei aqui. Mas eu não fiz nenhuma consideração a respeito desse contrato.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Eduardo Suplicy, permite-me?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite-me só para eu não... Se eu não for rapidíssimo no meu tempo... Depois de V.Exa, vou dar o maior tempo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa. tem um minuto ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato. Por isso, preciso aproveitar. De acordo com informações que chegaram ao meu gabinete, os aviões do Consórcio VOA seriam os Citation Excel, o King Air e o Citation X e prefixos PP RAA, PT WSJ, prefixo PT WUN, usados nos últimos cinco anos por políticos e autoridades dos mais diversos partidos. Poderia nos detalhar se de fato esses aviões, relacionados às empresas de V.Sa., de fato, transportaram-nos e para quais finalidades? Obviamente, por exemplo, terei o maior prazer, a qualquer momento, de levar um Senador, um colega meu, de dar uma carona. Isso não tem problema algum. Agora, vamos supor se tiver a finalidade... Vamos supor que esses aviões estivessem levando parlamentares para a realização das suas campanhas. Então, tipicamente, seria uma atividade legítima. A empresa...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Isso é proibido. Isso nunca aconteceu.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu queria...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nunca aconteceu transporte...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não aconteceu?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não aconteceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Senador Eduardo Suplicy, expirou o prazo de V.Exa.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Tinham instruções explícitas todas as empresas de que não podiam descumprir a lei e obviamente, nenhum administrador de empresa estaria disposto ao descumprimento da lei, por que motivo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Então, só...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela Ordem, então, Sr. Presidente. Eu só queria fazer um registro da observação que havia feito originalmente. Vou ler a sua resposta ao Jornal O Estado de S.Paulo: “Por que o senhor acha que foi chamado para depor nas CPIs?” Resposta: “Havia interesse dos envolvidos na disputa societária, e não de examinar se havia existido alguma irregularidade, etc.” “O senhor acredita, então, que a sua convocação é um ato político?”; “Não, não acho que seja um ato político. Imagino que possa existir intenção comercial, o que é diferente.” Só quero transmitir a V.Sa. que o propósito de pedir que o senhor viesse prestar um depoimento foi para esclarecer. Inclusive, eu conversei por diversas vezes com o Senador Heráclito Fortes a respeito de como

avaliava como importante a sua vinda, assim como também assinei o requerimento para que possa vir tanto o Presidente do CITICORP, quanto o representante legal para esclarecer. Acredito que, inclusive, com a resposta que V.Sa. aqui dá sobre a carta que mencionei há pouco sobre esse documento, isso já facilita muito os esclarecimentos que serão objeto de apreciação aqui. Será que precisaria haver acareação? Aqui já está dito, porque o próprio Sr. Paulo Caldeira mandou a carta, e o senhor teve aqui a oportunidade de esclarecer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, uma Questão de Ordem relevante para os trabalhos da Comissão. Eu queria apenas registrar, Sr. Relator, que um documento reservado do Citibank foi lido e colocado nesta Comissão, trazido pelo Senador Suplicy. Evidentemente, ele não está cometendo nenhum crime...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Enviado pelo diretor...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não está, para se defender... Agora, apenas para mostrar que é um documento reservado e que foi trazido pela Comissão. Acho que o culpado foi quem remeteu, apenas mostra uma coisa que eu não conhecia, que é a intimidade do Senador Suplicy com banqueiros. Eu pensei que em São Paulo o ligado a banqueiro fosse outro. Com relação à utilização de avião, lá vem a sucessão de São Paulo antecipada. O ciúme do Senador Eduardo Suplicy é porque sabe que há colegas que usam o avião da Vale do Rio Doce, e ele está temendo a concorrência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tendo sido citado, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): É o último orador que vai poder utilizar o Artigo 14.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, quero informar que não conheço o Sr. Paulo Caldeira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mais grave ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nem sei aqui o nome... O Sr. Paulo Caldeira. Não conheço. Ele observou as perguntas e resolveu encaminhar-me, como Senador, para esclarecimento. Como estamos aqui esclarecendo fatos, não vejo problema algum em trazer uma carta, objeto da correspondência de um para o outro, esclarecendo um assunto de relevância para a CPI. Portanto, é um registro que faço em defesa do esclarecimento importante para o interesse público.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Carta reservada entre dois bancos. Quero que fique o registro na Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Fica registrado. De imediato, passo a palavra ao penúltimo inscrito, o Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, eu pediria ao nosso barítono do Parnaíba, Senador Heráclito... Esse documento é público na ação de Nova York, não tem nada de secreto. Então, de certa maneira, o constrangimento não é tão grande. Sr. Presidente, Srs Deputados...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A ação de Nova York não é de abril. V.Exa. está blefando, e blefe não funciona nesta Casa. Essa carta é de abril. Informe-se melhor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, espero que o Senador respeite o depoente.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, eu pediria para retomar o tempo porque...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Asseguro a palavra ao...

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): A eloquência do ilustre piauiense é demais, eu sei, mas ele tem de se controlar um pouco para ouvir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Senador, não é o momento de polemizar. Eu asseguro a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, eu fui citado...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): O último a ser citado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, ele me chamou de barítono piauiense!

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Essa é a prática do pessoal do PFL aqui, interromper sistematicamente as falas para criar essa aparente tensão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu pediria ao Senador Heráclito Fortes que em respeito ao depoente, que teve problema de saúde, não interferisse na manifestação...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, eu fui citado e não respondi... Onde está o desrespeito? Eu fui chamado de barítono... Fui caluniado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, V.Exa. já chamou a atenção do Senador cinco vezes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Há uma Mesa que comanda

os trabalhos. V.Exa. precisa dirigir-se à Mesa para interferir.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): A frequência com que o ilustre Senador se exalta é proporcional a algum tipo de apreensão que ele guarda, sobre aviões e outras coisas. Mas isso aí é outra conversa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Exa. fique absolutamente tranquilo. Não andei com Marcos Valério nem tampouco participei de Mensalão. Minha vida é aberta, já foi investigada até pela [inaudível] do Banco do Brasil.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Continua tenso e apreensivo, explicando-se sem necessidade disso. Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. depoente... Eu só pediria ao Senador Heráclito, primeiro respeito, porque, se V.Exa. ficou nervoso, é porque tem rabo preso. Então, eu não admito esse tipo de provocação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu estou sendo agredido por V.Exa.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Eu quero garantir a minha fala...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): V.Exa.s [inaudível] Heráclito Fortes que retirasse o que disse, com todo respeito, em nome, inclusive, da boa relação que temos aqui na Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas o que tem para ser retirado, Deputado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): O comentário lateral é desrespeitoso ao Deputado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Qual deles?

[tumulto]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Quero dizer a V.Exa. que o agredido fui eu. Fui chamado de barítono, porque tenho uma voz horrível! Isso me prejudica!

[tumulto]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Peço ao Deputado Maurício que se abstenha de interferir porque está assegurada a palavra ao Deputado Fernando Ferro. Voltamos o tempo.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O nível de tensão do Senador é impressionante. A minha agressão foi chamá-lo de barítono. O Pavarotti do Piauí, no máximo, para ele ficar com raiva de mim, não pode.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu pediria a V.Exa. que me assegurasse direito de resposta...

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Ele não tem senso de humor, está tenso. Calma, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pelo contrário, eu estou tranqüilo.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Eu estou brincando. Não posso brincar com V.Exa?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nem a voz fina dele me abala.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Isso faz parte do universo, dos sons.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu solicito também ao Deputado Fernando Ferro que, ao invés de provocações, vá direto ao assunto.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Não, estou... sistematicamente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Este é o nível de liderança que o PT tem, hoje. Quem te viu, quem te vê!

[tumulto]

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, fui sistematicamente interrompido. Estou pedindo paciência e comedimento ao Senador e aos demais que estão exaltados e apreensivos. Sr. Presidente, o Sr. Daniel Dantas faz parte sem sombra de dúvida. Primeiro quero dizer ao senhor que é um massacre estarmos aqui a essa hora. Também imagino fisicamente isso que estamos passando. Mas vai aqui uma interpelação política com respeito a sua pessoa. V.Sa. faz parte de um grupo que, no Governo Fernando Henrique, junto com os Mendonça, Pêrsio Arida e Elena Landau, constituiu um núcleo político e ideológico para se apropriar de uma parcela do Estado brasileiro. O processo de privatização foi uma investida no patrimônio do País para atender grupos de que V.Sa. faz parte. E para fazer isso, usou-se dos expedientes políticos da interferência, das ações políticas, da pressão do Presidente da República, de aliados, até da [inaudível], no final foi utilizada para esse tipo de ação política. E é, na verdade, reconheço, uma ação que buscava defender interesses, inclusive, com os conflitos que tinham no interior do Governo de que o senhor foi mais próximo. Esses entre grupos do Pimenta da Veiga, do outro grupo lá que já existia lá de antes. São interesses conflitantes. Mas, eu queria fazer uma pergunta, primeira pergunta eu queria fazer, sim ou não. O senhor possui dois CPFs?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Possuí, no passado.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Ah, possuiu no passado?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi. E eu vou te explicar. Eu morava em Salvador até os 20 ou 19 anos de idade. E, para abrir uma conta bancária, eu tirei um CPF e abri uma conta bancária. Quando fui morar no Rio e comecei a trabalhar, não me lembrei que tinha o outro, e tirei um outro CPF. Nunca usei o CPF anterior. Nunca o usei. Depois, me foi informado que não há nenhuma irregularidade em possuir os dois. Só existiria irregularidade em dividir a renda em dois CPFs para tentar diminuir a alíquota de tributação, o que nunca aconteceu. O CPF já foi cancelado.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Não deixo de reconhecer que é um pouco estranha a possibilidade de se ter dois CPFs. Uma coisa que tem sido feita aqui, inclusive, nos bastidores, é que o senhor teria informações muito sérias e graves sobre a República. Alguém falou, alguém escreveu que V.Sa. teria dito: “Se eu falar, a República cai!”. Como sei que V.Sa. não é monarquista, o que poderia derrubar a República a partir da fala de V.Sa?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu nunca dei essa declaração!

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Tenho conhecimento de que V.Sa. teria dito que a República cairia. Inclusive aqui dito por alguns Parlamentares e repórteres que mandam informações. Acho que, a bem da verdade, se o senhor souber de alguma coisa, o senhor diga, o senhor não ameace, o senhor diga o que o senhor sabe, que é muito bom para a República, é bom para o Governo e é bom para o País. O senhor não pode é ficar chantageando, ameaçando e dizendo que tem informações demolidoras para o Governo. E não me interessa que tipo de demolição há que ser feita. Nós queremos a verdade! E gostaríamos de que, se o senhor tivesse a verdade, que o senhor a traga, porque isso é importante para nós aqui. Pelo menos, para mim, é muito importante, e acho que para a República é importante!

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu nunca comentei com nenhum jornalista que tinha informações demolidoras.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Porque o senhor é muito utilizado como um homem-bomba, aqui, que teria a capacidade de anunciar contas no exterior, do PT, denunciar contas no exterior, de outras pessoas que poderiam causar grandes constrangimentos. O senhor tem conhecimento disso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tenho conhecimento disso.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Está bem. Então vamos avisar à bancada que aqui utiliza muito as informações do senhor que estamos nos en-

contrando com ela. O senhor viajou recentemente para o exterior. Qual foi a sua última viagem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado, Deputado!

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, estou inquirindo, então peço que não tenha apartes, sem aparte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, só estou querendo ajudar. A pergunta anterior é a pergunta 43...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Não pode haver interferência. Eu asseguro a palavra ao Deputado Fernando Ferro. Depois V.Exa. pode pedir Pela Ordem, mas no momento oportuno, agora, não! A palavra está assegurada ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Não, não, não precisa ninguém botar carapuça. Não precisa!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, é a pergunta 43...

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O senhor viajou recentemente para o exterior? Qual foi a sua última viagem para o exterior?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não lembro. Talvez... Acho que foi para Nova York.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O senhor tem algum problema de ir aos Estados Unidos, algum problema com a Justiça?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, não tenho nenhum problema de ir para os Estados Unidos.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O senhor nos poderia fornecer faturas de publicidade de empresas controladas pelo Opportunity, desde 1998?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Poderia te fornecer... Eu posso pedir a essas empresas que...

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Bom, de qualquer forma, se o senhor puder, melhor; senão, vou fazer um requerimento solicitando essa informação.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Esse é um direito que assiste aos senhores, mas eu posso pedir que eles mandem. Acho que a TELEMIG e a TELENORTE já mandaram essas faturas e acho que a BRASIL TELECOM, também.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O senhor se dispõe a abrir o sigilo bancário e fiscal?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Do meu?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sim.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Por quê?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Só estou perguntando. O senhor se dispõe a abrir o sigilo bancário e fiscal?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, se for obrigado, eu vou ter que abrir. Mas eu me dispor? E os outros? Eu sozinho?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Estou falando aqui para o senhor, com V.Sa. Quais outros?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não. Os outros empresários brasileiros também teriam que abrir ou só eu?

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Todos que estiverem aqui passando por algum processo de investigação, se for preciso, farão. Não será feito coletivamente. Tem de ser feito individualmente. Só estou solicitando se haveria disposição, porque, quando a gente não deve, não teme, não tem problema!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Deputado Fernando Ferro, o tempo de V.Exa. se esgotou.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Não, não. Eu comecei eram 21h50, anotei ali.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): São 10 minutos.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Não, não, fui interrompido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu marquei aqui, às 21h45, após a interrupção.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Eu fui interrompido várias vezes, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Após a interrupção. Todas as interrupções eu tive o cuidado de marcar. Peço a compreensão de V.Exa. V.Exa. se reinscreva, se quiser.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Então quero concluir. Vou fazer uma última questão, porque V.Exa. permitiu a outros parlamentares. Estou pedindo uma isonomia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Tem a palavra para a última indagação.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Qual o patrimônio do Opportunity Fund, hoje e à época da privatização? O valor do patrimônio o senhor pode dizer?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado, qual o número dessa pergunta?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Na época da privatização, eu não tenho. O valor total do patrimônio administrado pelo Fundo Opportunity é de oito bilhões.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Atual?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Atual.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Na privatização não tem?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, aqui não tenho esse dado, no momento.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Gostaria que o senhor o fornecesse. Sr. Presidente, muito obrigado. E lamento porque fui interrompido sistematicamente. Quero-me reinscrever, viu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, explicando-lhe que, agora, é de 10 minutos, em virtude de um acordo celebrado aqui no Plenário.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço o esclarecimento de V.Exa--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Excelência permite, apenas informar, Sr. Presidente, que o Presidente Rogério Correio, da IBM, na revista Banco Hoje, de maio, informou que a IBM é de fato controladora da KROLL. Só para registrar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Fica registrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, para não interromper agora o Deputado e daquele momento, [inaudível] quando o Deputado estava falando, que aquela pergunta 43, eu só quis colaborar com ele. Que está aqui no dossiê que pergunta assim: "É verdade que o senhor tem dois CPF? Quais os números?" O que eu quero dizer que ficou incompleta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, ninguém tinha feito essa pergunta ao ilustre parlamentar baiano. E eu fiz a pergunta porque eu tive acesso e fui assessorado para isso, como vocês são assessorados para fazer as perguntas de vocês.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor está nervoso por quê? Eu só estou... Para que tanta irritação? Eu só quis ajudar o Deputado!... Não sei por que a irritação. Deve ser por causa do horário...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Eu creio, nobre Deputado, que nada impede que ele faça a pergunta mesmo que estivesse constando em qualquer manual. Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Cardozo, o último inscrito.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agradeço ao Presidente, meus cumprimentos ao depoente. [risos]. V.Sa. logo no começo do depoimento de hoje, do longo depoimento, em outros momentos citou a questão da compra da COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, a CRT, como talvez

um dos primeiros pontos de conflitos que obviamente foram aqui expostos por V.Sa. Eu fui autor da representação ao Ministério Público que objetivava apurar eventual compra superfaturada nesse preço. Gostaria de ouvir a opinião de V.Sa. sobre alguns aspectos nesse caso e outros que posteriormente me surpreenderam. Me recordo que na documentação que foi juntada à representação que ofertei ao Ministério Público, havia uma correspondência do Sr. Mauro Salles, dirigida ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em que falava de uma verdadeira sangria de recursos, no caso. Indago de V.Sa.: Qual o papel que o Sr. Mauro Salles teve nesse caso? Essa primeira pergunta eu complemento a seguir.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Através de uma empresa interamericana de consultoria foi contratado pela BRASIL TELECOM para ajudar nas negociações com a telefônica no objetivo de conseguir comprar a CRT por um preço que fosse justo. Na verdade, era mais para tentar resistir à pressão do sobre preço do que apenas uma negociação no sentido convencional, porque existia a pressão dos Fundos de Pensão e outras pressões em volta a fazer pagar o preço. E o Sr. Mauro era a empresa contratada pela BRASIL TELECOM para essa negociação.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quando o senhor fala em pressão sobre preço, essa pressão vinha de onde exatamente?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Essa pressão vinha dos Ministérios das Comunicações, essa pressão vinha da PREVI, era uma pressão generalizada – vinha do BNDES – tentando impulsionar ou motivar a BRASIL TELECOM a fazer essa aquisição. Uma pressão mais expressiva era da PREVI.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me parece uma coisa estranha haver uma pressão nesse caso, no sentido de elevar o preço, uma vez que o interesse que creio do Governo e dos Fundos de Pensão seria pagar um preço mais baixo. A que V.Sa. atribui a razão desta pressão feita pelo Ministério, no caso, se não me falha à memória, ao Ministro Pimenta da Veiga, o Ministro, à época. A que razão atribui V.Sa. a essa pressão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Bom, eu não tenho a quem atribuir aqui. Eu só posso testemunhar ao fato de que houve a pressão.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V.Sa. não tem nenhuma explicação para haver uma pressão para se pagar a mais o que se pudesse pagar a menos?

O SR. SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Nenhuma explicação que eu possa provar. Quer dizer, vejo ali que teve uma articulação entre TELECOM ITÁLIA

e TELEFÔNICA, contra os interesses da BRASIL TELECOM e a benefícios de interesses outros que não da companhia.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): V. Sa. chegou a ter alguma informação de que pudesse ter havido algum tipo de pagamento de propina, no caso, para essa transação?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foi essa suspeita da BRASIL TELECOM e por esse motivo contratou a KROLL, para tentar achar indícios e evidências de que tenha havido.

DEPUTADO EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve alguma constatação de evidências nesse caso?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Eu não tenho informação disso. Eu não tenho informação do relatório da KROLL. Os Advogados que assistiam a BRASIL TELECOM é que lidavam com ela e iriam decidir se usariam evidência se, porventura tivessem sido encontradas, nos procedimentos judiciais que a BRASIL TELECOM tentava conseguir entrar contra, na época TELECOM Itália, nos Estados Unidos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma coisa que me surpreendeu posteriormente é porque nesse caso ficava evidente que havia um litígio entre a TELECOM ITÁLIA, que havia sido a ofertante do sobre preço, e obviamente a resistência que havia sido feita pelo Banco Opportunity. Inclusive eu tive contato com um livro que foi publicado por dois jornalistas italianos que narravam o *modus operandi*, digamos assim, da TELECOM ITÁLIA, comandada pelo Sr. Colanino, se não me falha a memória, que teria feito algo semelhante na Sérvia e em outros lugares. Ou seja, mostrava que havia um litígio forte. Posteriormente, a imprensa noticiou, porém, que houve um acordo firmado entre a Opportunity e a TELECOM ITÁLIA, tendo como objeto a venda de ações da BRASIL TELECOM. Isso me surpreendeu profundamente, Dr. Daniel Dantas, porque diante daquela situação em que havia aquele superfaturamento denunciado, um evidente litígio, por que, posteriormente, o Opportunity fez um acordo com a TELECOM ITÁLIA?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: São dois assuntos. Primeiro, a TELECOM ITÁLIA foi comprada, o Sr. Colanino vendeu a TELECOM ITÁLIA à PIRELLI, que era administrada por outra pessoa. Quer dizer, o Sr. Colanino já não estava mais na TELECOM ITÁLIA naquele momento. Quando o CITI desfez a sociedade com o Opportunity, o Opportunity ficou com uma participação na BRASIL TELECOM que, diferente do que o Opportunity tinha oferecido de direitos aos outros cotistas, quer dizer, os outros que saíssem da nossa administração tinham o direito de vender para quem ficasse

pelo preço justo. Nós não tínhamos, era assimétrico. Então, como a TELECOM ITÁLIA fez uma oferta para a compra das ações do Opportunity que era mais fácil de conseguir realizar o investimento do que resolver por via judicial com o Citibank os direitos de *tag along* que essas ações tinham, nós acabamos julgando que era uma operação conveniente e fechamos a operação com a TELECOM ITÁLIA, mas, para que essa operação pudesse ser resolvida, havia questões regulatórias, também. E a TELECOM ITÁLIA acabou concordando de fazer a fusão das operações de telefonia móvel – que eram o impedimento da volta da TELECOM ITÁLIA ao bloco de controle da BRASIL TELECOM – e a BRASIL TELECOM já tinha proposto à TELECOM ITÁLIA diversas vezes juntar as duas operações. Faria o maior sentido econômico que a operação da TIM e da BRASIL TELECOM fossem a mesma na Região II, e a TELECOM ITÁLIA nunca havia concordado. E a TELECOM ITÁLIA resolveu mudar de posição, então isso acabou viabilizando o negócio.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, nesse acordo, digamos assim, nesse negócio firmado entre o Opportunity e a TELECOM ITÁLIA, chegou a ocorrer algum tipo de compensação financeira por eventuais prejuízos verificados na compra da CRT ou não?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Chegou a haver compensação na compra da CRT... Nós já tínhamos proposto isso no passado. Os ganhos de sinergia que a BRASIL TELECOM tinha com a fusão com a TIM, e particularmente o fato de a TIM conceder a operação de longa distância, toda sua operação de longa distância para a BRASIL TELECOM traria benefícios para a BRASIL TELECOM. A BRASIL TELECOM entendeu que justificava abrir mão das pendências judiciais, dada sua percepção da chance daquilo que poderia ser recebido. Isso tudo foi acompanhado por especialistas, Advogados etc.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, considerando que houve essa transação e que, portanto, houve compensação financeira para o Grupo Opportunity, não teria então sobrado a única lesão dessa venda da CRT para os Fundos de Pensão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Como assim?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, na medida em que houve o superfaturamento na aquisição da CRT da ordem estimada de 250 milhões de dólares, havendo posteriormente um acordo entre Opportunity e TELECOM ITÁLIA onde houve uma compensação das perdas do Opportunity, minha

questão é: A perda, então, com a questão da CRT, ficou exclusivamente com os Fundos de Pensão?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Não, na realidade é o seguinte: os Fundos de Pensão foram parte da perda. Os Fundos de Pensão é que em conjunto com a TELECOM ITÁLIA, queriam pagar o sobre preço.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim, mas houve uma lesão aos cofres dos fundos na medida em que pagaram um preço maior.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Motivados pelos próprios fundos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Motivados pelos próprios fundos.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Pelos próprios fundos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dentro da versão que V.Sa. dá.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Perfeito. Motivados pelos próprios fundos.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, no caso, na medida em que houve acordo entre Opportunity e TELECOM ITÁLIA...

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Foram dois acordos, um acordo do Opportunity com a TELECOM ITÁLIA e outro acordo da BRASIL TELECOM com a TELECOM ITÁLIA. No acordo da BRASIL TELECOM com a TELECOM ITÁLIA, a TELECOM ITÁLIA aportou à BRASIL TELECOM sinergias e negócios em valor que a BRASIL TELECOM entendeu justificável para abrir mão dos seus direitos. Só para dizer o seguinte: os direitos que o Opportunity tinha contra a TELECOM ITÁLIA do qual recebeu os 65 milhões eram mais de duzentos. Nós tivemos que fazer concessões para conseguir realizar uma transação.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, então, deduzo que o prejuízo que os Fundos de Pensão tiveram com essa conta superfaturada permanecem até hoje em aberto.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Os prejuízos quê?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que os Fundos de Pensão tiveram ao fazer essa compra superfaturada não foram de nenhuma forma recompensada aos Fundos de Pensão.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: O entendimento da BRASIL TELECOM é que, dadas as condições que ela tinha para o ressarcimento e as provas que poderia ter obtido, que a transação que fez com a TELECOM ITÁLIA recompensou a BRASIL TELECOM na medida do que foi possível. Agora o fato é que a BRASIL TELECOM, com a compra da CRT, perdeu mais do que foi possível recuperar, mas não era possível recuperar mais do que recuperou.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Logo, na sua avaliação, ainda há dano em aberto para os Fundos de Pensão, em decorrência dessa operação ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Deputado José Eduardo, o tempo de V.Exa. esgotou. Lamento, mas vamos aguardar a resposta do depoente.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Gostaria só de ouvir a resposta do depoente.

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: Quando a BRASIL TELECOM entrou com uma ação de perdas e danos contra a TELECOM ITÁLIA, para tentar recuperar, os Fundos de Pensão foram contra, votaram contra a ação; os fundos eram contra o ressarcimento. Em 9 de abril de 2001, eles votam no Conselho de Administração contra acionar a TELECOM ITÁLIA para tentar obter o ressarcimento das perdas provocadas por...

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A data disso é 9? Os fundos são contra a pedir o ressarcimento?

SR. DANIEL VALENTE DANTAS: É. Contra a ação que buscava o ressarcimento, eles assinam na reunião prévia de INVITEL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Peço a compreensão de V.Exa., Deputado.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Peço, na humilde condição de suplente que fala ao final da noite, na madrugada, eu tenho muitas perguntas a fazer ao Sr. Daniel Dantas, mas me curvo a determinação de V.Exa.

RELATOR OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, o depoente está me solicitando a dispensa de quaisquer outras indagações porque ele não está se sentindo mais em condições. Já teve atendimento médico aqui há pouco tempo. Então, peço a compreensão de V.Exas até levando em conta, uma questão de humanidade.

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente, eu não vou nem fazer perguntas, eu só queria ter o direito de falar. Eu não vou fazer perguntas; se ele não estiver aqui, não tem problema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Sim, V.Exa. terá todo o direito de falar amanhã na reunião administrativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é o seguinte, Sr. Presidente...

[tumulto]

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA): [inaudível] CPI, Sr. Presidente. Tentou enganar a sociedade, mentiu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): Não dá assim. Agradeço a participação do depoente e de seus assessores. Convocar reunião da CPMI dos Correios-

SENADORA ANA JULIA CAREPA (PT-PA): Ele bem sabia [inaudível] por isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES (PMDB-PA): --Para amanhã, às 10h, reunião administrativa, e encerrar a presente reunião.

Sessão encerrada às 22h10.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 38ª Reunião, realizada em 22/09/2005

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes e ainda com as presenças dos senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Sibá Machado, Luiz Otávio, Jefferson Peres, Heloísa Helena, José Jorge, e dos Deputados Jorge Bittar, Osmar Seraglio, Carlos William, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Jamil Murad, Gervásio Oliveira, Sílvio Torres e Ildeu Araújo reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião é de caráter administrativo. Com a palavra, o Senhor Relator procede com suas considerações, mas pela falta de quorum não foi possível aprovar os requerimentos propostos. Fizeram uso da palavra os Senhores parlamentares: Ideli Salvatti, Antônio Carlos Magalhães Neto, Heloísa Helena, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Mauricio Rands, Carlos William, Nelson Meurer, Ildeu Araújo e Jorge Bittar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*,

Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com as bençãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 38ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios.

A pauta de reunião destina-se à apreciação e votação de requerimentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com relação à agenda da semana que vem, estamos acertando pequenos detalhes e, no final, após a votação dos requerimentos, será discutida na agenda da próxima semana.

Peço a compreensão dos ilustres pares no sentido de que agilizemos hoje os trabalhos, porque, às 14 horas, temos, na Subcomissão, o depoimento do Sr. Maurício Madureira. Então, gostaria de contar com a colaboração de todos para que votemos, inicialmente, tudo o que é de consenso e deixemos para o final o que temos que discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só queria fazer uma colocação, se V. Ex.^a me permite.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu havia pedido pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como sugestão ao Relator sobre a programação da semana que vem.

Deputado Osmar, queria fazer uma sugestão a V. Ex.^a. Veja bem: tivemos alguns depoimentos muito importantes para a CPMI nos últimos dias que podem render informações, a partir das quais... Deputado Osmar, a partir das quais, nos orientarão inclusive definir pela aprovação de certos requerimentos, definir pela requisição de certas informações.

Então, eu proporia, Deputado Osmar, que, entre segunda e terça-feira, fizessemos uma reunião informal, sem qualquer caráter oficial, dos membros da CPMI, para fazer essa análise das novas informações que nos foram transmitidas a partir dos últimos depoimentos, a fim de que, na próxima quinta-feira, na nossa reunião administrativa, cheguemos aqui com, mais ou menos, um mapa construído do que deve ser o próximo passo

da CPMI, seja na aprovação de requerimentos ou na solicitação de outros documentos.

Solicitaria a V. Ex^a como Relator que fizesse essa convocação informar para que, a partir do que foi produzido, a gente possa nortear, antecipando assim, os trabalhos da reunião administrativa da próxima quinta-feira que terá que ser muito mais produtiva em termos de qualidade e quantidade do que esta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Depois, Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A seguir, o Deputado Eduardo Paes e vou encerrar os “pela ordem”, porque vira desordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na nossa reunião administrativa da semana passada, quando chegamos em mais um daqueles tradicionais impasses deliberativos entre nós, tinha ficado acertado que faríamos esta semana a reunião do Presidente Relator e Sub-relatores para a gente poder dar os encaminhamentos de cada um dos temas, de focos que a CPMI está trabalhando.

Até por conta da ausência do Presidente Delcídio – que, em decorrência de problemas políticos locais, não pôde estar conosco ao longo dessa semana – não pudemos realizar essa reunião, mas ela é uma reunião imprescindível, uma reunião em que temos que ter todo o cuidado de poder trabalhar e ver os planos de trabalho de cada uma das sub-relatorias e tal. Então, para nós é muito importante.

Por isso que estamos entendendo que vamos acabar ganhando tempo se organizarmos os trabalhos das sub-relatorias com o plano de trabalho e não tivermos hoje grandes deliberações, deixando que elas sejam submetidas na próxima reunião administrativa da quinta-feira e que possamos, na semana que vem, nos dedicar a organizar as sub-relatorias com os planos de trabalho e tal.

Eu também me inscrevi em um “pela ordem”, Sr. Presidente, porque a gente tem buscado, dentro das nossas condições, contribuir com a agilidade dos trabalhos e uma das coisas que têm me causado bastante preocupação, já tomamos algumas providências, temos buscado monitorar, temos trabalhado junto ao Presidente e ao Relator, são determinadas deliberações da CPMI que acabam não se operacionalizando, ou seja, são aprovados os requerimentos, mas depois os ofícios não são expedidos.

Tivemos um caso concretíssimo, o da Secretaria de Previdência Complementar, que estava sendo cobrada pela imprensa, de ofício, e, na realidade, depois, se configurou que não tinha sido expedido aqui pela Secretaria da Comissão.

Eu queria, Sr. Presidente, que, de uma vez por todas, pudéssemos ter uma agilidade e um monitoramento desses requerimentos expedidos e quero trazer um caso bem concreto. Há o Requerimento nº 560 que foi aprovado em 27 de julho e que...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Dia do meu aniversário.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...é um requerimento a respeito de sigilo bancário das empresas do Marcos Valério retroativo a 1997. Temos aqui um expediente de quebra dos sigilos dos últimos cinco anos, mas nesse caso, como a maneira de operar do Sr. Marcos Valério apresenta indícios...

Eduardo, posso só lhe dizer? Não estou trazendo assunto novo. Eu estou trazendo apenas um requerimento já aprovado que não foi encaminhado. O meu único pedido é de que a aprovação dos requerimentos, e de forma específica este, possa ser operacionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, a Presidência acolhe a reclamação de V. Ex^a, que é justa...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Atenção, atenção. Senador Eduardo...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, depois me inscreva. O meu é super-rápido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vamos nos entender e vou propor ao Presidente... porque o Vice é um carregador de piano. Então, vou propor ao Presidente que essa parte de fiscalização da correspondência me seja conferido esse encargo para que possa realmente haver um melhor relacionamento entre as sub-relatorias e a relatoria, porque não está havendo um entrosamento e uma harmonia e precisa haver, sob pena de nos perdermos.

Vou propor ao Presidente Delcídio, tão logo ele chegue, para que a gente possa ficar responsável pela fiscalização das correspondências recebidas, expedidas e, com isso, dinamizar um pouco mais o trabalho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra o Deputado Eduardo Paes.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu, Sr. Presidente, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente para, primeiro, dizer que estamos aqui desde o começo, em nosso encontro no dia de hoje, buscando o entendimento, porque há uma série de requerimentos aprovados. Claro que, a partir dos depoimentos desta semana, outros necessariamente terão que ser aprovados, mas acho que nós devemos buscar, neste momento, cada vez mais acertar o foco da CPMI. Portanto, gostaria de tornar público o entendimento que tivemos no sentido de aprovarmos no dia de hoje aqueles requerimentos que o Sr. Relator propuser como requerimentos consensuais.

Não haverá de nenhuma parte, salvo manifestação em contrário de qualquer indivíduo aqui, mas houve um consenso, um entendimento de que nós não faríamos requerimento de preferência e simplesmente aprovaríamos aqueles consensuais estabelecidos pelo Deputado Osmar Serraglio, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para concluir, Sr. Presidente, queria e não poderia deixar de fazê-lo, chamar a atenção para a impropriedade, o descabimento das reuniões conjuntas das CPMIs. Acho que tivemos duas experiências da CPMI dos Correios com a CPMI do Mensalão que não foram boas experiências.

Quero dizer inclusive, Sr. Presidente, – e queria manifestar publicamente a minha solidariedade – que tenho tido todos os embates do mundo nesta CPMI. A Senadora Idelli é quase que uma adversária constante no debate parlamentar como tantos Parlamentares aqui do Partido dos Trabalhadores o são. Vimos aqui debates fortes, intensos entre o Deputado Jorge Bittar e o Deputado ACM Neto, mas nunca, dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, perdemos a compostura parlamentar. Essa é a grande verdade. Às vezes, a coisa esquenta um pouco, mas se mantém no debate parlamentar verbal.

Quero aqui, Sr. Presidente, manifestar a minha solidariedade, porque acho que todos nós neste período, com todos os conflitos que tivemos, buscamos sempre nos manter no debate parlamentar e no debate político e tratando da conduta pública de cada um de nós.

O que se passou no dia de ontem, quando manifestei minha solidariedade em relação à Senadora Heloísa Helena, é que o Deputado Eduardo Valverde fez uma agressão pessoal à Senadora Heloísa Helena, inaceitável, e que só podia provocar na Senadora Heloísa Helena a reação que ela teve ontem. Nós sabemos que a Senadora é uma mulher valente, firme, mas também sempre mantendo o debate político.

E é inaceitável que nós tenhamos que nos misturar com esse tipo de conduta. Esta CPMI não tem tido esse tipo de conduta. Se existem parlamentares que têm esse tipo de conduta, eu acho que não devemos mais aceitar que isso possa vir para dentro desta CPMI, porque, com todos os embates aqui, eu nunca tinha visto nenhum tipo de agressão pessoal, e olha que eu tenho participado de boa parte desses debates, dessas discussões parlamentares.

É inaceitável, é inadmissível e, portanto, vamos tomar muito cuidado, Sr. Presidente, com essas reuniões conjuntas, porque figuras que não merecem nosso respeito, não têm tido a conduta que os membros desta CPMI têm tido, acabam por gerar situações que não nos são confortáveis, que não nos agradam, mas são mais do que justificadas. Eu quero dizer que a postura da Senadora Heloísa Helena era mais do que justificada.

Aliás, o embate começou por causa de um debate entre mim e a Senadora Ideli, mantinha-se no campo parlamentar, até aquele cidadão entrar e transformar um debate parlamentar num debate pessoal, inaceitável e que deve ser repudiado por todos nós.

Era só esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Eduardo Paes, esta Presidência comunga do seu ponto de vista. Creio que são inócuas, transformam-se numa sessão de tortura para o depoente e também para os parlamentares; e, no fim, demonstram interesses conflitantes de pessoas que não sabem entender que o interesse maior de todos nós é a apuração. Então, eu creio que nós produziremos muito mais se fizermos as reuniões separadamente, cada qual no seu cada qual.

Vou levar a preocupação de V. Ex^a ao Presidente Delcídio Amaral e, na próxima semana, creio até que possamos decidir, ouvindo o Plenário, para uma decisão definitiva, evitando-se essas reuniões conjuntas.

Pela ordem, como última inscrita, a Senadora Heloísa Helena. A seguir, passaremos à votação dos requerimentos, primeiro os consensuais em bloco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Quero, primeiro, agradecer a generosidade do Deputado Eduardo e de vários outros parlamentares que tinham tido oportunidade de comigo conversar. Esse é um assunto que será agora debatido na Comissão de Ética da Câmara.

Presidente, eu queria fazer um apelo – já que V. Ex^a se propõe como um trabalhador, digamos assim, não necessariamente o carregador de piano, porque acabamos todos nós sendo carregadores de piano também – a própria assessoria da CPMI já estava tentando fazer isso, e aí talvez V. Ex^a possa coordenar e ajudar

também, no sentido de que seja disponibilizado para cada parlamentar um detalhamento, um resumo – e aí eu sei que acaba sendo um trabalho maior para os sub-relatores, mas tem que ser feito também – para que os sub-relatores possam disponibilizar um resumo do trabalho da sub-relatoria para todos os parlamentares. Por quê? Como as sub-relatorias acabam funcionando conjuntamente, fica impraticável para os parlamentares que querem acompanhar todos os trabalhos, e não dá para ser onipresente, às vezes um parlamentar está numa sub-relatoria e imediatamente após terminar um depoimento ou antes de terminar o depoimento já vai para outra sub-relatoria também, em alguns momentos – o Deputado Osmar concorda com isso – é impraticável.

Às vezes o parlamentar consegue adiar um depoimento, outras vezes, não. Nós conversamos semana passada e o Deputado José Eduardo concordou em adiar um depoimento. Eu sei que acaba tumultuando também a agenda dele como sub-relator, a agenda dos outros parlamentares também, e que nós possamos saber com antecedência quais os depoimentos que serão ouvidos, até para que possamos nos preparar melhor. Hoje, pela manhã, ficou absolutamente claro: o Deputado José Eduardo Cardozo, atendendo a um apelo nosso, adiou a data dos depoimentos de algumas personalidades. Hoje, quando chegamos aqui, V. Ex^a, como Presidente, sabia uma data; o Deputado Osmar sabia outra data; eu sabia outra data; e nós, efetivamente, não conseguíamos organizar os trabalhos.

Então, que V. Ex^a tome essa tarefa, até em função dos problemas dessa semana por que está passando o Senador Delcídio, para que possamos realmente agilizar e preparar cada parlamentar para fazer os depoimentos, para conseguir analisar os depoimentos a serem feitos todos os dias.

Portanto, é um apelo que eu faço a V. Ex^a no sentido de acompanhar e monitorar isso para que cada parlamentar consiga ter um resumo das sub-relatorias, para que, ao inquirir, ele esteja muito melhor preparado. Hoje ficou impraticável para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É pertinente a preocupação de V. Ex^a e nós vamos reunir a Mesa para, internamente, dividir atribuições.

Passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Osmar Serraglio, para discussão e votação dos requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes, algumas considerações. Nós estamos construindo a pauta da semana que vem, de forma a que nós possamos concluir a análise de alguns contratos dos tantos que

estamos investigando no âmbito dos Correios. E no que estamos mais avançados para que possamos apresentar tratam do transporte aéreo noturno e, portanto, nós iremos concluir as oitivas relacionadas a isso, e das agências de Correios franqueadas. São as duas linhas de investigação que nós queremos urgentemente concluir para apresentarmos os sub-relatórios.

A par disso, nós iremos, em seguida, verificar problemas de fundos e problemas do IRB. Por que estou asseverando isso? Porque nós precisamos focar urgentemente aquilo que possa apresentar resultados que estão pendentes de pouca coisa e aí nós concluiremos a análise desses, por meio dos quais a parte técnica está sendo levantada pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da República, e nós estávamos aguardando a parte técnica para daí concluirmos.

Na semana que vem, nós iremos ouvir os representantes da Beta, que era já para termos ouvido, imaginávamos que seria hoje e foi estabelecido para a semana que vem. Hoje será Maurício Madureira. Na semana que vem –, e aí dissemos que nós iríamos fazer essas considerações, mas eu imagino que já haja consenso sobre isso – na sub-relatoria dos contratos, os representantes da Beta; na sub-relatoria de assuntos financeiros, Rogério Tolentino e Glênio Guedes.

Agora, sobre os requerimentos: na terça-feira, a sub-relatoria dos assuntos financeiros, Rogério e Guedes e, na sub-relatoria dos contratos, os representantes da Beta. Já fica avisado que, se for pela relatoria, na outra semana, nós iremos ouvir os representantes das agências franqueadas, para concluirmos a análise das franqueadas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vai ser no mesmo horário, Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Às 14 horas... V. Ex^a está se referindo à semana que vem?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, da terça-feira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Às 14 horas, as duas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, as duas às 14 horas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sub-relatorias. Está certo?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator, a de quarta-feira...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A de quarta-feira, Maurício Marinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só um minutinho. Eu acho que o que a Senadora Heloisa está perguntando tem relevância. Esta semana, que nós

tínhamos duas oitivas das sub-relatorias, mais a dos Bingos e mais a da Compra de Voto e tem muitos parlamentares – pois no Senado nós somos menos, então vários de nós estamos em duas e alguns estão em três CPIs. Então talvez o que a gente podia ver com os sub-relatores é se há possibilidade de uma sub-relatoria ser às 10h e a outra sub-relatoria ser às 14h para ver se é possível a gente se distribuir melhor. Não sei se é possível isso já para terça-feira agora, mas talvez poderíamos trabalhar numa consideração melhor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Uma outra sugestão: terça-feira, principalmente aqueles de Estados mais longínquos, têm dificuldade de vôo. Então podia ser às 14h e a outra às 17h, ou uma às 12h e a outra às 16h.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque o único problema é o seguinte: é quando dá 12h já fica um problema e quando está no meio da tarde tem um problema porque acaba que os Deputados podem ter sessão deliberativa. Sei que está um inferno muito grande no Congresso, mas às vezes pode ter algo que vocês precisem deliberar na Câmara e algo que a gente precise deliberar aqui, no Senado. Então talvez a idéia que a Senadora Ideli propôs de ser uma que comece às 11h, que dá tempo de todo mundo chegar, já que 10h o senhor acha que fica ruim, uma começa 11h, a outra que pode começar às 14h, porque aí não está interferindo...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Há um lapso de três horas, um intervalo de três horas. Perfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Recolho essa formulação. Até o fim da reunião, eu encareço dos sub-relatores, Deputado Gustavo e Deputado José Eduardo, a formulação apresentada no sentido de que se pautem as sub-relatorias em horários diferenciados para que eles possam comparecer. Seria a partir da próxima terça-feira, uma começaria às 11h e a outra às 15h. Pode ser?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu acho inclusive, Deputado Fruet, que o Tolentino daria para a gente trazer para as 11h, na terça-feira.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Dá para mudar. Está bom, porque a gente já havia mandado as notificações, o Tolentino às 14h e o Glênio Guedes às 17h. Dá para modificar, mas, de qualquer maneira, a gente já mandou a notificação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então vamos fazer o seguinte, nós aprovamos o seguinte: na semana que vem, como já está feita a con-

vocação, permanece assim; na outra, as sub-relatorias tomarão as providências para que isso aconteça.

Agora vamos aos requerimentos.

Eu queria chamar a atenção dos ilustres Parlamentares que receberam uma tabela que está escrito assim: “CPMI Correios, requerimentos, tabela completa”. Não sei porque colocaram essa expressão “tabela completa”, mas, enfim, eu estou passando e gostaria que verificassem.

Observem que, na tabela escrito “situação”, está assentado: “Prejudicado pelo Relator”, e aí vêm os despachos. Estou esclarecendo ao Plenário que esses requerimentos constantes dessa tabela foram considerados prejudicados por esta relatoria porque, de alguma forma, já foram atendidos, como eu já procedi também em uma outra oportunidade. Portanto, volto a insistir: esta tabela referencia os requerimentos que a relatoria considerou prejudicados, mas numa análise unilateral e que, portanto, está sujeita a qualquer consideração de qualquer Parlamentar até a próxima reunião nossa, na terça-feira. Quem quiser que se restabeleça qualquer um desses que eventualmente considere não prejudicado é só comunicar à relatoria.

Também quero de certo modo dar uma limpada nessa tabela enorme que temos. Anotem que o autor dos Requerimentos nºs 1.005, 1.007 e 1.008, o Deputado Jamil Murad, tendo em vista que formulou outros requerimentos mais detalhados, está retirando. Os Requerimentos nºs 1.005, 1.007 e 1.008 estão sendo retirados pelo autor.

Agora, vamos às votações já consensuadas que importam...

Vamos à primeira nominal. Se nós já tivermos quórum suficiente, nós prosseguiremos; se não, iremos voltar para aquelas que independem de votação nominal.

O primeiro requerimento, de nº 975....quero esclarecer, em relação a esses requerimentos, que eles estão relacionados a corretoras que atuaram junto a fundos e que, por terem apresentado prejuízo, a intenção é verificar por que os fundos estão valendo-se de corretoras que apresentaram prejuízo aos fundos.

Então, vamos iniciar pelo de nº 974. Votação nominal, Sr. Presidente. De autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto. Sigilo bancário da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. É isso, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só um instante.

Quando conversamos sobre o que poderíamos aprovar hoje e o que ficaria para o debate, o Deputado Onyx Lorenzoni me apresentou, para justificar esses requerimentos, um estudo em que estão-se basean-

do. Acho de fundamental importância termos acesso. Eu não tenho problema em aprovar pedido de quebra de sigilo se tem os elementos e os números, mas eu queria pelo menos ter a cópia do documento.... Não vejo problema em votar, quero apenas ter acesso. Ele me mostrou os números. Eu os vi rapidamente e são realmente expressivos, de prejuízos grandes, mas quebra de sigilo é uma coisa complicada... Quero só os documentos, os dados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, mas para que não interrompamos, até porque esses requerimentos já eram objeto de consenso na outra reunião que realizamos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já estavam antes, na outra, não tem nada. A minha única curiosidade são os números.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Encareço ao Deputado Onyx Lorenzoni, que momentaneamente não está presente, assim como o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto... Mas posso adiantar que significam o seguinte: são corretoras que atuaram em nome de fundos e que apresentaram, nos fundos, prejuízo a eles. Então, a idéia é se identificar o que está acontecendo e por que essas corretoras foram escolhidas para serem aquelas que iriam fazer transações em nome de fundos, apresentando prejuízos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, só volto a informar. Eu não tenho nenhum problema com a quebra; pelos números que me foram mostrados, são realmente relevantes. O único problema é que determinados dados precisam ser de conhecimento de todos aqui. Quero louvar a assessoria que está trabalhando para os Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que está com muita informação preciosa, apesar de, ontem, eu ter sido referendada por relatórios não muito elogiosos pelo Deputado Eduardo Paes. O que quero mesmo são os relatórios, os números, e acho fundamental todos nós termos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto se discute sobre votação nominal...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Relator, quero sugerir, porque a idéia é que haja sub-relatores, mas que o trabalho seja compartilhado entre todos. Temos visto o belo exemplo do Deputado Gustavo Fruet, que tem procurado apresentar relatórios gerenciais que sustentam iniciativas desta CPMI. Também no caso dos fundos, como também no caso do IRB, é preciso que os fatos sejam trazidos a esta Comissão para que, em função disso, possamos tomar decisões como essa de quebra de sigilo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sub-relatoria dos fundos, na verdade, ainda não foi considerada instalada. Então, não teremos mais...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Alerto o Sr. Relator para que comecemos pelas consensuais, pois, pelo visto, está evidente que não há quórum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, esses são os que foram apresentados à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sim, mas, para votação nominal, não temos quórum ainda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos votar um, para ver se conseguimos esse quórum.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vamos começar pelos Srs. Senadores.

Requerimento nº 974.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Passemos aos Deputados titulares.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vim “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa.)

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Arnaldo Faria de Sá; Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Passemos aos Suplentes dos Srs. Senadores:

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Srs. Deputados:

Deputado Dr. Rosinha; Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Jamil Murad; Deputado Gervásio de Oliveira; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith; Deputado Feu Rosa. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Passemos à conferência. (Pausa.)

Votaram 9 Deputados e 2 Senadores.

É evidente a falta de quórum para votação nominal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Silvio Torres. (Pausa.)

Já votaram os dois do PSDB.

Senador Jefferson Péres; Senador César Borges. (Pausa.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, acho que há alguns Deputados e Senadores que estão se dirigindo para cá. Poderíamos continuar alguns debates, dando oportunidade de aprovar os requerimentos necessários. Penso que não deveríamos abrir mão de ganhar tempo hoje e votar esses requerimentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conclui essa votação, Sr. Presidente? Conseguimos alcançar o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pela evidente falta de quórum – 13 votantes apenas: 9 Deputados e 4 Senadores –, vou encerrar

a reunião e convocar outra para ter início dentro de cinco minutos.

Solicito às Lideranças Partidárias que convoquem seus liderados para a reunião, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É lamentável que nem os autores do requerimento estejam presentes.

(Suspende-se a reunião às 11 horas e 31 minutos.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro aberta a reunião. Diante da evidente falta de quórum, declaro-a encerrada.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 39ª Reunião, realizada em 29/09/2005.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e dois minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Luiz Otávio, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Heloísa Helena, e os Deputados Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrubal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo e Sílvio Torres, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se a apreciação e a votação de requerimentos e à oitiva do senhor Maurício Marinho. A Presidência registra que não fora possível efetuar a votação de todos os requerimentos programados na pauta de hoje, porém foi colocado em votação a discussão com as empresas

que apresentarão proposta, que será aprovada na reunião administrativa da semana que vem, de auditoria, tanto auditoria do sistema financeiro, como auditoria dos fundos de pensão, como auditoria da questão dos seguros e dos contratos. Se todos estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Em discussão e votação o **Requerimento 974**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer a transferência do sigilo bancário da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. O requerimento não foi aprovado por falta de quorum. A Presidência suspende a sessão às onze horas e vinte e nove minutos por dez minutos para que o depoente, o Senhor Maurício Marinho, seja chamado. Em seguida o Presidente reabre a sessão pedindo que fiquem apenas os parlamentares na sala de reunião, porque a reunião será reservada, em função de compromissos firmados com o Ministério Público. Pela ordem, Deputado Onyx Lorenzoni, Senadora Ideli Salvatti, Deputados ACM Neto, Asdrúbal Bentes, Senador Heráclito Fortes, Deputados Maurício Rands, Eduardo Paes, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Willian, Senador Álvaro Dias, Deputado Jorge Bittar. Interrompe-se a gravação da reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT - MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta, com as graças de Deus, a 39ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apreciação e votação de requerimentos e oitiva, pela segunda vez, do Sr. Maurício Marinho.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB - PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no objetivo de focar a conclusão de algumas investigações a que estamos procedendo e tendo em conta a agenda que nós estamos propondo, necessitamos da aprovação de algumas convocações. Dessa forma, vou anunciar, para submeter a votação em bloco, os requerimentos de votação. Há, na verdade, um depósito de requerimentos pendentes. Para facilitar, inicio pelos mais recentes, que são os mais centrados no nosso objetivo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT - MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Presidente, nós fizemos um acordo na semana passada que pressupunha respeitar um trabalho que foi feito pela assessoria técnica da Comissão em relação a fundos de pensão. Junto com o Deputado ACM e outros parlamentares, nós vimos nos batendo por duas linhas investigativas nesta CPI: a primeira, a questão dos fundos de pensão, em que nós ficamos limitados à quebra do sigilo fiscal e bancário dos Bancos BMG e Rural, enquanto outra CPI quebrou o sigilo de todos os fundos de pensão irrestritamente, o que fragilizou completamente a posição desta CPI, no meu entendimento. Nós estamos há duas semanas tentando aprovar - esta é a terceira reunião administrativa - a quebra do sigilo fiscal e bancário de onze corretoras, pois já está demonstrado, no estudo desta CPI e no estudo altamente qualificado, que elas concorreram para que os fundos de pensão tivessem prejuízo. A Bancada do PFL é aqui representada pelo Senador César Borges, por mim, pelo Deputado ACM Neto e pelo Senador Heráclito Fortes, e nós não vamos abrir mão de quebrar esse sigilo fiscal e bancário hoje.

Em segundo lugar, esta CPI revelou ao Brasil um crime de corrupção ativa cometido pelo Sr. Silvio Pereira, no episódio daquele jipe Land Rover que a GDK deu-lhe de presente. O TCU, verificando três contratos da GDK com a Petrobras, já identificou que esses contratos estão superfaturados. O segundo requerimento de preferência diz da vinda a esta CPI do Presidente da GDK, do Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, que foi quem assinou os contratos com a GDK, e do Presidente da Petrobras. É obrigação desta CPI investigar o que é fato determinante e o que é fato correlato. E foi no âmbito desta CPI que o Brasil descobriu isso, e nós temos a obrigação de abrir essa linha investigativa.

Então, o PFL, de maneira coerente, deseja a votação desses sigilos, para dar suporte ao trabalho da assessoria técnica da CPI, e nós não abriremos mão de discutir o requerimento de preferência para trazer a Petrobras e a GDK para darem explicação sobre que negócio é esse de ter contrato superfaturado, e para ganhar contrato da Agepan.

É isso, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT - MS) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o que o Deputado Onyx Lorenzoni fala é parcialmente correto. Na reunião passada, efetivamente havia um acordo para a votação da quebra do sigilo bancário das corretoras onde há indícios de ter havido superfaturamento, procedimentos que podem comprovar...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É prejuízo mesmo, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tanto isso é verdade que nós iniciamos a votação da quebra dos sigilos, e depois não houve quorum. Foi até interessante não ter havido quórum na votação, porque foi inclusive pela ausência dos proponentes do requerimento. Na hora da votação da quebra do sigilo – e quem estava aqui é testemunha –, nem o Deputado Onyx Lorenzoni, nem o Deputado ACM Neto estavam presentes. Eram autores dos requerimentos de quebra de sigilo e não estavam presentes na votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é verdade! A senhora está mentindo. Eu estava aqui presente durante toda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, mas ela recomponha a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aí V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ficamos aqui, e o Deputado Asdrubal Bentes, presidindo esta CPMI, é testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, a Senadora vai complementar, e V. Ex^a tem todo direito também de responder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E eu cheguei ao final da votação porque estava representando o então Presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não sei, Sr. Presidente, por que estão tão nervosos, porque a questão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A senhora não minta. Fale a verdade, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, a sessão onde nós votamos foi pública, foi filmada, gravada, tem o registro inclusive da votação, de quem estava ou não estava presente. Portanto, Sr. Presidente...

Primeiro, garanta-me a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, se é esse o problema, as notas taquigráficas, a filmagem, o registro podem identificar se o que eu estou falando é mentira ou não, certo?

Agora, Sr. Presidente, se o Deputado ACM Neto continuar me ofendendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu peço providências de V. Ex^a. Ofendendo-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Senadora Ideli Salvatti está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, nós não temos nenhum problema de fazer a votação do sigilo bancário das corretoras, conforme o acordo, porque este foi o acordo: quebrar o sigilo bancário das corretoras.

Com relação à outra parte que o Deputado Onyx Lorenzoni levantou, não há acordo porque esta CPMI tem fato determinado, está investigando etc. e tal. Portanto, nós queremos debater essa questão...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... de trazer Petrobras para cá ou não.

Então, se quisermos agilizar a reunião, se não queremos ter novamente outra reunião para debater, debater, debater e nada deliberar, Sr. Presidente, eu queria encaminhar aquilo que tem acordo. O que é que tem acordo? É votar a quebra do sigilo das corretoras. Nisso há acordo. Nas demais questões, não existe acordo, e aí vamos ter que depois fazer os procedimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado ACM Neto e depois ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho respeito pela Senadora Ideli Salvatti até o momento em que ela fala a verdade. Então, antes de mais nada, eu queria evocar o testemunho do Deputado Asdrubal Bentes, que estava aqui presidindo a sessão, se por acaso eu não aguardei até o fim para que fosse dado o quórum e, no entanto, pela ausência de outros Parlamentares – e não a minha –, o quórum não foi obtido. Por favor, Deputado Asdrubal Bentes, eu queria o testemunho de V. Ex^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, na realidade, nós solicitamos ao Relator que colocasse primeiro os de consenso, mas foi invertida a ordem dos fatores, o que alterou o produto. A consequência é que não houve quórum. Eu não posso me recordar, Deputado ACM Neto, quem estava ou não estava presente. V. Ex^a esteve na reunião, mas, no exato momento, eu não me recordo se V. Ex^a estava ou não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu estava durante todo o tempo, Deputado. Eu agradeço a V. Ex^a.

Agora, eu acho que a Senadora Ideli Salvatti deve ter mais cuidado com as colocações que faz, para depois não ser acusada de certas coisas e ficar numa situação ruim.

Eu quero concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, eu só gostaria,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero encaminhar uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...até para objetivar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós não temos condições de ainda votar nominalmente. Estamos perdendo um tempo de aprovar requerimentos importantes, inclusive para a agenda da próxima semana, numa discussão inútil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, exatamente. Se V. Ex^a me permitir concluir, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria que houvesse aqui um acordo. Eu faria um apelo ao Deputado Onyx, dizendo que acompanharei a posição final de S. Ex^a, qualquer que seja ela. Mas eu faria um apelo ao Deputado Onyx para que houvesse o compromisso de todos os Parlamentares – seja da Base do Governo ou da Oposição – para fazer um chamamento aos ausentes, para que aqui estejam presentes, e assim possamos votar inicialmente os que têm acordo e, logo em seguida, garantido por esse entendimento de todos os Parlamentares da CPI, nós votaríamos os demais requerimentos.

Então, a Senadora Ideli reconhece que houve um entendimento para fazer a quebra dos sigilos de algumas *tradings* e de algumas corretoras, que seria uma votação fruto desse consenso. Logo em seguida, votaríamos aquelas em que não há consenso. De fato, o Deputado Onyx tem total razão: é preciso votar esses requerimentos que envolvem a Petrobras, como talvez

outros requerimentos também, que não são correlatos a essa empresa.

Então, Sr. Presidente, esse é o encaminhamento que faço, dizendo, contudo, que respeitarei a posição final adotada pelo Deputado Onyx.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, dois fatos me fazem pedir a palavra a V. Ex^a. O primeiro é para me solidarizar com a Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento que fez neste final de semana, no qual ela própria se encontra na situação de supor que teve o seu sigilo telefônico quebrado. Sugiro a esta Comissão que abra imediatamente uma sindicância para investigar esses fatos, porque, se na realidade o sigilo da Senadora foi violado, merece o repúdio de toda Nação. Até porque ela está dando sua participação numa Comissão e não pode, de maneira alguma, ser vítima desse tipo de prática. Eu esperava até que a iniciativa partisse da Mesa. É muito grave, Senador, é muito grave, Sr. Presidente, e é preciso que seja investigado. Nós não podemos aceitar que uma Senadora do porte e da respeitabilidade nacional da Senadora Ideli tenha seu sigilo violado. Esse é um fato, Sr. Presidente, que merece – por tudo o que foi dito e por tudo que foi colocado pela imprensa nacional – uma apuração séria, até para saber as pessoas que ligaram para a Senadora Ideli nos dias que antecederam tudo isso, para ver a maneira como seu sigilo telefônico foi violado. Essa é uma coisa, Sr. Presidente, sobre a qual tenho certeza de que esta Comissão tomará uma providência. Dito isso, irei ao segundo ponto.

Está visto que não há nenhum acordo aqui, nem temos número para isso. Daí por que a sugestão sensata que dou a V. Ex^a é que suspensa esta reunião. Não vamos acordar nem com a matéria acordada. De forma que acho que não temos mais por que ficar batendo boca no dia de hoje.

Por fim, quero aproveitar para parabenizar aqui o Deputado Maurício Rands pela estupenda, democrática e justa vitória que ele teve ontem na Câmara. Que ela tenha sido exatamente um caminho para que aquela Casa adquira paz, soberania e, acima de tudo, afaste todos os males que perseguiram aquela Casa: os mensalões, as ingerências do Poder Executivo, até porque o Deputado Aldo Rebelo, por sua história, merece isso. Parabenizo V. Ex^a, que foi um dos artífices dessas duas vitórias. Evidentemente, dispenso qualquer participação de V. Ex^a, porque sei que V. Ex^a está rouco. Sei o que uma vitória consagrada traz ao homem.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu só quero agradecer e dizer que a Câmara está em excelente condução com o Deputado Aldo Rebelo e iniciará o processo de resgate da imagem do Parlamento brasileiro.

Obrigado, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É isso que nós esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado...

As providências com relação a grampos telefônicos e outras coisas assemelhadas já foram encaminhadas. Isso já foi, inclusive, encaminhado à Mesa Diretora do Senado Federal, ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E vou mais, Sr. Presidente: acho até que nós devemos e que esta Casa tem a responsabilidade de dar proteção pessoal à Senadora Ideli Salvatti. Ela pode estar correndo, ela está sendo perseguida. Eu acho que se deve, inclusive, segurança pessoal a ela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu só quero fazer aqui um apelo aos demais membros da Comissão. A imprensa não pára de perguntar: será que a CPI degringolou, será que a CPI perdeu o foco?

Eu tenho dito que, nos últimos 15 dias, por motivos mais do que óbvios e conhecidos, apesar de diversas audiências realizadas aqui, principalmente pelas sub-relatorias – tivemos aquele episódio daquela audiência conjunta com a CPI do Mensalão, que também não foi bem sucedida –, mas a CPI, realmente, nos últimos 15 dias, nós demos uma diminuída no ritmo, principalmente na semana passada, o fato de não termos tido aqui a possibilidade de votar nenhum requerimento. A que se deveu isso, Sr. Presidente? Eu acho que é importante que se leve em consideração o processo eleitoral vivido na Câmara dos Deputados, que, enfim, conduziu a todos nós a estarmos ali o tempo todo, participando do processo eleitoral. Apesar do esforço hercúleo do Governo – ministérios, cargos, verbas – a Oposição quase venceu ontem. E nós tivemos também, para informação da sociedade, no dia de amanhã termina o prazo de filiação de parlamentares e de candidatos nos diversos Estados e nos diversos partidos. Portanto, isso também consumiu um tempo excessivo de todos os Deputados. Por exemplo, no Rio de Janeiro, nós, do PSDB, não temos Governo e, portanto, não temos ministérios, secretarias e benefícios para distribuir para atrair candidatos. Temos que conversar muito para que os candidatos venham disputar a eleição pelo PSDB. Portanto, tudo isso demanda muito tempo.

Colocado isso, Sr. Presidente, eu acho que é justificável um pouco – apesar de se ter trabalhado muito, ao longo desses 15 dias – os desencontros desses últimos 15 dias. O próprio Presidente esteve em disputa, lá nas prévias do seu Partido, no processo eleitoral direto, lá em Mato Grosso.

Mas eu quero fazer um apelo, porque acho que hoje nós deveríamos voltar a avançar. Se temos alguns consensos, que votemos inicialmente os consensos. O Relator poderá expor aqui esses consensos, e nós votaremos os consensos. Aquilo que não for consenso, nós até podemos tentar aqui fazer uma votação. Eu até preferiria ir logo para a oitiva – votarmos os consensos e deixarmos os não consensos para depois –, para que nós pudéssemos, de fato, avançar com esta Comissão para que não fique esta imagem. Eu acho que esta imagem não é boa, principalmente para o Congresso Nacional e principalmente para a Oposição, porque quem tem interesse em que isto aqui não avance muito certamente não é a Oposição. A Oposição quer que a Comissão avance e conclua os seus trabalhos com sucesso.

Portanto, eu deixo este apelo aqui. Temos sempre acompanhado e iremos acompanhar as posições dos nossos parceiros de Oposição, o PFL. Mas eu também deixaria um apelo para que pudéssemos deliberar no consenso e caminharmos para a oitiva do Sr. Maurício Marinho. É o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de ponderar com V. Ex^{as}. Nós temos, aqui, alguns requerimentos de consenso, que inclusive vão pautar a agenda da próxima semana. Nós temos um requerimento... inclusive algumas oitivas da próxima semana dependem desses requerimentos. Eu acho que se há consenso, nós já poderíamos votar, até porque isso é importante para a Comissão, e fundamental. Nós temos aqui uma proposta onde a CPI precisa autorizar que nós já encaminhe as discussões com as empresas de auditoria para que na semana que vem essas empresas venham a ser contratadas.

Portanto, eu acho um contra-senso e, aí, sim, nós vamos ter mais uma semana de atraso se pelo menos essas questões não forem equacionadas rapidamente. Eu estou apelando a V. Ex^{as}, ao bom senso. Pelo amor de Deus! Nós estamos explicando aqui o óbvio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a

há de permitir, o que não tem faltado à Oposição aqui é bom senso. Tivemos uma semana toda parada, aguardando que resolvêssemos os nossos problemas partidários, as nossas vidas no nosso Estado. Nós paramos uma semana. Agora, quero, com muita sinceridade, dizer a V. Ex^a que, fora a proposição para contratação

das firmas de auditoria, que eu proporia por consenso, não há acordo em mais nenhum item.

Vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, volto a apelar a V. Ex^a. Há, inclusive, uma oitiva importante que está sugerida na próxima semana, na quarta-feira, dentro daquela linha de se ouvirem alguns doleiros que vão nos ajudar principalmente na identificação dessas contas no exterior. Se nós simplesmente deliberarmos somente com relação ao assunto das auditorias, ficaremos prejudicados. Então, se há essa ponderação do Deputado Eduardo Paes, dessa reclamação de a CPI caminhar, e se nós, por uma questão de absoluta praticidade, não deliberarmos, perderemos mais uma semana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para eu entender, qual é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ÔNYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente e Sr. Relator, vou pedir licença e vou manter minha posição muito firmemente. Nós estamos sendo tolerantes há quatro meses e aguardamos providências por semanas. Nós estamos tendo toda a paciência, compreensão e tolerância. Inclusive, por um longuíssimo tempo, estivemos literalmente submetidos a um processo que não visava, no meu entendimento, o caminho adequado.

Com o equilíbrio, a prudência e o diálogo que as Oposições instituíram nesta Comissão, conseguimos avançar. Mas não é ao acaso que relatorias não estejam se consolidando. Não é por nada que faz 15 dias que fizemos reuniões, indicamos consultorias para serem contratadas e até agora nada aconteceu.

Portanto, com o respeito que me merece o Relator, por quem tenho profundo respeito e admiração, e o mesmo do nobre Presidente, nós não abriremos mão de ter hoje decidida a quebra de sigilo fiscal e bancário das corretoras e a discussão e definição.

Se o Governo quer acobertar o problema na Petrobras, que vote contra. Mas vai ter que botar o voto aqui nominal para não trazer o presidente da GDK, o presidente e o diretor da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Ônix, por uma questão, mais uma vez, de clareza, de entendimento, de equilíbrio, coisas que são importantes para conduzirmos os nossos trabalhos nesta CPI – o Deputado Eduardo Paes foi muito coerente –, vamos ajustar aquilo sobre o qual já há consenso. Começamos a oitiva do Sr. Marinho, e hoje votaremos o que depende de votação nominal, que

são as quebras de sigilo, sobre as quais há acordo. Há uma questão única e exclusiva de quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

Não há quórum ainda. Então, sugiro, quanto a esses requerimentos que vão dar seqüência aos nossos trabalhos e que vão ajustar a questão da consultoria e da auditoria, que votemos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, votemos a consultoria. Há acordo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sobre consultoria não há problema.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Começamos a reunião com V. Ex^a passando a palavra para o Relator, o Deputado Osmar Serraglio. Ele nem bem acabou de ler o relatório e as suas sugestões, e nós entramos numa questão de ordem, e depois V. Ex^a permitiu a palavra pela ordem.

Para o bom andamento desta Casa, pelo menos para entender o que está sendo discutido e a pauta da reunião de hoje – que vejo que está muito bem elaborada, inclusive colocando nesse quadro as subcomissões para realmente exercer um trabalho –, eu, pessoalmente, creio que está muito atropelado, porque, na minha Subcomissão de Seguros, existem muitas audiências e ainda documentos não foram colocados à minha disposição e nenhum técnico...

Então, Sr. Presidente, estou sentindo também a falta... Indiferente de GDK, de Petrobras, e considero importante para esta Comissão, de aprofundar nos fundos de pensões. Eu gostaria que fosse restabelecido o silêncio, Sr. Presidente.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

Então, existe um trabalho muito bem proposto, inclusive das Subcomissões, indiferente de GDK e da Petrobras, que acho que têm razão os Deputados e Senadores, mas temos também assuntos interessantíssimos e muito importantes, que são os fundos de pensões. Assim como V. Ex^a nos designou, ao José Eduardo, a mim e ao Gustavo Fruet como Sub-Relatores de Comissões, aqui não existe nenhum trabalho para os fundos de pensões, cuja Sub-Relatoria foi atribuída ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; não há aqui nenhuma agenda para os fundos de pensões. Então, sugiro que V. Ex^a devolva ao Relator, a não ser em questão de ordem, para que possamos saber o entendimento que está propondo, para, depois, entrarmos em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian, eu gostaria, antes de pas-

sar a palavra ao Deputado Osmar Serraglio, volto a insistir: ele apresentar aqueles requerimentos que são importantes para a continuidade dos nossos trabalhos na próxima semana, inclusive a contratação da consultoria; com isso, validaríamos a agenda que está sendo proposta aí, que foi exaustivamente discutida...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não por mim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não por mim, quem?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não por mim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com certeza. Mas isso é dever e obrigação, Deputado Onyx, da Mesa apresentar uma proposta, como sempre fizemos. Então, não estamos fazendo absolutamente nada de diferente dos procedimentos que temos adotado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, tem muita gente aprovada que não está na lista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu gostaria de passar a palavra para o Deputado Osmar Serraglio, para que demos praticidade e objetividade aos trabalhos da CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, estamos apresentando uma agenda que, se se observar, vai-se verificar que se trata de um arremate às investigações documentais que estamos realizando. Basta verificar a agenda: no primeiro item, estamos tratando de franquias. Temos todo o levantamento, muito bem realizado pela Assessoria que o TCU nos está prestando, mas precisamos ouvir franqueados. Estamos colocando na agenda e não temos seus nomes aprovados. Estão pautados para a semana que vem, e não podemos ouvi-los. Da mesma forma, estamos com levantamentos referentes a contratos de obras, que precisamos minimamente ouvir alguém relacionado ao outro lado para se ter a outra versão, para não ficarmos restritos a documentos. Então, essa pauta também, sob outro ângulo, está direcionada a se dar o foco da investigação das origens. Temos duas coisas que precisamos liquidar: temos uma competência inicial, que é examinar os contratos dos Correios. Avançamos muito na documentação, mas não conseguimos aprovar, porque toda reunião que fazemos é truncada, submetida a obstáculos em relação a um e outro item, e não avançamos.

O SR. (orador não identificado) – (inaudível).

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Vamos, sim. Mas é bom também que esta Relatoria explique, porque se passa uma imagem de que não estamos tendo foco, não estamos tendo objetivos. Não conseguimos nos direcionar nos nossos focos e

nos nossos objetivos porque, reiteradamente, temos tido dificuldades, pelo menos há mais de 20 dias, em relação às coisas minimamente necessárias para a condução da investigação.

Vamos lá à última palavra. Ninguém tem nada contra, é bom que fique claro isso, aos requerimentos do Deputado Onyx. Esta Relatoria não tem nenhuma objeção; agora, são oito votações nominais, e poderíamos votar imediatamente aqueles que são consensuais, que não dependem, e nós não avançamos, ou seja, a pauta da semana que vem vai ser truncada novamente.

Bem, apresento a relação daqueles requerimentos que são consensuais, que são de convocação para votação simbólica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, não há consenso para a convocação.

Sugiro a V. Ex^a que inicie pela contração da...

O SR. (orador não identificado) – Lógico, contração tem consenso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tem consenso, Sr. Presidente, vamos facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gostaria de perguntar de há quórum, porque vamos começar a votar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, vamos começar a votar os requerimentos de quebra de sigilo.

O SR. (orador não identificado) – Não, de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fazem parte da preferência.

O SR. (orador não identificado) – Primeiro a preferência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, democrata como V. Ex^a, nós sugerimos que seja votado o primeiro item da pauta. É uma proposta que humildemente faço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gostaria de saber, Senador Heráclito, qual é a prioridade de V. Ex^{as}.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A contratação da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Se é a quebra de sigilo ou se é a contratação, porque eu não consigo entender mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A contratação. Há consenso para a contratação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Já ouvi três ou quatro opiniões diferentes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há consenso para a contratação da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação a discussão com as empresas que apresentarão proposta, que será aprovada na reunião administrativa da semana que vem, de auditoria, tanto auditoria do sistema financeiro, como auditoria dos fundos de pensão, como auditoria da questão dos seguros e dos contratos.

Se todos estiveram de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiro Requerimento de quebra: 974...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento 974, requerimento de quebra.

Por favor, a Assessoria, com a listagem dos parlamentares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... do sigilo bancário da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há consenso, Sr. Presidente. Verificação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli. (Pausa.)

Senador Aelton. (Pausa.)

Senador Sibá. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Raupp. (Pausa.)

Senadora Íris. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Senador Efraim. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, um fato grave. A Senadora Ideli pediu para o Deputado do PP ir embora da sessão. É grave. Eu a ouvi fazer isso. Eu vi a Senadora Ideli pedir para o Deputado se retirar, eu vi: “vai embora”. Ela falou: “vai embora”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, também quero confirmar que eu ouvi. O Depu-

tado Arnaldo Faria tem toda a razão. A Senadora Ideli Salvatti pediu ao Deputado Meurer para se ausentar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aí não dá.

O SR. (orador não identificado) – Aí, Sr. Presidente, é complicado.

O SR. (orador não identificado) – Aí a Comissão não vai trabalhar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele está com o sigilo quebrado, ela não pode mais nem estar com os companheiros. É grave esse fato contra a Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Continuaremos a votação. Se não houver quórum...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estão escutando a Ideli. Não podemos aceitar isso. Isso é um absurdo. A Ideli está sendo escutada. Isso é uma coisa grave.

O SR. (orador não identificado) – É o mesmo jogo de cena. Está há quatro meses jogando..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de registrar que estamos em votação e encaminharemos a votação.

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Saturnino. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia. (Pausa.)

Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Senador Garibaldi. (Pausa.)

Senador Leomar. (Pausa.)

Senador Camata. (Pausa.)

Senador Juvêncio. (Pausa.)

Senador Zambiasi. (Pausa.)

Senador Geraldo Mesquita. (Pausa.)

Deputados: Abicalil, Bittar, Maurício Hands, Asdrúbal.

O SR. ASDRÚBAL MENDES BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Osmar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Onyx.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente. Que fique claro que a Oposição está aqui votando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi o que ela mandou embora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi o que ela mandou embora também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Presente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão (Pausa.)

Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim, Sr. Presidente, não fui mandado embora pela Senadora Ideli, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

Gervásio. (Pausa.)

Marcelo. (Pausa.)

César Schirmer. (Pausa.)

Alberto Fraga. (Pausa.)

Murilo Zauith. (Pausa.)

Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perdão, Silvio Torres, estão os dois titulares.

Feu Rosa. (Pausa.)

Ildeu. (Pausa.)

Medeiros. (Pausa.)

Geraldo Tadeu. (Pausa.)

João Fontes. (Pausa.)

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos aguardar um pouco. Talvez fosse interessante o senhor repetir o nome dos parlamentares ausentes. Vamos aguardar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gostaria de registrar uma coisa lamentável, lamentá-

vel, que a Bancada do Governo não se encontre aqui na CPMI dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Encerra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Infelizmente essa votação vai cair, eu vou chamar o Sr. Maurício Marinho e vamos trabalhar. Agora, quero registrar que, lamentavelmente, a Bancada do Governo não está presente. E isso é triste.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu vou suspender por cinco minutos, e chamarei o Sr. Maurício Marinho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Anuncia o resultado. Tem que anunciar o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Foram 13 votos “sim”.

Com a palavra, o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para um registro importante e para demonstrar a necessidade da votação. Veja só. Nós estamos trabalhando na movimentação financeira, e toda vez que se quebra o sigilo, os dados levam de 15 a 45 dias para serem enviados.

Estamos há 15 dias tentando a quebra do sigilo de todo o Grupo Financeiro de Bônus-Banval, Natimar e dos intermediários de depósitos de conta do Marcos Valério. A CPMI avançou, mas agora estamos paralisados em função da dificuldade de acesso a esses dados. A informação que quero apresentar hoje aos parlamentares é de que estamos trabalhando com cinco linhas de investigação na origem. Já temos as contas de Marcos Valério, portanto, a origem da SM&PB, já temos as contas dos bancos e as outras três linhas que são os contratos privados, que vão ser auditados; os fundos de pensão, que vão ser auditados; e os recursos no exterior, que estão pelo departamento de recuperação de ativos, já estão em fase de investigação.

Só para registrar que conseguimos ontem o documento que definitivamente comprova que não há empréstimo entre o Marcos Valério, a SM&PB, a DNA e o PT. Por que isso? Nós trabalhávamos com a quebra do sigilo bancário e fiscal, não havendo relação do dinheiro do empréstimo com o dinheiro repassado; trabalhamos com os dados contábeis apresentados pelo Marcos Valério, na famosa conta caixa-cheque emitido, na qual ele contabiliza como empréstimo ao PT. Há muito tempo estamos solicitando à Polícia Federal, que já está com a perícia adiantada e já fez a busca e apreensão de documentos e de computadores, com os dados contábeis do Marcos Valério. Ontem a CPMI

recebeu a contabilidade do Marcos Prata, da SM&PB e da DNA. Nos ativos não constam os empréstimos. Isso significa, em tese, que ou há falsidade ideológica e fraude com relação aos documentos enviados à CPMI ou aos documentos apreendidos pela Polícia Federal. Mas definitivamente comprova – e esse é o terceiro documento e a terceira base de investigação – que não há empréstimo entre o Marcos Valério, a SMP&B, a DNA e o PT. Ou seja, pode configurar aqui, na opinião – e vamos ter de trabalhar no final –, tráfico de influência, corrupção de uma empresa que passa a ter contrato de publicidade com o Governo.

Nessas duas linhas, a CPMI avançou muito. Mas é para também lamentar e registrar que o fato de não termos a possibilidade, há quinze dias, de votarmos quebra de sigilo vai prejudicar e, dificilmente, dentro do prazo da CPMI, teremos acesso aos dados das corretoras que intermediaram os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet, é deliberação desta Mesa que essa procrastinação levará à extensão da CPMI para o ano que vem, porque não vou compactuar com esse tipo de manobra, porque é inadmissível. Portanto, os atrasos serão estendidos para o ano que vem. É deliberação desta Mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É isso aí, Sr. Presidente. Parabéns!

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de saber, então, diante do encerramento desta reunião, como ficará a agenda que o Deputado Osmar Serraglio já programou para terça, quarta e quinta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia convocar uma administrativa para segunda-feira?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque senão perderemos mais tempo ainda semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Lamentavelmente, estamos perdendo tempo. Temos oitivas fundamentais e importantes, quebras de sigilo importantíssimas. Eu, inclusive, vou fazer uma consulta à Assessoria Jurídica do Senado, porque a Mesa Diretora tomará outras providências para acelerar os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho uma sugestão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir ao Deputado Osmar

Serraglio: como há vários requerimentos aprovados, V. Ex^a poderia montar uma agenda com base nos requerimentos aprovados. Não podemos ficar sem agenda porque essa pré-agenda não foi aprovada. Então, como há vários requerimentos aprovados, V. Ex^a pode montar uma agenda para a semana que vem, quando haveria atividade normal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, nesse mesmo sentido, queria fazer uma sugestão ao Deputado Osmar. A ponderação do Deputado Arnaldo é procedente. Eu aditaria, solicitando a V. Ex^a que, excepcionalmente na semana que vem, pudéssemos convocar para terça-feira, antes de qualquer oitiva, uma reunião administrativa, até para punir aqueles que não estão aqui presentes, porque não haverá nenhuma desculpa. Não há problema! Quem está presente está sendo visto e quem está ausente também está sendo visto.

Peço a V. Ex^a, sem que V. Ex^a desrespeite o cronograma estabelecido para o funcionamento da CPMI, que convoque para próxima terça-feira uma reunião administrativa.

Cada vez, Sr. Presidente, em que houver uma manobra do Governo para esvaziar a CPMI, vamos denunciar. Cada vez que a Senadora Ideli Salvatti fizer essa palhaçada, vamos denunciar. Cada vez em que o papelão acontecer, vamos denunciar.

Assim, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que convoque uma reunião administrativa para terça-feira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, fiz um pronunciamento anterior proposital, porque já estava claro esse movimento do Governo. Tenho alertado inclusive os meus companheiros da Oposição para o fato de que, muitas vezes, por sermos Oposição, acabamos falando um pouco mais alto e, como temos interesse nas investigações, acabamos tendo uma posição mais firme aqui e, às vezes, para fora, parece que talvez nosso estilo mais firme crie confusões que impeçam o avanço da CPMI.

Sr. Presidente, quero aqui fazer uma justiça com V. Ex^a. V. Ex^a tem feito um esforço enorme ao longo dos últimos meses – eu tenho visto isso –, tem recebido todo tipo de pressão porque quer que as investigações avancem. V. Ex^a tem uma história. Tenho certeza de que V. Ex^a trará e dará garantias a todos os membros desta Comissão e, mais do que aos membros da Comissão,

à sociedade que nos assiste de que não terminaremos em *pizza* ou não terminaremos como a CPMI do Banestado terminou. É importante entender que o que se faz aqui hoje, nesta CPMI, é exatamente o mesmo procedimento adotado na CPMI do Banestado. O fato, Sr. Presidente, é que essas verdades surgem. Aquilo que aconteceu na CPI do Banestado se explica pela investigação que se faz nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aquilo terminou em *pizza*, terminou sem o relatório final, porque se sabia que facilmente se encontrariam figuras do governo, figuras do Partido dos Trabalhadores ligadas a isso. Hoje ficou claro aqui – peço e chamo a atenção da imprensa para isso principalmente – que há uma tentativa de obstrução, de criar confusão, de não se investigar, por parte do Governo.

O Governo ontem venceu as eleições na Câmara, mas, mesmo com tudo que fizeram, a margem ainda foi apertada. Tenho pena porque não imagino como eles terão que proceder até o fim deste Governo – que certamente não se renovará, porque a população está assistindo a tudo isso –, como é que eles procederão para sustentar essa Base parlamentar.

Chamo a atenção, Sr. Presidente, para o fato de que a eleição de ontem na Câmara dos Deputados direciona ainda mais o foco nas investigações e nos processos de depuração por que a Câmara dos Deputados passa e por que o Governo vai ter que passar também.

A partir de ontem, a partir da eleição do Deputado Aldo Rebelo – a quem respeito muito sob o ponto de vista pessoal, – volta-se novamente o foco e as luzes para as Comissões Parlamentares de Inquérito, principalmente para a CPI dos Correios, e também para o Palácio do Planalto. Portanto, Sr. Presidente, faço aqui um apelo. Sei que a Base do Governo não conseguirá, não terá sucesso em blindar essas investigações. Tenho certeza disso, e está aqui o Deputado José Eduardo Cardozo, com quem brinquei dizendo que é um petista tucano. Mas o que quis dizer de verdade, Deputado José Eduardo Cardozo, é que sei que V. Ex^a não topa esse tipo de tarefa, e isso é o mais fundamental. V. Ex^a tem tido uma postura correta o tempo todo. Claro que todos agimos com um tom político, e tem que ser assim, não se pode cobrar outra coisa de políticos, de parlamentares, que não seja essa postura e essa posição. No entanto, é inadmissível que certas pessoas cumpram tarefas para tentar impedir que as investigações avancem. É claro que se pode focar mais aqui, pode ser eloqüente acolá, mas não é possível que se impeçam as investigações.

E não vamos mais aceitar aqui as críticas que têm sido feitas à postura da Oposição nas investiga-

ções, à postura de algumas figuras da Base, como é o caso de V. Ex^a, Deputado José Eduardo Cardozo, e principalmente à postura do Presidente da CPI. E falo aqui com a tranquilidade, após o anúncio do Presidente de que não mudará de partido e que no PT permanecerá, o que nos deixa muito triste, pois adoraria ter o Presidente nos quadros do PSDB. Mas não é admissível que a todo tempo se culpe a Mesa por algo que acontece com os membros da CPI, principalmente conduzido pelos Deputados e Senadores da Base do Governo. O que vimos aqui hoje deixou claro o que vem ocorrendo já há algum tempo, com os problemas todos que tivemos, não é possível que o Governo pense que vai enganar a população com essa história. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Carlos Willian, depois a Senadora Ideli, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Deputado Jorge Bittar, que chegou agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presi-

dente, vamos encerrar esta parte e iniciar o depoimento de Maurício Marinho.

Todos aqui já protestamos. Ninguém se conforma com essa situação, mas temos a tribuna do Senado e da Câmara para esse tipo de protesto mais abrangente. Vamos iniciar o depoimento do Sr. Maurício Marinho. Vamos trabalhar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian e depois encerrarei com a Senadora Ideli. Rapidamente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr.

Presidente, fui testemunha da construção desta agenda de trabalho, realizada ontem, no calor das discussões políticas desta Casa, o fim de filiação partidária, em que todos os Deputados e todos os parlamentares estavam preocupados com o seu futuro político. Estavam reunidos o Deputado Asdrubal; o Presidente, Senador Delcídio; o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, trabalhando com técnicos, convocando, providenciando esta agenda para ser aprovada nesta Casa. Passaram mais de quatro horas com os celulares desligados. Chamaram-me para consultar sobre a agenda da sub-relatoria. Eu os assisti procurando o Deputado José Eduardo Cardozo para consultá-lo sobre a agenda proposta, assim como em relação ao Deputado Gustavo Fruet. Ou seja, esta Presidência ou esta Mesa Diretora trabalhou exaustivamente para ouvir os sub-relatores que querem dividir a responsabilidade do dinamismo e da responsabilidade deste trabalho. Se esses sub-relatores foram consultados, acredito que não haveria muita dificuldade em aprová-la aqui no plenário. Portanto, gostaria de testemunhar que esta Comissão não está acéfala, está realmente trabalhando para dar dina-

mesmo ao andamento dos trabalhos. Ocorre que está faltando, Sr. Presidente, a colaboração, o entendimento dos Srs. Deputados, porque vir aqui fazer discurso, apresentar requerimento mas não estar aqui na hora da votação para defendê-lo é muito fácil. Atolamos a Comissão com serviços, como está acontecendo com o pessoal de apoio técnico, enquanto nós vimos aqui apenas na quarta-feira na reunião administrativa para protestar e contestar.

Portanto, finalizando, gostaria de dizer que está faltando, sim, responsabilidade maior dos Deputados membros da Comissão e solicito aos Líderes partidários que façam a substituição daqueles que não querem trabalhar.

Ressalto que o PMDB, com suas lutas históricas e sempre presente nas decisões da política nacional, sempre esteve presente como aqui está hoje, com os seus três membros: eu, o Deputado Osmar Serraglio, Relator, e o Deputado Asdrubal Bentes, que é o Vice-Presidente desta Comissão. E somos os primeiros a chegar e a trabalhar, indiferentemente de chuva ou de sol. O PMDB sempre está presente nesta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, em primeiro lugar, não há nenhum problema em haver reunião administrativa na terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral – PT – MS) – Quero dizer a V. Ex^{as} que, a partir de terça-feira, serão registrados os faltosos, para que a opinião pública saiba quem é que está procrastinando os trabalhos desta CPI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não pode ser hoje?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Hoje nós leremos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Exatamente. Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, quero deixar aqui registrado, de público e de forma muito clara, que se V. Ex^a marcar reunião administrativa para terça-feira, estarei, com certeza, como estava desde a primeira hora, acompanhando atentamente os trabalhos, com a responsabilidade que precisamos ter.

Em segundo lugar, ontem – e V. Ex^a é testemunha, assim como os Deputados Serraglio e Asdrubal – acompanhamos muito atentamente todo o esforço da Presidência, Vice-Presidência e Relatoria desta Comissão para montar a agenda de trabalho do próximo mês.

Quero deixar registrado que de todas as conversas – e aqui peço a atenção do Deputado Serraglio porque quero a confirmação de S. Ex^a – que tratamos, trouxemos a nossa posição favorável a mais de 40 requerimentos, inclusive aquele de votação de quebra de sigilo que o Sr. ACM Neto e o Sr. Onyx Lorenzoni tanto faziam questão de trazer para votação, inclusive como já estava acordado na reunião passada. Então, não haveria nenhum problema em votarmos, por consenso, mais de 40 requerimentos. Essa é sinalização, e o Deputado Serraglio está confirmando o que estou falando.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, ao insistir – e aí gostaria que V. Ex^a também reiterasse com a mesma ênfase com que fez outros registros – que essa situação de se exigir votação de preferência, acima de tudo, para fazer guerra política...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pare de patrulhar o Presidente. Ela está patrulhando o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Senadora, respeite o Presidente. V. Ex^a está querendo patrulhar o Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Ex^a vai garantir a minha palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a está querendo patrulhar o Presidente. Ele não é servil ao Governo; não é tarefeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estamos fazendo o jogo da vereadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é óbvio que sei que se trata de um recurso regimental o que vem sendo utilizado nesta Comissão e não é a primeira nem a segunda nem a terceira nem a quarta vez que, por exigir a preferência...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Regimental não é mandar embora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...exigir a preferência acaba derrubando a reunião. E mais: na reunião passada, Sr. Presidente – quero, inclusive, que sejam recuperadas as notas taquigráficas de quando foi feita a votação da quebra do primeiro sigilo, de quem estava presente e de quem não estava –, os autores, volto a dizer, não estavam presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deixe de ser mentirosa, mais uma vez eu lhe digo isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quero dizer mais uma vez, Sr. Presidente, que naquilo em que

há acusação, há uma reiterada prática de, em outras situações, a partir da questão...

Se o Deputado ACM Neto continuar me ofendendo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... até porque eu tenho certeza absoluta do que estou falando, e os registros taquigráficos dão verdade ao que estou falando, vamos ter de tomar outras providências se ele repetir mais uma vez a ofensa à minha pessoa. Por último, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado que há pessoas aqui que precisam, inclusive, enxergar e ouvir melhor, até porque a acusação que sofri, de mandar embora, foi em referência a uma pessoa que sequer registrou presença.

Então, Sr. Presidente, quero apenas que deixe isso registrado e volto a afirmar: reunião administrativa na semana que vem, nenhum óbice; vamos deliberar tudo, votar tudo, e estarei como estava hoje aqui, desde a primeira hora, inclusive antes de começar, na sala da CPI, conversando com o Deputado Serraglio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou suspender a reunião por 15 minutos e vamos começar a oitiva do Sr. Maurício Marinho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente...

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a tinha me garantido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nós estamos perdendo um tempo enorme, totalmente desnecessário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Um minuto só, Sr. Presidente.

O SR. (orador não identificado) – Eu tinha a palavra antes, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 11h29min e reaberta às 11h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gostaria de reiniciar a reunião e pediria que só ficassem os parlamentares aqui na sala da CPI, porque teremos uma sessão reservada com o Sr. Maurício Marinho, em função de compromissos assumidos

com o Ministério Público, tendo em vista o teor das revelações de S. S^a.

Então, pediria, por favor, que só ficassem os parlamentares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a vereadora Ideli Salvatti não está aqui.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem, tão logo possa, com absoluta sinceridade, com seriedade, porque acho que isso é importante para a condução dos nossos trabalhos. A questão de ordem – é bom até que se esteja na presença do Deputado ACM Neto – é pelo fato de que, Sr. Presidente, de forma reiterada e diversas vezes, não só o Deputado ACM Neto, mas outros parlamentares, têm-se utilizado de expressões, quer no que diz respeito a relação entre parlamentares, quer na relação com o Governo, que não são condizentes com a boa norma de conduta parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perfeitamente, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente, digo que a Mesa tem sido condescendente com esse tipo de prática aqui na Casa. Agora mesmo nós assistimos ao Deputado ACM Neto se dirigir à Senadora Ideli Salvatti – não vou repetir a expressão, porque todos aqui a ouviram – negando veracidade naquilo que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sr. Deputado Bittar, as providências serão tomadas e V. Ex^a...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Há normas regimentais. O nosso Vice-Presidente Asdrubal, quando presidiu a oitiva de Daniel Dantas, citou as normas regimentais que vedam esse tipo de comportamento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perfeitamente, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso não é condizente com ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Isso tem havido também dos dois lados. Isso tem acontecido, infelizmente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, Sr. Presidente. Mas eu me referi ao fato ocorrido aqui. Eu gostaria que V. Ex^a repreendesse...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Providências serão tomadas, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Repreendesse os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Providências serão tomadas, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não. Não é isso. Não é isso, Sr. Presidente, que eu quero, porque isso é muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O entendimento da Mesa é claro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu desejo que V. Ex^a se dirija ao Parlamentar que ofendeu a Senadora Ideli e peça que ele retire...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perfeitamente, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...da ata da reunião essa expressão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está absolutamente entendido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom.

Há uma outra questão, Sr. Presidente, que é a seguinte: eu acho inaceitável que se utilizem expressões aqui, também, que induzam a compreensão daqueles que nos ouvem de que está havendo uma tentativa de obstrução aqui nesta Comissão. Antes se utilizava a expressão “pizza”; agora, a expressão é “tentativa de obstrução”.

Nós passamos, até agora, quatro meses, Sr. Presidente, trabalhando noite e dia. Duvido que tenha havido um Partido de governo que tenha sido mais aberto à exposição da crítica e à investigação de seus quadros políticos e de seu governo como o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas nós não podemos aceitar, Sr. Presidente, que nesta Casa, Parlamentares venham dizer que há obstrução ou tentativa de impedir a investigação. O que me parece claro é que, como houve exagero e hipóteses não verificadas, como Parlamentares prometeram entregar à sociedade aquilo que não existia, ou seja, um suposto megasquema de corrupção no Governo para justificar a suposta origem dos recursos, e agora não estão sendo capazes de comprovar, estão querendo justificar a sua incapacidade de assegurar à sociedade aquilo que denunciaram na origem com acusações aos Parlamentares que integram a Base governista, dizendo que querem a “pizza” e a obstrução.

Estão aí os fatos e as investigações nesses anos todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar. Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, não é aceitável esse tipo de prática, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É compreensível. Mas...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Há Parlamentares ausentes aqui, da Situação e da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar. Deputado Bittar.

Deputado Bittar, está muito claro! Agora, eu gostaria, depois, de conversar com V. Ex^a para explicar por que esse debate surgiu e é um fato importante. Mas eu vou descrever a V. Ex^a depois, pessoalmente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pode ter havido fatos localizados, mas nada justifica o comportamento, porque eu vi comportamentos dos mais diversos. Cito um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está claro, Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por exemplo, Parlamentares que aqui são verdadeiros leões na inquisição de algumas pessoas que aqui apareceram, quando o Sr. Daniel Dantas sentou à tribuna para expor eram verdadeiros gatinhos. Fugiram da interpelação do Sr. Daniel Dantas, verdadeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar, nós vamos chamar...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Esta Casa é uma Casa política. Nós não vamos aceitar discursos fáceis...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ... aqui, apenas para buscar incriminar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está entendido. Eu vou chamar o Sr. Maurício Marinho.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Muito obrigado.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Exatamente. O senhor quer que nós o ouçamos, mas o senhor não é capaz de ouvir os outros. Essa é a questão. Ele acabou de entregar, Sr. Presidente. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto acabou de dizer qual é a prática aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Sr. Maurício Marinho, por favor. (Pausa.)

(Interrompe-se a gravação às 11h43min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 40ª Reunião, realizada em 04/10/2005

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e cinquenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Jefferson Peres, Heloisa Helena, José Jorge, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos William, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Murilo Zauith, Sílvio Torres, Feu Rosa e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à votação de Requerimentos. Foram apreciados e votados nominalmente os seguintes Requerimentos: **Requerimento 179**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a **transferência de sigilo** bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Henrique de Almeida Souza, presidente dos Correios, desde janeiro de 2003; **Requerimento 180** de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer a **transferência de sigilo** bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, diretor dos Correios, nos últimos cinco anos; **Requerimento 925** de autoria dos Deputados Henrique Fontana e Iriny Lopes, que requer a **transferência de sigilo** : bancário, fiscal e telefônico das empresas EPLO TRADING S/A e da BRAMAX COMÉRCIO EXTERIOR LTDA; **Requerimento 929** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicitam **transferência de sigilo** : bancário, do sr CARLOS

ALBERTO QUAGLIA, proprietário da Natimar Negócios e Intermediações Ltda; **Requerimento 930**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicitam TRANSFERENCIA DE SIGILO: bancário da empresa BRUSA TURISMO LTDA – CNPJ 83.287.409/0001-68; **Requerimento 932** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicitam **transferência de sigilo** : da empresa CAMPTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA; **Requerimento, nº 938**, é de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que requisitam a quebra do sigilo dos fundos de pensão Funcef, Geap, Eletros, Petros, Centrus, Real Grandeza, Postalis, Portus, Previ; **Requerimento 944** de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, solicitam ao Banco Central listagem das renovações, novações e empréstimos e respectivas garantias que o Banco Rural concedeu a empresas do publicitário Marcos Valério; **Requerimento 974** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda; **Requerimento 975** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S/A; **Requerimento 976** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Agenda Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; **Requerimento 977** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Millennium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A; **Requerimento 979** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Clicktrade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários; **Requerimento 980** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Dillon S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; **Requerimento 981** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; **Requerimento 982** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Nominal Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda; **Requerimento 997** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Euro Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários S.A.; **Requerimento 998** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Walpires S.A. CCTVW; **Requerimento 999** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO: da Planer CV S.A.; **Requerimento 985** (A, B, C) de autoria do Deputado José Eduardo Martins Cardoso, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO: da empresa Beta Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda e de seus sócios Sr Ioannis Amerssonis, Sra Marli Pasqualetto Amerssonis e Sr Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho; **Requerimento 986** (A, B) de autoria do Deputado José Eduardo Martins Cardoso, solicita **transferência de sigilo** BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO: da empresa Aeropostal Brasil Transporte Aéreo Ltda e de seu sócio controlador Roberto Kfourir; **Requerimento 1010** de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita transferência de disco rígido (hard disc) apreendidos por ocasião da Operação Chacal, na sede da empresa Opportunity Fund em poder da Polícia Federal, para esta CPMI; **Requerimento 1011**, de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita a disponibilização da lista de todos os cotistas do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman para esta CPMI; **Requerimento 1015** de autoria do Deputado Gustavo Fruet, solicita REQUISICÃO: informações ao Banco do Brasil sobre auditorias que tenham sido realizadas, entre 2003 a 2005, na Visanet e na Servinet, e se houve alteração no sistema operacional da Visanet; **Requerimentos 1059B, 1059C, 1059D, 1059E, 1059 F**, autoria do Deputado Gustavo Fruet, solicita **transferência de sigilo**: bancário, fiscal e telefônico da empresa banval commodities corretora de mercadorias, da empresa bônus Banval Corretora de Câmbio Títulos e Valores Imobiliários Ltda, da empresa Bônus Banval Participações Ltda, da empresa bônus Banval Empreendimentos S/A, de Breno Fischer, e de Enivaldo Quadrado; **Requerimento 1058** foi prejudicado; **Requerimento 1060 e 1060 A**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, solicita **transferência de sigilo**: bancário, fiscal e telefônico, do Sr NAJUN TURNER e **transferência de sigilo**: bancário, fiscal e telefônico da Sra. Deusa Maria da Costa Silva; **Requerimentos 1061 A e 1061 B**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, solicita **transferência de sigilo**: bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas físicas e jurídicas: MASTER CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA E RODOLPHO BERTOLA JÚNIOR, da empresa MASTER CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA; **Requerimento 1071** de autoria do Deputado Osmar Serraglio *Requerimento Oral*, Votação em Bloco, **Requerimento 513** de autoria do Deputado Dimas

Ramalho, solicita autorização para os assessores LUIS SERGIO MONTEIRO TERRA E JACKSON LUIZ SANTOS VASCONCELOS para ter acesso aos documentos sigilosos das operações das instituições financeiras; Votação Nominal **Requerimento 790** de autoria do Deputado Carlos Abicalil, solicita CONVOCAÇÃO: ALBERTO YOUSSEF. **Requerimento 1075** solicita a retirada do **895**; **Requerimento 953**, de autoria dos Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, solicitam a CONVOCAÇÃO: do Sr. César Oliveira, dono da empresa de engenharia GDK S.A.; **Requerimento 955**, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, solicitam CONVOCAÇÃO: do Sr. Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás; **Requerimento 968** de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, solicita a REQUISICÃO: junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro (CRSFN) do Ministério da Fazenda, dos processos apreciados entre 1998 e 2004, envolvendo o Banco Rural; **Requerimento 992** de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, solicita CONVOCAÇÃO: Sr ANDRÉ LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA, presidente da Companhia Energética de Goiás; **Requerimento 993** de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, solicitam CONVOCAÇÃO: Sr RUBENS GHILARDI, presidente da Companhia Energética do Paraná; **Requerimento 1001** de autoria dos Deputados Maurício Rands e Luiz Couto, solicitam ao DAC – Departamento de Aviação Civil, Secretaria da Receita Federal e Infraero – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, que informe a relação das pessoas que foram transportadas no período de 1999 até a data de hoje pelas aeronaves registradas como CITATION EXCEL-PPRAA, KING AIR-PTWSJ E CITATION X-PTWUM, bem como as respectivas cadernetas e planos de voo; **Requerimento 1002**, de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita à Polícia Federal a disponibilização para esta CPMI da relação de passageiros que efetuaram viagens ao exterior através do Consórcio VOA, liderados pelo Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda; **Requerimento 1003**, de autoria Deputado Jamil Murad, solicita ao Departamento de Aviação Civil a disponibilização para esta CPMI a relação de passageiros que efetuaram viagens ao exterior através do Consórcio VOA; **Requerimento 1004** de autoria do Deputado Jamil Murad, solicita a relação pormenorizada de vôos realizados pelas aeronaves, incluindo a rota, número e designação dos passageiros e finalidades das respectivas viagens; **Requerimento 1009** de autoria do Dep. Eduardo Paes, solicita a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, cópia de todos os contratos celebrados, de 1994 a 2005, pelas empresas de publicidade Ma-

tisse, Fisher América, Fischer Total, Fischer Justus, McCan-Ericksson, Contemporânea, Ogilvy, Denilson Brasil, Rede Interamericana de Comunicação, Que, Giovanni FCB e Agnelo Pacheco; **Requerimento 1017**, de autoria do Deputado Carlos Willian, solicita CONVOCAÇÃO: Sr. HENRIQUE BRANDÃO, Corretor da Seguradora Assurê; **Requerimento 1024**, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, solicita CONVOCAÇÃO: Sr. ADACIR REIS, Secretário de Previdência Complementar; **Requerimento 1025** de autoria do Deputado Silvio Torres, solicita CONVOCAÇÃO: Sr. DARIO MESSER; **Requerimento 1027** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita CONVOCAÇÃO: Srs. MARCO ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA, PAULO ROBERTO KRESS MOREIRA, PAULO RICARDO MOREIRA, JULIANA AZEREDO DUARTE e ERNESTO DUARTE; **Requerimento 1029** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita a CONVOCAÇÃO: Sra. Emily Sônia Fukuda Yamashita; **Requerimento 1030** de

autoria do Deputado Gustavo Fruet, solicita a REQUISICÃO: ao Banco Central informações sobre audiências realizadas com o Sr Marcos Valério bem como informações conforme constam do requerimento; **Requerimento 1031** de autoria do Deputado Silvio Torres, solicita a CONVOCAÇÃO: do Sr NAJUN TURNER; **Requerimento 1034** de autoria Deputado Carlos Willian, solicita ao IRB Instituto de Resseguros do Brasil, relação de todos os imóveis alienados nos últimos cinco anos e a qualificação dos adquirentes; **Requerimento 1035** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita a Controladoria Geral da União se foi realizada alguma auditoria junto aos Correios; **Requerimento 1036** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TCU, se foi realizada alguma auditoria junto aos Correios; **Requerimento 1037** de autoria Senadora Ideli Salvatti, solicita à EBCT CORREIOS toda documentação referente à Concorrência Internacional nº 016/99 – CEL/AC, bem como a lista de todos os membros que atuaram no processo; **Requerimento 1039** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e José Eduardo Cardozo, solicitam a CONVOCAÇÃO: ROBERTO KFOURI; **Requerimento 1040** de autoria Deputado Osmar Serraglio, solicita a CONVOCAÇÃO: ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS; Juan Campos Dominguez Lorenzo; LUIZ APPOLÔNIO NETO; Luiz Eduardo Pereira de Lucena; WAGNER COSTA RIBEIRO; William da Costa Ribeiro; **Requerimento 1041**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita CONVOCAÇÃO: REPRESENTANTE LEGAL da empresa ESPAÇO ABERTO LTDA – PAULO NEY ALMEIDA; Em bloco: Votação Simbólica, **Requerimento 1062**, de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e José Eduardo Cardoso, solicita a CONVOCAÇÃO: HÉLIO

BRUCK ROTENBERG, sócio da empresa POSITIVO INFORMÁTICA LTDA, integrante do Consórcio Alpha; **Requerimento 896** de autoria do Deputado Carlos Sampaio, solicita ao Banco do Brasil o Plano de Mídia referente ao período de 2003 e 2004. **Requerimento 1038** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita CONVOCAÇÃO: EDSON MAURÍCIO BROCKVELD; **Requerimento 991** de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, solicitam a CONVOCAÇÃO: Sr. LÍDIO DUARTE, ex-presidente do IRB; **Requerimento 1065** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita a REQUISICÃO: ao Banco Rural cópias dos contratos de empréstimos que relaciona; O **Requerimento 927** de autoria do Deputado Gustavo Fruet foi retirado pelo autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a quadragésima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do **Requerimento** nº 3 de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apreciação e votação de **Requerimentos**.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nós temos possibilidade de votação em bloco. E aí, seguindo o mesmo procedimento que sempre adotamos no sentido de que qualquer objeção seja registrada, nós iremos fazendo as anotações.

Começaremos, em um primeiro momento, com as quebras, que também já estão ajustadas. Princípio por aquelas mais tormentosas, que têm sido a razão de ser das dificuldades das últimas duas semanas.

Sr. Presidente, anuncio o **Requerimento** nº 974 e esclareço que, na seqüência, os próximos oito ou nove estão todos interligados e dizem respeito às corretoras que operaram em nome de fundos de pensão que teriam apresentado resultados prejudiciais aos fundos – e daí a razão de essa investigação incidir sobre esse segmento –, a partir de **Requerimentos** formulados pelos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto.

O primeiro deles, Sr. Presidente, com votação nominal, é o de nº 974: sigilo bancário da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 974.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente, ao contrário de toda a especulação da semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands; Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian; Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos suplentes.

Deputado Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gervásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira; Deputado Cezar Shirmer; Deputado Sílvio Torres; Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araújo; Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela terceira vez, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)

– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nada como a pressão dos meios de comunicação para minimizar o “abafão”: “sim”, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Flávio Arns, Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata, Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. É que está para chegar a minha indicação como suplente

aqui na CPMI, indicação do PMDB. Não chegou ainda à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não chegou ainda à Mesa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Chegando, V. Ex^a me colocará na lista?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mandarei providenciar, então. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá vota “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou proceder à contagem.

Com dezenove votos “sim”, foi aprovado o **Requerimento** nº 974.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o de nº 975, que tem os mesmos autores: quebra do sigilo bancário da Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A .

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, queria, antes de V. Ex^a colocar em votação, pedir um esclarecimento.

Na semana passada foi apresentada uma proposta de agenda pelo Sr. Relator que acabou não sendo votada. No entanto, fui surpreendido pelos jornais de hoje ao saber que aquela agenda foi mantida sem ter sido aprovada. Queria um esclarecimento de V. Ex^a sobre isso antes de continuar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Os encaminhamentos foram feitos exatamente em função das dificuldades de se ter **quorum**. Trata-se de oitivas importantes, mas que serão ratificadas, serão confirmadas aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, com todo respeito, sempre tenho colaborado com V. Ex^a, mas acho que a Secretaria não pode cometer esse equívoco. Não pode preconvocar na suposição de que será ratificado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo nós vamos discutir a agenda, teremos oportunidade de ajustarmos essa questão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, essa matéria é grave, não se trata de ter oportunidade de discutir ou não. A discussão

é agora no momento em que estou levantando. Vou transformar essa minha reclamação numa questão de ordem, porque não poderia a Secretaria ter expedido a convocação das pessoas na suposição de que o Plenário iria ratificar. Essa é a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, vamos encaminhar as votações e trataremos desse assunto ao longo da reunião de hoje.

Requerimento nº 975 em votação.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMOSTÉNES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio, Senador Valdir Raupp; Senadora Iris Araújo; Senado Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Um “sim” angustiadíssimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero registrar o aniversário e os parabéns da Mesa da CPMI ao Senador Romeu Tuma, que hoje aniversaria: saúde, paz, sucesso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Dia de São Francisco, Tuma!

Aproveito, Presidente Delcídio, para fazer um registro, porque hoje, além de ser o dia do aniversário do nosso querido Senador Romeu Tuma e de ser o dia de São Francisco, é também o dia do aniversário do Bispo Dom Frei Luís, que está em greve de fome, em Cabrobó, Pernambuco, pedindo audiência com o Presidente da República, que eu espero possa receber os familiares dele hoje. Eu sei que essa também é a sensibilidade de V. Ex^a e do Senador César Borges, que esteve lá também.

Tuma, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Flávio Arns, Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata, Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou chamar agora os Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Abstenho-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. Deputado Pompeo de Mattos. Deputado Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araújo; Deputado Medeiros. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

Vinte e dois votos “sim” e uma abstenção.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 976, dos mesmos autores, que solicita a quebra de sigilo bancário da Agenda Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Qual é o número do **Requerimento**?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– **Requerimento** nº 976.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos à votação do **Requerimento** nº 976.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Abstenho-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Abstenção.

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araujo. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)
– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)
– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)
– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)
– Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Sena-

dor Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Vinte e três votos “sim” e uma abstenção.

Está aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O próximo é o **Requerimento** nº 977, dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, que solicita a quebra do sigilo bancário da Millenium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 977, começando pelos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes. (Pausa.)

Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nélio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Pompeo de Mattos; José Eduardo Cardozo, Silvio Torres, Feu Rosa,

Ildeu Araújo, Luiz Antonio Fleury; Geraldo Thadeu; João Fontes.

Há abstenção do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Vou fazer a contagem.

(Pausa.)

22 votos “sim” e 01 abstenção.

Está aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é o de nº 979, dos mesmos autores – a quebra do sigilo bancário da Click Trade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– **Requerimento** nº 979.

Vou começar pelos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Abstenção e protesto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes:

Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Feu Rosa, Deputado Ildeu Araújo; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores:

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acho que o Deputado Eduardo Paes não votou.

Então, Deputado Silvio Torres.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas para registrar que estou dando publicidade à integração do Senador Wellington Salgado de Oliveira, como membro suplente desta CPMI, a partir de indicação do Líder Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Tem que ser lido.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, precisa ser lido em plenário e não foi lido ainda, mas a presença de V. Ex^a aqui é fundamental. V. Ex^a já é um membro da CPMI e só precisamos agora formalizar, com a leitura pela Mesa do Senado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, aproveitarei o dia de hoje como estágio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– **Requerimento** nº 979.

Agora os Senadores:

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres, Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, temos que rir, senão enfartamos, Sr. Presidente, é por isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais. Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; (Pausa.)

Vou proceder à contagem. Quero registrar aqui o voto do Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

Vou proceder à contagem.

23 votos “sim”, e 01 abstenção.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é o de nº 980, dos mesmos autores, a quebra de sigilo bancário da Dillon S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 980.

Começando pelos Senadores:

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PMDB

– PR) – Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá; Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados:

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Senador Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nélio Dias; Nelson Meurer. (Pausa.)

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Abstenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

23 votos “sim”, e 01 abstenção.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na próxima votação, nossa querida Juíza Denise Frossard.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, próximo **Requerimento** é o de nº 981, dos mesmos autores, Deputados Onyx e Antonio Carlos Magalhães Neto, quebra de sigilo bancário da Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 981.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Senador Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nélcio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Abstenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sr. Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – João Fontes. (Pausa.)

Aos Senadores agora:

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PMDB – PR) – Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)
Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá; Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)
Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim; José Jorge. (Pausa.)
Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou proceder à apuração.

Votaram “sim” 23 Srs. Parlamentares.

Abstenção: 01

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo, Sr. Presidente, 982, dos mesmos autores,

a quebra de sigilo bancário da Nominal Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda.

Requerimento 982.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento 982**.

Preciso de uma folha de votação. Trata-se de um assunto complexo.

Em votação, começando pelos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sérgio. (Pausa.)
Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)
Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Quero lembrar que é o **Requerimento 982**.

Vamos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Para quorum, abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passo aos suplentes.

Deputado Eduardo Cardozo; Silvio Torres. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– João Fontes. (Pausa.)

Farei a apuração.

Votaram “sim” 23 Srs. Parlamentares.

01 Abstenção.

Aprovado o **Requerimento** nº 982.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, ainda em relação às Corretoras, agora o **Requerimento** 997 dos Deputados Antonio Carlos Magalhães, Onyx Lorenzoni, quebra de Sigilo Bancário da Euro Distridora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. **Requerimento** 997, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 997.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos; Eduardo Cardozo. (Pausa.)

Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Vir-

gílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

22 votos “Sim” e 01 abstenção.

Está aprovado o **Requerimento**. Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é o de nº 998, dos mesmos autores, que requerem a quebra do sigilo bancário da Walpires S/A CCTVM*. O **Requerimento** nº 998 é uma corretora também relacionada aos fundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 998.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo; Ney Suassuna. (Pausa.)

Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Bezerra; Heloísa Helena; Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata. (Pausa.)

Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos aos Deputados.
Carlos Abicalil.
O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands. (Pausa.)
Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– ACM.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes. (Pausa.)
Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélio Dias. (Pausa.)
Nelson Meurer.
O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Pelo **quorum**, abstenção.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PTB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.
A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pompeo de Mattos. (Pausa.)
Suplentes: José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Silvio Torres.
O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Feu Rosa.
O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O R. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– João Fontes. (Pausa.)
Vou proceder à contagem.
23 votos “sim” e 01 abstenção.
Aprovado o **Requerimento**.
Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, a última dessa série de corretoras é o **Requerimento** nº 999, também dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni, a transferência do sigilo bancário da Planer CV S/A – deve ser corretora de valores.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 999, começando pelos Deputados.
Carlos Abicalil.
O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O S. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands. (Pausa.)
Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– ACM.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eduardo Paes. (Pausa.)

Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nélcio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pelo **quorum**, abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos suplentes: José Eduardo Cardozo. (Pausa.)

Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sérgio Guerra. (Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo; Ney Suassuna. (Pausa.)

Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT- AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Fernando Bezerra. (Pausa.)

Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

São 22 votos “sim” e 01 abstenção.

Aprovado o **Requerimento**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria pedir um minutinho de atenção. Não tenho como objetivo impedir ou fazer qualquer tumulto na reunião. Apenas a bem da verdade, terminamos a votação do bloco das corretoras e a votação desses **Requerimentos** foi motivo de um dos profundos embates que tivemos na última semana aqui nesta CPMI. Inclusive, nesta CPMI, semana passada, fui acusada, até ofendida, e teve declarações que eu disse que iria trazer a esta reunião as provas do que eu estava falando. Espero que possamos ter... até porque já chegamos a conversar, tivemos a oportunidade de conversar, que possamos ter aqui, no dia de hoje, o esclarecimento a respeito dos fatos, não das versões, mas dos fatos.

Na semana passada fui acusada de mentirosa, insistentemente, apesar de eu ter dito que as notas taquigráficas da reunião anterior poderiam comprovar o que eu estava falando. Como efetivamente comprovam as notas taquigráficas da reunião do dia 20 de setembro, quando o **Requerimento** nº 974 foi colocado em votação, os Parlamentares que votaram a favor desse

Requerimento foram os seguintes Parlamentares: pelo Senado, eu, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Jefferson Péres, o Senador César Borges; pela Câmara, Deputado Rands, Deputado Serraglio, Deputado Carlos Willian, Deputado Eduardo Paes, Deputado Fruet, Deputado Meurer, Deputado Cardozo, Deputado Ildeu e Deputado Silvio Torres.

Portanto, na hora da votação, como bem afirmei e registrei naquela reunião, não me interessam os motivos, acho que cada um tem os seus motivos, mas na hora da votação – como eu afirmei –, por conta de eu ter afirmado, sou sofri uma série de declarações aqui que não correspondem nem ao respeito que todos os Parlamentares aqui merecem, nem ao bom andamento da reunião. Os autores do **Requerimento** – Deputado Onyx Lorenzoni e Deputado ACM Neto – não estavam na hora da votação.

Volto a dizer que as notas taquigráficas da reunião do dia 29 estão aqui, também, para comprovar que em nenhum momento eu disse que eles não estavam na reunião. Todas as minhas declarações foram no sentido de que na hora da votação não estavam presentes. Então, para que não parem mais dúvidas sobre essa questão, o que foi dito e não o que foi comentado, mas o que foi dito, o que foi feito e o que aconteceu estão aqui as duas atas para comprovar.

Queria, Sr. Presidente, já que terminamos de votar as polêmicas desnecessárias, inclusive, polêmicas sobre a quebra do sigilo bancário das corretoras, eu queria pedir que fosse restaurada a verdade e a verdade está nas notas taquigráficas, tanto do dia 20 de setembro quanto do dia 29 de setembro. Por isso fiz questão, inclusive, Sr. Presidente, no **Requerimento** nº 974, que era da primeira quebra do sigilo, fiz questão de dizer que eu estava votando pela terceira vez favoravelmente àquele **Requerimento**. Votei favorável a ele no dia 20, no dia 29 e no dia de hoje.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que pudesse ser reiterado, refeito até a bem da convivência que deve ter esta Casa, o respeito entre os Parlamentares e a restauração da verdade dos fatos e não das versões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto. Eu gostaria de registrar a V. Ex^{as} que temos uma agenda grande de trabalho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu quero sobre os trabalhos de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que é importante, como complemento ao que disse a Senadora Ideli

Salvatti, que a palavra seja usada neste momento. Por isso, peço autorização a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Primeiro, gostaria de parabenizar o Presidente Lula pelas declarações que deu ontem, acusando Deputados, sobretudo aqueles envolvidos diretamente no trabalho das CPIs, de, nos últimos quatro meses, terem partido para uma onda de denunciismo sem embasamento, sem provas e sem ter como sustentar as graves e seriíssimas denúncias de corrupção trazidas ao conhecimento do Brasil inteiro nesses últimos dias.

Parabenizar o Presidente Lula porque, paradoxalmente, depois dessa entrevista, dessa declaração errática e inconseqüente de Sua Excelência, percebemos que a Base do Governo se mobiliza e, por ter maioria hoje, colabora com o esforço geral, que deve ser de todos e não de alguns, para garantir o quórum mínimo necessário. Na verdade, por essa mobilização temos um quórum muito superior ao mínimo, o que já garantiu a votação de onze **Requerimentos** importantíssimos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E teremos mais **Requerimentos** de quebra de sigilo para votar ainda hoje, não encerramos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Votaremos todos os outros **Requerimentos** que estão por vir.

Acho que não deixa de ser uma reação a essas declarações inconseqüentes e absurdas do Presidente da República, que precisa ter cuidado com os seus atos de incontinência verbal. Sua Excelência se dói demais quando a realidade é colocada de forma nua e crua para ser vista aos olhos do povo brasileiro. E quer atribuir a esta CPMI, Sr. Presidente, os descaminhos do Brasil. Na verdade, estamos tentando colocar o Brasil no seu caminho. Temos a responsabilidade de, além de elucidar os atos de corrupção, desvendar todo esse esquema montado, temos o dever e a missão de apresentar alternativas para o futuro. Espero que esse seja – peço silêncio, Sr. Presidente – um dever coletivo de todos os membros da CPMI.

Acerca da polêmica gerada, quero tecer alguns importantes comentários de esclarecimentos. Procurei conversar com a Senadora Ideli Salvatti logo depois daquela reunião da semana passada onde houve um bate-boca grande. A Senadora Ideli fez uma colocação que foi objeto de uma reação minha, de uma reação da Oposição. S. Ex^a disse que não estávamos presentes na reunião da quinta-feira, sem ser a retrasada, a anterior, e, portanto, há 15 dias, quando, pela primeira

vez, esse **Requerimento** foi votado. Estávamos durante toda a reunião, na hora da chamada nominal efetivamente não nos encontrávamos no plenário, mas, antes de cair a reunião – e foi nisso que me apeguei, daí é bom que a verdade fique muito clara –, antes do Deputado Asdrúbal Bentes, que presidia a reunião, dar-lhe por encerrada, nós aqui já estávamos. E não apenas aqui já estávamos, mas – lembro-me bem – fizemos um esforço muito grande para mobilizar as nossas assessorias a fim de garantir o quórum, para permitir que as votações acontecessem. Então, além de termos dado presença na lista oficial da reunião, estávamos aqui durante todo o tempo. No momento da chamada nominal desta votação específica, de fato não estávamos presentes, mas, instantes após chegamos a esta sala, chegamos a este plenário, antes que a reunião caísse, antes que o **Requerimento** fosse dado como prejudicado, antes que votação estivesse inviabilizada, antes que não tivéssemos condições de dar seqüência à análise de todas as quebras de sigilo das corretoras. Então aqui estávamos, e não apenas estávamos como fizemos uma mobilização expressiva para garantir a presença dos demais Parlamentares, como, aliás, é hábito das oposições. E, infelizmente, não conseguimos garantir.

Agora o que aconteceu na semana subsequente foi completamente diferente, porque não houve nenhuma ação orquestrada para impedir que o quórum fosse estabelecido. Na semana passada, infelizmente houve. Na semana passada, ficou claro – e a imprensa brasileira toda divulgou – que havia ali uma determinação expressa, por meio de uma vontade manifestada pela Bancada do Governo, de evitar que o quórum ocorresse para que os **Requerimentos** não fossem votados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, concluindo, porque precisamos continuar nosso trabalho, ou iremos vamos fazer outra vez o debate político.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E aí, encerrando, fizemos um apelo a V. Ex^a, que marcou a reunião de terça-feira, atendendo a um apelo nosso, em caráter excepcional. E vemos que, pela cobrança da imprensa, pela cobrança da sociedade, que é justa, é correta e precisa acontecer, hoje temos aqui um quórum recorde, hoje temos uma presença expressiva de Deputados e Senadores. Que assim se mantenha até o final dos nossos trabalhos, porque tenho certeza de que com esse esforço coletivo não deixaremos que a CPMI caia no buraco e se perca. Penso que essa é uma responsabilidade de todos nós. Governo e Oposição precisam muitas vezes deixar os seus debates de lado para pensar no Congresso Nacional. Não podemos pagar no final essa conta, que

não é nossa. A conta da corrupção no Brasil é do PT e é do Governo do Presidente Lula, não é nossa, não pode ser transferida para as CPIs. E essa reação depende do esforço de todos nós, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, sobre essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de chamar V. Ex^{as} ao bom senso, para não abrir um debate político. Não vou admitir isso hoje e cortarei a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, como não foram retiradas as acusações a minha pessoa, de mentirosa, vou levar ao foro competente, porque o que era para fazer aqui não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou encerrar esse debate e vou passar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como complemento, quero retirar as acusações de mentirosa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, é inacreditável, nós, com uma pauta gigantesca, para aprovar e estamos discutindo novamente, politicamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Olha, para o bom funcionamento da Comissão e para uma demonstração de que queremos continuar a votar, mostrando que houve um problema de comunicação na reunião passada, quero retirar, não tem problema nenhum, as acusações de mentirosa, existem outras, mas a acusação de mentirosa vou retirar. Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Assunto encerrado.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, vou pedir ao Relator, porque é sobre esta reunião. Eu não entrei no debate, embora fosse absolutamente motivador, e eu quisesse entrar. Quero solicitar ao Relator – eu já havia feito o pedido – que sejam incluídos outros **Requerimentos** de quebra de sigilo que se relacionam aos ex-presidentes do gestor operacional dos Correios, a outros diretores que já prestaram depoimento e não tiveram seus sigilos quebrados e a outros empresários que já foram ouvidos na sub-relatoria. Tem **Requerimento** tanto de minha autoria como de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo e é essencial que sejam incluídos na pauta de hoje.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio. Temos uma série de **Requerimentos** a aprovar. Peço bom senso a V. Ex^{as}.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o bom senso está aqui, sempre esteve. Há sobre a mesa o **Requerimento** nº 1070...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Temos **Requerimentos** ainda, Deputado Onyx, de quebra de sigilo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – **Requerimento** de preferência. Portanto, Sr. Presidente, quero propor um acordo a V. Ex^a, objetivamente. Qual é o acordo? Votamos as quebras de sigilo e, logo depois, para não obstruir os trabalhos da CPMI, votamos o **Requerimento** de preferência nº 1.070. Por quê? Porque esse é que vai derrubar a meia verdade dita aqui de que o problema eram as corretoras. A questão nunca foi as corretoras, é o que está no 1.070, que é a vinda dos dirigentes da Petrobras aqui para explicar o Land Rover do Sílvio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Será votado.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é de autoria do Sub-Relator José Eduardo Martins Cardoso, nº 985. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Beta – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda., e dos seus sócios, Ioannis Amerssonis, Marli Pascoaleto Amerssonis e o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 985.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Começando a votação, Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Abicalil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós estamos em votação, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas é sobre esse **Requerimento**, Sr. Presidente. Dá licença. V. Ex^a não vai me atropelar, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas nós não estamos atropelando, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Antes do primeiro voto, eu pedi uma questão de ordem. V. Ex^a não me deu.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, Deputado, se eu não dei a V. Ex^a a questão de ordem, é porque, realmente, eu já tinha começado a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não tinha.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque não pode, é um a um.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É sobre esse **Requerimento**.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É um a um que tem que ser.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, se for sobre esse **Requerimento**, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Exatamente. A primeira coisa: **Requerimento** tem que ser um a um, não pode ser coletivo. E a segunda coisa: eu estive no depoimento dessas pessoas da CPMI, é só constatar com o Deputado José Eduardo Cardozo, que é o Sub-Relator, inclusive ficou claro que não essas pessoas, todas elas, sócias da Beta. Além do que o **Requerimento** tem que ser individual, um a um.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ok, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, para que não se questione, então iremos fazer seqüencialmente.

Sobre o **Requerimento** nº 985, o primeiro nome a ser cobrado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Beta Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Relator, antes disso, quero que V. Ex^a ouça o Deputado José Eduardo Cardozo, que tem informação que uma pessoa... Só eu e ele estávamos presentes aqui, no dia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Bom, vamos continuar a votação.

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, de quem é esse **Requerimento**?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De

quem é? A pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Qual é o **Requerimento**?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– **Requerimento** nº 985, que esta relatoria procedeu ao aditamento, no sentido de, nesse primeiro momento,

excluir os demais nomes. Portanto se restringe a Beta Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, tem que ser só a Beta.

O SR. (Orador não identificado) – A pessoa jurídica só.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Só a Beta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos; José Eduardo Cardozo. (Pausa.)

Perdão, já votaram os três, porque o Deputado Maurício Rands já estava presente. V. Ex^a, mais uma vez, com razão. V. Ex^a normalmente sempre está com a razão.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Total: 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, ainda em relação ao **Requerimento** nº 985, que, agora, procedemos à divisão, que passa a ser 985-A: a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ioannis Amerssonis, com a mesma fundamentação constante do 985.

Portanto, o 985-A, Sr. Presidente, em relação ao Ioannis Amerssonis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 985-A.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Como vota o Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passamos para os Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Individualmente, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Deputado Feu Rosa, Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos fazer a apuração.

Votaram “sim” 21 Srs. Parlamentares.

Está aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 985-B com a mesma fundamentação do nº 985 – quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Marli Pascoalato Amerssonis. Sr. Presidente, é o **Requerimento** nº 985-B.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 985-B.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Passamos aos Senadores. Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Íris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

Votaram “sim” 21 Srs. Parlamentares.

O Requerimento está aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o último dessa divisão procedida é o **Requerimento** nº 985-C, também de autoria do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, sobre quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, da Promodal.

Sr. Presidente, é o **Requerimento** nº 985-C.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 985-C.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Há os suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araújo; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio, Senador Valdir Raupp, Senadora Iris Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

Foram 21 votos “sim”.

O **Requerimento** foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 986, também do Sub-Relator José Eduardo Martins Cardozo, que pede a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Aeropostal Brasil Transporte Aéreo Ltda.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 986, da Aeropostal.

O SR. ARNALDO FARA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, esse **Requerimento** será desdobrado?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Será, tanto que já excluí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 986.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio, Senador Valdir Raupp, Senadora Iris Araújo, Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Passamos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maruício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)
Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias. (Pausa.)
Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passamos aos Suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araújo; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

Foram 21 votos “sim”.

O **Requerimento** foi aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, fizemos as justas homenagens pelos aniversários, mas não sabíamos que ontem foi o aniversário do Deputado Onyx. Então, que sejam extensivas a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nossos parabéns extensivos ao nosso querido Deputado Onyx. Paz, saúde e sucesso! Que Deus o ilumine sempre!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo ainda é o **Requerimento** nº 986, que nós subdividimos, com a mesma fundamentação e que passa a ser 986-A: quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Autoria: Deputado José Eduardo Martins Cardozo, em relação ao sócio controlador da Aeropostal, Sr. Roberto Kfourri.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 986-A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – **Requerimento** nº 986-A.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, se o **Requerimento** original é nº 986, o desdobro tem A e B. Agora seria o B, então.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Seria o original o **caput**, e o outro...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A partir do desdobramento, um é A, outro é B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nós já votamos sem nominar. Eu não me oponho a nominar. Que se considere, então, enquanto identificação do **Requerimento** precedente aprovado, 986-A e denomino o atual para 986-B.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria ao Dr. José Roberto... O **Requerimento** nº 986-A é o anterior. Nós estamos votando o 986-B.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos chamar os suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa; Deputado Ildeu Araújo; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores agora.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos proceder à apuração.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Feu Rosa retornou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Feu Rosa? (Pausa.)

Vota “sim”.

Vou proceder à apuração.

Total: 22 votos “sim”.

O **Requerimento** nº 986-B foi aprovado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que deve ter um equívoco. Não dá esse total de votos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte e dois votos. É porque o Deputado Feu Rosa, na votação anterior, não estava presente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.015, do Sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet, que solicita a requisição de informações ao Banco do Brasil so-

bre auditorias que tenham sido realizadas entre 2003 e 2005, que essa relatoria adita, correspondendo aos últimos cinco anos, relacionados à Visanet e a Serv-Net, e também se houve alteração no sistema operacional da Visanet.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 1015.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 1.015.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passo aos suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Total: 22 votos “sim”.

Aprovado o **Requerimento** nº 1.015.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.059, também de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que, embora faça parte de um grupo econômico, para evitar dúvidas, procederemos votação separadamente, atendendo às exigências do nobre Parlamentar Arnaldo Faria de Sá.

Começamos com o 1.059-A...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente, a exigência não é minha; a exigência é do Regimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tudo bem, a exigência regimental, que nós acolhemos a observação.

Requerimento nº 1.059-A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 1.059 em votação. Começando com os Senadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só preciso anunciar.

É a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, na nossa lista não consta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– ... da empresa Banval Commodities, Corretora de Mercadorias.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não temos esse **Requerimento**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A lista distribuída ao Plenário encerra-se em 1.057.

O SR. (Orador não identificado) – Não está na lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como sempre, Presidente, nem todos os **Requerimentos** conseguem ser condensados na lista porque alguns são apresentados no final da noite. Foi o que aconteceu. Então, o Relator poderia nominar e detalhar. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio para esclarecer para procedermos à votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, solicito à assessoria que proceda à atualização da lista distribuída aos Srs. Parlamentares.

Para que se evite qualquer dúvida sobre o que estamos formulando, corresponde ao **Requerimento**.

Concedo a palavra ao Sub-Relator Gustavo Fruet para que S. Ex^a esclareça que se trata de todo conglomerado da Bônus-Banval e que iremos proceder separadamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos votar.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Refere-se aos **Requerimentos** nºs 9, 8, 4 e 1.014, que têm mais de cinquenta indicações. Em atenção ao Regimento, priorizamos algumas corretoras, algumas empresas e algumas pessoas físicas já relacionadas nos **Requerimentos** anteriores para facilitar a votação.

Sr. Relator, aproveito uma sugestão. No **Requerimento** nº 1.058, estamos votando todas as pessoas relacionadas com a Corretora Bônus-Banval e com vários CNPJ. Então, cada **Requerimento** tem que ser individualizado e, por isso, a seqüência.

Aproveito para dizer que, no **Requerimento** nº 1.058, de minha não há objeção. Ontem fui procurado pelo Líder do PP, Deputado José Janene, e hoje falei com o Deputado Nelson Meurer. O Deputado José Janene me explicou que, na Polícia Federal, prestou um depoimento esclarecendo a razão do aparecimento da Sr^a Rosa Alice Valente entre as receptoras de depósitos da Bônus-Banval. Não tivemos acesso a esse depoimento, mas já o solicitei.

Sr. Presidente, hoje ainda a Sr. Rosa Alice Valente, que, vim a saber, é assessora do Deputado José Janene – quando relacionamos, indicamos todos os nomes que estavam na relação de depósitos, sem essa identificação –, por intermédio de advogado, apresenta **Requerimento** ao Sr. Presidente, oferecendo espontaneamente todos os dados que foram solicitados. De minha parte, isso satisfaz. Poderíamos deixar de votar esse **Requerimento**, de acordo com a solicitação. Faço esse esclarecimento dessa ligação do Deputado José Janene.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois, não.

Sr. Presidente, consideramos o **Requerimento** nº 1.058 prejudicado, tendo em vista a oferta espontânea da quebra de sigilo por parte da Sr^a Rosa Alice Valente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O **Requerimento** nº 1.058, pelas razões expostas, está prejudicado.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, o **Requerimento** está prejudicado porque está autorizada a quebra espontânea. Onde está esse ofício?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Está com o Sub-Relator, o Deputado Gustavo Früet.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já apresentou ao...

Requerimento nº 1.059-A, de autoria do Deputado Gustavo Früet, que requer a **transferência de sigilo** bancário, fiscal e telefônico da Banval Commodities Corretora de Mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passa-se à votação do **Requerimento** nº 1.059-A.

Vamos começar pelos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRÜET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, antes de votar, quero informar a V. Ex^a que essa quebra de sigilo ofertada está assinada pelo advogado e não tem validade. A própria pessoa tem que oferecer a quebra do sigilo. A Comissão não pode ser levada a erro. É preciso ter cuidado e atenção com o que se está fazendo. Não sou contra a prejudicialidade declarada pelo Relator, mas as cautelas têm que ser tomadas. Quem está oferecendo é o advogado, que não pode oferecer a quebra de sigilo do seu constituído.

Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós verificaremos isso e, caso contrário, votaremos, na reunião administrativa, o **Requerimento** nº 1.058.

O Deputado Arnaldo vota “sim”?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passo aos suplentes.

Deputado Gervásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira; Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram “sim” 21 Srs. Parlamentares.

Está aprovado o **Requerimento** nº 1.059-A.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.059-B, também de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que solicita transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Empresa Bônus-Banval Corretora de Câmbio Títulos e Valores Imobiliários Ltda., com a mesma fundamentação constante do **Requerimento** nº 1.059-A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 1.059-B.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Essa é a quebra de quem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 1.059-B.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De quem é a quebra?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Bônus-Banval Corretora de Câmbio Títulos e Valores Imobiliários Ltda., Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram “sim” 22 Srs. Parlamentares.

Está aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.059-C, também de autoria do Sub-Relator Deputado Gustavo Fruet, que solicita transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Empresa Bônus-Banval Participações Ltda., com a mesma fundamentação do **Requerimento** nº 1.059-A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 1.059-C.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD

(PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Gervásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira; Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otavio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a não chamou o Deputado Feu Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não chamei? Ou talvez S. Ex^a não tenha respondido. Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou proceder à apuração. Houve 20 votos “sim”

O Requerimento foi aprovado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a já deu o Dia do Fico aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a já deu o dia do Fico aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Do jeito que as coisas estão indo, nós, aqui da Mesa Diretora – o Vice-Presidente Asdrubal Bentes e o Deputado Osmar Serraglio –, estamos muito felizes porque os trabalhos estão andando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns pelo Dia do Fico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é o de nº 1.059-D, com a mesma fundamentação do 1.059-A, que corresponde à transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Banval Empreendimentos S/A. Sr. Presidente, é de autoria do Deputado Gustavo Fruet: 1.059-D.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– **Requerimento** 1.059-D.

Passa-se à votação.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otavio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélío Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes: Deputado Gervásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira; Deputado César Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Houve 19 votos “sim”.

O **Requerimento** foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** 1.059-E, com a mesma fundamentação do 1.059-A, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Breno Fischber.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – **Requerimento** 1.059-E.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)
Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Pelo **quorum**, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM; Deputado João Fontes. (Pausa.)
Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Houve 20 votos “sim”.

O Requerimento foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o último desta série 1.059-F, com a mesma fundamentação do 1.059-A, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, **transferência de sigilo** bancário, fiscal e telefônico do Sr. Enivaldo Quadrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** de número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– **Requerimento** 1.059-F.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 1.059-F.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

**O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Como sempre.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr.
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto
“sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De
quem é esse, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Enivaldo Quadrado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes:

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges;
Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra;
Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MB) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Sena-
dor Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Be-
zerra; Senadora Heloísa Helena; Suplentes: Senador
Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu
Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima;
Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide;
Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Se-
nador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quinta-
nilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da
Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** de quebra
de sigilo, de **transferência de sigilo**, é o de nº 1.061,
também do Deputado Gustavo Fruet. Requer a quebra
de sigilos bancário, fiscal e telefônico, num primeiro
momento, é o de nº 1.061-A, da Master Corretora de
Mercadorias Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 1.061-A.

Em votação.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Bor-
ges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio
Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.) Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passo aos suplentes.

Deputado Silvio Torres; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores. Perdão. Já contei.

Farei a apuração.

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o **Requerimento** nº 1.061-A.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.061-B, com a mesma fundamentação do **Requeri-**

mento nº 1.061-A, de autoria do Deputado Gustavo Fruet. Requer **transferência de sigilo** bancário, fiscal e telefônico do Sr. Rodolfo Bertola Júnior, sócio-diretor da Master Corretora de Mercadorias Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 1.061-B.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Passo aos suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

Votaram SIM 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. (Orador não identificado) – Quantos votos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Houve 19 votos.

Registro que também existem outras CPIs que estão acontecendo agora e alguns Parlamentares também pertencem às outras CPIs. Então, temos que administrar a reunião com serenidade.

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB) – Sr. Presidente, ainda da Sub-Relatoria, do Deputado Gustavo Fruet, o **Requerimento** de nº 1.060, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sr^a Deusa Maria da Costa Silva.

Esclareço ao Plenário que esta Relatoria, em consonância com a Sub-Relatoria, esta aditando este **Requerimento**, que passa a ser 1.060-A e 1.060-B, com a mesma fundamentação, de forma que o 1.060-A passa a requerer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Sr. Najun Turner, com a fundamentação do 1.060, que submetemos agora à votação.

Sr. Presidente, 1.060-A neste primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** 1.060-A.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes. (Pausa.)

Peço a V. Ex^{as} atenção por causa do problema do **quorum**. Nós não podemos derrubar a reunião.

Pediria às Lideranças dos Partidos que convoquem seus suplentes para que não percamos o **quorum** em função de CPIs simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes. Senadores Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou proceder à contagem.

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

O **Requerimento** foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.060-B, do Deputado Gustavo Fruet, transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Srª Deusa Maria da Costa Silva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, quem é essa pessoa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)
– A esposa do Sr. Najun Turner.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)
Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos; Dr. Rosinha; José Eduardo Cardozo; Jamil Murad. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados Medeiros; João Fontes.

Senadores Heráclito Fortes; César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezer-ra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes. Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Flávio Arns; Senadora Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senadora Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca e Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o **Requerimento**.

Estamos no limite.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o de nº 1.010, do Deputado Jamil Murad, que requisita a transferência do disco rígido, *hard disk*, apreendido por ocasião da operação Chacal na sede da empresa Opportunity Fund em poder da Polícia Federal para esta CPMI.

Sr. Presidente, 1.010, de Jamil Murad.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 1.010.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezer-ra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes. Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Flávio Arns; Senadora Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senadora Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca e Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputados. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Daqui a pouco eu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– V. Ex^a tem que votar, meu caro Deputado Arnaldo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não fale Voto “sim”, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu estava fora e voto em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Eu não voto sem saber o que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. Suplentes. Deputado Dr. Rosinha; Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Jamil Murad vota “sim”. Eu sou autor do **Requerimento**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)
Vou proceder à contagem dos votos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Agora, sabendo o que é, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vota “sim” o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Dezenove votos “sim”.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 1.011, também de autoria do Deputado Jamil Murad, que soli-

cita a disponibilização da lista de todos os quotistas do Opportunity Fund nas ilhas Cayman para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 1.011.
Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUIZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos. Suplentes. Deputado

Dr. Rosinha; Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores. Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Sempre presente também, Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu vou votar “sim”, Sr. Presidente, mas acho que é inócuo, porque lá é um paraíso fiscal. Como podemos arrancar essa lista de lá? Mas estou votando “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes. Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Houve 19 votos “sim”.

Aprovado o **Requerimento** nº 1.011.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem apenas.

Fico muito preocupado, Sr. Presidente, por estarmos votando coisas que são inócuas, porque depois fica ruim para todos nós. Esse é o tipo de coisa que temos direito de pedir, mas que não vão dar.

Como não vão dar, acabamos desmoralizados, pedindo ações que são inócuas. Podemos até jogar para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna, esse **Requerimento** foi feito em função de reuniões que tivemos com a Secretaria Nacional de Justiça, que solicitou que aprovássemos um **Requerimento**, para, em função dos acordos internacionais, o Ministério da Justiça conduzir essa questão. Essa é a razão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Nessa mesma linha, há dois **Requerimentos** anteriores, que têm o mesmo objeto. O nº 917 corresponde ao mesmo objeto do aprovado 1.010, e o 918 ao do 1.011.

Portanto, solicito que seja feita a adequação da redação, contemplando-se o que está previsto, exatamente na lógica do acordo internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, que no 918 está mais explicitado, inclusive.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, é grave essa avaliação de que a Comissão toma conhecimento agora, ou seja, de que o **Requerimento** está sendo apresentado porque a Secretaria Nacional de Justiça pediu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não é essa a questão. São atos de soberania e atos de formalização do **Requerimento** que foi apresentado pelo Deputado Jamil Murad.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, mas veja bem, V. Ex^a trouxe a informação de que a Secretaria Nacional de Justiça pediu que esse **Requerimento** fosse aprovado, respondendo à questão de ordem do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não, não. Eu me expressei mal, Deputado.

Com a palavra, o autor...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, V. Ex^a conclua, porque eu vou passar a palavra para o Relator, Deputado Jamil Murad. Aliás, para o autor do **Requerimento**.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A partir da correção da afirmação de V. Ex^a, vou-me calar. Mas a primeira informação de V. Ex^a era grave: que o **Requerimento** estava atendendo a um pedido

da Secretaria Nacional de Justiça. O Executivo não manda aqui não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria que encerrássemos com o Deputado Jamil Murad, porque temos outros **Requerimentos** importantes para aprovar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Depois eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Essa aprovação é do mais alto significado, porque os cotistas do Opportunity Fund deveriam ser só estrangeiros. Até hoje há uma forte suspeita de que há depositantes brasileiros, cotistas brasileiros, o que seria proibido. Até hoje não conseguimos entrar nesses dados e, pela primeira vez, vamos ter essa possibilidade.

Agora, a redação, a adequação, de acordo com a lei internacional, para ter efeito o nosso pedido, é a de que haja orientação da Secretaria Nacional de Justiça. A medida foi tomada por este Deputado. Quando Daniel Dantas veio fazer o depoimento dele, protocolamos esse pedido, para fazer o aprofundamento da investigação. Então, não é uma decisão do Ministério da Justiça.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Foi uma decisão deste Deputado, e a adequação da redação veio para a direção da CPML, para haver os cuidados necessários e para ter efeito o nosso pedido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, com a palavra a Senadora Heloísa Helena. Depois da Senadora Heloísa Helena, vamos continuar a votar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para solicitar o empenho de V. Ex^a no sentido de que sejam encaminhados os dados que motivaram o **Requerimento** que acabou dando polêmica, o **Requerimento** relacionado ao BankBoston, às contas do Sr. Duda Mendonça e companhia. É essencial que esses dados sejam disponibilizados o mais rápido possível. Eles não foram disponibilizados. Acabou indo um **Requerimento** que não correspondia ao que aqui foi aprovado, depois V. Ex^a retomou os termos do que havia sido aprovado. Que esses dados sejam, o mais rápido possível, encaminhados a esta CPML.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria só de registrar a V. Ex^{as}, para continuarmos a votação, que o Brasil é signatário da Convenção da ONU de Combate à Corrupção. Essa convenção indica as autoridades executivas como competentes para tratar desse tipo de matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ainda para complementar essa questão. No Opportunity Fund, existem fortes indícios de repasses de doleiros, inclusive de vários cujas oitivas já estão aqui aprovadas. Há indícios de terem aparecido como investidores lá nas Ilhas Cayman. Portanto, o **Requerimento** é absolutamente adequado à investigação que estamos executando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente.

Terminando no Senador José Eduardo Cardozo, porque precisamos votar e vamos votar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, quero apresentar um **Requerimento**...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna, V. Ex^a não nos está abandonando, não é? (Pausa.)

Ah, Ok.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, quero apresentar um **Requerimento** que, na verdade, busca finalizar um conjunto de investigações que temos pendente nos Correios. Então, vou apresentá-lo à Mesa e avaliar com o Relator se seria possível votar hoje ou não, porque há nomes que seriam indispensáveis, que são: a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Egídio Bianchi, do Sr. Hassan Gebrin, do Sr. Humberto Eustáquio César Mota, do Sr. Airton Langardo Dipp, do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, do Sr. João Henrique de Almeida Souza, do Paulo Roberto Menicucci, do Carlos Augusto Lima Sena, do Carlos Eduardo Fioravante Costa e do Antonio Osório Menezes Batista.

Há vários desses **Requerimentos** pendentes, mas a idéia seria a de que sistematizássemos, para termos agilidade e podermos fechar já essa unidade de investigação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre o **Requerimento** apresentado.

Primeiro, quatro dos indicados, listados no **Requerimento** do Deputado José Eduardo Cardozo existem em **Requerimentos** meus. Só que foi estabelecido, nesta Comissão, que não se quebraria sigilo bancário, fiscal e telefônico das personalidades que não tivessem ainda prestado depoimento.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, V. Ex^{as} é que fizeram isso, não fomos nós, não. Foi o Governo, depois aceitamos por consenso. Se vão introduzir outros, eu também quero fazer o mesmo. Quanto a esses, tenho acordo por completo. Há **Requerimen-**

tos meus que estão aqui. Para se ter uma idéia, estamos votando **Requerimentos** de número novecentos e tanto. Há **Requerimentos** meus que ainda são nº 180, 179, que o Deputado Osmar Serraglio disse que tentaria colocar ainda em votação hoje.

Só quero fazer essa observação. Se se vão introduzir os que não prestaram depoimento, há outros que não o prestaram, que são essenciais e que devem também ser incluídos na quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, por uma questão de bom-senso e até porque não fizemos a lição de casa nas duas últimas semanas, primeiro vamos fazer a lição de casa que está pendente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo. Entendo a observação de V. Ex^a, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Novas propostas vamos deixar – considero isso sensato, lógico – para a próxima reunião administrativa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro. Só quero deixar absolutamente registrado que, se o dever de casa não foi feito, não estou entre aqueles que não o fizeram, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está registrado. Com certeza, Senadora Heloísa.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para lembrar de um detalhe.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Apenas para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Apenas desejo esclarecer à Senadora que S. Ex^a tem toda a razão em relação à ponderação que faz. Na verdade, quando tiramos a diretriz de não quebrarmos o sigilo de pessoas que não haviam sido ouvidas, isso se prendeu ao fato daquela definição de ser testemunha ou investigado, naquela zona nebulosa. No caso do **Requerimento**, foram pessoas mencionadas no depoimento do Sr. Maurício Marinho, portanto já colocadas numa condição diferenciada...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SRL JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, mas é um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de alertar V. Ex^a: estamos no limite do quórum, e a reunião vai começar a ter problemas. Vou continuar a votação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só um alerta: no caso de quebra de sigilo bancário e não for aprovado já, certamente não haverá tempo,

porque levam um mês para chegar as informações do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, entendo as preocupações de V. Ex^a. Nós podemos eventualmente – sobre isso vou conversar com o Relator e com o Vice-Presidente – fazer mais uma reunião, mas não quero conturbar esta reunião com novos fatos, senão vamos começar a discutir assuntos pretéritos e novamente vamos derrubar a reunião. Eu não vou fazer isso. Mas são procedentes os comentários de V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, mas a colocação da Senadora Heloísa Helena é procedente. Foi decidido por esta Comissão que não iríamos quebrar novos sigilos bancários sem a oitiva das pessoas. É preciso que tomemos esse cuidado, para darmos razão ao Senador Renan Calheiros, quando diz que esta Comissão está patinando. Aqui ninguém patina, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio. Vamos votar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O próximo **Requerimento**, nº 938, é de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Onyx Lorenzoni, que requisitam aos fundos de pensão Funcef, Geap, Eletros, Petros, Centrus, Real Grandeza, Postalís, Portus, Previ, cujos sigilos bancários...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, quero, como autor do **Requerimento**, fazer uma sugestão a V. Ex^a. Tem V. Ex^a um **Requerimento** de nº 1.071, em que propõe o compartilhamento do sigilo fiscal e bancário, já quebrado na CPMI da Compra de Votos, dos dez fundos de pensão que estão listados aí.

Eu sugeriria a V. Ex^a que aprovasse o compartilhamento, porque aí estaria plenamente atendido o item do **Requerimento** nº 938, de maneira muito mais abrangente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, suspendo a votação do **Requerimento** nº 938. Apresento à Mesa verbalmente – depois o formularei expressamente – e submeto à apreciação o seguinte: o compartilhamento das quebras ou das transferências de sigilo bancário, fiscal e telefônico procedidos pela CPMI denominada de Compra de Votos, em relação aos fundos de pensão Funcef, Geap, Petros, Eletros, Centrus, Real Grandeza, Serprus, Postalís, Portus e Previ.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 938, votando-se conjuntamente com o de nº 1.071, que se traduz no compartilhamento das informações obtidas através das quebras concedidas pela CPMI Compra de Votos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Qual, Senador?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O **Requerimento** nº 1.071
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 1.071.
Em votação.
Deputado Carlos Abicalil.
O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)
Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Deputado Osmar Serraglio.**
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– **Voto “sim”, Sr. Presidente.**
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Deputado Carlos Willian.**
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)
Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias.
O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.
O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero que o Relator me informe de quando é esse **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Anunciei inicialmente que eu estava formulando verbalmente esse pedido, tendo em vista que ele é mais abrangente do que o formulado agora, o **Requerimento** nº 938, que corresponde a uma coisa não difícil de ser alcançada, que é o compartilhamento das quebras procedidas pela co-irmã, CPMI da Compra de Votos em relação aos fundos de pensão.
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não vou votar **Requerimento** verbal, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)
Deputada Juíza Denise Frossard.
A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres; Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)
Senadores.
Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)
Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)
Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)
S. Ex^a disse aqui que registrou o voto “sim”.
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se puder, vou deixar o voto. Tenho o que fazer também.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não. Vamos aguardar. Estou esperando...
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É porque eu não posso informar...
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não há problema. Se existe uma nova metodologia, não há problema.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Ney

Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente. Fui retocar a maquiagem, para que não haja nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito bem, Senadora.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Total: 18 votos “sim”.

Quantos **Requerimentos** mais de quebra de sigilo há?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vários, uns cinco ou seis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quantos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Seis ou sete, pelo menos.

Sr. Presidente, **Requerimento** nº 1.079, da Senadora Heloísa Helena, que pede a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Henrique de Almeida Sousa. Desculpe-me, é o **Requerimento** nº 179.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – **Requerimento** nº 179. Vamos votar.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi.

Hoje, o negócio está feito.

O SR. (Orador não identificado) – Dá no mesmo. É um voto

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Hoje, o negócio está feito mesmo.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Preciso ir embora para o Pantanal, para ficar uns dias lá.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aí é Tereré.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já ficou muitos dias lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É Tereré pantaneiro.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– De quem é o sigilo que está sendo quebrado, Sr. Presidente?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Do ex-Presidente dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De quem é o sigilo que está sendo quebrado?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– João Henrique de Almeida Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– João Henrique.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– João Henrique de onde?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O ex-Presidente dos Correios, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente. Era isto que eu queria: que ficasse claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos.

Suplentes.

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à apuração. (Pausa.)

Total: 20 votos.

Aprovado o **Requerimento**.

Subiu o quórum novamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o **Requerimento** nº 180, da Senadora Heloísa Helena, para transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, nos últimos cinco anos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– De onde ele é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento...**

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– De onde ele é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– **Requerimento** nº 180.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– De onde ele é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– **Requerimento** nº 180.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Diretor dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos; Deputado Sílvio Torres; Deputado Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senador Héraclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes. Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PcdoB – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Votaram “sim” 21 Srs. Parlamentares.

Aprovado o **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, retomo a lista daqueles a que vínhamos procedendo normalmente. Apenas, para atender à Senadora, fizemos um corte.

Agora, o **Requerimento** de nº 944...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, nós temos ainda os pendentes, ligados à questão da Natimar, e os do Deputado Rosinha, ligados à corretora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 944.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, são dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni.

Trata-se da requisição ao Banco Central da listagem das renovações, novações, empréstimos e respectivas garantias que o Banco Rural concedeu a empresas do publicitário Marcos Valério.

Requerimento nº 944.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, antes da votação, gostaria de fazer apenas uma ponderação. Na quebra do sigilo das contas do Sr. Marcos Valério, apareceu uma lista de empréstimos: alguns de que temos os contratos e outros de que não temos. Inclusive, não podemos avaliar se efetivamente

te... Há a tese levantada de que os empréstimos não teriam efetivamente existido, pelo fato de não terem sido contabilizados.

Então, apresentei o **Requerimento** nº 1.065, que trata dos empréstimos que aparecem na quebra do sigilo, de 2000 até 2005, das empresas do Marcos Valério, como empréstimos realizados ou para pessoas ou para empresas... para Marcos Valério ou para empresas dele.

Gostaria que fizéssemos a votação só deste que temos em pauta, que se refere aos contratos ao PT, mas tivéssemos também acesso a todos os contratos que constam da lista obtida pela quebra do sigilo do Marcos Valério.

Peço que tratemos desse assunto como um todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas, como teremos de proceder individualmente, seria bom...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Esse **Requerimento** não está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho o entendimento de que isso não é uma quebra de sigilo, porque estamos pedindo os contratos e a sua execução.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Os contratos firmados por...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O **Requerimento** que V. Ex^a está colocando em votação agora diz o quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É o **Requerimento** nº 944.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o **Requerimento** nº 944. Requisita ao Banco Central a listagem das renovações, novações, empréstimos e respectivas garantias que o Banco Rural concedeu a empresas do publicitário Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós estamos requerendo a mesma coisa referente a outros contratos de empréstimo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos votar esse e o outro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São referentes a empréstimos de 2000, 2001, 2002 e 2003. Inclusive, em 2003 não tem contrato. Não temos, aí, a documentação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos votar primeiro esse e depois o outro.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Vamos votar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Poderemos votar um; depois o outro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, sugiro que encaminhem à Mesa. Procederei...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já está protocolado. É o 1.065, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Só tenho até o 1.062.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Qual é a data?

O SR. (Orador não identificado) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos votar o 944.

O SR. (Orador não identificado) – Vota o 944 e depois...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Qual é a data?

O SR. (Orador não identificado) – O 944 não consta de que época lá. Só pede a renovação do empréstimo. Não tem prazo. Não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Osmar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nos últimos cinco anos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Se for, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Só nos últimos cinco anos. Já resolve tudo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto resolve tudo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** nº 944.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezer-
ra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.
Sr. Presidente, há uma polêmica aqui, um burburinho,
mas estou absolutamente consciente de que é uma lis-
tagem de todas as renovações, novações, empréstimos
e respectivas garantias que o Banco Rural concedeu às
empresas de Marcos Valério. Então, é absolutamente
amplo. Não é isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Já temos a quebra de todas as empresas de Mar-
cos Valério.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então
ótimo, Sr. Presidente. Está bom. Não é só relacionado
a partidos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José
Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio;
Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino;
Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho;
Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Ca-
mata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio
Zambiasi. (Pausa.)

Vamos aos Deputados

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

Para esclarecer a dúvida. Trata de todos os em-
préstimos, novações, renovações e garantias que o
Banco Rural concedeu às empresas de Marcos Va-
lério (SMP&B, DNA, Grafite, Multiaction, Tolentino e
Melo, 2S)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Pre-
sidente, quero fazer um esclarecimento e ajudar, rapi-
damente. Nos contratos que estão sendo investigados
já estão à disposição todas as renovações, novações
e, inclusive, o parecer do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Portanto, essa aprovação é ampla e atende todas as
solicitações aqui apresentadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presiden-
te, quero falar para que não paire qualquer dúvida.

O Requerimento nº 944 diz o seguinte: “Listagem
das renovações, novações, empréstimos e respectivas
garantias que o Banco Rural concedeu a empresas do
publicitário Marcos Valério”. Certo? Acontece que na
quebra do sigilo, além dos empréstimos para o próprio
Marcos Valério e para as suas empresas, houve em-
préstimos para pessoas e para outras empresas que
não eram de Marcos Valério. Por isso, em nosso **Re-
querimento** listamos quais foram as pessoas e outras
empresas que não são de Marcos Valério.

Por isso, quero propor que incluamos na lista
esses que não estão no **Requerimento** do Deputado
Onyx para, aí sim, ficar amplo, geral e irrestrito. Ou
votaremos o 1.065.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela
ordem, Sr. Presidente. Há uma forma de organizar. É só
colocar todos os empréstimos que tiveram como avalista
o Sr. Marcos Valério. Não pode incluir nessa lista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– De cinco anos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se
o PSDB fizer uma lista é uma coisa; se o PT fizer uma
lista será outra. Então, que sejam todos os emprésti-
mos em que funcionou como avalista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Senador Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eu não me oponho a que, logo em seguida, votemos o **Requerimento** formulado pela Senadora. Tenho a impressão de que V. Ex^a já estava recolhendo as votações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, até para apoiar o nobre Relator. Cada um tem o seu **Requerimento**. Vote o **Requerimento** e, se não completa, faça um outro para complementar. Mas vote cada um!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Como não sou do PT, nem do PSB, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes.

Deputado Silvío Torres; Deputado César Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou agora fazer a contagem.

19 votos “sim”.

O **Requerimento** está aprovado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem! Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, avançamos bem na Comissão, no dia de hoje, e votamos um **Requerimento** que era de prévio conhecimento de toda a Comissão. Não vou votar nenhum outro **Requerimento** que não tenha sido previamente distribuído e de que todo mundo tenha conhecimento para evitar o açodamento da hora, até porque, se este **Requerimento** que está sendo acertado agora para ser votado, vou apresentar o **Requerimento** para quebrar o sigilo do Sr. Roberto Marques.

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a não ocupa, não, porque está acabando de ser distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo **Requerimento** é o de nº 929, dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, transferência do sigilo bancário do Sr. Carlos Alberto Quaglia, que também corresponde ao nº 930. Portanto, o 929 e o 930.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Deputado Carlos Abicalil, como vota?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes agora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado César Medeiros; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador César Borges; Senador Heráclito Fortes; Senador Demóstenes Torres; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem.

18 votos “sim”.

Aprovados os **Requerimentos** 929 e 930.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é 932, Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, transferência do sigilo bancário da Empresa Camptur Agência de Viagens e Turismo. É do Quaglia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o **Requerimento** nº 932.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio. Valdir Raupp, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Bezerra, Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL-AL) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide (Pausa.)

Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Sr. Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PSB – MG) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PSDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSAD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Suplentes: Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou proceder à contagem.

Dezoito votos “sim”.

O Requerimento está aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmar Serraglio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu já havia alertado ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, que no caso do Quágua tem uma outra empresa que tem possibilidade de movimentar dólares, que a Brusa Turismo.

Então, precisaria fazer um **Requerimento** em relação a esta empresa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É importante encaminhar este **Requerimento** e nós votaremos na próxima reunião.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo 925, dos Deputado Henrique Fontana e Iriny Lopes. Transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico das empresas – vamos votar separadamente – da empresa Apple Trading S.A..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que empresas são essas aí?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– São empresas que tiveram transferências das 2S Participações, do Grupo Marcos Valério.

Repetindo, Sr. Presidente, 925.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Vai ser “a” e “b”?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim, “a”. Desculpem-me, bem aventado, a que corresponde a Apple Trading S.A..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gustavo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nélcio Dias.

O SR. NELIO DIAS (PP – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros.

O SR. CÉSAR MEDEIROS (PT – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores: Heráclito Fortes; César Borges; Sérgio Guerra; Demóstenes Torres; Alvaro Dias. (Pausa.)
Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Íris¹ de Araújo; Ney Suassana; Jefferson Péres; Sibá Machado; Fernando Bezerra. (Pausa.)
Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; (Pausa.)
Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi (Pausa.)
Vou proceder à apuração.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o **Requerimento**.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, **Requerimento** do Deputado Gustavo Fruet, nº 927, transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico de Bruno Bedineli, que é um dos envolvidos na SMPB como sacadores do Banco Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o **Requerimento** de número 927.

Senadores: Heráclito Fortes; Cesar Borges; Demóstenes Torres; Sergio Guerra. (Pausa.)
Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Ideli Salvatti; Aelton Freitas.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, desculpe-me só para interromper da minha parte pode-se postergar também, nós já identificamos os depósitos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Retirado o **Requerimento** 927.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, antes de prosseguir, em relação ao rol, que é muito alongado, de S. Ex^a, o Deputado Rosinha, e que foi apresentado ontem, eu queria ponderar um corte nessa nossa votação de forma que eu apresentasse pelo menos aquelas pessoas que nós precisamos e queremos que sejam convocadas, ou requisições, enfim, aquilo que nós possamos votar em bloco. Eu solicitaria permissão para que eu fizesse a apresentação do rol. Qualquer manifestação contrária, eu excluo imediatamente. De forma que passo a anunciar aqueles que nós votaremos em bloco, que não dependem de votação nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, antes dessa votação, eu queria esclarecer as nossas reuniões hoje à tarde, que estão marcadas para as 14 horas e que têm pessoas convocadas que não foram aprovadas pela Comissão. Então não vou me opor à votação em bloco, mas quero uma posição da Mesa a esse respeito, porque se não houver uma posição da Mesa eu vou-me posicionar contra a votação em bloco – a não ser que haja um posicionamento da Mesa a esse respeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós temos um **Requerimento** de preferência para votar o 953 e 954, que têm que ser votados antes. Meu compromisso era de que votaríamos todas as quebras, depois votaríamos este, que é a questão da GDK.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria só de...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para não ter a preferência, votamos direto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas faltam sigilos ainda?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Tem os do Deputado Rosinha. São sete.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, programa esses do Rosinha para quinta-feira.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, sobre esses do Deputado Rosinha...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Primeiro a minha resposta administrativa, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – ...nós estávamos olhando aqui, são vários documentos que se desdobram, várias quebras de sigilo que se desdobram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Os **Requerimentos** do Deputado Rosinha serão passados para a próxima reunião administrativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Minha resposta administrativa, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu até sugiro a V. Ex^a que os **Requerimentos** cujos autores não estivessem presentes não fossem votados, porque aí marcaria obrigatoriamente a presença deles aqui no plenário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Correto, até porque precisa-se saber do que se trata.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah, isso é difícil.

O SR. (Orador não identificado) – É praxe, pelo menos na Câmara dos Deputados. Na Comissão, quando o autor não está presente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Indago se posso apresentar os da votação em bloco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pode ser na quinta-feira. Então vamos votar o...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Eu queria alertar: nós estamos com número muito restrito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É importante registrar que o Deputado Rosinha tem de estar presente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Portanto, como S. Ex^a não está, vamos discutir isso na próxima reunião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Sr. Presidente, eu queria ponderar ao Deputado Onyx Lorenzoni...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É 953...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Minha resposta administrativa, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– ...que vamo-nos encaminhar para o mesmo problema que sucedeu na semana passada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não tem nada disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS)

– Nós temos a parte que não depende de votação nominal, que seria possível ser agora verificada em consenso. Esta Relatoria está disposta a excluir imediatamente qualquer objeção que haja porque nós temos convicção de que a grande maioria será aceita por todos. E novamente, se partirmos para essa votação de confronto, vai cair a reunião, estou advertindo, e nós não teremos a possibilidade sequer de formular nossa agenda na sequência porque precisamos de aprovar oitivas de testemunhas, inclusive as de amanhã, depois de amanhã e de hoje à tarde.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, quero uma resposta à minha pergunta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, respondendo às ponderações de V. Ex^a, esclareço que a convocação dos depoentes mencionados por V. Ex^a foi feita com base nos arts. 153 do Regimento Interno do Senado Federal com o art. 3º da Lei 1.579, de 1952, art. 2º da Lei 8.038, de 1990, e art. 1º da Lei 8.658, de 1993: considerando tratar-se a presente CPMI de órgão colegiado, devem ser aplicadas as normas de processo penal atinentes à instrução dos feitos de jurisdição originária em Tribunais, razão pela qual, em obediência ao princípio de economicidade ínsito aos dispositivos mencionados, determinou-se a convocação em questão, **ad referendum** do Plenário. Essa é a posição da Mesa Diretora, Deputado Arnaldo Faria de Sá, entendendo as ponderações de V. Ex^a.

Então, faço um apelo. Como ficamos muito prejudicados nos agendamentos, os argumentos que V. Ex^a apresentou são procedentes, têm bom senso, têm lógica, e V. Ex^a é um regimentalista, mas quero pedir o bom senso dos membros da CPMI porque nós fomos muito prejudicados em função de duas reuniões administrativas consecutivas que perderam o quórum, e nós não podemos mais adiar a oitiva de algumas pessoas que são fundamentais para as investigações e por isso peço a consideração de V. Ex^{as}.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, concordo com a necessidade de recuperarmos o tempo perdido. Não posso admitir que a Secretaria tenha convocado alguém que não tenha sido previamente aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esse é o motivo da solicitação meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá, quer dizer, aprovar **ad referendum**, até em função do tempo passado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, como há necessidade de um “acordão” para aprovar vários **Requerimentos**, quero que o de hoje à tarde não seja considerado, em respeito a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não vemos nenhuma dificuldade de transferir o de hoje à tarde para amanhã.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente,

quero aproveitar para pedir um esclarecimento. Recebi informação de que o Presidente da Fundação Petrus foi convocado por V. Ex^a, sem que tenha sido aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas é esse o raciocínio que estamos discutindo Deputado Bittar, mas é para a semana subsequente...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque consta

na declaração que esta comissão deliberou convocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E em função do **ad referendum** que solicitamos, nós regularizamos essas solicitações todas, dentro do tempo determinado.

Portanto, peço, excepcionalmente, em função das dificuldades, que o bom senso prevaleça.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente,

não me oponho à convocação de ninguém **a priori** mas no caso dos grandes fundos, já prestaram depoimento longo, exaustivo, à CPMI dita de Compra de Votos, há necessidade de convocarmos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como não tínhamos definido ainda a questão das sub-relatorias, especificamente dos fundos de pensão e do IRB, não havíamos ainda agendado nenhuma oitiva dos presidentes de fundo de pensão. Entendemos que eles foram ouvidos na CPMI da Compra de Votos, não foram ouvidos aqui e acho prudente, e até responsável, que façamos reuniões específicas para ouvi-los, com tranquilidade, a partir do momento em que criamos a sub-relatoria dos fundos de pensão.

Essa é a razão e penso o bom senso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que a argumentação do Deputado Bittar pode ser procedente apenas no sentido de que temos que definir a oportunidade de trazê-los aqui pois acho que não é hora ainda. Precisamos avançar na análise dos documentos, a sub-relatoria precisa começar a funcionar para depois definirmos o momento da convocação. Compartilho com a preocupação do Deputado Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas nós precisamos aprovar o **Requerimento**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas a convocatória já está feita.**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Bittar, nós podemos inclusive – como já fizemos em outras convocações – reagendar, alterar prazo e não há nenhuma dificuldade e é uma medida que sistematicamente a CPMI tem feito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL– AL) – Sr.

Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a que está numa posição protegido...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Até porque temos amparo legal para a medida que foi adotada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenho dúvida e por isso discutimos muito sobre a responsabilidade das eleições de Presidente, porque sabemos que existe inclusive um referencial jurídico que possibilita que, em nome da economicidade, possa se tratar isso. O apelo que faço – até para evitar polêmica sobre nomes – porque alguém pode aplaudir a decisão de V. Ex^a e imediatamente depois pode questionar a decisão de V. Ex^a se ela se referir a uma personalidade que não querem que venha. Então, é aquela velha discussão onde o risco que corre o pau corre o machado, nem sempre exatamente igual.

Apelo a V. Ex^a no sentido de que qualquer nova discussão sobre agendamento, embora saiba que V. Ex^a está legitimado de ponto de vista legal, possamos fazer no plenário desta Comissão, porque não vou aceitar que alguém diga que concorda com a decisão de V. Ex^a e imediatamente depois questione se a pessoa citada a vir prestar depoimento é alguém que alguma personalidade aqui não queira. Apenas uma ressalva nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, gostaria somente de registrar, e é muito importante, que essas medidas foram tomadas pela Mesa exatamente porque, na semana passada, quando a agenda seria discutida, ajustada, fechada, infelizmente perdemos o **quorum** e não pudemos efetivamente definir aquilo que faríamos, principalmente com relação à oitiva.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não por uma decisão do P-Sol que estava aqui o tempo todo presente, mas por articulações que não nos envolvem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, depois o Deputado Onyx Lorenzoni. Vamos dar sequência à nossa reunião administrativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, como ficou a questão da sub-relatoria dos Fundos e Pensão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A sub-relatoria de Fundos de Pensão está criada. É importante registrar que hoje à tarde, faremos uma reunião com as empresas de consultoria que foram consultadas com intuito de prestar serviços com base num parecer de ordem do próprio Presidente do Senado e também num parecer preparado pela nossa Assessoria e pela Assessoria do Senado, no sentido de apressar a contratação dessas empresas, porque a idéia inicial, e isso é importante registrar, imputam à CPMI o atraso na contratação. Só que esta contratação seria feita pelo Senado, pelo Diretor-Geral do Senado, que iria fazer essa contratação conforme a Lei 8.666.

Portanto, levaríamos noventa dias para fazermos a contratação com os recursos. Isso inviabilizaria esse trabalho junto à CPMI. Obtivemos um parecer, depois de muito discutir com a Assessoria Jurídica do Senado, dando à CPMI as condições necessárias para discutir, chamar as consultorias, montar o escopo dos trabalhos e recolher as propostas de cada empresa de consultoria. Com base nisso, vamos hoje discutir um termo de referência que levará a apresentação do orçamento até amanhã, para que aprovemos essas consultorias esta semana.

E a sub-relatoria de Fundos de Pensão...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, uma observação sobre as consultorias, apenas uma recomendação que me parece fundamental: que se observe a necessidade de verificar se as empresas de consultoria que venham a ser contratadas não estejam prestando serviço a quaisquer dos envolvidos. Essa é uma questão essencial, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inclusive uma das primeiras medidas que tomamos foi relacionar todas as empresas que seriam investigadas até para que não viéssemos a ter conflito interesses.

Com relação a algumas preocupações quanto a sigilos, normalmente esses contratos, que são praticados internacionalmente, têm cláusulas de confidencialidade e com punições severas, caso informações de caráter sigiloso venham ser manipuladas por essas empresas.

É importante registrar isso, porque já ocorreram questionamentos sobre a questão do acesso aos sigilos, mas isso tem absoluta cobertura das normas legais, que permitem a execução desses trabalhos de auditoria.

E para encerrar...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ainda sobre esse assunto, pergunto-lhe se me permite um segundo? Já tive a oportunidade de mostrar a V. Ex^a o que saiu no Jornal do Comércio, e os dados para quem essas empresas de consultoria prestam serviços estão disponíveis na Comissão de Valores Mobiliários, CVM. Portanto, temos que pedir as informações. Porque, nas que estão listadas para que possamos contratar, já há duas que, pelo jornal, teriam ligação e conflito de interesse. Uma que presta serviços a Telemig celular, Amazonas Celular e Previ, e outra que presta serviços ao Opportunity.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Esse critério será observado.

Convidei o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto para ser o Sub-Relator dos fundos de pensão. Planejamos conversar hoje, em razão de ponderações que S. Ex^a apresentou, e definiremos, ao longo do dia

de hoje, também, o Sub-Relator para os fundos de pensão. Poderá ser o Deputado ACM Neto, ou, então, escolheremos outro Deputado ou Senador para responder pela Sub-Relatoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Caso S. Ex^a não aceite, poderemos encaminhar sugestões, inclusive, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conversarei com o Deputado ACM Neto hoje, para que decidamos definitivamente a Sub-Relatoria dos fundos de pensão.

Pondero a V. Ex^{as} que é fundamental votarmos agora os **Requerimentos**, em bloco.

Deputado Onyx Lorenzoni, não há quórum, mas não podemos derrubar a reunião. O bom senso indica que precisamos dar seqüência aos trabalhos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Alguns Parlamentares tiveram de se ausentar. Foi o meu caso. Fui votar na CPI dos Bingos, na qual sou suplente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode apresentar alguns **Requerimentos**.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero pedir a palavra e estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ainda há uma explanação sobre o contrato da Skymaster, e já serão apresentados pelo Deputado Osmar Serraglio os primeiros relatórios parciais dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estamos chegando ao quórum, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, fazem quatro semanas que nós...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O verbo é “faz”. Olhe o português!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Faz quatro semanas... O português foi corrigido adequadamente. Peço desculpas, Sr. Presidente, pela falha.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conseguimos tirar o rebolado do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, não há rebolado nenhum. Quem gosta disso é para outro lado. Vá lá na minha terra!

Vamos lá! Poderei contar com a atenção do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, estamos trabalhando há quatro semanas para poder votar a convocação, para esta CPMI, do Diretor da empresa GDK, que deu um Land Rover ao Sr. Sílvio Pereira, que, aliás, na minha opinião, deve retornar a esta CPMI. (Pausa.)

Sr. Presidente, se eu estiver atrapalhando, eu paro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a nunca atrapalha. V. Ex^a só soma aos trabalhos da CPMI dos Correios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, então, estamos trabalhando objetivamente há quatro semanas para esclarecer essa questão que foi revelada ao Brasil do favorecimento que essa empresa GDK teve quando doou aquele Jipe Land Rover ao Sr. Sílvio Pereira. O Tribunal de Contas da União fez a análise de alguns contratos na Petrobras e encontrou superfaturamento nos contratos em que a GDK era beneficiada. A recente análise do Tribunal de Contas demonstra que, em 100% dos contratos analisados na Petrobras, foram encontrados superfaturamento.

Por essa razão, Sr. Presidente, continuarei lutando e ponderando a V. Ex^a para que coloquemos em votação os **Requerimentos** nºs 953, 954 e 955, além do **Requerimento** nº 894, de autoria do Deputado Murilo Zauith. Como no **Requerimento** de preferência estavam os de nºs 953, 954 e o 955, peço a V. Ex^a que os coloque em votação.

Se o Governo continuar na tese de não querer trazer esse assunto para esta Comissão, que vote contra! Entretanto, toda a manobra feita na última reunião pela Senadora Ideli Salvatti não foi em relação às corretoras, mas a fim de não trazer a esta Comissão a Petrobras. Cobrarei, então, de V. Ex^a que essa questão da Petrobras seja submetida a voto, porque é um direito que a minoria tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, pergunto aos Partidos. Precisamos urgentemente votar esse bloco de **Requerimentos**. Haveria um comprometimento conjunto, de todos nós, de, após a votação desses **Requerimentos** em bloco, votarmos os **Requerimentos** nºs 953, 954 e 955.

Então, é uma questão de confiabilidade, de tratamento justo entre todos nós, para votarmos os **Requerimentos** que são importantes, para podermos trabalhar. E votamos, logo em seguida, os **Requerimentos** que V. Ex^a citou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De acordo, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É um compromisso que estamos assumindo publicamente aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está tudo bem. S. Ex^a aceita.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já tem porta-voz também, Deputado Onyx?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – S. Ex^a não está obstaculizando.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o PMDB se une ao esforço dessa Mesa em querer adiantar os trabalhos desta CPMI e concorda com a proposta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu, respeitosamente, aguardei. Pacientemente, ouvi. Há quatro semanas, estou tentando aprovar a convocação dos dirigentes da Petrobras.

Eu quero lhes dizer o seguinte: eu gostaria que me explicassem qual a dificuldade de votar “sim” ou “não” agora. Depois, V. Ex^a terá o nosso compromisso de que não tiraremos o quórum para fazer a votação dos **Requerimentos**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos começar a votação dos **Requerimentos** nºs 953, 954 e 955.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passemos à apreciação do **Requerimento** nº 953.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu quero aqui ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos votar, Deputado Bittar, porque há quórum. Acho que é importante sairmos desse processo. Não dá mais! Nós precisamos votar os demais **Requerimentos**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente, mas veja bem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, desejamos convocar o representante da GDK e um representante da Petrobras. Eu não preciso convidar o ex-Presidente, o atual Presidente ou o Diretor da Petrobras para tratar de um contrato. Que a Petrobras envie! Que seja o Diretor Estrella, por exemplo! Muito bem! Mas por que eu preciso trazer também o Presidente da Petrobras para algo desse tipo? Não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, V. Ex^a, dentro do senso que sempre apresentou, sabe que isso pode ser registrado na votação, com tranqüilidade, em função dos **Requerimentos** que estão aqui apresentados, que nós precisamos votar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, se isso significar um acordo, eu aceito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso. Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, está fechado o acordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, vem o Presidente da GDK e o...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Diretor Estrella.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Diretor Estrella.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E, oportunamente, poderemos discutir a vinda dos Presidentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, vai votar em bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, já coloco no bloco, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vai votar em bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu já coloco no bloco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, anunciarei aqueles que independem de votação nominal. Portanto, são requisições e convocações. Começo de trás para frente, com os mais atualizados: **Requerimento** nº 1.062, que trata da ouvida do Sr. Hélio Bruck Rotemberg, da Positivo Informática Ltda; **Requerimento** nº 1.041, que tratada da ouvida do representante da Empresa Espaço Aberto Ltda; **Requerimento** nº 1.040, que trata dos relacionados ao IRB: Srs. Alessandro Serafim Octaviani Luis; Juan Campos Domingues Lorenzo; Luiz Apolônio Neto; Luiz Eduardo Pereira de Lucena; Wagner Costa Ribeiro e William da Costa Ribeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é esse **Requerimento**?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o de nº 1.040. São pessoas relacionadas ao IRB. O primeiro é um que foi beneficiado por um seguro não muito convincente, bastante ortodoxo. Os outros são os que teriam liberado e, além disso, os que operaram no IRB diante da criação da sub-relatoria agora específica.

O **Requerimento** nº 1.039 trata da ouvida do Sr. Roberto Kfour, que é um diretor da Beta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já foi aprovado, não foi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O **Requerimento** nº 1.038 trata da ouvida do Sr. Edson Maurício Brockveld, que é... Onde está a Senadora Ideli Salvatti, que é a autora do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Senadora Ideli, o Brockveld...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse é aquele contrato de licitação das esteiras, que deu aquela confusão toda. Apresentamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quem é o Brockveld?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Brockveld é, portanto, um empresário...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É um empresário que participou de uma licitação em que havia contratos de gaveta, e há fortes indícios de que tenha sido viciada a licitação. No depoimento de Maurício Marinho, naquele calhamaço que ele trouxe dos 25 contratos com problema, ele cita esse mesmo contrato.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que, quanto a esse, não existe consenso para convocá-lo. A própria Senadora desqualificou o depoimento. A documentação que ele enviou não deu, na verdade, veracidade a ele. Parece-me que é uma convocação que está na linha da convocação de depoentes polêmicos.

Conforme falei com V. Ex^a no início, também estou disposto a não insistir na votação dos **Requerimentos** polêmicos de minha autoria. Então, eu pediria a V. Ex^a que retirasse.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só para que não paire qualquer dúvida, devo dizer que o **Requerimento** foi apresentado posteriormente ao depoimento de Maurício Marinho. Então, os elementos que ele me trouxe não eram, como estava sendo divulgado pela imprensa, dossiê bomba, como estava sendo veiculado. Mas, dados os documentos que ele trouxe e dadas as informações prestadas no depoimento do Sr. Maurício Marinho, cabe, sim, fazer a solicitação dos documentos e a oitiva.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Estou colocando, Senadora, nessa mesma linha. Tenho **Requerimentos** de convocação que dizem respeito ao depoimento, por exemplo, do Toninho da Barcelona, que fez acusações gravíssimas aqui. E, por se tratar de envolvimento polêmico, estamos tentando evitá-lo. É exatamente isso que estou dizendo a V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, se não há consenso, tira!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só tenho a lamentar, porque isso seria ouvido inclusive na sub-relatoria de contratos, que está com o Deputado Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não havendo consenso, está retirado esse **Requerimento**. Vamos em frente! Votaremos na próxima reunião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O **Requerimento** nº 1.037, também da Senadora Ideli Salvatti, trata de requisição à EBCT, aos Correios, de toda a documentação referente à Concorrência Internacional nº 1.016/99, CEL/AC, bem como da lista de todos os membros que atuaram no processo.

O **Requerimento** nº 1.036 trata de consulta ao Tribunal de Contas da União, para verificar se foi realizada alguma auditoria junto aos Correios, ao que esta Relatoria adita: havendo essa auditoria, que seja remetida cópia a esta CPMI.

Da mesma forma, o **Requerimento** nº 1.035, da Senadora Ideli Salvatti, trata de consulta à Controladoria-Geral da União, para verificar se foi realizada alguma auditoria junto aos Correios. Se houve essa auditoria, que se remeta cópia a esta CPMI!

O **Requerimento** nº 1.034, do Deputado Carlos Willian, trata de requisição ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) da relação de todos os imóveis alienados nos últimos cinco anos e da qualificação dos adquirentes.

O **Requerimento** nº 1.031, do Deputado Sílvio Torres, trata da convocação do Sr. Najun Turner.

O **Requerimento** nº 1.030, do Deputado Gustavo Fruet, trata de requisição ao Banco Central de informações sobre audiências realizadas com o Sr. Marcos Valério, bem como de informações que constam do **Requerimento**.

O **Requerimento** nº 1.029, desta Relatoria, trata da convocação da Sr^a Emily Sônia Fukuda Yamashika, que é Presidente de uma associação das franquias.

O **Requerimento** nº 1.028 trata – excluindo Daniel Dantas, que já foi ouvido – da convocação dos Srs. Sérgio Rosa, da Previ; Sérgio Spinelli, do Citi; e Paolo Dalpino, da Telecom Itália.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Relator, queria falar sobre esse **Requerimento** só para dar um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Desculpe-me. É de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Fiz esse **Requerimento**, até porque se estava querendo

uma acareação. Como se propunha isso, sugeri, então, que se chamassem essas pessoas para a acareação. Portanto, é no espírito da acareação, se a Comissão concordar. Aí, se for no espírito da acareação...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Acareação sem ouvir...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pois é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que nós não ouvimos ainda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Temos de ouvir. Então, retira...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Tudo bem! Não há problema. Eu só estou falando do espírito... A gente retira, sem problema nenhum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. Retira não! Está aprovando! O que é isso? Acorda!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por que retirar? Não, retirar não!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço para não colocar em votação, porque não tem...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – S. Ex^a pode pedir, porque recomenda...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou retirando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – S. Ex^a não quer que se vote, então?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou retirando.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Hoje, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prossigo. Desta Relatoria, há o **Requerimento** nº 1.027. São estes os nomes: Marco Antônio Vieira da Silva, Paulo Roberto Kress Moreira, Paulo Ricardo Moreira, Juliana Azeredo Duarte e Ernesto Duarte. O primeiro corresponde ao Diretor dos Correios em São Paulo; os demais são diretores das maiores empresas de franquia de São Paulo.

Já votamos o **Requerimento** nº 1.026, referente a Najun Turner.

O **Requerimento** nº 1.025, do Deputado Sílvio Torres, refere-se a Dario Mercer.

O **Requerimento** nº 1.024, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, refere-se à ouvida de Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar.

O **Requerimento** nº 1.017, do Deputado Carlos Willian, trata da convocação de Henrique Brandão, da Assurê.

O **Requerimento** nº 1.009, do Deputado Eduardo Paes, trata de requisição à Secretaria de Comunicação

da Presidência da República de cópia de todos os contratos celebrados de 1994 a 2005 pelas empresas de publicidade Matis, Fisher América, Fisher Total, Fisher Justos, McCann Ericsson, Contemporânea, Rogilve, Denison Brasil, Rede Interamericana de Comunicação, Q, Giovanni FCB e Agnelo Pacheco.

O **Requerimento** nº 1.004, do Deputado Jamil Murad, trata de requisição de relação pormenorizada de vôos realizados pelas aeronaves, incluindo a Rota nº (...), de designação dos passageiros e de finalidades das respectivas viagens. Vou prosseguir, na sequência. Eles identificam. Correspondem às aeronaves do Sr. Daniel Dantas.

O **Requerimento** nº 1.003, da mesma forma, trata de requisição ao Departamento da Aviação Civil, para disponibilização a esta CPMI da relação de passageiros que efetuaram viagens ao exterior, por meio do Consórcio Voa.

Quanto ao **Requerimento** nº 1.002, do Deputado Jamil Murad, quero fazer uma retificação sobre a informação que me veio: não é requisição à Receita, mas à Polícia Federal, para disponibilização a esta CPMI da relação de passageiros que efetuaram viagens ao exterior por meio do Consórcio Voa, liderados pelo Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos.

O **Requerimento** nº 1.001 é de autoria dos Deputados Maurício Rands e Luiz Couto. São todos no mesmo sentido: requisição ao DAC, à Secretaria da Receita Federal e a Infraero, para que informem a relação das pessoas que foram transportadas, no período de 1999 até esta data, pelas aeronaves registradas como Citation Excel PPRAA, King Air PTWSJ, Citation X PTWUM, bem como as respectivas cadernetas e planos de vôo.

O **Requerimento** nº 993 trata da convocação do Sr. Rubens Ghilardi, Presidente da Companhia Energética do Paraná.

O **Requerimento** nº 992, da Senadora Ideli, trata da convocação de André Luiz Baptista Lins Rocha, Presidente da Companhia Energética de Goiás.

O **Requerimento** nº 991, da mesma Senadora...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, eu só queria saber onde é que tem conexão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isto é relacionado ao IRB Brasil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É relacionado às empresas de energia elétrica.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O **Requerimento** nº 991 trata da convocação de Lídio Duarte, Presidente do IRB. É de autoria da Senadora também.

O Requerimento nº 957, da Senadora Ana Júlia Carepa, trata de requisição ao DAC, para encaminhar relação das pessoas transportadas no período de 1999 até a...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o mesmo, Sr. Presidente. Eu até já tinha feito a retirada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. É igual ao de nº 1.001. Então, aproveitando, vou limpar esta pauta. O que estiver aproximado, nós ajustamos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O de nº 955, Sr. Relator, foi acordado aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Antes de chegar ao de nº 955, há os de nºs 968 e 967.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de nº 968 trata de requisição, junto ao Conselho, dos recursos do Sistema Financeiro do Ministério da Fazenda dos processos apreciados entre 1998 e 2004, envolvendo o Banco Rural. Qual é o outro? É o de nº 967? (Pausa.)

Trata-se de cópia do processo do...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do que trata esse de nº 967?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O de nº 967, Deputado Onyx, trata de processo que está correndo na Justiça relacionado ao Banco Rural. Um está no âmbito do Ministério da Fazenda, e outro está no âmbito da Justiça. São processos relacionados ao Banco Rural.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok.

O SR. (Orador não identificado) – De que ele trata, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São processos que vieram da oitiva da Sr^a Kátia Rebelo. Foram tratados durante a inquirição dela, em que foram questionados processos que o Banco Rural já vinha sofrendo de acompanhamento tanto pela Fazenda, pelo Banco Central...

O SR. (Orador não identificado) – A senhora está-se referindo aos processos de 1998? É isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São processos que apareceram aí.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É isso aí.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Acho que esses processos já estão sendo definidos na Justiça e já estão sendo considerados em fase

final. Além disso, é um processo muito antigo, e acho que não vai ter nenhuma conexão com esta CPMI.

Então, solicito que esse **Requerimento** seja feito em data mais avançada, quando pudermos ter realmente consistência desses assuntos, para saber se vale a pena avocar da Justiça algum processo em fase bem adiantada, para termos conhecimento de alguns fatos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, por enquanto, não trataremos do **Requerimento** nº 967.

Prossigo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O **Requerimento** nº 968, Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O **Requerimento** nº 968, Voto “sim”, Sr. Presidente.

O Requerimento nº 955 trata da oitiva de Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petrobras. É de autoria dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni.

O Requerimento nº 953 trata da oitiva de César Oliveira, da GDK.

O Requerimento nº 896, do Deputado Carlos Sampaio, trata da requisição ao Banco do Brasil do Plano de Mídia referente aos últimos cinco anos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, dentro de dez minutos, vai começar a reunião da Sub-Relatoria para ouvir o Sr. Glênio Guedes, e quero participar daquela reunião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Concluo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós estamos aqui acelerando, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. (Orador não identificado) – Qual sub-relatoria, Sr. Presidente?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É a Sub-Relatoria de Movimentação Financeira.

O SR. (Orador não identificado) – Ok. É que a do IRB também está marcada, mas o depoente não compareceu, porque não foi notificado a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não é que ele não foi notificado a tempo, ele não foi localizado. Somente foi localizado ontem. Também o Sr. Dário Messer está sendo... A Polícia Federal está procurando por ele.

O SR. (Orador não identificado) – Concordo, mas, se ele fosse encontrado, ele teria sido notificado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas o depoente que iria começar os trabalhos da

Sub-Relatoria já foi localizado, e estamos tomando as providências devidas para, se não for possível hoje, fazê-lo amanhã.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vamos concluir a votação, Sr. Presidente?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a e ao Deputado Carlos Willian que colocassem logo também para ser ouvido o Sr. Renê Garcia Júnior, porque é o Superintendente da Susep e sobre ele recai a responsabilidade de fiscalização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só queria indagar do ilustre Senador se já está...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi aprovado o de nº 972, no dia 15/09.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César, até em função das ponderações de V. Ex^a, vamos fazer alguns ajustes nessa agenda de outubro, fruto não só daquilo que foi aprovado hoje – aprovamos muitos **Requerimentos** –, mas também de algumas adequações em que consideraremos a solicitação de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quanto tempo mais o Relator vai levar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, com mais três **Requerimentos**, já concluo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, vamos lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de nº 790, do Deputado Carlos Abicalil, trata da convocação de Alberto Youssef.

O SR. NELSON MUERER (PP – PR) – É Adalberto Youssef e, sobre esse **Requerimento**, não há consenso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se não há consenso, eu o retiro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Qual o número do **Requerimento**?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que a gente não vota, Sr. Presidente? Esse é um doleiro que...

O SR. NELSON MUERER (PP – PR) – Não há consenso pelo seguinte: esse cidadão aí, por todo tempo em que surgiram os fatos nessa crise atual, estava preso. Não há justificativa nenhuma para solicitar a convocação dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Toninho da Barcelona também está preso e veio aqui.

O SR. NELSON MUERER (PP – PR) – Não importa! Mas ele não participou. Tudo bem. Querem colocar, mas vou pedir verificação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, vamos verificar, porque é fundamental...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos verificar nesse, sem problema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, eu queria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deixa por último esse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Nelson, tudo bem, respeitamos... Queremos apenas que V. Ex^a garanta que, depois da votação em bloco, esse **Requerimento** será votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos separá-lo. Perfeitamente. Vamos em frente, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o mesmo procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O último, Sr. Presidente, é do Deputado Dimas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é o número, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o de nº 513, em que se solicita o acesso dos assessores Luís Sérgio Monteiro Terra e Jackson Luiz Santos Vasconcelos aos documentos sigilosos das operações das instituições financeiras. É um pedido da Liderança do PPS.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Relator, permita-me. Veja se há possibilidade de colocar dentro do bloco o **Requerimento** nº 1.019.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não tenho objeção nenhuma. Só não o inseri, porque eu não sabia qual a razão do diretor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – A razão dele é a seguinte: foi falado amplamente pela imprensa que o Clube de Diretores Logísticos de Belo Horizonte fez uma operação financeira em conjunto com o Sr. Marcos Valério, que isso pode ter resultado no caixa dois do PT e que se pagou também ao Duda Mendonça por serviços prestados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, incluo no rol o **Requerimento** nº 1.019.

O SR. (Orador não identificado) – Quanto a esse, também não há consenso, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não?

O SR. (Orador não identificado) – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu o excludo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bota para votar depois. Vota o que é bloco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos votar, Sr. Presidente. É acordão. É voto em acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, já concluí. É só colocar em votação simbólica.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos, Sr. Presidente, à votação simbólica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, vamos à votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de ponderar a V. Ex^{as} rapidamente: vamos votar em bloco os **Requerimentos** que foram apresentados – e que são consenso – pelo Deputado Osmar Serraglio. E vamos fazer a votação em separado do **Requerimento** nº 790.

Depois, vamos fazer uma apresentação do relatório parcial da Skymaster.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar os **Requerimentos** apresentados pelo Deputado Osmar Serraglio em bloco.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Houve um acordo para votar. Nós votaremos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, vamos votar. É votação nominal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Houve um acordo para votar, e nós votaremos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai me garantir a palavra pela ordem?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Depois, conversa. Vota-se primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Voto “sim”, Senadora. Mas vamos votar, porque temos de apresentar o relatório parcial também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu sei, mas é que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Rapidamente, Senadora Ideli. Nós temos de apresentar um relatório parcial.

A SR. IDELI SALVATTI – Eu sei, Presidente. Mas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Rapidamente, Senadora Ideli Salvatti. Por favor, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, nós temos um debate aberto na imprensa a respeito da questão dos famosos empréstimos: se aconteceram ou não, se realmente foram operacionalizados como empréstimos ou não, que tipo de mecanismo se deu nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti, vamos votar. Depois, V. Ex^a terá cinco, dez, quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, é porque quero votar inclusive essa questão.

Sr. Presidente, dá para todos se acalmarem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O problema é que o quórum vai cair, Senadora, e há um acordo para votar.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não vai cair, Presidente. Até agora seguramos tudo, não seguramos?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Chega de esperteza, Presidente. Vamos votar! Muita esperteza hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora, já vi que, se não votarmos, ficará complicado. Peço vênica a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, inúmeros acordos foram construídos ao longo da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Posso terminar de falar, Sr. Presidente? Posso?

O Requerimento nº 1.065 é o complemento daquilo que aprovamos no **Requerimento** do Deputado Onyx, para termos acesso a todos os empréstimos feitos pelo Marcos Valério ou de que ele foi avalista. Então, eu queria que nós pudéssemos, nesse acordo, votar o **Requerimento** nº 1.065, que é muito importante para fechar esse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti, esse é um caso passado. Já acordamos que vamos deliberar na próxima reunião administrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos votar o 790.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Por que não pode ser incluído hoje? Outros não estavam, por que, quando é questão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já fazia parte, já.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Por que, quando são questões levantadas pelo Governo, não pode haver acordo? Só quando a Oposição pede?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Qual é o número do **Requerimento**, Deputado Osmar Serraglio?

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, se não houver acordo para fechar a questão dos empréstimos, não será possível fechar outras questões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agora vai barganhar o Youssef?

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não tem barganha. Não tenho nenhum problema. Eu estou aqui presente e vou votar, até porque o **Requerimento** da convocação do Youssef é do Abicalil, não é de V. Ex^a. É do Governo, não é de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu só pondero que aprovamos muitos **Requerimentos** aqui e eu não vejo qual é a dificuldade da aprovação desse **Requerimento** que já estava há muito tempo aqui.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E qual é a dificuldade de terminarmos de votar a questão dos empréstimos, Sr. Presidente? Qual é?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos...

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Só houve três **Requerimentos** que não tiveram concordância. Se vão aprovar dois, então, o meu, que é o terceiro, também quero que seja votado. Não posso ser excluído.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado Cabo Júlio tem razão. Vamos votar todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar.

Deputado Cabo Júlio, com o bom senso que V. Ex^a tem, queria que V. Ex^a nos ajudasse na condução. Vamos votar somente esses dois **Requerimentos** antes de encerrar esta reunião administrativa com a apresentação pelo Deputado Osmar Serraglio. Darei prioridade ao **Requerimento** de V. Ex^a na próxima reunião.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Atendendo ao pedido de V. Ex^a, que tem conduzido tão bem esse trabalho...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O **Requerimento** dele está aí...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 790.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, trata-se de **Requerimento** de autoria do Deputado Carlos Abicalil, que propõe a convocação de Alberto Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores:

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges. (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, esta não precisa ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não precisa ser nominal? Precisa, porque o Deputado Nelson Meurer não concorda.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente. Já declarei meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputados:

Carlos Abicalil. (Pausa.)

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Na verdade, sinto-me absolutamente sem condições de votar isso. Vou votar em solidariedade a meus companheiros, mas acho que essa questão foi encaminhada incorretamente. O Deputado Nelson Meurer que tem participado de todas as atividades pediu que essa questão fosse retirada e, por um equívoco, se colocou essa questão em votação sem que a gente saiba até a natureza da preocupação do próprio Deputado Nelson Meurer e uma série de questões.

Vou votar favoravelmente, mas com o meu protesto sobre a maneira como essa questão foi tratada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto favoravelmente nos mesmos termos do Deputado Jorge Bittar. Não houve discussão, a gente não está sabendo exatamente o detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PSDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PPB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PPB – RN) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PSDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Juíza Denise Frossard?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos suplentes.

José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PSDB – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Luiz Antonio Fleury?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Medeiros?

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – João Fontes?

O SR. JOÃO FONTES (PT – SE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou proceder à contagem. (Pausa.)

16 votos “sim”.

Portanto, com 16 votos “sim”, aprovado.

Bateu na trave.

Agora, o próximo **Requerimento**.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem que ser 17.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o **Requerimento** nº 1.065?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – **Requerimento** nº 1.065.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB – MG) – Qual o texto do nº 1.065?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É a cópia de todos os empréstimos feitos pelo Sr. Marcos Valério para suas empresas ou para outras pessoas que não estão aqui na CPMI. E tem a lista de todos, se o senhor quiser tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o **Requerimento** nº 1.065.

Se todos estiverem de acordo, não precisa ser nominal.

Se todos os senhores estão de acordo, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Agora, vamos passar à exposição pelo Deputado Osmar Serraglio do relatório parcial da Skymaster.

O SR. NELSON MUERER (PP – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, vamos ouvir agora o Dr. Glênio – está marcado para às 14 horas –, mas só para dois comunicados.

Estamos mandando hoje para todos os Parlamentares toda movimentação contábil e financeira do Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio Soares. Peço especial atenção com relação a todos os depósitos e todos os pagamentos feitos.

A segunda comunicação, é uma sugestão. Não encaminhei como uma convocação, mas, como estiveram aqui os representantes do Departamento de Recuperação de Ativos, e para evitar conflito de informação, desencontro nas investigações, mas, principalmente informando que estamos compartilhando com a Polícia Federal e com a Receita Federal todos os dados da CPMI, solicito a V. Ex^a que convide ou o Secretário-Geral da Receita e o Diretor-Geral da Polícia Federal, na próxima semana – poderíamos tirar um dia, uma hora, duas horas –, para uma discussão com relação a todos os procedimentos que foram adotados por esses órgãos em relação às ações fiscais e às investigações. Até possivelmente a próxima semana, estaremos com a contabilidade da conta-mãe do Sr. Marcos Valério e com o cruzamento com os recursos dos empréstimos bancários em condições de serem

apresentados a esta Comissão. Se pudéssemos destacar uma reunião exclusivamente para um trabalho técnico de conhecimento, seria da maior importância, com o representante da Receita e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet, providências serão tomadas para essa reunião na próxima semana.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Eduardo Cardozo.

Depois, Deputado Meurer. E, por favor, vamos apresentar o relatório parcial da Skymaster.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, relativamente...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, primeiro, o Deputado José Eduardo Cardozo; depois, Deputado Meurer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, relativamente à agenda das Sub-Relatorias, seria necessário fazer alguns ajustes e alguns remanejamentos de depoimentos, inclusive para os que estão designados para o dia 6. Consulto V. Ex^a se podemos fazer isso posteriormente a esta reunião ou se proponho já, Sr. Presidente.

Depois? Mesmo para a de quinta-feira agora é necessário fazer remanejamento, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem problema, não, Deputado, pode fazer depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Eu queria um esclarecimento, Sr. Presidente. Tivemos a votação do **Requerimento** nº 790, que teve 16 votos. Qual é o quórum mínimo de votação de que necessita?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O quórum são 17 presentes. É porque votaram 16, Deputado, e eu, como Presidente, não voto. Então, o quórum mínimo é 17. Eu estava presente.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Mas aí não pode.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa é a interpretação da assessoria técnica da CPMI.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Em votações anteriores que não tiveram 17 votos, foram consideradas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Meurer, consideramos, inclusive, em vo-

tações anteriores, aquelas com 16 votos Voto “Voto sim”, Sr. Presidente”, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Fica aqui a minha colocação para as futuras votações que possam acontecer. São 16 votos. O que interessa é a quantidade de votos. O Presidente é neutro nessa situação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o Regimento determina que tem de estar presente...

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, quórum, não. Tem muito mais, mas não estavam presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...a maioria absoluta dos membros, ou seja, metade mais um, que são 17 presentes, e a votação se dá por maioria dos votantes.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Mas foram 16 os que votaram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Meurer, está confirmado aqui, pelos regimentalistas do Senado: 17 presentes. Portanto, eu, como Presidente, completava os 17 presentes, e o resultado é a maioria.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Fica aqui essa minha colocação para as futuras votações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado Nelson Meurer.

Muito obrigado.

E vamos, agora, iniciar a apresentação do relatório parcial da Skymaster.

Com a palavra, o Deputado...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para duas sugestões. De forma absolutamente prática...

Sr. Presidente, Deputado ACM, por favor.

É evidente o esvaziamento do plenário ante o adiantado da hora. O Sub-Relator preparou o seu relatório preliminar e não vejo por que fazê-lo perder uma hora ou duas lendo-o para nós, quando o temos em mão. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse distribuído e aqueles que tivessem interesse pudessem...

Outra sugestão também, aliás, proposta do Deputado Carlos Willian. Esta é importante, porque é regimental. Diz o art. 242 do Regimento Interno do Senado: “O projeto ou **Requerimento** de autoria individual, salvo **Requerimento**...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria que os Parlamentares permanecessem no plenário. Estamos com o Vice-Presidente, Deputado Asdrubal, fazendo ponderações importantes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – ...de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente seu autor”.

Ora, isso é uma medida absolutamente salutar, porque forçará que os autores de **Requerimento** estejam presentes na reunião para discuti-los e aprová-los.

Peço à Mesa que estude a possibilidade – já que não precisa da oitiva do Plenário, é regimental – de aplicá-la doravante, porque é absolutamente regimental.

Agora, eu queria aproveitar ainda...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, para complementar a sugestão do Vice-Presidente Asdrubal.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Eu queria que me assegurasse a palavra.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, acompanhei ao longo desse final de semana, muitas ilações e deturpações com relação à atuação desta CPMI, atribuindo principalmente à Mesa a responsabilidade de não funcionamento em duas reuniões administrativas. Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, desde quando ainda não havia sido guindado à posição de Vice-Presidente, acompanhei diuturnamente o trabalho desta Comissão e quero dar aqui o meu testemunho da seriedade, do empenho que V. Ex^a tem tido para bem conduzir os trabalhos da Comissão.

De maneira que, talvez, num arroubo de violenta emoção, V. Ex^a tenha se manifestado até com a tendência de renunciar. Conheço V. Ex^a de longas datas. Sei que V. Ex^a não é de renúncia. Vamos enfrentar esta luta! Vamos responder à sociedade as suas ansiedades e as suas cobranças!

Agora, a Mesa não pode nem deve ser representada por eventuais manobras regimentais – isso é absolutamente democrático –, tampouco pela ausência de parlamentares no Plenário, não dando o **quorum** suficiente para as votações.

Sr. Presidente, receba a nossa solidariedade, a minha solidariedade pessoal, na certeza de que estamos aqui para apurar. E esta Mesa, tanto o Sr. Relator quanto V. Ex^a e eu, temos dado demonstrações e provas cabais de que queremos apurar e responder à sociedade, encaminhando os responsáveis por falcatruas, desonestidades, enfim, por ilicitudes a quem de direito para a sua apenação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Asdrubal; depois, Carlos Willian.

Vamos iniciar a apresentação da Skymaster, rapidamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Solicitei também. Sou eu agora?

Queria complementar, Sr. Presidente, a sugestão do Deputado Vice-Presidente, Asdrubal Bentes, no sentido de que não fosse lida inteiramente, mas a minha complementação era a sugestão que o Deputado Osmar Serraglio apresentasse uma síntese para nós e a sua avaliação do andamento.

A segunda coisa que queria dizer na Comissão, Sr. Presidente, é que foram feitas ilações sobre a reunião anterior, ilações para fazer disputa política nos Estados, sem qualquer fundamento. Por exemplo, no meu caso, eu estava coordenando a Bancada na Comissão de Constituição e Justiça, em sintonia com a reunião do Colégio de Líderes, porque estava se decidindo, naquele momento, se seria votado o projeto do Senado, do Senador Bornhausen, que estava na CCJ. Eu estava coordenando a Bancada do Partido e do Governo, em sintonia com o Colégio de Líderes, e foi dito aqui que estávamos fazendo manobra para esvaziar.

Isso não procede, Sr. Presidente. Estamos aqui para levar os trabalhos avante, como estivemos desde o início.

Quero registrar a minha repulsa, repelir, veementemente, esse tipo de insinuação que se faz, muito mais para fazer disputa política, como infelizmente foi feito aqui desde o começo da reunião da Câmara da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Com a palavra, rapidamente, o Deputado Osmar Serraglio, que vai apresentar o seu relatório sobre a Skymaster, dando seqüência já aos relatórios parciais, conforme compromisso desta CPMI.

Portanto, S. Ex^a vai fazer uma exposição rápida, bem sintética, objetiva, para que encerremos a reunião.

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero dizer que, evidentemente, não iria submeter o Plenário à leitura do meu parecer. A idéia é exatamente passar aquilo que fundamentalmente é necessário para que se tenha uma mínima compreensão sobre que parâmetros e que linhas de convencimento nos conduziram a que chegássemos ao resultado que apresentamos.

Para que isso se compreenda, é preciso que se tenha um pano de fundo e que se verifique o elo de ligação que se estabeleceu entre duas empresas e que vieram alternativamente ocupando espaços dentro da rede postal noturna no transporte dos Correios.

Vou regredir ao ano de 2000 para dizer que, em julho de 2000, houve um acordo entre a Skymaster e a Beta no sentido de que, o que eles obtivessem junto aos Correios, o vencedor repassaria a metade ao perdedor. Ou seja, previamente, havia um ajuste entre as empresas no sentido de que nenhuma das duas seria prejudicada na eventualidade de não se sagrar vencedora. Em outras palavras, um conluio, fraudando a licitação.

Em julho, quatro dias após essa assinatura do termo de compromisso de sub-contratação, em 25 de julho de 2000, houve uma concorrência, a concorrência nº 10, para a Linha F. Quem ganhou essa Linha F foi a Beta, que, imediatamente, sub-contratou... E vejam que só a Beta e a Sky participaram. Imediatamente, a Beta sub-contratou 50% à Sky.

Agora, vamos verificar como elas procederam em relação às duas mais importantes linhas de transporte de carga dos Correios, as Linhas A e C. Aí V. Ex^{as} terão, inclusive, o percurso todo desenhado, nessa seqüência, desse documentário que estamos distribuindo. Até abril de 2001, quem procedia ao transporte dessas Linhas A e C – A é a ida, C é o retorno pelo mesmo percurso; então, era de Manaus, descendo a Brasília e voltando a Manaus, ou o inverso, A e C –, quem procedia a esse transporte era a Interbrasil. Em maio de 2001, foi feita uma contratação pelos Correios a partir de uma dispensa de licitação. O que significa isso? Algumas empresas foram consultadas e, a partir dessa consulta, é que se procedeu à contratação. Quem participou dessa consulta? A Varig Log, que ofereceu o valor de 176 mil, a Sky, 238 mil, e a Beta, 430 mil. Esses valores são valores que correspondem às operações diárias. Quem se sagrou vencedora, como se vê pelo valor, foi a Varig Log. Ela teve, na seqüência, dificuldades em atender às exigências dos Correios. Ela apenas operou por 48 dias, quando, então, mais uma vez, os Correios procederam a uma nova consulta. Portanto, não uma licitação, uma dispensa de licitação, que corresponde à de nº 2.

O importante a se observar é que, nessa segunda consulta, oito empresas foram consultadas. Só que, ao se proceder à consulta, dizia-se às consultadas que elas deveriam responder até o dia seguinte. Percebiam o valor da operação, e elas teriam apenas até as doze horas do dia seguinte para anunciarem a sua concordância ou não com a participação nessa partilha, ou, enfim, na competição dessas duas linhas! Uma das

empresas chegou a solicitar que pelo menos se estendessem até às 17h essa possibilidade, mas não obteve o assentimento. Então, só participaram dessa licitação a Beta e a Sky. A Beta, com 472 mil, e a Sky, com 334 mil e 600. A Beta solicitou, isto é importante, um prazo de 10 dias, se ela fosse vencedora, para poder operar. Agora, vejam o detalhe: só participaram duas, a Beta e a Sky. Como o preço dos Correios era de 310 mil, embora a Sky tivesse estabelecido 334 mil e 600, ela concordou, negociou e estabeleceu 314 mil.

A proposta da Sky – vejam, o prazo era às 12h –, a proposta da Sky chegou às 16h56. E às 17h30, às 17h45, o avião já estava pronto, em Fortaleza, para proceder ao transporte. Percebiam que, hoje, os Correios anunciam uma consulta e o fazem em relação a oito empresas, dizendo: “Apresentem as propostas até às 12h de amanhã”, para um transporte que era o mais expressivo dentro do contexto do serviço de transporte noturno dos Correios. Às 12h, a Sky não apresentou; apresentou às 16h56, e, curiosamente, às 17h já estava com o avião posto em Fortaleza para iniciar o transporte. É evidente a fraude nessa contratação.

Para que esses aviões já estivessem em Salvador e em Fortaleza, prontos a transportar, é porque eles já tinham absoluta convicção de que a empresa seria a vencedora, tanto que, das oito, só participaram duas, que tinham o acerto, o ajuste de sub-contratação. Tanto que, também, imediatamente, a Sky, que foi vencedora, partilhou a linha com a Beta.

Nós falamos em valores do transporte diário, 314 mil, mas, para que se tenha uma noção, é um contrato de R\$41 milhões, que as Voto “sim”, Sr. Presidente foi estabelecido.

Em dezembro de 2001, houve um pregão. Nesse pregão, participaram – é o Pregão nº 45 – a Sky, que, inicialmente, para ingressar no pregão, ofereceu 390 mil, a Beta, 396 mil, a Aerpostal, 424 mil, e a Total, 433 mil. Percebiam: quatro empresas no pregão, sendo que a Aerpostal foi desclassificada, portanto, permaneceram a Sky, a Beta... Perdão! A Total foi desclassificada. A Total foi desclassificada, permaneceram a Sky, a Beta e a Aerpostal.

O que é curioso é que, primeiro, a Varig não pôde participar por causa de uma cláusula restritiva, que, depois, mais à frente, o Tribunal de Contas da União reconheceu que era ilícita a inserção daquela cláusula. A Varig ganhou o questionamento, mas já não adiantava mais, porque já se estava num outro período de um outro contrato.

Então, primeiro, a Varig foi propositadamente excluída; segundo, a Total foi desclassificada. Repito, re-

maneceram três: Sky, Beta e Aerpostal. A Aerpostal sequer tinha, teve e não se tem notícia de que tenha conseguido o registro no DAC. Portanto, ela estaria necessariamente excluída na sequência. Ela só participou para esse cenário de uma aparente competição. Com mais um detalhe: além de ela não ter o registro, tinha sido administrada, até pouco tempo atrás, por Roberto Kfoury, que tinha sido diretor da Beta. Percebiam: Beta, Sky, Aerpostal, e quem estava também Voto “sim”, Sr. Presidente usando essa participação era alguém que já tinha sido muito recentemente diretor da Beta – e que, por sinal, é um dos nomes que aprovamos hoje, Roberto Kfoury, que será ouvido muito brevemente pela Sub-Relatoria.

E também, vejam: quem se sagrou vencedor? A Beta, que sub-contratou a Sky, que era com quem ela estava competindo. Resumindo, nessa licitação, efetivamente participaram duas, que depois partilharam o objeto da licitação. Isso foi em dezembro de 2001. Em agosto de 2002, a Sky assina um contrato com o Morato, Antonio Morato, que tinha e que vinha assinando pela Beta, assinam um acordo dizendo o seguinte: estabelecida a divisão de mercado atual, tudo o que se obtivesse a partir desse instante para frente eles compartilhariam o lucro. Aí o Morato com o contrato de representação. Depois, em dezembro, houve uma repactuação que não vou descer em detalhes sobre ela, mas vamos para dezembro de 2003 quando houve um novo pregão, Pregão nº 106, de 2003. Nesse pregão foram desclassificadas as empresas TCB e Promodal. Portanto, classificadas apenas três: a VarigLog, a Beta e a Sky. Nessa oportunidade em que as três participaram – a Beta, a Sky e a VarigLog – houve o pregão presencial em que sucessivamente foram apresentando os seus lances. Quando se atingiu o 26º lance, a pregoeira, diante da enorme distância que havia entre o valor inicial e aquele em que estavam, questionou os participantes se eles entendiam que aquele valor era exequível, porque estavam descendo a um limite que aparentemente tornariam inviável a própria contratação e comprometeria a possibilidade de execução daqueles trabalhos em virtude do lance que não cobriria eventualmente o custo. As empresas todas, por que insisto neste detalhe da exequibilidade? Porque todas as empresas anunciaram que era exequível, porque uma das defesas apresentadas na sequência pela Sky é de que ela teria questionado e teria conseguido reequilíbrios, porque evidentemente a sua proposta teria sido inexecutável, e ela só chegou a esse fundo do poço da inexecutabilidade porque as demais que estavam participando faziam proposita-

damente a redução, porque queriam que a Sky fosse contratada quando fizesse como vencedora, de tal forma que ficasse inviável e por isso permitiria a sua exclusão de uma nova licitação.

Enfim, terminou sendo contratada por 214 mil, lembrem, na verdade por 213.990. Quando aqui compareceu o representante da Beta na sub-relatoria questionamos se entendia que o valor de 214 mil era um valor praticável, ele nos assegurou que diante da infra-estrutura que ele dispunha sim, mas que eventualmente consideraria como algo razoável, possível de ser aceitável, com menos infra-estrutura que ele dispunha em torno de 260 ou 270 mil. Enfim, foi praticado o valor de 213.990 pela Sky, que depois teve um reequilíbrio em maio e outro em outubro. E finalmente se chegou àquela situação do pregão seguinte em que os valores foram, todos nós, os que dispõem dos valores percebiam que, em dezembro de 2004, houve um pregão em que praticamente dobrou o valor, e ele foi praticado durante um ano e meio.

Em 23 de dezembro de 2004, no Pregão nº 105, doze empresas retiraram o edital. Havia a sinalização de doze empresas interessadas em participar, mas novamente só duas apresentaram: a Sky e a Beta. Na licitação de dezembro de 2004, a Sky com 487 mil e a Beta com 510 mil. Depois de trinta e uma rodadas, a Sky venceu com 474.390, mas negociou com os Correios em 445 mil. Esse valor de dezembro de 2004 foi o que foi praticado até a implantação da nova malha, em maio de 2005.

Com esses dados à mão, V. Ex^{as} e V. S^{as} perceberão como foi construída a planilha que evidencia o prejuízo apurado pelos técnicos que conosco trabalharam, que, essencialmente, são os técnicos do Tribunal de Contas da União.

No pregão, se vocês pegarem o pregão, e, para facilitar, localizo... Nos documentos que estão às mãos de V. S^{as}, há um mapa, ou supostamente deveria existir, em que se pega... O importante é o seguinte... É esse aqui. É esse mapa. Aqui está o raciocínio, o critério que foi adotado para que se estabelecesse uma linha de sustentação do prejuízo. Por quê? Porque, se perceberem, estamos falando de uma sequência de ilicitudes. Desde o primeiro momento, nenhum dos valores que foi apresentado e contratado foi aceito pela CPMI. Bom, se nenhum desses valores foi aceito, que padrão, qual será o valor que servirá de parâmetro para que estabeleçamos o possível prejuízo que foi ensejado aos Correios?

Nesse quadro de que V. S^{as} dispõem, percebiam que o pregão de dezembro de 2003, é importante isso,

serviu de parâmetro. Muito embora o contrato tenha sido de 213 mil, o valor que serviu de parâmetro foi de 300 mil, trezentos mil, cento e cinquenta e quatro.

Lembrem-se que as pessoas que aqui depuseram chegaram a dizer que duzentos e setenta seria um valor aceitável para quem não tivesse infra-estrutura, mesmo assim desprezamos isso, elevamos esse patamar para 300 mil.

E de onde saíram esses 300 mil? Saíram da proposta inicial da Skymaster. Por que da proposta inicial? Porque é de se supor, minimamente, que ninguém participa de uma licitação com a sua proposta vestibular que não atenda aos interesses da empresa. Portanto, a primeira proposta apresentada pela Sky no Pregão nº 106, em dezembro de 2003, que foi de 300 mil, foi admitida como sendo a base. Se foi a proposta, era porque atendia plenamente aos interesses da Sky, tanto que, depois, ela terminou contratando por 213. Não foi esse valor que foi admitido, foi o de 300 mil, que foi a primeira proposta apresentada pela Sky.

Pois bem, com esse parâmetro dado como verdadeiro, foi feita a transposição e o regresso às contratações precedentes, assim como também se avançou em relação às subseqüentes. E é partir desse raciocínio, sustentado matematicamente, que se chega ao prejuízo disponibilizado a V. S^{as} e a V. Ex^{as} de 64 milhões e 18 mil.

E ainda, para concluir, esclareço: estamos falando de uma linha, que, na verdade, corresponderia... Falo uma, ou seja, duas linhas, mas que correspondem a uma, porque é ida e volta. E prosseguimos investigando as outras linhas, assim também como as outras empresas.

Sr. Presidente, muito sinteticamente para não abusar da paciência e do horário em que nossos companheiros também estão em sub-relatorias já atuando, agradeço a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião administrativa.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 40 minutos.)

Logo a seguir, iremos realizar a 5ª Reunião da Sub-Relatoria de Contratos para a oitava dos Srs. Marcos Antônio Vieira da Silva, Paulo Roberto Creci Moreira e Juliana Azeredo Duarte.

Vamos aguardar a chegada do Sub-Relator José Eduardo Cardozo.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 41ª Reunião, realizada em 05 /10/2005.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e oito minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Valdir Raupp, Luiz Otávio, e Ana Júlia Carepa e dos Deputados Asdrúbal Bentes, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá e Carlos William, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor André Marques da Silva. A Presidência fez a leitura do documento enviado pelo advogado do depoente, esclarecendo o motivo de sua ausência, sendo encaminhado ao depoente a *Condução Coercitiva*, orientando-o sob a pena que incorrerá pela sua ausência. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares César Borges, Heloísa Helena, Carlos William, Aelton Freitas e Romeu Tuma. Às dez horas e quarenta e cinco minutos encerra-se a reunião, marcando outra para o dia de amanhã às dez horas, neste plenário. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Declaro aberta a 41ª reunião da CPI criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A presente reunião deveria destinar-se à oitiva do Sr. André Marques da Silva. Sucede que, através do seu patrono, o Sr. André solicitou à Mesa a sua dispensa, em virtude de, segundo ele, encontrar-se operado e em tratamento médico. A Secretaria pediu que lhe enviasse o atestado médico, o que não foi feito. Em conseqüência, a Presidência resolveu expedir Mandado de Condução Coercitiva para que o Sr. André Marques da Silva esteja nesta Comissão amanhã, a partir das 10h. Desse modo, aguardamos o cumprimento do mandado, ao mesmo tempo em que declaro encerrada esta reunião...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Posso referir só uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Com todo prazer, nobre Senador. A palavra de V. Exª muito nos honra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente Asdrúbal, a condução coercitiva dá uma demonstração clara – a toda a sociedade e àqueles que tentam desmoralizar as CPIs com declarações que não correspondem à verdade do trabalho eficaz, difícil, mas permanente dos membros das Comissões – de que não há empecilho, não há barreira e não há jogo político que impeça o trabalho que V. Exª, o Presidente e o Relator têm desenvolvido junto com os Presidentes das Subcomissões. Eu fiquei ontem bastante amargurado. Fui à Tribuna, porque, na tentativa de desmoralizar, muita gente vem e fala em “pizza”, em dificuldade de apuração, de documentos e tal. Ontem à noite, até para que todos tomem conhecimento, prestei no Tribunal de Contas... Que é um homem de bem, foi colega do senhor, e o Presidente Renan conversaram muito sobre a vinda de técnicos do Tribunal de Contas da alta qualidade no exame de documentos e apuração de fraudes das operações de interesses do Estado, para que colabore, além da contratação nas empresas que poderão ser coordenadas pelos membros especializados do Tribunal de Contas. Foi uma conversa muito agradável, e a certeza de que as CPIs vão ter a velocidade necessária. A grande dificuldade é de quem faz a “sacanagem” – desculpe a expressão, me perdoe – procura, claro, botar um biombo para que não seja alcançado. Então, a dificuldade maior é “garimpar” para que se procure buscar a verdade e que se punam os responsáveis.

Eu queria cumprimentar V. Exª, o Presidente, o Relator e dizer que a sociedade está solidária com as CPIs. Não aceita a tentativa de desmoralização, porque, se houver a tentativa de “pizza”, vai dar a congestão em muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Eu quero agradecer, nobre Senador, as referên-

cias elogiosas de V. Ex^a ao trabalho da Mesa, que tem procurado cumprir o seu dever para com a sociedade brasileira. E eu, pessoalmente, quero dizer – não tenho nada contra os italianos, ao contrário, gosto muito da Itália, dos italianos – que nem de pizza eu gosto. De maneira que não contem comigo para qualquer tipo de pizza. Jamais serei pizzaiolo.

Passo a palavra ao nobre Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Senador, essas palavras de V. Ex^a são exatamente o que nós estamos fazendo. Depois de termos aceito e assumido a relatoria da Subcomissão do IRB, ontem nós estivemos no Tribunal de Contas da União e ficamos estarecidos com os números que o Tribunal nos apresentou. Hoje o IRB tem operado no exterior, através de investimentos, mais de 1 bilhão de reais, e isso sem lastro suficiente. Aí, já foram solicitados por esta CPI, através do Presidente Delcídio e do Vice-Presidente, Deputado Asdrúbal, porque vamos fazer um trabalho técnico especializado, cinco técnicos do Tribunal de Contas da União especializados que cuidam desse assunto de seguros, que inclusive já mandaram alguns documentos apontando irregularidades no IRB*.

Então, esses técnicos devem somar à nossa equipe hoje ou amanhã, para, verdadeiramente, esta subcomissão trazer um trabalho transparente e, acima de tudo, com muita técnica e perfeição, para buscar esses vacilos e essas irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Obrigado, Deputado Carlos William.

Quero agradecer também a presença dos servidores e da imprensa, que tem divulgado tudo o que acontece, o que propicia à população realmente fazer um julgamento do trabalho sério não só desta comissão, como de todas as outras.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E a condução “sob vara” é uma coisa importante.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – E a condução “sob vara” é exatamente a demonstração de que não vamos fazer discriminações, pertençam a que partidos pertencerem. O nosso dever aqui é apurar, e isso vamos fazê-lo com toda profundidade.

Declarando encerrada a presente reunião, convoco outra para amanhã, às dez horas da manhã, neste mesmo local, lembrando que hoje à tarde teremos, a partir das 14h, reuniões das sub-relatorias.

(Levanta-se a reunião às 10h45min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 42ª Reunião, realizada em 06 /10/2005.

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e cinquenta e oito minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Jefferson Peres, José Jorge, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, Wellington Salgado, e dos Deputados Carlos Abicalil, Mauricio Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos William, Antonio Carlos Magalhães Neto, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Murilo Zauith, Silvio Torres e Ildeu Araújo, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor André Marques da Silva. A Presidência passa a palavra ao depoente para seus esclarecimentos e, a seguir, passa ao Relator para que proceda com sua arguição. Interpelaram o depoente os seguintes parlamentares: Carlos William, Silvio Torres, Ideli Salvatti, César Borges, Antonio Carlos Magalhães Neto, Paulo Pimenta, Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, José Eduardo Cardozo, Carlos Abicalil, Mauricio Rands e Álvaro Dias. A partir das onze horas e sete minutos, a reunião, por solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni, adquire caráter reservado. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a

quadragésima segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. André Marques da Silva, que está sendo conduzido sob mandado coercitivo de Goiânia até a esta Casa. Segundo as informações da Segurança, já está na Casa e deve, dentro de poucos minutos, adentrar o recinto desta Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a, já que houve entendimento com a Mesa Diretora desta CPMI, uma reunião secreta por não mais do que dez minutos, visto que os dados que vou apresentar do estudo que produzi em relação aos documentos sigilosos desta CPMI devem ser encaminhados ao nobre Relator e uma série de providências são derivadas desse trabalho. Por isso, peço a V. Ex^a que determine uma reunião secreta com duração de dez minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, e de acordo aqui do PSDB imediatamente.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, o PMDB não se opõe.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Submeto à decisão soberana do Plenário... solicito a evacuação por dez minutos para que possamos ouvir atentamente os dados a serem fornecidos pelo Deputado Onyx Lorenzoni. Esclareço que deverão ficar apenas os Parlamentares.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, só um esclarecimento. Havíamos marcado semana passada a agenda de hoje, às 14h, o depoimento dos Sr. Aroldo Bicalho e Sr. Jader Kalid. Nesta semana, foi transferido o depoimento dos dois para as 10h, tanto que foram notificados, e ontem foi definido o depoimento hoje do Sr. André, às 10h, ou seja, simultaneamente, três reuniões.

O fato é que, se nós começarmos o depoimento do André, dificilmente ele será concluído até 14h ou 15h no ritmo dessas investigações. Então consulto V. Ex^a e sugiro que nós mantenhamos e, após a reunião secreta, passe-se a dar início...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a compreensão de V. Ex^a. Houve um

atropelo em função da oposição do Sr. André em vir ontem depor, e nós tivemos que trazê-lo sob vara. Então não houve tempo hábil para que nós modificássemos o horário junto aos depoentes. Então gostaria de pedir a compreensão de V. Ex^a, nobre Deputado, e a compreensão do Plenário para que os sub-relatores tivessem prioridade aqui para suas indagações e, logo a seguir, fossem para a Subcomissão cumprir com o seu dever.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ok, tudo bom, Presidente, muito bom, boa idéia.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

Espero ter atendido ao apelo de V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Eu gostaria, antes de começar a reunião secreta, solicitar ao Plenário a compreensão e ao Sr. Presidente que, antes de o depoente se manifestar nesta Comissão, eu precisaria de colocar uma posição minha e gostaria que estivesse presente a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian, eu gostaria de V. Ex^a deixasse para logo após a reabertura dos trabalhos, após os dados secretos, para não causar maior espera aos servidores e à imprensa.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Mas, para mim, é muito importante, Sr. Presidente. Sr. Presidente, é muito importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas V. Ex^a fará antes de que ele adentre aqui, no início; eu me comprometo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não, não.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos fechar logo isso aqui?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Mas antes de começar a reunião secreta. Sr. Presidente, seria antes de começar a reunião secreta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antes de começar o interrogatório.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, para mim é importante, eu quero colocar um posicionamento...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Três minutos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Está bom, eu preciso, antes de o depoente falar, colocar uma posição, com a presença da imprensa; depois esvaziaria.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já há o compromisso da Mesa de fazê-lo.

Logo na abertura V. Ex^a pede a palavra pela ordem e nós daremos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a que possa contatar – não agora, claro – depois o Presidente Delcídio Amaral. Primeiro, todos temos compromissos e há que se respeitar os horários. Se está se marcando às 10h, são 10h51, para o início da reunião. O Senador Delcídio...

O SR. (Orador não identificado) – O homem vem debaixo de vara.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tudo bem, mas outras sub-relatorias foram marcadas no mesmo horário; são depoimentos da maior importância: do Sr. Lídio Duarte, Henrique Brandão, na sub-relatoria. Na outra sub-relatoria, Aroldo Bicalho e Jader Kalid. Tudo marcado no mesmo tempo. Quer dizer, não há efetivamente uma organização que possa permitir aos Srs. Parlamentares acompanhar essas oitivas da maior importância.

Então, daqui a pouco, nós vamos achar que querem que não possamos trabalhar, ouvindo a quem devemos ouvir.

Já pedi reconvocação de um diretor do BMG, porque ele foi convocado no momento em que a Comissão estava acompanhando o depoimento de Toninho da Barcelona. E eu não pude acompanhar esse depoimento dele. Então são coisas que acontecem que prejudicam os trabalhos.

Acho que a Mesa Diretora tem a obrigação de conduzir esses trabalhos. Se o Senador Delcídio tem problemas e não pode estar presente, que ele passe por inteiro a condução dos trabalhos a V. Ex^a, que é muito mais presente do que ele.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Senador a Mesa acolhe a preocupação de V. Ex^a, mas quer justificar o porquê do atraso. Primeiro pela falta de quórum. Não poderia abrir a reunião sem o número regimental.

Quanto à coincidência de horários para o depoimento aqui e nas sub-relatorias, ela foi decorrente, como já expliquei anteriormente, da oposição do Sr. André Marques em vir aqui e tivemos que expedir mandado coercitivo para trazê-lo. Houve um atraso na condução. Ele já se encontra na Casa.

Então, eu justifico e quero dizer que hoje o Presidente não está aqui, porque, cumprindo decisão do Plenário, está tratando da contratação das empresas para auditoria. Nesse momento ele está-se reunindo com uma ou duas delas. Daí por que peço desculpas a V. Ex^a.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vamos começar nossa reunião. Eu só quero começar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Só para começar? Então, eu passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pedindo que todos saiam do local, ficando apenas os Deputados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, enquanto estão organizando, só para eu entender, como é que vai funcionar...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – À Secretaria para verificar se realmente está tudo desligado, à exceção do som da Casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para que eu possa entender como é que será o funcionamento das nossas atividades hoje. Porque como estão marcados às 10h as três atividades: a do Plenário, a da sub-relatoria do IRB e da sub-relatoria de Movimentação Financeira e os coordenadores, os sub-relatores estão aqui, como é o caso do Fruet e do Carlos Willian, o que é que vai estar acontecendo? Vamos fazer agora a secreta e depois o André Marques?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Secreta em dez minutos. Depois a oitiva de André Marques.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o que é que vai acontecer com as outras duas?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Daremos prioridade ao sub-relatores para inquirem aqui, a seguir irão para suas ...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para eles poderem ir lá.

Só para eu entender, como é que vai ser.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria ainda fazer um apelo, apesar de toda a provocação, que nós pudéssemos ter uma adequação, pelo menos hoje. Eu quero estar no depoimento do...

O SR. (Orador não identificado) – Então, vai para lá, pô.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que a gente possa ter um intervalo pelo menos e começar...

(Intervenção dos Srs. Senadores sem microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro reaberta a reunião.

Convido o depoente. Peço que o tragam.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Conforme solicitação da nobre Senadora Ideli Salvatti, peço-lhe encarecidamente que suspenda hoje os trabalhos das Subcomissões.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não concordo, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Faça somente essa oitiva que é da maior importância, Sr. Presidente, diante perguntas que temos para fazer ao depoente. Nós não podemos ser privados de participar dessas outras reuniões por termos obrigação de estar aqui. Nós temos obrigação de estar aqui hoje porque esta reunião é muito importante, mas as outras também o são. A proposta é que V. Ex^a possa suspender as outras reuniões e transferi-las para a próxima semana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os relatores terão prioridade?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência não vai decidir isoladamente. Seria muito fácil jogar essa grande responsabilidade para a Mesa.

Suspendo a reunião por uma hora enquanto chegarem mais Parlamentares ao plenário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a não vai suspender, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não é a presente reunião, mas as das Subcomissões por uma hora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não. V. Ex^a dê prioridade aos sub-relatores aqui e mantenha a reunião deles lá.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vou ouvir o Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Acho que é justo o pleito de suspensão temporária das subcomissões. Não vejo problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por uma hora apenas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Concordo com o encaminhamento do Presidente. Acho que é razoável, até porque... Presidente Asdrubal Bentes, Senador César Borges, faço uma sugestão com base em um problema que aconteceu. Nós definimos que as terças e quintas seriam destinadas ao trabalho das subcomissões e que as quartas-feiras seriam destinadas para o plenário. Contudo, aconteceu um fato...

O SR. (Orador não identificado) – Um imprevisto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...que foi excepcional, afinal de contas, o depoente não pôde ser localizado até o dia de ontem, para que aqui estivesse. Por isso a audiência foi transferida de ontem para hoje e se gerou esse problema. Então, não acho que haja dificuldade em se adiar o trabalho das Subcomissões para o período da tarde, pois haverá um natural revezamento. As pessoas que já fizeram perguntas e quiserem participar das Subcomissões, depois, poderão ir para lá. Acho que V. Ex^a está correto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito que cada um fale uma vez, do contrário será impossível ouvi-los.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Com a gentileza do Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu não propus que se suspendesse nada. Apenas propus que fizéssemos uma readequação de horário. Começaríamos a reunião do plenário e poderíamos adequar as outras duas, como disse o próprio Senador César Borges, para, de repente, não suspender, mas marcar para o início da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A proposta que fizemos, no início de reunião, era para iniciar as Subcomissões às 14h. Vou então decidir com os sub-relatores. Consulto o sub-relator Gustavo Fruet.

O SR. (Orador não identificado) – Já foi. Escapou.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se todos estivessem presentes na hora... O que foi definido? Como a reunião foi marcada originalmente para as 14h, transferida ontem para as 10h e houve a coincidência de ouvir o Sr. André hoje. Como foi definido no início da reunião, vamos dar início ao depoimento do Sr. André. Se terminar até às 14h, muito bem, se não, os Sub-Relatores começarão a ouvir os demais depoimentos. O que não tem sentido, neste momento, é cancelar a oitiva. Quero lembrar o seguinte: essas subcomissões não foram criadas para serem coordenadas por sub-relatores, mas com agendas previamente estabelecidas para que se possa paralelamente dar agilidade e ouvir o maior número de testemunhas e de investigados possível.

Então, nós estabelecemos alguns critérios. Reitero a sugestão do início: que se dê início a este depoimento. Se terminar até 1h30 ou 14h, ótimo. Se não terminar, começaremos os outros depoimentos, porque também não tem sentido adiar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Ouço o Deputado Carlos William, sub-relator.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Realmente, houve um atropelo hoje e, quero deixar isso claro, não por vontade da Mesa. O depoimento do depoente já está presente, o André Marques, só foi possível agora. Os outros dois depoimentos estavam marcados previamente. Então, entendo o seguinte...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não, eu não comecei a reunião, só estava...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Bom, então, o seguinte: considero esses três depoimentos de suma importância para a Sub-relatoria de Seguros e do IRB. Preciso de acompanhar o depoimento do depoente aqui presente, André, e também de estar com muita atenção e, com detalhes, ouvir os outros depoentes. Ocorre, Sr. Presidente, que a advogada de um dos depoentes, ex-Presidente do IRB, Dr. Lídio, já esteve aqui presente, iria falar com V. Ex^a, mas me transmitiu o recado, porque estão com vôos marcados e compromissos no Estado e que eles chegaram no horário das 10h em ponto, não foram ouvidos e não podem estar presentes.

Consulto a V. Ex^a: o meu entendimento é para que esgotemos, principalmente eu, como Sub-Relator, o máximo possível aqui e, depois, lá.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado, vamos logo abreviar para começar a reunião.

Creio que a justificativa da advogada do Dr. Lídio não tem a menor consistência, porque eles não podem marcar o prazo para que a Sub-Relatoria os ouça, poderia ser 4h, 6h, 10h. Então, essa história de já ter marcado o vôo, não podemos admitir nem aceitar.

Indefiro o pedido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação no sentido de que aquela idéia inicial de V. Ex^a de dar prioridade aos dois Sub-Relatores na lista de inscrição e marcar em vez das 14h para as 13h, para liberar os dois Relatores até 13h, iniciar o que está marcado para as 10, às 13. Esse é o pedido intermediário.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É pertinente o pedido de V. Ex^a, a Mesa acolhe e determina aos Sub-Relatores que assim procedam.

Vou dar início aos trabalhos desta reunião.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Na conformidade da composição que fizemos

com o Deputado Carlos Willian, ele deverá se expressar agora, conforme acordado na reunião secreta.

Com a palavra o Deputado Carlos Willian.

Pela ordem, antes...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só para dar uma informação, Presidente, da Sub-Relatoria de Licitação e Contratos, é que transferimos a audiência que seria hoje para evitar esse problema para a próxima quinta-feira e remanejamos as oitivas de maneira que pudéssemos compatibilizar com o Plenário de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa agradece a presteza que lhe é peculiar.

Com a palavra o Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Caros colegas, eu gostaria de deixar claro aqui e pedir a atenção dos meus companheiros Deputados a seguinte coisa: em julho do ano passado, na Comissão de Finanças e Tributação, fiz um requerimento para que houvesse uma audiência pública para ouvirmos irregularidades referentes ao DPVAT e isso foi amplamente divulgado pela imprensa. Posteriormente, tomei conhecimento de várias irregularidades ocorridas no IRB e comecei a denunciá-las no plenário da Câmara e também na Comissão de Finanças e Tributação. Pois bem, a partir do momento em que fiz essas denúncias, fui procurado no meu gabinete por pessoas ligadas às seguradoras, inclusive o depoente aqui presente o Sr. André Marques, que me procurou e me trouxe a possibilidade de algumas denúncias no IRB. E, dentro desses fatos, imediatamente, acolhi as denúncias e, como Parlamentar, comecei a tomar as providências: fiz o primeiro requerimento ao IRB solicitando uma série de perguntas sobre como é o funcionamento e algumas irregularidades no IRB. Foi protocolado em 2004 com a data de dezembro na Comissão de Finanças e Tributação e aprovado pelo Plenário da Comissão. Posteriormente, foi-me trazido mais informações pelo Sr. André, algumas não muito consistentes, inclusive tendo meu gabinete, na iminência de fazer as investigações, telefonado para a empresa do Sr. André solicitando que ele mandasse essas informações, mesmo porque já estaria circulando pela imprensa, que está aqui, que haveria bomba dupla, que haveria fitas gravadas e etc. referentes ao IRB. Solicitamos, por meio do gabinete, mais informações referentes a essas irregularidades.

Pois bem, dando seguimento a essas investigações, aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, fizemos um requerimento de audiência pública do IRB e, por intermédio do Líder do Governo, foi solicitado

que nós não fizéssemos essa audiência pública porque o IRB iria trazer as informações necessárias.

Após isso, o Deputado Roberto Jefferson deu aquelas notícias que constrangeram o País inteiro. Mantive a minha audiência pública aprovada na Comissão. Posteriormente, a partir desse momento, o Sr. André não me trouxe nenhuma das provas que ele disse que teria e, insistentemente, assessores ligaram para a empresa dele pedindo as provas, porque já estaríamos dentro da Comissão fazendo um trabalho de investigação.

Como essas informações não chegaram, requeremos, Sr. Presidente, – eu, Deputado Carlos Willian, requeri – ao Tribunal de Contas da União que se fizesse uma auditoria no IRB para podermos ter essas informações. Foi aprovado pelo Plenário da Comissão de Finanças e Tributação, o Tribunal de Contas da União concretizou esse trabalho, remeteu os documentos a esta Casa, e inclusive é nossa principal fonte de trabalho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Carlos Willian, V. Ex^a me permite?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É só um minuto, para que fique registrada a reunião secreta que realizamos. Está lá a reunião secreta que realizamos coletiva com a imprensa. Só para que fique registrada nesta reunião.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Olha, eu até gostaria de solicitar ao Presidente que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, perdoe-me, mas não sei como a Senadora Ideli pode fazer algum juízo do que está acontecendo lá atrás desde que ela não está ouvindo, são suposições. Qualquer Parlamentar pode conversar com a imprensa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou apenas registrando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Afinal de contas, que tentativa é essa de censurar que um Deputado possa conversar com a imprensa?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Quero dizer a V. Ex^{as} que a palavra está com o Deputado Carlos Willian.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se o Onyx não vazar, eu vazo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mantenho a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se o Onyx não vazar, eu entrego, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Eduardo Paes gravou e vai colocar no Jornal Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Somente após a manifestação do Deputado Carlos Willian, eu concederei a palavra a V. Ex^{as}.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois bem, Sr. Presidente, posteriormente a esse requerimento ao Tribunal de Contas da União, que começou a fazer esse trabalho, o Sr. André Marques deixou de me trazer informações, aliás, não trouxe informações consistentes. E eu tive informações do Tribunal de Contas da União de que verdadeiramente existiam irregularidades...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito ao Deputado Onyx que evite fazer reuniões paralelas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E faça a reunião secreta lá fora, deixa a gente trabalhar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deixa o homem vazar, Ideli.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Calma, Senadora! Calma, Senadora!

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós queremos trabalhar, ele que trabalhe lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos ouvir o sub-relator, por favor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Então, posteriormente, após ter encaminhado ao Tribunal de Contas da União, eu tomei conhecimento de que existiam, como de fato o Tribunal apontou, várias irregularidades realmente referentes a seguro e ao IRB. Aí tomei a decisão de solicitar uma CPMI, que essa CPMI acabou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É impossível! Deputado Carlos Willian, eu gostaria de ouvir V. Ex^a, mas é impossível com o barulho, Sr. Presidente. Estou aqui de frente para o Deputado sub-relator.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem razão V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois bem, só estou mostrando que, no início dos meus trabalhos, fui mantido de informações pelo Sr. André, que foi ao meu gabinete e levou algumas denúncias. Solicitei todos esses requerimentos de audiência pública, de informações ao IRB, ao Tribunal de Contas da União. Quando o Sr. André não trouxe mais informações e o Tribunal de Contas informou que existiam várias irregularidades, nós tomamos o posicionamento de con-

tinuar investigando. Fizemos uma CPMI que acabou desembocando aqui com esta sub-relatoria.

Assim, gostaria de fazer um apelo ao depoente, o Sr. André, no sentido de que abrisse aqui nesta reunião todos aqueles compromissos a que se referiu, quando procurou o meu gabinete e a Comissão de Finanças e Tributação, dizendo que havia bombas para serem estouradas dentro do IRB, que V. S^a tinha denúncias de irregularidades também na Susep. Posteriormente, V. S^a deixou de me fornecer essas informações; ou seja, não me trouxe essas informações.

Gostaria de deixar registrado que o meu primeiro informante foi o Sr. André.

Gostaria de passar agora a palavra ao Presidente para depois fazer os meus questionamentos.

Eu só precisava deixar claro que um dos precursores das denúncias que chegaram até mim foi o depoente aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa acolhe a manifestação de V.Ex^a e pede que encaminhe a documentação à Relatoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só queria uma informação de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O sub-relator Carlos Willian falou que a pessoa aqui presente, o depoente André Marques, era o informante dele?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não é informante.

Sr. Deputado, nós temos aqui, por exemplo, o Deputado ACM Neto, que falou sobre o Jeep que foi doado a um Diretor do PT. Ele não foi lá investigar. Essa informação chegou até ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Carlos Willian, eu queria pedir à Senadora Ideli que parasse...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu queria lembrar aos nobres Parlamentares que as fontes de informação... Quem tem a fonte, pode preservá-la. Pode, não, deve preservá-la. Essa é só uma lembrança e é também uma discussão inócua e estéril que não vai levar a nada.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Mas eu preciso responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa acolhe a manifestação de V. Ex^a. Vamos iniciar os trabalhos.

Não há o que responder.

Eu quero pedir ao ilustre depoente que se sinta à vontade, que faça a sua qualificação, preste os esclarecimentos iniciais que achar convenientes, nomeie os seus advogados, para que isso fique gravado e para que todos tomem conhecimento.

Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bom dia! Exm^o Sr. Presidente, Exm^o Sr. Relator, Exm^{os} Srs. Deputados e Senadores membros desta CPMI dos Correios, meus advogados são: Ilmar Marçal, Ismael Marçal e Bruno.

Antes de mais nada, gostaria de dizer que, ao comparecer a esta Casa, o faço com satisfação por estar prestando minha colaboração para a feitura de um Brasil melhor, mais sério e totalmente passado a limpo.

Antes, porém, gostaria de registrar o motivo pelo qual cheguei às 11h, hoje, apesar de já ter negociado com a Secretaria o dia e o horário da minha apresentação nesta CPMI. Ontem, quando chegou ao conhecimento dos meus advogados que havia uma ação da Polícia Federal para a minha condução coercitiva, apesar de isso não ter sido oficializado, tampouco comunicado o fato aos meus advogados...

O SR. (Orador não identificado) – Oficializado de quê, Sr. André?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Da apresentação nesta CPMI.

Foi feito um ofício a tempo e que chegou às 18h30 da segunda-feira, para apresentação às 14h da terça-feira. Às 14h da terça-feira, desde as 18h30min, foi falado na Secretaria sobre o prazo exíguo com relação à apresentação. Foi negociado, então, se poderia ser feito na quarta-feira, às 14h, ou na quinta-feira. Deu-se preferência para quinta-feira, às 10h, e nos prontificamos – os advogados foram à Polícia Federal, comunicaram tal fato, mas hoje, na saída da minha residência, onde hoje habito com meus pais, na saída, às 5h45min, um policial da Polícia Federal, identificado, mesmo depois de todo o procedimento ontem ocorrido, salientou a necessidade de fazer tal condução coercitiva.

Através dos advogados, fomos para a Superintendência da Polícia Federal falar com o delegado de plantão, que autorizou, o Dr. Luciano Ferreira Dornelles, que havia autorizado a minha vinda hoje, às 10h. Lá, se indispuseram com relação a procedimentos. Ele autorizou a minha saída de Goiânia no veículo da Polícia Federal, às 7h45min. Desse horário, 7h45min, até às 10h55min, estive com eles na vinda de Goiânia para Brasília. Essa era uma parte sobre o dia de hoje, o motivo pelo qual cheguei às 11h.

Mas não posso deixar também de registrar, Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que a Secretaria confirmasse esse detalhe. Se o depoente já tinha acertado com a Secretaria a presença hoje, aqui, às 10h, não havia necessidade dessa ação da Polícia Federal. É grave essa informação e precisamos responsabilizar alguém por esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência vai apurar e adotar as medidas cabíveis.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, não é só apurar, é tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Adotar as medidas cabíveis.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Porque se a Secretaria confirmar que ele tinha confirmado a presença dele espontaneamente hoje, aqui, às 10h, não havia necessidade dessa intempestividade da Polícia Federal. Exijo providências da Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive, Sr. Presidente, acho importante que fique registrado, porque, nesta quarta-feira, o que estava programado na agenda, de que já tínhamos conhecimento prévio, da reunião que aconteceu entre o Presidente, o Relator e o Sr. Vice-Presidente, na semana passada, é que, nesta quarta-feira, estava proposto se ouvir o doleiro Dario Messer, que, na terça-feira, se descobriu, estava em local incerto, indeterminado. Portanto, a vinda do Sr. Dario Messer na quarta-feira estava absolutamente impossibilitada de ocorrer, por conta de ele não ter sido localizado. Por isso...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Dario Messer é foragido, todo mundo já sabe, há umas três semanas. Não sei nem porque marcaram isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é. Mas, veja bem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos continuar. Há um depoente prestando os seus esclarecimentos. Não é momento para questões de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Posso concluir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^a que conclua e vou manter a palavra ao depoente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se eu não tivesse sido interrompida, teria concluído.

Então, Sr. Presidente, só para que fique registrado, de terça para quarta-feira é que foram tomados os procedimentos, pela organização da CPMI, para suprir a não vinda do Dario Messer. Aí é que foi proposto trazer o representante da Interbrazil. Então, realmente, foi muito em cima.

Acho absolutamente desnecessário, foi um excesso, um abuso, eu diria até, ter tido procedimentos com a Polícia Federal, porque foi exatamente em cima do...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora Ideli, V. Ex^a conhece a minha tradição liberal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vou determinar a apuração do fato e a adoção de medidas que se fizerem necessárias e, se comprovado, desde já quero apresentar, previamente, as escusas da Mesa por qualquer ato que tenha, de certa forma, ferido as suas prerrogativas, os seus direitos e garantias individuais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Desculpa só não resolve, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Arnaldo, V. Ex^a, que é polêmico por natureza, deve entender também que uma desculpa em público, às vezes, vale muito mais do que qualquer ato individual. Estamos fazendo em público, previamente, sem ter a convicção de que o fato ocorreu. Então, peço a V. Ex^a...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é da nossa parte, é da parte da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não, a Polícia Federal só o fez porque recebeu mandado coercitivo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ela cumpriu ordens.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, ela cumpriu ordens e quero preservar a imagem da instituição.

Com a palavra V. S^a.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Obrigado.

Sr. Presidente, todo esse procedimento de convocação e de agendamento da reunião para hoje, às 10h, foi tratado pelos meus advogados com o Dr. José Roberto, da Secretaria, e que, segundo informações, foi tratado com o Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral.

Continuando, agora, eu não posso deixar de registrar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, minha elevada indignação e repulsa com o ocorrido no lar de meus pais na data de ontem. É que por um momento, no dia 05 de outubro de 2005, pensei que nos encontrávamos em regime de exceção e que havia cessado o Estado democrático de direito. Vejam os senhores, um elevado contingente de agentes da Polícia Federal, lotados na cidade de Goiânia,

sitiaram a residência de meus genitores – onde vivo atualmente – em ato de verdadeira e inaceitável truculência. Passaram a correr o dia cerceando-lhes o sagrado e constitucional direito de ir e vir. Postados na entrada da residência, lançaram a todo o tempo impropérios e ameaças aos meus já idosos pais, e de saúde combalida, que a tudo viam e ouviam sem nada entender, mas sofriam, senhores, porque nada entendiam.

Senhores, não sou acusado, não sou réu preso, não cometi crime de natureza nenhuma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o depoente me perdoe, mas ele não pode ler. O depoente pode-se esconder em apontamentos para fazer a sua apresentação. Agora, o que o depoente está fazendo é exatamente a leitura completa de um papel que trouxe aqui, previamente escrito. Sabemos que esse procedimento não é aceito. Talvez o depoente, por nunca ter participado de uma CPMI, não tenha essa informação, então seria importante que V. Ex^a, na condução dos trabalhos, informasse a ele que pode recorrer a qualquer apontamento, mas não pode ler nenhum documento.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Acolho a manifestação de V. Ex^a como questão de ordem e decido. Tem razão o ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para contraditar.

Eu pessoalmente acho, com a devida vênia, sei que a questão é polêmica, que o depoente poderia ler um texto, não se tratando de arguição feita a ele. Ele está fazendo uma manifestação, relatando, inclusive por orientação possivelmente de seus advogados e o registro de arbítrio. Na verdade, é uma manifestação preliminar, ele não está respondendo arguições.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu só lembro a V. Ex^a que todos os outros depoentes que aqui estiveram e que agiram da mesma forma que o Sr. André está agindo, foram devidamente orientados a não ler.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas ele não está respondendo questão, Deputado, ele está fazendo uma manifestação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei. Mas inclusive na apresentação inicial, Deputado Cardozo. Foram vários os depoentes, que exatamente na mesma condição do senhor...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Na verdade, não é uma apresentação inicial. Ele está fazendo uma denúncia de arbítrio praticado e de que ele é vítima.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não há nenhuma denúncia.

Até agora, no que ele leu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele não está falando sobre os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem razão, em parte, o ilustre Deputado ACM, mas realmente ele não está, ainda, adentrando a matéria que vai ser argüida. Ele está fazendo, além de um desabafo pessoal, uma denúncia que eu acho que o bom senso nos ensina que devemos acolher. Para concluir.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Senhores, deixo registrado que o momento de emoção e comoção ocorrido com os meus pais me fez escrever isso, para que eu não pudesse esquecer nenhum ponto dos absurdos ocorridos em Goiânia.

Não sou acusado, não sou réu preso.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu pediria a V. S^a, para abreviarmos, que encaminhasse por escrito essa denúncia, porque vamos adotar as medidas necessárias para a devida apuração. Com isso, vamos ganhar tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele tem que nos dar ciência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já deu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já deu ciência. Conclua por favor, para poderemos adentrar ao objeto desta reunião.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Meu caso, quero deixar registrado que estou aqui espontaneamente, uma vez que não fui convocado oficialmente e pessoalmente para comparecer a esta Comissão. Desnecessário, pois, que esta Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, não, V. S^a está errado. Sr. Presidente, eu acho que o depoente, não sei se foi orientado ou não pelos seus advogados, mas ele foi convocado oficialmente pela CPMI, nós aprovamos o requerimento de convocação dele, foi dada a comunicação a ele no tempo correto e foi ajustada a data de quinta-feira, que ele mesmo disse. Então, ele precisa ser corrigido.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu concordo com o Deputado Antonio Magalhães Neto, tanto que eu tive acesso, na Secretaria da Comissão, a um documento enviado pelo advogado do depoente, dizendo que ele foi citado às 18h30min, e não poderia estar presente. Esse documento está lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas ele está errado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O procedimento de falar sobre o expediente é devido ao horário exíguo da apresentação, unicamente. Não de

condenar qualquer procedimento desta CPMI e da sua Secretaria.

Bom, eu sou ex-dirigente, para concluir e ser o mais breve possível, da empresa Interbrazil Seguradora que, desde 18 de agosto de 2005, se encontra num estado de liquidação extrajudicial. Esclareço que a situação da Interbrazil se agravou depois que a empresa passou a adotar uma política extremamente agressiva no mercado de seguros e que ela obteve várias retaliações, principalmente da parte do IRB, com relação às políticas adotadas, com relação a preços e às condições em que exigia o mínimo, o cumprimento de lei.

Eu teria mais coisas a falar, Sr. Presidente, mas acho que vou...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a compreensão de V. S^a e...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu tenho vários outros detalhes a serem feitos e vou utilizar como apontamentos e...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Certamente, V. S^a vai ser interrogado sobre eles, e aqueles que não forem interrogados, no final, V. S^a terá o tempo que desejar para esclarecê-los, se não for indagado, e até encaminhar por escrito, se assim achar conveniente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apenas não observei, no começo, se assinou termo de compromisso como testemunha, se foi providenciado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não assinei. E só com relação a procedimento, mas estou disposto a assinar e colaborar em tudo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, V. Ex^a, nobre Relator, quer ouvi-lo como testemunha?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, solicito à Secretaria que providencie o termo de compromisso para que ele aponha a competente assinatura.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, ele informou o nome de dois advogados e informou o nome de um terceiro advogado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bruno.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Bruno?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bruno Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Depoente, gostaríamos que, de forma sintética, nos dissesse, nos relatasse o seu histórico relacionado às atividades de seguro, desde quando começou, de que empresas participou, que firmas fundou – um relato sintético sobre isso.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – OK. Eu iniciei as minhas atividades no mercado de seguros em 1992, nessa empresa Interbrazil Seguradora, que antes tinha, por razão social, Coplaven Seguros. De 92 a 98...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não entendi o nome da empresa.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Antigamente, chamava Coplaven Seguros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Coplaven?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Coplaven.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sediada?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em Goiânia. E lá fiquei até 1998. Iniciei os meus trabalhos como contador da empresa e ela passou, na gestão do antigo acionista, o Sr. Luiz Antônio de Carvalho, por um processo de direção fiscal. Saiu desse processo de direção fiscal e, na reestruturação para que voltasse ao mercado, ele me convidou para participar da diretoria junto com ele. Ele, diretor-presidente, e eu, diretor sem designação.

De meio de 98 até setembro de 98, fizemos todo um trabalho de regularização dos atos normativos nas juntas comerciais, na própria Susep, deixando que a empresa pudesse ser operante, através do Sr. Luiz Antônio, ou, em caso, ele querendo dispor da venda.

Ele optou por essa segunda opção. Vendeu essa empresa a dois investidores de São Paulo, o Sr. Bruno Prada e o Sr. Maurício Martinez Panek. Esses me convidaram a participar da empresa de uma forma minoritária, haja vista que eles tinham um trabalho em São Paulo e gostariam que eu pudesse seguir junto com eles, e que a sede de Goiânia da empresa seria transferida para São Paulo.

Nessa época, já havia sido alterada a razão social de Coplaven para Interbrazil Seguradora, e fomos para o mercado de seguros de São Paulo.

Através desses investidores, começamos um trabalho de produção no mercado de São Paulo, nos ramos de DPVAT, responsabilidade civil facultativa, nos ramos

de garantia, fiança locatícia, onde os mesmos detinham um *expertise* para esse desenvolvimento. Passamos, de 1992 a final de 2001, no término de reestruturação da empresa, quando, nesse final, a empresa já estava pronta a galgar o projeto apresentado pelo Sr. Bruno Maurício, compromissado, inclusive, com o Sr. Luís Antônio, o qual ainda é um acionista minoritário.

Colocando esse projeto em prática, iniciamos um projeto de trabalhar as concorrências, onde tínhamos todas as certidões, tínhamos uma estrutura enxuta, permitindo fazer preços e condições que satisfizessem tanto a capacidade da seguradora quanto satisfizessem o processo licitatório.

Nesse ínterim, ganhamos as principais concorrências. Só para lembrar que nesse ... para a participação disso aí foi montada uma equipe com mais de 12 funcionários para apresentação de propostas, sempre à procura de corretores. Nós estávamos aptos a fornecer o produto, mas sempre à procura de corretores, como o mercado de seguros assim exige: a venda de seguros só através de um corretor de seguros. E ganhamos, ficou na mídia, inclusive, todas as grandes concorrências que tivemos.

De 2002, do final de 2001 até o final, talvez, do primeiro trimestre de 2004, devido às concorrências de que a gente teve condições de participar e ganhar, tivemos várias retaliações, inclusive do próprio IRB, que, em uma delas, até tirou o nosso poder de fechar o processo licitatório por menor preço, fazendo com que esse processo fosse fechado com uma das nossas concorrentes.

A partir daí, a gente passou a ter algumas dificuldades, porque, apesar de todas as seguradoras serem acionistas do IRB, existia sempre o privilégio e a rapidez, de acordo com a necessidade interna do IRB e não a necessidade da seguradora. Tivemos de impetrar vários, não posso falar vários, mas, talvez, de dois a três mandados de segurança, exigindo que o IRB respondesse procedimentos administrativos e legislados por ele mesmo.

Toda norma de seguros, hoje, principalmente na área de resseguros, é só IRB que faz, por ser um monopólio. Então, ele tem todas as normativas e em várias solicitações de cotações de preço, de apresentação de propostas, o prazo seria de cinco dias mais cinco, a pedido do próprio IRB, ou então, no final desse prazo de cinco mais cinco, a resposta estaria explícita como “não”, não aceitaria a proposta. Mas, muitas vezes, o procedimento adotado era de não falar nem “não” e nem “sim”, aguardando. Por a Interbrazil ter sido sempre uma empresa menor no mercado mas com agilidade, aguardava-se um procedimento para

postergação desse prazo, fazendo, inclusive, com que a gente perdesse vários clientes.

Após questionados, novamente, na Justiça – acho que a Intebrazil, salvo a minha memória, foi a única seguradora que moveu ação contra o IRB. Apesar de sermos acionistas, exigíamos dele os procedimentos normais da legislação que ele mesmo legisla.

Nesse processo, acho que a gente teve que mover cerca de oito a dez processos judiciais no Judiciário do Rio de Janeiro e, hoje, não sei o andamento como está, devido ao estado de liquidação extrajudicial em que a companhia se encontra. De lá, sou impedido de acessar qualquer documentação ou qualquer informação, mas o liquidante, que é um representante do Governo, tem a condição total de apresentar ou, se assim quiser, me liberar para acompanhamento dele ou de qualquer outra pessoa, para apresentar como anda cada processo.

Nesse processo, com relação ao IRB, chegamos a ter, depois de todos os processos e tudo mais, chegamos a ser a única seguradora a ter sido fiscalizada mais de quatro vezes pelo próprio IRB, fiscalizando procedimentos já fiscalizados por outros auditores deles indicados. Chegou a ser constatado por eles, mais questionado pela Interbrazil, um valor que teoricamente eles acharam que a Interbrazil devia, com relação a resseguros e procedimentos administrativos de atendimento de normas de resseguro. Foram todos questionados judicialmente e nenhum, até a data da liquidação, a data da decretação da liquidação, tinha sido julgado o mérito a favor do IRB, muito pelo contrário, vários, o acompanhamento pelos advogados, tinham a clareza da lisura em que foi participado todo o procedimento da Interbrazil.

Nesse processo em que o IRB encontrou, teoricamente, um débito pela Interbrazil, teve-se o absurdo inclusive de notificar a Interbrazil para fazer o recolhimento, num fax, diverso da Interbrazil, que não era de um escritório da Interbrazil, que não existia representante da Interbrazil. A Interbrazil sempre teve a sua sede em São Paulo, com sucursal no Rio, e em nenhum momento foi apresentado o ofício original e os procedimentos, chegando ao fato de lançar um valor por eles achado, na faixa de cinco a seis milhões, na conta, no resultado operacional da companhia, solicitando o pagamento, mas sem nenhum procedimento de cobrança, sem nenhum procedimento de abertura da livre defesa. Isso o Judiciário reconheceu, tanto que solicitou ao IRB a abertura de todos os procedimentos administrativos, suficientes para sanar na esfera administrativa a questão, se havia ou não o entendimento do débito.

A partir do segundo trimestre de 2004, a empresa várias vezes, os diretores – tenho que salientar que, como diretor-presidente, tinha uma faixa de seis a oito diretores responsáveis pelas áreas da Interbrazil – reuniram-se com os representantes no IRB no sentido de tentar solucionar essas pendências e nos dar condição de operar no mercado, porque o mercado de resseguros, como já falei, é monopólio do IRB e qualquer procedimento de resseguro, seja interno ou externo, só após a autorização do IRB.

Então, nesse período, depois dessas reuniões, o IRB se sentiu, talvez, sensibilizado com o assunto da demora ou da não resposta e começou a responder os nossos pedidos de propostas. Chegou-se... lá no arquivo da empresa existem documentos suficientes para comprovar que um custo para a Interbrazil seria um e meio e para a concorrência seria meio, tirando totalmente a nossa condição de trabalhar no mercado de seguros, porque todos os trabalhos da Interbrazil necessitaram, e sempre necessitaram, de procedimentos de resseguro, porque a Interbrazil, apesar de todos esses procedimentos, de cerceamento do poder de resseguro, sempre teve registrado e sempre trabalhou com produtos inovados no mercado.

Nós, para o senhor ter noção, somos... a Interbrazil, até o momento da data da liquidação, que foi 18 de agosto, era a única empresa mundialmente aprovada pelo Bird, pelo BID e pela Onu para trabalhar no processo de Protocolo de Kyoto, que é o seqüestro de carbono.

A Interbrazil, por procuras de mercado, foi a única empresa que teve condições de desenvolver e aprovar, dentro da Superintendência de Seguros Privados, seguro para a área de acidentes pessoais de passageiros de ônibus intermunicipais e interestaduais, porque hoje, no mercado de transporte, para vocês terem noção, o acidente com passageiro não tem cobertura. No acidente, hoje, o acidentado do transporte é atendido na rede do SUS. Ele não tem nenhum atendimento personalizado, seja pela empresa de ônibus, seja por uma outra seguradora. A Interbrazil é a única que tinha esses dois produtos.

A Interbrazil, visando ao conhecimento dos Municípios que estavam migrando o sistema previdenciário para o Município, tirando da Previdência Social Federal, desenvolveu um produto e nele estava já negociando, já estava aprovado na Susepe, estava já na fase, talvez, final de negociação do resseguro no exterior, porque o IRB assim não se pronunciou, nem “sim” e nem “não”, em todos esses processos. E esse processo, esse produto, por exemplo, daria garantia aos Prefeitos, aos ordenadores de despesa e ao mercado de seguro, porque o produto seguro não é exclusivo meu.

Eu aprovo e qualquer outra empresa pode ter acesso a ele – isso desde os ares do Decreto 73.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para ser mais objetivo, aparentemente, foi de 2001 a 2002 que começaram as operações de maior expressão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual foi ou quais foram as concorrências maiores em que foi vencedor nesse começo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que eu tenho, que posso puxar pela memória, foram Angra I e Angra II, foi...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essas de Angra foram em que ano?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi um processo que iniciou no final de 2001 e, salvo engano, a gente, melhor juízo aí que eu posso levantar, solicitar ao liquidante, mas o processo findou no final ... em agosto de 2002, quando assinamos o contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não foi em 2003, foi em 2002?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Não foi. Em 2003, nós fizemos um procedimento, porque todo mercado, todas as concorrências do mercado de seguros.. Vou ter que explicar tecnicamente, para que o senhor tenha um entendimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Muito abreviadamente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está. O processo de concorrência, quando adjudicado por uma seguradora, até mesmo o caso de Angra I e Angra II, é um segurado que não pode, é uma empresa que não pode ficar sem o seu seguro, até mesmo porque tem as normas do Conselho Nacional de Riscos Nucleares. Então, o que aconteceu foi a prorrogação do prazo de vigência, de acordo com o que já existia no processo licitatório, até o trâmite de nova concorrência. E, pelo que eu sei, teve outras empresas que ganharam, até porque nós não participamos, também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando participou da concorrência de Angra, qual era o capital da empresa e quem eram os sócios majoritários?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quando participamos de Angra I, o sócio majoritário era uma empresa, na qual tínhamos sociedade eu, o Bruno e o Maurício. O capital social da empresa que estava em aprovação na Superintendência de Seguro Privado, salvo melhor juízo, estava na faixa de 35 a 40 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem aportou esses recursos maiores a essa empresa para que ela tivesse esse patrimônio?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi a parte dos outros dois outros ex-acionistas, o Bruno e o Maurício.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O nome correto deles?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bruno Prada e Maurício Martinez Panek.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a participou de alguma outra empresa além dessa Interbrazil? Além dessa que...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, só de empresas ligadas ao próprio procedimento. Uma empresa de ... Tinha a Interbrazil, tinha a Acionista, que era da Interbrazil; eram empresas também particulares porque administravam a parte da própria Interbrazil, as próprias ações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Esses nomes não lhe invocam nada: Clã, Serviços Especializados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Clã foi uma empresa que criei quando eu trabalhava como contador em Goiânia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em Goiânia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em Goiânia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E AM Participações Societárias?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A AM Participação é uma empresa que nós chamamos de *holding* da Interbrazil Seguradora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Portanto, ela é posterior a Interbrazil? É um *holding* criado...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Ela foi criada, salvo engano, em março ou abril de 1999 – alguma coisa assim, próxima desse ano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem eram sócios da AM?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – André e Bruno, se não me engano, ou André e Maurício, que eram sócios com 99% de uma empresa; a AM era totalmente minha, com sociedade com um dos outros sócios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E Tese Participações?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Tese é a Interbrazil Participações, que foi alterada a razão social para Tese – saiu de Interbrazil Participações Societárias e passou a ser Tese Consultoria e Participações Societárias, S. A.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A AM e a Tese atuavam em que ramo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só no ramo de participações – única e exclusiva na parte da Interbrazil. Nunca participou de outras empresas, exceto a Global Capitalização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual participou da Global?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todas – a AM...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Global o quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Global Capitalização S. A.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E a Global Participações era de quem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era da Interbrazil Participações, que tinha como sócios o Bruno, o Maurício e o André, através das empresas dele. O Bruno tinha uma empresa que se chamava BP Participações Societárias; o Maurício tinha uma empresa que se chamava MMP Participações Societárias; e eu tinha uma empresa, a AM Participações Societárias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual a razão para nós compreendermos a criação dessas empresas paralelas de participação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi uma apresentação de um advogado, inclusive da parte do Bruno e do Maurício, no sentido de que cada um pudesse administrar a parte do seu patrimônio em separado dos outros sócios. Foi este o laudo de avaliação dos advogados que foi apresentado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A Interbrazil, quando participou dessa Angra, anteriormente a isto, teve algum seguro de alguma estatal, de algum órgão público, participou de alguma outra licitação? A primeira licitação já foi para a Angra?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Posso pecar pela memória, mas provavelmente tenhamos participado, sim, porque tinha um mercado de DPVAT que tínhamos autorização para participar e todos eles sempre eram por concorrência. Agora, de relevância e de maior pujança foi a Angra I, a Angra II, a Copel...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Como é que V. S^a ou a sua empresa chegou a se aproximar de um seguro desse gigantismo, de uma empresa como a Angra, de R\$2 bilhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou explicar para o senhor a questão do mercado de Angra. O seguro de Angra I e Angra II, no mercado brasileiro, você, hoje, não pode – pelo fato de o IRB estar ainda com o monopólio – você não tem condições de negociar nenhum seguro e nenhum resseguro diretamente no exterior. O Consórcio de Risco Nuclear é administrado pelo IRB e colocado todo esse risco pela pró-

pria Angra I e Angra II no consórcio mundial, em que participam grandes empresas, porque nem o próprio IRB teria tantas condições de operar.

Então, qual era o mercado de concorrência? Para a emissão dessa apólice, para a apresentação dessa apólice no mercado exterior, Angra I e Angra II licitavam uma participação que já existia no processo de criação do Consórcio, que é de 3% sobre o prêmio, o que eles chamam de comissão para as empresas *front* das apólices. Então, ela abria concorrência sobre esses 3% para quem, teoricamente, seria o custo adicional que ela – Angra I e Angra II – teria para com os seus seguros, porque a parte dos riscos e a parte da taxa desses riscos não vinham nem da seguradora nem do IRB, mas do Consórcio Mundial, que já tinham pré-definidos suas taxas, seus valores, suas coberturas, até para segurança do próprio mercado de ressegurador mundial.

Então, participamos sempre através de corretores que nos procuravam, que, no caso de Angra I e Angra II, estaríamos negociando a comissão, ou seja, quem daria o menor preço nessa comissão de 3%. O máximo seria 3%; e o mínimo, o menor preço.

Na época em que Interbrazil ganhou, salvo melhor juízo, a apólice conseguiu ganhar por menor preço, ofertando comissionamento de 1,5%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto foi o faturamento real?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O faturamento real seria ... vou falar um número aproximado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aproximado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Aproximadamente, seria na faixa de R\$400 a R\$500 mil, devido ao prêmio, porque isso é cotado em dólar. Inclusive, todo o pagamento do prêmio de Angra I e Angra II é feito diretamente de Angra para os resseguradores. Nem se transita esse valor, devido à monta e à cotação ser em dólar.

Então, o que a seguradora recebe é unicamente o valor do menor preço licitado e adjudicado para ela a título de comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não estou entendendo, porque, se, num seguro desse volume, a empresa só faturou R\$400 a R\$500 mil, o que explica onde estaria o ponto mais expressivo do seu faturamento, que é de R\$26 milhões, R\$30 milhões, R\$60 milhões, conforme o ano.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor deve estar falando sobre esses valores, pelas informações que o senhor tem e pela reportagem que também acompanhei pela televisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o faturamento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Lá se falou de lucro, na entrevista. Não foi lucro; foi faturamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o faturamento dos últimos cinco anos da empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou tentar fazer bem aproximado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De 2000 para cá.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Seria próximo de R\$28 milhões em 2000; na faixa de R\$35 milhões em 2001; e R\$64 milhões em 2002, salvo engano, seria em 2003. Esses números eu posso ... Isso é fácil porque eu tenho na Susep. Em qualquer Internet, eu consigo pegar. Em alguns minutos, eu consigo pegar essa informação. Não tenho como precisar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós precisaríamos disso. Também, gostaria daquele material a que V. S^a fez referência – habilitação junto ao Bird, à ONU.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só vou solicitar para o senhor que todo material é um arquivo, hoje, da liquidação extrajudicial, que está sob comando do Dr. Joaquim Martins. Para que eu possa ter acesso ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Solicitaremos, então, a ele ...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Caso ele não localizar, ele pode chamar-me. Acompanhado, eu explico aonde está toda a documentação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De qualquer modo, no que depender de V. S^a, está disponibilizando e liberando para que consigamos.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Estou disposto. Exatamente, desde que haja autorização do liquidante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a passa uma imagem de que o IRB teria interferido inclusive numa licitação, em que o outro licitante teria sido o vencedor.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que licitação é essa? De que forma o IRB interferiu numa licitação e de que forma o excluiu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Essa licitação foi aberta pela BR Distribuidora, Rio de Janeiro, onde ela homologava. Como ela exige muito seguro, garantia dos seus prestadores de serviço, a fim de que esse seguro fosse administrado por ele e de menor custo, abriu-se uma licitação para homologar as empresas que ofertassem, no período de um ano – uma

apólice tem o período de um ano -, em que pudesse trabalhar com seus fornecedores, até mesmo para barateamento do próprio processo.

A Interbrazil ganhou essa licitação, ofertando o menor preço. Na época, o Diretor Comercial era o Dr. Francisco Aldenor, que hoje lá está novamente. Ele taxativamente por mim, para mim, através de telefone, falou: Não, você não pode ganhar essa licitação. Salvo engano, a licitação... A taxa seria... Iniciou-se a taxa com 0.35. A Interbrazil... Eu quero fazer a ressalva só desses números, porque eu, realmente, estou tentando fazer uma busca na memória. A licitação abriu com 0.35 percentual, a Interbrazil ganhou com 0.18 e o segundo lugar ficou com 0.25, se não me engano, ou 0.26.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era a outra concorrente?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A J. Malucelli.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da onde?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do Paraná.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É uma empresa de seguros?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Empresa de seguros, seguradora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu quero, antes de prosseguir, ver se entendi bem. No seguro de Angra, qual foi o montante assegurado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O montante...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aproximado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – As garantias seguradas, cotada pelo consórcio, salvo melhor juízo, é uma garantia ofertada na faixa de US\$ 500 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesses US\$ 500 milhões de dólares, qual a participação que a sua empresa teria que...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No risco, nenhum. A Interbrazil, ela simplesmente... Isso qualquer seguradora que lá participou do processo licitatório anterior à Interbrazil também teve. A Interbrazil simplesmente ganhou o processo de comissão para emissão de apólice para dar o início às negociações e fechar o resseguro no exterior. Só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nenhuma outra participação em nenhuma outra negociação, na sequência, outro seguro com essas empresas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Teria a prorrogação desse contrato no caso específico de

Angra I e Angra II, teve um período de prorrogação, para que ele pudesse finalizar a colocação de resseguro, mas é um processo em que, quando você assina o contrato, lá fala que você, se solicitado, você tem que fazer pelo mesmo valor que o anterior.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quando é encerrada essa prorrogação, como é que você estabeleceu um novo contrato? Participou ou não participou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não participamos mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe quem fez na sequência?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Eu vi, no último noticiário de jornais aí, vi nome de outras empresas, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, nessa prorrogação, quanto foi a remuneração? Mantendo esse mesmo padrão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Mantém o padrão proporcional ao período da prorrogação. Então, como eu ganhei, na época, 1,5% de comissionamento, seria 1,5% para um período de apólice de doze meses. Se a prorrogação, salvo engano, foi três meses ou quatro meses, seria 1,5 dividido por doze, proporcionalmente a esse período.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Continuo com essa dúvida. Como é que explica esse montante tão elevado de faturamento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O faturamento, na Interbrazil, ele era 60% sobre os riscos de responsabilidade civil facultativa das empresas de ônibus. Ela não tem a participação em processos licitatórios, salvo engano, não chega a 1%. Não chegou a 1%. A maior produção da Interbrazil Seguradora sempre foi RCF, que é Responsabilidade Civil Facultativa, que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não acabou de nos informar que as empresas não têm esse seguro? Que o transportado não tem esse seguro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O passageiro. A Responsabilidade Civil Facultativa é um seguro no qual a empresa contrata, regulada pela Agência Nacional de Transportes, a ANTT, e que dá o valor da cobertura por ônibus inclusive. A última apólice que eu vi pela norma que eu li era 1.253.000 a importância segurada para cada ônibus e, sobre aquele valor, a gente taxava e era esse o nosso mercado. A gente tinha, salvo engano, 70% de mercado de transportes coletivos, nesses casos, coletivos do país, em seguros. Essa é que sempre foi a grande produção da Interbrazil. E também tivemos um grande crescimento no

produto de fiança locatícia, onde, por inovação nossa, nós lançamos um produto de fiança locatícia em 12 parcelas; e, logo em seguida, lançamos um pelo período do processo de locação, que seria 30 meses, para diminuir o custo do locatário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Parece que V. S^a faz referência que teria grandes empresas que estariam interessadas no sufocamento da sua. Poderia traduzir isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. O próprio processo de crescimento. Porque a política da Interbrazil em levar inovações ao mercado... Darei um breve relato para o senhor.

O mercado de seguros e de resseguros do Brasil tem um crescimento de histórico no PIB de 3,5%. Historicamente, não houve mudanças de produtos, não se criam produtos – posso até pesquisar melhor, mas dentro dos meus apontamentos, eu tinha todos esses relatórios. Há mais de dez anos, no mercado de seguros, não se tem inovação com novos produtos, fixando, inclusive, até o ponto de parecer que o mercado de seguros é somente o seguro de automóveis. Participei de várias palestras no mercado de seguro de outras empresas do exterior, demonstrando um crescimento fora. Então, esse sufocamento na Interbrazil era justamente isso. Como a gente tinha uma estrutura enxuta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que momento mais especificamente V. S^a percebeu que quando ia interferir houve...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nas grandes concorrências. O grande sufocamento que a Interbrazil sofreu foi justamente por ter sido inovadora ao apresentar em concorrência o menor preço. Não sei dos outros processos licitatórios, porque não participei, mas de todos aqueles...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a fala de concorrência está falando de coisa pública?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato. De todas as concorrências de órgãos públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas se era para ter um faturamento tão restrito, não lhe parece que, enquanto administrador, estava...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se o senhor pesquisar pela mídia de 2002 – eu também tenho isso lá – até 2004, talvez, a mídia rebatia todas essas informações, porque, quando se soltavam essas informações, se perguntava como a Interbrazil Seguradora conseguiu fazer um seguro de meio bilhão de dólares; só que esqueceram de falar que esse seguro não é nem administrado no Brasil. Esse é o grande sufocamento do mercado de seguros porque para uma

empresa em franco crescimento – de pequena para média – que necessita se estabelecer para apresentar seus produtos novos, qualquer informação dessas sufoca qualquer crescimento.

Houve fases em que perdíamos apólices que já estavam emitidas e que já tínhamos recebido a primeira parcela. Tínhamos de cancelar, devolver prêmios, devolver comissões porque o corretor não se sentia ou não se achava confortável com aquele processo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, quando V. S^a participou dessa licitação de Angra, na verdade, havia uma escolha mais ampla do que apenas a sua empresa. Quem efetivamente assegurava o risco?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na época em que a gente participou, a apólice tinha como empresa a Unibanco Seguros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, de certo modo a Interbrazil foi uma corretora...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Como a Unibanco também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Unibanco...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. A apólice de seguro de Angra I e Angra II toda seguradora figura como corretora para emitir a apólice. Só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E quem assegurava?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quem assegurava era o consórcio negociado pelo IRB no exterior. Não sei quais as empresas porque isso não chega ao mercado de seguro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No caso das empresas de energia de Goiás, foi o mesmo critério?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O mesmo critério. Tivemos que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou nesse caso a sua empresa era a seguradora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. No caso da Celg especificamente – esse é mais amplo, até porque tem que entrar em outros assuntos – era um seguro-garantia judicial em que já estávamos com esse produto aprovado na Susep e já tínhamos inclusive apresentado ao mercado de corretoras de seguros as condições aprovadas pela Susep. Quando surgiu a possibilidade de uma garantia em uma demanda judicial da Celg com a Cachoeira Dourada e a Eletrobrás, os corretores procuraram primeiramente o mercado de seguro das empresas maiores e o mercado bancário para apresentar a garantia, porque ele precisava apresentar uma garantia para seguir em frente ao processo.

Não sei os ritos normais e não posso dar os nomes corretos. Os advogados poderiam nos ajudar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a participou de uma licitação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O que aconteceu? O corretor me apresentou – ele tinha cinco dias. Ele foi até a Interbrazil e perguntou se havia a possibilidade de trabalhar a emissão de uma apólice com cinco dias?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era o corretor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eram três corretores: a Central Lerta, que era a principal, e mais duas com corretagens.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Três corretoras foram à Interbrazil...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nos procurou para trabalhar a emissão dessa apólice para o Judiciário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cinco dias antes da...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Cinco dias antes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que no Judiciário?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque esse processo estava na Justiça Federal. A demanda era no processo de licitação de... Como chamava?

Cachoeira Dourada é uma usina de Goiás, que a Celg privatizou em gestões anteriores. Em contrato de privatização, determinou-se o índice de reajuste anual, que Celg, em outras gestões, não estava aceitando e sempre questionando. Chegou o ponto de ir para a Justiça questionar essa aplicação e essa norma na época da privatização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem procedeu, então, à licitação foi a Justiça?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Ela determinou o seguinte... Ela não procedeu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem procedeu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não teve licitação. Não teve prazo suficiente para licitação. O que ele fez foi um procedimento de consulta de preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual foi o faturamento da Interbrazil nesse episódio da Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O faturamento previsto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só pode consultar em relação a dados difíceis de serem recordados.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

Parecer...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A pergunta é: quantos vocês faturaram em relação à Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente. A apólice negociada era de uma importância assegurada de R\$1,1 bilhão, do qual o faturamento previsto seria de R\$10,8 milhões e alguns quebrados em doze parcelas. Dessas 12 parcelas, recebemos parcelas suficientes para quitar R\$2,8 milhões só, porque, no meio do caminho, o Governo de Goiás fez um acordo com a Cachoeira Dourada, e aí cessou o objetivo que seria o seguro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma informação sobre por que essas três corretoras estariam mais próximas em relação a essa negociação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Não me chegou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há algum conhecido dentro do sistema?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Não posso afirmar porque, nessa época, quem era o Diretor Presidente da companhia era o Sr. Maurício Martinez. Foram por ele trabalhadas todas as informações. Até onde sei que lá participava, mas não como Diretor Presidente, mas como diretor com outra designação, sei que não teve nenhum procedimento ou conhecimento de alguma interferência de conhecimento interno da Celg e tudo o mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse caso, se houvesse algum episódio de risco seria a sua empresa que cobriria?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Seria a Interbrazil e o mercado de resseguro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Interbrazil ressegurou onde as dificuldades que poderia haver?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Oi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Onde a Interbrazil ressegurou para se garantir numa cobertura de maior volume?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A taxa definida iríamos ficar com... Na fase em que nós estávamos, quando foi feito o acordo, íamos ficar com uma taxa de 15% de comissão de colocação do resseguro fora. Então, a gente ia transferir 100% do risco para o exterior, ficando dos R\$10,8 milhões somente com 15% em caixa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas não abstratamente ia ficar ou não. Isso já aconteceu no passado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Primeira pergunta: US\$500 milhões era o total ou havia mais outra parte que alguma outra empresa estava assegurando?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – R\$1,1 bilhão foi uma apólice emitida pela Interbrazil e que ela estava em colocação. Ela recebeu somente R\$2,8 milhões para colocação desse prêmio no exterior através ou se fosse pelo IRB ou sem a gestão do IRB. Neste caso, o IRB não respondeu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Onde a Interbrazil se ressegurou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não ressegurou porque a apólice foi cancelada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas houve um período... Não ganhou dois milhões de graça.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não de graça porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, há um período em que houve um risco que alguém tinha de garantir?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente. Nós tínhamos negociado, apresentado proposta para o IRB, tínhamos apresentado a proposta para a Munich Re, que era no exterior.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De onde?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Munich Re é da Alemanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Da Alemanha?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É, através dos seus prestadores de serviços aqui no Brasil, não lá na Alemanha. Tínhamos apresentado para a Swiss Re...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Os prestadores de serviços no Brasil atuam em nome dessa empresa ou...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Atuam em nome dessas empresas, homologado e autorizado pelo IRB, certo? Nós tínhamos apresentado para que eles pudessem nos apresentar a proposta de resseguro, mas nesse intermédio entre a apresentação e a finalização, foi feito o acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quanto tempo houve entre quando V. S^a começou a receber, a sua empresa começou a receber...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quanto tempo decorreu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É, quando começou a receber e quando houve o acordo judicial.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Salvo engano, foi 45 dias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E V. S^a recebeu dois milhões e pouco, praticamente...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É, porque o prêmio era 10 milhões, quase 11 milhões...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Por quanto tempo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...por 12 meses. Então, foi dividido em 12 parcelas e acrescido de juros e tudo o mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E eles lhe pagaram, ainda que V. S^a não tivesse garantias a dar, porque não seria sua empresa que estaria dando.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, foi feito... na realidade foi apresentado ao... porque no mercado de seguro-garantia, a norma fala que, após emitida a apólice, independente do pagamento ou não do prêmio, você tem que garantir. Então, é norma no procedimento mercado de seguros receber inclusive o prêmio à vista, para não incorrer nos problemas que... a pessoa apresentar a apólice, não pagar o prêmio e depois você ainda ter que justificar para o Judiciário que eu vou ter que cancelar, ou para outra pessoa ter que cancelar o procedimento. Então, quer dizer, o procedimento seguro-garantia sempre foi à vista. Devido ao fato de ser Celg, de ter um procedimento, de ser Governo de Goiás, de ter todo um procedimento, se ter envolvimento do Judiciário e tudo o mais, foi proposto, inclusive, ao IRB e aos resseguradores o parcelamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tenho a convicção pessoal de que em algum lugar deve estar escrito que não é assim, porque a administração pública não pode pagar por uma coisa que ainda não aconteceu, ou seja, ela não pode pagar um seguro agora, hoje, cuja garantia só vai começar a acontecer daqui a 45 dias. Isso é antecipação de pagamento, não se admite isso. É só verificar a 8.666. Se está assim atuando, nós iremos, observar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas a gente quer mais... não é discussão jurídica, é discussão fática que nós queremos.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente. São questões jurídicas em eu não detenho esse conhecimento. Estou passando para o senhor o procedimento comercial e operacional do processo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque a essa altura a convicção que nós temos é que houve um pagamento de uma garantia que não houve, porque, quando pensou em dar garantia, já tinha terminado, já houve o acordo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nesse processo, tinha toda a procuradoria, salvo engano, até parece o Tribunal de Contas do Estado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com quem V. S^a negociava na Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Essas apólices foram negociadas com o corretor, o ex-Presidente Maurício Martinez Paneque, e o Presidente da Celg, que era o José Paulo Loureiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tinha interlocução com eles, conversava sobre esses assuntos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tinha, a gente falava qual o procedimento que estava acontecendo, como que estava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E na Copel, no Paraná?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Copel foi um processo licitatório que também foi aberto para concorrência de menor preço e que, salvo engano, a gente conseguiu ganhar dois anos: um em 2003 e outro em 2004. Salvo engano, foi isso. Mas foi um processo normal. Nesse caso, a Copel já negociava diretamente com o IRB a taxa de resseguro, todo o procedimento de resseguro, e a gente entrava para a emissão e recebimento do comissionamento também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse caso houve uma licitação pública...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Pública!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...cujo vencedor foi o que ofereceu o menor preço.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente. Todo o processo da Copel, da...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse caso da Copel, qual foi, em valor e não em percentual, a sua proposta, aproximado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Aproximadamente, eu acho que foi entre um milhão e meio e dois milhões num primeiro ano e no segundo ano acho que foi um milhão e duzentos, um milhão e cem, porque lá existia um consultor; na Copel existe um consultor de seguros, em que ele conseguiu gerenciar os riscos e abaixar, diminuir a importância segurada e diminuir o risco. Então, aí foi um procedimento. Desse valor recebido, a Interbrazil ficou, num primeiro ano, salvo engano, com 20% de comissionamento e repas-

sou 100% para o IRB, e 15% no segundo ano. Eu teria que verificar, mas foi...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A garantia direta da Interbrazil era de 20% e 80% do IRB.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O risco era repassado 100% ao IRB e a gente ganhava só o comissionamento de emissão da apólice.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V. S^a ganhou um milhão e pouco só de comissão para passar para o IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, porque o IRB não pode vender direto. É como um corretor. O corretor procura a Interbrazil para levar a Interbrazil na empresa tal. O corretor ganha um comissionamento para estar apresentando a Interbrazil àquele segurado para fazer esse procedimento. É um procedimento normal do Decreto-Lei 73. O senhor não tem como interferir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E no segundo ano?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No segundo ano, salvo engano...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2003 foi um milhão e pouco.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Salvo engano, foi um milhão e oitocentos no primeiro, com comissionamento de 20%. E no segundo ano foi um milhão e duzentos, até mesmo porque foi pregão da Internet e ficou mais fácil a diminuição do preço, com o comissionamento de 15%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lembra quantas empresas participaram desse pregão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A média era de cinco empresas, com a Interbrazil. Normalmente toda concorrência em que a Interbrazil estava, na média, a gente tinha mais quatro concorrentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Deu para perceber que eram as mesmas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sempre eram as mesmas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma coisa explica isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, acho que é o procedimento normal da apresentação de corretora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Havia alguma exigência no edital do pregão que de alguma forma facilitava essas cinco?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, porque o mercado segurador são 120 seguradoras, todas com a mesma norma. Então, não tem como eu fugir.

Mesmo que alguém queira manipular uma concorrência para beneficiar A, B ou C não seria possível, porque a norma é única da Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então V. S^a atuou como corretor neste caso do IRB.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não posso falar que é corretor, fui segurador. Mas para o IRB fui corretor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, seguradora que não assegurou nada.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Para o IRB eu fui corretor, exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse resseguro, V. S^a, em relação à Copel, quanto tempo demorou para que se iniciasse a obrigação do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele foi imediato à concorrência, porque a Copel, por ter a gestão de risco interna, e ser já um risco conhecido de todo mercado de seguros, a Copel já negociava diretamente com o IRB. Então, quando se entrava na concorrência, já sabia a taxa do IRB e quanto que a gente teria que negociar a taxa de comissionamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E nesse segundo ano? Porque em 2004 vocês paralisaram as atividades?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. A Interbrazil paralisou em 2005.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em 2005?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. Agora que teve direção fiscal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então vocês completaram dois anos de garantias na Copel e nas duas oportunidades, na verdade, o seguro foi do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Na realidade, essas informações talvez tenham chegado para o senhor pela mídia, e lá eles, até pelo entendimento complicado, técnico – porque resseguros é um trabalho técnico, quando a gente fala em resseguros é um trabalho técnico – então talvez tenha chegado não a informação do resseguro, mas sim a visão comercial do negócio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual era o capital?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O capital na época em que o senhor perguntou da participação, quando entrou a liquidação extrajudicial, nós estávamos no processo de aprovação de um capital de 56 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse capital é constituído de quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi constituído de aportes de capitais de acionistas, de reservas de lucros obtidos nas operações e reinvestidos na empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele se traduz em quê? Em patrimônio? Em imóvel?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em imóvel, em títulos públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse é capital realizado no balanço possível de ser verificado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato, que teve auditorias inclusive externas, internas e da própria Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E por que o IRB processou a sua empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele iniciou o processo no Judiciário contra a Interbrazil alegando no início...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Antes do Judiciário não houve uma fase administrativa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não houve assim que a gente ganhou a primeira... Assim que a gente iniciou a primeira concorrência com a Angra I, houve já um trabalho do IRB em questionar os procedimentos da empresa. Aí lá...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas assim bem pontualmente, de que o IRB acusava sua empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que não estávamos pagando resseguro. Chegou até a falar que nós não pagamos o resseguro de Angra I e Angra II, sabendo que não compete a nós pagar o resseguro. Compete à Angra I e Angra II, através dele próprio. Isso está na mídia inclusive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso é um episódio?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso é um episódio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O outro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O outro, da BR Distribuidora, em que o diretor comercial da empresa IRB ligou para mim, André, falando que eu não ia ficar com a concorrência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que não ia...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que eu não ia assinar aquela concorrência, que não aceitava aquele preço, sem justificativa. Não me justificou tecnicamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem é esse diretor que lhe telefonou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Francisco Aldenor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, evidentemente, ele não só dizia isso. Essa conversa se ampliava. O que mais os senhores conversaram sobre isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quando ele me ligou, específico sobre esse assunto, isso gerou inclusive uma ligação minha na época para a Susep, para tentativa de representação do IRB. Eu estava em viagem, em viagem de férias com os meus filhos, e me ligaram da Interbrazil, falando: “André, a concorrência ganhada diz que não vai ficar”. “Ah, o que foi?” “Não, o Francisco Aldenor quer falar com você. Liga lá.” Liguei do meu celular, e ele falou: “Você não vai ficar, porque esse preço não é aceitável”. Eu falei: “Qual é o preço aceitável?”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aquela do 0,18 e 0,25?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato, exatamente. E que quem assinou foi a J. Malucelli. Só que a J. Malucelli lá estava há mais de cinco anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Era um percentual 0,18 a proposta deles, e 0,25...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – 026 – 0,25 ou 0,26.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Oi? O montante da BR?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ah, isso aí era o seguinte: eu negociava a taxa para trabalhar com todos os fornecedores da BR Distribuidora. Imagina qual o valor. Eu não tenho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, aproximadamente, o que significaria?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Olha, eu posso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Para V. S^a fazer uma oferta, evidentemente, tinha o...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nossa visão era a seguinte: atingirmos um faturamento mensal, com essa taxa de 0,18, na faixa de R\$1,2 milhão/mês. Nossa previsão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Bom, esse 0,18 foi em um pregão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi num pregão... Foi em concorrência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E como é que foi excluído? Qual é a justificativa, porque foi empresa...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele mandou uma carta para a BR Distribuidora, dizendo que não autorizava a Interbrazil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mandou uma...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Uma correspondência para BR Distribuidora, dizendo que não autorizava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem mandou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O IRB.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse telefonema foi do IRB ou da BR?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O IRB me ligou, falando que eu não ia ficar com a taxa. Eu falei: Então, eu quero uma justificativa de por que eu não posso assinar um contrato do qual eu participei de uma concorrência e ganhei por menor preço. Até então, a legislação prevê isso. “Não, você não vai ficar.” Aí, o que aconteceu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A primeira intervenção que houve nessa licitação foi do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi do IRB, do IRB, direto na Interbrazil. Aí, nós fizemos uma consulta à Susep para, até então, descobrir como fazer para continuar com o processo licitatório. Nesse ínterim, ele enviou uma correspondência para a BR, que deve estar no processo da licitação, dizendo que a Interbrazil não estava autorizada a praticar aquela taxa no mercado. E, como é mercado de seguros, o segurado... Eu não sei o embasamento, porque, dali para frente, iniciou-se o processo no Judiciário, porque nós fomos ao Judiciário solicitar esclarecimentos tanto do Francisco Aldenor quanto de quem poderia apresentar a equalização, ou por que a minha taxa não e a taxa do outro sim, apesar de ter sido uma concorrência por menor preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a solução do Judiciário?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Oi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E como prosseguiu isso no Judiciário?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O processo está ainda no Judiciário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há quanto tempo isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nós iniciamos isso em 2003 – 2002, 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um episódio em que seu advogado disse lá em Goiás que convocariam a imprensa para revelar nomes de políticos a quem V. S^a teria ajudado financeiramente.

V. S^a poderia nos dizer a quem ajudou financeiramente na campanha, pelo menos de 2002 para cá?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Olha, todo o processo em... Eu posso fazer...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De 2000 para cá...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Uma reserva que eu tenho é a seguinte: todo o procedimento que foi feito com relação a investimentos em campanha, até porque lá tínhamos resultados suficientes para apresentar, essas ajudas foram solicitadas em 2004, na última campanha agora. Foi a única em que a gente fez algum investimento sobre esse procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que investimento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Investimento de material.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei, mas o montante, aproximadamente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ah, o montante...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há um irmão seu que disse que gastou R\$1 milhão numa gráfica.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É, eu até, nesse questionamento, solicitei a ele que me desse os valores, e ele falou: “Me parece que é R\$1 milhão, por causa das notas fiscais emitidas”. Mas todas estão inclusive na contabilidade da Interbrazil. Isso aí eu posso... Tendo acesso ao acervo da Interbrazil, com baixo tempo, eu consigo trazer todas as informações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não dispõe de cópia? Isso foi tudo retirado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, está tudo na Interbrazil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, mas V. S^a está dizendo que “se tivesse acesso à documentação da Interbrazil”... Dá a entender que não tem acesso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, eu não posso ter acesso. A liquidação extrajudicial, a Lei nº 6.024 não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a não ficou com cópia dos documentos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu falo da contabilidade, não dos documentos em si.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não fiquei, porque esse procedimento era feito... Um procedimento de envio diretamente para a Interbrazil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a tem atrito com o liquidante? Ele não lhe permite ver a documentação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, o procedimento... É a própria lei que coíbe. Você pega lá... Salvo engano...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acesso a documento, isso é impossível. Não há lei que não lhe permita. Como é que o senhor vai fazer a sua defesa sem...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu tentei ir lá. Eu estive... Não sei se o senhor acompanhou pela mídia, mas eu estive lá na sede da empresa, para conversar com o liquidante, e, logo depois, saiu a notícia na mídia que eu não podia estar entrando. Ele mesmo deu depoimento: “não, ele esteve aqui, mas só aqui na recepção, mas aqui ele não mexeu em nada, e não pode” e não sei o quê.

Agora, se há ou não abuso, eu não posso confirmar. Eu sei que estou dentro do procedimento de liquidação extrajudicial, pela Lei nº 6.024, que prevê que, no prazo de 60 dias, ele tem de me dar um balanço de ativo e passivo. E eu estou nesse aguardo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Aproximadamente, pelo menos.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tentei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o político que mais teve o seu apoio financeiro, e mais ou menos quanto? Político ou partido.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se eu fizer uma reserva de memória aqui, rapidinho, eu posso tentar achar os partidos, mas os nomes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor vem sendo bombardeado com isso há muito tempo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, aproveito para fazer uma proposta.

Existem certas indagações que V. S^a poderia ficar constrangido em dizer de público aqui. Se houver, da sua parte, isso aí, nós poderemos, ao final, transformar a reunião em reservada, para que V. S^a realmente colabore com esta Comissão, diga toda a verdade, ao final, porque o que nós queremos é apurar. A publicidade virá no momento oportuno.

Se ele tiver constrangimento, é um direito dele não responder. Mas nós queremos que ele responda, para que tenhamos elementos, e, aí sim, dar uma resposta à imprensa ansiosa e à própria sociedade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, prosseguindo. Em relação a essa resposta, lembraria alguma coisa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Acho que poderia, até o final, pedindo para os próprios advogados fazerem todo esse acesso, e a gente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não lembro se não anotei ou V. S^a não anunciou. O seguro da Celg foi de quanto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A importância segurada foi R\$1,1 bilhão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o faturamento da sua empresa nisso foi?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O prêmio a receber dessa importância era R\$10,8 milhões, próximo de R\$11 milhões, dividido em 12 parcelas, e recebemos R\$2,8 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Relator. Só uma observação, se V. Ex^a me permite, porque ele falou em contribuições de campanha. Se forem contribuições feitas na forma da legislação eleitoral, elas são públicas; então, não haverá nenhum constrangimento. Caso contrário, se forem feitas na forma do conhecido caixa dois, é que aí poderá haver algum constrangimento.

Então, se V. Ex^a pudesse indagar se foram contribuições feitas oficialmente ou não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Oficialmente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É onde queremos chegar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Além do que está registrado, que V. S^a diz que está consignado na Interbrazil, há também valores que não tenham sido registrados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, todos os valores foram registrados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então V. S^a está assegurando que todo o material pago na empresa gráfica – V. S^a está sob compromisso –, todo o material produzido na gráfica do seu irmão está contabilizado como doação feita pela Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está contabilizado na Interbrazil. A forma contábil, eu não acompanhei, se está como... qual é o procedimento contábil que se colocou na contabilidade. Poderia perguntar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, se V. S^a não acompanhou, como sabe que está?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está registrado na contabilidade, porque sempre saíram todos os pagamentos com notas fiscais e cheques, conforme na própria entrevista foi falado. Não tem como a seguradora fazer diferente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Relator. Eu apenas gostaria que V. Ex^a indagasse se houve recibo como doação eleitoral.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqueles recibos oficiais da campanha eleitoral, há um documento específico. Lembra disso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não tenho lembrança. Realmente não tenho lembrança.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem cuidava dessa documentação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu tinha uma diretoria: diretores financeiros, diretor comercial, operacional, *corporates*, todos eles faziam essa gestão administrativa do dia-a-dia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A empresa mudou alguma vez de local, mudança de endereço?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De Goiânia para São Paulo. E aí, em São Paulo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não foi isso que dificultou a comunicação? Não foi nesse período? V. S^a disse que sempre estive no mesmo lugar, que não havia como não ser...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. A Interbrazil iniciou em São Paulo, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, depois foi para a Brigadeiro Faria Lima e, de lá, foi para a Avenida Colômbia. No momento em que estávamos agora, um mês antes da decretação da liquidação, estávamos em processo de mudança da Avenida Colômbia para o centro da cidade, na Avenida Ipiranga, onde já tínhamos dois escritórios operacionais. Estávamos montando nossa sede lá por redução de custos. Então, no dia da direção fiscal, em que foi decretada, estávamos fazendo a mudança da Colômbia para a Avenida Ipiranga, inclusive com a comunicação à Susep, na sucursal dela em São Paulo, e com envio do fax para o Rio, dizendo que estávamos procedendo à mudança do imóvel da Colômbia para a Avenida Ipiranga e que, logo em seguida, faria o procedimento...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses documentos também estão na liquidação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Estão na liquidação, todos os... pela cópia do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum lugar, V. S^a se disse perseguido, porque estava rompendo o monopólio de grandes empresas. Que grandes empresas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – As grandes empresas do mercado de seguro, que é o achatamento que o senhor falou, do procedimento em que a gente conseguia ganhar com menor preço, e retirava deles o monopólio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a participou de alguma licitação em que perce-

beu que estava sendo direcionada para algum grupo, alguma empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – As participações específicas nunca foram por mim próprio; tínhamos uma equipe. Mas não me chegou a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez V. S^a não participou de uma licitação por que viu que não atendia, que ela era direcionada?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não. Em todas as concorrências em que tínhamos capacidade técnica para apresentar propostas a gente participou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa história de que V. S^a estava usando documentos falsos, apólices falsas, para servirem de garantia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, esse procedimento o IRB lançou no mercado após autorizar... Teve uma apólice em que a gente fez o resseguro no exterior, com autorização dele e do Banco Central. Após o pagamento dessas apólices, dois ou três meses depois, soltou-se na mídia – não é que notificou a Interbrazil ou que falou com a Interbrazil que houve algum procedimento errado, nada –, descobrimos isso pela mídia, que a Interbrazil tinha falsificado uma carta do ressegurador. E, interpelado no Judiciário, ele não conseguiu comprovar, até o dia da decretação da liquidação extrajudicial, o envolvimento da Interbrazil em qualquer procedimento de falsificação documental.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E qual é a sustentação? Então, qual é o motivo que sustenta a intervenção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Da intervenção, eu não tenho motivo, porque não tive acesso ao processo ainda da Susep; só vou ter daqui a 60 dias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A empresa sofreu uma intervenção...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E até hoje V. S^a não teve acesso para se defender? Não sabe a razão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tem um processo, um inquérito que foi aberto na Justiça Federal, na 6^a Vara, que os advogados estão acompanhando. Mas o motivo escrito, dizendo “decretamos a direção fiscal por causa disso e disso” ainda não estava... nesse processo de que temos cópia, pela Justiça, não está relatado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acho estranho. Não há como uma intervenção em que... Tudo bem.

V. S^a conhece Wellington José Jorge?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Wellington José Jorge? Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não? Dono de um trio elétrico?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca ouviu falar?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ouvi falar pela mídia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Também, em algum lugar, V. S^a pelo menos fez, acho que até numa entrevista, referência a que teria admitido que estava ajudando determinados políticos, porque a expectativa era de que pudesse recolher informações privilegiadas.

Falou isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso foi num momento da entrevista com a Globo, em que estava abaladamente com relação a todo procedimento desse entrevista, mas não teve nenhum trabalho de privilégio de informação, até mesmo porque a minha empresa está sob liquidação. Então, não tem como trabalhar informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda hoje aqui, V. S^a fez uma afirmação de que percebeu uma crescente discriminação. Discriminação faz supor que V. S^a estava sendo posto de lado em benefício de alguém. Poderia nos esclarecer mais concretamente? Talvez ser discriminado pelo IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na realidade, a gente notou, sim, esse procedimento no mercado de seguros, que o IRB realmente não tinha...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem comandava esse segmento lá dentro do IRB? Quem estava sendo beneficiado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Chegamos até..., daí o Deputado Carlos Willian falar para trazermos para ele essas informações, porque necessitávamos inclusive saber sobre esses procedimentos. Por que responder para..., se o risco é o mesmo, se a seguradora Interbrazil ou qualquer outra é acionista do IRB, se todos os procedimentos dentro da norma operacional do IRB foram atendidos, por que um dano tão grande entre a Interbrazil a favor de outros? Por esse procedimento, fomos ao Judiciário. O Judiciário está processando todas essas informações para apurar. Formos até os parlamentares tentar realmente acionar o Tribunal de Contas da União, para que realmente descobrisse onde está o ganho que a Interbrazil, teoricamente, estaria tirando do IRB. Se eu sou uma seguradora, tenho autorização do IRB, tenho a certidão, tenho o menor preço, por que não posso

fazer o negócio e a outra pode, se ela tem os mesmos procedimentos meus, mas com preço maior?

Essa indagação ficou; não conseguimos apurar, e espero que realmente esta CPMI consiga fazer isso, porque o monopólio do IRB é um fato que atravança o crescimento do mercado de seguros, porque as pessoas lá estão com o mercado monopolizado, estão com uma teoria de regulador, o que ele não é – por todas as normas que já saíram, não é um regulador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ao longo desse tempo que V. S^a atuou, tendo contato com o IRB, percebeu que, eventualmente, trocam-se algumas pessoas, mas há alguém mais permanentemente ali comandando todo o sistema?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu pude... eu vou falar para V. Ex^a que tive a certeza de tudo depois que o Deputado Roberto Jefferson nominou a pessoa de quem ele era amigo, que era a Assurê, e que lá está como ressegurador, como corretor de resseguros, sendo que é um procedimento até estranho ao mercado de seguros. Se as dez maiores seguradoras do nosso País não têm uma resseguradora, um corretor... – não me desfazendo em nenhuma hipótese da capacidade do corretor. Questiona-se somente por que um corretor de seguros vai avante para até nomear um diretor dentro de um órgão e que lá esse sempre teve trânsito fácil. Esse é questionável, porque nós, como mercado de segurador, nunca tivemos esse trânsito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está dizendo que a Assirê comandava ...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Assurê.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... comandava o IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, até o que podemos, até o dia em que teve a intervenção do Governo, tirando todos os diretores lá, ficou provado que o diretor comercial, o diretor operacional era nomeado pelo partido e que também foi falado pelo Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aí V. S^a disse que, quando ele anunciou, caiu a ficha e percebeu. Portanto, V. S^a está dizendo que se lembrou de certos episódios que confirmam isso, porque a ficha caiu. Que episódios lembram V. S^a desse trânsito da Assurê ou Assirê dentro da... A essa altura, é o Henrique Brandão, suponho.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso, Henrique Brandão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V. S^a percebeu da atuação dele ali dentro, que lembra, que evidenciava...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No mercado seguros, ele era o fomentador. Eu cansei de participar de reuniões na Fenasec, a Federação de Seguradoras, em coquetéis e tudo mais, e chegava o recado de que o Henrique Brandão não estava gostando da atuação da Interbrazil no mercado.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Relator, V. Ex^a me permite?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero também penitenciar-me porque temos o nosso Sub-relator....

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Só para concluir...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já passo a palavra, Sr. Presidente. Dou por concluído.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e, por entendimento entre o Deputado Carlos Willian e o Senador César Borges, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, senhor depoente. V. S^a trocou *e-mails* que falam de recursos para campanha; inclusive no *e-mail* de 22/09/04, de André Marques, V. S^a, para Cristina Cruz, pede para acompanhar essas programações que o Cláudio vai mandar as notas fiscais e duplicatas. Depois, do Cláudio, seu irmão, para André: “Consegui com ele assim: 20 mil para 30/09; 20 mil para 15/10. Mandar para mim o que ele deverá colocar em nota fiscal. Virará nota fiscal e boletas. O Palocci disse a ele que só tirar nota fiscal e receber a vista. O serviço foi prestado na campanha do Lula ainda.”

Esse aqui foi enviado do Cláudio para V. S^a. Depois, V. S^a escreve para o Cláudio: “Cláudio, veja esse do Wellington [então, V. S^a conhece o Wellington. Disse que não conhecia.] e dos irmãos do Leonardo para iniciar os trabalhos de negociação. Vamos tentar prorrogar o máximo possível.”

Outro *e-mail* de Cláudio para V. S^a: “O que o Palocci quer é o seguinte: grana para pagar o seguinte: 19 mil e 500 para pagar a dupla Marcos e Fernando; 40 mil para pagar a empresa que aluga som em palco; 37 mil para pagar um cara que fez vários materiais de plástico para a campanha, Luiz Aquino, todos já executados; 40 mil para executar com dupla dos irmãos do Leonardo. Definir quem irá negociar esses débitos. Falou, conforme combinado por você no sábado, vai deixar parado por enquanto.”

Então V. S^a era um caixa dois para o PT? Pagava contas do PT por mando do Sr. Ademar Palocci?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, esses *e-mails*, devo ter todos os originais nas máquinas da Interbrazil, e lá estão relatados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor não confirma esses *e-mails*?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Confirmo os *e-mails*, mas pelo que está na mão do senhor, está incompleto, porque, em todos os *e-mails* está escrito “qualquer ajuda é material, e não tenho nenhum procedimento de ajuda e nem reconhecimento de falar em contribuição divergente de material”, que é o que a gente já fazia e que já está...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não entendi. V. S^a contribuía, pagava contas do PT...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Contas, não. Paguei. Nós fizemos bandeirinhas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, aqui tem 19,5 mil para a dupla Marcos e Fernando.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Esse foi um pedido enviado para a Interbrazil e que foi negado no próprio *e-mail*.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – 40 mil para pagar empresas que alugam som em palco. Wellington.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não paguei nenhum centavo divergente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – 37 mil para pagar um cara que fez vários materiais plásticos para a campanha.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Ele mandou esse *e-mail*, não sei com quem ele falou. Ele pode ter utilizado o nome Ademar; não comentei com ele sobre esse procedimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem era o ordenador das despesas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Onde? Na companhia?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, para a companhia pagar. Quem pedia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – As despesas que nós fizemos com bandeirinhas e projetos gráficos foram pagos e ordenados pela Interbrazil nos seus departamentos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, quem do PT ordenava a V. S^a e a sua empresa...a assumir esses compromissos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quem me solicitou para ajudar na campanha do PT com material foi o Sr. Dumar do Prado, que é filiado ao PT. Não sei se ele tem cargo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas aqui não está citado. Fala de Palocci: “O que o Palocci quer é o seguinte: grana, grana”...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O que eu sei, o que eu perguntei para o meu irmão... Eu perguntei se o Palocci falou isso para ele textualmente. Ele disse: “Não, quem me pediu isso aqui, para escrever no *e-mail* para você, foi o Wellington. E eu mandei o *e-mail* para você. Só. Utilizei o envio do *e-mail*.” Tanto que não foi pago nenhum valor, a não ser o material já declarado e que, na contabilidade da companhia, podemos levantar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Cláudio é seu irmão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Cláudio é meu irmão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E passa um *e-mail* e diz que o que o Palocci quer é o seguinte. Então, Palocci não é ordenador. V. S^a nega isso? Está aqui escrito. Ainda diz aqui em outro *e-mail* que o serviço foi prestado na campanha do Lula ainda; ou seja, a empresa do seu irmão prestou serviço para a campanha do Lula...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, a empresa do meu irmão não prestou serviços para o Lula...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está escrito.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele escreveu. É de Cláudio M. Silva. É seu irmão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – André Marques é V. S^a?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está aqui escrito no *e-mail*.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, mas ele está passando uma programação de outras pessoas. O senhor pode anotar aí.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Palocci disse a ele que era só tirar a nota fiscal e receber a vista. O serviço foi prestado na campanha do Lula, ainda.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Pois é, mas, aí, pelo que o senhor leu – eu não tenho a posse desse *e-mail* –, mas pelo que o senhor leu aí...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor quer receber? Faça o favor.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se eu puder...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, aproveito para solicitar a V. Ex^a que requeira, então, ao depoente que remeta a cópia, na autenticidade de todos os fatos, dos *e-mails* que ele possui.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – E posso voltar aqui novamente, após o envio de toda essa

documentação. Volto a salientar: sob pedido ao liquidante, que não quero me indispor a um outro procedimento judiciário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou desenvolver uma linha de raciocínio e peço paciência e atenção de V. Ex^a e do Relator. Sem sombra de dúvida, a Interbrazil era fornecedora de recursos para o PT. Contabilizados ou não, fornecia recursos e recebia por isso benefícios.

Quero dizer que o Sr. André Marques não passa aqui, simplesmente, de uma figura que representa hoje a empresa em liquidação, mas essa empresa, na verdade, tem outros sócios que deixaram a empresa recentemente: o Sr. Maurício Martinez Paneque – que ele disse, que são os tais investidores de São Paulo; Bruno Prada e André Marques, que era o diretor financeiro. Eu já apresentei requerimento aqui, convocando esses senhores aqui.

Eu pergunto a V. S^a: quando esses senhores deixaram a empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eles deixaram fisicamente a empresa em agosto, mas até...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agosto de quando?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De 2004. Até março de 2005, eles recebiam pela Interbrazil, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, esses senhores recebiam recursos da Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Recebem recursos da Interbrazil...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por isso, é preciso que ouçamos esses senhores que acho que estão por trás da Interbrazil.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Inclusive... Desculpe-me interromper...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele era um contador e hoje está aparecendo apenas como testa de ferro do que aconteceu e dos outros interessados.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu até já fiz comunicação ao liquidante sobre esses procedimentos. Só deixar claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se me permite, só para...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual era a sua participação no capital?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Minha participação junto com Bruno, o Maurício...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. A sua participação.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A minha participação é de 33%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os outros dois tinham 33% cada um?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a integralizou esse valor ao seu patrimônio...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a disse que esse capital estava todo realizado, todo integralizado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Como eu falei para o senhor, na minha ida de Goiânia para São Paulo – por eles solicitado que eu fosse para São Paulo para compor junto com eles –, foi transferida para mim uma parcela menor. Eles ficaram, ao todo, os dois, com 80% e eu, com 20%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse é o final?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ao longo do tempo, eles foram fazendo distribuição de lucros, e o meu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O seu foi capitalizado e, o deles, eles retiraram?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está bom.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não. Acho que é importante. Sinta-se à vontade, Sr. Relator.

O Sr. René Garcia é o atual Superintendente da Susep. Era a autoridade responsável do Ministério da Fazenda, subordinado ao Sr. Antonio Palocci, para fazer a fiscalização de seguros no Brasil. O Sr. René Garcia era Secretário de Estado da Governadora Benedita da Silva, inclusive quando a Loterj recebeu seguro-garantia da Interbrazil. V. S^a confirma essas afirmativas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Confirmo a apólice para a Loterj, mas não... A Loterj figurou como segurado e uma outra empresa, cujo nome não tenho em mente, mas é fácil de levantar, porque esse registro existe na contabilidade... Existe uma apólice para a Loterj, sim, como segurada.

Quanto a René Garcia, confirmo que era superintendente da Susep até o último dia que acompanhei. Agora, quanto a ele ter trabalhado para a Benedita, no Governo da Benedita, eu ouvi comentários, mas eu não posso afirmar ao senhor se isso realmente existiu porque eu não pesquisei.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador, houve um equívoco: não foi marcado o tempo. De maneira que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria que V. Ex^a continuasse esquecendo!

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Segundo informação da Secretaria, V. Ex^a já usou nove minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito que o cronômetro marque seis minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu tenho informações de que a Loterj realizou, em fevereiro de 2002...E Waldomiro era o responsável à época, quando houve a concorrência para transformar loterias em loterias eletrônicas. O vencedor foi o consórcio, Combralog. Faz parte do Combralog a empresa Capital Construtora e Limpeza, de Anápolis, Goiás, terra de V. S^a e de Carlinhos Cachoeira...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, sou de Goiânia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...e Pico do Brasil Informática, cujo proprietário é Sang Ging Kang, um empresário de Taiwan – fazendo uma ligação com Taiwan. Para a realização desse seguro-garantia foi contratada a Interbrazil. É verdade isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a Interbrazil não cumpriu o contrato, deixou de pagar uma multa de 300 mil reais...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque a Loterj...Notificada a Interbrazil, nós... O procedimento de uma apólice de garantia judicial, na regra geral e nas condições gerais e particulares da apólice... Lá se diz que qualquer alteração que possa acarretar agravamento do risco ou procedimentos que possam elevar ou deixar em risco a seguradora precisam ser comunicados à seguradora, e isso não foi feito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na verdade, a Interbrazil não cumpriu...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso não foi feito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Também a Combralog ganhou a licitação para implantação de loterias eletrônicas no Estado do Rio Grande do Sul. Novamente a Interbrazil foi a seguradora e também não cumpriu o contrato, deixando novamente uma multa de 300 mil reais.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todos os procedimentos... No caso da loteria do Rio Grande do Sul, o pedido de cancelamento foi feito pela própria

loteria – do contrato em que a seguradora figurava como seguradora do consórcio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em que governo do Rio Grande do Sul foi feito esse...

O SR. JOSÉ MARQUES DA SILVA – Não posso puxar pela memória agora, mas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – No Governo do Sr. Olívio Dutra do PT?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não me lembro. Não posso... Mesmo porque a procura da Interbrazil é pelo corretor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Deponente, foi divulgado pela imprensa que a Interbrazil apresentou certificados falsos de resseguro para garantir a rodovia Triângulo do Sol, em Ribeirão Preto. O resseguro apresentado era da corretora de resseguro Xerok, com sede em Chipre, e o ressegurador era o Banco Vitalício de España, empresa do Grupo Generele, que negou ter emitido o referido seguro. Nós temos documentos aqui que provam isso.

É sabido que o consórcio Rodovia Triângulo do Sul notificou a Interbrazil Seguradora. Aí eu pergunto: como é que a Interbrazil conseguiu esse contrato com a corretora Xerok? Qual foi o valor do resseguro enviado ao exterior? Quem recebeu esses dólares, já que o Banco Vitalício de España nega ter feito esse negócio? Já que a apólice da rodovia foi considerada irregular, o valor dos prêmios pagos foram devolvidos? Se foram, a quem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O procedimento do Consórcio Triângulo do Sol... Ele foi através de uma corretora chamada Multibond Corretora de Seguros, que conhecia o presidente do Consórcio Triângulo do Sol, no qual o Sr. José Renato... Que ele procurou para fazer a renovação e levar essa empresa para a Interbrazil.

A Interbrazil se predispôs a fazer a emissão dessa apólice. Levou esse pedido ao IRB e, aí, se iniciou um procedimento, também judiciário, ao IRB sobre as respostas de “sim” ou de “não” do procedimento de resseguro em que o IRB não se pronunciava havia mais de sessenta dias...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando o IRB não se pronunciava, mesmo assim V. S^a fazia o seguro? Sem fazer o necessário resseguro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Todo o procedimento para obter a resposta era no sentido de iniciar o processo de colocação desse risco no exterior. Só se pode ir ao exterior com uma carta positiva ou negativa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a emitia apólices falsas para poder manter o contrato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Interbrazil nunca emitiu apólices falsas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E não as registrava na Susep nem era fiscalizado pela Susep?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todas as apólices foram registradas na Interbrazil. O procedimento de informação é mensal para a Susep, e todos esses procedimentos foram feitos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Temos informações, Sr. Presidente, e vamos encaminhá-las, que vão exatamente em sentido contrário.

V. S^a não respondeu, exatamente, nossa pergunta em relação a essa rodovia em Ribeirão Preto, a rodovia Triângulo do Sol, mas eu lhe perguntaria mais o seguinte: V. S^a contratou empréstimos com uma empresa do Panamá ou tentou contratar esses empréstimos? Em um e-mail seu consta exatamente o seguinte: “O pessoal do Panamá que está fazendo uma operação financeira para os estaleiros faz para outras empresas. Estou pensando em pegar US\$20 milhões via Castroviejo”. Quem é esse pessoal do Panamá que estaria disposto a emprestar US\$20 milhões? V. S^a tem algum contato com o F Group? Quem é o Sr. Walter Melo? A Interbrazil mandou algum recurso financeiro para esse grupo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Interbrazil não mandou nenhum recurso financeiro. O Sr. Walter Melo é um dos diretores e representantes do grupo F Group do Panamá. Eles são brasileiros. Ele estava trabalhando a securitização dos recebíveis de um estaleiro que estava próximo a ser feito no Rio de Janeiro. Esse procedimento já era do conhecimento de todo o Brasil. É aquele procedimento que se tentou fazer pelo BNDES para a construção dos estaleiros. Esse cliente que teria ido ao Panamá solicitar essa securitização... Lá foi solicitado a ele que todos os contratos a serem executados no Brasil tivessem seguro-garantia. Por quê? Salvo melhor juízo, em fevereiro ou março de 2005, estive no Panamá à busca de produtos de resseguros, esperando que o mercado fosse aberto agora no segundo semestre de 2005.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a ou sua empresa tem conta no exterior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Trouxe recursos do exterior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe que o F Group, com a participação do Sr. Walter Melo, deu um golpe no Panamá?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Até onde a gente apurou dentro do Panamá... E daí ces-

samos qualquer contratação ou possibilidade de contratação ou de contatos... Foi quando a Embaixada do Brasil, lá no Panamá...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem estaria disposto a emprestar-lhe os US\$20 milhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era um projeto que deveria ser apresentado por uma construtora para financiamento e expansão de rodovias. Mas a Castroviejo ainda não tinha o procedimento licitatório adquirido para a assinatura de contratos. Então, não foi possível ofertar isso lá fora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho informações adicionais, mas meu tempo esgotou-se. Passarei o que tenho ao Relator, o Deputado Osmar Serraglio, para que possa utilizar-se do material de que disponho e que está em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência agradece a V. Ex^a. Saiba que, na Subcomissão, a presença de V. Ex^a também é sumamente importante pelas indagações que tem a fazer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Creio que seja necessário convocar outras pessoas, e já há requerimentos para isso. Inclusive, o Sr. Ademar Palocci virá esclarecer seu relacionamento com a Interbrazil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Na próxima reunião administrativa teremos a oportunidade de discutir a matéria.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Willian pelo prazo de quinze minutos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, talvez, como sub-relator, o senhor pudesse me conceder um prazo maior, mas vou tentar respeitar os quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a terá oportunidade de, como sub-relator, se quiser... Em princípio, o prazo é igual para todos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Muito obrigado.

Sr. André, já foi respondido que a Interbrazil foi criada em 2002.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, a Interbrazil é datada de 1972.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quando a Interbrazil foi criada?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em 1972, quando recebeu o nome Monteprevi. Depois, em 1989/1990, transferiu-se para o Luís Antônio, que passou a deter o controle; depois, em 1999, passou para Bruno Maurício e André.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – A partir de 2002 houve um crescimento muito grande da

Interbrazil. A pergunta que faço é a seguinte: qual era o capital social em 2002?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tentei puxar esse valor pela memória, já falei sobre isso com o Deputado. Salvo melhor juízo, estaria entre 35 e 40 milhões em 2002. Segundo o procedimento na Susep, você envia o pedido de aprovação de capital para depois... E, nisso, vai trabalhando na empresa até se fazer o procedimento de aprovação da ata.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Como é que esse capital foi integralizado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Parte foi com resultado e parte com aporte de capital. Não posso precisar o valor, não tenho como precisar valores neste momento, mas isso é fácil de descobrir até por informações na mídia.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Há possibilidade de o senhor dizer, detalhadamente, para os anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, qual era o valor dos contratos que a sua empresa assinou com órgãos do governo? Começemos com 2002.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou fazer a ressalva de que isso vai sair de memória, porque não consigo... Em participações... Esses valores, o senhor deseja saber o valor que recebemos de prêmio ou o que estávamos segurando de prêmio?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O valor assegurado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O valor assegurado, em 2002, provavelmente era de aproximadamente um bilhão de reais.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Um bi?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De seguros.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – 2003?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em 2003, provavelmente, a gente manteve o mesmo valor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – 2004?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nenhum. Seria só a Copel, porque foi uma renovação.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – 2005?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Também nenhum.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O lucro auferido nesses valores assegurados...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O resultado dessas operações sempre foi através de comissionamento. O lucro em si no mercado de seguro, o lucro final é entre 3% e 6%

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Se o senhor teve só um bilhão... O senhor segurou as usinas Angra I e Angra II, é apólice da sua empresa. Qual o valor segurado de Angra I e Angra II?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi de US\$500 milhões salvo engano.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – US\$500 milhões daria, dólar da época, daria...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Um bi talvez, um bi e meio...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Só aí dá 1,5 bilhão.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, porque os outros processos... Por isso falei que estava tentando puxar pela memória. Tenho os grandes contratos, só os vultos. Agora, contrato de participação em DPVAT, contrato em participação em um outro procedimento... Estou me lembrando agora do Paraná, onde a gente tem a APA; em São Paulo, tivemos a Polícia Rodoviária Federal; em Minas, a Polícia Rodoviária Federal. Esses contratos de menor expressividade não tenho na minha mente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Deixe-me tentar ajudá-lo. Angra II, o valor foi 2,5 bilhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu tenho uma informação comigo que seria um valor de 500 milhões de dólares entre Angra I e Angra II, o que daria, na época... O dólar não sei estava a dois reais...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Companhia Energética do Paraná, 1,2 milhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Só aí já passou de quatro. Companhia Energética de Goiás, mais um bilhão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, que foi em 2004.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Bom, então, tem um equívoco aí, porque na verdade já chega a seis bilhões. Para um bilhão, há uma diferença muito grande.

Mas vamos continuar, vamos ver se a sua memória melhora um pouco. Diga-me se o senhor tem amizade pessoal ou comercial com os senhores que eu vou citar e, em caso positivo, quem os apresentou.

Pedro Wilson, ex-prefeito de Goiânia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – André Luiz Baptista Rocha, presidente da Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Wellington José Jorge: o senhor respondeu para o Relator que não tinha conhecimento e nem relação com ele, mas

pouco depois, para o Senador César Borges, o senhor disse que o ordenador das despesas do irmão do Palocci era o Sr. Wellington.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Ele perguntou se eu conhecia Wellington e disse que o Cláudio, meu irmão, havia escrito um *e-mail* para mim e que o meu *e-mail* não está completo sobre as informações do Sr. Wellington.

Eu nunca conversei com o Sr. Wellington, nunca fui apresentado ao Sr. Wellington. Passei a conhecê-lo depois que ele saiu na mídia, conheço de nome o Sr. Wellington. Na entrevista que me foi solicitada me perguntaram por Wellington José Jorge, e eu não conhecia Wellington José Jorge.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – E o senhor Hélio Moreira Borges, ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de Goiânia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não conheço.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Renê de Oliveira, Superintendente da Susep?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conheço como superintendente. Como eu era presidente da companhia, fazia reuniões de trabalho dentro do gabinete dele. Como não tinha comércio, não tinha... Era um órgão fiscalizador, e o procedimento do mercado de seguro sempre foi o de reunir com o seu superintendente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Roberto Carvalho, técnico do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Roberto Carvalho? Não conheço.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Aedmar Palocci, diretor de Engenharia e de Planejamento da Eletronorte?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conheço ele. Pela Secretaria de Finanças de Goiânia, me foi apresentado, à época, pelo Sr. Carlos Mundim e pelo Sr. Dumar do Prado.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Teve algum relacionamento comercial com ele, assuntos políticos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nenhum.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Como era o relacionamento do senhor na Susep e no IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na Susep, por parte deles, havia reconhecimento profissional pelo trabalho que sempre primei em ter na Interbrazil. No IRB, era o avesso de tudo isso. Principalmente no IRB eu não era aceito na esfera de reuniões ou de solicitação de reuniões de trabalho ou de reuniões de procedimentos operacionais.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor era preterido?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor, que é um homem de mercado, como que o senhor analisa a administração do Sr. Lídio Duarte na presidência do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Um estrago total no IRB!

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor poderia decifrar alguma coisa, mostrar alguma coisa, apontar alguma coisa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O procedimento que ele adotou com relação à política de mercado de resseguros no Brasil achatou e, se não aniquilou, deixou sérias consequências para as pequenas e médias empresas, que são as mais necessitadas de resseguros no País. Existia uma política clara de atingir o mercado de maior vulto, as grandes empresas, em detrimento das pequenas e médias empresas.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor já teve informações privilegiadas de pessoas ligadas a órgãos públicos ou partidos políticos para poder fazer o fechamento desses negócios? O senhor usou de influência?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, nenhum. Todos os procedimentos fechados na esfera de órgãos públicos, de estatais, foram procedimentos de concorrência pública pelo menor preço.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Foi noticiado que a Interbrazil é acusada de falsificação de documentos contábeis, de certidão e de ter assumido riscos de apólices de seguros que não poderia ter assumido. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Quanto a essa resposta: eu até tentei ir adiante com outro Deputado, não me lembro, acho que é César...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O Senador César Borges.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Senador César Borges. Não consegui concluí-la. É uma resposta até técnica com relação à comprovação de que a Interbrazil não teve nenhum procedimento errado no mercado de seguros e resseguros.

O que se tinha na mídia – volto a falar, já havia comentado isso em resposta ao Sr. Relator – era uma divulgação enorme de procedimentos que a Interbrazil tinha feito e que não existia resseguro, que não existia documentação ou que não existia nenhuma parte operacional. Em nenhum momento foi dado o direito de defesa nessas entrevistas. Agora, eu precisaria, para essa explicação, de um tempo maior do que o tempo que eu tive com o Senador. Inclusive, se necessário

for, posso fazer isso por escrito, após esta reunião ou logo depois ou dentro do período em que o liquidante me autorizar a acessar para pegar documentos e comprovações. Não tenho nenhum problema para poder responder, porém a resposta é demasiadamente longa por ser resposta técnica.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Eu acho que o senhor poderia encaminhar essa resposta. Não precisa ser hoje à tarde, mas o mais breve possível, porque tem que ficar claro...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só uma...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois não.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Essas necessidades, após, alguém vai me entregar ou seria necessário eu fazer...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não, já fica requerido desde agora esse encaminhamento por economia de tempo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Requerimento de quê, Deputado?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Requerimento dessa explicação que ele disse que não daria tempo de fazer aqui agora....

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – E os documentos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – E os documentos necessários.

Veja bem: o senhor teve três contratos, a magnitude de três coberturas, totalizando 4,7 bilhões, no setor energético nacional do Governo Lula para cá. Com o capital social de 35 mil reais, segundo o senhor... Segundo as informações que eu tenho, são quinze mil reais, a integralização não foi em recursos aportados.

Trata-se de 4,7 bilhões. O senhor ressegurou ou esse risco ficou por conta própria da Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Como eu já expliquei para o Relator, no caso da Copel, no caso de Angra I e Angra II, no caso dos de maior vulto, que dão...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Energética de Goiás....

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No caso específico de Copel, Angra I e Angra II, todos eles foram feitos através do IRB. Por quê? Porque esses riscos foram negociados pelo segurado diretamente com o IRB. Não houve interferência da seguradora nem da Interbrazil nem nos outros casos de outras companhias de seguro.

No caso específico da Celg, o procedimento estava em oferta de cobertura ao IRB, à Munich Re e

à Swiss Re, mas o Governo de Goiás fez um acordo colocando por terra toda essa oferta. Então, não houve conclusão.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Houve corretora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todas as operações tiveram corretoras.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor lembra quais eram as corretoras desses valores, precisamente desses de 4,7 bilhões de reais?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A da Celg eu lembro, que é a Centralerta, porque ele foi à mídia de Goiânia, ele foi interpelado e compareceu. Agora, a do Paraná, da Copel, é uma empresa... Eu não posso, não tenho, eu não posso apresentar ao senhor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor financiou campanhas políticas? Se o senhor financiou, o senhor poderia fornecer os valores aproximados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Deputado, a Interbrazil, por disposição de resultado, ela colaborou com...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, conclua por favor, o tempo já se esgotou.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...o PSDB de Goiás, pelo PFL de Goiás, o PSC, PL e PT de Goiás. Colaborou também com a campanha do PSDB de São Paulo, PSDB e o PMDB do Paraná, e do PMDB dos Estados de Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa informação eu tenho agora porque os advogados tiraram agora do relatório.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor pode apresentar os documentos comprobatórios...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se eu tiver acesso.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – ...contabilizados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tendo acesso à documentação contábil pelo seu liquidante eu tenho como comprovar.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Se o senhor tiver dificuldade, o senhor nos comunica que nós vamos solicitar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu queria pedir a compreensão do Plenário porque o Deputado Carlos Willian é o Sub-Relator desta Comissão, daí por que vou conceder mais alguns minutos para que S. Ex^a aprofunde a investigação.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. André Marques, o senhor teve... Algum seguro feito pela sua empresa teve a Assurê ou a Acordia como...

O SR. (Orador não identificado) – Ademar não, André.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Foi André que falei.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele falou André.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – André.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É o subconsciente com relação ao relacionamento do Ademar Palocci.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – É a pressão que o senhor fica fazendo, Deputado. O senhor pressiona.

Sr. André, a sua empresa teve, dentro desses negócios tratados com o Governo, a Assurê ou a Acordia como corretora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, nenhum procedimento.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor conhece a empresa Conceito Design? Qual o seu relacionamento com ela?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conceito Design é a empresa do meu irmão, ela sempre trabalhou para a Interbrazil nos trabalhos, nos procedimentos de logomarca, de relatórios, desde 1998.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor tem algum funcionário ou preposto que já ocupou cargo público?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que eu me lembre, não. Na época da Interbrazil, não tinha ninguém. Agora, pode ser que ele tenha participado, mas eu não tenho a ficha deles por completo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor já disse que tinha tratamento diferenciado para seguradoras pelo IRB. Nesses tratamentos diferenciados de seguradoras, o senhor considera-se prejudicado ou privilegiado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Prejudicado sempre, mesmo porque todo o procedimento levado ao IRB sempre foi no sentido de atender às nossas demandas, nós não tivemos nenhuma busca no IRB para fazer um ou outro trabalho sem ser a nossa própria demanda.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Eu gostaria que o senhor enviasse para... O senhor já disse que o senhor fez várias consultas ao IRB que não foram respondidas. Eu gostaria que o senhor enviasse a esta CPMI essas consultas, as que não foram respondidas.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – OK.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor falou sobre o seu relacionamento com o Sr. Maurício Martinez. O Maurício Martinez tem alguma ligação com o José Carlos Martinez, Presidente do PTB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não, não tem nada a ver?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tem nada a ver, até onde...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Qual o nome do diretor que o senhor disse que foi indicado pela Assurê no IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi o diretor... Lucena. Tratávamos ele na mercado por Lucena, não tenho o nome completo agora. Era Lucena...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor, como homem de mercado, acompanha todas as licitações, principalmente com uma companhia em ascensão como a do senhor. O senhor tem idéia de por que a renovação do contrato de resseguros do contrato intitulado Marine e o IRB Brasil Resseguros não cotou ou não contratou com a resseguradora PWS, mundialmente conhecida, e por que o IRB Brasil utiliza corretores de resseguros, ou seja, *brokers*, como a Assurê, que é empresa ligada ao Henrique Brandão, que é o proprietário, e que tem como parceiro também o Sr. Marcos Vinícius, apelidado de Nescau? O senhor conhece o Marcos Vinícius, o Nescau, e o senhor tem conhecimento desse contrato e de por que essas empresas não foram...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Marcos Vinícius, apelidado de Nescau: eu me reuni duas vezes com ele para aproximação e verificação dos procedimentos da Interbrazil dentro do IRB. Intitulava-se no mercado como consultor de resseguros e, como o mercado de resseguros no Brasil é só o IRB, procuramos eles, sim, para tentar entender ou tentar saber qual o procedimento em detrimento à Interbrazil. Não conseguimos. O procedimento da marine também foi estranho para a Interbrazil, porque a Interbrazil na fase em que esteve publicada a possibilidade do mercado marine – a gente intitulava no mercado – foi à busca de seus envoltentes, o mercado que envolvia esse contrato marine, e não se conseguiu ter nenhuma notícia.

Tive a notícia, dentro do IRB, do Diretor Apolônio, que depois passou a ser Presidente. Ele falou em uma reunião no IRB que o processo marine não aceitava a resseguradora por ela não ter nenhuma experiência no mercado a qual estava quotando. Acharmos estranho até mesmo porque é uma empresa de renome internacional.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito ao depoente que conclua. Peço ao Deputado Carlos Willian que finalize suas perguntas, até em respeito ao depoente que está na subcomissão aguardando há várias horas.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Farei só duas perguntas e concluirei. Lamentavelmente, o tempo é muito curto.

Em abril de 2004, dizem que o Sr. Henrique Brandão – e é do conhecimento do senhor – recebeu das mãos do representante da PWS do Brasil US\$300mil, a título de comissão de intermediação junto ao IRB, e isso originou a participação no contrato da marine em 40% no valor total do negócio fechado, que vigorou até maio de 2005, por ocasião da renovação da PWS, que perdeu o negócio para Cooper Gay, Acordia e... sob a tutela do diretor Luiz Eduardo Lucena.

O senhor conhece o Sr. Luiz Eduardo Lucena?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só do mercado mesmo e do próprio IRB.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Segundo se tem notícia, ele arrecadou cerca de US\$2,2 milhões em comissão para esse serviço prestado. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Esse conhecimento chegou aos ouvidos de todo o mercado segurador e, como eu ainda era Presidente da companhia, chegou ao meu conhecimento. Só chegou ao meu conhecimento, em comentários em rodinhas de mercado, que houve essas transações, mas nunca conseguimos, até mesmo porque não era função nossa.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Mas o senhor tomou conhecimento disso...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tomamos conhecimento pelo mercado de seguro e provavelmente todo mundo que tenha chegado a essa informação também tenha.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quando chega ao mercado de seguro normalmente é verdade ou boato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A tirar das normas de mercado é realidade, porque se você partir do princípio de que quando chega ao mercado que a Interbrazil fez a apólice de Angra I e Angra II sem resseguro e passa a ser verdade um boato desse, esse outro boato de que alguém tenha recebido – talvez a monta não seja essa – mas que tenha recebido com certeza tem.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor conheceu o diretor Murilo Barbosa Lima?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Salvo engano, tentei uma reunião com ele ou fiz uma reunião,

não estou bem lembrado, porque todas as reuniões lá eram feitas de colegiado.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Então, em novembro de 2004, dizem também no mercado de seguro que o Diretor Murilo Barbosa propôs ao maior empresário de aço privado nacional – que não sei quem é – o pagamento de uma indenização correspondente a 100% dos prejuízos reclamados e há cerca de 10 anos pendente de regularização, ou seja, algo da ordem de US\$160 milhões, mediante o recebimento de uma comissão de 30% sobre o valor liberado. Esse mesmo diretor foi o responsável direito junto com a presidência e os demais diretores do pagamento de um único sinistro, em maio de 2005, de US\$18 milhões, mesmo ciente das negativas da consultoria jurídica, o órgão interno do IRB que avalia a veracidade das reclamações, e é claro, segundo no mercado, a comissão foi cobrada e de 30%. O que o senhor tem a dizer sobre esses dois fatos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Realmente esses fatos chegaram ao nosso conhecimento. Eu ainda era presidente da companhia e tive a oportunidade de estar em reuniões em que realmente foi comentado todo este procedimento, de que este pagamento estaria para sair ou já tinha saído agora em março, abril de 2005. Que também é fácil de se levantar esse procedimento pelo próprio TCU.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, são várias as denúncias que sabemos que o depoente tem informações, poderia até tê-las detalhado mais, e para o senhor ter uma idéia são coisas gigantescas que, talvez, o que se apure nos Correios não chegue nem a 10% do que tem no IRB. Mas vamos aguardar uma outra oportunidade. Com certeza o Tribunal de Contas da União, a pedido deste sub-relator aprovado na Comissão de Finanças e Tributação – já estão chegando as documentações – já disponibilizou os técnicos para analisá-las. Com certeza, vamos precisar novamente do depoente para esclarecer mais alguns fatos.

Por mim está encerrado devido à escassez de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a. E numa troca de gentilezas inédita...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Troca de gentilezas não, compromisso. Troquei com o compromisso de nos próximos trinta dias ser tratada com toda a gentileza por ele.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Depois faremos um breve intervalo de 10 minutos para um lanche e prosseguiremos a oitiva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Queria agradecer à Senadora Ideli Salvatti, jamais faltarei com gentileza a V. Ex^a.

Gostaria de saber do depoente por que ele está com três advogados.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na realidade, contratei um escritório, a vinda dos três advogados, um era para dirigir o meu carro, que eu estava vindo, e a Polícia Federal não permitiu, e os dois advogados, um trabalha na área específica do inquérito policial que corre na Justiça Federal de São Paulo, na área criminal, e o outro trabalha na área cível. Esse outro é o assistente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É verdade que a Interbrazil foi seguradora de Angra 1 e Angra 2, cobertura de R\$2,5 milhões, e da Energética do Paraná, R\$1,2 bilhão, e mais R\$1 bilhão com a Energética de Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É verdade. Fomos seguradora dessas três empresas. Os valores das importâncias das seguradas, me reservo à mente de estar próximo a esses valores, mas aproximadamente, o valor exato não tenho, mas Copel, Celg, Angra 1 e Angra 2 foi a Interbrazil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que Interbrazil é com a letra “z”?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi um procedimento do antigo acionista, que tinha um procedimento de numerologia e, segundo a informação dele, a Interbrazil com “s” não traria para ele bons fluidos. Pôs com “z”. Eu não posso participar. Foi essa explicação que chegou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a numerologia falhou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Hã?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A numerologia falhou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Segundo ele, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora. A numerologia falhou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não acredito. Eu não tenho credence em numerologia. Interbrazil, eu estou explicando pelo procedimento que ele fez, agora eu não tenho essa crença em numerologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que não deu certo na Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não deu certo porque os ex... Eu tive, como já relatado aqui, não só o Sr. Bruno e o Sr. Maurício, mas tive vários outros

administradores e que, verificado após um ano e meio de gestão desses administradores, tiveram graves desvios de caixa, inclusive com aquisição de empresas no nome deles que saíram da própria Interbrazil. Fato esse que já está comunicado para o seu liquidante, que está fazendo todo o procedimento de resgate dessas informações, e também pela dificuldade encontrada no mercado de resseguros, especificamente com o IRB, de trabalhar resseguros. Não se conseguia cotar resseguros dentro de um ano e meio. Não foi possível fazer cotações coerentes dentro do IRB para o mercado de seguros da Interbrazil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No Jornal Nacional, apareceu uma notícia dizendo que tinha uma mansão num bairro nobre de São Paulo onde funcionou a Interbrazil e que, nessa mansão, celebravam-se grandes conquistas e contratos. É verdade isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A mansão que passou é uma casa onde era a sede da companhia. Em todos os contratos em que a gente ganhava as licitações, nós comemorávamos, mas como a equipe de trabalho comemorou, ganhou uma concorrência, ganhou outra, perdemos essa, mas nada no holofote que a mídia quis demonstrar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De que forma era essa comemoração?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Simples. Parabéns, equipe. Vocês venceram. Nós participávamos, na época, de várias concorrências e, por necessidade e incentivo da equipe, a gente sempre trabalhou com incentivo ao funcionário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é Cláudio Marques da Silva?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Meu irmão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que ligação ele tem com a Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele é prestador de serviço da Interbrazil. Foi prestador.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que tipo de serviço político ele prestou para a Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele providenciou a confecção de todo o material de bandeiras, de *outdoors*, fotos, tratamento de fotos, que é especificamente o trabalho que ele é especialista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para quem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Para o PSDB de Goiás, o PFL, o PSC, PL, PSB e pelo PT e para o PSDB e PMDB do Paraná e para o PMDB de Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que participar de tantas campanhas de tantos partidos ao mesmo tempo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Interbrazil, como foi falado, ela era a única empresa, até onde eu tenho acompanhado, é a única empresa que tem a homologação de seu nome para participar do *ranking* dos 500 maiores investidores no mercado de crédito carbono.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mercado de?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Crédito carbono, Protocolo de Kyoto. E a Interbrazil sempre teve essa necessidade de estar apresentando porque o mercado de crédito carbono, no Brasil, ainda não está regulamentado até por necessidade de trazer, levar ao conhecimento de quem possa fazer, conhecimento na área de seguro. E a Interbrazil, por ter essa homologação, é um mercado em que ela teria condições de contribuir tecnicamente com a linguagem de seguro, homologada pela ONU, pelo BID e pelo BIRD, e que teria todas as condições de ampliar o mercado de seguro brasileiro, porque há um exemplo: a Marginal Tietê, em São Paulo, a estimativa que a gente tem é que só na capacidade de negociar o seqüestro do carbono, o crédito de carbono, que a gente trata tecnicamente, mas o seqüestro de carbono, naquela melhoria de alongamento das margens, daria para pagar a própria obra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Todas essas doações de vários partidos e várias campanhas foram documentadas?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, foi o que eu falei para o Relator, que está na contabilidade e que eu terei o acesso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o Cláudio só reconheceu uma campanha?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque naquela entrevista mostrada está editada, e ele falou generalizadamente um valor; e lá deu a entender que era uma campanha só.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E quem dava ordem para ele fazer o serviço era a sua empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era a Interbrazil por meio da Diretoria que ela tinha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem era a Diretoria da Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tinha o Sr. Carlito Souza Filho, tinha o Sr. Rondon Pereira Borges, o Sr. Elvio Santos, o Sr. Gilson Barbosa; tinha o Sr. José Rodolpho Busch; Adiel Dias Borges, Nilson Bertoli.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No inquérito da Polícia Federal estão todos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não sei se isso já foi ao inquérito, porque até o dia que os meus advogados acompanharam ainda não havia chegado, mas para o liquidante já está notificado todos os ex-administradores que participaram da companhia, inclusive, o Sr. Bruno Maurício.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– De todos esses...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todos esses.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De todos esses, quem é o mais culpado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A culpa é de todos. Não tenho condições de precisar se é um ou outro, porque as decisões que eram levadas para a Presidência, eram feitas por colegiados. E se houve realmente, e como sabemos que houve, porque está demonstrado pela liquidação, essa foi uma decisão colegiada. E essa decisão colegiada foi talvez um conluio para desvio e aproveitamento próprio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sabe dizer quanto você deu para cada Partido ou ...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Esse número eu posso levantar na minha ida a São Paulo, depois que a Comissão puder solicitar que o liquidante me autorize a pegar esse nome, e apresento por escrito, inclusive, com cópias e tudo o mais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que a matéria do Jornal Nacional envolve a Interbrazil e a Ademar Palocci?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Talvez por necessidade de venda de mídia, porque a fita por completo não tem nenhum momento. E lá está explicado tudo que aqui eu expliquei, que a aproximação com o Ademar foi por ele ter sido Secretário da Fazenda de Goiânia e foi apresentado para o Sr. Dumar do Prado e Carlos Mundim. Foram só reuniões de apresentações. Por quê? Porque em Goiânia, na gestão do Pedro Wilson, existia – não sei se o Íris conseguiu seguir à frente com esse projeto – uma rodovia que eles chamavam Macambira – Anicuns. E essa rodovia é próxima à Marginal Tietê, um projeto próximo à Marginal Tietê, Marginal Pinheiros. E é ali o projeto que temos com relação ao seqüestro carbono, porque ali teríamos de fazer várias desapropriações de matas ciliares e tudo o mais. E a apresentação do projeto de Protocolo de Kyoto e do seqüestro carbono foi no sentido de preservar essa parte e ainda utilizar isso como forma de rendimento para o próprio projeto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você sabia que o Ademar Palocci era irmão do Ministro da Fazenda?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Mas quando eu me reuni com ele, ele era o Secretário de Finanças de Prefeitura.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas naquele momento você já sabia que ele era irmão do Ministro da Fazenda?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, até pelo próprio sobrenome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Isso lhe facilitou alguma coisa? Ajudou-o em alguma coisa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em nada, nada, nada, porque o projeto que a gente apresentou para o seqüestro do crédito carbono não passou pela Câmara, na gestão do Pedro Wilson. Então, não foi possível a apresentação. E logo em seguida, em 2005, a Interbrazil começou lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, eu gostaria, ratificando a solicitação do Sr. Relator Carlos Willian, que fossem trazidas a esta Comissão, as informações das importâncias doadas a cada Partido, nas várias campanhas citadas aqui pelo Sr. André Marques da Silva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Agradeço a V. Ex^a e consulto o depoente se aceita adiar um pouco mais o intervalo ou se quer lançar agora.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se puder fazer um intervalo, eu gostaria porque eu não tive o privilégio de tomar o meu café da manhã hoje, porque a Polícia Federal não deixou.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Então, eu vou suspender a reunião por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu continuo gentil, viu? Eu faço esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Não apenas gentil, mas sempre presente.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 55 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 14 horas e 08 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra, pelo prazo de quinze minutos, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presi-

dente, já que eu estou tão boazinha hoje, quero uns minutinhos a mais.

Sr. André, quando foi anunciada a vinda do senhor para prestar depoimento nesta CPMI, a mídia deu a entender que o objetivo era estabelecer os elos entre os contratos assinados pela Eletronorte, na qual o irmão do Ministro Palocci, o Sr. Ademar Palocci, é Diretor, com a Seguradora Interbrazil. Essa era a polêmica.

Inclusive, a imprensa ressaltou que os contratos teriam sido negociados em troca de contribuições da seguradora em campanhas petistas. E pelo que eu pude acompanhar das suas respostas e exposição, e até por outras reportagens publicadas, houve contribuições para vários partidos, campanhas e políticos.

Apesar da preparação do noticiário para este evento que está acontecendo hoje, a relação da Interbrazil com o mundo da política é – pelo que eu entendi – ampla, geral e irrestrita. Então, eu queria que o senhor confirmasse esse elo entre a área de seguros da sua empresa com as campanhas políticas.

Gostaria muito que o senhor especificasse o nome dos partidos, em quais campanhas e o nome dos candidatos e os valores, ou em que a Interbrazil contribuiu.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Senadora, primeiramente, eu posso confirmar as siglas até já divulgadas por um arquivo dos advogados: PSDB; PFL; PSC; PL; PSB; PT do Estado de Goiás; PSDB de São Paulo; PSDB e PMDB do Paraná; PMDB de Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Valores, nomes, quantidades, campanhas todas foram de 2004, não houve outras campanhas.

Nomes, valores, quantidades, o tipo de material, realmente eu tenho que ter um acesso à documentação contábil da empresa, para que eu possa trazer isso com uma precisão que merecem todos esses relatórios e todo o meu testemunho.

Então, eu não tenho... Nome, quantidade, eu pediria, mais uma vez...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não há nenhum problema de o senhor fornecer...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nenhum problema, desde que...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fica aqui o compromisso. Já fica o requerimento. Que o senhor possa, efetivamente, esmiuçar detalhadamente quais os partidos, quais os candidatos, qual o volume, como foram feitas as contribuições, os repasses. Era tudo legal, ou tinha o famoso não-contabilizado?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, me permita, só para...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todos registrados contabilmente. Eu gostaria de deixar claro que...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Somente para corroborar o raciocínio de V. Ex^a, esta Presidência acolhe o requerimento de V. Ex^a e vai determinar à Secretaria que oficie a liquidante no sentido de permitir o acesso aos representantes do Sr. André, para coleta desses documentos. Mas a CPMI também vai, **ex officio**, requerer essa documentação da liquidante.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Certo. Mas houve algo que me chamou a atenção. O senhor disse que esse tipo de contribuição foi somente na campanha de 2004?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 2002, não teve?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 2000, não?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, porque...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por que em 2004 e não em 2002?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque, em 2004, a gente conseguiu a homologação junto à ONU, ao BID e ao BIRD do nosso projeto de seqüestro de carbono.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Seqüestro de carbono.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – E todo procedimento...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí era importante ficar bem com todo mundo. É isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente, até mesmo porque você tem todo o recurso originário para investimento na área de seqüestro de carbono, a tendência, ao menos até onde eu fui – que foi agora em agosto de 2005 –, a tendência seria BID e BIRD para instituições públicas. E, nessas instituições, haveria a necessidade – ainda há essa necessidade no País – de se criar a bolsa de comércio desse crédito de carbono. O Brasil ainda não conseguiu elevar e ter a aprovação dessa bolsa, que é muito importante para o mercado de seguro e para o mercado público, porque as maiores obras que têm relação a seqüestro de carbono no Brasil é em áreas públicas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me reprisar um pouquinho. O senhor falou nos Estados: Goiás, São Paulo...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Goiás, São Paulo, Paraná, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eram campanhas da capital ou de várias cidades?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não tenho assim. Na realidade... Eu tenho as siglas. Como as siglas podem ser capital e interior...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Bom, Goiás... Só para reprise aqui. Em Goiás quais foram os partidos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em Goiás foram o PSDB, PFL, PSC, PL...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Espera só um pouquinho. PSDB, PFL...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – PSC. PSC tinha uma coligação com o PMDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PMDB.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. PSC e PMDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está certo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – PL, PSB e PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PL, PSB e PT. Ali, praticamente, foram todos os candidatos, porque acho que eram todos da capital.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. No momento do Brasil, eram as siglas existentes e que estavam concorrendo a algum...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E em São Paulo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em São Paulo, o PSDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PSDB. Bom, PSDB, se foi na capital, foi o Serra. É isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Provavelmente. Eu não posso tirar, agora, nenhuma conclusão, mas é...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No Paraná?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No Paraná, foi PSDB e PMDB. O PSDB, lá, tinha uma coligação. Salvo engano, era com o PP ou com o PL.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – PSDB e PMDB. Roraima...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Roraima, PMDB. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tudo PMDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aí, o PMDB nos outros três Estados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito bem. É de fundamental importância que a gente possa ter o acesso...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso eu me predisponho a fornecer, mas eu não tenho...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra informação que foi muito veiculada pela imprensa é que, segundo a estatal, a Eletrobrás, o contrato com a seguradora foi assinado dois anos antes da posse de Ademar Palocci na diretoria da Eletronorte. O senhor confirma isso? Teve alguma intermediação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não teve nenhuma intermediação. A ligação... A minha aproximação ao Ademar foi através de dois amigos comuns que o apresentou quando ele era Secretário de Fazenda de Goiânia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De Goiânia.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Unicamente. Por quê? Por causa do processo que tinha da rodovia, que eles chamavam de Macambira – Anicuns, que era um rodoanel de conhecimento próximo do de São Paulo. Unicamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria que o senhor fosse bem objetivo. A partir do que o senhor está colocando, houve algum tipo de favorecimento da sua seguradora, em troca de financiamento da campanha do PT em Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Não tive nenhum favorecimento até porque está em liquidação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria, ainda, perguntar ao senhor o seguinte: tem três afirmações na imprensa que eu vou fazer a leitura e depois vou fazer as perguntas. Então, eu queria que o senhor prestasse um pouquinho de atenção.

“Como a CPMI dos Correios já vem investigando este esquema todo de financiamento de campanha, esse esquema todo de verbas irregulares para dentro do PT, me parece que a CPMI dos Correios, necessariamente, vai precisar entrar nesse tema para tentar entender que tipo de coisa aconteceu ali” – defendeu o Deputado Eduardo Paes do PSDB-RJ.

Aí tem uma outra declaração: “Isso, de uma vez por todas, acaba com o discurso de que não havia dinheiro público, caracterizando, assim, que dinheiro público foi utilizado para enriquecer o PT e os seus

dirigentes”, observou o Deputado Rodrigo Maia, PFL, Rio de Janeiro.

Tem outra declaração que diz assim: “Ilmar Marçal afirmou, no entanto, que o Partido, o PT, é o menor beneficiário do esquema e assegurou que seu cliente divulgará até sexta-feira, que seria 23 de setembro, a relação de candidatos, entre eles do PSDB e do PFL, que teriam recebido contribuições durante as eleições do ano passado e de 2002.”

Quem é o Sr. Ilmar Marçal?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Meu advogado.

O SR. ILMAR MARÇAL – Sou eu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o seu advogado, então já posso fazer as perguntas para ele já, Presidente? (Pausa.)

Bom, é o advogado. A relação é de quanto tempo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele é meu advogado desde o processo... Tenho dois processos com o escritório dele, datados de 2000 e 2001, e agora especificamente nesses procedimentos relacionados aí à liquidação da Interbrazil e a direção fiscal, Ele está acompanhando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E foi o Sr. Ilmar Marçal, então, que deu essa declaração de que no dia 23 de setembro seria entregue a relação dos candidatos beneficiados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E por que essa lista ainda não apareceu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque ela está na contabilidade da empresa, aí ele e mais o Dr. Ismael tentaram junto ao liquidante levar informações para a tentativa de extrair todas essas informações no sentido de que pudesse inclusive trazer já para o procedimento da CPMI porque, nesse mesmo dia, foi divulgado que seria votado e logo depois saiu também, acho que dois ou três dias depois, dizendo que tinha sido aprovada a minha vinda à CPMI. Então, tentamos fazer a agilização das informações, mas, infelizmente, não obtivemos êxito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Cláudio Marques é o seu irmão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O seu irmão presta serviços à editora da gráfica, não é?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Prestou serviço para... Ele não tem a gráfica, ele tem um serviço de *design* e ele trabalhou sempre com os *designs* de leiautes gráficos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu sei que o senhor disse que tem a lista, que está tudo lá registrado. Têm algumas coisas que marcam, que chamam a atenção, mesmo quando é um volume grande, como o senhor disse, que é de muitos partidos, de muitas cidades, muitos Estados, mas assim: o senhor não poderia declinar nenhum nome desses candidatos que foram beneficiados pela contribuição?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Senadora, talvez, se eu tivesse mais próximo, até poderia. Meu estado hoje, até emocional, que estava até conversando com o Presidente ali, no intervalo, não me permite eu acreditar isso na memória, até porque eu não vou correr o risco de prejudicar ou de ter uma informação em que sei que ela está correta. Então, é só eu ir lá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É só termos um pouquinho de paciência para acessar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu estou me predispondo a fazer todos os procedimentos possíveis junto à liquidação para fazer esse levantamento, agora não gostaria de citar nenhum suposto nome para não prejudicar em nada, inclusive a apuração que tem que ser feita.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu teria aqui perguntas ainda, mas o senhor foi tão categórico ao dizer que houve apenas repasses ou contribuições na campanha de 2004. Não houve efetivamente nenhuma outra campanha? Por exemplo, não teve contribuição para candidatura a governo de Estado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, toda a campanha...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Presidente da República?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Contribuição para o Lula?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para o Serra?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para Presidente da República, não; para governo de Estado, não. Para Senado, Senador?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Também não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Federal, Deputado Estadual?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Também não. Até mesmo porque – volto a afirmar – o nosso projeto de aproximação era próximo dos órgãos públicos que pudessem trabalhar com seqüestro de car-

bono. Não consigo... Não conseguimos achar o elo de ligação que seria qualquer outro se não os órgãos de prefeitura, câmara para a aprovação dessas bolsas regionais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando das declarações do Sr. Ilmar Marçal, ele coloca que eram vários partidos e agora pela lista do Estado e dos partidos que o senhor citou aqui, quando ele diz ali que o PT seria o menor beneficiário do esquema se deve exatamente nestas relações aqui dos Estados e dos partidos de que o PT aparece em Goiás ou talvez numa coligação no Paraná, mas nenhum... É por conta disso.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É justamente isso, é porque ele já tinha a informação das siglas e dentro das siglas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os maiores beneficiários seriam o PSDB...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...o PMDB, PFL.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Até mesmo pelos outros Estados, porque de Goiás só foi o PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para entender a expressão menor beneficiário.

Uma outra coisa, quando iniciamos o trabalho desta CPMI foi por conta daquele episódio da fita do Marinho colocando os R\$3 mil; e a denúncia era de que havia um grande esquema de corrupção em empresas, em estatais, com intermediação de benefícios para grandes contratos com vantagens e, por conta desses contratos e das vantagens, fluía dinheiro para partidos políticos. O senhor falou em grandes contratos anteriormente. Esses grandes contratos aconteceram quando?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Fui questionado sobre os contratos; e eu falei dos contratos da Copel, de Angra I, Angra II e da Celg. Da Celg foi em 2004; Copel...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Celg é a Companhia Energética de Goiás. Uma companhia estatal?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Estatal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Do Estado de Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do Estado de Goiás.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tem nada a ver com o Governo Federal?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É uma economia mista, mas a participação maior...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa foi em 2004.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi em 2004. Copel: iniciou-se em 2002, 2003; Angra I e Angra II: foi 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, a Copel é a Companhia de Energia Elétrica do Paraná.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do Paraná.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa é mais antiga: 2002, 2003.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É mais antiga. A mais antiga delas é a Copel.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E depois?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Angra I e Angra II: 2002 e 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, os maiores contratos são Governos Estaduais, Companhias de Energia Elétrica Estaduais: Goiás e Paraná; e no âmbito federal é Angra I, que começou já uma parte no Governo anterior e outra agora.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ainda nessa história do nosso início de CPML, naquele esquema de trabalhar pela intermediação e benefício nos contratos, irrigar partidos políticos, tinha a história das indicações, que tinha as indicações-chaves, para os postos-chaves que, por intermédio das indicações dos postos-chaves é que se irrigava o esquema de corrupção que estava dentro dos Correios, de Furnas, Eletronorte, não sei mais o quê, não sei mais o quê.

Há uma notinha, de que vou fazer a leitura, para depois ainda fazer algumas perguntas, Sr. Presidente.

O título é: “Perillo, cheiro de vingança”.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O tempo de V. Ex^a se esgotou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas V. Ex^a vai ser gentil comigo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a complacência do nobre companheiro Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tenho uma verdadeira admiração pela Senadora Ideli, mas eu tenho de ir a outra Comissão. Portanto, vou pedir à Senadora que, tendo em vista que vou ter de usar do meu tempo como próximo inscrito, respeitasse também o tempo dela.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou acelerar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Obrigada, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou fazer aqui a leitura do trecho, para depois fazer as perguntas.

“Perillo: cheiro de vingança.”

“O Governador de Goiás, Marconi Perillo, foi a Paris depois de dizer que tinha avisado Lula do mensalão. No Governo, a estocada pareceu vingança por José Dirceu ter vetado a indicação do Secretário goiano, Armando Virgílio, para a Presidência da Susep.

Virgílio foi indicado por Roberto Jefferson para o cargo que fiscaliza (aí tem uma observação do colunista). Adivinhem? As seguradoras.”

O senhor conhece Armando Virgílio dos Santos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou fazer todas as perguntas até para facilitar. O Armando Virgílio é conhecido em Goiás? Qual é a relação do Sr. Armando Virgílio com o Governador? Quais as funções que o Sr. Armando Virgílio desempenha?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, a Senadora Ideli podia se reinscrever e respeitar o tempo dela.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O PSDB está tão preocupado com essas perguntas que vou até assim... Como quero esmiuçar isso, o Deputado Eduardo Paes pode fazer as perguntas, logo em seguida eu faço.

Pode passar o tempo a ele, eu faço com toda calma, porque realmente essa é uma questão pertinente. Porque houve uma acusação de que o Ministro José Dirceu comandava o sistema da corrupção. Ele vetou alguém, vetou alguém. Agora, temos uma pessoa que pode dar informações importantes se o veto tinha razão de ser ou não.

Pode fazer as perguntas, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não vou nem usar o meu tempo todo. Quero apenas explicar à Senadora Ideli que tenho um compromisso hoje mais tarde, no Rio de Janeiro. Então, vou pegar o voo das 15h20. Por isso, eu a interrompi. O PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não vou nem usar todo o tempo, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Ceda o restante do seu tempo a ela, então.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Cedo. Perfeito. Não vai nem ser preciso o Deputado Abicalil

ter toda essa gentileza com a Senadora Ideli, que fica dividida entre várias Comissões.

Queria só esclarecer, Sr. Presidente. O PSDB não tem problema com nada. Aliás, estamos terminando uma semana em que o Governo, mais uma vez, tenta se utilizar de uma estratégia – não sei o que mais precisa ser encontrado e provado nesta Comissão para que o Governo aceite esse grande esquema de corrupção existente. É absolutamente assustador quando ouvimos autoridades como o Presidente de República, o Ministro da Justiça e tantos outros dizerem: “Mas não se provou nada, não se tem nada”. Agora, no Brasil, exige-se recibo de corrupção.

Nenhuma ilação é feita aqui, Sr. Presidente. Todas as falas, pelo menos da minha parte, são afirmações. Repito aqui o que disse ao Ministro Gushiken: é um Governo com teias e com braços de corrupção assustadores.

Sr. André, foi amplamente divulgado na mídia que a Susep fez uma denúncia ao Ministério Público, que a encaminhou à Polícia Federal, relatando que o senhor estava sumido e que tinha levado o computador central, o servidor da Interbrazil. Por que o senhor levou o computador, o servidor da companhia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A companhia tinha um custo de Internet – ela funcionava 100% na Internet –, ela tinha um custo, à época, na Internet, variando entre R\$40 mil e R\$50 mil mensais. Foi feito um estudo e foi detectado que, em Goiânia, esse custo cairia para a faixa de R\$10 mil a R\$12 mil. Num procedimento de mudança da sede da Avenida Colômbia para a Ipiranga, essa mudança também estava sendo providenciada, inclusive com acompanhamento do fiscal que estava lá na companhia... Já tinha feito duas ou três comunicações pelos diretores de que a companhia desejava transferir todo esse custo que tinha, em São Paulo, com comunicação, principalmente de Internet, para Goiânia que era por um menor preço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quando o senhor devolveu esse computador servidor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eles foram devolvidos logo em seguida, quando dei posse para o liquidante na direção fiscal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor devolveu por livre e espontânea vontade ou foi a Polícia Federal que resgatou o computador?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi por livre e espontânea vontade. Depois, houve um procedimento de solicitação de busca e apreensão na empresa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se o senhor já tinha devolvido, por que depois houve esse requerimento de busca e apreensão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eles imaginavam que teria mais coisas e lá chegando encontrou-se, solicitou que fosse feita a busca e apreensão de todos os tipos de documentos que tivessem o nome Interbrazil. Foi feita a busca e apreensão de orçamentos que foram feitos durante 1988 e 1999, todos esses procedimentos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não estava, com isso, querendo evitar que nenhum dado viesse a público?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Até porque estou, hoje, me predispondo a voltar à liquidação para buscar essas informações e ajudar o liquidante a conceder essas informações à CPMI.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor hoje está se predispondo a isso, mas, naquele momento...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em nenhum momento, eu pensei em fazer algum uso dessa informação que não fosse para a própria Interbrazil, até mesmo porque...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que informação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O *síte* da empresa tem todos os procedimentos operacionais de emissão de apólice, o corretor emitia a apólice na ponta, na...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então, eu vou fazer uma pergunta a V. S^a: o senhor afirmou, em resposta a várias perguntas que foram feitas, que a Interbrazil prestava o serviço de seguro-garantia.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Correto. E V. S^a sabe que, para garantir uma determinada empresa, é obrigatório que essa empresa seja cadastrada no IRB, não é isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, e a Interbrazil era.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deve também ser obedecido o limite de garantia estabelecido pelo IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Estabelecido pela Susep e pelo IRB, e tinha esse limite.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato. Pergunto a V. S^a se a empresa Interbrazil cumpriu sempre esses procedimentos na hora de realizar operações de seguro-garantia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sempre cumprimos esse procedimento e, inclusive, tivemos demandas judiciais contra o IRB, para fazer o uso desse direito e das circulares operacionais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No dia 5 de março de 2004, a Interbrazil emitiu uma apólice,

tenho-a em minhas mãos, de seguro-garantia para garantir a prestação de serviços da empresa J. Joksán Transportes Ltda. para a Receita Federal, no valor de R\$400 mil. Só que essa empresa não tinha cadastro junto ao IRB e, conseqüentemente, não poderia contratar esse seguro. Tenho aqui a apólice, a cópia do seguro-garantia, está aqui a apólice emitida pela Interbrazil Seguradora e também a informação, é uma consulta feita ao IRB dizendo:

“Informamos que a empresa inscrita no CNPJ tal, tal, tal, que é essa J. Joksán Transportes Ltda., não possui cadastro do IRB Brasil”. Por que, então, a...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A resposta a essa pergunta é altamente técnica, e vou tentar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Gostaria de ouvir.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...ser o mais breve até...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Isso, sou meio ignorante no assunto, mas...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...para aproveitar o tempo do senhor, não é questão de achá-lo ignorante, é porque é técnica mesmo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, de fato não é um assunto que domino.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O procedimento normal de uma contratação de uma apólice de seguro é feito por intermédio de um corretor de seguros que procura uma seguradora com essa demanda de seu cliente, ou seja, essa empresa J. Joksán alguma coisa é cliente de uma corretora, que, nessa apólice também deve ter o nome da corretora de seguros.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas a J. Joksán não teria de ser cadastrada no IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Teria de ser cadastrada no IRB se...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o senhor não...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...se o limite da Interbrazil fosse menor do que o limite que fosse emitido. O limite da Interbrazil, salvo...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não são coisas alternativas, quer dizer, ela diz que...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Dentro do limite da companhia de seguros, o senhor pode fazer a emissão da apólice e fazer o registro durante um período que chamamos de relatórios operacionais, que é o movimento operacional do IRB porque se refere a uma data do mês, de 1º a 30 de cada mês, até o dia 20 do mês seguinte.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para encurtar, o senhor está dizendo que essa apólice não

é irregular, apesar de a empresa não estar cadastrada no...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tenho todos os documentos em mão, mas tenho certeza de que essa apólice não é irregular.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Essa apólice foi lançada na contabilidade da seguradora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foram lançadas todas as apólices na contabilidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E como é que a Interbrazil conseguiu, por exemplo, que a Receita Federal, que era o segurado no caso, aceitasse uma apólice de uma empresa que não tinha garantia no IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Esse procedimento de homologação da apólice junto ao órgão é por intermédio do próprio cliente da seguradora, que é o corretor, e do seu cliente, que é o caso...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Receita Federal não checkou isso, apesar de ser um órgão também do mesmo Ministério, enfim?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Provavelmente, ela tem os seus procedimentos que não conheço, mas a homologação dessa apólice junto a qualquer segurado é pelo que chamamos de tomador do risco, que é a J. não sei o quê...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No caso, a J. Joksán.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...e do corretor de seguros. Se estão nas informações todos esses procedimentos, eles têm, com certeza, todos os procedimentos que foram utilizados para a homologação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor conhecia, tinha informação dessa apólice aqui?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, a empresa...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Especificamente, dessa negociação com a Receita Federal?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Interbrazil emitia por mês cerca de 20 mil apólices/mês, não tenho como...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, no caso da Receita Federal, chegou a emitir outros seguros, seus prestadores de serviços?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tenho conhecimento, porque eu trabalhava com os números macro. Como presidente da companhia, eu recebia só os relatórios macro. Agora, volto a falar, na contabilidade, por exemplo, tenho condições de levantar pelos próprios sistemas que têm lá, se digitar lá via Receita Federal, provavelmente vão sair todas as apólices que foram emitidas para a Receita Federal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Deputado Sub-Relator, Carlos Abicalil, vou encaminhar à Relatoria a cópia desse seguro-garantia, dessa apólice e a informação de que a empresa não estaria cadastrada no IRB, pois se trata de um caso que envolve a Receita Federal. Enfim, segundo entendimento nosso, houve, de fato, a emissão de uma apólice irregular desrespeitando as regras, dado em razão do fato de a empresa não estar cadastrada no IRB, portanto, considero isso um elemento relevante e importante para as investigações que fazemos aqui.

Só uma pergunta, talvez mais ampla, mais aberta: o senhor foi acusado por representantes do setor de seguros de, na própria entrevista ao Jornal Nacional, que foi quando envolveram as suas relações com o irmão do ministro Palocci – daqui a pouco a Senadora Ideli vai tentar achar a relação do senhor para cá e para lá, mas naquela matéria específica –, o senhor foi acusado por outras empresas ou por representantes do setor de que é assustador o crescimento da empresa Interbrazil, de que não era uma empresa relevante, que de repente vira uma grande empresa, começa a contratar uma série de serviços. O senhor poderia dar uma explicação para isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor deve estar se portando à entrevista...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Dória deu uma entrevista...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Gustavo Dória, por exemplo, no mercado de seguradoras, a gente sabe que ele é sócio da J. Malucelli, que é concorrente da Interbrazil e que ganhou a concorrência no grito na BR Distribuidora em 2002 e 2003.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como é isso, ganhou a concorrência no grito?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Sr. Gustavo Dória, que condenou a Intebrazil por falar que ela estava crescendo assustadoramente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem é o Sr. Gustavo Dória?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É o que deu a entrevista, é um consultor de seguros. Todo o mercado de seguro sabe que ele é sócio oculto do Diretor-Presidente, Sr. Posseied, da J. Malucelli.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o que é ganhar uma concorrência no grito? O que o senhor quis dizer com isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque ganhei uma concorrência, o senhor não estava no momento, a Intebrazil ganhou uma concorrência na BR Distribuidora, em 2003, cuja taxa era o menor preço, começou com 0,35; a Intebrazil apresentou 0,18; a J.

Malucelli apresentou 0,25. E, no entanto, o IRB interferiu, tirou a Interbrazil e colocou a J. Malucelli

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Suponho que alguém lá estava sendo beneficiado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sou daqueles aqui, Sr. André, que não exige recibo de corrupto não. Tem que ter a prova da corrupção, o sujeito levou o dinheiro por fora e tem que ter o recibo...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É simples você... O acompanhamento dessa BR Distribuidora... O IRB, na pessoa do seu diretor, o Sr. Aldenor, Francisco Aldenor, enviou uma correspondência para a BR dizendo que não homologaria a taxa da Intebrazil. E é um procedimento em que a BR faz a...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas por quê? Desculpe a ignorância, se tinha um preço muito melhor...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou supor. Vou falar para o senhor. Suponho que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Fale por suposição.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Suponho que o Sr. Francisco Aldenor também estivesse no esquema da J. Malucelli.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, tinha um grande esquema dessa empresa beneficiando figuras da BR Distribuidora.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tenho como tirar outra conclusão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Do IRB ou da BR Distribuidora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do IRB, porque...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O esquema seria no IRB.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque a J. Malucelli, se o senhor puxar o histórico, ela está em todas as grandes concessões rodoviárias do Paraná, do Estado de São Paulo. Ela não tem nenhuma ligação com resseguradoras externas. No entanto, tem um trânsito muito ágil dentro do IRB, coisa que o mercado segurador não tem. Então, a minha suposição é que realmente tenha um esquema com eles, porque o patrimônio da J. Malucelli com o patrimônio da Interbrazil é equivalente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor poderia apontar, mesmo por suposição, aquilo que o senhor supõe, estamos aqui falando de suposições do senhor, e não há o menor problema nisso. O senhor poderia apontar quem no IRB seria o contato dessa J. Malucelli?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Suponho que sejam os funcionários de segundo escalão que são trocados de acordo com a diretoria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor poderia ser mais claro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não vou tentar supor nomes, até porque eu seria leviano...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas como é isso? Funcionários de segundo escalão são trocados com a própria diretoria...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor sabe hoje que a nomeação nas estatais, são feitas nomeações, e o IRB por ser economia mista também procede desse jeito. Todo mundo sabe hoje que quem fez a maioria das nomeações dentro do IRB foi o PTB, do Roberto Jefferson, por ele declarado. Então, essas mudanças do segundo escalão eram de acordo com as diretorias que ali foram nomeadas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não apontaria nenhum diretor como envolvido mais diretamente?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O único que tenho envolvido que tenho condições de falar, porque inclusive tenho ligações dele para o meu celular, é do Sr. Francisco Aldenor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Sr. Presidente, infelizmente não deu para deixar o meu tempo para a Senadora Ideli, mas certamente todos estamos muito ansiosos pelas ilações, suposições tradicionais da Senadora.

Muito obrigado, Sr. André.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Bentes. PMDB – PA) – O Deputado Abicalil cede parte de seu tempo para a que a Senadora Ideli possa fazer as últimas indagações.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso. Vamos reprisar aquilo para que não haja novas interrupções.

Há uma nota que foi publicada com o título: “Perillo, cheiro de vingança. O Governador de Goiás, Marconi Perillo, foi a Paris, depois de dizer que tinha avisado Lula do mensalão. No Governo, a estocada parece vingança, por José Dirceu ter vetado a indicação do Secretário goiano, Armando Virgílio, para a presidência da Susep. Virgílio foi indicado por Roberto Jefferson para o cargo que fiscaliza – adivinhem! – as seguradoras.”

V. S^a conhece Armando Virgílio dos Santos Júnior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele é corretor de seguros, foi ou é ainda, não posso precisar. Mas ele sempre esteve inserido no Sindicato dos Corretores de Goiás, na Fenacor, que é a Federação dos Corretores, e na Funeseg, que é a Escola de Seguros. Hoje, atualmente, ele é Secretário do Trabalho do Governo Marconi. Anteriormente, parece-me que ele teve um trabalho no Governo de Goiás com uma Secretaria de Seguros. Não posso precisar, porque acho que foi na época do primeiro mandato do Marconi.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Atualmente, ele trabalha no Governo do Estado, mas já teve outras funções?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na função de presidente, V.S^a mesmo confirmou que ele esteve na Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, de Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguro. O Sr. Armando Virgílio tem como primeiro vice-presidente Henrique Jorge Duarte Brandão. V. S^a conhece o Sr. Henrique Brandão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De onde?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele é do mercado tradicional. Ele é dono da Assurê Corretora de Seguros. Apesar de a Interbrazil nunca ter feito negociações ou comércio de apólices com o Sr. Henrique Brandão, eu o conheço de palestras, de reuniões e de eventos no mercado de seguros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer, a Interbrazil nunca teve relação com a Assurê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Com a Assurê não, nem com o Henrique Brandão, que é o dono.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – As relações de V. S^a com Henrique Brandão...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – São de mercado, de reuniões, de palestras e similares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E com o Armando Virgílio?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Armando Virgílio, devido a empresa... eu o conheço um pouco mais; porém, da mesma forma. Não tenho notícias de que a Interbrazil tenha feito negociações com a empresa dele. Até porque não sei se a corretora dele ainda está operante. Mas isso não é difícil de descobrir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que função o Sr. Henrique Brandão desempenhou no IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No IRB, eu não tenho conhecimento. O que eu vi pela mídia e pelo que o Roberto Jefferson falou, foi indicação de currículos de amigos próximos para a composição da diretoria do IRB. Isso saiu aqui do próprio depoimento do Roberto Jefferson. Eu não tive... Dentro do IRB, conhecimento de que ele tenha alguma outra influência...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando eu fiz a leitura da nota, ela dá a entender que houve uma espécie de represália do Governador Marconi Perillo por não ter emplacado o Armando Virgílio para a presidência da Susep. A Susep é a...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Susep é o órgão regulamentador e fiscalizador do mercado de seguros. É a Superintendência de Seguros Privados, que hoje tem como superintendente o René.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – René?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – René Garcia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há ligações entre o Sr. Armando Virgílio – isso está claro até pelas suas declarações – e o Henrique Brandão, do IRB, pela convivência na Federação Nacional de Corretores, pois um é presidente e o outro é 1º vice.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Parece-me que é na Funeseg. Mas é no mercado de seguros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eles dividem a diretoria da Federação Nacional dos Corretores.

V. Sª teria alguma informação sobre por que houve esse veto para o cargo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, eu não tenho nenhuma informação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Sª não pode imaginar por que o Armando Virgílio foi vetado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. O único...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por que não seria conveniente ele estar...?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – ...conhecimento que tive do Armando foi encontrá-lo no aeroporto. Já existia há mais de dois meses. Na época, o comentário era o de que ele ia ser o superintendente da Susep. Encontrando ele – até porque ele é goiano – no aeroporto de São Paulo para Goiânia, eu mesmo perguntei: você vai ser o superintendente ou não? Ele me disse: isso é boato; eu não estou trabalhando com essa informação. Foi o que ele me falou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas havia o boato de que ele seria?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tinha, o mercado de seguros sempre comentou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele estava cotado para?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O mercado tinha essa idéia de que alguém – ou ele – estava trabalhando, para que ele fosse o superintendente, até porque ficou um tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, pode proceder esta nota de que ele realmente estava indicado pelo Roberto Jefferson e que houve um veto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Provavelmente, no campo da probabilidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eram essas as questões que me faltavam fazer. Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Exª. Vou chamar o próximo inscrito. O Deputado Onyx Lorenzoni está ausente. O Deputado ACM Neto está ausente. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. Exª pode descontar o tempo já usado?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para registro, Sr. Presidente: que fique bem explicitado que os que tanto querem investigar, quando chega a hora das perguntas...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para fazer justiça aos ausentes, estamos com mais duas sub-relatorias funcionando, e eles estão lá. É impossível estar em vários lugares ao mesmo tempo, não existe esse dom da uni-presença, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Se voltarem à Comissão, eu lhes restabelecerei o tempo, para que façam suas inquiries.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estamos nos dividindo, e a Senadora Ideli Salvatti sabe disso, tanto que ela já está indo embora, o que não significa que não queira investigar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É porque tenho de ir para as outras duas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. É o que os outros estão fazendo, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos ver se eles vêm.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra, o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, V. Exª pode restituir o tempo que me cabe ainda, depois de ter sido usado parcialmente pela Senadora Ideli Salvatti? São nove...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – São 10 minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era até um pouco menos, mas agradeço a parcimônia de V. Ex^a.

De todo modo, gostaria de recuperar aqui uma informação, para que tenhamos precisão sobre ela, meu caro depoente, Sr. André Marques. V. S^a afirmou que seria possível resgatar as contribuições específicas que fez a campanhas eleitorais no ano de 2004. Procede isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. A contabilidade da empresa tem... Quando falo em resgatar é porque tenho de solicitar...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não quer cometer injustiça nem de grandeza, nem de nominar quem porventura não tenha sido...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Também não tenho condições, apesar de ter tentado anteriormente, de acessar o acervo contábil da empresa devido à liquidação extrajudicial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a, portanto, refere-se a uma contabilidade formal, oficial?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E houve doações que porventura não tivessem passado por essa contabilidade formal?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a tem segurança do que está afirmando?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sempre todas foram contabilizadas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todas foram contabilizadas, inclusive aquelas que porventura tenham sido comprometidas com a gráfica do seu irmão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim, todo o procedimento desses gastos foi contabilizado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a mantém, na revelação que faz, contratos que envolviam empresas estatais e já mencionou algumas. Houve algum contrato que envolvesse algum tipo de iniciativa da Prefeitura municipal de Goiânia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Teve um contrato de que tive conhecimento pela própria mídia, que foi com a Comurg. Não foi um procedimento de concorrência por menor preço do qual foi indicado; o corretor é que homologou a participação da Interbrazil. É um contrato, até onde consegui apurar, de concorrência de menor preço e de seguro dos funcionários da Comurg. O valor do seguro anual era R\$12 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Doze mil reais ao ano?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ao ano.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor está falando de mil, não de milhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Doze mil reais. O seguro de vida é um seguro teoricamente barato, pela longevidade da vida das pessoas brasileiras.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O que significava um dispêndio de cerca de R\$1.000,00/mês para o conjunto do contrato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Para o conjunto do contrato. Tenho informação disso, porque foi divulgado na mídia. E o contrato, que foi divulgado no Diário Oficial, tem o valor. Se puxar pela mídia do Diário Oficial do Município, lá tem o valor do contrato, que é R\$12 mil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E com a Celg ?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Com a Celg fizemos uma apólice de garantia judicial, e o valor de garantia era R\$1,1 bilhão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Um bilhão e cem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um bilhão e cem milhões.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O valor era de recebimento desse prêmio, na faixa de R\$10,8 milhões, próximo de R\$11 milhões. Foi dividido em 12 parcelas, e desse valor a gente recebeu R\$2,8 milhões, e não se seguiu à frente devido ao acordo ocorrido no contrato da demanda judicial. Peço até desculpas por falar acelerado, porque todas essas informações já passei ao nosso Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É porque algumas dimensões de proporcionalidade é preciso que fiquem claras.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só quero preservar o tempo do senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É claro. É preciso que fiquem claras as noções de representatividade, inclusive de valores, das dimensões que ele tem, porque, pelo que se lê na imprensa, faz-se uma verdadeira arruaça com informações que se confundem, tentando incriminar determinados agentes e administradores públicos e, quem sabe, em outro interesse, tentando ocultar outras dimensões, outras proporcionalidades e outros agentes.

Como nosso interesse aqui é não apenas apurar, mas também nossa responsabilidade será atribuir juízo, é fundamental que tenha algum senso de proporcionalidade entre as operações realizadas, até para ver se têm procedência ou não determinadas afirmações que foram feitas durante semanas, na imprensa, atribuindo-se responsabilidades a agentes públicos, de

alta relevância e com papel importante na sociedade e na administração pública do País, quando, na verdade, vamos vendo que as dimensões são completamente inversas àquelas que se pretenderam imprimir em processos anteriores.

Diz-se que V. S^a mencionou que houve contribuições à campanha em diversos Estados: Goiás, São Paulo, Paraná, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. São esses?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – São esses os Estados. As siglas tenho aqui também.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em algum desses Estados, V. S^a manteve contratos com estatais para além do Paraná, que já é conhecido, e da Celg em Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Que eu possa lembrar...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Copel. No Paraná é a Copel.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – São Paulo teve um procedimento – inclusive está na mídia, não tem como esconder – que foi o Consórcio Triângulo do Sol.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Triângulo do Sol é um consórcio da Prefeitura?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Consórcio Triângulo do Sol é uma empresa que, à época da emissão da apólice, era uma sociedade entre um grupo de São Paulo, Ribeirão Preto, com um grupo de Portugal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Para concessão de rodovias.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Rodovias?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exploração de rodovias.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Rodovias de responsabilidade de que ente federado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do Governo Estadual.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Do Governo do Estado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. Quem homologou a apólice é... O agente regulamentador e regulador é a Artesp – Agência de regulação do transporte do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em que período foi feito esse contrato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi feito entre 2003 e 2004.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Entre 2003 e 2004, por essa agência, envolvendo empreendimentos do Estado de São Paulo, portanto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era um empreendimento do Estado de São Paulo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para além de Goiás, São Paulo, Paraná... no Mato Grosso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima. Posso ter participado de alguma concorrência que não tenho na mente agora, mas não tem nada de grande vulto, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, o senhor não tem neste momento memória, mas informará à CPML essa condição?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Informo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, de posse desses dados que o depoente se compromete a informar, tão logo tenha acesso à contabilidade da empresa, sobre os compromissos que fez, contabilizados na empresa para participação sobre financiamentos de campanha – que foi, Sr. André Marques, a principal razão da sua convocatória aqui, além do fato de que, conforme revelação da imprensa, V. S^a e suas empresas teriam participado, de maneira ilícita, de processos de contratação e de licitação e, por interferência política, beneficiado o meu Partido, o PT, inclusive acusando-o de participar de caixa dois –, creio que isso seja absolutamente relevante, não apenas para aquilo que é o motivo principal da CPML, como também para se esclarecer, de vez, com razão e proporção, o comprometimento que sua empresa tenha tido, e V. S^a em particular, com relação à prática de ilícitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. Ausente.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é evidente que não farei nenhuma denúncia; oferecerei oportunidade ao depoente de responder às denúncias que, nos últimos dias, foram suscitadas.

Primeiramente, quanto à questão do financiamento à campanha eleitoral, é evidente que é da lei, é ético. A legislação do País possibilita que uma empresa financie campanha eleitoral, obviamente cumprindo os requisitos legais, com declaração da doação e das despesas efetuadas. Portanto, se a empresa que o depoente representa participou de campanhas eleitorais, não cometeu crimes, desde que dentro dos dispositivos legais.

Ocorre que se divulgou que, relativamente ao PT de Goiás, não consta prestação de contas do PT em Goiás. Nas prestações de contas do PT em Goiás não constam essas despesas da gráfica do Cláudio Marques da Silva ou da Interbrazil. O senhor afirmou que na contabilidade da empresa consta. É isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso, na contabilidade da empresa consta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que, se consta na contabilidade da empresa e não consta na prestação de contas do Partido ao Tribunal Eleitoral, há de se convir que é resultante de caixa dois. E o Partido utilizou indevidamente o recurso. Mas é uma questão a ser esclarecida, e, repito, estou pedindo esclarecimentos e não fazendo.

O senhor citou partidos em vários Estados; inclusive cita o PSDB no Paraná, o PMDB e o PT, enfim. Como não tenho conhecimento de que o PSDB, por exemplo, tenha recebido recursos da Interbrazil para a campanha eleitoral no Paraná, gostaria que o senhor fosse mais específico. Cabe ao senhor declarar quem recebeu esses recursos no Paraná.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu já me comprometi com o Presidente, e, no momento em que ele até já aprovou, segundo informações, o pedido, todas essas informações vão estar aqui com a CPMI, entendeu? Logo em seguida...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu fiz alguns contatos rapidamente, não deu tempo, obviamente. Eu fiz contato com as maiores cidades e não tive resposta afirmativa. É muito estranho. Quero saber, porque quero conferir depois, na prestação de contas do Partido em cada Município, no que diz respeito ao PSDB, pelo menos, que represento aqui. Quero ter a oportunidade de conferir se houve a prestação de contas, conforme a legislação requer. Se houve a prestação de contas, nós temos é que agradecer a doação. Mas, se não houve prestação de contas, há algo errado e precisamos elucidar isso.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu volto a colocar-me à disposição, Senador. Só não tenho condições de buscar na minha memória, até mesmo pelo momento em que me encontro, de fazer rapidamente isso, porque também não tenho condições de fazer essas consultas rapidamente, porque todo o material está sob a liquidação extrajudicial. Mas, lá estando com a documentação, isso é de uma rapidez fácil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor deve estar muito seguro ao fazer essas declarações, por isso estou insistindo. Há que se apresentarem os dados, para que se confira se há irregularidades.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu já me comprometi perante o Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dessa consulta rápida que fiz, há uma informação que não posso, evidentemente, confirmar, não assino embaixo, mas indago; creio que não custa indagar para tirar uma dúvida que agora me sacode. É que o senhor esteve na campanha em Curitiba, no palanque da coligação PT/PMDB. Imagino que isso até pode ter ocorrido, porque grandes astros da música sertaneja do seu Estado de Goiás estiveram na campanha em Curitiba. Então, até é possível.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Mas foi falado do PMDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor esteve no palanque lá, em comício, em Curitiba?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu estive num comício no dia da cantora Wanessa Camargo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Era isso que queria confirmar. Então, a informação que recebi é verdadeira.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tanto que, para essa informação, até o momento não fui indagado. É o primeiro momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Além de financiar a campanha do PT/PMDB em Curitiba, o senhor participou pessoalmente, fisicamente dela, levando o apoio do seu prestígio.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu estava em Curitiba para agenciamento do mercado com a Conut, fechamento de contrato com a Conut, que é a Confederação Nacional dos Transportes, que... sobre o acidente, o seguro para acidentes pessoais das passagens de ônibus.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a informação. Evidentemente, o senhor é um homem livre e tem a liberdade de participar de qualquer campanha eleitoral. Não há nenhum problema. Apenas queria essa confirmação. Repito que não estou trazendo nenhuma denúncia e não gosto também de trazer a província para o plano nacional. Evito, como representante do Paraná, trazer questões paranaenses, mas, neste caso, sou obrigado a fazer algumas indagações para esclarecer, até porque há no Paraná um jornal na Internet, a **Gazeta de novo**, de grande prestígio, do Sr. Guilhobel, que, aliás, atuou nessa área de seguros. E esse jornal traz informações relativamente à presença da Interbrazil não só na Copel, como também no porto de Paranaguá, e isso já é público. Queremos apenas esclarecimentos, porque não somos técnicos dessa área e certamente temos de aprender muito.

A Interbrazil possuía um patrimônio líquido, já se falou aqui, pequeno e cobria apólices da Copel no valor de R\$1,2 bilhão. A informação que traz esse jornal

é a de que a Intebrazil não fez o resseguro, porque não tem limite de retenção; então, não tinha nenhuma possibilidade de arcar com indenizações em caso de sinistro. A Copel é um dos maiores patrimônios do Paraná e evidentemente ficou sob a égide da insegurança absoluta, porque a sua seguradora é uma empresa seguradora de nome Intebrazil, que não tinha *funding* para suportar um eventual prejuízo da empresa. Como se explica isso? O limite técnico da Intebrazil era tão pequeno, que do prêmio arrecadado teria de ressegurar mais de 90%, e não ressegurava. Portanto, se não fez resseguro, não poderia pagar eventuais sinistros de uma empresa que é um patrimônio inestimável do nosso Estado e que é hoje, talvez, a empresa de energia elétrica mais competente do País. Como se explica isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Essa explicação tenho única e exclusiva, pelo próprio preâmbulo que o senhor falou. É uma questão técnica; além do que o senhor próprio declarou, que teria que aprofundar mais o seu conhecimento, a própria mídia teria também o aprofundamento dessas informações e desses conhecimentos técnicos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor pode já começar a ensinar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Aqui já foi falado: a participação nas concorrências por menor preço da Copel, nos dois anos assinados, foram todos homologados e apresentada toda a documentação, e todos os seguros eram pela Copel, negociados diretamente com o IRB, para um menor preço na fase de resseguro, evitando que as empresas de seguro pudessem manipular esses valores ou elevar por alguma outra informação. Então, já foi explicado aqui, em diversas indagações, que a Copel tem o gerenciamento do risco. Ela tem uma unidade de gerenciamento de risco, do qual ela faz todo esse gerenciamento, negocia com o IRB todo... não foi só... A informação está falando que teríamos de fazer 90%; não seriam 90%, seria... sempre toda negociação foi 100% do resseguro. Ganhamos o quê? Comissão para emissão da apólice, que, no primeiro ano, figurou próximo de 20% e, no segundo ano, próximo de 15%. Entendeu? Todas as operações de resseguro da Copel eram todas negociadas diretamente pela Copel. E, quando a seguradora já entrava na concorrência, já tinha o preço do IRB, do qual já tinha aceito aquelas condições que a Copel queria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só vou interromper um pouco, para completar a informação anterior, relativamente à campanha eleitoral em Curitiba. Recebo a informação de que não consta nenhuma

doação da Intebrazil, na eleição de Curitiba, do nosso partido, o PSDB, não consta. Vamos aguardar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu vou pedir mais uma vez...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor fica devendo essa informação.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não é nem que estou devendo, tenho o compromisso com o Presidente da Mesa de apresentar. Acho que foge até ao nosso compromisso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Espero que o senhor tenha dito a verdade, porque, se não disse a verdade relativamente à campanha do Paraná, o senhor terá que responder judicialmente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Com certeza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Prossigo nessa questão dos seguros. É evidente que realmente sou leigo e não consigo entender a sua explicação. Nem vou tentar entender, porque realmente o que fica evidente é que havia um entendimento entre a Intebrazil e o IRB, para que esse tipo de operação se fizesse. Veja agora o caso do Porto de Paranaguá. Vou encurtar, até porque meu tempo é limitado, para chegar só ao último pregão. Uma empresa venceu esse pregão com um valor, ofertando R\$1,3 bilhão para o seguro de um... R\$1,3 bilhão para um risco de 165 milhões. O prêmio máximo de R\$1,3 bilhão. Veja como tenho dificuldade até de dissertar sobre esse assunto técnico. Bem, essa empresa desistiu, porque tinha prejuízo; com esse patrimônio de R\$1,3 bilhão, com esse prêmio máximo, tinha prejuízo. A sua empresa assumiu os seguros, foi declarada vencedora com o lance final de R\$680 mil apenas. De R\$1,3 bilhão para R\$682 mil, quase 50% do valor máximo previsto no edital. Ninguém podia concorrer, realmente, com a sua empresa, não é? Essa apólice venceu, e houve uma prorrogação por mais 90 dias. Não pagou o prêmio dessa prorrogação.

Há um ano, o porto de Paranaguá está sem seguradora, exatamente porque não encontra interessados, certamente em função do que ficou estabelecido: um prêmio de R\$682 mil; não há concorrência para esse tipo de operação. E consta que a Intebrazil não pagou pelos sinistros havidos no porto de Paranaguá. É verdade isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Houve algumas demandas de sinistro, o departamento jurídico foi acionado. Até as informações que me chegaram, os sinistros foram questionados devido à regulação tecnicamente disso aí; são procedimentos técnicos de regulação de sinistro. Não tenho apuração de qual

o resultado, de pagar ou não pagar, e qual foi a forma de ocorrência desse sinistro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou fazer a última pergunta, para encerrar, mas antes concluindo o que interpreto disso tudo. Realmente, não há como operar desta forma. É evidente que a Interbrazil não fazia uma operação, sob o ponto de vista técnico, normal e, sob o ponto de vista ético, honesta. É evidente que coloca sob risco absoluto essas empresas que tinham a responsabilidade de oferecer segurança, como a Copel ou o porto de Paranaguá, que são patrimônios significativos.

Mas, para encerrar, gostaria de saber, nós gostaríamos de saber: qual é a real relação entre o senhor, a Interbrazil, e o Sr. Adhemar Palocci? Qual é o comprometimento existente? O financiamento dessas campanhas eleitorais evidentemente implica retribuição do Poder Público, e a presença de Adhemar Palocci no Poder Público, atuando como captador de recursos para campanha eleitoral, parece-me, estabelece um tráfico de influência. Eu gostaria que o senhor desenhasse essa relação com visibilidade: que tipo de relação é essa, que permitia essa ação de reciprocidade?

Encerro dessa forma, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Senador, primeira coisa para não... No sentido só de levar o conhecimento, não foi falado, talvez, nesse material do senhor, na reportagem, que o prêmio de resseguro do qual a Interbrazil ganhou, de 680 mil... O prêmio renegociado entre o porto de Paranaguá e o IRB era de 590. 590 mil, para assumir 100% do risco. Então, na oportunidade para frente, com a relação dos documentos, a gente poderá verificar tudo isso aí.

Segunda coisa, não tem... Eu não tive nem tenho relações com o Sr. Adhemar Palocci. Eu tive reuniões com ele na Prefeitura, quando Secretário de Finanças, para apresentação do nosso projeto de seqüestro de carbono, para gerar o crédito carbono, para o complexo que chamava Macambira/Anicuns, que é um projeto de um rodoanel em Goiânia. Como é do conhecimento de todos, já falado, a Interbrazil, até a data de agosto de 2005, era a única seguradora homologada pelo Bird, pela ONU e pelo BID, a trabalhar no Brasil com relação às garantias para esse processo. Unicamente, foi apresentar esse projeto, para que pudesse levar ao conhecimento das formas legislativas de Goiânia a imposição desse projeto e desse tipo de garantia para a qual a gente estava habilitado. E esse mercado, o mercado de seguros, todo produto criado é amplamente utilizado por todas seguradoras. Ela não tem registro específico para isso. Então, a criação dessa oportunidade levaria o crescimento do mercado de seguros,

podendo sair de um patamar de 3,5%, histórico, para um patamar de até 5% sobre o PIB.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço ao Senador a participação e concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Meus cumprimentos inicialmente ao Depoente.

Eu gostaria de perguntar, preliminarmente, por que foi exatamente liquidada a Interbrazil. Quais as razões, motivos da liquidação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Motivos pode haver mais específicos no processo da Susep, que os advogados estão no procedimento de verificação. Os procedimentos macros são: um, pela má gestão dos diretores, com desvio de recursos, inclusive adquirindo empresas nos nomes próprios, e pela dificuldade, que se estava apresentando no mercado de seguros, de se trabalhar com resseguros, a partir do momento em que o IRB, em todos os momentos de resseguros, de solicitação de resseguro, cotava-se, talvez, para uma seguradora 1, e para a seguradora, 2, talvez até 100% desse custo. Então, a fase da Interbrazil de pequena para média e todo o mercado de seguro de pequena e média seguradora depende unicamente do IRB e da agilidade que o IRB possa ter com essas empresas. Essas empresas pequenas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O fato de ter assumido operações sem o devido lastro, não caracterizou um dos motivos para essa interação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não porque eu não posso considerar assim porque é o último contrato – isto é consideração minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu não estou perguntando se V. S^a considera. Eu estou perguntando se este é um dos motivos pelos quais houve?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu acho que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas isto não está no processo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Eu ainda não tive acesso ao processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E nem os seus Advogados tiveram?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. No processo que eles tiveram não estava o relatório, até porque o liquidante tem 60 dias para apresentá-lo e ainda não se deu o prazo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vamos falar um pouquinho da operação da “Triângulo do Sol”. Qual foi a empresa que fez o resseguro no exterior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi a Iber Shamrock.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Iber Shamrock. Mas o senhor não chegou, em uma certa oportunidade, de falar que foi o Banco Vitalício da Espanha que fez?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Essa Iber Shamrock, por procedimento padrão do mercado de seguro, imposto pelo IRB – todas as negociações de resseguro são feitas por *brokers* e resseguros – que são os corretores desse...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é um *broker* mas não é uma resseguradora.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem assumiu o resseguro? Quem assumiu o risco?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi uma empresa... Como é que se chama...?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Porque um *broker* não assume o risco. Ele é uma mera corretora.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, ele transfere. Ele cota e transfere. O nome exato é um nome em francês, se não me engano, mas não tenho aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que o senhor chegou a falar que era o Banco Vitalício da Espanha?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não foi falado pela Interbrazil. Foi apresentado ao IRB informações do *broker* a Iber Shamrock que seria cotado em três empresas – a Vitalício, a que ganhou e uma americana.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Com que pessoa dessa Corretora o senhor manteve contato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não mantive. Quem manteve foi o Sr. Maurício Martinez Panec, então Diretor-Presidente da Companhia que mantinha relacionamento comercial com o Sr. Marcos Antonio Sannar que era sócio do Sr. Leandro Samara Tuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito.

Por meio de que documento o senhor soube que o risco estava colocado por uma resseguradora no exterior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Após a divulgação do IRB na mídia e o acesso dos Advogados ao Processo do IRB, foi solicitado a esse *broker* a remessa dos documentos que haviam sido feitos para o IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, o senhor, até então, não sabia que havia sido recolocado o risco no exterior?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sabia que o *broker* tinha sido autorizado pelo IRB – o IRB autorizou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o *broker*...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque quem faz a remessa de toda a operação, quem gerencia, é o Banco Central e o IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas o senhor não sabia, não recebeu nenhum documento oficial?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que tinha a empresa francesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que estava colocado o resseguro? O senhor recebeu o documento oficial?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Recebi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De quem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Da Iber Shamrock dizendo dessa empresa francesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor tem esse documento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está no processo do...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor pagou o prêmio?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O prêmio foi pago, US\$185 mil, salvo engano.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – De que forma?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Remessa autorizada pelo Banco Central e pelo IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Diretamente para essa empresa francesa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na conta da Iber Shamrock

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ah, o senhor pagou para o *broker*.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se paga o resseguro para o *broker* e ele faz a distribuição. É assim como o IRB faz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Está nominado, exatamente, essa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Toda a operação, inclusive com o Banco Central porque o Banco Central não autoriza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Porque, Sr. Presidente, eu vou pedir a convocação do Sr. Marco Antonio....

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sannar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sannar – então, eu já vou anotar porque toda a informação que nós temos é que havia sido dito pelo senhor que o Banco Vitalício é que havia assumido e que, inclusive, o senhor teria se apresentado no IRB como representante do Banco Vitalício, em algumas oportunidades e que pertence ao Grupo Generally. O senhor nega isto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu nego isto veementemente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, portanto, nessa questão do Triângulo do Sol, o senhor tem o documento que colocou nessa empresa francesa – o senhor tem a comprovação do prêmio....

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A remessa do prêmio para a Iber Shamrock.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor pode encaminhar essa documentação para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Posso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em quanto tempo?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Dependendo de um Ofício que vai sair da Presidência para o liquidante.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, perfeito. Está com o liquidante.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Então,

eu não tenho essa precisão de tempo.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Segundo informações, a documentação está em poder do liquidante e nós estamos acionando no sentido de permitir o acesso à documentação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor, pessoalmente, não tem mais esse material?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Todos esses documentos estão na Interbrazil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Uma coisa que me espantou na sua colocação é como é que o IRB tira o senhor de uma licitação. Isso não existe juridicamente. O senhor não foi à Justiça?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na época em que propusemos ir à Justiça, já estávamos com dois processos no IRB. Lá, conversando com este, foi-se tratado de se resolver isso na esfera administrativa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Tiram o senhor de uma licitação, e o senhor quer resolver isso na esfera administrativa? Quem propôs isso ao senhor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A direção do IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem da direção do IRB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A direção do IRB era o Sr. Lídio Duarte, o Sr. Francisco Aldenor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem deles propôs isso ao senhor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Sr. Lídio Duarte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Lídio Duarte propôs ao senhor...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sanear todos esse problemas judiciais entre a Interbrazil e IRB na esfera administrativa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A carta do IRB dirigida à BR dizia que o senhor não podia participar da licitação por quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não tive acesso pessoalmente. Quem teve todo o acesso foi o escritório contratado no Rio de Janeiro. Segundo informações, a taxa apresentada como menor preço não tinha homologação do IRB, mas não tinha um parecer técnico do que é uma taxa homologada pelo IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Talvez porque a empresa não tivesse lastro para arcar com aquela situação.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ou talvez porque o IRB quisesse favorecer a J. Malucelli. Também pode.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor não foi à Justiça por causa disso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não fomos, porque, na época, já estava sendo feita toda retaliação que o IRB podia fazer contra a Interbrazil, e a tentativa era manter-se no mercado ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Desculpe-me, mas não entendi. Se já estava sendo feita a retaliação, e o senhor tem um evidente ato ilícito, não vai à Justiça por quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – No momento não fomos, mas, logo depois, fomos, tanto que representamos o ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não nesse caso da licitação

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nesse caso da licitação, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi o motivo da diretoria. Nessa época, eu não era o Dire-

tor-Presidente ainda, mas achamos por bem não criar mais um processo daquele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vocês vão à Justiça por uma série de ações, mas, nesse caso, o senhor não vai à Justiça? Quando houve um visível, a seu ver, favorecimento de uma outra empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Até mesmo porque tentamos extrair da ABR toda a documentação e não conseguimos. Tínhamos todas as informações, mas não tínhamos a comprovação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aliás, o senhor é bem guarnecido e tem advogados competentes. Qualquer cidadão poderia entrar com uma ação popular nesse caso. Não precisaria a empresa de V. S^a ter sido exposta. No entanto, o senhor ficou quieto.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não é estranho?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nesse momento, sim. Naquele momento, para a gente, era a melhor estratégia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando é que começou a elevar os seus ganhos à Interbrazil? Quando é que ela começou a ter mais receita, porque ela teve um salto brutal.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na realidade, ela vem num crescimento a partir do segundo semestre de 2001; talvez, ela tenha começado a demonstrar um crescimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Esse crescimento deveu-se notadamente a situações de relação com o poder público.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Foi através da produção nos seguros de fiança locatícia, nos seguros de responsabilidade civil facultativa dos ônibus coletivos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Portanto, indiretamente com o poder público, porque são permissões ou concessões.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não essa é a responsabilidade do motorista dos ônibus com os terceiros que ele possa procurar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas quem contrata é a empresa de ônibus, e esta é uma concessionária, é uma permissionária do Poder Público.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bem, a contratação é feita pela empresa de ônibus, e o segundo, nesse caso, é terceiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o seu crescimento está sempre na esfera pública

direta ou indireta. Ou seja, a permissão é um serviço público delegado pelo Estado. A concessionária de estrada é um serviço público delegado pelo Estado. Assim, o seu foco de atuação de crescimento sempre está circundando o serviço público, inclusive em situações de delegação, ou seja, o senhor não cresceu no mundo privado exclusivo. Estou errado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O que é o mundo privado exclusivo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O mundo privado exclusivo é a aquele que não tem a presença do Poder Público em nenhuma situação negociável. A concessão de serviço público...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Fiança locatícia, por exemplo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Fiança locatícia, sim.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que nós tínhamos no...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se for só para o mundo privado, mas não for uma fiança locatícia para o Poder Público, ou concessionários, ou...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se tivesse ou outro poder, mas não tinha nenhum. O grande foco sempre foi esse.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O grande foco da sua empresa sempre foi fiança locatícia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É CF e o produto DPVAT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Até o momento da liquidação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Nós estávamos tentando remodelar a empresa para os projetos de Protocolo de Kyoto...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, nem mesmo os contratos firmados com Angra 1 e Angra 2, naquela dimensão, chegaram a desbalancear essa relação de ganhos da sua empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É verdade que, no dia 09 de agosto, ou seja, antes da liquidação extrajudicial, o senhor demitiu 140 funcionários da sua empresa, dando indicadores concretos que ia desmontar a Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Eu demiti os funcionários que fizeram motim dentro da empresa, que exigiam uma posição com relação aos procedimentos judiciais de cobrança dos valores dos prêmios da Celg, que achavam que seria uma solução para a problemática do caixa da empresa e que-

riam uma posição com relação à continuidade deles no emprego.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quantos funcionários foram os amotinados demitidos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Dentro da matriz, eu devo... Devia ter na faixa de 50 a 60 funcionários.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor demitiu quantos nesse dia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nesse dia, provavelmente, tinha ali na faixa de uns 40 a 45. Eu tenho impressão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E nos dias anteriores?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nos dias anteriores, não. Nós tínhamos feito, nos dias anteriores, quatro ou cinco negociações com funcionários que tinham pedido para sair, porque já tinham arrumado outros empregos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas a demissão em massa foi nesse dia...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Do momento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor fala, então, em 40 funcionários?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No caso da empresa Celg, quem era a resseguradora?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Estava sendo negociada com o IRB... Foi apresentada a proposta para o IRB, para a Munich Re e Swiss Re, porém não conseguimos concluir o processo, porque foi feita a homologação do acordo, que foi feito pelo Governador, junto com a Cachoeira Dourada e a Eletronbras e a demanda por ali terminou. Então, não teve sequência.

No processo em que foi movido a ... Existe um processo entre Interbrazil e Celg, que tanto a Celg quanto a Interbrazil questionam os valores. A Interbrazil entende, mesmo tido a oportunidade de apresentar e de estar trabalhando no processo do seguro judicial, o recebimento ao menos daquele período.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor chegou a emitir as apólices no caso da Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foram emitidas todas as apólices.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor poderia ter feito isso sem o resseguro garantido?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E quanto tempo durou isso? A emissão sem...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Durou 45 dias.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se, nesse período tivesse havido um sinistro, o senhor arcaria sozinho com isto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor tinha lastro para...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor emitiu uma apólice, a descoberto, do ponto de vista de poder garantir ao segurado, que era um ente público, relativamente à hipótese de sinistro. O senhor considera isso regular?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Dentro do mercado de seguros, as taxas são definidas em cima de probabilidade. Dentro de uma probabilidade de que a sentença de um juiz da Justiça Federal dê uma decisão em que não é recorrida até o STF...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, veja, eu não nem discutindo...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso é que... Não, para que eu pudesse...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor mesmo reconhece...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Para que eu pudesse ter o pagamento do sinistro, teria que se exaurir todas as possibilidades do Judiciário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pelo que me consta, nunca se pode emitir uma apólice que não tem o lastro para cobrir o sinistro. Parece-me uma questão um pouco óbvia. Está claro? Na medida em que o senhor não tinha lastro para cobrir o sinistro e não tinha o resseguro ajustado, parece-me clara a irregularidade.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É, o resseguro estava ajustado via propostas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Via propostas não aceita não está segurado.

O risco não havia sido recebido pelo resseguro.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na realidade, hoje, toda essa visão é mais clara, porque o processo se encerrou ali.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor me perdoe...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Naquele momento, não existia nenhuma possibilidade de acordo no processo, daí então a oferta de proposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor me perdoe, mas eu não consigo entender. O senhor sabia que o resseguro não estava firmado,

no entanto o senhor emitiu a apólice e ficou 45 dias, no mínimo, a descoberto, correndo o sinistro, podendo haver um sinistro na Celg de grandes proporções e com um dano irreparável para o Poder Público.

A Celg sabia disso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sabia.

Ela estava...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem da Celg sabia disso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – José Paulo Loureiro, que era Presidente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – José Paulo Loureiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– José Paulo Loureiro.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era o Presidente então da Celg.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele sabia que estava descoberto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele sabia que nós estávamos em processo de negociação do resseguro. Para tanto, ele apresentou, na Justiça, um laudo dele, dizendo: a empresa está com as propostas; foram apresentadas as propostas; depois, foi apresentado um ofício do IRB, da Susep, dizendo qual era todo o procedimento depois daquele momento...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele sabia que não tinha o resseguro firmado naquele momento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sabia. E ele não tomou nenhuma providência pela Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A providência que ele tomou foi a suspensão do pagamento e, provavelmente, a homologação do acordo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quarenta e cinco dias depois?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato.

Ele pagou... Esse processo durou, da emissão e o recebimento...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Como ele soube que o resseguro não estava firmado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nós estávamos negociando juntamente com ele. Toda reunião feita para apresentação ao IRB e aos resseguradores eram levados em conhecimento dele até mesmo porque os advogados dele, da Celg, no caso, tinham acesso direto ao IRB sobre esse procedimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quanto o senhor recebeu da Celg?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – R\$2,8 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Chegou a receber R\$2,8 milhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que está a demanda na liquidação judicial.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor chegou a receber R\$2,8 milhões sem resseguro e sem lastro para garantir eventual sinistro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porém, com a probabilidade baixa de risco.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se Deus ajudar de não haver sinistro nenhum.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. É um processo de garantia judicial. Eu não consigo... O senhor deve ter um conhecimento maior do que eu do Judiciário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, não tenho, não. Estou começando a aprender seguro agora, muito francamente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, mas

do Judiciário o senhor deve ter conhecimento muito mais apurado que o meu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) –

Deixe-me fazer uma última pergunta, Sr. Presidente.

Por que o senhor não quis hoje revelar o nome das pessoas ou dos partidos detalhadamente para os quais o senhor fez contribuições eleitorais?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Porque

eu não tenho eles, com garantia, em mente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não lembra?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não lem-

bro eles em mente porque não era gerenciado por mim. Como eu já falei, tinha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que o senhor fazia contribuições eleitorais?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu já tinha respondido outras vezes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Gostaria de ouvir novamente.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou responder novamente: o procedimento era de apresentação e de reconhecimento da Interbrazil para apresentação de todo processo do Protocolo de Kyoto, que a Interbrazil era a única empresa homologada pelo Bird, pela ONU, pelo BID para trabalhar o seqüestro de carbono. Nós temos a necessidade...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso eu entendi. Mas por que o senhor dava contribuição eleitoral? A questão do Kyoto eu sei.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Justamente para estar sendo lembrada justamente naqueles momentos de maior necessidade do crédito de carbono.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, considerando que o Poder Público faz licitações para contratar seguradora e que a lembrança do Poder Público se dá no momento em que o senhor apresenta a proposta e a sua lembrança, no momento em que o senhor sabe que o edital foi publicado, o que o senhor gostaria de lembrar quando dava contribuições eleitorais?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Levar o conhecimento de que há possibilidade, na legislação, de se solicitarem os seguros porque nem todo procedimento... A Lei nº 8.666, por exemplo, prevê que o ordenador de despesas pode pedir a garantia de apólice de seguro. Porém, várias delas pedem só a garantia de banco.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, quando o senhor dá contribuição eleitoral é para lembrar ao futuro governante que é bom ele fazer seguro?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É bom ele fazer seguro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor acha que, se o senhor não der contribuição eleitoral, ele vai se esquecer disso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Talvez sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Talvez sim. Quando o senhor entregaria essa lista?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu preciso de um procedimento da própria CPMI...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Em quanto tempo o senhor poderia entregar a lista?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Dependendo da liberação do liquidante. Depois que ele me liberar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– De quem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A empresa está sob liquidação extrajudicial. Para que eu possa ter acesso, a CPMI tem de... Nós vamos fazer um procedimento que já...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Onde está essa listagem?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na contabilidade da empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Está na contabilidade da empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor não lembra nenhuma das pessoas para quem o senhor doou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não lembra?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vou ser muito franco com o senhor. Vou dar um voto de confiança a V. S^a. Vou concluir agora. Sr. Presidente, vou dar um voto de confiança ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Se V. Ex^a quiser prosseguir, logo após o Deputado ACM Neto, reinscreva-se porque está muito interessante esse encadeamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Reinscrevo-me.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Com a palavra, o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, serei muito breve para tentar explorar aquilo que considero que foi a maior caracterização deste depoimento, que é justamente a tentativa do empresário André Marques de se aproximar de políticos e de Partidos políticos para ver os interesses da sua empresa representados e defendidos junto às esferas de Governo e mais recentemente lembrando que, fruto de uma denúncia trazida pela imprensa, havia uma suposta ligação do Sr. André Marques com vários interesses junto ao Governo Federal.

Para tentar caracterizar isso de forma mais clara e precisa é evidente que temos que explorar um pouco mais detalhadamente a relação do Sr. André com Partidos políticos e com agentes políticos em geral. Ele aqui já revelou que contribuiu para campanhas eleitorais, contudo ou não quer fazer ou então de fato não se lembra quem foram os candidatos ou quais foram os valores. Mas eu gostaria de insistir nesta pergunta: é verdade que o senhor já contribuiu para campanhas do PFL?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – PFL de Goiás.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quem era o candidato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Pelo PFL de Goiás, salvo engano, em primeiro turno, foi Raquel Azeredo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ou seja, o senhor faz referência à campanha de Prefeito do ano passado.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o valor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tenho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não tenho como precisar isso. Eu tenho que pegar na contabilidade. Não posso... Sei que o candidato do PFL, quem são os candidatos todos nós sabemos. Agora, o que foi e se foi para esses candidatos não tenho condições de falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor contribuiu para a campanha do PT?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De Goiás.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De Goiás. E também para a Prefeitura de Goiânia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Bem provável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Bem provável? Por que o senhor não se lembra? Por que o senhor se lembra de que contribuiu para a campanha da candidata à Prefeitura pelo PFL e não se lembra do PT?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Por isso estou falando que não quero... O senhor me perguntou se eu sabia quem era o candidato do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu não perguntei isso. Eu perguntei para que candidato do PFL o senhor deu contribuição, e o senhor falou que para o candidato a Prefeito da Goiânia. Eu não iria trazer um nome que não tivesse sido citado, Sr. André.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A pergunta que eu entendi foi: “O senhor contribui para o PFL de onde?” “Do Estado de Goiás.”

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor perguntou “quem era o candidato da Prefeitura de Goiânia”?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não falei em Prefeitura. Perguntei para que candidato. Sequer fiz referências à campanha municipal. Acho que o senhor está mentindo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Tenho como provar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Abicalil, depois que ele citou

que havia contribuído para a candidata Raquel. A partir daí, concluímos que foi campanha municipal. Tenho absoluta convicção disso.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Deputado, é justamente para evitar erros, vou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como o senhor faz contribuições para campanha eleitoral e não se lembra para quem contribuiu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vou ajudar. Já declarei mais de uma vez que vou ajudar. É só eu ir à contabilidade da empresa e pegar toda a documentação contábil...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM, ele já assumiu o compromisso de ir até a liquidante e trazer essa documentação para nós.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Presidente, eu sei. Quero apenas puxar um pouco mais pela memória do depoente, que oferece detalhes de muitas coisas, mas não se lembra de outras. É evidente que uma empresa não vai contribuir para campanhas eleitorais de vários Partidos, como aqui ele disse – do PLF, do PT, do PSDB... Confirma que também contribuiu para o PSDB?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim. Está aqui escrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Também apenas para o PSDB de Goiás?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – PSDB, PFL, PSC, PL, PSB e PT do Estado de Goiás, PSDB de São Paulo, PSDB E PMDB do Paraná...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi a campanha do PSDB de São Paulo para a qual o senhor contribuiu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Todas as campanhas com que contribuímos foram as referentes ao ano de 2004. Agora, se é Vereador, se é Prefeito, se é para o Vereador, se é para o Prefeito...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem autorizava as contribuições dentro da Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A minha diretoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A diretoria do senhor.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Composta de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que naturalmente, como uma instituição, não toma decisões. Quem é que dentro da Diretoria...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Toma decisões via colegiado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – OK. Mas quem era o diretor? O senhor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu era o diretor-presidente. Existiam abaixo de mim mais seis, Deputado, mais seis...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então, todos estavam abaixo do senhor. Eu posso supor, assim, que nenhuma decisão de contribuir para campanhas políticas e para conceder recursos a partidos políticos tenha acontecido sem o conhecimento do senhor. Posso, é claro.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor pode imaginar toda

essa fase até o ponto de que eles, após negociações e tudo o mais, ter feito reuniões e...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E o senhor acha que nós devemos acreditar que o senhor, como diretor-presidente da Interbrazil, que contribuiu para campanhas políticas no ano de 2004, nós não estamos falando de 1994, não; estamos falando de 2004, portanto há um ano atrás, não é? A diretoria do senhor é que era responsável por essas decisões. E no entanto o senhor não se lembra?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não quero deixar que os senhores acreditem ou deixem de acreditar, até mesmo porque eu tenho um compromisso de trazer a verdade escrita que está registrada na contabilidade. Eu quero, sim, que vocês acreditem e vejam toda a documentação que lá está escrito, para que eu não cometa nenhuma injustiça com qualquer que seja uma pessoa, nem mesmo com os meus diretores, meus ex-diretores. É isso que eu quero que vocês acreditem, porque, se eu já tivesse tido condições de ter acesso à documentação da liquidação extrajudicial, aqui estava toda a documentação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque o senhor reconhece que esse tipo de contribuição começou a acontecer em 2004, não é isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Então não era uma prática habitual da empresa do senhor. É natural que, como essa foi uma prática excepcional, o senhor tivesse esse conhecimento, Sr. André.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É, mas a empresa, nesse período de 2004, passou por todas as reestruturações societárias possíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei, mas o senhor já reconheceu que

foi na sua diretoria... Eu só quero aqui caracterizar que o depoente se lembra daquilo que é conveniente lembrar e se esquece daquilo que é conveniente esquecer. Porque eu insisto: nenhuma empresa faz doações para partidos políticos, e tão diversos, como o senhor fez, em mais de um Estado, como o senhor fez, sem se lembrar quais foram os candidatos, sem se lembrar quais foram os valores, sendo que essas decisões passavam diretamente pelo crivo, pela concordância e pela aceitação do senhor, Sr. André.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, Deputado, eu vou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E é evidente que um empresário que recorre a esse tipo de contribuição é porque pretende ver seus interesses defendidos junto à esfera pública governamental. Posso crer nessa afirmação ou não?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se o senhor puder incluir a informação de que todo o trabalho de levar ao conhecimento das necessidades com relação ao Protocolo de Kyoto, o senhor pode.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, eu questionaria o senhor ainda no seguinte: houve toda uma discussão nesta CPMI sobre a possível relação que o senhor mantinha com o Dr. Adhemar Palocci, irmão do atual Ministro da Fazenda, o Sr. Antônio Palocci. Eu acho que não nos é dado o direito de fazer o prejudgamento de ninguém. Não nos é dado o direito de condenar absolutamente ninguém, mas também não podemos inocentar. Quando nós discutimos aqui os requerimentos, houve uma manobra da Base do Governo para evitar a aprovação do Sr. Adhemar Palocci. Muito bem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Houve votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu posso qualificá-la como eu quiser, Deputado Abicalil. Eu gostaria que o senhor, por favor, com toda a atenção que eu lhe reporto, também pudesse me permitir continuar o meu interrogatório. Eu agradeço. Então, Sr. André, diante da reação, o Sr. Adhemar Palocci não foi convocado, muito bem. Vamos adiante. Mas ficou muito claro naquele vídeo divulgado pelo Jornal Nacional que o senhor tinha relações com o Sr. Adhemar Palocci e que recorreu a ele para obter informações, informações eu diria que privilegiadas, que tinham como origem órgãos do Governo Federal. O senhor reafirma tudo que disse naquele vídeo que foi publicado no Jornal Nacional?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor então foi induzido a dizer aquilo que disse?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu especifiquei para o repórter toda a fase que aqui estou especificando, de aproximação, de quem me apresentou ao senhor Adhemar Palocci, o momento, quando foi e qual era o objetivo. Porém no vídeo transmitido não foi lá inserido nada disso. Então, não posso reafirmar nada do que passou no vídeo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ou seja, o André do vídeo era um, o André da CPI é outro.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, o André sempre foi o mesmo, o vídeo é que era uma manipulação para apresentar na tevê. É diferente. O André sempre foi o mesmo, quando empresário, quando no vídeo e quando na...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas é engraçado, como manipulam a imagem e a voz de V. S^a.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, eu dei a entrevista completa, de três horas, para o Sr. Luiz Carlos Azenha e tenho testemunhas. E não saiu três horas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A despeito de outros detalhes que possam constar da entrevista, ficaram muito claras as afirmações que o senhor fez no vídeo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ficaram muito bem montadas para transmitir um esclarecimento. Se for possível a fita por completo, das três horas em que estive presente numa sala só com todas as testemunhas que lá estavam, tive que localizar o endereço em São Paulo, porque eles não quiseram fazer a entrevista em outro local, a não ser em São Paulo, se essa entrevista puder ser divulgada, as três horas de entrevista, lá vai ficar bem claro que o André foi sempre o mesmo. Os instrumentos utilizados é que foram diferenciados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nos *e-mails* que vieram a conhecimento público há uma parte em que se faz referência a dinheiro para pagar débitos da campanha presidencial de 2002, do Presidente Lula, naturalmente o senhor viu os *e-mails*.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vi, porque o Senador César Borges me apresentou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Até o Senador Borges apresentar esses *e-mails* ao senhor o senhor não os conhecia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Conhecia eles por completo, o que estava na mão dele não, porque ele estava com duas folhas. Todos os procedimentos com relação a *e-mails* são todos respondidos, e anexado todo o procedimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu recebi e encaminhei para a Mesa Diretora desta Comissão de Inquérito um *e-mail* que supostamente havia se dirigido... Neste *e-mail* o senhor se dirigia à diretoria da sua empresa e elencava cerca de 10 pontos, sendo que o início desse *e-mail* tem o propósito claro de fazer referência a funcionários ou ex-funcionários da Susep, que supostamente precisariam ser trabalhados para resolver interesses da empresa de V. S^a.

V. S^a me diz que esse *e-mail* também é inverídico?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não conheço o *e-mail* que está com o senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está com a Comissão, porque encaminhei à Comissão.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sei que todos os *e-mails* que inclusive foi colocado ao presidente também e por ele diz que será solicitado, todos os *e-mails* estão de posse da liquidação, que a gente vai poder ver todos completos, não sei se está completo ou não, eu não ouvi e não vi o que o senhor apresentou na CPMI, e só posso falar o seguinte: toda e qualquer reunião feita na Susep sempre foi para tratar unicamente dos procedimentos da própria Interbrazil na própria Susep. E lá estando outros diretores, os superintendentes, outros chefes, até inclusive procuradores, inclusive feito com outros diretores da própria Interbrazil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que, através de funcionários da nossa Comissão, fossem ainda hoje apresentados os *e-mails* que eu encaminhei a esta CPMI ao Sr. André Marques, para que ele pudesse confirmar se, de fato, eles foram ou não de autoria dele.

No dia em que os recebi, Deputado Osmar, não fiquei com cópias para mim. Entreguei o único de que eu dispunha para o Senador Delcídio e para V. Ex^a. Então, imagino que esses *e-mails* estejam em poder da equipe técnica da CPMI. Peço que, ainda no dia de hoje, antes que o Sr. André deixe os recintos do Congresso Nacional, os *e-mails* lhes sejam apresentados, a fim de que ele possa fazer a confirmação se eles são ou não dele. Caso o sejam, muito bem. Caso não sejam dele, peço que, por meio de investigações e, possivelmente, de perícias, chequemos a veracidade daquilo que diz o Sr. André.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Defiro o requerimento de V. Ex^a e solicito ao Sr. Relator que adote os procedimentos para apresenta-

ção dos e-mails ao depoente e posterior confirmação ou não da veracidade documental.

Continuando os trabalhos, concedo a palavra, por reinscrição, ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Agradeço-lhe, Sr. Presidente. Serei breve.

Naquele caso da Vale do Sol, de que falávamos há pouco...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Triângulo do Sol.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Triângulo do Sol, perdão. O IRB chegou a invalidar a apólice?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não houve uma invalidação da apólice?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, ele foi interpelado para a resposta do “sim” ou “não”. E, após a resposta do “sim” ou “não” e a apresentação das exigências por ele solicitadas em ofício, ele autorizou a remessa do dinheiro para o *broker*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não chegou a ser notificado judicialmente da invalidação da apólice?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não tenho...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Concordo com o Deputado ACM Neto – aliás, concordamos hoje –...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Graças a Deus!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– ...no sentido de que realmente parece que o senhor tem uma memória seletiva: ora o senhor se lembra de detalhes, ora não se lembra. E parece difícil acreditar – perdoe-me a sinceridade – que o senhor, participando de uma política da empresa de fazer doações eleitorais, não se lembre dos candidatos. É a impressão que eu tenho. O senhor me perdoe se eu estiver errado, mas o senhor está utilizando hoje um subterfúgio para não falar o nome daqueles que lembra que fez a doação. Espero estar errado. Espero que V. S^a esteja com o senso de justiça de não querer esquecer ninguém.

Mas vou dizer a V. S^a o seguinte: considerando que V. S^a disse aqui que fez doações eleitorais, até para permitir que lembrassem as pessoas no futuro de que teriam de fazer apólices de seguro, esse dado é de todo relevante para as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, embora V. S^a esteja aqui como testemunha, por enquanto. Pode até vir a

ser investigado no futuro, mas, neste momento, é testemunha.

Então, nesse contexto, vou fazer alguns requerimentos, entre os quais uma nova oitiva de V. S^a. Quero dizer, com toda a clareza, inclusive a seus advogados: a legislação é clara em relação a depoentes na condição de testemunha em Comissão Parlamentar de Inquérito – inclusive, é uma lei de 1952. Omitir fatos em CPI é crime, e, caso V. S^a não cumpra com o pactuado de conseguir essa lista, vou pedir uma nova oitiva de V. S^a. E, se V. S^a omitir-se novamente, será o caso de ser pedida a sua prisão em flagrante, nos termos da legislação. E pedirei a sua prisão.

Então, quero deixar bem claro que, na condição de testemunha, o senhor tem o dever de fornecer esses nomes, a menos que, daqui a pouco, V. S^a seja investigado. Aí muda de figura: o senhor pode-se omitir, tem o direito de se calar, o direito de não produzir provas contra si. Mas, se o senhor estiver tentando proteger alguém com esse seu silêncio, nós veremos. Se estiver fazendo isso, quero já informá-lo que vou pedir sua prisão em flagrante no próximo depoimento.

Não gostaria de ter de chegar a esse constrangimento. Espero que o senhor cumpra o seu compromisso.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O senhor pode ter certeza de que vou cumprir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Da mesma forma, Sr. Relator, quero fazer alguns requerimentos.

Como há uma interface nas sub-Relatorias, na condição de sub-Relator de contratos e licitações, eu pediria que a assessoria preparasse, para submeter à próxima reunião administrativa, a convocação do Sr. Marco Antonio Sanar.

Gostaria também de requerer ao liquidante cópia do documento de comprovação do resseguro relativo ao risco da Triângulo do Sol e prova dos documentos relativos à comprovação do pagamento do prêmio ao ressegurador nesse caso da Triângulo do Sol.

Quero requerer também cópia da carta encaminhada pelo IRB à licitação de seguros da BR e quero, finalmente, também, requerer ao liquidante um levantamento minucioso de todas as doações contabilizadas para campanhas eleitorais da empresa desde a origem da empresa, que é o ano de 2000, não é?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. A empresa foi criada em 1972.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas mudou o nome, não é?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ela saiu de Monteprevi para Coplaven Seguros...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Fale no microfone, por favor.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Desculpe.

Ela foi criada em 1972 como Monteprevi. Foi mudada de nome, em 1989, para Coplaven Seguros...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Interbrazil.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Interbrazil passou a ser a partir de 1997.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, a partir de 1997, todas as doações...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O CNPJ, inclusive, é o mesmo desde a Monteprevi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu sei disso.

Requeiro as doações feitas pela Interbrazil desde 1997, para que possamos comparar aquilo que nos será encaminhado pelo depoente com aquilo que consta oficialmente da contabilidade da empresa.

É só, Sr. Relator. Agradeço-lhe. Submeterei os requerimentos na próxima reunião administrativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

Eu só queria saber em que ano V. S^a passou a integrar a sociedade?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em 1999.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 1999?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Antes o senhor era contador?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Até 1994, fui contador. Depois de 1995, fui diretor, junto com um outro diretor, em Goiânia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Certo. Mas, como sócio, nela ingressou em 1999?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a nela ingressou, em 1999, qual foi a sua participação?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Foi uma participação de 20%, cedida pelos então ex-sócios...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cedida. Portanto, V. S^a não precisou dispor de nada?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, depois, também, na sequência, não dispôs mais, porque aí capitalizou os lucros?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas essa firma capitaliza tanto lucro assim? Qual é o lucro anual confessado, mais ou menos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na participação de seguros, o lucro gira em torno de 6% a 8%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas falo do lucro contábil. Para capitalizar, tem de ser...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É de 6% a 8%. O resultado líquido que fica na companhia é entre 6% e 10%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não em porcentual. No ano de 2003, qual foi o lucro da empresa, mais ou menos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Salvo engano, foi na...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O capital hoje é de 30...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, em 2002...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é o capital da empresa hoje? Ou qual era o capital ao final?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O que estava em aprovação na Susep na data da liquidação era um procedimento de... Era um capital social de R\$56 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De R\$56 milhões, dos quais V. S^a tem 33%.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, uns R\$16 milhões, R\$17 milhões, sem nunca ter despendido um cruzeiro, só capitalizando. Primeiro, recebeu de graça e, depois, foi capitalizando?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É uma boa atividade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por deferência do Presidente Delcídio Amaral, continuo a presidir os trabalhos e concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agradeço-lhe a oportunidade, Deputado Asdrubal. Confesso que olho o cenário e acho um tanto curioso: o senhor está no centro da mesa, e o Senador Delcídio, na ponta. Tenho a certeza de que é uma honraria para o senhor. É um espectador extremamente privilegiado o Senador Delcídio, por conta de tudo o que S. Ex^a já propiciou e protagonizou nesta CPMI. E recebe a nossa homenagem. Tenho a certeza de que o Brasil o reconhece e o respeita pela sua postura. O Rio Grande, pelo menos, fala isso, e não é à boca pequena, mas à boca gran-

de, de frente, de trás, de lado. Por todos os sentidos, reconhece bem a grandeza do Senador.

Sr. André, quero fazer poucas perguntas, até porque o senhor já foi sabatinado. Assisti ao depoimento um pouco antes. Não pude assistir a todo seu depoimento. Mas quantos anos tem a Interbrazil? Ou quantos anos tinha, pelo menos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Levando em consideração de 1972 a 2005, 35 anos, 36 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E sob a sua direção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – De 1999 a 2005.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o patrimônio da Interbrazil hoje?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O capital que estava em homologação na Susep, quando da liquidação, era um capital de R\$56 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cinquenta...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – E seis milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cinquenta e seis milhões?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas era um capital papel ou um capital de fato?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era um capital de fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Trazdido por meio de quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Era para integralizar a composição dos resultados auferidos, que vinham acumulando, a reavaliação de imóveis...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem muitos imóveis?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é a dívida da Interbrazil?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A dívida, na data da liquidação, se a gente estava trabalhando, seria uma dívida na faixa de R\$18 milhões a R\$19 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dezoito a dezenove milhões. Então, ela tinha um patrimônio líquido positivo. O senhor quer dizer isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E, mesmo assim, houve a intervenção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É porque, no mercado de seguros, há uma legislação específica com relação aos riscos no mercado. Você tem de ter uma composição da reserva dos riscos no mer-

cado, sem ter a necessidade de existir um potencial sinistro. Não se conseguia compor a cobertura dessa reserva.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não estava conseguindo resgatar os sinistros. É isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na previsão atuarial, não era possível ter ativo suficiente, em caso de um momento zero, trazendo todos os valores atuais, não era possível ter essa cobertura futura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tenho experiência bancária.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, no jargão bancário, chamamos liquidez. Faltava liquidez?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não liquidez, lá era mais na questão econômica mesmo, porque liquidez para pagamento diário se tinha isso. Não se compunha era o valor superior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E, agora, o senhor acha que tem condições de levantar essa intervenção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tenho grandes esperanças, e hipóteses já foram apresentadas por liquidantes de que há possibilidade de levantamento dessa intervenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A intervenção é da Susep?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Da Susep.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há esse episódio dessas doações que o senhor fez a diversos partidos, pelo o que pude perceber, PSDB, PFL, PSC, PL, PSB e PT. São esses os partidos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E PMDB também. Vou repetir: PSDB, PMDB, PFL, PSC, PL, PSB e PTB. O senhor confirma esses partidos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso ajudou a afundar a empresa?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, porque o momento da dificuldade apresentada foi agora em 2005.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, há pouco tempo.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Em agosto, foi decretada. O período entre essa relação é muito diverso, é muito distante.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ao longo de um período, foram feitas essas doações?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. Foi na campanha... Foi no ano passado, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi no ano passado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na campanha de 2004.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tudo no ano passado?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na campanha anterior, de 2002, o senhor não contribuiu?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não contribuiu com ninguém?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não declinou – pelo menos foi o que pude pegar na reunião – nomes aqui. Quem o senhor patrocinou?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu me comprometi a fazer toda essa remessa, entrega de documento. O Presidente já autorizou a CPMI a receber toda essa documentação, a solicitar, até mesmo para não incorrer em dificuldades...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se não incorre em erros daqui a pouco.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Senão depois: “Ah não! Falou. E agora?” E aí fica difícil, porque a memória da gente também não é...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concorde, concordo com o senhor. Acho que, nessa hora, a questão é muito delicada.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A única coisa que posso, que tenho como comprometer com vocês é que, de posse dessa documentação, estará tudo com a CPMI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até porque, se o senhor não nos der esse documento, vamos chamá-lo de novo aqui.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Exatamente. A coisa é séria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aliás, vi aqui o Colega José Eduardo. Quero subscrever com S. Ex^a um novo convite, uma nova convocação, enfim.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. Como o senhor mesmo falou que não estava presente, que não pôde acompanhar...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, eu sei.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Mas pelo Presidente... A gente debateu bastante sobre esse assunto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. O senhor pode adiantar valores, não por partido, mas na soma? Quantos mil, aproximadamente?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não tenho condições, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se eu lhe disser um valor, foi mais de um milhão ou menos de um milhão?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu vou manter, porque eu não... Haja vista as conversas com o próprio Deputado ACM, a fim de evitar que pareça que eu não queria passar informações, eu queria ao menos preservar este momento da minha memória para apresentar em documentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Se realmente for... Até porque já foi discutido com o Presidente, e ele acatou a decisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixe-me colocar um aspecto prático. É difícil que o senhor se lembre de tantas operações, mas vou lembrar uma pessoa, Paulo Frigali.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Paulo Frigali é funcionário da Interbrasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ele é?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele trabalhava na sucursal daqui de Brasília.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na sucursal em Brasília.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a graduação dele?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele é formado em Administração de Empresas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, na empresa.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Na empresa, ele trabalhava como assessor da presidência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assessor da presidência?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos dizer assim: era seu braço direito.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, ele trabalhava como assessor aqui para informações em que era necessário acompanhar projeto de lei na área ambiental, como agora a gente acompanhou a CCJ. Aprovou, pela Câmara, aprovou a obrigação do

seguro do poluidor; eles deram o nome de “seguro do poluidor”. Então, todo esse acompanhamento, qual o passo, o próximo passo, ele fazia aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele acompanha aqui?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele fazia aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele não tratava de seguros com a empresa, da relação de seguros?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, ele tinha um conhecimento de seguro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, sim, eu sei. É natural.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele chegava a transmitir, se interpelado, alguma coisa sobre os produtos da própria Interbrazil, mas ele não tinha, ele não participava da equipe de vendas de seguros.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele tinha uma relação assim com os Deputados? Conhecia todos os Deputados?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele foi funcionário... Ele é funcionário aposentado do Banespa, aqui em Brasília. Então, ele teve conhecimento com várias pessoas. Agora, quantos e de relação, eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Um fato que fosse tratado com ele chegava ao senhor? Ele era um pouco seus olhos e seus ouvidos?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não era bem assim, não. A única...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não chegava a tanto?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não tinha só ele como assessor, eu tinha mais dois assessores em São Paulo, e a regra era que qualquer necessidade que tivesse que falar da Interbrazil ao menos fosse marcado na Interbrazil para que ao menos um dos diretores fosse acompanhando, porque ele era só funcionário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele não era da direção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não era da direção.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele era um assessor?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Como assessor, com carteira assinada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Interbrazil tinha muitos seguros no Rio Grande do Sul?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Que eu me lembre... Aqui, eu fui interpelado pelo da Lotergs, Lotergs, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lotergs?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – É. Mas, assim, foi o único que tenho de lembrança, porque o próprio Deputado me trouxe à tona, mas eu não tenho lembrança de... Até porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há algum sinistro que tenha tido problema no Rio Grande do Sul?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Tivemos um não só do Rio Grande do Sul, mas tivemos um problema na área de fiança locatícia pontual na Região Sul, tanto de Curitiba quanto de Porto Alegre.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Interbrazil fazia fiança locatícia?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Fazia fiança locatícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E seguro de bens materiais?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ela só não... Ela tinha autorização para todos os seguros. Ela especificamente não trabalhava com automóveis, com o casco do automóvel, mas ela tinha vários outros produtos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece a empresa Expresso Nova Santa Rita?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não ouviu falar?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nunca ouvi falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No Rio Grande do Sul?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é, a Expresso Santa Rita é uma empresa que faz seguros muitas vezes com a Interbrazil.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Como o senhor não esteve presente, vou trazer um pouco do que eu falei anteriormente. Todos esses seguros são feitos por intermédio de corretor de seguros.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, com certeza.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Então, muitas vezes, lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, lá no sul, em Santa Catarina, em Curitiba e em Porto Alegre, tínhamos sucursais. E eles têm autonomia, dentro da regra do sistema – era emitido tudo via Internet –, de fazer toda a negociação na fase de seguro. Agora, precisar que um cliente X ou Y fez negócio com a Interbrazil, não tenho como precisar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Essa empresa Nova Santa Rita sofreu um sinistro há pouco tempo, há poucos dias. Foi ela que denunciou, que começou um dos processos contra a Interbrazil lá no Rio Grande do Sul, e o fez – vou dizer para o senhor – por minha sugestão.

O que acontece? A Interbrazil não honrou um sinistro de R\$18 mil. Não honrou. E ela está lá. É uma senhora. É uma empresa pequena, com muita dificuldade. Ela carrega cargas mais pesadas em armazéns. Ela foi carregar um equipamento lá, estourou a corrente do equipamento e arrebitou a mercadoria. E ela vai ter de pagar a mercadoria. Aí nós corremos atrás da Interbrazil. E foi corrido... E eu mesmo falei com o Sr. Paulo Frigali.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Nos momentos da...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso faz três ou quatro semanas; foi antes de estourar...

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Mas na semana não pode, porque a liquidação aconteceu no dia 11 de agosto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O quê?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A liquidação da Interbrazil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A intervenção?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A liquidação extrajudicial aconteceu no dia 11 de agosto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei que, no mês de julho, no período que era recesso, antes de começar a CPMI, nós corremos atrás.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu posso falar para o senhor o seguinte: como o próprio Senador Alvaro Dias me questionou com relação ao sinistro do porto de Paranaguá, tem todos os procedimentos com relação à regulação de sinistro. Não tenho precisão do porquê ou não de ter ou não pago ou por que aconteceu ou do que deixou de acontecer. Esse é um procedimento em que tem, na área técnica de seguros, todos os reguladores e gerenciadores desse sinistro. Especificamente sobre ele, não vou conseguir trazer na minha memória, até mesmo porque não tenho isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou citar: o Processo é o de nº 51.0000.130. Eu tenho até o número do processo. Falei para a Drª Simone que o senhor estava aqui hoje. A Drª Simone é a proprietária da empresa que sofreu o sinistro. Ela disse: “Pelo amor de Deus!”.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – A Interbrazil emitia na faixa de 20 mil apólices/mês. Eu não

tenho condições e nem precisão alguma. Desculpa, mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Nem quero que o senhor tenha de memória isso, mas quero que o senhor saiba que venho acompanhando a questão da Interbrazil.

Acredito que o sinistro dela tenha acontecido no início de junho. Ela correu atrás, não deu, e fizemos uma denúncia na Susep, todo um procedimento. Contratamos com a Susep. Enfim, houve toda uma sequência de atos. Não conseguia resposta, não tinha perspectiva. Acho que, neste ponto aqui – esta é uma constatação –, a Susep demorou. Quero fazer uma crítica à Susep, à Superintendência de Seguros, porque ela tinha de ter atuado antes, tinha de ter tomado uma atitude antes. Não sei se milhares, mas centenas de empresas tomaram prejuízo com a Interbrazil. Se fizer uma chamada, olha, aparecem horrores. Quando fiquei sabendo, pedi para ela tomar uma atitude. Digo: “Olha, a senhora vai tomar um prejuízo, e o pior é que outros vão tomar prejuízo em função de a senhora não tomar uma atitude”.

Então, a Drª Simone tomou essa atitude, em Nova Santa Rita, em Canoas, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, fazendo o encaminhamento do processo. Foi uma coisa bastante constrangedora. E a Susep – é bom que se diga – ficou devendo. Porque uma empresa que estava na situação da sua, que não honrava um sinistro de R\$18 mil, que recebia toda a papelada, que cumpria todos os procedimentos, que fazia vistoria, que reconhecia o débito e que dizia assim “devo, não nego e não pago”, a Susep tem de acender a luzinha. Não precisa esperar acender a vermelha, pois, quando começam a amarelar as coisas, a Susep tem de tomar uma atitude. A luz amarela estava amarela de tanto amarelar, e a luz vermelha começava a piscar, e a Susep não tomou uma atitude. Quando acendeu a luz vermelha, a Susep tomou uma atitude, mas aí dezenas, centenas ou, talvez, milhares de pessoas já estavam sendo lesadas e logradas nesse episódio, enquanto Partidos políticos, de forma muito alegre e faceira, estavam sendo financiados. Essa é a questão que está posta e que é um drama. Gostaria de ouvir o senhor.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Os procedimentos que foram várias vezes declarados pelo Renê Garcia são procedimentos impostos pela lei com relação ao levantamento de uma liquidação, à decretação de uma liquidação, numa direção fiscal.

A empresa, desde setembro de 2004... Tinha um fiscal permanente dentro da empresa que acompanhava todos os atos da companhia. Agora, depois da decretação da liquidação, é que a gente vai ter condições,

inclusive, de fazer esses levantamentos para saber se são milhares que ficaram prejudicados com o sinistro, para que a gente possa compor o prejuízo, que, aliás, é a função do liquidante.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa pessoa que está lesada só pode tratar, agora, com o liquidante?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Só com o liquidante, por força da própria lei. Eu, que sou o dono, liquidado, para que eu tenha acesso, tenho de solicitar autorização especial. Então, para que ela possa seguir no rito normal da reclamação, ela tem de entrar...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é o liquidante?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O Dr. Joaquim Martins.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o telefone lá hoje?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Vocês têm? De cor?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu gostaria que V. S^a passasse para a CPMI o endereço do liquidante e tudo o mais, para que possamos fazer aqueles contatos.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Posso solicitar aos advogados que providenciem isso?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Logo a seguir, ao término.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não precisa me dizer no ar, até para não ficar dando número de telefone no ar.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Eu não sei o...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa pessoa é uma contribuinte, é uma cidadã brasileira lesada, lograda, que está sujeita a ter de pagar uma coisa por um sinistro que ela segurou. É um drama muito grande. Atrás dela, ao lado dela e com ela, pode ter certeza de que existem centenas de pessoas vivendo esse mesmo drama, essa desgraça.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O procedimento da liquidação... Ele informa nos locais onde tiveram representações e sucursais o procedimento que deve ser adotado, Deputado. Mas, independentemente de tudo isso, já estamos apresentando aqui na CPMI informações.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Apresente-me os dados do liquidante, por que vou fazer contato com o liquidante, para que possamos ter uma resposta muito clara do liquidante.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – O.k.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, eu só quero fazer uma referência. Na verdade, esse dinheiro que o senhor disse que entregou a partidos não é oficial, não é? Não é dinheiro registrado pelos partidos? É isso?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Ele está registrado contabilmente, tanto que eu solicitei à CPMI o prazo para que eu pudesse...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele está registrado contabilmente na sua empresa? O senhor sabe se esses partidos declararam?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não, não acompanhei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em conversa que eu mantive com ele, ele declara não haver recebido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O recibo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – ...o bônus eleitoral, o recibo de bônus eleitoral, conseqüentemente, configurando caixa dois de partido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso me autoriza, nesta altura, a dizer “tem caixa dois”, o que, aliás, prova a tese do PT. O PT fez caixa dois e disse que mais gente fez caixa dois. Aí corrobora a tese do PT. É um caixinha dois. Como estão na moda o mensalão, o mensalinho e o mensal, então, há o caixinha dois, alguns caixinhas dois aí.

Por isso, quero reafirmar aqui: o PDT não está no meio, graças a Deus! O PSDB, o PFL, o PMDB, o PSC, o PL, o PSB e o PT... Graças a Deus, o PDT não está no meio! Eu digo: que bom. Ou nós somos muito fracos, ou muito bobos, ou muito honestos. Eu digo: nem um, nem outro, nem todos. Mas eu só posso agradecer a Deus por nós estamos fora disso. O PDT seguiu seu caminho com grandeza. Eu espero que a gente possa melhorar muito mais essa legislação eleitoral.

Eu não sei como vamos fazer, porque a Câmara dos Deputados dormiu no ponto. O Senado aprovou alguns avanços substanciais na reforma eleitoral. Avanços específicos, não é uma reforma eleitoral, mas é algo momentâneo, circunstancial e importante, e a Câmara não teve a compreensão de votar isso. Agora, querem abrir a Constituição para votar esse remendo. É uma temeridade.

Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir um pouco da atenção do Senador Delcídio Amaral, nosso Presidente – será muito rapidamente, Senador, se V. Ex^a me der um minuto. Eu ontem fiz aqui uma constata-

tação por conta de uma reclamação que me fizeram. Eu exteriorizei na CPMI, e V. Ex^a, com mil atividades que sei que tem, naquele momento não estava aqui. Eu, então, quero repetir em um minuto, dizendo que V. Ex^a tomou uma atitude muito boa, afirmativa, no sentido de buscar apoio logístico para que nós pudéssemos ter empresas privadas de análise de documentação, enfim, para que pudesse dar assessoramento técnico à CPMI.

A preocupação que eu levantei, embora a atitude eu entenda extremamente louvável, essas consultorias, a preocupação que eu levantei é de que essas consultorias possam ter acesso a dados confidenciais, a dados sigilosos, até para poder emitir um parecer, nos auxiliar, e a preocupação é de que esses dados possam depois cair no mercado. A gente sabe como funciona o mercado. Eu, que sou bancário, sei. Especula-se na Bolsa, em um negócio, em outro negócio. São informações privilegiadas. Há toda uma preocupação.

Essa é uma visão eu que eu tenho. Qual é a saída? Temos um diagnóstico e um prognóstico. O diagnóstico é esse, e o prognóstico: temos na Receita Federal auditores fiscais, pessoas qualificadas, preparadas. São funcionários públicos que podem prestar compromisso e atuar com eficiência, com eficácia.

Deixo isso para análise de V. Ex^a – nem vou pedir a sua resposta agora – para que V. Ex^a refletisse sobre isso. Eu não sei se estou certo ou errado, mas estou com essa preocupação, até porque daqui a pouco essas provas podem até ser contestadas no Supremo depois, essas assessorias, enfim, esses pareceres que possam vir. Então, lanço essa preocupação: que temos na Receita Federal, no sistema, no Governo, funcionários públicos extremamente qualificados, que podem ser requisitados a custo e que podem dar uma assessoria à altura do momento e da necessidade.

Eu quero confessar aqui: eu sou político. Nós os políticos sabemos de tudo um pouco. Mas de um pouco não sabemos tudo. Então, temos de buscar assessoria. Então, o ato é válido. Eu só estou vendo se é mais por aqui ou mais por ali.

Deixo essa preocupação no ar. Absolutamente, não é nem um reparo ou crítica, mas sim uma preocupação no sentido de mudar, porque entendo que a CPMI está sendo muito bem conduzida. Melhor ninguém faria, ainda que se encomendasse, como V. Ex^a está fazendo nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra e a Presidência ao Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Excelência.

Eu só queria, Deputado Pompeu de Mattos, ouvindo os comentários de V. Ex^a, primeiro dizer que essa foi uma decisão tomada em uma reunião de coordenação com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e com os Presidentes das três CPIs: a CPI dos Bingos, a CPMI do Mensalão e a CPMI dos Correios. Nós, inclusive na semana passada e o Presidente Ascrubal Bentes também em boa hora lembra, aprovamos também em plenário, com base em parecer da Assessoria Jurídica do Senado, que, primeiro, teve oportunidade de apresentar todas as justificativas para contratação em emergência ou em urgência, em função do tempo previsto para término inclusive da própria CPMI. Quer dizer, tem absoluto respaldo legal, à luz inclusive da Lei nº 8.666.

Tivemos muitas reuniões com empresas de consultoria, empresas de auditoria, várias delas internacionais e mesmo empresas nacionais. Não é uma tarefa fácil, porque as grandes empresas de auditoria têm quase 70% do mercado e se alternam a cada 5 anos, inclusive com cláusulas contratuais que as impede de fazer qualquer tipo de investigação, por um determinado período, em empresas em que trabalharam anteriormente. Ouvimos muitas consultorias. Acho que até amanhã teremos efetivamente empresas que não entram em conflito de interesses e têm a aptidão necessária para executar esse trabalho. Essas empresas não vão trabalhar apenas para a CPMI dos Correios, mas também para a CPMI do Mensalão e para a CPI dos Bingos.

Agora, alertado até e ratificando o que V. Ex^a também acabou de relatar, tive uma conversa com o pessoal do FISCO também e, dentre as decisões que tomamos, sob a coordenação do Presidente Renan, vamos pedir um reforço nas nossas equipes técnicas por parte de todas as instituições que já trabalham conosco, desde Receita, Tribunal de Contas da União, enfim, instituições que têm nos prestado um grande serviço, um serviço técnico competente. Acredito que a vinda de auditorias independentes legitimam até o trabalho que vai ser desenvolvido, porque ninguém, com base em um parecer de auditorias que operam no mundo inteiro, poderá afirmar que simplesmente os relatórios dos sub-relatores são tendenciosos e que levam em consideração outras questões, questões até de enfrentamento político, o que é natural em uma CPI como é a CPMI dos Correios. Importante também registrar.

Tem sido muito falada a questão da administração de dados sigilosos. Essas empresas estão acostumadas a trabalhar para empresas gigantescas pelo mun-

do e, ao trabalhar para essas empresas, têm acesso inclusive a informações de caráter comercial. Quando essas empresas assinam, elas fazem um contrato de confidencialidade, inclusive com punições severas se ficar caracterizado algum tipo de manipulação das informações sigilosas que acessam. São empresas tradicionais no mercado, com larga experiência em vários segmentos econômicos. Então, acho que, nesse aspecto, temos absoluta garantia com relação aos dados de sigilo. Mas entendo também pertinente os comentários de V. Ex^a, tanto é que tomaremos as providências.

Também, Sr. Presidente, para aproveitar a oportunidade, inclusive a participação do Deputado Pompeo de Mattos, em uma hora muito importante para a CPMI. Ontem também o Senador Efraim, que, além de Presidente da CPI dos Bingos, é o 1º Secretário do Senado... estamos fazendo aquisição do software inglês que é utilizado inclusive pelo serviço secreto inglês, por várias organizações policiais pelo mundo, inclusive aqui pela Polícia Federal, daquele software I2, que é um software que permite o cruzamento de informações bancárias e telefônicas. É um software bastante completo e utilizado pelas melhores instituições do mundo, principalmente na apuração de fraudes financeiras e outros tipos de... combate às drogas e assim por diante. Acho que vamos estar absolutamente instrumentalizados não só com técnicos do Estado, como também com auditorias com larga experiência e também com softwares que garantam um trabalho exemplar e, não tenho dúvida nenhuma, com resultados que vão corresponder ao que a opinião pública espera não só da CPMI dos Correios, mas também da CPMI do Mensalão e da CPI dos Bingos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a manifestação do Presidente Delcídio. Fico extremamente contente até porque a sua preocupação são um pouco as nossas, a gente compartilha da mesma angústia, e mostra exatamente o grau de preocupação da CPMI, principalmente do seu Presidente, no sentido de se robustecer de todas as informações, de todos os dados, de todos os cuidados, o que demonstra que V. Ex^a tem os predicativos para a função. A preocupação de um e de outro dá bem para compreender porque nós, aqui, cada vez temos menos cabelo e V. Ex^a está cada vez com o cabelo mais branco, exatamente por causa dessas preocupações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Pompeo, pela verve gaúcha de sempre.

Não havendo mais ninguém para fazer inquirição, indago ao depoente se ainda pretende fazer algum esclarecimento.

O SR. ANDRÉ MARQUES DA SILVA – Não. Acho que foi suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência agradece a participação dos Srs. Parlamentares, dos servidores e da imprensa, particularmente do depoente, seus advogados, e apresenta as escusas por eventuais excessos que tenham havido na condução de V. Sr^a até esta Casa.

Muito obrigado e um bom final de semana a todos.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 43ª Reunião, realizada em 19/10/2005

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres e Romeu Tuma; e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Seraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Murilo Zauith, Silvío Torres e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião é de caráter reservado para esclarecimentos dos senhores Dr. Luiz Flávio Zampronha, Delegado da Polícia Federal e Dr. Marcelo Fish – Coordenador Geral de Fiscalização da Receita Federal. Em seguida a Presidência informa

sobre a realização da reunião da Sub-Relatoria dos Contratos no dia de hoje para as oitivas dos senhores Cláudio Roberto Mourão da Silveira (contrato Marcos Valério), Carlos Eduardo Fioravanti da Costa (Ex-Diretor da ECT). Às onze horas e um minuto a reunião fica reservada. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as graças de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 43ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à reunião reservada com a Polícia Federal e a Receita Federal. Convido o Delegado da Polícia Federal Dr. Zampronha e o Dr. Marcelo, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal, a se sentarem aqui conosco para que venhamos a desenvolver os nossos trabalhos no dia de hoje.

Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para dizer que amanhã teremos uma reunião administrativa para votação de requerimentos, começando às 10 horas. É importante registrar também que hoje teremos audiências na Sub-relatoria de Contratos... O Dr. Cláudio Mourão, na Sub-Relatoria de Contratos, e o Dr. Fioravante, também na Sub-relatoria de Contratos dos Correios. A de Seguros foi suspensa a pedido do Deputado Carlos Willian, que quer mais algum tempo para estudar as informações, todas relativas ao Instituto de Resseguros do Brasil.

Eu também gostaria de informar a V. Ex^{as} que ontem tivemos a confirmação das auditorias, ficando a Ernst & Young para assessorar a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, comandada pelo Deputado ACM Neto, e a Sub-relatoria de Movimentações Financeiras ficará com a Villas Rodil e a Moore Stephens. Esse foi um trabalho longo porque o conflito de interesses nessa área é extremamente elevado. Passamos quase duas semanas para buscar todas as informações necessárias, de tal maneira que essas empresas tenham absoluta isenção na execução dos trabalhos. Fomos respaldados também por um parecer da assessoria jurídica do Senado, à luz da Lei nº 8.666, mas que levava uma contratação mais ágil em função da exigüidade do tempo da CPMI, portanto fugindo daqueles trâmites

normais, mas à luz do que a Lei nº 8.666 faculta, e hoje as empresas estão vindo aqui para apresentar os contratos, os escopos. E a parte comercial será discutida diretamente pela Diretoria-Geral do Senado, pelo Dr. Agaciel e por toda a equipe do Senado que o assessoria nessas questões contratuais. Portanto...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, como é que fica o acesso dessas empresas aos dados sigilosos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres, essa pergunta é muito importante. Normalmente, essas empresas executam uma série de auditorias em outras empresas também, trabalhando com dados sigilosos, mas seus contratos têm, normalmente, uma cláusula de confidencialidade, com penalidades muito severas se alguma informação sigilosa for, eventualmente, utilizada por essas empresas. Então, estamos nos resguardando de todos os cuidados possíveis em função do compartilhamento dos sigilos.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que, uma vez que também já discutimos, na reunião anterior, a necessidade da contratação, é realmente para se dar seqüência a esse trabalho que vai se desenvolver ao longo do dia e também amanhã. Pretendemos iniciar já as atividades das consultorias, das auditorias no início da próxima semana.

Uma vez prestados esses esclarecimentos...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma informação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A imprensa, outro dia, noticiou que poderia haver uma contestação por parte do Ministério Público Federal sobre essas contratações. Eu gostaria de obter de V. Ex^a uma explicação, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A Dr^a Raquel Branquinho está apresentando alguns questionamentos fruto dessa ação da Unafisco, dessa representação. Agora, estamos respaldados juridicamente. Haver esse questionamento é um processo natural e um papel do Ministério Público também, como é nosso papel esclarecer devidamente os fatos, como isso foi desenvolvido e feito. Mais do que nunca, acho que esse trabalho traz pessoas competentes para tratarem de áreas que exigem especialização e que dão uma consistência técnica e profissional intensa aos trabalhos da CPMI. Estamos, evidentemente, respaldados pela própria assessoria do Senado e vamos prestar ao Ministério Público todas as informações necessárias e disponíveis em função de todo esse processo.

Eu confesso até, Deputado Sílvia Torres, que cheguei à conclusão de que, mesmo que nós quiséssemos fazer essa licitação nos padrões ou nos moldes tradicionais, iríamos acabar com um número muito exíguo de empresas por uma razão, não em função da especialização e do conhecimento que detém, mas fruto dessa questão ligada a conflito de interesses.

Deputado ACM Neto, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Apenas uma preocupação. Ontem, a CPMI do Mensalão, em sua reunião realizada para a oitiva dos dirigentes do **City Group**, preliminarmente, submeteu à votação do plenário a aprovação dos nomes das consultorias. Por quê? Assim como fez a CPMI dos Correios, inicialmente foi votado um requerimento autorizando a diretoria do Senado a dar seguimento a essas negociações. Porém, posteriormente, já com os nomes definidos, aquela CPMI colocou em votação especificamente a aprovação dos nomes.

Eu, então, gostaria de sugerir a V. Ex^a que fizesse o mesmo, ou seja, que votássemos aqui os nomes das três consultorias que foram aprovadas, duas para trabalhar em consórcio com a Sub-relatoria de Movimentação Financeira e uma terceira para a Sub-relatoria de Fundos de Pensão. Poderia, então, V. Ex^a colocar aqui para apreciação do Plenário, apenas para que pudéssemos apenas referendar, e para que, assim, fosse dado o caminho legal para que, do ponto de vista do Regimento e das previsões constitucionais, a diretoria do Senado estivesse efetivamente autorizada a dar seqüência a essa contratação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acho essa uma boa sugestão. Isso foi feito ontem na CPMI do Mensalão. As empresas são as que estão naquela lista, motivo daquele requerimento, daquele encaminhamento que foi feito na semana passada. E eu quero apresentar a proposta do ACM Neto, com quem faço coro.

Se os Srs. Parlamentares estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Portanto, vamos encaminhar já. Consideramos aprovadas as consultorias. E agora entramos na tratativa do escopo e na comercial, que será conduzida pela Mesa, aliás, pela Direção-Geral do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A reunião administrativa de amanhã está mantida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em princípio, Deputado ACM Neto, sim. Nós vamos analisar os requerimentos e esperamos que amanhã façamos uma reunião mais rápida, até porque na últi-

ma reunião nós limpamos, praticamente, a pauta dos principais requerimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu só gostaria de reforçar a V. Ex^a um apelo que já lhe fiz, como também ao Deputado Osmar Serraglio, para que V. Ex^a pudesse convocar uma reunião administrativa para terça-feira, pela manhã, com o objetivo específico de tratar sobre fundos de pensão. Nessa reunião administrativa, nós teríamos, basicamente, três pontos, que trago aqui à sugestão de V. Ex^a.

O primeiro ponto seria a apresentação do grupo de trabalho, ou seja, a apresentação dos consultores, a apresentação da força-tarefa e a apresentação, também, da equipe da CPMI que está trabalhando nesta matéria. O segundo ponto seria a apresentação do plano de trabalho, mostrando, exatamente, quais são os objetivos da Sub-relatoria, qual é seu escopo de trabalho, quais são os procedimentos com os quais a Sub-relatoria pretende trabalhar. E o terceiro ponto seria a votação de requerimentos específicos da matéria “fundos de pensão”, que são imprescindíveis, e sem os quais nós não podemos dar andamento à análise e ao estudo da matéria.

Então, eu voltaria a endossar à V. Ex^a, agora de público, o que já fiz, inicialmente, numa reunião privada que tivemos, o pedido para que fosse marcada essa reunião administrativa para terça-feira de manhã, portanto não conflitando com o andamento normal dos trabalhos da CPMI, e para que nela nós tivéssemos o objetivo específico de tratar de fundos de pensão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Senhor Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em que pese registrar a oportunidade do requerimento do Deputado Antonio Carlos Magalhães de providências administrativas na sua sub-relatoria, pondero que talvez não seja positivo. Nós temos várias sub-relatorias, e, se cada Sub-Relatoria ficar convocando uma reunião administrativa específica para tratar de seus assuntos, nós só vamos ficar fazendo aqui reuniões administrativas. A ponderação que faço ao nosso Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto é no sentido de que, tratando-se de um assunto administrativo, estes requerimentos relativos à Sub-relatoria dos Fundos sejam tratados nas reuniões administrativas das quintas-feiras, como de ordinário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Maurício Rands, eu gostaria de fazer uma ponderação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É evidente que a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, assim como a Sub-Relatoria do IRB, ela se diferencia das demais porque foi constituída há pouco mais de uma semana. Enquanto as outras sub-relatorias já estão atuando há alguns meses, a nossa sub-relatoria tem apenas oito dias de formalmente constituída. Esta reunião administrativa é em caráter excepcional. É apenas como uma primeira providência para que nós possamos dar andamento e agilidade aos trabalhos.

Deputado Maurício, eu poderia trazer os requerimentos para a reunião administrativa de amanhã. Mas por que eu não quis fazer? E aí, Senador Delcídio, eu peço atenção de V. Ex^a. Eu dizia ao Deputado Maurício que eu poderia trazer os requerimentos para a deliberação da reunião administrativa de amanhã. Mas eu não quis fazer porque, como é um trabalho inicial, eu queria apresentar a equipe de trabalho, eu queria apresentar o plano de trabalho, que são, naturalmente, as justificativas para o que vai ser votado depois, e, assim, em seguida, votar os requerimentos. Eu acho que, como providência preliminar, de uma sub-relatoria que está começando os seus trabalhos, seria o mais racional, até para conhecimento desta Comissão e para o aprofundamento de cada membro da Comissão na matéria, que é uma matéria árida e complexa. Por isso, Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ... endosso meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, primeiramente, Senador Alvaro Dias, o Deputado Eduardo Paes. Depois, terá a palavra o Senador Alvaro Dias para a gente encerrar esta primeira parte, porque eu deixei a programação da próxima semana para falar exatamente dessas questões.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, muito rapidamente, vou só fazer um apelo também ao Deputado Maurício Rands. Acho que a atitude do Deputado ACM Neto é uma atitude que não atende aos interesses dele como Sub-Relator, mas, principalmente, à necessidade de transparência, de abertura e de co-participação com os demais Parlamentares desta CPMI. Nós, em diversas oportunidades, aqui reclamamos de não ter acesso à informação, de não saber quem é que estava com isso, quem estava com aquela tarefa. O Deputado ACM Neto estabelece um novo paradigma de comportamento ao solicitar essa

reunião administrativa. Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer à V. Ex^a que acho que V. Ex^a deveria fazer, sim, essa reunião administrativa, e, se ela não acontecer, certamente, eu estarei à disposição do Deputado ACM Neto para que ele faça a apresentação do escopo do trabalho e dos objetivos da sub-relatoria.

Parabéns ao Deputado ACM Neto pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias para concluir esta...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também só uma consideração muito rápida, Sr. Presidente. É evidente que nós entendemos a boa intenção dos propósitos do Deputado ACM Neto. Eu ficaria apenas com a segunda parte da sua proposição: a votação dos requerimentos, sem a necessidade da apresentação de planos e de consultores. Nós não temos mais tempo para isso; nós estamos caminhando para o final dos trabalhos da Comissão. Não há essa necessidade, a meu ver, até porque confiamos plenamente no roteiro estabelecido pelo Sub-Relator, o Deputado ACM Neto, para os trabalhos dessa Sub-Relatoria. Imagino que temos de ganhar tempo, e essa apresentação, certamente, seria mais uma forma de esvaziar a CPMI, já esvaziada em função dessa subdivisão dos trabalhos, com sessões de plenário vazio, como tem ocorrido, em função da realização simultânea de várias audiências públicas em sub-relatorias diferentes. Então é a minha sugestão, só com o objetivo de contribuir. Creio que é necessário, sim, reunir para deliberar sobre requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para concluir, então, essa questão, acho absolutamente válido, Deputado Maurício Rands, a sugestão do Deputado ACM Neto. Primeiro, porque os fundos de pensão, esse assunto é um assunto delicado e é um assunto complexo, não é um assunto simples, e entendo que nós, partindo já com uma sub-relatoria mostrando o seu programa de trabalho, mostrando os objetivos desse trabalho, os cronogramas estabelecidos – se for possível, já se estabelecer esses cronogramas – e, ao mesmo tempo, já se adiantando com relação a requerimentos que vão ser fundamentais nas investigações e que apressam essas investigações, que aceleram. Acho absolutamente procedente.

Entendo até que as outras sub-relatorias, quando foram criadas, elas deveriam ter-se iniciado assim, quer dizer, com uma reunião administrativa no plenário da CPMI, e depois, sim, com reuniões, como V. Ex^a sugeriu, que são as reuniões ocorridas às terças e quintas-feiras, às 14 horas.

Para V. Ex^a ter uma idéia, nós, agora, a Sub-Relatoria de Contratos, já estabelecemos um cronograma, após a criação da Sub-Relatoria, exatamente para que se tenha claramente uma coordenação entre aquilo que está sendo discutido de contratos com o Tribunal de Contas da União e as oitivas que estão sendo realizadas.

O Instituto de Resseguros do Brasil, a Sub-Relatoria de Seguros, nós estamos adotando exatamente o mesmo procedimento para que se tenha previamente um programa de trabalho estabelecido e nós não venhamos a ficar atirando, em função até do tempo que se tem disponível, aleatoriamente nas questões todas relacionadas com cada sub-relatoria e para que demos objetividade a esses trabalhos. Então eu acho que é importante talvez a gente gastar um pouquinho mais de tempo inicialmente, mas isso esclarece, e acho que a imprensa também vai ter plenas condições de entender o objetivo até do trabalho que vai ser realizado por essa sub-relatoria, o que é muito importante.

Eu gostaria...

Com a palavra o Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, desculpa, se ainda há tempo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para V. Ex^a sempre haverá tempo, meu caro Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acho que a proposta do Deputado ACM Neto tem um valor até pela grande preocupação que todos nós devemos ter com relação a quantas anda cada sub-relatoria. Eu sei que V. Ex^a e os Sub-Relatores têm demonstrado qualidade, até pela forma com que estão conduzindo, sempre presentes, buscando informações. Mas a maioria dos membros das Comissões desconhece a linha de trabalho da Subcomissão e alguns resultados que já possam ser apresentados.

Eu acho que essa idéia de dar a lógica da coerência de como vai seguir a apuração da subcomissão ao colegiado acho que é importante a gente saber, e não se gasta muito tempo. E os outros também, se pudessem, qualquer hora, reavivar o início, saber como está sendo conduzido, para que todos os membros possam ganhar tempo, nunca perder tempo, porque, senão, fica parecendo ao público que há um esvaziamento da CPMI, o que não é verdade. Tenho protestado contra colegas que vão à tribuna dizendo que está esvaziada, que vai “virar pizza”. Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma, que qualquer um de nós faça referência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Tuma, é importante o registro de V. Ex^a, porque há, infelizmente, uma confusão de que uma

CPI só funciona se têm grandes atrações, oitivas que chamam a atenção da opinião pública. Entendo que a CPMI dos Correios já passou dessa fase. A CPMI dos Correios precisa apresentar resultados, e resultados se conseguem com investigação, e investigação não se faz à luz de holofotes, sendo acompanhada durante 24 horas pelos meios de comunicação. As investigações se fazem com um trabalho efetivo, determinado. Acho que a ponderação de V. Ex^a é absolutamente pertinente. E a Mesa, inclusive, até para que todos os membros da CPMI e a imprensa também saibam, todos nós venhamos a saber do encaminhamento dos trabalhos todos das sub-relatorias que funcionam as terças e quintas-feiras, religiosamente, funcionam bem com participação dos Parlamentares, para que todos nós tenhamos uma noção clara de qual é o escopo, o que se está fazendo, o que falta ainda e os trabalhos que vão ser apresentados até o final da CPMI.

Acho que essa idéia do Deputado ACM Neto é muito importante. Vamos, inclusive, já agendar os outros sub-relatores para fazerem uma exposição rápida, objetiva, para que todos nós tenhamos as cópias, a programação e a cronologia de todos os fatos, exatamente para que todos tenham ciência.

É importante, Senador Tuma... Às vezes, as pessoas vêem a sub-relatoria funcionar e acham que é o Pleno da CPMI dos Correios, e as sub-relatorias funcionam com número de Parlamentares menor mesmo. Então isso tem que ficar entendido, porque muitas vezes interpretam que está havendo esvaziamento da CPMI. Não, é que as sub-relatorias trabalham compactamente, trabalham com número de Parlamentares menor. Isto tem que ficar muito claro também.

É esse o objetivo. O Deputado Eduardo Paes lembra muito bem que esse é o objetivo, exatamente para dar celeridade nas investigações e para que a CPMI convoque todas as pessoas que foram objetos de requerimentos aprovados aqui no Plenário.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, até para evitar esse problema que V. Ex^a citou agora, acho que as reuniões das subcomissões nunca deveriam ser neste plenário, porque o que leva a entender, equivocadamente, isso que V. Ex^a falou, é quando a reunião da subcomissão é neste plenário. Porque se entende que este plenário é o plenário da CPMI plena, e quando se utiliza uma subcomissão lá no Plenário 7 ou no Plenário 9, se identifica como uma subcomissão. Quando a subcomissão é realizada aqui, como a do José Eduardo foi realizada ontem, dá a impressão que é um plenário pleno esvaziado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, desculpa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou com a palavra. Dá licença. Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é V. Ex^a quem me dá a palavra, mas o Presidente.

Sr. Presidente, um outro detalhe que queria providência de V. Ex^a é uma posição da CPMI a respeito das declarações do Sr. Delúbio Soares. Lamentáveis as declarações, no jornal **O Estado de S. Paulo** do último final de semana, de desrespeito, de pouco caso com os trabalhos da CPMI dos Correios, inclusive dizendo que tudo aquilo que aconteceu virará uma piada de salão. Acho que é preciso que V. Ex^a, em nome da CPMI, tome uma atitude urgente, imediata, para não parecer que aceitamos o golpe baixo utilizado pelo Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está sendo preparado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, um posicionamento da CPMI dos Correios com relação a essa questão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Cadeia nele.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deputado Arnaldo, eu pediria a prisão preventiva porque ele está intervindo no procedimento de apuração dos fatos. Eu pedi até à Justiça. Não sei se o delegado pediu? Parece que foi pedido e foi negado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou encaminhar um requerimento pedindo a convocação também do motorista do Sr. Delúbio Soares.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que a Justiça se alerte pelo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

Vou encerrar, então, esta primeira fase e vou pedir primeiro que aqui no Plenário só permaneçam os Parlamentares e os consultores, porque teremos uma reunião reservada com o Delegado da Polícia Federal, Dr. Zampronha, e com o Dr. Marcelo, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal.

Eu pediria, por favor, a compreensão da imprensa, porque foi solicitada reunião reservada. É esta a razão de fazermos essa conversa somente com os Parlamentares e os representantes da Polícia Federal e da Receita Federal.

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 01 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 44ª Reunião, realizada em 25/10/2005.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, José Jorge, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Jamil Murad, Murilo Zauith, Silvio Torres, Medeiros e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à apresentação do roteiro de trabalho da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, cujo Sub-Relator é o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; apresentação do roteiro de trabalho da Sub-Relatoria do IRB, cujo Sub-Relator é o Deputado Carlos William e Apreciação de Requerimentos. Foram aprovados, em bloco, os seguintes Requerimentos: **Requerimento 1077** de autoria do Senador César Borges, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr Bruno Prada, ex-diretor superintendente da Interbrazil Seguradora S/A, **Requerimento 1078** de autoria do Senador César Borges, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Maurício Panegue, ex-presidente da Interbrazil Seguradora S/A, **Requerimento 1085** de autoria do Dep. Arnaldo Faria de Sá, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Ramon Guedes, pai do senhor Glenio Guedes, **Requerimento 1090** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita a **REQUISICÃO**: Ao DRCI as informações a respeito de acordo, ajuste ou qualquer entendimento que

tenha sido firmado neste ano de 2005 com o Ministério Público Distrital de Nova York que tenha como objeto a colaboração para investigar crime de lavagem de dinheiro, além de outros crimes de colarinho branco ou contra a Administração Pública, **Requerimento 1091** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita a **REQUISIÇÃO**: À ABIN os relatórios, informes e quaisquer outros documentos produzidos como resultado de investigações, pesquisas ou outros trabalhos que envolvam a Superintendência de Seguros Privados, **Requerimento 1101** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita a **REQUISIÇÃO**: À Brasil Telecom cópia dos contratos: 3300010414 DNA Propaganda; 3300010679 DNA Propaganda; 3300010273 SMP&B; Contrato com a SMP&B que perfaz um valor total de pagamentos de R\$ 3.376.825,93 (S/Nº), bem como todos os documentos a ele atinentes, **Requerimento 1121** de autoria de autoria do Senador César Borges, requer a **CONVOCAÇÃO**: Sra Maria Cristina da Cruz, ex Diretora- Executiva da Interbrazil Seguradora S/A, **Requerimento 1122** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, **INDICAÇÃO** da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Gustavo Fruet para viajarem à cidade de Nova Iorque, **Requerimento 1125** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Ernesto Duarte, agente público dos Correios, **Requerimento 1131** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Eduardo Cardozo, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Waldemir Freire Cardoso, ex-diretor dos Correios, **Requerimento 1106** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a **CONVOCAÇÃO**: da Sra. Carla Cicco, ex-presidente da Brasiltelecom, **Requerimento 1099** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Francisco M. Castilho Santos, para prestar depoimento junto à Polícia Federal, **Requerimento 1100** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a **CONVOCAÇÃO**: da Sra. Margaret Maria de Queiroz Freitas, para prestar depoimento junto à Polícia Federal, **Requerimento 1102** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a **CONVOCAÇÃO**: da Sra. Renilda Cardoso, para prestar depoimento junto à Polícia Federal, **Requerimento 1103** de autoria de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a **CONVOCAÇÃO**: do Sr. Cristiano de Melo Paz, para prestar depoimento junto à Polícia Federal, **Requerimento 1267** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, solicita **REQUISIÇÃO**: que oficie diretamente às autoridades norte-americanas competentes para que essas, por meio dos instrumentos legais pertinentes, inclusive o Patriot Act, forneçam dados financeiros relativos a atos de corrupção política estrangeira e de lavagem internacional de dinheiro. **Requerimento 1134**

de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1135** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Geap Fundação de Seguridade Social bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1136** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1137** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1138** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1139** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Real Grandeza Fundo de Previdência e Assistência Social, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1140** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da SERPROS – Fundo Multipatrocinado, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1141** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telegráfos – POSTALIS, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1142** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto,

solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1143** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Prece Previdência Complementar, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1144** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Núcleos Instituto de Seguridade Social, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1145** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Portus Instituto de Seguridade Social, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1146** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1147** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Quality CCTVM, bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1148** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Fair CCVM Ltda., bem como de seus respectivos fundos de investimento exclusivos, para obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1149** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da RS Administração e Construção Ltda, **Requerimento 1150** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Royster Serviços S/A, **Requerimento 1151** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Erste Banking Empreendi-

mentos e Participações Ltda e sua sucessora Stockollos Avendis EB Empreendimentos, Inter-Mediações e Participações Ltda., **Requerimento 1152** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da Millenium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A (CNPJ nº 07.147.382/001-20), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1153** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da INTRA S/A CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1154** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da CRUZEIRO DO SUL CM LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1155** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A (CNPJ nº 62.285.390/0001-40), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1156** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da LAETA S/A, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1157** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da NOVINVEST CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1158** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da THECA CCTVM LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1159** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da ELITE CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS (CNPJ nº 28.048.783/0001-00), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1160** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da IPANEMA S/A CORRETORA DE CÂMBIO, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1161** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA**

DE SIGILO: bancário, fiscal e telefônico da PLANNER CV S/A (CNPJ nº 00.806.535/0001-54), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1162** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da RMC S/A SOCIEDADE CORRETORA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1163** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da SAFIC CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1164** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da PRATA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1165** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da ATLAS DTVM LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1166** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da DILON S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CNPJ nº 33.851.064/0001-55), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1167** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da FATOR S/A, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1168** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da AGENDA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CNPJ nº 00.271.457/0001-30), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1169** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da LUCRO CORRETORA DE MERCADORIAS E FUTUROS LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1170** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da CLICKTRADE CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CNPJ nº 58.225.426/0001-23), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1171** de

autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da QUANTIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 68.726.611/0001-55), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1172** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da GRADUAL CCTVM, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1173** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da WALPIRES S.A CCTVM (CNPJ nº 61.769.790/0001-69), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1174** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da EURO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (CNPJ nº 05.006.016/0001-25), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1175** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da CQJR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS LTDA, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1176** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da NOMINAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 76.637.263/0001-78), com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1177** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da SÃO PAULO CORRETORA DE VALORES, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1178** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal e telefônico da CRUZEIRO DO SUL S/A DTVM, com vistas à obtenção das informações que especifica, **Requerimento 1179** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal do senhor CEZAR SASSOUN, **Requerimento 1180** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO:** bancário, fiscal do senhor TEÓFILO GUIRAL ROCHA, **Requerimento 1181** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães

Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal do senhor JOSÉ OSVALDO MORALES, **Requerimento 1182** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. ALCYR DUARTE COLLAÇO FILHO, **Requerimento 1183** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. HAROLDO DE ALMEIDA REGO FILHO, **Requerimento 1184** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sra. ROGÉRIA COSTA BEBER. **Requerimento 1185** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. GUILHERME DE ATHAYDE FRANCISCO, **Requerimento 1186** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. MURILLO DE ALMEIDA REGO, **Requerimento 1187** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO, **Requerimento 1188** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. CRISTIANO COSTA BEBER, **Requerimento 1189** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. ALEXANDRE DE ATHAYDE FRANCISCO, **Requerimento 1190** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. LÚCIO BOLONHA FUNARO, **Requerimento 1191** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. JOSÉ CARLOS BATISTA, **Requerimento 1192** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. JOSÉ ROBERTO FUNARO. **Requerimento 1193** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. DJALMA FUNARO. **Requerimento 1194** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. ANTÔNIO GREINER

MADEIRA. **Requerimento 1195** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUEZ LUNARDI, **Requerimento 1196** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. RENATO LUCIANO GAILI, **Requerimento 1197** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. LUIZ ANTÔNIO FERRARI. **Requerimento 1198** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. VALDIR ROSSI, **Requerimento 1199** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, solicita a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico do Sr. FRANCISCO CLÁUDIO ABDO. **Requerimento 1232** de autoria do Deputado Carlos Abicalil, requer a CONVOÇÃO: DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO FILHO, **Requerimento 1200** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. LÍDIO DUARTE, **Requerimento 1201** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. JUAN CAMPOS DOMINGUEZ LORENZO, **Requerimento 1202** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. ALBERTO DE ALMEIDA PAIS **Requerimento 1203** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. LUIZ APOLÔNIO NETO, **Requerimento 1204** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA, **Requerimento 1205** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA, **Requerimento 1278** de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e Antônio Carlos Magalhães Neto, em que solicitam a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL e dos Fundos de Investimento exclusivos, com o adendo do relator que especifica que

seja feita a transferência até o período em que ela esteve sob controle estatal. **Requerimento 883** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requer **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: fiscal e bancário da empresa ROGER'S VEÍCULOS LTDA., **Requerimento 1206** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. MANOEL MORAES DE ARAÚJO, **Requerimento 1207** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. ALESSANDRO LUIS, **Requerimento 1208** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. ERNESTO TZIRULNIK, **Requerimento 1209** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. GIAMPAOLO BONORA, **Requerimento 1210** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da EMPRESA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS GUARATINGUETÁ (CNPJ nº 048.540.447/0001-80), **Requerimento 1211** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da EMPRESA COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA (CNPJ nº 15.144.017/0005-13) **Requerimento 1212** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. JOSÉ EDUARDO BATISTA, **Requerimento 1213** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. CARLOS EDUARDO TAVARES, **Requerimento 1214** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO FILHO, **Requerimento 1215** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **CONVOCAÇÃO**: para depor na Sub-relatoria do IRB na condição de testemunha, Sr. CARLOS EDUARDO CORREIA DO LAGO, **Requerimento 1216** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **CONVOCAÇÃO**: para depor na Sub-relatoria do IRB na condição de testemunha, Sr. HAMILTON MESQUITA DO PRADO **Requerimento 1217** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **CONVOCAÇÃO**: para depor na Sub-relatoria do IRB na condição de testemunha, Srs. CARLOS CAMPOLINA e EVANDRO DANTAS, **Requerimento 1218** de

autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **CONVOCAÇÃO**: para depor na Sub-relatoria do IRB na condição de testemunha, Sr. PAULO BONILHA **Requerimento 1219** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da CORRETORA ALEXANDRES FORBES DO BRASIL, **Requerimento 1220** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da EMPRESA CORRETORA COOPER GAY, **Requerimento 1221** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da CORRETORA ASSURÊ, **Requerimento 1222** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO, **Requerimento 1223** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA, **Requerimento 1224** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES, **Requerimento 1226** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **CONVOCAÇÃO** para depor na Sub-relatoria do IRB na condição de testemunha, Sr. RODRIGO BOTELHO CAMPOS, ex-Diretor de Administração e Suprimentos de FURNAS, **Requerimento 1228** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da SEGURADORA INTERBRAZIL, **Requerimento 1230** de autoria do Deputado Carlos Willian, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico e depoimento pessoal na Sub-relatoria do IRB, do Sr. ANDRÉ MARGUES DA SILVA, **Requerimento 1045** de autoria do Deputado Doutor Rosinha, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico de EDNA MARIA RICCI BORINI ARTERO – CPF 014.251.918-94, **Requerimento 1046** de autoria do Deputado Doutor Rosinha, requer a **TRANSFERÊNCIA DE SIGILO**: bancário, fiscal e telefônico da empresa TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ 49.748.023/0001-78, de seus sócios Sr. ÁLVARO JOSÉ RESENDE ASSUMPÇÃO – 620.074.088-72, Sr^a MARIA LÚCIA CLARK PERES ASSUMPÇÃO – 064.363.658-77 e do Sr. ANTONIO JOSÉ RESENDE ASSUNÇÃO – 151.041.336-72, porém este último requerimento não foi aprovado por falta de quorum. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Onyx Lorenzoni e Eduardo Paes. Às

quatorze horas e trinta minutos encerra-se a presente reunião. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRAFICA

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 44ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 03/2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa. Coloco-as em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esclareço que a pauta da presente reunião destina-se à apresentação do roteiro de trabalho da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, cujo Sub-Relator é o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; à apresentação do roteiro de trabalho da Sub-relatoria do IRB, cujo Sub-Relator é o Deputado Carlos Willian; à apreciação de requerimentos.

Antes de o Deputado ACM Neto fazer a apresentação de sua sub-relatoria, quero dizer que S. Ex^a vai contar com o apoio de muitas instituições na execução de seus trabalhos, inclusive instituição de mercado – o que é muito importante. Vai contar também com as auditorias, que gentilmente nos ajudaram até o fechamento do contrato com o Senado, com a parte comercial, cedida gentilmente pelo Dr. Agaciel, que disponibilizou os técnicos para preparar o programa de trabalho que será apresentado e, conseqüentemente, em função do escopo, os respectivos requerimentos.

Com relação à apresentação do Deputado Carlos Willian, quero lembrar-lhes que S. Ex^a já trabalha com a questão do IRB há muito tempo. Foi S. Ex^a quem coletou, quem recolheu, as assinaturas necessárias para a criação da CPI do IRB. De comum acordo, em uma reunião de Líderes, ficou acertado que o IRB ficaria em uma sub-relatoria dos Correios. Assim foi feito. S. Ex^a vai fazer um resumo rápido de tudo aquilo em que trabalhou no que se refere ao assunto. Volto a afirmar que as atividades do Deputado Carlos Willian já são de antes da criação da CPMI. S. Ex^a também vai apresentar os seus requerimentos. Pelo que o Deputado Osmar Serraglio afirmou, existem outros requerimentos

constantes da CPMI dos Correios, que, consensuais, hoje serão aprovados.

Passo a palavra ao Deputado ACM Neto para que S. Ex^a faça a sua respectiva exposição sobre o assunto Sub-Relatoria de Fundos de Pensão.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – S. Ex^a vai apresentar seus trabalhos e requerimentos. Serão aprovados os requerimentos para, depois, passarmos a outro assunto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. A intenção é fazermos a apresentação. Depois, aprovaremos os requerimentos. Então, V. Ex^a falará sobre a questão do resseguro. Aprovaríamos os requerimentos. Depois, aprovaríamos os requerimentos de consenso da CPMI dos Correios.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, preliminarmente, quero informar a todos os presentes que está sobre a mesa uma cópia da apresentação para que possa ser feito um acompanhamento mais adequado.

Gostaria, também, de passar ao Senador Delcídio Amaral a cópia de um levantamento que foi feito dentro da CPMI dos requerimentos que já foram aprovados por este Plenário e que ainda não estão em poder da nossa equipe técnica para sua respectiva análise. Alguns desses requerimentos poderiam estar conosco, o que evidentemente agilizaria bastante o trabalho. Então, fiz questão de promover esse levantamento para que o Senador Delcídio tenha condições de efetuar a cobrança. Também passo ao Senador uma cópia, que será distribuída ao Plenário, separada de todos os requerimentos que nós estamos sugerindo que sejam deliberados no dia de hoje das matérias que tem a ver com fundo de pensão. E já pediria, por favor, a primeira lâmina.

Esta Sub-Relatoria foi criada oficialmente há cerca de duas semanas. Nós nos preocupamos, como primeira providência, em criar as condições estruturais para o funcionamento da Sub-Relatoria. De tal forma que levamos alguns dias em entendimento contínuo com a equipe técnica dos órgãos reguladores, com a equipe técnica dos órgãos que já dão suporte à CPMI e também com a equipe técnica da consultoria que será parceira neste trabalho.

A idéia de preparar esta apresentação foi para que V. Ex^{as} tivessem clareza dos caminhos que nós queremos percorrer. E aí – é claro – que eu inicio apresentando os objetivos. Os objetivos da Sub-Relatoria estão focados em uma das operações que mereçam análise e que envolvam as fundações. Portanto, elencamos aqui alguns focos principais, que eu apresento agora a V. Ex^{as}: compras e vendas de títulos e valores mobiliários, operações de compra e venda de imóveis, transações realizadas com instrumentos financeiros derivativos, contratação de serviços de assessoria e consultoria.

Então, esses quatro pontos que eu acabei de elencar eu diria que são os quatro focos principais da nossa investigação. Assim, iremos nos debruçar sobre esses quatro temas para, por intermédio de um processo altamente isento e técnico, tentar identificar possíveis irregularidades que envolvam direta ou indiretamente as fundações que foram selecionadas para objeto da nossa análise.

A extensão da avaliação dessas transações incluirá necessariamente a identificação, primeiro, dos agentes financeiros envolvidos, que são operadores de mercado; beneficiários finais, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas, e, quando da apresentação de um esquema exemplificativo, V. Ex^{as} terão a exata noção do que é o agente financeiro ou o que eu estou chamando de operador de mercado e beneficiário final; da identificação dos contratos lesivos e dos contratantes envolvidos; como também dos participantes em redes de interesse com o propósito de levantamento de recurso, ou seja, todo e qualquer tipo de esquema que possa ter sido montado com o propósito de auferir algum tipo de benefício financeiro e que esteja dentro do nosso espectro de análise.

Aqui eu elenco quais são os ativos e as operações transacionadas que estarão no escopo da nossa investigação. É importante chamar a atenção para isso, porque V. Ex^{as} irão verificar que as quebras de sigilo que nós estamos propondo tem a ver, primordialmente, com esses ativos e com essas operações.

Então, nós sabemos exatamente o que queremos investigar. Daí por que antecipadamente eu anuncio que não é expectativa da nossa Sub-Relatoria abraçar o mundo. Nós temos que ter foco, nós temos que estarmos presos ao nosso foco. E aqui estão os ativos e as operações que nós queremos investigar: ações, derivativos – que podem ser Swaps, opções, futuro e termo –, títulos públicos de renda fixa – NTN, LFT e LTN –, títulos privados – debêntures, RDB e CDB –, imóveis, moedas da privatização, e aí chamo a atenção para os títulos da dívida agrária, e as contratações de serviço de consultoria e assessoria, que são procedi-

mentos administrativos das fundações e que também serão nosso objeto de investigação.

Quero dizer aos Parlamentares e até à própria Imprensa que nos acompanha – a quem antecipo que todos terão acesso a esta apresentação, portanto, não precisam ficar muito preocupados em copiar cada item – que temos aqui uma equipe técnica que estará permanentemente à disposição para tirar qualquer dúvida sobre o tema que eu considero o mais complexo e mais árido de toda esta CPML e que vai exigir um processo investigativo completamente distinto daquele que vem sendo implementado até agora.

Tentando tornar um pouco mais clara para vocês quais seriam as operações, como estamos enxergando esse processo de análise e de investigação, eu preparei este *slide*, que eu chamo de **modus operandi** das operações e transações objeto da avaliação.

Vocês verão que existem basicamente dois modelos. Um modelo mais simples e um modelo mais complexo. Vejam, fiz questão de enumerar aqui três possíveis operações no modelo simples. Primeiro, modelo simples, com uma única intermediação: é o fundo de pensão que está em operação com uma corretora. A partir daquela operação, já se pôde detectar algum tipo de irregularidade. Então, eles não tiveram a preocupação de tentar encobrir a intenção de obter benefícios indevidos. O fundo de pensão, já naquela primeira operação com a corretora, demonstra aquela irregularidade que está sendo estudada e, a partir daí, nós vamos buscar identificar quem é o beneficiário final. Então, a corretora é o que estamos chamando de operador de mercado. O beneficiário final foi a pessoa jurídica ou a pessoa física que efetivamente ficou com o resultado daquela operação irregular.

Vocês podem ver que esse modelo simples pode se repetir com um ou mais agentes de mercado. Então, no modelo simples com duas intermediações, por exemplo, podem estar envolvidas duas corretoras. Faz-se uma operação aparentemente regular da primeira corretora com o fundo de pensão, mas, na cadeia, há uma outra operação com uma segunda corretora envolvida, que é onde podem ser detectadas irregularidades que, conseqüentemente, terão como destino o que nós estamos chamando de beneficiário final ou até o que, por hipótese, nós trazemos ali no terceiro modelo, um modelo com a utilização de “n” intermediações, ou seja, de vários agentes de mercado que podem ser três, dez ou até vinte corretoras para se encontrar o beneficiário final.

No segundo modelo, há uma transação mais complexa, em que a formulação envolve um número maior de agentes. E vocês podem ver que ali nós temos fundo de pensão, e eu chamo a atenção que a nossa

investigação não vai recair apenas sobre os fundos com carteira própria, recairá também sobre os fundos exclusivos, porque cada fundo desse com carteira própria tem alguns fundos exclusivos a ele ligados, onde são feitas operações no mercado. Então, o objeto da análise será o mesmo, só que ampliando para incluir os fundos exclusivos ligados às fundações.

E aí vocês podem ver que o fundo pode operar com uma certa corretora e já na primeira operação pode haver o quê? Uma bifurcação, ou várias ramificações. Ali vocês percebem que, em uma operação com a corretora, ela pode desdobrar uma parte dos recursos, já para destinar a um beneficiário final, ou iniciar uma nova cadeia, a partir da Corretora nº 1, vem a Corretora nº 2, que pode, mais uma vez, bifurcar-se.

Então, chamo a atenção, na próxima apresentação, para essa observação, que acho imprescindível. Faço questão de chamar toda a atenção para essa observação. Como estamos falando de operações em cadeia, elas podem envolver vários agentes do mercado. Estamos preparando aqui um leque inicial que sugere 30 corretoras e 14 fundos de pensão, com os seus respectivos fundos exclusivos, só que a nossa investigação pode não exaurir-se nessas corretoras. Digamos que, em qualquer dessas fases, sejam descobertas, como contraparte da operação, uma corretora ou um agente financeiro que não estão previstos dentro dessa lista dos trinta selecionados.

Então, pode-se gerar, ao longo do processo investigativo, uma nova demanda, por exemplo, para a quebra de sigilo bancário. Qual o compromisso que temos? Não vamos desviar-nos do foco primário, ou seja, daquela operação-mãe do fundo com a corretora ou com o agente de mercado. Mas, a partir da análise dessa operação, identificando que novos agentes estão envolvidos, que novas contrapartes aparecem dentro do processo, é evidente que, se elas não estiverem dentro da lista das trinta, iremos sugerir uma quebra de sigilo específica com aquele objeto determinado.

A equipe técnica da consultoria me chamou muito a atenção para o fato de que é imprescindível seguir essa cadeia. O processo investigativo deve seguir cada passo para rastrear efetivamente o curso da movimentação dos recursos, porque só assim vamos chegar, primeiro, a uma estrutura completa de todos os envolvidos e, segundo, à identificação do beneficiário final, que, em tese, foi o principal favorecido com aquela irregularidade.

Quanto às fontes de informação, são depoimentos, seja de testemunhas, seja de indiciados, prestados no Congresso Nacional, na Polícia Federal, no Ministério Público, ou em qualquer outro órgão. Aqui faço um parêntese para tratar desse tema: depoi-

tos. Ao contrário da lógica que vem prevalecendo na nossa CPI, quero deixar a fase de depoimentos para uma segunda etapa.

Queremos, **a priori**, avançar na análise técnica desses dados. Queremos ter acesso imediato a todas as informações requeridas para só, num segundo momento, definir quem serão as pessoas ouvidas. Tanto que, por exemplo, havia dois depoimentos sugeridos para o dia de amanhã de pessoas que têm relação direta com a nossa investigação.

Estou aqui fazendo um apelo em público, já feito em uma reunião particular, ao Deputado Osmar e ao Presidente Delcídio, para que adiemos esses depoimentos. Precisamos ter paciência e cautela, no sentido de avançar na análise, para só, então, iniciar a fase de depoimentos.

Devemos chamar a atenção para um outro fato importante: diferente de todos os outros trabalhos da nossa CPI, a Subrelatoria dos Fundos está começando agora. Há um *delay*. Qual é esse *delay*? É entre o dia que peço a informação, ou para o órgão regulador, ou para o órgão governamental, e o dia que recebe essa informação.

Todos sabem que há um prazo que estamos tentando encurtar ao máximo, por contatos sucessivos com esses órgãos reguladores, mas, na prática, só vamos colocar a mão na massa quando esses documentos chegarem. Não há por que antecipar oitivas sem ter clareza dos dados, pois, no final das contas, esse é um tema muito mais técnico, muito mais complexo, do que todos os outros que já foram investigados pela CPMI. Além disso, há outras fontes de informação: os documentos e os dados eletrônicos fornecidos por órgãos e entidades de regulação e custódia. E ali elencamos a Secretaria de Previdência Complementar, o Tribunal de Contas da União, a CVM, as duas Bolsas – a BM&F e Bovespa – e o Banco Central.

Como as informações serão tratadas? As informações obtidas serão submetidas a metodologias de análise de conteúdo e técnicas de cruzamento de dados. Essas metodologias serão fundamentadas por especialistas dos mercados financeiro, imobiliário e de serviços considerando valores de referência e adotados por entidades do próprio mercado. Ou seja, quais são as nossas referências, quais são os nossos parâmetros, quais são os nossos critérios? São os dados da Andima, da CVM, do Banco Central, da CEF e da BM&F.

Produtos da investigação. O produto do processo de avaliação das transações – ou seja, no nosso relatório final, o que queremos apresentar a vocês? O que se espera deste trabalho? – será a identificação da condução de práticas delituosas, dos agentes de

mercado envolvidos, dos beneficiários finais e das estruturas operacionais utilizadas. Até porque, vejam, a partir da identificação deste processo que pode ensejar irregularidades, poderemos sugerir um novo marco regulatório. Em parceria com os agentes de mercado, poderemos pensar em avanços legislativos que tornem essas práticas lesivas, diria, se não coibidas, pelo menos, reduzidas em volume e em intensidade.

Acompanhamento dos trabalhos. Os seguintes procedimentos serão adotados para o monitoramento e avaliação do progresso do trabalho:

definição de um cronograma detalhado de tarefas e alocação de recursos;

produção de relatório semanal sobre o andamento dos trabalhos para avaliação acerca da necessidade de alteração de agenda de tarefas, de realocação de recursos e determinação de novas tarefas.

O que estamos sugerindo aqui é que toda semana será produzido um relatório interno para acompanhamento dos trabalhos, para avaliação de todos os envolvidos na análise técnica e para, se necessário for, redirecionamento das providências.

O cronograma detalhado da distribuição de tarefas e da alocação de recursos estará pronto dia 31 de outubro. Ou seja, para consumo interno, no dia 31, teremos todo o detalhamento com as suas devidas minúcias e peculiaridades de como o trabalho será feito. As datas para a apresentação dos relatórios semanais sobre os andamentos dos trabalhos serão definidas após a elaboração do cronograma geral. Na verdade, já definimos uma data, que não quero aqui antecipar, mas já está definido um dia da semana, com horário fixo, para que este grupo possa se reunir, tendo aquele compromisso como algo sagrado na sua agenda a fim de apresentar os relatórios semanais.

Ainda tenho a audácia de sugerir que, no dia 5 de dezembro, conforme já foi veiculado em alguns meios de comunicação, possamos apresentar o primeiro produto do nosso trabalho. Não é uma tarefa fácil. Por quê? Porque estamos em 25 de outubro, os dados ainda serão requeridos; se eles levarem, em média, quinze a vinte dias para chegar à CPMI – uma estimativa otimista, tendo em vista o andamento até então promovido –, teremos apenas aproximadamente 15 dias com os dados em mão para fazer as análises até o dia 5 de dezembro.

Quero, de forma transparente e clara, comprometer-me com vocês a, no dia 5, dizer o que temos em mão. Seja o que tivermos, nós vamos dizer. Sem querer entrar em polêmica de prorrogação ou não de CPI, eu já quero anunciar... porque, do ponto de vista técnico, é impossível, até o dia 15 de dezembro, termos uma análise conclusiva e completa de tudo aquilo que

vai ser investigado. Mas não quero antecipar discussões que envolvem, evidentemente, questões políticas para, inclusive, reforçar um propósito meu, que é de fazer uma blindagem técnica a esse trabalho. Eu quero imunizá-lo dos debates políticos que, costumeiramente, tomam conta das nossas atividades da CPMI. Eu procurei dar autonomia para os nossos técnicos, os nossos profissionais a fim de que eles tivessem toda a tranquilidade para realizar o trabalho de análise. Não há aqui qualquer interesse nosso de proteger quem quer que seja. Se precisar entrar no rol da investigação, vai entrar no rol da investigação.

Próximo e último. A equipe de trabalho. Então, nós temos aqui os técnicos das autarquias e órgãos reguladores – Tribunal de Contas da União, Banco Central, SPC e CVM –, além do apoio da auditoria, que é a Ernst & Young, e o apoio dos agentes de mercado, que é a BM&F, Andima e a Bovespa. Então, nós compusemos uma força-tarefa com esses agentes de mercado justamente para, primeiro, envolver as pessoas que estão no dia-a-dia da matéria e, segundo, para dar agilidade e dinamicidade à evolução desse trabalho. Imagino que se encerra aí. Eu queria apenas, para encerrar, Sr. Presidente, justificar que todas as fundações e todas as corretoras ou agentes de mercado que estejam envolvidos nesse processo não podem ter, nem por parte do mercado, nem por parte da imprensa, nem por parte do Congresso Nacional, qualquer condenação prévia. Não é porque essas corretoras e essas fundações estão elencadas para a nossa investigação que nós estamos querendo, sumariamente, condená-las. Não. É possível que, no decorrer do processo, percebamos que muitos desses agentes agiram da forma mais idônea possível e que não têm nenhum envolvimento com qualquer irregularidade que seja. Então, eu quero aqui dizer de público que o fato de elas estarem sendo investigadas é porque sobre elas recaem suspeitas, apenas suspeitas, que merecem investigação da CPMI, mas nunca, nunca uma condenação prévia. Que isso fique claro para que injustiças não sejam cometidas até porque, se no decorrer do processo, nós precisarmos trazer outros agentes, nós precisaremos fazê-lo. Se for o caso de excluir alguns desses que já estão aqui elencados, nós também o faremos. Eu espero que, ao final desse trabalho, com a maior justiça e a maior correção, nós possamos chegar a uma conclusão que seja boa para o País. Eu não quero falar, como muitos falam, que os fundos de pensão representam uma caixa preta, mas eu acho que nós temos uma oportunidade ímpar, uma oportunidade única de proceder a uma investigação séria e completa. Esta CPMI reuniu forças políticas para garantir essa investigação. Nós não podemos

perder essa oportunidade. Da minha parte, eu quero dizer que farei tudo em consonância com o Relator principal, que é o Deputado Osmar Serraglio, que é o principal responsável pelo produto final que será elaborado e votado por esta Comissão e que estou aberto para qualquer tipo de sugestão e para participação efetiva de cada um dos membros desta Comissão. Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado ACM Neto. Eu gostaria de pedir às Lideranças dos Partidos... Nós teríamos, em princípio, já as assinaturas suficientes para aprovar os requerimentos, mas são requerimentos de quebra de sigilo. E nós temos adotado uma cautela grande com relação a essas quebras, principalmente no que se refere à votação nominal para que nós não tenhamos nenhum tipo de questionamento de ordem legal. Então, eu pediria às Lideranças que mobilizassem as suas Bancadas, porque é absolutamente importante que nós venhamos a votar esses requerimentos apresentados pelo Deputado ACM Neto hoje ainda, além dos requerimentos do IRB e dos requerimentos já devidamente enumerados pelo Deputado Osmar Serraglio.

E, para adiantar os nossos trabalhos, eu passaria a palavra ao Deputado Carlos Willian, para S. Ex^a falar já sobre os trabalhos que vêm desenvolvendo há tempo, relativos ao Instituto de Resseguros do Brasil, para que depois venhamos a votar os requerimentos com a presença da maioria dos Parlamentares da CPMI, uma vez que teremos votações nominais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para podermos avisar os Parlamentares que estão em outras atividades, seria em torno de 12 horas e 30 minutos que iniciariamos as votações mais ou menos? Só para podermos dar uma sinalizada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em torno de 12 horas e 30 minutos, com certeza, poderemos começar as votações. E é muito importante para o andamento dos trabalhos que venhamos a aprovar todos esses requerimentos hoje, conforme combinado com todas as Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Deputado Carlos Willian.

Peço mais uma vez às Lideranças Partidárias que mobilizem suas Bancadas.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, caro Relator Osmar Serraglio, primeiramente eu gostaria de agradecer e de fazer uma referência especial aos técnicos do Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, ao corpo de

trabalho desta CPMI, e à imprensa que, com várias reportagens, conseguiu com que fizéssemos o nosso trabalho até o presente momento.

Sr. Presidente, enquanto preparo ali a apresentação, vou fazer uma apresentação rápida da seguinte forma. Os trabalhos da CPMI, da Sub-relatoria do IRB, como bem disse o nosso Presidente Delcídio Amaral, já estão em fase bastante adiantada. Por quê? Tudo começou no ano passado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, da qual faço parte, onde começaram a aparecer os primeiros indícios. Aí requisitamos informações ao IRB. Posteriormente, tentamos marcar uma audiência pública e, depois, culminou no pedido de CPMI que atendeu a todos os recursos regimentais. E por meio de um apelo do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, em reunião com todos os Líderes Partidários da Câmara e do Congresso, ou seja, da Câmara e do Senado, atendemos a essa solicitação. E essa, que seria uma CPMI do IRB, foi acoplada e muito bem recebida pelo Presidente Delcídio Amaral, que tem dado todo o apoio para que fosse formada uma Subcomissão dentro da nossa Comissão. Daí é o motivo do adiantado estado das nossas investigações.

Eu gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas Deputados e Senadores, que este trabalho que agora será apresentado já é fruto de investigação e de conclusão do Tribunal de Contas da União. E que depois do relatório, vamos encaminhar os requerimentos, e esses requerimentos de transferências de sigilos e também esses requerimentos de depoimentos, farei aqui, Sr. Presidente Delcídio, um coro com o Deputado ACM Neto para que essas oitivas, depois de aprovadas ou algumas que já estão aprovadas aqui na CPMI, só iremos intensificá-las **a posteriori**. Por quê? É muito prematuro começarmos a ouvir as pessoas envolvidas, se não tivermos ainda os documentos comprobatórios das irregularidades causadas por esses agentes políticos ou pela iniciativa privada.

Então, após aprovação, vamos aguardar chegar documentação, e a forma será de cruzamento de dados. Depois desse trabalho tranquilo, com paciência, é que vamos iniciar as nossas oitivas. Dizer claro, também, que nós não estamos aqui, em momento nenhum, condenando antecipadamente ninguém, mesmo tendo o relatório do Tribunal de Contas praticamente conclusivo, apontando alguns delitos. O que nós fazemos é apenas requerer, para que possa sobrestar depois a verdade.

Sr. Presidente, então eu vou começar primeiro com a colocação de um fluxo de como são feitos os trabalhos no IRB e posteriormente o **modus operandi**.

di de possíveis favorecimentos, na realização desses atos, a terceiros e agentes políticos.

Então, na primeira tela nós temos Relocação de Recursos no Exterior. Bom, nós vemos o seguinte: Relocação de Recursos no Exterior.

“Para a realização do investimento de US\$240 milhões, o IRB incorreu na seguinte perda – isso já comprovado: Da Gold Mansats teve uma perda de dois milhões, novecentos e trinta e três mil dólares. Da Dian Wenster, ela teve uma perda de R\$761 mil. Da Salamon Brothers, ela teve um prejuízo, ou seja, uma perda de um milhão e setecentos e quatro mil dólares. Um total de um milhão e setecentos e quatro mil dólares. Isso somando, só nessa operação, um prejuízo de cinco milhões e quatrocentos mil dólares”.

Eu queria deixar aos colegas Deputados – e também à Imprensa – a informação de que se está providenciando a cópia. Porque nós vamos, depois... Assim como Antonio Carlos Neto e com a autorização do Presidente nós vamos distribuir também para a imprensa.

A relocação de recursos no exterior, essa perda convertida para real na época, em 25 de outubro de 2002, perfaz o total de cinco milhões e quatrocentos mil dólares. No câmbio da época, que é um para R\$3,95, foi caracterizada uma perda, em real, de vinte e um milhões, trezentos e trinta mil reais.

Qual é o **modus operandi** de possíveis favorecimentos na realização desse investimento no exterior? Logo após, na leitura do relatório, isso vem mais detalhado. Veja só. O agente com influência política, que nós nomeamos aqui como intermediário, contata uma instituição no exterior e oferece investimentos em troca de retribuição. Esse mesmo agente faz contatos com dirigentes do IRB. Os dirigentes do IRB fazem o investimento na instituição indicada. A instituição financeira recebe um investimento e paga um delta, um percentual previamente acordado com o intermediário. Depois da transação concretizada, o agente deposita os valores recebidos em contas indicadas por doleiros ou em *offshore*. Depois, o dinheiro retorna ao Brasil e é entregue ao beneficiário final. Esse é o **modus operandi** de realização de investimento no exterior.

Depois, nós temos aqui – e mais na frente nós vamos clarear – o **modus operandi** de possíveis favorecimentos a corretoras de resseguros nas colocações no exterior, que são chamados os *Brothers*. Ela começa da seguinte forma: os partidos políticos indicam dirigentes das estatais. Donos de determinadas corretoras procuram essas estatais. As estatais indicam corretoras para efetuar a colocação desse resseguro no exterior. O IRB acata a indicação das estatais ou não; às vezes força um outro nome. A colocação é efetua-

da pela corretora favorecida. A corretora beneficiada repassa parte do seu ganho aos dirigentes do IRB ou a determinados partidos políticos.

A terceira e última forma de **modus operandi**, ou seja, a forma que sai dinheiro do IRB de forma ilegal, possivelmente, é o favorecimento no pagamento indevido de sinistros. Como se procede? Uma seguradora não renova o seguro do segurado, ou seja, ela não faz o seguro, ou não renova. O sinistro ocorre sem a renovação do seguro. O segurado procura a seguradora. A seguradora, por sua vez, procura o IRB. O IRB manda a seguradora emitir uma apólice com data retroativa. A seguradora emite essa apólice com data retroativa e informa a ocorrência do sinistro. O IRB regula e paga o sinistro à seguradora. A seguradora recebe essa indenização do IRB e a divide entre os envolvidos. Os envolvidos são: parte para o sinistrado, que fez um seguro **a posteriori**; parte para a seguradora e outra parte para dirigentes do IRB ou para partidos políticos.

Pois bem, esse é o **modus operandi** dessas possíveis irregularidades do IRB.

Agora, Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, vou ler brevemente uma justificativa de por que estou pedindo os requerimentos, quebras de sigilos, transferências, indisponibilidade de bens etc.

O IRB Brasil Resseguros, sociedade de economia mista, sofre alvo de diversas denúncias de corrupção. Recentemente, por requerimento de minha autoria, aprovado no Plenário da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria na entidade. Constatou as ocorrências de diversas irregularidades que podem ter causado enormes prejuízos àquela empresa e conseqüentemente aos cofres públicos.

Tais prejuízos provavelmente geraram lucros a terceiros, podendo inclusive ser a fonte de recursos para caixa 2 de campanhas eleitorais, ou simplesmente enriquecimento ilícito de particulares. Destaco que houve veiculação na imprensa, ainda não confirmada pelos exames documentais, de que o IRB abastecia com cerca de 400 mil reais mensais o caixa 2 do PTB, operação comandada pelo então Deputado recentemente cassado, Roberto Jefferson.

Como exemplo dos prejuízos, foi constatado que em 2002 o IRB Brasil Resseguros promoveu uma relocação de investimentos no exterior da ordem de US\$240 milhões de dólares. Naquela oportunidade, mais precisamente 10 de outubro de 2002, essa operação foi alvo de denúncia anônima junto à Casa Civil da Presidência da República, comandada pelo Ministro Pedro Parente, criticando os investimentos feitos pelo IRB no exterior, não tendo inclusive sido tomada atitude algu-

ma pelo Governo na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para realizar esse investimento, o IRB teve de se desfazer das aplicações realizadas no Goldman Sachs & Co, Morgan Stanley, Dean Winter e Salomon Brothers. Nessa operação, o IRB acumulou perdas de US\$5,4 milhões por ter vendido seus títulos em época que o valor de mercado estava abaixo do preço de custo. Este valor, se convertido ao câmbio de outubro de 2002, representaria uma perda de R\$21 milhões.

As aplicações realizadas pelo IRB em 2002 tinham carência de dois anos de garantia do principal. Somente após cinco anos é que poderia ser resgatado. Não apresentaram garantia de rentabilidade mínima e, caso o IRB tivesse a necessidade de se desfazer desses investimentos hoje, três anos após a sua realização, segundo os contatos mantidos pela atual administração, teria que suportar um prejuízo de mais de US\$28 milhões, o que mostra que dificilmente este investimento apresentará retorno satisfatório.

Caso o IRB tivesse cumprido sua política de investimento, internalizado os US\$240 milhões e aplicado no fundo extramercado do Banco do Brasil, a estatal teria recebido, em 4 de agosto de 2005, US\$678 milhões, ou seja, 438 milhões a mais que o IRB receberá em 2007.

Sem dúvida, a realização de vultosos investimentos é disputada acirradamente pelas instituições financeiras. Sr. Presidente, chamo a atenção para este fato: sem dúvida, a realização de vultosos investimentos é disputada acirradamente pelas instituições financeiras, que podem, inclusive, oferecer vantagem pecuniária indevida àqueles que possuem o poder de decisão sobre investimentos. Por esta razão, a estranheza do investimento leva a considerar a necessária transferência a esta CPMI dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos em sua aprovação, que é do Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho, Presidente do IRB à época do investimento; Carlos Eduardo Tavares, Vice-Presidente do IRB; e José Eduardo Batista, Diretor Financeiro da entidade, visto que apenas por este meio pode se constatar se houve favorecimento indevido aos envolvidos na operação.

Faço uma pausa neste comentário e vou prosseguir – já estou terminando, Sr. Presidente –, para dizer o seguinte: esta CPMI, sob a direção do Senador Delcídio Amaral, não poupa nem solicita que deixemos de apresentar requerimentos. A orientação, inclusive, dos Líderes dos Partidos políticos é para que todos os envolvidos e todos os fatos sejam verdadeiramente analisados e verdadeiramente investigados. Então, a relação que vem a seguir, posterior, dos pedidos de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal, é

necessária para o bom andamento da conclusão do sub-relatório do IRB.

Se, por um acaso, não tivermos o apoio do Plenário, essas investigações, que já estão praticamente com os fatos consumados, não vão ter condições de continuar, ou seja, elas vão ficar comprometidas. E saliento que, neste relatório, há apenas dados técnicos. Não existe aqui nenhuma intenção e nenhum movimento político-partidário.

Destaco ainda que, em relação a este caso, a auditoria do Tribunal de Contas, durante a execução dos seus trabalhos no IRB, constatou que o diretor de riscos de propriedade daquela entidade, Sr. Luiz Lucena, mesmo não sendo de sua esfera de atribuição, apresentou, em abril de 2005, recentemente, proposta de investimentos da UBS Investments Bank, sem indicação do montante da aplicação, e do Interbanks Market Bank para aplicação de US\$240 milhões, sendo que dia antes o banco Espírito Santo Investment havia apresentado uma proposta similar para sua aplicação no valor de US\$100 milhões. Essas aplicações acabaram não sendo realizadas, talvez em razão das irregularidades que este Parlamentar já havia denunciado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Fatos esses que, inclusive, passaram a ser veiculados pela imprensa.

Destaco, que nessa época, também se denunciava uma possível participação do publicitário Marcos Valério na mediação dos investimentos do IRB na ordem de US\$600 milhões, junto ao banco Espírito Santo; e que, segundo apurado, o Diretor Luiz Eduardo Pereira de Lucena, havia promovido um encontro nas dependências do IRB, entre o Sr. Marcos Valério e então Presidente Lídio Duarte. Fato esse já constatado.

Tais fatos comprovam que havia interesses, sem motivação clara, na re-locação de vultosa quantia em investimentos; e tais fatos só sejam esclarecidos com a análise das ligações telefônicas dos envolvidos, nesse último caso o Sr. Luiz Lucena e Lídio Duarte.

Outro caso apurado relaciona-se a possíveis ocorrências de favorecimento a corretoras encarregadas a executar a retrocessão de seguros no exterior.

As principais corretoras com indícios de favorecimentos são: Assure – de propriedade do Henrique Brandão, na qual trabalhou o Sr. Marcos Vinícios Vasconcelos Ferreira, genro do Deputado cassado, Roberto Jefferson, que em seu depoimento dado a esta Comissão Parlamentar demonstrou agir como interlocutor entre o Presidente do IRB, Sr. Lídio Duarte, e o seu sogro Roberto Jefferson; a Cooper Gay e Alexandre Forbes do Brasil. Conforme constatado, o favorecimento a essas corretoras era basicamente realizado pelo Sr. Lídio Duarte, ex-Presidente do IRB,

e Luiz Eduardo Pereira de Lucena, ex-Diretor Comercial de Riscos de Propriedade.

Apurou-se ainda a participação de dirigentes das estatais: Infraero, Furnas e Eletronuclear na prática do favorecimento, inclusive de corretores para intermediação de seus seguros. Tais intervenções foram praticadas, sem motivação técnicas ou administrativas que pudessem justificá-las, pelo Sr. Adenauer Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero; Rodrigo Botelho Campos, Diretor de Administração e Suprimentos de Furnas; e José Marcos Castilho, Diretor de Administração e Finanças da Eletronuclear.

Além dessas estatais, há indícios de favorecimento da corretora Acorde Assure nos facultativos da Varig, da Gol e da Vasp. Além disso, também não ficou clara a razão para a participação da corretora Alexandre Forbes no facultativo da Usiminas/Cosipa; visto que toda negociação do resseguro já vinha sendo realizado junto a outra corretora desde de 1998, a Catalyst Resseguros, tendo o IRB, na prática, forçado e imposto a participação daquela corretora no negócio, sem motivações técnicas ou administrativas que pudessem justificar.

Apenas a análise das operações bancárias, das ligações telefônicas e do patrimônio dos envolvidos – Sr. Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, Henrique Jorge Brandão, Lídio Duarte, Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Adenauer Figueira Nunes, Rodrigo Botelho Campos e José Marcos Castilho e das empresas Assure, Cooper Gay e Alexandre Forbes do Brasil – permitirá a constatação de favorecimento pecuniário, o que os indícios já demonstraram.

Também considero imprescindível para a elucidação da operação da Usiminas que sejam convocados para prestar depoimento na condição de testemunhas: Sr. Carlos Campolina e Evandro Dantas, representantes da Usiminas; Sr. Paulo Bonilha, representante da COSIPA; Sr. Amilton Mesquita do Prado, representante da Catalyst Resseguros; Sr. Carlos Eduardo Corrêa do Lago, Vice-Presidente Técnico da Bradesco Seguros, que também participou das negociações junto com Catalyst Resseguros.

Sr. Presidente, por derradeiro, há o caso do pagamento de sinistro indevido à Companhia Têxtil Guaratinguetá, feito por meio de acordo, no valor de R\$15 milhões. Nesse caso, a Companhia Aliança de Seguros da Bahia emitiu, em 29 de setembro de 2004, por determinação do IRB, uma apólice de resseguros com data retroativa à ocorrência do sinistro, havido em 5 de dezembro de 2003. Essa transação permitiu que fosse realizado, sem autorização da diretoria, acordo judicial para o pagamento da indenização, sendo que, quem assinou em juízo, o Sr. Juan Campos Domingos

Lorenzo, não tinha mandato do Presidente do IRB para tal desiderato, tratando-se, portanto, de acordo nulo de pleno direito.

Outro problema detectado foi que quem elaborou o relatório de regulamentação do sinistro, instrumento que apura o valor do prejuízo a indenizar, foi a mesma pessoa que autorizou e assinou a transação judicial. Nesse caso, há total incompatibilidade de funções, abrindo-se lacunas para possíveis irregularidades no âmbito da regulamentação interna do IRB.

Outro ponto que causou estranheza é que a consultoria jurídica do IRB não se manifestou a respeito do acordo, como era de praxe. Assim, não se analisou se era viável juridicamente e vantajoso para a entidade governamental. Além de tudo isso, o acordo foi feito em um momento processual inadequado.

A Guaratinguetá interpôs apenas medida cautelar antecipatória de provas. Não foi impetrada sequer uma ação de indenização. Eu me lembro de que, como advogado, normalmente os acordos são feitos nos tribunais de segunda ou nos tribunais superiores o que, estranhamente, não ocorreu neste caso.

Sr. Presidente e Sr. Relator, fica a suspeita quanto à real intenção dos Diretores do IRB no pagamento de tal sinistro, podendo, inclusive, levantar dúvidas quanto à legalidade e a legitimidade dos demais pagamentos realizados pela entidade. Como nos demais casos, apenas a convocação para esclarecimento e análise das operações bancárias, das ligações telefônicas e dos patrimônios dos dirigentes do IRB que aprovaram a operação, Sr. Manoel Moraes de Araújo, Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, Luiz Apolônio Neto, Alberto de Almeida Pais, Juan Carlos Domingos Lorenzo, Lídio Duarte...

O SR. (Orador não identificado) – Para um esclarecimento: esse Pais é com “i”, não é?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pais. Muito obrigado pela colaboração. Foi erro de interpretação mesmo. Almeida Pais, Juan Campos Domingos Lorenzo, Lídio Duarte, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia e seu representante legal, Sr. Ernesto Tzirulnik, e da Companhia Fiação de Tecidos Guaratinguetá e seu representante legal, Sr. Giampaolo Bonora. Com esses requerimentos se permitirá a constatação do favorecimento pecuniário que os indícios já demonstraram.

Considerando que esses prejuízos já foram consumados, entendo também necessário tornar indisponíveis os bens de todos os envolvidos, inclusive das empresas e dos representantes legais dessa operação. Além dos casos apurados no Tribunal de Contas das União, no IRB, outra área relacionada à entidade merece ser investigada mais acuradamente: é a de se

guros-garantia. O seguro-garantia é um tipo de seguro que tem por objetivo garantir o cumprimento de uma obrigação contratual, seja ela de construir, fabricar, fornecer ou prestar serviços. Complementarmente, qualifica as empresas quanto às condições de cumprir o objeto da licitação da qual pretendem participar.

O problema mais recente ligado a essa área é o caso da seguradora Interbrazil Seguros, pertencente ao Sr. André Marques da Silva, que foi ouvido, recentemente, nesta CPMI. Essa empresa prestou garantias muito superiores à sua capacidade financeira, visto que possuía um capital social, ainda não integralizado, de R\$35 mil e assumiu obrigações da ordem de R\$4,7bilhões. Essas obrigações, em grande parte, se referiam às empresas estatais do setor elétrico. Essa empresa envolveu-se, possivelmente, na falsificação de documentos e emissão irregular de apólices.

Devo recordar que consta do depoimento dado pelo Sr. André Marques a esta CPMI que a Interbrazil teria feito doações a diversos partidos políticos, não em dinheiro, mas em material de campanha. Conforme em notícias divulgadas pela imprensa e *e-mail* apresentado a esta CPMI, o intermediário teria sido o Sr. Ademar Palocci. Esse envolvimento no financiamento irregular de campanhas eleitorais, visto que há indícios de que nenhuma dessas doações foram declaradas à Justiça Eleitoral, impõe-se que seja solicitada também a transferência para esta CPMI dos sigilos bancários, telefônicos e fiscais do Sr. André Marques, proprietário da Interbrazil, do Sr. Ademar Palocci, e da Seguradora Interbrazil, atualmente sob investigação.

Também faz-se necessário a realização de busca e apreensão de documentos na sede da Seguradora Interbrazil, a ser conduzido pela Polícia Federal, para que se evidencie os verdadeiros beneficiários de tais doações ilegais ou uma forma negociada de permissão para acesso a essas documentações, uma vez que a empresa está sob liquidação.

Conforme informado a este Sub-Relator, pela equipe de auditoria do Tribunal de Contas da União, foi instaurada sindicância no IRB para apurar irregularidades relacionadas ao seguro-garantia, cuja conclusão, até o momento, não foi apresentada.

Entretanto, apesar de não concluída a sindicância, convém analisar os fatos apurados até o momento, o que deve ser feito por meio de solicitação de cópias desse processo ao IRB...

Finalmente, deve-se também promover a oitiva do Sr. René de Oliveira Júnior, Superintendente da Susep, visto que ficou patente a incompetência da Superintendência de Seguros Privados em fiscalizar o mercado segurador. Convém lembrar que vem sendo noticiado que a Suprep não consegue julgar os pro-

cessos instaurados contra seguradoras que praticam irregularidades, tendo já muitos autos que já foram, inclusive, prescritos.

Caro Presidente, caro Relator, colegas, Deputados e Senadores, membros desta CPMI, essas apresentações elencadas se fazem necessárias para que possamos, de uma vez por todas, finalizar o trabalho de fiscalização do IRB.

Peço, novamente, dentro da minha programação de trabalho, a compreensão do Presidente Delcídio e do Relator, para que, somente após a entrega desses documentos a esta CPMI, é que possamos apresentar uma proposta de agenda para as oitivas, senão não temos nem como inquirir as pessoas que vão ser convocadas. Volto a afirmar, e peço a colaboração do Plenário, que em todos esses nomes não existe nenhuma manifestação de vontade política nem partidária; é apenas para elucidar a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Essas são as minhas considerações, por meio dos 32 requerimentos que já foram distribuídos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Carlos William.

Gostaria de passar a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que votássemos primeiro aqueles requerimentos que não envolvem votações nominais, para que depois entremos nas votações nominais.

Solicito, novamente, aos parlamentares, às lideranças, que mobilizem as suas bancadas, porque temos várias quebras de sigilo a fazer e é importante a presença dos parlamentares para garantir o **quorum** mínimo.

Quero louvar aqui a iniciativa do PT do Senado, que está devidamente presente para fazer frente às votações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho informação de que os Senadores Alvaro Dias e Sérgio Guerra estão a caminho e, portanto, se incorporarão ao **quorum** no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, com a palavra o relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vou anunciar inicialmente os requerimentos que correspondem à votação – chamo a atenção do Plenário – que poderá ser procedida em bloco. Indico os Requerimentos nº 1.077, do Senador César Borges, convocação de Bruno Prada, ex-diretor superintendente da Interbrazil Seguradora; Requerimento nº 1.078, do Senador César Borges, convocação de Maurício Paneque, ex-presidente da Interbrazil Seguradora S. A.; Requerimento

nº 1.085, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, convocação do Sr. Ramon Guedes; Requerimento nº 1.090, deste Relator, que corresponde à solicitação, à DRCI de informações a respeito do acordo, ajuste ou entendimento firmado neste ano com o Ministério Público Distrital de Nova Iorque, que tenha como objeto a colaboração para investigar crime de lavagem de dinheiro, além de outros crimes de colarinho branco ou contra a Administração Pública; Requerimento nº 1.091, do Deputado desta relatoria também, solicitando à Abin eventuais relatórios correspondentes a investigações relacionadas à Susep; Requerimento nº 1.101, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando à Brasil Telecom cópia dos contratos que enumera, da DNA Propaganda e da SMP&B; Requerimento nº 1.121, do Senador César Borges, convocação da Sr^a Maria Cristina da Cruz, da Interbrazil; Requerimento nº 1.122, desta relatoria, que naquele momento indicávamos, e já acrescento a essa indicação a possibilidade de o Sr. Presidente mudar os nomes indicados na eventual nova formação de Comissão. Esclarecendo: trata-se da indicação da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Gustavo Fruet para viajarem à cidade de Nova Iorque. Indico ainda o Requerimento nº 1.124, da Deputada Juíza Denise Frossard, para ouvir o Sr. João Leite Neto, que é das franquias; o Requerimento nº 1.125, deste relatório, para ouvir o Sr. Ernesto Duarte, também de franquia; o Requerimento nº 1.129, desta Relatoria e do Sub-relator Eduardo Cardozo, para ouvir o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, ex-diretor dos Correios; o Requerimento nº 1.130, deste Relator e do Sub-relator, dos sócios da agência de publicidade Giacometti Propaganda e Arquitetura de Negócio. Atendendo ao Sub-relator adjunto, retiro o Requerimento nº 1.130. (Pausa.)

Mas devia ter visto, não é, companheiro? Está na lista. Retiro os Requerimentos nºs 1.129 e 1.130. O outro Sub-relator discorda. Vamos ter que organizar as sub-relatorias, porque, uma contra a outra, fica difícil.

Do Deputado Carlos William. Os de nºs 1.129 e o 1.130 foram retirados.

Prossigo, 1.215.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Relator, solicito a inclusão do 1.131. Acabo de receber um *e-mail* desse ex-diretor, foi do Rio de Janeiro, que foi do Pará, e tem dados importantíssimos a apresentar na CPMI. Inclusive o requerimento do Sub-relator é em função do depoimento do Sr. Hassam naquela Sub-relatoria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Anuncio o 1.131.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é que todos esses requerimentos são oriundos da oitiva do Sr. Hassam Gebrim, é isso?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou ter de mudar de posição aqui. Eu estava querendo cumprir um papel, mas acho que vou ter de voltar àquele papel.

Rapidamente, nós estabelecemos alguns consensos, numa reunião hoje pela manhã. Não quero criar nenhum tipo de dificuldade. Não faço a menor idéia de quem seja o Sr. Waldemir Freire Cardoso, mas como não estava incluído na lista de consenso, pediria, talvez seja interessante, votarmos os consensos estabelecidos e na quinta-feira teremos uma nova reunião administrativa, quando votaríamos os que quisessem incluir agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, eu prossigo, então. A idéia é a seguinte: temos os Sub-relatores que têm um norte de aprofundamento das investigações. E nós, da Relatoria, queremos valorizá-los de forma que de quem eles solicitarem investigação que sejam aprovadas. Mas suspendemos e transferimos essas discussões para a próxima quinta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, o 1.106 não tinha acordo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, eu não vou discutir sobre quais têm ou não acordo em relação àqueles que não correspondam à Sub-relatorias dos fundos e do seguro – IRB –, para que não estabeleçamos aqui, agora, um conflito público em relação à condução dos trabalhos das sub-relatorias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É da Ideli Salvatti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Convocação. Requerimento nº 1.106, incluo. Há alguém que se oponha à inclusão do 1.106?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só uma questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Carla Cico.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é um conjunto de requerimentos. Tem a ver com o que esse requerimento da...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O conjunto todo, vai o conjunto todo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É por causa daqueles contratos da Brasil Telecom assinados com a SM&PB e DNA, que apareceram agora, porque foram contratos feitos este ano e que acabaram não sendo cumpridos. Eu apresentei um requerimento de um conjunto. Então, se houver acordo no conjunto é melhor do que votarmos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O acordo é o 1.106.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é que tem a ver com...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não tendo havido acordo, prossigo com o ajuste estabelecido. Lamento dizer que havíamos solicitado a todos que comparecessem à Relatoria ontem e apresentassem os requerimentos que fossem possíveis de acordo... para hoje. Como isso não aconteceu, quero prosseguir em relação aos quais há acordo, senão nós vamos, novamente, partir para discussões que terminam não sendo produzidas.

O SR. (Orador não identificado) – Todo mundo é favor do 1.106. Quem é contra o 1.106 aqui?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que eu quero argumentar é que eu também tinha um conjunto de convocações em relação à Petrobrás. E naquela discussão, ficou o Presidente da GDK e o Diretor de Exploração da Petrobras e não o Presidente como estava na nossa solicitação.

Da mesma razão como, a princípio, atende para o início de trabalho – e até solicito que se marque a vinda dessas pessoas aqui, que não está agendada – gostaria que a nossa Senadora Ideli Salvatti considerasse que, se vem a Presidente, se houver desdobramentos, a gente traz os diretores depois. Só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago à Senadora Ideli Salvatti se concorda.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas o seguinte: pelo que já tive a oportunidade de ver, há um contrato que é assinado por um representante da Brasil Telecom, e o outro, é por outra pessoa. Então...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas ela não assinou o outro. Então, por isso que eu queria propor. Tem algum problema trazer todos os representantes?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o problema para nós não é esse. O problema para nós é que, se ela é a Presidente, ela quem responde. É claro, como foi aqui nos Correios. É a mesma coisa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas não é ela quem assinou o outro. Então, eu tenho o entendimento que poderíamos aprovar o bloco todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Senadora, nós poderíamos, num primeiro momento, ouvi-la.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que a gente não começa? Vamos começar com um, depois

vem o outro. Seguiríamos a mesma lógica que nós acertamos com Maurício Rands da outra vez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me só eu ponderar o seguinte: os depoimentos, inclusive, como já foram ouvidos aqui, quem assinou pelas agências de publicidade... eu apresentei o requerimento para que eles pudessem responder sobre esse contrato junto à Polícia Federal, para a gente não precisar aqui fazer nova oitiva. Então, daria para aprovar também o dos que assinaram pelas empresas de publicidade, para a gente fazermos o contraponto?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Lógico.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque senão a gente fica só com um lado. Tem problema?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem problema, vamos embora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os números?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o número?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os 1.099, 1.100, 1.102 e 1.103.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está bom, vamos embora.

Qual é o nome do 1.102?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – São os que assinam pelas empresas. Alguns assinam pela SMP&B e outros assinam pela DNA.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Essa 1.102, essa Renilda não é mulher do Marcos Valério?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, por que ela assina em nome de...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas ela não chama Renilda Cardoso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Acho que escreveram errado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, o nome dela não é... Mas você não pode lavrar o requerimento com o nome errado. O nome dela não é Renilda Cardoso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não escrevi com o nome errado, então, retifica.

O SR. (Orador não identificado) – Está retificando o nome.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – 1.102.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas não é Renilda Cardoso o nome dela.

O SR. (Orador não identificado) – Não faz mal, troca.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É só retificar. É que ela assinou pela DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, tendo havido essa concordância, eu prossigo agora nominando aqueles que são de votação em bloco, propostos pelo sub-relator Carlos Willian.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Só uma informação. O 1.108, acareação requerida pelo Deputado Maurício Rands, foi incluído para a Polícia Federal?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O 1.108 não foi incluído.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Então, o Deputado Maurício Rands está solicitando que a Polícia Federal promova essa acareação, diante de todas as contradições que nós vimos aqui. Não vejo nenhuma dificuldade de pedir essa acareação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Essa acareação, se aprovada, tem que ser aqui, não na Polícia Federal.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Eu acho que pode ser na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não tendo havido concordância, prossigo.

Concluindo, os requerimentos do sub-relator Carlos Willian, nº 1.215, oitiva de Carlos Eduardo Correia do Lago.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual é o número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Número 1.215.

De fato, quero esclarecer ao Plenário que, nas nossas conversações, não vimos isso, por que o Deputado Carlos Willian nos apresentou hoje... hoje que foi tabulado isso, mas como nós...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...provavelmente não teremos reuniões administrativas na semana que vem e como ele precisa organizar a agenda da Sub-relatoria, confiando no Sub-relator, eu estou incluindo. Qualquer eventual oposição é só dizer. Se pretendem que exclua, é só anunciar.

Requerimento nº 1.216 – também é do Deputado Carlos Willian – Hamilton Mesquita do Prado... Quem sabe o Deputado poderia dizer que são.

Requerimento nº 1.215 – Carlos Eduardo Corrêa do Lago. Quem é? (Pausa.)

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 1.215 é do Sr. Carlos Eduardo Corrêa do Lago. Ele é vice-Presidente Técnico Bradesco Seguro. Ele participou das negociações junto na sede do IRB, onde a Usiminas, desde 1998, já mantinha contrato com a Corretora Catalyst Resseguros e que, por imposição do IRB, teve que dividir o contrato com a Corretora Alexandre Forbes Brasil,

conforme está no relatório preliminar. E ele está sendo convocado na condição de testemunha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E 1.216 – Hamilton Mesquita...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O

Requerimento nº 1.216 é o Sr. Hamilton Mesquita do Prado. Ele é o representante Catalyst Resseguros. Da mesma forma, ele, desde 1998, fazia a corretagem para a Usiminas por escolha da Usiminas, competência da Usiminas e que por imposição do IRB, ele teve que dividir o seu contrato com a Corretora Alexandre Forbes. Também está vindo na condição de testemunha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.217.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Requerimento nº 1.217, o Sr. Carlos Campolina e Evandro Dantas. Da mesma forma, são os representantes da Usiminas que sempre fizeram sem a intervenção do IRB e que foram prejudicados com a imposição em favor da Alexandre Forbes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o último, Paulo Bonilha.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Qual o número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.218.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Paulo Bonilha, também é representante da Usipa, outra empresa que está na mesma situação. Convidado como testemunha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, para facilitar eu vou apenas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, e o 14, que é da mesma leva aqui?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É quebra de sigilo, não pode ser agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah! É quebra. Desculpe, desculpe. Pensei que fosse convocação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É quebra. Desculpe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas rememorando os números da votação em bloco: 1.077, 1.078, 1.085, 1.090, 1.091, 1.099, 1.100, 1.101, 1.102, 1.103, 1.106, 1.121, 1.122, 1.124, 1.125. Foram cancelados: 1.129 e 1.130. (Pausa.)

Números 1.215, 1.216, 1.217 e 1.218. (Pausa.)

E mais 1.267, que solicita que... Do Sub-Relator Adjunto, Eduardo Paes a essa Relatoria, que se oficia diretamente às autoridades norte-americanas competentes para que essas, por meio de instrumentos legais pertinentes, inclusive o *Patrio Act* dados financeiros re-

lativos a atos de corrupção política estrangeiro e de lavagem de dinheiro. Portanto, está incluído no 1.267.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, o 1.267 tem que ser nominal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O 1.267 tem que ser nominal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – O de nº 267?

O SR. (Orador não identificado) – O Requerimento da outra Casa é nominal?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se são dados financeiros, tem que ser nominal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na verdade, é um Requerimento às autoridades americanas para embasar a viagem do Presidente, da Senadora Ideli Salvatti e do....

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas isto tem que ser nominal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na dúvida, vamos para nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Forneçam dados financeiros – tem que ser nominal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, há, ainda, Requerimentos que foram solicitados ao Deputado Eduardo Paes, que são de solicitação de documento e convocação. Então, é preciso ver se há acordos para poder incluí-los.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr^a Senadora Ideli Salvatti, eu acho que só falta aqui – teriam dois pedidos do Deputado Eduardo Medeiros: o de nº 1.089 e o de nº 1.095.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E tem aquele das franquias – ainda antigo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De número um mil e quanto?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Número 1.089 e nº 1.095 – do Deputado Eduardo Medeiros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E um do Deputado Alberto Fraga – que é o nº 557.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – SC) – O de nº 1.089 eu não incluí porque entendo que deve ser nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Também acho – tem que ser nominal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o nº 1.095. Eu, também, acho que tem que ser nominal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Também tem que ser nominal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr^a Senadora Ideli Salvatti, qual é aquele das franquias?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o nº 557 – que é do Deputado Augusto Fraga.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É do Deputado Augusto Fraga.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ainda é uma pessoa referente a franquias nos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico, pode ser hoje, agora, mas tem que ser nominal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A convocação, também, Sr. Deputado Relator...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é o número?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nº 557.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Relator, pela ordem. O nº 1.089 e o nº 1.095 – dois Requerimentos meus – seriam nominais, mas hoje.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O de nº 557 não tem acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico que não. Qual é a jogada? Leia, aí, o Requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses são os possíveis de serem votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, vamos à votação. Votação em bloco.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com os Requerimentos apresentados pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por 22 votos nominais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Os próximos serão nominais.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, já que está aprovado – e eu esperei a aprovação para fazer a questão de ordem – nós estamos incidindo no mesmo erro: tinha uma convocação – que o Relator já suspendeu – para quinta-feira, já convocada a parte, que não tinha sido aprovada. Foi aprovada agora – o Requerimento nº 125. Então, eu quero chamar a atenção da Mesa para tomar esse cuidado. Eu não vou aceitar qualquer que seja a convocação antes da aprovação. O Requerimento nº 125 está sendo aprovado agora e a pessoa já estava convocada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Osmar Serraglio disse que essa audiência já foi transferida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim mas é o que eu estou chamando a atenção. Nós não podemos convocar ninguém antes do Plenário ter autorizado tal convocação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ok, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Então, o de nº 125 estava convocando o Sr. Ernesto Duarte para quinta-feira, sem que o Requerimento tivesse sido aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas já foi devidamente corrigido pelo Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu já conversei com o Relator e ele explicou isto. Eu estou apenas registrando esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ok, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, há uma série de Requerimentos que dizem respeito aos fundos de pensão. Basicamente, quebra de sigilo dos fundos, de corretoras e de pessoas físicas e jurídicas, ligadas à investigação.

Preparei, ontem, uma lista – que até entreguei a V. Ex^a – e fiz questão de, ainda na noite de ontem, deixar uma cópia de todos os Requerimentos com o Deputado Osmar Serraglio, até porque eu não sou o autor exclusivo desses Requerimentos. Eu fiz questão que o Deputado Osmar Serraglio fosse o co-autor para que o encaminhamento fosse o mais institucional possível. Eu só quero registrar que, dentro da lista que foi entregue ao Deputado Osmar Serraglio, não houve a numeração de um dos Requerimentos que precisa estar incluído, que é o da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Corretora Turfa DTVM. Não sei por que – talvez, por algum problema técnico da nossa equipe interna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu solicito que me seja disponibilizado e eu o acrescentarei imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Fiz um *check list* agora. Todos estão números. O da Sistel foi o último a ser numerado e, agora, eu percebi que a Turfa estaria fora. Por isto eu faço esta observação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu irei proceder ao acréscimo imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar Serraglio, eu fui informado de que nós precisamos – apesar de já estar formalizado – assinar. Eu já assinei todos aqui e, depois, eu darei a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra. São só 30 segundos. Nós temos dois requerimentos em que temos que dar entrada, porque, depois da votação, eles podem ser aprovados por acordo. Trata-se de algo procedimental em relação a uma auditoria que o Banco do Brasil fez sobre a Visanet e sobre documentos em que o Sr. Henrique Pizzolato havia autorizado a transferência de recursos para a Visanet, que vão ajudar as investigações. Não se trata de convocar ninguém, mas de solicitar o envio de documento.

Pediria que, ao final da votação, V. Ex^a pudesse autorizar a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nós vamos agora proceder à votação nominal.

Peço à segurança do Senado que tranque as portas, para que ninguém saia. Só pode entrar; sair não.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, em seguida partirei para aquele dos fundos de pensão, mas, com a licença do Deputado ACM Neto, eu inicio com pelo Requerimento nº 1.267, que dá sustentação jurídica à viagem dos parlamentares que irão aos Estados Unidos.

Requerimento nº 1.267, de autoria deste Relator e do Sub-Relator Eduardo Paz. É o primeiro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar. (Pausa.)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Sílvio Torres; Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Araújo; Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, o Deputado Sílvio Torres já votou. Sempre presente o Deputado Sílvio Torres, trabalhando na CPMI dos Correios.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerá; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto com a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Verdadeiro milagre, votando com a Senadora Ideli.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima, Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Wellington Salgado; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Vou proceder à contagem.

Votaram “sim” 20 Srs. Senadores.

Requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, iniciamos agora uma série relacionada aos fundos de pensão, de autoria desta Relatoria e do Sub-Relator ACM Neto. Requerimento nº 1.134, que trata da transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Fundação dos Economiários Federais – Funcef.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ideli, como V. Ex^a vota?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu voto “sim”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu voto com a Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Há alguma coisa estranha acontecendo nesta CPMI dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ele está tão ausente desta CPMI, que, quando volta, volta cheio de amor para dar. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é para V. Ex^a, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto com a Senadora Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vou ter que votar com a Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O PSDB está unânime hoje: Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Araújo. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Procederei à contagem dos votos.

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo Requerimento é o de nº 1.135, desta Relatoria também e do Sub-Relator ACM Neto. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Geap – Fundação de Seguridade Social – para as informações que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos Senadores:

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, com a minha amiga Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vota com a Senadora Ideli.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

O requerimento está aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº 1.136, também do Relator e Sub-Relator. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Fros-
sard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Paulo Pimenta; Deputado
Ildeu Araújo; Deputado Medeiros. (Pausa.)

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr.
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra;
Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otavio; Sena-
dor Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezer-
ra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José
Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio;
Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino;
Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT –
MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leo-
mar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador
Wellington Salgado; Senador Juvêncio da Fonseca;
Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita
Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem: 20 votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.
Relator, quantos faltam, apenas para eu me achar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sessenta, mais ou menos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.137, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Asdrubal Bentes, onde é que está?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ele foi lá, está lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes, eu só pediria a V. Ex^a, se

pudesse presidir, porque vou falar pela Liderança, numa homenagem ao Papa João Paulo II, mas voltarei.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – As portas estão trancadas, principalmente se for para V. Ex^a falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu determinei o fechamento das portas, mas vão abrir uma exceção para o Presidente da CPMI, que retornará imediatamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Cara de coroinha, hem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E eu fui coroinha mesmo e sacristão ainda.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Também está compensando tudo na idade adulta: pecando à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Estou substituindo o ilustre Presidente integrante da Bancada da Igreja. Vamos iniciar a votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, preciso anunciar.

Sr. Presidente, Requerimento nº 1.137, dos mesmos autores, transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Fundação Eletrobrás Seguridade Social – Eletros.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Doutor Rosinha; Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Jamil Murad; Deputado Gervásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira. (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está aí o Jamil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já votou a Bancada integral do PT.

Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Araújo. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado João Fontes.

Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Wellington Salgado; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Dezenove votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão para que possamos agilizar. A regra é que façamos votação nominal, mas isso não significa que precisamos votar um a um os requerimentos. Sugiro que V. Ex^a diga o número de cinco requerimentos e do que se trata. Na hora em que V. Ex^a fizer a chamada – é preciso que haja alguém a seu lado para assessorá-lo com agilidade –, perguntará, por exemplo: “Requerimento nº 1.237, sim ou não? Requerimento nº 1.238”. Assim, votaríamos de cinco em cinco. Seria mais rápido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Quebra de sigilo não pode ser feita dessa forma. Não se pode quebrar sigilo a “baciada”, não. Deve ser votado um a um.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas será votado um a um, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É de muita responsabilidade essa votação. Ou votamos um a um com **quorum** ou paramos a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu só queria alertar os companheiros que, na Comissão da Compra de Votos, é feito assim: “O senhor repete o voto ‘sim’? Todos dizem: “sim”. Então, seguem.” É votado um a um, mas dessa forma. É bem rápido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não concordo. Aqui não se compra voto, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A proposição que a Senadora fez, peço a atenção especialmente do Deputado Arnaldo Faria de Sá, não dispensa o voto nominal e individual. A Senadora apenas propõe que cada um de nós responda a cada um dos requerimentos do bloco desta forma: “sim” para o número tal, “sim” para o número tal, “sim” para o número tal, de modo que tenhamos um procedimento que nos favoreça no tempo, porque há mais de 70 requerimentos para serem votados hoje, por sugestão dos Sub-Relatores e do Relator. Era isso. Não se dispensa votação nominal para cada um dos requerimentos. Pede-se apenas para agrupá-los, e, na nossa resposta, repetiríamos o “sim” tantas vezes quantas forem a correspondência de número de requerimentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não abro mão da questão regimental: que a quebra de sigilo seja votada um a um e nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Democraticamente, esta Presidência vai submeter a matéria à apreciação do Plenário.

Votaremos agora o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

Aqueles que estiverem de acordo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, esse requerimento não pode ser votado, porque é anti-regimental.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, abro mão do requerimento, porque está claro que ficaremos três horas para deliberar sobre algo que poderíamos votar em uma hora.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Se há dúvida, vamos proceder como vínhamos fazendo até agora nos próximos 65 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria de que o Deputado Arnaldo Faria de Sá mostrasse que artigo do Regimento está sendo ferido com o **modus faciendi** proposto pela Senadora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, o próprio Supremo Tribunal Federal assim o decidiu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, gostaria de fazer a sugestão para abreviarmos a votação, mas não tanto. Pelo menos, eventualmente, poderia atender à pretensão do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Faço a seguinte proposição: o Presidente dispõe de requerimentos que se repetem; são sempre os mesmos. A sugestão é a seguinte: eu leria o número, indicaria o Fundo, e o Presidente, em vez nominar: fulano de tal “sim”, fulano de tal “sim”, daria a nominata e exemplificaria. V. Ex^a diria: “Agora está em votação o Requerimento nº 1.137. Os presentes são os seguintes: Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Osmar Serraglio, Carlos Willian”. Não ficaríamos aguardando a manifestação de cada um. Seriam lidos os nomes e, se alguém pretender dizer “não”...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Aí sim. Tudo bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Creio que essa atitude abrevia bastante esse tempo que imaginamos.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo Requerimento é o de nº 1.138.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

Regimento, para você ou para mim, é o mesmo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presiden-

te, peço a palavra pela ordem.

A Deputada Denise está com um problema de voz e está pedindo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu não sou de Oposição nem de Situação. Sou franco-atirador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Deputada Denise vai votar também.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) –

Sr. Presidente, eu só queria consignar que eu não...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – A votação está encerrada. S. Ex^a poderá participar da próxima votação.

Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu só queria consignar que o meu suplente assumirá meu lugar, porque eu não estou conseguindo falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está gastando a garganta na campanha para Governadora do Rio de Janeiro, por isso está com dificuldade.

A SR. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Requerimento nº 1.138.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Solicito ao José Roberto que nos ajude na contagem dos votos, assinalando os nomes, porque vou chamar nominalmente os Parlamentares.

Dê-me a relação dos Parlamentares presentes na votação passada, por favor.

Qual é o requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.138, da Fundação Banco Central de Previdência Privada, Centrus.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Em votação o Requerimento nº 1.138.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Passo aos Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Passo aos Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado.

Com o voto Deputado Onyx Lorenzoni, são 20.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Requerimento nº 1.139, referente à Real Grandeza Fundo de Previdência e Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Passo aos suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Passo aos Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Requerimento nº 1.140, referente ao Serpros Fundo Multipatrocinado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.140.

Senador Heráclito Fortes, ausente; Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna; Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo aos Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Passo aos Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.141, referente ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Postalís.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.141.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio. (Pausa.)

Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Passo aos suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Passo aos Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.142, Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, Refer.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands. Deputado Osmar Serra-

glio; Deputado Carlos Willian; Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o Requerimento nº 1.143, Prece Previdência Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, esse 1.146...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.143.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois é, 1143. Gostaria de perguntar ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto qual é o objetivo específico dessa transferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, posso ler, se o Deputado Carlos Willian quiser, a fundamentação, é evidente, mas posso explicar, o que é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sinteticamente, uma rápida explicação, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os órgãos reguladores, de acordo com os levantamentos que fizeram e da sugestão que nos apresentaram, incluíram, entre os fundos que mereceriam ser investigados, o Prece, que é o fundo da Cedae – Cedae é a companhia de água do Rio de Janeiro, de saneamento básico do Rio de Janeiro –, sobre o qual existem denúncias já publicadas na imprensa de irregularidades. O fundamento sintético é esse.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Satisfeito, Deputado?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pois não. Só lamento que as denúncias apresentadas foram na época do governo passado e não deste Governo. Mas, como a quebra é de cinco anos passados, só queria deixar registrada essa observação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação do Requerimento nº 1.143.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Mauricio Rands. Deputado Osmar Serraglio. (Pausa.)

Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Com um voto “não” e dezoito “sim”, aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº 1.144, Núcleos Instituto de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.144.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Mauricio Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado ACM Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa.

Com 19 votos “sim”, aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.145, Portus Instituto de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.145.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Mauricio Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Com 20 votos “sim”, aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº 1.146, Previ Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.146.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna; Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Mauricio Rands. Deputado Osmar Serraglio. (Pausa.)

Deputado Carlos Willian;

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Com vinte votos “sim”, aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº 1.147, Quality CC-TVM.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.147.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Mauricio Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.148, Fair CCVM Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.148.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.149, RS Administração e Construção Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.149.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.150. Royster Serviços SA.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.150.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo

Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Vinte votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.151. *Erste Banking Empreendimentos e Participações Ltda. e sua sucessora, Stoklos Aventis e B Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.151.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.152. Millenium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.152.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.153. Intra SA Corretora de Câmbio e Valores.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.153.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.154. Cruzeiro do Sul CM Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.154.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.155. Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.155.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo

Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.156, Laeta SA.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.156.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 20 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.157, Novinvest Corretora de Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.157.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, o Senador Ney Suassuna se retirou da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Agradeço a V. Ex^a a observação pertinente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

voto não pode ser computado.

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.158, Theca CCTVM Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.158.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezenove votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.159, Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

Sr. Presidente, Requerimento nº 1.159.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.159.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.160, Ipanema SA Corretora de Câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.160.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.161, Planet CVSA.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.161.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.162, RMC SA Sociedade Corretora.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.162.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.163, Safic Corretora de Valores e Câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.163.
Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.164. Prata Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.164.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.165. Atlas DTVM Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.165.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.166. Dillon SA Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.166.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezenove votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.167. Fator SA.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.167.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.168. Agenda Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.168.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.169. Lucro Corretora de Mercadorias e Futuros Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.169.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.170. Clicktrade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.170.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.171. Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.171.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Deputado Arnaldo Faria de Sá – está ausente.

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares. Ausente o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.172. Gradual CCTVM Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.172.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.173. Walpires SA CCTVM.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.173.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.174. Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.174.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.175. CQ JR Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.175.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lo-

renzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.176. Nominal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.176.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.177. São Paulo Corretora de Valores.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.177.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.178. Cruzeiro do Sul SA DTVM.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.178.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.179. César Sasson.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.179.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares. Ausente o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.180. Teófilo Guiral Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.180.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.181. José Osvaldo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.181.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.182. Alcyr Duarte Collaço Filho.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.182.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.183. Haroldo de Almeida Rego Filho.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.183.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.184. Rogéria Costa Beber.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.184.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.185. Guilherme de Athayde Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.185.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.186. Murilo de Almeida Rego.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.186.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado

Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –
Requerimento nº 1.187. Christian de Almeida Rego.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento nº 1.187.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.188. Cristiano Costa Beber.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento nº 1.188.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.189.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.189. Alexandre de Athayde Francisco.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.190. Lúcio Bolonha Funaro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.190.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.191. José Carlos Batista.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.191.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.192. José Roberto Funaro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.192.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.193. Djalma Funaro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.193.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.194. Antônio Greiner Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.194.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senador Romeu Tuma; Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.195. Francisco José Rodrigues Lunardi.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.195.
Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.196. Renato Luciano Galli.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Relator, quantos requerimentos faltam?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Faltam mais ou menos 20.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, faltam só 20.

Requerimento nº 1.196.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.197. Luiz Antônio Ferrari.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.197.
Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero requerer um **habeas corpus** para a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a vai falar no plenário e precisa ter garantido o seu direito de ir e vir.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.197.
Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”, aprovado o requerimento

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Número 11/98. Valdir Rossi.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento 11/98.
Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senadora Ideli, ausente.

Indago do Sr. Presidente se deseja votar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, 18 votos “sim”.
Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento 11/99. Francisco Cláudio Abdo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 11/99.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Delcídio Amaral; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O último dessa série de fundos, Sr. Presidente, é o de nº12/32, de Turfa DTVM.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Encerrando os requerimentos relativos aos fundos de pensão, Requerimento 12/32.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”. Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento 12/00. Lídio Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 12/00.

Senadores: Senador César Borges; Senador Delcídio Amaral; Senador Aelton Freitas; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Está aprovado o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, na última lista que nós recebemos, estava incluída a quebra da Sistel até o período em que essa fundação era estatal.

Eu fui informado agora que entre aquelas fundações que nós votamos o número total era 13 e não 14, e que a Sistel não havia sido objeto de nossa deliberação. Se isso for procedente eu pediria a V. Ex^a que submetesse.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu solicitaria ao Sub-relator. Nós ainda iremos prosseguir com inúmeras votações, Sr. Deputado. Em seguida, se V. Ex^a nos apresentar, nós submeteremos à aprovação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – É 1.278.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu vou prosseguir. Em cinco minutos eu confiro e então submeto.

Sr. Presidente, nós iniciamos a série do Deputado Carlos Willian que diz respeito aos seguros; votamos o primeiro, nº 1.200, e agora o nº1.201, de Ruan Campos Domingos Lorenzo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.201.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.202, Alberto de Almeida Paes.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº1.202.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral; Senadora Ideli Salvati. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

O Deputado Eduardo Paes está ausente.

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Está aprovado o requerimento.

Estamos no limite, dezessete.

Agora, a determinação do Sr. Presidente, é para serrar e lacrar as portas de saída.

Estamos no limite.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.203. Luiz Apolônio Neto.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.203.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.204. Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.204.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.205. Luiz Eduardo Pereira de Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Em votação o Requerimento nº 1.205.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu retomo um dos requerimentos relacionados aos fundos de pensão, o de nº 1.278, do Deputado ACM Neto e deste Relator, que solicitam a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Fundação Sistel de Seguridade Social. Ao que parece há o interesse na manifestação do Deputado Abicalil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES NETO (PFL – BA) – Eu queria apenas dizer que já estamos com a Secretaria de Previdência Complementar buscando a exatidão da data de quando houve o controle acionário da Fundação. A quebra do sigilo será até o período em que ela esteve sob controle estatal. Apenas para ficar registrado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com esse adendo, Sr. Presidente, submeto à votação o Requerimento de nº 1.278.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.278.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.206. Manoel Morais de Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Em votação o Requerimento nº 1.206.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.207. Alessandro Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Em votação o Requerimento nº 1.207.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.208. Ernesto Tzirulnik.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.208.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado

Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.209. Giampaolo Bonora.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.209.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer. Ausente.

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.210. Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.210.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.211. Companhia de Seguros Aliança de Seguros da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Requerimento nº 1.211.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.212. José Eduardo Batista.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento nº 1.212.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.213. Carlos Eduardo Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento 1.213.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.214. Demóstenes, Madureira de Pinho Filho.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento 1.214.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.219. Corretor Alexandre Forbes do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento 1.219.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.220. Corretora Cooper Gay.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB
– PA) – Requerimento 1.220.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lo-

renzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.221. Corretora Assurê.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento 1.221.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.222. Henrique Jorge Duarte Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento 1.222.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.223. Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento 1.223.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto vota “não”.

Deputado Onyx Lorenzoni vota “não” também.

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Quinze votos “sim” e dois “não”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.224. Adenauer Figueira Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Estou sendo insistentemente cobrado pelo Deputado Onyx Lorenzoni para saber quantos faltam aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Faltam entre cinco e dez.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já estivemos bem mais longe.

Vamos à votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.224. Adenauer Figueira Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento 1.224.

Em votação.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– 1.225. José Carlos Castilho.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.225.

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador, tem uma Ana Júlia e uma Carepa, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Eduardo Paes. Ausente.

Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 1.226. Rodrigo Botelho Campos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.226.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”. Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 1.228. Seguradora Interbrazil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.228.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.230. André Marques da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.230.

Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Aelton Freitas; Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Dezessete votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, nós concluímos as seguradoras.

Agora eu retomo o compromisso da última reunião relacionado ao Deputado Dr. Rosinha que são pessoas ligadas à empresa Guaranhuns. Nº 1.045.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, já terminou essa relação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Das seguradoras, sim.

O SR. (Orador não identificado) – A sua, já.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Foram todos aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Todos aprovados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O de nº 1.231 também?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O nº 1.231 também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 1.229, não. Não é consensual. Por isso que não coloquei.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, não tem consensual. Nós temos que colocar em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu botei os que estão com... Aí cai a exceção. Vamos com calma.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Só os consensuais. Quinta-feira, os que não forem consensuais.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tem um requerimento que não foi consensual e foi votado. Foi um relatado pelo Antonio Carlos Magalhães. Eu disse que não era consensual. Então eu gostaria de tirá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já está votado? Não podemos usar a expressão de um Vereador da minha terra – “desvotar” – agora.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não é “desvotar”. Não houve consenso. Então, tem que haver o acordo para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas houve a votação. É matéria vencida. Não cabe mais discussão sobre ela. Vamos prosseguir, Sr. Relator. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, nº 1.045, do Dr. Rosinha. Edna Maria Ricci Borini Artero.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Requerimento nº 1.045.
Em votação.

Deputados: Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands; Deputado Osmar Serraglio; Deputado Carlos Willian; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Medeiros; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

Senadores: Senador César Borges; Senador Delcídio Amaral; Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Suplentes: Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para checar, vamos ver quantos têm aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O **quorum** caiu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não sei. Vamos ver, vamos contar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Relator, por favor, proceda à contagem. (Pausa.)

Em sendo assim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há algum membro da Comissão que não esteja aqui agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sugiro que se proceda a uma votação e se perceberá. (Pausa.)

Sr. Presidente, o próximo é o de nº 1.046.

Se não houver número, levanta-se a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vou proceder à chamada nominal. Por favor, confira.

Requerimento n. 1.046.

Em votação. (Pausa.)

Atenção, pois a chamada agora é nominal.

Vamos iniciar pelos Srs. Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senador Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Ger-son Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Srs. Deputados: Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Nélcio Dias; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos; Deputado Dr. Rosinha; Deputado José Eduardo; Deputado Jamil Murad; Deputado Gervásio Olivieira; Deputado Marcelo Teixeira; Deputado Cezar Schirmer; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith; Deputado Silvio Torres; Deputado Carlos Sampaio; Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Araújo; Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado João Fontes. (Pausa.)

Evidenciada a falta de **quorum**, passo a palavra ao Sr. Presidente.

Há alguma outra consideração? (Pausa.)

Declaro encerrada a presente reunião, antes marcando uma reunião administrativa para quinta-feira, às 10 horas, neste mesmo local.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 45ª Reunião, realizada em 09/11/2005.

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Íris Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, e dos Deputados Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, José Eduardo Cardozo e Silvio Torres e não membro o Deputado Max Rosenmann reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A presidência informa que a Deputada Juíza Denise Frossard não compareceu à reunião, porque está de licença médica. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Maria Cristina da Cruz, Maurício Paneque, Bruno Prada e Renê Garcia de Oliveira. A Presidência informa que não compareceram à reunião os depoentes Maria Cristina da Cruz, Maurício Paneque e Bruno Prada, e a seguir passa a palavra ao Relator para arguir o depoente, pela ordem de inscrição falaram os seguintes parlamentares: Senador César Borges, Senadora Ideli Salvatti, Senador Aelton Freitas, Deputado Carlos Willian, Deputado Silvio Torres. O Deputado Carlos Willian apresentou uma Medida Cautelar em Mandado de Segurança 25.631-1, encaminhado pela PRECE Previdência Complementar para a CPMI dos Correios. A reunião foi presidida pelos parlamentares Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado José Eduardo Cardozo. Às treze horas e cinquenta e um minutos encerra-se a presente reunião. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publica-

ção juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 45ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A ata da reunião encontra-se sobre a mesa e proponho a dispensa de votação.

Os que concordarem com a dispensa queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esta reunião destinasse a oitiva do Sr. René Garcia de Oliveira, a quem solicito a presença para que tome assento à mesa. (Pausa.)

Sr. René, V. Sª comparece a esta Comissão na condição de testemunha já prestando o termo de compromisso pelo qual se compromete a falar a verdade. E, como testemunha, V. Sª sabe que, sob as penas da lei, não pode mentir, faltar com a verdade.

Gostaria, Sr. René, que V. Sª declinasse o nome do seu advogado, Procurador-Geral da Susep. Dr. Procurador, faça o favor.

O SR. MOACIR LAMA FILHO – Pois não. O meu nome é Moacir Lama Filho, sou Procurador Chefe da Susep (Superintendência de Seguros Privados).

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. René passo a palavra a V. Sª para que faça a sua qualificação e preste os esclarecimentos iniciais que julgar conveniente.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu gostaria de consertar o meu nome, é René de Oliveira Junior. Sou Superintendente da Susep desde o dia 7 de abril de 2003. A Susep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, que é responsável pela supervisão e fiscalização de setor de seguros, previdência e capitalização. E só a título de ilustração, ela é uma autarquia composta por dois níveis hierárquicos. O primeiro nível hierárquico é dos departamentos responsáveis pela fiscalização, análise técnica atuarial, a controladoria de controle econômico, auditoria de controle administrativo que é subordinada a uma Secretaria Executiva e, acima delas, existe um colegiado de autarquia.

Eu, como Superintendente, sou o Presidente de Conselho de Recursos – não posso falar mais alto porque está dando eco – do colegiado da instituição. Ela é uma autarquia, como eu falei, que tem poder de polícia, de supervisão e fiscalização da área de seguros, pode abrir inquéritos, processar processos e

instaurar inquéritos e, eventualmente, punir falhas de seguradoras, transcorridos os procedimentos legais e obedecidos aos trâmites naturais dos processos administrativos.

Eu fico à disposição para...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo, então, a palavra ao Sr. Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Subrelator adjunto, Deputado Carlos Willian, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. René, V. Sª atualmente atua como Superintendente da Susep. É V. Sª filiado a algum Partido político?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Desde quando V. Sª trabalha na Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu fui nomeado no dia 7 de abril de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exercia alguma outra atividade inerente ou dentro do próprio entidade, da própria Susep, anteriormente?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Eu sou professor universitário. Eu tenho vínculo com as universidades da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com os Estudos Brasileiros de mercado de capitais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não tenho ouvido bem. Professor universitário...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu dou aula para a Universidade Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e Estudo Brasileiro de Mercado de Capitais. Eu exerci várias atividades como consultor da própria Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Fazenda, junto ao Banco Central, junto ao PNUD e desenvolvi também atividades de consultoria para empresas e fui diretor técnico da Roma DTVM, que é do sistema da Rede Globo, fui diretor do Banco Santista do Grupo Bunge, fui diretor de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só um pouquinho. Talvez o pessoal do som deva providenciar alguma coisa porque V. Sª está se manifestando de uma forma inaudível.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – V. Sª quer que eu volte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E talvez mais lentamente.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Certo. Eu sou economista. Tenho mestrado e doutorado em economia. Sou professor universitário da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, no Rio de Janeiro. Eu fui consultor do ministério da Fazenda na gestão passada. Foi consultor do Banco

Central também na gestão passada. Fiz trabalhos de consultoria para o PNUD. Foi diretor técnico da Rede Globo, da Roma DTVM, fui diretor do Grupo Bunge, do Moinho Santista. Fui diretor da Comissão de Valores Imobiliários e fui Secretário de Estado no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – E V. S^a atribui a sua escolha para superintendência a que circunstâncias, a que pessoas?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu sou uma pessoa que tem vários trabalhos desenvolvidos na área de seguros, de mercados capitais, e na área bancária. Eu, inclusive, sou autor de inúmeros artigos e trabalhos. Desde 1992 eu me interesso pelo assunto, tenho inclusive uma publicação feita em conjunto com o Ministro Nelson Jobim do Supremo, e Ariosvaldo Mattos Filho, que é um advogado renomado de São Paulo, sobre a área de seguros. Escrevi vários artigos sobre o assunto, fiz um grande trabalho de pesquisa no ano de 2001 sobre a área de seguros, previdência e capitalização, ao mesmo também que eu desenvolvi trabalhos de consultoria para as entidades de federação, tanto a ANAP, que é a Associação de Previdência Privada, como também fiz trabalhos de consultoria para o próprio Governo sobre a área.

A minha indicação possivelmente se deu justamente porque tenho um currículo muito vasto sobre isso.

Tanto é que eu fui agraciado pelo Governo dos Estados Unidos, pelo Departamento de Estado, com uma bolsa referente a um programa internacional de qualificação de pessoas em suas áreas de conhecimento. No ano de 2003, passei um ano nos Estados Unidos tendo entrevistas e conversas com várias instituições reguladoras dos Estados Unidos sobre o assunto.

Então, a minha indicação ocorreu pelo Ministro Antonio Palocci como um reconhecimento aos trabalhos. Eu tenho cerca de 48 monografias orientadas na área de mercado de capitais, bancos e na área de seguros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Era V. S^a anteriormente conhecido do Ministro Antonio Palocci?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu conheci o Sr. Ministro Antonio Palocci durante a fase de transição do Governo Federal porque eu era o Presidente da Comissão de Transição no Governo do Estado do Rio de Janeiro. E ele era o Presidente da Comissão de Transição no Governo Federal.

Então, nós estamos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De transição de qual Governo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – No Governo da Governadora Benedita da Silva, que foi entre os dias 4 de abril e 31 de dezembro de 2002.

Ele teve conhecimento desses trabalhos desenvolvidos por mim e me convidou para exercer a atividade. Em princípio, foi uma decisão difícil para mim, porque eu tenho uma atividade acadêmica e queria voltar para a minha atividade. Mas como eu tinha feito um grande trabalho teórico sobre as novas regulações dos mercados de capitais, de seguros, e esse trabalho, de alguma forma, teve um impacto muito profundo sobre a possibilidade de fazer reformas, principalmente na área de previdência privada no Brasil, ele julgou que seria adequado e me convidou.

Eu fiz um pedido que tivesse um apoio institucional. De fato, nós tivemos. O Banco Mundial aceitou o nosso projeto. Ele está amparando financeiramente esse projeto de reforma da legislação brasileira de seguros. Estamos fazendo um grande projeto de adequação das normas brasileiras nos padrões internacionais; e estamos agora tentando adequar os princípios básicos da legislação brasileira, das normas brasileiras, aos padrões da Organização Internacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. René, para sermos mais objetivos, na verdade, pretendemos ouvi-lo mais pontualmente em relação a certos fatos que vieram à baila. Um deles relacionado a Interbrazil. O que se diz é que, curiosamente, a Susep demorou muito para atuar diante de uma situação evidente, em que deveria ter sob sua fiscalização percebido o que estava acontecendo.

A pergunta que faço a V. S^a é: primeiro, quais as circunstâncias que levaram a Susep a efetivamente perceber que algo de irregular estava acontecendo? Em que momento soube, em que momento atuou, e, quando atuou, o que percebeu?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Acho que a sua pergunta...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Com licença, Sr. Presidente, peça ao vivo ao serviço de som, porque não é a voz do depoente, não. É realmente o volume que tem de ser aumentado. Há recursos técnicos para isso. Não estamos conseguindo ouvir.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esclareço que o Sr. René tem problemas de saúde. O médico da Casa já esteve com ele. Talvez seja em função disso que a voz dele seja um pouco fraca.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Peça a ele para trocar de microfone, porque não é isso. Eu o estou ouvindo sem o aparelho... Melhorou.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Tão logo não era, porque dou aula há vinte anos. Acho que tenho capacidade de falar, está certo?

Acho que a sua pergunta, Deputado, é muito interessante porque ela vem dirimir eventuais dúvidas com relação aos procedimentos adotados pela Susep no âmbito dos processos que nortearam a decretação da liquidação da seguradora...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor tem de falar mais próximo do microfone.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – ...da Seguradora Interbrazil. Quais são os procedimentos adotados? Primeiro, o seguinte: o processo legislativo e o processo judicial e normativo que está por trás de um processo de investigação e decretação da direção fiscal ou da eventual liquidação de uma seguradora estão regidos por procedimentos muito bem definidos em termos de parâmetros legais. Que parâmetros legais são esses? Primeiro, existe o Decreto-Lei nº 73, que normatiza, de forma bastante clara, os princípios gerais que dão suporte à intervenção em uma seguradora.

Depois, nós temos uma série de outros aspectos normativos que definem os procedimentos com relação ao que deve ser adotado para que uma instituição seguradora seja declarada ou uma direção fiscal ou uma intervenção. A Susep tem, ao longo dos últimos dois anos, desenvolvido uma série de trabalhos de investigação e de fiscalização na seguradora Interbrazil, assim como em praticamente em todas as seguradoras brasileiras, na sua forma geral; não é um caso especial. Essa intervenção começou a ocorrer inicialmente a partir de março de 2003, em função de uma reclamação, de uma denúncia feita pelo Instituto de Resseguros do Brasil, referente a uma eventual apólice de seguro de que não havia sido feito resseguro por parte da Interbrazil.

Essa apólice de seguro foi objeto de uma investigação na Susep. A Susep abriu um processo administrativo com relação aos procedimentos adotados; posteriormente, chegou mais uma carta do Instituto de Resseguros do Brasil apontando novamente uma eventual irregularidade por parte da companhia. Nós demos curso ao processo. Abrimos um processo de sindicância e de investigação. Para V Ex^a ter uma idéia, isso ocorreu em março de 2003. Em agosto de 2003, o Instituto de Resseguros do Brasil cancelou o instituto do resseguro automático. O que é o resseguro automático? É uma modalidade pelo qual o Instituto tem uma linha de crédito com uma seguradora que define parâmetros para, no caso de emissão de apólice, quais são os preceitos que deve obedecer a seguradora para continuar tendo a linha. O cancelamento do resseguro

automático por parte do IRB ocorreu no mês de outubro, desculpe-me...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não sei se o demais também estão tendo a minha dificuldade, que é dupla. O som e o atropelo. Acho que V. S^a está falando muito rapidamente, e nós não estamos conseguindo, na verdade, captar. Confesso que até agora muito pouco ouvi. Dá a impressão de que é o meu telefone que está sob grampo, porque ouço um pouquinho; um pouquinho não.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Desculpe-me, mas há muito barulho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acho que o senhor tem de aproximar mais o microfone, articular um pouco mais de energia, e falar mais lentamente.

O SR. O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Dr. René, esse microfone que está com o senhor é pior do que o outro. O microfone do lado de cá é melhor. Agora, só lhe dou uma orientação. Esse microfone é direcional. O senhor tem de falar diretamente nele. Se o senhor olhar de lado, a voz some. Fale direcionado e bem próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fale para o plenário.

O SR. O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Olhando para nós aqui.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Queria, de alguma forma, falar olhando para o Deputado. Então, os procedimentos com relação à supervisão tiveram início praticamente... melhorou?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Melhorou.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – ...quando das denúncias do IRB e que resultaram em uma série de atos e procedimentos administrativos por parte da Susep; e veio a ser decretada, logo posteriormente à suspensão do resseguro automático por parte do IRB, na suspensão da atividade do seguro garantia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quer dizer que a Susep atuou depois de uma provocação do IRB? É isso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós tínhamos investigações paralelas na seguradora. Agora, no Brasil, temos um problema regulatório. A supervisão de seguros no Brasil é uma atribuição da Superintendência de Seguros Privados. A supervisão e a regulação de resseguros é um atributo do IRB. O IRB é uma companhia que tem atributos regulatórios. Então, quem fiscaliza as atividades de resseguros, pelo Decreto-Lei nº 73, é o Instituto de Resseguros do Brasil. Ele que, identificando situações atípicas nas segura-

doras, comunica à Susep; e a Susep dá, então, início aos procedimentos.

Por uma questão de uma dificuldade regulatória, os procedimentos são feitos. A Susep analisa os procedimentos no que diz respeito às normas relativas à atividade de seguro; o IRB à atividade de resseguro, e, quando tivermos algumas irregularidades apontadas, damos curso a procedimentos administrativos, seja no âmbito do IRB, seja na Susep, porque temos a possibilidade de comunicação entre as partes, porque o Decreto-Lei nº 73 não proíbe a troca de informações entre os entes reguladores.

Então, por que a motivação quando da denúncia do IRB? Porque, teoricamente, em tese, para efeitos legais, o IRB é responsável pelas atividades e a fiscalização de resseguros. Quando identifica determinados procedimentos, ele comunica à Susep e a Susep abre procedimentos na sua esfera de competência. As duas esferas não se misturam. O Deputado Carlos Willian é um especialista no assunto, e S. Ex^a pode confirmar as minhas declarações aqui.

Então, dessa forma, os procedimentos com relação à seguradora seguiram processos extremamente bem definidos do ponto de vista formal. Ocorre que a materialidade de um processo administrativo é extremamente complexa. Por quê? Porque não só deve ser assegurado o amplo direito de defesa durante todas as fases do processo, mas o próprio processo normativo, Deputado, cria várias esferas de julgamento dentro do órgão regulador.

A primeira esfera é uma avaliação por parte do fiscal que foi determinado para a fiscalização. A fiscalização segue procedimentos muito bem definidos em agendas prévias e definida de forma anual. Essa investigação, esse relatório vai para seu chefe hierárquico imediatamente, que analisa os procedimentos, faz um despacho ao chefe do departamento, que analisa os procedimentos e analisa se de fato ocorreram os ilícitos praticados ou não. É dado o direito de defesa à companhia, ela responde em seus autos, esse procedimento é analisado novamente por parte do departamento de fiscalização envolvido e, posteriormente, é submetido a uma apreciação da Procuradoria-Geral da Susep, que é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas especificamente em relação a Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pois é, estou lhe explicando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por enquanto está no abstrato.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Para que V. Ex^a tenha uma idéia de que como é o processo. Esse processo teve início...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O senhor me permite um aparte? Eu tenho um compromisso inadiável e solicitaria ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que assumisse a Presidência.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Estou lhe falando isso para que V. Ex^a tenha uma idéia do processo normativo. Por quê? Porque, se não entendermos como são feitos os processos, os procedimentos adotados não vão ser inteligíveis para uma pessoa que não domine o assunto. Então o que ocorreu? Para cada evento identificado na seguradora como um evento que tinha um problema, seja de natureza administrativa, seja de natureza de reclamação de uma eventual dificuldade de pagamento de um sinistro ou algum outro tipo de reclamação por parte dos consumidores, abre-se o procedimento. E esses procedimentos tiveram, ao longo de todo o ano de 2004, uma série, uma sucessão de processos e multas aplicados à companhia.

Esses procedimentos levaram a que nós decretássemos um instrumento de direção fiscal. O que é isso? A direção fiscal é uma forma, é um instrumento legal pelo qual a Susep nomeia um membro dos seus quadros para entrar na companhia para analisar as operações **in loco** e, inclusive, despacha todos os expedientes normativos da seguradora.

Nós decretamos a direção fiscal, houve um problema de comunicação, a direção fiscal foi decretada num dia, no mesmo dia houve uma comunicação por parte da empresa de que ela estaria demitindo os seus funcionários e que estaria remetendo os seus computadores para Goiás. O nosso diretor fiscal foi à companhia, identificou esses procedimentos, sugeriu que havia esvaído a possibilidade de recuperação da empresa e decretamos a direção fiscal da empresa.

Comunicamos à Polícia Federal ato contínuo o que estava ocorrendo, fizemos uma remessa ao Ministério Público dos procedimentos e pedimos abertura de inquérito.

Agora, a ver mais detalhamentos por parte dos assuntos, eu até havia falado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses eventos a que V. S^a está se reportando estão todos documentados?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Estão documentados em processos administrativos feitos na Susep. Sobre a abertura de mais elementos, se V. Ex^a me permite, existe um problema de sigilo envolvendo a fiscalizadora, que é a Susep, e o fiscalizado. Então a minha manifestação pública sobre o teor dos processos envolve uma dificuldade legal...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas nós quebramos o sigilo da Interbrazil.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, da empresa e dos processos, eu não posso revelar detalhes da supervisão porque eu estaria manifestando uma oposição que pode ser inclusive contestada judicialmente, porque nós abrimos já um processo de averiguação e todos os procedimentos que levaram à liquidação da empresa, e que poderia ser encarado como prejuízo. Havia já inclusive manifestado ao Deputado Carlos Willian e ao Senador Delcídio Amaral, até encaminhei uma carta para cá, solicitando que seria difícil fazer esclarecimentos de mais detalhes do processo de investigação, porque, primeiro, envolve sigilo, envolve as partes. Esse sigilo não é um sigilo envolvendo a Susep, é um sigilo envolvendo atividade de supervisão. Ou seja, eu relatar aqui os fatos que ocorreram e relatar os procedimentos adotados é uma coisa que pode ser crime de responsabilidade pessoal, mas posso disponibilizar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Queria compreender isso. Acho que todo o procedimento de V. S^a necessariamente é materializado, formalizado.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Formalizado, mas tem os processos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acontece que quando ele for formalizado haverá uma instância para a qual isso será remetido, portanto isso virá de alguma forma ao conhecimento público, encaminhar ao Ministério Público. E qual a ressalva que V. S^a teria em relação a que esses fatos... Eu não digo identificar, enquanto conduta abstrata de como é a Susep procede, de que meios se vale, de que instrumentos de investigação. Tudo bem. Mas em relação faticamente à Interbrazil o que aconteceu, como procederam, de que instrumentos se valeram, V. S^a me desculpe mas vai ter que nos revelar.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu revelei a V. Ex^a todos os pontos que eu pude disponibilizar e que souber também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Certo.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Porque como Presidente do órgão não tenho acesso aos procedimentos que são adotados em primeira instância, porque, como V. Ex^a sabe, existe a primeira instância e a segunda instância. A segunda instância recursal não pode ter acesso aos procedimentos de primeira instância por vício de nulidade. Eu posso manifestar aquilo que eu souber; eu não posso manifestar coisas que não são, que não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade V. S^a tem que se manifestar não enquanto opinião, mas enquanto fatos. Os fatos é só relatá-los.

Inclusive se V. S^a precisar, pode fazer consultas a documentos, sem problema nenhum, precisamos é ser esclarecidos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Está bom. Queria, se V. Ex^a puder, que me dissesse especificamente qual é o ponto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, pontualmente, V. S^a fez referência a que houve diversos procedimentos. De que procedimentos se lembra em relação à Interbrazil. Quer dizer, faticamente: tomamos conhecimento disso, fizemos isso, tomamos conhecimento dessa outra situação, tomamos tal e qual providência e até onde isso chegou.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pois não. Está ótimo. V. Ex^a quer que eu faça a cronologia dos fatos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente, cronologia.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Então a empresa começou a ter no início de 2003, no final de 2003 para começo de 2004, começou a ter algumas reclamações com relação a eventual pagamento de sinistros envolvidos. A Susep não tem a competência legal para determinar pagamento de sinistro, ela pode abrir um processo administrativo; esse processo administrativo segue seu curso; se identificado que a companhia deliberadamente contribuiu para não pagar o sinistro, aplica uma multa, que vai em torno de R\$ 64 mil.

Então nós abrimos diversos procedimentos administrativos com relação às reclamações de consumidores pelo não-pagamento de sinistros ou eventuais dúvidas com relação ao entendimento de algumas apólices de seguro. No início de 2004, por conta das denúncias do Instituto de Resseguros do Brasil, nós iniciamos um processo de investigação com relação à eventual existência de apólice de resseguro na companhia Interbrazil não resseguradas.

Devo salientar que essas apólices de seguros envolvem, primeiro, a seguradora Interbrazil conseguiu na Justiça uma liminar autorizando-a a fazer a colocação no exterior desses resseguros que não tinham sido apreciados pelo IRB, o IRB não tinha negado. E ela fez uma remessa para o exterior, seguindo os procedimentos formais, e fez uma contratação de um corretor de resseguros nas Bermudas, que fez a colocação desse resseguro em instituições de resseguros internacionais.

Houve uma denúncia do IRB de que possivelmente um ressegurador dessa companhia tinha manifestado que não havia, de fato, feito o resseguro.

Voltamos a abrir um procedimento administrativo para identificar essas situações. A companhia nos apresentou documentos relativos às remessas para o

exterior e identificou, também, a mudança eventual que ocorreu entre o ressegurador, que era identificado, e o novo ressegurador, e nos apresentou os laudos. Foi aberto um procedimento administrativo, que envolve uma punição grave por existir apólice de seguro sem resseguro. Posteriormente, ocorreram mais duas denúncias relativas a duas apólices de seguro que haviam sido feitas também sem o resseguro. Nos dois casos, a empresa conseguiu uma liminar para fazer colocação no exterior. Ela apresentou notas explicativas sobre os procedimentos, nós abrimos processo administrativo para investigar. O procedimento administrativo foi aberto em todas as etapas. Posteriormente, demos início a uma análise dos procedimentos da companhia que ensejaram a abertura de um novo processo, pelo fato de ela ter, repetidas vezes, praticado atos e atos que, de alguma forma, estavam colaborando para que ela tivesse uma percepção de risco ou uma análise inadequada com relação aos seus procedimentos, de suspensão da atividade do seguro de ramo-garantia. O que é isso? Nos temos, no seguro, modalidades que vão do seguro de pessoas, do seguro de vida, seguros envolvendo bens patrimoniais e uma modalidade nova de seguro no Brasil: é o seguro de garantia. São seguros que estão relacionados a atividades econômicas. Uma empresa acerta um trato com uma outra empresa e, vinculada a esse contrato, compra uma apólice de seguro para dizer que, se por acaso não entregarem esse bem, esse produto, no dia tal, com tais procedimentos, uma seguradora vai pagar a indenização pela perda. Essa modalidade de seguro cresceu muito no Brasil e envolve, principalmente, a construção civil e as atividades concessionárias.

Identificamos esses procedimentos e cassamos, em agosto/setembro de 2004, a atividade da empresa de seguro-garantia, no ramo garantia. Demos início a novos procedimentos de fiscalização, com o sentido de identificar novas eventuais irregularidades da companhia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a fala em identificar “novas” significa que tinha identificações precedentes. Por que identificaram...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Porque a empresa vinha apresentando resultados negativos ao longo dos últimos três anos. Então, é um alerta para o órgão regulador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que significa resultado negativo? No balanço?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Prejuízo. Prejuízo, prejuízo. Ela teve prejuízo sistemático nos últimos três anos. Então, diante da existência de prejuízo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a Susep teve acesso à contabilidade, conferiu e, efetivamente, era verdadeiro o que ali estava lançado?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Existe um auditor externo que atesta a veracidade dos dados lançados, está certo? E nós atentamos para os relatórios formais apresentados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E eles apresentaram alguma razão? O que estava havendo para ter esse prejuízo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Principalmente, o prejuízo estava envolvido pelas despesas administrativas e despesas com sinistro. O que ocorreu é que o decréscimo do prejuízo da companhia começou a alertar para a possibilidade de que a empresa poderia ter problemas de insolvência. Por quê? Esse é um fato grave que, sim, leva à liquidação de uma instituição.

Então, analisados esses procedimentos, nós começamos a identificar uma crescente deterioração nos resultados da companhia, em função, primeiro, dos custos administrativos realmente elevados e, segundo, em função do próprio fim do resseguro automático que ela tinha com o IRB. Isso impossibilitou que ela tivesse atividades de seguro de garantia envolvendo os seus clientes, os seus potenciais consumidores.

Ato contínuo, também começamos a acompanhar a evolução dos ativos de garantidores da companhia, para verificar se, de fato, eles estavam compatíveis com as obrigações assumidas. Foi nesse momento que identificamos uma contínua deterioração na situação econômica e financeira da empresa, com insuficiência de reservas atestada por meio de nossos indicadores *on-line*. Temos acompanhamento dos indicadores da companhia.

Foi identificada essa deterioração do quadro, foi solicitada uma investigação **in loco**, para atestar, porque o computador é preciso mas poder ser que tenha algum lançamento errado. Foi identificado que os ativos garantidores da seguradora e que a situação financeira da empresa eram graves e, por isso, foi decretada direção fiscal. Com a direção fiscal e com a identificação de que, de fato, aquilo que havia sido investigado estava ocorrendo, decretamos a liquidação da empresa. Ou seja, pela prática continuada de atos, cassamos a situação do ramo da garantia e, posteriormente, pela deterioração da situação econômica e financeira da empresa, decretamos a direção fiscal. Frustrada a direção fiscal, foi decretada a liquidação extrajudicial da companhia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a faz referência à prática continuada de atos. Eu, até agora, entendi esse aspecto da deterioração patri-

monial. Tudo bem, mas quais os fatos concretos que chegaram à Susep relacionados à Interbrazil? Qual o primeiro, qual o segundo, qual o terceiro? Eram todos relacionados a resseguros ou existem outras circunstâncias?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Existem duas vertentes da fiscalização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O primeiro fato que chegou ao conhecimento da Susep relacionado à Interbrazil qual foi?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O primeiro era o eventual atraso no pagamento e na liquidação de sinistros frente aos consumidores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse foi examinado?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós temos punidos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Traduza para nós o que aconteceu. Que fato foi?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado, nós temos dezenas de processos abertos por atraso do pagamento de sinistros. Dezenas. Para cada um desses, foi aberto um procedimento administrativo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, entre o primeiro e a intervenção, quanto tempo decorreu?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A prática continuada de não-pagamento de sinistros é um fato que é punido na esfera pecuniária. São multas aplicadas à companhia. Essas multas redundaram em procedimentos, ao longo de 2003 e 2004. Alguns foram julgados em 2004, outros julgados em 2005.

O segundo fato está associado com a prática da companhia de, em algumas apólices de seguro, de valores elevados, não apresentar resseguro vinculado a elas. Isso é uma infração grave, do ponto de vista normativo, que nos levou a não só abrir procedimentos administrativos e sancionadores, como à identificação desses procedimentos ao longo de todo o período, que levaram à cassação do ramo de garantia. Posteriormente, identificadas não só as práticas de seguro sem resseguro, mas a deterioração da situação econômica, à direção fiscal e à liquidação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa inexistência do resseguro era uma coisa evidente ou a empresa se valia de algum artifício para aparentar que tinha resseguro?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado, aí é uma questão complexa, porque ela solicitava ao IRB uma colocação de resseguro. Com a não-aceitação do IRB, ela conseguiu uma liminar na Justiça, fazia a remessa para o exterior e fazia uma colocação

frente a um ressegurador internacional. Esse é um buraco, um vazio que tem na legislação brasileira.

Em procedimentos normais, o que acontece? Quando uma seguradora solicita ao IRB uma operação de resseguro e a resseguradora e o IRB, enquanto ressegurador, declinam da aceitação do risco, ela autoriza que essa companhia faça uma colocação no exterior, com procedimentos já definidos. O que tem? Tem que ter características tais e tais e tais com relação ao eventual ressegurador, tem critérios mínimos de avaliação de risco para o ressegurador e tem todos os procedimentos que devem ser adotados.

Pela primeira vez houve uma hipótese – que depois virou um fato – em que uma empresa, via ação judicial, conseguiu uma colocação no exterior. Esse é que foi o problema. Diante dessa colocação, não seguiu os preceitos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É um caso único?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É um caso único de colocação no exterior via judicial.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, ela teria alegado que, diante da impossibilidade de ressegurar junto ao IRB, o juiz autorizou que procedesse externamente. Aí, pelo que eu...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Por quê? Porque o IRB tem o direito de negar o risco, ele não quer aceitar o risco. Ele não é compatível com a postura operacional dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, nesse caso, quando o IRB indica que é algo insuperável, como IRB, a Susep interfere para verificar que alguma coisa insustentável está acontecendo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que seguro é esse que nem o IRB quer?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado, porque isso segue preceitos comerciais. A Susep não tem o poder normativo de fiscalizar as atividades de resseguro

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas só como curiosidade: se existe uma seguradora que está praticando um seguro evidentemente insustentável, ninguém pode interferir nisso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Do ponto de vista legal, hoje, não. Não é um risco sustentável.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Poderia encaminhar à CPMI cópia dessa liminar?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós não temos a liminar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O IRB tem?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O IRB tem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós iremos solicitar.

Pelo que entendi, V. S^a está dizendo, também, que não conseguiram conferir a autenticidade desse resseguro externo.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Essa pergunta é muito boa, porque, num caso específico de uma apólice, conseguimos, porque as operações de resseguros envolvem características muito particulares. Se V. Ex^a me permitir, eu poderia fazer uma explicação sobre como ocorre?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Brevemente.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Está bom. O Deputado José Eduardo Cardozo vai-me desculpar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O essencial.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O detalhe não é trivial, está certo? Não é trivial. Ela envolve características. Quando uma seguradora de um país, num mercado aberto – não no mercado brasileiro, que é um mercado fechado –, deseja ter uma política comercial com uma resseguradora no exterior, ela procura essa resseguradora, abre suas contabilidades, suas práticas de subscrição de risco e é feito um contrato com essa resseguradora definindo os parâmetros no qual essa resseguradora no exterior vai aceitar riscos no mercado local. E essa relação é uma relação de fidúcia, porque não é para cada emissão de apólice que se pede aprovação para a resseguradora. É uma relação de fidúcia. Então, a resseguradora aceita que exista uma relação comercial entre a seguradora e ela, e que ela permite que não só haja a prática de seguros feita sem a anuência prévia dela – porque ela confia nessa relação –, como também faz com que a compensação financeira dessas atividades ocorra com um certo *leg*. É muito comum, entre fechar uma operação de resseguro e o pagamento daquela operação de resseguro, essa operação demorar 60 dias, 90 dias. E mais, nas atividades de resseguro, a fidúcia é o elemento principal que norteia a relação comercial. Não existem contratos de resseguros definidos previamente entre os seguradores. O que existe são os chamados *covers notes slips*, onde você tem a definição muito sucinta daquilo que foi objeto da contratação, é feito o contrato e, posteriormente, é entregue o contrato final de seguro. Pode, inclusive, existir um caso em que o contrato de resseguro só venha a ser entregue às partes depois de transcorrido o prazo da apólice.

Qual o procedimento formal? Verificar se houve operações de resseguro, se existiu a remessa para o exterior e, com essa remessa para o exterior, se existe o chamado *cover note*, ou seja, se existe uma nota que especifique as situações envolvendo operações de resseguro. E, de fato, a empresa apresentou essa nota. Nós temos uma limitação legal, porque temos que atestar e verificar, podemos atestar a veracidade ou não daquela existência, porque a relação é comercial, entre a empresa e a seguradora. Nós não podemos ligar para a empresa no exterior para saber se aquela nota, de fato, foi emitida pela companhia. Temos que testar a veracidade.

Então, foi feito esse procedimento e foi identificado que havia, no caso específico de uma apólice de resseguro – que é uma apólice das mais comentadas no mercado, que é a Triângulo do Sol –, posteriormente, sido feita uma cobertura de resseguro. Mas, durante um certo período de tempo, essa cobertura de resseguro não ocorreu. Foi o que ensejou, inclusive, o procedimento administrativo da Susep e a punição, não só pela Susep, mas também pelo IRB.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a diz que a cobertura não houve, num determinado intervalo, está dizendo que não se procedeu ao resseguro, ou que se apresentou a existência de um resseguro que não funcionou?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Durante certo período de tempo, a operação não estava coberta pelo resseguro, mas, com a cobertura posterior, ela teoricamente sanou o vício.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Houve alguma situação em que, em virtude de ser resseguro, o segurado tivesse sido prejudicado?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. Não temos nenhuma informação a esse respeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não há nenhuma situação em que esse resseguro externo não tenha efetivamente operado?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. Inclusive, do ponto de vista legal, é um assunto extremamente complexo.

Deputado José Eduardo Cardozo. Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, Presidente.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, eu estava aqui explicando que, do ponto de vista formal, essa relação entre resseguradoras e as seguradoras é muito complexa porque os procedimentos judiciais nos países desenvolvidos prezam a relação tipo fidúcia entre as seguradoras. Então, mesmo no caso de haver um certo atraso no pagamento, esse atraso no

pagamento pode configurar, dessa mesma forma, a existência de uma cobertura de resseguro. Cada caso é um caso. O mercado de resseguro não admite contestação judicial, porque ele é um mercado de confiança, de fiança. Eu acho que o senhor atesta isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Bom, em relação, de novo, especificamente à Interbrazil, há algum fato concreto que tenha chamado a atenção nesses procedimentos todos que a Susep levou à frente?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – As práticas continuadas de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas todas assemelhadas, alguma coisa mais expressiva, algo que, evidentemente, denunciava uma situação anômala?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São as práticas continuadas de atraso no pagamento de sinistros e a questão das apólices de resseguro que foram feitas ou com prazo decorrido, ou sem efetuar a comprovação do mesmo. Essas práticas são práticas nocivas, nocivas ao procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não se lembra de nenhum caso específico? Chegou à Susep o caso da Guaratinguetá?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Desculpe...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O caso da Guaratinguetá chegou à Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não, senhor, porque ela não envolve relações com a Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De seguro?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ela envolve pagamento de indenização vinculada diretamente ao resseguro. Não envolve o seguro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, na Susep, não houve nenhum...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...procedimento em relação a isso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Existem processos concluídos em relação à Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Claro que existem. Claro. Todos que ensejaram processo de ação fiscal foram concluídos e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, nessas situações de atuação fiscal, a Interbrazil pagava as multas ou elas foram-se acumulando?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É, nós temos algumas etapas. Nos processos julgados entre 2004 e 2005, o não pagamento de multas significa que a empresa vai estar com a impossibilidade de pegar certidões junto à Susep, o que a impossibilita de participar de licitações ou outros tipos de situações. Eu teria que fazer uma investigação para saber quais são as multas que foram pagas de fato e quais foram aquelas que foram objeto de recurso, porque também a Susep tem uma segunda instância recursal, que é o chamado Conselho de Recursos do Sistema de Seguros e Previdência. Nesse conselho, os processos chegados à Susep são passíveis de recurso a ele, com efeito suspensivo mais pagamento integral da multa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não sei se V. S^a tem condições de avaliar, mas mais ou menos em quanto seria o montante de pessoas eventualmente vítimas da Interbrazil, cujos seguros não teriam sido honrados, nesses levantamentos a que se procederam?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A atividade principal da empresa não eram seguros massificados. Eram seguros envolvendo atividades, ou seguros de garantia, ou seguros de IRC, que eram vinculados a companhias ou a grandes segurados. Então, o total de processos abertos na Susep, que teoricamente é uma indicação de como estão os procedimentos, monta alguma coisa como 250 a 300 reclamações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Duzentas e cinquenta a trezentas reclamações da Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É. Mas repare, Senador, que aparentemente o senhor pode pensar que é um número grande, mas o senhor sabe quantas reclamações nós recebemos, por ano, na Susep? Setenta mil. Setenta mil reclamações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, é um mercado, na verdade, muito comprometedor.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não, Deputado, pelo seguinte: porque nós temos 90 milhões de apólices emitidas por ano. Então, as reclamações que ocorrem no mercado são menos de 1% do total de apólices emitidas. A gente tem que separar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois é, eu tenho a impressão de que há um leque de seguradoras em relação às quais eu imagino que não deva praticamente haver reclamação.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado, tem reclamação de todo tipo. Por quê? Nós estamos fazendo, inclusive, um trabalho muito grande de esclarecimento junto à população, criando instâncias dentro das seguradoras para identificar situações

de risco ou situações comprometedoras, do ponto de vista de cláusulas contratuais.

O que é que ocorreu? Incentivamos que as seguradoras criassem ouvidorias com instâncias recursais. Por quê? Porque boa parte dessas reclamações estão associadas ao mau entendimento do consumidor com relação a algumas cláusulas específicas do contrato. Porque os contratos são feitos de forma genérica e, às vezes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dr. René, mas excluindo esses problemas de interpretação, onde, efetivamente, se percebe que o cliente tem absoluta razão e o que está acontecendo é uma inadimplência das seguradoras?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, das 70 mil reclamações, a Susep consegue resolver, no âmbito da simples conciliação, ou através das ouvidorias, ou diretamente, 95, 96%. O resto, cerca de mil e quatrocentos, mil e quinhentos processos efetivos, são abertos com relação a eventual não pagamento de sinistro, ou dificuldades de entendimento de cláusulas, e também porque as seguradoras também têm uma política um pouco defensiva com relação a determinados sinistros. Daí, elas adotam procedimentos muito formais para identificar situações de risco, em decorrência de algumas práticas de fraude. Então, um percentual...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fraude em relação ao cliente?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Fraude

do cliente em relação à seguradora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do segurado?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Por exemplo, o preenchimento do perfil não foi adequado. Então, existe uma dúvida com relação àquele perfil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses 250 a 300 da Interbrazil o que realmente indicam?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eram atrasos de pagamento de sinistros, de indenização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a expressão numérica disso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, eu não tenho os números concretos para lhe dar, mas para cada auto de reclamação aberto pela Susep existem procedimentos formais e a companhia tem que fazer a defesa. E, repare, a multa na Susep é extremamente alta. Se V. Ex^a me permitir, vou fazer um pequeno histórico sobre a evolução dessas multas. No ano de 2002, a Susep aplicou cerca de R\$9 milhões de multas nas seguradoras, por reclamações ou algum tipo de processo. No ano de 2003, passamos para 26 milhões;

no ano de 2004, foram 42 milhões; no ano de 2005, deve ser alguma coisa como R\$46 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quanto disso realmente se concretiza?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – 100%. Elas têm que pagar. Podem recorrer, mas têm que pagar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vamos excluir o aspecto do recurso. Efetivamente, quanto disso ingressa?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – 100% ingressam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, a Susep tem uma receita de 40 milhões em multas?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São 100% contingenciados. Vão para um recurso contingenciado para o Tesouro Nacional. A Susep não se apropria de nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não há nenhuma norma que discipline a aplicação desses recursos em alguma destinação específica?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, eles seguem o mesmo procedimento das multas aplicadas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Simplesmente vêm para o caixa geral?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, eles ficam vinculados numa conta específica e ficam a crédito do Tesouro Nacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Susep procedeu a algum processo disciplinar, em relação a alguns funcionários sob o seu comando?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Conduta inadequada de algum funcionário?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, nenhum procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Eliezer Fernandes Tunala?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Conheço. O Eliezer é diretor da Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)

– Não há nenhuma investigação em relação a ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nenhuma investigação. Ele é um funcionário graduado, um dos funcionários mais antigos da Susep, e um dos funcionários mais capacitados lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Raul Teixeira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Raul Teixeira é o ex-Procurador-Geral da Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que ele é ex-procurador?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Porque ele fez parte da gestão passada. Na atual gestão, ele saiu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não há nenhum episódio que lhe lembre algum acontecimento em relação a esse Raul Teixeira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. O que ocorreu quando cheguei à Susep... Eu cheguei em abril e havia uma tentativa minha de tentar trocar algumas pessoas que ocupavam cargos de confiança da antiga gestão. E o procurador-geral é um dos cargos desses. Solicitei a ele que pedisse exoneração e foi indicado como procurador-geral o Dr. Moacir Lamha. Mas ele é um profissional altamente qualificado, é um Procurador do Estado do Rio de Janeiro, com renomado conceito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma notícia, em algum lugar, relacionada a uma expulsão dele do prédio da Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, aí foi um procedimento... eu nem estava na Susep, porque o antigo chefe de gabinete, por uma questão de acesso à sala do procurador, solicitou que houvesse uma saída dele da Susep, para poder ter acesso, para poder passar para o novo procurador. Só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tanto em relação a esse Eliezer e ao Raul, V. S^a não tem nenhuma informação que diga respeito à conduta deles?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, de forma alguma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vera Melo Araújo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Vera Melo Araújo é também uma diretora da Susep, que está lá desde a gestão passada. É uma das profissionais mais antigas da Susep. Ela foi chefe de fiscalização, é uma pessoa extremamente capacitada e um dos funcionários exemplares da Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece William da Costa Ribeiro?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – William da Costa Ribeiro, do IRB?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não conhece?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – William?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Chefe do Setor de Cadastro do IRB.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem conhecimento dos contratos que a Interbrazil mantinha com entidades, com empresas estatais?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, a Susep não analisa os procedimentos comerciais, ela não analisa a relação comercial. Ela analisa as atribuições de fiscalização.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas mesmo subsequente a isso nunca tomou conhecimento? A Susep nunca atuou em relação a eventuais contratos comprometedores, como garantias?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, é o seguinte: os procedimentos com os entes públicos são procedimentos normalmente de licitação. As licitações são feitas e, uma vez que elas ganham, parte-se do pressuposto de que elas foram corretas, está certo? Não temos competência...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca houve nenhuma reclamação de uma estatal em relação ao não cumprimento do contrato pela Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pedidos de informação ocorreram com relação a situações fáticas envolvendo a licitação. Por exemplo: que detalhes deveriam ser observados quando do processo licitatório, do ponto de vista formal, legal. E eu enviei, no dia 02 de janeiro de 2004, uma carta para todos os secretários de administração de todos os Estados do Brasil falando sobre os procedimentos que eles deveriam adotar quando da existência ou da execução de licitações envolvendo o seguro garantia. Tenho as correspondências para todos os secretários, alertando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As pessoas que foram proceder à fiscalização na Interbrazil, as que foram realizá-la, foram designadas por quem?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São determinadas através de uma escala feita pelo chefe da área de fiscalização, e seguem os procedimentos da disponibilidade do funcionário para aquela ocasião. Como a sede da Susep é no Rio de Janeiro e temos apenas um pequeno núcleo em São Paulo, às vezes há a necessidade de deslocar funcionários do Rio de Janeiro para São Paulo, para o exercício de fiscalização. Nós evitamos fazer isso, mas normalmente segue uma escala definida pelo chefe de fiscalização, uma escala anualmente definida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, é alguma coisa absolutamente impessoal?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – E deve ser impessoal. Não só impessoal, como...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não houve a permanência de determinadas pessoas nesse tipo de fiscalização, em relação à Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A permanência, Deputado, ocorre pela nossa carência de pessoal. Então, o que ocorre? Com o objetivo de dar mais continuidade ao processo, muitas vezes o mesmo funcionário fica numa seguradora, em outra seguradora, para evitar que o trabalho seja iniciado novamente quando se troca. Então, a permanência do funcionário decorre da escassez de pessoal e também da necessidade de termos procedimentos uniformes e continuados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Susep decretou a intervenção da Interbrazil. Durante o processo de liquidação, é permitido o ingresso do ex-dirigente afastado, no caso André Marques da Silva, sem autorização prévia da Susep, porquanto funcionários da Interbrazil, em entrevista veiculada na mídia, afirmaram que André Marques esteve na empresa. V. S^a saberia esclarecer a razão dessa visita? Foi tomada alguma medida para apurar o fato?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu acho que aí, com todo o respeito à imprensa, o que ocorreu foi um caso totalmente sem sentido, porque o liquidante tem autonomia funcional para tocar a liquidação. O que ocorreu, que me foi explicado pelo funcionário, é que o Sr. André Marques foi às instalações da Interbrazil, no prédio, e solicitou a entrada, no prédio, para pegar alguma coisa pessoal; alguma coisa. Foi autorizado que ele entrasse naquele momento. Ele entrou – o liquidante me garante que os procedimentos adotados foram corretos –, teve acesso muito rapidamente ali e nada foi retirado da companhia, e se ausentou. Ou seja, é uma forma – eu diria – até meio desproposita a acusação, porque é um funcionário de extrema qualidade, não haveria nenhum interesse por parte dele de que a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Susep tem uma certa ascendência sobre o liquidante, acompanha...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É. Mas, uma vez que seja indicado, ele tem autonomia para gestão da massa, dado por lei; ele responde civil e criminalmente por todos os procedimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Absolutamente, toda a documentação da Interbrazil está à disposição do liquidante?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Hoje, não. Por quê? Porque, como V. Ex^a sabe, parte...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode falar.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – ...parte da documentação relativa a Interbrazil está nos computadores da Interbrazil, que foram retirados da Interbrazil, e que agora estão sob a guarda da Justiça, em São Paulo, para uma perícia, uma avaliação, e posterior remessa para a Susep.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O liquidante tem ciência de onde estão esses documentos em que...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós fizemos uma solicitação à Polícia Federal, e essa solicitação – ela hoje uma comunicação à Justiça – foi determinada uma busca e apreensão, foi feita a busca e apreensão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando ocorreu isso – mais ou menos?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ao longo dos últimos quinze dias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora, há quinze dias, houve uma apreensão?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Apreensão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Onde estavam esses documentos?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Estavam em Goiânia os computadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ah, computadores. E documentos?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Os documentos estão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós tivemos uma informação de que havia um contêiner com documentos da Interbrazil e que esses documentos, quando nós tomamos conhecimento, num dia, no dia seguinte, o contêiner desapareceu. A Susep tem conhecimento de alguma coisa? O liquidante tem ciência de algo em torno disso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Olha, que tenha sido relatado a mim, não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O liquidante nunca fez a menor referência que estivesse havendo subtração de documentos da Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele fez no início à Polícia Federal e comunicou ao Ministério Público, o diretor fiscal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, ele reconhece – é isso que estou entendendo? –, ele denunciou a existência? Deu para identificar a autoria?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Está sendo objeto de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de subtração estava ocorrendo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi principalmente dos computadores e de todo parque de informática da seguradora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu não peguei o fio, talvez eu não tenha prestado atenção. Onde estavam esses documentos e como é que eles desapareceram, esses computadores?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Acho que é melhor voltar à situação inicial. Quando nós decretamos a direção fiscal na companhia, ato contínuo, o fiscal foi à companhia e identificou que a companhia havia mudado de endereço. Ele foi à nova sede da companhia. Ao chegar à nova sede, ele identificou que os funcionários haviam sido demitidos da companhia, identificou também que estava havendo uma falta de material para o exercício da sua atividade. Que material é esse? São desde documentos formais da companhia até o servidor da companhia, da parte de informática. Ele comunicou a Susep. Num ato contínuo, eu solicitei à Polícia Federal que fizesse uma busca e apreensão junto à companhia. Foi feito o auto – existe correspondência minha à Polícia Federal –, e foi feita essa comunicação, e foi iniciado um processo de busca e apreensão. Esse processo de busca e apreensão levou a identificar que os computadores estavam em Goiânia. Posteriormente, fomos avisados que chegou uma comunicação da Justiça dizendo que tinha identificado a localização dos computadores e que estava sendo feito o auto de apreensão. E foi feito o auto de apreensão pela Polícia Federal e se encontra hoje sob a guarda do juiz, em São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem contatos reiterados com o Sívio Pereira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Nunca tive, nem conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Sr. Delúbio Soares?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Só estive uma vez com ele na...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Telefônicos?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, nunca liguei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, deve haver algum equívoco no levantamento dos técnicos nossos, que identificaram contatos telefônicos de V. S^a com o Sívio Pereira e com o Delúbio Soares.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sívio Pereira e Delúbio Soares? Olha, se ocorreram, ocorreram em 2003. Alguma informação relativa à Casa

Civil, com o Sívio Pereira, alguma informação sobre algum assunto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Orlando Martins?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Orlando Martins? De quem?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Marcos Valério?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca teve contato telefônico com o Marcos Valério?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem conhece ninguém da empresa 2S Participações, do grupo Marcos Valério, de Belo Horizonte?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, esse Orlando Martins era um telefone utilizado por Marcos Valério, pela Simone. Enfim, era um número pelo qual se mantinha o contato telefônico com o Marcos Valério. Provavelmente, deve ter algum equívoco na identificação. É bom que V. S^a nos diga isso para que possamos conferir.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nunca tive nenhum contato, posso lhe assegurar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem com o Sívio Pereira nem com o Delúbio?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Com o Sr. Sívio Pereira, na época em que estava na Casa Civil, acho que ele ligou uma vez ou duas para saber de assuntos relacionados, por exemplo, a processos da Susep, na Casa Civil. Mas, que eu me lembre, a conversa durou 10 segundos, 20 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Pela oportunidade, o Sívio Pereira nunca trabalhou na Casa Civil.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Que eu saiba, e que eu me lembre, é isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É que V. S^a está dizendo que manteve contato com ele na Casa Civil.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A única coisa de que me lembro, ao que eu saiba, é isso.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. O diálogo está-se dando só na Mesa. Estamos com dificuldade ainda. Gostaria de solicitar novamente ao depoente que se manifestasse diretamente ao microfone.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pois não, Deputado, desculpe-me. Que eu me lembre, não tive nenhuma conversa com...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve contato com ele na Casa Civil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu ainda não consegui identificar claramente, no contexto da Interbrazil, o que mais chamou a atenção da Susep, que evento, que fato, enfim, sei que foi um acúmulo de fatos, mas alguma coisa mais consistente...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB

– SP) – Sr. Relator, pela oportunidade, penso que ele tem de nos esclarecer essa história de ter contatado o Sílvio Pereira na Casa Civil.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, eu não falei Casa Civil. A ligação, ao que me lembro, veio da Casa Civil. A única vez em que conversei com ele foi cerca de 10 segundos. Ele ligou para mim...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Se a ligação veio da Casa Civil e ele não era da Casa Civil a coisa é complicada.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ao que me lembro, foi ao celular. Ele me ligou e perguntou como eu estava, se estava tudo bem, se tinha alguma...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele era seu amigo, então, para lhe perguntar como o V. S^a estava?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É o seguinte, Deputado: é porque, durante curso da minha assunção na Susep, eu tive um enfarte, em junho de 2003, muito grave. Esse enfarte me imobilizou durante um certo período de tempo. Então, algumas pessoas que tinham algum relacionamento ou conheciam, ligaram para mim para saber como estava minha saúde. Foi exatamente isso. Mas, contato periódico, telefônico, com ele, eu não tive nenhum, posso garantir a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento, porque ficou muito confusa essa sua relação com o Sr. Sílvio Pereira. V. S^a falou que ele tinha um contato na Casa Civil, depois a questão do infarto.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Eu acredito que a ligação tenha vindo da Casa Civil, porque eu estava...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Sílvio Pereira estava na Casa Civil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu não sei lhe dizer, Deputado, se estava ou não estava. Quando tive o enfarte, a Casa Civil e o Ministério da Fazenda se disponibilizaram a me ajudar no processo de recuperação. Alguns amigos meus, da Casa Civil, me ligavam para saber como eu estava. Pode ser que, num desses dias, eu tenha feito uma conversa, porque, como V. Ex^a sabe, sou uma pessoa que ocupou

cargos importantes no Governo, queriam saber como estava a minha saúde.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que período foi esse?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O início de meu problema cardíaco foi em junho de 2003 e terminou só em setembro de 2004.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Qual era a sua relação com o Sílvio Pereira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nenhuma, Deputado! Nem o conheço, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não o conhece? Nunca viu o Sílvio Pereira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pessoalmente, nunca.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por telefone, falou com ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Acredito que tenha sido nesse dia, em que ele teria me perguntado como eu estava de saúde, como eu estava.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só essa vez?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Só essa vez. Não tenho nenhuma informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. René, voltando a Interbrazil, para concluirmos – depois os companheiros vão dar seqüência ao questionamento –, o que mais lhe chamou a atenção em relação à Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi a contínua apresentação de reclamações, junto à Susep, dos consumidores; a questão das práticas de apólices de seguros feitos, sem resseguro ou com resseguro, de alguma forma feitos posteriormente à data da emissão e a deterioração da situação econômico-financeira da empresa ao longo dos últimos dois anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conheceu o proprietário da Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele esteve comigo duas vezes: uma, em junho de 2003, e a outra, em junho de 2005. Ele foi apresentar as defesas dele com relação à situação da Interbrazil; eu o solicitei que fosse ao Protocolo. A última foi agora, no dia 30 de junho, em que ele chegou para pedir à Susep, porque, por aspectos normativos, existe a possibilidade de a empresa, uma vez que ela tenha uma situação financeira complicada, que seja apresentado um plano de adequação da empresa à Susep para a recuperação da situação financeira. Ele foi lá nos procurar para dizer que gostaria de apresentar esse plano. Eu solicitei que ele apresentasse na semana seguinte, porque era uma quinta-feira, sexta-feira. Feito isso, ele se retirou, e foi apresentado; entendemos que não era pertinente. Não

sendo pertinente, demos continuidade ao processo de investigação, de geração fiscal, o que ocorreu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez ele fez referência ou se valeu de alguma amizade junto a pessoas do Governo no sentido de que V. S^a deveria ser um pouco mais condescendente?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. As conversas com ele foram de 10 a 15 minutos e ficaram exclusivamente na situação da companhia.

O SR. RELATOR (Osmar Dias. PMDB – PR) – Nunca nenhuma autoridade, nenhum diretor de nenhum órgão lhe ligou solicitando algum favor?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Ninguém fez qualquer tipo de pedido ou qualquer tipo de solicitação com relação à Interbrazil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria De Sá. PTB – SP) – Agradeço-lhe, Sr. Relator.

Pela lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr. Depoente, eu gostaria, inicialmente, de entender um pouco a sua história antecedente, inclusive em cargos que ocupou. V. S^a foi Secretário de Controle-Geral do Governo Benedita da Silva?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nessa mesma época, V. S^a travou conhecimento com colegas de Governo, por exemplo, com o Sr. José Marcos Castilho?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele era Secretário também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Era seu colega? Secretário?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele era Secretário de...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Secretário de Agricultura e Abastecimento.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nesse período, o Sr. Waldomiro Diniz presidiu também a Loterj?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Um certo período, sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece o Sr. Waldomiro Diniz?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, nunca estive com ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram colegas de Governo, mas não o conhece?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A Loterj é um ente autárquico que tem administração e gestão totalmente isolada. Eu era Secretário de Controle-Geral do Estado; eu era... o orçamento do Estado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, uma função importante, que conhecia as decisões governamentais, principalmente com relação a contratos, Tesouro, gastos, pagamentos...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sou o responsável pela execução orçamentária.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a se lembra, nesse período, se a Interbrazil operou um contrato com a Loterj?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ouvi a declaração de V. Ex^a, na televisão, até de forma muito agressiva, confesso. Eu gostaria que V. Ex^a me explicasse o seguinte...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dispensou a sua avaliação com relação a minha declaração. Não é isso que estamos querendo esclarecer.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Queria que V. Ex^a me identificasse só o seguinte: a que apólice V. Ex^a está se referindo, porque eu não tinha acesso, enquanto Secretário, aos atos praticados na Loterj. Queria saber exatamente qual é?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Interbrazil fez seguro para a Loterj para implantar a loteria eletrônica e não cumpriu o contrato, depois, quando a empresa contratada não cumpriu o contrato, ela teria que cumprir o seguro e não o fez.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, acho que isso merece uma explicação um pouco mais detalhada. A única apólice que identificamos na Interbrazil, relacionada de alguma forma à Loterj, está associada com uma prestação de serviço, objeto de um contrato entre a Loterj e uma empresa. E essa empresa deu como caução...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que empresa é essa?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não sei. É uma empresa de serviços.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Será a Capital Construção e Limpeza?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É essa mesma. Acho que é essa mesma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe quem são os sócios da Capital Construção e Limpeza?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Só queria lhe dizer o seguinte: essa apólice...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece os sócios da Capital Construção e Limpeza?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabia que um dos sócios é o Sr. Sebastião de Almeida Ramos Júnior?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sabe de quem se trata, o Sr. Sebastião? Sabe que ele é irmão do Sr. Carlos Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não sabia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a vê como se faz a ligação entre o Sr. Carlos Cachoeira, o Sr. Valdomiro Diniz, o Governo Benedita da Silva e V. S^a?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, V. Ex^a me desculpe. V. Ex^a sabe em que dia foi feita essa apólice? V. Ex^a sabe? Olhe, o problema das ilações. Essa apólice foi feita no dia 4 de fevereiro de 2002. Eu fui Secretário no dia 7 de abril de 2002. Não tem nenhuma relação comigo, não só relação funcional, como relação de tempo. E a Loterj não estava sob minha órbita de atuação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não estava sob sua órbita, mas, estava sob sua influência.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, porque a apólice...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se V. S^a era Secretário de Controle-Geral do Governo Benedita da Silva.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A apólice, Senador, foi feita entre a Loterj e o ente – a Loterj é beneficiária da apólice – no dia 2 de fevereiro. Fui Secretário no dia 7 de abril. Como V. Ex^a pode me imputar alguma responsabilidade por um ato se sequer eu estava no Governo do Estado?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a chegou a esse cargo de Superintendente da Susep por indicação política de quem?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não foi indicação política. Como lhe expliquei aqui, no início, sou uma pessoa de grandes trabalhos feitos na área de seguros...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não houve nenhuma ligação pela sua participação no Governo Benedita da Silva?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nenhuma interferência da ex-Governadora Benedita da Silva?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Acho que o meu currículo e a minha trajetória na área de seguros, previdência, mercado de capitais, mais do que

justificam minha nomeação. Tenho vários trabalhos desenvolvidos nessa área.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a conhece o Sr. Ademar Palocci?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca esteve com ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nunca esteve comigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca foi à Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nunca foi à Susep.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a, por acaso, não recebeu indicação para a nomeação de diretores da Susep, inclusive para o Sr. Ademar Palocci?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. Todas as indicações que ocorreram na Susep; a Susep tem três diretores. Um, é o advogado chamado João Marcelo Máximo dos Santos, um advogado com grande experiência na área de seguros, é um jovem com muito talento, que foi indicado por mim. E o outro funcionário é a Sr^a Vera Melo, que é uma funcionária que já estava na Susep como diretora. O terceiro diretor é o Sr. Eliezer Tunala, que é um funcionário da Susep, com muita experiência na Susep; ele inclusive foi indicado, quando cheguei à Susep, pela própria associação dos funcionários como sendo um prêmio ao funcionário mais antigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. Eliezer Tunala, que é o Diretor de Fiscalização, não foi indicado para V. S^a pelo Sr. Ademar Palocci?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. De forma alguma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Podemos olhar e checar a agenda de V. S^a para verificarmos se recebeu, alguma vez, o Sr. Ademar Palocci ou alguma ligação dele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pode sim, claro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quebrar o seu sigilo fiscal e telefônico para verificarmos se há essa ligação?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pode ficar à vontade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Temos essa informação do Sr. Relator de que há essa indicação.

V. S^a tem conhecimento de que o Sr. Eliezer Tunala, Diretor de Fiscalização da Susep, tem processos diversos contra ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Esse, Senador, é um dos problemas que acho até que o

Congresso Nacional, de alguma forma, tem que se manifestar em algum momento.

O exercício da atividade pública e o exercício da fiscalização levam os atos praticados pelos seus gestores enquanto funcionários públicos, o que ocorre? Eles estão sujeitos a mandados de segurança e a ações com relação à atuação deles enquanto fiscais e supervisores. Praticamente todos os dias, eu tenho algum tipo de mandado de segurança com relação a algum ato praticado pela Susep, principalmente envolvendo multas, porque a aplicação de multas, as companhias recorrem via judicial...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O mandado de segurança é algo totalmente diferente. Nós estamos falando de processos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não. Mas os processos judiciais...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nós estamos falando de processos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São relativos, são relativos... Não, disciplinares; são relativos à sua atuação enquanto fiscalizador. Infelizmente, o servidor público está sujeito a isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe que está aqui por conta de um noticiário veiculado na imprensa brasileira, segundo o qual a Interbrazil agiu de forma totalmente deletéria no mercado de seguros. A sua função era fiscalizar e V. S^a e sua superintendente foram omissos com relação a essa fiscalização. Demorou muito para fazer a intervenção. Só a fez após o noticiado na imprensa. Portanto, a Susep não fiscalizou adequadamente. E, durante esse período, a Interbrazil foi beneficiada com seguros que ela não tinha a menor condição de fazê-lo. Eu tenho aqui, por exemplo, que a Interbrazil foi convidada a participar da licitação de seguros das Usinas Angra I e II – a segunda maior apólice do Brasil; só perde para a Petrobras – e ela foi a única seguradora, na concorrência, que não estava entre as 15 maiores do País. Todas as outras estavam entre as 15 maiores. E ela ganhou esse seguro por uma diferença inferior a dois décimos percentuais – 0,02% –, e ocupava o 48º lugar no *ranking* das maiores seguradoras do Brasil. E, lá, quem estava, coincidentemente também diretor nesse momento, era o Sr. José Marcos Castilho, pela Eletronuclear. V. S^a não acha muita coincidência?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Primeiro, quero salientar que a Susep agiu de forma extremamente precisa em todo o processo Interbrazil. Ela autuou a empresa, ela abriu processos administrativos, ela cancelou o seguro de ramo garantia no momento em que ela tinha condições para isso, ela decretou direção fiscal no momento que havia. A condição econômica

da empresa deteriorou-se ao longo desse tempo, e nós identificamos que decretou a direção fiscal. Agora, com relação a esse seguro envolvendo a atividade da Eletronuclear, eu quero deixar claro: a Susep não interfere nas relações comerciais entre as empresas. Esse seguro é um seguro que é feito direto entre a seguradora e o IRB. Cem por cento praticamente do seguro é repassado pelo IRB. Ele tem legislação pertinente previamente definida. E o processo de concorrência no Brasil não admite que haja nenhum tipo de corte com relação a porte, tamanho ou outro tipo de coisa. Por quê? Porque daí a possibilidade de que somente as grandes companhias participassem de licitação. Então, pequenas empresas têm a possibilidade de participar de licitações com esse feito justamente para poder garantir a concorrência.

Com relação ao Sr. Castilho, é uma pessoa extremamente correta. É uma pessoa muito íntegra. Eu não tenho absolutamente nada que possa denegrir a sua imagem. Ele foi meu colega. Realmente, na Secretaria, sempre que ele tinha algum tipo de dúvida com relação aos procedimentos, de alguma forma ele pedia para a equipe técnica da Eletronuclear procurasse a equipe técnica da Susep. Eu não acho que existe nenhum tipo de relação possível entre isso, Senador. Desculpe.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a não acha muito estranho que a Interbrazil, como uma seguradora de seu porte, viesse a fazer o seguro da Angra 1 e Angra 2, que é a segunda maior apólice do Brasil? V. S^a acha normal isso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, o sistema de concorrência e as licitações permitem que isso ocorra com um objetivo. Caso contrário, só as grandes seguradoras ganhariam a licitação. Eu não tenho que tecer comentários a respeito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu vejo aí um claro favorecimento a Interbrazil. É uma coisa que está evidente, está à vista para todos nós.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Se existe alguma relação, é uma relação comercial.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a, por exemplo, tem conhecimento de que a Triângulo do Sol tinha notificado, em julho de 2004, que a Interbrazil tinha feito, na verdade, uma falsificação que, em momento nenhum, se comprovou que o Banco Vitalício de Seguros e Resseguros da Espanha tivesse feito, ela tivesse, como afirmou V. S^a aqui, que ela fez seguros por medida judicial, ela não fez, porque as seguradoras no exterior se negaram, e disseram que nunca foi feito esse resseguro com relação ao Triângulo do Sol?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, acho que aí cabe uma explicação.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Posso falar? (Pausa.)

A Interbrazil conseguiu uma liminar, na Justiça, autorizando a colocação no exterior. Ela contratou um *broker*, um corretor de resseguro, que fez essa colocação. Essa colocação foi feita inicialmente, segundo a Interbrazil, no Banco Vitalício. Esse Banco Vitalício negou aceitação de risco. A Interbrazil deu início a uma colocação posterior em uma outra resseguradora. Nós abrimos processo de investigação. Várias cartas foram trocadas com a Susep para identificar se os procedimentos foram corretos ou não. Nós temos as correspondências, nós temos o *slips*, os registros das operações de resseguros, posteriormente emitido pela Susep, pela Interbrazil; tudo consta nos autos. Não tem nenhum tipo de...A operação foi feita, foi fiscalizada. Ela foi autuada e multada por causa disso. Ela, posteriormente,...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em resumo, a Interbrazil não fez o resseguro com o Banco Vitalício de Espanha?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O *broker* de resseguro, que é o responsável pela colocação do resseguro, ele encaminhou uma correspondência, dizendo que ele estava fazendo a colocação em uma outra resseguradora; e, depois, apresentou à Susep o *slip*, contendo a colocação no exterior.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, ele disse que fez com o Banco Vitalício e, depois, disse que não foi com o Banco Vitalício de Espanha?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Isso é uma atribuição do *broker* de resseguro. Inclusive, ele responde judicialmente com relação a isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, veja bem V. S^a: tantas irregularidades praticadas pela Interbrazil durante todos esses anos, inclusive quando V. S^a era o Superintendente, em 2003, 2004 e, em momento nenhum, a Susep interveio nessa seguradora. Inclusive, só o fez a partir de uma notícia, na imprensa, que permitiu que tivéssemos conhecimento de que o Sr. André Marques – a meu ver, é um mero laranja que está à frente, porque ele, na verdade, estaria ali para resolver os problemas do Sr. Maurício Paneque, este, sim, e também o Sr. Prado, o outro sócio que deixou a empresa nesse estado lamentável, pois, retiraram recursos durante todo esse período. De certa forma, eles exauriram financeiramente a empresa, distribuíram recursos de forma indevida. Quero dizer também a V. S^a que, durante o período de 2005, os balanços eram positivos, já acompanhados pelo fiscal da Susep, no início de 2005. E só no momento da intervenção,

já em julho, aparece um balanço negativo em R\$26 milhões.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu tenho os balanços aqui. São negativos em 2003 e em 2004, com relatório do auditor da empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, veja bem: é bastante pertinente que cheguemos à conclusão de que, após, por exemplo, conhecermos que o André Marques envia um *e-mail* aos Diretores dizendo: “Estou pensando em focar em algo sobre os próximos 90 dias. Na sexta-feira, conversei com o Eliezer, que é o Diretor de Fiscalização; com o Moisés, lá da...”

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor. Ele é...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele já foi funcionário?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Funcionário aposentado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...,aposentado; com o Getúlio, que é funcionário efetivo da Susep;...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...com o Mariano;...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu soube que é um lobista, e que trabalha junto com a Susep. Continua ele: “que a situação é crítica, porque estão chegando muitas reclamações de sinistro e comissões na Susep, e os mesmos estão montando um esquema para solucionar – um esquema para solucionar – estou frisando isso. Porém, em conversa muito franca entre todos, foi-me dito que dentro de noventa dias, se não houver nada de concreto, para que a companhia vai melhorar rapidamente, não terá como, será decretada a direção fiscal.” A Susep anuncia para os prováveis...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – V. Ex^a me permite? Não só...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...dirigentes que sofrerão a intervenção, que vai realizar essa intervenção?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Esse é um problema que acho deve uma explicação detalhada. Primeiro, os funcionários dizem que não tiveram esse tipo de reunião. Segundo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eles não tiveram essa reunião?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eles dizem que não tiveram essa reunião. É bom explicar isso de forma bastante precisa a V. Ex^a. O Senador, como professor de Direito, vai saber.

Segundo, a legislação brasileira, a Constituição, obriga que para todos os atos praticados pelo órgão fiscalizador seja dado o amplo direito de defesa à companhia. Então, é feito o auto de infração; são identificadas as situações; é encaminhado à empresa. Ela tem o direito de saber; ela sabe, de antemão, os atos praticados pela Susep. Então, se formos identificar uma situação em que vamos intervir na empresa, somos obrigados a entregar toda a acusação para a empresa, para ela se defender, e uma vez que tenha exaurido a defesa dela, porque podemos praticar o ato; nós não podemos praticar o ato sem o conhecimento da empresa. Então, é não só constitucionalmente assegurado à empresa, como é desejado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É assegurado a ela o direito de saber o dia em que a Susep vai intervir na empresa?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR - Não, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para que ela possa sumir com R\$26 milhões, com os computadores, e com os documentos?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não é o dia, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, ele tinha conhecimento. Aqui está inclusive uma reportagem. Nós tivemos informações de onde estava o container cheio de documentos da Interbrazil. E lá nesse depósito, em São Paulo, estiveram os fiscais da Susep, dito aqui inclusive pelo dono do depósito. “Um homem disse a Robson, que foi o repórter, que fiscais da Susep - Superintendência de Seguros Privados -, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, tinham estado lá.”

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deve estar envolvendo o processo de busca e apreensão dos documentos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Processo de busca e apreensão por parte de quem? Da Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Por parte da Polícia Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, isso foi posterior, porque eles já sumiram com o container. Nós denunciámos lá. Falamos com o Relator. Falamos com o Relator e com os policiais, e chegaram lá eles já tinham tirado na véspera.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós não temos poder de polícia para fazer busca e apreensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o que o fiscal foi fazer exatamente lá? Porque, quando o fiscal esteve lá, os documentos lá estavam, no container.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu não tenho conhecimento disso. Não tenho conhecimento disso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí, o senhor não tem conhecimento? Quer dizer que o Sr. André Marques não tinha conhecimento do que a Susep iria fazer na empresa?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele tinha acesso, por uma questão de exercício de defesa, dos processos, da evolução dos processos, como toda e qualquer companhia que está no processo de investigação, tem. Para se ter uma idéia, a justiça brasileira coloca preceitos extremamente rígidos para a condução do gestor público. Qualquer ato que venha a ser praticado pelo gestor que não seja assegurado, em nenhum momento, nenhum tipo de defesa, é cassado na justiça, Senador. Então, não temos condições de praticar nenhum ato que seja à revelia da Justiça. A disponibilidade dos dados documentais é necessário para a implementação do próprio processo administrativo. A justiça é assim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não estamos questionando isso, não. Estamos questionando sobre a data da intervenção para que ele tivesse tempo para fazer retirada de computador, de documentos que seriam importantes para esta CPMI.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não foi comunicada a data. Agora, ele depreendeu que a necessidade da direção fiscal ocorreria naquele período.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Peço que o Senador César Borges caminhe para a conclusão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. André Marques tinha informações privilegiadas que saíram de dentro da Susep, e isso permitiu que ele subtraísse esses documentos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, eu, enquanto Superintendente, não tenho elementos para lhe assegurar que existiu isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tenho certeza absoluta e convicção de que a Susep falhou na sua função fiscalizadora, inclusive em relação à decretação antecipada que deveria ter sido feita em relação a essa companhia. Ele só o fez, no último momento, em agosto deste ano.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Após as notícias veiculadas. Agora, pergunto a V. S^a qual é o seu conhecimento em relação ao Sr. Marcelo Sereno?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós estudamos juntos. Fomos contemporâneos na faculdade

de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Temos um relacionamento de colegas da faculdade.

SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não adianta lhe perguntar se ele teve alguma intervenção lá na Susep, de favorecimento?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, de forma alguma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É impraticável essa possibilidade, não é?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, eu sou uma pessoa que tenho compromisso, quando assumo as minhas responsabilidades, extremamente rígido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, com a amizade com o Sr. Marcelo Sereno, o senhor disse que recebeu ligação também do Sr. Sílvio Pereira. E o Marcelo Pereira também nunca lhe ligou, nunca fez qualquer solicitação?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não existe nenhum tipo de pedido, Senador, nenhum tipo de relação política. A minha relação no governo é um contrato de gestão. Definimos quais são os objetivos a serem seguidos pela Susep e perseguimos isso. Não existe nenhuma ingerência política.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor sabe que o Sr. André Marques se referiu aqui na CPMI com muita intimidade com relação a V. S^a, nunca tratou de doutor, sempre com um tratamento de amizade, de intimidade.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Acho que isso faz parte da forma dele de falar. Ele não teve nunca nenhuma intimidade comigo. As duas únicas reuniões que tive com ele foram extremamente formais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele o tratava por René Garcia.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Acho que é um problema de vício de linguagem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor conheceu o Sr. Maurício Panek e o Bruno Prada?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não conheceu. Mas admitiu a saída deles e isso passou tranquilamente. Porque tem que ser submetido à Susep, não é?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, não houve. Acho que aí é um problema de entendimento. A entrada ou a saída de sócios, a entrada ou a saída de dirigentes segue preceitos legais definidos na lei de forma bastante precisa. São atos praticados pelo Departamento de Controle Econômico em inquérito pessoal. E mais, se algum ato foi praticado de alguma forma por iniciativa de administradores, o processo le-

gal em que está em curso a investigação, e a própria Comissão de Licitação vai fazer a retroatividade dos mesmos. Então, todos os problemas encontrados na empresa – e neles foi analisado se havia algum tipo de irregularidade – serão apontados no inquérito e as partes serão punidas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só, para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a sua compreensão, perguntaria, para fazer um juízo de valor aqui: V. S^a declarou que a Susep não fez uma ação mais severa e antecipada com relação à Interbrazil por conta de entraves burocráticos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São entraves legais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Entraves burocráticos.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São entraves legais. Burocracia é a racionalidade dos atos, legalidade, não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E seu juízo de valor é de que a Susep fez o que poderia fazer para proteger os clientes da Interbrazil com relação aos seus procedimentos. Na época, ela foi tempestiva nesse tipo de ação?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi tempestiva e agiu exatamente com o rigor da lei. É o mesmo procedimento que o Banco Central adota nas suas liquidações, é o mesmo procedimento que a Susep adota.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não acho que o Banco Central seja correto, acho que ele permite muitas falcaturas. E quando ele intervém, como no caso do Banco Santos, o fez com prejuízos muito grandes de muitas pessoas. Fundos de aplicação, Estados brasileiros, Municípios. É esse mesmo procedimento, é com esse que o senhor se espelha na Susep?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Se V. Ex^a me permite. Acho que aí é uma questão entre o Legislativo e o Judiciário. O Judiciário brasileiro não permite, não dá possibilidade de que o Executivo pratique atos de intervenção em companhias, em seguradoras e em bancos que não estejam muito bem definidos, em que haja exaustivo processo legal. Se o Congresso Nacional entender que esses procedimentos devam ser acelerados, deveríamos estudar o que se passa na legislação de outros países do mundo. Tive a preocupação de fazer isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, saio dessa inquirição com a minha convicção reforçada de que a Susep, por meio do seu superintendente, do seu diretor de fiscalização, do Sr. Eliezer, foi complacente com a Interbrazil. E isso não se deu por

acaso, se deu porque a Interbrazil tinha efetivamente capacidade de contribuir para a formação de caixa dois e colaborar em campanhas políticas. Isso está evidente, está claro. Agora, a negação é um direito que é dado ao depoente.

Portanto, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela complacência em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Deseja concluir? Por gentileza.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não existe nenhuma evidência de que exista qualquer ato. Inclusive todos os processos estão sendo analisados pela Corregedoria Geral da União, que é o órgão encarregado para auditoria dos procedimentos.

Agora, é bom deixar bem claro que procedimentos administrativos que levam à liquidação de instituições seguradoras e de bancos são precedidos de exaustivo processo de defesa e de exaustivo processo de análise dos dados. Não existe a possibilidade de intervenção numa seguradora e num banco sem que tenham sido obedecidos todos os trâmites legais. Se a Justiça brasileira e se o Congresso Nacional quiserem alterar esses procedimentos, temos que nos espelhar na legislação de outros países. Porque em outros países não só é facultado ao gestor público, ao gestor das instituições reguladoras que eles tenham imunidade com relação a esses processos judiciais – V. Ex^a é professor universitário, sabe bem disso. Existe a figura da possibilidade de transferência compulsória de carteiras entre seguradoras e entre bancos; existem os fundos garantidores que bloqueiam e fazem com que a transferência de carteira se dê com menor prejuízo ao consumidor e existem vários mecanismos que agilizam o processo. A legislação brasileira é de 1966, está extremamente defasada. Ela não assegura ao Executivo e aos seus gestores a possibilidade de acelerar os procedimentos. Porque, primeiro, toda vez que de alguma forma foi feito isso ocorreram ações judiciais contra o Estado e contra a União. V. Ex^a sabe disso. Há uma série de procedimentos na Justiça sendo questionados. Então, não existe. Levar um ano e dois meses entre a identificação de uma situação, a identificação de um problema e a liquidação de uma instituição seguradora, é um prazo extremamente factível, prazo extremamente correto dentro do procedimento. Não existe nenhuma evidência.

E, mais, qualquer pessoa que venha a comentar ou fazer qualquer ilação com relação a isso, tem que ter acesso aos procedimentos, tem que ser professor universitário que conhece os procedimentos ligados à parte administrativa, que conhece os procedimentos ligados à execução de fiscalização. Qualquer outra

coisa é baseada em critérios subjetivos, e a análise da realidade não é subjetiva, ela é objetiva.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, só porque V. Ex^a permitiu, só o final. O procedimento aí é, na verdade, ao talante da Susep e dos seus funcionários. Porque tenho informações que, por exemplo, a seguradora Santos teve intervenção em noventa dias e foi fechada. Um processo de noventa dias. Outros demoram dois anos, três anos, lesando a população.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não senhor. Existem procedimentos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – PI) – Então, são procedimentos e procedimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço, Senador César Borges.

Apenas esclareço que a generosidade desta presidência se deveu ao fato de os Srs. Deputados que estavam inscritos se ausentarem para votar, em decorrência da votação nominal na Câmara dos Deputados. Por isso, Senador César Borges, tivemos o prazer de ouvi-lo por mais tempo. Em outras arguições, depois, compensamos, Senador.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço que sejam remanejados os meus questionamentos, tendo em vista que até o presente momento estive cuidando de pelo menos mais quatro coisas que estão acontecendo aqui no Senado neste mesmo momento.

Queria só fazer uma questão de ordem e pediria, se fosse possível, a atenção do Presidente da CPMI, que está concedendo entrevista lá no fundo. Então, se o Senador Delcídio pudesse prestar um pouco de atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Transmito ao Presidente, Senadora. Fique tranqüila.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Teremos, hoje, algumas oitivas; várias delas foram canceladas. E teremos, amanhã, uma reunião administrativa e apresentação de um relatório parcial sobre a questão da movimentação financeira.

A semana foi bastante tumultuada com relação a essa perspectiva do relatório e algumas questões que, do meu ponto de vista, mereceriam um pouco mais de aprofundamento. A primeira delas é com relação à divulgação daquela lógica apresentada na semana passada, de que o recurso da Visanet, Banco do Brasil, Marcos Valério, DNA acabou indo para contrapor ao empréstimo do PT nas contas.

Com base nessa divulgação, o Banco do Brasil apresentou duas notas oficiais, uma no dia 3, outra

no dia 4. Fiz ponderações, ontem, tendo em vista que a reunião administrativa foi suspensa e a sub-relatoria da movimentação financeira também, ontem, foi suspensa, porque os convocados não compareceram ou não foram chamados a tempo – não entendi muito bem – não tivemos oportunidade de poder fazer esse debate em alguma instância da CPMI.

Ontem à tarde, numa conversa que tivemos com o Presidente Delcídio e com os Deputados Osmar Serraglio, Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Maurício Rands para tratar de vários assuntos, fiz a ponderação se não seria conveniente, levando em consideração a nota do Banco do Brasil, onde relata que, daqueles R\$9,2 milhões, R\$4,9 milhões, portanto, mais da metade dos recursos que estariam aí vinculados nessa lógica que foi apresentada na semana passada, se referem a notas fiscais emitidas pela DNA e que, segundo as informações, essas notas fiscais foram apreendidas pela Polícia Federal e estão no Instituto de Criminalística, aqui em Brasília... Então, fiz uma ponderação se não deveríamos tomar a iniciativa de ter uma diligência, já que delegados da Polícia Federal estão à nossa disposição, juntamente com pessoas do Banco do Brasil, e irmos ao Instituto de Criminalística para podermos fazer uma conferência se essas notas fiscais efetivamente existem, se elas foram emitidas, se tem comprovantes. Porque esta é uma questão relevante em termos de aprofundamento da investigação.

Tivemos hoje também – não pude acessar os dados – mas houve um grande volume de repercussão na imprensa, advogados do Sr. Marcos Valério entregando documentos às duas CPIs, tanto a CPMI dos Correios, quanto a CPMI da Compra de Votos e Mensalão.

A ponderação que faço é se não deveríamos, em primeiro lugar, fazer a diligência que propus ontem ainda no dia de hoje – se for possível fazer – e irmos conferir efetivamente a existência dessas notas fiscais que comprovariam ou poderiam dirimir dúvidas a respeito de mais da metade desses 9 milhões e pouco que estão colocados na lógica da vinculação entre a origem dos recursos do valerioduto; se não deveríamos ter algum tipo de atenção – se é que merecem atenção os documentos apresentados pela assessoria jurídica do Sr. Marcos Valério – e se isso tudo não acabaria tendo algum tipo de incidência no relatório parcial que iríamos apreciar amanhã.

É isso, Deputado Cardozo, que quero deixar de público como ponderações a serem feitas à Presidência e à Relatoria desta CPMI. Acho que teríamos que ver depois, ao longo da tarde, se tem viabilidade ou não essas ponderações. E peço desculpas ao Sr. René por estar fazendo isso, porque, infelizmente, essa é a primeira instância da CPMI desta semana. Não tive

oportunidade de poder fazê-lo de forma oficial. Fiz apenas de forma ponderada, na tarde de ontem a alguns membros da CPMI.

Reservo-me o direito de preparar as perguntas que quero fazer posteriormente ao Sr. René.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – As ponderações feitas por V. Ex^a são bastante oportunas. Agora, evidentemente terão que ser submetidas ao Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nobre Senador Delcídio Amaral, e quem eu transmitirei as ponderações feitas por V. Ex^a para que, oportunamente, S. Ex^a decida e tome os encaminhamentos devidos.

Também considero V. Ex^a inscrita, nos termos solicitados, logo após o último inscrito que é o Deputado Carlos Willian. Portanto, V. Ex^a está automaticamente inscrita, uma vez que fez uso da palavra agora, pela ordem, e não para fins de arguição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas. (Pausa) Ausente.

Senadora Ideli, eu me confundi. V. Ex^a está inscrita após o Deputado Sílvio Torres, que é o último inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Willian, que dispõe de 15 minutos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de, da mesma forma que a Senadora Ideli, como Relator da Subcomissão, que deveria ter sido o segundo a falar, logo após o Deputado Osmar Serraglio, ouvir os questionamentos e concluir finalizando o meu trabalho, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Então, V. Ex^a falará logo após todos os inscritos?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Se a Senadora permitir, pois solicitou primeiro; mas, agora, passo a palavra ao nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não há dúvida. V. Ex^a, creio, não haverá nenhum problema para que possa falar em penúltimo lugar, uma vez que fará uso da palavra em último lugar o próprio Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sílvio Torres.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

Peço que o tempo seja marcado no relógio para fins de acompanhamento desta Presidência.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadoras, Senadores, Sr. René, cheguei um pouco atrasado e pode ser que eu tenha que repetir alguma pergunta daquelas que formulei antecipadamente para fazer o meu entendi-

mento sobre toda essa confusão criada em torno da Interbrazil e o papel da Susep nesse problema que acabou desaguando, não apenas numa divulgação de notícias preocupantes para a sociedade brasileira, como também na própria intervenção que essa empresa sofreu.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor: Que tipo de exigência a Susep faz para que uma empresa obtenha o registro para atuar no setor de seguros?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Existe dispositivo legal e normativo que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor me desculpe interrompê-lo.

É possível aumentar ao som?

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Poderia aumentar o som do depoente, por gentileza.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Existe um dispositivo legal que segue, primeiro, a Lei das S/A, de nº 6.404, e depois a lei específica da área de seguros. O que exige? Que, primeiro, a empresa a ser constituída tenha um capital mínimo autorizado por região ou, se for pelo Brasil, que ele cumpra todas as etapas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Capital mínimo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Capital mínimo. Uma vez que esse capital mínimo seja obedecido, que haja um plano de negócios para a companhia. Nós fizemos isso recentemente. Até então não havia.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O capital mínimo é uma exigência?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É. Varia de região para região.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Variando de região para região?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Uma segunda exigência seria...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O plano de negócios.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O plano de negócios para frente ou o que já havia no histórico da empresa de negócios?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, se é uma empresa nova, é um plano de negócios para frente, que ela diga qual é. Mas isso nós criamos a partir de mudanças normativas recentemente, não no passado. Isso vale só...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não existia ainda em 2002, 2001?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em 2002, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, é deste ano agora?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É que a Interbrazil é uma empresa que tem como origem uma empresa sem fins lucrativos; houve um processo de mudança societária nesse curso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu sei, mas essa exigência do plano de negócio é recente?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É recente. É de 2004, 2005. Então, o capital mínimo e os seus diretores devem seguir os requisitos fixados na lei, que é basicamente não ter nenhum processo administrativo – condenado e julgado – processo judicial e que preencha os fundamentos para ser, de alguma forma, responsável técnico pela seguradora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor assumiu quando?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em 2003.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em janeiro de 2003?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, em abril.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Abril de 2003. Nesse período, coube ao senhor, então, fazer a avaliação das empresas de seguro que atuavam. Segundo consta, são...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – São 107 seguradoras e 37 empresas de previdência e capitalização.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor fez algumas outras mudanças quando o senhor assumiu?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sobre quê?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor fez mudanças? O senhor promoveu mudanças na empresa, na Susep? O senhor promoveu mudanças importantes?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Normativas? Nós mudamos completamente o ambiente normativo nos últimos dois anos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Normativas?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós fizemos um... Eu posso ter tempo para explicar?

Logo quando eu cheguei à Susep, nós fizemos um convênio com o Banco Mundial, no qual o Banco Mundial nos deu recursos para fazer uma contratação de consultores externos, para analisar o ambiente normativo no Brasil. O que é isso? É porque nós havíamos feito um pleito para mudar o patamar regulatório do Brasil frente aos outros órgãos internacionais.

Então, nós fizemos essa consultoria. Ela deu ensejo a uma série de pontos que o Brasil estava defasado vis-à-vis a normatização internacional, e nós fizemos esse procedimento. Nos últimos dois anos, fizemos um elenco enorme de medidas. Não tenho tempo, mas posso mandar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, eu só queria saber se o senhor promoveu mudanças normativas.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Mudanças institucionais profundas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Profundas.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Hoje, o mercado de seguros brasileiro está compatível com o que existe de mais moderno no mercado internacional. Inclusive, nós estamos mudando todo o procedimento de supervisão e fiscalização baseada em rotinas para ser supervisão baseada em risco, que é uma coisa muito mais complexa. Há uma radiografia da empresa identificando todas as situações de risco que a empresa porventura possa vir a ter e a adequação desses procedimentos para uma eventual...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, Sr. René, quando o senhor fez as mudanças, o senhor certamente – digamos assim – fez uma comparação entre as empresas já cadastradas na Susep, já operando na Susep...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...com aquilo que o senhor gostaria que elas fizessem. Ou seja, o senhor enquadrando as empresas dentro das suas mudanças.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É um processo de mutação que leva tempo. Por quê? Porque, por exemplo: controle interno é um mecanismo que nós adotamos que toda empresa tem que ter, uma série de procedimentos com relação à identificação de situações de risco. Isso é um processo de mutação. Você faz hoje, a empresa tem um certo tempo para se adequar e depois ela apresenta.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo. A empresa Interbrazil já operava, já tinha alguns seguros. Tinha algum importante que o senhor se lembre?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós não identificamos a situação comercial da empresa, porque não é nossa atribuição legal. Nós identificamos as situações de risco da companhia, e essas situações de risco foram identificadas em vários procedimentos administrativos que nos levaram a identificar não só práticas na empresa com relação aos seus consumidores e práticas com relação à atividade de resseguro

que nos levaram à decretação de (*Incompreensível.*) fiscal, pela deterioração da...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo, mas a Interbrazil, na época, o senhor não sabe dizer se ela tinha algum seguro importante?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não; ela tinha. Como notificado aqui na imprensa, ela ganhou licitações para...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Antes de 2003?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sim, sim. Ela teve um crescimento de 2002, porque o ramo em que ela operava teve um crescimento muito grande no Brasil, nos últimos quatro, cinco anos, que é esse ramo de seguro-garantia. Então, teve um crescimento expressivo. Se nós compararmos o crescimento dessa seguradora com seguradoras assemelhadas nesse ramo de atividade, vamos ver que não é nada que seja fora da média.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A informação que temos é que ela era uma empresa com pouca participação no mercado, inexpressiva no mercado. Em 2004, o lucro dela, ou seja, a receita menos a despesa, chegou a 62 milhões...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa informação não está correta?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Isso aí são os prêmios retidos por ela.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Esse é o resultado da receita?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Receita.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Da intermediação?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A quantidade de prêmios de apólices subscritas por ela, em termos de volume de prêmios emitidos. O prêmio é aquilo que se paga quando se faz um seguro. Isso não quer dizer que seja o lucro da empresa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas isso seria a receita?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A receita dela.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A receita dela.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exatamente isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Decorrente da comissão...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Da atividade comercial dela.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Da comissão que ela recebeu. Mesmo assim, é muito expressivo.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Da atividade comercial dela.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, é bastante expressiva. R\$62 milhões!

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não é diferente das atividades de empresas semelhantes com o mesmo porte no mercado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas é que ela não era semelhante; ela se tornou semelhante. Ela obteve esse porte depois. De 2003 em diante, que ela começou a crescer. É isso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – 2002, 2003, 2004; mas ela segue um procedimento muito próximo ao de empresas com o mesmo nível de atuação que ela. Não é diferente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conheceu o Presidente da Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu estive com ele...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...logo que o senhor assumiu?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não. Eu estive com ele duas vezes, em reuniões muito rápidas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quando?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em 2004 e 2005, agora, onde ele foi apresentado...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em 2003, o senhor nunca se encontrou com ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nem trocou telefonemas, nada?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor costuma não se encontrar com aqueles diretores de empresas que têm...?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Por força de um decreto presidencial, toda e qualquer reunião que exista entre o superintendente e entes do mercado têm que ser precedidas de um pedido de reunião e a explicação do motivo dela. E eu recebo uma média de cinco, seis pessoas por dia que são pessoas, hoje principalmente, investidores internacionais querendo investir no Brasil.

O meu relacionamento com as instituições seguradoras é sempre em nível ou de presidente ou de diretores responsáveis por relacionamento com a seguradora, com a Susep.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, no ano de 2003...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não tive nenhum contato.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...até 2004, o senhor nunca recebeu nenhum pedido...?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não; 2004, sim. 2005...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nenhum pedido de audiência?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em 2003, não. Só em 2004.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quando a Interbrazil...?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Mas isso é facilmente explicável, porque eu sou o presidente do Conselho de Recursos da Susep. O superintendente não tem função executiva direta objetiva. As relações entre as seguradoras ocorrem em nível de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu sei que o senhor pode alegar isso, mas eu acho que qualquer pessoa que tenha a responsabilidade que o senhor tem na Susep acaba, forçosamente, tendo os contatos e querendo-se informar.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Como é possível o senhor ser o superintendente...?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Claro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...sem ter informações sobre empresas que detêm seguros de grande monta, como era o caso da Interbrazil até agora. Então, ainda que eu possa concordar com o senhor... digamos assim, tecnicamente, não precisasse manter uma distância, uma convivência... Mas eu acho que o senhor vai admitir que é impossível o senhor circular no meio desses sem se encontrar, não é?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, mas eu nunca encontrei com ele formalmente, a não ser nas reuniões.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor nunca se encontrou com ele?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A não ser nas reuniões que ele solicitou na Susep.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Alguém indicou o senhor ou alguma vez fez alguma indicação sobre o Sr. André?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Alguém, alguma vez, comentou sobre ele com o senhor?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, ele era uma pessoa praticamente desconhecida do senhor, até que esse escândalo estourasse.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, ele esteve na reunião na Susep, apresentando aquilo que seria a defesa dele nos processos, nas duas vezes. Eu pedi que ele encaminhasse isso ao protocolo da Susep e apresentasse...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, quando o senhor tomou a decisão da intervenção, certamente isso foi – digamos assim – resultado de informações anteriores. O senhor foi sendo municiado de informações sobre...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É bom que o senhor entenda os procedimentos que levam à liquidação e à direção fiscal de uma seguradora. Os procedimentos só seguem nos departamentos. Os departamentos apresentam os autos de infração. Eles elaboram a solicitação formal de direção fiscal ou de liquidação. É submetido à procuradoria-geral da Susep, que aprecia, vê se há legalidade nos termos. É encaminhado ao colegiado da Susep – eu sou o presidente do colegiado, órgão de 2ª instância. É nomeado um diretor-relator. Esse diretor-relator analisa o processo e submete o seu voto ao Colegiado. E então é votado. Como eu sou o presidente da 2ª instância, a minha manifestação ao longo do curso do processo, não pode ocorrer. Por quê? Porque, se eu tiver ciência ou qualquer manifestação em qualquer etapa do processo, isso provoca vício de nulidade. Por quê? Porque, sendo presidente de 2ª instância, eu não posso me manifestar nos autos. Se o senhor verificar qualquer processo na Susep, o superintendente não se manifesta, por definição, nem relata processo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu posso entender que o senhor está dizendo que o senhor não tinha responsabilidade sobre essa situação perigosíssima que a Interbrazil representava para as empresas seguradas.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, a minha responsabilidade é legal na medida em que eu respondo pelo órgão. Os procedimentos internos obedecem a critérios previamente determinados, justamente para garantir que seja impessoal, que ele siga os ritos processuais adequados...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor está dizendo que os escalões de níveis inferiores não tiveram o procedimento correto na análise dos riscos que ele representava.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, tiveram, tiveram. É o seguinte: é um caso exemplar. Se analisar o histórico da Susep, o senhor vai ver, entre a identificação de uma situação problemática, a

identificação desses problemas todos, a materialização desta denúncia, a apreciação pela procuradoria e a apreciação da defesa, um ano para que isso ocorra é um prazo extremamente curto e razoável. Se V. Ex^a entender os processos administrativos, eles seguem ritos muito bem definidos. Não existe a possibilidade de acelerar ou segurar processos, porque eles...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor acha possível que a Interbrazil possa ter ficado tanto tempo assim – digamos – vulnerabilizando o sistema? O senhor está dizendo que, rapidamente, resolveram a questão, houve a intervenção, mas houve um longo tempo em que ela já estava em situação de exposição – digamos – do risco. Então, isso seria uma falha do sistema?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, a intervenção numa seguradora tem preceitos legais muito bem definidos, e esses preceitos seguem regras estabelecidas na lei. A intervenção da Susep...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, eu ouvi o senhor respondendo ao Senador César Borges sobre isso. Eu só quero saber se os mecanismos de monitoramento da Susep, então, apesar de o senhor ter implantado normas que seguiram recomendação internacional, não funcionaram com a Interbrazil.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eles funcionaram. Inclusive, um caso, um *case* muito importante para mostrar como é possível fazer-se a identificação de situações críticas e o processo de liquidação de modo rápido, mesmo com todos os obstáculos legais.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom. Então, eu vou entender que o senhor está dizendo que hoje nós podemos estar correndo o mesmo risco com outras empresas, porque, se a Interbrazil seguiu tudo certinho, foi monitorada de acordo com as regras e, mesmo assim, ela estava apresentando risco, hoje, o risco permanece o mesmo, ou o senhor adotou uma outra norma a partir de...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nós estamos há mais de um ano, um ano e meio ou dois anos, mudando os procedimentos na Susep, adequando-os às normas brasileiras para criar um sistema de monitoramento e acompanhamento de situações de risco nas seguradoras que tenha a possibilidade de ter elementos de previsão de crises.

Agora, Deputado, o senhor me desculpe o seguinte...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor admite que a Susep falhou no caso da Interbrazil?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em hipótese alguma. Não houve nenhum tipo de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O senhor me permite só dizer o seguinte? Quebra de seguradoras é uma coisa extremamente normal no mundo, extremamente normal. Deputado, sabe quantas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o senhor pode pedir um pouco de silêncio do pessoal aí atrás.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Eu peço para que possamos continuar com a arguição.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O senhor sabe quantos bancos quebraram nos Estados Unidos nos últimos seis anos? Oito mil bancos e mil seguradoras. Então, o sinistro quebra de seguradora faz parte do jogo; agora, o problema é que a legislação brasileira...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor concorda que estamos arriscados. Quer dizer a mesma coisa: o senhor diz que faz parte do jogo.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O risco faz parte da atividade. Uma instituição seguradora vir a quebrar faz parte, tanto é o seguinte: que a Susep mandou recomendar colocar em toda e qualquer apólice de seguro que ela não recomenda nenhum tipo de produto. E mais: fica muito claro no *site* da Susep que qualquer informação que venha a ser pedida diz respeito aos aspectos formais.

A avaliação de risco de cada um dos...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. René, o senhor acha que hoje tem alguma empresa – a Interbrazil já não está mais – que possa estar gerenciando contratos de seguros correspondentes a 70 mil vezes o seu capital?

Pode acontecer isso hoje?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, acho que é importante o senhor saber o seguinte: que a atividade de seguro envolve um nível de retenção pequeno e um nível de repasse de resseguro elevado. Então, se uma seguradora tem um volume de prêmios cedidos elevados, isso faz parte da própria atividade. Por quê? Porque ela praticamente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas é possível? A minha pergunta era só saber se isso é possível.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O nível de solvência...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque eu sei que há o resseguro, que isso pode ser repassado, eu conheço...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O nível de solvência é adequado para cada companhia. Inclusive, estamos agora mudando o processo normativo, de forma que, a partir do ano que vem, as seguradoras

brasileiras vão ter a sua base de capital adequada aos riscos tomados por elas, como efeito...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A partir do ano que vem, vai ser isso?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A partir do ano que vem. Por quê? Existem mudanças em procedimentos de capital da companhia. Então, hoje é o seguinte: existe risco no mercado? Existe. O órgão regulador não pode, sob hipótese alguma, comentar sobre situações de risco com empresa a, b ou c. Cabe ao mercado analisar o risco individual.

Seria um crime de nossa parte tecer comentários, sob qualquer hipótese, sobre qualquer situação econômica e financeira de empresa, e em qualquer informação pedida à Susep, a resposta será sempre a seguinte: não podemos informar, não podemos tecer comentário algum sobre a situação econômico-financeira de uma empresa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. René, quem assumiu...

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Peço que conclua, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou concluindo.

Quem assumiu os riscos das grandes empresas no lugar da Interbrazil? As grandes empresas que ela assegurava?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não sei. As apólices de seguro, aquelas que terminaram agora, houve licitação para uma outra empresa vir...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe? O senhor não sabe dizer?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, certamente, foi alguém que não tinha o mesmo perfil da Interbrazil em termos de...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, é bom saber o seguinte: a lei de licitação no Brasil não permite seja estabelecido qualquer corte no processo licitatório com relação a porte, tamanho de companhia, para assegurar o máximo de concorrência. Caso contrário, se estabelecêssemos – a minha responsabilidade era sobre as companhias – limites técnicos operacionais, o que ocorreria? Só as grandes companhias fariam participar da licitação. E qual a consequência disso? Que as práticas de preço seriam não concorrenciais.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Para encerrar, Sr. Presidente. Então, o senhor não admite que houve uma falha da Susep na questão da Interbrazil? Só sim ou não, por favor.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, Deputado, sinceramente. Não existe a possibilidade de

nenhuma imputação à Susep nesse processo, porque ela segue...Fico até extremamente tocado com isso, porque são funcionários de 20, 25 anos, 30 anos, que fazem isso na Susep. Nenhum funcionário da Susep que ocupa cargo de chefia...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. René, o Presidente da República, em uma entrevista, disse “eu assumo a responsabilidade de tudo aquilo que os outros abaixo de mim fizeram”. Eu não estou dizendo que os funcionários erraram. Eu quero saber se a Susep errou.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, porque eles exerceram as suas atividades, eles cumpriram a sua função de forma exemplar, e é bom que o senhor sabia que nenhum funcionário, nenhum chefe de departamento foi trazido por mim.

Todos são funcionários do quadro da casa, escolhidos por processo de qualificação pessoal; são aqueles que mais se destacaram. Eu não trouxe nenhum, não indiquei nenhum funcionário.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Depois do estouro da Interbrazil, o senhor também não demitiu ninguém, não mudou, não remanejou, não fez nenhuma mudança na...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi feita uma alteração na área de fiscalização, porque o funcionário que estava lá estava emocionalmente muito abatido...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, não foi pela falha?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi só por questões de saúde.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, ele pediu para ser trocado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço ao Deputado Silvio Torres.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian, Sub-Relator desta Comissão.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho duas considerações. Uma é em relação a esse episódio, e a outra sobre algumas notícias plantadas na imprensa que não correspondem à realidade, mas vou, neste momento, ater-me à situação da Sub-Relatoria do IRB.

Veja só, Sr. Presidente: quando lemos um relatório preliminar, que não foi nem um relatório – até demos como justificativa de requerimentos –, listamos vários assuntos já trabalhados e investigados por esta sub-comissão até o presente momento.

Solicitei a atenção da Mesa Diretora desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que, para que pudéssemos ter uma produção, aguardássemos primeiro os dados da transferência de sigilo fiscal, telefônico e patrimonial, para que pudéssemos cruzar os dados.

Sr. Presidente, poderia pedir silêncio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Peço silêncio, por gentileza, aos presentes.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Para que pudéssemos cruzar os dados e, posteriormente, do cruzamento desses dados, fizéssemos realmente a convocação para os depoimentos que foram apresentados.

Por quê, Sr. Presidente? Para não termos respostas evasivas e, logo após, confirmados alguns dados através da imprensa. Então, considero a convocação de hoje, do superintendente da Susep e também das outras pessoas que foram convocadas e não compareceram, um pouco precipitada, e isso em nada vai colaborar com esta Sub-Relatoria, que está imbuída de um trabalho de realmente trazer para a população brasileira os fatos que ocorrem.

Talvez por negligência, talvez por malversação do Erário público, talvez até mesmo por atos delituosos, mas também pode ser o mau uso, a má formação, a má estrutura do órgão público... Talvez, as normas internas não sejam adequadas, sendo necessária, no final, até uma readequação administrativa para uma prestação melhor de serviços à população.

Aqui, vimos o Senador César Borges falar sobre o contêiner; supostamente, um fiscal da Susep teria ido e, no outro dia, sumiu esse contêiner com os documentos da Interbrazil.

Aqui também fala sobre os documentos da Interbrazil.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Só pediria que fosse marcado o tempo do Deputado para controle da Mesa, por favor.

Eu pediria o controle de tempo, por favor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – E que fosse pelo menos a média das pessoas que já falaram.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sim, 15 minutos, por favor.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – E que há referência a apreensões dos computadores em Goiânia e em São Paulo da empresa Interbrazil.

Bom, esses documentos estão na Polícia Federal, e está na 6ª Vara Criminal de São Paulo sobre o sigilo e segredo de Justiça. Amanhã, Sr. Presidente, entraremos com um requerimento de transferência desse sigilo e cópias dessas buscas e apreensões, para que possamos melhor fazer essas investigações. Enfim

– volto a dizer –, foi prematura a convocação, e eu me resguardo a toda esta Comissão em representar um ato convocatório se o superintendente da Susep e as pessoas que foram convocadas vierem a ser de novo convocados. Dentro das investigações, precisamos buscar novos fatos.

Sr. Presidente, só farei uma pergunta ao Dr. René, que é o superintendente da Susep, porque, de todos os questionamentos feitos, é o que nós temos informações: são notícias veiculadas pela imprensa e coisas nesse sentido.

Já é de conhecimento, pelo menos interpretação de alguns Senadores e Deputados, que a Susep demorou a intervir na Interbrazil. A pergunta é: nós temos conhecimento hoje de que uma seguradora chamada Nobre também está indo pelo mesmo caminho da Interbrazil. Então, eu gostaria de saber se isso é **fumus boni iuris**, uma fumaça do bom direito, que todos já estão sabendo. A Susep já tomou alguma providência ou está tomando alguma providência nesse sentido? Se não for, já vai o nosso alerta, de que não temos o poder de fiscalizar nem de intervir nas seguradoras, mas já é um fato para o senhor analisar.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É só isso? Mais alguma coisa?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Só essa.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Deputado, a Susep não pode emitir nenhum tipo de opinião sobre seguradoras; ela age nos seus atos e nos procedimentos internos. Qualquer comentário sobre processo de investigação e de fiscalização numa seguradora seria crime de minha parte; eu não poderia quebrar o sigilo das investigações. Mas eu posso-lhe dizer que nós estamos monitorando o sistema, nós estamos acompanhando todos os procedimentos em todas as seguradoras que operam no ramo no Brasil. Nós temos um monitoramento *on line* e temos também um monitoramento verificado pela fiscalização, e esse monitoramento identifica situações críticas e nos leva a adotar procedimentos. Inclusive é crime, previsto na lei, emitir opinião sobre uma seguradora ou um banco que, de alguma forma, possa contribuir para essa seguradora vir a ter problemas. Então, eu não poderia, neste momento, tecer qualquer tipo de comentário a respeito de qualquer entidade fiscalizada.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para esse segundo tópico da minha palavra. A imprensa tem divulgado alguns comentários a respeito do trabalho deste Sub-Relator em relação ao IRB, e questionado alguns requerimentos que tenho feito também

na área de outra Sub-Relatoria. Essa situação foi mal interpretada pela imprensa, porque, na verdade, eu não sou membro somente da Sub-Relatoria; sou membro da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito e foi-me atribuída a responsabilidade de Sub-Relator. Por isso, estamos trabalhando em todas as áreas concernentes ao foco de fiscalização e de apuração da CPMI.

Na página 24, no domingo, dia 30 de outubro, no jornal **O Globo**, o colunista Anselmo Góes, fez o seguinte comentário:

Caixa preta. Dois Deputados, Eduardo Cunha e Carlos Willian, ambos ligados a Garotinho, procuraram o Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos Correios, e ameaçaram entrar na Justiça caso seja quebrado o sigilo da Prece (Fundo de Pensões dos Funcionários da Cedae e Companhia Estadual de Água do Rio de Janeiro).

Nós realmente, Sr. Presidente, tivemos uma reunião com o Presidente, não para tratar do assunto especificamente da forma em que está colocado na imprensa. Nós viemos e eu, particularmente, presenciei a reunião – fui um dos que provocou a reunião –, preocupado com o bom andamento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Primeiro, porque acredito – e tenho certeza – que os requerimentos referentes aos fundos de pensão aqui aprovados são todos apenas com uma condição de representação. A forma em que foi apresentada a justificativa é a mesma.

Segundo, Sr. Presidente: alguns fundos de pensão não foram convocados, e são fundos de pensão e alguns doleiros que todos sabem que tiveram comprometimento com o Banco Santos e outros bancos e que, talvez, por um esquecimento do Sub-Relator desta matéria ou por falta de informação, eles não foram convocados nesta Comissão.

Então, para subsidiar este trabalho e trazer a verdade a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu fiz também alguns requerimentos que vão ser discutidos e votados neste plenário.

A conversa que nós tivemos com o Presidente, Senador Delcídio Amaral, foi nos seguintes termos:

Sr. Presidente, nós estamos caminhando para fazer requerimentos a empresas - e nós não temos competência para isso. Ademais, existe possibilidade de essas empresas entrarem na Justiça, conseguirem um mandado de segurança e virem, talvez, a desmoralizar o nosso trabalho, colocando em dúvida o nosso trabalho. Então, nós devemos analisar melhor os requerimentos que nós possamos apresentar a esta Comissão, para que o Poder Judiciário não faça intervenção aqui, como está fazendo na Câmara dos Deputados, na cassação de alguns Deputados, que já é público e notório, das suas responsabilidades e

que deverão ser cassados. Deverão ser excluídos desta Casa, para podermos passar essa página suja da história do Brasil, com relação a esses Parlamentares que estão inundando a trajetória de todos os políticos honestos que há nesta Casa e que estão cumprindo o seu trabalho.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de, lamentavelmente, comunicar a V. Ex^a que o primeiro mandado de segurança já foi expedido e eu faço a leitura dentro dos minutos que ainda me restam:

Impetrante: Prece – Previdência Complementar
Advogado: Sr. Antonio Nabor

Impetrado: Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Mista

Decisão: Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Prece – Previdência Complementar contra a aprovação de Requerimento nº 1.143, de 2005, de transferências dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da impetrante, bem como seus objetivos, fundos de investimentos exclusivos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito formada para investigar causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos da Empresa Brasileira de Correios, denominada CPMI dos Correios.

Aduz a impetrante, entidade fechada de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Sedae, ser uma CPMI incompetente para promover a quebra dos sigilos da entidade vinculada de sociedade.

Foi isso que eu alertei ao nobre Presidente, Delcídio Amaral.

Adstrito ao controle sobre atos do Poder Executivo Federal e da Constituição Federal e os princípios constitucionais.

Alega também ser o ato atacado desprovido da imprescindível e adequada fundamentação, pois, assim como o requerimento por ele acolhido, não teria indicado qualquer irregularidade ou ilicitude que, em concreto, se pudesse atribuir à impetrante ou a qualquer de seus dirigentes em ordem a justificar a invasão de sua intimidade ou privacidade e, muito menos, qualquer irregularidade ou ilicitude relacionada com o objeto da investigação.

Sustenta ademais que, apesar de o pedido estar limitado à quebra de sigilo bancário da impetrante, se aprovou genericamente o requerimento, tendo-se em vista a ementa do mesmo, o que resultará na inserção dos sigilos fiscais e telefônicos. Daí o pedido de liminar para que suspenda a eficácia do impugnado.

Sr. Presidente, esta é a decisão.

O Sr. Ministro decide: a justificativa do requerimento é o interesse da sociedade brasileira em exercer constante vigilância no uso dos recursos oriundos dos fundos de pensão vinculados às empresas estatais

em virtude de contarem com a participação societária dessas entidades.

Lê-se ainda na justificação:

Análises desenvolvidas no âmbito desta CPMI vêm demonstrando prejuízos visíveis para os fundos de pensão quando da realização das operações financeiras. No que toca à transferência de sigilo dos fundos de investimentos exclusivos das entidades privadas de previdência complementar, pelo fato de eles serem uma comunhão de recursos constituídos sob a forma de domínio para receberem as aplicações exclusivamente de um único cotista, devem também ser incluídos nas investigações em curso.

Por isso, visando dar maior transparência à atuação dos fundos de pensão no mercado financeiro brasileiro, que conta com a participação de recursos públicos, cumpro sejam esclarecidas as mencionadas operações, razão pela qual solicitamos a quebra de sigilo bancário objeto deste requerimento.

Segundo diz o Ministro:

Não é demais lembrar que a Constituição, no seu art. 58, § 3º conferiu à CPMI os poderes de investigação próprio das autoridades judiciais. A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico possui natureza probatória e se compreende no âmbito dos poderes de instrução do juiz, que a letra do art. 58, § 3º da Constituição faz extensíveis às comissões parlamentares de inquérito.

A questão, porém, não é assim tão singela conforme acentue no referido parágrafo. É indubitoso que ao poder instrutório das CPIs não se aplicam as mesmas limitações materiais e formais oponíveis ao poder instrutório dos órgãos judiciais. Limitação relevantíssima dos poderes de decisão do juiz e a exigência de motivação, hoje com hierarquia constitucional explícita. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

A existência cresce em torno quando se trata como uma espécie de juízo [estou terminando, Sr. Presidente] de ponderação à luz do princípio da proporcionalidade entre os interesses públicos na produção de prova visando as garantias constitucionais de sigilo de privacidade por elas necessariamente comprometidas.

De resto, se cogita que a CPMI, à escrupulosa observância do imperativo constitucional da motivação, serve ainda a viabilizar do imperativo controle judicial de conter essa medida nos limites materiais da legitimidade da ação à comissão em particular os derivados de sua permanência, fato a fato determinados que lhes demarcam as investigações.

De tudo, defiro a liminar para que a autoridade coatora, CPMI, até a decisão definitiva do mandado de segurança, suste de imediato com relação à impetrante os efeitos do ato questionado, supostamente aqueles das requisições já expedidas, assim como que para preserve o sigilo dos dados até agora obtidos.

Brasília, 8 de novembro, de 2005, Ministro Sepúlveda Pertence, Relator.

Então, Sr. Presidente, quero mostrar o seguinte. A minha intenção, que foi mal interpretada pelo jornalista, a quem não condeno, porque a imprensa tem sido um braço desta CPMI e de todo o Congresso Nacional na divulgação de fatos a todos os brasileiros e de fatos inéditos imediatamente, foi apenas a de alertar o Sr. Presidente de que os requerimentos aqui apresentados deverão ser mais embasados, dentro de realmente fatos delituosos, para que não tenhamos aqui, em vista do bom andamento desta Comissão, a intervenção do Poder Judiciário, que também faz parte da democracia brasileira, mas que, para nós, lamentavelmente, para mim, principalmente como anunciante dessa medida cautelar, desse mandado de segurança, sustando todas as investigações e pedindo para que se mantenham em sigilo total os dados até agora obtidos, para mim é com muita tristeza.

Senadora Ideli, faço um chamamento a V. Ex^a, como representante do Governo e da Bancada, para que façamos e analisemos esses requerimentos com mais tranqüilidade, com mais discussão; e não o façamos de forma premeditada e da forma como foram feitos os outros requerimentos na vez passada, de uma forma corrida, para que haja esse tipo de intervenção.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e passo a mão de V. Ex^a a cópia dessa decisão judicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço-lhe, Deputado Carlos Willian. Será juntado, evidentemente, aos autos o documento. Creio que já deve ter sido cientificado ao Presidente desta Comissão essa decisão judicial.

Tem a palavra nossa última inscrita, a nobre Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria fazer uma solicitação a V. Ex^a, porque, inclusive a oitiva do Sr. René, aqui, hoje, se deve a toda a polêmica levantada sobre a Interbrazil, que vai desde a vinculação da investigação com relação ao IRB, mas que também tem a ver com o fato de terem sido divulgadas notícias de financiamentos legais ou ilegais, lícitos ou ilícitos para campanhas eleitorais.

Quando o Sr. André Marques esteve nesta CPMI, ele, no seu depoimento, apresentou – e aqui estou com

notícias que saíram, em seguida, no **Estado de S. Paulo**, em **O Globo**, em que ele falou, na sua explanação, que havia feito contribuições de campanhas em 2004. E listou os partidos. Inclusive, isso foi bastante reprimado, porque ele falou dos partidos e mencionou os Estados onde ele teria feito essas contribuições. Então, no **Estado de S. Paulo**, por exemplo, a reportagem diz: “Candidatos do PT, do PSDB, do PFL, do PL, do PSB, do PSC e do PMDB de seis Estados”; em **O Globo**, a matéria diz que ele teria contribuído com bandeiras, materiais gráficos para candidatos do PSDB, do PFL, do PSC, do PL, do PSB e do PMDB.

E ele assegurou, ele negou – porque, inclusive, fui eu quem fiz essa pergunta – que tivesse feito contribuições em outras campanhas; que ele só fez em 2004, só para esses partidos, só nesses Estados. E ficou de nos entregar a lista. Ele se comprometeu, de público, a entregar a lista. A informação que tenho é que essa lista com os candidatos, o volume, quais foram os recursos, até hoje não chegou à CPMI.

Portanto, tenho, inclusive, requerimento para reunião administrativa, mas acho de fundamental importância que possamos acessar essa lista, até para que possamos aprofundar essa discussão da história da Interbrazil sob essa ótica de financiadora de campanhas.

Na reportagem do **Estado de S. Paulo**, do dia 8/10, ele diz inclusive que o Amazonas não foi citado por Marques, no seu depoimento, e diz: “Em 2002, a Interbrazil destinou legalmente três mil ao Senador Romeu Tuma, do PFL, integrante da CPI”.

Então, se essa contribuição legal – estou aqui apresentando de forma muito clara – foi efetivamente feita, e aí a declaração das contribuições do Senador Romeu Tuma junto ao Tribunal Superior Eleitoral podem confirmar ou não, além de ele não ter cumprido o compromisso de apresentar aqui a lista de todos os partidos aos quais ele disse que só fez contribuições em 2004, se tiver efetivamente a confirmação desta contribuição legal, que o jornal **O Estado de S. Paulo** afirma, ele inclusive mentiu, porque aí a Interbrazil deve ter feito contribuições legais, como essa daqui, se confirmada, ou outras anteriormente.

Então, eu queria pedir a V. Ex^a que tomasse as providências para que pudéssemos ter, de uma vez por todas, a confirmação da chegada ou não e da importância desta lista chegar aqui à CPMI e de podermos confrontar as contradições que existem entre o que ele falou e o que a imprensa divulgou.

Fazendo perguntas ao Sr. René.

Sr. René, o senhor está desde quando na...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Desde o dia 7 de abril de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desde 7 de abril de 2003.

A Interbrazil, que é o motivo da nossa oitiva de debate, pelas informações que temos, tem problemas. Até vou ler um trecho do **Valor Econômico**: “A empresa vinha acumulando irregularidades desde o ano 2000, com conhecimento da Susep, que, no entanto, só decretou a liquidação extrajudicial da companhia em agosto passado, em meio a denúncias do envolvimento da Interbrazil no escândalo do mensalão”.

Há outro trecho aqui...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – O que está errado. A decretação não se deu por denúncia. Não tem nada a ver.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. O senhor pode até esclarecer, mas o que quero ressaltar é que a Interbrazil vinha acumulando irregularidades desde o ano de 2000. Quero completar ainda mais um pouquinho.

A outra questão que está no noticiário – inclusive isso é colocado como decorrência de uma entrevista que o senhor deu ao **Valor Econômico**, no dia 13 de outubro: “Com relação à Interbrazil, ela acumula 60 processos contra empresa em andamento no órgão”.

Então, eu queria que o senhor me confirmasse se realmente havia processos, ou seja, se a Interbrazil estava sob suspeita desde 2000, como diz o **Valor Econômico**, se realmente tem esse 60 ou desde quando esses processos e por que demorou tanto a intervenção.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senadora, é muito boa a sua pergunta, porque ela permite que se esclareça, de forma clara e objetiva, os procedimentos de fiscalização de um órgão regulador.

Primeiro, o processo de decretação de liquidação judicial de uma empresa obedece a preceitos legais muito bem definidos na lei, com risco de que se não forem obedecidos exatamente os preceitos, ou seja, que haja situação econômico-financeira da empresa com patrimônio negativo, que haja exaustivo processo legal, que seja assegurado direito de defesa às partes envolvidas em todo o processo, que seja assegurada a possibilidade de um plano de adequação. Por quê? Porque a lei diz o seguinte: o objetivo principal do supervisor não é destruir o capital.

Como V. Ex^a sabe, a intervenção de um Estado numa empresa é um ato de destruição patrimonial; não é uma punição, é a exaustão da empresa. Então, ele tem que ser feito dentro de procedimentos muito rígidos, com o risco de que, como acabou de colocar o nosso deputado Carlos Willian, haja ação judicial que venha a contestar as ações da autarquia ou do supervisor.

Então, os procedimentos seguem preceitos legais muito bem definidos, por meio de preceitos legais e constitucionais. E mais: sabemos que quanto mais contestado judicialmente for um órgão regulador, mais fraco ele é. Então, o primeiro preceito dele e o fundamental é que ele tem de seguir os preceitos legais dando exaustivos prazos para a defesa da instituição.

Então, é muito bom isso porque a empresa...conversei três horas com a jornalista sobre esta matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, é uma reportagem bastante longa.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Dei todos os elementos necessários. Existem dois tipos de irregularidades potenciais numa seguradora: aquelas associadas à questão da materialidade de denúncias sobre procedimentos relativos ao não-pagamento de sinistro por parte da seguradora, com eventuais consumidores que se sentem lesados, entendendo que as suas demandas ou a sua apólice de seguro cobria determinado tipo de seguro; e, quando ocorreu o sinistro, a seguradora entende que, por um motivo qualquer, aquele sinistro não está coberto. Isso faz parte dos litígios normais dentro do processo.

O que ocorreu? Os processos de 2000, 2001 e 2002, com relação à Interbrazil, em sua grande maioria, são processos associados à reclamação de consumidores que tinham o pagamento de sinistro negado por conta de entendimento da empresa. Sessenta processos é muita coisa? Senadora, dentro do nosso aspecto, 60 processos fazem parte da quantidade, até porque a materialidade do processo administrativo é bastante penosa para a companhia. Vamos supor: um sinistro de R\$5.000,00, R\$6.000,00 ou R\$12.000,00 por parte de uma seguradora que não pague ao seu cliente, seja porque entende que a cláusula não previa aquilo ali, seja porque o documento está incorreto. A multa aplicada pela Susep é de R\$64.000,00 na reincidência. Para se ter uma idéia, quando este Governo assumiu, no ano anterior, haviam sido aplicados R\$9 milhões de multa nas seguradoras. No ano seguinte, foram R\$24 milhões; no ano seguinte, R\$46 milhões de multas por atraso no pagamento de sinistros, reclamações...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixe-me anotar os dados que o senhor me passou.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – No ano de 2002, foram aplicados R\$9 milhões de multa em seguradoras; em 2003, R\$23 milhões ou R\$24 milhões; no ano de 2004, foram R\$42 milhões e, este ano, deve chegar a R\$48 milhões. São quase R\$100 milhões de multa em três anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse aumento se deve a um número maior de multas ou à majoração do valor da multa?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, senhora. Deve-se à velocidade dos processos administrativos dentro da Susep.

Quando chegamos, identificamos falhas nos procedimentos. Eram falhas por quê? Porque a legislação e as normas anteriores criavam uma série de lacunas dentro do processo de julgamento. Mudamos esses procedimentos e aceleramos. Julgamos cerca de seis mil processos nos últimos dois anos para dar celeridade, porque é muito importante que o julgamento de um processo administrativo se dê perto do fato gerador, para justamente haver a capacidade punitiva.

O que ocorreu? No ano de 2001 e 2002, ocorreram reclamações aos consumidores e foram todas punidas com relação à seguradora. Agora, isso não é o motivo de intervenção nem de liquidação de uma empresa. Isso é motivo de uma multa e de uma representação contra a companhia, como, no caso de reincidência, ficar comprovado má gestão, má administração, prática dos administradores, podendo haver uma multa com relação à pessoa física dele; e temos instrumentos para isso.

Agora, os procedimentos de 2002, 2003 e 2004, que levaram a empresa à liquidação, estão associados com práticas de emissão de apólice de resseguro sem cobertura de apólice de resseguro. E esses procedimentos ensinaram uma série de processos da Susep.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A intervenção começou em 2002?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Em 2002.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E levou quase quatro anos; 2002, 2003, 2004 e só agora que saiu...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Nos processos de 2002, foram aplicadas multas em 2004; nos de 2003, em 2004; ou seja, vão acumulando, porque existe o direito de defesa da seguradora. É assegurado a ela que possa se manifestar livremente dentro do processo, existem os graus de recursos e existe a possibilidade de recurso ao conselho de recurso do sistema de seguros. O procedimento segue exatamente os preceitos legais de tribunais de justiça.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixe-me entender: o processo que acabou gerando...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Os processos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...a intervenção, agora, de 2005 iniciaram em 2002.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É o somatório de ações, somatório de processos levaram a que, em 2004, fosse decretada a fiscalização especial na companhia, fosse decretada a suspensão da atuação

da seguradora no ramo de seguro-garantia, que é uma modalidade de seguro, e que levaram à decretação da direção fiscal ano de 2005 e à sua liquidação. É o somatório, são as práticas que levam, e não um fato isolado que vai ocorrer. Eu vou responder a ação judicial, a União vai responder por perdas e danos. Não existe base legal. É como o Deputado acabou de colocar. A Justiça age de forma imediata. Em qualquer processo que tenha vício, que tenha alguma deterioração das relações de defesa, há intervenção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixe-me entender: como o senhor disse que foi um cumulativo, foram processos que se foram acumulando, que acabou gerando esse procedimento mais contundente, que é diferente da questão lá dos usuários.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Claro, claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É outra coisa. Em 2002, o que foi provocou isso? Qual foi o fato gerador do de 2002? O senhor teria como nos passar assim, dessa forma também bem didática? Qual foi o fato gerador de 2002, 2003, 2004?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi uma série de processos – teria que abrir cada um deles, está certo? –, foi uma série de processos, mas os fatos determinantes levam à fiscalização por conta das operações de insuficiência de resseguro em apólices em 2003, denunciadas pelo IRB em 2004, e a insuficiência de reservas, ou seja, a quantidade de numerário, de dinheiro em espécie para fazer frente aos riscos...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim, tudo bem, eu entendi isso, mas, por exemplo, a Interbrazil trabalhou com resseguros de órgãos públicos estaduais e federais, certo? Então, eu queria tentar pelo menos, porque assim, para nós aqui, o fundamental da nossa investigação é essa questão de órgãos públicos, de desvio de recurso público.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – E o seu ponto específico é por que ela ganhou essas licitações?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não, porque o senhor disse que isso é decorrência de ela não ter tido as garantias adequadas, etc. Teve denúncia em 2002, em 2003, em 2004.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É, mas todos esses são objetos de investigação e de apuração, e a pena por isso é uma pena prevista na norma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu sei, só acho que o senhor não entendeu o que estou perguntando. Essa descoberta de que ela não procedeu adequadamente, que as apólices não estavam adequadas, que ela não tinha a capacidade de fazer aquele

aporte, aquela garantia, isso se deu em que situação concreta? Foi no resseguro do quê?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ah, de uma série de apólices que já estão elencadas nos processos, principalmente a apólice ligada à Triângulo do Sol, que é de conhecimento público, as apólices relacionadas à Celg e que as três apólices que elas tiveram decisão judicial para fazer a colocação no Exterior, e, posteriormente, a deterioração do quadro de reservas da companhia, que começou a deteriorar econômica e financeiramente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Celg é a Companhia...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – A Celg é a Companhia de Energia Elétrica de Goiás.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Elétrica de Goiás, que é um contrato antigo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É uma licitação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É uma licitação, mas é antigo. O senhor sabe a época?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não sei lhe dizer qual é a época.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabe a época, mas isso nos temos. A Triângulo do Sol é o quê?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Triângulo do Sol é uma concessionária rodoviária.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é federal, estadual?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não, é um ente privado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É um ente privado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É um ente privado e atua em qual Estado? O senhor sabe?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É São Paulo, não é? É São Paulo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Triângulo do Sol é São Paulo. É em rodovias federais ou estaduais?

O SR. – Ela presta serviço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Eduardo Cardozo, o advogado pode complementar?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ele é o procurador-geral da Susep.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Por favor, excepcionalmente, mas em especial deferência à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ela presta serviço de concessionária rodoviária.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E isso aqui também é antigo, é novo?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É 2003. Triângulo do Sol é 2003; Celg é anterior a 2003.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – É 2002, 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque acho de fundamental importância a gente poder detectar, Deputado Eduardo Cardozo, as irregularidades constatadas, que acabaram gerando... É claro que, depois de um processo, dois processos, três processos, vai deteriorando a...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Ou seja, é a situação continuada de deterioração e a perda de capacidade econômica e financeira; é somente isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que acabou culminando com esse procedimento de agosto.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – E um procedimento... Do ponto de vista formal, Senadora, levar um ano, um ano e meio entre detectar uma situação e liquidar a empresa segue exatamente os procedimentos formais e legais objetivos. Qualquer tipo de intervenção que ocorra em uma fase que acelere esse processo, primeiro, é passível de ação judicial, é passível de nulidade e de reversão da situação. Qualquer especialista no assunto vai explicar dessa forma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quantas intervenções a Susep fez durante a sua gestão? Foi só a Interbrazil ou teve outras?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – De liquidação?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Foi ela e uma outra seguradora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor pode dizer?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Seguradora Absoluta, que estava no regime de direção fiscal desde 2002, anterior a minha assunção e que acabou...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, processos, digamos assim, contundentes, que são de intervenção e tal, foram dois apenas?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Porque o seguinte... Porque a lei diz o seguinte: que o objetivo principal é tentar preservar a companhia. Então, decreta-se a direção fiscal da companhia e há um plano de adequação. Frustrado o plano de adequação e a possibilidade de a companhia ter alguma sobrevivência é que se decreta a liquidação, confirmado que existe a exaustão dos ativos da companhia. Caso contrário, não existe base legal para a intervenção.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ontem, fiz um pronunciamento no plenário do Senado, colocando que além de a gente aprofundar as investigações, descobrir os responsáveis e poder encaminhar os processos ao Ministério Público para indiciamento e julgamento, as CPIs também deveriam ater-se à questão de mudanças na estrutura, na fiscalização, na legislação.

Nessa reportagem que V. S^a fez ao valor econômico, chamou-me muito a atenção que o senhor coloca assim: “O Superintendente da Susep, Renê Garcia, descarta a influência política no processo e culpa a legislação, que favorece empresários com amplos direitos de defesa em detrimento do órgão regulador, que não dispõe de instrumentos básicos para agir, como acesso a sigilo bancário e fiscal. Segundo Garcia, a Susep mantinha a fiscalização sistemática sobre a Interbrazil há dois anos.

Lá mais à frente, o senhor diz assim: “Há seguradores sob a intervenção da Susep desde 66 e 70, como é o caso da Uranus e Cia., da Interunion Capitalização e da International, do investidor Naji Nahas. São processos que se arrastam desde o fim dos anos 90.”.

Há outra declaração dita pelo senhor: “A lei brasileira estabelece critérios muito rígidos para o processo. Os casos mais antigos são os mais difíceis. Nos casos mais novos, já conseguimos reduzir esse prazo entre decretar a liquidação e levá-la à falência para um ano e pouco”, afirmou Garcia em entrevista ao **Valor**.

Mais para a frente, o senhor reclama, ainda da história que “o Banco Central, que supervisiona e fiscaliza o sistema bancário, conseguiu, ao longo do tempo, prerrogativas que a Susep não obteve. Um exemplo é o acesso, na fase de supervisão, à movimentação bancária e fiscal das instituições financeiras, inclusive a supervisão de recursos que transitam entre empresas do mesmo grupo empresarial, o que é proibido no caso de bancos. A Susep só consegue acesso à movimentação de ativos entre empresas do mesmo grupo na fase de liquidação, ou seja, não tem uma ação preventiva. Em apenas uma das empresas em liquidação, a Geplan, a Susep conseguiu estender a liquidação da empresa para todas as coligadas e controladas do grupo. Entendemos que estava havendo um problema de “comunicação” entre eles, então estendemos o regime de liquidação para as outras empresas.”.

Então, eu queria aproveitar sua vinda. Como o senhor colocou, conseguiu aumentar a velocidade dos processos, o volume de multas e tal. O senhor teria sugestões a apresentar de como precisaríamos proce-

der em termos de alteração de legislação para que a fiscalização e a supervisão das corretoras pudessem ser feitas de forma mais rápida?

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senadora, tenho uma lista enorme de sugestões. É, inclusive, objeto de um trabalho acadêmico feito por mim no ano de 2001, no qual fiz um diagnóstico da situação do mercado de seguros e de previdência no Brasil, alertando para as falhas processuais e as falhas de legislação.

Isso é muito importante porque no momento em que é decretada a liquidação extra-judicial de uma companhia, tem início todo um novo círculo de relação com o Estado, que se responsabiliza por aquela guarda e pela gestão daqueles ativos da massa em liquidação.

Esses processos que estão aí relatados demonstram bem a nossa dificuldade, Senadora, de lidar com o problema. Por exemplo, o caso da seguradora Uranus tem 40 anos. Sabe por que, Senadora? Vou dar-lhe um exemplo. Existia uma lei, no passado, na década de 50, que dizia que para toda e qualquer transação de serviço ou comercial haveria necessidade de um selo. Esse selo era comprado nas entidades e era colocado nas apólices. Essa instituição veio a ser liquidada há 40 anos e existe uma pendência judicial sobre o valor efetivo da quantidade de selos que era objeto das apólices. Existe uma ação judicial há 56 anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Barbaridade!

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Essa ação judicial está... O Ministério Público já se manifestou há alguns anos pela prescrição, só que o Judiciário não define o regime. Se definir e aceitar a tese do Ministério Público e a nossa tese de que já houve a prescrição, imediatamente haverá a extinção do processo. E mais, quando uma empresa declara liquidação extrajudicial, começa a aparecer uma série de ações judiciais movida por vários interesses, sejam interesses trabalhistas, previdenciários, fiscais, que vão tornando o processo uma colcha de retalhos extremamente difícil. O mais complexo, ainda, é que, hoje, a legislação brasileira permite que haja a substituição da entidade jurídica de um ente participante dentro do sistema para a substituição e a responsabilidade jurídica. Então, temos casos, como relatei nessa matéria, em que uma empresa que estava aqui, pertencente a uma controlada de um *holding* de uma empresa em liquidação, teve sua dívida fiscal transferida para a empresa em liquidação e moveu um processo. O processo parou. Então, entre iniciar um processo de liquidação e ter-

miná-lo, a quantidade de ações judiciais que vão se cruzando torna o sistema praticamente impossível. Por isso, temos que mudar totalmente o conceito, adotar procedimentos como os que são utilizados em outros países do mundo: não só permitir a transferência de carteiras das seguradoras, criar os fundos de garanti-dores, que são entes que, de alguma forma, acabam limitando a atuação do Estado. Se possível, defendo a tese de que o Estado só deve decretar a liquidação de uma instituição seguradora ou de banco se ouvir o Judiciário. Ouça o Judiciário, apresente as razões e, uma vez que tenha consciência, ele define. Isso livra muito a possibilidade de o Estado, posteriormente, sofrer contestações judiciais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E ficar 50 anos com um processo judicial.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Cinquenta anos com a coisa, está certo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, conclui. Quero apenas fazer uma solicitação ao Sr. Renê. Já que ele declarou que tem vários estudos e várias propostas...

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Todos estão sendo objeto, Senadora, de uma apreciação no Ministério da Fazenda. Estamos preparando um texto com o Deputado...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se o senhor pudesse, também, nos encaminhar... Porque acho que poderíamos fazer, em termos de CPI, uma avaliação e poderemos até, de repente, incorporar alguma proposta legislativa conveniente, que sairia com o peso de recomendação, de tramitação no Congresso, na própria CPMI.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exato. Estamos trabalhando em um projeto de lei que seria o novo ordenamento jurídico do sistema de seguros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Em relação à questão preliminarmente suscitada pela Senadora, ela é relevante e oportuna. Não são poucos os casos, nas CPIs, em que os depoentes têm comparecido e dito que entregarão documentos. Depois, não comparecem para entregá-los. Creio que temos que agir com o máximo rigor, nesse caso.

Vou encaminhar a questão de V. Ex^a ao Deputado Eduardo Paes, que tem uma atuação interna na Comissão Parlamentar de Inquérito, para que faça a cobrança imediata dessa documentação ao depoente citado por V. Ex^a.

Caso não exista entrega imediata, sugiro que a Senadora, amanhã mesmo, apresente um requerimento de nova convocação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tenho um requerimento da exigência dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sim, como é uma lista que talvez não exista, então talvez seja melhor uma nova convocação, sem prejuízo. Pediríamos a abertura até de um inquérito policial e enquadramento em falso testemunho, uma vez que a omissão qualifica esse delito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive, Deputado Eduardo Cardozo, tendo em vista a matéria do **Estadão** de que houve contribuição legal para a campanha do Senador Romeu Tuma em 2002, deveríamos já confrontar isso, porque se houve a doação legal, ele mentiu, aqui, descaradamente. Ele disse que, antes de 2004, ele não tinha feito – nem ele, nem a Interbrazil -, contribuição para a campanha de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Vou falar com o Deputado Eduardo Paes e transmitir-lhe a questão suscitada por V. Ex^a. Creio que devemos tratar com o máximo rigor a questão administrativa.

Depoente que se compromete a trazer, voluntariamente, documento e não traz, evidentemente, está tentando se furtar à autoridade dessa investigação parlamentar e o Parlamento brasileiro não pode admitir situações desse tipo. Temos que agir com o máximo rigor, inclusive, se for o caso, convocando novamente para que preste esclarecimentos e, claro, com o devido enquadramento criminal daqueles que agem dessa forma.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, não teremos mais depoimentos na reunião plenária desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

À tarde, teremos o funcionamento normal das Sub-relatorias, que têm depoimentos marcados. Teremos, já às 14h, nesta sala, os depoimentos da Sub-relatoria de Licitação e Contratos. Serão realizados nesta sala.

Agradeço ao depoente o comparecimento, bem como ao seu advogado.

Declaro, então, encerrada a presente reunião, informando, portanto, que, às 14h, terá início nesta sala as oitivas da Sub-Relatoria de Licitação e Contratos. Não será na sala seis. Será nesta sala.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 46ª Reunião, realizada em 10/11/2005.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e dez minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Valdir Raupp, Íris Araújo, Jefferson Peres, Heloisa Helena, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa e os Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onix Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, Dr. Rosinha, José Eduardo Cardozo, Silvio Torres, Medeiros e Geraldo Thadeu reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A presidência informa que a Deputada Juíza Denise Frossard não compareceu à reunião porque está de licença médica. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à votação de requerimentos e à apresentação de Relatório prévio de Movimentação Financeira. Em seguida a Presidência passa a palavra ao Sub-Relator Deputado Gustavo Fruet, que apresentou o Relatório fazendo a leitura do referido. Foi solicitado o pedido de vista pelo Deputado Pompeo de Mattos, o qual foi acatado pelos senhores parlamentares e a seguir passa-se a palavra ao Relator Deputado Osmar Serraglio para a apreciação dos seguintes **Requerimentos**: que foram prejudicados, 967 de autoria da Sen. Ideli Salvatti e outros, requisitando cópia do processo nº 2005.38.00.010777-4, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 988 de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos nºs 953, 954 e 955, 989, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos nºs 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964 e 965.-

quebra de sigilos. 990 de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos nºs 974, 975, 976, 977, 979, 980, 981 e 982 – quebra de sigilos, 994 de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação do requerimento 978, 995, de autoria do Deputado Eduardo Paes, requisitando preferência para votação dos requerimentos 945, 946, 947, 948 e 949; 996 de autoria do Deputado Silvio Torres, requisitando preferência para votação dos requerimentos 858 e 875. 1020, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação do requerimento 751; 1021, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos 953, 954 e 955; 1022, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni requisitando preferência para votação do requerimento 938; 1052, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos nºs 974, 975, 976, 977, 979, 980, 981, 982, 997, 998 e 999; 1053, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação do requerimento 938, 1054, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação dos requerimentos nºs 953, 954 e 955; 1055, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisitando preferência para votação do requerimento 751; 1066, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a transferência do sigilo fiscal da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS, em Gramado e/ou Porto Alegre; 1067, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a transferência do sigilo telefônico da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS, em Gramado e/ou Porto Alegre; 1070, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni requisitando preferência para votação dos requerimentos 953, 954 e 955. **Em votação simbólica, Requerimentos: de autoria dos Deputados**, 1089, de autoria do Deputado Medeiros, requerendo à Polícia Federal informações sobre o Inquérito nº 1.026/2003, relativas a todas as transações em nome de Victor Werebe, citado pelo doleiro Toninho da Barcelona; 1104, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requisitando a convocação de PAULO PEDRÃO RIO BRANCO, representando a Brasiltelecom; 1105, requisitando a convocação de LUCIANO JOSÉ PORTO FERNANDES, representando a Brasiltelecom; 1107, requisitando a 1109, de autoria do Deputado Maurício Rands e outros, requisitando que seja comunicado ao senhor André Marques, proprietário da Interbrazil Seguros, que o mesmo remeta à CPMI lista contendo todas as doações oficiais e oficiosas feitas para companhias

eleitorais em várias unidades da federação; 1132, de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e José Eduardo Cardozo, requisitando a convocação do sr. GILSON DE CARVALHO; 1133, de autoria dos Deputados Osmar Serraglio e José Eduardo Cardozo, requisitando a convocação do sr. MAURO CASTRO LUCAS DE SOUZA, 1279, de autoria da Deputada Rosinha e da Senadora Ideli Salvatti, requisitando que a CPMI encaminhe à Justiça Federal do Paraná pedido formal de remessa das cópias dos autos dos processos nºs 2004.70.00.006806-0 e 2004.70.00.002414-0 referentes à investigação do Sr. Alberto Youssef, pseudônimo Beto Youssef, bem como informações resultantes de eventual concessão ou não do benefício da delação premiada ao investigado; 1280, de autoria da Deputada Rosinha e da Senadora Ideli Salvatti, requisitando que a CPMI encaminhe à Justiça Federal do Paraná – MPF/PR pedido formal de remessa das cópias integrais dos depoimentos colhidos junto ao Sr. Alberto Youssef, no âmbito da Força Tarefa das Contas CC5; 1302, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, requisitando encaminhar à Polícia Federal cópia do processo de apuração de fraude nº 72.0001.00095.04; 1303, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, requisitando encaminhar à Deputada Denize Frossard cópia do depoimento de Paulo Roberto Kress Moreira; 1304, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, requisitando encaminhar à EBCT cópia do depoimento de Paulo Roberto Kress Moreira à CPMI; 1305, requisitando encaminhar à EBCT para esta CPMI de cópia do contrato social da ACF Anchieta, 1306, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, requisitando informações aos Correios sobre ACF Ancuieta, Irene Kress Barreto, Ailton José Barreto e Paulo Roberto Kress Moreira; 1326, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requisitando a convocação de HUMBERTO CARLOS PARRO, ex-presidente da Fundacentro, 1327, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requisitando a convocação de JOSÉ CARLOS CROZERA, ex-assessor de comunicação da Fundacentro; 1328, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requisitando a convocação de MARCO ANTONIO SEABRA DE ABREU ROCHA, ex-diretor administrativo e financeiro da Fundacentro, 1329, de autoria do Deputado Carlos Willian, requisitando ao Juiz Federal Dr. Fausto Martin de Sanctis, cópia do IPL-12-0267/2005 – DELEFIN/SR/DPF/SP, 1331, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, requisitando a convocação dos responsáveis pelas empresas GIOVANNI-FCB S/A, CNPJ-46.516.712/0008-35; LOWELTDA, CNPJ-61.067.377/0003-14; OGILVY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ-61.067.492/0001-27; GIACOMETTI & ASSOCIADOS COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ-64.064.009/0001-49 e D+ BRASIL CO-

MUNICAÇÃO TOTAL LTDA, CNPJ-03.334.089/0001-10. Às dezessete horas e vinte minutos encerra-se a presente reunião e a Presidência agenda a próxima reunião Administrativa às doze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a quadragésima sexta reunião da CPMI, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura da mesma.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta desta reunião administrativa destina-se à apreciação de requerimentos e à apresentação de relatório prévio de movimentações financeiras.

De plano, passo a palavra ao ilustre Relator para enunciar os requerimentos de consenso a serem aprovados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, gostaria que os requerimentos fossem distribuídos para nós.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – S. Ex^a vai enunciá-los.

Sr. Relator, antes, porém, atendendo a um pedido da imprensa, solicito aos assessores da Secretaria que distribua cópias do relatório à imprensa para que possam acompanhar a leitura do relatório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, só vamos votar os “de acordo”, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós vamos, agora, proceder ao relatório ou votar os “de acordo”?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Votar os “de acordo”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto isso, solicito à Assessoria que providencie cópia dos relatórios para serem distribuídas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, iniciaremos a reunião administrativa pela votação de requerimentos, é isso? (Pausa.)

Então, Sr. Presidente, proponho que votemos, em primeiro lugar, os requerimentos de continuidade de quebra de sigilo da Guaranhaus, tendo em vista que, no acordo anterior, acabou caindo o **quorum**, e o Deputado Rosinha estava viajando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os números, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já os da-rei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há **quorum**?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na realidade, os “de acordo” não precisam de votação nominal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, aqui, trata-se de quebra de sigilo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Entendi. Estou falando dos requerimentos simples. Primeiro, os requerimentos simples “de acordo”, depois quebra de sigilo, porque, quebra de sigilo tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem que ser nominal, e é evidente a falta de **quorum**.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas para que o Relator possa anotar o que estamos propondo como andamento desta administrativa para o acordo: terminar a votação dos Requerimentos referentes a Guaranhaus, de números 1.043 até 1.049, e ainda o de número 1.051. Então, esses são requerimentos referentes à quebra de sigilo e providências referentes à investigação da Guaranhaus. Depois, temos uma lista imensa de requerimentos da Sub-Relatoria do Deputado José Eduardo Cardozo. Inclusive a maior parte deles estão assinados como Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deveria começar por eles, mas, se for preciso...

Quero esclarecer ao Plenário que terminamos não realizando uma reunião prévia para que eu possa agora enumerar os requerimentos em relação aos quais nós temos acordo. Por isso, gostaria que a Senadora Ideli, se fosse possível, identificasse aqueles de votação simbólica, ou seja, os requerimentos em relação aos quais se está de acordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, tenho aqui os números dos requerimentos da Sub-Relatoria de Contratos: 1.073; 1.096; 1.132 e 1.133; 1.126 até 1.128; 1302 até 1.307.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Senadora Ideli, peço a palavra talvez até para poupar tempo. Até sentamos ali para conversar, mas tive que dar uma saída e não vi ainda quais eram esses itens do consenso. Acho que é ótimo. A Senadora está lendo ali, certamente o Deputado ACM Neto lerá também, e há uma série de outros da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira para serem votados. E eu gostaria de fazer uma sugestão: estamos aqui com uma reunião marcada para às 10 horas para apresentação do relatório parcial, por parte do Deputado Osmar Serraglio e Deputado Gustavo Fruet, da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira. Estamos há duas horas...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – ...requerimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato. Inclusive, Deputado Asdrubal, foi este Deputado que vos fala que preparou a agenda para a semana. Então, sei o que é.

Sr. Presidente, se formos votar todos esses requerimentos de quebras de sigilo em votação nominal, vamos ficar aqui mais algumas horas, e confesso que ainda não analisei todos; então, acho que o Deputado Gustavo e o Deputado Osmar podiam ir apresentando o relatório; a Senadora Ideli, o Deputado ACM Neto e o Deputado Gustavo apresentam, nós olhamos, vamos conversando aqui, e, na hora em que formos votar, votamos todos de uma vez.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...entendimento contrário, Deputado Asdrubal Bentes. Entendimento contrário.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, queria ponderar ao Deputado Eduardo Paes que precisamos hoje cumprir as duas tarefas. Precisamos ter a leitura do sub-relatório parcial do Deputado Gustavo Fruet, das movimentações financeiras, e precisamos votar, para avanço das investigações, alguns requerimentos que estão em atraso, sobretudo aqueles da Guaranhuns e da Sub-Relatoria do Deputado José Eduardo Cardozo. Como não são requerimentos polêmicos, não vejo porque não acatarmos, Deputado Eduardo Paes....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deputado Eduardo, faríamos bem rápido para aproveitar o **quorum**.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...a sugestão do Relator, Deputado Osmar Serraglio, porque há quebra de sigilo, e temos que aproveitar o **quorum**.

Lembrem-se de que hoje é quinta-feira, e há pessoas que viajam na parte da tarde.

Então, qual é a minha solicitação? O relatório que vai ser lido também vai ser distribuído a todos os membros, inclusive à imprensa. Assim, começaremos com o relatório, para não atrasar o andamento da CPMI. O Deputado José Eduardo Cardozo precisa de requerimentos. O Deputado Osmar Serraglio está aí apresentando uma lista. Todos são consensuais, sem maiores polêmicas; apenas tomam certo tempo aqueles que são quebra de sigilo. Mais uma razão pela qual precisaríamos começar atendendo a sugestão do Deputado Osmar Serraglio, pelos requerimentos, para poder garantir que sejam aprovados, pois são estratégicos para a continuação dos trabalhos, a fim de não incorreremos na falta de **quorum**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, de quanto tempo o Deputado Gustavo Fruet precisará para fazer a sua apresentação? Por que faço essa indagação? Porque estávamos reunidos, até bem pouco tempo, na sala de reunião da CPMI, onde fizemos um entendimento mais ou menos consensual a respeito do que deve ser votado, sobretudo da ordem de prioridades. Faço um destaque para os requerimentos sugeridos pelo Deputado José Eduardo Cardozo, pertinentes à Sub-Relatoria de S. Ex^a, e precisamos aprová-los para que S. Ex^a possa dar continuidade ao seu trabalho. Parece-me que há essa disposição geral de votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não sei se o Relator, o Deputado Osmar Serraglio, já está preparado e em condições de fazer os encaminhamentos. Se S. Ex^a estiver, poderemos começar. Ou, se o Deputado Gustavo Fruet não precisar de tanto tempo, não teremos prejuízo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Deputado Antonio Carlos, vamos votar. Estamos perdendo tempo. Vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para mim, não há problema.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria de solicitar aos nobres Pares que evitassem essas questiúnculas que não levam a nada, ao contrário, atrapalham os trabalhos. Há entendimento no sentido de que sejam votados os requerimentos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, vamos votá-los.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, se não votarmos, perderemos o **quorum**.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, quais são os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – As solicitações da palavra, pela ordem, estão trazendo desordem na Comissão. Vamos evitar fazê-los. Não quero cercear a palavra a ninguém. Sou liberal, democrata, mas queremos produzir, precisamos produzir, e só o faremos se nós...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pedir a palavra, pela ordem, é regimental. V. Ex^a pode ou não me conceder. Mas eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O último a falar, pela ordem, será o Deputado Carlos Willian. Em seguida, o Relator...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a terá de me dar a palavra depois, porque fiz uma indagação. O Deputado Maurício fez uma proposta e quero respondê-la, ou não haverá acordo e não poderemos votar. Não há como conduzir uma Comissão que começou há dez minutos como se estivéssemos discutindo há horas, como se fosse um estresse discutir. Estamos debatendo no Parlamento e V. Ex^a terá de ter o mínimo de paciência para ouvir algumas argumentações. Quero responder a proposta feita pelo Deputado Maurício, depois da fala do Deputado Carlos Willian. Peço a palavra para falar depois de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Paciência, tenho bastante, até para ouvir questões menores. Tenho muita paciência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está com pouca, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Está com a palavra o Deputado Carlos Willian. A seguir, para uma questão de ordem, falará o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de indagar à Mesa e aos colegas de CPMI sobre um assunto muito sério. A reunião foi marcada para às 10 horas. Começou, mas foi interrompida por causa da sessão do Congresso e do Senado. Posteriormente, V. Ex^a marcou a reunião para às 11h30min. Estávamos presentes apenas eu e V. Ex^a. Depois, chegaram todos os membros da Comissão

Parlamentar de uma só vez. Agora, conforme disseram os Deputados ACM Neto e Eduardo Paes, existe consenso para votar alguns requerimentos, ou seja, existe acordo. Gostaria de dizer o seguinte:...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não use meu nome, porque acabei de falar que não estou de acordo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – A palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A palavra está com o Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sou Sub-relator de uma Comissão, tenho os requerimentos da Subcomissão e também alguns que não são da Subcomissão. Gostaria de saber se essas reuniões são oficiais ou não. Se forem oficiais, lembro que, para entrar em acordo, em consenso, é preciso chamar todos os Deputados para participarem da reunião antes que ela aconteça, ou pelo menos informar a quem tenha interesse em vir. Chegamos aqui e encontramos a marmita pronta? Há uma marmita pronta? Dizem: “Para isso há acordo, para isso não há acordo. Foi feito, não foi feito, está acordado”...

Sr. Presidente, gostaria de inverter a situação. Em vez de discutirmos as matérias para as quais há acordo, como disseram, não sei com quem e nem de que forma foi feito esse acordo – V. Ex^a, por exemplo, não participou dele, pois estava aqui –, gostaria de saber, primeiro, para o que não há acordo, para depois saber para o que há.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, já havia solicitado a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, terminando, se eu não conseguir saber o que não tem acordo, então, os outros que estão aqui, da mesma forma não têm acordo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Asdrubal Bentes, eu havia pedido a palavra. Apenas para prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado, nervoso,...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Bastante, Presidente, bastante.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – ...para que possa dar a resposta ao Deputado Maurício Rands.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quando fiz a colocação aqui, e o Deputado Carlos Willian está profundamente equivocado, ou não estava ouvindo ou está exaltado por algum outro motivo, porque S. Ex^a disse, aqui, que eu e o Deputado ACM Neto informamos que havia um acordo. Ao con-

trário, esse debate se estabeleceu aqui porque eu ouvi dizer que esse entendimento ainda não estava claro. Por exemplo, quero dizer a V. Ex^a aqui, diante das câmeras: “Eu não voto nenhum dos requerimentos que V. Ex^a apresentou sem antes entender muito claramente porque estão apresentados”. Então, quando eu disse que não tem acordo é porque não tenho a convicção e o juízo formado para votar favoravelmente à totalidade dos requerimentos que V. Ex^a apresentou. Por isso chamei a atenção, Sr. Presidente, para o fato de que esta CPMI tem hoje uma segunda oportunidade de ter o relatório parcial sendo apresentado, depois de uma semana e de dias de expectativa. Vamos, se Deus quiser, com consenso mais uma vez, como fizemos da vez passada, votar esse relatório parcial ainda no dia de hoje. Não consigo imaginar que algo possa ser mais importante do que a consolidação de uma parte importante do nosso trabalho. Portanto, Sr. Presidente, foi por isso que fiz questão, não estou nervoso, não estou querendo criar confusão, o que estou querendo é ajudar, porque eu, por exemplo, quero dizer aqui mais uma vez e reafirmar que não votarei favorável a nenhum dos requerimentos apresentados pelo Sub-Relator Carlos Willian, porque quero analisá-los, conversar com S. Ex^a e ouvir os motivos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E isso não se faz aqui no meio dessa discussão com um sub-relatório para ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a pediu a palavra para uma questão de ordem, baseado em que artigo do Regimento?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, na campanha. Se está tocando a campanha é porque está havendo Ordem do Dia no Senado, e, sendo assim, não podemos apreciar requerimento nenhum.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Estou há muito tempo pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Precisamos votar os requerimentos da Sub-Relatoria de Contratos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É porque V. Ex^a, Deputado Geraldo Thadeu, não percebe porque está de costas que o Deputado José Eduardo Cardozo já vem há muito tempo levan-

tando o dedo e pedindo a palavra, mas logo a seguir darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vejo que, aqui, fala quem grita mais.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não é assim, não é bem assim, sob pena de V. Ex^a estar me tratando de forma menos elegante, o que não é de seu costume.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nobre Presidente, eu queria me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, Deputado Sub-Relator, na verdade, estamos numa situação de premência na Sub-Relatoria de Contratos. Chegaram uma série de auditorias do Tribunal de Contas da União, e estamos já na fase de ultimar os primeiros relatórios parciais. Há alguns requerimentos que estão sobrestados e em apreciação na Comissão já há várias reuniões. Então, tomei a liberdade, Deputado Carlos Willian, de procurar os Srs. Deputados por minha livre iniciativa, não foi uma reunião formal, mas uma ação deste Sub-Relator, que procurou os Deputados que encontrou no dia de ontem e no dia de hoje pela manhã para verificar um a um se existiam requerimentos que poderiam ter problemas ou não na aprovação. Não pude conversar com o Deputado Eduardo Paes mais detalhadamente, por isso, ele mesmo disse que não estava claro. Mas não se tratou de nenhuma reunião oficial, foi uma iniciativa deste Sub-Relator diante da premência que tenho já de apresentar diante do calendário que foi definido pelo Senador Delcídio, Presidente desta Comissão, os relatórios parciais. Essa é a razão por que isso foi feito.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Está entendido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Ouço, com prazer, o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, de maneira alguma quis dizer que V. Ex^a tem dado preferência para um ou para outro. V. Ex^a sempre tem sido cordial e muito atencioso com todos nós aqui. Vejo que o Deputado Carlos Willian está um pouco agitado, mas S. Ex^a não deixa de ter razão, Sr. Presidente. O Deputado Eduardo Paes também está um pouco agitado. Chegaram todos agitados aqui. Mas eu gostaria de salientar uma questão, e ela é importante: tem sido usual aqui na Comissão que as reuniões de entendimento de acordo estão sendo realizadas de uma maneira que ninguém sabe, onde, quando e como. Por exemplo, eu sou do PPS. Nós não

temos sido consultados nem chamados para essas reuniões para participarmos desses acordos. O que vemos na imprensa? Vemos que o PT e o PSDB estão fazendo acordos para que as coisas andem e colocam em dúvida a questão da seriedade desta CPMI. É uma questão importante. Todos os Partidos que estão aqui representados têm que ser ouvidos. Temos que ser ouvidos, sim. Não é um Partido, não é o PT que manda nesta Comissão, nem o PSDB, nem outro Partido. Aqui há um colegiado de Partidos, que participam dos trabalhos e que têm que ser levado em consideração. Quando eu digo a V. Ex^a que estão ganhando “no grito” – estão ganhando realmente “no grito”, não por causa de V. Ex^a. Aqui, quem grita mais é que fala mais, quem grita mais é que prevalece.

Há um outro assunto importante. Temos confiança absoluta no nosso Relator, o Deputado Osmar Serraglio. S. Ex^a vem nos mostrando, com calma e ponderação a sua seriedade quando apresenta um documento, o faz para valer. Não se pode colocar em dúvida a participação e a seriedade do nosso Relator Osmar Serraglio.

Fica a minha...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência entende a preocupação de V. Ex^a, que é justa, e propõe ao Sr. Relator que, doravante, ao fazer reuniões prévias, solicite à Secretaria que comunique às Lideranças dos Partidos para que todos possam estar presentes às reuniões prévias. (Palmas.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não houve reunião nenhuma. É bom que isso fique bem claro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Deputado Osmar nem participou de nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está dando a impressão de que fizemos reunião. Não houve reunião nenhuma. Não procedemos, lamentavelmente, àquelas reuniões, por meio das quais nós chegávamos com alguma costura. Nós não temos tido isso. Tanto é que eu não tenho rol. Estou colhendo agora, em público, as sugestões para que eu possa formular. Eu ia apresentar uma proposição inicial, mas não quis atropelar as intervenções. Essa proposição seria o seguinte: nós iríamos votar aqueles que são da sub-relatoria dos contratos, que são muitos, e, enquanto estivéssemos votando, iríamos recolhendo aqueles que fossem identificados como consensuais. Eu não tenho nenhuma lista, não participei de nenhuma reunião. Ninguém está...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exatamente.

Indago de V. Ex^{as} se podemos continuar procedendo segundo esse raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Eu queria aproveitar o ensejo para decidir a questão de ordem suscitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. Ela está firmada no que dispõe o art. 107, parágrafo único do Regimento. A Ordem do Dia do Senado está em tramitação. Assim, nós não podemos efetuar nenhuma votação, sob pena de nulidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, não pode haver reunião.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Se não houver um acordo de cavalheiros aqui para que possamos otimizar e fazer a leitura do relatório...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Deputado Arnaldo, sem deliberação, vamos tocar a leitura do relatório para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Deputado Maurício, estou decidindo a questão de ordem. Não vamos votar agora os requerimentos, só após o encerramento da Ordem do Dia.

Vamos, então, proceder à leitura do relatório, com o compromisso de V. Ex^{as} permanecerem para garantir o **quorum**.

Para não ser injusto, concedo a palavra ao Deputado Rosinha, que está inscrito antes de V. Ex^a. Depois, para finalizar a parte de manifestações, ao Deputado Onyx Lorenzoni. Logo a seguir, convoco o Deputado Maurício Fruet para iniciar a leitura do relatório.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, vou ser bastante breve, até porque V. Ex^a já resolveu a questão de ordem. O que ia dizer antes era um apelo ao Deputado Eduardo Paes, mas já está resolvido. Quero dizer que aqueles requerimentos, os da Guaranhuns, assinados por este Deputado, não são acordos da data de hoje, são acordos feitos há um mês. Não foi possível votá-los pela minha ausência. Então, é só essa a questão. Esses, já estão todos acordados.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Agradeço a V. Ex^a pelo poder de síntese.

Passo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni; e, a seguir, convido-o, por favor, para tomar assento à mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, Sr. Presidente, queria saudar a decisão de V. Ex^a que cumpriu rigorosamente o que está na pauta. Depois, Presidente e nobre Relator, queria comunicar a este Plenário que, na manhã de hoje, foi lida, na reunião do Congresso, a prorrogação da CPMI dos Correios até o próximo dia 11 de abril. Mas quero fazer um apelo

aqui a todos os Partidos, porque o Presidente Lula, que comanda o PT e os Partidos da Base Aliada, na segunda-feira, no Programa Roda Viva, disse, Sr. Relator e Sr. Presidente, que Sua Excelência queria que as CPIs investigassem. Agora, quero anunciar que, desde que foram apresentadas as já 230 assinaturas de Deputados e as 32 assinaturas de Senadores, há um esforço dos Partidos da Base do Governo. No Partido dos Trabalhadores, apenas um Parlamentar assinou, está entre esses 230, e os Partidos da Base do Governo estão fazendo um esforço sobre-humano. Recebi cinco telefonemas, neste momento, de Parlamentares que dizem estar sendo pressionados pelo Governo, por suas Lideranças, para retirarem as suas assinaturas. E, desses cinco, apenas um pediu licença para retirar, pela relação de amizade que tenho com S. Ex^a, e quatro disseram que vão manter, independentemente da posição de seus Líderes. O que quero apelar, Sr. Presidente, é que os membros da CPMI dos Correios sem empenhem. Não estamos aqui apenas por determinação de nossos Partidos. Estamos aqui diante da responsabilidade que a sociedade brasileira colocou sobre os nossos ombros. A biografia de cada um de nós será definitivamente marcada pela posição que adotarmos ao longo desta que é a CPMI que enfrenta a corrupção no Brasil, e não apenas faz a investigação, Sr. Presidente, no processo de corrupção no Governo Lula, mas tem a responsabilidade e a extensão da CPMI, até abril do próximo ano, de buscar soluções para o enfrentamento da corrupção no Brasil. Concluo lhe dizendo que a Fundação Getúlio Vargas estima que 5% do PIB brasileiro seja roubado do setor público pela corrupção no Estado brasileiro. Estamos falando de R\$90 a R\$100 bilhões, anualmente, que são deixados de ser aplicados, Sr. Presidente, na área social, na saúde, na segurança, na habitação, na educação e são direcionados para esses verdadeiros ralos, de que o “valerioduto” é um símbolo, que precisamos enfrentar, superar, vencer e garantir para que tenha muita dificuldade de se repetir no futuro.

Portanto, faço um apelo e concluo, abusando da paciência do nobre amigo: temos, hoje, duzentos e dezoito assinaturas de Deputados e trinta e dois Senadores. Que os Deputados honrem o seu mandato, mantenham as suas assinaturas, porque a sociedade brasileira quer investigação, não quer pizza. Lamento que Líderes partidários estejam tentando fazer com que esta CPMI acabe se transformando numa grande pizza. Não é o nosso desejo, não é o nosso empenho. Quero reconhecer o trabalho sério que faz o Presidente Asdrubal Bentes, o nobre Relator Osmar Serraglio, o Presidente Delcídio Amaral, todos os sub-Relatores. Fica aqui o meu apelo para que o compromisso com

o País, que todos temos, seja mantido e que não haja a retirada de assinaturas, para que esta CPMI possa, até abril, cumprir com o seu dever.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, um minuto, queria fazer um comunicado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por um minuto, tem a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ontem, fomos informados oficialmente da decisão do Ministro Sepúlveda Pertence, que, liminarmente, concedeu à Cedae o direito de não ter transferido, à Cedae e a seu fundo, Prece... Está certo. É porque, na verdade, nobre Deputado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A Cedae é a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. Tem esgoto a dar com o pé.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Bom, queria continuar o meu comunicado. Então, foi concedido à Cedae e ao seu fundo, Prece, o direito de não ter transferido o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Eu, evidentemente, respeito o saber jurídico do Ministro Sepúlveda Pertence, contudo discordo da sua decisão. E, por isso mesmo, ontem à noite, fizemos uma reunião, eu, o Senador Delcídio Amaral e o Deputado Osmar Serraglio, com a advocacia do Senado da República, e estamos definindo um pedido de reconsideração ao próprio Ministro Sepúlveda Pertence, a fim de que S. Ex^a possa reavaliar a decisão que tomou, permitindo, assim, que esta CPMI tenha acesso aos dados da transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Fundo de Pensão Prece, informando ainda a V. Ex^a que temos absoluta convicção de que o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Sepúlveda Pertence, haverá de reconsiderar. Há uma disposição minha e do Senador Delcídio de, pessoalmente, dirigirmo-nos ao Supremo Tribunal Federal para termos uma conversa com o Ministro Sepúlveda, mostrando a S. Ex^a que existem elementos mais do que consistentes que justificam a investigação sobre o Fundo de Pensão Prece, vinculado à empresa Cedae, Companhia de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro.

Então, comunico a V. Ex^a e a esta Comissão que não concordamos com a decisão do Supremo, respeitamos, mas não concordamos, e, por isso, já estamos buscando o remédio jurídico adequado para que o Fundo de Pensão Prece possa ser investigado pela Sub-Relatoria que está sob os meus cuidados.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, para leitura do seu relatório.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, antes da palavra do...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Indago ao Relator Osmar Serraglio se deseja fazer uso da palavra antes da leitura do relatório.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Se V. Ex^a me permitir, antes da palavra, tanto do nosso Relator, quanto do nosso Sub-Relator, queria fazer uma ponderação que fiz ontem, de forma muito convencida, e quero fazer aqui no mesmo tom e no mesmo nível, apesar de notinhas plantadas na imprensa, como saiu hoje no painel da **Folha**, em que as ponderações feitas ontem chegaram a beirar a agressão física. Quem estava presente na sala sabe em que tom e em que condições foram feitas as ponderações.

Quando determinadas pessoas que ocupam postos-chaves nesta CPMI dão coletivas, o que acontece é que a CPMI expressa uma opinião. Portanto, coletiva de presidente, de relator e de sub-relator passa para a opinião pública e para a imprensa como posição definitiva, decidida, deliberada pela CPMI, o que não é verdade, o que não é verdade, porque aquilo que o presidente ou o relator ou qualquer sub-relator expressa ainda deverá ser submetido – e sempre é assim – ao Plenário da CPMI.

Portanto, eu fiz ponderação ontem e volto a fazê-lo hoje aqui de público. Nós não devemos ter comunicações importantes como as que foram feitas a semana passada e ontem via imprensa antes de o Plenário da CPMI ser devida e oficialmente comunicado. Que cada parlamentar em nome próprio fale com a imprensa, delibere, entregue, vaze é uma responsabilidade do parlamentar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas vazar não pode. Quebrar sigilo não pode.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor está fazendo autocritica, Deputado Eduardo Paes, não, não é?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu estou só chamando a atenção de V. Ex^a. V. Ex^a não devia advogar essas coisas irregulares e ilegais.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu asseguro a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, eu quero fazer a ponderação que fiz ontem na reunião de forma tranqüila, educada, calma, que não teve nenhuma... Aliás, quero registrar, já que ele não registrou, o apoio do Deputado Eduardo Paes na hora quando eu fiz a ponderação para que nós não tenha-

mos mais esse tipo de procedimento, até porque já tem no mesmo painel, não é? Tem até a brincadeira de transformar a Comissão Parlamentar de Inquérito numa coletiva parlamentar de inquérito.

Então, eu queria deixar aqui, para que pudéssemos ter este respeito como coletivo, inclusive porque vai para a imprensa, depois tem questionamentos, tem dúvidas, tem procedimentos. Por exemplo, eu propus procedimentos para nós podermos fazer averiguação da questão das notas fiscais. Não tive apoio nem do Presidente nem do Relator para aquela diligência lá no Instituto de Criminalística para podermos acessar as notas que foram apreendidas na DNA.

Há controvérsias a respeito, por exemplo, das tais das notas frias que agora tem aí, que as notas não são frias, foram trocadas, substituídas. Mas isso tudo já foi veiculado pela imprensa. E como foi uma coletiva onde estava o Presidente, o Relator e o Sub-Relator, parece que é a opinião da CPMI, antes que nós tivéssemos tido oportunidade de acessar os documentos, os dados, as informações.

Então, eu queria fazer esta ponderação de forma muito clara para que não continuássemos tendo esse comportamento. Isto não ajuda as investigações, porque depois que se consolida uma tese, mesmo que ela venha a ser desmentida ou desconstituída pelos fatos e pelos documentos, a tese já está cristalizada, portanto, é muito mais difícil. Por isso, eu queria fazer esta ponderação de que nós tivéssemos muito cuidado na relação com a imprensa e principalmente que o Presidente, Vice-Presidente, Relator, Sub-Relatores não o fizessem para não ter... Quer dizer, não é que não fizessem a coletiva, mas que primeiro dessem ciência ao coletivo. A primeira coletiva tem que ser com o coletivo da CPMI para que não tivéssemos repetição de problemas que nós tivemos na semana passada e ainda no dia de ontem.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência agradece a preocupação de V. Ex^a e a transmitirá ao Presidente Delcídio Amaral.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só um comentário... Que bom que a Senadora fala dessa forma para que possamos evitar também, como naquele caso com Toninho Barcelona lá em São Paulo... Nós estávamos num grupo de parlamentares, e quando ficamos só dois e os outros todos estavam lá fora dando entrevista, o Relator e o Presidente presentes e nós dois sós, inclusive a Senadora, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o mais grave daquilo foi a gravação que foi para o jornal da Globo. Isso foi uma ...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Gravado e falado é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vamos encerrar esta fase...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vamos passar a palavra ao Relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tive a oportunidade, ontem, de esclarecer, lamentavelmente numa situação novamente diferenciada, porque os Parlamentares não se faziam presentes, como fomos atropelados pelos fatos. Aliás, emiti uma nota pública esclarecendo isso, que não houve uma entrevista programada. E aí colho o que o eminente Deputado Geraldo Thadeu fez referência apenas como símbolo para nos tratarmos de forma igualitária. Enquanto estávamos trabalhando, alguns saíram e foram dar entrevistas, que são assemelhadas àquela que aconteceu comigo. Se eu sair daqui agora, imediatamente serei abordado por um mundo de jornalistas que quererão que eu explique.

Assim foi o que aconteceu naquele dia. Estávamos sendo abordados, queriam explicações sobre um fato e dissemos: – Olha, vamos esclarecer às quatro horas. Só que às quatro horas a coisa foi se organizando, o pessoal foi para uma... E, também, ao final, uma hora antes no máximo, dissemos: – Então, vamos fazer uma coletiva, organizem-se porque é muita gente querendo saber. Não foi nada programado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, Deputado Serraglio, a da semana passada não foi assim. A da semana passada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É exatamente a da semana passada que estou retratando. Exatamente a da semana passada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A da semana passada foi marcada, Deputado Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não foi programada, já expliquei isso e estou repetindo. Aqui está a imprensa toda para dizer se amanheçamos aqui com uma entrevista programa. Ao contrário, fui abordado no Salão Verde, na hora em que entrei na Casa, e começaram a questionar sobre o assunto Visanet e do empréstimo que estava sob suspeita, porque já havia sido noticiado na Rede Globo na noite precedente. Era um atrás do outro. Estava aqui num dia em que praticamente não havia ninguém, estava indo trabalhar e falei: – Olha, vamos fazer o seguinte: mais tarde eu falo. Mas aquilo foi se adensando e foi criada uma situação que eu tinha que explicar.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O senhor me dá um aparte?

O PMDB trabalhou esses anos todos para ter liberdade de imprensa neste País. V. Ex^a é o Relator geral desta CPMI. Não tem que fazer acordo para saber se vai dar entrevista à imprensa ou não, Sr. Presidente.

Desculpe-me a Senadora Ideli, porque o Partido dela, o PT, dá entrevista toda hora e sobre qualquer assunto. Então, V. Ex^a não tem que pedir licença a esta CPMI para poder dar entrevista sobre matéria nenhuma.

Acho que V. Ex^a está cumprindo com clareza os princípios constitucionais e os princípios dos Regimentos Internos da CPMI, está honrando todos os Partidos e está fazendo um trabalho brilhante e lícito. V. Ex^a não precisa fazer acordo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para concluir, Deputado.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Não, estou dentro do aparte do nobre colega Osmar. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ)– Deputado Osmar Serraglio, só um pequeno aparte. Quero aqui, até porque a Senadora Ideli citou meu nome, dizer que a situação da semana passada, em que V. Ex^a deu uma coletiva... V. Ex^a tem todo o direito de dar sempre que quiser, sempre que desejar, dê a coletiva que quiser. O que concordei com a Senadora Ideli é o seguinte: na hora em que for marcar a coletiva, chame, informe aos membros da CPMI que estiverem em Brasília, que o senhor está informando que vai divulgar tal documento, tal questão que V. Ex^a identificou. Foi só esse o comentário.

Na quinta-feira passada, cá entre nós, era impossível o Relator fazer isso, porque boa parte dos Parlamentares, principalmente os da Base do Governo, não estava aqui para não dar quórum para contar a sessão para a cassação do Deputado José Dirceu. Tinha aqui, basicamente, gente da Oposição para dar quórum para contar lá para a cassação do Deputado José Dirceu. Então, não tinha muita gente aqui.

Acho que ninguém é mais discreto nesta CPMI do que o Relator. O Relator tem se mantido quieto, calado e em todas as vezes que o Relator emitiu uma opinião até agora, e principalmente com uma coletiva como foi, foi a partir da presença, de ter com ele documentos contundentes que provavam, de fato, o que ele estava dizendo. Se as pessoas não concordam, contestam prova é outra história. Mas acho isto: acho que o Relator deve dar coletiva sempre que desejar e quiser.

O único ajuste que eu faria, para evitar esse tipo de reclamação, é informar: – Olha, Deputados da CPMI

e Senadores estarão aqui prestando uma informação importante que vale a pena que os senhores venham também, para que não tenham que ler pelo jornal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só para concluir esse assunto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Deputado Osmar Serraglio, serei bem rápido também.

Penso que evidentemente V. Ex^a, como Relator-Geral da Comissão, tem também a atribuição de se comunicar com a sociedade por intermédio da imprensa. A imprensa está aqui para prestar esse serviço à sociedade. É fundamental que a sociedade acompanhe os trabalhos investigativos da nossa CPMI.

O que Senadora Ideli Salvatti está ponderando – e eu também pondero e acho que poderemos chegar aqui a uma compreensão comum nesse sentido – é que, dependendo do que for veiculado em uma coletiva ou em uma declaração do Relator, nós, membros da CPMI, passamos a receber a informação depois de lermos os jornais. Somos membros da CPMI, estamos empenhados na análise de documentos e precisamos, inicialmente, ter as informações que V. Ex^a passa para a sociedade. Isso é normal. E achamos, sim, que em alguns momentos houve precipitação nas conclusões, porque, depois, a continuidade da investigação revelou que havia controvérsia na interpretação das notas fiscais, na interpretação do que aconteceu.

Jamais quisemos cercear evidentemente a comunicação que o Relator precisa ter com a sociedade por meio da imprensa, mas ponderar não só o que está sendo feito pelo Deputado Eduardo Paes. Queremos que os demais membros sejam convocados, mas que nós membros da CPMI sejamos informados das documentações e do que será veiculado para que possamos examinar.

A Senadora Ideli Salvatti está certa, ao meu modo de ver. Quando o Relator, o Presidente e um sub-relator se juntam e falam para a sociedade, aquela posição passa para a sociedade como a posição oficial interpretativa da CPMI, antes sequer que os demais membros tenham conhecimento.

Acho que podemos caminhar no sentido de haver um entendimento. Evidentemente, continuar o processo de comunicação com a sociedade, mas que antes seja dado o conhecimento aos membros da CPMI para que haja a correta informação, a correta apuração dos fatos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, acho que podemos estar errando muito na CPMI, mas a pessoa que menos erra aqui é o Senador Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Muito obrigado.

Para concluir, para que não aparente que ontem o nosso Presidente tenha precipitado uma coletiva, quero deixar claro que a coletiva de ontem deu-se exatamente em razão do fortalecimento da CPMI dos Correios. Antes de ela se concretizar, pedimos que fossem avisados os Parlamentares. É verdade que, talvez na undécima hora, tentamos fazer com que todos tomassem ciência.

Acima de tudo, precisaríamos deixar claro à sociedade – e quero agradecer de público ao Presidente Delcídio Amaral, ao Vice-Presidente Asdrubal Bentes e aos sub-relatores – que eles examinaram os documentos e se convenceram de que deveríamos continuar insistindo até para fortalecer a CPMI dos Correios diante de tergiversação a propósito do que tínhamos apresentado.

Quero também dizer que temos o privilégio de estar trabalhando conosco no acréscimo daqueles que estão mais próximos, mais atuantes e efetivamente dedicados ao trabalho de investigação mais burocrática, o Deputado Eduardo Paes, que é sub-relator adjunto.

Em relação especificamente ao relatório parcial que hoje está sendo apresentado, farei uma síntese da parte inicial deste relatório para que, em seguida, o Deputado Gustavo Fruet prossiga no aprofundamento relacionado especificamente aos assuntos financeiros.

Vamos tratar dos empréstimos, e há dois tipos de empréstimos em exame. Os empréstimos que foram firmados diretamente pelo PT e os empréstimos que teriam sido direcionados para o PT.

Antes de traduzir a seqüência do que vou apresentar, gostaria de dizer que, até na linha de ponderação que a Senadora Ideli Salvatti trouxe à baila, procedi a uma revisão do relatório porque tenho convicções pessoais, as quais vou passar ao público agora. Não estou dizendo que essas convicções pessoais serão acolhidas, aprovadas e consensuais neste Plenário. Pelo contrário: tenho a convicção de que não as são.

Parto de premissas minhas e também do Sub-relator. Evidentemente, quando concluímos, não formulamos as conclusões segundo as premissas de nosso convencimento porque estaríamos, daí, conduzindo o Plenário a conclusões que não são conclusões do Plenário. Dessa forma, filtramos esse raciocínio de maneira que nos permita prosseguir na investigação para, quando apresentarmos o relatório final, aí, sim, cada um, segundo o seu convencimento, irá votar se acredita que a tradução dos fatos deva ser feita segundo tal ou qual ótica.

Assim, vamos apresentar agora – e, por isso, estou advertindo V. Ex^{as} – a primeira premissa deste Parlamentar, que está absolutamente convencido de

que não houve empréstimos. Sei daqueles que sustentam que há um figurino de empréstimos. Como não aceitamos a idéia do empréstimo, queremos esclarecer o que nos leva a isso.

Vamos apresentar dez razões, fundamentos e argumentos, que, a meu ver, evidentemente, segundo a ótica de cada um – e daí segundo o nível de filtro de convencimento de cada um –, cada um deles poderá ser suficiente para se interpretar como sendo empréstimo ou não. Esses que estou apresentando são aqueles que me convencem de que devo refletir no prosseguimento da investigação, segundo essa concepção, que – volto a dizer e, aliás, tenho falado isto para todo mundo –, por mais absurda que possa ser uma versão que me seja apresentada, eu não a coloco de lado, senão, eu não poderia ser Relator, pois eu teria pré-julgamentos e impediria que certas linhas de investigação – que podem ser produtivas – se traduzissem naquilo que eventualmente poderia nos surpreender e nos fazer chegar a uma verdade que não é a minha verdade.

Eu já tive oportunidade de mencionar o que disse Bertrand Russel. Sabemos quem é Bertrand Russel na Filosofia. Aqui está o nosso amigo Maurício Rands, que estudou na Inglaterra. Bertrand Russel dizia que ele não daria a vida dele pelas suas idéias. Ou seja, ele sempre admitiu que suas idéias poderiam ser contestadas e que ele poderia vir a se convencer de que estaria equivocado. Quero que esse senso crítico aconteça na CPMI. Por isso, dilatamos esse leque e permitimos os vários vetores e nortes que nos são apresentados para investigação.

Vamos prosseguir. Por que acredito que não há empréstimos? Primeiro, pela ilogicidade absoluta de se imaginar que uma agência de publicidade vá pegar empréstimo num banco. Todos nós fugimos dos bancos. Aliás, fico inconformado ao ler, nos jornais, os lucros dos bancos em uma situação tão difícil como a nossa: quatro bilhões; três bilhões. Dá para se construir uma história nova, neste País, a partir somente dessa visão. Enfim, uma empresa ir ao banco se submeter às regras e aos encargos de um banco para, daí, passar à frente, em regras que não são regras de banco? Nada faz com que isso seja racional. É absolutamente ilógico, ainda mais se nós pensarmos em R\$55 milhões! É muito dinheiro para imaginar que alguém vá lá emprestar pura e simplesmente para passar à frente e ficar responsável por aquilo.

O segundo ponto que me faz desacreditar dos empréstimos é a evidente fraude contábil, e daí por que ontem fomos e fizemos, sim, a entrevista coletiva, que é para que a população saiba o nível de confiabilidade que deve oferecer a um Marcos Valério, quando vem di-

zer aqui no Parlamento, enviar advogado, para começar dizendo que ele tem R\$45 milhões em caixa. Qualquer contador da cidadezinha menor deste País sabe que a primeira coisa que um fiscal faz quando chega na contabilidade de uma empresa é olhar o caixa. Porque se o caixa for elevado, está se autodenunciando. Aí R\$45 milhões! – isso confessaram ontem documentalmente na defesa apresentada por Marcos Valério.

A contabilidade que nós recebemos, contabilidade em momentos diferentes, com várias inconsistências, erros, lacunas, omissões, é absolutamente impossível chegar-se à verdade por meio daquilo que deveria ser o espelho de Marcos Valério, que deveria ser aquilo que o Código Comercial diz que os documentos, os livros do comerciante atestam em favor do comerciante o que eles tiverem; mas também atestam contra. E quando vocês pegam o levantamento feito pela Receita Federal e lá está com todas as letras que de 1998 a 2002 a Receita Federal não teve como proceder ao levantamento a partir dos documentos de Marcos Valério, Quero deixar claro que quando falo Marcos Valério estou falando do complexo, mas mais direcionado à DNA e SMP&B.

De 1998 a 2002, para a Receita Federal ter um mínimo de conhecimento do que afinal havia em torno da DNA, ela teve que ir atrás dos fornecedores da DNA, recolhendo as transações comerciais que tinham e daí construir a possível receita. E só o que a Receita Federal conseguiu – imagina isso aqui, evidentemente ela não conseguiu ir a todos –, e só o que ela recolheu, que é de se supor que seja uma parte, ela não tem conhecimento absolutamente de todas as relações comerciais da DNA, só o que a Receita recolheu é superior àquilo que está nos espelhos, únicas coisas que sobraram, que são os espelhos que são apresentados com uma certa periodicidade. Era tudo o que a Receita tinha. Tanto é que lançou, só naquele período, pouco mais de R\$60 milhões de multa em cima da empresa. Esse é o Marcos Valério que vem aqui apresentar documentos, querendo que acreditemos em notas – notas!

O SR. (Orador não identificado) – Substituindo as notas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É, substituindo notas. E notas que nós fizemos aqui uma missão nossa, uma Comissão nossa, Especial, de Senadores e Deputados que foram a Belo Horizonte, que estavam incinerando notas. daquelas notas que estavam sendo incineradas, por amostragem, o Deputado Eduardo e eu, há um mês, dois meses atrás, fizemos uma busca daqueles valores que tinham mais expressão, de repente envolviam empresas e tal; selecionamos 27 num universo de milhares. Selecionamos

27. Das 27, a Receita Federal foi fazer o exame: 16 estavam lançadas, 11 não estavam lançadas.

Essa é a contabilidade de quem quer vir aqui dizer que a partir de sua contabilidade ele tem saldos aqui, saldos lá. O percurso que nós fizemos não tem nada a ver com saldo. Ele pode ter um bilhão de saldo, que já é uma denúncia contra ele. O percurso que nós fizemos é linear: saiu da conta tal, entrou na conta tal, passou para a conta tal, e é isso aqui. Só não fizemos a conclusão final, porque a conclusão final coube a Marcos Valério e Delúbio Soares, quando eles reconhecem que o dinheiro que saiu da Rogério Tolentino foi para eles.

Então, este Relator não tem juízo de valor algum. É uma série documental. Por isso é que não acredito nesses empréstimos. O Marcos Valério apresentou três versões dos famosos empréstimos. E ainda há uma quarta, que é uma ilação nossa, porque descobrimos vários lançamentos que não constam. Há vários estornos de banco, de cheques, que, se forem lançados, modificam o valor desse montante que ele apresenta; não estão lançados. Então, além de ele apresentar três somas diferentes que já o infirmam, ainda há a própria contabilidade, no pouco que remanesce, que o desacredita ainda mais.

Depois que começamos a CPMI, ele foi proceder... Vejam só, a contabilidade dele não continha os empréstimos. Depois que a CPMI começou a funcionar, ele fez a retificação: agora, há os empréstimos. Sim, porque preciso acobertar uma versão. A contabilidade só passou a conter os empréstimos num segundo momento.

Há poucos documentos sobre os balanços. Volto a dizer que, em certa situação, a Receita Federal pôde examinar apenas seis documentos disso tudo. Entre esses seis, estão documentos em que aparece a situação dos balanços ativo e passivo. Não há ativo nem passivo. Não há o passivo dos empréstimos a pagar nem o ativo dos valores a receber. Não existe isso para quem entende de contabilidade. Quanto ao empréstimo de 2003, ele vai dizer, em 2005, que, naquele ano, ele tinha o passivo de tanto junto ao banco e o ativo de tanto junto ao PT!?

O SR. (Orador não identificado) – Não foi contabilizado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Para confirmar isso mais ainda, o livro da SMP&B ainda não está registrado. Quem entende de contabilidade sabe que esses livros são obrigatórios, cuja validade, cuja credibilidade depende de registro. Um livro diário é absolutamente obrigatório. A pessoa é multada formalmente apenas pelo fato de não ter livro diário registrado. O livro diário da SMP&B ainda não

existe, porque não está registrado. Tudo que eu estiver fazendo está nos documentos da Receita Federal, não fui eu que descobri isso; é mérito da Receita Federal. E o registro contábil da DNA foi registrado em setembro agora. Portanto, ele pôde fazer o que quis e construiu o livro diário que quis, para apresentar-nos e registrá-lo em setembro deste ano.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele está-nos dizendo que teria havido, entre o montante destruído, uma equivalência do que se conseguiu reter e salvar.

Há um detalhe. Numa apreensão a que a Receita Federal procedeu, ela apreendeu talonários na contabilidade da empresa, que, na Receita Federal, estavam registrados pela empresa como documentos furtados. Uma das alternativas que essa empresa exibiu à Receita Federal para que este órgão não pudesse bem verificar a situação, como fazia, era desaparecer com tudo. Volto a dizer, até 2002, não existe nada. Só existem coisas que ele remeteu de três meses a um ano. A partir disso, a Receita precisou construir e, fora isso, ir atrás dos fornecedores para ver o que ela conseguia arregimentar. Nessas coisas extraviadas, estavam talonários que a Receita Federal apreendeu.

Além desse aspecto da fraude contábil, há o aspecto das garantias. As garantias nos convencem de que esses empréstimos, junto a um estabelecimento bancário, podem ser considerados verazes? Que garantias foram apresentadas? V. Ex^{as} devem lembrar-se de que, em algumas situações, o Delúbio Soares apresentou um documento e declarou que tem R\$163 mil no banco e mais um carro. No entanto, estamos falando de milhões! O José Genoino também não é uma pessoa afortunada. E o detalhe: contratos, todos eles com contratos de empresas estatais dando em garantia, primeiro, os contratos proibiam, é vedado contratualmente, expressamente dar em garantia. Eles foram dados em garantia.

Segundo ponto, um contrato de uma agência de publicidade, quando eu contrato R\$20 milhões com o Banco do Brasil, o recurso da agência é 10%, 15% disso, 15% de R\$20 milhões, R\$3 milhões. Como é que dou em garantia um contrato de R\$10 milhões como se ele valesse...? A garantia que esses bancos tinham quando deram R\$10 milhões, R\$19 milhões era de R\$2 milhões, R\$3 milhões, que era o valor possível. E ainda nem possível era porque todos sabemos que contratos públicos não são contratos exequíveis, ou melhor, qualificando, executáveis, exequíveis até eles podem ser realizados, mas eles não são executáveis, porque não há a força compulsória de se fazer com que pa-

guem em tal dia ou qual dia. Há uma dependência, e nós todos testemunhamos isso diariamente em relação aos tantos convênios que temos. Então que garantia é essa, para dizer que essa é a garantia de um banco para fornecer recursos desse montante?

E, finalmente, o próprio Banco Central reconheceu que eles – finalmente quero dizer não quer dizer que ele chegou tardiamente, finalmente entre os argumentos, quer dizer, mais um argumento – o próprio Banco Central reconheceu que era uma situação inusitada, tanto que determinou provisionamento, 100% daquele valor, 100% do valor do empréstimo, 100% dos diversos empréstimos. Então essa também é uma visão que me faz não acreditar nesses empréstimos.

Outro detalhe, não tem contrato entre o PT, e por sinal o PT nega, embora o seu ex-tesoureiro reconheça e Marcos Valério aponte. Para que eu aceite que haja isso tudo eu teria que ter pelo menos um contrato. Quem trabalha com o Código de Processo Civil, eu não sei, eu não lembro mais, a gente se torna Deputado e não sabe, não sei se são 20 ou 40 salários mínimos, mas acima de 40 salários mínimos não se admite só a prova testemunhal, tem de ter um mínimo, um início de prova documental. Estamos falando de milhões, de 55 milhões sem prova documental, só com prova testemunhal.

E há ainda uma coisa no ar. O Marcos Valério notificou, enfim, houve um início de demonstração de pretensão de cobrança. Aí o PT contranotificou e o Marcos Valério parou aparentemente na sua intenção de se valer do Judiciário de cobrar. Ué, se é uma coisa tão clara e tão certa, por que esse receio de prosseguir na cobrança?

Depois, a ausência de pagamentos. Só há um pagamento que foi identificado, e ainda foi a SMP&B que pagou para o PT, quer dizer, adensando ainda mais a suspeita sobre esse imbróglia.

Mas V. Ex^{as} não encontram nesse histórico todo da evolução bancária nenhum pagamento de juros, nenhum pagamento de encargos ao longo dos anos, tudo normal, tudo normal. E, curiosamente, os contratos, e são muitos que esse complexo de empresas, esse grupo de empresas firmava com estabelecimentos bancários, os outros tudo bem, os outros todos religiosamente pagos. Portanto, nos outros, percebe-se a visão financeira, o trato financeiro, o trato comercial, a mercancia. Nesses outros, não. Não tem juros, não tem encargos, não precisa pagar. Não dá para aceitar como sendo empréstimos.

As renovações sistemáticas. Há contratos que foram dez vezes renovados; outros, seis vezes renovados. Isso, de certo modo, compromete os dois. Não há ânimo de cobrar. O banco não quer cobrar. Está

tudo bem, cliente excepcional. E também não há ânimo de pagar. Quer dizer, é normal eu ter no meu passivo enquanto empresa... De certo modo, todos sabemos o que significa o passivo, que é subtraído do meu patrimônio líquido. Nenhuma intenção de retirar isso do meu balanço.

A cobrança. Só se começou a falar em cobrança desses empréstimos após a CPMI. Antes disso, não se falava em cobrança de empréstimo. Que empréstimo é esse que, enfim, só se faz aquilo a que eu fiz referência, de renovações sistemáticas?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação aos empréstimos que o grupo fazia, eles tinham o trato normal do comércio. Só esses que estão identificados como estando, sob exame nosso, sob suspeita, têm todo esse tratamento que estamos percebendo. Depois, aconteceram saques antes do empréstimo na conta. O Deputado Gustavo Fruet vai tratar detalhadamente dessa conta onde as movimentações financeira aconteceram.

Dentro dessa conta financeira, que seria aquela que alimentaria essa sequência de saques, os saques aconteceram antes do empréstimo. Então, já se estava sacando por conta dos futuros empréstimos?

O SR. (Orador não identificado) – Os saques para favorecer o PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Daqueles saques que foram identificados como carregados para o PT, não diria para o PT, mas para os favorecidos pelo PT. Aqueles outros partidos, exatamente, sempre por intermédio de Delúbio Soares. Depois, o Deputado Gustavo Fruet pode fazer essa identificação, dizendo, especificamente, se foi para o PT, ou se foi para o PL, PP, enfim, os partidos todos que estão sendo investigados.

Por fim, o evidente tráfico de influência que havia. Marcos Valério passou a ser um valete, era disputado. São muitas as situações já testemunhadas e comprovadas aqui na Comissão. Aliás, o presidente de um banco vem e diz que ele era o aval moral das coisas que ele realizava. Um outro, até esqueci da expressão... – vou ver se está aqui anotada – o facilitador. Para um banco, ele era o aval moral, para o outro, ele era o facilitador.

Ademais, todos conhecem os episódios da Portugal/Telecom, festa de posse do Lula, aquelas aquisições de imóveis em São Paulo, a que eu não gostaria nem de fazer referência. Mas, enfim, há uma enormidade que não quero descer em detalhes para não aflorar situações que nada acrescentam.

Eu estou convencido de que houve, sim, tráfico de influências. Portanto, acabei de listar dez, e entre elas várias situações que confirmam os títulos das dez que me fazem acreditar que os empréstimos não aconteceram. Agora, admito que existe corrente, e, nesse caso, quero mais uma vez mostrar que tenho procurado pautar a minha condução de forma que cheguemos àquilo que deva ser o nosso compromisso com a sociedade. Como eu admito que há pessoas que acreditam que é empréstimo, terminamos o nosso relatório parcial, com o Sub-Relator, excluindo conclusões que pudessem levar em consideração a premissa de que os empréstimos foram falsos.

Essa é uma decisão que a CPMI vai tomar quando eu apresentar o meu relatório final. Quando eu apresentar o meu relatório final – se até lá, eu estiver convencido de tudo isso, se isso ainda não tiver infirmado –, vou apresentá-lo, sem receio nenhum de que esse é o meu convencimento e as consequências são essas, essas e essas.

Quando eu falo relatório final, talvez eu deva fazer uma ressalva. Parece que estão prorrogando, e aí pode ser um relatório parcial, se, até lá, conseguirmos, em dezembro, finalizar a identificação dos fatos que, de alguma forma, estejam imbricados a esse assunto empréstimo.

Então, vou colocar em votação: quem acha que é empréstimo, é; quem não acha, não é. Se a maioria achar que não é empréstimo, as consequências e as tipificações são essas e essas, e iremos pedir... Esse é um detalhe importante, porque CPMI não indiciou ninguém. CPMI apenas indica às autoridades competentes, cada uma no seu âmbito de atividade, se deve ou não indiciar, se deve ou não instaurar a persecução criminal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Relator, só para esclarecer e ter uma compreensão melhor.

Concordo com as afirmações que V. Ex^a está fazendo, em grau, número e gênero. Aliás, essa é a leitura que se depreende de todos os depoimentos e de todas as circunstâncias que a CPMI investigou no que diz respeito a essa operação, que não é outra coisa que não uma “operação uruguaia” renovada, forjada.

A minha preocupação agora é: este sub-relatório que V. Ex^a está apresentando não vai ser votado, não vai ser apreciado pela CPMI, ao menos por enquanto? Acho que é importante que isso fique definido, uma vez que haverá um relatório final.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apresentamos duas alternativas que, depois, construiremos conjuntamente com o Plenário.

Acho que, neste aspecto, temos uma certa unanimidade. Não há entre nós quem não ache que, de alguma forma, existem certas circunstâncias e fatos nos quais Delúbio Soares e Marcos Valério estejam, evidentemente, ligados, e ainda como indícios – volto a falar que nós não indiciamos ninguém.

Então, temos duas alternativas ao final, depois que o Deputado Gustavo Fruet apresentar a continuidade desse relatório. Nós discutiremos conjuntamente as duas alternativas: considerá-lo um relatório gerencial ou – e eu apóio a segunda opção – encaminhar as situações relacionadas a Marcos Valério e Delúbio Soares, em relação as quais a premissa não seja a definição de que estejamos convencidos de que haja empréstimo ou não.

De qualquer modo, para que a população que nos assiste não imagine que estejamos fugindo de alguma coisa, podemos fazer isso a qualquer tempo, a qualquer momento. Mas por que estamos tendo essa cautela? Já ouvimos e lemos até o ministério público censurando que os documentos das CPMLs que vão ao ministério público merecem certas ressalvas. Eu acho que podemos ser mais criteriosos. Nada dificulta a que nós, já tão pacientes que fomos, ainda avancemos nisso um pouco e apresentemos algo mais consistente, para que, efetivamente, o ministério público possa dar prosseguimento, e não retroaja, determinando que a Polícia Federal prossiga investigando.

O que quero dizer com isso? Qualquer um de nós pode apresentar uma informação – chamamos de **notitia criminis** – ao ministério público. Se ele achar, diante do que apresentamos, que já há provas suficientes, ele denuncia. Caso contrário, ele tem de mandar à Polícia para prosseguir a investigação. Está em nossas mãos a possibilidade de fazermos com que o ministério público receba uma documentação e prossiga ou a de que ele receba uma documentação e determine a investigação junto à Polícia Federal.

Quero dizer, mais uma vez, que estamos construindo com a sensibilidade necessária, pois sabemos que estamos administrando aqui um quadro paritário. Temos quase que – e não se sabe quem tem mais aqui – um plenário de meio a meio, um plenário de 15 a 15, de 16 a 16. Como não queremos ser insufladores de desentendimentos no decorrer da investigação, precisamos também ter o freio necessário para que nada perturbe esse norte que tem sido o resultado convincente que tem dado tanta credibilidade à CPML. Creio que vimos construindo uma história diferente não só no âmbito político, mas junto à nossa população, que hoje acompanha todo o desenrolar de uma comissão meramente investigatória. Não condenamos ninguém,

mas podemos contribuir para que uma limpeza nacional aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Relator, só um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perdoe-me. Fiz a parte inicial. Creio que haverá mídia, que será apresentada...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vi sua exposição. Parabênz V. Ex^a por sua exposição e por suas conclusões com relação à não existência do empréstimo. Seria importante, porque em tudo se coloca agora, que o Relator e que o Sub-Relator identificaram a origem desses recursos, que seria a Visanet. Peço a sua atenção, Sr. Relator. Gostaria, exatamente, de que pudesse falar a respeito da Visanet, quer dizer, dos recursos, porque só falou do aspecto de que não há um empréstimo. Havia, então – e V. Ex^a passou sobre o assunto –, o episódio da captação dos recursos que chegaram ao banco e que foram aplicados, e do outro banco...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No relatório, o Deputado Gustavo Fruet vai colher a informação final da Visanet, que faz parte do relatório do Deputado José Eduardo Cardozo. Na verdade, provavelmente, se é que S. Ex^a conseguiu, já que não tem recebido a documentação necessária para construir esse relatório parcial para a semana que vem, e isso talvez nem aconteça.

Consta do relatório do Deputado Gustavo Fruet esse relato mais superficial daquilo que imagino V. Ex^a já saiba. Não entendi. V. Ex^a queria que eu noticiasse, que descrevesse o fato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que descrevesse um pouco. Esse é o fato importante.

Estamos aqui, há muito tempo, procurando a origem dos recursos. É claro que os empréstimos são, simplesmente, uma explicação, uma tentativa de explicar. Não há os empréstimos, mas os recursos vieram de algum lugar. Pelo que entendi, vieram da Visanet. Mas entendi, também, que apenas R\$9 milhões foram detectados – não o total dos empréstimos. Pergunto a V. Ex^a, inclusive para afirmar isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou esclarecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Enquanto tentam desqualificar o trabalho desta Comissão – até o Presidente da República tenta desacreditá-lo –, alguns aqui, como a Senadora Ideli, tentam desautorizar quando V. Ex^a faz o seu papel de dar as informações. A aprovação ou não do relatório é outra questão que vai dar-se posteriormente. Portanto, quero solidarizar-me

com suas posições. V. Ex^a está corretíssimo ao anunciar seu avanço nos trabalhos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou esclarecer esse episódio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Re-

lator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não, com todo o prazer..

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já que houve a possibilidade de diálogo, quero reiterar que o apontamento que V. Ex^a faz de irregularidades, das ilegalidades e das arbitrariedades praticadas pela DNA e pela SMP&B têm integral acordo da grande maioria. Em relação às irregularidades dessa empresa que, há dez anos, vem prestando serviços ao Poder Público, não apenas federal, mas nos Estados também; não apenas no Executivo, mas também no Legislativo e em estatais de ambos os níveis. V. Ex^a demonstra – e deixou claro – que essa confusão toda já vem engendrada de algum tempo, evidentemente como foco inicial da investigação desta CPMI. Foi regressiva no tempo, foi de 2004 para trás. Como V. Ex^a menciona, as evidências que apresenta – coincidências, tráfico de influência – estão mais bem situados nesse período mais próximo do início das investigações. Isso não nos exime, contudo, em primeiro lugar, de levá-las a efeito, inclusive no primeiro modelo, que, confessadamente, já funcionava desde 1998, provavelmente com outros atores, com outras movimentações.

E, recentemente, matéria divulgada na imprensa nacional demonstrou outro serviço, também da mesma empresa, sediada, àquela altura, num dos órgãos do Ministério do Trabalho, que demonstra também mais ou menos as evidências de irregularidades que V. Ex^a apresenta aqui.

E creio que V. Ex^a esteja correto quanto à prudência que assumiu no discurso que fez, inclusive por não ser conclusivo, em relação a abrir as inúmeras possibilidades em torno de interpretações que ainda deverão ser confirmadas do ponto de vista da investigação. Mais do que isso, já antecipou de que maneira o relatório parcial se apresenta para apreciação do plenário à sua consideração, em relação à ponderação que faz sobre os outros órgãos de investigação que já estão sendo investigados, uma vez que essas investigações não serão inauguradas pelo nosso relatório, e particularmente em relação a Delúbio Soares, ao Partido dos Trabalhadores, aos outros partidos envolvidos nesse modelo de 2003/2004. E desejo também que alcancem aqueles modelos anteriores, de 1998.

Assim como V. Ex^a foi assediado pela imprensa, durante uma semana, também o fui, como membro da CPMI, pois estava aqui na sexta-feira, e a única ponde-

ração que fiz, publicamente, foi quanto à necessidade de se ter prudência. Foi essa a afirmação que fiz, embora instado a dizer, inclusive, que V. Ex^a teria cometido falta de decoro ou coisa parecida, que é o que a imprensa estimula a que talvez, sem ponderação, nos manifestemos. Fui, então, rigorosamente, no caminho da prudência, o que era importante em função de a investigação ainda estar em curso e da precipitação sobre conclusões atribuídas a V. Ex^a – não sei, sequer, se foi V. Ex^a quem concluiu, mas foram atribuídas a V. Ex^a. E, sobre a afirmação direta de que o Banco do Brasil desviou o dinheiro para o PT, porque essa foi a conclusão publicada – pode não ter sido a opinião de V. Ex^a, mas foi a opinião publicada –, haveria, e há, um longo caminho ainda a se percorrer para se chegar a essa afirmação institucional. O Banco do Brasil exerce grande papel no momento nacional e no cenário, inclusive, de desenvolvimento do País, retomando um papel importante no fomento ao desenvolvimento nacional, com resultados financeiros que, evidentemente, incomodam também os seus concorrentes no mercado; envolve-se ainda uma empresa da qual o Banco do Brasil participa, a Visanet, uma empresa privada com outros sócios, alguns dos quais, inclusive, concorrentes do Banco do Brasil.

Portanto, faço um registro a V. Ex^a de que a ponderação, o raciocínio, os dez elementos que trouxe aqui, a afirmação clara de que não é uma fundamentação conclusiva e a ponderação, a prudência e o respeito com que V. Ex^a, inclusive, se pronunciou confirmam, mais do que tudo, o necessário crédito que V. Ex^a e os sub-relatores – e aí me incluo nessa condição – temos de ter até o final do processo. E foi essa a principal ponderação que fiz, na última sexta-feira, em relação àquilo que era publicado, ou em nome da CPMI, ou em nome de V. Ex^a, como se fosse atribuída uma conclusão definitiva.

Muito obrigado!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu só queria esclarecer o seguinte: primeiro, tenho a maior admiração pelo Banco do Brasil e quero que essa instituição prossiga, prestando os serviços que presta à sociedade. Agora, toda instituição tem suas mazelas, e cometeu um equívoco enorme ao lá colocar um Henrique Pizzolato, que emitiu uma nota técnica, achando normal pagar R\$35 milhões antecipadamente. E o Banco reconhece isso! O que traduzi ao público é o que o banco traduz em seus documentos. A única coisa que o banco ressalva é que não deu dinheiro para o PT. Eu nunca disse que o Banco reconheceu que deu dinheiro para o PT. Agora, na minha concepção, ele deu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Depois do Deputado Arnaldo, que está inscrito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só queria lembrar um detalhe. Pela exposição do Relator, desconstituem-se totalmente os empréstimos, que chegam a 55 milhões, e o ingresso, que até agora está sendo apurado, em 10 milhões. E os outros R\$45 milhões?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Olha, eu tenho a maior admiração para com o Deputado Arnaldo e inclusive sei que os vão prosseguir fazendo. Mas nós temos todo o aprofundamento pendente da apresentação do Deputado Gustavo Fruet.

Vamos suspender a minha parte e iniciar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Até porque daí vem todo esse desconhecimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Houve a desconstituição dos empréstimos, inclusive do Banco do Brasil. Acho que estranho. Quer dizer, esta é, na verdade, a minha preocupação; ainda que vamos ao detalhe com o Deputado Gustavo Fruet, a primeira parte já fulminou totalmente os empréstimos, e aí há empréstimos até do Banco do Brasil em um total de R\$55 milhões; a Visanet só apareceu com R\$10 milhões. E os outros R\$45 milhões? Brotaram!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, um minuto apenas, controlado no relógio.

Há o Requerimento nº 1.284, e eu chamo a atenção disso porque é exatamente na linha que V. Ex^a expôs, nobre Relator, do Deputado Abicalil: a acareação entre Henrique Pizzolato e Marcus di Flora, porque esse esquema comandado por Gushiken e Marcus di Flora é que viabilizou a vitória da SMP&B, a vitória da DNA, a ordem para que o dinheiro fosse transferido da Visanet para a DNA; é um documento formatado por Pizzolato, que disse aqui que não tomava nenhuma grande decisão sem o OK da Secom.

Ou seja, quero relembra-lo, porque vamos ter de trazê-los aqui para fazer essa acareação, que será esclarecedora. Por tudo o que estamos conseguindo de documentação, vai ficar claramente demonstrado que havia – e volto afirmar essa palavra – uma quadrilha. Vamos mostrar isso de modo lento, gradual e de maneira inflexível.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Sub-Relator Gustavo Fruet.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, permita-me só um minuto, Sr. Presidente, para fazer uma consideração ainda à manifestação do nosso Relator-Geral, Deputado Osmar Serraglio,

até para infirmar uma coisa que eu considero extremamente importante e que ficou definitivamente clara no relatório. Quero passar isso, até para mim mesmo, para tirar essa convicção.

Há um conjunto de empréstimos que chega a R\$55 milhões, que o Delúbio declara e que o Marcos Valério assume, que seria das empresas do Marcos Valério com o PT.

Esse empréstimo de R\$10 milhões... Desde o começo, quando o advogado Tolentino dava o depoimento na CPMI, e que lá estava o recurso depositado do BMG, de R\$ 10 milhões, em nome da empresa do Sr. Marcos Valério, Rogério e Tolentino, enfim todo esse esquema...

Aí, ele passa R\$10 milhões para o PT, só que, em vez de pegar os R\$10 milhões que tinha na conta, ele faz um empréstimo de R\$10 milhões, dando como garantia os R\$10 milhões que tinha. Quer dizer, em sua consciência, é um negócio, permita-me dizer, de jerico. É um negócio de um bobo, de burro. É uma coisa que salta aos olhos. Como alguém tem R\$10 milhões, em uma conta no banco, e quer emprestar para uma outra pessoa exatamente R\$10 milhões; e, em vez de ir lá ao banco e pegar o disponível em depósito, ele faz um empréstimo. Ou seja, ele está pedindo emprestado o seu próprio dinheiro, sendo que o dinheiro que é dele rende no banco 1%, e pelo dinheiro que ele pediu para o banco e que, em última análise, é o próprio dinheiro dele que o banco está emprestando, ele vai pagar para o banco 5% ao mês. É óbvio que é uma triangulação para lavar o dinheiro. Porque este empréstimo de R\$10 milhões, depois, vai ser pago com os R\$10 milhões que ali estavam, que ficaram caucionados; os R\$10 milhões são dinheiro mal havido, que veio de conta em conta e que saiu inicialmente lá do Banco do Brasil.

Então, isso ficou assim claro, cristalino, e é nisso que nós vínhamos insistindo quando do depoimento do Sr. Rogério Tolentino na CPMI: como alguém, em sua consciência, faz uma operação dessas? Não é crível. É claro que fizeram não por serem bobos, mas porque precisavam esconder de onde estava vindo o dinheiro. Isso para mim está muito claro, e a manifestação do Relator mata a charada, equaciona a questão, soluciona o problema.

E é claro que o dinheiro, os R\$10 milhões que vieram para o PT, era dinheiro que não era para ser pago; era da transferência de dinheiro que vinha do esquema da publicidade do Banco do Brasil, infelizmente – e logo o meu Banco do Brasil, de onde sou funcionário. Mas, absolutamente, não quero incriminar a instituição, nem seus funcionários, nem sua diretoria como um todo, mas alguns ou um mau diretor agiu assim, e nós precisamos fazer as leituras muito claras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São três horas de reunião, e o Deputado Gustavo Fruet sequer começou a apresentar seu relatório. Então, não sei... Eu já não tenho nenhuma esperança de votar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Entendo a compreensão de V. Ex^a, mas há um equívoco aí. Na realidade, há menos de uma hora e meia, porque a reunião, programada para as 10h, foi adiada para as 11h30min, e só se permitiu o início às 12h30min.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o exagero é para impressionar, Sr. Presidente, é para ajudar o Deputado Gustavo Fruet. Vemos ali o semblante dele.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para não ser mais vez acusado de impaciente, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu e, a seguir, ao ilustre Sub-Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tenho nada a ver com o Deputado Geraldo Thadeu, pelo amor de Deus.

Deputado, não quero cassar o direito de S. Ex^a falar, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu só gostaria de fazer uma consideração, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, de que a madrugada é criança, mas a tarde, também, acho que podemos aproveitar tranquilamente porque é um assunto muito sério. Creio que temos de debater com muita profundidade, mas o Deputado Gustavo Fruet já vai falar.

Eu só gostaria de salientar aqui, nobre Relator, Deputado Osmar Serraglio: acredito que sua explanação foi muito ponderada, com muito critério, com muito cuidado, e vejo que aquele episódio que tivemos aqui, que gerou aquele tumulto, aquele dia do Valério – V. Ex^{as} se lembram daquilo – está tudo marcado.

Realmente – agora vamos ter conhecimento pelo relatório do Deputado Gustavo Fruet –, vamos ter condições de ver a questão de números, mas eu gostaria de fazer um questionamento, uma pergunta: nós colocamos que o Valério usava, na sua origem, os recursos de caixa dois de empresas privadas, ou de superfaturamento de contratos de publicidade com as estatais, ou de alguma outra forma. Aí, havia aquele... E, Deputado Gustavo Fruet, eu gostaria também... Havia aqueles recursos que eram colocados nas contas das suas empresas, que eram recursos não identificados.

Por outro lado, existia, na saída das contas, o saque em dinheiro vivo nos caixas dos bancos. Nesse relatório que o Deputado Gustavo Fruet vai falar, há menção sobre isso?

É importante essa questão porque, ontem, com o depoimento do ex-Ministro, hoje Prefeito Anderson Adauto, confirma-se que solicitaram-se recursos, os recursos vieram, e ele não sabe de onde.

Então, concluindo, Sr. Presidente – e agradeço sua benevolência –, eu gostaria de dizer o seguinte: realmente, é importante que esta Comissão tenha seu prazo prorrogado porque ela é muito complexa. Agora vamos ter a oportunidade. Embora todo esse trabalho de sub-relatoria e relatoria esteja sendo feito com extraordinária capacidade e dedicação, apenas com a contratação das empresas especializadas é que vamos ter a conclusão maior de todo esse trabalho.

E agora é importante – e falo aqui pelo PPS, espero que os outros partidos também – que aqueles parlamentares que retirarem o seu nome tenham seus nomes publicados – são aqueles que não querem a continuidade desta CPMI – e que a opinião pública tome conhecimento de todos os Parlamentares que estão retirando os seus nomes para dar continuidade a esta CPMI até abril, dar continuidade às investigações, inclusive com as empresas contratadas que são especializadas em rastrear dinheiro e que podem descobrir muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a. Concedo a palavra ao ilustre Sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet. Solicito à Secretaria que entre em contato com os membros da Comissão para que daqui a 40 minutos estejam presentes, porque há requerimentos importantes que dependem de quorum para votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PDT – SP) – Se não tiver quorum, não vai ter votação de acordo.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Parlamentares, o relatório se fundamenta em três linhas: análise contábil e financeira da movimentação de Marcos Valério, apontando a simulação de empréstimos, as fontes dos recursos e a tipificação das condutas e as sugestões e indiciamentos. Mas é necessário apresentar algumas preliminares. A primeira delas, o relatório é parcial. Por que é parcial? Tem foco, tem objetivo, está concentrado na comparação dos dados contábeis apresentados por Marcos Valério com os dados coletados a partir da quebra de sigilo bancário das empresas e das pessoas ligadas a Marcos Valério.

Portanto, neste relatório, como bem disse o Relator Osmar Serraglio, não estamos discutindo a questão do mensalão, não estamos discutindo a questão dos contratos, que é objeto inclusive da Sub-Relatoria do Deputado José Eduardo Cardozo, e, portanto, sequer estamos insinuando e especulando a existência de

irregularidades em contratos, como, por exemplo, superfaturamento, inexistência de notas ou notas frias.

Da mesma forma, vamos destacar quais são as investigações que estão em prosseguimento, para que se evite a impressão ao final de se questionar porque determinado ponto não foi incluído, porque determinada pessoa não foi mencionada, porque determinada operação não foi analisada. É por isso que o relatório é parcial.

Assim, até pelo tempo, separo na questão da estrutura, para que se possa entender o que é o relatório, e uma análise de mérito. Não vou fazer a leitura do relatório que vai ficar extremamente maçante. Há algumas questões que necessariamente tenho que seguir esse roteiro, fazer a leitura, pela análise técnica, e a preocupação maior com apoio da consultoria tanto do Senado, quanto do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, da Receita Federal, é fazer uma análise técnica do relatório.

Os pontos dois e três, na medida do possível, não se emite nenhum juízo político, não se procura estabelecer ou colocar adjetivos, mas se faz uma análise técnica dos dados que foram coletados.

O que temos hoje como condição? E estou pedindo até que seja feita a distribuição tanto do documento do relatório, quanto dos anexos. O relatório tem pouco mais de cinquenta páginas, mas temos dez anexos.

O primeiro deles é a informação contábil entregue à CPMI dos Correios sobre os empréstimos ao PT. Portanto, o primeiro anexo se refere às informações que foram apresentadas pelo Marcos Valério, que estão consolidadas nesse item.

O segundo anexo refere-se à informação apresentada pelo Marcos Valério sobre os empréstimos ao PT, em especial através da corretora Guaranhuns, que merece um capítulo à parte. Isso não está concluído, mas tanto a Guaranhuns como a Bônus-Banval serão uma citação neste relatório, mas esta investigação tem que ser aprofundada.

O terceiro anexo é análise da conta 1010-5 do Banco Rural da SMP&B. O Marcos Valério chama essa conta de Caixa-cheques emitidos. Até já tivemos oportunidade de falar sobre isso. Alguns pontos, que hoje vão ser tratados, já são do conhecimento, mas estamos procurando consolidar essas informações no relatório, mas algumas questões óbvias e já ditas serão repetidas.

O terceiro anexo merecerá uma análise especial no relatório. É o empréstimo contabilizado pelo Marcos Valério...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, só um detalhe. Esse terceiro relatório quando fala em Caixa-cheques emitidos, esta caixa deveria

estar entre aspas porque dá a impressão de que pode ser Caixa Econômica e não é.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Em momento algum se levantou a observação, mas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Caixa-cheques emitidos.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas vamos esclarecer. De qualquer maneira...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Colocar entre aspas não tem nada a ver com Caixa Econômica.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se não podem achar que é caixa de papelão também.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só uma observação: esse nome foi estabelecido pelo Marcos Valério. Então, o quarto anexo é o empréstimo que ele contabiliza como mútuo feito com a empresa dele, DNA. Porque o que acontece, quando se verifica a transferência de recursos, 30 milhões se deram por meio de cheques que foram identificados, porém há o valor de R\$12,482 milhões, que não há registro na movimentação financeira, mas que na contabilidade ele registra como mútuo com a DNA.

O quinto anexo é a análise de uma Conta 194001-9, que ele chama de Adiantamentos Concedidos. Vamos explicar também no relatório, que é como se fosse uma triangulação de recursos dentro das próprias empresas para justificar a saída para o empréstimo do PT. Isso está na contabilidade, mas não está na movimentação financeira.

O sexto anexo são todos os cheque sacados nas contas contábeis do Marcos Valério repassados para o PT, ou seja, relacionamos data, valor, número da conta, o número do cheque, o número do banco, identificação do banco, o nome dos sacadores, os valores sacados, como é que isso foi contabilizado. E, aqui, chegamos a uma cópia colorida, e até definimos com o Relator que ainda hoje ficará definido no *site* do Senado, na página da CPMI, todos esses *slides*, todos esses gráficos, porque, quando se faz com cor, foi até uma sugestão da equipe técnica, é para separar as operações, o que é dado contábil e o que é dado que está na movimentação financeira.

O sétimo anexo é uma análise da Conta Corrente 2595-2, que é praticamente a conta de onde saem quase todos os valores ou cheques, quer seja na contabilidade apresentada pelo Marcos Valério, quer seja na identificação da movimentação financeira. E nessa conta, vamos apresentar a relação de todos os saca-

dores, aqueles que já foram identificados e aqueles que vamos encaminhar para a Polícia Federal, para que se proceda à investigação.

O oitavo anexo, do qual não foi tirada cópia, é aquele em que se mostra toda movimentação financeira do Marcos Valério de 2001 até 2005. Então, é bom deixar bem claro que estamos analisando todo o período que foi objeto da quebra de sigilo, mas essa movimentação que será a análise específica do relatório só começa a ser verificada e identificada a partir do ano de 2003. Esse anexo está reduzido, são mais de 120 páginas onde aparecem todos os recursos que entraram nas contas do Marcos Valério e onde aparecem todas as saídas de recursos das contas do Marcos Valério. A partir desse documento, cuja sistematização levou mais de três meses para ser feita, começamos a analisar os demais anexos.

O nono anexo é a relação entre os empréstimos bancários que teriam sido feitos pelo Marcos Valério e os repasses que foram feitos para as pessoas indicadas. Vamos mostrar no gráfico a falta de sintonia entre as datas e os valores dos empréstimos e as datas e os valores sacados. Esse anexo tem um desdobramento: foi colocado com a empresa DNA e sem os valores dessa empresa, porque, apesar de na contabilidade haver registro de saída de recursos para esse esquema, que podemos chamar do Delúbio, não há na movimentação financeira o valor equivalente.

E os demais anexos se referem às documentações como o balanço sintético contábil feito e assinado pelo contador do Marcos Valério; uma informação do Banco Central sobre a análise dos contratos e as garantias estabelecidas pelo Marcos Valério; um outro documento do Banco Central onde se apontam todas as visitas do Marcos Valério ao Banco Central em Brasília e em São Paulo, 17 visitas no período; e, por fim, um documento que foi entregue pelo Marcos Valério no qual consta a carta do Delúbio assumindo responsabilidade em garantir os empréstimos que foram realizados pelas empresas do Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Esse anexo não foi distribuído, o último, da carta?

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR)

– Esse último não. Está sendo providenciada cópia, mas insisto no seguinte, Deputado: pelo volume de informações, reparem que são mais de 300 folhas, então, esse material estará disponível na página e estará disponível também no CD. Com relação ao relatório, e agora vamos partir para o mérito, esse foi o relatório possível.

Todo o relatório foi construído sob orientação do Deputado Osmar Serraglio. Entendo e respeito toda a cautela, toda a precaução que o Deputado Osmar

Serraglio adotou durante esse período desse relatório. Ele tem caráter conclusivo. É evidente que não significa que haja, por parte também do Relator... Alguns pontos foram retirados. Eu vou explicar depois, na seqüência, que vão ser objeto da análise dos próximos relatórios, mas ele tem caráter conclusivo e o objetivo é provocar este debate com a Comissão e apresentar os dados técnicos para que se possa qualificar esse debate.

O Deputado Osmar Serraglio ressaltou: queremos produzir um material que, quando for enviado ao Ministério Público e à Polícia Federal, não siga ou não seja simplesmente um indício ou uma opinião da Comissão, ou do Relator ou do Sub-Relator. A idéia é apresentar, em cada movimentação, uma história com início, meio e fim, juntando a análise contábil e financeira, juntando toda a documentação que foi enviada à CPMI, inclusive os documentos que foram apreendidos, a documentação que foi objeto de quebra de sigilo, juntando os depoimentos para que, daqui a seis meses, um ano, dois anos, se houver desdobramento, não se alegue que houve uma desqualificação ou má-qualidade nos dados e no trabalho apresentado.

Está sendo distribuída cópia do relatório. A introdução, que é o primeiro item, é auto-explicativa. Nós fazemos uma observação sobre o foco, o início da CPMI e o que está sendo objeto de análise neste relatório, mas vou me destacar agora à análise dos dois pontos: a simulação dos empréstimos e a fonte de recursos.

Qual a lógica de uma empresa de publicidade tomar emprestado dinheiro no sistema bancário, com juros elevados, e emprestá-lo a um partido político, sem prazo de pagamento nem definição do seu percentual de remuneração? E aqui é para destacar que não se trata de uma mera relação entre particulares. Não é uma relação entre uma agência de publicidade e um partido político, pessoa jurídica de direito privado. Trata-se de uma relação de uma agência que recebe contratos do Governo, toma empréstimos com garantias dos contratos públicos e repassa dinheiro para o Partido do Governo.

Segundo foi alegado pelos personagens, o valor bruto tomado como empréstimo e repassado ao PT foi de R\$55.312.760,02. Todavia, o valor foi contabilizado na empresa SMP&B como sendo de R\$55.941.227,81. Tanto o publicitário Marcos Valério quanto o Delúbio alegaram que essa movimentação decorre de empréstimos feitos pelos Bancos BMG e Rural em favor do PT. Teriam sido dois tipos de operações: a) empréstimos contratados por empresas ligadas a Marcos Valério ou a sua esposa, a pedido de Delúbio Soares, para serem repassados ao Partido dos Trabalhadores; e b)

dois empréstimos contraídos diretamente pelo PT no Banco Rural e no Banco BMG.

Essa análise continua, mas se passa a expor agora as evidências que indicam que os negócios jurídicos aqui relatados não constituem empréstimos, mas mera simulação. Primeiro, não há qualquer contrato formal entre as empresas de Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores. À parte das implicações criminais decorrentes da não-contabilização dos empréstimos, a boa gestão empresarial, financeira e partidária determina que haja registro formal das operações, especialmente em se tratando do volume financeiro envolvido, cerca de R\$55 milhões. Apenas os dois supostos empréstimos concedidos diretamente pelos bancos ao PT têm registro formal. Mesmo nesses casos, no entanto, há problemas na configuração das garantias dos contratos. A explicação dada para a falta de registro formal das operações é evasiva e inconsistente. Em depoimento à Comissão, o então tesoureiro do PT alegou que os empréstimos foram contraídos, simplesmente, com base em um contrato de confiança entre eles acordado. Marcos Valério não possui contrato de empréstimo mútuo ou outro documento que comprove os supostos empréstimos. Registre-se a esse respeito que foi promovida a notificação judicial ao Partido dos Trabalhadores, uma notificação de protesto, em ação ajuizada por Marcos Valério, perante a Justiça Comum de São Paulo na 13ª Vara Cível da Comarca da Capital, ação esta extinta sem o exame de mérito, justamente devido à não-comprovação e não-apresentação dos documentos necessários à instrução do feito.

Nós pedimos à Vara Cível de São Paulo, que nos mandou essa decisão, esse arquivamento, e que mostra inclusive a contestação do PT, que não reconhece os empréstimos feitos pelo Marcos Valério.

b) Não há registro de pagamento de juros em cargos ou amortizações, contradizendo a prática corriqueira e operações de empréstimo, à exceção de uma parcela de uma suposta operação de financiamento destinada diretamente ao PT, paga coincidentemente pela agência SMP&B, ligada ao Marcos Valério. Ao lado disso, as dívidas foram renovadas de forma sistemática, o que indica que não havia ânimo de cobrança e tampouco disposição dos tomadores em diminuir os passivos. Isso será demonstrado nos *slides*.

Por exemplo, empréstimo do Banco Rural ao PT, no valor de três milhões, chegou a ser renovado dez vezes. Outro empréstimo, esse no valor de R\$19 milhões do Banco Rural/SMP&B foi prorrogado por seis vezes. Esses dados são relevantes, em função da diferença de contabilização e de tratamento de outros empréstimos realizados pelas empresas do Marcos Valério. Também causa estranheza o fato de que os

empréstimos que vinham sendo renovados sucessivamente passaram a ser cobrados apenas judicialmente, após a instalação da CPMI, em 9 de junho de 2005, embora as operações tenham sido realizadas nos anos de 2003 e 2004. Apenas depois da divulgação das denúncias e na nominação dos personagens envolvidos, percebeu-se a disposição dos credores em executar seus devedores.

c) A análise contábil relacionada às empresas do Sr. Marcos Valério mostra a inconsistência na identificação de entradas e saídas de recursos. Os documentos contábeis entregues à CPMI apresentam erros, lacunas e omissões, principalmente no que se refere ao registros dos supostos empréstimos. Em diversos casos, os números são incongruentes. O Sr. Marcos Valério chegou a apresentar quatro valores diferentes para o montante total dos recursos que teriam sido repassados ao PT, por exemplo. Há indícios de fraude contábil, sugerindo que alguns lançamentos foram feitos tão-somente para justificar os repasses ao Partido dos Trabalhadores. Leia-se, quando falo Partido dos Trabalhadores, a operação realizada pelo tesoureiro Delúbio Soares. As declarações do Imposto de Renda fornecidas por Marcos Valério foram retificadas também coincidentemente após a data da instalação da CPMI. Os valores tomados pela SMP&B não constam do passivo da sua contabilidade, assinado pelo contador Marco Aurélio Prata, cujo documento está em anexo. Tão poucos valores repassados às pessoas indicadas por Delúbio Soares constam de seu ativo. Apenas em junho deste ano, o empresário Marcos Valério apresentou uma retificação.

d) As vultosas operações financeiras foram realizadas pelos Bancos BMG e Rural de maneira incompatível com uma gestão responsável, tanto assim que o Banco Central determinou o rebaixamento na classificação desses empréstimos em face de seu difícil recebimento e o provisionamento integral do valor dos créditos, conforme anexo, destacando que as operações e a ação dos bancos será objeto de um próximo relatório.

e) Os contratos de prestação de serviços de publicidade realizados pelas empresas DNA e SMP&B a órgãos da administração pública indireta, Banco do Brasil, Eletronorte e Correios foram dados como garantias dos empréstimos feitas pelas empresas ligadas a Marcos Valério, com o fim de repassar ao PT. Contudo, esses contratos apresentam vedação expressa quanto à possibilidade de serem incluídos como garantia em contratos de mútuo; além do que os contratos não servem como garantia, mas apenas como demonstração de capacidade de pagamento, ainda assim de natureza relativa, pois deles decorre mera expectativa de crédito.

tos, conforme anexo. E acrescenta-se que não se trata nem de autorização para a transferência de domicílio bancário, o que seria matéria com a necessidade de assinatura de pelo menos dois diretores das empresas para que também permitissem essa transferência.

Essa foi a informação que o Sr. Marcos Valério passou às instituições bancárias.

Passamos agora à análise dos dados. A base das informações, por brevidade, é auto-explicativa, mas consta dos anexos que fazem parte do relatório. E aqui é o ponto, é claro, de natureza do Sub-Relator, afirmativa.

Os empréstimos simulados para disfarçar os repasses das empresas de Marcos Valério aos sacadores.

A versão apresentada de que representava empréstimos carece de sustentação jurídica. Não existe qualquer contrato formalizando a transferência dos recursos. É inaceitável que embora as operações realizadas tenham movimentado recursos de quase R\$55 milhões, não haja, simplesmente, qualquer documentação que as registre.

É descabida, do mesmo modo, a ligação de que se trata de contrato tácito. Nesse sentido, cita-se que não se trata também de doação ou contribuição eleitoral, pois a legislação específica exige que essa espécie seja declarada à Justiça Eleitoral. E quanto à doação, o art. 541 do Código Civil exige que seja formalizada por escritura pública ou instrumento particular.

Inaplicável, igualmente, a disposição do parágrafo único do mesmo artigo, que alude à doação verbal, unicamente admitida para bens móveis e de pequeno valor, o que, evidentemente, não é o caso.

Aqui também se procura afirmar que não se pode juridicamente aceitar a idéia de que esse recurso foi utilizado para financiamento eleitoral. A circunstância do destinatário dos recursos ser o Partido do Governo torna especialmente delicada essa questão, pois seus dirigentes têm ascendência ou relação sobre as pessoas responsáveis na assinatura a acrescentar, dos contratos públicos de interesse direto das empresas envolvidas e exerce influência na direção dos negócios estatais. Isso ficou caracterizado no depoimento do Tesoureiro Delúbio Soares e do ex-Secretário-Geral Sílvio Pereira.

As agências de Marcos Valério, vale frisar, mantêm contratos com diversas entidades da administração pública, entre elas os Correios, a Eletronorte e o Banco do Brasil. Qual é a lógica dessa afirmação? Não haveria nenhuma suspeita se esses recursos tomados nos bancos com garantia de contrato público fossem destinados, por exemplo, para repassar, por suposição, a um partido da Oposição. Da mesma forma que não

teria nenhuma dúvida, imaginando que o Partido do Governo recebeu dinheiro de uma agência que presta serviços para o Governo, se as garantias dadas fossem contratos com empresas privadas ou se restringissem aos bens pessoais dos seus sócios.

Quanto à análise contábil, o primeiro item, antes de entrarmos ali nos *slides*, refere-se à documentação apreendida pela Polícia Federal. Por intermédio de uma busca e apreensão a Polícia Federal apreendeu seis documentos registrados em folhas de papel com timbre da empresa, que estão em anexo. Essa documentação apresenta os balanços sintéticos da SMP&B Comunicação, findos em 31/12/2004 e 31/03/2005. Apresenta também demonstração do resultado dos exercícios findos nas mesmas datas dos balanços.

No ativo dos balanços não estão contabilizados empréstimos a receber, e no passivo estão contabilizados R\$3.516.080,56 (Três milhões, quinhentos e dezesseis mil, oitenta reais e cinquenta e seis centavos) como empréstimos e financiamentos, valor este igual a um único empréstimo, tomado pela SMP&B ao Banco BMG, em 14/07/2004. Não há referência aos demais empréstimos.

Assim, verifica-se que antes da instalação da CPMI, em 9 de junho de 2005, a SMP&B não mantinha em sua contabilidade registro quanto a empréstimos tomados aos bancos e tampouco, ainda, dos recursos ditos repassados ao PT.

Na mesma situação se inserem as demonstrações financeiras da DNA Propaganda Ltda., apreendidas pela Polícia Federal e assinadas pelo mesmo profissional de contabilidade. Nelas também não consta nenhum registro de empréstimo no ativo ou no passivo.

Dos documentos entregues à CPMI dos Correios. O Sr. Marcos Valério entregou três CDs contendo diário, razão e balancete mensal das empresas. A contabilidade apresenta registros de empréstimos ao PT, diferentemente das demonstrações apreendidas pela Polícia Federal. Procedeu-se, então, à análise da contabilidade no que se refere a esses registros.

Mencione-se que a análise dos documentos bancários, físicos e de dados – informatizados – enviados pelos bancos à Comissão aponta para uma concentração de recursos repassados a pessoas supostamente indicadas pelo Sr. Delúbio, segundo depoimento de Marcos Valério, por via da Conta Bancária nº 2595-2, do Banco Rural, cujo titular é a SMP&B. A contabilidade por ele entregue à CPMI confirmou essa concentração, como será demonstrado.

Outro aspecto intrigante é a seqüência de datas entre as informações prestadas por Marcos Valério à CPMI. As declarações de Imposto de Renda da SMP&B para os exercícios 2003/2004 foram retificadas na Re-

ceita Federal em 27 de junho de 2005 e 28 de junho de 2005, respectivamente, conforme informado pela Receita, ou seja, após a instalação da CPMI.

As retificações ocorreram após a instalação, o que evidencia a tentativa de justificar o envio de recursos a pessoas físicas e jurídicas, com o argumento de que se tratavam de empréstimos que não tinham sido lançados tempestivamente.

Note-se que o arquivo contido nos CDs entregues pelo Sr. Marcos Valério tem data de 9 de agosto de 2005.

Na documentação entregue, houve registro de 55 milhões, 941 mil, 227 reais e 81 centavos (R\$55.941.227,81), classificados como empréstimos a PT, distribuídos em sete tipos de lançamentos. Este é o primeiro slide que consta no relatório.

Na contabilidade do Marcos Valério, verifica-se, através desses lançamentos, a forma que ele registrou o repasse ao PT ou às pessoas indicadas pelo Delúbio Soares. O que queremos mostrar? Se fosse uma operação simplesmente de tomada de empréstimo junto ao banco e repasse para um Partido ou algumas pessoas, não haveria, ou não se entende a lógica de tanta intermediação ou de tanto passeio pelo recurso em diversas contas. Então, esse primeiro slide mostra a contabilidade apresentada pelo Marcos Valério.

Como é possível constatar, a soma dos lançamentos totaliza 55 milhões e 900 mil. Após a CPMI fazer o cruzamento dos dados bancários, identificaram-se estornos, e aqui começa, chamo a atenção, é uma questão técnica cansativa, mas é para caracterizar a fraude e a falsidade na documentação. Identificaram-se estornos e cancelamentos de cheques referentes à conta empréstimo PT, mas que não foram lançados na rubrica correspondente, ou seja, há o lançamento, mas depois tem estornos e cancelamentos desses valores que não constam na rubrica apresentada. Isso evidencia falta de consistência dos registros. Essa incongruência caracteriza indício de fraude contábil, conforme conceituado em normas de auditoria independente na legislação aplicável que consta no relatório, que conceitua fraude como “o ato intencional de omissão, manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e documentações contábeis”. As escriturações foram feitas, posteriormente à instalação da CPMI, de forma tão apressada que esqueceram até de registrar os estornos ocorridos na conta referida.

Outro aspecto relevante é a imprecisão ao se informar o total de recursos emprestados ao PT por meio dos Bancos Rural e BMG.

Marcos Valério declarou que repassou às pessoas indicadas 55 milhões, 841 mil 227 reais e 81 centavos (R\$55.841.227,81). A CPMI da Compra de Votos

informou que o total de recursos emprestados foi de 55 milhões e duzentos mil reais (R\$55.200.000,00). Já a contabilidade apresentada pela SM&PB, pelo próprio empresário, registra 55 milhões e 900 mil reais (R\$55.900.000,00). Se considerados os cheques estornados e cancelados e que não estão nas contas declaradas pelo Marcos Valério, são quatro os valores informados para o mesmo fato, o que caracteriza a falta de documentos que suportem contabilmente as afirmações apresentadas por Marcos Valério.

A seguir, será feita uma análise de cada uma dessas contas contábeis. Entendo que é um trabalho e uma leitura cansativa, mas é fundamental registrar para mostrar que não se trata simplesmente da análise dos empréstimos, mas queremos desconstruir na contabilidade, cruzando a movimentação financeira com os dados contábeis, as afirmações apresentadas.

Primeira conta contábil: ele chama conta contábil do Banco Rural, conta corrente nº 25.95-2. Essa conta em nome da SM&PB foi utilizada para os repasses de recursos. Foi contabilizado um total de 12 milhões, 800 mil. Vou partir para dar os valores aproximados de lançamentos classificados como empréstimos ao PT. Porém, como exemplo, dois cheques de cem mil (R\$100.000,00) reais e quinhentos mil reais (R\$500.000,00) foram estornados dessa conta, tendo como contrapartida o caixa-geral. É outra situação interessante. O Marcos Valério contabiliza esses valores, mas na análise da movimentação contábil-financeira ele estorna parte desses valores, joga no caixa geral da sua empresa. Não havendo nenhuma relação entre os valores identificados com os empréstimos bancários e os valores que foram repassados ao final aos sacadores.

A conta-caixa da empresa é dividida em caixa-geral e caixa-cheques emitidos. Mesmo com os cheques estornados, o valor dos empréstimos nessa conta não foi alterado para 12 milhões e 200 mil reais (R\$12.200.000,00), ou seja, ele não tirou pelo menos 600 mil reais (R\$600.000,00) dos valores ditos emprestados ao PT, como recomenda a técnica contábil. Dessa forma, conclui-se que: ou o valor dos repasses de 600 mil reais (R\$600.000,00) foi menor ou a diferença foi repassada de outra forma, e para outras pessoas, de maneira não contabilizada e até agora não identificada.

A SMP&B classificou 73 cheques nesta conta como “empréstimo ao PT”. Nela incluem-se diversos sacadores que são informados no item 4.3.1, segundo a conta contábil 390.001, Guaranhuns adiantamento.

Essa avaliação será preliminar, porque a análise dessa Guaranhuns vai merecer um capítulo à parte, visto que essa conta registra os créditos da SMP&B

junto a essa corretora e que foram repassados ao PT como empréstimos. Desta conta saíram R\$6.037.500,00 para a conta “empréstimo ao PT”.

Na prática, a corretora Guaranhuns servia como intermediária para repassar recurso a pessoas como o Sr. Valdemar Costa Neto, então Deputado Federal, e a outras pessoas físicas e jurídicas que estão relacionadas no anexo. A SMP&B emitiu 61 cheques e duas transferências eletrônicas como adiantamento a Guaranhuns e, à medida que repassava os cheques às pessoas, creditava a conta contábil “adiantamento Guaranhuns valor que se transfere como empréstimo ao PT” e debitava “empréstimo ao PT”, planilha 2.

Isso aqui, apesar da difícil compreensão só numa leitura, está mais bem esclarecido nos anexos, mas é para mostrar também que há indícios de fraude na contabilidade apresentada.

Os recursos também saíram do Banco Rural, da conta corrente nº 2595-2, e a corretora servia para intermediar as operações de repasses e dificultar o rastreamento. Segundo a equipe de auditores, essa é uma prática típica de quem trabalha com lavagem de dinheiro. Vários cheques foram utilizados para comprar cheques administrativos no próprio Banco Rural, uma forma de transformar cheque em dinheiro e dificultar o rastreamento.

Observa-se, ainda, que o repasse via Guaranhuns se inicia em 11 de fevereiro de 2003. Até o dia 19 de fevereiro de 2003, já haviam sido sacados R\$1 milhão. Por outro lado, o primeiro empréstimo da SMP&B no Banco BMG de R\$12 milhões, e que faz parte de seis empréstimos informados pelo Sr. Marcos Valério, só ocorre em 25 de fevereiro de 2003. Já na contabilidade da SMP&B, há o primeiro lançamento de crédito da Guaranhuns como “empréstimo ao PT” feito em 6/3/2003. Ou seja, esses valores e esse registro contábil se deram antes do primeiro empréstimo realizado por Marcos Valério. As análises mostram que esses recursos não saíram em dinheiro do caixa da SMP&B, mas que os cheques foram entregues diretamente aos beneficiários. Esse procedimento caracteriza mais um fato não contabilizado no tempo devido e na correção obrigatoriamente exigida pela técnica contábil, já que se descarta a hipótese de o dinheiro ter sido repassado de 11 a 19 de fevereiro e só em 3 de março, quase um mês depois, tenha a empresa reconhecido esse repasse como empréstimo.

Registre-se que a análise das operações dessa corretora continua sendo feita na Polícia Federal, na CPMI, bem como na Comissão de Valores Imobiliários.

Terceira conta: 10105, que ele intitula “Caixa-cheques emitidos”. Aqui é o nome que ele dá, não

tem nenhuma relação com a Caixa Econômica Federal. Essa conta registra créditos empréstimos de R\$32 milhões; é o maior valor contábil registrado. Essa conta apresenta movimento total superior a R\$42 milhões, em 2003 e 2004. A diferença entre esse valor e o que foi supostamente repassado ao PT como empréstimo é distribuído contabilmente numa conta que o Marcos Valério chama de “adiantamento concedido”, com o histórico “valor que se transfere”, sem especificar o nome do recebedor da transferência. Em resumo: havia uma diferença de R\$10 milhões a R\$12 milhões que não tinha movimentação financeira, não existia registro contábil, que ele apresentou à CPMI como sendo um adiantamento concedido e uma outra conta do grupo.

Verificou-se que a alimentação dessa conta se dá por meio da emissão de 396 cheques, sendo sete do Banco do Brasil, quatro do Banco Bradesco e o restante – 385 cheques – saindo do Banco Rural nos valores mencionados no anexo. Dos cheques do Banco Rural, dez deles de R\$1,1 milhão não foram sacados, sendo dois cancelados, seis estornados e outros dois não constam da base de dados como sacados nem foram encontrados estornos na contabilidade da SMP&B. Mais uma vez os estornos não são feitos na conta que recebeu o lançamento estornado, mas na chamada “caixa geral”, o que evidencia falhas, omissões e indícios de fraudes na contabilidade da empresa ou que há valor a mais ou valor que foi sacado por pessoas que não se quis identificar. Em resumo, a alimentação desta conta foi feita por meio de cheques e por intermédio da conta que o Marcos Valério chama de adiantamento concedido no valor superior a R\$12 milhões, sem se especificar, da mesma forma ocorrida com a contabilização dos créditos, os nomes de quem a compõem. Em consequência, a fim de identificar as fontes e as aplicações dos recursos da conta nº 194001-9, adiantamento concedido, foi feita a sua análise no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2004. Fez-se o cruzamento desta conta com a conta nº 10105, chamada caixa/cheques emitidos.

Como resultado verificou-se que o último lançamento na conta empréstimo ao PT foi contabilizado na SMP&B no dia 1º de outubro de 2004, e teve como contra partida a conta 10105 caixa/cheques emitidos.

Foram analisados os lançamentos a débito na conta até 1º de outubro de 2005 e verificou-se o lançamento de 366 cheques, no total de quase R\$29 milhões, dos quais nove cheques estornados, cancelados, ou não sacados, superior a R\$1 milhão. Ainda o lançamento de R\$6,4 milhões a débito na conta 10105, caixa/cheques emitidos.

Vou ler aqui, com calma, peço depois especial atenção para que esta informação não gere confusão, mas esta análise é necessária para mostrar que não há compatibilidade entre os dados contábeis com o cruzamento com movimentação financeira. Reparem:

Ainda o lançamento de R\$6,4 milhões na conta caixa/cheques emitidos, vindos da conta Multo DNA Propaganda LTDA. É uma outra conta apontada pelo Marcos Valério de nº 102085-9, também do Banco Rural. Nesse período, foram contabilizados repasses da conta caixa/cheques emitidos – vejam o passeio na contabilidade – para a conta Multo DNA Propaganda, e dessas saíram para o caixa geral da empresa R\$1,9 milhão, e parte para a conta – voltando – Multo DNA Propaganda LTDA no valor de R\$1,1 milhão, de acordo com a contabilidade da SMPB.

Isso é para mostrar e chamar a atenção ao passeio do recurso dentro da contabilidade, comparando com a movimentação financeira, mostrando que não é simplesmente a verificação dos dados contábeis do Marcos Valério, que provam ou indicam quem são todos os sacadores e se isso expressa o verdadeiro valor das operações. Isso significa também que os repasses por meio da conta caixa/cheques emitidos foram alimentados até outubro de 2004 por R\$27,5 milhões em cheques – no valor que está no relatório -, mais R\$5,2 milhões da DNA, e aqui fazendo aquela operação do depósito inicial de R\$6,4 milhões e a devolução de R\$ 1,120 milhão. E a redução de R\$1,8 milhão que foram transferidos, sem se entender, para o caixa geral da empresa. Incluím-se nessa conta, no período de 1º de janeiro de 2003 a outubro de 2004, diversos sacadores, que também são informados no item 4.3/1.

A análise da próxima conta: conta contábil 5003-0, Banco Bradesco. Esta conta e a próxima, do Banco do Brasil, basicamente se refere a repasses de cheques que estavam em nome das empresas do Marcos Valério, nesses bancos, e nesta conta aparecem três cheques de R\$50 mil, porém um deles foi estornado e esse estorno caiu, mais uma vez, no caixa geral da empresa, não tendo sido feito nem o estorno da conta, nem o empréstimo ao PT. É mais um recurso que não tem origem e não se identifica o destino. Outra vez surgem dúvidas se o valor repassado como empréstimo ao PT foi reduzido em R\$ 50 mil, ou se foi remetido de outra forma não contabilizada, mesmo após a retificação da contabilidade. Ou se foi recebido por outra pessoa não mencionada nos documentos.

Assim, de acordo com essas informações contábeis, foram repassados R\$100 mil para a conta empréstimo ao PT e R\$50 mil entraram no caixa geral.

A conta contábil Banco do Brasil, na seqüência, trata-se de dois cheques de R\$200 mil. Depois, a con-

ta contábil Multo DNA refere-se a um empréstimo de R\$326 mil, também identificado na contabilidade e na movimentação financeira. Por fim, a conta contábil 2S Participações. Vamos fazer uma rápida menção, porque isso vai merecer um capítulo à parte na relação da Corretora Bônus-Bonval.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Gustavo, perdoe-me, mas está havendo um problema. Desculpe interromper a leitura do relatório. Está agendada a oitiva dos diretores da Skymaster para hoje e parece que não teremos mais condição de votar os requerimentos. Então, para a apreciação dos Presidentes Asdrubal Bentes e Delcídio Amaral, sugiro a convocação de uma reunião extraordinária para sexta-feira com o objetivo de votar esses requerimentos... para terça-feira. Ah, não, terça-feira é... Desculpe! ...para quarta-feira, com o objetivo específico de votarmos os requerimentos que já haviam sido acertados. Desculpe, Deputado Gustavo, queria apenas dar seguimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por favor. Só para clarear, penso que deveríamos marcar para quarta-feira, ao meio-dia.

O SR. (Orador não identificado) – De manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O feriado será na terça-feira. O avião dos Parlamentares do Sul do Brasil chega ao meio-dia. Poderíamos começar ao meio-dia. Acredito que às 12 horas e 30 minutos poderemos estar deliberando. As oitivas de testemunhas estão marcadas para 14 horas. Assim, não as prejudicaremos. Poderemos deliberar das 12 horas às 14 horas. Duas horas serão mais do que suficientes.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sr. Presidente, vou-me ausentar agora, porque iniciarei a oitiva da Sub-Relatoria no caso da Skymaster. Faço um pedido, mas não sei se é factível. A Sub-Relatoria de Licitação e Contratos tem alguns requerimentos que pedem quebras de sigilo que, inexoravelmente, exigirão votação nominal, portanto, não haverá quórum. Outros poderão ser votados de forma simbólica se houver acordo. Se for possível fazer a votação simbólica de alguns depois da leitura do Deputado Gustavo Fruet, será ótimo. Precisamos concluir o relatório e, pelo andar da carruagem, não conseguiremos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para a otimização do trabalho, logo após a

leitura do relatório, deliberaremos aqueles que não dependem de votação nominal.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Com relação a essa conta contábil que aparece relacionada na operação chamada Bônus-Banval, no histórico da contabilidade da SMP&B, a análise da contabilidade comprova que não existe crédito da 2S Participações para ser repassado ao PT. Assim, não há consistência contábil em se creditar empréstimo ao PT com crédito inexistente da empresa 2S Participações.

O termo de declarações prestado pelo Sr. Marcos Valério na Polícia Federal, em 5 de setembro de 2005, informa que os recursos encaminhados à Bônus-Banval tiveram origem nas empresas Rogério Lanza Tolentino & Associados, no valor de R\$3.460 milhões – os valores exatos estão no relatório –, e na 2S Participações, no valor de R\$6.320 milhões, menos um cheque cancelado que consta no relatório. Sr. Presidente e Sr. Relator, se não houver objeção, como está sendo distribuído o relatório, peço para não repetir os valores, que estão precisos no relatório. Farei apenas referência.

Registre-se o depoimento do Sr. Rogério Tolentino à CPMI, em que ele confirma a operação acima. Pelos fatos e afirmações, há indícios de que a contabilização das empresas do Sr. Marcos Valério não obedecia ao princípio contábil da entidade, pois os valores foram contabilizados posteriormente para dar resposta às denúncias presentes e de acordo com a conveniência do que se queria apresentar. Mais uma vez, comprova-se que a contabilidade entregue à CPMI não traduz a realidade dos fatos que ocorreram na empresa.

O Código Civil, em seus arts. 1.177 e seguintes, determina que os registros contábeis sejam absolutamente claros e completos, e também que o profissional, no exercício de suas funções, é responsável pessoalmente perante o empresário pelos atos culposos e perante terceiros pelos atos dolosos solidariamente com o empresário.

Os cruzamentos contábeis e financeiros objetos da análise dos fatos relacionados apresentam indícios de que é uma farsa montar nas relações empréstimos que vão desde a tomada desses nos bancos ao repasse a pessoas que supostamente seriam indicadas pelo PT. Essa ação ocorria de forma harmônica entre o Sr. Marcos Valério e suas empresas e as pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, particularmente o Sr. Delúbio Soares.

Neste momento, deixa de se fazer uma análise com relação ao papel do Contador, o Sr. Marco Aurélio Prata – aqui há uma ponderação que recebi do próprio Relator –, porque temos de verificar o grau de responsabilidade e se ele assinou alguns documentos que foram encaminhados à CPMI. O que temos dele

até agora são os balanços sintéticos apreendidos pela Polícia Federal, que, por si só, não impõem necessariamente a responsabilidade dele.

Com relação às investigações para os outros órgãos, registro primeiro em relação à Receita Federal. Alguns dados não vão constar, porque a Receita nos pediu sigilo em relação a alguns nomes, a algumas empresas e aos procedimentos adotados. Estamos fazendo isso também em confiança até o relatório final, para que possa o Relator, se essas investigações avançarem, fazer a menção, mas já foi aberta uma série de procedimentos fiscais. Normalmente uma CPI iria encerrar os trabalhos para mandar para a Receita, simultaneamente, a CPMI com a Receita já estão trabalhando.

Os dados fornecidos para esse trabalho foram encaminhados à Receita Federal, todas as empresas e pessoas relacionadas como sacadoras estão sendo investigadas. A Receita tem um parâmetro: quando há uma movimentação financeira muito maior do que os dados bancários ou com pagamento de CPMF, isso é um elemento para abertura de um procedimento fiscal. A Receita esclareceu também que a DNA Propaganda foi objeto de fiscalização encerrado em novembro de 2004, que, em resumo, resultaram num crédito tributário num valor superior a R\$60 milhões.

Também segundo a mencionada autoridade fiscal, foi feita uma análise preliminar da situação fiscal de 61 contribuintes, sendo 63 pessoas físicas, e 32 pessoas jurídicas. Vinte e quatro contribuintes já foram submetidos a procedimentos de fiscalização; em outros 12, há indícios de regularidades tributárias e, em relação a 20 contribuintes, não foram detectados indícios. A Receita nos informou os que estão sob investigação, mas pediu que, neste momento, não seja dada publicidade. Da mesma forma, aponta aqui, de forma muito breve, as informações da Polícia Federal.

E, por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, vamos passar às fontes dos recursos. No período em que foram auditadas, de 2000 a 2005, as contas de Marcos Valério foram alimentadas no valor superior a R\$1,1 bilhão. Os 30 maiores fornecedores das empresas de Marcos Valério são responsáveis por 90% desse valor. Os contratos desses 30 fornecedores estão sendo analisados pela Sub-Relatoria de Contratos com apoio da Auditoria do Tribunal de Contas da União. Essa relação, até em defesa do Relator...Lembrem que a CPMI divulgou logo no início a relação dos maiores contratantes das empresas de Marcos Valério sem emitir nenhum juízo de valor e, entre as empresas, apareciam os créditos da Visanet. E foi pedido que esses contratos fossem enviados à CPMI, alguns já chegaram. No caso do Banco do Brasil, os contratos não chegaram, e há informação

de que o Banco abriu uma auditoria, comprometendo-se a entregá-lo até o mês de novembro. Portanto, a análise desses contratos todos será feita oportunamente. Mas as avaliações trazidas neste relatório são necessárias para o entrelaçamento da execução dos contratos com as oitivas e dados oriundos da quebra do sigilo bancário das empresas: DNA, Estratégia, Mult Action, SMP&B, Tolentino, Feeling, 2S Participações e SF Assessoria – aqui são oito.

Destarte, são apresentados os principais achados de auditoria dos contratos firmados entre a DNA e a SMP&B e o Banco do Brasil, o Ministério do Trabalho, Correios, Eletronorte, companhias telefônicas, Usiminas, Visanet, bem como serão analisados os maiores créditos oriundos de empresas do setor de comunicações. Observe-se que a CPMI prossegue nas investigações, analisando outros contratos e aprofundando exame dos que aqui serão mencionados.

Reitere-se que não cabe a este relatório parcial esgotar o assunto, não obstante, pelo que se apurou até agora é possível observar sinais de fraudes e irregularidades, que conectam fontes financiadoras desse esquema centralizado por Marcos Valério a empresas privadas, como é o caso do contrato do Banco do Brasil com o Fundo Visanet. No caso do Banco do Brasil, será feita uma análise sintética diante do que já foi exposto pelo Relator Osmar Serraglio na última semana e ontem.

As ligações das agências com as empresas do Governo podem ser a fonte dos recursos que foram destinados às pessoas. É bom lembrar que o dinheiro é fungível, não existe dinheiro carimbado, mesmo que fosse numerado é um bem fungível. Na hora em que ele entra numa conta, na hora em que circula, perde essa natureza de identificação. Portanto, é uma ingenuidade imaginar que um dinheiro que saia de uma empresa entra numa conta de uma agência e vai “supostamente”, por exemplo, para a corrupção. Não existe essa relação perfeita porque o dinheiro é um bem fungível.

Tome-se como exemplo o contrato de publicidade celebrado com o Banco do Brasil e a DNA, que já foi objeto de auditoria realizada pelo TCU, que aponta o seguinte: os bônus de volume... Isso é diferente de bonificação e essa diferenciação e esse esclarecimento, até em respeito às agências de publicidade e aos contratos firmados com os veículos de comunicação, será objeto de esclarecimento no relatório de contratos. Mas nesse caso, os bônus – não bonificação – deveriam ter sido transferidos ao Banco do Brasil, de acordo com cláusula expressa de contrato. As medidas contra isso não foram adotadas em descumprimento aos arts. da 6.667, da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas contratuais.

A análise dos valores consta no relatório, mas isso será objeto de questionamento no sub-relatório de contratos.

Da mesma forma, a CPMI rastreou os dois maiores créditos efetuados pela Visanet à DNA, sempre esclarecendo que não era dinheiro da Visanet, era um fundo do qual caberia e era de competência do Banco do Brasil a destinação dos recursos.

Na página 21, nos itens “a” e “b”, faz-se a análise dessas superações.

Aqui nós não estamos apontando a diferença entre adiantamento e pagamento, se houve adiantamento, se houve pagamento. Não estamos analisando se os contratos efetivamente existiram, se existe comprovação de recursos. Não estamos analisando se os serviços foram realizados. Não estamos analisando se há ou não notas frias, inclusive, diante do que o Relator afirmou ontem e do que foi apresentado pelo advogado do Sr. Marcos Valério. Nós só estamos mostrando que, em 2004, entraram R\$35 milhões, de uma vez só, numa conta da DNA, no Banco do Brasil, e fazemos o roteiro desse dinheiro, que, ao final, vai cair no BMG e numa aplicação em CDB, que é utilizada como garantia de um dos empréstimos.

No item “b” se analisa o crédito de R\$23,3 milhões, também por meio dessas contas. Esse item é auto-explicativo.

Há também a relação de outras empresas, estabelecendo as seguintes fontes: as próprias empresas do Marcos Valério, cujos contratos com o Poder Público, nesse período, foram aditados e prorrogados e que, ademais, ganharam contas de publicidade e administração, o que geraria recursos em médio e longo prazo, por meio da apropriação das comissões do chamado bônus de volume, o que não é irregular na análise desse tópico e também nas comissões. Isso sem falar na possibilidade de sobrepreços dos serviços ou mesmo na remuneração sem a devida contraprestação por parte das agências.

Portanto, como ele teve um aumento expressivo de contratos de publicidade, teve contratos novos, como os dos Correios, que foram aditados, ele passou a ter um ganho em comissões, que são práticas de mercado, em bônus de volume, que são práticas de mercado muito maiores do que os exercícios anteriores, o que daria capital para assegurar os empréstimos se eventualmente fossem executados.

O segundo ponto se refere à possibilidade de irregularidades: se houve superfaturamento, se houve notas frias, se houve contratos sem prestação de serviços, o que vai ser objeto de análise no Relatório de Contratos.

O item “b”, os Bancos BMG e Rural que tiveram Marcos Valério, o facilitador, nas palavras da presidente do Banco Rural, tiveram no Marcos Valério uma tentativa ou a possibilidade de obtenção de vantagens junto ao Governo Federal. Como ilustração, cita-se a relação das empresas de Marcos Valério, em especial uma empresa de consultoria, que foi criada em 2002, mas com serviços prestados em 2003 e 2004 ao Banco BMG e ao Banco Rural, que contratou para prestar serviço o pai do Sr. Glênio Guedes, o procurador da fazenda, que está respondendo a uma sindicância dentro da Procuradoria da Fazenda Nacional, porque, nesse período, coincidentemente, ele fazia parte do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, no qual eram julgadas matérias de interesse do sistema financeiro.

Nós não estamos detalhando ou apontando irregularidades, mas nós queremos mostrar, para caracterizar o tráfico de influência, o grau de relacionamento do Marcos Valério, a partir de 2003 e 2004, com esses bancos, os serviços que ele prestou a partir de 2003 e 2004 para esses bancos e as ações que ele teve junto ao Poder Executivo, ao Banco Central e a pessoas ligadas ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro e ao Conselho de Contribuintes. Isso está melhor detalhado no item 2.2.5, mas já mandamos parte desse material a essa comissão de sindicância aberta na Procuradoria da Fazenda Nacional. Vamos encaminhar também ao Ministério da Fazenda, com relação ao Conselho de Contribuintes, e ao Ministério Público como uma das ligações que caracterizam tráfico de influência.

Item C. Recursos de empresas privadas, que vão ser objeto de auditoria, sempre separando que os contratos públicos já estão sendo auditados pelo Tribunal de Contas da União. Os contratos privados estão sendo analisados à medida que as informações chegam pela equipe da CPMI, incluindo técnicos do TCU. Mas, legalmente, vamos ter de definir se esses contratos serão aprofundados, na sua análise, pelo TCU, se há competência para isso, ou pela Auditoria, que deverá ser contratada pelo Senado Federal.

Item D. Para incluir eventual corretagem em investimento dos recursos dos fundos de pensão, o que é objeto de uma sub-relatoria, e, portanto, não se faz menção.

Item E. Recursos originários do exterior. E aqui é aquela tentativa da CPMI de conseguir o acesso às informações da conta Dusseldorf. Ontem, recebemos a informação de que foi negado à CPMI acesso a essas informações. Vamos tentar esgotar as alternativas junto às autoridades americanas, em especial ao Departamento de Justiça, que encaminha, por sua vez, à Promotoria Distrital de Nova Iorque, esclarecendo que

a CPMI tem natureza criminal e que a CPMI está trabalhando em sintonia com o TCU, com a Polícia Federal, com o Ministério Público e, portanto, qualquer divulgação é fundamental, baseada e lastreada num relatório ou na conclusão, como no relatório parcial, que está sendo apresentado hoje. Essa informação é relevante para saber a conexão dos bancos que repassaram os recursos e para saber o nome dos titulares das contas das empresas que autorizaram esse pagamento.

Com relação à análise financeira, aqui fazemos uma análise com relação à legislação que dispõe sobre instituições monetárias, bancárias e creditícias, destacando o seguinte: é incomum que empresas dedicadas ao ramo de publicidade operem empréstimos como os que se apresentam. Também não é comum que os bancos tenham feito tais empréstimos e, menos ainda, que empresas prestadoras de serviços ao Governo estejam operando em situação de extremo risco financeiro e econômico, tal como apresentado. Esse é um dado novo.

As empresas SMP&B, DNA e Grafite teriam contraído dívida correspondente a quase 56% de sua receita bruta de 2003 e 2004, segundo os dados fornecidos pela Receita Federal. Isso não é uma garantia, não é uma prática usual de mercado. As declarações do Sr. Marcos Valério são de que suas empresas tomam empréstimos com o fim de repassar ao PT, conforme tabela abaixo. É o slide nº2. Também é auto-explicativo, aparecem as datas e os valores brutos. É bom entender isso, que o valor bruto que consta não é o valor que foi repassado.

No que se refere aos empréstimos obtidos no Banco Rural pelas empresas SMP&B e Grafite, em 26 de maio e 19 de fevereiro, setembro de 2003, as garantias aceitas são: uma alienação fiduciária de direitos, que é um contrato de prestação de serviços firmado entre a DNA e o Banco do Brasil.

A DNA, é bom esclarecer, tem maioria do capital de propriedade da Grafite Participações, a qual possui como sócia majoritária a Sr^a Renilda Souza, esposa do Sr. Marcos Valério, o qual, por sua vez, é qualificado na Receita como o responsável pela empresa, posição obtida por documento de procuração passado pela Sr^a Renilda. Esse destaque também é feito para explicar porque neste momento não se consta ou não se sugere o indiciamento da Sr^a Renilda, porque todas as operações identificadas nos dados contábeis e pela procuração e pelos documentos apresentados à Polícia Federal, toda a responsabilidade das operações foram feitas pelo Sr. Marcos Valério, mas está sendo objeto de avaliação o eventual indiciamento da Sr^a Renilda.

Na seqüência, mostram-se os contratos do Banco do Brasil com a DNA, destacando que a cláusula expressa, portanto, em caráter restritivo, em caráter proibitivo, para que se utilize esse contrato como garantia nas relações da DNA com outros estabelecimentos bancários.

Além disso, o Banco do Brasil, em Ofício nº 703, de 2005, enviado à Comissão nega que tenha concedido autorização para que os contratos com a empresa DNA fossem oferecidos ou autorizados como garantia na relação da contratada com outros estabelecimentos bancários. Ou seja, ou houve fraude ou houve falsidade na afirmação e nas informações apresentadas pelo Sr. Marcos Valério aos bancos que receberam esse contrato como garantia.

Artifício semelhante foi utilizado no empréstimo de 25 de fevereiro. Explica-se que teve como garantia direitos creditórios de contrato entre a DNA e a Eletronorte. Esse contrato também prevê, em cláusula expressa, a proibição de ser utilizado como garantia. Da mesma forma, no empréstimo tomado pela empresa Grafiti no BMG, em janeiro de 2004, foram dados como garantias o contrato entre uma outra empresa, a SMP&B e os Correios, o qual também apresenta a cláusula terminantemente proibitiva, restritiva quanto à utilização desses contratos em operações envolvendo instituições bancárias.

Portanto, nesses três casos, queremos caracterizar fraude, falsidade e contrariedade à Lei de Improbidade Administrativa. Não significa que tenha havido, e por isso que não avançamos aqui, qualquer má-fé ou qualquer irregularidade nos procedimentos das empresas públicas com relação a essas autorizações. Já recebemos esclarecimento do Banco, Eletronorte e Correios que seriam necessárias assinatura de pelo menos dois diretores para que se pudesse utilizar essa garantia. E também não estamos analisando aqui se o BMG e o Banco Rural tinham conhecimento dessa restrição. Estamos analisando que foi informação prestada pelo Marcos Valério às instituições bancárias.

Recorre-se, mais uma vez, à nota da Receita Federal que consta em anexo. Vejam este valor: de acordo com o Imposto de Renda da Grafiti, uma das empresas que tomou empréstimo bancário, em 2003, a receita foi de R\$37.200,00; em 2004, de R\$102.570,00. Essa empresa tomou dois empréstimos. Em 2003, apesar de uma receita inferior a R\$40 mil, o empréstimo foi de R\$10 milhões no Banco Rural. Em 2004, apesar da receita da empresa ser de R\$102 mil, ela conseguiu um empréstimo no BMG no valor de R\$15 milhões. Portanto, as relações de empréstimos não eram precedidas da análise técnica condizente com o tipo de operação

e riscos envolvidos. Se é que havia risco. Esse é o primeiro aditivo que coloco nessa observação.

Item 2.2. Primeira observação que faço. Renovação dos empréstimos. O *slide* 3 mostra a forma como foram feitas as renovações e destaca que os ajuizamentos das cobranças desses empréstimos começaram a ser feitos em 16 de agosto de 2005, ou seja, após a instalação da CPMI. Também esses dados são auto-explicativos. Mas o interessante é que esse nível de renovação e o ajuizamento dos contratos dos bancos com o Marcos Valério, com as empresas dele, dessa forma, só ocorreram nos empréstimos que ele diz ter utilizado para os financiamentos. Assim, nesse *slide*, estão os valores, as quantidades de renovações e a data dos ajuizamentos.

Esse procedimento não ocorreu desta maneira com os empréstimos que o Marcos Valério também fez nesses bancos para outras finalidades como, por exemplo, para capital de giro. Então, esse tipo de cobrança e esse tipo de renovação está concentrado nesses empréstimos.

No item 2.3 – eu vou apressar e como o relatório é auto-explicativo – estão as garantias do Sr. Delúbio Soares aos empréstimos do Sr. Marcos Valério. Isso está nas afirmações do Marcos Valério tanto na CPMI quanto no Ministério Público Federal, mas destaco que ele juntou, e faz parte do anexo, entre as garantias, que por sinal não foram aceitas, nesse caso, pelos bancos, em especial pelo BMG, uma declaração do Delúbio em que ele afirma:

“Pela presente, assumo, junto a esse banco, o compromisso irretratável e irrevogável de garantir como avalista e devedor solidário todas as operações de empréstimos firmadas com Rogério Lanza Tolentino – informa o CNPJ –, Grafitte Participações, SMP&B, DNA e Partido dos Trabalhadores...”

O Marcos Valério apresentou essa declaração do Delúbio como garantia para o pagamento dos empréstimos.

Destaco, também, que no depoimento do presidente do BMG, apesar da explicação técnica com relação aos avais dados aos empréstimos formulados diretamente ao PT, ele afirmou que a assinatura tanto do presidente quanto do tesoureiro do PT serviam como aval moral, isso porque o Sr. Delúbio tem um patrimônio de R\$163 mil. Não seria uma garantia aceita numa situação de regularidade.

Item 2.4 – com relação aos empréstimos do Banco BMG e Rural ao Partido dos Trabalhadores é feita uma análise, é auto-explicativa. O empréstimo, até a instalação da CPMI, do PT junto ao BMG havia sido renovado quatro vezes. Eram empréstimos de curto

prazo e, junto ao Banco Rural, dez vezes. Também essa cobrança se deu após a instalação da CPMI.

Da mesma forma, chamo a atenção com relação ao pagamento de amortização dos encargos, que não foram feitos pelo PT, mas foram feitos pela empresa SMP&B.

Fala-se da lógica dos bancos, da afirmação do Sr. Marcos Valério e nesse ponto destaca-se, também por brevidade, o documento, que consta, do Banco Central. O Marcos Valério, no primeiro depoimento à CPMI, negou que tivesse estado no Banco Central. Na última vinda dele à CPMI, onde houve acareação, ele confirmou que esteve três vezes e uma vez para tratar da questão do Banco Rural.

Ele estava amparado pelo **habeas corpus**, portanto, não cabe indiciamento por falso testemunho. É para chamar a atenção da restrição desse indiciamento nesse momento.

Conforme o Banco Central – e nós vamos divulgar esse documento –, entre 2003 e 2005 Marcos Valério esteve dezessete vezes no Banco Central do Brasil. Nós perguntamos inclusive ao Banco Central se é usual um empresário na área de publicidade marcar audiências com diretores da instituição financeira. Ele esteve para tratar de interesses, alguns já são públicos, do Banco Mercantil de Pernambuco, do Banco Rural, do Banco Econômico. Segundo o Banco Central, todas as reivindicações não foram atendidas, o que é um dado positivo, mas o que surpreende é a insistência e a facilidade nessas reuniões e a informação falsa prestada pelo Marcos Valério na CPMI.

Da mesma forma, faz-se uma análise, nesse item, da relação das empresas do Marcos Valério com uma empresa do pai do Glênio Guedes. Aqui também é auto-explicativo.

Na seqüência, há o trabalho técnico do Banco Central referente aos empréstimos obtidos. É auto-explicativo. Aqui tem uma questão relevante, porque o Banco Central determina agora a reclassificação dos empréstimos, determina o provisionamento, que já consta no balanço das empresas, mas, segundo dados que nos foram passados pelo Banco BMG, em 2003 e 2004, apesar de ter havido fiscalização do Banco Central, na época a fiscalização do Banco Central não apontou este risco para os empréstimos. Ou seja, ou houve falha na fiscalização ou esta reclassificação ocorreu justamente após a instalação da CPMI. Esse item também é auto-explicativo.

Com relação ao item 3, nós podemos já, Manoel, passar para o próximo *slide*. Nós temos aí o cruzamento da contabilidade apresentada pelo Marcos Valério com os extratos e outras informações enviadas pelos Bancos. Nesses repasses se verifica que ele

se deu...E agora nós fazemos a análise dos Bancos, e aqui é para contrapor com relação aos dados contábeis apresentados naquele primeiro *slide*, naquele primeiro anexo.

Nós temos as contas do Banco Rural, Banco Bradesco e Banco do Brasil, explicativo também nos anexos, boa parte dos recursos saem da conta nº 2595-2 do Banco Rural, mas necessariamente, pelo pouco tempo, vamos ter de seguir nas investigações.

Os valores apresentados nesta conta são próximos a R\$45 milhões. Não se consegue chegar ao valor exato por causa dos repasses ao caixa geral, ou seja, lá pelas tantas, o Marcos Valério contabiliza repasse de recurso para o caixa geral e não se consegue estabelecer essa relação. O fato leva à conclusão de que essa conta era a principal para a transferência de recursos a pessoas indicadas previamente.

Nesse *slide*, temos a análise da conta e como é que era feito o repasse de recursos, débito, crédito, mês a mês, para, no *slide* seguinte, mostrar o seguinte: para facilitar a investigação, nós fizemos um corte a partir de R\$10 mil, porque, se formos analisar todos os valores abaixo de R\$10 mil, não se terminava, e, nessa conta, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004, passaram de débito R\$118 milhões e de crédito R\$121 milhões. Ou seja, é dessa conta que saem praticamente todos os valores que foram utilizados pelo Marcos Valério para o pagamento final.

É relevante mencionar que, desses valores, R\$36 milhões e R\$49 milhões são decorrentes de operações da chamada conta garantida da SMP&B com o Banco Rural. A diferença de R\$13 milhões é ainda objeto da investigação, porque há uma diferença no repasse de recursos não localizados de R\$13 milhões. Na contabilidade do Marcos Valério, ele apresenta esse recurso constando de uma conta que ele chama de conta garantida bancária.

O que significa conta garantida? Essa conta leva esse nome toda vez que alguém tem um supercheque e tem uma conta de uma empresa, que vai garantir se aquele supercheque, eventualmente, não for coberto. Mas, normalmente, essa conta está negativa, porque está sendo utilizada como um crédito de supercheque de adiantamento nos Bancos. Curiosamente, o Marcos Valério, para justificar essa diferença, joga nessa conta garantida, só que, nessa conta garantida, ela sempre está superavitária. Então, nós queremos investigar ainda por que essa diferença de R\$13 milhões.

Na seqüência, entre as entradas e saídas de recursos para as pessoas identificadas, dois correspondem aproximadamente a R\$83 milhões para o débito e a R\$72 milhões para o crédito. E é aqui que nós estamos concentrados, porque, na seqüência, nós vamos

divulgar – não sei se está em *slide* isso, mas no relatório consta – o nome de todos os favorecidos, no valor de R\$72 milhões. Está nas páginas 35 a 37.

Essa relação não conclui que essas pessoas todas participaram de operações ilegais, mas coloca todas sob o indício de terem participado desse tipo de operação do Marcos Valério, o que justifica o encaminhamento à Polícia Federal, que nós estaremos procedendo na sequência.

Dos nomes relacionados, o Marcos Valério alegou desconhecer, em seu depoimento, perante a CPML, o Sr. Alexandre Vasconcelos Castro. Reconheceu possuir relações apenas com Cristiano de Mello Paes, diretor da empresa; Eliane Alves Lopes, diretora da empresa, em Brasília; Jacinto Lamas; João Cláudio Genu; Márcio Lacerda; Ramon Cardoso; Renilda Souza; Rogério Tolentino; Simone Vasconcelos e Valdemar Costa Neto. Os outros sacadores não foram identificados, mas só para chamar a atenção nessa diferença entre a contabilidade e a movimentação financeira.

Observa que repasses classificados contabilmente em uma determinada conta contábil que registra empréstimo ao PT e que, em condições similares e até com as mesmas pessoas, são lançadas em outras contas. Esse fato fica claro, por exemplo, no caso da Sr^a Eliane Alves Lopes, ou Cedrolla, que, em 16 de abril de 2004, recebeu o cheque 414.123 no valor de R\$30 mil. O mesmo foi lançado em débito na conta Caixa – Cheques Emitidos, e, logo em seguida, em 22 de abril, o Cheque nº 414.137, de R\$100 mil, foi sacado pela mesma pessoa e contabilizado como Mútuco DNA.

Isso é difícil até para a gente entender, mas isso tem de constar do relatório, para mostrar o passeio do recurso e como a contabilidade não bate com a movimentação financeira. Há muito recurso e muita operação que não há como identificar e que não têm correspondência nenhuma na contabilidade apresentada pelo Marcos Valério.

Outro fato que reforça a inclusão de todos os sacadores dessa conta sob investigação é que o Sr. Marcos Valério apresentou recibo ao Ministério Público Federal em 12 de agosto de 2005, assinado pelo Sr. Mauro Santos, pelo qual este recebe dez cheques de R\$5 mil, cinco cheques de R\$8 mil e um cheque de R\$10 mil, totalizando R\$100 mil. Esses cheques são da Conta nº 2.595-2, a primeira, e foram contabilizados na chamada conta contábil Caixa-Geral. Portanto, contabilmente, não seriam repasses ao PT, já que, conforme comentado anteriormente, não há repasse ao PT em contrapartida ao Caixa-Geral. O recibo foi apresentado como forma de repasse, ou seja, ou o dinheiro...

Maurício, fiz o esclarecimento, mas talvez você não estivesse aqui. Quando falo PT, já esclareci que se refere à operação Delúbio na condição de tesoureiro do Partido dos Trabalhadores para não ter de repetir. Fica o registro, mas, por favor, não receba como provocação. Não é essa a intenção.

Enfim, ele contabiliza como empréstimo ao PT, e estou sendo fiel à contabilidade do Marcos Valério. Então, isso tem de ser reclamado a ele também.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Aliás, a própria carta de garantia é assinada no nome dele.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Mas esclareci isso. Quando falo de Caixa – Cheques Emitidos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é assinado em nome dele como tesoureiro do PT, nunca esqueça, nessa condição. Embora não queiramos incriminar o PT, o Delúbio agia dessa forma e impunemente até hoje.

O SR. (Orador não identificado.) – Vamos terminar o relatório?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A hora do debate é mais tarde.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Reitero que consta empréstimo ao PT na contabilidade do Marcos Valério. Portanto, parte do valor vai para o Caixa-Geral, e parte do valor ele contabiliza como empréstimo ao PT. Esse recibo foi apresentado como prova de repasse e como prova de falsidade na documentação.

Pelos motivos expostos, todos os sacadores devem ser investigados pelos órgãos competentes que darão continuidade à investigação.

Na Planilha nº 8, relacionam-se todas as pessoas beneficiárias dessas contas de 2000 a 2005. Com relação aos depositantes nessa conta, mostramos R\$118 milhões, R\$72 milhões sacados e as pessoas a serem identificadas. Entre 2003 e 2004, foram identificados os depositantes que constam da tabela.

Da mesma forma, como anteriormente dito – não sei se consta do *slide* –, isso não significa que essas pessoas ou empresas estejam envolvidas em ilegalidades, mas há indícios de que esses recursos podem ter sido utilizados para contribuir com os valores repassados. O fato requer a continuidade das investigações.

A partir da relação dos depositantes nos anos mencionados, foi feita uma análise e se identificou a quantia que cada um depositou nas empresas do Marcos Valério de 2000 a 2005. Isso consta da Planilha nº 8, que tem aproximadamente 120 páginas, com toda a relação dos depósitos e com toda a relação dos saques. E vale a pena, quem quiser aprofundar, verificar a alteração dos volumes repassados a partir de 2003,

em especial naquelas empresas que estão sob investigação. Nesse caso também, a CPMI encaminhará a relação para os órgãos competentes para a continuidade das investigações.

O Item 3.5 trata da obtenção dos empréstimos nos bancos e do repasse dos recursos. Nessa tabela, mostramos o valor líquido dos empréstimos, e, por isso, há a necessidade de se fazer uma separação com aquele valor bruto que constava dos dados anteriores e os ingressos na Conta nº 2.595. Quero chamar atenção para o segundo, o terceiro e o quinto empréstimos. Na verdade, no quinto empréstimo, é uma parte do valor total, e há uma relação direta entre a entrada de recursos nas contas do Marcos Valério e o dinheiro que saiu, quer seja na análise contábil ou na movimentação financeira, para as pessoas indicadas pelo Delúbio. Porém, com parte do valor do primeiro, do terceiro e do quarto empréstimos e com parte do valor daquele empréstimo do Rogério Tolentino – quase metade do valor total – não há relação nenhuma. Não localizamos onde foi parar esse dinheiro. Contabilmente, foi feito empréstimo. Nos contratos, consta a conta do Marcos Valério que recebe esse recurso. Ele recebia o recurso e o repassava ou para umas contas que ele tem no Banco do Brasil ou para outras contas que ele tem no Banco Rural. Porém, não há relação nenhuma, na movimentação financeira, entre o ingresso do dinheiro, toda essa movimentação e o repasse.

Na seqüência, é auto-explicativo. O fluxo desses recursos também consta, bem como a diferença em que não consta a origem dos recursos em empréstimos citados pelo Sr. Marcos Valério. Vou dar um exemplo e também o que está sendo investigado: nessa conta inicial, aparecem o empréstimo do Banco Rural e mais R\$16 milhões também do Banco Rural. Os R\$18 milhões estão relacionados aos empréstimos. Os R\$16 milhões não têm relação nenhuma. Pode até ser que esse recurso seja de prestação de serviço do Marcos Valério para o Banco ou que, eventualmente, o Banco contratou agência do Marcos Valério para contratos de publicidade ou contrato de outra natureza. Mas é para justificar que esses contratos têm de ser investigados.

Próximo item: fluxo de recursos. Depois, em gráfico, chamamos a atenção para que, mês a mês, há, primeiro, a data da entrada dos recursos, dos empréstimos pelo Marcos Valério, e, no próximo gráfico, colocamos isso em projeção. É o *slide* seguinte. Constatam aí as datas dos empréstimos e, teoricamente, o ingresso de recursos pelo Marcos Valério nos meses de fevereiro... Enfim, está aí o valor. Prestem atenção nesse gráfico.

Na seqüência, há as datas e os valores dos repasses dos recursos. A primeira tabela mostra isso mês a mês, mas aí se mostra em gráfico. Ou seja, também não há relação nenhuma. É para se questionar qual a lógica de se pegar empréstimo bancário e não repassar para quem tem interesse. Se tivesse havido esse empréstimo, até para o Partido dos Trabalhadores teria sido um mau negócio, porque houve aplicação desses recursos nas contas das empresas do Marcos Valério e porque esse ganho não foi repassado para as pessoas indicadas ou como bonificação para as pessoas indicadas pelo Delúbio.

As análises das Planilhas 9 e 10 mostram também que, antes do primeiro empréstimo, já havia saques no valor de R\$1,737 milhão, classificados em vários tipos contábeis. Chamo, depois, a atenção para que V. Ex^{as} leiam como ele contabilizava já o repasse desses recursos. Conclui-se que não era um empréstimo e um posterior repasse que ligava, segundo ele contabilizou, o Partido dos Trabalhadores ao Sr. Marcos Valério, mas que, junto com outros elementos analisados e que constam nas planilhas e nos anexos, havia uma relação de repasses que não dependia dos recursos dos empréstimos bancários.

A análise leva ainda à conclusão de que os recursos obtidos nos Bancos entravam nas empresas de forma esparsa, enquanto a distribuição dos recursos era feita de forma sistemática ao longo dos meses. Uma análise financeira também leva à conclusão de que, se o PT – leia-se Delúbio Soares – estivesse realmente operacionalizando empréstimos, tendo como intermediárias as empresas, esse seria um péssimo negócio para o Partido na forma como foi operacionalizado. Esse fato também é apresentado na seqüência e por que seria um mau negócio, inclusive, para o Partido a forma como estão sendo executados esses empréstimos.

Na seqüência, nas Planilhas 9 e 10, chamo atenção: se os repasses dependessem dos empréstimos, ora estariam negativos, ora estariam positivos por longos períodos, o que também descarta a tese de empréstimo para repasse apresentada pelo Marcos Valério, já que tal irregularidade de saldos não está em harmonia com a simulação que se tenta atribuir para justificar os fatos, ainda mais quando o saldo final de tal operação foi de R\$6,2 milhões. Ou seja, não há relação entre os valores tomados, os valores repassados, a forma e as datas em que eram feitos os pagamentos.

Na seqüência, passo para a afirmação da simulação. Com relação à tipificação das condutas, como também é auto-explicativo, por brevidade, estamos pedindo, neste momento, concentrados no Marcos Valério e no Delúbio, a sugestão de indiciamento. Essa

expressão é sutil, mas não cabe à CPMI um procedimento criminal, uma ação penal ou até um indiciamento. Há uma discussão. Então, para que não se fique eternamente esperando, para que se possa concluir... Houve uma preocupação do Relator. E aqui confesso que eu gostaria de ir um pouco mais além, mas entendendo a precaução, porque também não é o objetivo ter um relatório de alguém; a tentativa é a de construir um relatório da CPMI, da Comissão. Se isso não for possível, evidentemente haverá voto em separado e manifestação oportunamente.

Mas, neste momento, estamos concentrados no Marcos Valério e no Delúbio Soares, significando que novos indiciamentos contra os dois não estão excluídos. Por quê? Neste momento, ao analisar dois, deixamos de avançar na análise de corrupção, quer seja ativa ou passiva, e deixamos de analisar outros possíveis delitos em tese, porque é necessária a presença de outros agentes, principalmente agentes públicos, para se caracterizar, por exemplo, o concurso de agentes.

Então, procuramos nos concentrar no Marcos Valério e no Delúbio e estamos encaminhando a sugestão de indiciamento dos dois, para encaminhamento à Polícia Federal e ao Ministério Público, pelos fatos que foram relatados, aqui buscando a relação deles com esses fatos, justificando e juntando todos os anexos que fazem parte: por falsidade ideológica; por delito de lavagem de dinheiro, definido na Lei nº 9.613, de 1998; por ocorrência dos crimes descritos na Lei nº 8.666; por fraude contábil; por tráfico de influência; por crime contra a ordem tributária e por crime contra o sistema financeiro – no caso específico do Delúbio Soares, por crime eleitoral, pelo fato de ele ter afirmado que esses recursos foram utilizados para a campanha eleitoral. Ele excluiu a eleição de 2000, afirmando que houve isso para as eleições de 2002 e de 2004. E, pelo art. 350 do Código Eleitoral, há falsidade, que não se confunda com a falsidade ideológica do Código Penal, pela omissão de documentos públicos ou privados. E a prescrição desse crime é de oito anos. Portanto, há tempo hábil para isso. E, da mesma forma, há ainda tráfico de influência.

Esses itens são auto-explicativos, os tipos penais são reproduzidos. Registro que, pela leitura que estou fazendo agora, há algumas correções materiais a serem feitas nesse tópico, mas que não comprometem o material que já foi distribuído. Mas, como isso ainda vai ser objeto de discussão, chamo a atenção, porque essa redação tem de ser incluída.

Da mesma forma, para constar, com relação às investigações em curso, insisto que este é um relatório parcial, o que não significa que se esteja excluindo, o que não significa que se esteja acobertando, o que

não significa que não se tenham obtido esses resultados. Por orientação do Relator, para que se possa dar prosseguimento, hoje é apresentado o primeiro relatório parcial. A idéia é a de que, na sequência – se possível, na próxima semana ou logo depois –, seja feita a apresentação do relatório parcial do Deputado José Eduardo Cardoso.

Então, esse tópico das investigações em curso procura afirmar todas as áreas que estão em andamento, como o Instituto de Resseguros do Brasil, os fundos de pensão, as consultorias que poderão ser contratadas pela CPMI, a relação e a análise da conta Düsseldorf, reafirmando a preocupação – e aqui é pessoal – de que a CPMI tenha dificuldades de acesso a essa informação. Não se justifica o fato de esta CPMI não ter recebido esses dados até agora, sabendo-se que a confissão do Duda Mendonça ocorreu aqui e que, a partir daqui, é que se abriram essas investigações. Nosso tempo não é o tempo diplomático, não é o tempo do Ministério Público, não é o tempo de uma investigação da Polícia Federal: temos prazo e queremos, dentro desse prazo, já mostrar se há ou não identificação. Isso é relacionado na conclusão. E é claro que aqui também isso poderá – e deve fazê-lo; o objetivo é esse – provocar essa discussão.

Primeiro, destaca-se essa fungibilidade do dinheiro, do recurso. Então, naquele caso da Visanet, em defesa do que foi afirmado pelo Relator, quando se quis mostrar essa relação, mesmo que houvesse dinheiro aplicado pela empresa DNA no BMG em CDBs, mesmo que houvesse outro dinheiro das empresas do Marcos Valério no Banco do Brasil, não haveria como estabelecer a relação direta entre um recurso que entra hoje e o recurso que vai sair amanhã. No caso, esse procedimento ficou mais claro, porque, nos documentos que o Deputado Osmar Serraglio recebeu e divulgou ontem, não havia dinheiro ou saldo nessas contas. Havia saldo nas empresas do Marcos Valério, nas empresas DNA, de R\$16 milhões, mas em outras contas, em outros bancos. Portanto, essa relação ficou mais diretamente relacionada.

Evidentemente, a conclusão, que V. Ex^{as} podem ler, também é auto-explicativa; quase, é verdade. Estamos lidando só com tigre e leão nessa história.

A primeira observação, quando se fala nos empréstimos, é que foram seis empréstimos: cinco tiveram como garantia contratos de publicidade com órgãos do Governo e da Administração Indireta – isso já foi objeto de análise –, e um teve como garantia uma aplicação em CDBs, feita pela DNA, junto ao BMG. Nesse caso, não discutimos hoje se houve adiantamento, se há irregularidades, se o serviço foi ou não prestado, se há

nota fiscal. Estamos mostrando a relação desse recurso com a garantia dada para o empréstimo bancário.

O que queremos afirmar? O dinheiro não é fungível, ou melhor, é fungível, mas, nesse caso, há uma simulação. Não há lógica, pelas dez razões apresentadas pelo Deputado Osmar Serraglio – chamo a atenção, antes de qualquer juízo, para que se tenha paciência de ler o relatório e os anexos –, entre os valores tomados dos empréstimos e os valores repassados. É a primeira vez, na História do Brasil, que se utiliza empréstimo bancário, garantido por contrato público, com registro, para repassar esse recurso para o Partido do Governo. Essa é a relevância. Não significa que empresas de publicidade utilizem essas garantias como empréstimo bancário, mas é a primeira vez que alguém faz a confissão, e é por isso também que há o tráfico de influência.

Insisto, para desconstruir essa idéia, em fazer outro raciocínio. Se esse recurso tivesse sido utilizado para particulares, vá lá! Se as garantias dadas fossem contratos com empresas privadas, não teria nenhuma relação. No entanto, queremos mostrar essa triangulação. Da mesma forma, é feita uma série de referências com relação aos indícios, com relação aos encaminhamentos, destacando que uma investigação dessa natureza pode levar muito tempo. Prova disso, é a revelação das contas do ex-Prefeito de São Paulo.

Pelo menos, por parte da sub-relatoria – e o objetivo, no bom combate, é provocar reação –, a meta foi a de fundamentar todas as afirmações com esses dados da análise técnica e contábil. Só se a base de informação foi alterada, só se os documentos enviados não são reais... Mas estamos nos baseando nas informações do Marcos Valério, nos dados apreendidos pela Polícia, nos dados encaminhados à Receita Federal e nos dados bancários.

E o desdobramento? Encerrando essa etapa, acredito que, mesmo não havendo concordância ou aprovação do relatório, da minha parte, a missão está cumprida, conforme o prazo da CPMI. A Sub-Relatoria de Movimentação Financeira fez a análise a que se propôs. Há muito ainda a ser investigado, mas a proposta é a de que se mande à Receita Federal, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários não só o relatório, mas também todos os anexos. Vamos mandar em CD não só a consolidação dos dados bancários, mas também todos os dados enviados à CPMI.

Peço desculpas, Sr. Presidente, pelo tempo gasto, mas essas seriam as primeiras manifestações com relação ao relatório parcial.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Um momento, por favor. Vamos organizar, agora, a fase da discussão. Neste instante, há cinco oradores inscritos para discutir o relatório.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há lista de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Houve a lista de inscrição. Aqueles que desejarem se inscrever poderão fazê-lo agora, para que possamos ordenar os trabalhos.

Vou colocar em discussão o relatório do Sub-Relator Gustavo Fruet.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Peço a palavra pela ordem, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Dr. Rosinha, que já a havia solicitado anteriormente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não, é um prazer.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É justamente isso. V. Ex^a está colocando em discussão qual é a dinâmica do processo no dia de hoje. Discutimos antes a votação de requerimentos, já na quarta-feira. Daqui a pouco, começa...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não. Quanto a essa votação de requerimentos, não ficou decidido se ela será feita na quarta-feira. Aqueles de consenso...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Serão votados hoje?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Exatamente, os que não dependerem de voto nominal.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Pois é, mas quero saber a dinâmica de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agora, faz-se a discussão, a votação do relatório parcial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, a minha preocupação segue na mesma linha. Enfim, estamos com nossa reunião esvaziada. É interessante que a discussão se faça com um conjunto mínimo de parlamentares presentes. O horário está um tanto quanto avançado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Evidentemente, acabamos de tomar conhecimento de uma matéria que é vasta, que é razoavelmente complexa e que requer uma leitura detalhada, uma reflexão sobre o tema, até para que possamos tirar dúvidas. Acho que,

antes da discussão, há até uma fase inicial de esclarecimentos junto ao sub-Relator que cuidou dessa matéria, e, posteriormente, então, faremos o debate.

Por isso, proponho, evidentemente se houver consenso aqui entre nós, que agendemos uma reunião apropriada para isso, com o tempo necessário, para que possamos fazer a leitura e a reflexão sobre o tema.

Então, que não façamos a discussão aqui hoje! Esperemos só o Presidente acabar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Peço um momento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A minha proposta é a de que não façamos a discussão aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Veja bem, V. Ex^a tem no Regimento os meios adequados para fazer isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, exatamente, sei disso, mas estou apenas querendo construir um consenso. Posso pedir vista neste exato instante. O sentido da minha proposição é esse, mas não queria apenas secamente pedir vista. Quero apenas justificar, ressaltando, em primeiro lugar, a seriedade e a competência de nosso sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência entende a preocupação de V. Ex^a, mas quer também que V. Ex^a entenda a nossa responsabilidade. A partir do momento em que aceitarmos uma proposta qualquer de adiamento dessa discussão, o que poderá ocorrer? É que a Mesa está tentando protelar quando não é o caso. O que queremos, o que almejamos todos é que o relatório seja discutido em profundidade e aprovado, porque o trabalho foi realmente exaustivo, sério. Mas, se V. Ex^{as} não se acharem em condições de encerrar a discussão para votarmos, aí terei de me render às disposições regimentais, desde que provocadas por V. Ex^{as}.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – É só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que a havia pedido pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, agora haverá o encaminhamento, que – imagino – deve ser idêntico ao que aconteceu com o primeiro relatório parcial, ou seja, ele será apresentado, debatido e votado. Este relatório tem uma complexidade muito maior do que o primeiro, que já não era simples. Este aqui é muito mais complexo. Diria que este é muito mais parcial até do que o anterior. E digo “parcial” na

acepção da palavra mesmo. É parcialidade. Apesar de todo o esforço e do trabalho da equipe que se vem dedicando à análise de todas as questões postas neste relatório, eu, que tive oportunidade de ainda ontem fazer uma leitura inicial dele, pude ver que está muito claro que aqui há determinadas questões que procedem e que merecem estar, no mínimo, aventadas aqui como hipóteses, mas não o estão.

E vou citar apenas o início da fala do Deputado Serraglio, porque S. Ex^a falou muito e deu dez motivos para a história dos empréstimos: de que não é, de que tem convicção, de que não tem... Eu também tenho muita convicção de que a história do empréstimo é uma tese muito estranha, muito estranha, estranhíssima. E é por isso que tivemos tanto empenho, porque não foi simples trazer aqui a discussão e a investigação de um empréstimo que teve começo, meio e fim, que foi aquele de 1998, e que não tem sequer citação aqui. O procedimento de empréstimo não começou em 2003 das empresas do Marcos Valério, com contratos dados em garantia, com destinação dos recursos do empréstimo para beneficiar personalidades políticas.

Então, a parcialidade já está nessa história do empréstimo, porque deveria, no mínimo, haver uma citação aqui disso, porque trouxemos isso, há os contratos, há a investigação em andamento.

Há outra questão: procedimentos das empresas de Marcos Valério de superfaturar, de apresentar nota fria, de apresentar serviços não realizados como forma de colocar dinheiro também não são novidade, não começaram em 2003, tanto que estamos com processos – que coloquei como uma das prioridades – em andamento no Ministério Público Federal, em São Paulo, solicitando ressarcimento, devido a desvio de recursos, a enriquecimento ilícito, a superfaturamento da SMP&B em São Paulo, da Fundacentro, em contrato desde 1996! São as mesmas coisas de que estamos tratando aqui. E, inclusive, há várias questões que estão aparecendo.

Na questão dos contratos dos Correios, há depoimentos aqui de que movimentações contratuais financeiras, de que os principais contratos – o depoimento do Marinho foi nesse sentido – começaram exatamente na gestão do Hassan Gebrin, com movimentações financeiras.

Não quero tecer comentários a respeito do mérito do que está posto aqui, mas a parcialidade do está posto está nas primeiras frases do relatório. Vou ler um trecho:

No caso concreto, a necessidade de financiamento de um partido político ou de diversos partidos políticos da base aliada do Governo serviu de pretexto a que fosse constituída uma articulada e consistente estrutura

para desviar recursos públicos de órgãos estatais, de empresas estatais ou de entes paraestatais.

Qual é a lógica disso? É que começou em 2003. Quero dizer o seguinte: ando cada vez mais enfurecida, porque se vão confirmando determinadas questões de envolvimento efetivos de pessoas do PT com esse esquema. Mas querer dizer que isso começou em 2003 é algo com que não posso concordar. E só posso dizer que isso é de uma parcialidade com que, mesmo sendo um relatório parcial, não podemos concordar.

O SR. (Orador não identificado) – Senadora, aí não está falando...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, a Senadora está com a palavra. Não cabe aparte neste momento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a ler o parágrafo anterior e o posterior, aquilo que estou falando é o retrato de que tudo se iniciou em 2003: empréstimos, superfaturamento, desvio de recursos, aparelhamento, não sei o quê. Tenho dito e repetido à exaustão que estou comprometida em investigar a corrupção, desvio, ilícito, seja quem fez, seja quando fez, seja como fez. Por isso, tenho de falar sobre a parcialidade.

Considero o relatório muito importante. É um relatório que tem repercussão, tem peso, tem dados, tem elementos. Mas quero tudo isso feito em todo o procedimento do esquema do Marcos Valério, que não começou em 2003. Volto a dizer: ele é antigo. Já há indícios, processos em andamento, que temos de aprofundar, até para confrontar, para ver se agravou ou não, se modificou ou não. Senão o que vamos fazer? Vamos focar em um período, vamos fazer os indiciamentos, como já estão propostos alguns; eliminam-se ou se processam os decorrentes desse período, e não se mexe na estrutura da corrupção. Os agentes, os atores mudam. No depoimento do Marinho, ficou muito claro isso. Ele colocou isto: é uma estrutura corrupta, e se trata apenas de uma dança de cadeiras: muda lá em cima, mas a dança de cadeiras no segundo e no terceiro escalões continua operando o sistema de corrupção. Então, se quisermos aprofundar efetivamente a investigação, temos de fazer na complexidade, na colocação total...

Por isso, acho que não temos condições de, sem aprofundar isso, sem colocar esses elementos que... Mesmo colocando o tal do empréstimo já de 1998, os procedimentos da SMP&B e DNA, porque são empresas antigas que têm processo na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no Estado de Goiás... Tudo isso está chegando à CPMI, ou seja, é a melhor maneira de podermos fazer um estudo a respeito desse esquema de corrupção na sua complexidade...

O SR. GERADO THADEU (PPS – MG) – Por isso, precisamos prorrogar a CPMI até abril. Senão, não dá para investigar tudo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Podemos prorrogar a CPMI até 2011, se for necessário.

O SR. GERADO THADEU (PPS – MG) – A senhora dá essa palavra?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, eu só quero dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que o melhor é que possamos efetivamente fazer – não sei como vai funcionar – o pedido de vista, porque é isso que, regimentalmente, permite não se ter hoje a votação, a fim de se ter, inclusive, o Plenário com maior representação. Eu já estou sentindo a ausência de determinados contrapontos, como é usual, de determinados Parlamentares da ala de lá, que normalmente sentam lá e que hoje não estão aqui, neste momento, para poder fazer o debate do relatório que, volto a dizer, Deputado Gustavo Fruet, não tem nenhum demérito, muito pelo contrário. Acho que o trabalho é louvável, o esforço, mas estamos aqui não apenas para fazer um meio trabalho. Estamos aqui para fazer um trabalho completo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, questão de ordem – e não pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian para uma questão de ordem. Fundada em que artigo do Regimento?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero, de acordo com o Regimento – não estou com ele em mãos –, pedir vista do processo. Vou pedir vista do processo. É regimental.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem artigo no Regimento que garante o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É regimental o seu pedido de vista.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – É regimental e quero pedir vista do processo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, também vou pedir vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu quero me manifestar antes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu queria fazer apenas uma justificativa do meu pedido, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aí, eu sou atropelado aqui, porque estou aguardando pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Um minuto, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu também quero me manifestar e estou aguardando pacientemente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, eu aguardo o Deputado Pompeo de Mattos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Ele usou o artifício regimental, mas posso conceder vista conjunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Eu só gostaria de ter a minha manifestação, Sr. Presidente...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas podemos fundamentar, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a tinha me concedido a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Aguarde V. Ex^a, nobre Deputado, porque, pela ordem de inscrição, a palavra é do Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu aguardo. O.k.! Em seguida, faço dela uso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Está bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agradeço, Sr. Presidente, a generosidade de V. Ex^a. Eu quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Relembro a V. Ex^{as}, que são eméritos constitucionalistas, que, uma vez concedida a vista, não se discute mais a matéria nesta reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, a vista está concedida. E eu gostaria que se evitassem as discussões sobre a matéria nesta reunião, já que está concedida a vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

Sr. Presidente, quero tão somente dizer que acompanhei **pari passu** todo o relatório, ainda que tido e havido como um relatório parcial, mas fundamental, e parece-me, sim, amplo e abrangente.

Eu quero dizer que os contratos reclamados pela Senadora Ideli Salvatti não estão em questão, até porque tem uma Sub-Relatoria de contratos, que haverá...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu apenas estou me referindo a que, na questão dos con-

tratos, teremos também situações, como citadas nos contratos de publicidade, com pontencialidade de ter abastecido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Só que aqui, no caso...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E abasteceu não só agora. Tem possibilidade de ter abastecido também antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Só que aqui, no caso específico, estamos tratando da movimentação financeira, para ver a triangulação dos recursos, de onde vieram, para onde foram, onde estão, como chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, eu gostaria que V. Ex^{as} se abstivessem de discutir a matéria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vamos aguardar...

O SR. GERADO THADEU (PPS – MG) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu só quero concluir...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a quer pedir vista também?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu quero pedir vista. Só quero sustentar o meu pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pois não. Eu quero esclarecer que o prazo é de cinco dias úteis, improrrogáveis. Então, como na semana que vem vamos ter, na terça-feira, um feriado...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não. Cinco dias úteis. Sexta-feira da outra semana seria o prazo para a nova reunião. Isso, nós iremos discutir, possivelmente. Creio que dificilmente teremos quorum na sexta-feira. Será oportuno até, porque deverá vir o relatório parcial do Deputado José Eduardo Cardozo sobre os contratos, que irá se unir, irá se somar e esclarecer melhor aos nobres Pares.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Faremos uma discussão conjunta. Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero concluir, Sr. Presidente, falando da razão que me anima, que me estimula a pedir vista, em nome do PDT, pelo prazo regimental. Efetivamente, essa movimentação financeira do Sr. Marcos Valério, essas operações todas, elas estão consubstanciadas, documentadas. No entanto, não estamos investigando tão-somente

as questões que envolvem o Governo do PT. Quero deixar bem claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Engano seu, Deputado. Esta não é uma CPMI do PT, é uma CPMI dos Correios, dos contratos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Ex^a é que está enganada, porque não está me ouvindo. Se estivesse me ouvindo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está bem, desculpe-me.

A SRA. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Ex^a não está me ouvindo, não está prestando atenção. Quero dizer que esta não é uma CPMI para investigar o PT. Vou repetir para que V. Ex^a ouça: é uma CPMI – e tenho dito isto desde o começo – para investigar a corrupção, os desvios de recursos públicos, o mau uso do dinheiro público, o caixa dois, o que for. Enfim, esse é o propósito. Não importa se envolve o PT, o PMDB, o PC. Não importa. Não importa se é sobre este Governo ou sobre o Governo anterior. Não importa qual é o Governo. Temos que ir à essência. A gente sabe perfeitamente que se intensificaram as relações do Sr. Marcos Valério com o Governo, mas elas já existiam. Se houve intensificação é porque já havia a existência de uma relação promíscua entre o Sr. Marcos Valério e o Governo. Isso tem que ficar consubstanciado no relatório. O relatório é parcial, mas não pode ser parcial no tempo. Tem que ser amplo por toda a sua extensão, durante todo o tempo em que a SMP&B, a DNA, enfim, todas as empresas atuaram. Precisamos ter uma leitura objetiva, completa, para que possamos ter uma radiografia. Precisamos ter compreensão. Caso contrário, vamos ficar aqui fazendo uma CPI do Governo e da Oposição. Sou da Oposição, mas não creio que devemos fazer uma CPI de oposição. A CPI tem que ser do Congresso Nacional.

A CPMI é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Câmara e do Senado para investigar esse procedimento de corrupção que se intensificou neste Governo, mas que a gente sabe que não se instalou tão-somente aqui. Tomou outras dimensões, mas ele já ocorrida. Não se pode passar ao largo, com uma pincelada, como se tudo tivesse começado aqui.

Digo isso com muita convicção, para estabelecermos o equilíbrio do debate e resgatarmos o que o PDT disse desde o começo: “A CPMI não é contra o PT, não é contra o Governo Lula, embora bata no PT, embora bata no Governo Lula, embora bata na base aliada, mas ela é contra a corrupção, esteja onde estiver, com quem estiver e quando existir”. É o importante.

Parece-me que o relatório precisa explicitar um pouco mais, precisa ter essa amplitude temporal. Pare-

ce-me que faltou isso no relatório. Daí a razão do nosso pedido de vista. Queremos ampliar esse debate.

Absolutamente concordo com o que está escrito no relatório, em grau e número, mas creio que precisamos ampliá-lo no tempo e no espaço.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos votar agora?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. Depois, ao Deputado Geraldo Thadeu e, por fim, ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que nos honra com sua presença.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a, faço uso da palavra para fundamentar o pedido de vista que vou formular. Peço a colaboração dos colegas para fundamentar meu pedido de vista.

Começo parabenizando o Relator, Deputado Osmar Serraglio, o Sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet, e a equipe de assessores que trabalharam juntamente com os dois, o Relator e o Sub-relator, na produção desse relatório parcial.

Creio que representa a sistematização de uma parte do que já foi apurado pela Comissão nesses cinco meses. Representa um detalhamento, uma sistematização, sem dúvida, muito útil para o trabalho e para a prestação de contas que a CPMI tem de fazer ao Congresso Nacional e à sociedade.

Vou pedir vista, porque, mesmo tendo feito uma leitura aligeirada, sinto que o relatório é incompleto. Nós, como CPMI, como representantes do povo brasileiros, temos o compromisso de apurar e de combater a corrupção em todos os setores. A fala do Deputado Pompeo é muito lúcida, porque, infelizmente, o Estado brasileiro tem essa relação de promiscuidade, que não começou em 2003.

É evidente que poderíamos, Deputado Gustavo Fruet, fazer um corte metodológico que poderia ser cronológico, focado em uma determinada fase desse relacionamento promíscuo entre o Estado brasileiro, a Administração Pública, e atividades políticas dos partidos. Mas o corte que me parece estar sendo feito nesse relatório é um corte de identificação do funcionamento do esquema de irrigação de campanhas eleitorais praticado pela SMP&B, praticado pela DNA e pelas demais empresas lá do Sr. Marcos Valério. Então, a leitura que faço é que está havendo um corte por assunto. Para que façamos um corte por assunto, ainda que se trate de um relatório parcial, Deputado Asdrubal Bentes, temos a obrigação de contar o assunto integralmente,

até para cumprir as finalidades da CPMI, que são de indicar ao Ministério Público ou ao Conselho de Ética aqueles que praticaram condutas ilícitas; mas é função da CPMI também identificar o mal funcionamento das instituições para propor os remédios que evitem a ocorrência desses fatos graves no futuro, fatos esses que, como disse o Deputado Pompeo, vêm ocorrendo no sistema político brasileiro não desde 2003.

Então, no corte por assunto, que está sendo feito nesse relatório parcial, explicação de funcionamento do mecanismo do Marcos Valério com as suas agências, a CPMI tem documentos, tem depoimentos que provam que esse mecanismo foi engendrado, foi desenvolvido, foi praticado em 1998. Então, fica muito estranho para qualquer leitor desse relatório parcial, que percebe que o corte é do assunto, só receber informações do detalhamento do funcionamento desse esquema a partir de 2003. A primeira pergunta que surge para qualquer leitor é: “Mas como é que foi o funcionamento desse esquema que já existia em 1998? Como é que esse esquema se desenvolveu em 2002?”. As informações que chegam aqui à CPMI são de que o esquema com o ex-tesoureiro do PT foi a partir do final da campanha.

Então, como a CPMI tem a informação de que o esquema estava montado, desenvolvido, amadurecido, desde 1998, é muito legítimo supor que, na campanha de 2002, ele também teve desenvolvimento. E aí nem se está contando, no corte por assunto, o funcionamento desse esquema, quando iniciou – pelo menos aparentemente já se sabe que, em 1998, ele já funcionava –, e aí se foca tão só e exclusivamente no funcionamento em 2003.

Nosso compromisso é com o combate à corrupção, com o esclarecimento desse e de outros esquemas que representem financiamentos ilícitos, desvios de recursos públicos que têm de ser coibidos no Brasil de uma vez por todas. Mas não podemos contar a história apenas quando atinge o setor político A ou o setor político B. O nosso compromisso, de todos aqui desta CPMI, deveria ser de contar a história integralmente, quando atinge o setor político A ou o setor político B.

Então, quero pedir vista, Sr. Presidente, já sugerindo ao Sub-Relator, ao Relator e a todos nós que nos debrucemos para, quem sabe, podermos complementar esse sub-relatório parcial, a fim de darmos conhecimento à CPMI e ao Congresso Nacional da história integral, ainda que recortada nesse assunto.

Por isso, Sr. Presidente, quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já que houve um pedido de vista, gostaria de fazer uma argumentação, se V. Ex^a me permitir, mas respeitando a ordem de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria que V. Ex^a entendesse que estamos respeitando a ordem de inscrição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro! E peço a V. Ex^a que me inscreva. Aguardarei com toda tranquilidade minha oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Considere-se inscrito.

Agora, ressaltando que não se discute mais a matéria. Já foi concedido o pedido de vista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem problema, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente eu me lembro, quando chegamos aqui para assumir como Deputado Federal, de um discurso, que eu nunca esqueço, que estou sempre lembrando, do Deputado Pompeo de Mattos. Eu não o conhecia, e, um belo dia, no plenário da Câmara, o Deputado Pompeo de Mattos disse que estava muito preocupado.

Lá no começo, lá no início. Eu não me esqueço disso, Deputado.

O Deputado disse que o que ele sentia aqui neste Congresso, Sr. Presidente, é que a nossa política estava da seguinte forma: quem era contra antes, hoje é a favor; e quem era a favor antes, hoje era contra.

Então, esta CPMI está parecendo isso, sabe, Deputado Pompeu? Sempre vai e volta, fica o antes como o agora, e o agora como o antes. E, na realidade, o que nós estamos vendo aqui?

Eu gostaria que a Senadora Ideli, até se fosse possível...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou ouvindo muito atentamente.

O SR. GERALDO THADEU – Está mesmo? Olha, Senadora...

Então, está bom.

Eu tenho o maior respeito pela Senadora. Acho que é uma pessoa inteligente. Gostei muito do que S. Ex^a falou aqui hoje. Até quero pedir desculpas, porque eu não sou orador, não tenho o preparo que vários oradores aqui têm, mas falo do coração e acho que isso é importante.

Eu gostaria de dizer, Senadora, que eu gostei muito da sua postura hoje. Gostei, sim. Acho que nós estamos aqui, como disse o Pompeo, para descobrirmos a corrupção e penalizar quem cometeu a corrupção, não importa data, não importa dia, não importa hora, não importa como foi. Mas nós estamos em uma CPMI complexa, de muita profundidade e de muita investigação.

Então, Senadora, eu fico aliviado. Só que gostaria de fazer um pedido a V. Ex^a, como Líder do Governo: que se possa trabalhar para que esta CPMI realmente seja prorrogada até abril, porque nós temos muito que investigar, e pedir para o Governo parar de pedir para os Parlamentares retirarem as assinaturas até hoje à meia-noite.

Então, gostaria que a Senadora assumisse esse compromisso aqui, mostrando assim a sua sinceridade, que S. Ex^a realmente quer procurar acabar com a corrupção neste País – eu não digo acabar, mas melhorar este País.

Eu tenho o maior respeito pelo Presidente Lula. O Presidente Lula é um homem que veio simples, humilde, que tem boas intenções. Aliás, quem chega a Presidente da República não é à toa, não; tem o seu valor, que nós temos que respeitar. E foi pelo voto popular.

Agora, tudo o que está acontecendo neste País, quem sabe não é para este País melhorar! Quem sabe cabe a nós, à nossa geração, dar uma contribuição para que as coisas possam melhorar neste País!

Por isso que eu respeito o nosso Relator. E o Sub-Relator hoje fez um belíssimo trabalho aqui, mas tem que levar em consideração também as colocações aqui feitas. E é por isso que vejo muito bem o pedido de vista. Acho importante. Mas nós precisamos, neste sentido de procurar descobrir a corrupção, da prorrogação dos trabalhos no mínimo até abril, para que possamos trabalhar com tranquilidade. E parar de impedir que as pessoas venham aqui, para serem ouvidas, as pessoas que necessitam vir, para que este País possa melhorar.

É esse compromisso que eu solicito – principalmente hoje, é claro! – à Senadora, que manifestou aqui, há pouco, a sua vontade e as suas intenções.

Sr. Presidente, eu agradeço a benevolência. Sei que nós estamos aqui em um momento importante para o nosso País, e precisamos contribuir para que isso não fique no final.

Hoje, a gente pega o jornal e tem acordo aqui, acordo ali, porque se mexer com um vai atrapalhar o outro, se mexer com o outro vai atrapalhar... Isso é muito do Pompeo, ele é que sabe falar isso muito bem.

Mas, entendeu, Deputado Pompeo de Mattos?

Mas quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Gustavo Fruet pelo seu relatório. Não é fácil. Acho que, agora, uma empresa especializada já vai ter mais facilitado o seu trabalho, mas ainda vamos chegar a muitas coisas que vão ser descobertas.

E gostaria de dizer, concluindo, que uma instituição como o Banco do Brasil não pode ficar sob suspeita. É uma das maiores! É sagrado o Banco do Brasil para nós, brasileiros. E eu gostaria, Deputado Gustavo Fruet e Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, de fazer duas sugestões. Primeira: verificar os editais das concorrências das quais as empresas de Marcos Valério foram vencedoras e se existe semelhança nos mesmos; se positivo, caracterizaria favorecimento. Vou explicar por quê: chegam para mim informações de que as empresas do Marcos Valério apresentavam edital para as empresas com as quais concorria e diziam: “essa eu não perco, essa ninguém me tira”.

Segundo ponto: como se pode dar garantias ou antecipar pagamentos de contratos a serem prestados se os contratos estão sujeitos ao seu não total cumprimento ou podem ser interrompidos ou cancelados antes de concluídos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos hoje vivendo no País um caso gravíssimo de corrupção. Isso não é contestado por ninguém, nem do PT, nem dos partidos da base. Ninguém está negando que estamos vivendo um dos piores momentos da História da República, e por isso estamos aqui reunidos nesta CPMI, cuja finalidade é fazer uma investigação vigorosa e rigorosa para descobrir de onde vêm os recursos, quem, na verdade, está provendo esses recursos, quem são os demais envolvidos, de tal forma a oferecer os elementos consubstanciados para a necessária punição dos culpados.

Pois bem, se ninguém nega que haja corrupção, qual é a grande questão, o fulcro da questão? É aceitar ou não a tese do Governo Lula de que não se trata de uma corrupção convencional, trata-se de uma mera corrupção eleitoral. Esse é o ponto-chave da questão, ou um dos pontos-chave da questão. E no que se baseia a tese do Governo? Baseia-se num tripé: primeiro, que todos os recursos foram exclusivamente destinados para pagamento de gastos decorrentes de campanhas eleitorais; segundo pé do tripé: não há recursos públicos envolvidos; terceiro pé do tripé: não há envolvimento do Governo Lula, é só o PT que está

envolvido. O Governo Lula não tem nada a ver com o assunto, é só o PT o envolvido. Se um desses três pés ruir, caiu a tese.

Pois bem, nós estamos aqui assistindo à apresentação de um relatório parcial, um relatório preliminar. Nunca vi, em quatro mandatos, pedir-se vista – o que é regimental, é possível – de um relatório preliminar. Qual é o receio? Isto aqui não é o relatório final. É um relatório parcial, preliminar, submetido à análise e à consideração dos integrantes desta Comissão para que agreguem, adicionem as suas observações, os seus elementos complementares. Não vejo motivo para tanta *paúra*, para tanto receio de um trabalho feito com o devido discernimento, com descortino, com técnica, com cuidado, sem nada de subjetividade, sem paixão; um trabalho que procura simplesmente nos informar, dando elementos sobre uma realidade que, na sua íntegra, ainda não conhecemos, reunindo elementos fornecidos por informações materiais, que nos vêm de extratos bancários, de informações fornecidas pelo Banco Central e por outros órgãos, que nos permitem, na junção desses fragmentos, tentar, por um raciocínio dedutivo, indutivo, lógico, formatar a realidade como um todo para que formemos a nossa opinião a respeito desse assunto tão relevante.

Por tudo isso, achamos que se trata de uma oportunidade excepcional de não apenas conhecermos de uma forma mais completa tudo isso que está acontecendo para que, passada essa fase de julgamento dos envolvidos – e de mais envolvidos, se houver –, possamos aprofundar os nossos trabalhos, oferecendo ao País o aprimoramento do arcabouço jurídico para evitar que se repita, daqui a cinco, dez anos, o mesmo que vimos hoje: as instituições serem tomadas, com tamanha fragilidade, de assalto por pessoas inescrupulosas. Temos que oferecer um trabalho legislativo, melhorar a Lei de Licitações, resolver o caso das empresas de comunicação, o caso das *off-shores*, o caso de se jogar com ações de fundo de pensão. É um imenso trabalho. Passada essa fase de julgamento e possíveis cassações, vamos entrar numa fase de ressaca cívica achando que está tudo resolvido? Possivelmente, não. Por isso, temos de aprofundar essas apurações, temos que prorrogar essa investigação.

O Senhor Presidente da República foi ao programa Roda Viva dizendo que quer que seja investigado, que é o dever de quem está no cargo, como ele, assumindo a responsabilidade, investigar tudo. Portanto, imagino que as pessoas que dão sustentação a esse Governo não vão desobedecer, descumprir a orientação do seu alto mandatário, do seu primeiro mandatário, e retirar as assinaturas num pedido de prorrogação desta CPMI. Seria realmente um descumprimento de

uma determinação presidencial para que se investigue profundamente tudo isso que está acontecendo.

É por isso que imaginamos que esse esforço conjunto de todos nós deve continuar, nas respectivas CPIs, aprofundando-se em fatos determinados. Esta CPMI tem um fato determinado, que foi aqui obedecido. Há uma outra CPMI para investigar compra de votos, investigar o passado. Eu fico abismado quando pessoas tentam minimizar um delito dizendo que esse delito já ocorrera no passado. Fico abismado, porque é minimizar o indefensável.

Nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – É nesse sentido que queremos expressar a nossa solidariedade ao Relator e dizer que trabalhos como estes podem vir a receber um aperfeiçoamento, a contribuição de todos os Deputados, mas representam uma tremenda contribuição para que conheçamos, efetivamente, o que aconteceu e confirmar ou não esse tripé apresentado pelo Governo para desqualificar essa generalizada corrupção que estamos vendo e tentar qualificá-la como um pecadilho, como uma mera corrupção eleitoral.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Senadora, há uma lista de inscrição que peço apenas que seja respeitada. Eu estou aqui aguardando.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a esperar um pouquinho, Deputado ACM Neto, quero dizer que tenho todo o respeito com a lista de inscritos para que todos possam falar. Queria pedir apenas que pudéssemos dar o seguinte encaminhamento, garantindo a todos os inscritos da lista que possam fazer a fala...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só são mais dois.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...que possamos, neste momento, montar a lista dos requerimentos consensuais, até porque todos os discursos vêm na lógica de continuarmos as investigações. E para que a investigação continue, há uma série de requerimentos que precisam ser aprovados.

Então, Sr. Presidente, queria que nós pudéssemos apenas fazer a listagem dos que consensuais, até porque só vamos votar aqui o que é consensual.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Logo após o término dos oradores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São apenas mais dois oradores, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o problema, Sr. Presidente... Posso falar? Não havia mais oradores inscritos, mas estão chegando oradores.

Então, quero apenas propor o seguinte: regimentalmente, já nem podíamos estar falando, porque, pedida a vista, encerra-se a discussão, não é isso? Então, que sejam tão-somente o Deputado ACM Neto e o Deputado Eduardo Paes para podermos depois votar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Obrigado pela autorização, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não estou autorizando nada, Deputado Eduardo Paes. Não crie confusão onde não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, V. Ex^a reclamou a ausência dos Deputados ACM Neto e Eduardo Paes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque reclamei, eles vieram correndo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eles chegaram, estão aí e vão falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Sou seu fã.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, primeiramente, temos que dar chá de camomila para muita gente aqui. Para aqueles que são contra o pedido de vista, vale o chá de camomila porque o pedido de vista é regimental. O Regimento não se discute, cumpre-se. Para o Governo, sobretudo para os Parlamentares da Base do Governo aqui nesta CPMI, também temos que dar chá de camomila porque eles ainda vão ter que passar por todo esse processo longo, exaustivo de discussão por, pelo menos, mais quatro meses, até abril do ano que vem, porque esta CPMI será prorrogada. Mesmo com as manobras que estão acontecendo, não vai haver qualquer impedimento para que a CPMI continue funcionando.

Quero dizer que, se, de um lado, eles se organizam para forçar a retirada de assinaturas; por outro, eu e o Deputado Onyx Lorenzoni, como autores desse requerimento, também já nos organizamos para ter um número extra de assinaturas e compensar eventuais retiradas que aconteçam. Então, poderia dizer à Senadora Ideli Salvatti e a todos os Parlamentares aqui que eles...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado ACM, o chazinho de camomila não é destinado à minha pessoa, que continuo muito calma e tranqüila.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eles podem exercer a atividade da paciência porque, de fato, ainda terão que conviver conosco pelo menos até abril.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas se houve uma coisa que me ensinou a ter paciência foi a convivência com V. Ex^a, porque precisa ter muita paciência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, está com a palavra o Senador ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, passado isso, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: o Deputado Gustavo Fruet pode ser acusado de qualquer coisa, menos de parcialismo. O Deputado Gustavo Fruet procurou ter uma atitude, um comportamento imparcial durante todo esse processo de investigação que resultou na elaboração do relatório por ele apresentado no dia de hoje. Vale dizer, Sr. Presidente, que é um relatório parcial. Acho que, no relatório final da CPMI, todo e qualquer fato, seja ele relativo a 98, a 99, ou até antes disso, todo e qualquer fato tem que constar. Passou pela CPMI, tem que estar no relatório. É claro que sim, mas no relatório final. O relatório do Deputado Gustavo Fruet tem um único objetivo: fazer referência às transferências que aconteceram, tendo o Sr. Marcos Valério como um dos pilares...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Deputado, por favor, está encerrada a discussão. Por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não estou discutindo. Estou apenas trazendo aqui uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já houve pedido de vista. Está encerrada a discussão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. Então, sairei desse assunto em um minuto para encaminhar o próximo.

Então, Sr. Presidente, apenas para concluir isso, devo dizer que o Deputado Gustavo Fruet se debruçou sobre essa transferência de recursos que passou pelo Sr. Marcos Valério e que teve como alvo principal o beneficiamento de Partidos Políticos, de Parlamentares e de diversos outros sacadores. Ora, quem é que tomou empréstimo – ou o fictício empréstimo? O Partido dos Trabalhadores. Então, não há qualquer discussão aqui que faça referência a mensalão, que faça referência a compra de votos, que faça referência

a recursos não contabilizados em campanhas eleitorais, a nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB - PA) – Sr. Deputado, reitero o apelo para não continuar, porque contrariamente...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, quero sair em defesa, primeiro, da postura do Deputado Gustavo Fruet. Segundo, quero também dizer aqui que estamos examinando um relatório parcial, mas que esse comportamento da base do Governo serve para antecipar o que pode acontecer na frente, que é a tentativa, no final dos trabalhos desta CPMI, de, pelo menos um segmento dos Parlamentares, tentar impedir que cheguemos aos resultados concretos e objetivos que é o que o Brasil espera.

Mas, muito bem. Por último, Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex^a que, diante de um fato inevitável – a prorrogação dos nossos trabalhos –, eu sugeriria ao Deputado Osmar Serraglio, como Relator-Geral, que, após a apresentação desses sub-relatórios – tem aí o Deputado Gustavo Fruet que apresentou o seu, que será votado e certamente aprovado, mesmo com toda a gritaria aí dos Deputados e Senadores do PT. Logo depois, o Deputado José Eduardo Cardozo apresentará o seu. E eu tenho certeza de que terá o apoio de todo este Colegiado como teve o do Deputado Gustavo Fruet, por se tratar de duas pessoas isentas, apesar de um ser do PSDB e outro ser do PT.

Agora, eu pediria ao Deputado Osmar – e o faço também na qualidade de sub-relator – que pudéssemos, com a aprovação desses relatórios parciais, ir aos poucos eliminando algumas matérias do objeto de análise da nossa CPMI e afunilando para as perguntas que estão sem resposta, sobretudo também para novos temas que surgiram, como é o caso dos fundos de pensão, para que fique claro que essa prorrogação que estamos propondo não é uma prorrogação irresponsável, com fins eleitoreiros, que tenha apenas o objetivo de garantir um palanque. Não é isso. É uma prorrogação baseada em critérios técnicos, na necessidade de se continuar investigando, na necessidade de responder perguntas que não foram respondidas, bem como na necessidade de se aprofundar a análise de temas que chegaram à CPMI no curso dos nossos trabalhos.

Então, creio que podemos virar algumas páginas, podemos encerrar algumas histórias e vamos viver aquelas que ainda não estão conclusas. Esse é o meu encaminhamento. E, como co-autor desse requerimento de prorrogação, ao lado do Deputado Onyx Lorenzoni, posso garantir a todos, e ao Brasil principalmente, que não estamos querendo absolutamente nenhuma prorrogação com objetivos irresponsáveis. Queremos

continuar investigando, elucidando fatos, como foram elucidados ao longo desses últimos meses.

Agradeço a V. Ex^a.

E, mais uma vez, recomendo um chá de camomila.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O último orador inscrito, que, pela manhã, estava nervoso, parece que ouviu o seu conselho e tomou o chá de camomila. S. Ex^a já está risonho.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deixo a análise que o Presidente faz de lado e digo que quem deve estar muito nervoso é o povo da ABIN, que grampeia o meu amigo ACM Neto, pois observe que S. Ex^a está andando com cinco celulares ali do lado, para garantir que os grampos não funcionem, ou ainda, dando trabalho. Esse tem de tomar muito chá de camomila para grameá-lo.

Eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente, aproveitar esse momento, porque muito se disse, ao longo do tempo, a respeito dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Se existe algo que me incomoda em todo esse processo, Deputado Osmar Serraglio e Deputado Gustavo Fruet, não é somente a prática de atos de corrupção que nós constatamos aqui. De certa forma, o Brasil tem visto, ao longo desses últimos anos, devido à ampliação de transparência que tivemos com esses casos sendo colocados de forma mais aberta, aqueles que cometeram delitos pagando pelos seus crimes.

O que acontece nesse episódio, especificamente, Deputado Gustavo Fruet? É a dificuldade desta CPMI, Deputado Osmar Serraglio, diante de tantas evidências, convencer a opinião pública de que tudo o que se apurou aqui, até este momento, seria mais do que suficiente para provar muito do que foi dito ali atrás e muito mais. Por que isso não acontece? Porque, infelizmente, nós vivemos um momento curioso deste País. Eu não quero generalizar jamais, porque respeito muitos dos que estão no Partido dos Trabalhadores, que são daquela legenda e fizeram a história do PT. Mas quero me referir a alguns desses atores, sim.

Antigamente, Deputado Gustavo Fruet, quando se identificava um caso claro de corrupção, por mínimo que fosse, aquele acusado de corrupção, diante de elementos tão contundentes como em vários casos que aparecem agora, ficava envergonhado da sua prática corrupta.

Nós vemos um momento curioso da história brasileira que, talvez, seja o pior legado desse momento, daqui para frente, Deputado Osmar Serraglio: passamos

a considerar tudo isso muito normal. É um pouco a institucionalização da corrupção, porque todos fazem.

Eu fiquei muito feliz com a entrevista do Presidente da República, na última semana, no Programa Roda Viva, quando ouvi Sua Excelência condenando o caixa dois. Por quê? Porque a comparação que ele fazia entre caixa dois e uma simples ida ao dentista sem pegar nota fiscal, para pagar mais barato, era algo gravíssimo, na minha concepção. Elogio a atitude do Presidente, mesmo convicto de que ele se vale da expressão “caixa dois” para tentar ludibriar o povo brasileiro.

Nós não estamos lidando, aqui, com caixa dois, mas com um esquema de corrupção no exercício do mandato. Não é caixa dois de campanha eleitoral – e eu não a estou minimizando.

Esses empréstimos, todos que o Deputado Gustavo Fruet, de forma brilhante, direta, fundamentada, serena e tranqüila colocou aqui hoje, que nunca existiram, foram operações simuladas, em momentos muito distantes do processo eleitoral, servindo para esquentar recursos que nós, aos poucos, identificamos de onde vêm, para que fossem distribuídos, sim, entre figuras ligadas a este Governo, comandadas pelo tesoureiro do Partido deste Governo, do Presidente da República. É algo grave; não é simples.

Repito que não quero generalizar e dizer que todos que estão aqui ou acolá sejam criminosos, corruptos; e os que estão criticando e atacando hoje sejam os puros. Não! Acho que essa não é uma luta dos puros contra os impuros ou daqueles que vieram do céu ontem contra os que chegaram agora do inferno. Não é essa a batalha que nós travamos aqui.

Deputado Osmar Serraglio, faço referência a V. Ex^a. V. Ex^a, na semana passada... Eu sei que não deve ser simples, para pessoas que têm princípios, valores e acreditavam num projeto, ouvir certas afirmações.

Todavia, é fato – e não há mais dúvidas; está provado por V. Ex^a, com o auxílio desta Comissão e dos sub-relatores – que recursos da Visanet, Banco do Brasil, abasteceram e alimentaram esse esquema. Está comprovado! Não há mais dúvidas em relação a isso.

Quero trazer uma notícia para V. Ex^{as}, Deputados Gustavo Fruet e Osmar Serraglio: nós acabamos de fechar o cálculo, ainda superficial, do que significou de ganho em rendimento de aplicação financeira o adiantamento que a Visanet – o Banco do Brasil – fez nas contas da DNA. Só de aplicação financeira, o Sr. Marcos Valério ganhou R\$4 milhões, pelo adiantamento feito em um ano e meio de aplicação financeira.

Nesse volume todo de escândalos, ilustre Deputado Relator e Sub-Relator Gustavo Fruet, vou distribuir

depois aos membros da Comissão e da imprensa a cópia desse pequeno estudo que fazemos aqui. Nesse escândalo todo, parece que R\$3,5 ou R\$4 milhões é pouca coisa, mas não o é. São recursos públicos que deveriam ter gerado rendimentos para o Banco do Brasil, o banco do povo brasileiro, que foram parar na conta do Sr. Marcos Valério, posteriormente nesses empréstimos simulados, comprovados aqui pelo Deputado Gustavo Fruet, e depois para essa distribuição de recursos, também comprovada, do Mensalão, uma expressão cunhada de forma competente, por um comunicador competente, que é o Deputado Roberto Jefferson. Ele chamou de “Mensalão” o que eram esses repasses, que, como o Deputado Casagrande, Líder do PSDB, disse outro dia, se era semanal ou trimestral, não importa. O que importa é que isso, de fato, já está comprovado desde o momento em que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em conjunto com a CPMI do Mensalão, da compra de votos – que, aliás, estou doido para ver essa compra de votos comprovada em 1994, 98 e 97 -, votou, por unanimidade, aqui aquele Relatório em que o Relator afirmava, junto com o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que, de fato, o Mensalão estava comprovado.

Portanto, o que me incomoda nesse processo, Sr. Presidente, é taparmos os olhos diante de provas concretas, diante de elementos concretos, que já surgiram. Outro dia, lembro-me, quando surgiu a história da Visanet, por acaso, surgiu um artigo do Deputado Gustavo Fruet na **Folha de S. Paulo**, falando sobre as investigações, e um artigo meu no **O Globo**, falando também um pouco sobre as investigações, e a pergunta que eu fazia era: Precisa mais do quê?

Todos os elementos já identificados por essa CPMI comprovam sim. Não sei se é o maior caso de corrupção da história brasileira, porque não sei o que roubaram no início da República, no Império, ou quando descobriram o Brasil.

Agora, o Deputado Maurício Rands perguntou sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso. É verdade, eu acho que o PT tem à sua disposição, Deputado Maurício Rands, a possibilidade de provar tudo aquilo que disse durante tanto tempo. Se vocês da CPMI da Compra de Votos não comprovarem que, de fato, houve compra de votos, da mesma forma que estamos aqui comprovando que houve Mensalão, com recibo de Deputados do PT e tudo, com recibos de companheiros da base do Governo, se vocês não comprovarem isso, vocês vão ficar em maus lençóis, porque vocês saíram por aí durante anos. Não se justifica, por causa de eventuais delitos cometidos ali atrás, que se cometa ou que se cometeu aqui e que, aos poucos, esta CPMI vai constatando. Por isso, ela vai ser prorrogada.

Para concluir, Deputado Gustavo Fruet, concordo com a tese do Deputado ACM Neto. Tenho certeza, Deputado Osmar Serraglio, que, a essa altura, V. Ex^a tem condições – e acho que vou antecipar aqui o anúncio que V. Ex^a -, desculpe-me o vazamento, de apresentar um outro Relatório parcial, escrito por V. Ex^a, juntando as informações dos Sub-Relatores e de diversos outros caminhos que percorremos, lá para início de dezembro, para que, de fato, aquilo que disse o Deputado ACM Neto aconteça.

Esse esquema do Valerioduto, com tudo o que já tinha, até essa descoberta da Visanet, era suficiente – e aí vou utilizar-me do que vem dizendo a Deputada Denise Frossard desde o início da CPMI. Já dava para enquadrar metade dessa turma em metade do Código Penal, tamanha o esquema de corrupção comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Deputado, para concluir, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já concluo, Sr. Presidente. Portanto, Sr. Relator Ibrahim Abi-Ackel, Deputado Gustavo Fruet, que me honra sendo do PSDB, adotando uma postura de investigação. Acho que todos fizemos esse esforço, mas muitos de nós, em diversos momentos, estávamos aqui na batalha política do início dessa CPMI, naquilo que o Deputado Gustavo Fruet chamava de “guerrilha”.

Já, há algum tempo, como disse o Deputado Fruet, essa “guerrilha” acabou. Já, há algum tempo, não se trata mais de uma questão de dizer: “Ah! Porque você roubou mais do que eu.” Não é isso que estamos discutindo. Que nós possamos punir todos os ladrões da República!

O fato é que não se pode acobertar escândalos se referindo a eventos do passado que dificilmente foram provados e, quando se tem a oportunidade de fazê-lo, não se prova.

Portanto, quero cumprimentar o Deputado Gustavo Fruet pelo trabalho, pela maneira como encaminha essa questão, desmontando algo que, de certa forma, todos nós sabíamos desde o início, porque nem o bandido mais burro do mundo ia roubar fazendo empréstimo, notadamente com o custo do dinheiro no Brasil. Contudo, hoje, o Deputado Gustavo Fruet, junto com o Deputado Osmar Serraglio, mostram por “a” mais “b” que esses empréstimos são operações simuladas.

Ontem nós trazíamos outra informação, qual seja, o fato de as estatais terem conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, por favor, respeite os companheiros que estão aguardando.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a não gosta de me ouvir no dia de hoje; sei que nos outros dias gostará.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não gosto de ouvi-lo em excesso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não é excesso. Sei que, muitas vezes, para Parlamentares que fazem parte de um projeto, da Base desse Governo, não é fácil ouvir o que estou dizendo aqui; não é fácil. Eu sei que é duro; sei que pode parecer excessivo e inconveniente; sei que deve ser assim, mas é importante que nós possamos ouvir. V. Ex^a tem de dar essas demonstrações, porque o Senador Delcídio, que preside esta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Na condição de Presidente, eu sou um magistrado – e V. Ex^a sabe disso. O que não posso aceitar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Senador Delcídio, este sim, desde o início desta CPMI, preside...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – ...é que existam dois pesos e duas medidas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ...preside como um magistrado esta CPMI. Sendo Líder do Governo, do Partido do Presidente da República, sendo Líder do PT, não fica por aí interrompendo os Parlamentares.

Portanto, Sr. Presidente, Deputado Gustavo Fruet, Deputado Osmar Serraglio, quero cumprimentá-los pelo relatório parcial e tenho certeza de que, na semana que vem, vamos aprovar, por unanimidade, o relatório apresentado hoje e também o relatório do Deputado José Eduardo Cardozo.

Agradeço a paciência dos meus pares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Que não foi pouca, diga-se de passagem.

Gostaria então de indagar aos Srs. Relatores se desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Sub-relator, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sr. Presidente, a idéia do relatório é provocar esse debate; mas, por uma questão de honestidade, na introdução, há uma preocupação de deixar bem claro qual é a base de investigação, qual é o foco dessa análise. Não significa exclusão, mas, desde o início, toda a preocupação de fazer uma análise em cima dos empréstimos, porque teríamos duas alternativas: ou não se enfrenta esse relatório – e aí se perde uma discussão técnica –, ou nós vamos entrar no jogo – e é uma armadilha – de condicionar qualquer relatório parcial à análise de outros fatos. O nosso foco foi analisar os fatos a partir das informações recebidas e, principal-

mente, da contabilidade a partir de 2000 e 2001; da mesma forma, a movimentação bancária.

Então, toda a preocupação foi centrar nesse sentido hoje. Então, por honestidade, ressaltando que não se quer fugir de nenhuma discussão, afirmo que também não vamos cair na armadilha, porque foi objeto da introdução afirmar as bases – os apensos, principalmente, os anexos – que fundamentam os fatos que foram tratados. Não há problema algum em se discutir outros temas, mas só chamar a atenção. Se o Relator ou se a CPMI, por exemplo, votasse contra o relatório, nada impede que o relatório final possa incorporar alguns fatos; também nada impede, mesmo que não haja votação, que, ao final, esse relatório possa ser ampliado com outros fatos.

Não vamos – pelo menos não quero – permitir que se caia na armadilha dessa discussão. É um relatório parcial, e a fundamentação e a base de análise dele estão na introdução. Isso fica muito claro porque, da nossa parte pelo menos, há honestidade com relação aos fatos que foram tratados.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para concluir a primeira parte desta reunião, concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para reforçar essa manifestação do Sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet.

Esse relatório ele já se qualifica como relatório parcial. Portanto, evidentemente, ele não contém tudo que estamos investigando. Ele traz à tona essencialmente uma reflexão em cima dessas contas e da qualificação dos empréstimos que foram procedidos. Posso garantir – e já manifestei quando também a imprensa me questionou, tal qual o Deputado Gustavo Fruet foi questionado – que nós não temos e não iremos ocultar nenhum fato, doa a quem doer, até porque não somos nós que responsabilizamos; haverá instância à frente a quem competirá discernir o que corresponde ou não a vício, a ilícito, enfim, que possa importar em responsabilização. Por isso a Senadora Ideli pode estar segura de que não houve nenhuma intenção de excluir. Até podemos aceitar proposta de inclusão, nesse próprio relatório, sem nenhuma resistência a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedida vista coletiva, pelo prazo de cinco dias úteis, improrrogáveis, vamos à segunda parte, que é a votação dos requerimentos em que houve consenso.

Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar antes do relator para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Como concedi a palavra ao relator, indago se ele concorda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, se a intenção é encaminhar, gostaria que déssemos oportunidade ao Deputado para que se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra V. Ex^a, Deputado.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho alguns requerimentos encaminhados a esta CPMI, todos eles embasados através de um documento, através de um relatório que não posso dizer relatório parcial, mas é justificativa de requerimentos o título do documento que foi lido, apresentado, foi embasado; e todos esses documentos que eu apresentei foi em trabalho com a Polícia Federal, que está nos auxiliando, com o Tribunal de Contas da União, inclusive buscado de dentro de indícios já apontados pelo Tribunal de Contas da União.

Portanto, dentro da subrelatoria que me cabe, do IRB, todos esses requerimentos foram colocados e apresentados para serem discutidos neste Plenário e serem aprovados para que as pessoas venham aqui prestar depoimento, para poder, neste Plenário, aqui presente – não é só comigo, é com todos os membros desta comissão – prestar esclarecimento à cerca das dúvidas que existem sobre a malversação do serviço público.

Além disso, não sou membro somente da Subcomissão do IRB; eu sou membro da Comissão da CPMI dos Correios. E há pouco, no início dos trabalhos, alguns requerimentos meus, que não vieram acordados e acertados dentro de reunião, que a gente não é convidado e temos que parar com essa prática... Se tivermos que discutir requerimento tem que ser aqui em público e para todo mundo; para que não tenham dúvidas e não tenham suspeitas. Temos, Sr. Presidente, que pegar o requerimento e debater aqui dentro. Ir para o voto e saber se ele é derrubado ou se não é derrubado; não é para deixar para depois. Sei, inclusive, que existe até grupo de pessoas levantando suspeita sobre os meus requerimentos, mas eu nunca vi levantar suspeita de quem você quer trazer aqui para conversar, para dialogar, para saber o que está acontecendo, principalmente no Plenário. As dúvidas existem. São aqueles que não querem aprovar o requerimento para que as pessoas não venham aqui, para que não se torne público, para que a imprensa não saiba, para que não possamos questionar.

Então, Sr. Presidente, tirando os de consenso, porque, segundo me informaram, o consenso é aquele que não existe votação nominal, mesmo assim gosta-

ria de colocar, não as quebras de sigilo que já foram aprovadas, mas as convocações que estão aqui; e gostaria da manifestação para poder saber quem quer convocar e quem não quer convocar.

Portanto, tenho três requerimentos que gostaria que fossem apreciados: o Requerimento 1.330, o Requerimento 1329 e o Requerimento 1.019. E estou disposto, Sr. Presidente, a esclarecer todos eles; aqui estão as cópias da justificação de todos esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a concluiu?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Concluí, Sr. Presidente. Gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a e também...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Relator Osmar Serraglio para se manifestar a respeito do pedido do Deputado Carlos Willian.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, posso fazer um encaminhamento diferenciado? Fizemos uma série de apelos para a aprovação de requerimentos, inclusive daqueles que são de fundamental importância para a continuidade da Sub-Relatoria do Deputado José Eduardo Cardozo. Neste momento, S. Ex^a não pode estar aqui, porque está procedendo a oitivas na sua Sub-Relatoria. No início da reunião, houve pronunciamentos de Parlamentares que, de forma explícita, disseram serem favoráveis à questão abordada pelo Deputado Carlos Willian.

Para não perdermos tempo novamente – está visível que esta reunião acabará sem aprovarmos até mesmo aquilo que é possível consensualmente –, proponho que iniciemos a votação pelos requerimentos do Deputado José Eduardo Cardozo. Há também requerimentos do Deputado Dr. Rosinha e outros para os quais havia acordo, como o do Deputado Medeiros – pelo menos um do Deputado Medeiros estava no acordo. V. Ex^a poderia ver se o Deputado Eduardo Paes, que foi um dos que levantou a questão, pode voltar para que possamos apreciar os três requerimentos, como faz o Deputado Carlos Willian.

Começamos votando o que não tem problema, nenhuma questão, enquanto o Deputado Eduardo Paes chega.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Sr. Relator para se manifestar a respeito dos dois posicionamentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, fiz uma tabulação. Não tenho nenhuma restrição no sentido de submeter algum requerimento

à aprovação, mas sabemos que, para alguns, há consenso e que outros suscitam discussões.

Encareço ao Plenário que faça a verificação para que possamos diminuir essa lista, a fim de que possamos saber que requerimentos podem ser excluídos imediatamente. Anunciarei a exclusão, informando que aceito qualquer pedido de reconsideração que me seja feito até a próxima reunião administrativa. Se não houver, considerar-se-ão excluídos os seguintes requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria de fazer uma ponderação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não; mas informo que é uma coisa muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Essa solicitação de exclusão, às vezes, sem a presença do autor do requerimento pode importar em mal-estar futuro que poderíamos evitar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Haverá compreensão, até porque todos têm a oportunidade de se manifestar. Todos os requerimentos, com exceção de apenas um, da Senadora Ideli Salvatti, que já foi aprovado, ou seja, continua em pauta por um equívoco.

O Requerimento nº 967, da Senadora Ideli Salvatti, é aquele que solicita cópia de um processo junto ao Tribunal Regional Federal. S. Ex^a disse que foi aprovado e está sendo providenciado.

Os demais, cuja exclusão anuncio, reportam-se à preferência. Todos eles foram apresentados naquela reunião que estava sendo procedida; portanto, eram de momento. Poderemos, quando quisermos, em outra oportunidade, apresentá-los para que haja certa lógica na Comissão. São todos de preferência.

O Requerimento nº 988, o Requerimento nº 989...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esses requerimentos são para que, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu os estou excluindo da lista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está propondo a exclusão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que seja votado e excluído?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Estou anunciando. Se alguém se opuser, iremos reconsiderar.

Retomo. Eu, como Relator, estou considerando prejudicados por entender que são reportados àquelas reuniões às quais estavam afetos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estão prejudicados?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim. Estou declarando prejudicados sem prejuízo, com a redundância da expressão, de recuperar a qualquer momento, já que estou aberto a qualquer consideração. Mas todos eles são de preferência. Mas eram de preferência à época, e quero tirar da lista: 988, 989, 990...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, nem precisa citar, está consensuado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é coisa rápida, estou concluindo, pelo amor de Deus, para constar da Ata.

Os de número 994, 995, 996, todos eles de preferência. Depois, 1020, 1021, 1022, 1052, 1053, 1054, 1055, 1066, 1067, 1070.

Pronto. Esses que considero prejudicados são relacionados à preferência.

Aqueles que podemos retirar num primeiro filtro e também, como sempre procedemos, mediante qualquer objeção anunciada – retiramos para não prejudicar a sequência da enunciação do rol dos que merecem aprovação simbólica:

– 1089, do Deputado Medeiros, requisição à Polícia Federal informações sobre o Inquérito nº 1026, de 2003, relativas a todas as transações em nome de Victor Werebe, citado pelo doleiro Toninho da Barcelona;

– 1104 da Senadora Ideli Salvatti, convocação de Paulo Pedrão Rio Branco, representante da BrasilTelecom;

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque a Carla Cicco não veio, então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Luciano José Porto Fernandes, da BrasilTelecom, da Senadora Ideli;

– 1107, da Senadora Ideli, Deputados Carlos Abikalil e Maurício Rands: requisição à Polícia Federal de cópias dos inquéritos decorrentes da Operação Farol da Colina, que envolvam os operadores de mercado que tenham prestado ou prestarão depoimento à CPMI dos Correios;

– 1132 deste Relator e do Sub-Relator, Deputado José Eduardo, sobre a oitiva de Gilson de Carvalho, da Politec. Não lembro agora, teria de ver, o Deputado José Eduardo não está aqui, é da Sub-Relatoria. Confiem em que estamos trabalhando com seriedade;

– 1133, Mauro Castro Lucas de Souza, da Politec;

– 1280, do Deputado Dr. Rosinha e Senadora Ideli Salvatti;

Aí não está, e quero solicitar à Assessoria que, dessa forma como está aqui, não adianta colocar. Tem que esclarecer.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tive o cuidado de pegar.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, é cópia integral, está sendo anotado e vai constar em Ata para que se possa verificar que estamos anunciando corretamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É cópia integral dos depoimentos colhidos junto a Alberto Youssef, no âmbito da força-tarefa das contas CC-5. Portanto, é cópia do depoimento de Alberto Youssef.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o anterior é a cópia dos autos de processo também do Youssef, o mesmo caso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 1280.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É 1279...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É cópia dos autos dos Processos nºs 2004-7000006806-0, 2004-7000002414-0, referentes a investigações do Sr. Alberto Youssef.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso.

Esse é o 1279, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 1279 e 1280 são os dois que acabei de anunciar e são reportados a Alberto Youssef.

Depois, do Eduardo Paes, o 1292, requer... Suponho que seja Secom...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria conversar com V. Ex^a depois. Não vamos deliberar sobre esse requerimento então.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está suspenso o 1.292. Não está incluído.

Agora o do Deputado José Eduardo Cardozo, o 1.302. Solicito que seja encaminhada à Polícia Federal cópia do processo de apuração de fraude.

Encaminhar à Polícia Federal?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é processo de apuração de fraude. Deve ser de algum contrato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a questão é como isso está aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, parece-me que esses encaminhamentos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu já o tenho em mãos, Deputado: “Encaminhe à Polícia Federal cópia do processo de apuração de fraude”.

Mas esse processo está conosco? Vamos ver.

“Em 25 de 10 de 2005, ao conduzir os trabalhos da oitiva do Sr. Paulo Roberto Kress Moreira, tomei conhecimento de que os Correios haviam constatado no processo – que é este aí – que a agência dos Correios franqueada Anchieta subornou um agente público para obter informações privilegiadas.”

Agora eu entendi, nós estamos solicitando...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, nós estamos encaminhando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Conforme o entendimento desta CPMI, tal apuração deve ser encaminhada à Polícia Federal para que seja instaurado o devido inquérito policial por crime de suborno, visto que o agente público confessou o crime e foi demitido. Mas a agência somente foi advertida no processo administrativo.

As demais várias matérias têm sido veiculadas na imprensa, envolvendo as agências franqueadas, como há noticiário de esquemas de tráfico de influência na empresa de Correios e Telégrafos.

Isso está meio...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, eu queria só fazer uma sugestão. Não sei se V. Ex^a se lembra de que aprovamos um requerimento, há algum tempo, um requerimento amplo, permitindo que Polícia Federal, Tribunal de Contas e Receita Federal tivessem acesso à base de dados da Comissão.

Portanto, parece-me que se encaminharmos esse processo que nós temos à Polícia Federal, não haverá necessidade de aprovar um requerimento em plenário. Bastaria simplesmente um ofício do Presidente da Comissão encaminhando a matéria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a concordância de que é dispensável, melhor ainda incluirmos e prosseguirmos.

Incluo e prosseguimos. O 1.302, 1.303, da Deputada Denise Frossard, 1.304: Encaminhar aos Correios cópia do depoimento do Paulo Roberto Kress.

O 1.305, aos Correios, solicitando a cópia do contrato de franquia da agência de Correios franqueada Anchieta.

O 1.306, todos eles são do Deputado José Eduardo Cardozo, na condição de Vice-Relator, solicitando informações aos Correios sobre a agência de Correios franqueada Anchieta.

Todos eles tratam do mesmo caso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Todos esses são das franquias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prosseguindo, o 1.326, da Senadora Ideli Salvatti – agora são convocações – de convocação de Humberto Carlos Parro, da Fundacentro; o 1.327, José Carlos Crozera, também da Fundacentro; e 1.328, Marco Antonio Seabra Abreu Rocha, também da Fundacentro.

Do Deputado Carlos Willian, temos o 1.329: Requisita do Juiz Federal, Dr. Fausto Martins de Santis, a cópia do Inquérito Policial 12.0267, de 2005, Delefin-SR.PPF-SP.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Eu posso esclarecer, Sr. Presidente. É porque não cabe no relatório. A Assessoria só simplifica por causa das linhas. Isso é um inquérito policial, sob apuração na Justiça, de todos os documentos apreendidos da Corretora Interbrazil, que está em segredo de justiça. Então, estamos pedindo para transferir para esta CPMI a cópia dos documentos para que pudéssemos apurar o que o Sr. André Marques, presidente da companhia, disse, ou seja, que fez doações para vários partidos e candidatos na eleição de 2002. Comprometeu-se, inclusive, a mandar as documentações solicitadas. Mas disse que não poderia fazê-lo porque não tem acesso aos documentos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, no Requerimento 1.109, de autoria do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está vinculado?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem correlação. É o Requerimento 1.109, que é do Deputado Maurício Rands e meu, entre outros Deputados que assinam. O Sr. André Marques, quando veio aqui depor, comprometeu-se a apresentar a lista das doações de campanha feitas em 2004 para inúmeros partidos em vários Estados, mas ele não remeteu essa lista. Segundo as informações do Deputado Carlos Willian, essa lista estaria nos documentos do inquérito. Então, quero propor... e preciso ter a concordância do Deputado Eduardo Paes, porque precisamos, de uma vez por todas, configurar a relação entre a Interbrazil e o financiamento de campanhas. Então, isso pode se auxiliado pelo inquérito que o Deputado Carlos Willian está relatando. Também acho que temos de acionar o Sr. André Marques, que se comprometeu aqui, de público, e não encaminhou os documentos.

Portanto, eu queria propor, se houver concordância do Deputado Eduardo Paes, que pudéssemos aprovar, até pela correlação, os dois Requerimentos, o 1.109 e o 1.329.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se não houver objeção, estou fazendo a inclusão do 1.109 com o 1.329.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E queria, ainda, Sr. Presidente, se tiver concordância... Não sei que tipo de procedimento a CPMI vai dar a este caso. porque, quando tratamos do assunto na oitiva do Sr. Renê Garcia, na sub-relatoria do Deputado Eduardo Cardozo, da Interbrasil, de financiamento de campanha, nos questionamentos que fiz ao Sr. Garcia, reportando-me a essa questão de o Sr. André Marques não ter mandado a lista por conta de reportagens que tratavam da Interbrasil, do Sr. Renê Garcia, aparecia que a Interbrasil destinou legalmente, doação legal, R\$3 mil ao Senador Romeu Tuma, que confirmou isso. A declaração do Senador realmente confirma. Só que, no depoimento do Sr. André Marques, quando ele se comprometeu a mandar a lista das contribuições de 2004, ele foi categórico dizendo que foi a única vez que ele ou a Interbrasil haviam feito contribuições de campanha. Portanto, o Sr. André Marques, além de não ter repassado a documentação que se comprometeu aqui, de público, a mandar, ele mentiu nesta CPMI, porque houve contribuições da Interbrasil não sei se para outras campanhas, mas, no caso do Senador Romeu Tuma, houve. O Senador Romeu Tuma, inclusive, confirmou isso, não só a reportagem, mas a declaração.

Então, precisaríamos ter a clareza sobre que procedimento vamos adotar quando fica confirmado que um depoente faz a ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Podemos remeter ao Ministério Público para que ele proceda à responsabilização criminal por falso testemunho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Preciso requerer isso ou, de pronto, a relatoria adota o encaminhamento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. É preciso que haja a comprovação dessa coincidência e o requerimento, para que a gente submeta ao plenário.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vou preparar o requerimento com trecho da declaração dele aqui dizendo que não e com a confirmação do próprio Senador Romeu Tuma da contribuição.

Então, era só isso, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr.

Presidente, só para esclarecer, para contribuir com a Senadora Ideli Salvati. O Senador Romeu Tuma realmente confirmou que recebeu a doação, como também reconheceu que a doação foi legal e que consta na prestação de contas da campanha dele. Vamos deixar bem clara essa situação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi o que ela anunciou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas foi isso mesmo que eu disse. Quem mentiu foi o André Marques, que disse aqui que não tinha feito contribuição para campanha nenhuma antes de 2004. Certo? É isso? Que não paire qualquer dúvida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse é o tipo de crime fácil de ser comprovado, não é Deputado Maurício? É só juntar a Ata.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, quero fazer um comentário sobre três requerimentos: O 1.326, 1327 e 1328. Eu não teria o menor problema com esses requerimentos, desde que sejam aprovados também os Requerimentos de nºs 1.308 a 1.325, de minha autoria, do Deputado ACM Neto e do Deputado Onyx. Os três a que me referi, 1.326, 1.327 e 1.328, dizem respeito a uma matéria da revista **Carta Capital** desta semana, inclusive com o Marcos Valério com um tucaninho aqui no pescoço dele, como se fosse um papagaio. E esses que vão do 1.308 a 1.325 dizem respeito à capa da revista **Veja**, que trata da famosa “Operação Cuba”. O que é quero dizer, Sr. Presidente? Parece-me que se formos aqui fazer convocação para ouvir pessoas a partir dessas denúncias das revistas,... Estávamos tentando aqui, tinha dito, caminhar na tentativa de avançar nas investigações que de fato tenham elementos contundentes, aí, tendo elementos contundentes, avançamos. Concordo com o 1.326, 1.327 e 1.328, mas gostaria de solicitar também a V. Ex^a que fôssemos do 1.308 ao 1.325.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, só para que fique bastante claro: o requerimento de convocação dessas três pessoas não se deve à reportagem da revista **Carta Capital**. Apesar de estar citada a reportagem, deve-se a, primeiro, oitiva do Sr. Cristiano Melo Paz. Quando o Sr. Cristiano Melo Paz esteve respondendo, prestando depoimento, ele foi questionado a respeito de processos onde ele era réu. Esses processos onde ele é réu, que estão correndo lá em São Paulo, no Ministério Público Federal e na Justiça Federal, em São Paulo, devem-se a procedimentos que ocorreram da agência de publicidade SMP&B-São Paulo, que ganhou uma licitação em 1996 e prestou serviços com superfaturamento, com desvio de recursos. Está comprovado que o processo está em andamento. Portanto, o fato de estarmos convocando quem respondia pela instituição à época deve-se ao fato de ter vínculo com o que estamos investigando aqui, que são os procedimentos do Sr. Marcos Valério, das suas agências, das suas empresas, no desvio de recursos, e não por causa da reportagem.

O Deputado Eduardo Paes busca contrapor esses requerimentos que têm a ver com SMP&B, com Cristiano Melo Paz, com empresas do Marcos Valério, com uma outra reportagem. Aí, vai me desculpar, Sr. Relator, a reportagem da **Veja** sobre dinheiro de Cuba não tem nada a ver com o que estamos investigando. Não tem! Então, se o Deputado Eduardo Paes quer fazer a contraposição – porque ele sabe que não vamos concordar em trazer a investigação da questão de Cuba para a CPMI dos Correios –, se ele quer fazer um contraponto somente para que não seja aprovado o requerimento de trazer os responsáveis pela Fundacentro à época que operou com a agência do Cristiano Melo Paes e do Marcos Valério...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Paz.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Paz.

Se ele quer fazer o contraponto apenas para que não haja o consenso, eu acho que é legítimo, ele pode fazer. Agora, vai ficar consignado que toda vez que se quer investigar as ações do Sr. Marcos Valério antes da operação atual, isso é barrado aqui dentro. Então, que fique claro, então diga assim: não é para investigar, não é para investigar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não é muito melhor o Deputado Eduardo Paes chegar e dizer: olha, eu não quero porque isso é do período anterior?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ô Eduardo, mas eu quero!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Você está encontrando uma forma de não querer sem assumir, sem assumir. Vamos assumir, vamos falar claramente

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente ...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor tem que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Asdrubal, art. 14, questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A palavra está com o Relator.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Art. 14, questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A ele compete interferir.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Questão de ordem, art. 14. Pra jogar na defesa, pra jogar de beque.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Pois não, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tem aqui a alegria dos petistas, uma alegria hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Nessa estou com a Senadora Ideli: vamos pensar um pouco.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ela está firme nesse negócio.

Eu acho o seguinte, Sr. Presidente: eu não tenho o menor problema, estou de acordo com o requerimento. Não criei o menor problema.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então vamos votar os três e pronto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se está de acordo, por que ficar condicionando com outro pretexto? Isso é uma forma de dizer que não quer o requerimento sem dizer.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, o senhor vê como é que eu tenho que de fato procurar uma análise. Hoje, os jornais apontam que eu teria feito um acordo com essas figuras aqui do meu lado. Ontem...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Eduardo Paes, figura não! Eu sou uma Senadora da República, exijo respeito e consideração, certo? Só isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então me acusam a mim e ao meu partido de fazermos um acordo com esta ilustre Senadora da República aqui, um tanto quanto às vezes exacerbada nas suas atitudes – essa é a opinião unânime da Casa – e essas figuras que eu respeito muito, Deputado Maurício Rands e Deputado Doutor Rosinha.

Então, ninguém disse aqui, quando eu digo que eu estou precisando de análise é por isto, porque um dia acusam de acordo, outro dia dizem que a gente está aqui numa luta fratricida, se matando, tal.

Então, não é incomum ver a Senadora Ideli Salvatti se utilizando dessas artimanhas – os senhores vejam como é que ela se revelou aqui agora, como S. Ex^a se revelou aqui agora, mostrou bem o tipo de mandato que ela realiza. Todas as vezes que ela quis obstruir aqui alguma coisa, ela usou um outro requerimento. Olha que coisa interessante! Ela tenta transportar – e Freud deve explicar – pra mim algo de que ela se utiliza. Não há o menor problema. Eu quero dizer a V. Ex^a, Deputado Osmar Serraglio, que eu concordo com os requerimentos. Eu quero votar esses requerimentos, não tem o menor problema. Quero só dizer o seguinte: que eu acho que, em se tratando de uma CPMI que tem apurado uma série de eventos relativos a caixa dois, como os senhores gostam de dizer, não sou eu que digo, os senhores gostam de dizer que isso aqui

é caixa dois, o caso, os requerimentos a que me refiro, todos eles dizem respeito a caixa dois. Portanto, tem relação direta com muitas das apurações que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem fazendo. Se há dificuldade de o PT, de estas duas figuras queridas minhas, Deputado Maurício Rands e Deputado Doutor Rosinha, em aprovar esses requerimentos, que fique claro que eles não querem aprovar esses requerimentos. Se há dificuldade da ilustre Senadora da República, eleita com voto do povo de Santa Catarina, mandato popular conquistado nas eleições de 2002, vencendo a eleição majoritária para o Senado Federal daquele Estado, representando, sendo um dos três representantes daquele Estado, se há qualquer problema dela – perdão – de S. Ex^a ilustre Senadora Ideli Salvatti em aprovar esses requerimentos, eu também entendo. Então, que fique claro isso. Olha só como é que são as coisas. Eu vou continuar votando favoravelmente ao requerimento proposto pela ilustre Senadora do Estado de Santa Catarina, Ideli Salvatti, mas também sugeriria – e não sei por que causa tanto incômodo – à ilustre Senadora do Estado de Santa Catarina, Ideli Salvatti, que esse requerimento seja aprovado. Se incomoda tanto a ilustre Senadora do Estado de Santa Catarina, Ideli Salvatti, que esses requerimentos sejam aprovados, eu, para não ter que passar o fim de semana, como toda semana a gente passa, com esses piririques aqui, pulando de um lado para o outro, eu prefiro retirar o pedido. Não vamos aprovar, é claro que eles não querem aprovar e vamos aprovar os requerimentos da Fundacentro. Não há a menor dificuldade de apurar. Agora estão com medo de apurar esse negócio da **Veja**.

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Sr. Relator, eu só quero fazer uma ponderação. Quero fazer uma ponderação em relação ao que disse o Deputado Eduardo Paes. Esse conjunto de requerimentos, Deputado Eduardo Paes, merecem cuidados. Deve-se que ter um cuidado, embora importante – é um fato relevante em todos os aspectos –, mas há questões ali que se trata de quebra de sigilo. Há documentos ali que se trata de documentos sigilosos. Então, para votar aquele conjunto de requerimentos, nós iríamos ter que fazer votação nominal.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nós poderíamos votar as convocações que não precisam ser nominais, mas não há dificuldade, Deputado...

O SR. RELATOR (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Só faço essa ressalva no sentido de que se deve ter cuidado, para não fazer um ato nulo, que, depois, teríamos que repetir. Só isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço V. Ex^a, e colocado o pânico e essa crise epiléptica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu vou dar prosseguimento. Nós estávamos praticamente no final.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Secretário, eu gostaria de me manifestar. Já me inscrevi três vezes e não gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos William, a palavra está com o Relator para encaminhar...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Mas, se está com o Relator, porque que todo mundo não falou e eu não posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Porque ele concedeu deus a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou dar prosseguimento. Com licença, Carlos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Olha, eu vou pedir verificação de quórum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Para concluir.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Vou pedir verificação de quórum. Gostaria de fazer um acordo com V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Renuncie.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Olha, dá licença. Professor, eu concordo. Veja só, pode sentar. O Deputado Eduardo disse que aqui a imprensa está dizendo que teria um acordo com ele, que isso não é verdade. Mas quando ela foi aprovar um requerimento meu, ela falou que somente concordaria se houvesse concordância dele. Ela disse: Com a concordância do Deputado Eduardo Paes, eu vou aprovar.

Só um minutinho, a palavra está comigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Você vê como é que ela é volúvel, Carlos William, você vê como é que ela é volúvel.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – A palavra está comigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A ilustre Senadora.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – A palavra está comigo. Quando nós estávamos aqui – e tinha quórum neste plenário – fizemos um acordo no sentido de que o Sub-relator iria fazer a leitura com o Relator, e nós iríamos aprovar somente as matérias ligadas à sub-relatoria de contratos do Deputado José Eduardo Cardozo.

Então, faço um apelo para retirar todos os pedidos que estão aqui, e vamos aprovar somente o do José Eduardo Cardozo, que foi proposto, porque não temos quórum suficiente para debater tudo isso.

Portanto, acho que devemos discutir somente a relação que foi aprovada, que nós concordamos, do José Eduardo Cardoso. Ou, então, me dê a licença de colocar outros para serem aprovados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos prosseguir.

Tendo em vista, então, a permanência do 1326, 1.327 e 1.328, paramos no de número 1.329, 1.331, do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, de convocação dos responsáveis pelas empresas: Giovanni, Lowe, Ogilvy, Giacometti e D+. Eu havia ultrapassado o de número 1234, do Deputado Jamil Murad, que requer do Instituto Nacional de Seguro Social cópia integral, inclusive apenso, do Processo Administrativo Disciplinar nº tal, que está enunciado.

Solicito à assessoria o Requerimento nº 1.234, que está enunciado.

O SR. (Orador não identificado) – Foi processado pelo INSS, alguma coisa assim, não?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Urgentemente, porque é o último e daí podemos fazer com o consentimento – tenho convicção – do meu companheiro de Partido, Carlos Willian, e nós daremos por aprovados esses números que anunciei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero apresentar então uma objeção. Quero, Sr. Presidente, solicitar a exclusão do Requerimento nº 1.104 porque não foi, inclusive, objeto do entendimento que fiz com a Senadora Ideli Salvatti um pouco mais cedo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a está vendo os entendimentos que são feitos? É verdade.

O PT fazendo entendimento com o PFL.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – É a coisa mais natural do mundo duas pessoas conversarem sobre requerimento. Não há nada demais. Não tem nada errado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Carlos Willian, quero dizer que é normal o entendimento.

O SR. MAURICIO RANDS (PT – PE) – Parlamento é para encontrar entendimento. Quando há entendimento, vota. É a coisa mais normal do mundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, excluo os de nº 1, 2, 3 e 4, porque não os temos aqui e para evitar tê-los de buscar. Daqui a pouco...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É o Requerimento nº 1.104, é bom que fique claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Daqui a pouco criaremos um clima que não se... Faremos na próxima. Ninguém me solicitou...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – O Deputado ACM Neto falou do Requerimento nº 1.104 e não dos Requerimentos nºs 1, 2, 3 e 4.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou excluindo os Requerimentos nºs 1, 2, 3, 4 e 1.104, a pedido.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Por que V. Ex^a atende com tanto carinho ao Deputado ACM Neto? A Senadora Ideli Salvatti o tratou tão bem agora e me tratou tão mal?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^a, nobre Relator, que anuncie quais são os requerimentos que serão votados para que eu os coloque em votação imediatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pelo número.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimentos nºs 1.089, 1.105, 1.107, 1.108. Perdão. Esses não estão. Requerimentos nºs 1.107, 1.109. Repetindo: 1.132, 1.133, 1.279, 1.280, 1.302, 1.303, 1.304, 1.305, 1.306, 1.326, 1.327, 1.328, 1.329, 1.331. São esses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Carlos Willian, acabei de fazer um apelo. O Deputado quer apenas justificar sua posição.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quero encaminhar, Sr. Presidente.

Acho que temos de respeitar o trabalho de V. Ex^a e de todos os Parlamentares que ficaram nesta reunião desde as 11:30 horas até agora e, principalmente, do nosso Relator Osmar Serraglio. Não vou criar nenhuma objeção, mas faço um apelo para que os acordos sejam firmados aqui dentro do plenário, na frente da imprensa ou na ausência dela e com quórum qualificado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para encaminhar, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, quero fazer coro com o Deputado Carlos Willian. É fundamental que esses entendimentos se dêem de forma transparente. É impossível que ocorram aqui dentro do plenário todos os entendimentos porque, enfim, muitas vezes há conversas antes do início da reunião da CPMI, muitas vezes nos encontramos na sala. Hoje, por acaso, eu não estava na sala da CPMI quando foi feito esse entendimento, que faz parte do trabalho parlamentar, por mais que se tenha que lidar,

às vezes, com pessoas com quem se tem divergências ou por quem se tem repulsa, ojeriza ou o nome que se quiser dar. Acho que o entendimento é algo absolutamente normal e que deve ocorrer sempre.

Em determinado momento o Deputado ACM Neto não estava aqui, infelizmente, para advogar um pouco pela causa do requerimento que tínhamos, mas considero fundamental, para esclarecer o caso do caixa dois, que ainda está muito nebuloso – não tenho convicção disso. Para mim é uma suspeita apresentada pela revista **Veja**, com a legitimidade que tem para apresentar suspeitas –, que fossem aprovados os requerimentos. Mas não vejo o menor problema, Sr. Presidente e Sr. Relator, em qualquer requerimento aprovado aqui. Quem blinda requerimento e quem tira pessoas de plenário e já foi pego, no flagra, fazendo isso não sou eu. Portanto, espero que isso fique bem claro. Já está claro para a população inteira quem faz blindagem. Votarei a favor de todos os requerimentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Submeto à votação os requerimentos anunciados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente Asdrubal, eu queria apenas fazer uma comunicação a V. Ex^a. É importante!

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a poderá fazer a comunicação após a votação para ordenarmos os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Coloco em votação os requerimentos anunciados.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Com a palavra, o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, comunico a todos que mais cinco mandados de segurança foram apresentados, ao longo do dia de hoje, por pessoas que estão sendo investigadas pela Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, como, aliás, eu já imaginava que aconteceria, sobretudo depois do precedente aberto a partir da decisão do Ministro Sepúlveda, no dia de ontem, em favor da prece.

Causa-me realmente estranheza que, por trás dessa manobra, haja uma pessoa: Sr. Lúcio Bolonha Funaro, que está no centro das investigações, que é autor de um dos mandados de segurança – porque diz respeito à pessoa física dele –, que alcança pessoas

jurídicas e empresas ligadas a ele e que, ao que nos consta, também teve influência direta naquilo que foi feito ontem em favor da prece. Estou dizendo isso porque, se o efeito cascata acontecer, não há por que termos uma sub-relatoria para tratar de fundos de pensão.

Todos os requerimentos foram apresentados de forma consistente e com boas fundamentações, feitas em conjunto, apresentadas previamente aos Membros desta CPMI. Daí que ocorreu um fato inédito: a aprovação de todos por consenso, com o apoio de Parlamentares de todas as correntes políticas. Houve um critério na definição da linha investigativa. Não selecionamos do nada, não escolhemos ao acaso.

Antecipo essa preocupação, aproveitando, inclusive, a presença de muitas pessoas da imprensa ainda aqui nesta sala, para dizer que estou apelando ao Supremo para que tenha a sensibilidade de analisar caso a caso e para que, antes de deferir as liminares, ouça o Congresso Nacional. É dado o direito ao Congresso Nacional de ser ouvido. Estamos aqui postos para apresentar qualquer esclarecimento a qualquer Ministro do Supremo sobre qualquer requerimento. Eu apenas peço que os Ministros não decidam, concedendo as liminares, antes de ouvir esta CPMI, para que as fundamentações e consistências jurídicas sejam apresentadas.

Estou muito preocupado, Sr. Presidente. Estou com dor de cabeça por causa desse assunto. Por isso, trago minha informação a público.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, na mesma esteira, subscrevo a preocupação do eminente Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Se nós, a par de todas as nossas dificuldades para desenvolver um bom trabalho, ainda tivermos de ultrapassar obstáculos que nos estão sendo postos – acredito – de forma que poderia ser mais bem refletida, isso nos desanimará a prosseguirmos com o entusiasmo com que estamos trabalhando e prestando serviços ao nosso País. Confesso que não me reporto especificamente a esse mandado de segurança.

Em certas decisões que tenho visto, pelo menos, nesses últimos dois meses, penso que, de alguma forma, o próprio Supremo precisa repensar sua inserção no âmbito das atividades do Poder Legislativo. Nós sabemos que a Constituição tem que ser respeitada, nós sabemos que, quando se aprecia uma medida e se concede uma liminar, há o livre convencimento de quem assim o faz, mas também é preciso que se verifique que uma decisão singular de um Ministro do Supremo que praticamente não oferece um instrumento de recurso a não ser um mandado de segurança contra o próprio Ministro e, portanto, criando um desencontro desnecessário, um desentendimento, eventualmente

uma exacerbação de ânimos... Nós queríamos também por isso subscrever essa preocupação, encarecendo do Supremo Tribunal Federal que nas decisões se proceda tal qual aquela outra decisão que foi conduzida ao Plenário; que se conduza ao Plenário do Supremo quando está em causa algo decidido por um Plenário de outro Poder. Eu acho que nós teríamos um Plenário, aqui no caso de uma Comissão Parlamentar, que teria condições de evitar, às vezes, críticas que podem conduzir o País a uma interpretação de que exista algo tramado, algo industriado. Nós não queremos fazer parte desse tipo de jogo.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero fazer algumas ponderações sobre o que traz o Deputado ACM Neto. Em primeiro lugar, há um requerimento de autoria do Dr. Rosinha, porque Lúcio Funaro está diretamente ligado à Guaranhuns, é decorrência da investigação da Guaranhuns, que infelizmente houve toda uma quebra de sigilo e de procedimentos com relação à Bônus-Banval, mas com relação à Guaranhuns, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Dr. Rosinha tem nosso apoio, viu, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu sei, mas, veja bem, só para lembrar, só para lembrar: esse requerimento, inclusive de quebra de sigilo do Sr. Lúcio Funaro, é de nº 1.051, e nós temos requerimentos aqui, já estamos em 1.300 e... quase 1.400. Há quase quatro semanas nós não aprovamos quebras de sigilo. E, veja bem, até porque é assim, olha: falou, saiu, não está aqui, mas eu não posso deixar de registrar, Presidente, porque tudo o que tem sido apresentado pela Oposição que tem vinculação direta com as investigações tem sido aprovado. Se teve procedimentos – entendeu? – foi inclusive para que nós pudéssemos fazer aprovações significativas aqui nesta CPMI. Eu quero dizer o seguinte: os requerimentos de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, foram todos aprovados por unanimidade, todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quando chegou na hora de votar os outros, aí o quórum caiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas o Dr. Rosinha tem nosso apoio integral, viu, Senadora? Só para ficar registrado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, veja bem, mas há quatro semanas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para até depois a senhora poder vir cobrar, a senhora viu hoje...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há quatro semanas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ... que, no nosso encontro matutino, eu manifestei a minha concordância irrestrita...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas eu posso manter a minha... Posso manter a minha palavra? Posso manter? Posso manter a minha palavra? Então, veja bem, esta é uma questão que já está fazendo circunavegação aí pela imprensa faz horas. Portanto, nós tínhamos que ter deliberado isso como prioridade. Hoje nós propusemos de manhã: vamos começar por onde nós paramos, na Guaranhuns. Mas aí tem um monte de coisa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Senadora, o equívoco nosso é deixar para quinta-feira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem que fazer isso numa terça ou quarta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é. Mas vai ficando, vai ficando, vai ficando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu concordei com a participação...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com relação ao Supremo, não é só esta a questão da prece. Não é só. Porque o seguinte: foi solicitada a quebra, a remessa dos dados do disco rígido de Daniel Dantas. Nós aprovamos aqui. Ele recorreu ao Supremo, e nós fizemos – as duas CPMIs – um arrazoado; são 40 páginas, vinculando desde o depoimento do Sr. Maurício Marinho aos interesses da BrasilTelecom nos depósitos, Amazônia Celular, Telemig Celular, à agenda da Sr^a Karina, à queima das notas fiscais da Amazônia Celular e da Telemig, toda a questão da ida do Sr. Marcos Valério a Portugal, um arrazoado substancial, volumoso e significativo, dando as vinculações e a necessidade de podermos ter... Mas, mesmo assim, a Ministra Ellen Gracie ainda está pedindo mais. Teremos que complementar ainda mais para que possamos acessar, finalmente, a quebra de sigilo.

Então, há alguns pontos... Tratamento desrespeitoso dá-se de várias formas: com a inferência, não citando e dando o devido respeito do cargo, mas, inclusive, utilizando da ironia, quero dizer, desse modo, ao Deputado Eduardo Paes que me senti hoje profundamente desconsiderada por S. Ex^a. A sua expressão facial agora é uma demonstração a mais. É um com-

plemento à forma como me tratou hoje S. Ex^a, pessoa por quem eu tenho tido sempre o maior respeito e trato. Fazemos os debates conforme a consideração política. Quando S. Ex^a fez o contraponto dos requerimentos, procedeu assim para guerra política. Então, assumo, não me destrato nem me desconsidere.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr^a Senadora, peço-lhe desculpas se a chamaram de figura. Fiz com referência carinhosa a dois Parlamentares com quem me dou muito bem, as figuras aqui do meu lado. V. Ex^a pode ter certeza de que, a partir de hoje, só a chamarei de Senadora e de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Todas as referências com a ironia que V. Ex^a utilizou também foram de consideração?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A senhora pode ter certeza de que, a partir de agora, só será chamada de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço apenas que fique registrado, porque a guerra política e todo o embate que estamos fazendo aqui não podem superar as regras mínimas de civilidade entre nós. Infelizmente, a contaminação do ambiente no Congresso Nacional já passou todos os limites, inclusive com situações que não imaginávamos que ocorreria, em que Senadores da República e Parlamentares em geral ameaçaram dar surra no Presidente da República. Essa já se tornou uma situação tal que, lamentavelmente, não contribui nem colabora.

Quanto a tudo o que precisar ser feito para investigar, eu fiz todo o arrazoado da fundamentação dos requerimentos da questão da Fundacentro com as empresas do Sr. Marcos Valério. V. Ex^a fez o contraponto para marcar posição e não para avançar na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Conclua, Sr^a Senadora, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E não avançar na investigação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para ver se eu conseguia avançar um pouco mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixo apenas registrado o meu repúdio e digo que tudo aquilo que tiver conexão e importância para a investigação receberá o nosso apoio assim como já demos demonstração à exaustão de aprovar. Podem fazer o levantamento. Os requerimentos aprovados são quase 80% de autoria da Oposição e não da Bancada Governista.

Entretanto, quando apresentarmos a qualquer um, é um escândalo. É preciso haver contraposição e contrapartida para aprovarmos e investigarmos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência e a Mesa, na última reunião,

aprovaram aproximadamente, com apoio de V. Ex^{as}, mais de 60 requerimentos de quebra de sigilo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a fizer o levantamento da autoria, verá que o que estou falando é verdade: mais de 80% de autoria da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas, se o fizemos, houve a concordância de V. Ex^{as}.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso, é uma prova inequívoca de que não estamos obstruindo nem impedindo as investigações. No jogo político aqui, às vezes fica claro quem tenta impedir certas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esclareço a posição da Mesa, que tem pretendido trabalhar de forma democrática, ouvindo todos e procurando diálogos, entendimentos e acordos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas eu não estou fazendo nenhuma crítica a V. Ex^a; muito pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas quero deixar bem ressalvado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...como V. Ex^a já foi desconsiderado aqui e não vou dizer nem por quem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Quero deixar bem ressalvada a posição da Mesa.

Com relação à questão dos mandados de segurança, comungo da preocupação não apenas dos membros desta Comissão, mas de todo o Poder Legislativo, porque me parece que essa interferência está ferindo o princípio da harmonia e da independência dos Poderes. É claro que as decisões da Justiça devem ser respeitadas e, se com elas não concordarmos, devemos delas recorrer. Esse é o princípio geral do Direito.

Então, quero, antes de concluir e de encerrar esta reunião, passar a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, colegas parlamentares, estou há muito pouco tempo aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito como suplente. Esta é praticamente a segunda reunião que acompanho do início até o fim. Sou um dos poucos parlamentares do PT que assinou o pedido desta CPMI. Estou acompanhando a reunião desde o começo e quero dizer que me encontro hoje bastante decepcionado. Decepcionado pelo tempo que aqui ficamos e pelo pouco que foi produzido.

Começamos pela manhã debatendo se aprovaríamos ou não alguns requerimentos, o que acabou não sendo aprovado. Depois, entramos num debate em que ganhou termo e espaço a ironia. Em uma CPMI não se tem que trabalhar as ironias, não se tem que ironizar, até porque o relatório apresentado pelo Deputado Gustavo Fruet é bastante concreto, bastante sério e felizmente vamos ter mais cinco dias para analisá-lo e para completá-lo ainda mais, porque ficou incompleto; no que diz respeito à atuação do PSDB e do Senador Eduardo Azeredo, é necessário esse complemento.

Agora, surpreendo-me quando discutimos a constituição de um acordo para votarmos alguns requerimentos e contrapomos alguns deles baseados em matéria que, não tenho dúvida alguma, não goza de respeito, em matéria publicada pela revista **Veja**. Essa matéria não goza de respeito, repito. Essa revista tem-se comportado nos últimos meses com muita mentira e com meias verdades – e acompanhei muito bem isso, basta acessar meu *site*, sei quem é essa revista. Então, não temos que nos contrapor apoiados por falsas verdades ou mesmo por mentiras concretas para não querer que se aprove determinados requerimentos para se fazer investigação.

Estou aqui há pouco tempo e quero continuar até o fim. Não vim aqui para brincar. Não vim aqui para ironizar. Vim aqui para tratar com respeito as pessoas e ser respeitado. Senti-me hoje desrespeitado quando, primeiro, começaram a dizer algumas coisas do tipo “alguns estão nervosos”, “têm que tomar chá” ou quando alguém foi tratado como figura ou deixou de ser figura.

Primeiro, não estou aqui como figurante; queria fazer esse registro. Tive a paciência de ficar o tempo todo calado, sem interromper os trabalhos para não atrapalhar o andamento dos mesmos. Também queria dizer que V. Ex^a conduziu os trabalhos com seriedade, mas faltou seriedade do lado de cá por parte de alguns parlamentares, que procuraram mais holofote, mais câmaras, mais televisão e mais ironia do que ter acesso à investigação da verdade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Presidência agradece a V. Ex^a as palavras elogiosas, agradece também a presença dos Srs. Parlamentares, da imprensa, da Assessoria e, antes de encerrar a reunião, marca uma outra reunião administrativa para a próxima quarta-feira, dia 16 de novembro, às 12 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 47ª Reunião, realizada em 16/11/2005.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e vinte e oito minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Sérgio Guerra, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Siba Machado, Luiz Otávio, Íris de Araújo, Heloisa Helena, Wellington Salgado e os Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Dr. Rosinha, José Eduardo Cardozo, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Silvio Torres, Medeiros, não membro os Deputados Rodrigo Maia, José Carlos Aleluia e João Correia, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva da senhora Carla Cicco, Ex-Presidente da Brasil Telecom, acompanhada pelos seus Advogados Dr. Fernando da Veiga Guimarães e Dra. Cláudia Domingues Santos, para seus esclarecimentos. Às dezessete horas e vinte e dois minutos encerra-se a presente reunião e a Presidência agenda a próxima reunião Administrativa às doze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro aberta a 47ª reunião da CPMI, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes

públicos nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

A ata da reunião encontra-se sobre a mesa.

Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer sentados.

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr^a Carla Cicco, que já se encontra na Casa. Peço que a introduzam no recinto para tomar assento à mesa.

A Sr^a Carla Cicco comparece a esta Comissão na condição de testemunha, por isso já firmou termo de compromisso pelo qual compromete-se a dizer a verdade, sob as penas da lei. Está acompanhada dos seus advogados, a Dr^a Cláudia Domingues Santos e o Dr. Fernando da Veiga Guimarães.

Sr^a Carla, concedo-lhe a palavra para que V. S^a faça a sua qualificação: nome, endereço, profissão e preste os esclarecimentos que julgar convenientes. Depois passarei a palavra ao Relator para as indagações.

Tem V. S^a a palavra.

A SRA. CARLA CICCÓ – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, gostaria de usar esta oportunidade para apresentar o trabalho que fiz na BrasilTelecom e as minhas qualificações.

Meu nome é Carla Cicco, sou italiana de nacionalidade, tenho vinte anos de experiência no setor de telecomunicações. Desses vinte anos, passei a maioria do tempo trabalhando fora da Itália. Em 1987, fui à China, na cidade de Tianjin, com quatorze milhões de habitantes, fazia parte de um time de uma companhia de aparato de telecomunicações, cujo trabalho era fazer uma transferência de tecnologia pela produção de aparato de transmissão PCM.

Do início de 1987 ao final de 1988, e depois a mesma companhia me ofereceu mudar para Pequim, a capital da República Popular da China, para tomar conta e vir a ser responsável por toda a operação comercial desta empresa. Quando tomei a operação comercial da empresa em mercado, a presença no mercado desta empresa, a (*Incompreensível*.) era zero e, quando eu saí, em 1992, tinha já 25% do mercado.

Em 1992, fui a Londres para fazer um mestrado em London Business School. Ao final de 1993, voltei para Pequim com a posição, como responsável pela atividade de grupo Instituto de Reconstrução Industrial, que era na época o maior conglomerado industrial estatal de Itália.

Ao final de 1994, fui convidada pelo grupo Telecom Italia para assumir a posição de responsável pela (*Incompreensível*.). Durante esse prazo, por quatro anos, participei de várias licitações, de várias aquisições em muitos lugares do mundo: Tailândia, Malásia, especificamente na Índia contribui, participei do desenvolvimento da operadora de celular Airtel, que hoje é considerada a maior operadora na Índia de celular.

Fui responsável também pela aquisição e pelo desenvolvimento de uma operação celular na República Tcheca e, durante esse prazo, fui diretora no conselho de oito empresas do grupo.

Em 1996, me ofereceram para vir ao Brasil para liderar o processo de privatização... Não. Da participação de Telecom Itália no processo de privatização da CRT, operadora do Rio Grande do Sul.

Em 1997, em seguida, liderei a presença da Telecom Itália na licitação pela Banda B, na telefonia celular. A Telecom Itália participou dessa licitação com um consórcio formado com Globo, Bradesco e Vicunha. Esse consórcio comprou duas licenças: uma licença para desenvolver a operação celular no Estado da Bahia e uma licença para desenvolver a operação celular no Estado de Minas Gerais.

Em seguida, liderei a participação da Telecom Itália no processo de privatização da Telebrás. A Telecom Itália participou desse processo através de três consórcios. Um consórcio era, com Globo e Bradesco, pela participação na possível compra da Telesp; um consórcio – sempre com Globo e Bradesco – era pela aquisição de licença celular de Banda A; e um consórcio, que foi formado com o grupo CVC/Opportunity e fundos de pensão, pela participação da possível compra de outra licença de rede fixa, Telemar ou Tele Centro Sul, que hoje é BrasilTelecom.

Durante o período de tempo em que trabalhei para Telecom Itália, trouxe, na realidade, para o Brasil, afinal, US\$2 bilhões de investimento. Mesmo depois eu saí do... Quando eu saí da Telecom Itália... Hoje, a Telecom Itália, baseada em seus primeiros investimentos de US\$2 bilhões, acho que hoje investiu mais de US\$6 bilhões no Brasil. Então, US\$2 bilhões foram a base para ulteriores mais US\$4 bilhões de investimento.

Ao final do ano de 1998, saí da Telecom Itália. A razão foi que a Telecom Itália estava em um processo de mudança de controle – em dois anos houve três mudanças de controle. E, em 1999, no primeiro trimestre, o Dr. Arthur Carvalho, um dos sócios do CVC/Opportunity, ofereceu-me o cargo de consultora da Citigroup Venture Capital/Opportunity, para dar consultoria sobre avaliação de oportunidade no setor de telecomunicações. Era nos anos em que as telecomunicações eram um setor muito dinâmico, em que se

apresentavam muitas oportunidades, então, era muito importante fazer uma avaliação profunda e detalhada das oportunidades.

Em fevereiro de 2001, fui eleita, pelo Conselho de Administração da BrasilTelecom, a Presidente da BrasilTelecom S.A., posição que mantive até 30 de setembro passado.

Durante a gestão da BrasilTelecom, a administração da Brasil Telecom fez muitas mudanças na empresa. A BrasilTelecom passou a ser uma empresa de mercado, uma empresa focalizada no seu cliente, focalizada nos seus serviços; foi uma empresa que fez a mais importante inovação tecnológica no País.

Do ponto de vista de tecnologia de informações, a BrasilTelecom é considerada uma das companhias mais avançada do mundo no setor. Além disso, vários resultados financeiros mostram como a BrasilTelecom melhorou nesses quatro anos e meio. A receita líquida, em 2001, era de R\$6,2 bilhões; quando sai da empresa, era de R\$9,8 bilhões. Então, com uma variação positiva, um aumento positivo de 59%. O lucro operacional, em 2001, era de R\$2,6 bilhões. No terceiro trimestre de 2005, era de R\$3,5 bilhões, então, com uma variação positiva de 29%. A caixa da BrasilTelecom, em 2001, foi de R\$331 milhões. No terceiro trimestre de 2005, era de R\$2,3 bilhões. Então, houve uma variação positiva de 610%. Além disso, durante esse prazo de tempo, foram investidos R\$11 bilhões, foram pagos R\$15,6 bilhões em impostos e os dividendos que a BrasilTelecom S.A. pagou a seus acionistas chegaram a R\$1,2 bilhões entre 2001 e final de 2004.

As linhas instaladas da BrasilTelecom chegaram a ser mais de 10 bilhões e linhas e serviços 9,7 milhões. Durante esse prazo, várias conquistas foram feitas: a universalização das metas da Anatel, a entrada no setor de longa distância nacional e internacional, a entrada na telefonia celular.

Quando a BrasilTelecom, no final de setembro de 2004, entrou no celular, foi a primeira empresa no mundo a entrar com a convergência. O que isso significa? A possibilidade de oferecer produto através do fixo ou do celular.

A BrasilTelecom Celular foi considerada a melhor *start up*, da quarta operadora do mundo. Depois de um ano de operação, a BrasilTelecom Celular tinha uma penetração no mercado de 7%, quando o segundo melhor, quarta operadora no mundo, da Dinamarca, conseguiu somente 6%.

Além de todas essas conquistas e desse sucesso operacional, a BrasilTelecom também se posicionou como uma empresa transparente, sempre fazendo o melhor pelos seus acionistas. Foi a primeira empresa, a única que, depois da privatização do Sistema Telebrás,

se listou na Bolsa de Nova Iorque. Hoje a BrasilTelecom é detentora de ADR na Bolsa de Nova Iorque, dando, então, muito mais oportunidade a seus investidores. Foi a primeira, até hoje a única, empresa no setor de telecomunicações do Brasil que aderiu, desde 2002, se não erro, ao primeiro nível de governança corporativa da Bovespa. Isso significa que a rigorosidade e a transparência que a BrasilTelecom precisa ter na divulgação de resultado em todas as operações são de altíssimo nível.

Além de toda essa parte operacional, a BrasilTelecom se dedicou ao desenvolvimento de projetos sociais, culturais e esportivos. Nos setores sociais, a BrasilTelecom se focalizou especificamente na saúde, na educação, em projetos culturais, no desenvolvimento da dança, do cinema e do teatro, dando muita ênfase também à parte local de cada Estado onde a BrasilTelecom oferece serviços.

No projeto esportivo, a BrasilTelecom veio a ser um ponto de referência para o desenvolvimento de patrocínios. Hoje a BrasilTelecom patrocina 167 atletas. O ano passado, nos Jogos Olímpicos de Atenas, a BrasilTelecom teve uma apresentação de atletas que representava 10% da delegação brasileira, incluindo atletas que participaram da Paraolimpíada e que ganharam duas medalhas. Entre os atletas que a BrasilTelecom patrocina estão: Roberto Scheidt, que, como todos sabem, é pentacampeão de vela. Estou particularmente orgulhosa de a BrasilTelecom ter patrocinado e estar patrocinando a Daiane dos Santos. Ela foi a primeira atleta que a BrasilTelecom decidiu patrocinar. Eu, pessoalmente, escolhi a Daiane, pois, tenho um carinho particular por ela e sou muito orgulhosa porque a BrasilTelecom lhe deu a possibilidade de desenvolver seu talento e vir a ser um orgulho nacional.

Todos esses resultados não poderiam ser conseguidos, se não fosse pelo trabalho que todos os 100.300 funcionários da BrasilTelecom fizeram. Na realidade, eu era a diretora da orquestra, mas quem tocava cada instrumento eram os funcionários. Então, o mérito desse resultado é dos funcionários da BrasilTelecom, de todos eles.

Antes de desenvolver a palavra, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva. Contra parecer de alguns dos meus consultores, eu decidi vir aqui sem tradutor, mas, evidentemente, o português não é o meu primeiro idioma e, de vez em quando, em sendo italiana, troco alguma palavra. Então, vou pedir desculpa já, se, diante desta Comissão, eu usar uma palavra inadequada, especialmente se, no lugar de V. Ex^{as}, ou senhor ou senhora, eu usar você. Infelizmente, em italiano, você é muito educado, o que não acontece no português. Também peço desculpa, se pedir a vo-

cês, de vez em quando, que repitam suas perguntas, se não forem claras, ou se vou pedir auxílio da minha assessora. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA.) – Esta Presidência agradece a V. S^a, entende perfeitamente a dificuldade e tenho certeza de que todos nós estaremos atentos para entender o português de V. S^a.

Passo a palavra ao nosso Relator, que é *oriundi*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Cicco, aqui está um *oriundi* e, por sinal, já advirto o Plenário que *sur* é sobre, para não interpretá-lo como sendo seu. Quando ela fala *sur* é sobre, para quem imediatamente ouve, como acabei de ouvir, pode trazer um equívoco na tradução como se estivesse falando em relação a um possessivo. Então, *sur* serviço, é “sobre serviço”, não “seu serviço”. Já que V. S^a fez doutorado na London School, vou chamá-la de Dr^a de Cicco, acho melhor do que Dona Cicco.

Dr^a de Cicco, na verdade, temos alguns pontos que são fulcrais para o nosso esclarecimento, daí a convocação de V. S^a. Isso está relacionado essencialmente aos assuntos que dizem respeito às interligações, à mercancia, aos serviços prestados pelo grupo Marcos Valério em relação às empresas que, de alguma forma, eram direta ou indiretamente administradas por V. S^a e os fundos de pensão, que, inclusive, vou convidar o nosso sub-relator, tão logo ele aqui venha para que tome assento à mesa – o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Então, de certo modo, algumas questões que iremos formular podem aparentar ser um pouco distantes, mas têm uma razão de ser. Precisamos saber exatamente qual o relacionamento existente entre o Grupo Opportunity com os fundos de pensão e com o grupo Marcos Valério.

Então, retomando esse esclarecimento e aproveitando uma expressão de que V. S^a se valeu de que a BrasilTelecom sempre teve a transparência como algo em alto nível, é dessa transparência que precisamos agora em relação ao seguinte: num primeiro momento, V. S^a trabalhava para a Telecom Itália. O seu ingresso, como V. S^a disse, foi através de Carvalho, um sócio do Opportunity.

Onde entra o Daniel Dantas na participação conjunta do Carvalho em relação à sua contratação pelo Opportunity? Em que condições V. S^a conheceu Daniel Dantas? Em que condições V. S^a passou a prestar serviços a Daniel Dantas? E aí vem o problema da transparência: qual era a remuneração que V. S^a vinha percebendo em uma empresa e qual foi a remuneração que passou a receber a partir do momento em

que passou a exercer cargos junto ao grupo Daniel Dantas?

Só para esclarecer aos presentes, e V. S^a, por certo, também já deve ter noção, dizem que V. S^a é mais que mera Presidenta desse grupo e que, de alguma forma, seria a presença do Daniel Dantas, não só no que se refere à remuneração de serviços, mas também no que se refere aos altos pagamentos, às altas retiradas, que, de qualquer modo, beneficiavam o grupo Opportunity e, segundo a nossa visão, prejudicariam os fundos, que seriam co-partícipes nessa sociedade.

Portanto, qual a remuneração que V. S^a percebia nessa ocasião e depois, junto ao grupo Opportunity e BrasilTelecom?

Lamento dizer que estou lendo, no seu termo de compromisso, que se qualificou como atualmente desempregada.

A SRA. CARLA CICCO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É uma desempregada altamente qualificada.

A SRA. CARLA CICCO – Obrigada.

Meu primeiro encontro com o Sr. Daniel Dantas foi em fevereiro de 1998. Na época, eu era a responsável pela formação de consórcios para a Telecom Itália.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero aproveitar para convidar o Deputado ACM Neto para tomar assento à mesa, como Sub-Relator dos fundos de pensão, pois esse é um dos assuntos que estamos investigando na CPMI.

A SRA. CARLA CICCO – Mas, na realidade, desde esse momento, a minha interface no grupo Opportunity foi sempre o Dr. Artur Carvalho, que era o responsável operacional da CVC/Opportunity pela privatização. A minha convivência foi sempre com o Dr. Artur Carvalho, que foi a pessoa que, depois, me convidou para dar esse tipo de consultoria à CVC/Opportunity.

Sinceramente, não me lembro quanto era a minha remuneração quando fui consultada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem aproximadamente?

A SRA. CARLA CICCO – Mas era uma remuneração de consultoria, que é claramente um trabalho completamente diferente da atividade e da responsabilidade que você assume, por exemplo, quando assume um cargo de presidente de uma companhia do tamanho da BrasilTelecom.

A BrasilTelecom, como já falei, é uma companhia listada na Bolsa de New York e na Bolsa de São Paulo. Então, os requisitos de transparência são muito rigorosos. Além disso, qualquer ato que a BrasilTelecom possa ter cumprido, eu posso ser julgada penalmente.

Então, V. S^a pode entender o particular conservadorismo que sempre manteve durante a administração. Pelo menos o que eu sei.

Com certeza, a minha postura, durante o tempo em que estive na Presidência da BrasilTelecom, foi sempre absolutamente dentro dos limites da lei e sempre agi de acordo com os melhores interesses da companhia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a se reporta ao Carvalho, qual era a participação dele em relação ao Opportunity e ao Daniel Dantas? Como era a formação societária do grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. Sinceramente, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não sabe qual é a formação societária do Grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não sei. Sinceramente, não sei. Eu sei que Grupo CVC é Grupo City Venture Capital/Grupo Opportunity, mas todos da cadeia acima, não, não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quer dizer, V. S^a não sabe o que significava o Carvalho na composição, quando a convidou.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. O Dr. Arthur Carvalho é um sócio da CVC Opportunity, mas não era sinceramente do meu interesse. Eu sabia o que era a CVC Opportunity – City Venture Capital, mas não me interessava saber quem estava acima da cadeia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Parece estranho para alguém da inteligência de V. S^a não se interessar pela formação societária de quem a convidou inicialmente a ingressar nessa cadeia, no bom sentido, nesse grupo, nessa composição societária.

De qualquer modo, já que V. S^a fala tanto em transparência, há uma notícia de que V. S^a teria interferido para que algumas informações relacionadas à BrasilTelecom não chegassem ao novo Grupo da BrasilTelecom, que assumiu agora, recentemente, em virtude da saída do Opportunity. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei sobre qual informação você se está referindo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu me reporto a documentos que V. S^a teria retirado. Eu lhe trago informações que colhemos, evidentemente, através da imprensa, mas que V. S^a nunca acionou ninguém em relação a isso, nem interpelou, porquanto admitimos como sendo uma verdade, que V. S^a, eventualmente, pode até contestar, mas V. S^a teria criado dificuldades a essa nova direção da BrasilTelecom, para que tivesse acesso à plenitude dos

documentos relacionados à sua administração. Não sabe sobre essa questão?

A SRA. CARLA CICCIO – Não é absolutamente verdade. Não sei se você se está referindo a alguma coisa específica, mas a documentação está toda à disposição da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Da Kroll?

A SRA. CARLA CICCIO – Referimento da Kroll sobre a sugestão dos meus advogados para uma questão técnica, me auxiliaram que especificamente alguma documentação da Kroll fosse mantida sob segredo de justiça. Como você sabe, está em curso um processo em São Paulo, e meus advogados me avisaram isso. Então, não existe outra razão para isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, independentemente de estar sob segredo de justiça ou não, é uma outra coisa que estamos questionando. V. S^a há de convir que a BrasilTelecom não pode ter cerceamento. A atual administração não pode ficar impedida de ter acesso a informações a título de que elas estejam sob segredo de justiça, porque ela é a titular da relação jurídica.

A SRA. CARLA CICCIO – Concordo plenamente com você, mas acho que a atual administração da BrasilTelecom poderia ter contatado os meus advogados e esclarecer esse assunto sob um ponto de vista técnico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse fato de que V. S^a teria interferido para que as informações não chegassem à nova direção é falso ou verdadeiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Sob sugestão dos meus advogados, mandei uma carta – agora, não me lembro do teor, porque sinceramente não tenho cópia -, na qual estava pedindo discricção na divulgação desse documento. Como já falei, não sou advogada. Eu acho que precisa ser pedido aos meus advogados... Por outro lado, a administração da BrasilTelecom pode contatar os meus advogados e esclarecer esse assunto. Acho que os meus advogados com os outros advogados vão esclarecer isso muito rapidamente. Não existe nenhuma outra razão além disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Existem pessoas...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, o senhor está se referindo a um e-mail que a D. Carla Ciccio teria enviado à Kroll?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exato.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não à BrasilTelecom, mas à Kroll, sugerindo que ela não oferecesse informações?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aos novos dirigentes da BrasilTelecom.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E as respostas que foram compiladas ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É essa a questão que levantei, inclusive está hoje na mídia. Não sei se V. S^a teve acesso hoje à **Folha de S. Paulo**.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está até a resposta da Kroll, traduzida, no sentido de que ela adverte V. S^a de que ela, a Kroll, não pode se opor a informar aos novos titulares. Só que adianta, porque, por enquanto, V. S^a foi excessivamente cautelosa, porque, até agora, os novos titulares sequer solicitaram essa informação.

Mas a verdade é que, em torno desse episódio da Kroll, existem várias nuances que gostaríamos que fossem esclarecidas. E, de certo modo, V. S^a está sob compromisso também de dizer a verdade. E nós, aqui, somos uma instância de investigação, temos os mesmos poderes do juiz enquanto investigadores. E, nesse contexto, temos informações sobre alguma coisa relacionada a essa interceptação, essa arapongagem relacionada aos trabalhos que teriam sido contratados sob os auspícios de V. S^a.

A pergunta é: V. S^a contratou a Kroll como presidente ou diretora de alguma instituição? Se contratou, com qual objetivo? Quanto foi a remuneração da Kroll? E se está havendo e se prossegue havendo desentendimento com a Kroll em relação a serviços ainda não remunerados. E, nessas interceptações, teria havido referência ao então Ministro Gushiken? Teria havido alguma referência a um jornalista, o Paulo Henrique Amorim?

Por enquanto, gostaria que respondesse essas questões.

A SRA. CARLA CICCIO – A Kroll, que é uma empresa em nível internacional, listada na Bolsa de New York, no ano passado, foi adquirida pelo Grupo Marcha, o maior grupo de seguro do mundo. Foi contratada da administração da BrasilTelecom, sob sugestão dos advogados americanos. E, no momento, havia desentendimento e conflito entre a BrasilTelecom e a Telecom Itália, em nível comercial.

Na época, a Telecom Itália estava se opondo a que a BrasilTelecom entrasse na telefonia celular, estava se opondo que a BrasilTelecom entrasse na longa distância. Existe um (Incompreensível.) muito grande. Então, a BrasilTelecom estava tentando todas as ações para poder proteger os interesses dos investidores da BrasilTelecom.

A BrasilTelecom, quero lembrar a V. Ex^{as}, é uma companhia aberta (Incompreensível.) do valor econômico da BrasilTelecom (Incompreensível.) no mercado. Em várias oportunidades, a BrasilTelecom recebeu carta dos acionistas minoritários pedindo que a administração defendesse os interesses deles. E não entrar na telefonia celular era um fato que poderia afetar muito o valor das ações.

Quero lembrar a V. S^{as} que, um dia depois da primeira rodada de licitação para licença de serviço de GSM, quando a BrasilTelecom foi impedida de participar, os valores das ações da BrasilTelecom caíram de 5.75% em menos de um dia. Então, era muito importante que a BrasilTelecom, que a administração tomasse qualquer providência, nos limites legais. Uma das idéias que surgiram foi ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela foi impedida por quê? Qual a razão?

A SRA. CARLA CICCIO – A razão foi que, segundo a Lei Nacional de Telecomunicações, era impossível que o mesmo grupo tivesse o controle de duas empresas que prestem serviço na mesma região. No caso específico, a Telecom Itália, a parte tinha controle da Tim e era em posição de controle da BrasilTelecom na área dois. Na área um da BrasilTelecom, oferecia, na época, somente serviços fixos, ou seja, locais e interestaduais.

A participação da Tim e da BrasilTelecom excluía um ou outro. Na época, eu ainda não era Presidente da BrasilTelecom, se, na história, há algum fato que não atinge a realidade, é porque não me lembro dos fatos, pois assumi logo depois. Mas eu me lembro de que já se disse que a BrasilTelecom ofereceu também à Tim de fazer uma participação conjunta.

Quando a BrasilTelecom levou ao Conselho de Administração a proposta de participação, foram incluídas, na aprovação, pela administração da BrasilTelecom de participação, algumas condições financeiras especificadamente de tal tamanho que a administração da BrasilTelecom se sentiu praticamente impedida de poder participar.

Então, um dia depois do leilão, foi evidente que o grupo Telemar tinha participado, através de sua companhia Oi e tinha ganhado a licença. A Telefônica já era participante através do consórcio do Grupo Vivo. A BrasilTelecom ficou a única companhia de rede fixa, sem operação de celular.

O mercado considerou isso muito grave, porque, como se estava em desenvolvimento o mercado de telecomunicações, onde a telefonia fixa local (*Incompreensível.*) ter sempre menos interesse, se estava perdendo receita, era necessário, para qualquer operadora de rede fixa tradicional, como a BrasilTelecom,

a Telemar, a Telefônica ou qualquer outra operadora internacional, a mesma Telecom Itália, por exemplo, tentar adquirir uma plataforma tecnológica para dar a possibilidade de oferecer serviços de telecomunicações integrados.

Hoje, fala-se muito de soluções integradas, fala-se muito de voz sobre AIP de banda larga. Em realidade, hoje, é muito difícil distinguir a conectividade, seja através de celular, seja através da rede fixa. É como se fosse uma rodovia, e coisa é ter o produto e conteúdo. Este, em realidade, é o carro. Então, é inútil ter uma rodovia, se você não tem o carro.

Então, a necessidade de se ter essa plataforma ampla era fundamental para a BrasilTelecom. Tanto que, quando, no ano passado, a BrasilTelecom entrou no mercado de celular, adotando a convergência – desculpe-me se vou repetir essa parte, mas ela é muito importante –, o que significa isso? A possibilidade de oferecer ao mesmo cliente o produto e, através do celular (*Incompreensível.*) da rede fixa (*Incompreensível.*).

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É importante voltar. Qual o objetivo específico da contratação da Kroll?

A SRA. CARLA CICCIO – Então, você sabe, porque foi divulgado muito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Suspeitavam do quê?

A SRA. CARLA CICCIO – Foi divulgado muito amplamente. A Telecom Itália, no passado, fez alguns atos, que iam contra os interesses da BrasilTelecom. Temos um fato, por exemplo, do superfaturamento da CRT em 2000 e, depois, o fato de que a Telecom Itália sempre se opôs ao desenvolvimento pessoal da BrasilTelecom, na época nos interesses dos membros, achamos, da subsidiária da Telecom Itália/Tim.

Então, pensamos em entrar com uma ação no exterior. Considerando que a Telecom Itália é uma companhia estrangeira, a gente estava olhando uma oportunidade de poder mover uma ação ou na Itália, ou nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, é prática comum contratar empresas tipo a Kroll para fazer levantamento de informações; e foi esta a razão por que a administração da BrasilTelecom contratou a Kroll para fazer levantamento sobre a Telecom Itália. Este foi o mandato e este foi o escopo do trabalho da Kroll.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessa época, V. S^a estava na BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Claro, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De certo modo, atua contra a empresa na qual anteriormente estava trabalhando?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Eu não atuei contra a empresa na qual estava trabalhando porque não existia... O fato é que, como eu já expliquei, uma das razões pela quais eu saí da Telecom Itália era porque estava havendo muitas mudanças de controle, e eu não me sentia mais confortável em trabalhar na Telecom Itália. A Telecom Itália, do Dr. Colanino, por exemplo, que foi “a Telecom Itália” que participou do (*Incompreensível.*) da CRT não era a Telecom Itália (*Incompreensível.*) comprado. Na realidade, empresa não é nome, são pessoas. A mesma empresa muda dependendo de como mudam as pessoas. Muda a estratégia, muda a ética, muda a operacionalidade. São pessoas, não é nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A ética tem momentos e, segundo determinadas pessoas, na condição de empresa, qual a ética que V. S^a entende que tenha havido quando interceptaram gravações e conversas até de jornalistas brasileiros, como Paulo Amorim? Nós recebemos, na CPMI, dados em que em a senhora teria, pelo menos é o que nos informa – e ele tem acesso, pois ele é uma das vítimas, num processo em que V. S^a está sendo corresponsabilizada com Daniel Dantas, até em relação a salários da filha dele...

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, eu nunca na minha vida encontrei, conheci, nem soube da existência desse Sr. Paulo Henrique Amorim senão quando foi publicado na imprensa e nos atos do processo. Então, não posso comentar nada porque eu nunca encontrei esse senhor. Não sei nem que é que é, sinceramente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele é um jornalista muito conceituado. Ele não poderia estar sendo, eventualmente, atemorizado diante de certas manifestações dele na imprensa e daí, por via transversa, se começar a falar de família. É o que ele sente.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu posso assegurar ao senhor que nunca ouvi falar em Paulo Henrique Amorim. Eu nunca li um artigo ou uma matéria dele, então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ai V. S^a... eu acho que está... Não posso crer que V. S^a esteja falando a verdade, porque, neste País, alguém do nível de V. S^a, na área econômica, dizer que nunca ouviu falar de Paulo Henrique Amorim?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É, de alguma forma, algo que começa a fazer com que a gente comece a duvidar de outras afirmações que V. S^a possa dizer. Não há neste País quem não saiba do jornalista Paulo Henrique Amorim, na área econômica.

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, aceito o fato de o senhor me ter como ignorante, mas é o que posso falar, neste momento, referindo-me ao Sr. Paulo Henrique Amorim. Eu não conheço esse senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguém da mídia, altamente conceituado, diariamente visto, e V. S^a nunca ouviu falar de Paulo Henrique Amorim?!

A SRA. CARLA CICCIO – Não, até quando surgiu este assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, por sinal, é alguém que, como eu disse, assuntos relacionados à família dele constam dessas intercepções que aconteceram através da Kroll. V. S^a não sabe nada disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu ainda não... Eu queria anotar e terminei não verificando. Eu acho que V. S^a não disse qual era a remuneração sua enquanto Presidente da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, eu preferirei não falar da minha remuneração, que foi aprovada pelo conselho da administração, era absolutamente em linha com o mercado, por uma razão de segurança...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disponibilizaria, ainda que sob sigilo?

A SRA. CARLA CICCIO – Posso disponibilizar sob sigilo para vocês sem problema, mas gostaria que não fosse divulgado nacionalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, tudo bem. De qualquer modo, trata-se de uma concessionária, e V. S^a mesma disse que 80% dela são de acionistas minoritários, portanto, todos nós temos o direito de saber qual é. Mas também dou razão a V. S^a que não deva anunciá-lo.

A SRA. CARLA CICCIO – Mas, como eu gostaria de reiterar, não tem problema e, além disso, foi sempre aprovada pelo conselho de administração, auditada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a acha que há uma diferença meio expressiva, que é o que se diz, em relação ao que estaria recebendo na BrasilTelecom, comparativamente à sua remuneração precedente?

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, não posso fazer nenhum comentário sobre isso, porque eu não sei quais são os critérios de remuneração que se estão aplicando, hoje, na BrasilTelecom. Na realidade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não poderia ter sido cooptada pelo Grupo Opportunity, tirando da Telecom Itália, trazendo internamente para, daí, através de uma alta remuneração... Se houver, com certeza, estará registrado.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Fui contratada, primeiro, como consultora na CVC Opportunity e, depois, me ofereceram, me elegeram Presidente da BrasilTelecom, do conselho de administração, presumo, baseados na minha vasta experiência. E os resultados da BrasilTelecom, durante minha administração, são uma demonstração dessa experiência, que não é somente uma experiência operacional, uma capacidade de liderança, é uma visão no setor de telecomunicações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora, percebi e anotei esses dados, que, realmente, são expressivos, mas por que a insatisfação do grupo em relação a essa administração que era tão superavitária, tão lucrativa? O que se tem visto é que, ao longo do tempo, havia um desencontro interno dos sócios. Por que essa briga toda se ela estava sendo tão lucrativa? O que há por trás disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Você está me perguntando que eu comente ou tenha uma opinião sobre por que grupos controladores estavam brigando pela BrasilTelecom. Eu não posso, não sou (*Incompreensível.*) de comentar ou de dar opinião sobre por que estavam brigando. Eu posso comentar o fato de que, sempre, na minha função de Presidente, eu, na minha administração, fiz sempre tudo no interesse da BrasilTelecom. Além disso, o fato de que essa administração conseguiu esses resultados, parte dos quais já compartilhei com V. Ex^{as}, mesmo com essa tempestade em nível de controladora, eu acho que mostra o profissionalismo da administração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos ver se consigo, talvez, que V. S^a nos esclareça por que, reiteradamente, havia questionamento da administração do Opportunity. V. S^a disse que isso é um problema de briga de grupos, mas estou falando por 80%, se é que ouvi bem o que V. S^a disse, daqueles que estão fora, assistindo, vendo grupos brigando e eles precisam saber por quê. O que havia, de fato, em relação à administração de Daniel Dantas?

A SRA. CARLA CICCIO – Na realidade, os acionistas minoritários, através da associação deles, a Animec, que é a associação dos acionistas minoritários, baseada em São Paulo, em várias oportunidades mandaram carta para a BrasilTelecom perguntando sobre outros sócios. Nunca recebi uma carta da parte dos acionistas minoritários questionando o posicionamento do Grupo Opportunity a respeito da BrasilTelecom, mas recebi cartas perguntando o posicionamento... Por exemplo, uma carta que me lembro, foi de fevereiro de 2001, logo depois da licitação pela licença da GSM, quando, como já expliquei a V. Ex^a a Telecom Itália participou de modo independente da Norte Telecom Itália... a TIM, que era subsidiária da Telecom Itália,

participou de modo independente, impedindo, de certo modo, a participação da BrasilTelecom. As ações da BrasilTelecom S.A. caíram 5,75%. Claro que é um fato muito grave para os acionistas minoritários – para todo mundo, mas mais para os acionistas minoritários – a perda de valores. Mandaram uma carta perguntando e questionando por que a Telecom Itália tinha pedido a participação da BrasilTelecom.

Em outra ação de que me lembro, e foram várias nesse período de tempo, em janeiro de 2004, fui à Animec, a Associação de Acionistas Minoritários, que entrou com um pedido de liminar no Cade quando a Telecom Itália queria voltar ao grupo de controle do BrasilTelecom e, desse modo, poderia influenciar e (*Incompreensível.*) operações de celulares de longa distância da BrasilTelecom. Então, na realidade, pelo que me lembro, nunca recebi, como presidente da companhia, uma carta dos acionistas minoritários questionando o Grupo Opportunity, mas recebi uma carta questionando outros controladores da BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E que tipo de questionamento foi feito?

A SRA. CARLA CICCIO – É aquilo que falei. Eram sempre questionamentos operacionais. O problema foi que, por um prazo, a Telecom Itália, com o suporte do fundo de pensão, tentou impedir o desenvolvimento tecnológico e de presença de mercado da BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a está dizendo que a Telecom Itália e os fundos de pensão estavam dificultando o desenvolvimento tecnológico da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, porque quando se impede uma companhia como a BrasilTelecom de entrar, por exemplo, no setor de celular, é impedir o crescimento da BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Haveria alguma razão perceptível para os fundos de pensão assim procederem?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei os fundos de pensão, mas o fato é que vários posicionamentos deles no conselho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem seria favorecido com isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu acho que esse relacionamento eventual entre a Telecom Itália e os fundos de pensão precisa ser investigado. Estou-me baseando nos fatos. Durante os conselhos de administração, várias vezes os fundos de pensão tomaram a mesma decisão, ou se alinharam com a decisão da Telecom Itália. Então, estou fazendo, simplesmente, uma extrapolação baseada em seus comportamentos durante

esses eventos. Eu não sei sobre o relacionamento das duas partes na época.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a percebeu, alguma vez, alguma interferência ou tentativa de interferência dos fundos de pensão por razões políticas, ou seja, por alguma decisão de Governo? Os fundos de pensão agindo de uma forma ou de outra e se dizendo orientados pelo Governo?

A SRA. CARLA CICCIO – Não posso afirmar isso porque não tenho essa percepção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a participou da compra da CRT?

A SRA. CARLA CICCIO – Não com a BrasilTelecom. Não

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estava onde, nesse período?

A SRA. CARLA CICCIO – Nesse período, eu já estava na CVC Opportunity.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a qualificou como algumas coisa que não deveria ter acontecido.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esclareça ao Plenário todo o processo, onde V. S^a participou, quem participou, por que sim, por que não, enfim, por que essa operação se deu apesar da “resistência” do Grupo Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Quando a Telefônica, em 1996, participou da primeira parte de privatização da CRT – estamos falando quando o Governo do Estado do Sul colocou à venda 31%, se não me engano, da CRT –, esses 31%, mesmo não dando um controle societário, em termos de ações, era acompanhado do controle dos (*Incompreensível.*), o que dava a possibilidade de a Telefônica administrar a companhia.

Depois, se não me engano, em maio de 1998, o Governo do Rio Grande do Sul colocou em licitação mais 20%. A Telefônica comprou, também, então, além de ela ter o controle acionista, também ganhou do ponto de vista de ações o controle da companhia.

Quando fui iniciar a licitação do Sistema Telebrás, uma das regras era que os mesmos controladores não poderiam ter participações em mais de uma concessão e que, no caso da CRT, se houvesse um mesmo controlador presente em mais de duas, deveria sair da CRT. No caso específico, a Telefônica comprou a Telesp, então, a Anatel deu 18 meses para a Telefônica dispor da parte de rede fixa da CRT. A CRT, na época, era banda celular, banda A e fixa. Então, a Telefônica dividiu as duas operações, ficou com a operação de celular e, no final, acho que em novembro ou dezembro – as datas são de há muito tempo – de 1999, colocou à venda a CRT.

Sempre, no edital de privatização – se lembro certo –, era também esclarecido que a CRT poderia ser adquirida somente das empresas que tinham a proximidade geográfica. Então, no caso específico da CRT, quem poderiam ser os possíveis compradores da CRT? A BrasilTelecom, que, é óbvio, geograficamente é perfeita, a CTBC e a Sercomtel, dois pequenos operadores que não fazem parte do Sistema Telebrás. A CTBC é uma operadora privada e a Sercomtel é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Londrina.

A SRA. CARLA CICCIO – ...da Prefeitura de Londrina.

Como eram considerados o tamanho da CRT, comparado com o da CTBC em Londrina, e também o preço de compra que a Telefônica estava pedindo, era quase natural que o único comprador poderia ser a BrasilTelecom.

A BrasilTelecom, a posição clara da CRT, era importante por duas razões: primeiro, porque completava geograficamente a área e, segundo, porque sempre – agora não lembro se era pelo edital ou pela Lei Geral de Telecomunicações, faço um pouco de confusão, desculpe-me –, pelas regras da Anatel, do setor, existiam, como sabem, metas de universalização. Essas metas foram estabelecidas pela Anatel a partir de 1998, por cinco anos, mas também era facultado a qualquer operadora antecipar o cumprimento dessas metas em qualquer ano, a partir do final de 2001.

Existia sempre outra regra que falava o seguinte: para a Anatel poder certificar o cumprimento das metas de uma operadora, era necessário que também os outros operadores que operavam na mesma área tivessem cumprido as metas. A BrasilTelecom, que, na época, estava olhando para expandir-se em celular e longa distância, era propensa a fazer esse programa de antecipação de metas, mas era importante também ter a CRT. Por quê? Porque a CRT poderia impedir, também, esse cumprimento de metas e, então, era a possibilidade de se expandir em outros mercados.

Na realidade, a minha participação no processo da CRT foi que, em nível do conselho de administração da BrasilTelecom, foi decidido dar um suporte, em nível de sócio, pela administração da BrasilTelecom, nesse processo de venda. Então, foi nomeada, pelo lado da Telecom Itália, que era um dos sócios, a responsável pela operação internacional, na época, da Telecom Itália, a Sr^a Nobile, e do lado da CVC Opportunity, eu fui nomeada como responsável por acompanhar o trabalho, não (*Incompreensível.*). Fui contratada pela BrasilTelecom, fui contratada lá, fui contratada dos Bancos Salomon Brother's, Smith Barney, para dar assessoria financeira e fazer uma avaliação de quanto poderia ser

cotado o valor da companhia a oferecer ao vendedor, à Telefônica, e todo o processo de avaliação operacional da CRT foi feito dados técnicos da Telecom Itália. Eu acho que isso aqui foi uma coisa natural de acontecer. Por quê? Como eu já falei, a Telecom Itália participou do processo de privatização da CRT, em 1996, e eu estava lá, então, os técnicos que participaram dessa primeira avaliação – lembro-me, teve um grupo muito grande da Telecom Itália...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eles avaliaram em quanto?

A SRA. CARLA CICO – Fizeram a avaliação do negócio. Na época, 1996, não me lembro, mas acredito que a proposta feita – eu havia falado em 31%, mas, na realidade, são 35% – pela BrasilTelecom Itália foi de US\$500 e poucos milhões e a Telefônica entrou com US\$4 milhões a mais. Então, foram duas propostas muito apertadas. Mas, o valor variava entre 500 e 600 – não me lembro exatamente, isso foi há muito tempo, há mais de dez anos. Então, foi feito uma avaliação, o Grupo Salomon, o Banco Salomon, que era responsável por fazer uma proposta de preço, a fez a BrasilTelecom, que dava de US\$550 milhões a US\$730 milhões. Essa proposta foi passada ao Conselho, que a aprovou e autorizou a administração da BrasilTelecom a começar as negociações com a Telefônica. Era uma situação muito – eu acho – confortável para a BrasilTelecom. Por quê? Porque era praticamente a única compradora e a Telefônica era obrigada a vender. Então, poucas vezes na minha vida de aquisições presenciei uma situação tão confortável para um comprador: alguém é obrigado a vender e há apenas um comprador. Então, na realidade, a expectativa é que se chegasse a um valor bem mais favorável a BrasilTelecom do que a favor da Telefônica. Iniciou-se a negociação com a Telefônica. Eu sei que a Telefônica recusou, agora não me lembro de todos os detalhes, porque não participei mais, pois, a partir daquele momento, não fui mais envolvida na operação, mas lembro-me de que, em 28 de fevereiro de 2000, o representante da Telecom Itália chegou ao Brasil e mostrou a cópia de um contrato que foi assinado pelo Sr. Roberto Colanino, à época, Presidente da Telecom Itália, e do Sr. Juan Villalonga, à época, Presidente do Grupo Telefônica, que foi assinado, que estava negociado entre essas duas pessoas, que se comprometeram porque a BrasilTelecom pagaria US\$850 milhões à Telefônica. Lembro-me de que, é claro, foi feita uma reunião na Anatel, e o Presidente, à época, da BrasilTelecom, Dr. Henrique Neves, se recusou a assinar, porque claramente esse valor estava acima do mandato que ele tinha recebido do conselho de administração. Então, a partir daí, foram vários meses de idas e voltas de negociação, de pressão, até quando, ao final,

a BrasilTelecom fechou o acordo de compra e venda com a Telefônica por US\$800 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse valor, na verdade, mesmo assim, o Grupo Opportunity, pelo menos internamente, continuou a questionar. Salvo engano, teria acionado a Telecom Itália e depois realizou um acordo. Há algo nesse sentido? O Grupo Opportunity sentiu-se prejudicado por esse superfaturamento e passou a exigir que ele fosse reparado nisso, obtendo êxito?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei. Eu não posso dar a opinião sobre o Grupo Opportunity, mas posso dar opinião sobre a BrasilTelecom. Como BrasilTelecom, creio que foi um superfaturamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é a sua opinião? A senhora não tomou conhecimento de que o Opportunity estava questionando e depois terminou fazendo um acordo com a Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei de que acordo V. Ex^a está falando.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em relação ao prejuízo que teria decorrido da negociação da CRT. A CRT teria sido paga além do valor real, segundo o conceito do Opportunity. Foi o Sr. Daniel Dantas quem nos falou isso. Ele terminou acionando a Telecom Itália, e houve um acordo. Parece que ele terminou sendo reparado em US\$60 milhões. A senhora não tem informação de nada disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu posso falar que a BrasilTelecom entrou com uma ação contra a Telecom Itália sobre o superfaturamento da CRT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom entrou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E qual é o resultado? Qual é a sequência disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Na sequência, entrou com uma ação contra a Telecom Itália. Além disso, aconteceram fatos da longa distância, do celular. Considerando tudo o que estava na mesa, e o fato de que a Anatel tinha imposto a BrasilTelecom e à Telecom Itália achar uma solução até 18 ou 19 de julho deste ano, de 2005, para poder resolver sobre o “punimento” da licença. Em abril deste ano, a administração da BrasilTelecom sentou-se com a administração da Telecom Itália para tentar fechar um acordo que não compromettesse a BrasilTelecom nem a Telecom Itália.

Na realidade, fechou-se um acordo que era o mesmo ou muito parecido com o acordo que, três anos antes, a administração da BrasilTelecom tinha proposto

à administração da Telecom Itália para poder resolver o assunto do celular. Então, na realidade,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que acordo foi esse?

A SRA. CARLA CICCIO – Era um acordo em que se juntavam as operações da BrasilTelecom Celular com a Tim, que é a Telecom Itália Mobile. Além disso, a BrasilTelecom ganhava o direito de oferecer serviços de longa distância não somente aos usuários da BrasilTelecom, mas também aos usuários da TIM. Então, usava-se sempre o mesmo código.

Na realidade, foi feito, há três anos, um estudo que mostrava que as sinergias que podiam não acontecer nessa operação conjunta favoreceram sinergia que poderia nos dar um retorno à BrasilTelecom de cerca de R\$800 milhões. Antes, foi a Telecom Itália que não quis fechar o acordo. Então, quando se fechou o acordo do (*Incompreensível.*), creio que era um acordo de melhor interesse da BrasilTelecom. Entre as outras condições, estava também que a BrasilTelecom, mesmo a Telecom Itália, que estava com sua conta na BrasilTelecom, teria desistido das ações judiciais existentes. Era uma das condições.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessa desistência, não houve um pagamento ao Grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – A negociação feita com o Grupo Telecom Itália, por esse acordo com a BrasilTelecom, foi feita referente aos interesses da BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a ainda não afirmou. O Grupo Opportunity, nessa negociação, teve uma reparação em dinheiro? Recebeu...

A SRA. CARLA CICCIO – Estou falando que o Grupo Opportunity não participou dessa negociação. Não participou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dessa ação em que se discutia a CRT?

A SRA. CARLA CICCIO – Não participou; foi a BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, nós fomos ilaqueados aqui, porque alguém afirmou que essa ação, inclusive a que V. S^a faz referência, os fundos de pensão se opuseram a que entrasse com a ação... Lembra disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando a BrasilTelecom acionou, ela teve o apoio dos fundos.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, mas então...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os fundos foram contrários, e aí, quando fizeram o acordo, quem foi se beneficiou foi o Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Não... Eu gostaria de levantar o posicionamento não coerente dos fundos de pensão nessa questão. Os fundos de pensão, lá atrás, não suportaram a BrasilTelecom entrar contra a Telecom Itália, mas depois, quando foi fechado esse acordo, ele se opôs a esse acordo, que, na realidade, era o acordo com a BrasilTelecom, porque a ação a que os fundos de pensão se opuseram era a ação que BrasilTelecom entrou, com que apresentou (*Incompreensível.*), contra a Telecom Itália. Depois, quando os fundos de pensão... Quando, agora, a BrasilTelecom fechou o acordo, os fundos de pensão se opuseram a esse acordo.

Então, na minha opinião, existe uma não-coerência de posicionamento, porque, se lá atrás eram contra, hoje devem estar felizes e suportar o fato de que, depois de quatro anos, três anos e meio na realidade, a BrasilTelecom conseguiu um acordo com a Telecom Itália.

Durante minha administração sempre tive... Quase sempre, na minha administração, tive a sombra dessa birga comercial entre a BrasilTelecom e a Telecom Itália. É claro que sempre a gente, a BrasilTelecom, a administração, tentou fechar um acordo com a Telecom Itália, independentemente de tudo. Então, fui muito surpreendida quando, afinal, a administração da BrasilTelecom achou um acordo, no melhor interesse da BrasilTelecom, em que outros acionistas, que antes tinham suportado a posição da Telecom Itália, em realidade, se voltaram, foram contra esse acordo com a Telecom Itália.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a, sob o compromisso que tem de falar a verdade, assegura que, nesse acordo que se realizou, todo proveito que houve nesse acordo – se houve acordo é de se supor que a BrasilTelecom tenha tido razões para isso –, o que se obteve nesse acordo, todo ele, se benefício algum houve, foi para BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nada específico em relação ao Grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Esse acordo que a BrasilTelecom fechou com a Telecom Itália era um acordo entre BrasilTelecom e a Telecom Itália.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quando V. S^a alude a essa incoerência, essa incoerência, enquanto contraposição à situação anterior e posterior, tudo bem, é uma incoerência, mas ela teria alguma plausibilidade, alguma justificativa ou é algo gritante essa incoerência dos fundos? Se V. S^a fosse

administradora dos fundos, como justificaria não ser essa a atitude dos fundos e que devesse ser outra? Estou querendo aproveitar esse conhecimento que tem do fato todo para saber onde e por que esses fundos assim atuaram. Porque há um episódio anterior, a que V. S^a aludiu muito superficialmente – não sei se esteve lá ou não –, aquela tal noite na Anatel, e que de certo modo teria havido uma ingerência governamental determinando que essa negociação se procedesse. Ou seja, os fundos de pensão pressionaram a que se realizasse um negócio superfaturado. Isso é verdadeiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, Ex^{as}, eu não estou... Eu não falei ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A compra lá dos oitocentos...

A SRA. CARLA CICCIO – Oitocentos. Quando eu falei, eu falei que a Telecom Itália, especificamente o Sr. Colaninno, negociou com o Sr. Villalonga, fora do Brasil, um acordo em que a... que comprometia a BrasilTelecom a pagar 850 milhões pela Telefônica...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essas duas empresas externas que negociaram isso, qual era a participação que elas tinham na BrasilTelecom? O percentual, a soma das duas.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, a Telefônica não tinha nada. A Telefônica era a vendedora da...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E a Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – A Telecom Itália, no valor total da companhia, econômico total, acho que, na época, tinha 7%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E elas que decidiram isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, exatamente aquilo que estou falando. Eles foram, e foi por isso que a BrasilTelecom entrou com uma ação contra a Telecom Itália sobre a compra da CRT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E para voltar à pergunta anterior, o que V. S^a sabe em relação ao encontro na Anatel de onde saiu a negociação feita da CRT?

A SRA. CARLA CICCIO – Mas de qual encontro? Desculpe, não estou entendendo. Qual encontro?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aquela noite, na Anatel, em que o ajuste final foi feito em relação à CRT.

A SRA. CARLA CICCIO – Você está falando – desculpe, insisto para poder responder certo – você está falando de quando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na compra.

A SRA. CARLA CICCIO – Na compra, quando... Eu não posso comentar, porque eu não estava presente. Então, não posso comentar nem falar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ouviu falar que teria havido pressão dos fundos para que isso acontecesse e que os fundos estariam sendo pressionados por alguém do Governo?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nunca ouviu falar? Nem do Sr. Daniel Dantas?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Daniel Dantas nunca reclamou de que ele tivesse sido compelido a participar de um negócio que era prejudicial, e não disse por quê?

A SRA. CARLA CICCIO – Não... Não posso comentar porque também se passou tanto tempo... Passaram quantos? Quase seis anos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas, independentemente do tempo, havendo uma ação tramitando, tudo se questiona por que o fato foi praticado, tanto é que se quer desfazê-lo. Nunca se disse o histórico do fulcro? Só ficou essa história de negociarem lá fora?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Como eu já falei a V. Ex^a, eu, a partir de fevereiro, logo depois que terminou a avaliação da parte da BrasilTelecom (*Incompreensível.*), na realidade, então, não fui nem parte integrante do trabalho operacional. A partir dali, eu nunca mais... eu não participei dos fatos que levaram à assinatura do contrato de compra e venda da BrasilTelecom e a Telefônica pela compra da CRT. Eu vi várias coisas, mas tudo reportado. Então, considerando que isso foi ouvido, não posso afirmar se foi verdade, se não foi verdade, se foi fofoca, se não foi fofoca. Então, considerando que estou aqui para testemunhar os fatos a que assisti, posso falar com você: eu não estava presente, então, não posso comentar o que aconteceu naquela noite.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas a testemunha pode também comentar por ouvi dizer: “Eu ouvi o fulano dizendo isso”. V. S^a nunca ouviu Daniel Dantas se reportando a como os fatos aconteceram quando ele foi...?

A SRA. CARLA CICCIO – O fato é posso me lembrar de ter ouvido coisas. Agora, não me lembro quem falou e quem não falou. O fato é que ouvi falar, que, efetivamente, estavam ocorrendo pressões para chegar a esse... Na realidade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pressões de quem?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro. Pressões, várias pressões. Sinceramente, não me lembro

com exatidão, considerando que foi tudo ouvido. Que estavam ocorrendo pressões... O fato é o seguinte: a BrasilTelecom apresentou, como primeira, estava com um limite de US\$730 milhões, e, ao final, pagou US\$800 milhões. Considerando que era a única compradora, é claro que isso fica um pouco esquisito, pelo menos. Agora, eu posso somente reportar-me a fofocas, porque não estava presente nos eventos a que V. Ex^a está se referindo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em relação a esse valores, V. S^a sabe da consistência deles, da realidade deles? Quero dizer o seguinte: V. S^a disse que eles estavam autorizados a pagar 770 e pagaram 800. Mas, na verdade, valia 770, ou os 770 também não eram...

A SRA. CARLA CICCIO – Eram 730.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim, 730. Ou eram quinhentos e poucos milhões a avaliação correta? Ou isso também não procede?

A SRA. CARLA CICCIO – A minha avaliação é que a... Em realidade, é muito...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A sua avaliação era uma avaliação de se aproveitar da situação difícil de quem só pode vender para um e, daí, jogou lá embaixo, ou era uma avaliação correta? Isso está documentado?

A SRA. CARLA CICCIO – Primeiro, eu não era o Presidente da BrasilTelecom. Então, eu não posso comentar a decisão de...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas, nessa oportunidade, V. S^a estava na Telecom Itália.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Também não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Na época, eu era consultora no Opportunity.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– No Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – O fato é que eu tive oportunidade de estudar a CRT, já em 1996, durante o processo de privatização da CRT.

Então, primeiro, existe uma avaliação dos Bancos Salomon Smith Barney que dá um intervalo de valores 550 e 730. Por que essa diferença? Porque, em realidade, quando você faz uma aquisição, existem fatores objetivos e, depois, os fatores estratégicos. Normalmente, os valores estratégicos que você pode dar a uma aquisição podem variar do que se compra. Neste caso, aqui, agora, não me lembro dessa avaliação. Provavelmente, 550, verdadeiramente, você queria pagar o menos possível, não sei o quê. Até 730 se justificava, falando, por exemplo, de sinergia.

Provavelmente, aqui se falava de sinergia, do fato de a BrasilTelecom... Como eu já falei, você dá um valor (*Incompreensível.*) sinergia. No caso da BrasilTelecom, por exemplo, o fato de comprar a CRT aumentava de 30% a receita, e o fato de qual era o valor de poder antecipar as metas da Anatel – isso aqui é outro valor. Então, ao final, a administração da BrasilTelecom, na época, decidiu oferecer 730, que era o valor máximo de avaliação que a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que V. S^a lembra em relação a contratos de publicidade dos quais participou como Presidente, especificamente em relação às empresas de Minas Gerais, do Marcos Valério? Participou de que contratos? Como se procedeu à escolha? Que valores foram estabelecidos? Finalmente, sobre os últimos que foram realizados e cancelados agora muito recentemente, o que nos informa?

A SRA. CARLA CICCIO – OK.

Primeiro, eu gostaria de esclarecer que, em uma carta, datada de 2 de setembro de 2005, a BrasilTelecom informou à comissão mista – acho que foi a comissão mista – a contratos celebrados com a DNA e SMP&B e carta enviada pela BrasilTelecom às agências, comunicando a suspensão de contrato. Depois, com uma carta, de 6 de setembro de 2005, foram anexadas todas as planilhas de pagamento a essas agências. Em 14 de setembro de 2005, a administração da BrasilTelecom enviou mais uma carta, colocando-se à disposição desta CPMI, para colaborar. Além disso, também a CVM fez seu processo de avaliação e, não achando nada que não fosse absolutamente em conformidade com a lei e de pagamento com serviço prestado. Durante 2003 e 2004, a DNA e a SMP&B deram serviços esporádicos para a BrasilTelecom. Faziam um serviço e, ao entregarem o serviço, pagamento. Depois, em 2005, na realidade, o único pagamento que foi feito pela DNA foi um pagamento de R\$188 mil pela produção de uma campanha – se me lembro, foi pela BrTurbo –, uma campanha de Internet, pela BrTurbo, que é a provedora de banda larga da BrasilTelecom. R\$188 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sobre esses contratos que agora, recentemente, tiveram a sua execução suspensa – de R\$25 milhões. O que V. S^a nos informa sobre isso.

A SRA. CARLA CICCIO – Os contratos que foram assinados são guarda-chuva. Então, na realidade, não era com um valor firme. Contrato guarda-chuva significa que se paga à frente de um serviço. No caso específico dos contratos guarda-chuva a que V. Ex^a se refere, a BrasilTelecom pagou R\$180 mil pela produção de

mídia para os provedores de Internet de banda larga BrTurbo. Chama-se campanha Caracol.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há a informação de que V. S^a teria dificultado auditoria interna que se procede na Telecom, durante seu mandato, em relação a algumas áreas. Uma dessas áreas seria a de publicidade.

A pergunta é: quando realizadas as auditorias na BrasilTelecom – em relação também a outros assuntos jurídicos, segurança, investidores –, essencialmente em relação ao *marketing*, é procedente quem reclama que a auditoria não teve a transparência necessária, o acesso às informações?

A SRA. CARLA CICCIO – Gostaria de perguntar, para dar uma resposta exata, a qual auditoria V. Ex^a está se referindo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Às auditorias que se procedem na BrasilTelecom, às sistemáticas.

A SRA. CARLA CICCIO – Durante a minha gestão?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É. Algumas áreas da sua empresa não tinham o acesso franqueado, aberto. Uma delas era essa de publicidade. Esse é um assunto que me cabe.

A SRA. CARLA CICCIO – V. Ex^a se refere a uma informação. Vou comentar um fato. A BrasilTelecom é uma companhia completamente aberta. Qualquer tipo de auditoria era feita em linha com a lei. Nunca prejudiquei qualquer tipo de auditoria interna na companhia que eu mesma administrava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essas decisões sobre publicidade eram do conselho ou eram suas?

A SRA. CARLA CICCIO – Na administração da BrasilTelecom não era somente eu a deter o poder. Para eu poder assinar qualquer coisa precisava que um outro diretor assinasse comigo. A administração da BrasilTelecom, até uma certa (*Incompreensível.*), é absolutamente independente do conselho de administração para tomar decisões.

Gostaria de compartilhar com V. Ex^a um fato. Por exemplo, quando assumi a BrasilTelecom, em 2001, os custos da despesa em *marketing* sobre a receita líquida eram de 2%. Ao final de 2004, esse mesmo custo representava 1.5%, incluindo os custos de lançamento da telefonia celular, incluindo o fato de que desde 2001 a 2004 a BrasilTelecom entrou em novos setores de negócio. Então, precisava posicionar-se. Isso mostra que todos os contratos que a BrasilTelecom contratou foram absolutamente selecionados e absolutamente rigorosos em termos de custo. Além disso, a área

interna da BrasilTelecom esteve em um processo de avaliação de custo de *marketing* muito rígido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve alguma interferência em relação à publicidade de outras empresas, como a Telemig, a Amazônia Celular?

A SRA. CARLA CICCIO – Absolutamente não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nada?

A SRA. CARLA CICCIO – Nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um E-mail de V. S^a de 6 de maio de 2004 para Charles Carr. Este E-mail, parte do processo contra V. S^a, na Justiça brasileira, foi publicado na revista **Carta Capital**, de 4 agosto de 2004. E nem a senhora, nem Daniel Dantas, em nenhum momento até agora, pelo menos, desmentiram ou processaram alguém em virtude dessa informação. No E-mail V. S^a se refere a uma reunião entre Bill Goodall e Daniel Dantas, acusa a Telecom Itália de passar dinheiro para políticos em Ribeirão Preto e sugere que se olhe também para Santo André, citando o assassinato do Prefeito Celso Daniel. Observa também que o Sr. Daniel Dantas, chamado DD no E-mail, gostaria que essas informações fossem plantadas na imprensa.

Primeiro, o que V. S^a tem a dizer em relação a esse E-mail? Segundo, por que essa intenção de implantar na imprensa alguma coisa relacionada a esses episódios que envolvem, de certo modo, áreas mais fragilizadas nesse contexto do governo?

A SRA. CARLA CICCIO – Como foi declarado pela Kroll, como o fato relevante que foi publicado, todos os materiais que foram publicados na imprensa até hoje sobre qualquer documentação da Kroll, a Kroll confirmou que foi roubado o artefato. Não tenho nenhum conhecimento deste E-mail. A BrasilTelecom, pela sua administração, nunca divulgou absolutamente nada. Além disso, vários E-mails e documentação que foram publicadas na imprensa eu não vi antes na minha vida. Por isso, não posso comentar. Desconheço esse E-mail.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a nega que ele seja de sua emissão?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tenho outra pergunta sobre isso, mas...

De qualquer modo, alguma vez V. S^a tomou conhecimento de como teria se operado aquele episódio das Ilhas Cayman? Sabe a que me reporto?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há operações que teriam envolvido o governo anterior?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual a participação da BrasilTelecom no consórcio Voa – “v”, “o”, “a” –, que possui diversos jatinhos?

A SRA. CARLA CICCIO – A exata participação não sei. O consórcio Voa foi formado em 1999. Então quando assumi a companhia era já lá. Era administrado como qualquer empresa ou pela BrasilTelecom mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas a BrasilTelecom tem participação?

A SRA. CARLA CICCIO – Tem participação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. S^a era presidente da BrasilTelecom e não sabe quanto era a participação?

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, a BrasilTelecom... era um consórcio muito (*Incompreensível.*) pela BrasilTelecom e era administrado pela...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de ascendência tinha a Presidência da BrasilTelecom em relação à utilização dos jatos da Voa?

A SRA. CARLA CICCIO – O consórcio Voa era administrado por uma administração independente. A BrasilTelecom S.A. era uma e a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez V. S^a requisitou avião da Voa? Alguma vez V. S^a solicitou a disponibilização...

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, quando na administração da BrasilTelecom precisava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exclusivamente a serviço de V. S^a...

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou colocou também à disposição de alguns políticos?

A SRA. CARLA CICCIO – Absolutamente não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca?

A SRA. CARLA CICCIO – Nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tenho um mundo de perguntas, mas como sempre, como o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a pode deixar para complementar no final.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...pode a qualquer tempo. Além de, com certeza, temos agora o sub-relator que poderá aprofundar. Na medida do possível, se for o caso, irei interferir.

Nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Agradeço a V. Ex^a. Passo a palavra ao Deputado ACM Neto, que, na condição de sub-relator, não está circunscrito aos 15 minutos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente, procurarei também ser objetivo, indo em uma linha complementar à do Deputado Osmar Serraglio.

De tal forma que eu começo, Sr^a Carla ao cumprimentá-la pela presença, indagando acerca da negociação que redundou na compra, pela BrasilTelecom, da CRT, da Companhia Riograndense de Telefonia.

A primeira pergunta que faço a senhora é a seguinte: quando houve o entendimento entre o Presidente da Telecom Itália e o presidente da telefônica, entendimento esse que se deu fora do Brasil e que acabou produzindo um valor de US\$850 milhões, era de conhecimento do Grupo Opportunity que esses entendimentos estavam em curso? Pelo menos o Grupo Opportunity tinha informação de que se processava essa negociação entre a Telecom Itália e a telefônica?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. O Grupo Opportunity não era informado. Posso afirmar isso com certeza porque eu pessoalmente recebi uma ligação, no final de fevereiro, da Dr^a Júlia Nóbile, que afinal era responsável pela assunto internacional da Telecom Itália na época, que me perguntou se era possível marcar uma reunião com a Dr. Dantas que ela tinha um assunto muito delicado para apresentar.

Eu me lembro também que ela me falou – eu a conhecia antes: Carla, eu não quero que você fique ofendida por eu não lhe antecipar o teor da conversa. Eu disse que não tinha problema nenhum e que ia ver se podia ajudá-la a marcar o encontro. Eu me lembro que expliquei para ela que eu estava viajando, que eu estava indo para Londres naquele fim de semana, porque eu tinha lá um compromisso profissional. Agora não me lembro exatamente toda a dinâmica, somente que foi marcado para a segunda-feira depois este encontro entre a Dr^a Júlia Nóbile e o Dr. Dantas. Eu não estava presente, mas me lembro que recebi uma ligação do Dr. Dantas, quando eu estava em Londres, que me falou: Carla, a Telecom Itália acabou de apresentar aqui um contrato. Com certeza eu não estava...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Pergunto: a Telecom Itália não sendo diretamente responsável pela administração BrasilTelecom, porque a administração da BrasilTelecom naquele momento estava sob os cuidados do Grupo Opportunity. Então, a Telecom Itália teria condições, teria autonomia para fazer um negócio em nome da BrasilTelecom sem que isso passasse pelo conhecimento prévio e pela concordância do Grupo Opportunity que era responsável pela gestão da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe-me se eu vou fazer uma clarificação sobre o papel de cada um. Na época dos fatos da CRT, a Telecom Itália fazia parte do

grupo de controle. Mas, mesmo com isso, isto não dava autoridade a ninguém de poder negociar em nome da companhia. Por que? Porque quem pode delegar poder é o Conselho de Administração. No caso específico da compra da CRT, esta delegação de poder de negociação está dada à administração da BrasilTelecom. Então, o fato de o Dr. Colanino pessoalmente negociasse com o Dr. Vilalonga... porque o que me foi diretamente da senhora Júlia Nóbile afora no exterior é que não era do fato que não era controladora a Telecom Itália, era controladora, mas não estava com o poder para fechar nenhum acordo em nome da companhia.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – E justamente por isso que eu questiono a senhora, porque não me parece normal a Telecom Itália acertar um preço com a telefônica e esse preço ser aproximadamente o qual acabou prevalecendo na transação, porque o acertado foi US\$850 milhões, e a transação final saiu por US\$800 milhões.

Então, eu pressuponho – e aí eu queria que a senhora me corrigisse caso eu estivesse errado – é que a Telecom Itália só poderia dar curso a esse acerto com a Telefônica se tivesse o respaldo ou do Grupo Opportunity ou dos fundos de pensão. Estou certo ou não? Se eu estiver errado, queria que a senhora me corrigisse. Por favor.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu posso falar que essa operação não teve respaldo da parte do Grupo Opportunity.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Eu queria que a senhora fosse mais clara. Eu repetiria minha pergunta. É evidente que o Conselho de Administração da BrasilTelecom seria o responsável final por dar a palavra, dando o de acordo ou não para que a transação fosse feita no valor de US\$800 milhões. Havia uma objeção do Grupo Opportunity a esse valor, porque o valor arbitrado estava entre US\$550 milhões e US\$730 milhões. Muito bem.

Se não houvesse a concordância dos fundos de pensão, que são acionistas da BrasilTelecom, o negócio não poderia ser fechado, certo? Então, eu posso pressupor que a Telecom Itália, quando deu início aos entendimentos com a Telefônica, chegando a um valor de US\$850 milhões, já tinha de alguma forma o respaldo e o apoio dos fundos de pensão.

A SRA. CARLA CICCIO – Não tenho prova do fato de que existisse esse respaldo. Então, não posso confirmar se existe prova. Posso confirmar que seu raciocínio me parece muito lógico. Eu não tenho fatos para poder confirmar, mas me parece que seu raciocínio é muito lógico.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Eu aí pergunto à senhora, ainda nessa

linha: então, nós estaríamos diante de duas situações, ou de uma negociação que poderia, no máximo, sair por US\$730 milhões, ou então de uma negociação que acabou saindo por US\$800 milhões. No mínimo, o prejuízo foi de US\$70 milhões. No mínimo. Poderia ter chegado a US\$250 milhões, e a senhora frisou bem que havia, de um lado, a obrigação de vender por parte da Telefônica e, de outro lado, havia um único comprador. Isso me faz crer que, por exemplo, se fosse avançado o negócio em US\$600 milhões ou US\$650 milhões, a Telefônica teria obrigação de vender porque somente a BrasilTelecom teria condições de comprar.

Muito bem. Então, já que os fundos de pensão, que são acionistas da BrasilTelecom, deram o de acordo para um negócio fechado em US\$800 milhões, que poderia ter sido fechado a um preço muito menor, eu posso fazer a seguinte conclusão; de que a participação dos fundos, como acionista da BrasilTelecom, acabou sendo eu diria que menos vantajosa, ou por que não dizer prejudicial, para um negócio que estava sendo fechado pela empresa da qual é também um dos controladores. Ou seja, os fundos de pensão têm participação na BrasilTelecom, que poderia fechar um negócio por 550, 600, 700 milhões, mas, por causa dos fundos de pensão, por causa do de acordo dos fundos de pensão, fechou em 800. Posso fazer essa conclusão.

A SRA. CARLA CICCIO – Pode fazer essa conclusão.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Eu queria, então, Sr^a Carla, ainda nesse assunto, entender um pouco mais essa mudança de posição do Grupo Opportunity, porque o Grupo Opportunity entrou com uma ação contra a Telecom Itália porque não se conformou com o negócio feito. Muito bem. Depois, houve um acordo com a própria Telecom Itália. Então, se de um lado a senhora diz “Olha, eu não entendo”, porque a senhora disse aqui que não entendeu a mudança de posição dos fundos... Por um lado, os fundos de pensão não queriam que o Grupo Opportunity entrasse com a ação e, depois, foram contra o acordo. Ora, quem não quer que entre com ação, em tese, é a favor do acordo. Mas, no lado oposto de uma análise lógica, também quem quer entrar com uma ação em tese é porque se sente prejudicado e imporia maior resistência ao acordo. O que se fez de fato? Qual foi o fator mais preponderante, mais relevante que fez o Grupo Opportunity chegar a um acordo com a Itália Telecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não posso responder, porque não faço parte do Grupo Opportunity, não participei da negociação do Grupo Opportunity com a

Telecom Itália. Então, não posso dar uma resposta a V. Ex^a. Não sei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Apenas registro isso, Sr. Relator, porque houve mudança de posição de ambos os lados. Evidente que é difícil entender como os fundos de pensão deram o OK, deram o de acordo para um negócio que era desvantajoso para a empresa em que eles eram acionistas.

Continuando, o Deputado Osmar Serraglio fez uma pergunta que a senhora também se mostrou com alguma dificuldade de responder, porque efetivamente não participou da reunião promovida pela Anatel. No entanto, na opinião de alguém que acompanhou todo esse contencioso, a senhora acha que, em algum momento, a Anatel se posicionou de uma forma menos criteriosa e mais tendenciosa por algum tipo de interferência política, de gestão política, de pedido político? Na impressão de alguém que acompanhou todo esse contencioso durante um longo tempo.

A SRA. CARLA CICCIO – Se a sua pergunta se refere especificamente a este encontro da Anatel pela (*Incompreensível.*) da CRT, não posso dar um juízo porque efetivamente não participei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Vou um pouco além...

A SRA. CARLA CICCIO – Mas se a sua pergunta é: qual foi o posicionamento da Anatel em todos esses anos em referência a essa disputa comercial entre a BrasilTelecom, Telecom Itália, fundos de pensão, o fato é que vivi, como presidente da BrasilTelecom, todos esses problemas comerciais; tive regularmente acesso, encontros e reuniões técnicas com a Anatel, e, na minha percepção, a Anatel, no curso desses anos, várias vezes agiu em favor das empresas privadas contra o interesse da concessionária da BrasilTelecom. Por exemplo, no assunto da aprovação da universalização das metas da BrasilTelecom, o processo que o BrasilTelecom passou foi o mais longo, o mais detalhado de todas as três concessionárias. Considerando o fato de que a BrasilTelecom foi a última a entrar nesse processo – normalmente você tem experiência –, então, a minha percepção, a minha idéia era de que, depois de ter feito processo com a Telefônica, com a Telemar, o processo com a BrasilTelecom, pela Anatel, deveria ser muito mais simples. Em realidade, demorou de dez meses a onze meses, contra seis, sete meses que foram empregados pela Telefônica e Telemar. Então, sim, acho que a Anatel, no curso desses anos, nem sempre agiu no melhor interesse da BrasilTelecom, da concessionária.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Questionaria a senhora, até por dever de

ofício: desde quando a senhora percebe que houve uma atuação da Anatel em desfavor dos interesses da concessionária e, portanto, em favor de interesses da iniciativa privada? Essa é uma prática que vem do Governo passado? Como a senhora avalia isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Quero lembrar a V. Ex^{as} que assumi a presidência da BrasilTelecom, fui eleita em fevereiro e assumi cargo em março de 2001. Então, todas as minhas percepções são a partir desse momento. Não posso...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – A partir de 2001.

A SRA. CARLA CICCIO – A partir de março de 2001. A minha percepção é que, até quando o Sr. Renato Guerreiro ficou presidente da Anatel – em realidade, é o que sempre falo –, a Anatel era suficientemente independente. Várias vezes, não concordava com o Sr. Renato Guerreiro, mas, sempre, a minha percepção era de que ele tomava as decisões segundo as regras e o que ele achava melhor para o setor.

A partir da saída do Sr. Renato Guerreiro, comecei a sentir, cada dia mais, a Anatel ser cada vez menos técnica.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Muito bem. Pergunto a senhora sobre o episódio da Kroll, em complemento ao que foi questionado pelo Deputado Osmar Serraglio: primeiro, sobre a participação e o conhecimento do Citigroup, nesse contrato feito com a Kroll para realização de uma atividade que já sabemos, uma atividade de investigação. O Sr. Gustavo Marinho, Presidente do Citigroup no Brasil, esteve na CPMI do Mensalão e afirmou desconhecer totalmente, tanto ele como a diretoria do Citigroup, seja no Brasil, seja na América Latina, seja mundial, sediada nos Estados Unidos, afirmou desconhecer totalmente o fato de que a Kroll estaria sendo contratada para fazer um determinado trabalho investigativo. Pergunto à senhora: o Citigroup, de fato, desconhecia essa contratação ou tinha conhecimento e que nível de conhecimento e participação teve?

A SRA. CARLA CICCIO – O Citigroup sabia da contratação da Kroll. Primeiro, V. Ex^a queira fazer uma remarcação. A contratação da Kroll foi uma contratação de uma empresa de nível internacional, absolutamente legal, que, além de tudo, presta serviço às grandes corporações mundiais, incluindo serviço que fez para o Governo brasileiro alguns anos atrás. Então, tem as melhores referências.

O Citigroup, além de tudo, de acordo com o que li nas referências, é um dos maiores clientes da Kroll afora no mundo. O Citigroup, a partir de fevereiro ou março de 2004, teve constantes interações com a Kroll diretamente. Em fevereiro ou março de 2004,

eu recebi uma ligação, eu não me lembro de quem da Kroll, de fora do Brasil, que recebeu uma ligação da Sr^a Paula Caldeira, pedindo a possibilidade de ter um encontro com algum executivo do Citigroup, em Nova Iorque. E estava me pedindo a autorização para fazer essa reunião. Aí, eu falei que sim, que poderia ter esta reunião.

Depois, no curso do ano, o Sr. Mike Carpenter, que se não é Presidente da CVC Opportunity mundial, também teve constantes contatos com a Kroll, em Nova Iorque, e, ao final de 2004, a Kroll me mandou uma carta. Estamos falando de dezembro de 2004. A Kroll me mandou uma carta pedindo autorização para poder sentar-se com um dos advogados do Citigroup, em Nova Iorque, para poder passar informações do trabalho de levantamento feito da Kroll em relação à Telecom Itália e não sei o quê. Eu respondi por escrito. Em realidade, tenho à disposição aqui essas cartas. Além disso, eu recebi depois...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – A senhora tem como disponibilizá-las?

A SRA. CARLA CICCIO – Tenho. Aqui, eu gostaria de ler para vocês a carta que eu recebi, no dia 30 de dezembro de 2004, da Kroll, de Nova Iorque, que falava o seguinte. Esta é a tradução da carta em inglês:

“Prezada Carla, a finalidade desta carta é descrever a recente interação que tivemos com o Citigroup, relacionada ao nosso trabalho com a BrasilTelecom.

Conforme discutido, o Sr. Mike Carpenter me telefonou pedindo-me, por favor, que falasse ao telefone com o Sr. Ed Green, o qual, segundo ele, era o novo consultor jurídico do Global Investment Bank do Citigroup. Mike afirmou que o Sr. Green gostaria de discutir a Telecom Itália das suas atividades contra a CVC, a BrasilTelecom e a Opportunity. Ed Green me telefonou, então, e conversamos sobre a sua intenção de conduzir uma investigação interna a respeito das ações do Citigroup em relação a essa divergência, bem como em rever a nossa descoberta até agora com relação às ações da Telecom Itália para prejuízo da BrasilTelecom.

(Leitura em italiano.)

a nossa empresa e afirmou que realmente ficaria muito grata com a nossa ajuda ao Citigroup nesse assunto.

Após obter a nossa aprovação para apresentar nossas descobertas ao Citigroup, marquei uma reunião no escritório da Kroll em nome delas. Tinha muita urgência; então me reuni imediatamente com Kathleen McCarthy, consultora jurídica assistente do Global Investment Bank do Citigroup, enviada por Ed Green, que falou conosco por telefone. Porém, estava em Londres na ocasião.”

Desculpem-me, pois acho que essa tradução está um pouquinho meio a meio.

“(Incompreensível.), representando a BrasilTelecom, acompanhou-me à reunião, e explicou as normas básicas a Kathleen, que passou a ter agora um tempo significativo revendo nossos relatórios e descoberta.

É importante enfatizar que, desde janeiro deste ano, com o nosso consentimento, temos nos reunido com o Gerente do Citigroup Venture Capital, Sr. Mike Carpenter, Paulo Caldeira e Merilin Patern, quando oferecemos uma descrição detalhada das nossas informações. Temos também contatos telefônicos periódicos com o Mike Paulo, que seria Mike Carpenter e Paulo Caldeira, com relação a este assunto durante o restante de 2004.

Por favor, não hesitem em me contatar, caso tenha quaisquer outras perguntas.” (Pausa.)

O SR. RELATOR NETO (PFL - BA) - Com essas três cartas, então, a senhora evidencia que havia um conhecimento amplo do Citigroup sobre os contratos feitos pela BrasilTelecom com a Kroll. Eu agradeço.

Existe um mito. E alguns mitos podem e outros não podem ser desfeitos. Talvez, esse não possa ser desfeito. Porém, eu me sinto obrigado a questioná-la.

As informações dão conta de que esse trabalho investigativo da Kroll acabou alcançando movimentações financeiras feitas por um determinado partido político do Brasil e que, a partir daí, se desencadeou todo um processo contencioso do grupo Opportunity com esse determinado partido político, ou com algumas autoridades desse determinado Partido Político.

Então, farei uma pergunta genérica, porque talvez a senhora não possa responder à pergunta específica, porque sei que existe um processo em curso nos Estados Unidos, onde se impõe uma série de limites. Mas, esse trabalho da Kroll pode ter chegado a algum tipo de informação que dê conta de movimentações financeiras feitas por um determinado partido político ou por determinados agentes políticos no exterior?

A SRA. CARLA CICCIO – O trabalho desenvolvido da Kroll, que foi também o trabalho pela qual ela foi contratada da BrasilTelecom, era focalizado em levantamento de informações sobre a Telecom Itália. Eu não vi no relatório da Kroll nenhuma referência a nenhuma conta no exterior ou a nenhum político ou representante de Partido.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Bom, eu questionaria a senhora. Evidentemente, o Citigroup mudou de posição ao longo desse processo. Inicialmente, eles estavam numa posição favorável aos interesses do Grupo Opportunity e depois mudaram de posição, aliando-se, em tese,

aos interesses primordialmente defendidos pelos fundos de pensão.

Eu queria que a senhora nos explicasse um pouco como foi essa transação, como houve essa mudança e o que estava no centro? A partir daí eu tenho alguns questionamentos específicos a fazer à senhora.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não posso comentar sobre essa mudança do Citigroup porque eu nunca tive relacionamento com o Citigroup diretamente e nunca participei em nenhuma negociação do Citigroup ou fundo de pensão. As únicas evidências importantes, fundamentais que ouvi do resultado dessa negociação entre Citigroup e fundo de pensão foram os acordos de acionistas e contrato “put” que foram publicados no site – se não me engano – da CVM e depois foram publicados na imprensa. Então, o meu único comentário poderia ser sobre esse acordo e não e por que, quais foram as razões que levaram o Citigroup a aliar-se com fundo de pensão.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Agora, no centro dessa mudança está a contratação de uma empresa cujo nome é Angra Partners, que foi, na verdade, quem modelou o novo posicionamento da BrasilTelecom. Estou certo?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Muito bem. A senhora poderia nos informar qual o histórico dos executivos dessa empresa Angra Partners?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu tive contato com Angra Partners em muito poucas ocasiões. Então, o que eu sei dos executivos da Angra Partners é de um que eu conhecia pessoalmente antes, quando trabalhava no grupo Citigroup. O nome dele é Pedro. Agora, não me lembro, mas conheço muito bem ele. Sou terrível com nomes. Mas eu o encontrei quando ele era executivo no Citigroup, aqui no Brasil; e depois o encontrei novamente como executivo na Angra Partners. E sei do Sr. Ricardo Knoepfelmacher, que hoje é Presidente da BrasilTelecom, e na época era Presidente da Pegasus, que era uma companhia de transmissão de dados que depois foi comprada da Telemar.

Essas eram duas pessoas que eu posso falar que conhecia. Eu não conheço outros funcionários da Angra Partners.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – A senhora considera que esse trabalho da Angra Partners foi totalmente isento, dentro das mais perfeitas regras de mercado, ou pode ter havido algum tipo de predileção ou direcionamento?

A SRA. CARLA CICCIO – Não posso comentar...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Como pessoa que observa o mercado.

A SRA. CARLA CICCIO – ...pelo fato de que eu não conheço a Angra Partners. A única coisa estranha, eventualmente, é que a Angra Partners é um grupo recentemente constituído. Existem bancos e outros fundos privados muito mais estabelecidos no País. Então, provavelmente era a única coisa estranha que City usasse Angra e não usasse outros bancos mais reconhecidos no País. Mas, como eu falo, não conheço o grupo Angra. As únicas duas pessoas que eu encontrei são as que eu nomeiei e sabia qual era o passado deles. Então, não posso fazer nenhum julgamento de valor sobre o profissionalismo deles.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Na avaliação da senhora essa mudança de posição do Citigroup que determinou também a mudança de gestão e administração da BrasilTelecom veio em favor ou em desfavor dos interesses dos fundos de pensão? Ou seja, qual a situação mais favorável para os fundos de pensão? A atual ou a anterior, quando a BrasilTelecom era administrada e gerida pelos representantes do Grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Gostaria de repetir a V. Ex^a que a minha avaliação desta aliança entre o Citibank e o Fundo de Pensão é baseada nos acordos que foram publicados. Não sei as razões. E o meu posicionamento, o que penso sobre o acordo de acionista que foi assinado entre o Citibank e o Fundo de Pensão, é que esse acordo de acionista, na minha opinião, é um acordo que não permite a gerência de uma companhia do tamanho da BrasilTelecom.

Essa cordialidade... é dividido em 50 a 50. Eu adoro meu irmão, mas eu não faria uma parceria com meu irmão de 50 a 50. Ou ele manda, ou eu mando. Não existe nenhuma parceria 50 a 50 que funcione. Então, pode-se imaginar uma parceria com uma companhia do tamanho da BrasilTelecom.

Além disso, se lembro – porque agora já passou algum tempo que li esse acordo – existe uma cláusula que fala que qualquer decisão precisa ser tomada ao nível de Conselho de Administração e que os diretores da companhia precisam aceitar o fato de que qualquer decisão precisa ser levada ao Conselho de Administração.

Como falei, li isso algum mês atrás. Achei esse acordo contra qualquer mínimo nível de governança corporativa de transparência, porque uma companhia como a BrasilTelecom precisa ter uma diretoria que tenha independência para poder tomar decisões. Na BrasilTelecom, se tomam dezenas de decisões por dia. Então, precisa ter uma maior liberdade.

E mandei uma carta, como administradora...A administradora da BrasilTelecom mandou uma carta à CVM aqui no Brasil e uma carta também à LCC, que é a equivalente à CVM na Bolsa de New York. E também uma carta foi enviada ao Departamento de *Compliance*, de Governança Corporativa do Citibank, ressaltando que esse tipo de acordo era contra o melhor interesse da BrasilTelecom. Então, está aqui a minha posição sobre o acordo, sobre um fato que é realidade e, na minha opinião, não pode permitir uma gestão serena, rápida, para uma companhia do tamanho da BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – As duas últimas perguntas, Sr. Presidente. Primeiro é o seguinte: houve algum tipo, pelo menos que a senhora tenha percebido, de ingerência política de lado a lado – quando digo de lado a lado é porque é de conhecimento público que o Sr. Daniel Dantas procurou também pessoas importantes do Governo (e tem relações pluripartidárias), mas procurou pessoas importantes do Governo para ter os seus interesses defendidos.

Parece claro que, do outro lado, havia uma posição antagonica do então Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação, Sr. Luiz Gushiken. Então, pergunto: diante da experiência da senhora, do que a senhora vivenciou durante todo esse tempo, como a senhora avalia e qualifica os possíveis interesses políticos de lado a lado – porque não podemos dizer que há de um lado só – mas os possíveis interesses políticos que possam ter influenciado na decisão dos fundos de pensão durante todo esse processo de definição do controle da BrasilTelecom?

Por que – só para completar – quando da presença do empresário Daniel Dantas aqui, de um lado ele não soube explicar por que, como e em que circunstâncias procurou o então Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu? Foi até uma pergunta que ficou no ar, ele disse que não foi convidado, mas apareceu, enfim, ficou uma dúvida, e, do outro lado, ele reconheceu claramente a influência do então Presidente do Banco do Brasil, Sr. Cássio Casseb; do Sr. Sérgio Rosa, Presidente da Previ; do Sr. Pizzolatto; enfim, todas essas figuras ligadas ao Sr. Luiz Gushiken do outro lado.

Então, eu queria que a senhora qualificasse, de acordo com a pergunta que fiz, já tendo como parâmetro a presença do empresário Daniel Dantas aqui, que inclusive – pelo menos foi a avaliação geral – não teve condições de omitir essa força da interferência política.

A SRA. CARLA CICCIO – Como eu já disse, a administração da BrasilTelecom sempre defendeu os interesses da BrasilTelecom. Não posso comentar quais

foram as ações do Sr. Daniel Dantas, posso falar que, como Presidente da BrasilTelecom, na minha administração, eu não tive encontros com políticos para falar desse assunto. Os encontros que tive com políticos, na realidade, não foram com políticos, foram com as instituições relacionadas ao setor de telecomunicações: Anatel, Ministério das Comunicações, claramente, quando era necessário, andava no Cade.

Então, a defesa que a administração da BrasilTelecom sempre fez dos interesses da companhia contra, por exemplo, as decisões da Telecom Itália de tentar evitar que a BrasilTelecom entrasse no mercado de celular de longa distância foram sempre tomadas de acordo com a lei, com ações judiciais, entrando com liminares, ou na Anatel ou no Cade, sempre usando órgãos que eram responsáveis pela regulamentação do setor de telecomunicações.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – A senhora teve, em algum momento, conhecimento de contratos de gaveta que possam ter sido celebrados entre a Previ e o Citigroup?

A SRA. CARLA CICCIO – Conhecimento, eu não tenho conhecimento; eu li na imprensa que existem, não sei, dezenas de contratos, parece-me quatorze ou quinze contratos. Eu não sei de todos os contratos quanto já foram publicados. Pelo que falei, pelo que li, era contrato de “put” e contrato de acordo dos acionistas. Parece que existem vários contratos que ainda não foram publicados. Se eu me lembro também há uma declaração – não me lembro se foi da City ou do fundo – falando que não eram de interesse público outros contratos, mas não sei se foram de gaveta, se existem, se foram escondidos ou não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Eu particularmente não consigo entender como um fundo de pensão ligado a um órgão público, no caso da Previ, tem condições de omitir informações para que elas não sejam publicadas, mas, enfim, esse vai ser objeto de questionamento no momento adequado com o Sr. Sérgio Rosa.

Neste momento, eu faço a última pergunta: em junho de 2002, a BrasilTelecom solicitou ao BNDES um empréstimo R\$1,270 bilhão. Mesmo ostentando aparentes condições de arcar com a dívida, o processo da BrasilTelecom durou cerca de dois anos até ser aprovado. Bom, houve, portanto, aí um lapso de tempo que pode ou não ser justificável. O fato é que justamente depois que houve a mudança do controle da BrasilTelecom, esse empréstimo foi concedido pelo BNDES. E aí eu perguntaria a V. S^a: a que a senhora atribui essa demora por parte do BNDES de conceder um empréstimo de R\$1,270 bilhão a BrasilTelecom? Durante esse período de dois anos, o que se discu-

tiu, que tipo de tratativas aconteceram com o BNDES, que tipo de cobranças ocorreram por parte do BNDES, que tipo de dificuldades o BNDES colocou para a rápida concessão do empréstimo? Essa não-concessão causou ou não algum tipo de estranheza aos então gestores da BrasilTelecom? Pode ter havido ou não manipulação de natureza política para que houvesse um retardamento da concessão desse empréstimo por parte do BNDES?

A SRA. CARLA CICCIO – Respondo a sua última pergunta. Essa não liberação do empréstimo em tempo rápido criou muita estranheza na administração da BrasilTelecom.

A BrasilTelecom tem um *rating* interno do BNDES que é segundo somente para a Petrobrás. Então significa que a BrasilTelecom, como ela é servidora de dinheiro, ela é uma garantia de per si, considerando todos os seus dados e índices financeiros.

Gostaria de lembrar aqui que lá no passado, (*Incompreensível.*) que é uma das agências de risco mais conceituada no mundo, avaliou o risco da BrasilTelecom segundo somente o Grupo Votorantin e o menor risco do Brasil como País.

Então BrasilTelecom é uma empresa que normalmente tem os bancos que querem emprestar dinheiro. Então o fato de que o BNDES atrasou mais de 700 dias – e confirmo o número, me parece que foram 702 realmente. Estranhou a nossa administração, a administração da BrasilTelecom. E, nesse caso, quem liderou diretamente o processo foi a Diretoria Financeira. Fazia regularmente reunião com o BNDES. Dessa reunião, gostaria de relatar, mas não me lembro, considerando o prazo de tempo, mas eu me lembro de que cada vez que a BrasilTelecom apresentava as informações, eles pediam outras informações. Até o Sr. Mike Carpenter, Presidente da CVC Internacional, veio uma vez ao Brasil e, eu me lembro, que ele contactou o Presidente do Conselho de Administração da BrasilTelecom Participações, Dr. Luiz Otávio da Mota Veiga, para ter um encontro com ele e comigo – estamos falando de 2003 – para saber o que estava acontecendo, o relacionamento com a Telecom Itália, quais eram os problemas que existiam. E um dos pontos que foi levantado nessa reunião, eu me lembro, foi o fato de que a BrasilTelecom estava há meses esperando essa liberação de financiamento do BNDES e o Sr. Mike Carpenter me falou que ele levaria esses assuntos aos encontros com o representante do Governo que ele estava tendo. Lembro, se lembro certo, que ele se encontrou com o Sr. José Dirceu; e depois ele me reportou a conversa que ele tinha falado também desse acordo.

Mas, mesmo com isso que estamos falando, esse encontro aconteceu em outubro e depois de-

morou vários meses mais para ter a liberação desse empréstimo.

Então a minha resposta, para concluir, a administração estranhou muito. Não posso falar para V. Ex^a que isso aconteceu. Mas certamente o BNDES criou dificuldades, na minha avaliação, desnecessárias na liberação desse empréstimo, sim. Essa é a minha posição.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente, não tenho mais perguntas. Apenas peço ao Relator que observe essas cartas que foram trazidas e que mostram o conhecimento do Citigroup no contrato feito com a Kroll, e afirmando, Sr. Presidente, que logo que inicie a apresentação de requerimento de convocação para a minha subrelatoria, um dos principais temas a ser analisado será justamente a aquisição da Companhia Riograndense de Telefonia, onde houve um evidente prejuízo para os Fundos de Pensão, com a participação deles, com aquiescência deles, o que ficará comprovado no curso desta investigação.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, nessa documentação que V. S^a nos encaminhou, uma passagem da Kroll que não foi grifada diz o seguinte, numa correspondência a V. S^a: “O (*Incompreensível*.) telefonou. Então, conversamos sobre sua intenção de conduzir uma investigação interna a respeito das ações do Citigroup com relação a essa divergência” – aqui vem o “x” –, “bem como rever nossas descobertas até agora com relação às ações da Telecom Itália para prejuízo da BrasilTelecom”. Portanto, V. S^a tem ciência de que a Telecom Itália está atuando em prejuízo de uma concessionária nacional. V. S^a era Presidente da BrasilTelecom. Quais foram as descobertas e que atitude tomou em relação a isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Em realidade, não é de desconhecimento de ninguém que a Telecom Itália, por vários anos, agiu contra o melhor interesse da BrasilTelecom. Uma das ações que a BrasilTelecom tomou foi, entre alianças, por exemplo, a contratação, sob a sugestão do nosso advogado, da Kroll para levantar informações que levaram, depois, a fechar um acordo com a Telecom Itália em abril deste ano. Em realidade, esse acordo resolveu as divergências comerciais que a BrasilTelecom tinha com a Telecom Itália.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Objetivamente, sabemos da interferência na negociação que eles fizeram externamente para a compra

da Riograndense. De algum outro fato V. S^a se lembra, quando ficou claro que a Telecom Itália atuou em prejuízo da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Quando ela decidiu deixar de participar, na época, a sua subsidiária de celular aqui no Brasil, a TIM – a Telecom Italia Mobile, na Região 2, que era a nossa área de atuação, a BrasilTelecom foi impedida de participar de leilão, de comprar a licença para poder atuar no serviço de celular e não somente depois que isso aconteceu. A Telecom Itália, para poder atuar e para poder começar a operação de celular na nossa região, precisou sair temporariamente do controle da BrasilTelecom. Ela saiu do contrato da BrasilTelecom e a nossa empresa começou a desenvolver a rede de celulares para fazer o lançamento. A Telecom Itália passou muito tempo tentando impedir a BrasilTelecom de desenvolver operação de celular. Todos os assuntos que a BrasilTelecom tinha com a Telecom Itália eram de natureza puramente comercial. Em realidade, a BrasilTelecom e a Telecom Itália eram competidoras. Somente a telecomunicação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Embora ela fosse sócia da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Eram competidoras. Por isso tivemos divergências.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A participação dela na BrasilTelecom teria sido proposital exatamente para interferir numa outra e impedir... A essa altura, temos dois grupos. Ela estaria na BrasilTelecom minimamente, interferindo em tudo, porque se beneficiaria nesse outro segmento. Poderia se interpretar que seria intencional? Poder-se-ia interpretar que a Telecom Itália teria se associado a BrasilTelecom estrategicamente para impedir esse outro segmento, porque, com isso, manteria certa fatia, um privilégio onde estava? Por que ela interferia numa situação em que ela era sócia, prejudicialmente?

A SRA. CARLA CICCIO – Quando a Telecom Itália participou da licitação pela privatização do Sistema Telebrás, entrou nesse consórcio sabendo que era, do ponto de vista de ações, minoritário, porque não tinha 51%, porque era impossibilitada de poder ter participação superior, devido ao fato de que, na época, ela estava participando da privatização da Telebrás, já como controladora no nosso consórcio, junto com a Globo Bradesco, onde a Telecom Itália tinha 50%, e a Globo Bradesco, 50%.

A Telecom Itália, na época da formação do controle, negociou um acordo de acionista junto com o Grupo CVC Opportunity. No caso, se o consórcio que ela tinha formado com a Globo Bradesco não ganhasse o controle na Telesp, ela estava com um controle de

acionista que, praticamente, dava um controle “negativo” com veto na gestão da BrasilTelecom.

Então, na realidade, por que estou explicando isso? Porque, lá atrás, ela já sabia quais eram as condições em que ela estava entrando. Na realidade, o que aconteceu foi que, depois, se mudou a administração na Telecom Itália, e a nova administração, que assumiu em 1999, a administração do Sr. Colanino, eu acho, não estava presente mais, mas acho que eles decidiram que queriam entrar e “tomaram” o controle da BrasilTelecom. Então, todas as ações conseqüentes tiveram como partida o fato de querer tomar o controle da Telecom. Não era intenção da Telecom Itália, na época da Telebrás, tentar enfraquecer a BrasilTelecom a favor dele. Isso posso afirmar, porque eu estava lá. Agora, se, durante o curso desses anos, a minha percepção é que é óbvio, é uma coisa lógica, ele detinha 7% do capital social na BrasilTelecom; 52% da Tim Itália, que tinha 100% da Tim no Brasil. Era óbvio que, para escolher que precisava ter uma licença celular (*Incompreensível.*) também tenha suportado e a companhia deter os 100%.

Agora, todo esse tipo de desentendimento comercial entre a BrasilTelecom e a Telecom Itália foram resolvidos, em abril deste ano, quando se chegou a um acordo que melhor interessava à BrasilTelecom, evidentemente também da parte da Telecom Itália.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a respondeu ao Deputado ACM Neto em relação ao BNDES, fez referência à conversa com o Ministro José Dirceu. A pergunta é: percebeu que, nessa dificuldade toda de setecentos e tantos dias, havia um facilitador tentando ser quem teria condições de resolver isso junto ao Governo, alguém que estivesse intermediando e mostrando que poderia ultrapassar essa dificuldade junto ao BNDES?

A SRA. CARLA CICCIO – Como é administração da companhia, a companhia tentou trabalhar o mais aberto possível com o BNDES, para resolver assunto do ponto de vista técnico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, politicamente, nunca houve uma abordagem?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, a BrasilTelecom não abordou ninguém, politicamente, para pedir ajuda para esse específico assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem o famoso Marcos Valério, que interferia em tudo?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, absolutamente não. A BrasilTelecom nunca o contactou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A última pergunta: quando V. S^a foi questionada por mim em relação ao jornalista Paulo Henrique Amorim,

disse que não o conhecia, no entanto, ele informa que V. S^a, no primeiro semestre de 2003, almoçou com ele.

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No restaurante.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a diretoria da (*Incompreensível.*) Estavam presentes Chris Frias, Klaus Vieira e Gil Torquato.

A SRA. CARLA CICCIO – Na diretoria da...?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – (*Incompreensível.*) Da Wall, então, desculpe-me, da Wall. Veio em letra manuscrita. V. S^a...

A SRA. CARLA CICCIO – Então, pode ser, sinceramente, evidentemente não me fez essa grande impressão, não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mesmo assim, não o identificou?

A SRA. CARLA CICCIO – Absolutamente, sinceramente, não me lembro. Pode ser, mas não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, por quinze minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Talvez eu nem use todo o tempo, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar a Sr^a Carla Cicco, porque muitos que se diziam valentes vieram aqui protegidos por **habeas corpus** absolutamente desnecessários. V. S^a veio aqui de maneira clara, transparente, para trazer suas informações. Faço essa referência à tranquilidade e ao destemor que tem em relação a figuras que por aqui passaram abrigadas por uma licença para mentir, coisa que V. S^a não tem.

Segundo, quero fazer uma pergunta que diz respeito às relações com as agências de publicidade. Pela informação que recebi, a BrasilTelecom tinha contrato com a Duda Mendonça. Confere? Por que é que, no ano de 2003, mais precisamente no ano de 2004, a BrasilTelecom chama para atendê-la aqui as empresas do Sr. Marcos Valério, a DNA e a SMP&B? A SMP&B e a DNA já atendiam à Amazônia Celular e a Telemig. Aqui em Brasília, sua sede, a BrasilTelecom era atendida por uma agência que, por todas as características que conhecemos, era de muito maior porte e teoricamente de muito mais qualidade. Assim, havia necessidade de trazer as agências do Marcos Valério para ajudar a empresa de Duda? É por isso que a BrasilTelecom fez esses contratos? V. S^a lembra o valor dos contratos das agências do Marcos Valé-

rio aqui pela BrasilTelecom? Não me refiro às outras àquelas que a gente já conhece.

A SRA. CARLA CICCIO – Primeiro, obrigada por ter falado do **habeas corpus**. Eu não sentia necessidade de vir aqui. Fui chamada como testemunha. Não tenho nada a esconder. Essa a razão de não ter pedido o **habeas corpus**.

Falando das agências e publicidade da BrasilTelecom, a BrasilTelecom é uma companhia que opera em vários setores. Em que sentido? O setor de telecomunicações está se desenvolvendo mais como um produto de varejo. São vários produtos que precisam ser apresentados ao consumidor. Temos produtos de dados, que são referentes, por exemplo, pelo mercado editorial, pelo mercado corporativo. Temos mercados tradicionais, que são os mercados residenciais. Temos mercado de Internet, de banda larga, de *dial-up*.

A BrasilTelecom, ao longo dos anos, teve necessidade de trabalhar com mais de uma empresa. A BrasilTelecom, a partir de 2001, sempre trabalhou com mais de uma empresa, três ou quatro empresas regulares de publicidade. Além disso, durante o curso do trabalho, quando necessitava, a BrasilTelecom contratava, periodicamente, para um trabalho bem específico, diversas agências de publicidade, ou locais ou de eventos. Fizemos isso dezenas de vezes.

No caso específico da contratação da DNA e da SMP&B, primeiro, V. Ex^a levantou que a BrasilTelecom não precisava da DNA, porque essa empresa estava em Minas Gerais. A DNA e a SMP&B são companhias que têm uma boa referência no mercado. Além de tudo, a BrasilTelecom, em 2003, comprou uma empresa que tem também um posicionamento em Minas Gerais, a (*Incompreensível*). Essa é uma companhia que tem um posicionamento em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. É uma companhia de atendimento de cliente corporativo. Ela já tem uma licença para atender cliente corporativo. Durante 2003 e 2004, na realidade, a BrasilTelecom contratou, esporadicamente, a empresa DNA. Eu não sei quais eram os trabalhos para os quais ela era contratada. Essa era uma decisão que era tomada pela diretoria responsável. A gente pagava pelo trabalho que era pedido. Todos os estudos relativos a esse trabalho comandado foram entregues à CVM e também, em disquetes, a esta Comissão Mista.

Em 2005, na realidade, o único pagamento feito pela DNA foi de cento e tantos mil reais, que se refere a uma campanha, à produção de uma campanha pelo portal de banda larga da BrasilTelecom, a BR Turbo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas a BrasilTelecom, até 2003, não contrata a DNA. Ela só contrata 2003/2004, e a um valor expressivo.

Curiosamente, tem a informação de que, quando o Daniel Dantas tenta neutralizar o que ele enfrenta de oposição dentro do atual governo, ele procura Delúbio Soares, a fim de obter algum tipo de apoio, porque ele, na verdade, travava uma batalha com setores do governo, tanto que o BNDES, a senhora acabou de dizer, prejudicou enormemente o funcionamento e as ações da BrasilTelecom por conta de um retardo incompreensível, visto que o *rating* da sua companhia, que a senhora presidia, era excelente. Então, não teria razão, teoricamente, para haver retardo na liberação do recurso, se a garantia era a própria liberação. Quer dizer, nada mais seguro do que o acesso a uma companhia que tem fôlego financeiro para garantir o empréstimo. Segundo as notícias que a imprensa já noticiou no Brasil, de várias fontes, como desdobramento desse apoio buscado de Delúbio Soares, teria havido uma reunião entre Daniel Dantas e os conselheiros dos fundos de pensão, patrocinada por Marcos Valério, uma reunião de mais de três horas de duração, onde Dantas teria dito que se achava injustiçado, porque teria ajudado os candidatos que o Sr. Sérgio Rosa, presidente da Previ, teria mandado ajudar e não teria tido compreensão ou boa-vontade, vamos dizer assim, de setores do governo.

Então, eu lhe pergunto: quanto ao Sr. Daniel Dantas, é verdadeira a informação de que ele se queixava de ser injustiçado pelo Governo Lula? De quem partiriam as injustiças? A senhora conheceu os apoios financeiros dados pela BrasilTelecom a candidatos que eventualmente teriam sido sugeridos pelo então presidente da Previ, Sérgio Rosa? A senhora conhece de que forma essas ajudas foram feitas e se a BrasilTelecom identificava no ex-Ministro Luiz Gushiken o seu mais forte adversário dentro do governo?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom é uma concessionária pública. Como tal, ela não pode dar nenhum suporte político. Seria ilegal dar suporte político. Além disso, a BrasilTelecom é uma empresa listada no mercado, é listada na Bovespa, é listada em New York. Então, estamos sujeitos, aqui no Brasil, à lei de governo, com portaria da CVM. Em New York, a BrasilTelecom precisa responder à lei (*Incompreensível*), de governança corporativa da (*Incompreensível*). Então, a BrasilTelecom precisa ser muito rigorosa na contratação, pelo fato de o pagamento só poder ser feito pelo recebimento de serviço.

Quanto à sua pergunta, não sei se o Sr. Daniel Dantas – ele nunca se queixou comigo – se sentia injustiçado ou não com este governo. O Sr. Daniel Dantas participava deste governo, fui presidente aqui, então presumo que V. Ex^{as} tenham perguntado para ele se se sentiu injustiçado ou não. Não posso falar por ele.

A BrasilTelecom nunca financiou nenhum candidato, sob pedido de ninguém, pelo que sei. E, na realidade, na administração da BrasilTelecom nesses anos, tive a percepção de ser o centro de uma disputa. Agora, para mim é muito difícil evidenciar o que estava por trás dessa disputa, eu só poderia fazer conjecturas. Eu não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Queria lhe fazer uma outra pergunta: nesse contrato da BrasilTelecom com a DNA, entre 2003 e 2004, é correta a afirmação de que foi no valor de R\$50 milhões?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Foi menos ou mais?

A SRA. CARLA CICCIO – Primeiro, nunca existiu, em 2003 e 2004, um contrato guarda-chuva. Em 2003 e 2004, os serviços pedidos – não era nem contrato – da BrasilTelecom para a DNA e SMP&B – DNA, para mim, é mais fácil de lembrar – eram esporádicos, eram serviços bem específicos. Eram, além de tudo, pedidos que partiam diretamente da diretoria adjunta, da diretoria de *marketing*, eram específicos e não eram constantes. Quando precisava, era muito...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas qual era o volume deles?

A SRA. CARLA CICCIO – O volume. Olha, foi publicado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque a informação que temos é essa.

Em 2003, foram de R\$823 mil; em 2004, de R\$3,4 milhões; em 2005, de cento e tantos mil. Nunca foi assinado um contrato de R\$50 milhões. Foram assinados dois contratos guarda-chuvas. O que isso significa? Significa que...

O SR. ONYX LORENZONI (PLF – RS) – Eu sei o que isso significa.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe, não queria ofender. Neste ano, foram serviços pagos pela DNA, de cento e tantos mil reais, à frente da produção de uma campanha, produzida pela BR Turbo, que é o portal de banda larga da BrasilTelecom.

O SR. ONYX LORENZONI (PLF – RS) – No episódio em que a Telemar investiu cinco milhões na Game Corp, de propriedade do Sr. Fábio Luiz da Silva, a companhia telefônica e o Grupo Trevisan, que assessorou a negociação, admitiram que a Telemar tinha conhecimento de que o filho de Lula era um dos sócios, apesar de inicialmente terem divulgado o contrário. A BrasilTelecom também ofereceu proposta para comprar as ações da Game Corp e encaminhou uma proposta diretamente aos sócios da empresa, em 18 de agosto de 2004, inclusive para Fábio Lula da Silva.

Primeira pergunta: por que a BrasilTelecom não obteve sucesso para a aquisição da Game Corp? A senhora considera que a negociação com a Telemar teve alguma influência do então Ministro da Secretaria de Comunicações do Governo, o Sr. Luiz Gushiken? Qual é a razão do Sr. Daniel Dantas ter financiado a viagem do Sr. Fábio Lula da Silva ao exterior, uma vez que a Game Corp já havia fechado negócio com a Telemar?

Como eu tenho só mais um minuto, depois a senhora responde, a senhora já teve algum contato com o familiar do Presidente Lula para tratar de negócios? O Sr. Genivaldo da Silva já lhe procurou, o “Vavá”, irmão do Lula?

Última pergunta: a BrasilTelecom efetuou algum contrato, nos últimos dois anos, com o advogado Roberto Teixeira? Se efetuou, a senhora poderia enviar cópia desse contrato para a nossa CPML, também justificando qual a razão da contratação do Sr. Roberto Teixeira?

A SRA. CARLA CICCIO – Vou responder à primeira pergunta relativa à compra da Game Corp, da parte da Telemar, e por que a BrasilTelecom não comprou a Game Corp. Na realidade, na época, era G-4, porque Game Corp era o nome da empresa que foi criada depois da compra da Telemar. Assim, foi chamá-la de G-4, porque é melhor.

A BrasilTelecom foi contatada em julho do ano passado pela Consultoria Trevisan, que apresentou ao diretor da BrasilTelecom, responsável pelo desenvolvimento de negócio, uma oportunidade de poder comprar uma participação em uma empresa fornecedora de jogo.

Tive uma segunda reunião com a Trevisan, e foi preparada uma proposta, em realidade, por um business pleno, preparado – eu acho que estava preparado, porque foi apresentado pela Consultoria Trevisan. Baseada nisso, a BrasilTelecom fez uma carta de interesse, porque essa proposta é, na realidade, uma carta de interesse. Por que carta de interesse? Porque, em realidade, foi uma carta de interesse de poder avaliar, mesmo dando uma idéia do valor a ser pago, mas a BrasilTelecom sujeitava toda a segunda fase de negociação, a de diligência, das aprovações internas, da avaliação dos verdadeiros números... Depois que a BrasilTelecom teve acesso aos números verdadeiros da G-4, foi feita uma reunião... Eu me lembro que estávamos presentes meu diretor financeiro, meu diretor de desenvolvimento de negócio e eu, e a gente decidiu não continuar as negociações porque a BrasilTelecom não julgava interessante a oportunidade. Eu me lembro de ter falado o seguinte: olha, não importa que o sócio da empresa possa ser também filho do Presidente

Lula, mas o fato é que se a BrasilTelecom não tem interesse comercial, a BrasilTelecom não vai continuar as negociações. Inclusive foi feito. A BrasilTelecom, não é que não tenha tido sucesso, BrasilTelecom decidiu não continuar as negociações com a G-4. Por que e como a Telemar comprou, sinceramente e em verdade, eu não posso comentar nada porque eu não estava presente, não sei qual foi o acordo, então não vou dar nenhuma avaliação sobre o assunto.

O senhor levantou o fato de que o Sr. Daniel Dantas teria financiado viagem antes. De meu conhecimento, o Dr. Daniel Dantas não financiou nenhuma viagem. E, pelo meu conhecimento, duvido que o Sr. Daniel Dantas soubesse da existência da G-4 até quando surgiu esse assunto. Essa é a minha impressão.

O senhor me perguntou se eu tive algum contato com o Presidente Lula, com o filho de Lula ou com... Não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O irmão do Lula chama-se Genivaldo da Silva.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Então...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele intermediou contato de várias empresas, de vários empresários se valendo dessa situação de parentesco; até tinha uma empresa dedicada a fazer a intermediação.

A pergunta é se houve a solicitação de encontro com a senhora ou com a diretoria da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. O Sr. Genivaldo da Silva nunca me procurou e nunca fui procurado por minha pessoa. Sobre o último ponto que o senhor perguntou: se o Sr. Roberto Teixeira, advogado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É um advogado.

A SRA. CARLA CICCIO – Agora não sei. As informações, infelizmente, eu não posso dar informações ao senhor porque não sou mais da BrasilTelecom. Mas se o senhor precisa do levantamento, deve fazer um pedido direto à diretoria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não. A pergunta é se a senhora, enquanto foi presidente, contratou serviços do escritório do Sr. Roberto Teixeira.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei, sinceramente. A BrasilTelecom... Eu não sei. A BrasilTelecom... Eu nunca encontrei esse Sr. Roberto Teixeira. A BrasilTelecom tem mais de cinquenta estúdios de advocacia. Sinceramente, provavelmente encontrei três ou quatro de vez em quando, esporádico. Eu nunca o encontrei e não sei se o Sr. Roberto Teixeira prestou serviço à BrasilTelecom, e se prestou que tipo de serviço foi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

A SRA. CARLA CICCIO – Obrigada ao senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado.

A Sr^a Carla Cicco está pedindo cinco minutos de intervalo e nós vamos aproveitar para tratar de questões de ordem administrativa aqui na CPMI. Acredito que V. Ex^a vai falar sobre isso.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Cardozo.

Eu gostaria só de pedir a V. Ex^{as} – a próxima inscrita é a Senadora Ideli, cedendo para o Deputado Silvio Torres. E aí teremos Deputado Silvio Torres, Senadora Ideli, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Jorge Bittar, Deputado Maurício Rands e Deputado Dr. Rosinha.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Eu já aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que vou desistir da minha arguição porque vou iniciar nesse momento na sub-relatoria. Então não poderia estar presente.

Mas gostaria de informar a V. Ex^a, ao Sr. Relator e aos Srs. Parlamentares que nós tivemos na parte da manhã uma reunião – já informei a S. Ex^a o Relator, a S. Ex^a o Presidente – com o grupo que assessora a Sub-relatoria de Contratos e Licitações e avaliamos que há duas providências indispensáveis a serem tomadas no que concerne à intenção de informações no caso da Skymaster. A primeira delas é uma informação complementar do Banco Central sobre contratos de câmbio feitos pela Skymaster; a outra ao DAC. Estamos solicitando algumas informações sobre as aeronaves que estão sendo utilizadas pela Skymaster. Essas informações são imprescindíveis para que possamos ter um trabalho fechado, diria redondo, no relatório da Skymaster. Por essa razão, ficamos na seguinte postura, Sr. Presidente: entrar em contato com o DAC, entrar em contato com o Banco Central. Eles nos prometeram em 24 horas essa resposta, e a nossa idéia, então, é, a partir do recebimento, fechar o relatório. É a razão pela qual me parece oportuno, para que não sejamos precipitados, que venhamos a apresentar esse relatório na próxima terça-feira e então fecharíamos essa questão de uma maneira absolutamente bem colocada.

Mas temos uma situação premente, Sr. Presidente, que quero registrar a V. Ex^a e pedir a sua autorização e o deferimento. Constatamos que a empresa

Skymaster – isso fará parte do relatório –, por meio de contratos de arrendamento, a nosso ver, simulados, tem feito remessas de recursos para o exterior, particularmente para duas empresas nas Ilhas Virgens; empresas essas que atuam sob procuração de pessoas vinculadas a Skymaster, o que nos leva a uma suspeição de que essas empresas possam pertencer aos proprietários da Skymaster. Isso, claro, qualifica uma remessa de recursos para o exterior de forma irregular. As providências: estamos pedindo exatamente para fechar algumas questões relativamente a isso; remessas essas que dizem respeito ao período que vai do ano 2000 a 2005, inclusive remessas colocadas num plano em que há números próximos entre o que foi superfaturado, segundo o Tribunal de Contas da União, e aquilo que foi remetido.

Por essa razão, julgamos imprescindível – já tivemos um contato preliminar com o Ministério Público Federal – que nós da CPMI informássemos, de imediato, ao Ministério Público, dessa nossa suspeita, porque, como é sabido que, no dia em que foi criada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, teria havido a remessa de recursos para o exterior, suspeito que depois do depoimento da última quinta-feira, em que ficou desvelado perante o depoente tudo aquilo de informações que havíamos alinhavado com as auditorias e com as investigações, possa haver, nos próximos dias, remessa de dinheiro para o exterior.

Com o consentimento de V. Ex^a, se assim o entender, sugeriria que, no período da manhã, fizéssemos uma reunião com a Procuradoria-Geral da República, encaminhando inclusive um ofício para que, em caráter de urgência e numa dimensão cautelar, pudesse o Ministério Público apreciar medidas, inclusive de bloqueio de remessa de recursos e de eventual arresto de bens dessa empresa a critério do Ministério Público, para que não tenhamos uma dissipação ainda maior do Erário público. Evidente, a decisão competirá ao Ministério Público Federal, mas achamos que temos elementos e suspeitas que colocam a demora na aprovação do relatório por esta Comissão Parlamentar de Inquérito em risco do ponto de vista das finanças públicas e da moralidade. Então submeto a V. Ex^a essa possibilidade e, se houver consentimento, marcaríamos contato amanhã com o Procurador-Geral da República para informá-lo do ocorrido e, estando aqui o Ministério Público, avaliar a possibilidade de medidas cautelares em relação à empresa Skymaster no que concerne aos seus bens e no que concerne, especificamente, à remessa de recursos para o exterior. É o que submeto a V. Ex^a. Havendo concordância, já tomaremos a providência de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de propor ao Plenário até por razões óbvias e já bastante explicitadas pelo Deputado José Eduardo Cardozo, que adiemos a nossa reunião administrativa para terça-feira da próxima semana. Faríamos a reunião...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – É, sem depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, terça-feira seria uma reunião administrativa.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não teríamos depoimentos também na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E também os requerimentos.

Então, teríamos que avaliar aqueles depoimentos que são importantes para os Sub-relatores para que façamos uma reunião expedita, ágil, rápida, aprovando os requerimentos e, ao mesmo tempo, o Deputado José Eduardo Cardozo faria uma exposição detalhada do relatório da Skymaster, primeiro de uma série de relatórios que ele vai começar, como Sub-relator de contratos, apresentar ao longo dos próximos dias.

Quero registrar e realçar que essas informações solicitadas pelo Deputado José Eduardo Cardozo, no que se refere ao Banco Central, a operações de câmbio e também ao DAC, em função do próprio histórico das aeronaves, são fundamentais para que se faça um relatório absolutamente completo, garantindo o rigor que tem pautado a CPMI dos Correios e mostrando que esse processo foi debatido, discutido e estudado à exaustão. As principais personagens do assunto Skymaster também foram ouvidas aqui no pleno da CPMI ou nas sub-relatorias. Portanto, esse cuidado é absolutamente necessário para que continuemos apresentando relatórios consistentes que vão efetivamente ajudar não só os Correios, mas a gestão pública brasileira a aperfeiçoar os mecanismos hoje existentes.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados.

Na segunda-feira, está marcada uma reunião administrativa para votarmos requerimentos. Amanhã, haveria reuniões com os sub-relatores para eleger aqueles requerimentos que são essenciais para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Amanhã, portanto, não faríamos reunião administrativa, mas na terça-feira da próxima semana, a partir das 10 horas da manhã.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto.

PFL – BA) – Sr. Presidente, primeiro quero felicitar o

Deputado Eduardo Paes, que aniversariou na última sexta-feira e que tornou-se pai novamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Da querida Isabela.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Peço a V. Ex^a que, ao longo do dia de hoje, acione o Supremo Tribunal Federal para procurarmos o mais rapidamente possível uma alternativa segura no sentido de tentar bloquear essa manobra que está sendo feita por algumas corretoras, algumas empresas, pessoas físicas e um fundo de pensão específico com o claro objetivo de dificultar o trabalho da nossa sub-relatoria, impedindo a transferência dos dados do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É importante registrar para os Parlamentares que não só iremos agendar para amanhã a reunião com o Dr. Antônio Fernando, como disse o Deputado José Eduardo Cardozo, para tratar da questão, evidentemente de responsabilidade do Ministério Público, do bloqueio desses repasses a essas contas no exterior. Também conversei com o Dr. Antônio Fernando há dois dias, e amanhã, aproveitando essa oportunidade – o Deputado José Eduardo Cardozo está agendando –, os sub-relatores fariam uma reunião de trabalho para que tenhamos as informações necessárias relativas às investigações do Ministério Público. Isso é fundamental.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Magalhães Neto. PFL – BA) – Sr. Presidente, qual é o horário?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado José Eduardo Cardozo está agendando com o Dr. Antônio Fernando. Ou seja, iremos lá primeiro para apresentar os relatórios que podem levar o Ministério Público a bloquear qualquer transferência para possíveis ou eventuais contas no exterior da Skymaster. Também faremos uma reunião de trabalho para fazer uma avaliação conjunta dos sub-relatores e do Relator com o Ministério Público, com a Procuradoria-Geral da República.

Deputado ACM Neto, em resposta às preocupações de V. Ex^a, tentei me reunir hoje – e nós iríamos juntos – com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas hoje S. Ex^a viaja no período da tarde. Amanhã agendaremos a nossa ida ao STF, exatamente com o intuito de esclarecer determinadas questões, como as liminares das corretoras. Essas quebras de sigilo são fundamentais para o trabalho desenvolvido pela Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, para que busquemos posições equilibradas, justas, que nos ajudem a detalhar todo o trabalho que tem sido desenvolvido pela Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão e pela equipe técnica que assessora o Deputado ACM Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, farei apenas um registro. Não me parece que V. Ex^a tenha definido a data da votação do relatório do Deputado Gustavo Fruet, apresentado na semana passada. Precisávamos definir isso também, não sei se, talvez, na própria terça-feira, no dia da apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sugiro, até para não misturarmos as coisas – gostaria de contar com a compreensão de V. Ex^a –, que façamos, na terça-feira, a apreciação dos requerimentos e a exposição completa do relatório do Deputado José Eduardo Cardozo. Reservaríamos a quinta-feira, às 10 horas, para a discussão do relatório parcial do Deputado Gustavo Fruet. Seria algo mais razoável. São dois temas de fundamental importância, que merecem análise, avaliação e votação em separado. Isso seria mais adequado, até porque vamos conversar com todas as Lideranças, especialmente no que se refere ao relatório da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Faço apenas um breve comentário, Sr. Presidente, talvez para destacar que – creio que não há necessidade desta explicação – o Deputado José Eduardo Cardozo pede o adiamento, com toda a razão.

Desde a semana passada ou até antes disso, já havíamos feito uma reunião com a presença do Relator Osmar Serraglio e também do Deputado José Eduardo Cardozo e já tínhamos algumas dificuldades em coletar algumas dessas informações fundamentais para que o Deputado José Eduardo concluísse o relatório. Isso ficou, até de certa forma, como tarefa minha. Na semana passada, em razão da quantidade de tarefas que tínhamos, não tive a possibilidade de me deter no encaminhamento dos elementos do documento.

Portanto, é mais do que justificável e importante que o Deputado José Eduardo Cardozo tenha esse prazo a mais, para que se conclua o relatório com a presteza com que – não tenho dúvida – ele virá.

Para terminar minha explanação, Sr. Presidente, tenho a dizer que, na semana passada, quando muitos dos presentes de hoje não estavam presentes, houve uma reunião que, em algum momento, se tornou um tanto quanto belicosa ou beligerante. Enfim, os conflitos acabaram-se tornando um pouco pessoais. Creio até, Sr. Presidente, que, em determinado momento, devo ter exagerado na maneira como me coloquei. Assim, gostaria de externar, publicamente, minhas escusas principalmente à Senadora Ideli Salvatti, a quem, naquele momento, devo ter-me referido de forma deselegante. Manifesto isso, porque acredito que todos estamos na busca da investigação e da identificação.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cada vez, caminha a passos mais firmes na identificação dessas fontes de recursos desse esquema de corrupção. É importante que o clima e a relação entre os Parlamentares – que, com todos os conflitos políticos que existem, sempre foram muito bons – permaneçam assim.

Portanto, manifesto meu pedido de desculpas, para que possamos prosseguir com toda tranquilidade e serenidade. Seguindo nosso Presidente na campanha eleitoral, estou numa fase de paz e amor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito.

Eu gostaria que a Assessoria me informasse se a Sr^a Carla Cicco já se encontra em condições de prosseguir. (Pausa.)

Passo a palavra à Senadora...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não. Perdão. A figura da Senadora Ideli Salvatti é marcante à frente dos Parlamentares.

Passo a palavra ao Deputado Silvio Torres, por quinze minutos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Carla, vou começar com um registro pessoal: a senhora se considerou desempregada, pelo menos no termo que a senhora assinou. Isso corresponde à verdade hoje, ou a senhora já se empregou?

A SRA. CARLA CICCO – Não, sou desempregada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desempregada?

A SRA. CARLA CICCO – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora foi demitida?

A SRA. CARLA CICCO – Fui demitida, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E foi indenizada pela sua demissão?

A SRA. CARLA CICCO – Ainda não tive nenhuma negociação com a Ministra nova, com a atual administração da BrasilTelecom.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, certamente, a senhora será devidamente indenizada pela quebra de contrato, pela demissão.

A SRA. CARLA CICCO – Existem contratos. Então, segundo imagino, contrato...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora é uma desempregada, então, com uma perspectiva bem melhor.

A SRA. CARLA CICCO – Não vou pedir nenhuma ajuda de custo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não?

A SRA. CARLA CICCO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora, então, foi quem contratou a Kroll. Aliás, foi a senhora que assumiu a responsabilidade pela contratação da Kroll. E a senhora resolveu contratar a Kroll na Inglaterra, a representante da Kroll na Inglaterra. Por que razão não foi contratada a Kroll que tem representação no Brasil há algum tempo e que trabalha, inclusive, para o próprio Governo, como a senhora mesma disse?

A SRA. CARLA CICCO – A decisão de contratar a Kroll no exterior foi devido àquele fato de que a Telecom Italia, que era objeto de levantamento de informações, é uma empresa estrangeira e, além disso, porque qualquer tipo de informações que pudessem ser levantadas na realidade deveriam ser de eventual suporte a possíveis ações judiciais que a administração da BrasilTelecom estava pensando em entrar contra a Telecom Italia ou na Itália ou nos Estados Unidos. Essa é a razão por que foi contratada a Kroll no exterior.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas a Kroll do Brasil foi informada dessa contratação, tão logo essa contratação ocorreu?

A SRA. CARLA CICCO – Não sei internamente como é que a Kroll trabalha. Então, não sei se eles informaram ou não informaram, mas, nos encontros que tive com a executiva da Kroll no exterior, fui muito clara, falando que queria que essas consultorias fossem lideradas pela executiva no exterior.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – No entanto, a Kroll no Brasil também participou do trabalho. Das investigações que foram feitas no Brasil, ela também participou?

A SRA. CARLA CICCO – Não sei, não sei, porque, na realidade, não encontrei esse funcionário da Kroll do Brasil. Não sei, como já falei a V. Ex^a, como a Kroll pode desenvolver o trabalho. Quando você contrata um consultor, você dá um objeto do contrato, mas como o consultor desenvolve seu trabalho, a metodologia que usa, o relacionamento interno de empresa, quem é que faz que coisa, tudo isso não é responsabilidade do contratante, mas é responsabilidade do contratado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu sei, mas é que contrataram a Kroll na Inglaterra. Quando foi desencadeada a chamada Operação Chacal, da qual a senhora também foi, digamos assim, vítima, foram presos os diretores da Kroll no Brasil, foram presos os funcionários da Kroll no Brasil, foi apreendida a documentação da Kroll no Brasil.

Então, esta é a minha pergunta: se a Kroll do Brasil respondeu pelos chamados crimes – muitos deles ainda estão sendo apurados –, a senhora então, provavelmente, deve ter tido, como contratante da Kroll, encontros ou contatos com a Kroll do Brasil. Ou estão totalmente separadas essas questões?

A SRA. CARLA CICCIO – Não tive encontro com funcionário da Kroll do Brasil sobre esse assunto. O único encontro que tive, muito rápido, com um funcionário da Kroll do Brasil no Brasil foi quando foi feito um encontro: era o início de um trabalho para fazer a avaliação econômica dos danos causados pela Telecom Itália em várias ações que ela tomou contra a BrasilTelecom. Foi um encontro de quinze minutos, além de tudo no escritório da BrasilTelecom no Rio.

No que se refere a essa operação Chacal, sobre a qual V. Ex^a está falando, não sei as razões por que os funcionários da Kroll no Brasil foram detidos. Como já falei, o meu relacionamento era com a Kroll no exterior. Não sei quais foram as outras causas eventualmente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr^a Carla, eles estão processados e foram detidos pelos mesmos motivos por que a senhora está sendo processada e teve também documentação apreendida, assim como o Sr. Daniel Dantas. É tudo fruto de uma mesma investigação da Polícia Federal brasileira. Só não estou conseguindo entender como as pessoas são partes da culpa e não são partes do trabalho desenvolvido, que está sendo investigado.

A senhora está-nos dizendo, segundo o meu entendimento, que não teve nenhum contato com a Kroll do Brasil e que desconhece, inclusive, as pessoas que foram presas e que também estão sendo processadas, juntamente com a senhora, pelos mesmos fatos.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, só não me lembro do nome de todas as pessoas. Mas, pelo que eu me lembro, não encontrei essas pessoas no Brasil e nunca fui aos escritórios da Kroll no Brasil. Como V. Ex^a sabe e provavelmente lembra, a Kroll fez um comunicado oficial, explicando qual era a razão pela qual estava contratada e também falando que qualquer tipo de documentação publicada na **Folha de S. Paulo** não era autêntica – leu aqui. A informação foi manipulada, e fontes tendenciosas foram consultadas.

A BrasilTelecom ou eu, pessoalmente, nunca publicamos ou demos alguma publicidade a qualquer tipo de informação que foi levantada durante o trabalho da Kroll. Na realidade, como está falando a Kroll aqui, parece que essas informações foram roubadas. Não sei sobre o envolvimento da Kroll do Brasil no trabalho, porque o meu relacionamento era, repito, com um funcionário da Kroll no exterior.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, foi a Kroll do exterior que entregou à senhora aquela fita gravada em que diversos personagens aqui já mencionados, como o Sr. Cássio Casseb e outros, foram flagrados no encontro em um hotel em Portugal. Era objeto do interesse da BrasilTelecom conhecer a finalidade do encontro, o objetivo desse encontro?

A SRA. CARLA CICCIO – Esse encontro a que V. Ex^a se refere aconteceu, conforme a Kroll me reportou, se me lembro, em maio ou junho de 2003, em um hotel de Lisboa. Se me lembro certo, foi no Four Season, de Lisboa. Na realidade, o objeto do levantamento não era o Sr. Cássio Casseb. Estavam presentes nessa reunião os executivos da Telecom Itália, e apareceu também, conforme foi reportado, o Sr. Cássio Casseb, que, na época, era Presidente do Banco do Brasil.

Mas o relacionamento do Sr. Cássio Casseb com a Telecom Itália era muito mais antigo. Antigo em que sentido? O Sr. Cássio Casseb foi representante no Conselho de Administração da BrasilTelecom pela Telecom Itália. Depois, saiu do Conselho da BrasilTelecom quando a Telecom Itália, em agosto de 2002, saiu temporariamente do controle da BrasilTelecom. Na realidade, ele deixou de ser representante no Conselho da BrasilTelecom em agosto de 2002 e depois teve esse encontro.

Na realidade, até hoje, não foi nunca explicado, do que sei, nunca foi explicado o porquê do encontro com os representantes da Telecom Itália.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas a suspeita da BrasilTelecom, depois que testemunhou a presença do Sr. Casseb nesse encontro da Telecom Itália, foi de que ele estaria então atuando provavelmente em nome de algum representante de Fundo. Foi isso que a senhora concluiu?

A SRA. CARLA CICCIO – V. Ex^a está falando de suspeita. Suspeita é uma palavra muito relacionada com crime

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, isso é na língua italiana.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe-me. Não tenho fatos afora o fato de o Sr. Cássio Casseb estar presente no encontro. Pode ser muito casual que representantes executivos de uma empresa italiana se encontrem com o Presidente, na época, do maior banco do Brasil em Portugal.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ligado ao Fundo mais...

A SRA. CARLA CICCIO – Então eu digo que pode também ser uma pura coincidência esse encontro, mas não tenho absolutamente nenhuma possibilidade de julgar o porquê desse encontro, pelo simples fato de que não sei qual foi o conteúdo do encontro.

Simplesmente me foi relatado que estavam presentes no mesmo lugar na mesma hora.

A minha avaliação – esta aqui é somente minha avaliação, então não é pressuposto do fato; e, como qualquer avaliação, pode ser errada – é de que o Sr. Cássio Casseb sempre, ou pelo menos no prazo de tempo que trabalhou com a BrasilTelecom, ele sempre apoiou a Telecom Itália. E a Telecom Itália nesse período estava agindo contra os melhores interesses da BrasilTelecom. Então a conclusão é: se “a” é igual “b” e “b” é igual a “c”, “a” é igual é “c”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a partir daí, certamente a BrasilTelecom desenvolveu uma estratégia procurando se defender, porque teve uma suspeita forte de que realmente tinha os Fundos como aliados da Telecom Itália. Está certa essa conclusão?

A SRA. CARLA CICCIO – Não é desse momento. Olhando...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Antes disso tinha suspeita forte?

A SRA. CARLA CICCIO – Não é que tinha suspeita forte. Na minha dedução, antes também disso, era fato que olhando, como já expliquei a esta Comissão, a postura dos Fundos de Pensão durante reunião de conselho, a posição dos Fundos de Pensão era quase sempre em alinhamento, na época, com a decisão da Telecom Itália. Pode ser uma coincidência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, Sr^a Carla, eu prestei muita atenção na sua explicação. O que quero que a senhora me responda “sim” ou “não” é, se a partir desse dia, quando a senhora recebeu esse vídeo, a partir daí, confirmaram então que havia realmente um interesse maior. É isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Acho que sim. Acho que confirmou, não é que mudou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ou seja, o trabalho da Kroll contribuiu.

A SRA. CARLA CICCIO – Acho que confirmou, não é que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O trabalho da Kroll então confirmou?

A SRA. CARLA CICCIO – Confirmou, mas não é que mudou a postura da BrasilTelecom.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom. Confirmou.

A senhora atribui... A que a senhora atribui o fato de de repente ter transbordado, o fato de as apurações da Kroll terem transbordado para uma operação tão forte quanto foi aquela da Polícia Federal que passou a prender diretores da Kroll no Brasil, apreender documentos da senhora, do Sr. Dantas? A senhora atribui a que razão isso? Houve, digamos assim, algum fato

que pudesse estar diretamente relacionado a isso por parte da Kroll ou por parte dos outros fatos que estavam envolvendo a BrasilTelecom na disputa. Existe algum fato que a senhora pudesse registrar como fato determinante?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não tem um fato determinante de por que essa contratação da Kroll, como V. Ex^a falou uma palavra muito certa, “transbordou”. Também fui surpreendida lá atrás e até hoje estou muito surpresa com esse transbordamento, mas não posso julgar porque transbordou tanto.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora tomou conhecimento de que a Kroll do Brasil prestava serviços de auditoria para a Copel durante o período em que, mais ou menos, estava ocorrendo o mesmo trabalho de investigações da Kroll da Inglaterra, na Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não sei se a senhora tomou conhecimento da notícia de que, nessa auditoria da Copel, teriam sido encontradas irregularidades que envolviam pessoas ligadas também aos Fundos de Pensão que, na ocasião, se digladiavam com a BrasilTelecom, e que o resultado dessa auditoria chegou às mãos dos Fundos de Pensão e eram irregularidades gravíssimas acontecendo, que, provavelmente, teriam interferido na decisão de desencadear essa operação toda de transbordo, digamos assim. A senhora teve conhecimento? Ouviu falar sobre isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Agora foi a primeira vez que ouvi falar disso, que estou registrando isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, Sr. Presidente, eu só queria fazer uma consideração com V. Ex^a. É que só estão incluídas as perguntas e as respostas nos meus 15 minutos. Com isso, acho que eu fico um pouco prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, Deputado Silvio Torres, essa foi sempre aqui a lógica. Nós não contamos perguntas em 15 minutos e as respostas o quanto tempo for. Nós incluímos, nos 15 minutos, as perguntas e as respostas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu pediria, então, a V. Ex^a que me desse oportunidade de fazer mais rápido as perguntas. Eu cheguei às 11 horas da manhã infelizmente, e aguardei tudo com bastante paciência. Não queria perder essa oportunidade. Serei breve e objetivo.

Outra pergunta a D^a Carla. Quando houve essa demora do BNDES em liberar os recursos solicitados pela BrasilTelecom, alguém da BrasilTelecom procurou pelo então Ministro José Dirceu?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora tem certeza de que não houve esse contato?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não estava; eu, pessoalmente, não. E posso assegurar quase 100% que ninguém da administração, à época, da BrasilTelecom S. A. procurou o Sr. José Dirceu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o empréstimo acabou saindo de uma maneira atrasada mas sem nenhuma pressão, sem nenhuma força?

A SRA. CARLA CICCIO – Como já falei, a administração da BrasilTelecom estranhava esse atraso, mas a administração da BrasilTelecom fez todo o trabalho possível, interno, técnico, com o BNDES para poder esclarecer qualquer dúvida que no curso desse processo surgiu, o que levou, depois, a liberarem o empréstimo depois de mais de 700 dias. O trabalho feito pela BrasilTelecom foi um trabalho muito técnico. Era o único trabalho que a BrasilTelecom sabia fazer.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora conhece o Sr. Carlos Rodenburg, Vice-presidente do grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora convivia com ele quando a senhora era Presidente da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não convivia. Não sabia das suas atividades?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, meu relacionamento com o Sr. Carlos Rodenburg era muito esporádico.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A senhora tomou conhecimento que ele manteve seis reuniões com o Sr. Marcos Valério?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele alguma vez sugeriu para a senhora a contratação das agências do Sr. Marcos Valério?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Daniel Dantas sugeriu para a senhora a contratação?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A diretoria de *marketing* sugeriu para a senhora a contratação da DNA e da SMP&B?

A SRA. CARLA CICCIO – Na realidade, a contratação, como eu já expliquei, a DNA entrou... Estava dando alguma assessoria esporádica e, quando, neste ano, a BrasilTelecom terminou a contratação com uma agência, precisava uma outra, o nome DNA surgiu muito espontaneamente. Então, não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas a diretoria de *marketing* participou da contratação?

A SRA. CARLA CICCIO – Participou, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A informação que temos é que a diretoria de *marketing* não sabia sequer dos valores da contratação e teve de pedir um orçamento extra, o que foi decidido pela cúpula da empresa.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, a administração da BrasilTelecom, os diretores sabiam dessa contratação, tanto que quando... Tanto que ele... (*Incompreensível.*) ...aqui de R\$138 mil. Uma coisa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o levantamento da CPMI dos Correios indica que as empresas do Grupo Opportunity, a BrasilTelecom, a Telemig Celular e a Amazônia Celular movimentaram cerca de R\$145 milhões para o Sr. Marcos Valério. A senhora tinha conhecimento?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu sabia que a DNA... Na realidade, descobri quando começou a surgir (*Incompreensível.*) a DNA era fornecedora de serviços na Telemig, mas os serviços que a DNA e a outra companhia, a SMP&B, deram para a BrasilTelecom foram, durante o curso dos anos, esporádicos. Sempre era um pedido específico. Então, o pagamento era feito contra o recebimento do trabalho.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A SMP&B, em 2004, movimentou R\$3,5 milhões?

A SRA. CARLA CICCIO – Foram R\$3,5 milhões, contra trabalho feito.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E, quanto à DNA, foram R\$ 823 mil?

A SRA. CARLA CICCIO – Em 2003, o valor das contratações da DNA para a BrasilTelecom representou 0,9% de todos os investimentos de *marketing* que foram feitos pela BrasilTelecom no ano. A BrasilTelecom, em 2001, tinha, como percentual de despesa de *marketing* sobre a receita líquida, 2%. Em 2004, foi 1,5%. Então...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agradeço. Eu já ouvi essa informação da senhora, mas esse trabalho que custou R\$823 mil à BrasilTelecom...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres, concluindo, por favor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O objetivo dele foi traçar um diagnóstico para fundamentação de comunicação do *marketing* para 2004 e 2005, a partir de um novo cenário econômico e político, após as eleições municipais de 2004, para os nove Estados de cobertura e atuação da BrasilTelecom. Foi a senhora que fez esse contrato?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Pode ser que eu tenha assinado, mas o escopo do contrato era sempre redigido pela administração das diferentes diretorias.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está escrito no documento.

A SRA. CARLA CICCIO – Então, sim. Então, confirmo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Custou R\$823 mil. E esse trabalho, avaliado no mercado, valia R\$50 mil. A senhora sabia disso? A avaliação de mercado desse trabalho. A senhora que disse que economizou tanto assim...

A SRA. CARLA CICCIO – As avaliações sobre contratação de consultores são sempre muito subjetivas. Então, presumo que, considerando a rigorosidade com que a BrasilTelecom sempre contratava, o pagamento que foi feito foi frente ao trabalho que foi recebido, tanto que foi auditado, sem problema nenhum, na auditoria, que foi uma auditoria interna e uma auditoria externa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom, Sr. Presidente. Vou atender à determinação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti, por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr^a Carla Cicco, as informações que temos a respeito dos contratos foram o que acabou motivando a sua vinda para prestar este depoimento. No depoimento do Sr. Daniel Dantas, quando ele foi questionado a respeito das relações com o Marcos Valério, ele disse que havia visto o Marcos Valério no corredor, e que não tinha relações. Quando foi perguntado se havia contratos da BrasilTelecom com as empresas do Marcos Valério, ele negou. Ele disse que não havia contratos da BrasilTelecom com as empresas do Sr. Marcos Valério e que o publicitário da BrasilTelecom era o Sr. Duda Mendonça. E nós tínhamos, aqui, na quebra do sigilo, uma informação que nos chamava muito a atenção. Eram os pagamentos da BrasilTelecom em um montante de quase R\$5 milhões: R\$3,5 milhões; depois, mais R\$850 mil. Nós todos ficávamos tentando entender por que a BrasilTelecom pagava às empresas de Marcos Valério se não havia contrato. Depois, fomos surpreendidos pela imprensa com os contratos assinados. Um dos contratos foi assinado no dia 25 de abril de 2005, exatamente três dias antes de ter sido feito o acordo para que Daniel Dantas vendesse sua participação na BrasilTelecom por 341 milhões de euros. Depois, logo em seguida, no dia 20 de maio, houve outro contrato. Logo em seguida, poucos dias depois, exatamente depois do Sr. Daniel Dantas receber o pagamento de 50 milhões de euros da Telecom Itália.

Fica uma pergunta. Em primeiro lugar: por que foram realizados esses pagamentos sem contratos, ou antes dos contratos, no ano de 2004? Foram seis trabalhos. Não vou entrar nas especificações, porque o Deputado Silvio, inclusive, já deu aquele valor de superfaturamento: R\$850 mil, que o mercado avalia como sendo, no máximo, R\$50 mil. Então, por que houve esses serviços prestados sem contrato? Por que foram assinados esses contratos? O que esses contratos assinados têm a ver com essa transação entre o Sr. Daniel Dantas e o acordo de pagamento com a Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom não fez nenhum pagamento à DNA e à SMP&B sem contrato. Precisamos definir dois tipos de contratação que a BrasilTelecom fazia, e estou falando agora do passado, em termos de publicidade.

A BrasilTelecom é uma empresa que precisa fazer muita publicidade. Está entrando no setor de celulares, de voz sobre IP, de nossos serviços, precisa constantemente estar perto dos consumidores. Considerando a evolução dos últimos três, quatro anos, das telecomunicações, também os pedidos movidos pela necessidade de publicidade aumentavam sempre.

A BrasilTelecom tinha, normalmente, “três agências” – entre aspas – que prestavam serviço há tempos à companhia. Depois, durante anos, para trabalho bem específico, foram feitas contratações específicas para determinado tipo de trabalho. Então, presumo que, quando V. Ex^a está falando dos sem contratos, esteja se referindo a esse tipo de serviço feito esporadicamente. Esse tipo de serviço feito esporadicamente era um serviço que era definido diretamente pela Diretoria de *Marketing*, segundo a necessidade, e baseado, presumo, na experiência de cada empresa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só para especificar. Dia 30 de julho: R\$1,150 milhão para a SMP&B; em 30 de julho: R\$566 mil para a SMP&B; em 30 de julho: R\$850 mil para a SMP&B. Portanto, tudo do ano passado. São valores significativos. Em 2 de agosto: mais R\$460 mil; em 14 de setembro: R\$335 mil; em 14 de outubro: R\$15 mil; em 23 de dezembro: R\$90 mil. Perfazendo quase R\$3,5 milhões em menos de quatro meses. Para a DNA, R\$823 mil, no dia 8 de agosto de 2003.

E, quando o Sr. Daniel Dantas veio aqui depor, os dois contratos já estavam assinados. Portanto, a relação da BrasilTelecom com as empresas de Marcos Valério já vinha em pagamentos, contratos esporádicos ou contratos firmados mesmo efetivamente.

Portanto, como é que o Sr. Daniel Dantas não sabia das relações e diz: – “Não, da BrasilTelecom com as empresas do Marcos Valério, nada. Apenas o Sr.

Duda Mendonça que tinha relações com as empresas do Marcos Valério!”

A SRA. CARLA CICCIO – O Sr. Daniel Dantas nunca foi envolvido nas operações, na operacionalidade, da BrasilTelecom. Então, o fato de que ele falou que não sabia, evidentemente é porque não sabia. As decisões de contratações eram tomadas na administração da empresa.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Só a senhora, então, que sabia! Ele, não!

A SRA. CARLA CICCIO – Não, eu era a Presidente da empresa, então as minhas diretorias...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Eu não posso afirmar que ele mentiu à CPMI, então! Ele não tinha obrigação de saber!

A SRA. CARLA CICCIO – Ele não tinha nenhuma obrigação de saber!

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não tinha obrigação de saber!

A SRA. CARLA CICCIO – Absolutamente!

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Contratos desse tipo, como o assinado no dia 20 de maio, estavam na supervisão da senhora exclusivamente?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Por que não foram assinados pela divisão de *marketing*? Contratos desse porte, obrigatoriamente, têm de passar pela decisão da senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Contrato desse porte, conforme existe no Estatuto da BrasilTelecom, os contratos precisam ser assinados pelos dois diretores, que tinham a procuração....

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Eles não tinham obrigação de passar por nenhuma outra instância da empresa.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, existe todo um processo, existe todo um processo. Então o fato, se me lembro ao certo, é de que esse contrato foi assinado por mim e pela diretora, à época, da MS, que era a Diretoria de Material e de Serviços. E isso era uma coisa muito comum. Na BrasilTelecom, existem dezenas de contratos. Então eu assinava muito contrato junto com a Diretora de Material e de Serviços. Também o Diretor Financeiro poderia assinar, eu poderia assinar junto com o Diretor Financeiro. Estou aqui baseada no Estatuto Social da companhia.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E é mera coincidência o fato de os dois contratos terem sido feitos um pouquinho antes e um pouquinho depois dessas negociações para esse acordo do Daniel Dantas com a Telecom Itália. É só coincidência.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu creio que seja absolutamente coincidência, porque a BrasilTelecom, como

eu estava falando, estava negociando o desligamento de uma outra pequena empresa de publicidade da companhia, e, depois, aconteceu no mesmo tempo. V. Ex^a que me está fazendo, pela primeira vez, notar essa coincidência. Eu não sabia.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Só isso.

Mas quando a senhora assumiu a Presidência da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu fui eleita em fevereiro e assumi a Presidência em março de 2001.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Fevereiro....

A SRA. CARLA CICCIO – Eu fui eleita em fevereiro de 2001 e assumi em março de 2001.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Março de 2001. Isso como Presidente!

A SRA. CARLA CICCIO – Como Presidente, sim!

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E, antes de a senhora estar como Presidente da BrasilTelecom, a senhora trabalhava onde?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu estava dando consultoria pela CVC Opportunity. Citibank Venture Capital Opportunity.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A senhora era funcionária, então era empregada, do grupo Opportunity.

Quando a senhora foi contratada pelo grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Em 99.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Noventa....

A SRA. CARLA CICCIO – ...e nove. 1999.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E, antes do grupo Opportunity, a senhora trabalhava onde?

A SRA. CARLA CICCIO – Trabalhava para a Telecom Itália.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Para a Telecom Itália.

Quando a senhora saiu da Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Final de 1998.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – 1998.

Quando houve a privatização do Sistema Telebrás, a senhora estava onde?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu fui a responsável pela Telecom Itália, pelas operações aqui no Brasil, liderando o processo de privatização da Telebrás.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quer dizer que, quando houve a privatização, a senhora era funcionária da Telecom Itália.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Terminou o processo de privatização, a senhora passou a ser funcionária do grupo Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – No início de 2001, a senhora passou a ser Presidente da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E a senhora quer me dizer que essas coincidências aqui são só coincidências?

A SRA. CARLA CICCIO – Quais as coincidências?

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – As coincidências a que eu terminei de me referir antes, de determinados contratos e expedientes e situações envolvendo as empresas do Marcos Valério, que aqui nós temos já fortes indícios, que têm muita relação de operar nos interesses do Sr. Daniel Dantas nas brigas, inclusive na aproximação para tentar abrir brechas dentro do Governo para os interesses do Sr. Daniel Dantas. A senhora acha que isso tudo é coincidência?

A SRA. CARLA CICCIO – É coincidência.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quanto é que a senhora ganhava quando trabalhava na Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Na Telecom Itália? Não me lembro. Foi quase oito anos atrás, não me lembro.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quanto é que a senhora foi ganhar nas empresas do Sr. Daniel Dantas?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro, mas a diferença não era muita, não.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não era muita?

A SRA. CARLA CICCIO – Não era muita, não. Não me lembro.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – E foi conveniente?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu decidi sair da Telecom Itália antes de receber o convite do Sr. Artur Carvalho. A minha decisão da Telecom Itália foi uma decisão puramente pessoal. Na época da Telecom Itália, eu tinha passado pela mudança de controle e não me sentia mais confortável para trabalhar em uma empresa que não estava com...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A informação que nós temos é que é a senhora foi ganhar dez vezes mais no Grupo Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A senhora pode se comprometer? Senão nós vamos fazer um requerimento para que sejam apresentados os comprovantes de pagamentos de quanto a senhora recebia na Telecom Itália, de quanto a senhora passou

a receber nas empresas do Grupo Opportunity, e de quanto a senhora passou a receber como Presidente da BrasilTelecom. A senhora pode fornecer essas informações voluntariamente? Senão, nós vamos fazer os requerimentos.

A SRA. CARLA CICCIO – Acho que posso fornecer.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Pode fornecer.

É porque a sensação que passa é que essa história da... A briga da Telecom Itália com a BrasilTelecom acabou sendo uma briga de interesses econômicos, e não pequenos. Então, me parece interessantíssimo e realmente muito oportuno que alguém que esteve do lado de lá de repente passe para o lado de cá e aí opera, não é? E com poderes de operar significativamente.

Então, eu já vou deixar aí e, se a senhora já puder fornecer, eu acho excelente, senão nós vamos requerer.

Quero ainda fazer outras perguntas. O meu tempo já está... Nós tivemos ainda a questão da Kroll. A senhora está sendo indiciada por formação de quadrilha e espionagem por ter usado a Kroll para... Inclusive tem um termo aqui de reportagem que diz o seguinte: “Carla Ciccio entrou sorridente na sede da Polícia Federal em Brasília acompanhada de seus advogados, antes de começar o depoimento, ela foi informada de seu indiciamento. Ao sair da sede da Polícia Federal, às 13 horas, Ciccio estava visivelmente abatida e em silêncio. Ao todo, cinco advogados e dois funcionários da BrasilTelecom acompanharam Carla no depoimento, inclusive Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente do Conselho da companhia telefônica”.

À Polícia Federal V. S^a teria se negado a dar resposta sobre relatórios que foram encomendados à Kroll. Esses documentos contêm quebras de sigilo, inclusive do então Presidente do Banco do Brasil no Governo do PT, Cássio Casseb. Por que a senhora se negou a dar esses relatórios? Por que a senhora impediu que esses relatórios possam ser do conhecimento de todos?

Como o meu tempo já está acabando, eu queria fazer mais algumas perguntas para poder aproveitá-lo melhor.

Nós temos uma reportagem, um artigo do Sr. Josias de Souza, que eu vou pedir que seja anexado aos autos da CPMI, em que ele faz uma série de observações, inclusive se refere ao Sr. Ney Figueiredo, ex-consultor da Febraban, da Fiesp e da CPNI, que foi contratado, ano passado, para trabalhar a imagem do Sr. Daniel Dantas. Em dezembro de 2004, o Sr. Ney Figueiredo desistiu da missão e, no livro que ele lan-

çou, **Diálogos com o poder**, ele dedica um capítulo inteiro à venda das telefônicas:

“O problema das privatizações do Brasil passa pelo financiamento das campanhas eleitorais, tendo como subprodutos as malsinadas sobras de campanha e o pedágio do intermediário.

Figueiredo reproduz no livro uma pergunta que Dantas confidenciara a políticos de sua confiança: o que aconteceu com o ex-Diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, levando-se em conta a história que circula nos bastidores sobre os famosos 30 milhões que teriam sobrado na operação Telemar (...)”

E por aí vai o resto da reportagem.

Entre os documentos... Há uma ação, já encaminhada ao Ministério Público, que trata exatamente da CRT. Houve várias perguntas aqui sobre a CRT. Entre os documentos que fundamentaram a requisição junto ao Ministério Público, há uma inquietante carta do publicitário Mauro Salles ao então Presidente Fernando Henrique. Essa reportagem também se refere – é pena que S. Ex^a não esteja aqui – ao Deputado José Eduardo Cardozo, que também havia municiado o Ministério Público com essa investigação sobre a CRT.

Então, eu queria que a Sr^a Carla Cicco pudesse nos dar algum esclarecimento sobre a questão dos relatórios que não foram fornecidos quando ela foi depor à Polícia Federal no inquérito que está aberto, dando seu indiciamento, e o que ela tem a dizer a respeito dessas declarações do Sr. Ney Figueiredo e a respeito da carta do Sr. Mauro Salles também sobre o processo da CRT.

E já quero, Sr. Presidente, solicitar minha reinscrição porque tenho uma série de outras perguntas ainda a fazer.

A SRA. CARLA CICCIO – Durante meu depoimento na Polícia Federal, não me recusei a entregar nenhum relatório, que eu me lembre; não me recusei nem me foi perguntado lá durante o depoimento. Está aí meu depoimento, então resulta que não me recusei porque não me foi perguntado.

Depois, não me lembro dessa carta que você está citando, de Mauro Salles ao Presidente da época, Presidente Fernando Henrique. Então, não posso comentar porque não me lembro da carta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, na minha reinquirição quero detalhar melhor as questões para poder fazer mais perguntas sobre esse assunto, até para, de repente, poder avivar a memória da Sr^a Carla Cicco.

Entretanto, eu queria já, Sr. Presidente, pedir que, nas tratativas com o Supremo Tribunal Federal, nós pudéssemos ter uma situação definida a respeito da requisição do disco rígido do Banco Opportunity.

E eu queria inclusive um posicionamento público do Sub-relator, Deputado ACM Neto, porque considero de fundamental importância, se quisermos aprofundar e fazer uma análise efetivamente adequada e correta do que foi e o que tem sido a atuação dos fundos de pensão neste País na última década, termos aquela quebra de sigilo disponibilizada para a CPMI.

Então, acho de fundamental importância que o Sub-relator possa ter uma posição inclusive pública, como nós fizemos, quando fomos conversar com a Ministra Ellen Gracie, que agora, inclusive, pediu mais subsídios para que pudéssemos consubstanciar a necessidade efetiva da transferência daquele sigilo para esta CPMI.

Até porque fazer perguntas à Sr^a Carla Cicco para que ela dê juízo de valor, se pode ou se não pode... Não quero desqualificar o juízo de valor de ninguém, mas juízo de valor de alguém que está envolvido até o último fio de cabelo e já esteve dos dois lados é algo que podemos efetivamente dispensar. E foram feitas várias perguntas no sentido de que ela respondesse se podia ou se não podia acontecer determinadas situações ou se tais ou tais hipóteses, tais ou tais teses eram ou não eram válidas.

Então, muito mais eficiente para esta investigação, até mais eficiente do que qualquer pergunta que ela possa vir ou não a responder, seria efetivamente podermos ter acesso aos documentos. Quero reforçar a importância de termos a transferência do sigilo do disco rígido do Banco Opportunity e também quero depois, aqui, fazer os requerimentos de diversos documentos que já embasaram algumas das perguntas que eu fiz e que, no próximo momento, vou voltar a tocar ainda para reforçar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, vamos juntar aos autos da CPMI dos Correios o artigo do jornalista Josias de Sousa. Amanhã teremos uma boa oportunidade para discutir isso com a Presidência do STF em agenda que estamos solicitando para o dia de amanhã.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Bittar, por quinze minutos.

Estão reinscritos a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Silvio Torres.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^a Carla Cicco, minha primeira pergunta a ser feita à senhora vai no sentido do chamado rumoroso processo de aquisição do CRT pela BrasilTelecom. É sabido por todos que havia uma incompatibilidade regulatória que forçava a CRT a vender essa empresa. Por outro lado, só a BrasilTelecom tinha condições plenas de adquirir a CRT. Isso de um lado, ou seja, havia uma negociação em que os dois

estavam fadados a encontrar um ponto de equilíbrio: a CRT como vendedora e a BrasilTelecom como importante compradora de uma empresa que operava e opera, via BrasilTelecom, num mercado fundamental, que é o mercado do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à gestão da BrasilTelecom, consta – e é público e notório – o papel determinante que o Sr. Daniel Dantas teve durante todo o período em que o grupo Fundo CVC, gerido pelo Sr. Daniel Dantas, controlou a empresa. Não é exagero dizer que o Sr. Daniel Dantas controlou com mão de ferro a empresa e foi protagonista de disputas societárias que certamente vão marcar a história do capitalismo brasileiro ao enfrentar a Telecom Itália no rumoroso processo de contratação com a saída da Telecom Itália para explorar a telefonia celular, bem como no rumoroso processo que a Telecom Itália desenvolveu quando da disputa com o Sr. Daniel Dantas para poder voltar ao controle da empresa. Posteriormente, tivemos uma verdadeira Batalha de Waterloo, que foi a batalha com os fundos de pensão. Então, não se pode dizer que o Sr. Daniel Dantas era um protagonista frágil. Ao contrário: é fácil se afirmar que o Sr. Daniel Dantas foi um protagonista fundamental nesse processo.

Por que a senhora e o Sr. Daniel Dantas se fazem de vítimas nessa história da venda da empresa, alegando um suposto acordo entre o grupo Telefônica e a Telecom Itália no exterior, referendado internamente pelos Fundos de Pensão e com o aval da Anatel? Foi assim que o Sr. Daniel Dantas colocou e assim que a senhora fez menção ao ser indagada pelo nosso Sub-relator, Deputado **RELATOR** Neto.

Com que fundamento a senhora considera que tenha havido essa trama se Daniel Dantas tinha na prática poder de veto sobre decisão do próprio Conselho de Administração da empresa? Não se pode alegar: “Ah, não, os Fundos decidiam no Conselho de Administração”. Ele demonstrou durante esse processo todo que controlou a empresa com mão de ferro a despeito da maioria do capital da empresa estar nas mãos da Telecom Itália, do Citigroup e dos Fundos de Pensão.

Gostaria que V. S^a nos esclarecesse sobre essa questão porque acredito que é exemplar na relação do Sr. Daniel Dantas com a empresa.

A SRA. CARLA CICCIO – Dr. Daniel Dantas não tinha nenhum papel na gestão diária da empresa. Em realidade, o relacionamento que eu tinha... Eu respondia pelo Conselho de Administração da BrasilTelecom. Se você me conhecer muito bem, é muito difícil que eu poderia ter acertado, na empresa, com uma terceira pessoa que seja para definir a estratégia ou a operacionalidade da empresa. A pessoa no Grupo Oppor-

tunity com quem havia uma interface era o Dr. Arthur Carvalho, o diretor do Conselho de Administração da BrasilTelecom e era a pessoa que no Grupo Opportunity se ocupava dos investimentos que o Fundo CVC tinha nas várias empresas.

Eu, pessoalmente, não me sinto vítima no assunto da CRT. Em realidade, eventualmente, os comprometidos foram os investidores da BrasilTelecom. O fato da CRT aconteceu antes que eu assumisse a empresa. Eu relatei quais foram os fatos e a minha visão sobre o superfaturamento de pagamento; eu nunca falei nesta Comissão que foram os fundos de pensão a causa do superfaturamento. Em realidade, acho que o superfaturamento foi causado por um acordo que a Telecom Itália, o Presidente da Telecom Itália à época, Roberto Colanino, fechou com o Presidente da Telefônica, Sr. Villalonga. Então, eu não acusei os fundos de pensão de ter feito isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas como que um acordo desse, firmado no exterior, iria se viabilizar se a diretoria executiva da empresa, comandada pela senhora, era contra aquele valor de compra da CRT?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu, na época, não era Presidente da BrasilTelecom...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas a senhora era uma das principais consultoras do grupo Opportunity e este comandava a diretoria executiva da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não era a pessoa que fazia a interface com as empresas de telefonia onde a CVC/Opportunity tinha já participação. Eu não era parte do conselho da administração. A minha função na CVC/Opportunity era avaliar outros investimentos. Então, não era eu a pessoa que fazia a interface com a diretoria da BrasilTelecom. A minha função, como já falei, o meu papel era na compra da CRT, de parte da BrasilTelecom. Fui dar um suporte até que fosse completada a avaliação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não foi tão categórica como está sendo agora, de se eximir de responsabilidade nisso, quando se referiu ao nosso Sub-relator. Eu não entendi dessa forma. Entendi que a senhora estava criticando duramente aquele procedimento na suposição de que a senhora conhecia o valor econômico da empresa, ou seja, o valor presente dessa empresa, efetivamente, para que a senhora pudesse fazer afirmação de que ela estava sendo comprada por um valor acima do que ela valia efetivamente.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu posso afirmar que a minha avaliação, na época, do preço de compra da CRT era baseada no conhecimento. Eu tinha partici-

pado, em 1996, do processo de privatização da CRT e, depois, como eu já confirmei, durante o meu relato antecedente ao Deputado ACM Neto, a minha função e o meu papel durante a compra da parte da Brasil-Telecom pela CRT foi de participar nas avaliações técnicas. A partir daquele momento, quando foi estabelecido um intervalo de preço da parte do consultor financeiro, a partir daquele momento, eu não fui envolvida mais no processo diretamente. Então, quaisquer informações...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E por que a senhora acha que o Sr. Daniel Dantas, que foi tão duro no enfrentamento da Telecom Itália, no enfrentamento dos fundos e em outras circunstâncias, cedeu tão facilmente para algo que representava um prejuízo para a empresa em que ele era o principal gestor, efetivamente.

A SRA. CARLA CICCIO – Pode me repetir a pergunta, pois não entendi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em tese, a empresa perdeu de setenta - a ser verdadeira a informação que nos trouxe aqui o Sr. Daniel Dantas e confirmada pela senhora - de US\$70 a US\$250 milhões, dependendo da avaliação feita, já que ela foi comprada por US\$800 milhões, e o seu preço de avaliação oscilava entre US\$250 milhões, no mínimo, a US\$730 milhões.

Ora, como o Sr. Daniel Dantas foi tão dócil em permitir que a empresa gerida por ele pudesse abrir mão desse volume imenso de recursos financeiros?

A SRA. CARLA CICCIO – V. Ex^a está me pedindo para responder em nome do Sr. Daniel Dantas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora nunca perguntou a ele; a senhora, como gestora da empresa, quando passou a ser gestora da empresa?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não perguntei para ele esse específico assunto.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O que eu quero caracterizar, Dr^a Carla Cicco, é que se faz muita política e muita espuma, mas não se apresentam provas. Eu nunca vi o fluxo de caixa descontado que demonstrasse o valor real dessa empresa. Nunca vi nenhuma afirmação categórica com relação a quem, na Anatel, foi responsável por isso. Isso foi no governo passado. O nosso Governo não tem nada a ver com isso. Mas, a bem da verdade, julgo importante que sejam apuradas essas coisas. Então, eu, sinceramente, acho que há muita leviandade na maneira como se colocam essas coisas. Outra coisa que eu gostaria de dizer. A senhora fez acusações que reputo como graves feitas à Anatel. A senhora disse que a Anatel não agiu corretamente com a BrasilTelecom na avaliação do cumprimento das metas de universalização. Eu ouvi

da senhora com absoluta precisão. Eu gostaria que a senhora esclarecesse isso de maneira clara e direta, ou seja, em que momento a Anatel feriu a legislação, a lei geral de telecomunicações, o plano geral de outorgas, o plano de universalização de telecomunicações.

A SRA. CARLA CICCIO – Durante o processo de aprovação de universalização das metas da Anatel, no processo, a primeira etapa começou em final de fevereiro, março de 2003. Ele foi completado em janeiro de 2004. Foram dez meses. E, da metade de agosto de 2003, a diretoria da BrasilTelecom estava informando à Anatel que já praticamente o processo estava fechado. O imprevisto, o processo parou; e foi retomado somente em setembro. E, durante o curso desse processo, sempre surgiam novos pedidos, novos pedidos, novos pedidos...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pedidos ilegais?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, tanto que eu não falei...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente, a sua afirmação não fica de pé. É apenas isso que eu queria saber, porque é fácil fazermos acusações. Eu acho que quem faz acusação tem o ônus da prova; deve demonstrar de maneira cabal que houve prejuízo intencional, que foi ferida a legislação, as regras que regulamentam o setor de telecomunicações. Não me parece que a senhora tenha apresentado.

A SRA. CARLA CICCIO – Quando a Anatel deu a aprovação, dezoito meses depois, e sobreposição da licença, ela feriu a lei, porque a lei proíbe ter sobreposição de licença; e foram dados dezoito meses pela BrasilTelecom e para a Telecom Itália de manter licença na mesma área, seja pela longa distância, seja pela telefonia celular.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito. A justiça se pronunciou sobre esse tema a partir de iniciativa da BrasilTelecom, de qualquer pessoa?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, não me parece que seja rigorosamente correta a afirmação de V. S^a. O mesmo se pode dizer com relação ao papel da Anatel, antes e depois da gestão do Sr. Renato Guerreiro, alguém por quem tenho um apreço muito grande. Quero lembrar que depois de Renato Guerreiro assumiu, ainda no governo passado, Antonio Carlos Valente, que era um profissional do mesmo grupo de Renato Guerreiro, profissional respeitadíssimo no mercado que hoje, até lamentavelmente está fora do País. Ele se encontra no Peru. Depois assumiu Pedro Jayme Ziller e Elifas Gurgel do Amaral. Não me consta que tenha havido nenhum protesto da BrasilTelecom ou de qualquer empresa nesse sentido, no sentido de

avaliar que os procedimentos estão fugindo às leis ou às regras do marco regulatório em nosso País.

A senhora fez a afirmação sobre BNDES também. A senhora insinuou, aqui, que o BNDES teria propositalmente prejudicado a BrasilTelecom na gestão passada.

Eu tive a oportunidade de consultar o BNDES nesse intervalo de tempo, pedi até informações oficiais do BNDES e tive a informação preliminar de que esse empréstimo foi concedido há mais de um ano; portanto, enquanto a senhora ainda era Presidente da empresa. Com que fundamento a senhora alega que o BNDES estava prejudicando a gestão da BrasilTelecom quando a senhora era a Presidente da empresa? Foi para alegar apenas que o período de tempo foi relativamente longo? Seria preciso se cotejar esse tempo com os usuais do banco. A senhora tem provas de que o banco extrapolou em muito os prazos usuais para análise de projetos?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu nunca afirmei que o financiamento do BNDES foi aprovado depois; tanto que eu falei que foi aprovado em 2004, quando...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas não havia ficado claro.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe. Provavelmente, não estava ficando claro. Tanto que eu falei que foi liberado em 2004.

Sim, a minha percepção, baseada no tempo em que outros financiamentos foram liberados, por exemplo, por outras empresas no mesmo setor da Telemar, foram muito mais curtos como tempo. Então, a minha percepção é de que o processo de liberação de empréstimo de BNDES pela BrasilTelecom demorou muito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. É uma percepção.

A SRA. CARLA CICCIO – É uma percepção, claro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. A senhora não tem documentos comprobatórios disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não tenho fato, não. É a percepção.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Para que isso fique claro.

A senhora se referiu bastante aqui ao termo boa governança corporativa e transparência. A Empresa Alcatel é uma das principais fornecedoras de equipamentos da BrasilTelecom. É verdadeira essa informação?

A SRA. CARLA CICCIO – Entre elas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Entre elas.

A Empresa Alcatel é uma das cotistas do Opportunity Fund. A senhora confirma?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu sei disso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A senhora não acha estranho que uma das cotistas do Opportunity Fund, que controla a empresa, seja uma das principais controladoras? Isso fere os bons princípios da governança corporativa?

A SRA. CARLA CICCIO – A Alcatel é um dos maiores fornecedores no mundo de aparato de telecomunicações.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim. Há outros grandes fornecedores, a senhora sabe.

A SRA. CARLA CICCIO – Menores.

A Alcatel era fornecedora da BrasilTelecom antes da privatização. Em realidade, são três os grandes fornecedores de equipamento na época de “telefonia tradicional”: Alcatel, Siemens e Ericsson. Então, esses eram os fornecedores tradicionais.

A Alcatel continuou a fazer fornecimento de equipamento, mas, por exemplo, no curso dos últimos anos, se diversificou muito o número de fornecedores na BrasilTelecom, especialmente com o evento de novas tecnologias, por exemplo, a Cisco e outras.

Então, não existe nenhuma ligação com o fato de ser a Alcatel cotista ou não, porque a Alcatel é uma das maiores fornecedoras de equipamento. E no caso específico da BrasilTelecom, ela estava fornecendo antes da privatização.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu digo isso, dona Carla Cicco, porque está absolutamente patente, pelo que se verifica na relação com fornecedores e prestadores de serviço da empresa no que diz respeito à participação no Consórcio Voa, do qual ela tinha mais de dois terços das cotas e efetivamente não exercia nenhum papel na gestão da frota de três aeronaves, a ponto da atual gestão da BrasilTelecom, segundo notícias públicas, estar acionando e querendo ser ressarcida em R\$60 milhões, pelo desvio de recursos da empresa...

Eu ainda cito outros fatos igualmente graves. A relação com o Sr. Roberto Mangabeira Unger, um economista conhecido, nos consta aqui que viajou dezenas de vezes com recursos da BrasilTelecom e que a própria BrasilTelecom custeava um *flat* para o Sr. Roberto Mangabeira Unger, no Rio de Janeiro... Não me consta que ele seja um profissional especializado em telecomunicações a ponto de merecer um tratamento *vip* por parte da BrasilTelecom.

Então, o que quero com esses três exemplos de muitos que poderia citar aqui, o exemplo da Alcatel, o exemplo do Consórcio Voa, o exemplo do Sr. Roberto Mangabeira Unger é caracterizar que o Sr. Daniel Dantas, com a sua convivência, utilizava uma empresa, da qual ele era apenas gestor, tinha minoria de capi-

tal, para extrair benefícios para si ou para pessoas ou grupos a ele aliados, o que é um fato grave que contraria frontalmente os princípios da boa governança corporativa e da transparência que a senhora tanto defendeu aqui.

O SR. PRESIDENTE – Deputado, já expirou o tempo de V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pergunto apenas – e peço licença à Mesa – se a Sr^a Carla Cicco deseja fazer algum comentário sobre isso?

A SRA. CARLA CICCIO – **Todas as contratações da BrasilTelecom foram feitas conjuntamente com a Diretoria da BrasilTelecom e sempre em linha com os serviços de que precisavam a BrasilTelecom. No caso específico do Professor Mangabeira, ele é um advogado, um advogado de renome internacional e que tem uma cátedra em Harvard, a mais famosa universidade de Direito do mundo. A indicação da contratação do Professor Mangabeira como especialista, em realidade, era multidisciplinar em termos de Direito, foi feita por nossos advogados, que sugeriram o nome dele pelo fato de que, na época, a BrasilTelecom estava avaliando a possibilidade de entrar, no exterior, contra a Telecom Itália. Então, a contratação do Professor Mangabeira foi puramente baseada em sua referência, por ser um expert em Direito Internacional.**

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essas coisas foram submetidas ao Conselho de Administração e foram feitas de maneira absolutamente transparentes na BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Foram feitas de maneira transparente. Existem todos os contratos de serviços

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Da mesma maneira que o Consórcio Voa, a senhora defende isso que houve absoluta transparência...

A SRA. CARLA CICCIO – O Consórcio Voa, sinceramente, veio a ser um grande problema, mas foi criado em 1999. Eu pessoalmente não tive nenhum relacionamento com o Consórcio Voa, que era administrado como qualquer outra participação, que a BrasilTelecom tinha como empresa, da nossa diretoria financeira. E, quando a administração da BrasilTelecom S/A precisava, simplesmente a minha secretária ligava e pedia eventualmente a disposição do avião. Então, como o Consórcio Voa estava com uma administração independente, não posso comentar muito mais.

O SR. PRESIDENTE – Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, o que se questiona é que a BrasilTelecom pagava a conta, mas, se beneficiava minimamente, na verdade, o grande usuário disso era o próprio Sr. Daniel Dantas e o Grupo

Opportunity, ou seja, o Sr. Daniel Dantas confundiu os seus interesses do Grupo Opportunity com os interesses da BrasilTelecom para se aproveitar, para levar vantagem com relação a isso, e a senhora acabou sendo conivente com esse tipo de prática, o que é lamentável do ponto de vista da boa governança corporativa, sobretudo em uma empresa que é concessionária de serviços públicos de telecomunicações.

A SRA. CARLA CICCIO – O resultado da BrasilTelecom mostra a seriedade da administração da BrasilTelecom; o resultado mostra isso.

O SR. PRESIDENTE – Sr. Deputado, reinscreva-se, por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O que apenas lhe digo é que o resultado poderia ser melhor. Apenas nesse sentido. Não a questiono como gestora; o que questiono é o desvio de recursos de uma empresa para servir aos interesses do grupo gestor Opportunity.

O SR. PRESIDENTE – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Bittar. E passo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, já foi dito pela minha colega, Senadora Ideli, que a Sr^a Carla Cicco está sendo acusada pela Polícia Federal por formação de quadrilha e espionagem, usando a Kroll Association. E o jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 16/03/2005, traz uma matéria dizendo que foi proposto à Sr^a Cicco o benefício da delação premiada. Eu pergunto: isso foi proposto para a senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Nunca.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Nunca. Bom, eu vou começar por onde parou meu colega Jorge Bittar. Qual era o percentual do Consórcio Voa que era da BrasilTelecom, percentual de dona, de propriedade?

A SRA. CARLA CICCIO – 15%.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E de Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Era maior ou era menor?

A SRA. CARLA CICCIO – Sinceramente, não sei; eu sei da participação da BrasilTelecom S.A. Eu não estava na BrasilTelecom quando o consórcio foi formado. Sinceramente, nunca achei importante, para mim, saber quanto era a participação de cada um dos sócios.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quantos sócios tinha o Consórcio Voa?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu acho que são cinco, mas não sei. Como estou falando, não sei dos detalhes da formação do consórcio porque era administrado quando entrei, era já uma administração já bem adia-

da, era responsabilidade da diretoria financeira como qualquer outra participação.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Uma empresa que tem 15% de consórcio de outra não conhecer seus sócios é algo estranho. Quem utilizava as aeronaves do consórcio?

A SRA. CARLA CICCIO – Na BrasilTelecom... Eu posso falar pela BrasilTelecom S.A, era a diretoria da BrasilTelecom.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A diretoria da BrasilTelecom? Com que frequência?

A SRA. CARLA CICCIO – Dependendo da necessidade.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quem usava mais: a BrasilTelecom ou o Grupo Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei, não sei sinceramente, porque não era envolvida, e o Consórcio Voa era uma pequena participação da BrasilTelecom, então eu não era envolvida no *micromanagement* do Consórcio Voa, e Consórcio Voa estava com a sua administração, era administrado como qualquer outra administração.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr^a Carla, a senhora disse que era pouco: 15%. A informação que tenho é que eram 67%.

A SRA. CARLA CICCIO – Então aqui 15%, aqui-lo que falei. A minha assessora falou de 15%, então pode ser...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não, mas a informação que tenho é que eram 67%. Então, se a minha informação estiver correta, não era um consórcio qualquer.

A SRA. CARLA CICCIO – Então, me parece 15%, está falando a minha assessora.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Bem, a senhora declarou agora há pouco para o Deputado Silvio Torres que a Kroll foi contratada na Inglaterra. Quem a contratou? A senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – A diretoria da BrasilTelecom, sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A senhora que a contratou?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E a senhora a contratou por que valor? Qual o valor que foi pago de um contrato – a senhora diz que foi a senhora que contratou? Quanto pagou?

A SRA. CARLA CICCIO – O contrato era baseado na prestação de serviços e não me lembro do total que foi pago completamente, mas me lembro bem que era cerca de duzentos, dependendo do serviço prestado. Cada mês, era um valor mais ou menos diferente, mas era cerca de US\$200 mil, US\$250 mil por mês.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Por mês. E o pagamento era feito no Brasil ou na Inglaterra?

A SRA. CARLA CICCIO – O pagamento era feito no Exterior.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Feito no Exterior. E a senhora tem contrato com a Kroll.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, temos contrato, sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem contrato. E a Kroll teve contato, além da senhora, com mais quem? A Kroll? Ela dizia: “olha, nós estamos prestando serviço”. A senhora diz que tem de pagar todo mês, conforme era prestado o serviço. Ela entregava relatório para a senhora e mais quem?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, foram feitos... Primeiro, quero explicar que essa contratação da Kroll não era a contratação mais importante que eu tive...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Pode não ser a mais importante da senhora, quero saber porque, para mim que estou perguntando é a mais importante.

A SRA. CARLA CICCIO – Claro.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eles prestavam contas para a senhora todos os meses, e mais quem?

A SRA. CARLA CICCIO – Normalmente o contato era eu, mas quando foram feitas algumas avaliações de perda, de danos da parte da BrasilTelcom, pelas ações feitas pela Telecom Itália, se encontraram com outros diretores. Mas ponto de contato era eu.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quais são os outros diretores?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Estou ouvindo a senhora e dá a impressão que para o cargo que a senhora ocupava a senhora é muito esquecida; um cargo importante e a senhora esquece tanta coisa, pelo que estou ouvindo. Vamos tomar cuidado, não esqueça tanto porque pode dar problema.

E os documentos produzidos pela Kroll, onde eles estão, hoje?

A SRA. CARLA CICCIO – Estão com os advogados americanos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E por que estão com os advogados americanos?

A SRA. CARLA CICCIO – Porque depois da contratação da Kroll, foi passado aos advogados americanos, considerando que a BrasilTelecom estava pensando em entrar com uma ação judicial contra Telecom Itália nos Estados Unidos. Então os advogados americanos, para proteção confidencial, sugeriram que passassem para eles a contratação, e agora a documentação está com eles.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Os resultados, por exemplo, a Kroll entregava os resultados para a senhora, e a senhora reunia-se com quem para discutir o que fazer?

A SRA. CARLA CICCIO – Na realidade, eu não recebia relatório, eu tinha contatos com as pessoas, com os executivos da Kroll, eles me davam informações, e depois, baseada nisso, eu discutia, às vezes, com o meu diretor financeiro.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quem era o diretor financeiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Dr. Paulo Padrão.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A Kroll passava por escrito os relatórios para senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Não diretamente. A maioria das vezes durante essa contratação, dependia, por exemplo: quando se tratava da parte de avaliação de danos, foram passados por escrito toda avaliação de dano. Quando se tratava de levantamento de informações, a maioria era relatada oralmente e depois foi feito um relatório final no princípio deste ano.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A Kroll fazia escuta de telefones?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A senhora está sendo processada por quê?

A SRA. CARLA CICCIO – Estou sendo processada porque em (*Incompreensível.*) roubaram os relatórios da Kroll, e eu fui indiciada baseado nos relatórios roubados que a Kroll declarou que tinham sido roubado e falsificado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Por que havia escuta de políticos?

A SRA. CARLA CICCIO – Pelo que me consta não tinha escuta de políticos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A senhora conhece o Sr. Abner Schemesc?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A senhora conhece do Sr. Carlos Rodenburg?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Ele foi filmado pela Polícia Federal nos escritórios do Sr. Abner Schemesc; que é um outro serviço de espionagem que foi utilizado pelo Opportunity. Que serviço ele prestou para a BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Nenhum.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Certeza?

A SRA. CARLA CICCIO – Com certeza. Que eu saiba, não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Que a senhora sabe, não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Mas não tem certeza se não prestou serviço para BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Tenho quase certeza de que ele não prestou serviço para a BrasilTelecom.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Quase certeza?

A SRA. CARLA CICCIO – Posso assegurar, com certeza, que não prestou serviço.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É que a Operação Chacal filmou o Sr. Carlos Rodenburg no escritório do Sr. Abner, e o Sr. Carlos Rodenburg não contratou os serviços do Sr. Abner?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. O senhor precisa perguntar ao Sr. Rodenburg. Essa denúncia não tem nada a ver com a denúncia da BrasilTelecom, pelo que me consta. São dois assuntos separados.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Rapidamente, vou até completar, quando a senhora falou a respeito do Roberto Mangabeira Unger, que ele era ou é consultor e amigo do Sr. Daniel Dantas... Ele prestava serviço para o Sr. Daniel Dantas e para a BrasilTelecom? Para os dois?

A SRA. CARLA CICCIO – Acho que sim, mas posso falar sobre o contrato que o Sr. Roberto Mangabeira tinha com a BrasilTelecom, sobre o serviço que ele prestava pela BrasilTelecom.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Enquanto a Sr^a estava no Opportunity ele prestava serviço lá?

A SRA. CARLA CICCIO – Que eu me lembre, não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Fiquei observando. A senhora fez um relatório dizendo que entrou na BrasilTelecom em 2001; em 1999, saiu do Opportunity; antes trabalhou, até 1998, na Telecom Itália. Depois, contrata a Kroll para investigar a Telecom Itália. A senhora se considera confiável, tendo passado por empresas que fazem competição entre si? Não é antiético esse tipo de comportamento?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Acho que sou ética. Não acho antiético meu comportamento. Sou uma executiva internacional, uma executiva de mercado. Trabalho quando me dão oportunidade. Acho que fui escolhida pelas minhas experiências. No caso específico, como Presidente da BrasilTelecom, meu dever fiduciário era com a BrasilTelecom. Infelizmente, na Telecom Itália fui contra os interesses da BrasilTelecom. Eu precisava defender, exatamente por ética, os interesses da BrasilTelecom.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A empresa Guaranhuns a senhora conhece?

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Empresa Guaranhuns? Estou perguntando se a senhora conhece a empresa.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não conhece?

A SRA. CARLA CICCIO – Não conheço.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Pergunto por curiosidade, porque é uma empresa que estamos investigando.

Quero voltar à questão da Kroll. Quantas reuniões a senhora teve junto com o Opportunity e com a Kroll, os três juntos?

A SRA. CARLA CICCIO – Lembro-me de uma reunião que foi feita a pedido do Presidente da Kroll International, se me lembro, com o Sr. Daniel Dantas. Não me lembro quando foi feita, não sei se em 2003. Foi pedida pela Kroll simplesmente porque eles queriam ouvir a posição do Sr. Daniel Dantas como controlador. Que eu me lembro, foi uma.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, a senhora se lembra de uma reunião que a senhora participou junto com o Daniel Dantas e a Kroll. Onde foi realizada essa reunião?

A SRA. CARLA CICCIO – Se me lembro, se me lembro, foi realizada no escritório da BrasilTelecom no Rio, se me lembro.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O que foi acertado nessa reunião?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei, estou tentando lembrar, mas não foi acertado. De acordo com o que eu me lembro dessa reunião, foram feitas perguntas. O Presidente da Kroll International fez perguntas ao Sr. Daniel Dantas para ver, na visão dele, o que tinha acontecido com a CRT. Era mais um relato. Para ouvir mais do que para fazer acerto. Não houve nenhum acerto.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não foi nessa reunião que ficou acertado fazer um acompanhamento de autoridades do Governo Federal?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom nunca pediu à Kroll para fazer nenhum acompanhamento de personagem político. As cópias do contrato eram muito claras: levantamento de informações sobre a Telecom Itália.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A cópia do contrato é uma coisa. Por fora, posso conversar outras.

A SRA. CARLA CICCIO – Nunca foi pedido.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Pela senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O Sr. Daniel Dantas não solicitou isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Na reunião da qual participei, não. Não posso comentar de outras que tiveram.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Houve outras reuniões entre o Sr. Daniel Dantas e a Kroll?

A SRA. CARLA CICCIO – O Sr. Daniel Dantas esteve aqui. Acho que os senhores tiveram oportunidade de perguntar a ele.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Mas estou perguntando à senhora agora?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. Não sei. Acho que não, mas não sei.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria de, rapidamente, a bem do esclarecimento público, citar os dados do BNDES que fiquei de fornecer sobre prazos para concessão de financiamentos.

À mesma época em que a BrasilTelecom solicitou financiamentos no BNDES, em 2002, outros dois grupos de telecomunicações também solicitaram à época, e o menor prazo foi o da BrasilTelecom. O prazo médio foi de 17 meses, e o prazo entre o enquadramento e a contratação da BrasilTelecom foi de 14 meses contra os 17. O prazo maior foi de 22 meses de outra solicitação de empréstimo. O prazo médio geral do BNDES é de 14.2 meses, portanto, ainda com relação ao conjunto dos financiamentos do BNDES o prazo da BrasilTelecom ficou abaixo da média do Banco. E, por fim, resalto que 80% dos valores do financiamento foram desembolsados quando ainda era Presidente a Sr^a Carla Ciccio.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro quero me permitir fazer uma consideração que entendo importante, inclusive com a presença do Deputado Osmar Serraglio, que é o nosso Relator, relativamente à questão da prorrogação da CPML dos Correios. Estamos vivendo uma situação um pouco inusitada e talvez um pouco constrangedora na Casa por conta da prorrogação das CPMLs e, de uma forma muito específica, muito especial, a dos Correios e a da chamada Compra de Votos ou Mensalão, como alguns dizem.

Ocorre que, primeiro, a do Mensalão vence o prazo hoje e estão correndo com assinaturas. Já assinei pelo menos três listas, prorrogando por 120 dias, por

90 dias e a última por 30 dias. Assinei e assino todas as prorrogações porque entendo faz-se necessário que as CPIs, no caso a do Mensalão, tenha prazo suficiente para fazer a sua conclusão. Não é possível que uma CPMI da magnitude, da grandeza, do significado, da importância do tema que, enfim, perquiriu, como é o caso, termine por isso mesmo: sem relatório, sem apontamentos, sem indicativos, enfim, sem norte, sem rumo, sem direção. Não é possível. Por isso, sou favorável à prorrogação. Penso que, a essa altura, a Câmara, o Senado, o Congresso Nacional tem de, no mínimo, prorrogar por 30 dias. Quero deixar bem clara essa posição. Se mais forem necessários, 60. O que não pode é alguns quererem prorrogar por 120 dias ou nada. Quem quer 120 dias ou nada não quer, porque joga tudo fora, porque não temos de fazer uma outra CPI dentro da CPMI. Quero falar com parcimônia e com imparcialidade. Sou da Oposição e quero que as CPMIs andem, mas não quero que virem essa disputa em que todos vamos pagar, Oposição, situação. Fica ridículo para o Congresso Nacional, no meu caso especificamente, para a Câmara dos Deputados, pagar um mico deste, de uma CPMI terminar sem relatório, ainda que eu não participe dela.

No que diz respeito a nossa, vamos entrar numa situação um pouco parecida na CPMI dos Correios porque ela foi prorrogada por 120 dias, com a minha assinatura. Inclusive, instaram que retirasse a assinatura, não retirei, não retiro, cuspi, não lambo, ou então não teria cuspidido, desculpe a expressão, é um pouco chula e um tanto missioneira, é mais do que gaúcha, é missioneira porque a região das missões é uma parte estanke do Rio Grande, permita-me dizer assim. De tal sorte que também vejo pela mesma ótica. Daqui a pouco, tem dois colegas Parlamentares que estão alegando que pediram a retirada, não retiraram a assinatura e, por conta disso está garantida a prorrogação, e caindo a assinatura deles cai a prorrogação.

Quero dizer do mesmo modo, da mesma forma, entendo que a retirada da assinatura desses dois colegas – e se eles pediram a retirada, tem de retirar, não podemos brincar de faz-de-conta – faz cair a prorrogação de 120 dias, o que não quer dizer que a CPMI não possa ser prorrogada, basta uma nova coleta de assinaturas, temos prazo, não é preclusivo, não é terminal, não é final o prazo. Aliás, gostaria de obter uma informação correta aqui, ou seja, qual é o prazo final da nossa CPMI, sem prorrogação? Dia... (Pausa.)

Ajude-me, Presidente, se V. Ex^a tiver isso em mãos.

São 180 dias? Eu acho que é 8 de dezembro, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É 12 de dezembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É 12 de dezembro. Então temos prazo suficiente. Eu quero aqui, da mesma forma a que me referi à CPMI do Mensalão, fazer uma manifestação específica em relação à nossa CPMI. Acho que 120 dias é o prazo ideal, tanto que assinei isso. Tragam-me outra lista que assino de novo, sem nenhum constrangimento. Essa é a minha postura. Somos três Deputados do PDT do Rio Grande do Sul e dois deles já assinaram, o Deputado Collares e eu, como integrante da CPMI, assinei também. Eu também quero fazer a leitura. Se nós tivermos dificuldade para prorrogar por mais 120 dias, é possível fazer um acordo e prorrogar por 60, quem sabe, por 90 dias. O que não pode acontecer é chegarmos ao dia 12 de dezembro, entrarmos num prazo preclusivo e morrermos de inanição, sem um relatório, sem uma conclusão.

Assim, a CPMI do Mensalão já está pagando mico, quando corre atrás do último dia. A CPMI do Mensalão não sabia que o prazo ia prescrever, ia vencer hoje? Sabia. Tinha o dever, a obrigação de saber. Tanto o Presidente quanto o Relator são homens, Deputados e Senadores honrados, dignos, mas estão nesse impasse, que é ruim para eles e respinga em nós.

Por isso, nós, da CPMI dos Correios, não podemos incorrer nessa irresponsabilidade, Deputado Osmar Serraglio. Sei que V. Ex^a está muito atento a isto; ou seja, esperarmos chegar ao último dia para vermos o que vamos fazer, se é que haverá tempo para isso, e sairmos correndo atrás da máquina, tentando recuperar o tempo perdido. Quem madruga Deus ajuda. Boi lardo bebe água suja. Quem chega primeiro à fonte vai beber da melhor água. Assim, vamos chegar primeiro. Se não for possível os 120, vamos pegar os 90, quem sabe, 60? Sessenta dias talvez não seja o prazo que gostaríamos, mas uma coisa é o que eu quero e outra coisa é o que eu posso. Então vamos alcançar aquilo que é possível. O que não pode ocorrer é pagarmos o mico de chegarmos ao final da CPMI sem termos absolutamente nenhuma conclusão e a CPMI morrer de inanição, como está acontecendo com a CPMI do Mensalão. Eu vi os colegas parlamentares lá, apavorados, desesperados, indo de gabinete em gabinete pedindo assinaturas, fazendo um trabalho que considero extremamente digno e, ao mesmo tempo, humilde e grande. Isso porque os próprios Deputados sentiram na pele que perderam o *time*, perderam a hora. Assim, eles mesmos estão indo de gabinete em gabinete. Eu acho que isso é até um ato de grandeza, mas não precisamos repetir isso, repetir essa cena.

Estamos no dia 16 de novembro, às 16h6min, e o nosso prazo vai vencer só no dia 12. Temos pelo menos mais 26 dias para fazermos esses encaminhamentos, para darmos norte, darmos rumo, darmos seguimento aos trabalhos da CPMI.

Eu, obviamente, teria mais alguns questionamentos para fazer, mas, Presidente, sei que...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Ela pediu permissão para ir ao toalete.

Enquanto isso, quero dizer a V. Ex^a que é justa e válida a sua preocupação com relação à conclusão dos nossos trabalhos. Mas a Mesa está vigilante e atenta. Já há sub-relatórios prontos e que servirão de embasamento para o relatório final.

Assim, agradecemos a sempre e valiosa colaboração de V. Ex^a.

Vamos aguardar o retorno da depoente. (Pausa.)

Devolvo a palavra a V. Ex^a, nobre Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Presidente Asdrubal.

Quero cumprimenta a Sr^a Carla.

A senhora que está ao lado de V. S^a é sua advogada? Já foi declinado o nome dela?

A SRA. CARLA CICCIO – Já foi, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem mais alguém que lhe acompanha?

A SRA. CARLA CICCIO – Tenho também o Sr. Fernandez Guimarães.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É seu amigo de infância? Não parece, desculpe-me. Ele parece bem mais moço. Vai ver que é o mandato parlamentar, que machuca até as entranhas. Um exagero, não é? Mas, D. Carla, A senhora não é brasileira, não é?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, eu sou italiana, de nacionalidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem cidadania brasileira?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem visto brasileiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é o visto?

A SRA. CARLA CICCIO – Na realidade, era visto de trabalho, eu acho. Visto permanente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem um visto permanente?

A SRA. CARLA CICCIO – Tenho um visto permanente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem um prazo de validade esse visto?

A SRA. CARLA CICCIO – Teria que perguntar... 2011.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, não é permanente; ele tem prazo de validade.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, 2011. Não sei qual é a diferença jurídica, vou perguntar aos meus advogados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu gostaria que a senhora trouxesse à CPMI – faço este requerimento, Sr. Presidente –, para incorporarmos ao seu depoimento, a cópia do seu passaporte, no que diz respeito à questão do visto. Então, cópia do passaporte, cópia autenticada, que possa ali revelar a condição do visto, porque existe o visto para trabalho e o visto que não é para trabalho, o visto que é para o turismo. Enfim, para fazermos essa leitura. A senhora teve esse visto quando? Há quantos anos a senhora está no Brasil?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu tive dois vistos. Um em 1999, depois ele foi refeito, em 2000.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O primeiro visto, o que era?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro. Sinceramente, não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem do prazo de validade?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Possivelmente, devia ser de turismo. Mas a senhora já veio para trabalhar?

A SRA. CARLA CICCIO – Não (*Incompreensível.*) para trabalhar. Eu estava com (*Incompreensível.*) para trabalhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando a senhora veio...

A SRA. CARLA CICCIO – Em 1997, quando vim, eu estava com visto de trabalho e não de residente no Brasil. Ida e volta, ida e volta...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora veio para cá em que ano?

A SRA. CARLA CICCIO – Em que termos? Para trabalhar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A primeira vez em que veio ao Brasil?

A SRA. CARLA CICCIO – Em 1996.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em 1996? A senhora não pediu visto?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, porque na época eu não era permanente aqui. Estava aqui dez dias, voltava, depois de um mês, está entendendo? Não era permanente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando é que a senhora pediu o primeiro visto?

A SRA. CARLA CICCIO – Parece-me que foi em 1999, quando vim aqui para trabalhar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E esse visto que a senhora pediu e ganhou por quanto tempo?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro, porque fiz outro pedido em 2000. Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Peça que a senhora forneça cópia do seu passaporte.

A SRA. CARLA CICCIO – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cópia de inteiro teor, vamos pedir assim, do passaporte. De capa a capa, autenticado, até porque a questão do visto é extremamente importante na medida em que temos visto de turismo, visto que não permite trabalhar, e a senhora veio para cá diretamente para trabalhar. Então, precisamos fazer essa averiguação sob o aspecto legal da sua permanência no Brasil. Na sua informação, o primeiro visto não foi de trabalho, mas não vamos ficar aqui discutindo hipóteses, até porque também só tenho a informação, não tenho a confirmação. A senhora tem o documento, vamos conferir seu documento com a informação: se a senhora ganhou visto de trabalho; e, se não ganhou visto de trabalho, como é que estava trabalhando. Vamos checar, isso é importante, até porque temos tantos brasileiros desempregados e trazemos um estrangeiro com emprego garantido sem ter visto de emprego.

A senhora nunca pediu cidadania brasileira?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca entrou com um pedido de cidadania?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem cogitou disso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem cogita?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora presidiu a BrasilTelecom de 2000 a 2005. E qual é o prazo dessa contratação que a BrasilTelecom fez para, digamos assim, acompanhar os trabalhos da Telecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Poderia repetir a pergunta? Desculpe-me, mas não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora presidiu a BrasilTelecom de 2000 a 2005, não é? E a BrasilTelecom contratou a Kroll para “espionar” a Telecom Itália, para acompanhar os negócios da Telecom Itália. Sabemos que, no mundo dos negócios,

informação é poder. Aliás, o poder é dinheiro, é cargo e é informação. Então, quem tem dinheiro, tem cargo e tem informação está com o poder. Essas três coisas juntas conferem o poder pleno. Você sabe das coisas, tem o dinheiro porque sabe e tem o cargo em função do que está sabendo.

Por quanto tempo vigorou o contrato da BrasilTelecom com a Kroll para investigar, para acompanhar as atividades da Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Desde o princípio de 2003 até 2005.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Terminou em 2005, porque a Polícia Federal descobriu, mas existia um prazo determinado?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, o contrato não tinha prazo determinado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era pelo tempo em que durasse o estoque?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Era uma consultoria sem prazo determinado. O serviço era pago quando era feito. O fim do contrato com a Kroll, na realidade, foi uma consequência do fato de a BrasilTelecom ter chegado a um acordo com a Telecom Itália que era objeto de levantamento de informação do contrato da Kroll. Então, foi decidido finalizar o contrato com a Kroll.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que terminou o contrato?

A SRA. CARLA CICCIO – Exatamente por isto, porque a BrasilTelecom chegou a um acordo com a Telecom Itália.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era um acerto?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, foi feito um acordo, que além de tudo foi bem...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Um acordo comercial?

A SRA. CARLA CICCIO – Foi um acordo comercial, claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E essas informações que a Kroll levou para a BrasilTelecom em decorrência das investigações, do acompanhamento – como a senhora chama? – do trabalho que a Kroll desenvolveu..

A SRA. CARLA CICCIO – Levantamento de informações.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Consultoria.

A SRA. CARLA CICCIO – Consultoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Levantamento de?

A SRA. CARLA CICCIO – Levantamento de informações.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Levantamento de informações. No jargão popular, para nós, é espionagem. Até quanto foram importantes essas informações para formar o acordo BrasilTelecom/Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Como quaisquer outras ações que foram desenvolvidas nesses anos de defesa dos interesses da BrasilTelecom, eles deram uma contribuição junto com outras ações que a BrasilTelecom fez, para ao final, sentarem-se à mesa para fechar um acordo com a Telecom Itália.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desculpe-me, mas não consegui acompanhar todo seu depoimento. A senhora chegou a mencionar aqui o valor que a BrasilTelecom pagou para a Kroll por esse serviço prestado?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu falei que não me lembrava exatamente do valor, mas eu sabia que, mais ou menos, dependendo dos meses, que era uma média de US\$250 mil por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – US\$250 mil por mês?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como foi no início de 2003 e terminou em meados de 2005, vamos somar: são trinta meses aproximadamente?

A SRA. CARLA CICCIO – Aproximadamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais ou menos trinta meses. Então são 30 vezes 250? É isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Pode ser. Em alguns meses era menos, em outros eram mais. Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, são quase US\$7 milhões?

A SRA. CARLA CICCIO – Pode ser sim. Por trinta meses de trabalho de uma grande consultoria de uma empresa americana é absolutamente em linha com o mercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu vou virar espião. Está louco! Dá mais do que ser Deputado. Imagine! É só dar uma espiadinha lá... É muito dinheiro, sete milhões! Tem como a senhora... Foi contabilizado esse dinheiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Claro. Tudo que é contratado na BrasilTelecom é contabilizado. Tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou pedir que a senhora traga à CPMI. Se a senhora não quiser, posso requerer, mas se a senhora se comprometer, não requero, mas vou cobrar. Porque a CPMI pode requisitar.

A SRA. CARLA CICCIO – Que coisa?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A cópia do contrato já foi pedida...

A SRA. CARLA CICCIO – Não sou mais funcionária da BrasilTelecom, então, não estou na condição de poder... Vocês podem pedir diretamente à atual administração da BrasilTelecom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou fazer, então, Sr. Presidente, depois, um requerimento, requisitando cópia desse contrato e o comprovante dos pagamentos. Porque US\$7 milhões para espionar, hem, Professor Rosinha! Por isso sabem tudo da gente. Entram na perna do pato e sai na perna do pinto. Viram do avesso! É claro que vão saber tudo de governo, é claro. Por isso que a gente fala no telefone e sempre tem alguém ouvindo a gente. Eles ouvem tudo. Até acredito, Deputado Osmar Serraglio – ouvi V. Ex^a se queixando; eu já me queixei e não me queixo mais –, que o meu telefone está grampeado. E sabe por que está grampeado? Eles estão arquivando informações. Tudo que conversamos eles grampeiam e guardam. Daqui a quatro, cinco, seis anos, oito anos, dez anos, o Deputado Osmar Serraglio vai ser o Governador do Paraná, o Deputado Asdrubal vai ser não sei o que lá, o Pompeo de Mattos pode ser aquele outro. Eles têm na mão e dizem: “Tenho uma gravação do Pompeo aqui!” Vejo, todo dia, na televisão. Eles colocam. Enquanto não tivermos uma lei muito clara sobre as gravações... Sabe como é que eles fazem as gravações? Eles fazem assim: gravam e aí, depois de gravado, se eles descobrem alguma coisa que interessa, eles pedem para a Justiça. Aí, a Justiça autoriza gravar e eles botam o que já está gravado. Entendeu? Então, é um concurso de banditismo. É um concurso de banditismo contra o qual não há remédio, a não ser que esta Casa chame para si a responsabilidade, tome posição e crie uma lei muito dura contra a espionagem no Brasil. Senão, vamos ser reféns permanentes da espionagem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, esgotou o tempo de V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou concluir, Sr. Presidente. Desculpe-me.

A senhora falou que a BrasilTelecom gasta, em média, por ano, com agência de publicidade, 1,5% do faturamento. Agora, quanto é 1,5? Precisamos quantificar para que possamos entender valores. Quem nem perguntei para a senhora: quanto é que pagava lá para espionagem? US\$250 mil por mês. Tantos meses, tantos milhões, sete milhões. Agora quero saber quanto a senhora gastava de publicidade na BrasilTelecom, por mês. Quanto é 1,5%?

A SRA. CARLA CICCIO – Você está me fazendo perguntas muito detalhadas, que não me lembro.

O valor, normalmente, quando se fala de valores de percentuais, por exemplo, custo de publicidade sobre a receita líquida, 1,5; comparado, por exemplo, com custo de publicidade feito em 2001, que era de 2%, isso significa que as empresas, mesmo crescendo e mesmo precisando de mais publicidade, significa que teve uma redução de custo. Agora, os valores totais, infelizmente, não me lembro de cabeça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não sabe o faturamento da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Estou falando de 2004 e da receita líquida. De 2004, lembro o faturamento da... Olha aqui: em 2004 – desculpe-me – a BrasilTelecom gastou R\$134 milhões sobre o lucro líquido, sobre a receita líquida. R\$134 milhões, incluindo lançamento do celular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – R\$134 milhões em publicidade?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim. Em 2004.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em 2004. É um bom dinheiro, não é? Um bom dinheiro.

Bom, só duas perguntas, Sr. Presidente. Teria aqui várias perguntas para fazer, mas sei que o tempo é curto. Os colegas também...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a pode se reinscrever.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas são só duas, Presidente. Não quero, também, tomar seu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a complacência dos companheiros.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...nem castigar os colegas aí.

A senhora conhece Eduardo Rascovski, Naji Nahas, Regina Yazbek, Eduardo, o Dudu Gomes, e Marta Serrano? Já ouviu falar em alguns desses nomes?

A SRA. CARLA CICCIO – É...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos por parte. Eduardo Rascovski...

A SRA. CARLA CICCIO – É. Eduardo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Rascovski?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Naji Nahas?

A SRA. CARLA CICCIO – Já senti... Já... Sei quem é como pessoa, mas nunca encontrei. Não conheço pessoalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pessoalmente não conhece?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Regina Yazbek?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Eduardo, o Dudu Gomes? Esse a senhora conhece.

A SRA. CARLA CICCIO – Conheço, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conhece. Eu sei que a senhora conhece. Quem é ele?

A SRA. CARLA CICCIO – Era um consultor na BrasilTelecom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Consultor. Que tipo de consultoria?

A SRA. CARLA CICCIO – Dava consultoria sobre eventos, especificamente na área de *marketing*, sobre eventos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sobre evento?

A SRA. CARLA CICCIO – Eventos. Eventos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que é evento? Desfile?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. A BrasilTelecom precisa ter eventos. O que se chama eventos? Por exemplo, lançamento de um produto, se organizam eventos no sentido de que se façam convites para os clientes ou para futuro clientes. Eventos, por exemplo, a participação na ExpoCom, em Florianópolis. Esses são eventos. A BrasilTelecom tem dezenas de eventos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas ele fazia o que nesse evento? Ele dizia, por exemplo, como se vestir, como se apresentar?

A SRA. CARLA CICCIO – Dependendo do evento, mas ele era... (*Incompreensível.*) de como poderiam ser feitos os enfeitos... Enfeitos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Enfeites. É.

A SRA. CARLA CICCIO – Enfeites, essa parte mais de estética.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De estética. Era um consultor para assuntos de estética da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não estou falando... Eu estou tentando te explicar melhor... De estética, sim. Como sabe, os eventos são muito importantes, é a parte mais visível.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, é que ele já esteve na CPMI, aqui. Já esteve aqui e a leitura que se tinha é que seria uma espécie de estilista pessoal.

A SRA. CARLA CICCIO – Meu?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sei.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Meu, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De quem, então?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. Ele trabalhava na BrasilTelecom. Ele dava esse tipo de consultoria pela BrasilTelecom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei de outras consultorias que o Sr. Dudu Gomes poderia ter. Ele era consultor, não era *full time*, não trabalhava tempo pleno na BrasilTelecom. Era consultor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E que ele, inclusive, prepararia as pessoas para dar o depoimento, dava as dicas de como se vestir, como se portar, como se pôr, como dizer, como falar.

A SRA. CARLA CICCIO – É você quem está me informando. Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas combina com o que a senhora está dizendo. Ele era uma espécie assim... A senhora recém mesmo disse, como se enfeitar.

A SRA. CARLA CICCIO – Então, você sabe muito mais sobre o Sr. Dudu Gomes do que eu sei. O que eu posso falar é sobre o trabalho que ele fez pela BrasilTelecom. Não sei se ele faz outras consultorias.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, a senhora pode ter certeza que quem pergunta, sabe. Quando a gente não sabe, a gente não pergunta. E essa é uma leitura para... Se a senhora pensa que eu sou bobo... Eu não sou bobo. Eu lhe pergunto o que eu sei. Se eu não sei, não adianta lhe perguntar, porque a senhora me responde o que não é e fica por isso mesmo. Eu sei! Mas não é para mim que a senhora está respondendo, a senhora está respondendo é para a CPMI. Eu sou uma parte da CPMI. Eu sou uma pecinha, um pião nesse jogo de xadrez. Então, eu só vou perguntar o que eu já sei. A senhora disse: “Não, mas o senhor sabe mais.”. Eu sei mais. Mas, eu sei mais do que a senhora pensa que eu sei, e a senhora sabe muito mais do que eu estou sabendo. Só que a senhora não quer dizer. Essa é a diferença. A senhora não quer dizer. Mas eu sei, não tudo que a senhora sabe, mas eu sei muito mais do que a senhora imagina. Por isso eu estou lhe perguntando. E aí, quer falar mais dele? (Risos.)

A SRA. CARLA CICCIO – Não tenho nada a falar de Dudu Gomes. (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não? Deu empate, então. Desempatamos. Desempatamos.

Pois é, e ele trabalhava tão próximo da senhora, tão juntinho, né?

Vou lhe fazer uma última pergunta, até para não ser insistente. Qual era a agência de viagem utilizada pela BrasilTelecom? Qual era a agência de viagem, quando a senhora era presidente, que a BrasilTelecom usava?

A SRA. CARLA CICCIO – Kontika.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como?

A SRA. CARLA CICCIO – Kontik. Não sei se é Kontik ou Kontika.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Kontika. E quanto era o gasto com essa agência? A senhora tem uma noção?

A SRA. CARLA CICCIO – Não tenho a mínima idéia de quanto era gasto específico por este fornecedor de serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De quem era essa agência?

A SRA. CARLA CICCIO – Da Kontik.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas a Kontik... Kontik é uma pessoa ou uma empresa?

A SRA. CARLA CICCIO – É uma empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, ela tem que ser de alguém. A empresa não é...

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, eu sei. Mas eu não sei...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem era o dono? Que nem a BrasilTelecom, a BrasilTelecom, alguém é dono da BrasilTelecom. Obviamente vários sócios. Enfim...

A SRA. CARLA CICCIO – No caso específico da Kontik, eu não sei a composição acionária da Contik.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora conhece Mônica Dantas?

A SRA. CARLA CICCIO – Conheço, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ela era da Kontik?

A SRA. CARLA CICCIO – Ela era uma funcionária... uma funcionária consultora da Kontik, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sabe se é funcionária, consultora ou dona?

A SRA. CARLA CICCIO – Pelo que me consta, ela não é dona. Mas eu não sei. Sempre me foi falado que era funcionária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sócia?

A SRA. CARLA CICCIO – Que me conste... não sei. Eu acho que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora acha que não, mas não sabe?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas a senhora contratava a agência?

A SRA. CARLA CICCIO – A contratação da Kontik foi feita num processo de que participaram outras empresas de... outras fornecedoras de serviços de viagem. E a Kontik é uma empresa, além de tudo, que presta serviço à Petrobrás, presta serviço à Odebrecht. Então, foi escolhida (*Incompreensível.*) estava há anos prestando serviço à BrasilTelecom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, isso eu sei, que ela presta serviço para várias outras empresas. Mas eu quero saber especificamente da BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Para a BrasilTelecom presta serviço, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, a Sr^a Mônica, a senhora não sabe se ela era dona, diretora, sócia, funcionária ou estagiária.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, eu estou quase com certeza que ela é... não sei se é funcionária ou consultora da Kontik. Acho que não é dona nem... como se chama... acionista.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu concluo, Presidente.

O que a Dona Mônica é do Sr. Daniel Dantas?

A SRA. CARLA CICCIO – É irmã do Sr. Daniel Dantas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o que é que o Sr. Daniel Dantas é da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Hoje, nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o que ele foi? O que ele era na época?

A SRA. CARLA CICCIO – Era... Ele fazia parte... Em realidade, ele era um diretor do grupo CVC/Opportunity. Ele era gestor do fundo CVC/Opportunity.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem. Só a última pessoa: o Sr. Jambeiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Ele era marido da Sr^a Mônica Dantas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era estagiário da empresa, funcionário, sócio, dono?

A SRA. CARLA CICCIO – Era funcionário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funcionário?

A SRA. CARLA CICCIO – Gerente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funcionário gerente.

A SRA. CARLA CICCIO – Funcionário gerente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Pompeo.

Concluída a lista de inscritos, vamos agora à reinquirição.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem assina os contratos com a SMP&B e com a DNA junto com a senhora são os Srs. Luciano José Porto Fernandes e Paulo Pedrão Rio Branco. Quem são esses senhores?

A SRA. CARLA CICCIO – O Sr. Luciano era diretor adjunto da diretoria de material e serviço e o Sr. Paulo Pedrão era diretor financeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eles saíram também, já, da BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Eles saíram da BrasilTelecom, sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Junto com a senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. O Sr. Paulo Pedrão saiu, pediu demissão... não me lembro se em junho ou julho desse ano...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E pediu demissão por quê?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. A senhora precisa perguntar a ele. Ele é que pediu demissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não sabe?

A SRA. CARLA CICCIO – Não gostaria de comentar pelo que eu acho que pode ser. Ele não me explicou. Ele pediu demissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu estou fazendo essa pergunta porque foi muito estranho, porque o requerimento de oitiva da senhora, do Sr. Luciano e do Sr. Paulo Pedrão foram apresentados por mim. E houve muito apoio para que a senhora viesse, mas para os outros dois não. Inclusive eu não consegui aprovar por consenso, apesar de assinarem o contrato e de ser de fundamental importância, neste momento, entendermos por que a BrasilTelecom assina dois contratos com as empresas do Marcos Valério, contratos que somam 50 milhões e, logo que aparecem os escândalos e começam os trabalhos da CPMI, Deputado Rosinha, esses contratos são suspensos, deixam de serem executados. É muito estranho que exatamente essas duas pessoas não tenham apoio nem do Sub-relator. O Sub-relator fez questão... O Deputado Carlos Willian é testemunha de ele que fez questão de vir aqui dizendo que não havia acordo para a oitiva exatamente desse Sr. Paulo Pedrão, que se demitiu e a senhora não quer nos dizer por quê.

A SRA. CARLA CICCIO – Não é que eu não queira dizer por quê...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A senhora não sabe.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu imagino... O Sr. Paulo Pedrão era diretor financeiro da companhia. Como diretor financeiro da companhia, ele, ao mesmo tempo, era também, diretor executivo... Eu vou... Explico...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Ele poderia nos prestar esclarecimentos?

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe....

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Pois não.

A SRA. CARLA CICCIO – Vou pedir desculpas se estou usando algum termo que não é exato, porque pode ser que não seja um termo exato: diretor presidente também da Fundação 14. A Fundação 14, como você sabe... A Fundação 14 era a fundação dos aposentados da BrasilTelecom, e a BrasilTelecom era patrocinadora.

O Sr. Paulo Pedrão foi responsável pelo processo de venda de uma participação da Fundação 14 (*Incompreensível*.) e, logo depois, ele se demitiu da empresa. Então, estou falando em fatos. A razão específica por que ele se demitiu eu não sei, mas foi logo depois que aconteceu essa venda.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Ele trabalhava na BrasilTelecom na época da contratação da Kroll?

A SRA. CARLA CICCIO – Ele era diretor financeiro da BrasilTelecom desde antes que eu chegasse na empresa.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Então, durante o contrato da Kroll, sim.

A SRA. CARLA CICCIO – Ele foi quase seis anos.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Provavelmente ele poderia nos informar muito sobre os pagamentos e a forma como foram feitos.

Nas notas fiscais de pagamento dos serviços prestados pela Kroll aparecem notas da Telemig. A senhora pode nos explicar por que a Telemig ajudou a pagar o contrato da Kroll?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Absolutamente não. Todas as notas referentes à contratação da Kroll...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – ...foram integralmente pagas...

A SRA. CARLA CICCIO – ...pagas pela BrasilTelecom.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – ...pela BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Pela BrasilTelecom, sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quer dizer que, se nós acessarmos as notas fiscais da Telemig pagando serviços da Kroll, nós vamos interpretar isso como? A senhora mentindo ou desinformada?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não estou... Não sei se a Telemig contratou a Kroll para outras coisas.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não, não, não. A Telemig pagou a Kroll – essa é a informação que temos. Tem notas fiscais.

A SRA. CARLA CICCIO – Ok. Olha, eu posso falar como...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A informação que veio aí por baixo qual é?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Que não vai encontrar nenhuma nota da Telemig.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não vai encontrar, não existe isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Não existe? Não existem notas da Telemig pagando a Kroll pelo contrato feito pela BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Na BrasilTelecom não existe nenhum referimento da Telemig para pagarem nota da Kroll. Não existe.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A senhora conhece o Mauro Salles?

A SRA. CARLA CICCIO – Conheço.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Conhece o Mauro Salles. A senhora confirma que o Mauro Salles atuou como mediador na alienação da CRT?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Atuou?

A SRA. CARLA CICCIO – Confirmo.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – O que ele fez?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não era, na época, a Presidente da BrasilTelecom. Então não acompanhei de perto a atuação do Sr. Mauro Salles nessa tratativa. Posso relatar a V. Ex^a aquilo que eu vi. Ele fez de mediador...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Mas ele atuou como mediador a serviço do Sr. Daniel Dantas. Então, como a senhora estava no CVC Opportunity, talvez a senhora pudesse ter informações sobre isso.

A SRA. CARLA CICCIO – Mas, V. Ex^a, eu não acompanhei esse processo depois, durante a compra e a venda da BrasilTelecom.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Mas a senhora confirma que ele atuou nessa alienação?

A SRA. CARLA CICCIO – Confirmo que ele atuou, sim.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Então, a senhora não teve ciência da carta a que me referi?

A SRA. CARLA CICCIO – Não lembro qual é a carta. Se V. Ex^a me passar a cópia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou lhe passar a cópia do artigo do Josias em que ele cita trechos da carta do Mauro Salles. Inclusive, a carta do Mauro Salles também é citada em um capítulo do livro de Ney Figueiredo “Diálogos do Poder” que trata da venda das telefônicas.

Lerei os trechos se o Presidente me permitir.

Figueiredo reproduz no livro uma pergunta que Daniel Dantas confidenciara a políticos de sua confiança: “O que aconteceu com o ex-Diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, levando-se em conta a história de que circula nos bastidores sobre os famosos US\$30 milhões que teriam sobrado na operação Telemar?” Ricardo Sérgio é aquele personagem que emergiu dos célebres grampos do BNDES como operador que agiu “no limite da irresponsabilidade”.

Figueiredo diz que a grande fonte das tesourarias eleitorais é o setor público. Nesse sentido, escreve “cabe perguntar onde foram parar os US\$200 milhões que a Itália Telecom, como sócia da BrasilTelecom, controlada por Dantas, teria pago a mais pela Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT)?”

Há na CPMI dos Correios um Deputado familiarizado com a encrenca. O petista José Eduardo Cardozo encaminhou ao Ministério Público um pedido de investigação do suposto sobrepreço da CRT. Entre os documentos que fundamentam a requisição, há uma inquietante carta do publicitário Mário Salles ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A serviço de Dantas, Salles atuou como mediador da alienação da CRT, contribuiu para reduzir o preço da companhia em US\$50 milhões.

Na carta à FHC escreveu: “Meu caro Presidente, estive com o Ministro Pimenta da Veiga (Comunicações) junto com o Daniel Dantas. O objetivo do encontro era a busca de sintonia visando equacionar os problemas que cercam a compra da CRT. Salles foi ao ponto: “Fiquei surpreso quando o Ministro afirmou que a nossa interpretação dos posicionamentos do Presidente da República estava equivocada”. Àquela altura, julho de 2000, interpretações maliciosas, difundidas a partir da Itália, tentavam implicar o Presidente em uma armação inconcebível”, insinuava-se que FHC estaria de acordo com um ágio embutido no valor da CRT. Salles arrematou a carta com um apelo a Fernando Henrique: “Preciso de uma palavra sua para dissipar as dúvidas levantadas pelo Ministro Pimenta. Desculpe o desabafo e não me deixe sozinho nesta luta em que estou procurando defender o próprio interesse nacional”.

Esses são trechos da carta.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe-me.

Não conheço essa carta. Então, não posso comentar esses fatos porque não os conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Volto a dizer, para mim é tudo muito estranho. A Itália Telecom eram seus ex-patrões. Os atuais patrões estavam altamente interessados no processo da CRT. A senhora sabia da história da intermediação do Mauro Sales, mas não sabia da carta. Então, apenas para fazer o registro.

Acho que meu tempo já terminou, Sr. Presidente. Queria apenas fazer alguns registros de requerimentos que quero apresentar:

Requerer à Polícia Federal cópia de todos os documentos apreendidos referentes à Operação Chacal porque, na apreensão tem o disco rígido – e estamos com aquela pendência no Supremo Tribunal Federal, se a Ministra Ellen vai disponibilizar ou não –, mas a operação Chacal fez apreensão de inúmeros outros documentos que poderiam elucidar muitas das questões, inclusive essas questões de notas fiscais, trocas de E-mails e uma série de documentos apreendidos na Operação Chacal. Esse é um requerimento que quero apresentar.

O segundo é requerer cópia dos autos, porque fruto da Operação Chacal há um indiciamento, um processo de indiciamento no qual a Sr^a Carla Cicca é indiciada, por formação de quadrilha e espionagem usando a Kroll. Foi decorrente dessa Operação Chacal. Então quero também que a gente possa pedir a cópia dos autos do processo judicial já aberto.

Outro requerimento visa a que seja oficialmente incluído, nos documentos desta CPMI, o capítulo do livro a que me referi, Diálogos com o Poder, de Ney Figueiredo, que trata da venda das telefônicas. Como ele vivenciou todo o processo e, depois, durante um período, trabalhou para tentar melhorar a imagem do Sr. Daniel Dantas, talvez até a oitiva – e não só o capítulo – do Sr. Ney Figueiredo seja bastante elucidativa. Por enquanto, peço que anexemos aos documentos da CPMI o capítulo do livro.

Requeiro também cópia dos autos do Ministério Público Federal para investigar o suposto sobrepreço da venda da CRT e, inclusive, cópia usada na fundamentação do pedido feita pelo Deputado José Eduardo Cardozo da carta do publicitário Mauro Salles.

Requeiro também ao repórter Josias de Souza que nos disponibilize a cópia do dossiê preparado pelo Sr. Mauro Salles. Ele informa, no artigo, que ele possui esse dossiê, tratando exatamente da história da CRT.

Como eu já havia pedido, se ela nos enviar, será facilitado o nosso trabalho; se ela não nos enviar, na próxima reunião administrativa, apresentarei requerimento, solicitando cópia dos documentos comprobatórios dos

valores recebidos a título de rendimentos mensais do período em que a Sr^a Carla Cicco trabalhou na Telecom Itália, no período em que ela trabalhou nas empresas do Grupo Opportunity e no período em que ela trabalhou na BrasilTelecom, inclusive, como Presidente, com a respectiva cópia dos contratos de trabalho.

Por último, a senhora foi presidente de companhia apenas uma vez? Apenas na BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, com 40 anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Durante toda a sua vida profissional, a senhora só foi presidente de companhia uma vez?

A SRA. CARLA CICCIO – Fui nomeada, com menos de 40 anos, presidente de uma companhia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Estou passando, oficialmente, o artigo do Jo-sias.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^a que formalize os pedidos para que possamos apreciá-los na reunião administrativa de terça-feira.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr^a Carla Cicco, tanto para mim, quanto para o Deputado Pompeo de Mattos, a senhora falou a respeito dos pagamentos da Kroll. Esses pagamentos eram feitos no exterior ou no Brasil e enviado dinheiro daqui para o exterior?

A SRA. CARLA CICCIO – Era enviado em dinheiro daqui para o exterior através de procedimentos legais, através do Banco Cental... Não lembro quem efetuava o pagamento, mas que era feito pelo Banco Central, por meio de anexo de contrato, como sempre se faz nos pagamentos para fornecedores que prestam serviço no exterior ou que recebam no exterior.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Contas CC5.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe-me.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Era enviado pelas contas CC5, não é?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. Não sou experta nisso.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A senhora saiu da BrasilTelecom porque a senhora quis ou porque mandaram ou porque pediram?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Fui destituída.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Foi destituída?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, não foi a senhora que pediu sua destituição?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Por que a senhora desmantelou o sistema de segurança da Presidência da BrasilTelecom antes de sair do cargo?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não desmantelei.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Nós temos a informação de que as câmeras de segurança foram desmobilizadas.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Eu não mandei fazer nada disso. Desculpe, mas não sei a que V. Ex^a está se referindo sinceramente. Não mandei fazer nenhuma ação antes de sair. Absolutamente.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Em todo o período em que a senhora esteve na Presidência da BrasilTelecom, com que frequência se reunia com o Sr. Daniel Dantas a trabalho?

A SRA. CARLA CICCIO – Até os acontecimentos dos fatos da Kroll no passado, na realidade, meu relacionamento com Daniel Dantas é muito esporádico. Como já falei, minha interface na CVC/Opportunity era o Sr. Arthur Carvalho, Dr. Arthur Carvalho, que era também representante para serviços Opportunity no Conselho de Administração da BrasilTelecom, era a pessoa que no Grupo CVC era responsável pela – não sei se é a palavra certa – gestão, mas, assim, por acompanhar os investimentos do fundo nas empresas. Então, até lá era ele na minha interface, mas quero esclarecer que na minha função de presidente eu tenho absoluta liberdade e independência nas tomadas de decisões.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A BrasilTelecom gastou, pagou advogados na defesa dos interesses do Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Todos os advogados e todos que ... a BrasilTelecom tem mais de 120 mil ações espalhadas...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não, a minha pergunta é se ela tem pago advogados para defender interesses do Grupo Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Não?

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – São só essas as questões que me restaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Excelência. Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, serei muito breve, já que houve um “acordão” lá, para blindarem o Palocci, vamos falar aqui: eu queria

saber, Sr. Presidente, da Sr^a Carla, se, quando a Polícia Federal fez uma busca e apreensão na sua casa, a senhora achou normal aquele ímpeto, aquela vontade da Polícia Federal, muito eficiente, ou se a senhora desconfiava, assim, de algum interesse empresarial naquela busca e apreensão na sua casa.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu me senti desrespeitada e surpreendida com isso. Não posso comentar qual foi a razão disso porque desconheço, mas minha razão foi de desconforto, é claro, foi desconfortável, sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas foi uma coisa normal ou a senhora percebeu, assim, fora do normal? É isso que eu quero saber.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu, nunca na minha vida, fui objeto de busca e apreensão. Então, eu não tenho uma comparação para falar se foi normal ou não foi normal. Foi desconfortável, mas não sei se foi normal ou se não foi normal. Não tenho essa comparação.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito. Há algum tempo, houve uma reunião do Sr. Cássio Casseb, do Sr. Gushiken e do Sr. Artur Carvalho. Nessa reunião é que foi dita esta frase: “Se não vender tudo, o Governo vai tomar”. A senhora ouviu falar dessa reunião? Qual foi o papel desse Sr. Cássio Casseb nessa reunião que envolveu essas três personalidades do Governo?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não... Eu soube depois dessa reunião, quando virou pública. Não sei o papel do Sr. Cássio Casseb nessa reunião, não posso comentar porque não estive presente aos fatos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas a senhora ouviu alguma frase nesse sentido, de que se não vendesse, o Governo ia tomar tudo? A senhora chegou a ouvir falar nisso?

A SRA. CARLA CICCIO – Foi reportada essa frase, eu ouvi de terceiros essa frase, sim, ouvi de terceiros.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ouviu de terceiros?

A SRA. CARLA CICCIO – De terceiro essa frase, sim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Essa frase dita pelo Sr. Cássio Casseb?

A SRA. CARLA CICCIO – Sempre ouvi de terceiro que o Sr. Cássio Casseb falou essa frase. Mas não posso comentar mais porque não estava presente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A senhora recorda-se se, na época, ele era Presidente do Banco do Brasil ou onde ele estava?

A SRA. CARLA CICCIO – Não me lembro de quando foi essa reunião. Não me lembro.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito.

Sr. Presidente, já foi dito aqui e elogiado. Ao contrário das personalidades e das figuras carimbadas que roubaram dinheiro público do povo e vieram protegidos por **habeas corpus**. Ela pelo menos veio aqui sem nenhuma proteção. Não tenho mais o que falar. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pelo prazo de cinco minutos, ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhora depoente Sr^a Carla Ciccio, quero concentrarme basicamente nessa briga societária da BrasilTelecom.

Indago a V. S^a se confirma que estes advogados atuaram na disputa societária: Bettiol, Francisco Müsnich, Wald e Massonetto. São alguns dos quais eu lhe pergunto. A senhora conhece esses advogados?

A SRA. CARLA CICCIO – Todos os escritórios desses três advogados prestavam e prestam serviço para a BrasilTelecom.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eles atuaram na disputa pelo controle acionário da BrasilTelecom no patrocínio de qual dos disputantes?

A SRA. CARLA CICCIO – Esses três escritórios há anos trabalham e prestam serviço para a BrasilTelecom. O Sr. Francisco Müsnich há anos presta serviços à BrasilTelecom, cada um especificamente especializado na sua própria área – no societário, em disputas, em ações de consumidores. Mas não sei a especialização de cada um. Mas há anos eles trabalham para a BrasilTelecom.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Na disputa que houve no interior, evidentemente, da BrasilTelecom – Itália Telecom, Citybank e Opportunity –, eles atuaram no patrocínio de alguns desses litigantes nessa disputa?

A SRA. CARLA CICCIO – Eles eram advogados da BrasilTelecom. Se depois prestaram serviços para outros lados, não sei. Sei que todos eles há anos prestavam serviços para a BrasilTelecom.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora sabe se eles se desligaram desse contrato com a BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não tem informação se eles participaram desse conflito societário, advogando por um dos lados? A senhora não tem essa informação?

A SRA. CARLA CICCIO – Não tenho essa informação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas confirma que eles receberam honorários nesse con-

trato de prestação de serviços advocatícios mantido com a BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Eles trabalhavam há anos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Sr. Yon Moreira era seu vice-Presidente na BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De que período? A senhora disse que entrou na BrasilTelecom em março de 2001. O Sr. Yon Moreira foi seu vice-Presidente em todo esse período?

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Não lembro se ele entrou na BrasilTelecom em dezembro de 2001 ou janeiro de 2002.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Um pouco depois do tempo em que a senhora assumiu?

A SRA. CARLA CICCIO – Quase um ano.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora entrou em março, não é? Alguns meses depois.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu não sei com exatidão quando ele saiu, porque eu fui demitida da BrasilTelecom e ele ainda estava trabalhando na BrasilTelecom. Sei que depois ele saiu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele saiu nessa substituição dos dirigentes? Saiu o Opportunity e voltou o Citigroup.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim. Ele saiu depois de mim. Então, não sei quando aconteceu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E qual a avaliação que a senhora faz, evidentemente como profissional, do Sr. Yon Moreira como profissional?

A SRA. CARLA CICCIO – O Sr. Yon Moreira é uma pessoa que tem um conhecimento excepcional de telecomunicações; acho que tem um conhecimento bem superior à média. Ele entende de vários assuntos, quer seja de interconexão, de nova tecnologia, de integração de tecnologia. Eu tenho uma boa impressão do Sr. Yon, do conhecimento ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pois é. Há uma declaração hoje no **Valor on line** sobre a questão da Game Corp, ele disse que a BrasilTelecom ofereceu seis milhões e meio e se refere ao negócio como um grande negócio. Ele disse que a BrasilTelecom não ter adquirido foi, na palavra dele, uma pena, ele diz que é pena. Então é a avaliação que ele faz sobre isso. Essa declaração que está no **Valor on line** surpreende a senhora?

A SRA. CARLA CICCIO – Surpreende porque na época em que foi decidido não se fazer a aquisição da G4, porque na época não era Game Corp, a decisão que foi tomada, e o Sr. Yon estava presente também, foi tomada porque a administração da BrasilTelecom achava que não era interessante esse negócio. Então

essa declaração me surpreende. Mas isso nada tira a experiência do Sr. Yon.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Perfeito. Pois é, ele, com essa experiência, agora está declarando que teria sido um grande negócio.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu também tenho muita experiência. Eu não concordo, não concordo. Já fiz este testemunho sobre essa ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Evidentemente, cada profissional pode ter a sua avaliação. Estou só querendo saber o comentário da senhora, a senhora o fez sobre essa avaliação que ele faz.

Indago, os contratos com a DNA foram feitos depois de uma contratação de quatro milhões e os contratos com a DNA e SMP&B foram feitos em 2003 e 2004. A indagação que faço a senhora é: a senhora tem elementos para configurar que todos os serviços – é um contrato em torno de 50 milhões –, os contratos de publicidade da BrasilTelecom com DNA e SMP&B são algo, a CPMI tem, em torno de 50 milhões. A indagação é se a senhora confirma isso. E se a senhora tem elementos que confirmam a integral prestação de serviços, se foi objeto do sistema de controle interno que uma empresa do porte e da respeitabilidade no mercado que é a BrasilTelecom, eu suponha, tenha. Por conta de que é simples essa minha indagação.

Temos, por exemplo, alguns questionamentos, a CPMI tem alguns questionamentos sobre se serviços prestados pela Visanet, prestados pelas agências de publicidade para a Visanet, se esses serviços foram integralmente prestados. Então a indagação que faço a V. S^a, Sr^a Carla Ciccio, é se a senhora tem elementos ou se a BrasilTelecom tem elementos escritos que comprovam que esses serviços contratados, no valor estimado em torno de 50 milhões, dessas duas agências, foram efetivamente prestados, se foram verificados, se foram auditados internamente. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom, entre 2003 e 2005, o valor total pago pelos serviços prestados à DNA e à SMP&B, vou falar DNA que é mais simples.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É, SMP&B é chato de pronunciar.

A SRA. CARLA CICCIO – ... foram exatamente de R\$4.479.000,00 e desses R\$ 4.479.000,00, em 2005, foram pagos R\$188.000,00 por uma campanha publicitária. Todos os pagamentos que foram feitos para a DNA foram por serviços prestados e já a BrasilTelecom enviou, não sei se para esta Comissão, para a Comissão Mista, desculpe, não sei para qual comissão, mas para a Comissão Mista todos os contratos e todos os comprovantes de serviços da DNA.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora, como Presidente, tinha acesso a essa prestação de contas desse contrato para verificar se esses serviços foram efetivamente prestados e nos valores apresentados pelas agências de publicidade?

A SRA. CARLA CICCIO – Você está me perguntando se eu, quando estava lá...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Se a senhora, pessoalmente, teve acesso. Se a senhora se preocupou com isso, para saber se realmente esse contrato estava sendo comprovado na sua execução, de modo correto.

A SRA. CARLA CICCIO – A DNA prestava serviços esporádicos na BrasilTelecom. E que eu não estava acompanhando. Vou ser sincera com você, não estava acompanhando. Quando surgiu esse problema da DNA de Marcos Valério, logo foi mandado fazer levantamento na companhia para verificar. Além disso, todos os pagamentos feitos em 2003, 2004 estão auditados, tanto auditoria interna como externa. Qualquer pagamento em uma companhia como a BrasilTelecom que não seja feito à conta de serviço não pode ser aprovado ou auditado. Então eu estava bem tranqüila. Havia sido feito todo o levantamento. Além já...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A senhora viu esses relatórios e se convenceu de que a prestação de contas estava correta?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, eu li. Sim, além de tudo todos esses relatórios foram já entregues.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E por sugestão de quem foram contratadas as agências DNA e SMP&B do Sr. Marcos Valério?

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, não sei se foram...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que a BrasilTelecom contratou essas duas agências e não outras?

A SRA. CARLA CICCIO – Em 2003, 2004, a atuação da DNA na BrasilTelecom foi esporádica em termos que estavam dispostos em contrato específico para prestação de serviço. Como chegou a DNA na BrasilTelecom, sinceramente não sei. Mas pode ser que seja uma coincidência. Em 2003, a BrasilTelecom comprou a Metrored, uma companhia que estava também com sede em Minas Gerais. A BrasilTelecom estava se expandindo fora da própria região, e os trabalhos que foram feitos nesses dois anos eram trabalhos bem específicos, e eu acredito que os meus profissionais da BrasilTelecom que trabalhavam na área de *marketing* tinham todo o profissionalismo para escolher os melhores fornecedores para o serviço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o resultado dessas campanhas de publicidade, a senhora

como Presidente, teve, pelo menos, a curiosidade de acompanhá-los. O que a senhora diz das campanhas realizadas?

A SRA. CARLA CICCIO – A última campanha realizada, deste ano, teve um sucesso espetacular, pelo menos, de público. Era Caracol da BrasilTelecom, de BRTurbo, provedor de banda larga da BrasilTelecom. Os outros serviços, vi depois os relatórios, depois, agora, quando foram feitos esses levantamentos. Na época, não estava envolvida porque era uma prestação de serviço bem específico por especialistas do setor. Não sou especialista de qualquer setor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado.

Obrigado, Presidente Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MT) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos por cinco minutos. E o Deputado Pompeo de Mattos é o último orador inscrito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – **Muito obrigado, Sr. Presidente. É bom estar com V. Ex^a de novo. É sempre importante tê-lo presidindo a nossa reunião, como estava antes e retorna agora, sem demérito ao Deputado Asdrubal, que é uma figura extraordinária entre nós. Mas eu quero somente fazer algumas poucas perguntas para a D^a Carla.**

Ainda em relação à questão, eu fiquei curioso, do seu trabalho. A senhora é italiana, não é?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a cidade da Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Verona.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ó, Verona!

A SRA. CARLA CICCIO – Julieta e Romeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conheço Verona. Conheço uma boa parte da Itália, as principais cidades. A Itália é o meu Rio Grande do Sul, é do tamanho do meu Rio Grande do Sul, é um país muito bonito com cidades muito belas, entre elas, Verona, Firenze. Mas é curioso, a senhora sai da Itália. O que a senhora fazia lá?

A SRA. CARLA CICCIO – S. Ex^a não estava aqui presente, quando eu fiz uma breve apresentação de mim mesma...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas só uma função...

A SRA. CARLA CICCIO – Na realidade, eu saí da Itália já em 1987. Era contratada pela (*Incompreensível.*), que era uma companhia de equipamentos de telecomunicações. Fui trabalhar na China. Fiquei na China de 1987 a 1992. Depois fui para Londres, onde

fiz Mestrado em Administração na London Business School. Depois, voltei novamente à China. Depois, no final de 1994, fui contratada da Telecom Itália. Durante o período que trabalhei pela Telecom Itália, eu era responsável pelas aquisições internacionais. Então, na realidade, mesmo que o meu lugar de trabalho fosse Roma, passei, desses quatro anos, provavelmente 90% do meu tempo viajando no exterior, em muitos países. Então, isso era minha...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, quem a contratou para vir para o Brasil não foi a BrasilTelecom, foi a Telecom Itália.

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Em realidade, quando fui... Sim. Quando cheguei, pela primeira vez, ao Brasil, eu era funcionária da Telecom Itália. Eu não era residente aqui. Eu trabalhava pela Telecom Itália Internacional, com sede em Roma, pagando meus impostos em Roma. Ok?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu era responsável pela participação da Telecom Itália. Primeiro, em 1996, na participação da privatização da CRT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, lá no Rio Grande do Sul, de onde sou.

A SRA. CARLA CICCIO – Porto Alegre é minha segunda cidade preferida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Muito obrigado.

A SRA. CARLA CICCIO – A primeira é Florianópolis. Adoro Porto Alegre.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem. Daí, a senhora foi lá, trabalhando pela Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, trabalhando pela Telecom Itália. Eu liderava...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O consórcio que comprou a...

A SRA. CARLA CICCIO – Não. Sim. Eu liderava o trabalho da Telecom Itália e era responsável pela negociação de consórcio que a Telecom Itália montou junto com o Bradesco e com a Camargo Corrêa. Depois, em 1997...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A RBS também?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não. A RBS era no consórcio da Telefônica, que ganhou. De 1997...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora chegou a trabalhar então com o ex-Governador Antonio Britto. Ele chegou a ser consultor da Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – O Sr. Antônio Britto, na época, se não erro, era Governador ou Secretário?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Governador.

A SRA. CARLA CICCIO – Então, Governador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois, acho que ele foi conselheiro do Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei. Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois a senhora saiu da Telecom Itália?

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não. Ainda um pouquinho mais. Deve ter mais paciência antes que chego à Telecom Itália.

Em 1997, logo depois, a Anatel começou o processo pela venda de licença pela Banda B no setor de celulares. Eu liderava o trabalho da Telecom Itália e formei um consórcio de Telecom Itália junto com Globo, Bradesco e Vicunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

A SRA. CARLA CICCIO – Esse consórcio ganhou duas licenças na Banda B, uma na Bahia e a outra em Minas Gerais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

A SRA. CARLA CICCIO – Em seguida, vocês se lembram que (*Incompreensível.*) de uma coisa, fui atrás de outra. Em seguida, a Anatel anunciou – estamos falando já de setembro de 1997 – a licitação pela privatização do sistema Telebrás. A Telecom Itália participou e eu liderei esse processo. Em realidade, na época, na Telecom Itália, trouxemos aqui quase mais de cem profissionais para participar de todo o processo de diligência do sistema Telebrás. A Telecom Itália participou da privatização através de três consórcios. Um consórcio era Telecom Itália, Globo e Bradesco para participar da compra da Telesp. Outro consórcio era sempre com o grupo Bradesco por participar da compra de licença na banda A, celular. O outro consórcio era com o grupo CVC Opportunity Fundos de Pensão. Ao final desse processo de privatização, a Telecom Itália tinha investido, sob a minha responsabilidade... Chegou a investir US\$2 bilhões no País. Saí da Telecom Itália em 98 e fui contratada como consultora da CVC Opportunity em março de 99.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em março de 99. Aí a CVC Opportunity formou a BrasilTelecom.

A SRA. CARLA CICCIO – Desculpe-me?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. S^a saiu da Telecom Itália e foi para a CVC Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a BrasilTelecom?

A SRA. CARLA CICCIO – Quando entrou na minha vida?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

A SRA. CARLA CICCIO – Em março de 2001. Fui eleita Presidente da BrasilTelecom...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Representando o Opportunity.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, não era representando o Opportunity. Meu nome foi proposto pelo conselho do Opportunity, mas quem me elegeu foi o conselho da administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o Opportunity foi que a apresentou? É isso?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Vejo como uma curiosidade e me chamou a atenção. A senhora trabalhou anos na Telecom Itália. Veio para o Brasil pela Telecom Itália. Correto? Aqui, a senhora transitou na CVC...

A SRA. CARLA CICCIO – Opportunity.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...que é o Banco Opportunity, do Sr. Daniel Dantas. Depois, em função do Sr. Daniel Dantas, a senhora acabou sendo indicada, escolhida, aprovada em conselho e foi trabalhar na BrasilTelecom. O tempo passou, e a BrasilTelecom contrata uma empresa de espionagem para espionar a Telecom Itália, onde a senhora trabalhava? É isso?

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom contrata?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Contratou a Kroll.

A SRA. CARLA CICCIO – Ok. Desculpe-me.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A BrasilTelecom contratou uma empresa americana por US\$7 milhões para investigar a Telecom Itália, onde a senhora tinha trabalhado por vários anos. A pergunta que eu quero lhe fazer é: o que só a senhora sabia ou tinha desconfiança que poderia acontecer na Telecom Itália e que precisava confirmar. Para isso mandou alguém lá espionar.

A SRA. CARLA CICCIO – A BrasilTelecom, na contratação da Kroll, nunca mandou espionar ninguém. Foram sempre pedidas informações. A Telecom Itália, desde a compra da CRT, sempre teve uma postura que era contra os melhores interesses da BrasilTelecom. A BrasilTelecom simplesmente defendeu-se desse ataque. Além disso, falar de fato que trabalhei na Telecom Itália antes e depois... A empresa são pessoas. O fato de ter o mesmo nome, Telecom Itália, não significa que é a “mesma empresa” quando se mudam as pessoas. Uma das razões pelas quais saí da Telecom Itália é porque estava constantemente em mudança de controle. Eu

não concordava mais com determinada decisão que estavam tomando na companhia. Não me sinto por ter feito uma coisa esquisita, de ter saído de um lugar para o outro. Além disso, minha administração na BrasilTelecom confirmou que meu currículo era mais que adequado para dar resultados à companhia. Ninguém pode contestar os resultados que foram obtidos durante a minha administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Absolutamente não estou contestando. Estou chamando a atenção para uma curiosidade. Virou uma mistura. A senhora trabalhava nessa empresa há anos, inclusive trabalhava lá na Itália. Depois, na Telecom Itália Internacional, depois na Telecom Itália Brasil. Depois, saiu.

A SRA. CARLA CICCIO – Nunca fui da Telecom Itália do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Enfim, estava na Telecom Itália e trabalhou aqui no Brasil. A senhora chegou a trabalhar aqui no Brasil pela Telecom Itália.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é ponto pacífico. Tanto que estive em Porto Alegre trabalhando e representando os interesses da Telecom Itália. Depois saiu da Telecom Itália, entra no consórcio, enfim, e passa para a BrasilTelecom. Há esse contrato com a Kroll para que esta saiba notícias, informações que só a Telecom Itália tinha e que interessavam à BrasilTelecom. É uma trama, dá uma boa novela.

Sr. Presidente, tenho duas perguntas para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Só pediria a V. Ex^a que concluísse as suas perguntas, porque ainda temos uma longa jornada, especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É verdade, é verdade! Com o seu sorriso aqui, entendi tudo! Entendi tudo!

Então as duas perguntas. A penúltima pergunta: a senhora conhece o Sr. Benedito Cicco?

A SRA. CARLA CICCIO – Conheço, é meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ele é seu?

A SRA. CARLA CICCIO – É meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É seu irmão. Ele mora onde?

A SRA. CARLA CICCIO – Nos Estados Unidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mora nos Estados Unidos. É aquela velha história da pergunta, quem pergunta sabe a resposta.

A SRA. CARLA CICCIO – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Correto? Não sabe tudo da resposta, mas sabe um tanto.

Ele tem uma empresa lá nos Estados Unidos?

A SRA. CARLA CICCIO – Tem uma empresa nos Estados Unidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome da empresa?

A SRA. CARLA CICCIO – USA Bound?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Outra?

A SRA. CARLA CICCIO – USA Bound.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – USA, de Estados Unidos, United States of América?

A SRA. CARLA CICCIO – USA Bound.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a quem pertence a empresa Opportunity Sillicon Valley? (Pausa.)

Opportunity Sillicon, não sei se a pronúncia é essa.

A SRA. CARLA CICCIO – Não existe essa empresa mais. Não existe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não existe mais, mas essa empresa existia.

A SRA. CARLA CICCIO – Existia, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome dela?

A SRA. CARLA CICCIO – Opportunity Sillicon Valley.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Opportunity Sillicon Valley. Pertencia a quem essa empresa?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei como é que era. Não sei quem (*Incompreensível.*) essa empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o Sr. Benedito Ciccio é dessa empresa, ou era, pelo menos?

A SRA. CARLA CICCIO – Eu acho que dava consultoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dava consultoria? Não era sócio nem diretor?

A SRA. CARLA CICCIO – Não sei, porque eu nunca tive relacionamento com esse assunto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que essa empresa tem a ver com o banco Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Na época do *boom* da Internet, considerando que o meu irmão mora em São Francisco, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estados Unidos.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, foi pedido a ele que fizesse algum levantamento sobre empresas e oportunidades no exterior para a Opportunity no exterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então essa empresa Opportunity Sillicon Valley é uma espécie de subsidiária americana do Opportunity brasileiro?

A SRA. CARLA CICCIO – Olha, eu não sei societariamente como era, eu sei que era para avaliar oportunidades no setor de telecomunicação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é uma empresa que pertencia ao Opportunity?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A última pergunta.

Eu havia lhe falado sobre a questão do passaporte. A senhora tem o passaporte aí?

A SRA. CARLA CICCIO – Aqui?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

A SRA. CARLA CICCIO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu já pedi à senhora, e a senhora se comprometeu a mandar. Não vou nem fazer o documento. Quero, então, matar uma curiosidade. A senhora não tem o passaporte, mas também não sou fiscal do trânsito, muito menos dos transeuntes. Mas com que documento a senhora anda, se a senhora não tem passaporte?

A SRA. CARLA CICCIO – Com a carta de identidade, com a carteira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem carteira de identidade de quê?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De quê? A senhora não pode ter carteira de identidade nacional.

A SRA. CARLA CICCIO – Eu tenho a carteira de estrangeiro. É estrangeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem uma carteira de identidade estrangeira?

A SRA. CARLA CICCIO – Sim, pelo estrangeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se lhe pedirem o passaporte, se a autoridade brasileira lhe pedir o passaporte, a senhora é estrangeira, a senhora tem de apresentar o passaporte. Assim como para eu dirigir tenho de ter carteira de motorista, que é obrigatório; então como tenho de ter o documento obrigatório, o passaporte é um documento também importante. Eu só faço essa referência porque, se a pegam, a senhora não tem comprovante de validade.

A SRA. CARLA CICCIO – Não, a minha carta de identidade que mostro aqui é da República Federativa do Brasil, cédula de identidade de estrangeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tem carteira de residente.

A SRA. CARLA CICCIO – Cédula de identidade de estrangeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o prazo de validade?

A SRA. CARLA CICCIO – Até 21 de outubro de 2011.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até 21 de outubro de 2011.

A SRA. CARLA CICCIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom, está bom. Mas, mesmo assim, quero uma cópia do passaporte.

A SRA. CARLA CICCIO – Claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Obrigado!

A SRA. CARLA CICCIO – Agradeço a sua consideração e a sua preocupação para comigo. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Bom. Com isso, nós estamos encerrando a presente reunião.

Quero agradecer a todos os Parlamentares, ao vice-Presidente, à Sr^a Carla Tico também, e desejar um bom final de tarde a todos.

A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 48ª Reunião, realizada em 22/11/2005.

Aos vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Heloisa Helena, Wellington Salgado e os Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeu de Mattos, Dr. Rosinha, Silvio Torres e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO,

TO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à Apresentação de Relatório das auditorias de contratos e apreciação de requerimentos. Inicia-se a reunião com a apresentação do relatório pelo Deputado José Eduardo Cardozo. O Deputado Arnaldo Faria de Sá sugere que seja aprovado requerimento pela CPMI com requisição das informações necessárias, para que seja possível responsabilizar o Departamento de Aviação Civil – DAC caso não haja pronta resposta. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos encerra-se a presente reunião e a Presidência convoca os membros para a próxima reunião Administrativa que deverá ocorrer no dia vinte e quatro de novembro, às dez horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de pedir as lideranças partidárias, a despeito de todas as dificuldade que estamos tendo hoje, pelo fato de várias comissões, CPIs estarem funcionando, bem como depoimentos de Ministros nas Comissões lá da Câmara, que mobilizassem os parlamentares para apresentação do Deputado José Eduardo Cardoso.

Eu gostaria de registrar também que esta reunião administrativa de hoje ficará circunscrita à apresentação do relatório do Deputado José Eduardo Cardozo sobre o Correio Aéreo Noturno; quanto aos requerimentos, nós vamos discutir na reunião administrativa de quinta-feira. Portanto, hoje nós não discutiremos requerimentos, só vamos discutir relatórios sobre o Correio Aéreo Noturno a ser apresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo, sub-relator de contratos.

Peço a paciência de todos, porque vamos aguardar mais cinco minutos para dar início à apresentação. (Pausa.)

Consideramos aberta a 48ª reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, com as benções de Deus, criada pelo Requerimento nº 5, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos).

Quero reiterar a V. Ex^{as} que os requerimentos serão votados na reunião de quinta-feira. E, hoje, nós

somente apreciaremos o relatório parcial dos contratos do Correio Aéreo Noturno a ser apresentado pelo Deputado paulista José Eduardo Cardozo.

Eu gostaria de registrar o empenho da equipe técnica que assessora a CPMI dos Correios, mais especialmente a equipe do Tribunal de Contas da União, que fez todos os esforços possíveis para que nós apresentássemos um relatório abrangente.

Por isso, de viva voz, eu agradeço o empenho, o trabalho e quero apresentar ao TCU, o Ministro Adilson Motta e passo a palavra – já cumprimentei os técnicos do TCU especialmente, Senadora Heloísa Helena – para o sub-relator de contratos, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria de, inicialmente, fazer uma rápida ponderação preliminar no seguinte sentido: este é um relatório parcial, portanto, é um relatório que apresenta conclusões e que, portanto, deve ser submetido ao Plenário desta Comissão.

Basicamente, Este não é um relatório que envolve todo os Correios, o sistema da rede postal noturna dos Correios, ele envolve uma parcela de segmento centrada na atuação da empresa Skymaster. Evidentemente, como a empresa Skymaster mantém relações com outras empresas, inclusive, em situações de clara ilicitude, tudo que está dito aqui se apresenta de forma conclusiva, mas isso não quer dizer que nós tenhamos exaurido todo o universo a ser investigado ainda na Rede Postal Noturna.

A cada dia que passa, outros indícios, outras provas tornam realmente a necessidade de, tanto nós, como as autoridades policiais com o Ministério Público, aprofundarmos as investigações em toda Rede Postal Noturna.

Aqui, portanto, nós teremos uma fatia de conclusões centrada na Skymaster e nas relações que mantém com outras empresas. Porém, nós devemos também na CPMI continuar a investigar sob a mesma ótica da Skymaster outras empresas, aprofundando relações e verificando que, indiscutivelmente, a situação é de gravidade inominável.

Posso assegurar aos Srs. Parlamentares que, embora eu tenha alguma experiência em investigações administrativas e parlamentares, poucas vezes na minha vida eu vi uma situação desse tipo, tão atestada, tão provada, tão caracterizada em diversos ilícitos. Nós temos aqui a caracterização de licitações conduzidas, já com especificações bastante questionáveis em editais; temos dispensas de licitação feitas em claro conluio entre os próprios setores responsáveis dos Correios e as empresas; temos evidente situação de competi-

tividade forjada em algumas licitações, sendo que as empresas que disputam entram em claro conluio; temos a simulação de contratos de arrendamento com aeronaves no exterior como forma de remessa indevida de recursos para o exterior, como forma de elevação dos custos de maneira a justificar o superfaturamento desse preço nos Correios; e temos, efetivamente ainda, claro, com elevação dos custos fictícia, uma bula à própria tributação que, evidentemente, seria devida a essas empresas. E pode-se afirmar, com segurança, que, em torno desse esquema, há uma verdadeira quadrilha atuando já há muitos anos nesse setor dos Correios.

Nós verificamos que, dos anos de 2000 a 2005, portanto, em diferentes administrações, a manutenção de situações irregulares e injustificáveis, com claro comprometimento e lesividade ao patrimônio público, à moralidade pública.

Posso dizer, Sr. Presidente, que a situação é gravíssima e alarmante, razão pela qual esta sub-relatoria, com o apoio integral que teve do Sr. Presidente, da CPMI e do Sr. Relator, Osmar Serraglio, tomamos a liberdade de já encaminharmos, antes mesmo da apresentação do relatório, ao Ministério Público, um pedido para que tomasse providências relativamente a informações que nós já tínhamos de remessas para o exterior de recursos, a nosso ver, caracterizados de forma absolutamente suspeita e indevida.

Entramos em contato com o Procurador-Geral da República, que nos recebeu e, neste momento, o Ministério Público Federal está debruçado sobre as informações que esta Comissão Parlamentar de Inquérito lhes repassou e também sobre outras que já tinha, uma vez que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal continuam a investigar o caso em bastante profusão.

Nas últimas horas, Sr. Presidente, nós recebemos ainda mais informações e denúncias, que não estão compactadas neste relatório, até porque qualificaríamos um módulo diferente de investigação, já que esse aqui está claramente individualizado e encerrado nos assuntos que trata. Razão pela qual, já na próxima quinta-feira, nós proporemos alguns requerimentos para que, também em caráter de emergência, a CPMI continue a investigar fatos que, vinculados a estes, podem permitir um diagnóstico definitivo e global relativamente aos Correios Aéreos Noturnos.

Bem, em linhas gerais, eu gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares que está sobre a mesa o relatório. É um relatório vasto, são 117 páginas. Portanto, se S. Ex^a, o Presidente, assim me permitir, eu os privarei da leitura, até porque ficaria maçante. A imprensa recebeu uma síntese desse relatório; e nós faremos uma expo-

sição oral, sem prejuízo, claro, dos Srs. Parlamentares acompanharem pelos dados que estão colocados no relatório. Embora tenha 117 páginas, é um texto didático, demonstrado com gráficos e afirmações.

E, para isso, não posso deixar de, repisando as palavras de S. Ex^a, o Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral, fazer um agradecimento sincero, em primeiro lugar, a toda a equipe que trabalhou nesse relatório. Posso dizer que este Relator foi mero coadjuvante. O estudo que fizeram os técnicos é realmente um dos melhores que eu já vi, na minha vida, do ponto de vista da competência, da dedicação, e do trabalho. Diria até, Senadora Heloísa Helena, que, se erro existir, possivelmente seja do Relator, porque a assessoria se comportou de forma exemplar. E, dentre todos aqueles que trabalharam nessa atividade, eu gostaria de cumprimentar especialmente os técnicos do TCU, o João Batista, o Ricardo e a Regina, que passaram o fim de semana inteiro nesta Casa, e esta noite inclusive não dormiram. Eu sei disso porque também, de certa forma, eu dormi um pouquinho, mas mais do que eles, conversando e detalhando as situações que tinham de ser detalhadas.

Também gostaria de agradecer à assessora da Liderança do Governo na Câmara dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, a Márcia Regina, que foi cedida para nos auxiliar neste trabalho, e que também, embora se incorporando ao trabalho de uma semana para cá, desenvolveu um digno trabalho em conjunto com essa equipe maravilhosa que o TCU aqui nos encaminhou. Então, fica aqui o meu agradecimento sincero.

E passo, então, a tentar fazer a exposição dos principais pontos desse relatório. Nós temos aqui alguns *slides*. Quero advertir V. Ex^{as} que algumas questões são um pouco indigestas. Claro, vamos tentar explicar o melhor possível; mas, com certeza, mesmo após a exposição, teremos a oportunidade de nos sentar com V. Ex^{as} e dissecar ponto a ponto, para melhor esclarecimento de tudo aquilo que foi exposto.

Bem, iniciando, então, a nossa exposição, nos parece rigorosamente claro que duas empresas que mantêm contratos com os Correios desde o ano 2000 monopolizam, em larga medida, as contratações. São as empresas Skymaster e Beta. Evidentemente, tratando-se de empresas rivais, competidoras, o que se imaginaria é que, quando elas entram em licitações, entram para uma disputa; disputa que, em tese, seria acirrada; disputa que efetivamente implicaria uma situação em que, por meio de propostas, buscam evidentemente ganhar as competições. Todavia, há vários elementos provados e atestados de que essas

empresas atuam em claro conluio, ou seja, atuam em um claro acordo.

Vamos começar a especificar alguns desses elementos. O primeiro deles é um termo de compromisso de subcontratação, firmado entre as empresas Skymaster e Beta. Observem, Srs. Parlamentares, que há um termo de subcontratação entre as duas empresas, as competidoras, as que disputam, que foi firmado em 21 de julho de 2000, curiosamente, quatro dias antes de uma licitação do setor ocorrer. Esse termo entre Skymaster e Beta qualifica um compromisso entre as duas empresas, onde, basicamente, se diz o seguinte: quem ganhar, divide o serviço com a outra. Portanto, é uma situação que poucas vezes vi na vida em licitações, em que as empresas colocam no papel o seu conluio. Ou seja, sacramentam efetivamente o acordo prévio ao procedimento licitatório.

Isso, por si só, a meu ver, já bastaria para uma conclusão de que as duas empresas evidentemente agem o tempo inteiro em comum acordo, acordadas e com uma partilha efetiva daquilo que fazem. Observem V. Ex^{as} que nessa licitação para a linha “F” só concorreram as duas empresas; e, claro, uma delas venceu: a Beta. Portanto, note-se que sempre as duas empresas se fazem presentes e atuam em conluio.

Ao ser argüido pela CPMI, o Presidente da Beta, Sr. Morato, e um dos signatários do termo de compromisso, informou de viva voz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que a preferência para vencer era da Beta, pois já vinha prestando serviços, ou seja, ele mostra, no seu depoimento, claramente o conluio. Ele diz: “Não, no nosso entendimento com a Skymaster, a preferência era da Beta, então a Beta ganha a licitação”. Ou seja, de certa maneira, uma confissão da atuação, do conluio das duas empresas.

Já em junho de 2001, foi a vez da Skymaster vencer as Linhas A e C. E vejam que, curiosamente, apenas as duas responderam à consulta da Empresa de Correios e Telégrafos, uma dispensa de licitação muito curiosa – Dispensa de Licitação nº 2, de 2001. Depois, nós abordaremos essa dispensa de licitação e os senhores verão as situações curiosas que nelas existem. Mas vamos verificar.

Na verdade, além desse termo de compromisso, fica evidente que existe uma sociedade de fato entre a Skymaster e o Grupo Promodal, que pertencem, também, ao Sr. Antônio Augusto Conceição Morato, que durante muito tempo comandou a Beta. Vejam, o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, presidente do grupo Promodal, que incluía a Empresa Beta, celebrou, em 15 de abril de 2002, um acordo com a Skymaster, segundo o qual a Promodal teria 50% do fundo de comércio da Skymaster, e vice-versa, ou

seja, um outro acordo que mostra, efetivamente, uma sociedade de fato entre essas duas empresas, que aparentemente nas licitações aparecem competindo.

Esse acordo denota a evolução do relacionamento entre a Skymaster e a Beta, partindo de um acordo para a divisão dos contratos dos Correios em 21 de julho para uma verdadeira sociedade de fato. Ou seja, começava com um acordo operacional de subcontratações e, aí, depois, viraram sócios, uma sociedade de fato. Ou seja, as principais empresas do setor tinham uma verdadeira sociedade, mostrando uma evolução, ao passar do tempo, das suas respectivas relações. Também curiosamente, apenas para se provar mais ainda, se necessário fosse, a atuação em conluio das empresas, houve um verdadeiro acordo de *lobby* nos Correios. A Skymaster celebra um contrato com o Sr. Antônio Augusto Morato Filho, o presidente da Beta, e o presidente da Beta é contratado pela Skymaster para fazer uma representação comercial e novos negócios. Qual é o objeto deste acordo, deste contrato de prestação de serviços do presidente da Beta para a Skymaster? Acompanhamento do contrato que a Skymaster mantinha com os Correios à época, ou seja, o presidente da Beta, do grupo Promodal, foi contratado para acompanhar os contratos do seu concorrente, captação de novos negócios. A forma de remuneração do Sr. Antônio Augusto: 50% dos lucros líquidos auferidos sobre o valor da diferença de faturamento verificada na execução do contrato da Skymaster em relação ao contrato que a Beta mantinha com a ECT; 50% dos lucros líquidos auferidos sobre o faturamento registrado na execução dos novos negócios por eles captados. Ou seja, o dono da Beta tinha uma participação nos negócios da Skymaster. Além do contrato operacional, além da sociedade de fato, com divisão de fundo de comércio, ele era um assessor do seu concorrente na captação de novos negócios e no acompanhamento dos contratos dos Correios. Tudo isso sacramentado em contratos.

O que nos chama muito a atenção nesse contrato é uma cláusula que está aqui expressamente reproduzida – e pasmem, Srs. Parlamentares –, vejamos nesse contrato de prestação de serviços do Sr. Morato o que constava? Dizia o seguinte: “Caso haja mudança na atual estrutura de decisões dos Correios, esse contrato deverá ser rediscutido em todas as suas cláusulas, visando a sua adequação às novas estruturas, inclusive a ser rescindido, se for o caso”. Ou seja, é a prova absoluta de que o Sr. Morato tinha algum tipo de influência excepcional sobre a estrutura dos Correios, a tal ponto que, se mudasse a estrutura decisória, se mudasse a diretoria dos Correios ou quem lá decidisse, o contrato poderia ser rescindido, o que mostra

que o intuito desse contrato era exatamente que o Sr. Antônio fizesse um *lobby* ou usasse a sua influência nos Correios para servir justamente ao seu adversário, que era a empresa Skymaster.

Então, o contrato operacional com divisão de lucros, sociedade de fato e o presidente do competidor é contratado para literalmente fazer *lobby* nos Correios, com a garantia de que se mudasse a diretoria, mudasse a estrutura decisória, o contrato seria rescindido. É importante observar, relativamente às linhas A e C, a evolução dos preços, para que depois possamos exatamente justificar a nossa tese do superfaturamento desses contratos, que é decorrência do próprio conluio que as próprias empresas atuam.

Se as senhoras e os senhores observarem verão a evolução dos preços colocados ao longo do tempo. Vão verificando, portanto, uma evolução crescente e significativa de valores, inclusive com um pulo impressionante em dezembro de 2004 a abril de 2005. Vejam, portanto, que, no período que vai de dezembro de 2003 a dezembro de 2004, há uma queda. Em dezembro de 2002 e dezembro de 2003 temos um preço elevado. Então, estamos, portanto, vendo um hiato que vai do período de dezembro de 2003 a 2004, que coincide especificamente com uma certa composição de diretoria dos Correios, que tomou uma série de medidas na perspectiva de reduzir preços. O que nos mostrará, como os senhores verão, que tínhamos preços praticados com claro superfaturamento. Esses preços caem num certo período e voltam a subir depois num segundo momento da atual administração.

Há pouco me referi à dispensa de licitação 2, de 2000. Essa dispensa de licitação é realmente algo digno de ser observado e analisado com todo o cuidado. Na dispensa de licitação 2, de 2001, a proposta apresentada pela empresa Beta era R\$472 mil por operação diária e exigia dez dias para o início das operações. Já a proposta da Skymaster era R\$314 mil. No mesmo dia da contratação da Skymaster pela ECT foi firmado o termo de subcontratação com a Beta. Ou seja, a empresa que tinha entrado para disputar com um valor de R\$472 mil perdeu, foi subcontratada pelo preço de R\$314 mil e ficou, absolutamente, satisfeita. O que mostra que, se a empresa entrou com um preço mais alto e concordou em ser subcontratada por R\$314 mil, é evidentemente que tinha superfaturado a sua proposta, em clara dimensão de conluio entre as empresas.

Não bastassem todos os contratos, no dia 26 de junho de 2001, época dessa dispensa de licitação, foram identificadas quatro ligações do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, da Skymaster, para o Sr. Roberto Kfoury, então Diretor-Executivo da empresa Beta, mostrando

que, evidentemente, na hora em que estavam fechando os preços, eles mantinham um estreito contato telefônico. Portanto, essa dispensa de licitação se deu com evidente conluio.

Esse processo de dispensa de licitação nº 2, de 2001, foi de uma agilidade impressionante. Ele foi realizado em apenas 24 horas. Note-se que não estamos falando de uma dispensa de licitação para algo mais de fácil contratação. Estamos falando da operação de linhas aéreas. Havia um contrato que tinha sido rescindido com a Variglog e, no período de 24 horas, as empresas foram consultadas, contratadas e, efetivamente, entraram em operação.

Vejam, a Skymaster começou a operar no mesmo dia da contratação, menos de duas horas após enviar a sua proposta por *fax*. Ou seja, ela apresentou a proposta e foi, imediatamente, contratada e começou a operar, como se fosse possível, em condições normais, que aviões comesçassem a levantar vôo num intervalo reduzido de duas horas após uma respectiva contratação.

Claro, toda essa dispensa de licitação mostra, evidentemente, que já se sabia, de antemão, quem é que seria o vencedor, tendo sido feito apenas e tão somente feita uma consulta formal a empresas que não teriam tempo para apresentar as suas propostas e, obviamente, então qualificadora de uma situação, de uma simulação de consultas, quando o vencedor já estava adrede definido e com um preço substancialmente elevado.

Veja que, no entanto, em março de 2005, após vencer a concorrência para as duas novas linhas, consultada para a data de início das operações, a Skymaster respondeu que precisaria de, no mínimo, 30 dias para a preparação da infra-estrutura adequadas ao início das operações. Ou seja, chamo a atenção que, numa licitação, ela precise de 30 dias e numa dispensa ela precise de duas horas. Como pode uma empresa precisar, para entrar em operação, de 30 dias, tendo no passado entrado em operação em duas horas, contado da data da assinatura do contrato? Isso reforça, evidentemente, a idéia de que a empresa Skymaster já tinha ciência de que venceria e estava com os aviões na pista pronto para decolarem, antes mesmo da apresentação das propostas.

Note-se ainda que, em corroboração a esta tese, naquela concorrência de março de 2005 mais outras três empresas solicitaram prazo de 30 dias para início das operações, o que mostra que 30 dias deve ser o prazo razoável para se colocar uma estrutura como essa em funcionamento, ou seja, se todas empresas precisam de 30 dias, inclusive a Skymaster, como se conseguiu, em duas horas após a assinatura do

contrato, os aviões já operando já operando para os Correios?

O pregão 45, de 2001, para as linhas A e C, que foi realizado em dezembro de 2001, também merece uma análise por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Participaram quatro empresas: Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda – Beta, a Skymaster, a Total Linhas Aéreas Ltda e a Aerpostal Brasil Transportes Aéreos.

É importante os senhores terem claro que o pregão é uma modalidade de licitação que tem uma característica inversa das outras. Em geral, as licitações, como a concorrência, começam com o edital, temos a fase de habilitação, fase em que se abre a documentação para verificar se o licitante tem os requisitos técnicos, econômicos, jurídicos e fiscais. Habilitados passam para a classificação e abrem-se as propostas e se vê quem vence a licitação.

No pregão há uma diferença, uma inversão de fases que começa pela classificação, ou seja, a primeira coisa que se abre é a proposta. Os envelopes com a qualificação do licitante ficam fechados, justamente para que participem da disputa pessoas que não sabemos se serão habilitadas ou não – uma lógica que se utilizou para tentar forçar que o preço caísse. Esse dado é muito importante para nós entendermos.

Entram na licitação essas quatro empresas. O edital continha cláusula restritiva à participação da Varig Log, principal concorrente da Skymaster e Beta, ou seja, a Varig Log não poderia entrar. Por quê? A cláusula restringia a participação da empresa que desempenhasse atividade concorrencial à ECT ou que utilizasse aeronaves dessas concorrentes, ou seja, era uma cláusula que afastava a Varig Log. O próprio TCU, com inteira razão, disse que essa cláusula era ilegal, inconstitucional, ofensiva ao princípio da isonomia, porque não teria sentido afastar, por essas características, uma empresa da licitação.

A empresa Total foi desclassificada, apresentou um preço acima. Então, ficaram disputando três empresas: Skymaster, Beta e Aerpostal. Vejam que curioso: houve toda uma sucessão de lances, mostrando realmente uma competitividade entre as empresas Skymaster, Beta e Aerpostal. No entanto, vejam o seguinte: a Aerpostal, que era uma das empresas que entrou não tinha e até hoje não tem o certificado de homologação, o Cheta, junto ao DAC, que era uma exigência do edital. Sem o Cheta nenhuma empresa pode voar, ou seja, esta empresa, a Aerpostal, não tinha o Cheta e também não tinha aviões, ou seja, entrou para disputar uma licitação sem ter a possibilidade de levantar vôo e sem aviões. Agora, vejam, entrou para disputar só que tudo isso estava no envelope fechado, porque a

habilitação vem depois do pregão. Quando ela entrou na disputa ninguém sabia se ela tinha o Cheta ou não, inclusive o seu representante assinou uma declaração que atendia às condições do edital.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Só uma informação. Se a habilitação é numa fase posterior, por que a Total foi desclassificada?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não foi problema de habilitação, mas um preço excessivo, um preço acima de mercado. Aliás, a sensação que temos é que, em larga medida, as empresas atuam sempre em comum acordo e em relação às outras empresas teremos que aprofundar a investigação, já que estamos centrando este caso na Skymaster e na Beta. Evidente então que a Aerpostal não tinha Cheta e não tinha aviões. Claro, então, que se ela ganhasse a licitação, seria um fato inédito, porque ela teria que transportar, de forma aérea, sem aviões e sem poder voar. Até cheguei a ironizar que Aerpostal não era nem aéreo nem postal. Claro porque não poderia evidentemente fazer esse serviço.

No entanto, vejam que curioso: essa empresa Aerpostal entrou na licitação, disputou e o sócio e representante dela, Sr. Sérgio Perrenoud, assinou um termo de declaração que atendia às exigências técnicas mínimas, conforme a previsão. Só que o outro sócio – pasmem os senhores! – era funcionário, até um tempo antes, da empresa Beta, ou seja, ele era o diretor da empresa Beta; saiu e montou essa empresa Aerpostal.

Aliás, uma coisa curiosa: este sócio, o Sr. Roberto Kfourri, montou, na origem, a empresa Beta. Ele tinha uma atividade gerencial numa empresa, saiu e montou uma empresa aérea. Conseguiu um *leasing* de um avião pelo valor de US\$1,8 milhão. Indaguei dele – uma vez que era uma empresa quase familiar – como ele havia conseguido esse arrendamento. Ele disse que, à época, era fácil conseguir. Passado alguns anos, já tendo pago esse avião e tendo outros aviões arrendados, ele vende essa empresa, segundo nos informou na CPMI, pelo valor de R\$100 mil. Perguntei a ele como ele vendia um empresa de R\$100 mil, tendo, na origem, custeado US\$1,8 milhão no patrimônio. Ele falou que tinha pressa em vender porque tinha problemas familiares relativamente à criação dos seus filhos. Por isso, teria vendido uma empresa que, pelo menos, teria um patrimônio de US\$1,8 milhão por cerca de R\$100 mil. Foi essa empresa que se transformou na Beta e, posteriormente, ele veio a trabalhar como gerente, sendo remunerado como tal. Sai desta empresa e entra na Aerpostal, que não tinha cheta, nem avião, e começa a disputar com a empresa Beta e a Skymaster.

Portanto, parece evidente que o interesse das três empresas que participavam do pregão eram rigorosamente convergentes.

Perguntado ao Sr. Kfourri por que ele participou de uma licitação sem que pudesse voar, cumprindo objeto, ele disse que era para valorizar a empresa dele, não dando, a nosso ver, nenhuma explicação razoável da razão pela qual uma pessoa que não pode ganhar uma licitação perde o seu tempo entrando numa disputa. Parece evidente que se tratava de uma empresa satélite que simulava competições junto com a Skymaster, com a Beta e ficava resguardada pela dinâmica do pregão, porque obviamente não aparecia essa situação.

Voltemos à evolução dos preços praticados pela Skymaster. Se os senhores observarem, em janeiro de 2001, dezembro de 2001 e dezembro de 2002, vejam os preços: 314, 369, 429 mil. A situação curiosa começa no ano de 2003.

Fizemos, nos Correios – à época era Ministro o Deputado Miro Teixeira –, um esforço de renegociação com as empresas todas do setor. Várias empresas concordaram em reduzir bastante o seu preço; a Skymaster não concordou em reduzir o preço. Por isso, foi aberta uma licitação.

Vejam que a oferta inicial da Skymaster foi de R\$300 mil. Houve uma competição – aí, sim, uma verdadeira competição, pela primeira vez –, e ela ganhou com R\$213 mil. Perguntada à Skymaster como ela praticava um preço de R\$429 e fez uma oferta inicial no pregão de R\$300, ela disse que não queria perder de forma nenhuma essa concorrência e, portanto, tinha apresentado um preço muito baixo, vindo a operar com prejuízo e que o resultado final, R\$213 mil, havia sido um subfaturamento, para ela assegurar o seu espaço nos Correios.

O que chama a atenção é que a oferta inicial da Skymaster, R\$300 mil, está muito próxima à do primeiro lance das outras empresas, o que nos leva a crer que o preço de R\$300 mil deve ser adotado como referência para fins de análise de composição de custos e outras situações. E exatamente esta situação irá nos mostrar que esses R\$300 mil, uma vez utilizados como preço referencial, acaba demonstrando evidente superfaturamento, que ocorre em todos esses contratos, seja no período anterior a dezembro de 2003, seja no período posterior, que começa em 2004 e 2005.

Portanto, esta é situação que temos: um superfaturamento, que vai de 2000 a 2003; caem os preços, por força das medidas que foram tomadas pela direção dos Correios, e, posteriormente, volta a haver o superfaturamento.

Vejam aqui o gráfico, que mostra a participação dos Correios nas receitas da Skymaster. Vejam como sobe significativamente nos anos 2002 e 2003.

Aqui, há também as outras receitas. Vejam a diferença operacional desses anos, o que mostra efetivamente uma certa situação de beneficiamento no conjunto de receitas obtidas por essas empresas ao longo desses anos.

Já vimos o conluio. Claro! Então, agora, vamos centrar fogo no superfaturamento, porque o conluio tinha um objetivo: o superfaturamento, ou seja, cobrar a mais, tirar dinheiro público efetivamente para o beneficiamento dessas empresas e de outras pessoas a quem eventualmente eles tenham destinado os recursos que carrearam.

A metodologia aplicada pelo cálculo está aqui descrita: pegamos aquela primeira oferta da Skymaster, no Pregão 106, de 2003, que foi justamente o pregão que se deu quando a Skymaster não quis aceitar a redução dos preços. Esse preço era compatível com os apresentados pelas outras quatro concorrentes. Nesse pregão, não se permitia mais a subcontratação. Portanto, moralizou-se, atingiu-se aquela situação que existia entre a Beta e a Skymaster.

Não havia mais cláusula restritiva à participação de empresas concorrentes à ECT que utilizassem aeronaves dessas concorrentes ou que permitiam a participação da VarigLog, ou seja, foi um pregão feito com as características indicadoras de uma verdadeira disputa séria.

O pregão teve elevado nível de disputa. E, portanto, vejam, a TCB apresentou proposta escrita de 289, acabou sendo desclassificada; a VarigLog, 289 caiu para 219; a Promodal, 289, foi desclassificada; a Beta, 290, 214; a Skymaster entrou com 300 e chegou a 213 mil.

Os itens de custo são esses. Aliás, é importante observar que todos os depoimentos que coletamos na CPMI parecem demonstrar que todas as empresas operam com custos muito semelhantes do ponto de vista operacional. Portanto, não haveria razão para termos grandes discrepâncias relativamente aos valores. Os itens de custo são combustíveis, depreciação, arrendamento, manutenção, revisão e seguro, demais custos e remuneração. Indexadores: querosene de aviação, dólar americano e o IGP-M.

Aqui, temos, então, essa evolução. Se tomarmos por base o preço referencial de R\$300 mil, que é a primeira proposta apresentada pela Skymaster e que tem um nivelamento com as outras propostas – aliás, estamos sendo generosos quando adotamos esse preço referencial, porque outras empresas já tinham entrado com a primeira proposta abaixo –, os senhores

verificarão que o superfaturamento diário em dezembro de 2002 era de R\$83 mil. Diários. Em dezembro de 2001, R\$97.993,00; em janeiro de 2001, R\$59.320,00. Temos, depois de 2004, o retorno do superfaturamento, com R\$113.741,00.

Portanto, mostramos preços elevados de superfaturamento, tendo em vista o custo diário da atuação dessa empresa. E, aqui, então, temos o cálculo geral do superfaturamento: no período que vai de janeiro a dezembro de 2001, o superfaturamento foi de R\$7.941.526,25; de dezembro de 2001 a dezembro de 2002: R\$24.759.249,00; de dezembro de 2002 a dezembro de 2003: R\$21.237.900,12; de dezembro de 2004 a abril de 2005: R\$10.079.998,00. Portanto, o superfaturamento detectado é da ordem de R\$64.018.664,00. Um superfaturamento elevado ao longo desses cinco anos. Note-se que estamos falando apenas de uma empresa: a Skymaster. Aprofundaremos as investigações em relação às outras empresas, o que obviamente mostrará que o superfaturamento do setor é muito elevado. Já esses números são bastante expressivos.

Vejam, então, que as medidas tomadas no ano de 2003, que têm reflexos em 2004, praticamente minimizaram o superfaturamento, tendo em vista essa dimensão de cálculo, sendo o pico do superfaturamento no ano de 2002, 2003, com significativos superfaturamentos também nos anos de 2001 e 2005.

Aqui, então, avaliamos que o valor apurado em superfaturamento é da ordem de 64 milhões, tomando-se por base o valor dos contratos da ordem de 281 milhões. Portanto, temos 22,71% de superfaturamento nos contratos da Skymaster.

Vamos, agora, a alguns elementos ratificadores desse superfaturamento, que foi construído por meio dessa análise de cálculos.

A Skymaster opera com aeronaves Boeing 707 e DC-8. Na página da Skymaster disponível na Internet, há informação de que os DC-8-63 consomem, em média, 8.000 litros/hora voada. Em depoimento prestado à CPMI, o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, sócio da empresa, informou que um DC-8 consome em média 8.250 litros/hora voada de forma idêntica aos Boeings 707. Já nas planilhas de preço entregues pela Skymaster à ECT nas estações, há informação de que consomem 8.600 litros/hora voada.

Então, se os senhores observarem, a planilha de custos começa a ser inflada com uma situação de consumo de combustível mais elevada do que o próprio *site* da Skymaster informa e da própria informação prestada na CPMI.

Segundo informado em depoimento à CPMI, tanto pelo ex-Presidente da Beta, Sr. Morato, como pelo seu diretor-financeiro da Skymaster, Sr. Pozzet-

ti, a remuneração adequada seria de 8% dos custos, deduzidos os impostos. Ou seja, perguntamos ao Sr. Pozzetti, perguntamos ao Sr. Morato: “Para se remunerar corretamente uma empresa que atua no setor, qual é, basicamente, a remuneração?” Os dois falaram: “Em torno de 8%”. No entanto, a remuneração indicada pela Skymaster em seu preço vencedor no Pregão 045/2001 era 20,78% na linha A e 21,71% na linha C, conforme indicado na sua planilha de custos. Pelos nossos cálculos, porém, estaria ainda próximo do 28%. Quando argüíamos o Sr. Pozzetti, em depoimento, ele não soube explicar como que ele, acabando de dizer que a taxa de remuneração adequada era 8%, acabava ele próprio de confessar que o seu lucro era de 21%; e, pelos nossos cálculos, 28%. Portanto, evidentemente, identificada a parcela de superfaturamento no lucro da empresa.

Já na última licitação, realizada pelos Correios em novembro de 2004, a Skymaster definiu sua planilha de remuneração de 9,9%. Então, vejam que temos aí a situação claramente comprovada de superfaturamento pelas próprias planilhas da empresa Skymaster.

A Skymaster afirma que, naquela disputa em que ela teria subfaturado valores, que entendemos que a proposta original dela, em torno de R\$300 mil, seria o preço de referência básico para se adotar a análise do superfaturamento, ela afirmou que subfaturou e que, portanto, teve prejuízos. Isso não se confirma pela análise que fizemos do balanço e da contabilidade da empresa.

Em dezembro de 2003, vencendo o Pregão nº 106/2003, a Skymaster indicou em sua planilha de preços relativamente à proposta vencedora de 213.990, segundo eles, que teria um prejuízo diário por operação de R\$75 mil. Então, portanto, eles disseram que, para manter o lugar, eles tinham um prejuízo diário de R\$75.474,00.

Considerando o número de operações de 2004, o prejuízo projetado à Skymaster seria da ordem de 22 milhões. No entanto, ela efetivamente só apresentou prejuízo contabilizado de 532 mil. Ou seja, eles apontam um prejuízo de 75 mil e, na sua contabilidade, colocam que foi apenas 539 mil, enquanto teria de ser, pelo número que eles dão, 22 milhões. Ou seja, a própria contabilidade da empresa, portanto, mostra que eles não estavam dizendo a verdade.

Já no ano anterior, 2003, em que a Skymaster cobrava 429.987 por operação diária, o lucro obtido pela empresa foi apenas de 1,9 milhão. O Sr. Pozzetti, em depoimento, diretor e sócio da Skymaster, alegou que, em 2004 o prejuízo projetado de 22 milhões foi significativamente reduzido para 532 mil, em razão de outras receitas. Ele afirmou: “Não, não, não; é que

conseguimos outras receitas, por isso reduziu o prejuízo”. No entanto, a hipótese não encontra sustentação na medida em que o crescimento das outras receitas, nesse ano de 2004, foi apenas de 22,1 milhões.

Portanto, a tese sustentada pelo diretor da Skymaster não procede, não é verdade que eles tinham aquele nível de perda que foi registrado, o que prova também o superfaturamento anterior e posterior praticado pela empresa.

Essas novas receitas teriam de ter gerado um lucro ou cerca de 21,5 milhões, de modo a tornar o prejuízo inicialmente estimado de 22 milhões em apenas 532,9 mil. Para tanto, a remuneração dos novos serviços teria de ter alcançado 97%, o que, convenhamos, não é crível, segundo os dados que temos disponíveis e estatísticos.

Receitas e lucros da Skymaster: aqui estão todas as receitas verificadas que mostram que efetivamente não há justificativa real para o prejuízo alegado para a Skymaster no período.

Falemos, agora, da Skytrade. A Skymaster opera com diversas empresas, digamos, vinculadas a ela. A Skytrade é uma empresa de propriedade de Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves, filho do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, sócio da Skymaster. Essa empresa tem sede em Miami, nos Estados Unidos. Tem a função de adquirir e enviar peças aeronáuticas utilizadas pela Skymaster, recebendo a comissão de 8% sobre o faturamento. Em depoimento prestado à Polícia Federal, agora, nesta última semana, o Sr. Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves, primo de dois sócios da Skymaster, informou que, no tempo em que trabalhava na empresa – abril de 97 a março de 2004 –, ouvia comentários do pessoal da manutenção de que as peças eram importadas em valores superfaturados, ou seja, a empresa, em Miami, Skytrade, segundo a afirmação de uma pessoa que trabalhava na empresa, comprava peças, mandava para a Skymaster, e a Skymaster pagava para essa empresa valores superfaturados. Evidentemente, isso seria uma forma de remessa de dinheiro para o exterior – evidentemente, comprovando-se uma situação que já, já veremos que ficará muito mais agravada em outros contratos. Foram identificadas remessas pela Skymaster para essa empresa no total de R\$25.894.790,99, com a coincidência dos maiores pagamentos terem ocorrido nos períodos de maior superfaturamento nos Correios – anos de 2002 e 2003.

Na argüição que fiz ao Sr. Pozzetti, perguntei a ele se tinha havido, nos anos de 2002 e 2003, muitas panes nos seus aviões; por que ele teria comprado mais peças. Ele não soube responder. Na verdade, não é que houve uma situação de maior quebra dos seus

aviões; é que realmente ele ganhou mais e, claro, possivelmente remeteu mais dinheiro para o exterior.

Aqui estão as remessas da Skytrade. Se os senhores se lembrarem do gráfico que mostrava o superfaturamento, os senhores verão as coluninhas com certa coincidência, ou seja, os anos de 2002 e 2003, mostrando, efetivamente, a maior remessa desse dinheiro para a Skytrade.

Mas, já que falamos da Skytrade e da remessa, na compra de peças, de dinheiro para o exterior, vamos, agora, à situação que, a nosso ver, parece a mais grave. A Skymaster arrenda aeronaves de duas empresas: aeronaves Boeing 707, de uma empresa chamada Forcefield, e os DC-8, de uma empresa chamada Quintessential Group. O endereço da Forcefield é em Sea Middle, Blackburn Building, Road Town, Tortola, nas Ilhas Virgens britânicas. As Ilhas Virgens britânicas são conhecidas como um paraíso fiscal. A Quintessential Group tem endereço na Vanterpool Plaza, 2nd floor, Road Town, Tortola, também nas Ilhas Virgens britânicas.

Os representantes dos arrendadores no Brasil quem são? Vejam os senhores quem são os representantes dessas duas empresas que arrendam os aviões para a Skymaster do Brasil: o representante da Forcefield é o Sr. José Tomaz Simioli, sócio da Skycargas, ou seja, uma outra empresa cujo quadro associativo tem sócios comuns com a Skymaster. Ele é sócio da Skycargas, juntamente com outros sócios da Skymaster. Portanto, um sócio da Skycargas que mantém uma empresa com o sócio da Skymaster e um dos representantes e, particularmente, da empresa Forcefield, que arrendou e arrenda aviões para a Skymaster.

A outra empresa, a Quintessential, tem como representante a Sr^a Kesia Maria do Nascimento Costa, residente no mesmo endereço do Sr. João Marcos Pozzetti. Portanto, mora no mesmo endereço do sócio e diretor-financeiro da Skymaster. Eu argüi a ele se isso era verdade, e ele confirmou, no depoimento, que ela mora no mesmo endereço dele, mas não quis declinar, evidentemente, a situação que, obviamente, é mantida entre os dois.

Observação: representando a Skymaster, o Sr. João Marcos Pozzetti assina os contratos de arrendamento juntamente com as pessoas acima mencionadas. Perguntei ao Sr. João Marcos Pozzetti, na argüição, quem é a D. Kesia, ele somente falou que era uma pessoa que tinha uma loja junto com uma irmã sua. Perguntei como D. Kesia tinha contato com a empresa Quintessential; ele não soube dizer, disse que parece que quem os tinha apresentado era um advogado, que ele não quis declinar o nome, claro, e, portanto, parece-me evidente a estreita ligação – os senhores

já, já verão – que tem a Skymaster com essas duas empresas nas Ilhas Virgens britânicas.

Vejam que, curiosamente, a Skymaster arrenda certos aviões, arrenda dessas empresas. No entanto, há indicadores concretos de que a Skymaster seja proprietária desses aviões. Esses aviões já eram, antes, arrendados de algumas empresas, como os senhores verão já, já. E, ao serem arrendadas dessas empresas, inclusive por um preço muito alto de arrendamento, como os senhores verão, elas são, depois de um certo momento, possivelmente quando a Skymaster acabou de pagar os aviões, passada para essas empresas nas Ilhas Virgens britânicas. Isso nos leva a suspeitar que, na verdade, a Skymaster tinha comprado esses aviões das primeiras empresas; quando acabou de pagar, teria montado essas duas empresas nas Ilhas Virgens britânicas, passado esses aviões para essas empresas e passou, então, a fazer um contrato de arrendamento daquilo que já era seu. Essa suspeita nossa se reforça por vários elementos que nós vamos demonstrar.

No contrato para a formação da sociedade de fato, aquela que mencionei entre a Beta e a Promodal, há uma cláusula curiosa. Vejam os senhores: as aeronaves Boeing 707 envolvidas por parte da Skymaster são as de prefixo PT-MTR, PT-WS, PT-WSZ, PT-WSM e PT-TM e, por parte da Promodal, as de prefixo PT-BRG, PT-BRI e as aeronaves DC-8 já adquiridas de ambas as partes, sendo duas da Skymaster. Essas são aeronaves que são de propriedade da Forcefield, ou seja, no contrato entre ambas, eles confessam que a aeronave é deles ou que duas das aeronaves pertencem a eles, quando, depois, elas aparecem subitamente na propriedade da Forcefield. Em outras palavras, a própria Skymaster, num contrato, declara que as duas aeronaves pertencem a ela, quando, na verdade, depois, aparecerão na propriedade dessas empresas nas Ilhas Virgens, e eles pagarão um arrendamento. Isso mostra, portanto, um indicador de quase confissão de que a Skymaster simula esses contratos de arrendamento com essas duas empresas, dizendo que arrenda aviões que a ela pertencem.

Remessas para o exterior: Forcefield e Quintessential. Temos aqui, ano a ano, o quanto foi remetido para essas empresas. Vejam que, ao longo do ano 2000/2005, foram remetidos para essas duas empresas R\$69.761.355; curiosamente, um valor muito próximo daquilo que foi identificado como superfaturamento.

Vejam também que as remessas sobem nos anos 2002 e 2003, coincidindo com o período de pico do superfaturamento, ou seja, se os senhores observarem, há uma coincidência no período de maiores remessas com o de maior superfaturamento dos Correios: 2002 e

2003. Vejam que é o mesmo gráfico de seqüencial que acontece também com a Skytrade, em Miami.

A aeronave modelos Boeing 707, operados pela Skymaster, essa que nós, entre outras, suspeitamos que pertencem à Skymaster, com essas empresas montadas por eles nas Ilhas Virgens britânicas, cujos representantes têm vinculação estreita com a Skymaster ou com os sócios da Skymaster. Vejam lá: o arrendador anterior era Citizen Holdings; e o arrendador atual, a Forcefield. O anterior, Citizen Holdings; o atual, Forcefield. Omega Air Limited, Forcefield; Dedalus Aviation Financing, Forcefield.

Em razão da concentração de elevadas remessas para as empresas ocorridas no passado, fica o indício de que houve, na verdade, aquisição das aeronaves com simulação de arrendamento. As aeronaves tiveram na seqüência suas propriedades transferidas para a Forcefield, ou seja, os preços que já eram pagos para essas empresas anteriores eram muito elevados, acima de mercado, o que mostrava que eram contratos de aquisição. Quando foram pagos, foram passados para a Forcefield. O valor total enviado, vejam: para a Omega Air, que era a primeira arrendatária, US\$1.144.000; para a Citizen Holdings, US\$1.200.000; para a Dedalus Aviation, US\$2.300.000.

Segundo o DAC, o valor de mercado dos aviões Boeing 707 iguais aos da Skymaster é de US\$390 mil. Portanto, parece evidente que não era um simples arrendamento, mas era uma operação de compra embutida nesse processo.

Aliás, apenas para frisar, recentemente li uma declaração da assessoria de imprensa da Skymaster, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em que se falava que o Relator queria apenas fazer um espetáculo com esses números e o Relator não tinha condições de dar essas informações de preço de avião, porque a única coisa que conhecia de avião era tomar cafezinho no aeroporto. E reconheço que, realmente, de avião, conheço: tomar cafezinho no aeroporto e apertar o cinto quando embarco. Porém, essas informações são dadas pelo DAC, em documento oficial. Imagino que o pessoal do DAC conheça mais de avião do que tomar cafezinho e apertar cinto.

Remessas efetuadas à Omega Air, indicativas de compra. Então, vejam os senhores o valor em dólares e o valor em reais, que, pelo total de preço, seria perfeitamente possível dizer que o que foi pago era compra, e não simples arrendamento.

Passemos, agora, às aeronaves modelo DC-8, operadas pela Skymaster. São três aeronaves DC-8, todas arrendadas pela Quintessential Group. Aqui estão os prefixos das aeronaves – DC-8 63 F, prefixo SKM;

DC-8 63 F, prefixo SKM; DC-8 63 F, prefixo SKC; DC-8 62 F, prefixo SQL.

A aeronave de prefixo SQL foi vendida pela Skytrade à Quintessential. Vejam que curioso: a Skytrade, a empresa que pertence ao filho do dono da Skymaster, adquiriu um avião – o avião que pertencia às arrendatárias – e, depois, passou para as empresas das Ilhas Virgens, e a empresa Skymaster arrendou. Ou seja, é mais uma demonstração da simulação. O avião foi passado para a Skytrade e, depois, foi passado para as empresas das Ilhas Virgens. Estranho! Absolutamente estranho, de pai para filho, passando para a simulação posterior do arrendamento.

Segundo consta da certidão da aeronave, emitida pelo DAC, a nota de venda é datada de 17 de março de 2004. No entanto, consta da certidão que a aeronave está sendo arrendada pela Quintessential Skymaster desde 16 de junho de 2003. Vejam que curioso: a Skymaster arrenda da Quintessential o avião desde 16 de junho de 2003. Só que o avião foi passado para a Quintessential em 17 de março de 2004, ou seja, se fosse válido o contrato de arrendamento, a Skymaster estaria pagando o arrendamento do avião que pertencia a outra empresa, justamente a empresa do filho do dono da Skymaster, prova cabal e incontestada da fraude.

Valor de arrendamento das aeronaves – diferença da Skymaster e do DAC: aeronave Boeing 707. O DAC nos informa – e é o DAC, e não este Relator que só conhece cafezinhos – que há um ofício assinado pelo DAC. Valor mínimo, Boeing 707: R\$1.950.000; valor máximo, US\$7,800,000. Esta é uma informação do DAC, que reputo de boa fé. Se há equívoco, não se atribua ao Relator, nem à assessoria da CPMI. É oficial, mandado pelo DAC.

Valor pago pela Skymaster: US\$80.000 e US\$88.000, ou seja, o valor máximo do aluguel, informado pelo DAC, era de US\$7.800. A Skymaster pagava de arrendamento US\$80.000, 10 vezes o valor máximo.

DC-8 63 F, valor mínimo: US\$8.950; valor máximo, US\$35.800. Valor pago pela Skymaster: US\$95.000.

O que chama a atenção é que sabemos que, em qualquer arrendamento, quanto maior o prazo, há uma redução de preços, é evidente. Quanto menor o prazo, maior o preço. A Skymaster arrenda as suas aeronaves por 10 anos. Portanto, em tese, o preço deveria cair.

É claro, portanto, senhoras e senhores, que esses aviões pertencem à Skymaster e que as empresas são empresas criadas nos paraísos fiscais pela própria Skymaster, que havia adquirido esses aviões antes e faz contrato de arrendamento simulado para mandar dinheiro para o exterior, para, obviamente, pagar me-

nos tributação no Brasil, porque, efetivamente, eleva os seus custos de pagar menos imposto de renda e, também, para justificar os custos superfaturados nos Correios.

Os contratos de arrendamento para a mesma aeronave com valores e prazos distintos. Vejam que curioso: foram identificados dois contratos de arrendamento, celebrados no mesmo dia, 6 de junho de 2001, com Forcefield, para a aeronave Boeing 707 369 C, prefixo PT-MTR.

Em um contrato, o valor mensal do arrendamento é de US\$80.000, e o prazo de duração, 59 meses. Já no outro, o valor é de US\$ 88 mil, e o prazo de 118 meses. Mesmo avião, dois contratos diferentes. O de valor e prazo menores foi apresentado em licitação nos Correios, em dezembro de 2001, para justificar custos, enquanto que o outro foi apresentado em licitações subseqüentes.

Então, vejam os senhores: esses contratos eram feitos visivelmente de forma simulada e com tanto descuido que até foram feitos contratos da mesma data, do mesmo avião por preços diferentes, para jogar os custos arbitrários que se apresentavam nas planilhas dos Correios.

Pagamento de arrendamento da aeronave não registrada no DAC. Vejam: nós temos uma aeronave não registrada no DAC.

Aliás, Sr. Presidente, eu quero, se me permite aqui apenas uma pausa, mostrar minha total insatisfação com o DAC na prestação das últimas informações solicitadas pela CPMI. Nós mandamos um ofício no dia 16 de novembro, eu mesmo falei pessoalmente com o Brigadeiro Jorge Néri, e pedi a máxima urgência para isso, insisti e cobreí. Simplesmente o DAC não deu nenhuma satisfação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Considero isso, Sr. Presidente, um desrespeito profundo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e vou, evidentemente, continuar diligenciando para obter essas respostas. Caso as respostas não venham do DAC, eu proporei a esta Comissão Parlamentar de Inquérito as medidas cabíveis, nos termos da lei, tanto do ponto de vista criminal como de providências que podem ser tomadas para a obtenção desses dados. Aliás, causou-me espécie também – e há que ser apurado também no âmbito do próprio DAC – que um avião que não tenha registro no DAC e opere no Brasil. É algo extremamente estranho e que vai fazer parte do conjunto das investigações da CPMI daqui para frente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Relator...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Esse pedido de informação ao DAC foi feito por V. Ex^a ou foi aprovado pela Comissão?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Especificamente meu. Claro, são meras informações, meras informações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Então, sugiro que aprovemos um requerimento para responsabilizar o DAC pelo não-atendimento.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Podemos fazê-lo. É de bom-tom. Até porque acho que, em havendo a caracterização da omissão de informações, nós vamos ter que tomar medidas no âmbito criminal e obter essas informações de outra natureza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu pediria ao Deputado José Eduardo Cardozo, até por sugestão do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que aprovássemos esse requerimento já na reunião administrativa de quinta-feira.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito.

Solicito, então, à Assessoria que apresente esse requerimento para que nós tomemos as providências cabíveis.

Pagamento de arrendamento de aeronave não registrada no DAC. Pela análise do sigilo bancário, foram identificados os pagamentos, neste ano, de parcelas de arrendamento à Force Field, no valor de US\$80 mil, relativo a cada aeronave: Boeing 707 321-C Prefixo PTMT. Segundo dados constantes do registro aeronáutico brasileiro – RAB, mantido pelo DAC, essa aeronave não tem registro. De acordo com o depoimento prestado à Polícia Federal, pelo Sr. Paulo Roberto Vasconcelos Gonçalves, na última sexta-feira, Capitão da Reserva da Aeronáutica, e primo de dois sócios da Skymaster, essa aeronave não teria registro no DAC, em razão de ter entrado no País à revelia daquele departamento. Portanto, uma situação grave.

Remessas para o exterior pela Skymaster, no dia da aprovação da CPMI dos Correios. Vejam os senhores: toda suspeita dos contratos de arrendamento, contratos pactuados de forma simulada, para, segundo nossa avaliação, justificar a remessa de dinheiro para o exterior de aeronaves que pertenciam já à própria Skymaster. Vejam a estranha coincidência: no dia da aprovação da CPMI, arrendadoras do exterior, Forcefield. Quantidades parciais de arrendamento. Valor da parcela: 80 mil. Total remetido: um milhão e quarenta mil dólares. Em Reais, dois milhões, quinhentos e doze mil e quinhentos e sessenta, no dia da aprovação desta CPMI. Quintessencial: oito parcelas de arrendamentos foram enviadas. Valor da parcela: noventa

e cinco mil dólares. Total remetido: setecentos e sessenta mil dólares. Em Reais: um milhão e oitocentos e trinta e cinco.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia da aprovação da CPMI dos Correios, a empresa Skymaster, valendo-se desses contratos, a nosso ver, simulados com as empresas a ele vinculadas, remeteu para o exterior quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil e novecentos e sessenta reais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado José Eduardo Cardozo, essas parcelas de arrendamento eram parcelas a vencer?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A vencer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A vencer.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A vencer, não havia prazo. Eles anteciparam.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eles anteciparam o pagamento. É isso?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Eles anteciparam o pagamento.

Foi essa situação que nos levou, mesmo antes da apresentação deste Relatório, a informar esse dado ao Ministério Público Federal. Como ficou claro do depoimento prestado pelo sócio da Skymaster que nós já tínhamos todas essas informações, nós começamos a temer que, pelo teor das questões apresentadas na arguição, a Skymaster fizesse também remessas nesse período. Por essa razão, nós entramos em contato com o Procurador-Geral da República, passamos essas informações e, nesse momento, os Procuradores da República estão debruçados sobre esses dados e, se acolherem a nossa reivindicação, ingressarão com ação cautelar, fazendo o arresto dos bens da empresa Skymaster e bloqueando eventuais remessas para o exterior, justamente para que, se confirmadas todas as nossas conclusões, possa o Erário público ter a devolução dos recursos, ao longo dos anos, indevidamente capturados por essa verdadeira – se me permite dizer – quadrilha que assaltava os Correios nos anos 2000 a 2005.

Embora sediadas nas Ilhas Virgens, remessas são feitas para Miami, Estados Unidos. Pela análise do sigilo bancário, foi verificado que as remessas de dinheiro referente aos arrendamentos junto à Forcefield e à Quintessential são realizadas para a mesma agência do Bank of America, localizada em Miami, Estados Unidos. Vejam que curioso! Os arrendamentos junto às duas empresas são realizados para a mesma agência das duas empresas. O número da conta da Forcefield está dado. O número da conta da Quintessential é esse também. Vejam que a numeração é muito próxima, o que mostra que foram abertas com

grande proximidade. Além da coincidência de terem as duas empresas contas no mesmo banco, agência e cidade, percebe-se uma diferença apenas de três numerações sequenciais entre elas, levando a crer que foram abertas na mesma ocasião. Portanto, as duas empresas têm conta na mesma agência, e a conta em que há o depósito tem uma grande proximidade numérica, mostrando que possivelmente tenham sido abertas na mesma ocasião.

Observação: somente foram identificadas as duas remessas diretamente para as Ilhas Virgens. A Skytrade tem sede em Miami e conta no mesmo banco e agência das arrecadadoras. Então, vejam que há uma estranha coincidência. A Quintessential, a Forcefield e a Skytrade, todas têm conta no mesmo banco e na mesma agência. Considerando que a rede bancária norte-americana é vasta, é realmente, no mínimo, uma grande coincidência que isso ocorra.

Falemos um pouco agora da Skycargas, outra empresa associada ao grupo. A Skycargas é empresa agenciadora de cargas para a Skymaster transportar. Ou seja, ela transporta, estando estritamente vinculada às atividades da Skymaster. Seus sócios são os mesmos da Skymaster, acrescidos de mais outras três pessoas. Então, portanto, o quadro associativo se identifica apenas com o acréscimo de mais três pessoas. Como ela é uma empresa agenciadora de cargas, não tem participação sobre os serviços que a Skymaster presta a órgãos públicos, no caso os Correios e o Banco Central. Portanto, a Skycargas tem contrato apenas com a Skymaster. Desse modo, só tem direito a receber da Skymaster participação nas cargas oriundas de contratos celebrados com a iniciativa privada.

Os períodos de maiores pagamentos à Skycargas pela Skymaster também coincidem com os de maior superfaturamento dos Correios: 2002 e 2003. É sempre o mesmo gráfico.

Vejam a relação entre a Skymaster e a Skycargas. Já, já os senhores vão entender por que estamos analisando isso. Correios: temos a situação de incompatibilidade entre pagamentos e evolução de receitas entre a Skymaster e a Skycargas. Correios, Banco Central, todos os dados. Contabilização: mostra que a evolução dos pagamentos realizados pela Skymaster e a Skycargas não obedece à variação de suas outras receitas.

Estratégia de utilização da Skycargas para distribuição de lucros. Vejam os senhores: a Skycargas é uma empresa que está sendo utilizada pelos sócios da Skymaster para distribuir os lucros obtidos pela Skymaster. Vejam os senhores: receita da Skymaster no ano de 2000: 64 milhões; 2001: R\$84 milhões;

2002: R\$132 milhões; 2003: R\$140 milhões; 2004: R\$113 milhões.

Valores distribuídos aos sócios pela Skymaster: R\$189 mil, em 2000; R\$911 mil em 2001; R\$1.884 milhão em 2002. E não foi distribuído lucro pela Skymaster 2003 e 2004.

Vejam a receita da Skycargas: em 2000, a Skycargas tem receita de R\$410 mil; em 2001, R\$1.834 milhão; em 2002, R\$10.653 milhões; em 2003, R\$15.013 milhões; em 2004, R\$12.042 milhões.

Vejam que curiosa a distribuição daquilo que é feito pela Skycargas a seus sócios: em 2000, R\$315 mil, praticamente toda a receita da Skycargas; em 2001, R\$1,625 milhões, quase toda a receita da Skycargas; em 2002, R\$9,465 milhões, quase toda a receita da Skycargas; em 2003, não quase toda, mas próxima, R\$15 milhões de receita e R\$12 milhões de distribuição para sócios, R\$12,9 milhões, mas ainda há uma distância um pouco maior; em 2004, R\$12,42 milhões para R\$8 milhões, havendo uma distância um pouco maior.

Caso a Skymaster apurasse todo o lucro, teria de recolher maior quantia de imposto de renda, além de deixar demonstrado em seus balanços o resultado alcançado. Ela é tributada pelo lucro real. Ou seja, a Skycargas é uma empresa utilizada como apêndice justamente para que a realidade da Skymaster não fosse revelada em relação a quanto ela ganha e também para efeitos tributários. A Skycargas é tributada pelo regime de lucro presumido. Portanto, a sua carga tributária é menor.

É evidente que essa empresa, portanto, atua no sentido de fazer uma situação lesiva ao Fisco e também acobertadora dos verdadeiros ganhos da Skymaster, repassados aos seus sócios.

Uma coisa curiosa também é que contabilização da Skymaster revela uma realidade distinta daquela apresentada pelo sigilo bancário. Vejam os senhores: de acordo com o sigilo bancário, há vários pagamentos que são feitos para Forcefield, uma das empresas das Ilhas Britânicas. Só que os pagamentos contabilizados como dirigidos à Forcefield estão caindo na conta dos seus sócios, dos sócios da Skymaster, ou seja, contabiliza-se que o dinheiro vai para as empresas das Ilhas Virgens, mas quem recebe são os sócios. Por exemplo, deste dinheiro, o Sr. Américo Proietti recebeu R\$663 mil; o Sr. Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde, funcionário da Skymaster, (*Incompreensível.*) pensão, recebeu R\$1,66 milhões do dinheiro contabilizado para a Forcefield; o Sr. Hugo César Gonçalves, sócio da Skymaster, recebeu R\$800 mil; o Sr. Jayme Lousada Bacelar recebeu R\$203 mil; o Sr. João Marcos Pozetti, que aqui depôs, recebeu R\$1,537 milhões. Perguntei a ele sobre esse

dinheiro, e ele não soube explicar, dizendo que até desconhecia essa quantia na sua conta.

Continuando, o Sr. Luiz Wagner Main, sócio da Skyvionics, R\$190 mil; Sr^a Maria de Lourdes Barros Proietti, sócia da Expresso Lucat, empresa também ligada ao grupo, R\$156.744,00; Cota Empreendimentos Imobiliários, R\$390 mil. Tudo isso em pagamentos contabilizados como dirigidos à Forcefield.

Da mesma forma, pagamentos dirigidos a Skycargas também acabam caindo na conta dos sócios. O Sr. Américo Proietti recebeu R\$4,095 milhões; a Catamarã Condominium recebeu R\$234 mil; o Condomínio Mucuripe Plaza recebeu R\$184 mil – já, já veremos que esses valores implicam a compra e aquisição de imóveis revertidos para os respectivos sócios –; Éder Joubert Cabo Verde, funcionário da Skymaster, R\$372 mil; Elizabeth Maria Dantas Barros Nascimento, filha do Sr. Heuser De Ávila Nascimento, sócio da Skymaster, R\$210 mil; Fidútia Empreendimentos e Participações, custos com imóveis dos sócios, R\$375 mil; Euzer D'Ávila nascimento, sócio da Skymaster, R\$537 mil; Hugo César Gonçalves, sócio da Skymaster, R\$3.322.491 milhões; Jayme Lousada Bacelar, sócio da Skycargas, R\$1.131 milhão; João Marcos Pozetti, R\$2.407.510 milhões; José Carlos Rocha Lima, ex-presidente dos Correios, porém – atenção – em período muito anterior a esses fatos, foi dito que ele prestou uma assessoria aos Correios, não temos nenhuma situação vinculada ao período em que ele foi presidente, R\$50 mil; José Tomás Cibíoli, sócio da Skycargas, R\$340.133 mil; Luiz Henrique da Silva Gonçalves, filho de Hugo César Gonçalves, R\$200 mil; Luiz Otávio Gonçalves, sócio da Skymaster, R\$3.893 milhões; Maria de Lourdes Barros Proietti, sócia da Expresso Lucat, R\$2.256.348,00 milhões – esta lista não é exaustiva, mas vejam que os pagamentos feitos à Skycargas sequer são contabilizados nela, ou não entram nela, e caem diretamente na conta dessas pessoas. Uma correção: a Sr^a Elizabeth é esposa, e não filha.

Uma coisa que também nos chamou a atenção, quero chamar a particular atenção dos Srs. Parlamentares, foi que, ao longo desses cinco anos, mais de R\$30 milhões foram sacados na boca do caixa nas contas da Skymaster. Ou seja, temos saques feitos, de mais de R\$30 milhões, em dinheiro. Perguntei isso ao responsável do setor da Skymaster. “Ele disse que isso era feito para facilitar o pagamento de fornecedores”. Sacava dinheiro para pagar duplicatas.

Considerando as experiências anteriores desta Comissão Parlamentar de Inquérito em saques de boca do caixa, é necessário que investiguemos isso naquele módulo que disse que se abrirá depois da apresentação deste Relatório. Ou seja, podemos suspeitar que,

nos anos 2000 e 2005, esses recursos sacados na boca do caixa podem ter sido feitos para pagamento de situações que, obviamente, são indevidas. Não podemos afirmar isso, mas temos de investigar. São mais de R\$30 milhões, quantias muito elevada.

Exemplo de contabilidade fraudulenta – vejam os senhores um exemplo –: Cheque nº 205.781, Banco Real, valor: R\$1.935 milhão; R\$1.240 milhão depositados na conta do Sr. João Marcos Pozzetti, sócio da Skymaster, e R\$695 mil, depositados na conta do Sr. Heuser de Ávila Nascimento, sócio da Skycargas. Segundo contabilização da Skymaster, distribuição de lucros aos sócios da Skymaster e adiantamento de arrendamento à Forcefield, mas o Sr. Heuser de Ávila Nascimento não era sócio da Skymaster, que declarou à Receita Federal, distribuição de lucros de 2002, ao Sr. Pozzetti de apenas R\$308 mil. Portanto, vejam: contabilidade fraudulenta com repercussões na prestação de contas ao Fisco e com implicações numa série de situações, portanto, delituosas.

Temos aqui, então, uma síntese, um diagrama do esquema e da operação. Então, temos a Forcefield, nas Ilhas Virgens, a Quintessential e, tanto a Forcefield como a Quintessential, originalmente, receberam aviões que eram locados previamente para a Omega Airlines, à Daedalus e à Citizen, em operações que, a nosso ver, não eram de verdadeiro arrendamento, eram de aquisição desses aparelhos. São passados depois para a Forcefield e para a Quintessential e arrendados pela Skymaster que, evidentemente, remete para...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É a última página, a última tela. Vamos distribuir depois aos senhores, porque ele é bem didático.

Então, temos a relação com a Skycargas, que acaba distribuindo os lucros, temos a relação com a Skytrade, também suspeita de receber essas remessas, sendo que a Skytrade também vendeu um aparelho que, originalmente, adquiriu também para a empresa das Ilhas Virgens, o que mostra que, efetivamente, esses aviões já pertenciam, na origem, à Skymaster.

Portanto, em síntese, esse é o diagrama do esquema que mostra as relações internacionais, que mostra as empresas nacionais que são utilizadas para as remessas de lucros, o que, evidentemente, caracteriza toda uma situação bastante grave de ofensa à probidade administrativa, de ofensa à Lei de Licitações, de ofensa à moralidade administrativa, ofensa também a uma série de questões relativas à legislação de remessas de recursos ao exterior e também de fraude fiscal.

Feita a exposição, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, passo, então, a ler a tipificação de condutas do Relatório para fim de responsabilização individualizada dos participantes desse esquema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo, a título de informação, essa apresentação está sendo encaminhada, via *e-mail*, para todos os Parlamentares desta CPMI, conforme informação da Assessoria.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Os Srs. Parlamentares que quiserem acompanhar, a tipificação das condutas está colocada a partir da página 101. Evidentemente, aqui, é apenas uma síntese. Algumas das condutas já estão colocadas nas 100 páginas anteriores.

Em vista da descrição das condutas praticadas pelos diversos agentes nominados neste Relatório, é possível verificar a materialidade, indícios suficientes da autoria de diversos crimes, perpetrados em desfavor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Fazenda Pública.

O primeiro exemplo decorre do Termo de Compromisso de Subcontratação firmado pelo Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, em nome da Skymaster, e pelo Sr. Luiz Otávio Gonçalves, representando a Beta. Inequivocamente, o contrato entabulado entre as partes buscou fraldar o caráter competitivo do certame licitatório, pois possibilitava a majoração dos preços constantes das propostas apresentadas pelas empresas.

Com efeito, o ajuste foi firmado em 21 de julho de 2000, apenas 4 dias antes da realização da Concorrência nº 10, de 2000. Uma leitura atenta do Item 5.1 deste Termo de Compromisso revela que a subcontratação não tem caráter operacional, o que seria permitido pelo edital de licitação. Cabe transcrever novamente esta cláusula:

5.1 – A subcontratação deverá ser feita de forma que a meta seja que cada empresa opere 50% (cinquenta por cento) de cada uma das linhas adjudicadas. Se a linha exigir 2 (duas) aeronaves simultaneamente, a subcontratação deverá prever o uso de uma aeronave de cada empresa ao mesmo tempo. Se a linha exigir apenas 1 (uma) aeronave, deverá ser usado, alternadamente, a cada semana, uma aeronave de cada contratante.

Não bastasse, verificou-se que, efetivamente, na referida licitação, apenas a Skymaster e a Beta apresentaram proposta para a linha F, deixando evidenciar o simulacro de competição, quando na verdade essas empresas, em conluio, burlavam o certame.

Portanto, os dirigentes dessas empresas, que figuram como signatários do mencionado Termo de Compromisso de Subcontratação, incorreram no tipo descrito no art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993¹ (Lei de Licitações), em concurso material com o art. 288, **caput**, do Código Penal (quadrilha ou bando)².

A trama entre a Skymaster e a Beta não se resume a isso. Em 21/08/2002, o presidente desta última, Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, foi contratado pela primeira para cuidar de seus interesses comerciais junto à ECT. Conforme foi comentado anteriormente, o conteúdo desse ajuste, bem assim a cláusula de remuneração do contratado, a quem caberia a metade da vantagem financeira obtida pela Skymaster, em decorrência da sua atuação, revelam que o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho tinha grande influência sobre as pessoas com poder de decisão dentro da estatal.

Tudo isso somado, não seria descabido inferir que não se trata verdadeiramente de contrato, mas de pagamento relativo a tráfico de influência, crime definido no art. 332, **caput**, do Código Penal, que teria sido praticado pelo Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho.

Suspeita de tráfico de influência pode também recair sobre o Sr. Sílvio Pereira que, em 2003, ainda na qualidade de Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, foi procurado pelo sócio da Skymaster, o Sr. Lúcio Otávio Gonçalves, que buscava intermediário para contato com o Ministro das Comunicações, no sentido de que a ECT não viesse a licitar as linhas operadas por sua empresa e, sim, prorrogasse o contrato vigente. Por si só, o intento de se obter apoio político na pessoa do Sr. Sílvio Pereira nos leva a questionar que a ascendência teria, então, dirigentes partidários sob Administração Pública. Tais questionamentos ensejam a continuidade das investigações.

Quanto à súbita contratação da Skymaster para operar as Linhas A e C, impossível imaginar um procedimento tão breve sem a participação de funcionários dos Correios. É formal e substancialmente impossível efetivar uma contratação tão complexa em apenas um dia. Pois foi esse o exíguo tempo decorrido entre a autorização da contratação por emergência, em 25 de junho de 2001, e a assinatura do contrato com a Skymaster, em 26 de junho de 2001, dia mesmo do início da operação das aeronaves da contratada. Entre esses dois termos, importa registrar que a ECT fez consulta de preços a várias empresas do ramo, que, obviamente, declinaram do contrato por impossibilidade material de atender à demanda de tamanha magnitude em pouco mais de 24 horas.

Percebe-se claramente o envolvimento do chefe do Departamento de Gestão Operacional, o Sr. José Garcia Mendes, do Diretor de Operações, Carlos Augusto De Lima Sena, e do Presidente Hassan Gebrin. O primeiro, elaborou o Relatório DEGEO-002/2001, com data retroativa, em que não havia indicação precisa dos cálculos efetuados para balizar os preços dotados como parâmetros. Os dirigentes ratificaram esse relatório suspeito e autorizaram a contratação, ainda que o exíguo prazo para a cotação de preço e para o início de entrada em operação, situação incompatível com a complexidade da contratação, o que caracteriza montagem de processo e simulação de concorrência.

A consulta de preço foi feita apenas para atender a exigência legal. O que transparece, na verdade, é que a contratação da Skymaster já estava decidida previamente.

Nesse episódio ocorreu, quando menos, o delito, tipificado no art. 89, da Lei nº 8.666, de 1993. Todavia, não se pode olvidar a possível ocorrência de crimes envolvendo funcionários da empresa pública, tais como corrupção passiva e corrupção ativa, descritos nos arts. 317 e 333 do Código Penal.

Com relação ao Pregão nº 045, de 2001, dele somente participaram efetivamente três empresas: Skymaster, Beta e Aeropostal, pois, como foi dito, a Total Linhas Aéreas foi desclassificada **ab initio**. Mais uma vez, portanto, têm-se a Skymaster e a Beta como protagonistas de procedimentos suspeitos. Desta feita, participaram também a Novata Aeropostal, empresa materialmente inabilitada para cumprir objeto do contrato. Curiosamente, o sócio-gerente desta empresa, naquela oportunidade, era um ex-executivo da Beta, Sr. Roberto Kfoury.

Como se vê, mais uma vez, houve fraude no caráter competitivo, pois a suposta competição ficou resumida à Skymaster e à Beta, que, a essa altura, já haviam firmado novo ajuste para a subcontratação dos serviços. Observa-se novamente o delito descrito no art. 90, da Lei nº 8.666, de 1993, em concurso com o crime de quadrilha ou bando – art. 288 do Código Penal.

Ademais, a declaração prestada pelo Sr. Sérgio Perrenoud Vignoli no sentido de que a Aeropostal atenderia os requisitos de qualificação técnica constantes do edital, pode configurar o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

Pode também ter sido perpetrada falsidade ideológica nos contratos firmados entre Skymaster e as empresas Quintessential Group e Forcefield, pois, como foi sobejamente discutido neste relatório, a relação entre essas firmas permite concluir que todas pertencem

aos mesmos controladores, de forma que os contratos ajustados entre elas são todos simulados.

Outras condutas típicas devem ainda ser objeto de investigação. Há fundadas suspeitas de que a Skymaster fez pagamentos em valores acerbados às empresas Quintessential Group, Forcefield, Skycargas e Skytrade, sem a correspondente contraprestação.

Outrossim, os sócios da Skymaster figuram como beneficiários de elevadas quantias supostamente destinadas ao pagamento de despesas com arrendamentos e fornecedores.

Esses comportamentos podem revelar o cometimento de crimes sobre os quais dispõem: o art. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965³ (Lei de Sonegação Fiscal); o art. 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986⁴ (define os crimes contra o sistema financeiro nacional); os arts. 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990⁵ (define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo); e art. 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998⁶ (dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores).

As investigações certamente identificaram também os atos de improbidade administrativa praticados por funcionários dos Correios, conforme definem os arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429, de 2/1/92, Lei de Improbidade Administrativa, cujas sanções estão previstas no art. 12 do mencionado Diploma Legal.

Pelo que foi apurado até o presente momento, a Dispensa de Licitação 2/2001 configura ato de improbidade que causou prejuízo ao Erário – art. 10. De forma que os responsáveis pela contratação da Skymaster estão em curso nas sanções previstas no art. 12, II, daquela Lei. Mais recentemente, no Pregão nº 105/2004 constataram-se ofertas e preços excessivos, havendo-se contratado a Skymaster ao preço de R\$445 mil por operação diária. O preço anterior praticado pela mesma empresa para idêntico objeto era de R\$276.996,99 mil. Tamanha variação de preços gera suspeição sobre a conduta dos gestores responsáveis pela contratação, os quais tinham, de ofício, o dever de zelar pela coisa pública.

Nesse sentido, pronuncia-se o Ministro Ubiratan Aguiar, em voto acolhido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, ao analisar representação formulada por equipes de auditores do TCU:

Fica difícil compreender a passividade da ECT ante a situação que se apresentou. Fazer uma contratação por valores muito acima dos que vinham sendo praticados no contrato anterior para o mesmo objeto, superior inclusive ao orçamento elaborado peça própria ECT, sem tomar providências para buscar o preço justo para aquela con-

tratação. Apesar das evidências de restrição do mercado de transporte aéreo, não se verificou a inexistência de uma outra empresa que pudesse assumir as linhas, nem foi demonstrada a tomada de alguma ação mais efetiva no sentido de proteger os cofres da empresa.

Ao entendimento esposado pelo Tribunal de Contas da União nos alinhamos. A expressiva variação de preços para objeto idêntico e montante superior a 34% obtido pela metodologia de cálculo do preço justo, descrita neste Relatório, e 17% superior ao da estimativa dos Correios não poderia ter sido admitida pelos dirigentes da estatal.

Por consequência, os agentes que possibilitaram a contratação em patamares superfaturados devem ser responsabilizados solidariamente a Skymaster. Os agentes responsáveis pela contratação foram Sr. João Henrique de Almeida Sousa, Presidente, e Sr. Maurício Coelho Madureira, Diretor de Operações. Ainda cabe lembrar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie de qualquer forma, direta ou indireta.

Em resumo, pode-se individualizar, desde já, os indiciamentos da seguinte forma:

A – Hassan Gebrin, Presidente da ECT, de 17 de julho de 2000 a 7 de agosto de 2002. Infringência ao art. 89 da Lei de Licitações e ato de improbidade com prejuízo ao erário, art. 10 c/c 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

B – João Henrique de Almeida e Souza, Presidente da ECT, de 15 de março de 2004 a 9 de junho de 2005. Ato de improbidade com prejuízo ao erário, art. 10 c/c 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

C – Maurício Coelho Madureira, Diretor de Operações da ECT, de 24 de fevereiro de 2003 a 9 de junho de 2005. Ato de improbidade com prejuízo ao erário, art. 10 c/c 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

D – Carlos Augusto de Lima Sena, Diretor de Operações da ECT, de 22 de julho de 1997 a 24 de fevereiro de 2003. Infringência ao art. 89 da Lei de Licitações e ato de improbidade com prejuízo ao erário, art. 10 c/c 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

E – José Garcia Mendes, Chefe do Departamento de Gestão Operacional, 3 de dezembro de 1999 a 3 de setembro de 2001. Infringência ao art. 89 da Lei de Licitações e ato de improbidade com prejuízo ao erário, art. 10 c/c 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

F – Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, Presidente e sócio, de fato, da Beta. Dispensa ilegal de licitação e fraude à licitação, arts. 89 e 90 da

Lei de Licitações; formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal; e tráfico de influência, art. 332 do Código Penal.

G – Sérgio Perrenoud Vignoli, sócio da Aeropostal Brasil Transportes Aéreos. Fraude à licitação, art. 90 da Lei de Licitações; formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal; e falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal.

H – Roberto Kfourir, sócio da Aeropostal Brasil Transportes Aéreos, fraude à licitação, art. 90 da Lei de Licitações; e formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal.

I – Luiz Otávio Gonçalves, sócio e diretor comercial da Skymaster. Dispensa ilegal de licitação e fraude à licitação, arts. 89 e 90 da Lei de Licitações; e formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal.

J – João Marcos Pozzetti, sócio e diretor da Skymaster. Dispensa ilegal de licitação e fraude à licitação, arts. 89 e 90 da Lei de Licitações; formação de quadrilha e falsidade ideológica, arts. 288 e 299 do Código Penal. Como sócio e diretor da Skycargas, art. 1º, I, II e IV da Lei nº4.729, de 1965, art. 22 da Lei nº7.492, de 1986, art. 1º, I e IV e art.2º, I, da Lei nº8.137, de 1990, arts. 1º e 5º e §1º da Lei nº9.603, de 1998.

K – Srª Kesia Maria do Nascimento Costa, representante da empresa Quintessencial no Brasil. Formação de quadrilha e falsidade ideológica, arts. 288 e 299 do Código Penal.

L – Sr. Hugo César Gonçalves, sócio e presidente da Skymaster. Dispensa ilegal de licitação e fraude à licitação, arts. 89 e 90 da Lei de Licitações; e formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal.

M – Sr. Jayme Louzada Bacellar, sócio e diretor da Skycargas. Art. 1º, II e IV, da Lei nº4.729, de 1965, art. 22 da Lei nº7.492, de 1986, art. 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº8.137, de 1990, art. 1º, V, e §1º da Lei nº9.603, de 1998; e formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal.

N – Sr. José Tomaz Simioli, sócio e diretor da Skycargas e representante da Forcefield no Brasil. Art. 1º, II e IV, da Lei nº4.729, de 1965, art. 22 da Lei nº7.492, de 1986, art. 1º, I a IV, art. 2º, I, da Lei nº8.137, de 1990, arts. 1º e 5º, §1º, da Lei nº9.613, de 1998, e formação de quadrilha e falsidade ideológica, arts. 288 e 299 do Código Penal.

O – Responsável pelas empresas Skymaster, Skytrade, Quintessencial Group e Forcefield, art. 1º, II e IV, da Lei nº4.729, de 1965, art. 22 da Lei nº 7.492, de 1986, art. 1º, I a IV, e art.2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990, art. 1º, V, e §1º, da Lei nº 9.613, de 1998; e formação de quadrilha, art. 288 do Código Penal.

P – Responsáveis pelas empresas Quintessencial e Forcefield. Falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal.

Por fim, faz-se necessário aprofundar as investigações para averiguar possível participação dos abaixo relacionados dos ilícitos ora apurados:

Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves, Presidente da Skytrade.

Armando Sérgio Proietti, sócio da Expresso Lucat, até dezembro de 2002.

Américo Proietti, sócio da Expresso Lucat, a partir de dezembro de 2002, sócio da Skycargas.

Maria de Lourdes Barros Proietti, sócia da Expresso Lucat;

Heuser de Ávila Nascimento, sócio da Skycargas;

Ioannis Amerssonis, sócio da Beta;

Marli Pasqualetto Amerssonis, sócia da Beta;

Hélio José Ribeiro, sócio da Aeropostal e sócio da Promodal Transportes Aéreos;

Sílvio Pereira, ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores.

Conclusão. A análise dos documentos, dos dados e das informações colhidos por esta CPML, acompanhada da incongruência dos depoimentos e da contabilidade fornecida pelos envolvidas, mostra inequivocamente a ocorrência de uma série de irregularidades, que têm como articuladores centrais as empresas Skymaster Airlines e *Brazilian Express* Transportes Aéreos Ltda., Beta, com o propósito de fraudar processo de contratação para a prestação de serviços à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Representa uma coleção de evidências que revelam a prática de conluio e acerto prévio entre as empresas referidas, com o objetivo de apoderar-se de contratos com administração pública por vias escusas.

O termo de compromisso firmado entre a Skymaster e a Beta, sob a égide de um contrato de subcontratação se revela um acordo de cavalheiros com objetivo de obstruir uma disputa franca no processo licitatório e desviar dinheiro público em benefício privado.

Comete-nos destacar que as irregularidades apresentadas neste relatório parcial, no que tange ao universo examinado na CPML, advêm da atividade de espoliar o erário, desde o ano de 2000, o que revela que tal esquema fraudulento persistiu a diferentes diretorias e gestões administrativas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As irregularidades se explicitam, entre outras razões, pela estimativa de margens de lucro dos fornecedores obtida nos contratos firmados com os Correios, em patamares bem superiores ao nível considerado razoável no mercado, que garantiu retornos excelen-

tes aos dirigentes das empresas a custo de dinheiro público. Pode-se observar a prática de enriquecimento ilícito por parte dos sócios das empresas Skymaster e Skycargas Ltda., conforme foi apresentado neste relatório.

A malversação foi lesiva aos cofres públicos com prejuízos, em cálculos conservadores, estimados em R\$64 milhões. Por vários ângulos, torna-se patente o superfaturamento dos contratos, revelado por exame cuidadoso das planilhas de custo das empresas e contrastado com os números do setor de aviação. Os depoimentos e reajustes de preços propostos pelos envolvidos são confissão indireta das operações de superfaturar os contratos. Também é de se notar a enorme quantia de recursos remetidos para o exterior, para fins de pagamento por arrendamento de aeronaves, em volume muito superior ao preço cobrado no mercado por negócios e operações dessa natureza.

Esta CPMI suspeita de que essas operações tinham sido utilizadas para legalizar o envio de dinheiro ao exterior de procedência duvidosa. Há também sinais de contabilização fraudulenta de valores pagos e recebidos pela Skymaster Airlines Ltda. e Skycargas Ltda., o que indica má-fé no registro da contabilidade por parte de seus controladores.

Os crimes e práticas descritos neste relatório ferem os bons princípios e da probidade administrativa, o que reza a Constituição Federal, a Lei de Licitações Públicas e o Código Penal em vários de seus dispositivos.

As explicações apresentadas pelas diretorias das empresas referidas a esta CPMI não resistem a um questionamento pormenorizado. Em diversas oportunidades, os envolvidos admitem as ilicitudes que cometeram, na vã tentativa de justificar o injustificável. Causa desconfiança, por exemplo, o expressivo volume de recursos, da ordem de R\$30 milhões de reais, de saques em espécie realizados nas contas bancárias da empresa.

Os desdobramentos recentes das investigações convergem no sentido do que foi desvelado por esta CPMI: em 25 de maio, data da aprovação da CPMI, foram enviados mais de 4.3 milhões para Quintessential Group e Forcefield, empresas constituídas nas Ilhas Virgens britânicas em operações absolutamente atípicas. Há fortes indícios de que essas empresas são controladas pelos proprietários das Skymaster, que objetivam livrar seus recursos e bens das implicações penais da lei brasileira.

Diante desses fatos, esta CPMI não pôde hesitar em solicitar ao Ministério Público Federal que promovesse o bloqueio imediato dos bens dos dirigentes e controladores da Skymaster e tomasse as medidas

cautelares cabíveis para garantir o ressarcimento dos débitos decorrentes dos delitos praticados pelos dirigentes da empresa.

Cumpra ainda observar que, em decorrência da impressionante dimensão das ilicitudes encontradas, as conclusões ora apresentadas indicarão a necessidade de que se prossigam, com absoluta celeridade, as investigações das irregularidades da área em exame, seja por esta CPMI, seja pelas autoridades policiais e pelo próprio Ministério Público.

Novas denúncias, novos fatos, novas suspeitas continuam a se apresentar à nossa consideração, impondo novas oitivas e novas diligências, particularmente no que tange ao objetivo de se apurar eventual vinculação de outras autoridades administrativas, empresários ou mesmo de agentes políticos a esse conjunto de situações lesivas ao patrimônio público.

No tocante às autoridades administrativas, cumpre ao Departamento de Aviação Civil, ou ao órgão que vier a sucedê-lo na função de regulador do modal de transporte aéreo, empenhar-se de forma pró-ativa na fiscalização das companhias aéreas e aperfeiçoar as normas pertinentes, sobretudo por tratar-se de setor pouco concorrencial.

Ao mesmo tempo, ante as graves irregularidades ora apontadas, deve aquele departamento, na defesa e no interesse do Estado, engajar-se nas investigações em curso.

Coloca-se, assim, a nosso ver, como imprescindível o aprofundamento imediato das investigações em curso, com o objetivo de que se possa identificar a totalidade de participantes e beneficiários desse portentoso esquema de fraude e desvio de dinheiro público.

Em seguida, cumprindo sua obrigação constitucional, em face das graves irregularidades ora apontadas, com prejuízos quantificados aos cofres públicos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminha os resultados presentes neste relatório parcial às instituições encarregadas de prosseguir na tarefa de investigar esse esquema fraudulento, mormente à Procuradoria-Geral da República, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria da Receita Federal e à Polícia Federal.

É esse o relatório parcial, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; depois, Deputado Jorge Bittar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para contribuir com a análise do relatório do Deputado José Eduardo Martins Cardozo, quero antecipadamente anunciar o desejo nosso de pedir

vista. Entendo que o Deputado José Eduardo Cardozo fez um trabalho detalhado, fruto de muita análise e de muitos estudos, e que deve ser dado o mesmo direito a cada um dos Parlamentares integrantes desta CPMI de poder fazer essa análise minuciosa, para, então, estabelecer um juízo de valor.

Apenas registrando que houve, quando da leitura do relatório do Deputado Gustavo Fruet, uma manifestação bastante expressiva da base do Governo nesta Comissão de Inquérito no sentido de se posicionar contrariamente ao relatório lido, porque tratava apenas de questões referentes ao atual Governo, à atual administração.

Fiz a defesa do Deputado Gustavo Fruet, colocando que, sobretudo, aquele relatório refletia uma análise preliminar que S. Ex^a fez, portanto, não conclusiva de todo o trabalho investigativo.

Quero, neste momento, expressar uma opinião parecida com relação ao relatório do Deputado José Eduardo Cardozo. Entendo que essa seja uma análise preliminar, até porque se concentrou, se debruçou sobre, prioritariamente, a área de transporte aéreo, realizado pela Empresa de Correios e Telégrafos, visivelmente fazendo uma remissão muito concentrada a gestões anteriores.

Quero apenas colocar que o PFL tem o compromisso de apoiar todo e qualquer fato concreto, objetivo e pautado em dados consistentes, seja com relação à anterior gestão, seja com relação à atual gestão, sem problema algum. Queremos realmente que, no relatório, conste absolutamente tudo! Não queremos deixar ninguém de fora!

Agora, entendo e recebo esse relatório como um relatório parcial, que se debruçou sobre uma determinada matéria, na área de contratos, que merece ser analisada, para podermos fazer um estudo mais detalhado, mas é evidente também que deposito toda a confiança no Deputado José Eduardo Cardozo de que as outras áreas referentes ainda à matéria de contratos serão examinadas no decurso do prazo de funcionamento da nossa CPMI e que certamente vai haver isenção na análise. Portanto, não se deve fazer prejulgamento, nem a favor de um lado nem a favor de outro, para que não incorramos aqui em disputas políticas desnecessárias e inconseqüentes.

Por isso, Sr. Presidente, peço vista do relatório ora lido.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas para esclarecer, a fim de que não paire confusão alguma.

Esse relatório não dividiu, nem se preocupou em separar administrações. Estamos propondo o indiciamento tanto de membros da diretoria de gestões an-

teriores como da atual. Em relação ao presidente dos Correios, da antiga gestão e da atual, há propostas de indiciamento; em relação ao diretor de operações, de antigas administrações e da atual, há propostas de indiciamento. Não tive o menor caráter de seletividade temporal ou política. Isso foi um estudo feito do superfaturamento dos anos 2000 e 2005, que tem exatamente a mesma linearidade, tirando aquele período específico do início de 2003, devidamente assentado. Há superfaturamento em todo esse período.

Portanto, pode ter certeza V. Ex^a de que não houve carga elevada de mensuração na distribuição dos ônus da ilicitude, seja da atual administração, seja da anterior.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E é por isso que, por enquanto, evito levantar maiores suspeitas, até porque acredito na correção de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Tenho certeza de que a ponderação de V. Ex^a, que, infelizmente, não pôde acompanhar toda a exposição, e até havia sido informado de que não poderia fazê-lo, mas tenho certeza de que, quando V. Ex^a ler o relatório, terá absoluta convicção de que há um equilíbrio onde as cores partidárias não influenciaram em absolutamente nada no que tange a cortes ou isenções.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Assim espero de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar; depois, Deputado Carlos Abicalil, Deputado Geraldo Thadeu e Deputado Silvio Torres.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Sub-Relator José Eduardo Cardozo, gostaria também de me associar ao pedido de vista apresentado pelo Deputado ACM Neto. Um relatório tão substantivo como esse deve merecer uma leitura cuidadosa, e mesmo um estudo, da mesma forma como nos referimos ao relatório parcial também produzido pelo Deputado Gustavo Fruet.

No entanto, gostaria de antecipar algumas considerações sobre esse relatório.

Em primeiro lugar, sem sombra de dúvida, considero esse o relatório mais bem desenvolvido até agora, porque é eivado de consistência expressa na análise cuidadosa do processo de licitações, identificando irregularidades graves nesse processo, seguido da avaliação de arrendamentos, que, na verdade, não são arrendamentos, e sim instrumentos de remessa de recursos para o exterior, porque são arrendamentos de aeronaves pertencentes ao próprio grupo econômico que arrenda, mecanismos de fraude no que diz respeito à contabi-

lidade, com ênfase na questão das distorções no que diz respeito a custos de combustíveis, à utilização da Skycargas como instrumento para desvio dos lucros da Skymaster, aos depósitos creditados diretamente aos sócios das empresas ou a imóveis cobrados por esses sócios, que contrastam com as informações contábeis, por parte dessas empresas, a depósitos identificados a partir da quebra de sigilo e aos saques em espécie, realizados por essas empresas.

Então me parece um relatório muito consistente esse apresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo, além de ter sido elaborado com absoluta seriedade, porque procura identificar os problemas ocorridos desde a gênese desse processo, no ano de 2000, até o final dele, marcado pelo início do trabalho de nossa CPMI.

Não vejo, portanto, uma postura tendenciosa, como tentou caracterizar aqui o Deputado ACM Neto, de quem divirjo exatamente por isso, uma vez que o relatório procura caracterizar esse problema, observando-se a trajetória durante todo o período de existência desse problema dessas licitações fraudulentas ocorridas nos Correios.

Diferentemente da crítica preliminar que fizemos ao relatório do Deputado Gustavo Fruet, porque não analisa, em momento algum, os fatos anteriores. Também preliminar, eu disse. O relatório do Deputado José Eduardo Cardozo é preliminar, uma vez que identifica questões que merecem aprofundamento. Por exemplo, os saques de R\$30 milhões de reais merecem uma análise financeira detalhada para saber quais foram os verdadeiros beneficiados por esses recursos, dentre outras coisas. Há outras questões que podem merecer também uma análise mais detalhada.

No entanto, chamo a atenção para o fato de o Deputado José Eduardo Cardozo ter-se utilizado adequadamente das informações que tinha disponíveis, diferentemente do relatório do Deputado Gustavo Fruet, que, embora tivesse informações de um período anterior, procurou cingir sua análise sobre a área financeira apenas do período que vai de 2003 em diante.

Portanto, quero parabenizar o Deputado e, mais uma vez, reafirmar o meu pedido de vista, porque penso que trabalhos como esse engrandecem esta CPMI, engrandecem o Congresso Nacional. E chamo a atenção também que não temos que ter a pretensão, Deputado ACM Neto, de esgotar todos os temas. O papel de uma CPI não é o de substituir o papel que cabe ao Ministério Público, à Polícia Federal, enfim, ao Poder Judiciário. É o de poder gerar informações substantivas que possam fundamentar um trabalho posterior desses organismos.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Deputado Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigando, meu caro Presidente. Boa-tarde a todos.

Quero fazer apenas algumas considerações. Em primeiro lugar, reiterar o voto de confiança irrestrita que os meus dois antecessores já fizeram ao sub-relator Deputado Eduardo Cardozo. E considerar, de fato, que há uma distinção em função de que o relatório, ao tratar da análise dos contratos atinentes a uma empresa, Skymaster, não se ateve às considerações de gestão política de cada período, mas à evolução contratual de participação dessa empresa em serviços prestados à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O que, evidentemente, marca uma distinção importante da consideração do ponto de partida, do eixo fundamental a partir de onde o olhar do sub-relator procurou merecer o relatório apresentado aqui.

De modo que, indistintamente – e, aliás, quero aqui fazer o registro, o indiciamento de figura pública política e sem mandato – se ateve a uma expressão política ex-dirigente do meu partido e do partido dele, do Partido dos Trabalhadores, que é o Sr. Silvio Pereira, aqui já tipificado por tráfico de influência. O que demonstra, com muita clareza, uma distinção de procedimento que deve, a meu juízo, também pautar os sucessivos relatórios dos outros contratos que estão ainda sob a relatoria do Deputado Eduardo Cardozo, que, evidentemente, não esgotará os seiscentos e tantos contratos que os Correios fizeram ao longo desse tempo. Mas que, naquilo que foi relevante e importante para a consideração da CPMI, já demonstra não apenas a responsabilidade civil e criminal de agente de administração das empresas privadas prestadoras de serviços e dos agentes responsáveis pela gestão dos Correios, como também vão apontando para adiante ainda a necessidade de aperfeiçoamentos na legislação relativa a licitações, em que pese toda a restrição e a identificação inclusive de fraudes frente à Lei 8.666, há explicitamente falhas já reveladas, inclusive nessa possibilidade da geração de empresas espelho no exterior, para a qual se transfere patrimônio de empresas constituídas no Brasil; se há renda, sob o pretexto inclusive de elevar custos apresentados na licitação aqui; e, mais do que isso, favorece a elisão fiscal, porque esse procedimento é previsto em lei, além do que resulta em prejuízos para os serviços prestados aos brasileiros e brasileiras aqui.

Portanto, esse grande espectro de observação trazido pelo relatório aponta na linha daquilo que de-

verá ser a conclusão. Quero inclusive saudar a posição do nosso Presidente, veiculada pelos meios de comunicação nesse final de semana, em torno da ponderação sobre o prazo de duração e a necessidade de tempo para esta CPMI prosseguir os seus trabalhos com serenidade, com seriedade e com consequência. De sorte que tenhamos lá no futuro não apenas sugestões de indiciamento que caberá ao Ministério Público e ao Tribunal, posteriormente cabível, o juízo acerca dos envolvidos, mas também os aperfeiçoamentos legislativos e administrativos que nos caberão indicar, seja ao Congresso Nacional, seja às outras órbitas de administração pública conseqüentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Minha saudação ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Abicalil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, só uma questão. Um lapso meu, quero parabenizar não apenas o nosso sub-relator, mas toda a equipe que desenvolveu um trabalho de excelente qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado também, Deputado Bittar.

Tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu. Depois, Deputado Sílvio Torres, Deputado Pompeo de Mattos e a Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de cumprimentar o Deputado José Eduardo Cardozo pelo relatório. Realmente, muito bem elaborado, muito criterioso e profundo. E, com toda razão, justifica-se plenamente que seja feito esse estudo, esse relatório, desde o início da operação dessa empresa até a atualidade. Não há dúvida alguma de que é justo que se faça isso.

Eu gostaria, caro Deputado Eduardo, de uma pergunta e talvez uma sugestão: no caso do bloqueio, na página 116, promovesse o bloqueio imediato dos bens dos dirigentes e controladores da Skymaster, se isso também passaria para a Skycargas, para a Beta e inclusive para todos aqueles cujo indiciamento está sendo sugerido no processo; que todos eles tenham os seus bens bloqueados, não só pela questão de desvendar todo esse processo que aí está, de superfaturamento, corrupção, envio de dinheiro para o Exterior, como para preservar o dinheiro público, para que ele possa retornar, pelo menos o que for possível, para os cofres públicos. Considero que isso é muito importante nessa questão.

E gostaria de parabenizar também o Tribunal de Contas, a equipe toda que assessora o Deputado José Eduardo Cardozo nesse relatório, que realmente foi muito bem elaborado. É claro que o pedido de vista se

justifica para que possamos até tomar conhecimento com mais profundidade.

Acredito, Sr. Presidente, com tranquilidade, que existe na CPMI um consenso de que tudo seja apurado, com vistas, quando necessário, mas que se faça justiça e que realmente se descubra todo esse processo de corrupção que existe aí, não importa se é de 2000, de 2003, de 2004; mas que tudo seja esclarecido.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e faço apenas uma ponderação. Na reunião administrativa de quinta-feira, vou pedir inclusive novas oitivas de alguns indiciados. Nas últimas 48 horas, tivemos um novo conjunto de denúncias que atinge outras empresas. Se forem confirmadas algumas das denúncias que recebemos – por isso teremos de ter uma oitiva –, mais até do que V. Ex^a mencionou, vamos ter de tomar, junto com o Ministério Público, algumas iniciativas. Claro. Mas, agradeço. V. Ex^a tem toda razão. Essa situação está focada na Skymaster, mas visivelmente há indicadores que é todo um conjunto de empresas que operam no setor que está envolvido numa situação muito semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu.

Com a palavra o Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero louvar o trabalho e o esforço que o Deputado José Eduardo Cardozo fez para elaborar esse belíssimo relatório, muito bem elaborado, e cumprimentar toda a equipe.

Tive a oportunidade de acompanhar muitas das oitivas que foram realizadas pelo Sub-Relator. Essa situação específica da questão do transporte aéreo noturno dos Correios é, sem dúvida, das mais graves daquelas que estamos investigando nesta CPMI e mereceria – como mereceu – um relatório tão extenso e detalhado quanto esse.

Eu também, além de pedir vista, Sr. Presidente – quero juntar-me ao pedido do Deputado ACM Neto –, quero reforçar a idéia e o objetivo de continuarmos aprofundando as investigações, inclusive sobre esse setor. Vejo, por exemplo, Deputado José Eduardo Cardozo, que um dos indiciados, talvez outros, mas especialmente o ex-Presidente João Henrique não teve oportunidade de vir aqui ser ouvido também. Ele foi ouvido? (Pausa) Bom, não acompanhei o seu depoimento; talvez tenha sido depois que entrei na CPMI, que foi em agosto. Então só queria confirmar se todos aqui foram ouvidos. O Sr. Sílvio Pereira, por exemplo, ele foi ouvido aqui também sobre a questão dos Correios?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Especificamente, ele foi chamado para isso?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Foi.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom. É só uma informação...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O depoimento que o Sr. Sílvio Pereira prestou foi sobre vários aspectos; especificamente sobre isso, ele foi argüido também.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor então baseou a sua referência ao Sr. Sílvio Pereira na oitiva que ele teve aqui.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O que nós temos claro é o seguinte: há uma suspeição de que possa ter havido o tráfico de influência. Nós não tivemos a prova definitiva disso. Por isso, a tipificação foi colocada num outro bloco. Está claro?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Porque, inclusive, no momento em que se dá o contato do Sr. Sílvio Pereira com o presidente da Skymaster, ele fica um pouco confuso, ainda, para precisar. Ele se dava justamente no período em que havia o esforço dos Correios para declinar os custos. É claro que, depois de um certo momento, volta. Então, não fica clara a conexão desse diálogo com o retorno, embora possa existir alguma vinculação.

Essa é a razão pela qual nós queremos continuar aprofundando esse aspecto, porque há uma suspeição de que possa ter ocorrido.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo. A minha dúvida é porque, durante o período em que V. Ex^a se tornou Sub-Relator, eu não tinha acompanhado como foi o anterior.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Esses depoimentos foram anteriores à nossa Sub-Relatoria.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, com isso, desfazem outras dúvidas e reforço os cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard, recém recuperada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Sub-Relator,

em primeiro, lugar cumprimento o trabalho feito por V. Ex^a, que não me surpreende, pela sua competência, dedicação e rigor técnico. Cumprimento também a equipe e o Presidente do Tribunal de Contas, que tem nos auxiliado com enorme espírito público. Cumprimento o ex-deputado Adylson Motta, do Rio Grande do Sul, e hoje Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União.

Meu caro amigo, Deputado José Eduardo Cardozo, assim como V. Ex^a, eu tenho uma preocupação. V. Ex^a tem a experiência de ter presidido aquela comissão na prefeitura de São Paulo, na câmara de vereadores de São Paulo, que resultou naquele seu livro, que V. Ex^a está me devendo com a sua dedicatória, porque eu o tenho e o citei várias vezes.

A sua preocupação, como a minha, é com aqueles dutos – eu tenho repetido, aqui, e tenho acompanhado todas as suas audiências – que levam dinheiros públicos para campanhas eleitorais, partidos políticos, escorrendo para os bolsos de alguns; essas quantias vêm de decisões administrativas, que são produzidas por pessoas ali colocadas com o fim de causar esse arrombamento nas contas públicas, que, erroneamente, as pessoas chamam de caixa dois. Pelo amor de Deus, parem de dizer isso!

Um parlamentar não pode cometer o crime de caixa dois. Isso não é sonegação fiscal. O crime de caixa dois é a separação do caixa por aqueles que devem impostos, tributos. Então, esse negócio de falar em caixa dois para parlamentar, esqueçam isso. É corrupção mesmo! Vamos dar nome aos bois.

Mas eu senti falta, Deputado José Eduardo Cardozo, dessa vertente. Ou seja, isso tudo que foi feito, deu trabalho. V. Ex^a fez um projeto de sentença para o feliz juiz que pegar o seu relatório. O trabalho dele foi abreviado. Agora, eu sinto falta – e vou devolver a palavra a V. Ex^a – de saber quem são aqueles que indicaram aquelas pessoas. Eu sinto falta deles aqui. É o que eu chamo de hálito político, que pode ser bom ou mal.

Nós não podemos esquecer que neste País temos 19.202 cargos públicos de livre nomeação do Presidente da República, segundo o Banco Mundial, situação que se repete nos Estados e Municípios. É a tragédia nacional. É a falta de profissionalismo. E daí surgem decisões administrativas que vão produzir esse rombo. Quer dizer, essa dispensa de licitação, esse pregão, esses aditivos dos contratos, tudo isso leva à ruína do nosso dinheiro. E nós pagamos 40% para o Estado, para que ele nos devolva.

Então, senti falta. Quem? Nomes? Quais foram as pessoas que colocaram essas pessoas que produziram isso lá? Elas precisam ser chamadas aqui,

para se explicar. Foram traídas? Não foram traídas? Recomendaram? Não recomendaram? Quer dizer, eu não sei. E a minha disciplina com relação aos fatos me impede de fazer conjecturas. Provas são provas. Então, eu senti falta. E, eu, neste momento, requetto a V. Ex^a que traga a mim algo nesse sentido, para ver qual será o seu próximo passo.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço as palavras de elogio de V. Ex^a que, pela amizade, obviamente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não. É justiça.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço. Mas, V. Ex^a tem toda a razão. Esse relatório parcial é uma fotografia da evolução da investigação até agora. Há a seqüência. Para onde foi esse dinheiro? Há saques na boca do caixa na ordem de R\$30 milhões, só nesta empresa. Nós vamos ver outras.

Em reuniões que tivemos com o Procurador-Geral da República e a Procuradora da República, a Sr^a Branquinho, discutimos essa questão, e, já de comum acordo, começamos a planejar algumas medidas para tentarmos detectar para onde foi esse dinheiro. Essa é a próxima etapa. A nossa idéia é seguirmos o fio da meada, verificando também outras denúncias que já recebemos, claro, inclusive com suspeita de que possa haver outras remessas também para o exterior.

Portanto, há todo um caminho que vamos ter agora de casar. Não posso dizer a V. Ex^a se chegaremos a um resultado tão conclusivo quanto este, mas pode ter certeza de que o empenho será total, porque, se conseguirmos chegar ao final, teremos uma história contada com início, meio e fim.

Faltam, daqui para frente, a seqüência, os reais beneficiários desse esquema, além dos sócios das empresas.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Antes de passar a palavra para o Deputado Carlos Willian, registro que a nossa assessoria está colocando o e-mail scompci@senado.gov.br para interessados nesse relatório. Foram feitos alguns ajustes. Por esse e-mail, conforme solicitação, não só os relatórios poderão ser encaminhados, como também a própria apresentação que foi feita. Isso se deve, inclusive, ao fato de que foram promovidos alguns ajustes de forma, sem modificar o mérito. E, quem achar importante o relatório completo, basta solicitar por esse e-mail.

Eu gostaria também só de colocar em votação a ata da reunião anterior, pois não falei logo no início

desta audiência. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Considero aprovada a ata.

Informo também que recebi uma medida cautelar no Mandado de Segurança nº 25.668, tendo como impetrante Alexander Forbes Brasil Corretora de Seguros Ltda. Foi uma liminar dada pelo STF.

Passo a palavra para o Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a pela conduta e pela forma com que vem presidindo esta CPMI, principalmente por manter a imprensa informada, e a opinião de V. Ex^a referente aos assuntos de prorrogação desta CPMI, quanto a recebermos os espólios de outras CPMIs que já tiveram os prazos terminados. V. Ex^a, com muita razão, está defendendo de forma bastante soberana esta CPMI.

Caro Deputado Asdrubal Bentes, nosso Vice-Presidente; quero cumprimentar o Deputado José Eduardo Cardozo por esse brilhante relatório, bastante pedagógico e competente, como é peculiar de S. Ex^a, como professor, e também pela competência parlamentar; meu caro Senador pelo Estado de Minas Gerais, Wellington Salgado de Oliveira, Sr. Presidente, tivemos aqui um pedido de vista do relatório, assim como também, na apresentação do relatório do Deputado Gustavo Fruet, pedimos vista do relatório. Esses pedidos de vista são necessários para analisarmos relatórios de 170 páginas com detalhes, porque, mesmo sendo bem apresentados, como V. Ex^a apresentou, ainda faltam dados. Não que estejamos, de minha parte, principalmente, em discordância com o que V. Ex^a falou, mas por não ter conhecimento de tudo que está posto. Da mesma forma, o relatório do Deputado Gustavo Fruet, que foi apresentado da última vez.

E sabemos que os Sub-Relatores, às vezes, são mal-interpretados na forma de dirigir até o pedido de vista, colocando em dúvida o trabalho. E aqui vou fazer uma defesa dos Sub-Relatores: todos os trabalhos, todos os pedidos de quebra de sigilos, todas as páginas são amplamente aprovados e apresentados a este plenário. Portanto, como co-autor, ou de forma subsidiária, todos os membros desta CPMI também fazem parte da apresentação desses sub-relatórios e também dos pedidos de quebra de sigilos bancários e etc.

Caro Deputado José Eduardo Cardozo, V. Ex^a disse que há um avião fazendo trabalho e voando pelos céus do Brasil sem o registro e sem a autorização do Departamento de Aviação Civil. Pelo que entendo, tanto as aeronaves internacionais quanto as nacionais, além de necessitarem de uma autorização, ainda assim têm

de fazer uma reforma da sua licença em determinados períodos. Como está essa aeronave da qual V. Ex^a disse que o DAC não tem nem conhecimento e que está voando clandestinamente no céu do Brasil, pousando de aeroporto em aeroporto sem registro? Como está a situação dessa aeronave hoje? Não deu para entender bem. Ela continua? Está encostada?

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Nós soubemos esses dias dessa aeronave, levantamos e não encontramos registro. Esse é um dos pontos sobre os quais estamos oficiando ao DAC para que nos esclareça. Infelizmente, o DAC não nos deu as respostas que nós queríamos no ofício do dia 15 de novembro. Então, temos várias questões pendentes em relação ao DAC.

Essas são as informações que nós temos. Agora, evidentemente, tudo o que cerca essa situação é absolutamente irregular; isso foi confirmado, inclusive, pelo depoimento prestado na Polícia Federal em Campinas, na sexta-feira, a nosso pedido, desse parente dos donos da Skymaster, que trabalhou na empresa durante muito tempo.

Então, não temos ainda explicação de como isso ocorre; só sabemos que ocorre.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, sabemos que todas as autoridades, quando têm conhecimento de um fato delituoso, têm de tomar as providências, sob pena de responder por possíveis danos causados à população.

Considero de extrema gravidade esse caso da aeronave, sem que o DAC tenha-se manifestado. É uma aeronave que está voando no céu do Brasil, pousando de aeroporto em aeroporto, que não tem registro no DAC; ou seja, ela não é fiscalizada, não se sabe como é sua manutenção, as peças que são usadas, como está pousando e, acima de tudo, se está pagando os impostos nos aeroportos, as taxas de pouso e de decolagem, etc.

Então, acho que o V. Ex^a deveria estudar, ao lado do Relator, uma medida mais séria e mais emergente em relação a essa aeronave. Inclusive solicitar, imediatamente, se ela não tiver registro... É necessário que se faça uma busca dessa aeronave e sua paralisação imediata até que ela volte, porque acho que isso é uma afronta à segurança nacional e uma invasão ao espaço aéreo brasileiro.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Deputado, tem razão V. Ex^a. Essa é uma questão que nos surgiu e que precisamos complementar até para que não sejamos arbitrários; ver se há alguma explicação para isso, algum erro de registro, alguma coisa. Por isso, vamos diligenciar junto ao DAC. Agora, confirmado que realmente isso se dá dessa forma,

evidentemente essa aeronave tem de ser objeto da apreensão imediata.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Carlos Willian.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. Depois, concederei a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente da CPMI, Senador Dalcídio Amaral, Deputado Osmar Serraglio, Relator, Deputado José Eduardo Cardozo, Sub-Relator da Comissão, quanto a essa questão do avião, acho muito difícil um avião pousar em aeroporto sem existir documentação e aquelas siglas que colocam... Acho muito difícil, muito estranho, e o DAC jamais deixaria isso ocorrer. Estou falando porque sei como isso funciona e acho muito difícil. Mas nesse caso o Sub-Relator vai levantar tudo direitinho. Acho muito difícil. Estou falando porque acho difícil mesmo, a não ser que esteja pousando em aeroporto de terra, naquelas pistas de terra, porque, se for em aeroporto do DAC, tenho certeza de que isso não acontece. Estou falando isso aqui porque sei como o DAC funciona, e isso não acontece de jeito nenhum. Pode haver uma informação, que vai ser corrigida, ou pode estar, de repente, com uma sigla falsificada, não sei o que é, mas que tem uma identificação de que está pousando, tem, e o DAC está acompanhando. Não ia pousar sem o DAC saber.

Presidente Dalcídio Amaral, fiquei muito impressionado com o relatório. Queria deixar isso bem claro para o Deputado José Eduardo Cardozo: impressionado pela riqueza de detalhes, pela dedicação. Não estou aqui julgando o relatório; inclusive está com pedido de vista, e vou levar também para ver. Participei de algumas reuniões da Sub-Relatoria, vi a posição como V. Ex^a se coloca, sempre abrindo diálogo, mas ao mesmo tempo muito rígido. Acho que esse relatório, ficando do jeito que está, nesta CPMI, vai ser um marco do serviço público, Senador Dalcídio Amaral. Creio que será um marco, realmente, da relação da iniciativa privada com o Poder Público, demonstrando que, quando se quer, tudo se levanta e mostra-se o que está acontecendo. Eu acho que isso não era normal antigamente; pelo menos eu nunca ouvi falar de um relatório desse tipo aqui.

Acho que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, fez um bom trabalho. Não vou dizer que tem de ficar orgulhoso do trabalho. Cumpriu sua função, junto com seu Sub-Relator. A riqueza que vi aqui, rapidamente, os detalhes, a profundidade da investigação, a citação da legislação que não está sendo cumprida, os

artigos em que devem ser enquadrados... Quer dizer, a Deputada Juíza Denise Frossard inclusive elogiou também esse relatório. S. Ex^a tem uma experiência maior que eu. Estou, simplesmente, assustado com a riqueza que V. Ex^a dedicou a esse trabalho.

Então, por isso, neste momento, quero falar que, realmente, se os demais relatórios, Presidente Delcídio Amaral, vierem nessa linha, acho que esta CPMI vai ser um marco aqui, no Parlamento. Realmente, vejo que, quando quiserem fazer um acordo com o Poder Público, de alguma maneira, ou se tentarem armar alguma coisa, vão pensar duas vezes depois desse relatório.

Não vou discutir se vai ou não ser condenado, Sr. Relator, porque isso não entendo, realmente. Vim para o Parlamento para ser Senador, e aqui aprendi muitas coisas, mas o que eu vi aqui foi dedicação ao trabalho. Eu esperava realmente, Deputado José Eduardo Cardozo, que saísse alguma coisa, mas não com a profundidade como saiu esse relatório. E ainda é um sub-relatório, um parcial; quer dizer, o que vem ainda vem mais... Quer dizer, dá até medo do que vem por aí. Ainda bem que não tenho nenhuma relação com o Poder Público, porque realmente não sei onde isso pára. Falam que a CPI de lá que é do fim do mundo, mas esta aqui está indo além do fim do mundo, porque eu estava olhando rapidamente aqui e ele vê quem recebeu; como recebeu; para onde foi; o que comprou; em nome de quem comprou; quanto foi a discussão; a diferença que tem; se a empresa vai pelo regime de tributação do Imposto de Renda pelo lucro presumido; e se foi disso, foi tanto; então, entrou mais do que isso. Realmente, um grande trabalho, Deputado. Um grande trabalho!

Eu quero parabenizar o Presidente Delcídio, porque realmente sei o quanto foi difícil para V. Ex^a assumir a Presidência desta CPMI no início de todo esse trabalho: a discussão, a exposição, a questão de ser Situação ou não ser, como foi distribuída a Mesa. Realmente, eu participei e participo de outras CPIs. Quando se pega um trabalho desse tipo sendo feito, Presidente Delcídio, acho que a CPMI, com certeza, ao final do trabalho, será respeitada e reconhecida, pelo tempo dedicado e até mesmo pelo gasto do Parlamento para todos esses atos.

Quero parabenizá-lo. Não sei o resultado, nem o que vai acontecer com esse relatório, mas o parabenizo pela sua dedicação. E também parabenizo os demais membros que o acompanharam nisso, que, com certeza, o ajudaram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Senador Wellington, de coração.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

Na seqüência, os encaminhamentos necessários.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Presidente Delcídio Amaral e o nosso Sub-Relator José Eduardo Cardozo, na relação de contratos.

Digo, inicialmente, que alguns, Senador Delcídio, primeiro, diziam que a CPMI era chapa branca. E a CPMI provou, pela ação, iniciativa, postura e comportamento de V. Ex^a que não era chapa branca. O mesmo vale pela postura, o comportamento e, enfim, a ação do Deputado Osmar Serraglio, que é o nosso Relator. E, agora, por esse relatório importante, sério, técnico, amplo, abrangente que o Deputado José Eduardo Cardozo elabora, apresentando a nós todos.

Eu posso dizer que participei de várias reuniões dessa Sub-Relatoria. Participamos juntos, ouvindo. Estive ao lado do Deputado José Eduardo Cardozo e com S. Ex^a. Posso dar testemunho de como o trabalho foi feito e não me surpreende o seu resultado, até por sua capacitação e, enfim, por tudo quanto se fez desempenhar nesta CPMI.

Eu aproveito, fazendo essa constatação, Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, para dizer que havia – e ainda acredito que há no meio da sociedade – uma confusão que é preciso começar a clarear. E ela vai clarear com o tempo. Talvez, não seja preciso dar muito tempo ao tempo. E antes que terminem os tempos da nossa CPMI, as questões ficarão claras.

Ocorreram, ao mesmo tempo, a CPMI dos Correios e a CPMI do Mensalão. Como a CPMI do Mensalão começou depois e terminou antes, talvez dê tempo para esclarecer os fatos, mas a verdade é que as pessoas têm a impressão de que as CPIs terminaram e que ficou tudo por isso mesmo. Pensam que tudo se encerrou e que a questão do “mensalão” não existe, enfim, e que se encerrou o assunto, quanto absolutamente isso não é verdade e é preciso esclarecer.

Quem levantou todas as questões da CPMI, envolvendo, inclusive, o nome de 18 colegas Parlamentares, foi a CPMI dos Correios, onde os dados foram compilados, os documentos reunidos, as pesquisas feitas e os sigilos quebrados. Aqui, uma equipe técnica extremamente qualificada foi compilando e reunindo os documentos e hoje, talvez, tenha o maior manancial de documentos da história das CPIs do Congresso Nacional. Isso está em poder da CPMI dos Correios. Então, eu faço essa observação para dizer que quem começou tudo isso foi a CPMI dos Correios.

Depois, veio a CPMI do Mensalão. Talvez eu exagere em dizer, mas ela, de certa forma, requentou algumas questões que tinham sido levantadas. E não é, absolutamente, nenhum demérito aos colegas Parlamentares que ali trabalharam e se esmeraram, fazendo a parte deles.

Ao cabo da CPMI do Mensalão, o fato de os colegas Parlamentares não terem se atentado para o vencimento dela, o prazo em que se exauria, isso criou uma certa confusão. Na minha concepção, não é que tenham se esquecido de prazo, mas não quise-ram. Uns pelo sim e outros pelo não. Por uma ou outra razão, cada um pelas suas. Mas, na verdade, sabemos que a nossa, pelo quanto eu sei, encerraria dia 12 de dezembro e foi prorrogada com muito tempo de antecedência. Tivemos precaução e nos precavemos, tomando atitudes, o que não houve ali; por isso, terminou. Então, passa, à primeira vista, a impressão de que terminou e ficou tudo por isso mesmo.

Não. Não terminou. Não ficou tudo por isso mesmo. A CPMI que efetivamente é aguda e está perquirindo e aprofundando as investigações é a CPMI dos Correios, que começou esse trabalho, continua e vai concluir com bons relatórios, a exemplo do relatório que o Deputado José Eduardo Cardozo apresenta a nós todos.

Para tecer um rápido comentário e encerrar a minha manifestação, Presidente Senador Delcídio Amaral, digo que vi o relatório e o defino como um relatório técnico; não o vejo como um relatório político. Não. Tratou do passado, do presente, e me arvorei em dizer que trata também do futuro, ou seja, dá os encaminhamentos futuros. Inclusive, faz leitura clara, no caso do contrato da Skymaster, daqueles que tentaram desmanchá-lo, para evitar que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tivesse prejuízo. Eu posso dizer isso até porque foi debatido muito intensamente. E o Presidente Aírton Dipp, na época, bancou a alteração do contrato, inclusive forçou a barra e alterou o contrato. Depois que ele saiu, o contrato voltou a ser como era antes, dando um prejuízo, novamente, aos Correios. Então, é um prejuízo que havia antes e passou a ter depois, mas durante o período em que o Presidente Aírton Dipp ali esteve, felizmente, ficou fora.

O relatório faz uma leitura muito clara, técnica, profunda, séria, e nós precisamos reconhecer isso. No entanto, deixa também claro um aspecto preocupante: quando faz a leitura de como tudo aconteceu, deixa a descoberto, mostrando que assim está, esclarecendo que a questão das licitações, da 8.666, da carta-con-vite, do pregão, do pregão eletrônico, da prorrogação estão em branco, em a ver, em veremos. Tudo é possível. A lei se esmerou, avançou, melhorou, mas não

corrigiu. Tem jeito de fraudar a licitação e o pregão e de prorrogar o contrato fraudado. Como se diz, nós damos um jeito, para que com jeito ajeite um jeito de fazer do melhor jeito. E eles têm feito. Infelizmente, isso é verdade.

Então, o relatório até nisso é afirmativo; mostra esse vazio que há, e eu espero que nós possamos, depois de encerrada a CPMI, ter algumas leituras de o que e como fazer para inibir – não sei se coibir – esse tipo de deslize; mas, pelo menos, inibir ainda mais.

Bom, dito isso, Sr. Presidente, eu concluo fazendo coro com os colegas Parlamentares, também pedindo vista em nome do PDT, dizendo que nós vamos examinar. À primeira vista, não é para fazer reparo, mas para não passar batido que nós estamos fazendo vista grossa. Vamos examinar dados, detalhes e fundamentos.

Quero concluir dizendo que esse relatório é diferente daquele do relatório do Deputado Gustavo Fruet, que fez também um bom relatório. Vamos reconhecê-lo como bom, abrangente, profundo; mas, na minha concepção, é um relatório que limita os dados no tempo. E esse relatório não limita os dados no tempo, pois buscou do governo anterior, viu como começou, o quanto evoluiu, aonde chegou e até para onde iria. O outro relatório não mostra quando começou, mas, de uma altura em diante, mostra o quanto ele andou. No que conta do que andou, faz bem e certo. É absolutamente verdadeiro e sério, enfim, mas não contou como chegou até ali. Faltou esse detalhe naquele relatório. Mas esse foi absolutamente primoroso em contar o antes, o durante e, como eu disse, até apontando o depois.

Portanto, parabéns ao Deputado José Eduardo Cardozo, e eu fico contente por ter estado ao seu lado nesta Sub-Relatoria, por várias e longas reuniões, algumas com umas gargalhadas, inclusive. Rimos bastante de alguns depoentes que vinham ali para depor e diziam coisas de que até Deus duvidava. Deus continuava duvidando e somente ele acreditava.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Agradeço, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, os contratos da Skymaster, segundo nós vimos aqui no relatório de V. Ex^a, ferem totalmente a Lei nº 866 de Licitações.

Eu faço a seguinte pergunta, Sr. Presidente: Tem a CPMI condições de sugerir o rompimento desses contratos da Skymaster imediatamente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Na verdade, boa parte desses contratos foram exauridos no tempo. Então, foram extintos, sem prejuízo de nós podermos discutir a eventual anulação, com recuperação dos recursos, etc.

Os contratos que estão em curso hoje estão sendo também objetos de análise. Portanto, os preços que estão colocados são referidos aí e ao final disso tudo nós vamos ter de propor medidas bastante concretas em relação ao que está em curso e também em relação ao futuro. Então, como esse é um relatório parcial, eu acho que quando nós completarmos toda parte dos Correios Aéreos, teremos de enfrentar isso de vez, inclusive para verificar como se muda a estrutura da questão dos Correios Aéreos na perspectiva propositiva e com o rompimento de tudo aquilo que evidentemente estiver implicando em ofensa à legalidade e à moralidade pública.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, eu gostaria de usar a palavra para falar, em primeiro lugar, da minha preocupação com a continuidade dos trabalhos da nossa CPMI.

Além do conhecimento dos nossos trabalhos, eu procurei verificar na própria Secretaria da CPMI. Nós temos uma extensa lista de requerimentos não votados, não aprovados, além de uma outra extensa lista de requerimentos já aprovados de quebras de sigilos de pessoas para serem ouvidas e de outros procedimentos.

Sei que até mesmo daquilo que foi aprovado de quebra de sigilo bancário e fiscal, em grande parte, senão a maioria de documentos, ainda não chegou à própria CPMI. E com muita preocupação eu tenho lido nos últimos dias manifestações do Relator, Deputado Osmar Serraglio, prevendo um prazo para encerramento da CPMI para o mês de fevereiro.

Nós, hoje, ao receber o relatório do Deputado José Eduardo Cardozo, que trata de apenas um fornecedor do Correio, que é, no caso, o fornecedor de transporte noturno de um setor dos correios, podemos imaginar o quanto, apenas nos Correios, nós ainda teremos de trabalho na elaboração de relatórios e de oitivas.

Então, tudo isso nos traz uma preocupação grande de que, a partir de determinado momento, talvez por pressão de opinião pública ou de outro tipo de pressão que não seja transbordada para a opinião pública, nós corramos o risco de estarmos encerrando esta CPMI sem ter feito o dever de casa que se espera que façamos, um dever tão bem feito como o que foi apresentado hoje pelo Deputado José Eduardo Cardozo.

Nós tivemos, eu acredito, a extrema sorte de conseguir evitar que esta CPMI não fosse prorrogada. Eu não consigo sequer imaginar o que aconteceria se nós tivéssemos que encerrar esta CPMI no dia 2 de dezembro, na situação que nós nos encontramos hoje.

Então, eu queria antecipar a V. Ex^a que eu não percebo que haja uma vontade da maioria em encerrar os trabalhos da CPMI em fevereiro, conforme o Deputado Osmar Serraglio parece prever, porque não se trata de contaminar o ano eleitoral ou ser contaminado pelo ano eleitoral, porque isso vem ocorrendo, Sr. Presidente, desde que esta CPMI se instalou. Eu acho que não seria argumento que justificasse esta CPMI antecipar seus trabalhos. Penso que só se justifica encerrar os trabalhos se constatarmos, se não por unanimidade, mas pelo menos pela grande maioria dos membros desta CPMI, de que nós finalmente cumprimos a missão que nos foi destinada.

E é isso que eu queria trazer como registro, como consideração a V. Ex^a, para que, como Presidente e, certamente, o maior responsável por ela, pudesse fazer uma avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Sílvio Torres.

Gostaria de fazer algumas ponderações com relação à questão da prorrogação. Conversamos bastante numa reunião de líderes, presidida pelo Senador Renan Calheiros. E o que ficou muito claro é que nós, usando o bom senso, como disse o Deputado Abicalil, serenidade, vamos ao longo do tempo, o que foi dito nessa reunião de líderes, inclusive pelos partidos da Oposição, é que abril seria o teto, o limite. Mas o prazo efetivo de conclusão dos trabalhos da CPMI dependeria, efetivamente, desse diálogo, dessa discussão com os sub-relatores, para que concluamos todos os relatórios das sub-relatorias. Temos que ter equilíbrio.

Faço questão de registrar a forma como essa reunião ou as reuniões administrativas da CPMI dos Correios têm acontecido. Absoluta tranquilidade ao debate político, que é natural. Mas uma visão absolutamente consolidada de que precisamos – temos uma base, como o Deputado Pompeo disse, de dados extraordinária – apresentar resultados.

Então, a despeito do enfrentamento político, de um debate ou de ajustes que vão sendo feitos à medida que os relatórios parciais vão sendo apresentados, hoje há uma total consciência da CPMI dos Correios de que precisamos apresentar um bom trabalho para a sociedade brasileira.

Penso que é isso que tem que pautar a nossa conduta aqui, com equilíbrio, cuidado, procurando não cometer injustiças com as pessoas. E, fundamentalmente – e acho que foi falado aqui por alguns parla-

mentares que usaram a palavra -, uma CPI propositiva. Quer dizer, com fruto de tudo aquilo que vai ser apresentado aqui ou está sendo apresentado, quais os instrumentos legislativos que esta CPMI pode proporcionar para que melhore o País, o Governo, as empresas estatais e para que melhore a política também. Esse é o compromisso que temos, e entendo que estamos no caminho certo.

Hoje, não vou fazer juízo de valor aqui, até por que não me compete como Presidente. Mas a maneira como foi apresentado esse relatório só qualifica a CPMI, como qualificarão também outros relatórios que virão. O próprio relatório do Deputado Fruet, a despeito das questões que foram aqui, do meu ponto de vista, equilibradamente levantadas, é também um relatório qualificadíssimo, demonstrando que estamos absolutamente no caminho certo. Relatórios com começo, meio e fim, que, ao lado do trabalho dos técnicos do TCU, da assessoria técnica também do Senado e da Câmara, fazem uma interpretação com base não só em toda a documentação que foi obtida, mas nas oitivas que foram feitas. Quer dizer, fechando esse processo todo, dando espaço para que todo mundo se defenda e para que todas as pessoas mostrem o seu lado, mostrem por que tomaram determinadas decisões, mostrem por que determinadas empresas assumiram posicionamentos. E como tivemos a oportunidade de assistir aqui vários deles, absolutamente questionáveis. A questão dos indiciamentos, a maneira como isso foi organizado.

A maneira como isso foi organizado. Acho que, efetivamente, vamos avançar muito. E um fator fundamental também é esta consciência que não estamos mais no holofote, precisamos apresentar resultados. E, inegavelmente, resultados que podem nos ajudar muito, principalmente no que se refere às movimentações financeiras baseadas nas auditorias, que vão trazer ainda um profissionalismo maior para todo esse trabalho que está sendo desenvolvido.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo, mas como é que está a questão daquela empresa de rastreamento do dinheiro, inclusive...?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, já estão trabalhando, inclusive somado a um programa que a Mesa do Senado contratou, que é um programa para verificação de lavagem de dinheiro, movimentações financeiras, tráficos, enfim, é um programa completo utilizado por vários aparatos policiais pelo mundo, entre eles o serviço secreto inglês, o M2. Tudo isso está fazendo parte desse conjunto de investigações que estão sendo feitas.

Então, há a política, há o debate, mas, como disse o Deputado Pompeo de Mattos, isso é um relatório técnico. E esse é caminho.

E para encerrar a reunião, quero deixar caracterizado o pedido de vistas coletivo. Temos cinco dias úteis para votar este relatório e, na quinta-feira, faremos a nossa reunião administrativa, às 11 horas, para discutir requerimentos e, se for possível o entendimento, trazer para a aprovação o relatório parcial de movimentações financeiras que precisa ser trabalhado pela Oposição e pela Base para que cheguemos a uma proposta, senão consensual, mas majoritariamente aceitável, como disse o Deputado Silvio Torres, aqui nesta CPMI dos Correios.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, para encerrar. V. Ex^a ficou de determinar uma visita ao Toninho da Barcelona e depois não se tocou mais neste assunto, pois havia uma dúvida sobre se ele estava recebendo alguma pressão ou algo parecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Esta Mesa Diretora vai resgatar esta questão e na quinta-feira esclareceremos.

Uma boa-tarde a todos. Muito obrigado.
Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 49ª Reunião, realizada em 30/11/2005.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Valdir Raupp e os Deputados Carlos Abicalil, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, Silvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES

PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Deputado Osmar Serraglio informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do senhor Carlos Godinho, esclarecendo que apesar de o depoente ter sido convocado com uma semana de antecedência e confirmado sua presença, o mesmo não compareceu, ficando marcada sua oitiva para a próxima quarta-feira, dia sete de dezembro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às onze horas e trinta e oito minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente Ata.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento de número 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as Causas e Consequências de Denúncias e Atos Delituosos Praticados por Agentes Públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu declaro como o meu Relator *ad hoc* hoje, em função de o Deputado Osmar Serraglio estar com a agenda intensa nos Estados Unidos, e gelada também, é uma tremenda “fria”--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por sinal, muito elegante ele apareceu hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito elegante, de sobretudo, extremamente elegante é um “Sherlock Holmes”--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de gravata nova.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do Congresso Nacional.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas um trabalho que vai aquecer a CPI nas próximas semanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu nomeio o meu Vice-presidente **Deputado Asdrubal Bentes como Relator *ad hoc***. Pela ordem, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, temos que dar celeridade, porque tem Ordem do Dia na Câmara e no Senado para que a nossa Sessão não possa ser eivada de Falha Regimental.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também temos logo depois temos a nossa Oitiva--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para que a nossa Sessão “não seja eivada” de equívocos regimentais, nós vamos acelerar os trabalhos. Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Para que a nossa Sessão não esteja “eivada de surrupiamento de coisas”, alguém levou o meu “colorido”, por favor. Então, alguém que levou me devolva. Isso é um absurdo!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quem encontrou uma cópia colorida dos Requerimentos da Senadora Heloísa Helena solicito, encarecidamente, a devolução da cópia.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Aliás, quem democraticamente retirou “aqui”, porque era colorido achou que era bonitinho e levou! Não é possível isso!

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente, a dela foi retirada, eu sequer ganhei uma cópia colorida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas é que houve uma falha, minha querida Deputada Juíza Denise Frossard, na reprodução de cópias. Tivemos dificuldades ontem e não conseguimos distribuir a todos. Mas até por desencargo de consciência nós encaminhamos à *xerox*, aquilo que pudemos fazer, que é uma coisa humilde. Mas pelo menos para que nós tivéssemos a documentação para trabalhar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só os privilegiados, não é, senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De forma nenhuma, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá. Todos aqui são absolutamente prestigiados e Parlamentares iguais. Perante o Congresso Nacional e perante o povo. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, eu sei que o senhor vai fazer a apresentação do “trabalho escolar”, como V.Exa. nos apresentou, não é? “Coloridinho e tal” para ter o destaque da forma como vai ser conduzido. Mas têm duas questões, Senhor Presidente, que eu gostaria aqui, primeiro, de fazer a solicitação da informação que é a respeito da, até porque nós temos muita polêmica com relação a Supremo Tribunal Federal, agora nos últimos dias, e nós sabemos que estaria para ser encaminhado a documentação mais uma vez solicitada pela ministra Ellen Greice, com relação à quebra do sigilo lá do

disco rígido do OPPORTUNITY. Então, eu queria em primeiro lugar saber oficialmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A assessoria da CPI preparou. Hoje eu despacharei o documento com a assessoria e muito possivelmente amanhã já está sendo data entrada formal dessa documentação no Supremo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então essa era a primeira questão. A segunda, eu sei que não estando presente o nosso Relator, Deputado Serraglio, não seria conveniente fazer o debate. Mas, nós precisaríamos ter, já no início, no retorno da equipe dos Estados Unidos, nós precisaríamos ter algum tipo de debate ou discussão com relação às declarações que acabam aquecendo o ambiente, reiteradas vezes, aqui na CPI, e que dificultam efetivamente nós podermos trabalhar para a conclusão dos trabalhos, dentro do objetivo que eu acho que todos nós temos que é ter um Relatório com todas as controvérsias que ele possa ter e apresentar, que nós façamos a votação do Relatório, essa CPI terá Relatório final votado. É um compromisso de todos. Mas, indiscutivelmente, determinadas declarações não ajudam! Não contribuem! Então, eu queria pedir à V.Exa., na condição de Presidente, para tomar as iniciativas devidas para que as declarações que não contribuam, não é? De todo e qualquer membro! E, de forma muito especial, eu estou aqui citando, todos sabem as declarações do nosso Relator Serraglio, que não tem contribuído para que o clima de construção da votação final do Relatório se dê.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de registrar, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, que nós estamos hoje, o esforço de todos os Parlamentares e de todos os Partidos é que nós venhamos a votar um Relatório discutido amplamente, e com tempo suficiente. E conversei com várias lideranças. Entendo que, de 15 a 20 de março nós teremos já um Relatório, e com tempo suficiente para atender os pedidos de vistas, os pedidos de voto em separado, de itens do Relatório e todos os Parlamentares, eu tenho absoluta certeza, estão com essa convicção. De apresentar um Relatório que seja importante para o país. E, portanto, Senadora Ideli, o momento é de muito silêncio, é de trabalho de bastidor, trabalho técnico. E assim essa Presidência procederá com relação aos seus Relatores, seus Adjuntos e seus Sub-relatores e todos os demais Parlamentares. Trabalhar efetivamente para fazer com que nós venhamos a produzir um Relatório justo e um Relatório, acima de

tudo isento, que reflita tudo aquilo que foi investigado pela CPMI dos Correios.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu proponho a V.Exa. para que a gente possa dar seguimento à pauta desta Reunião, que é justamente a votação dos Requerimentos. Como chamou atenção o Deputado Arnaldo nós temos sessões--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tanto no Senado quanto na Câmara.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também outras Sessões, da própria CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas Deputado ACM, nós só temos mais duas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do que, não é justo fazer críticas alguém que está ausente. O Deputado Osmar Serraglio não pode se defender aqui, Acho que ele está corretíssimo, em todas as declarações que deu. Agora, ele não pode rebater as críticas da Senadora Ideli Salvatti. É muita covardia criticar o Relator dessa CPMI, ele estando nos Estados Unidos, cumprindo uma missão oficial dessa CPMI. Nós não podemos aceitar isso. Que Senadora Ideli tem o direito de falar o que quiser, tem! Agora, que fale no dia que o Deputado estiver aqui e que possa se defender! Que possa se defender! Porque ele tem a minha defesa aqui. Tem a minha defesa e terá sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Abicalil e por último a Senadora Heloísa Helena. Nós vamos votar os Requerimentos porque nós estamos com Câmara e Senado na Ordem do Dia.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. vai fazer o mesmo questionamento da Senadora Ideli?

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Não, não. Eu já estou contemplado com o questionamento dela. Mas tem algo, pela ordem, muito importante e grave aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado, senhor Presidente. Eu gostaria que a maioria de nós tivéssemos o aguardo da ordem de V.Exa. para fazer uso da palavra. Por mais intempestiva que seja a consideração que venha a ser feita, por qualquer dos nossos membros pares, aqui da Casa. Em primeiro lugar senhor Presidente eu acredito que a

intenção de V.Exa. em conduzir a Sessão de hoje demonstra com cristalina evidência, o desejo que nós tenhamos, efetivamente, os resultados apresentados à população brasileira. Creio que, estamos de fato, rumando para uma conclusão dos trabalhos, em que pese entender clarissimamente os limites da CPMI. E, no caso específico da CPMI, instituída a partir de um fato determinado que ampliou o seu leque de investigações, da maneira como nós ampliamos aqui, se justificou inclusive a prorrogação do seu prazo, nos leva efetivamente a estar nesse momento com a responsabilidade de votar aquilo que contribuirá para fechar os assuntos que abrimos, e não para abrir infinitamente outros assuntos, que não nos levem nem à conclusão do que é o nosso fato determinado e muito menos ainda para esclarecer aquilo que já foi levantado anteriormente. Nesse sentido, senhor Presidente, eu quero fazer alguns registros importantes. Entre eles, na presença do nosso Sub-relator propositivo, Onyx Lorenzoni, da importante agenda que estamos cumprindo, em relação às Oitivas das contribuições normativas que são fundamentais para nós. Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, creio que alguns assuntos envolvidos no núcleo de contratações das empresas do Marcos Valério precisam ser trazidos na próxima reunião, provavelmente, como prioridade. Porque envolvem os contratos do senhor Marcos Valério e de suas empresas, em particular os assuntos relacionados à TELESP, à FUNDACENTRO, ao Programa de Modernização do INSS, a Secretaria de Saúde de Goiás. São fatos recentes que dizem respeito ao envolvimento das empresas a SMP&B, DNA e outras desse Núcleo do senhor Marcos Valério. Creio também que nós tenhamos a necessidade de muito provavelmente, já na próxima semana, estar orientando de maneira bastante consolidada os nossos encaminhamentos últimos em relação à sigilos. Que, efetivamente, nos dará a responsabilidade de, na próxima semana, ter aqui *quorum* livre da pressão das duas casas em relação à Ordem do Dia, de forma a ter tempo inclusive de concluir os trabalhos já abertos em relação as investigações que estamos fazendo. Talvez até com alguma novidade da nossa missão aos Estados Unidos, que deve estar retornando com informações importantes para o próximo período. E creio, portanto, que outras esferas de investigação que prosseguirão, terão uma tarefa para além da CPMI *mix*, que seguramente se desdobrará em muitos assuntos em outras esferas como é o caso do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, do Supremo Tribunal Federal [soa a campainha], da Polícia Federal, do Procuradoria Geral da República e do Conselho de Ética. Efetivamente por isso, Senhor Presidente, creio que uma das orientações que nós

poderíamos tirar como resolução da reunião de hoje é de preparar bem a próxima reunião de quinta-feira que vem, administrativa, tendo clareza entre nós todos, líderes dos diversos partidos de opiniões, aqui, os sigilos que são absolutamente indispensáveis, imprescindíveis para a concretização dos trabalhos e ir fechando os núcleos de investigação, em particular àqueles que dizem respeito em movimentação financeira, à contratos e ao núcleo das empresas do senhor Marcos Valério. Muito Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Deputado Abicalil. Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena. Estão fechadas inscrições do “Pela Ordem”. Democraticamente, Senadora Heloísa Helena, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Carlos Willian e fechando, Deputado Jamil Murad. Com a palavra Deputada Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Senador Delcídio, eu nem gostaria de ter que fazer essa declaração, até para que a gente pudesse realmente votar e acatar, e atender o apelo de V.Exa.. Entretanto, como de alguma forma se tocou no papel do Relator, do Deputado Osmar Serraglio, e ele não estando aqui, então eu também me sinto na obrigação de fazer um tipo de declaração. Eu não sei como será o Relatório do Senador Osmar Serraglio, não sei se eu apresentarei um substitutivo, se eu votarei *in totum* com o convencimento dele ou se apresentarei emendas, mas como eu não autorizo a ninguém, a ninguém absolutamente nenhuma força humana do mundo da política eu autorizo que exija ou que solicite o meu silêncio. Eu aceito o combate de idéias implacável, eu aceito até a perseguição infame, covarde, implacável. Resistirei, não me dobrarei, chorarei ou gritarei, mas o silêncio jamais! Então é só nesse sentido. Eu sei que V.Exa. jamais aceitaria o apelo ou a indicação ou a sugestão para que junto ao Deputado Osmar Serraglio o fizesse moderar as palavras, até porque os mandatos que nos deram, além da nossa consciência, além do que move as nossas convicções ideológicas programáticas a nossa visão de mundo, todos aqui viemos efetivamente respaldados pelo voto popular. E ninguém, como eu não aceito que ninguém solicite o meu silêncio ou a modificação, moderação, mutação das minhas palavras, eu também não poderia deixar isso absolutamente claro e declarado. Como eu não autorizo a ninguém, eu também não autorizo que se solicite aos ausentes a moderação das palavras. Ele pode até fazer se quiser, cada pessoa tem o seu jeito e o seu temperamento, não é? Tem coisas relacionadas até à *complexa*.. subjetividade humana, está tudo muito bem. Agora, o silêncio, não. Como eu não autorizo, não aceito que ninguém me peça, eu também

não poderia até na ausência do Parlamentar deixar de fazer essas considerações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Presidente vai começar a Sessão da Câmara, em minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Deputada Juíza Denise Frossard, No Senado já se iniciou também. Deputada Juíza Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-

RJ): Eu vou ser breve, Senhor Presidente. Eu acho que temos que ter consciência que nós somos um poder da República. Então cada um de nós tem que saber Exa..tamente até onde a gente tem que ir. Mas, realmente não podemos sofrer a censura. E, nesse caso eu acho que realmente deveria se esperar a presença do senhor Relator para ser colocado, para que ele possa contra-argumentar. Eu não conheço as razões dele. Mas gostaria de conhecer e poderíamos debater. Mas é indispensável a presença do senhor Relator, como é indispensável a presença de qualquer colega, quando nós tenhamos que fazer algum debate com ele, que é absolutamente próprio da Casa. Não tem nenhum problema quanto a isso. Mas vamos fazer sempre na presença e entendendo que cada um de nós é absolutamente igual ao outro aqui, porque somos da teoria organicista e somos um Poder da República. Portanto não podemos sofrer a censura a não ser de uma ação penal e das urnas. Só isso. Muito obrigada, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard. Com a palavra o Deputado Carlos Willian e depois, fechando, o Deputado Jamil Murad, E aí eu vou encaminhar às votações. Propor ao Plenário a sistemática das nossas votações. Vou dar uma notícia rápida sobre a questão dos Estados Unidos, da Missão lá dos 3 Parlamentares. E aí nós vamos ao trabalho para tocar em frente a pauta. Deputado Carlos Willian, com a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Presidente, vai ser rápido. Antes eu gostaria de fazer uma sugestão, para evitar as pressões de Parlamentares que tentar tirar esse espaço democrático antes das reuniões de manifestar os seus pontos de vista, para que V.Exa. marque essa reunião administrativa na terça-feira e às 9 horas da manhã. Fica sendo mais cedo, na terça não há possibilidade, é difícil ter matéria na Câmara e no Senado, é mais tranqüilo para que nós pudéssemos trabalhar e nós iríamos ganhar dois dias nas Convocações. Então o ideal é que nós fizéssemos na terça-feira, às nove horas da manhã. Bom... OK. Com apoio do--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian, nós vamos de comum acordo porque nós também teremos uma reunião administrativa importante, na próxima semana, como a de hoje. E nós vamos definir ao longo do dia o horário, não é? E programar essa outra, essa próxima reunião administrativa. Com certeza, porque eu preciso também combinar com as demais Parlamentares e, especialmente, com o Relator que está nos Estados Unidos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não, Senhor Presidente. Agora, encerrando as minhas palavras para contribuir para que a reunião seja mais rápida, semana passada eu me deparei com a imprensa, onde disse que a cúpula da CPMI em um jantar num restaurante, foi determinado ao nobre Deputado, vice-Presidente Asdrubal Bentes que verificasse junto à liderança do PMDB a minha saída e substituição nessa CPMI. Eu acredito que deve ser meramente uma falta de informação e até mesmo por parte deste Parlamentar, e mais uma vez fiquei prejudicado na imprensa, onde se diz nas primeiras palavras e capas de jornais “que o Deputado Carlos Willian sairá da CPMI”. E mencionou o nome de V.Exa. e do Deputado Asdrubal. E, referente a isso, eu só gostaria de esclarecer e deixar claro de que eu realmente saí do PMDB, me filiei ao PTC por questões partidárias, mas ainda tive a confiança do PMDB e estou ocupando a vaga nesta CPMI, uma vaga que é do PMDB e regimentalmente o PMDB cedeu a esta Comissão. Foi falta de informação minha à V.Exa. e ao Deputado Asdrubal. Inclusive, pelo que eu estou sabendo, o Deputado Asdrubal já até conversou com o líder Wilson Santiago e ele até manifestou a ele esta mesma situação. Então, eu só venho comunicar, agradecer mais uma vez ao PMDB, porque mesmo saindo dos seus quadros, ele manteve a confiança em me manter aqui, nessa CPMI, na sua vaga. Portanto, vai vir um documento oficial do líder Wilson Santiago e eu peço desculpas por não ter tomado as providências administrativas anteriormente, e comunico a V.Exa., que continuo até que o líder do PMDB, como qualquer membro desta Comissão, só permanece através de indicação do líder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): O Deputado Asdrubal Bentes quer fazer um esclarecimento rápido sobre esse assunto.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Realmente, nós fomos surpreendidos com a sua intervenção no Plenário da Câmara, na condição de líder do seu novo partido. E na reunião que tivemos, o Senador Delcídio me perguntou qual era a real situação. E me pediu que procurasse o líder do partido para saber o que havia ocorrido. Cumprindo a missão que me foi

determinada, conversei com a líder Wilson Santiago, e ele me informou que realmente o Deputado Carlos Willian havia se desligado da PMDB, mas, atendendo a pedido do Senador Renan Calheiros, à época, para evitar a criação de uma nova CPI, ele estava mantido na condição de membro do novo partido, em uma vaga destinada ao PMDB. Essa é a verdade dos fatos, para evitar mal-entendidos. De maneira que há necessidade que V.Exa. traga para a Mesa o ofício formalizando essa indicação. Porque do contrário, a situação de V.Exa. não está legitimada. Enquanto não houver essa indicação, já que V.Exa. mudou de partido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu discordo de V.Exa.. Enquanto não houver um novo encaminhamento do líder, não existe legitimidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian, até para ponderar. Esse é um assunto administrativo e, portanto assim será--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu concordo com V.Exa., mas vazou na imprensa, dizendo que eu seria retirado da CPMI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Assim será providenciado, Deputado Carlos Willian. Para encerrar, Jamil Murad e vamos começar a votação.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Presidente Delcídio, aqui é muito importante saber o que acontece na CPMI e que atitudes tomamos e o que desejamos. Nós queremos esclarecimentos de fatos importantes, relativos à nossa CPMI. Muito bem, eu fiz um Requerimento em 21 de setembro de 2005, Presidente Delcídio, requerendo a relação de passageiros que utilizaram três aeronaves do CONSÓRCIO VOA, do grupo OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA. Muito bem, é do banqueiro Daniel Dantas. Depois de muito esforço eu descobri através do Major-Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, por inscrito, que essa resposta já tinha vindo no dia 12 de dezembro. E nós procuramos aqui na CPMI e não encontramos. Por que nós não encontramos? Muito bem, e o Major, não querendo entrar nessa querela, aqui, nossa, ele me ofereceu o documento pessoalmente. E aqui está escrito que a empresa OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS, do grupo OPPORTUNITY, do senhor Daniel Dantas, banqueiro protegido dessa Casa e de artifícios judiciais, líder do CONSÓRCIO VOA. Ele deu os números, o prefixo das três aeronaves. Mas disse que não possui registro dos passageiros que viajaram nessas aeronaves. Isso é impossível. Ele está sonhando informações. Então o Daniel Dantas age na Justiça, através de artifícios judiciais, através dos seus advogados. Ele, muitas vezes,

nós vamos aos Estados Unidos buscar informações de determinados fatos que nos interessam, mas, pôr a mão nesse quadrilheiro, nós não conseguimos colocar ainda! Nós queríamos o empenho do conjunto dos senhores Deputados e Senadores dessa CPMI para nós conseguirmos não deixar esse o senhor acima da lei. A Senadora Ideli já falou que o Supremo está aguardando uma resposta nossa, para ver se abre o sigilo do computador, não é? Muito bem. Eu vejo alguns reclamarem que o Supremo deu uma Liminar, para, por exemplo, o senhor Okamoto. Mas eu não vi nenhuma reclamação nesse tempo todo, daqueles que reclamam da Liminar que protege os direitos individuais do senhor Okamoto! Eu não vinha nenhuma declaração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Jamil--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Para nos ajudar a quebrar esse sigilo e eu quero essa lista. Ele não pode sonegar! Eu tenho visto às vezes, falar que a Ministério da Justiça atrasou determinada informação. Mas eu não vejo ninguém nos ajudar também a conseguir a lista dessas pessoas que utilizaram os aviões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Jamil Murad, Por sugestão de V.Exa. nós gostaríamos, inclusive, eu sugiro a V.Exa. que traga essa questão para a Mesa Diretora, que nós vamos conversar com o Major-Brigadeiro para encontrar alguma forma objetiva de obter essa listagem dos passageiros.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Eu agradeço muito Presidente Delcídio. E confio em V.Exa., é impossível não ter o nome dos passageiros! É impossível! O grupo OPPORTUNITY está sonhando a informação para a CPMI. A CPMI não pode aceitar que o senhor Daniel Dantas faça e desfaça dessa CPMI. Ele não tem esse direito, não tem esse poder. E nós gostaríamos de manifestação de todos os Parlamentares que participam dessa CPMI para nós vencermos esse quadrilheiro que se esconde através de artifícios judiciais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Deputado Jamil Murad. Eu gostaria de fazer alguns registros importantes. Na apresentação aqui dos Requerimentos, nós fizemos, em amarelo, "votação nominal". Fizemos, em verde, "votação simbólica". Em azul, "retirados". Por que, em azul, os "retirados"? Por uma razão pura e simples. Porque muitos Requerimentos já caducaram e já deveriam ter sido retirados anteriormente e nós não o fizemos. Então, a nossa intenção é primeiro listar os Requerimentos que serão retirados, depois os Requerimentos de votação simbólica e a minha sugestão é aqueles

que relativos à votação nominal, nós deixemos para a próxima semana.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado Eduardo Cardozo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma ponderação a V.Exa., A Sub-relatoria de Licitação e Contratos tem alguns Requerimentos de quebra de sigilo que são imprescindíveis para a linha de investigação que nós estamos fazendo do Correio Aéreo Noturno. Eu posso fundamentar um a um os Requerimentos, se necessário for, dentro da linha de investigação que estamos seguindo. Eu peço aos pares dessa Comissão, um voto de confiança no trabalho que vem sendo feito, para que possamos quebrar o sigilo. Caso algum parlamentar queira alguma explicação, eu poderei fazê-lo pessoalmente ou se necessário, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quantos Requerimentos são, meu caro Deputado?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu até enumero quais são, se V.Exa. assim quiser.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu farei um apelo ao Deputado Cardozo, no sentido de que ele verificasse quais seriam os Requerimentos extremamente imprescindíveis, os mais imprescindíveis, porque aí eu acho que não haveria problema de incluir nas votações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Eduardo Cardozo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu direi quais são os Requerimentos, senhor Presidente. É o 1341--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Requerimento 1341. Anote aí.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. 1342.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Requerimento 1342.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Requerimento 1343. Requerimento 1344. Se não votar a quebra nominal hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se for nominal isso está fora.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1345. 1346. 1347. 1348. 1349. 1350. 1413--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1413. 1414. 1415. 1416. 1593. 1658, e 1743,

Senhor Presidente. Todos esses Requerimentos se prendem a uma mesma vertente de apuração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 1-6... Não ouvi. O último?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vertente de apuração. 1743. 1658 e 1743.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então nós vamos começar já a--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, uma questão de ordem, Senhor Presidente. Primeiro, só para uma informação. V.Exa. disse que o que estão gravados em azul seriam retirados, Presidente. Seriam retirados--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. disse que alguns já caducaram--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E dado um prazo de três dias se algum Parlamentar resolver reinserir Requerimentos retirados, isso se comunica oficialmente e nós reinserimos os Requerimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Em três dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em três dias.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tem alguns de minhas autoria, que eu queria manter.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente. Eu só gostaria de sugerir a Mesa que votasse os "de acordo", que não é a votação nominal, porque é votação única e depois votassem os Requerimentos do Deputado José Eduardo Cardozo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E nós temos *quorum* hoje suficiente aqui mais uma vez. Eu gostaria, eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vota o que tem que votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Polêmica--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de fazer só alguns comentários rapidamente, fruto de reuniões que tive com o PT, com o PSDB, com o PTB, com o PSOL, enfim... Com todos os partidos--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Com o PFL--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o PFL, enfim, com o PPS, enfim, com o PMDB. Eu vou fazer só alguns comentários e depois eu vou passar a palavra para o Deputado Asdrubal Bentes, o Relator *ad hoc*. E com o PTC, também, do Deputado Carlos Willian. Eu gostaria de registrar, e o seguinte. Dentro dessa listagem que está

em azul... Todos já tem conhecimento dessa listagem, não? Estão todos... Bom, nós vamos, eu vou passar a palavra então para dar mais agilidade nos trabalhos, eu já vou passar a palavra para o Deputado Asdrubal Bentes. Vamos começar pelas azuis, depois vamos pelas verdes e depois “quebramos o sigilo”. E eu peço, por favor, que nós tenhamos *quorum* para “quebrar o sigilo”. Nós não vamos prejudicar o trabalho do Deputado José Eduardo Cardozo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Melhor inversão de pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora, agora.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Vai ter *quorum*?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acredito, como sempre acreditei na responsabilidade--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Pela ordem, Senhor Presidente.

[tumulto]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

No Senado não tem Ordem do Dia, mas na Câmara pode ser que tenha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até pela para não anular as “quebras de sigilo”, nós vamos começar pelas “quebras de sigilo”. Vamos em frente, OK. Com a palavra o Deputado Asdrubal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu concordo com o meu amigo Deputado Onyx, no sentido já que vai haver essa inversão começemos pelas “quebras de sigilo”, aí a gente vai para os “verdes” e deixa os “azuis” por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhor Presidente, senhores Parlamentares, em primeiro lugar agradeço a confiança de V.Exa. ao me designar Relator *ad hoc*, e peço a compreensão dos ilustres pares e até a benevolência, porque fui pego de surpresa para exercer uma função que é espinhosa e que vem sendo desempenhada com muita competência pelo Osmar Serraglio. Espero substituí-lo à altura, com a compreensão e apoio de V.Exa.. Eu vou sugerir, dada a importância e a premência demonstrada pelo Relator, Sub-relator José Eduardo Cardozo que nós começemos por aqueles Requerimentos que ele enumerou, desde que haja concordância.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que eu entendi só são esses!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Positivo. Então, o primeiro. Requerimento número 1341

de autoria do Deputado Osmar Serraglio, Deputado Eduardo Paes e do Deputado José Eduardo Cardozo. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SIAMA ECO ESSÊNCIAS DA AMAZÔNIA LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está em votação, Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, senhor Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Asdrubal, Relator.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nelio Meuler? Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo? Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pompeu. Suplentes, Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gervásio, Marcelo Teixeira, Cezar Schirmer. Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Paulo Pimenta, Ildeu, João Fontes. Vamos aos Senadores, Heráclito, César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes, Sérgio Guerra, Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aelton, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Luiz Otávio, Raupp, Íris, Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson, Fernando Bezerra, Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, excelentíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suplentes. Efraim, José Jorge, Tuma, Artur, Almeida Lima, Saturnino, Fátima Cleide, Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Garibaldi, Leomar, Camata, Wellington. Juvêncio, Zambiasi. Vou proceder à contagem. Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vota sim, Sérgio Guerra. Vou proceder a votação, à contagem do voto. 20 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo Requerimento, Relator.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1342, mesmos autores. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa GT DA AMAZÔNIA LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes. Ah, perdão, Sérgio Guerra, Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 20 votos “Sim”. Requerimento aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Estou aqui também, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): “Sim”, o Senador Raupp, vota “Sim”. 21 votos. Requerimento aprovado! Próximo Requerimento.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1343. Transferência de sigilo bancário e fiscal empresa FUNDAÇÃO POCETI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César. Senadores Demóstenes. Sérgio Guerra. Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1344, transferência de sigilo bancário e fiscal empresa ENERGISA LÁTEX LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos. Requerimento aprovado. Próximo. Senador Jefferson Peres. Abstenção Senador Jefferson Peres.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Mas se ele soubesse ele votaria favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos “Sim” e uma abstenção. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1345. Transferência de sigilo bancário e fiscal da Empresa AUTO POSTO RAIOSOL LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César Borges.
SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.
SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá Machado.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa Helena.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim. Excelentíssimo.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson Peres.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado!
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento 1346. Transferência de sigilo bancário e fiscal da Empresa AGROREPES REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores, César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa. Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Desculpe Presidente. Sim, Excelentíssimo “Presidentíssimo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1347. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SKYBREUWA REPAROS DE COMPONENTES AERONÁUTICOS LTDA **SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1348. Transferência de sigilo bancário e fiscal de uma empresa PROVARE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento 1349. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SAVA SOUTH AMÉRICA VALVULAS DE AEROSOL E OUTROS LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal [risos]. Desculpe. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.
SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.
SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.
>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
 Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
 Sim, Presidente.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado. Próximo!
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
 Requerimento 1350. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa ROVEIL COSMÉTICOS DA AMAZONIA LTDA.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.
SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.
>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
 Sim, Excelência.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
 Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
 Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1413. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005 do senhor José Tomaz Simioli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento número 1414. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005, do senhor Jayme Louzada Bacellar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Requerimento 1415. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do período de janeiro de 2000 a outubro de 2005 do senhor Heuser de Ávila Nascimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Requerimento 1416. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005, da senhora Mônica Silveira Eduards.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.
SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma.
SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1593. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor Carlos Augusto de Lima.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx. Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1658. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, e temático do senhor Marcus Valério Pinto Pinheiro de Macedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim. [soa a campanha]

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Presidente. Apenas uma correção. Esse Requerimento é do autoria do Deputado Geraldo Thadeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio. Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma
SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos "Sim". Requerimento aprovado.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1743. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Michel Abud Atie.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvío Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhor Presidente, encerrada a pauta de votação nominal.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só o José Eduardo Cardozo manda aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a pauta das votações nominais. Vamos entrar agora naquilo que está em “verte”, ou seja, aquilo que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vi que V.Exa. selecionou quase todos os Requerimentos sugeridos por mim, que dizem respeito, portanto, a Sub-relatoria de Fundos de Pensão, agora eu queria informar a V.Exa. que nem todos eu entendo que devam ser votados. Eu fiz uma seleção à parte que indica 19 Requerimentos e acabei de entregar por ordem ao Deputado Asdrubal Bentes. Eu peço a atenção de V.Exa., para que à medida que V.Exa. fosse chamando os Requerimentos que estão em verde, nós possamos fazer a conferência e aqueles que não estão nessa lista que eu sugeri, sejam excluídos. Também alerto que dois outros Requerimentos não estão grifados com a cor verde e precisam ser votados pela premência de agendarmos a vinda desses depoentes, Então, é apenas essa observação que faço, porque fiz a checagem completa e existem algumas correções a serem feitas.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quais são os dois que não estão aqui.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu tive o cuidado de, ao receber a relação a V.Exa. de já assinalar aqueles que não devem ser incluídos, de maneira que ao ler a relação dos que devem ser votados em bloco, já vou excluí-los.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator quais são os dois que não estão em verde que ele quer que seja esverdeado?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o senhor Benito--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Número do Requerimento, por favor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É 1747.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1755 e 1756. Nós vamos chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sugiro a V. Exa. o Relator *ad hoc* vai fazer a leitura e no momentos devido os comentários serão feitos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Só para fazer um registro, Senhor Presidente, no sentido de que alguns Requerimentos que eu entendo como essenciais que sejam votados hoje, eles não estão para serem votados hoje, nem por votação nominal, nem por votação simbólica. Eu sei que V.Exa. me comunicou do apelo que foi feito pelo Relator dessa CPI o Deputado Osmar Serraglio no sentido de que não fosse aqui votado hoje, determinados Requerimentos, incluindo os da minha autoria. Só para deixar registrado que eu acho que são essenciais, É muito importante que essa Comissão dos Correios faça uma reunião específica sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do esquema fraudulento chamado “Mensalão”. Eu solicito a V.Exa., Senador Delcídio que convoque uma reunião específica para que nós possamos tratar do tema. Ou seja, a CPI dos Correios assumirá ou não aquilo que foi soterrado por acordo espúrio em relação à CPI do Mensalão, incluindo as quebras do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais, para que o Congresso, o povo brasileiro, a sociedade possa identificar quais Senadores ou Deputados que foram beneficiados com a esquema fraudulento. Eu entendo que é um assunto polêmico, o Deputado Osmar Serraglio, V.Exa., vários Deputados e Senadores também, é importante para que nós tratemos só desse tema. E uma outra questão é sobre dois Requerimentos tanto de uma nova convocação ou convite do ex-Deputado Roberto Jefferson, e do publicitário senhor Duda Mendonça. Como V.Exa. me informou que o Deputado Osmar Serraglio Relator solicitou um novo prazo, eu faço um apelo V.Exa., que o mais rápido possível seja agendada uma nova reunião administrativa. Até porque existe uma guerra na Internet, que vai de listas a supostos acordos espúrios entre Parlamentares ou entre blocos partidários. Um a proteger o outro, um a apontar a corrupção do outro, para se protegerem todos. Então é muito importante que essas personalidades possam ser convocadas e prestarem os esclarecimentos que são necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado. Devidamente registrado. Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente, para dizer que eu concordo plenamente as

afirmações da Senadora Heloísa Helena e o apelo que ela faz, Exa..tamente na preservação da credibilidade dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Há duas convocações inevitáveis, agradem ou desagradem. A convocação do senhor Duda Mendonça e a convocação do senhor Dimas, diretor de Furnas. Essas duas convocações são inevitáveis. Se não comparecerem nós estaremos possibilitando que se comprometa a credibilidade dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E a aprovação do Requerimentos de Convocação há de ser na próxima semana e não há como adiar a deliberação sobre esses Requerimentos, Senhor Presidente. Mas concordamos com a não votação no dia de hoje, em função da ausência do Relator Osmar Serraglio. Foi uma solicitação dele, ele deve ter lá as suas razões. E o outro Requerimento, de minha autoria e também do Deputado Osmar Serraglio, solicita compartilharmos as informações com a Supremo Tribunal Federal do inquérito do Mensalão. É outro Requerimento da maior importância que tem que ser votado na próxima semana. É o apelo que eu estou formulando a V.Exa. e tenho a convicção plena de que seremos atendidos.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de registrar que nós, inclusive, estamos agendando, Senador Álvaro, eu até conversei com o Deputado Arnaldo Faria de Sá uma visita ao STF, como também relatei a V.Sa. hoje pela manhã, Exa..tamente com o intuito de fazer todo esse trabalho prévio em função dos Requerimentos apresentados.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de reduzir os... **DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR):** Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Senhor Presidente, no mesmo sentido que foi a Senadora Heloísa Helena e o Senador Álvaro Dias, no dia 28 de agosto, foi aprovado o Requerimento 792, convocando o senhor Nilton Antônio Monteiro. Ele tem sido citado na imprensa constantemente, tem sido citado aqui, por depoentes. Como o Requerimento já foi aprovado, eu acho que é importante marcar a Oitiva do senhor Nilton. Porque nós temos que esclarecer esses fatos. Porque ficam circulando listas e listas e nessas listas têm pessoas sérias, pessoas honestas e tem gente que pode estar comprometida e nós precisamos... Requerimento 792,

aprovado, do senhor Nilton. Era interessante marcar a Oitiva desse senhor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Deputado Rosinha. Com a palavra ao Deputado Gustavo Fruet depois eu encerro com o Deputado Inaldo que tinha pedido a palavra e Deputado Pannunzio.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, na mesma linha do Senador Álvaro Dias, têm alguns depoimentos que são inevitáveis, No caso, o Dimas Toledo e o Duda Mendonça, mas aguardando, evidentemente, o Relator. Mas em tom de colaboração, há alguns Requerimentos que constam ou como azul ou branco, mas que não precisam mais de deliberação. O Requerimento 643 e o 644, tratam-se da convocação da senhora Solange Pereira e Soraya Garcia. Já foram aprovados. O pedido é para que seja marcado a data. Portanto, não se trata mais da admissibilidade por parte da CPI. Da mesma forma, Requerimentos 1586, que trata da solicitações de informações à COAF, com relação à COTEMINAS e o Requerimento 627, e que foi convertido, eu me lembro da época, por sugestão de José Eduardo Cardozo, por um pedido de esclarecimento. Então o Requerimento é só no sentido de ser solicitado esse esclarecimento que já foi aprovado na Comissão. E os Requerimento 1638, 1639 e o 1640 referem-se às solicitações ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República com relação aos procedimentos da Conta Dusseldorf. Independente dos resultados da Comissão que está nos Estados Unidos, é importante ao final do Relatório, constar também uma manifestação oficial das autoridades brasileiras, e aqui não é nenhum juízo negativo, é até por precaução e do prevenção dos trabalhos da CPML, com relação às atitudes que foram adotadas pelas autoridades. Então, esses requerimentos podem ser retirados, porque não dependem mais de deliberação, e só de procedimento de parte de V.Exa., no sentido dos encaminhamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. poderia repetir por favor, Deputado Gustavo Fruet, os números dos Requerimentos, porque o meu Relator *ad hoc* estava falando ao telefone e não prestou atenção na intervenção de V.Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está bem, senhor Presidente. 1586. 1627--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Espera um pouquinho. O número, novamente.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1586.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1586.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1627.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1586. O outro--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1627.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1627.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1638, 1639--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1638, 1639--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E 1640.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1640.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E depois, o 1643 e o 1644, Esclareço. É que esse em azul poderia representar a não efetivação. É por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1643.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E 1644. Esse depende de mero encaminhamento por parte dos trabalhos da CPML. Não depende mais de votação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, senhor Presidente, senhor Presidente. Como eu havia alertado anteriormente, começou a Ordem do Dia na Câmara. Agora não pode votar mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu faria um apelo. Eu sei que é a regimental, deputado Arnaldo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Até o 643 está errado, ali, senhor Presidente. Ele consta como Convocação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria, Senhor Presidente, eu entendo o rigor regimental do Deputado Arnaldo, e compreendo que nós todos aqui temos que estar submetidos ao cumprimento dos regimentos das nossas Casas. Agora, é imprescindível a votação de alguns Requerimentos, sob pena de nós comprometermos toda a agenda da nossa Sub-relatoria, No caso dos Fundos de Pensão, imagino que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos votar muito agilmente, porque as coisas estão preparadas, e portanto, muito fáceis de votar. E são meras Convocações. Portanto eu quero só--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, eu tenho alertado para votar primeiro os “verdes” depois nos “azuis”, no final a “Quebra”. Já são 11h46 e tem a Ordem do Dia em votação, na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo, a decisão da Mesa foi uma decisão correta, porque senão nós não votaríamos os sigilos e, portanto, a lógica dos trabalhos, ela é sensata. Portanto, nós vamos agora, eu só queria fazer uma observação rápida, só com relação aos “verdes” que serão votados. E fruto do diálogo que mantive com várias lideranças partidárias, eu gostaria de registrar que o Requerimento 720 foi retirado. Ele está como “verde”, mas vira “azul”, Foi retirado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. E--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não pode votar em bloco Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos votar em bloco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, a palavra pela ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Proponho que se votasse e depois os “pela ordem” fossem dados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É questão de oportunidade, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Requerimento 1668, de autoria do Senador Álvaro Dias, ele sai de “verde” para “branco” Exa..tamente, para que nós... Eu conversei com a Senador Álvaro Dias até para... Esse era um Requerimento que a Mesa não tinha, eu não tive a oportunidade de conversar com a Deputado, com o Deputado Osmar Serraglio, então eu só sugeriria que não entrasse na votação nessa reunião.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Passaria de “verde” para “branco”, 1668--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Senador Delcídio, o 720, o Requerimento 720 que V.Exa. agora informou, que o Deputado Arnaldo tinha retirado. Então indo para o item “azul”, e o “azul” com a nova metodologia muito importante que vocês definiram, para que ele entre novamente, ele não está indo para a condição de “branco”. Ele já vai para o “azul”, ou seja, precisa que ele rerepresente ou qualquer um outro Parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ou qualquer outro Parlamentar.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Só para eu entender, senhor Presidente. Branco então, estamos no “limbo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O “branco”, não. O “branco” não vai ser votado hoje. O branco é a paz, é a solidariedade.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Por isso que eu só uso branco, não é “fofo”?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até entrar na pauta. E o outro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): O “branco” é a “alma penada”, que eu não vou deixar--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A outra solicitação que bate, inclusive, com a solicitação do Senador Álvaro Dias. O Deputado Osmar Serraglio e também por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, ele fica também, passa de “verde” para “branco”, que é o Requerimento 1696. São casos correlatos e a questão do STF, que eu acabei de explicar e o Senador Álvaro Dias fez questão de registrar há poucos minutos atrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos votar rápido, Presidente anuncie os Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para encerrar, por solicito... Mil. Fica “branco”. E por último, por solicitação também, em função de se adotar uma estratégia de votar Requerimentos por consenso, houve uma solicitação. Os dois Requerimentos, 1733 e 1734, eles se tornam “brancos” para serem votados, mais à frente. Foi uma solicitação e como nós estamos votando por consenso a Mesa atendeu, 334. Agora eu passo a palavra para a Deputado Asdrubal Bentes. Vamos votar em bloco todos os “verdes” depois eu faço comentário sobre os “azuis”.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem, senhor Presidente. Apenas uma dúvida. Eu estou com o mapa de ontem. Os Requerimentos 1753 e 1754 estão no “verde”?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 17...?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1753 e 1754. Porque eles foram colocados nessa folha. Eram para constar como “verde”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não está aqui presente esse Requerimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que foi distribuído hoje, Presidente. Está aqui, olha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Assim como também 1755 e 1756 que são Requerimentos, sobretudo o 1755 é Requerimento de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria a V.Exa.s. Vamos votar os verdes, aí as diferenças a gente ajusta no final.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Eu queria que V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como diz a Beth Carvalho, “o Brasa é tesoureiro e a gente acerta no final”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que V.Exa. por favor não deixasse de considerar as diferenças identificadas pelo Deputado Asdrubal, que já estão incluídos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não fale dos tesoureiros--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esse samba não foi bom... Não foi adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu retiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. havia me concedido a palavra pela ordem. Espero que me garanta ao final isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Terá Deputado Pannunzio Exa..tamente, e também o Deputado Inaldo, os dois. Deputado Inaldo e Pannunzio. Vamos votar agora e será, a palavra será dada a V.Exa.s. Eu só gostaria de registrar também que por solicitação, também por, em função do diálogo com os partidos entra também como “verde”, ou seja, para ser votado hoje, os Requerimentos 1740, 1741 e 1742.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não entendi, Presidente, o que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por solicitação também em função das conversas que tive com as lideranças, nós vamos votar como “verde”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Anuncie logo, senhor Presidente, o 1747 que é do Benito Siciliano ex-gerentes de investimentos da REAL GRANDEZA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não,.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado, nós vamos fechar só os “verdes”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está na lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está na lista, OK. Então nós vamos votar 1740, 41 e 42 também nós vamos incluir para a votação, por solicitação do Deputado José Eduardo Cardozo. Com a palavra, o Deputado Asdrubal Bentes. Vamos votar em bloco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente. Eu vou, eu vou questionar V.Exa., porque V.Exa. está atendendo a um pleito do Deputado José Eduardo Cardozo e não está atendendo o meu pleito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O senhor está apresentando esse pleito agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não estou não! O senhor está equivocado!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Deputado José Eduardo Cardozo já havia me falado anteontem. Foi um erro meu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe falei ontem, da convocação do senhor Benito Siciliano. Lhe falei ontem, quando nos reunimos. Depois falamos por telefone. V.Exa. sabe que essa convocação é imprescindível para a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. V.Exa. estava informado, não é novidade. Então eu estou pedindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Relator já está incluindo. Assunto encerrado. Vamos em frente nas votações.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Havia incluído o pedido de--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os meus Requerimentos que virariam “verde” seriam, 1740, 1741, 1742, 1753 e 1754.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Já estão incluídos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1753. 1754. Já estão incluídos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 1753, 1754, eu não sei o que que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, por favor, Deputado José Eduardo Cardozo, explique ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes. Só os números. Nós vamos votar em bloco,.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Como V.Exa.s tem a relação eu vou ler os números 295, 430.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Devagar para a gente poder ver.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 505. 1720. Eu vou pedir a retirada. Vou retirar. Foi um pedido de retirada, 1372.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 130..0?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Folha 18, 1386. 1426. 1427.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Calma, devagar.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1436. 1508, foi retirado a pedido do autor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 1528.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): À seguir 1529. 1537. 1538, 1541. O 1542 também foi retirado a pedido do autor, deputado ACM.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É retirado ou fica em branco?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fica em branco.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Retirado da pauta de hoje, 1543. 1544, 1545, e 1547. Passaram para o branco, 48 e 49. Permanece 1552, Passaram para a branco, 1553, 1554, 1560, 1561, 1562, 1564.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente só que o 1562 a convocação da a senhora Rogéria Costa Beber precisa se manter no “verde”. É só. Esse 1562 continua “verde”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1562 continua “verde”. Então, pronto. 15--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, eu gostaria que mantivesse também no “verde” o 1561.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não me oponho.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vamos deixar para resolver essa pendência ao final.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pelo amor de Deus. Segue.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Permanece em “verde”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Permanece em votação o 1561. 1573, 1577. 1578, 1588, 89, 90. 1592. 1594. 1601. 1602, 1603. 1614, 1615.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, apenas que vai começar a votação nominal na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, excelência, 1618, 1628, 1629, 1630, 1631. 1634, 1635, 1648 a 1652. 1655.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Senhor Presidente, só um esclarecimento, por cautela, como foi conversado com doutor Jorge Rachid, ele foi questionado sobre se o Duda teria pago à Receita e internalizado o recurso que está no exterior. Como é uma matéria de sigilo, por precaução seria importante que isso fosse objeto de votação nominal. 1655.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Tem razão, tira fora, tem que amarelar. Esse precisa amarelar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Precisa amarelar.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Transferido para os Requerimentos “amarelos”, o 1655.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): E muita gente “amarelou”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1656, 1657.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Também.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Os dois?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 57 também “amarelou”.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Também, os dois estão “amarelados”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 56 e 57 “amarelaram”.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Eu vou sugerir mudar a cor.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1659 a 1662. 1665 e 1666. O 1668 passou para cor branca. 1696--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não pode, não pode.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Põe para branco também. 1715. Agora 1733, 1734 voltaram à cor branca. Eu votação, 1735 a 1739. 1740 a 1742. 1744 a 1747, incluindo, o 46 e 47, a pedido do Sub-relator ACM Neto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 46 e 47.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 46 e 47. Passaram para “verde”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para “verde”? Não tem acordo aí.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 46 não tem acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O 46 fica fora. Não há acordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria fazer uma observação,

tudo bem. Quem seria eu para criar caso à essa altura? Agora, eu quero deixar registrado que dois Requerimentos polêmicos da minha Sub-relatoria, necessariamente precisarão ser votados na semana que vem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na semana que vem vamos votar tudo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um é da convocação do senhor Marcelo Sereno e outro é de convocação do Edmar Cid Ferreira, ex-Presidente do Banco Santos. Eu quero registrar isso publicamente, porque nós vamos votar os dois. Vamos votar o Dimas para trazer ele aqui e vamos votar o Duda Mendonça e todos os outros.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos votar tudo!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto o Requerimento 1746 está fora, não tem acordo.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1747.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o 1755, que não está aqui.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o gerente de investimentos do Banco Santos. O ex-gerente de investimentos do Banco Santos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual é o nome?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o caso do Banco Santos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minutinho deputado. Carlos Guerra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem nem o Requerimento aqui para a gente apreciar a justificativa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está entregue na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós não recebemos. está aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nome dele é Carlos Eduardo Guerra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas não está nem aqui conosco. É uma semana, Presidente. Não vai acontecer nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós passaremos, se V.Exa., com a capacidade de V.Exa. de bem entender os trabalhos dessa CPMI, nós passaremos para a próxima semana.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Às vezes eu não tenho não! Às vezes eu não tenho essa capacidade, não!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1753, 1754 ficam para a próxima semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esses são os dos Cardozo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os do Cardozo vão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A não ser que você tenha polêmica desses dois.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não há polêmica desses dois.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o problema com o Banco Santos?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concluída a leitura.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber qual é o problema?--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inaudível.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O PFL que quer convocar e o PT está sendo contra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aí, Netinho, não começa.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concluída a leitura.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1753, 1754 incluídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [Soa a campainha] Deputado Asdrubal Bentes. 1753 e 1754 incluídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Lidos os Requerimentos. Os Parlamentares que estiverem, que aprovam esses Requerimentos permaneçam como estão.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Abstenção, senhor Presidente..

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abstenção, Deputado Inaldo. Requerimentos lidos pelo Relator *ad hoc*, pelo Deputado Asdrubal Bentes, aprovados! Nós agora vamos entrar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu queria fazer uma sugestão. Esses “azuis”, esses Requerimentos “azuis”, certamente vão provocar polêmica. Nós estamos em processo de votação, Por que nós não os transferimos para a semana que vem?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O azul para a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos estiverem de acordo--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Transferimos a vontade da Mesa é de fazer um limpa na lista de Requerimentos pela caducidade de vários deles.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. tem que suspender a Reunião, porque logo depois da votação nominal na Câmara nós retomaremos com a Oitiva do José Carlos Batista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero só registrar às V. Excias. Para encerrar esta reunião administrativa, quero dizer que conversei hoje, com o Deputado Osmar Serraglio, Maurício Rands e Eduardo Paes, que fizeram um relato detalhado para CPI, não só dos encontros em Nova Iorque, como também do encontro em Washington. E, ontem. Especificamente através do encontro que tiveram no FINCEN, há um comprometimento nos próximos dias, de encaminhamento das contas que foram objeto dessa viagem dos três Parlamentares. Eles vão fazer um detalhamento maior numa entrevista coletiva, na próxima semana, porque eles estão retornando nos Estados Unidos amanhã. E pelas informações dos três Parlamentares, realmente, essa viagem teve, efetivamente, o resultado esperado. Não só em função da reunião com os Procuradores, que já estão, também, acionando o Judiciário dos Estados Unidos, com a Justiça dos Estados Unidos, como especialmente a reunião com o FINCEN, que a orientação será encaminhar esses dados todos ao COAF, com a determinação de partilhamento com a CPMI dos Correios. Maiores detalhes serão dados na próxima semana, possivelmente na segunda ou terça-feira, numa entrevista coletiva que os três farão para explicar toda a viagem e todas as tratativas dadas. Mas eu estou já adiantando os resultados, até por solicitação deles. Não confirmei ainda se segunda ou terça. Vai depender da agenda deles, mas possivelmente na terça-feira eles darão uma entrevista coletiva, os três, para falar sobre essas reuniões que fizeram nos Estados Unidos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, eu gostaria de sugerir que o fizessem aqui, junto à CPI, ao mesmo tempo em que prestariam contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito bem. Podemos fazer com as demais membros da CPMI. Faremos na próxima terça-feira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. Para que a gente possa ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se não... Se a “Sub-relatoria de Vazamentos”, não informar tudo antes e aí “esvaziar” a nossa entrevista coletiva.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ih... Vai tudo vaziar antes.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Senhor Presidente, eu estou inscrito há quase meia hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, Deputado Inaldo. Só para concluir, evidentemente, eu já quero alertar os membros da CPMI, que nós devemos tomar, Senador César Borges, determinados cuidados em função dessas tratativas com relação a manipulação dessas informações. Portanto, eu peço inclusive o entendimento dessa CPMI, para que realmente nós tenhamos um procedimento muito mais cuidadoso com relação a essas informações que receberemos. Com a palavra o Deputado Inaldo, depois o Deputado Pannunzio. E encerrando a Senadora Ideli. E aí nós vamos suspender essa reunião e voltaremos por volta de, e retornaremos às 13 horas, com a Sub-relatoria do Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): A minha começa em 15 minutos, na sala 19 com o Presidente do SINAL,

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E a Sub-relatoria do Deputado Onyx de Normas de Combate à Corrupção, começa em 15 minutos, na sala 19. Com o senhor David Falcão. Deputado Inaldo, com a palavra.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Obrigado, Senhor Presidente. Esperando que, da próxima vez, a ordem dos inscritos seja obedecida. Eu queria dizer, Senhor Presidente, era Exa..tamente o que disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em relação ao início da Ordem do Dia no Plenário. O que pode ensejar a anulação das votações, sejam elas nominais ou simbólicas. Vai daí a razão do meu voto ser ter sido pela abstenção, não é? Temendo que essa votação possa ser questionada futuramente. Não quis atrapalhar o procedimento adotado pela Mesa, mas estamos correndo esse risco porque o regimento é peremptório, imperativo no sentido de que não poderá haver deliberação de nenhuma Comissão Permanente ou Temporária com a Ordem do Dia no Plenário. Por isso eu votei pela abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Feito, Deputado Inaldo. Com a palavra, Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, senhores Congressistas. Eu queria aqui, Senhor Presidente, referendar o que foi dito inclusive pela Senadora Heloísa Helena e sobretudo o que foi dito pelo Deputado Gustavo Fruet, com relação à aprovação de determinadas convocações. Mas quero especificar aqui, alto e em bom som o Requerimento de número 1693, da Senadora Ana Júlia Carepa, 1694 e o 1698, todos de Parlamentares de Oposição. Quero deixar claro que eu apoio, de Deputados e Senadores de Oposição. apoio esses Requerimentos. Queremos a presença aqui do senhor Dimas Toledo, queremos a esse presença aqui do senhor Duda Mendonça e de quem mais for necessário. Porque uma coisa, Senhor Presidente, que incomoda quem tem vida pública, como todos nós aqui, e pautadas pelo dignidade nos procedimentos, pela honestidade no comportamento, seja público ou seja pessoal, é ter o seu nome envolvido em listas escusas, em listas de baixo nível, como essa que está sendo situada. Então de antemão eu, Senhor Presidente, peço a atenção de V.Exa., de antemão eu quero colocar aqui disponibilizar, independentemente de ordem judiciária todos os meus segredos, sejam fiscais, sejam bancários, sejam telefônicos, o que quer que seja. O que eu não posso admitir à essa altura da minha vida é ter o meu nome conspurcado por ações de mal-feitores, canalhas, que se escondem em *blogs* feitos no exterior. Nós já comprovamos isso, junto ao órgão gestor da *Internet*. E depois usarão essas listas, como aliás não é nenhuma novidade, no período eleitoral, para denegrir os opositores, já que argumentos para denegrir os opositores não têm, para denegrir com a calúnia, com a maldade, com a mentira. Então eu coloco à disposição de V.Exa. todos os meus segredos. Independentemente de qualquer citação judicial. Faço aqui e me coloco à disposição de V.Exa. para formalizar esses segredos à direção da nossa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Pannunzio. E o momento é o momento que nós temos que ter muito equilíbrio, porque é o momento propício, independentemente das cores partidárias, independentemente desse processo como um todo. Muitas coisas andam circulando e, em boa parte das situações, cometendo grandes injustiças com homens públicos, probos que têm uma postura correta. Senadora Ideli Salvatti, para concluir os trabalhos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Senhor Presidente, eu acho que é conclusão mesmo, in-

clusive à partir da polêmica da questão levantada pela Deputado Pannunzio. Nós teremos que ter uma reunião administrativa com muito tempo porque, não será uma reunião administrativa simples nem qualquer, essa reunião administrativa, onde eu tenho o entendimento como uma ampla maioria, nós temos que fazer o fechamento, principalmente na questão de sigilos bancários, de convocações mais polêmicas, porque senão nós não teremos condição de cumprir a determinação, que eu acho que é da ampla maioria, de nós encaminharmos o Relatório Final, de podermos ter o tempo adequado para fazer o debate, a votação, toda a sistemática de conclusão do trabalho da CPMI. Por isso que eu volto a reforçar na semana que vem, nós deveríamos ter já definido o dia, não deveríamos ter Oitiva nesse dia, para a gente ter o tempo todo necessário para fazer o debate, as votações, garantir o *quorum*. Então, eu queria propor, um pouco, reforçando a posição do Deputado Abicalil, de que nós pudéssemos sair daqui, para a gente se organizar, com a definição do dia. E que nesse dia da Administrativa, da semana que vem, não tivéssemos Oitiva. Para a gente poder fazer todo o debate. Porque aqui tem o seguinte. Tem o que a gente precisa fazer enquanto CPI. Depois tem os interesses do que cada agrupamento político quer fazer. Não é? E aí tem sempre o aquecimento, a “pimentinha” aqui. A gente viveu aqui, agora há pouco. Se faz um questionamento, já se lança um monte de ilação, “por quê não quer”? Então, tem sempre o entorno de como é que vai ser dada a versão. Então, a questão que nós estamos pedindo é Exa..tamente que nós possamos sair daqui com a Reunião Administrativa marcada sem Oitiva. Aliás, tem uma pessoa que não se restringe. Ele não pode ficar sem falar. Ele não pode ficar sem falar, sem dar palpite, sem interromper e principalmente ser dar condução à CPI. O que ele disputa em termos de Presidência da CPI, Senador Delcídio, é impressionante! Aliás, admiro a sua paciência, é realmente notável, não é? Com as sucessivas tentativas de lhe substituir na Presidência. Mas, então, senhor Presidente, é só isso que queria fazer o apelo, entende? Efetivamente, tem tamanho e idade para chegar lá, então vamos ver. Presidente a gente só gostaria de saber, não é? Quando que nós teremos a Administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli, eu pretendo, eu só preciso conversar com o Relator Deputado Osmar Serraglio, para confirmar a Reunião Administrativa. Mas, em princípio a intenção seria fazer a reunião na quarta-feira. E aí faríamos uma reunião para limpar a pauta. Quarta-feira. Mais eu vou conversar com o Deputado Osmar Serraglio, para que nós façamos uma reunião, para efetivamente encaminhar as votações de todos

os Requerimentos em função até do trabalho a ser elaborado, principalmente com vistas à apresentação do Relatório da CPMI dos Correios.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente, Presidente, V.Exa. está marcando para quarta-feira. Eu só queria apenas comunicar V.Exa. que quarta-feira nós já temos agendado na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, a vinda do senhor Lúcio Bolonha Funaro e dos proprietários da CORRETORA SÃO PAULO. Evidente que eu acho que há como compatibilizar as duas coisas, mas eu queria registrar isso. Porque eu não posso concordar com a Senadora Ideli, que a gente tenha que destinar um dia inteiro, manhã, tarde e noite, apenas para uma Reunião Administrativa. E a forma de resolver o impasse é aprovar a convocação de todo mundo. Quem não tem medo... Traz todo mundo aqui para ser ouvido e acabou! Aprovar a convocação de todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado ACM Neto, concluindo os nossos trabalhos, eu vou conversar, até por uma questão de sistematização dos trabalhos e por uma questão até atuar muito alinhado com os Sub-relatores, com os Adjuntos e com o Relator Osmar Serraglio, eu vou conversar com eles, para que a gente tome uma decisão a mais equilibrada possível, a mais sensata possível, não só para fazer frente a esses Requerimentos, mas também para dar seqüência ao trabalho da Sub-relatorias que também já se encontram em fase final, E, uma vez encerrada essa nossa Reunião Administrativa, terminada a Reunião Administrativa, eu vou encerrar, ao contrário do que falei, 13 horas, como o Deputado ACM já está aqui presente, nós vamos dar um intervalo de 5 minutos e aí nós começaremos a Oitiva programada pela Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Está suspensa a reunião. Aqui por uma questão burocrática, está encerrada a Reunião Administrativa e está suspensa a Reunião, para se começar o depoimento na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão.

Sessão encerrada às 12h17

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Parlamentares e dar uma informação: encaminhamos à ciência do depoente há mais de uma semana. Não só confirmou, como, na seqüência, demonstrou interesse de espontaneamente comparecer. Tínhamos como absolutamente certo que viria. Inclusive, com aquele desencontro entre as informações, no sentido de que eventualmente ele estaria modificando as primeiras informações que havia dado à imprensa, conversamos, e ele insistiu em que viria tranquilamente.

Enfim, a testemunha não compareceu, e vamos nos valer dos instrumentos que temos para que, na próxima quarta-feira, ele compareça e seja interrogado pela CPMI.

Temos o maior interesse, sabemos da importância que tem o Banco Rural nessa investigação, também sabemos da relevância que tem o testemunho dele em relação aos contratos que foram firmados, até porque, segundo o relatório apresentado pelo Deputado Gustavo – que subscrevemos –, temos uma interpretação que coincide com a interpretação que ele traduziu ao público, mas que não coincide com uma outra linha de sustentação. Por isso, é fundamental que efetivamente possamos trazer a público a informação de quem efetivamente trabalhava com isso, militava internamente, portanto tinha conhecimento de como o Banco operava, de como dificultava a ciência do Banco Central, enfim, tudo aquilo que consta da entrevista por ele concedida e que, de certo modo, desencadeou a necessidade de ele aqui comparecer.

Agradecemos a todos os que pretendiam oferecer cobertura e agradecemos aos parlamentares.

Fica desde já designada a próxima quarta-feira, quando iremos ouvi-lo, e, também, na medida do possível, já tínhamos a designação da oitiva de Henrique Pizzolato e amanhã teremos reunião administrativa.

Muito obrigado.

Amanhã voltamos a trabalhar.

(Levanta-se a reunião às 11h38min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 50ª Reunião, realizada em 01/12/2005.

Aos primeiros dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Siba Machado, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, Wellington Salgado e os Deputados Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo

Paes, Gustavo Fruet, Nélío Dias, Nelson Meurer, Inaldo Leitão, Pompeo de Mattos, Dr. Rosinha, Jamil Murad, Antônio Carlos Pannunzio, Medeiros e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à Discussão e votação dos Relatórios de Contratos, Fontes Financeiras e Apreciação de Requerimentos. O Relator passa a leitura dos Requerimentos que serão apreciados. O requerimento 814 foi retirado por estar parcialmente atendido. Foram retirados os seguintes Requerimentos: Requerimento 07, Requerimento 08, Requerimento 85, Requerimento 100, Requerimento 160, Requerimento 169, Requerimento 171, Requerimento 176, Requerimento 195, Requerimento 213, Requerimento 235, Requerimento 250, Requerimento 253, Requerimento 279, Requerimento 284, Requerimento 297, Requerimento 334, Requerimento 345, Requerimento 358, Requerimento 360, Requerimento 362, Requerimento 382, Requerimento 383, Requerimento 392, Requerimento 399, Requerimento 400, Requerimento 440, Requerimento 456, Requerimento 457, Requerimento 488, Requerimento 511, Requerimento 539, Requerimento 547, Requerimento 554, Requerimento 556, Requerimento 557, Requerimento 565, Requerimento 567, Requerimento 574, Requerimento 575, Requerimento 612, Requerimento 626, Requerimento 692, Requerimento 693, Requerimento 705, Requerimento 707, Requerimento 716, Requerimento 717, Requerimento 720, Requerimento 722, Requerimento 723, Requerimento 728, Requerimento 729, Requerimento 730, Requerimento 731, Requerimento 732, Requerimento 733, Requerimento 734, Requerimento 735, Requerimento 736, Requerimento 738, Requerimento 739, Requerimento 740, Requerimento 741, Requerimento 742, Requerimento 758, Requerimento 768, Requerimento 770, Requerimento 796, Requerimento 799, Requerimento 801, Requerimento 809, Requerimento 815, Requerimento 825, Requerimento 837, Requerimento 838, Requerimento 846, Requerimento 847, Requerimento 870, Requerimento 876, Requerimento 877, Requerimento 878, Requerimento 879, Requerimento 880, Requerimento 881, Requerimento 882, Requerimento 884, Requerimento 885, Requerimento 886, Requerimento 887, Requerimento 888, Requerimento 889, Requerimento 890, Requerimento 891, Requerimento 892, Requerimento 893, Requerimento 894, Requerimento 897,

Requerimento 898, Requerimento 900, Requerimento 903, Requerimento 904, Requerimento 905, Requerimento 906, Requerimento 907, Requerimento 909, Requerimento 914, Requerimento 923, Requerimento 933, Requerimento 934, Requerimento 935, Requerimento 938, Requerimento 941, Requerimento 984, Requerimento 1000, Requerimento 1012, Requerimento 1013, Requerimento 1016, Requerimento 1019, Requerimento 1063, Requerimento 1064, Requerimento 1068, Requerimento 1074, Requerimento 1076, Requerimento 1083, Requerimento 1086, Requerimento 1088, Requerimento 1108, Requerimento 1110, Requerimento 1112, Requerimento 1113, Requerimento 1114, Requerimento 1115, Requerimento 1116, Requerimento 1117, Requerimento 1118, Requerimento 1119, Requerimento 1120, Requerimento 1235, Requerimento 1236, Requerimento 1237, Requerimento 1238, Requerimento 1239, Requerimento 1240, Requerimento 1277, Requerimento 1281, Requerimento 1282, Requerimento 1284, Requerimento 1285, Requerimento 1293, Requerimento 1294, Requerimento 1295, Requerimento 1296, Requerimento 1297, Requerimento 1298, Requerimento 1299, Requerimento 1300, Requerimento 1308, Requerimento 1309, Requerimento 1310, Requerimento 1311, Requerimento 1312, Requerimento 1313, Requerimento 1314, Requerimento 1315, Requerimento 1316, Requerimento 1317, Requerimento 1318, Requerimento 1319, Requerimento 1320, Requerimento 1321, Requerimento 1322, Requerimento 1323, Requerimento 1324, Requerimento 1325, Requerimento 1366, Requerimento 1367, Requerimento 1375, Requerimento 1378, Requerimento 1379, Requerimento 1380, Requerimento 1381, Requerimento 1382, Requerimento 1383, Requerimento 1384, Requerimento 1392, Requerimento 1400. **Os senhores parlamentares têm o prazo de 5 dias para fundamentar a permanência dos requerimentos. Foram aprovados em votação simbólica os seguintes Requerimentos:** Requerimento 286, Requerimento 287, Requerimento 288, Requerimento 289, Requerimento 294, Requerimento 442, Requerimento 472, Requerimento 939, Requerimento 1032, Requerimento 1081, Requerimento 1082, Requerimento 1283, Requerimento 1385, Requerimento 1391, Requerimento 1393, Requerimento 1394, Requerimento 1396, Requerimento 1401, Requerimento 1402, Requerimento 1403, Requerimento 1404, Requerimento 1411, Requerimento 1412, Requerimento 1418, Requerimento 1423, Requerimento 1430, Requerimento 1454. **Foram aprovados em votação nominal os seguintes Requerimentos de quebra de sigilo:** Requerimento 1455, Requerimento 1456, Requerimento 1457, Requerimento 1458, Requerimento 1459, Requerimento

1460, Requerimento 1461, Requerimento 1462, Requerimento 1463, Requerimento 1464, Requerimento 1465, Requerimento 1466, Requerimento 1467, Requerimento 1468, Requerimento 1469, Requerimento 1470, Requerimento 1471, Requerimento 1472, Requerimento 1473, Requerimento 1474, Requerimento 1475, Requerimento 1476, Requerimento 1477, Requerimento 1479, Requerimento 1437, Requerimento 1438, Requerimento 1439, Requerimento 1440, Requerimento 1441, Requerimento 1442, Requerimento 1443, Requerimento 1444, Requerimento 1445, Requerimento 1446, Requerimento 1447, Requerimento 1448, Requerimento 1449, Requerimento 1450, Requerimento 1451, Requerimento 1452, Requerimento 1453, Requerimento 1079, Requerimento 1080, Requerimento 1096, Requerimento 1097, Requerimento 1126, Requerimento 1127, Requerimento 1128, Requerimento 1268, Requerimento 1428, Requerimento 1429, Requerimento 1269, Requerimento 1270, Requerimento 1271, Requerimento 1272, Requerimento 1273, Requerimento 1274, Requerimento 1291, Requerimento 1307, Requerimento 1332, Requerimento 1333, Requerimento 1334, Requerimento 1335, Requerimento 1336, Requerimento 1337, Requerimento 1338, Requerimento 1339, Requerimento 911, Requerimento 911A, Requerimento 911B, Requerimento 912, Requerimento 555, Requerimento 1340. O relator Deputado Osmar Serraglio esclarece que os sub-relatórios foram aprovados por unanimidade, por todos os parlamentares presentes. A Presidência informa sobre a conclusão dos relatórios e informa que a Comissão foi prorrogada até o mês de abril de dois mil e seis. Às quatorze horas e trinta minutos encerra-se a presente reunião e a Presidência informa que a próxima reunião a ser agendada é para apresentação do Relatório de Fundos de Pensão, no dia seis de dezembro de 2005, às onze horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 50ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento de nº 3, de 2005-CN, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à discussão e votação dos relatórios de contratos, fontes financeiras e apreciação de requerimento.

Gostaria de informar às Sr^{as} e Srs. Senadores, às Sr^{as} e Srs. Deputados, que recebi, ontem, uma correspondência do Sr. Duda Mendonça, relativa a notícias veiculadas na imprensa. Eu disponibilizarei o documento a V. Ex^{as}, até porque ele é auto-explicativo. Pedirei para que cópias sejam distribuídas aos membros da Comissão.

Também gostaria de registrar que, para a próxima quarta-feira, sem entrar no mérito das programações ligadas às Sub-relatorias, teremos duas oitivas: do Sr. Carlos Godinho, ex-Banco Rural, e a oitiva do Sr. Henrique Pizzolato, no mesmo dia. O Sr. Carlos Godinho viria espontaneamente, mas, depois mudou de idéia; portanto, agora ele vai ser convocado. Nós, inclusive, preparamos um requerimento para que ele compareça na próxima semana aqui à CPMI dos Correios, na quarta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

Depois falarão os Deputado Maurício Rands e ACM Neto.

Mas gostaria que fizéssemos rapidamente isso, porque é fundamental, independentemente da questão dos relatórios, votarmos os requerimentos e, para isso e para que não tenhamos dificuldade no encaminhamento dos trabalhos da CPI, precisamos ter quórum, precisamos ter votos.

Então, com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, encareceria a atenção de todos, principalmente daqueles que talvez discordem de mim, para uma proposta e uma ponderação que vou fazer.

Sr. Presidente, é preocupante o malogro das últimas Comissões Parlamentares de Inquérito: um pouco mais distante no tempo, a do Banestado; mais recentemente, a do Mensalão; e, há dois dias, a CPI da Terra. Foram finais melancólicos que nos devem servir de alerta para que o mesmo não aconteça com esta.

Sr. Presidente é impossível pedir a parlamentares que sejam magistrado. Não somos; somos todos seres engajados, e isto influencia o nosso comportamento. É por isso que, à medida que possamos, Sr. Presidente, devemos evitar atritos maiores.

Sr. Presidente, é preciso, em política e na vida, ter duas coisas: *feeling* e senso de *timing*, como me dizia

há pouco um colega. São essenciais essas duas coisas. Peço licença pelos anglicismos ao Deputado Aldo Rebelo, que não gosta de estrangeirismos.

Sr. Presidente, o que me preocupa? Resumirei, atendendo ao apelo de V. Ex^a. Em primeiro lugar, se os relatórios parciais estão sendo muito conflituosos, por que não deixarmos – essa não é uma idéia original, minha, parece que muitos pensam como eu – de votar os relatórios parciais? Ouviríamos e deixaríamos que o Relator os enfeixasse ou não em seu relatório, no todo ou em parte deles. Votaríamos tudo no bojo do relatório-geral, ao final. Esta é a proposta que faço.

Sr. Presidente, faço também uma ponderação. Por falar em *feeling*, tenho a sensação de que esta CPMI está nos cansando – refiro-me ao cansaço mental e emocional, não físico –, o que gera crescente desinteresse de parte da sociedade. Não creio que o prolongamento dos trabalhos leve a revelações muito importantes. É impossível pensar que vamos apurar tudo o que gostaríamos. A ponderação que faço, Sr. Presidente, é que não esperemos o prazo desta Comissão, mas que fixemos um calendário, de comum acordo, para abreviarmos, talvez para fevereiro ou janeiro, os nossos trabalhos. Se essa ponderação não for aceita, receio que esta Comissão vá num crescente desgaste, o que não interessa a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não entrarei na discussão aventada pelo Senador Jefferson Péres, porque, senão, passaremos a reunião toda discutindo procedimentos.

Quero apenas informar que, conforme havia prometido no início dos trabalhos da Sub-relatoria dos fundos de pensão, está mantida a nossa apresentação para o dia 6 de dezembro, próxima terça-feira.

Como sugeri o Senador Jefferson Péres, hora nenhuma pensei em apresentar um relatório para submetê-lo à votação, e, sim, em fazer uma espécie de prestação de contas, o que pretendo fazer permanentemente até o desfecho dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, todo o Brasil acompanhou, nos últimos dias, o nosso esforço – digo nosso porque foi meu e de V. Ex^a – para tentar sensibilizar o Supremo Tribunal Federal no sentido de rever a posição adotada por alguns Ministros que concederam liminares em favor de fundos de pensão, de corretoras, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas que estão no centro da investigação da nossa Sub-relatoria. Compreendendo, Sr. Presidente, o entendimento do Supremo Tribunal Federal e respeitando os limites de atuação do Poder

Judiciário brasileiro, depois de um debate com o Deputado Osmar Serraglio e com V. Ex^a, estou procurando ser muito cuidadoso e perfeccionista nos atos da nossa CPMI, reapresentando alguns dos requerimentos aprovados na Sub-relatoria dos fundos de pensão. Esses requerimentos estão sendo apresentados com uma nova fundamentação, onde, desde logo, no primeiro parágrafo, friso que os requerimentos anteriores devem perder sua validade, portanto, não existirão mais nem no mundo jurídico-parlamentar da nossa Comissão de Inquérito, nem no mundo jurídico do Supremo Tribunal Federal. Com isso espero, Sr. Presidente, poder aprovar os requerimentos, dando assim perfeitas condições para que o nosso cronograma esteja mantido e para que a reunião do dia 6, na próxima terça-feira, possa acontecer normalmente.

Queria fazer um apelo a V. Ex^a, ao Deputado Osmar Serraglio e também a esta Comissão para que déssemos prioridade, na ordem de votação a esse requerimentos. Por quê? Porque queria fazer o apelo para darmos prioridade aos requerimentos relativos à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão porque eles não são requerimentos novos; são requerimentos que foram preparados de forma diferente, trazem nova fundamentação, argumentam de forma mais completa e consistente. Pela urgência, pela premência que o tempo impõe, solicito, então, que eles fossem colocados prioritariamente no dia de hoje.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands e, depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni, com muitas reclamações do Deputado Eduardo Paes que, parece, não quer ouvir a voz do Parlamento, quer que a Mesa vote.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, colaborando para que nós possamos entrar na apreciação dos requerimentos, vou passar aqui às mãos do Relator, Deputado Osmar Serraglio, algumas considerações complementares ao Sub-relatório de Movimentação Financeira que já foi apresentado neste plenário.

Então, são considerações complementares que a bancada do Partido dos Trabalhadores passa às mãos do Deputado Osmar Serraglio, antes mesmo da definição, pela direção da CPMI e pelo Plenário, sobre se vamos proceder à votação ou não. Parece-me que a sugestão do Senador Jefferson Péres é muito lúcida e pode contribuir para o avanço dos trabalhos.

Já me antecipo e, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil

e dos partidos que compõem a Base aliada, apresento aqui uma complementação de considerações ao Sub-relatório parcial de Movimentação Financeira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria fazer três considerações. A primeira delas: é claro e evidente que não temos mais as revelações bombásticas nem as teremos, a princípio. O que vivemos hoje é uma fase de consolidação de rastreamento e, acima de tudo, de esclarecimento. Tenho profundo respeito, admiração e procuro seguir o exemplo dado pelo Senador Jefferson Peres, mas, neste caso em particular, considero a possibilidade de a CPMI dos Correios aprofundar os seus trabalhos. A nossa equipe está amadurecida, experiente, e os resultados estão aparecendo de maneira lenta, mas consistente.

Cada vez mais, esta CPMI cumpre como seu dever para com a sociedade brasileira. Portanto, a meu ver, qualquer ato no sentido de reduzir o tempo disponível para o trabalho caminha na contramão do desejo da sociedade brasileira, que já não é mais do espetáculo midiático e que é, sim, da investigação profunda, séria, responsável, sob a liderança firme com que V. Ex^a tem conduzido esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo, para a reunião administrativa da próxima quinta-feira, dia 8, posterior a duas reuniões de grande importância, quais sejam, a apresentação do relatório inicial do Deputado ACM Neto, conjuntamente com a Assessoria e a Consultoria da Ernest Young, que vai trazer à luz, seguramente, revelações importantes a fazer; a reunião de quarta-feira, quando teremos, como V. Ex^a anunciou, dois depoimentos de grande relevância e de grande densidade para o esclarecimento do que investigamos, queria propor o seguinte: tenho em mão esse conjunto de papéis que trata de todos os requerimentos aprovados com respeito a oitivas. E penso que poderíamos reservar a quinta-feira da semana que vem para fazermos uma discussão sobre a condução e o agendamento dessas oitivas.

Segundo fato: creio que seria valioso se fazer uma rodada onde o Relator, os Sub-Relatores e os Parlamentares, a portas fechadas, fariam um cruzamento de informações, dados e questionamentos, porque há informações, por exemplo, que uma Bancada detém e que o outro Sub-Relator, não. Penso que seria uma oportunidade importante para que recuperássemos algumas rotas e consolidasse alguns caminhos de investigação, e esse entendimento contribuiria enormemente para a construção do relatório final.

Por fim, quero reafirmar, Sr. Presidente – e eu pediria trinta segundos de atenção de todos –, que esta CPI precisa caminhar na direção de ter uma agenda propositiva. Não basta apenas, Sr. Presidente, a investigação profunda, o esclarecimento daquilo que estiver ao nosso alcance. Precisamos estabelecer um marco, e aí, Senador Jefferson Péres, creio que o tempo nos ajudaria a estabelecer um conjunto de normas, não apenas legislativas, mas também uma análise das estruturas de que, hoje, o Estado brasileiro dispõe – o Tribunal de Contas, a CGU, o Coaf, a própria Polícia Federal, a própria Receita –, ou seja, o aperfeiçoamento e o pareamento das estruturas nacionais com as experiências latino-americanas e de outros países no combate e no enfrentamento à corrupção.

Penso que, então, Senador Jefferson Péres, daríamos a resposta que V. Ex^a corretamente questiona e nos desafia a dar, qual seja, a de poder oferecer ao Brasil um portfólio de atitudes, do ponto de vista legislativo, que possa garantir minimamente ao cidadão eleitor brasileiro que qualquer Governo, no futuro, terá menos condição de ter problema do que teve este e tiveram os anteriores. Penso que esse é um desafio que está sobre nossos ombros. E quero lembrar, Sr. Presidente, a necessidade de que possamos responder positivamente ao anseio da sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

O Deputado José Eduardo Cardozo pediu a palavra, como também o Deputado Gustavo Fruet. Antes de começar a votação dos requerimentos ou dos relatórios parciais, eu gostaria de ouvi-los para, só então, darmos continuidade aos trabalhos, uma vez que já estamos com quórum suficiente para aprovar os requerimentos e, rapidamente, fazer uma reunião bem objetiva hoje.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, conversei, ao longo desses dias, prolongadamente com o Deputado Gustavo Fruet, Sub-Relator desta Comissão, e, após uma avaliação comum, tivemos uma compreensão que gostaríamos de apresentar a V. Ex^a e aos demais Parlamentares que integram esta Comissão.

Não temos nenhuma dúvida de que a iniciativa do Sr. Relator e de V. Ex^a, no que se refere à apresentação de relatórios parciais, foi uma iniciativa saudável e que, obviamente, rendeu frutos imediatos a esta Comissão, na medida em que, voltados à confecção deste trabalho, tivemos de aprofundar, ao longo dos últimos dias, uma sistematização de dados e de refle-

xão que, penso, foi de grande valia para as investigações desta Comissão.

O objetivo maior desses relatórios parciais era exatamente consolidar uma etapa da investigação, seja da Sub-Relatoria do Deputado Gustavo Fruet, seja da nossa Sub-Relatoria. E, a partir daí, então, submetê-lo à Comissão e, obviamente, termos a aprovação desses relatórios sem prejuízo das investigações que se fariam **a posteriori**.

No entanto, Sr. Presidente, em que pese, acredito eu, o êxito dessa sistematização, por razões naturais da vida política por que passamos, pelas turbulências que passamos, esses relatórios acabaram virando um foco de disputa que, evidentemente, precisa ser contornado.

O objetivo maior desta CPI é a investigação. O relatório parcial é uma etapa de um processo. Colocar a etapa adiante do fim seria um equívoco. Tanto eu quanto o Deputado Gustavo Fruet avaliamos que uma eventual insistência em submeter à discussão esses relatórios, pelas polêmicas que suscitam – polêmicas, aliás, que poderão ser desfeitas pelo prosseguimento das investigações –, acabaria por dar mais tempo a uma discussão parcial do que o tempo que nós efetivamente precisamos para chegar ao final dos trabalhos.

Assim, nessa linha, Sr. Presidente, tanto eu quanto o Deputado Gustavo Fruet tomamos a liberdade de sugerir a V. Ex^a, ao Relator e aos demais Parlamentares que, ao invés de nos alongarmos na discussão daquilo que é parcial, tomando o tempo rico das investigações em algo que obviamente neste momento seria um obstáculo ao entendimento, propomos que esses relatórios parciais – o Deputado Gustavo Fruet falará logo após, creio que corroborando essa idéia – sejam tomados como relatórios administrativos, ou, como prefere o nosso ilustre Relator, relatórios gerenciais. Eles seriam uma peça de contribuição dos Srs. Sub-Relatores à investigação e serão integrados, no futuro, ao relatório do Deputado Osmar Serraglio. Essas peças, portanto, seriam tidas neste instante como referências e, posteriormente, absorvidas pelo relatório final. No momento do relatório final é que teremos a oportunidade de debater, em caráter definitivo, as versões e avaliações, superando, inclusive, eventuais controvérsias que, embora ainda se ponham neste momento, o andamento das investigações poderá naturalmente eliminar.

Proponho a V. Ex^a, ao Sr. Relator e aos Srs. Parlamentares, sem prejuízo da fala posterior do Deputado Gustavo Fruet, que nós, ao invés de votarmos os relatórios parciais das Sub-relatoria de Contratos e de Movimentação Financeira, passemos a considerá-los como relatórios administrativos ou gerenciais na linha

de servirem de ponto de apoio para as investigações que daqui prosseguirão e também como ponto de apoio do relatório final a ser apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio.

Esta, a proposta que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral-PT-MS)
– Obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, na mesma linha do Deputado José Eduardo Cardozo, quando se levantou a idéia do relatório parcial, o objetivo foi contribuir para compartilhar o avanço nas investigações. A CPI abriu uma série de frentes de investigação. Nem todas elas estão no mesmo nível, no mesmo grau de simultaneidade. Isso significa que à medida que essas investigações forem sendo concluídas, a idéia era permitir o compartilhamento com os Parlamentares e também a divulgação para aquelas pessoas, para aqueles setores que estão acompanhando a CPMI e podem contribuir com os trabalhos.

Quando se definiu especificamente esse primeiro relatório parcial, o objetivo foi analisar o período da movimentação financeira de 2003 a 2005, envolvendo operações do Marcos Valério com o Delúbio Soares. Por que demorou essa investigação? Porque tivemos dificuldade e demora no acesso aos dados e, depois de conseguidos os dados, a complexidade da movimentação financeira e da contabilidade das empresas do Marcos Valério dificultou uma resposta mais imediata, o que levou aproximadamente trinta dias. Falo isso em respeito à isenção do trabalho dos consultores que ajudam a investigação desta CPMI. Tanto é – e aqui recorro ao Relator Osmar Serraglio – que nesse primeiro relatório poder-se-ia avançar inclusive com outras informações, mas, para se ter um foco muito específico, concentrou-se na análise desse período, particularmente nas operações entre o Sr. Marcos Valério e o Delúbio Soares.

Essa informação e essa afirmação são necessárias porque se chegou a falar que não se comentou sobre mensalão, chegou-se a falar que isso não significava responsabilidade ou seria uma forma de não constatar a responsabilidade de algumas pessoas ou de alguns setores que ainda estão sob investigação. Assim, em vez de ser um ponto positivo e a favor da CPMI, acabou gerando um ponto de discórdia. O pior que pode acontecer é a disputa política se transformar na retórica da intransigência. Nós queremos contribuir. Essa conversa que foi feita, sob a coordenação do Deputado Osmar Serraglio, com o Deputado José Eduardo Cardozo, outros Parlamentares e com o Presidente Delcídio foi no sentido justamente de deixar

claro que não vamos entrar no jogo que pode permitir a inviabilização da CPMI. Não se trata de um jogo de compensação; trata-se de um critério de investigação, tanto que não se questionou o conteúdo do relatório.

O relatório, que é composto por seis capítulos, o questionamento se deu na introdução, em alguns conceitos da conclusão, e se dá, fundamentalmente, na não inclusão de determinadas frentes de investigação que ainda não estão concluídas.

Então, até para demonstrar que não há essa intransigência, lembro que o Deputado José Eduardo Cardozo, na última reunião, apresentou algumas sugestões em nome da Bancada do PT. Incorporei-as todas com relação a alguns adjetivos e a alguns conceitos que neste momento implicam uma discussão que vai se estabelecer no embate dentro ou fora da CPMI, como, por exemplo, uma expressão que foi incluída, de que se tratava de um “projeto hegemônico”. Porém, para evitar que esses pontos conceituais inviabilizem o avanço da investigação, incorporei.

Poderíamos até adotar uma atitude extrema, qual seja, a de retirar essa introdução, ficando resguardada para o trabalho do relatório final, mas, de qualquer maneira, apresentei ao Relator não só as sugestões apresentadas pela Bancada do PT, como também uma análise da fase de investigação com relação ao PSDB em Minas, em 98, com relação aos depoimentos dos tesoureiros, referentes às eleições nacional e estaduais de 2002 e referentes às eleições municipais de 2004, porque a idéia não foi discutir especificamente o relatório, mas o que nele não estava incluído. E aí deixa de ser um relatório parcial, porque se pretende a ampliação do relatório.

Contudo, para evitar essa discussão, destacando que são diversos os fatos objetos desse inquérito e desta Comissão, podemos, a cada passo, em separado, tratar de cada um deles, podendo fazê-lo antes mesmo do final da investigação dos demais fatos. Porém, trata-se de uma recomendação para um relatório mais abrangente por parte do relator – e é bom destacar que não há relatório do sub-relator, é o relatório do relator – ou para o balizamento das conclusões finais do relatório final a ser apresentado. Mesmo porque, se enviado à Mesa, só teremos eficácia jurídica com a conclusão do Relator, que poderá ou não incorporar as sugestões que estão sendo apresentadas.

Então, de forma muito objetiva, desse relatório parcial, incorporamos as sugestões apresentadas para mostrar que não há intransigência, isso já está nas mãos do Sr. Relator; incluímos a entrevista dada pelo Sr. Carlos Godinho à revista **Época**, porque foi um fato superveniente à apresentação do relatório e, portanto, tempestivo; incluímos o depoimento prestado pelo

contador do Sr. Marcos Valério, Marco Prata, à Polícia Federal, por ser um fato superveniente à apresentação do relatório, e, portanto, tempestivo; da mesma forma, incluímos uma correspondência encaminhada pela Visanet com relação ao papel da empresa na sua relação com o Banco do Brasil. Estou apresentando hoje ao Relator não só as consolidações, mas todos os anexos, reafirmando que não houve questionamento com relação à análise técnica e aos anexos apresentados no relatório e aos itens 2, 3, 4 e 5, e, reitero e reafirmo, para não colocar sob dúvida ou suspeição o trabalho da Consultoria da CPMI.

Então, para deixar claro, Sr. Presidente, primeiramente, não houve intenção de excluir quem quer que seja, por não se tratar de um jogo de compensação. O foco foi 2003 e 2005. Em segundo lugar, todas as sugestões estão sendo incorporadas para constarem num relatório mais abrangente, no relatório final; em terceiro lugar – e já vinha falando isso em público e o reafirmo, como já havia conversado inclusive com o Deputado Eduardo Paes, que é o nosso representante do PSDB, bem como com o Presidente e com o Relator –, para evitar, Senador Jefferson Péres, que se transforme os relatórios parciais numa disputa que caia na retórica da intransigência, a idéia é continuar na sua divulgação como contribuição, mas tanto eu como o Deputado José Eduardo Cardozo não vamos cair na armadilha da disputa política que acabe, no mau sentido, prejudicando o avanço das investigações.

Então, são esses os esclarecimentos, deixando claro que está aqui, em CD, todo o relatório parcial com todos os seus anexos. O nosso objetivo é contribuir com o Presidente, contribuir com o Relator, para que a CPI chegue ao relatório final, possa votá-lo e possa tirar conclusões, que é o que todos nós queremos sinalizar neste momento, que é o objetivo desta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senhor me permitiria a palavra por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque, realmente, fiquei preocupado quando a imprensa divulgou essa discussão de relatórios das sub-relatorias. Os designados por V. Ex^a para presidir essas sub-relatorias são da mais alta qualidade na especialidade em que estão trabalhando. É claro que o principal é o Relator; ele é quem define o que deve ou não ser incluído. Quando se faz um relatório preliminar de investigação, muitas vezes se tem que omitir fatos para dar continuidade à investigação, para que ela possa chegar ao sucesso definido no relatório final.

Queria cumprimentar V. Ex^a, Deputado Osmar Serraglio, e os demais Sub-relatores por essa integração, porque o objetivo é o relatório final, ao qual essa parcela de investigação qualifica.

Pedindo desculpas por intervir, queria dizer que V. Ex^a dirige com sabedoria, e os Sub-relatores têm todo o apoio nessa parte da investigação, pela qualidade com que vem desenvolvendo seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu gostaria, então, de perguntar ao Plenário se todos estão de acordo com as sugestões apresentadas no sentido de que esses relatórios parciais sirvam de subsídios para o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Senador Jefferson Peres, bem como os Deputados José Eduardo Cardozo, Gustavo Fruet e Antonio Carlos Magalhães Neto fizeram suas ponderações com muita consistência.

Concordo plenamente com toda essa situação, inclusive com a Sub-relatoria do IRB, porque esta foi criada por meio de um acordo entre o Presidente do Senado e os Líderes partidários de toda a Casa para que não houvesse a CPMI do IRB, sendo ela encampada pela CPMI dos Correios, onde seria criada uma Sub-relatoria. Quando esta Sub-relatoria foi lida no plenário do Congresso Nacional pelo Presidente Renan Calheiros, S. Ex^a disse desse entendimento. Então, ela foi um pouco além de apenas um ato administrativo de V. Ex^a e também do entendimento do Relator Osmar Serraglio.

Mas, mesmo diante disso, o objetivo de todos os Deputados e Senadores nesta Comissão é apurar os fatos ilícitos e, em momento nenhum, criar dificuldades à Mesa e nem confrontos políticos.

Mesmo tendo o entendimento jurídico de que subcomissão, como o próprio nome diz, está subordinada a uma comissão, ou seja, as Sub-relatorias estão subordinadas ao Deputado Osmar Serraglio. Num primeiro momento, V. Ex^a deu um deferimento especial aos Sub-relator nas áreas administrativas para que o processo pudesse avançar, o que realmente aconteceu. Agora, estamos num momento de consolidação de todas as matérias, dos depoimentos, dos documentos que foram trazidos a esta CPMI, que, na verdade, é o momento correto de começarmos a canalizar todas essas informações ao Relator, que é o responsável, é

quem responde pelo relatório final, assim como V. Ex^a também responde pela Presidência desta Comissão.

Mesmo diante desse dispositivo administrativo, regimental, que foi criado, gostaria de dizer a V. Ex^a que esta Sub-relatoria, em momento algum, vai criar obstáculos e concorda perfeitamente com todos os outros Sub-relatores, a quem venho me somar dentro dessa mesma idéia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Carlos Willian.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Gostaria de abreviar essa primeira parte da reunião, porque temos requerimentos e precisamos de quórum para votá-los. Por isso peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam aqui no plenário, uma vez que é fundamental a votação de alguns requerimentos, fruto das investigações que estão sendo promovidas por esta CPI dos Correios.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apenas para ratificar esse entendimento e dizer que passamos ontem e anteontem refletindo sobre isso. No momento em que criamos as sub-relatorias, evidentemente o fizemos como método de trabalho que contribuísse e não para que criasse internamente, antecipadamente, algum desencontro em relação a certas concepções.

Como temos Sub-relatores conscientes e responsáveis, que nos orgulham nessa contribuição, não tivemos dificuldade também de transitar com essa idéia, que agora vem reafirmada, inclusive com a respeitável manifestação do Senador Jefferson Péres.

Quero dizer também que recebi um telefonema – e ela não se encontra presente – da Senadora He-loísa Helena, que está em Maceió, também sugerindo exatamente isso que estamos aqui agora consolidando e confirmando, que é no sentido de que recolhamos essas contribuições todas como sugestões e que possamos, mais à frente, então, quando apresentarmos o relatório final, aí sim, consolidarmos aquilo que se entende como sendo a concepção que dependa de afirmação ou não através do voto do Plenário.

De forma, Sr. Presidente, que quero compartilhar dessa proposta, dizer que ela é efetivamente a demonstração cabal da seriedade com que os integrantes desta Comissão participam dessa investigação, que tem, sob os olhos da Nação, uma incumbência muito séria de traduzir aquilo que temos como objeto, que é apresentar os meandros dos contratos, dos atos, enfim, a conduta dos nossos administradores.

Sr. Presidente, esta Relatoria subscreve a proposta reafirmada pelos Sub-relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os sub-relatórios serão encaminhados ao Relator, Senador Osmar Serraglio.

E gostaria de fazer um registro, até em função das ponderações que vários Parlamentares aqui fizeram, em função das palavras do Senador Jefferson Péres: essa foi uma decisão sábia. Temos que ter muita cautela, temos que ter cuidados especiais para que efetivamente a CPI dos Correios apresente resultados, não só, como foi dito aqui, no que se refere às irregularidades, à responsabilização daqueles que deram causa a essas irregularidades, mas, acima de tudo, com novas propostas, com sugestões na área financeira, na área ligada à lavagem de dinheiro, na área ligada ao Instituto de Resseguros do Brasil, uma série de propostas que surgiram da CPI dos Correios na forma de projetos de lei.

Com isso, efetivamente teremos todas as condições de apresentar os resultados que a sociedade brasileira espera de todos nós.

Portanto, temos que ter muita cautela. Como disse o Senador Jefferson Péres, tivemos aí alguns acontecimentos, nos últimos dias e alguns meses atrás, pelos quais determinadas CPIs, que tinham tudo para trazer bons resultados, acabaram se perdendo. E temos que tomar muito cuidado, porque uma CPI é um foco natural do debate político. Temos que nos concentrar efetivamente na investigação e nos resultados. E esses procedimentos já estão absolutamente amadurecidos nos corações e mentes dos Parlamentares da CPI dos Correios, inclusive tendo em vista a contratação de auditorias para respaldar ainda mais o trabalho a ser desenvolvido por todos nós.

Portanto, o encaminhamento dado foi uma decisão sábia, uma decisão importante, uma decisão moderada e cuidadosa, mostrando a responsabilidade que todos nós temos.

Então, quero agradecer a todos os Parlamentares, quero agradecer aos Sub-relatores que aqui se posicionaram, e não só aos diretamente envolvidos, mas também ao Deputado Carlos Willian e ao próprio posicionamento do Relator Osmar Serraglio, para que possamos dar seqüência aos nossos trabalhos e apresentemos os resultados devidos.

Quero aqui também registrar que a CPMI foi prorrogada até abril; porém, evidentemente – e vamos conversar, como sempre tenho insistido nisso –, em função do andamento dos trabalhos da Sub-relatorias,

nós precisamos fazer um acompanhamento **pari passu** a fim de verificar, dentro do tempo e dentro das conclusões dos trabalhos, até quando nós levaríamos esta CPMI. Se eventualmente nós pudermos trabalhar com prazos menores, se tudo indicar que é absolutamente possível e razoável se fazer isso, nós vamos trabalhar nesse sentido também.

Então, com essa primeira parte da nossa reunião já concluída, eu vou passar para...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só uma informação relevante. Eu acho que a CPI precisa ter ciência disso, até pela gravidade da circunstância e para os nossos trabalhos futuros.

Houve uma liminar, concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que afeta não só o objeto específico dessa liminar como também os trabalhos futuros. É um mandado de segurança que foi impetrado pela empresa Skymaster Airlines Ltda. em que ela pede a não divulgação de dados relativos à quebra do sigilo bancário e fiscal nos *sites* eletrônicos em que estavam sendo divulgados, por esta Comissão, por meio do Relatório parcial, do qual eu fui Sub-relator.

O que causa espécie, Sr. Presidente, é que efetivamente nesses *sites* não estavam sendo divulgados os dados do sigilo bancário, mas os Relatórios onde, claro, há menção a esses dados.

Dessa liminar, portanto, Sr. Presidente – e eu há pouco conversava com o Deputado Gustavo Fruet –, surgiu uma dúvida: será que os relatórios que invocam dados não poderão ser divulgados? Isso seria o mesmo que dizer que um acórdão judicial que apreciou uma questão onde houve uma quebra de sigilo não poderia ser publicado na imprensa oficial.

Temo, Sr. Presidente, que S. Ex^a o Ministro Marco Aurélio Mello possa, não estou afirmando isso, possa ter sido induzido a erro. Por quê? Porque, vendo o que consta aqui do Relatório, recolho que S. Ex^a afirma o seguinte: “os impetrantes insurgem-se contra a divulgação de dados relativos à quebra dos sigilos bancários”. Ninguém divulgou nos *sites* os dados. O Relatório é que foi divulgado.

Então, se V. Ex^a assim me permitir, eu acho que V. Ex^a, como autoridade impetrada neste caso, deveria tomar as medidas judiciais cabíveis para explicação do que foi divulgado, revisão e esclarecimento, sob pena de, no futuro, nós não podermos mais divulgar os relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que seria um absoluto contra-senso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Eu gostaria de registrar que já foi encaminhada ao Dr. Shalom Granado, da Advocacia do Senado, solicitação no sentido de que apresentemos, no menor espaço de tempo possível, a resposta a essa liminar.

Quero registrar que algumas decisões tomadas na reunião de hoje são exatamente no sentido de melhor esclarecer os requerimentos apresentados e, conseqüentemente, evitar que essa liminares venham a ser obtidas, e conseqüentemente, prejudiquem o bom andamento dos trabalhos da CPI dos Correios.

Nós passamos agora à fase de aprovação dos requerimentos.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, faço um apelo para que todos permaneçam até o fim da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É, eu já pedi. Pedi às Bancadas que se mobilizem sob risco de eu ter que trancar a porta para ninguém sair.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de, junto com os Sub-relatores e os representantes dos Partidos, discutir uma forma de enxugar essa lista de requerimento em virtude de que muitas coisas que ali estão pretendidas já serem ultrapassadas. Aí, para me valer das expressões do eminente Senador Jefferson Péres, o *timing* de muitos desses requerimentos já se foi, e o *feeling* é de que não há mais por que prosseguirmos nessa linha de busca.

Dessa forma, eu vou anunciar uma série – e quero chamar atenção para o fato de que são muitos. Como sempre temos procedido, daremos um prazo – é uma exclusão momentânea que nós estamos fazendo desta lista – e, mediante qualquer solicitação, nós, imediatamente, retomaremos esses requerimentos e voltaremos a inseri-los. Então, é uma proposta de prejudicialidade ante as linhas de investigações. Nós estamos arquivando provisoriamente e, em cinco dias, se não houver nenhuma manifestação em contrário, eles serão efetivamente arquivados.

Repito que são muitos. Começarei a anunciar, mas volto a dizer que não se trata de uma proposição apenas deste Parlamentar, o Relator. Nós já tivemos a oportunidade de discutir mas continuamos abertos à considerações.

Para arquivamento: Requerimentos nºs 7, 8, 85, 100, 160, 169, 171, 176, 195, 213, 235, 250, 253, 279, 284, 297, 334, 345, 358, 360, 362, 382, 383, 392, 399, 400, 421, 440... O nº 421 eu tenho aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É por-

que na lista que nós temos, esse requerimento está como parcialmente atendido. Devem ter tirado porque já está atendido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes, pelo esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por sinal, quero acrescentar a essa informação que o Relator-Adjunto nos auxiliou nesse expurgo.

Continuo: Requerimentos nºs 440, 456, 457, 488, 511, 539, 547, 554, 556, 557, 565, 567, 574, 575, 612, 615...

O SR. (Não identificado.) – (*Intervenção fora do microfone.*) O de nº 615 também já está.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já está também? Tudo bem. Requerimento nº 620... (Pausa.)

Também não? Tudo bem. É que eu estou com a lista inicial em que fizemos a análise.

Continuo: nºs. 626, 692, 693, 705, 707, 716, 717, 720, 722, 723, 728, 729, 730, 731, 732, 733 – é uma série – 734, 735, 736. Pendente o de nº 737, não. E, depois, prossigo: nºs 738, 739, 740, 741, 742, 758, 768, 770, 796, 799, 801, 809, 814...

Tudo bem; estava parcialmente atendido.

Continuo: nºs 815, 825, 837, 838, 846, 847, 870, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 897, 898, 900, 903, 904, 905, 906, 907, 909, 914, 923, 933, 934, 935, 938, 941, 984, 1.000, 1.012, 1.013, 1.016, 1.019, 1.063, 1.064, 1.068, 1.074, 1.076, 1.083, 1.084, 1.086, 1.088, 1.108, 1.110, 1.112, 1.113, 1.114, 1.115, 1.116, 1.117, 1.118, 1.119, 1.120, 1.235, 1.236, 1.237, 1.238, 1.239, 1.240, 1.277, 1.281, 1.282, 1.284, 1.285, 1.293, 1.294, 1.295, 1.296, 1.297, 1.298, 1.299, 1.300, 1.308, 1.309, 1.310, 1.311, 1.312, 1.313, 1.1314, 1.315, 1.316, 1.317, 1.318, 1.319, 1.320, 1.321, 1.322, 1.323, 1.324, 1.325, 1.366, 1.367, 1.375, 1.378, 1.379, 1.380, 1.381, 1.382, 1.383, 1.384, 1.392, 1.400.

Esses números anunciados poderão ser revistos se assim for solicitado e fundamentada a razão de ser em relação ao que estamos investigando. Nós estamos falando em conclusão de CPMI e precisamos afunilar o leque enorme de proposições que temos em relação à frentes que a rigor não nos pertencem.

Sr. Presidente, esta, a primeira proposta que submeto a votação simbólica do Plenário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presi-

dente, o nº 894 é um requerimento do Deputado Murilo Zauith, de quem não tenho autorização para retirar, a não ser que o Sr. Relator fale com S. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Toda essa listagem está em aberto. Basta que o Deputado, conforme anunciei, se pretender a retomada, confirme a sua intenção que eu restauro imediatamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pode ser mantido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estamos sugerindo a retirada, Deputado Onyx, agora dentro do prazo de cinco dias, qualquer Parlamentar que entender que o seu requerimento deva ser reincluído, por favor, estamos absolutamente à disposição.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O de nº 1.084 eu requeiro a reinclusão. É de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O de nº 1.084 permanece.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

A proposta do Relator está aprovada.

Reafirmo que não podemos ter uma porção de requerimentos que, em função da investigação ou em função até do andar da carruagem, continuem vigendo.

Passamos agora aos requerimentos relativos à quebra de sigilos.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

Seria importante priorizar tudo aquilo que diz respeito a quebra de sigilo em função da votação nominal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria antes de fazer uma ponderação: poderíamos passar aos requerimentos de convocação, cuja votação também é simbólica e é muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sim; isso é importante.

Votação simbólica dos requerimentos que serão lidos pelo Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Votação simbólica para os nºs 286, do Senador Alvaro Dias... Lerei apenas os números: 287, 288, 289, 294, 442, 472, 939, 967, 1.032...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nesta lista, não há. Só estou querendo saber do que se trata.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu anuncio. O 967 é da Senadora Ideli Salvatti, que solicita cópia...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Na sua pasta, não há. Na do Senador César Borges, há o 967.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esclareça, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da Senadora Ideli Salvatti, que requisita cópia de um processo junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Esclareço que nós já havíamos colocado esse requerimento em votação. A Senadora imaginou que ele tivesse sido votado. Na verdade, não havia sido e, por isso, parece que ele está sendo retomado.

Enquanto isso, solicito à Assessoria o Requerimento nº 967, da Fundacentro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, solicito apenas um esclarecimento porque não está na relação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na que foi distribuída hoje, está. Se houver alguma dúvida, retiro-o imediatamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Apenas um esclarecimento: se de fato for, não há problema algum. O fato é que, se olharmos, havia uma série de outros processos da 1ª Região também solicitados aqui na lista. Não podemos ter essa convicção para afirmar. Poderíamos pegar uma cópia do requerimento e checá-la para que, se for de fato, o votemos sem o menor problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Suspendo novamente o Requerimento nº 967.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está suspenso o Requerimento nº 967.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimentos nºs 1.081, 1.082, 1.283, 1.376, 1.377, 1.385...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para que eu possa entender, a que linha de investigação se refere o Requerimento nº 1.376?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do Deputado José Eduardo Cardozo, no que diz respeito a franquias e todo esse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Transporte aéreo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Requerimentos nºs 1.376 e 1.377.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Carga. Está relacionado a...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Abraec.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas qual é o sentido da convocação? A título de quê?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há uma discussão entre monopólio de carta e uma série de documentos onde se discute, inclusive no Supremo, se há ou não o monopólio, e as franquias permitiram

aos Correios tomar uma parte desse mercado dessas instituições. Então, a idéia é discutir para poder conhecer o outro lado, só isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas eu pergunto se isso tem a ver com a linha investigativa nossa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado José Eduardo Cardozo está fazendo isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, eu considero uma discussão relevante a ser feita pelo Congresso Nacional, mas eu pergunto se isso é...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Da mesma maneira como foi tratada a questão no Tribunal Regional Federal, fica sobrestado esse requerimento.

Vamos em frente, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, o de nº 1.376 sobrestado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito autoritário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem é autoritário?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos em frente, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prosseguindo: nº 1.377...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, o nº 1.377 pela mesma razão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É a mesma coisa.

Continuo: nºs 1.385, 1.391, 1.393, 1.394, 1.396, 1.401, 1.402, 1.403, 1.404, 1.411, 1.412, 1.418, 1.423 e 1.430.

Vamos, agora, à última lista que foi distribuída agora há pouco: nºs 1.454...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não tem, não tem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É uma lista que agora há pouco foi distribuída. (Pausa.)

Então, informo quem é: o de nº 1.454 é o diretor de operações internacionais do Banco Rural, José Roberto Salgado – é a oitava do Diretor do Banco Rural.

Sr. Presidente, os de votação simbólica são os que acabei de anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com os requerimentos lidos, à exceção daqueles que foram sobrestados, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovados.

Deputado Osmar Serraglio com a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, passo agora a atender as coisas que são de maior urgência, o que, neste caso, de certo modo, é a reafirmação dos requerimentos que já foram aprovados e que, por demandarem uma fundamentação mais consolidada, mais aprofundada, partem do eminente Sub-relator, Deputado ACM Neto.

Nós temos muitas quebras ou transferências de sigilo. Eu vou focar aquelas que são mais urgentes e, depois, irei regredindo na medida em que tenhamos quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós já temos quórum, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu só queria sugerir, Deputado Osmar, que o Senador...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é nesse sentido que estou dizendo. É que nós temos mais de 50 quebras e eu imagino que mantemos esse quórum também depois daqueles relacionados ao eminente Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A sugestão, Sr. Deputado Relator, é que o Presidente dê o mesmo procedimento que o Deputado Asdrubal inaugurou e que realmente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais produtiva e mais rápida, mais ágil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – (...) foi extremamente eficaz.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, sem querer entrar no mérito de quaisquer das propostas de quebra de sigilo, eu quero propor que nós possamos ler, um a um, os requerimentos, entender as razões dessas quebras de sigilo. Considero preocupante que saíamos quebrando sigilos no atacado, sem que se tenha consciência do significado de cada uma dessas quebras de sigilo para a linha de investigação que estamos fazendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tento fundamentar as razões de minha colocação.

Sigilo bancário é um direito constitucional, é um direito da cidadania que só pode e só deve ser quebrado em razão de uma linha de investigação, ou seja, de fundamentação claramente estabelecida. É nesse sentido que proponho a V. Ex^a, ao Sr. Relator, enfim, a quaisquer dos membros da Mesa, que nos esclareça cada uma dessas quebras de sigilo, sem prejuízo de

que, depois de esclarecido, possamos votar os requerimentos com agilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria prestar um esclarecimento ao Deputado Bittar de pelo menos uma parte das quebras de sigilo que estão sendo propostas.

Numa reunião do mês de outubro, uma das nossas reuniões administrativas, apresentei 65 requerimentos de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Alguns deles, num primeiro momento, talvez até por uma inexperiência circunstancial, não vieram acompanhados dos seus respectivos fundamentos, ou seja, das justificativas que davam consistência à solicitação.

O que fizemos para atender a um pleito que entendo justo do Supremo Tribunal Federal? Apenas anexamos tudo aquilo que dava consistência à quebra para tornar público. É claro que documentos sigilosos não estão inclusos.

No entanto, cada um desses requerimentos tem, em média, sete páginas de fundamentação. Eu só queria alertar: são em média 7 páginas para esgotar qualquer possibilidade de discussão futura de falta de consistência. Contudo, todos eles já foram votados; não há nenhum requerimento novo. Então, de 65 nós estamos repetindo 24. Na verdade, é aproximadamente 1/3 do que foi aprovado. Estamos repetindo 1/3 do que foi aprovado, apenas anexando a fundamentação, mudando a fundamentação para dar consistência, dar embasamento, retirar qualquer dúvida.

Agora, as explicações foram apresentadas lá atrás. Lembro à Comissão que solicitei uma reunião administrativa especificamente para tratar da matéria fundos de pensão. Fiz uma apresentação do cronograma do trabalho, dos objetivos e dos propósitos do trabalho para então passarmos – como passamos – a uma segunda etapa, que foram as quebras de sigilo. Não há nada novo, nada de surpresa. Trata-se, apenas, eu diria, do robustecimento dos fundamentos que foram apresentados.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, na linha do que eu propus, não há qualquer tipo de objeção apriorística a quaisquer dos requerimentos apresentados.

No entanto, tendo em vista até o próprio posicionamento do STF diante de alguns deles, esse posicionamento é uma advertência para que possamos fundamentar bem. Considero fundamental que cada Parlamentar presente a esta CPI tenha domínio claro das razões que fundamentam a quebra de quaisquer sigilos. Se no passado quebramos sigilos ou pedimos a transferência de maneira...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é, Deputado Jorge Bittar, no passado foi explicado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um minutinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso que eu queria dizer a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não foi explicado detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de objetivar o nosso debate para começarmos a votação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estava presente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não me incomode de ler as sete páginas e cada um dos 25 requerimentos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom, eu ouvi com atenção, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PR – MS) – Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria de justificar a razões. Não estou querendo criar qualquer obstrução ou qualquer tipo de óbice, apenas quero que tenhamos muita cautela naquilo que venhamos a fazer.

Objetivamente, considero obrigação nossa – e um direito, evidentemente, de cada Parlamentar – que haja informações firmes, claras e consistentes sobre as razões que justificam cada quebra de sigilo para que não venham a acontecer novamente problemas como os que aconteceram, por conta de decisões do Supremo Tribunal Federal, e, mais ainda, para que nós conscientemente saibamos por que razão estamos transferindo para esta Comissão o sigilo bancário de importantes instituições que operam no mercado financeiro. Enfim, sabemos que essas coisas têm implicações sérias para o desempenho de empresas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou começar a me ofender com as colocações do Deputado Bittar. Nós estamos querendo reviver uma história que já foi ultrapassada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, não há razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu faço questão que V. Ex^a leia um por um. Inclusive podemos trazer já alguns documentos sigilosos que foi possível analisar nesse período e mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, concluindo, por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Senador Delcídio, nenhum Parlamentar aqui é mais importante que qualquer outro. Estou fazendo uso da palavra, e o Deputado ACM Neto não está respeitando o uso da palavra, tem me interrompido sistematicamente. Se S. Ex^a está nervoso por quaisquer razões, é problema do Deputado, que eu respeito pessoalmente. Mas penso que estou colocando questões que têm fundamentação, questões até de bom senso que têm amparo na Constituição do País. Ou seja, não podemos agir de maneira não consciente quando tratamos de questões tão relevantes quanto o são essas que dizem respeito a sigilo bancário.

Então, mantenho a minha posição e peço ao Deputado que não considere isso qualquer afronta pessoal, porque, afinal de contas, tudo aquilo que estou colocando diz respeito a um trabalho coletivo que todos aqui estamos fazendo com a maior seriedade, desde o início dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Bittar.

Com a palavra, o Deputado Maurício Rands. Logo em seguida, o Relator, que é a quem compete apresentar os requerimentos e fazer os esclarecimentos devidos. Feito isso, começaremos as votações, porque elas são fundamentais, não querendo desmerecer aquilo que já votamos inicialmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu quero ponderar também ao Deputado Antonio Carlos Magalhães que não tome isso como uma questão da sua Sub-relatoria. É um conjunto de preocupações do plenário da CPMI. Evidentemente, são 64 quebras de sigilo de corretoras e empresas que atuam no setor. Todos nós aqui temos a maturidade suficiente para saber que isto tem uma repercussão no setor financeiro. Queremos que a CPI tenha todos os documentos e os sigilos que sejam necessários e precisamos examinar. Eu ouvi da exposição do Deputado Antonio Carlos Magalhães que dos 64, um terço teve a sua fundamentação refeita para poder explicar melhor ao Judiciário quando e se, eventualmente, houver o litígio.

Então a indagação que faço ao Presidente, ao Relator e aos demais membros é se não poderíamos agora já analisar esses 25 e deixarmos os demais para que tenhamos tempo para examinar. Evidentemente já foi feita uma apreciação pelo Sub-relator, mas é normal e legítimo que os outros Deputados da CPMI possam fazer essa apreciação.

Então são 25 requerimentos que estão sendo objeto de uma nova fundamentação. Não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Requerimentos que já tinham sido objeto de aprovação aqui pela CPMI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim. E, inclusive... Sr. Presidente, eu pediria o silêncio do plenário.

Alguns, inclusive, Sr. Presidente, eu não precisaria sequer ter reapresentado, porque não foram objeto de mandado de segurança. Eu não precisaria ter reapresentado. Estou reapresentando apenas por uma questão de busca da perfeição na condução dos nossos trabalhos. Agora, quero repetir que fizemos uma apresentação para justificar a escolha das corretoras, dos fundos de pensão e das pessoas físicas e jurídicas. E o trabalho está quase pronto, está quase consolidado, só precisa ser apresentado, e vai ser apresentado na terça-feira.

E quero dizer uma coisa que acho que tenho o direito de fazer. Deputado Maurício Rands, do dia que obtivemos os dados até o dia em que as liminares foram concedidas... E quero dizer aqui que as liminares foram concedidas justamente para as corretoras que estão com maior problema, problemas graves. Nós podíamos fazer uma reunião secreta e eu posso trazer aqui e mostrar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. Ex^a se referiu a 64 requerimentos. Os que estão em discussão agora são os 25? E os 25 já tinham sido objeto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, amigo, não; 64 foi lá atrás.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que está em discussão agora são os 25, não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São os 25.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E os 25 já tinham sido objeto de aprovação; são apenas a retificação da fundamentação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São 24; 24 de 65.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu gostaria de ponderar a V. Ex^{as} o seguinte: efetivamente todas esses requerimentos de quebra de sigilo já foram aprovados. Penso que o crucial para nós são aquelas corretoras que entraram com pedido de liminar junto ao STF.

Então, o que eu gostaria de ponderar a V. Ex^{as} – e acredito que essa ponderação é importante, como o Deputado Maurício Rands está sugerindo – é que aquelas corretoras que exigem um detalhamento melhor, que nós até cuidadosamente, cautelosamente não colocamos nos requerimento, porque, aparentemente, são corretoras que apresentam algum tipo de problema – não estou generalizando, mas boa parte

delas. Acredito que seria uma ponderação adequada: nós, nesses 24 casos, votarmos - se todos estiverem de acordo - hoje, imediatamente, porque já foram quebrados o sigilo, nós estamos só...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o Deputado Maurício Rands não está entendendo nada, Sr. Presidente. Eu queria explicar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Pormenorizando, detalhando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu quero dizer ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que ele não se comporte como um menino contrariado. É normal...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Deputado... Não aceito ofensa. Eu estou querendo explicar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu não quero lhe ofender.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu acho que o Governo está preocupado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estou querendo dizer o seguinte: nós estamos aqui, eu e o Deputado Jorge Bittar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a me respeite.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu não estou lhe desrespeitando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desrespeitou sim. Quero que V. Ex^a entenda o que está sendo explicado. Se está com medo é outra coisa!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós estamos aqui querendo que a CPI tenha responsabilidade na aprovação de quebra de sigilo. Esta CPMI se ficar quebrando sigilo sem fundamentação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foram coisas já realizadas, Deputado Maurício Rands!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Antonio Carlos Magalhães tem que aprender a conviver com a divergência!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a não sabe nem o partido de V. Ex^a! Muito menos o Governo de V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tem que aprender a conviver com a divergência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós estamos querendo ponderar, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Maurício Rands com a palavra. Depois, Senador Heráclito Fortes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vou concluir. Nós estamos querendo obter informações para que a CPMI, ao aprovar a quebra de sigilo, esteja consciente do que está aprovando. O Deputado Jorge Bittar foi muito claro ao dizer: “Nós queremos que sejam feitas as quebras de sigilo de todas as empresas que estejam em uma linha de investigação. Mas, para evitar que, depois, haja controvérsia no Judiciário, para evitar o desgaste da CPMI, nós queremos um esclarecimento”.

E é legítimo que qualquer membro da CPMI exija, solicite os esclarecimentos. Nós não temos nenhuma posição contrária à quebra de requerimentos. Estamos querendo preservar a CPMI, o Congresso Nacional e o setor econômico, porque, evidentemente, todos sabemos que uma quebra de sigilo tem repercussão no setor econômico. Nós não estamos nem analisando detalhadamente quem são as empresas e queremos que, na linha de investigação, sejam feitas essas quebras de sigilo.

Então eu quero só ponderar ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quem tenho respeito, que não tome ponderação como algo pessoal. O que nós vamos fazer aqui, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estou entendendo o que V. Ex^a quer. Eu só quero os 24.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 19 do Regimento do Senado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu entendi, Sr. Presidente, e vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu estou preocupado com o quórum e precisamos votar determinadas matérias.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Veja se eu entendi corretamente; se não for, estou aberto para ser esclarecido. O que eu entendi da fala do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto é que, desses 25 requerimentos, todos já foram aprovados. O que estamos agora deliberando é uma retificação da fundamentação. Por isso aquela menção ao número de páginas. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso. E os documentos já foram analisados.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, indago do Deputado Jorge Bittar se, diante do fato de que esta CPMI já aprovou essas 25 quebras de sigilo

– agora é só a mudança da fundamentação, fora aqueles outros que completam os 64 –, nós poderíamos, portanto, aprovar essa nova fundamentação. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estamos de acordo. Então, estamos de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A única coisa que estamos solicitando é aprovação desses 25 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu pergunto se todos estão de acordo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós não podemos tomar qualquer ponderação como algo pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Ok. E os demais requerimentos, nós podemos, seguramente, aprová-los na próxima semana.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, art. 19.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria só de esclarecer a V. Ex^{as} para que esta conversa seja entendida. Foi feita uma exposição aqui da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Nós não fizemos 24 ou 25 quebras de sigilo, mas 65. Então, qual é o objeto? Em face dessas dificuldades, decidimos não detalhar mais as informações que já possuíamos, exatamente com o intuito de não tornar públicas algumas razões que nos levaram à solicitação dessas quebras de sigilo, o que poderia comprometer as investigações que fazem inclusive parte já de relatórios preparados pelas instituições que controlam o mercado financeiro.

Então, ponderamos por fazer um requerimento mais equilibrado, mais genérico, desde quando foi feita aquela apresentação, fruto de pedidos de liminar por algumas corretoras – não são todas – ao STF. Assim, estamos melhor fundamentando esses requerimentos, cujos sigilos já haviam sido quebrados, inclusive, porque são consistentes com a própria defesa que a CPI já encaminhou e está encaminhando ao longo desta semana, até para esclarecer os Ministros do STF, uma vez que nós já explicamos verbalmente, em visita que fizemos, as razões do pedido de quebra de sigilo.

Então, para resumir a ópera em português, sugiro o seguinte: na verdade, os sigilos estão quebrados. Nós só vamos aprovar agora requerimentos mais bem fundamentados em face dessas liminares.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, nos termos mencionados por V. Ex^a, com a argumentação do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estou de acordo com a quebra de sigilo dessas 25 corretoras, cuja decisão já foi tomada – empresas, corretoras ou fundos cuja quebra de sigilo já foi decidida anteriormente e que necessitam de melhor fundamentação. Ressalto que, para as demais, gostaria que pudéssemos fundamentar aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa será a decisão, Deputado Jorge Bittar, de comum acordo. Entendo que todos os Parlamentares estão de acordo com essa proposta.

Para encerrar o debate, por causa do quórum... Hoje é quinta-feira, pessoal. Temos que votar.

Vou conceder, rapidamente, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que já a havia solicitado, e, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni. Então, vamos começar as votações. Não vou mais dar abertura para ninguém falar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, penso até que já se torna desnecessário a minha intervenção, mas eu queria ter pedido, no momento oportuno, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto um pouquinho de tranquilidade, porque a euforia do PMDB, principalmente do Deputado Maurício Rands, mostra que eles estão aliviados com alguma coisa. Alguma nuvem pesada saiu da cabeça deles. Esse veio de ironia, de gracinha do PT não é comum; estão a comemorar alguma coisa. Portanto, felicito o Deputado Maurício Rands, que estréia com um novo estilo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Parabenizo o Senador Heráclito Fortes por saber ler mentes, sem conversar com as pessoas, e por saber ler seu pensamento. É um dom de clarividência que eu queria ter.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual quer um, qualquer pessoa, qualquer criança...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A nossa alegria se deve à presença do Senador Heráclito Fortes, com a sua ironia, com a sua alegria que nos brinda sempre.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Submeta logo à votação, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não estão vendo o Deputado Jorge Bittar? Macambúzio nos últimos dias, hoje alegre, como quem tira das costas um peso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É em função de sua presença aqui, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes, a presença de V. Ex^a é sempre vista com muita alegria e satisfação por todos os Parlamentares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu

queria pedir ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que se tranqüilize, deixe esse pessoal se divertir. Hoje é o dia deles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Encerrando, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, porque precisamos votar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito

rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Absolutamente importante.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 19

do Senado Federal, que se aplica à situação que nós vivemos.

Ao Senador (ou ao Deputado) é vedado usar expressões descorteses ou insultuosas. E o art. 22 determina que, no caso da infração do art. 19, I, como li, caberá ao Presidente advertir o Senador ou o Deputado, neste caso, usando a expressão “Atenção!”

Faço a referência porque, a meu ver, a disputa política é necessária e primordial para a democracia; agora o que não pode é haver ofensa pessoal. Quero solicitar também, além da atenção a esses dois artigos do Regimento do Senado que se aplicam a esse caso específico, que V. Ex^a determine que das notas taquigráficas seja retirada a expressão que se referia a “menino” ou coisa que o valha em relação ao talentoso e extraordinário Deputado ACM Neto, manifestação que o PFL não aceita.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presi-

dente, não precisa de nota taquigráfica. Eu retiro desde já. Não há problema algum, ainda porque não tenho nenhuma intenção de ofender.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de dizer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito

obrigado, Deputado Maurício Rands.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Era uma conduta desproporcional, só isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Delcídio quer ser chamado de “menino” também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu apreciaria muito.

Agora, Deputado Onyx Lorenzoni, se eu fosse retirar tudo que já ouvi aqui desde que esta CPMI foi instalada, íamos eliminar metade dos arquivos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aí, Sr.

Presidente, a fala do Deputado Onyx Lorenzoni ficaria muito reduzida nas notas taquigráficas.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Pre-

sidente, só para que não passe em julgado: é fundamental, em algum momento, o bom humor. Vejo agora – e o saúdo – recuperar o talento, a capacidade e o discernimento o Deputado Maurício Rands e acho que o Senador Heráclito Fortes identificou a euforia que acabou prejudicando.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sena-

dor Heráclito Fortes está com saudades da Senadora Ideli que não está aqui hoje.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Sena-

dor Heráclito Fortes não é bom de ler os pensamentos, viu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como

é que você sabe?

(Risos.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dá para ver em seus olhos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o primeiro requerimento desta série que está sendo refeita a partir de uma fundamentação mais adensada é o de número 1.455.

Sr. Presidente, quero também, embora isso não signifique que acrescente nada a toda a credibilidade que o nosso eminente Deputado Sub-relator ACM Neto tem, mas este Relator também examinou e, por isso mesmo, subscreveu conjuntamente. Se a expressão deste Parlamentar servir para alguma coisa, está ratificando todos eles e demonstrando que foram estudados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É o de nº 1.455?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim; 1.455, o primeiro, sobre a quebra de sigilo de José Osvaldo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bit-

tar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Mauricio Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias; Deputado Nelson Meurer;
Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Inaldo Leitão;
Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo
de Mattos. (Pausa.)

Suplentes. Deputado Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Alves de
Araújo; Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores. Senador Heráclito For-
tes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Sena-
dora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado;

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Sena-
dora Íris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador
Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senado-
ra Heloisa Helena; Senador Efraim Moraes; Senadora
José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Clei-
de. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Gerson Ca-
mata. (Pausa.)

Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zam-
biasi; Senador Geraldo Mesquita. (Pausa.)

Vou proceder à contagem. (Pausa.)

Houve 20 votos “sim”.

O requerimento está aprovado.

Vamos agora ao próximo requerimento, Deputado
Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.456. Quebra dos sigilos bancário,
fiscal e telefônico de Cezar Sassoun.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Deputado Eduardo Paes está lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Distraído, o Deputado Eduardo Paes.

Deputado Gustavo Fruet; Inaldo Leitão. (Pau-
sa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Está votando eletronicamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Ser-
raglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.457, da Quantia Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão. (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.
Senadores.
Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.
O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Siba Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo requerimento, Sr. Presidente, é o de nº
1.458, de Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mo-
biliários S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)
Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.
Senadores.
Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.
O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Passemos ao próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o Requerimento nº 1.459, da Fundação Banco Central de Previdência Privada, Centrus.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.
Senadores.
Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu estou achando muito estranho Oposição e Governo votando juntos, mas, de qualquer maneira, “sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.
O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Passemos ao próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.460, GEAP – Fundação de Seguridade Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)
Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.461, Fundação dos Economistas
Federais, Funcef.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

COMISSÃO CORREIOS 01/12/05

Número da comissão: 661 Número da fita:

021

Taquígrafo: IOLANDA Arquivo : C:\TRABA-LHO\Ac661021.doc

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vinte votos também “sim”.

Aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.462, Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vinte votos “sim”.

Aprovado.

O próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O próximo é o Requerimento nº 1.463, Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o requerimento.

Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vinte e um votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 1.464, Sr. Presidente: Refer – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas?
O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado, 21 votos também.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.465, Postalis – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa)
Senador Aelton Freitas não está presente.
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
O requerimento está aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.466, Portus Instituto de Seguri-
dade Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento.
Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
O requerimento está aprovado.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.467, Prece Previdência Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa)

Não está presente o Senador Aelton.

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vinte votos.

Aprovado.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento 1.468, Serpros – Fundo Multipatrocinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Não está presente o Senador Aelton.
Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.469, Fundação Sistel de Segurança Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT– PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.470, da Nucleos – Instituto de Se-
guridade Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO Rands (PT– PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT– PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.471, da Roysters Serviços S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO Rands (PT– PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão. Deputado Inaldo.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
 Foi embora.
 Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos SIM.

Requerimento aprovado.
 Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento 1.472, de Renato Luciano Galli.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres.

- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Senador Sibá Machado.
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos SIM.
Aprovado.
Próximo.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.473, de José Roberto Funaro.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
- O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
- O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
- O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
- O SR. CARLOS WILLIAN** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
- O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
- O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
- O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
- O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
- O SR. INALDO LEITÃO** (PL – PB) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Como vota o Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado com vinte votos “sim”.
Vamos ao próximo.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.474, da REAL GRANDEZA Fundo de Previdência e Assistência Social.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr Deputado Jorge Bittar?
- O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
- O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrúbal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Como votado o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)

Como vota o Senador Aelton Freitas? Não está presente.

Como vota o Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento aprovado com vinte votos favoráveis. Vamos ao próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.475, da Quality CCTVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Requerimento aprovado com vinte votos “sim”.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.476, de Laeta S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?
O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

- O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)
Como votado o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”. Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.477, do Sr. Lúcio Bolonha Funnaro.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?
O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como votado o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral) – Como vota o Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Não está presente.
Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos Sim. Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.479, da Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Não está presente.
Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados.
Como vota o Sr Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?
O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”. Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, agora, iniciamos uma série de requerimentos de quebra de sigilos a pedido do Sub-relator José Eduardo Cardozo. Inicia-se pelo nº 1.437.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– São quantos requerimentos de quebra de sigilos, Relator Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Agora, em torno de vinte.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Peço a paciência. Estamos tendo uma reunião ex-

tremamente produtiva. Eu sei que já passou da hora do almoço, mas peço paciência a V. Ex^{as}.

O Senador Demóstenes Torres está muito angustiado, ali atrás, em função da hora do almoço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Não, Sr. Presidente. Já almocei. Vou explicar o porquê: uma discussão de cinquenta e dois minutos sobre nada ninguém agüenta. Imaginem quem está assistindo. Descadeirou geral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concordo com V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O primeiro, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.437, de transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Time Traveller Turismo e Empreendimentos LTDA.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– São requerimentos apresentados pelo Deputado José Eduardo Cardozo.

Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar? (Pausa.)

Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Tivemos dezenove votos “sim”. Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.438, Sr. Presidente. Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Requerimento anterior que número foi?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.437.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.438 em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Está faltando.
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados.
Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Tivemos dezenove votos favoráveis. O Requerimento foi aprovado. O próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.439. GPT Participações e Empreendimentos Comerciais Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado? (Pausa.)
Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Tivemos dezenove votos favoráveis. O requerimento foi aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.440, da Planave Navegação da Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.440.
Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aprovado por dezenove votos “sim”.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.441. Promodal Logística e Transportes Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.)

Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
- O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por 19 votos.
Próximo.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.442, da Promodal Transportes Aéreos Ltda.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.)
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
- O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
- O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
- O SR. CARLOS WILLIAN** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
- O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
- O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
- O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
- O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
- O SR. INALDO LEITÃO** (PL – PB) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
- O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 19 votos favoráveis, requerimento aprovado.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo. Requerimento nº 1.443, da Tecnocargo Transportes da Amazônia Ltda.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 1.443.
Senador Heráclito Fortes?
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 20 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.444, Tecnocargo Transportes Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? Faltando.

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 19 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– requerimento nº 1.445, Transmac Transporte Intermodal Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 20 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo. Requerimento nº 1.446, da Brazilian Express Transportes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.446. Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes? (Pausa.)
 Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?

- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Total de 19 votos “sim”. Requerimento aprovado.
 Próximo.
 O Dr. Rosinha já preencheu. Estamos com um titular e dois suplentes e nós estamos prestigiando o Deputado Dr. Rosinha e os nossos dois suplentes que estão aqui, sendo que um deles é o relator desses requerimentos. (Pausa.)
 Com o voto “sim” do Deputado Eduardo Paes, então são vinte votos. O requerimento está aprovado.
 Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.447, da Brazilian Express Logística e Transportes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação o Requerimento nº 1.447.
 Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente quem foi que disse que o Senado era o céu?
 Nós estamos trabalhando direto, sem comer e trabalhando intensivamente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Isso é bom meu caro, Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sei, mas me falaram que era o céu, uma tranquilidade.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas anjo não tem estomago.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto “sim”. Sr. Presidente,

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Depois que eu vim para cá acabou a tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sim, com louvor, do Senador Wellington Salgado. Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento aprovado por 20 votos. Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – **Requerimento nº 1.448, da Prologística Transportes e distribuição Ltda.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Por vinte votos, requerimento aprovado.
 Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.449, da Golden Hill Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação o Requerimento nº 1.449.
 Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
 Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.450, da Morato Leite – Empreendimentos e Participações Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação.
 Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Requerimento nº 1.451, da Syn da
Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo requerimento, Relator Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o Requerimento nº 1.452, Geolog Logística e Transportes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.453, da Pim Logística S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por vinte votos “sim”.
Com a palavra o relator Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, nós encerramos a série do Deputado José Eduardo Cardozo.
Agora, passarei a apresentar outros, pontualmente, e chamo a atenção para o fato de que são de interesse da investigação: o de nº 1.079, que trata da transferência de Ramon Guedes, pai de Glênio Sabbad Guedes.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu pediria ao Senador Demóstenes que nos desse o prazer da sua presença e da competência que lhe é peculiar.
Em votação o requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.079, que trata da transferência dos sigilos de Ramon Guedes.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –
Requerimento nº 1.080, de Glênio Sabbad Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento nº 1.080.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
–. Requerimento aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.096, de Fernando Leite de Gody.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento nº 1.096.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.097, da Interbrazil Seguros S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o de nº 1.097.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto? (Pausa.)
 Sim? Está dando entrevista? Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.126, da Orrini Administração de Documentos Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Requerimento nº 1.126. Em votação.
 Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado? (Pausa.)
 Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com o voto “sim” do Senador Siba Machado, são vinte votos favoráveis.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.127, da Expresso Postal Teng Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo: Requerimento nº 1.128, da JK Comercial e Serviços Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por vinte votos “sim”.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo: Requerimento nº 1.268, da Camptur Agência de Viagens e Turismo Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, peço licença
para fazer um salto à frente. Depois retornaremos na
seqüência.
Trata-se de dois requerimentos muito importantes,
de proposição da auditoria contratada, que são os de
nºs 1.428 e 1.429, relacionados a Rogério Lanza To-
lentino. Então, o próximo agora, antes que percamos o
quórum é o de nº 1.428, de Rogério Lanza Tolentino.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.428. Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

- O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Requerimento nº 1.429.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.429, da Rogério Lanza Tolentino e Associados Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Com a palavra o relator.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 1.269, de Brusa Turismo Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento 1.269.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Com a palavra o relator Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.270, de Carlos Alberto Quaglia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.270.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.271, da Global Trend LLC.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quantos faltam?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Faltam bastantes.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 1.271.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– requerimento nº 1.272, de Sérgio Guaraciaba Martins Reinas.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.272.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o de nº 1.273, de Jorge Gurgel Fernan-
des Neto.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o Requerimento nº 1.274, da Teletrust de Recebíveis S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.291, Turfa DTVM.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes? (Pausa.)
Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com dezenove votos “sim”, foi aprovado o requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.307, de Paulo Roberto Kress Moreira.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento 1.307.
Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, uma pergunta por curiosidade. O Senador Romeu Tuma é sempre chamado no Bloco do PT, ele está filiado e eu não fui avisado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Senador Romeu Tuma sempre está conosco em todos os desafios e em todos os trabalhos aqui desenvolvidos.

Continuando: Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento aprovado por dezenove votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O próximo, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.332, da Expresso Lucat Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.

Como vota o Senador Heráclito Fortes? (Pausa.)

César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo?

- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
- O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezoito votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Peço atenção do Plenário para o quórum.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.333, de Maria Lourdes Barros Proietti.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador César Borges?
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
- O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
- O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

- O SR. CARLOS WILLIAN** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto? (Pausa.)
Deputado Onyx Lorenzoni?
- O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
- O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
- O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo?
- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
- O SR. JAMIL MURAD** (PCdoB – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezoito votos “sim”.
Requerimento aprovado.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.334, da Skycargas Ltda.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador César Borges.
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira.
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)
 Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad. (Pausa.)
 Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Voltamos aos dezoito votos.
 Requerimento aprovado.
 Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.335, da Skyavionics Serviços Aeronáuticos Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Votação.
 Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)
 Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad.
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.336, da Confette Indústria e Comércio de Roupas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.337, Donna Dinha Casa de Massas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero registrar que esses requerimentos exóticos estão sendo apresentados pelo Sub-relator, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para esclarecimento, são todos relacionados à Sky e à investigação que está sendo procedida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É que o Deputado José Eduardo Cardozo tem convivido com muitos aviões ultimamente.

Em votação.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em homenagem ao Sub-relator José Eduardo Cardozo, votarei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad.
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu; Inaldo Leitão.
O Deputado Inaldo Leitão vota “sim”.
Dezenove votos “sim”.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.338, Ristorante Brerra Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota Deputado ACM Neto?
O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
Voltamos aos dezenove votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.339, Tecnelétrica da Amazônia
Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)
“Sim”, Senador Demóstenes Torres.
Como vota o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

- O SR. GERALDO THADEU** (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- São dezenove votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
- Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento de nº 911, Bônus Banval Empreendimentos S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Requerimento nº 911. Em votação.
Senador César Borges, como vota V. Ex^a?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Demóstenes Torres, como vota V. Ex^a? (Pausa.)
Senador Alvaro Dias, como vota V. Ex^a?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - São dezoito votos “sim”.
 O Requerimento foi aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 - Sr. Presidente, apenas para constar dos registros. No Requerimento n. 911 estão várias empresas. Acabamos de aprovar o Requerimento de nº 911, de que é objeto com a Bônus Banval Empreendimentos.
 Agora, é o Requerimento de n. 911-A, Bônus Banval Corretora de Câmbio Títulos e Valores Imobiliários Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador César Borges, como vota V. Ex^a?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador Demóstenes Torres; Senador Álvaro Dias; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado. (Pausa.)
 Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 – Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota O Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
 Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Foram dezoito votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 - O próximo é o Requerimento nº 911-B, Bônus Banval Participações Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 – Em votação.
 Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador Alvaro Dias, como vota V. Ex^a?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
São dezoito votos “sim”.
Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
- O próximo Requerimento é o de nº 912, BB/DTVM
– Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliárias S/A,
Subsidiária do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Álvaro Dias, como vota V. Ex^a?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a? (Pausa.)

Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Como vota V. Ex^a, Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sr. Presidente, perdoe-me. Mas eu queria saber por que são somente 2003, 2004, e 2005? Por que somente a partir de 2003?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) - Então, a Relatoria amplia para os últimos cinco anos.

O Requerimento de nº 912 amplia para os últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Está esclarecido?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – E fica assim para todos os outros?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Sim; para todas as outras quebras.

Continuando.

Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Com dezoito votos “sim”, o requerimento foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) –
Requerimento nº 555, Zilmar Fernandes da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Só um minuto.

Nós vamos colocar como limite 14h e 30min para o encerramento da reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Presidente, eu havia solicitado ao Relator a apreciação de um requerimento. Nós o votaríamos depois de todos. Trata-se do Requerimento nº 1.419.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Sr. Presidente, eu também tenho dois requerimentos que não

tratam de quebra de sigilo, mas eu havia combinado com o Relator, que concordou em apreciá-los.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Nós vamos votar até as 14h e 30min, quando irei encerrar a reunião. Aliás, diga-se de passagem, uma reunião extremamente produtiva da CPMI dos Correios.

Em votação o Requerimento nº 555. Transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira.

Em votação.

Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota O Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) –

Por dezoito votos “sim”, foi aprovado o requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Pre-

sidente, havia um acordo no sentido de que votaríamos todos os requerimentos de quebra de sigilo, todas as convocações, ficando por último, agora, antes de qualquer outra coisa, o Requerimento nº 1.419.

Trata-se de uma acareação que é necessária ser feita. Já ouvimos todas as pessoas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Se me permite a sugestão, poderia ser por votação simbólica. Temos alguns outros requerimentos aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim, mas eu gostaria que ela fosse feita.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Eu queria sugerir ao Presidente que, após os requerimentos de quebra de sigilo, nós apreciássemos, se houver, consenso, alguns outros requerimentos de convocação que ficaram faltando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Só quero reafirmar que às 14h e 30min eu encerrarei esta reunião impreterivelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Então vamos votar o de nº 1.419, como estava acordado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) –

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

– Sr. Presidente, vou prosseguir com as quebras de sigilo propostas pelo Sub-relator José Eduardo Cardozo.

Passamos ao Requerimento nº 1.340, transferência dos sigilos do Sr. João Marcos Pozzetti (Amazônia Shows).

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Em votação.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Maurício Rands

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Sr. Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Sr. José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator e o Sub-relator não se entendem aqui. É uma verdadeira batalha verbal aqui do meu lado.

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apesar de todo esse tropeço que enfrentamos com a abordagem contínua dos Parlamentares, acho que estamos conseguindo identificar aqueles que são os que o Plenário julga, porque são muitos os que ainda estão pendentes, os mais relevantes.

Vou apresentar agora o Requerimento nº 1.233, do Deputado Jamil Murad, que requisita da Procuradoria-Geral da República cópia de todos os procedimentos de investigações, inquéritos ou averiguações instauradas, inclusive com sigilo de dados que contiverem, destinados a investigar os fatos narrados no processo administrativo disciplinar.

Deputado Jamil Murad, sua sustentação. (Pausa.)

Esclareça para ver se há um acordo em relação a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Atenção! A reunião está caminhando muito bem; estamos aprovando requerimentos necessários. Todavia, começou a improvisação já. Estão aparecendo outros requerimentos, que não tinham sido discutidos, agora com defesa oral. Já começou a sair do trilho.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

No meu caso, não saiu do trilho. Sairia do trilho se não fossem colocados para votar esses requerimentos, porque discuti com o Relator sobre isso. São contratos de cooperação técnica com organismos internacionais, mas do Governo brasileiro, e que envolve um volume de R\$34 milhões entre o INSS e a UNESCO, e este Deputado quer que a CPI tenha acesso a esses dados da investigação administrativa que está sendo feita lá.

O Deputado Osmar Serraglio, com a sua responsabilidade, analisou e concordou com esse requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vamos votar esse para encaminharmos os outros.

(intervenções fora do microfone.)

O SR. SIBA MACHADO (PT – AC) – Só um instante. Tem esse aqui, esse são dois, e tem mais dois aqui. São quatro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, queria pedir a palavra para auxiliar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acredito no seguinte: vamos ter reuniões... Confesso a vocês que não vejo nenhuma razão para qualquer tipo de pressa em função desses novos requerimentos que estão sendo apresentados. A prioridade foi dada especificamente com relação à Sub-relatoria de contratos e à Sub-relatoria de fundos de pensão. Acho que esses outros temas podem seguramente ser votados na próxima semana, sem nenhuma prejudicialidade ao texto.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB) – Sr. Presidente, o meu é de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, quais as prioridades ajustadas com os Sub-relatores? Primeiro...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não sou a favor do 1.419. Não tem acordo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, as pessoas me passaram aqui...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, fica difícil organizar na medida em que cada um sugere uma coisa.

Alguns requerimentos dependem de votação nominal; outros não. E não consigo organizar. Por exemplo, a minha compreensão, a minha interpretação é de que o requerimento do Deputado Jamil Murad depende de votação nominal.

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* É, aqui pede transferência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, aí estão falando em votação simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Nós poderíamos combinar, Sr. Presidente, de votar os que não dependem...

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* Depois, votamos o dele e aprovamos o dele...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu queria só trazer aqui... Enquanto o Relator falava, Sr. Presidente, alguns Parlamentares foram trazendo essas questões para cá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O que eu estou achando curioso é que todos os Parlamentares estão aqui na Mesa Diretora. Daqui a pouco eu vou passar para lá e a turma fica aqui. Uma verdadeira loucura.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eu votei em V. Ex^a. O seu lugar é aí. O dos outros é aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em função do adiantado da hora e como nós tivemos uma reunião bastante produtiva, eu considero essa Reunião encerrada.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 51ª Reunião, realizada em 06/12/2005.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio e, logo as seguir, do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Siba Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Jefferson Peres, Heloisa Helena, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa e os Deputados Carlos Abicalil, Maurício Rands, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Silvio Torres, Antonio Carlos Pannunzio, Geraldo Thadeu e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à leitura do Relatório de Fundos de Pensão. Ato contínuo, o Deputado Carlos William 3737 faz o registro de diversas questões de ordem concernentes à aprovação das atas, distribuição de avulsos e disponibilização de requerimentos, todas elucidadas pelo Deputado Osmar Serraglio. Por conseguinte, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto inicia, em reunião aberta, a apresentação da primeira parte do Relatório da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão. A seguir, em reunião reservada, o Sub-Relator conclui a apresentação do Relatório e o Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, submete os seguintes requerimentos que foram aprovados em votação simbólica: Requerimento nº 1373, de autoria dos Dep. Osmar Serraglio, Dep. Gustavo Fruet, em que convocam o senhor CARLOS GODINHO, ex-superintendente do Banco Rural; Requerimento nº 1481, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca o senhor Lincoln Pereira

Frade; Requerimento nº 1482, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca a senhora REGIANE VENCIGUERI; Requerimento nº 1483, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca os senhores dos responsáveis pelas empresas: LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA – CGC-34.358.432/0001-90 e GROTTERRA COMUNICAÇÃO S/C LTDA – CGC-61.067.377/0003-14; Requerimento nº 1566, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca o senhor REGINALDO REGIS MENEZES FERNANDES; Requerimento nº 1567, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca o senhor CARLOS ALBERTO TAVEIRA CORTEZ; Requerimento nº 1568, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca o senhor FRANCISCO MARQUES CARIOCA; Requerimento nº 1569, de autoria do Dep. José Eduardo Cardozo, em que convoca o senhor EDER JOUBER RIBEIRO CABO VERDE, e incluindo na votação simbólica os requerimentos de nºs 286, 287, 288, 289, 294, 442, 472, 939, 1081, 1082, 1283, 1385, 1391, 1393, 1394, 1396, 1401, 1402, 1403, 1404, 1411, 1412, 1418, 1423, 1430, 1454. O Presidente inicia a votação nominal dos requerimentos de nºs 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1479, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1079, 1080, 1096, 1097, 1126, 1127, 1128, 1268, 1428, 1429, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1291, 1307, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 911, 911-a, 911-b, 912, 555, 1419, todos aprovados. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 50ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento de nº 3, de 2005-CN, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à discussão e votação dos relatórios de contratos, fontes financeiras e apreciação de requerimento.

Gostaria de informar às Sr^{as} e Srs. Senadores, às Sr^{as} e Srs. Deputados, que recebi, ontem, uma correspondência do Sr. Duda Mendonça, relativa a notícias veiculadas na imprensa. Eu disponibilizarei o documento a V. Ex^{as}, até porque ele é auto-explicativo. Pedirei para que cópias sejam distribuídas aos membros da Comissão.

Também gostaria de registrar que, para a próxima quarta-feira, sem entrar no mérito das programações ligadas às Sub-relatorias, teremos duas oitivas: do Sr. Carlos Godinho, ex-Banco Rural, e a oitiva do Sr. Henrique Pizzolato, no mesmo dia. O Sr. Carlos Godinho viria espontaneamente, mas, depois mudou de idéia; portanto, agora ele vai ser convocado. Nós, inclusive, preparamos um requerimento para que ele compareça na próxima semana aqui à CPMI dos Correios, na quarta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

Depois falarão os Deputado Maurício Rands e ACM Neto.

Mas gostaria que fizéssemos rapidamente isso, porque é fundamental, independentemente da questão dos relatórios, votarmos os requerimentos e, para isso e para que não tenhamos dificuldade no encaminhamento dos trabalhos da CPI, precisamos ter quórum, precisamos ter votos.

Então, com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, encareceria a atenção de todos, principalmente daqueles que talvez discordem de mim, para uma proposta e uma ponderação que vou fazer.

Sr. Presidente, é preocupante o malogro das últimas Comissões Parlamentares de Inquérito: um pouco mais distante no tempo, a do Banestado; mais recentemente, a do Mensalão; e, há dois dias, a CPI da Terra. Foram finais melancólicos que nos devem servir de alerta para que o mesmo não aconteça com esta.

Sr. Presidente é impossível pedir a parlamentares que sejam magistrado. Não somos; somos todos seres engajados, e isto influencia o nosso comportamento. É por isso que, à medida que possamos, Sr. Presidente, devemos evitar atritos maiores.

Sr. Presidente, é preciso, em política e na vida, ter duas coisas: *feeling* e senso de *timing*, como me dizia há pouco um colega. São essenciais essas duas coisas. Peço licença pelos anglicismo ao Deputado Aldo Rebelo, que não gosta de estrangeirismos.

Sr. Presidente, o que me preocupa? Resumirei, atendendo ao apelo de V. Ex^a. Em primeiro lugar, se os relatórios parciais estão sendo muito conflituosos, por que não deixarmos – essa não é uma idéia original, minha, parece que muitos pensam como eu – de votar os relatórios parciais? Ouviríamos e deixaríamos que o Relator os enfeixasse ou não em seu relatório, no todo ou em parte deles. Votaríamos tudo no bojo do relatório-geral, ao final. Esta é a proposta que faço.

Sr. Presidente, faço também uma ponderação. Por falar em *feeling*, tenho a sensação de que esta CPMI está nos cansando – refiro-me ao cansaço mental e emocional, não físico –, o que gera crescente desinteresse de parte da sociedade. Não creio que o prolongamento dos trabalhos leve a revelações muito importantes. É impossível pensar que vamos apurar tudo o que gostaríamos. A ponderação que faço, Sr. Presidente, é que não esperemos o prazo desta Comissão, mas que fixemos um calendário, de comum acordo, para abreviarmos, talvez para fevereiro ou janeiro, os nossos trabalhos. Se essa ponderação não for aceita, receio que esta Comissão vá num crescente desgaste, o que não interessa a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não entrarei na discussão aventada pelo Senador Jefferson Péres, porque, senão, passaremos a reunião toda discutindo procedimentos.

Quero apenas informar que, conforme havia prometido no início dos trabalhos da Sub-relatoria dos fundos de pensão, está mantida a nossa apresentação para o dia 6 de dezembro, próxima terça-feira.

Como sugeriu o Senador Jefferson Péres, hora nenhuma pensei em apresentar um relatório para submetê-lo à votação, e, sim, em fazer uma espécie de prestação de contas, o que pretendo fazer permanentemente até o desfecho dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, todo o Brasil acompanhou, nos últimos dias, o nosso esforço – digo nosso porque foi meu e de V. Ex^a – para tentar sensibilizar o Supremo Tribunal Federal no sentido de rever a posição adotada por alguns Ministros que concederam liminares em favor de fundos de pensão, de corretoras, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas que estão no centro da investigação da nossa Sub-relatoria. Compreendendo, Sr. Presidente, o entendimento do Supremo Tribunal Federal e respeitando os limites de atuação do Poder Judiciário brasileiro, depois de um debate com o Deputado Osmar Serraglio e com V. Ex^a, estou procurando ser muito cuidadoso e perfeccionista nos atos da nossa

CPMI, reapresentando alguns dos requerimentos aprovados na Sub-relatoria dos fundos de pensão. Esses requerimentos estão sendo apresentados com uma nova fundamentação, onde, desde logo, no primeiro parágrafo, friso que os requerimentos anteriores devem perder sua validade, portanto, não existirão mais nem no mundo jurídico-parlamentar da nossa Comissão de Inquérito, nem no mundo jurídico do Supremo Tribunal Federal. Com isso espero, Sr. Presidente, poder aprovar os requerimentos, dando assim perfeitas condições para que o nosso cronograma esteja mantido e para que a reunião do dia 6, na próxima terça-feira, possa acontecer normalmente.

Queria fazer um apelo a V. Ex^a, ao Deputado Osmar Serraglio e também a esta Comissão para que déssemos prioridade, na ordem de votação a esse requerimentos. Por quê? Porque queria fazer o apelo para darmos prioridade aos requerimentos relativos à Sub-relatoria dos Fundos de Pensão porque eles não são requerimentos novos; são requerimentos que foram preparados de forma diferente, trazem nova fundamentação, argumentam de forma mais completa e consistente. Pela urgência, pela premência que o tempo impõe, solicito, então, que eles fossem colocados prioritariamente no dia de hoje.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands e, depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni, com muitas reclamações do Deputado Eduardo Paes que, parece, não quer ouvir a voz do Parlamento, quer que a Mesa vote.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, colaborando para que nós possamos entrar na apreciação dos requerimentos, vou passar aqui às mãos do Relator, Deputado Osmar Serraglio, algumas considerações complementares ao Sub-relatório de Movimentação Financeira que já foi apresentado neste plenário.

Então, são considerações complementares que a bancada do Partido dos Trabalhadores passa às mãos do Deputado Osmar Serraglio, antes mesmo da definição, pela direção da CPMI e pelo Plenário, sobre se vamos proceder à votação ou não. Parece-me que a sugestão do Senador Jefferson Péres é muito lúcida e pode contribuir para o avanço dos trabalhos.

Já me antecipo e, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil e dos partidos que compõem a Base aliada, apresento aqui uma complementação de considerações ao Sub-relatório parcial de Movimentação Financeira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria fazer três considerações. A primeira delas: é claro e evidente que não temos mais as revelações bombásticas nem as teremos, a princípio. O que vivemos hoje é uma fase de consolidação de rastreamento e, acima de tudo, de esclarecimento. Tenho profundo respeito, admiração e procuro seguir o exemplo dado pelo Senador Jefferson Peres, mas, neste caso em particular, considero a possibilidade de a CPMI dos Correios aprofundar os seus trabalhos. A nossa equipe está amadurecida, experiente, e os resultados estão aparecendo de maneira lenta, mas consistente.

Cada vez mais, esta CPMI cumpre como seu dever para com a sociedade brasileira. Portanto, a meu ver, qualquer ato no sentido de reduzir o tempo disponível para o trabalho caminha na contramão do desejo da sociedade brasileira, que já não é mais do espetáculo midiático e que é, sim, da investigação profunda, séria, responsável, sob a liderança firme com que V. Ex^a tem conduzido esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo, para a reunião administrativa da próxima quinta-feira, dia 8, posterior a duas reuniões de grande importância, quais sejam, a apresentação do relatório inicial do Deputado ACM Neto, conjuntamente com a Assessoria e a Consultoria da Ernest Young, que vai trazer à luz, seguramente, revelações importantes a fazer; a reunião de quarta-feira, quando teremos, como V. Ex^a anunciou, dois depoimentos de grande relevância e de grande densidade para o esclarecimento do que investigamos, queria propor o seguinte: tenho em mão esse conjunto de papéis que trata de todos os requerimentos aprovados com respeito a oitivas. E penso que poderíamos reservar a quinta-feira da semana que vem para fazermos uma discussão sobre a condução e o agendamento dessas oitivas.

Segundo fato: creio que seria valioso se fazer uma rodada onde o Relator, os Sub-Relatores e os Parlamentares, a portas fechadas, fariam um cruzamento de informações, dados e questionamentos, porque há informações, por exemplo, que uma Bancada detém e que o outro Sub-Relator, não. Penso que seria uma oportunidade importante para que recuperássemos algumas rotas e consolidasse alguns caminhos de investigação, e esse entendimento contribuiria enormemente para a construção do relatório final.

Por fim, quero reafirmar, Sr. Presidente – e eu pediria trinta segundos de atenção de todos –, que esta CPI precisa caminhar na direção de ter uma agenda

propositiva. Não basta apenas, Sr. Presidente, a investigação profunda, o esclarecimento daquilo que estiver ao nosso alcance. Precisamos estabelecer um marco, e, aí, Senador Jefferson Péres, creio que o tempo nos ajudaria a estabelecer um conjunto de normas, não apenas legislativas, mas também uma análise das estruturas de que, hoje, o Estado brasileiro dispõe – o Tribunal de Contas, a CGU, o Coaf, a própria Polícia Federal, a própria Receita –, ou seja, o aperfeiçoamento e o pareamento das estruturas nacionais com as experiências latino-americanas e de outros países no combate e no enfrentamento à corrupção.

Penso que, então, Senador Jefferson Péres, daríamos a resposta que V. Ex^a corretamente questiona e nos desafia a dar, qual seja, a de poder oferecer ao Brasil um portfólio de atitudes, do ponto de vista legislativo, que possa garantir minimamente ao cidadão eleitor brasileiro que qualquer Governo, no futuro, terá menos condição de ter problema do que teve este e tiveram os anteriores. Penso que esse é um desafio que está sobre nossos ombros. E quero lembrar, Sr. Presidente, a necessidade de que possamos responder positivamente ao anseio da sociedade brasileira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

O Deputado José Eduardo Cardozo pediu a palavra, como também o Deputado Gustavo Fruet. Antes de começar a votação dos requerimentos ou dos relatórios parciais, eu gostaria de ouvi-los para, só então, darmos continuidade aos trabalhos, uma vez que já estamos com quórum suficiente para aprovar os requerimentos e, rapidamente, fazer uma reunião bem objetiva hoje.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, conversei, ao longo desses dias, prolongadamente com o Deputado Gustavo Fruet, Sub-Relator desta Comissão, e, após uma avaliação comum, tivemos uma compreensão que gostaríamos de apresentar a V. Ex^a e aos demais Parlamentares que integram esta Comissão.

Não temos nenhuma dúvida de que a iniciativa do Sr. Relator e de V. Ex^a, no que se refere à apresentação de relatórios parciais, foi uma iniciativa saudável e que, obviamente, rendeu frutos imediatos a esta Comissão, na medida em que, voltados à confecção deste trabalho, tivemos de aprofundar, ao longo dos últimos dias, uma sistematização de dados e de reflexão que, penso, foi de grande valia para as investigações desta Comissão.

O objetivo maior desses relatórios parciais era exatamente consolidar uma etapa da investigação, seja da Sub-Relatoria do Deputado Gustavo Fruet, seja da nossa Sub-Relatoria. E, a partir daí, então, submetê-lo à Comissão e, obviamente, termos a aprovação desses relatórios sem prejuízo das investigações que se fariam **a posteriori**.

No entanto, Sr. Presidente, em que pese, acredito eu, o êxito dessa sistematização, por razões naturais da vida política por que passamos, pelas turbulências que passamos, esses relatórios acabaram virando um foco de disputa que, evidentemente, precisa ser contornado.

O objetivo maior desta CPI é a investigação. O relatório parcial é uma etapa de um processo. Colocar a etapa adiante do fim seria um equívoco. Tanto eu quanto o Deputado Gustavo Fruet avaliamos que uma eventual insistência em submeter à discussão esses relatórios, pelas polêmicas que suscitam – polêmicas, aliás, que poderão ser desfeitas pelo prosseguimento das investigações –, acabaria por dar mais tempo a uma discussão parcial do que o tempo que nós efetivamente precisamos para chegar ao final dos trabalhos.

Assim, nessa linha, Sr. Presidente, tanto eu quanto o Deputado Gustavo Fruet tomamos a liberdade de sugerir a V. Ex^a, ao Relator e aos demais Parlamentares que, ao invés de nos alongarmos na discussão daquilo que é parcial, tomando o tempo rico das investigações em algo que obviamente neste momento seria um obstáculo ao entendimento, propomos que esses relatórios parciais – o Deputado Gustavo Fruet falará logo após, creio que corroborando essa idéia – sejam tomados como relatórios administrativos, ou, como prefere o nosso ilustre Relator, relatórios gerenciais. Eles seriam uma peça de contribuição dos Srs. Sub-Relatores à investigação e serão integrados, no futuro, ao relatório do Deputado Osmar Serraglio. Essas peças, portanto, seriam tidas neste instante como referências e, posteriormente, absorvidas pelo relatório final. No momento do relatório final é que teremos a oportunidade de debater, em caráter definitivo, as versões e avaliações, superando, inclusive, eventuais controvérsias que, embora ainda se ponham neste momento, o andamento das investigações poderá naturalmente eliminar.

Proponho a V. Ex^a, ao Sr. Relator e aos Srs. Parlamentares, sem prejuízo da fala posterior do Deputado Gustavo Fruet, que nós, ao invés de votarmos os relatórios parciais das Sub-relatoria de Contratos e de Movimentação Financeira, passemos a considerá-los como relatórios administrativos ou gerenciais na linha de servirem de ponto de apoio para as investigações que daqui prosseguirão e também como ponto de

apoio do relatório final a ser apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio.

Esta, a proposta que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral-PT-MS)

– Obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, na mesma linha do Deputado José Eduardo Cardozo, quando se levantou a idéia do relatório parcial, o objetivo foi contribuir para compartilhar o avanço nas investigações. A CPI abriu uma série de frentes de investigação. Nem todas elas estão no mesmo nível, no mesmo grau de simultaneidade. Isso significa que à medida que essas investigações forem sendo concluídas, a idéia era permitir o compartilhamento com os Parlamentares e também a divulgação para aquelas pessoas, para aqueles setores que estão acompanhando a CPMI e podem contribuir com os trabalhos.

Quando se definiu especificamente esse primeiro relatório parcial, o objetivo foi analisar o período da movimentação financeira de 2003 a 2005, envolvendo operações do Marcos Valério com o Delúbio Soares. Por que demorou essa investigação? Porque tivemos dificuldade e demora no acesso aos dados e, depois de conseguidos os dados, a complexidade da movimentação financeira e da contabilidade das empresas do Marcos Valério dificultou uma resposta mais imediata, o que levou aproximadamente trinta dias. Falo isso em respeito à isenção do trabalho dos consultores que ajudam a investigação desta CPMI. Tanto é – e aqui recorro ao Relator Osmar Serraglio – que nesse primeiro relatório poder-se-ia avançar inclusive com outras informações, mas, para se ter um foco muito específico, concentrou-se na análise desse período, particularmente nas operações entre o Sr. Marcos Valério e o Delúbio Soares.

Essa informação e essa afirmação são necessárias porque se chegou a falar que não se comentou sobre mensalão, chegou-se a falar que isso não significava responsabilidade ou seria uma forma de não constatar a responsabilidade de algumas pessoas ou de alguns setores que ainda estão sob investigação. Assim, em vez de ser um ponto positivo e a favor da CPMI, acabou gerando um ponto de discórdia. O pior que pode acontecer é a disputa política se transformar na retórica da intransigência. Nós queremos contribuir. Essa conversa que foi feita, sob a coordenação do Deputado Osmar Serraglio, com o Deputado José Eduardo Cardozo, outros Parlamentares e com o Presidente Delcídio foi no sentido justamente de deixar claro que não vamos entrar no jogo que pode permitir a inviabilização da CPMI. Não se trata de um jogo de

compensação; trata-se de um critério de investigação, tanto que não se questionou o conteúdo do relatório.

O relatório, que é composto por seis capítulos, o questionamento se deu na introdução, em alguns conceitos da conclusão, e se dá, fundamentalmente, na não inclusão de determinadas frentes de investigação que ainda não estão concluídas.

Então, até para demonstrar que não há essa intransigência, lembro que o Deputado José Eduardo Cardozo, na última reunião, apresentou algumas sugestões em nome da Bancada do PT. Incorporei-as todas com relação a alguns adjetivos e a alguns conceitos que neste momento implicam uma discussão que vai se estabelecer no embate dentro ou fora da CPMI, como, por exemplo, uma expressão que foi incluída, de que se tratava de um “projeto hegemônico”. Porém, para evitar que esses pontos conceituais inviabilizem o avanço da investigação, incorporei.

Poderíamos até adotar uma atitude extrema, qual seja, a de retirar essa introdução, ficando resguardada para o trabalho do relatório final, mas, de qualquer maneira, apresentei ao Relator não só as sugestões apresentadas pela Bancada do PT, como também uma análise da fase de investigação com relação ao PSDB em Minas, em 98, com relação aos depoimentos dos tesoureiros, referentes às eleições nacional e estaduais de 2002 e referentes às eleições municipais de 2004, porque a idéia não foi discutir especificamente o relatório, mas o que nele não estava incluído. E aí deixa de ser um relatório parcial, porque se pretende a ampliação do relatório.

Contudo, para evitar essa discussão, destacando que são diversos os fatos objetos desse inquérito e desta Comissão, podemos, a cada passo, em separado, tratar de cada um deles, podendo fazê-lo antes mesmo do final da investigação dos demais fatos. Porém, trata-se de uma recomendação para um relatório mais abrangente por parte do relator – e é bom destacar que não há relatório do sub-relator, é o relatório do relator – ou para o balizamento das conclusões finais do relatório final a ser apresentado. Mesmo porque, se enviado à Mesa, só teremos eficácia jurídica com a conclusão do Relator, que poderá ou não incorporar as sugestões que estão sendo apresentadas.

Então, de forma muito objetiva, desse relatório parcial, incorporamos as sugestões apresentadas para mostrar que não há intransigência, isso já está nas mãos do Sr. Relator; incluímos a entrevista dada pelo Sr. Carlos Godinho à revista **Época**, porque foi um fato superveniente à apresentação do relatório e, portanto, tempestivo; incluímos o depoimento prestado pelo contador do Sr. Marcos Valério, Marco Prata, à Polícia Federal, por ser um fato superveniente à apresenta-

ção do relatório, e, portanto, tempestivo; da mesma forma, incluímos uma correspondência encaminhada pela Visanet com relação ao papel da empresa na sua relação com o Banco do Brasil. Estou apresentando hoje ao Relator não só as consolidações, mas todos os anexos, reafirmando que não houve questionamento com relação à análise técnica e aos anexos apresentados no relatório e aos itens 2, 3, 4 e 5, e, reitero e reafirmo, para não colocar sob dúvida ou suspeição o trabalho da Consultoria da CPMI.

Então, para deixar claro, Sr. Presidente, primeiramente, não houve intenção de excluir quem quer que seja, por não se tratar de um jogo de compensação. O foco foi 2003 e 2005. Em segundo lugar, todas as sugestões estão sendo incorporadas para constarem num relatório mais abrangente, no relatório final; em terceiro lugar – e já vinha falando isso em público e o reafirmo, como já havia conversado inclusive com o Deputado Eduardo Paes, que é o nosso representante do PSDB, bem como com o Presidente e com o Relator –, para evitar, Senador Jefferson Péres, que se transforme os relatórios parciais numa disputa que caia na retórica da intransigência, a idéia é continuar na sua divulgação como contribuição, mas tanto eu como o Deputado José Eduardo Cardozo não vamos cair na armadilha da disputa política que acabe, no mau sentido, prejudicando o avanço das investigações.

Então, são esses os esclarecimentos, deixando claro que está aqui, em CD, todo o relatório parcial com todos os seus anexos. O nosso objetivo é contribuir com o Presidente, contribuir com o Relator, para que a CPI chegue ao relatório final, possa votá-lo e possa tirar conclusões, que é o que todos nós queremos sinalizar neste momento, que é o objetivo desta Comissão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senhor me permitiria a palavra por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque, realmente, fiquei preocupado quando a imprensa divulgou essa discussão de relatórios das sub-relatorias. Os designados por V. Ex^a para presidir essas sub-relatorias são da mais alta qualidade na especialidade em que estão trabalhando. É claro que o principal é o Relator; ele é quem define o que deve ou não ser incluído. Quando se faz um relatório preliminar de investigação, muitas vezes se tem que omitir fatos para dar continuidade à investigação, para que ela possa chegar ao sucesso definido no relatório final.

Queria cumprimentar V. Ex^a, Deputado Osmar Serraglio, e os demais Sub-relatores por essa integra-

ção, porque o objetivo é o relatório final, ao qual essa parcela de investigação qualifica.

Pedindo desculpas por intervir, queria dizer que V. Ex^a dirige com sabedoria, e os Sub-relatores têm todo o apoio nessa parte da investigação, pela qualidade com que vem desenvolvendo seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu gostaria, então, de perguntar ao Plenário se todos estão de acordo com as sugestões apresentadas no sentido de que esses relatórios parciais sirvam de subsídios para o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o Senador Jefferson Peres, bem como os Deputados José Eduardo Cardozo, Gustavo Fruet e Antonio Carlos Magalhães Neto fizeram suas ponderações com muita consistência.

Concordo plenamente com toda essa situação, inclusive com a Sub-relatoria do IRB, porque esta foi criada por meio de um acordo entre o Presidente do Senado e os Líderes partidários de toda a Casa para que não houvesse a CPMI do IRB, sendo ela encampada pela CPMI dos Correios, onde seria criada uma Sub-relatoria. Quando esta Sub-relatoria foi lida no plenário do Congresso Nacional pelo Presidente Renan Calheiros, S. Ex^a disse desse entendimento. Então, ela foi um pouco além de apenas um ato administrativo de V. Ex^a e também do entendimento do Relator Osmar Serraglio.

Mas, mesmo diante disso, o objetivo de todos os Deputados e Senadores nesta Comissão é apurar os fatos ilícitos e, em momento nenhum, criar dificuldades à Mesa e nem confrontos políticos.

Mesmo tendo o entendimento jurídico de que subcomissão, como o próprio nome diz, está subordinada a uma comissão, ou seja, as Sub-relatorias estão subordinadas ao Deputado Osmar Serraglio. Num primeiro momento, V. Ex^a deu um deferimento especial aos Sub-relator nas áreas administrativas para que o processo pudesse avançar, o que realmente aconteceu. Agora, estamos num momento de consolidação de todas as matérias, dos depoimentos, dos documentos que foram trazidos a esta CPMI, que, na verdade, é o momento correto de começarmos a canalizar todas essas informações ao Relator, que é o responsável, é quem responde pelo relatório final, assim como V. Ex^a também responde pela Presidência desta Comissão.

Mesmo diante desse dispositivo administrativo, regimental, que foi criado, gostaria de dizer a V. Ex^a que esta Sub-relatoria, em momento algum, vai criar obstáculos e concorda perfeitamente com todos os outros Sub-relatores, a quem venho me somar dentro dessa mesma idéia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Carlos Willian.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Gostaria de abreviar essa primeira parte da reunião, porque temos requerimentos e precisamos de quórum para votá-los. Por isso peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam aqui no plenário, uma vez que é fundamental a votação de alguns requerimentos, fruto das investigações que estão sendo promovidas por esta CPI dos Correios.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apenas para ratificar esse entendimento e dizer que passamos ontem e anteontem refletindo sobre isso. No momento em que criamos as sub-relatorias, evidentemente o fizemos como método de trabalho que contribuísse e não para que criasse internamente, antecipadamente, algum desencontro em relação a certas concepções.

Como temos Sub-relatores conscientes e responsáveis, que nos orgulham nessa contribuição, não tivemos dificuldade também de transitar com essa idéia, que agora vem reafirmada, inclusive com a respeitável manifestação do Senador Jefferson Péres.

Quero dizer também que recebi um telefonema – e ela não se encontra presente – da Senadora Heloísa Helena, que está em Maceió, também sugerindo exatamente isso que estamos aqui agora consolidando e confirmando, que é no sentido de que recolhamos essas contribuições todas como sugestões e que posamos, mais à frente, então, quando apresentarmos o relatório final, aí sim, consolidarmos aquilo que se entende como sendo a concepção que dependa de afirmação ou não através do voto do Plenário.

De forma, Sr. Presidente, que quero compartilhar dessa proposta, dizer que ela é efetivamente a demonstração cabal da seriedade com que os integrantes desta Comissão participam dessa investigação, que tem, sob os olhos da Nação, uma incumbência muito séria de traduzir aquilo que temos como objeto, que é apresentar os meandros dos contratos, dos atos, enfim, a conduta dos nossos administradores.

Sr. Presidente, esta Relatoria subscreve a proposta reafirmada pelos Sub-relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os sub-relatórios serão encaminhados ao Relator, Senador Osmar Serraglio.

E gostaria de fazer um registro, até em função das ponderações que vários Parlamentares aqui fizeram, em função das palavras do Senador Jefferson Péres: essa foi uma decisão sábia. Temos que ter muita cautela, temos que ter cuidados especiais para que efetivamente a CPI dos Correios apresente resultados, não só, como foi dito aqui, no que se refere às irregularidades, à responsabilização daqueles que deram causa a essas irregularidades, mas, acima de tudo, com novas propostas, com sugestões na área financeira, na área ligada à lavagem de dinheiro, na área ligada ao Instituto de Resseguros do Brasil, uma série de propostas que surgiriam da CPI dos Correios na forma de projetos de lei.

Com isso, efetivamente teremos todas as condições de apresentar os resultados que a sociedade brasileira espera de todos nós.

Portanto, temos que ter muita cautela. Como disse o Senador Jefferson Péres, tivemos aí alguns acontecimentos, nos últimos dias e alguns meses atrás, pelos quais determinadas CPIs, que tinham tudo para trazer bons resultados, acabaram se perdendo. E temos que tomar muito cuidado, porque uma CPI é um foco natural do debate político. Temos que nos concentrar efetivamente na investigação e nos resultados. E esses procedimentos já estão absolutamente amadurecidos nos corações e mentes dos Parlamentares da CPI dos Correios, inclusive tendo em vista a contratação de auditorias para respaldar ainda mais o trabalho a ser desenvolvido por todos nós.

Portanto, o encaminhamento dado foi uma decisão sábia, uma decisão importante, uma decisão moderada e cuidadosa, mostrando a responsabilidade que todos nós temos.

Então, quero agradecer a todos os Parlamentares, quero agradecer aos Sub-relatores que aqui se posicionaram, e não só aos diretamente envolvidos, mas também ao Deputado Carlos Willian e ao próprio posicionamento do Relator Osmar Serraglio, para que possamos dar seqüência aos nossos trabalhos e apresentemos os resultados devidos.

Quero aqui também registrar que a CPMI foi prorrogada até abril; porém, evidentemente – e vamos conversar, como sempre tenho insistido nisso –, em função do andamento dos trabalhos da Sub-relatorias, nós precisamos fazer um acompanhamento **pari passu** a fim de verificar, dentro do tempo e dentro das con-

clusões dos trabalhos, até quando nós levaríamos esta CPI. Se eventualmente nós pudermos trabalhar com prazos menores, se tudo indicar que é absolutamente possível e razoável se fazer isso, nós vamos trabalhar nesse sentido também.

Então, com essa primeira parte da nossa reunião já concluída, eu vou passar para...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Só uma informação relevante. Eu acho que a CPI precisa ter ciência disso, até pela gravidade da circunstância e para os nossos trabalhos futuros.

Houve uma liminar, concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que afeta não só o objeto específico dessa liminar como também os trabalhos futuros. É um mandado de segurança que foi impetrado pela empresa Skymaster Airlines Ltda. em que ela pede a não divulgação de dados relativos à quebra do sigilo bancário e fiscal nos *sites* eletrônicos em que estavam sendo divulgados, por esta Comissão, por meio do Relatório parcial, do qual eu fui Sub-relator.

O que causa espécie, Sr. Presidente, é que efetivamente nesses *sites* não estavam sendo divulgados os dados do sigilo bancário, mas os Relatórios onde, claro, há menção a esses dados.

Dessa liminar, portanto, Sr. Presidente – e eu há pouco conversava com o Deputado Gustavo Fruet –, surgiu uma dúvida: será que os relatórios que invocam dados não poderão ser divulgados? Isso seria o mesmo que dizer que um acórdão judicial que apreciou uma questão onde houve uma quebra de sigilo não poderia ser publicado na imprensa oficial.

Temo, Sr. Presidente, que S. Ex^a o Ministro Marco Aurélio Mello possa, não estou afirmando isso, possa ter sido induzido a erro. Por quê? Porque, vendo o que consta aqui do Relatório, recolho que S. Ex^a afirma o seguinte: “os impetrantes insurgem-se contra a divulgação de dados relativos à quebra dos sigilos bancários”. Ninguém divulgou nos *sites* os dados. O Relatório é que foi divulgado.

Então, se V. Ex^a assim me permitir, eu acho que V. Ex^a, como autoridade impetrada neste caso, deveria tomar as medidas judiciais cabíveis para explicação do que foi divulgado, revisão e esclarecimento, sob pena de, no futuro, nós não podermos mais divulgar os relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que seria um absoluto contra-senso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardozo.

Eu gostaria de registrar que já foi encaminhada ao Dr. Shalom Granado, da Advocacia do Senado, solicitação no sentido de que apresentemos, no menor espaço de tempo possível, a resposta a essa liminar.

Quero registrar que algumas decisões tomadas na reunião de hoje são exatamente no sentido de melhor esclarecer os requerimentos apresentados e, conseqüentemente, evitar que essa liminares venham a ser obtidas, e conseqüentemente, prejudiquem o bom andamento dos trabalhos da CPI dos Correios.

Nós passamos agora à fase de aprovação dos requerimentos.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, faço um apelo para que todos permaneçam até o fim da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É, eu já pedi. Pedi às Bancadas que se mobilizem sob risco de eu ter que trancar a porta para ninguém sair.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de, junto com os Sub-relatores e os representantes dos Partidos, discutir uma forma de enxugar essa lista de requerimento em virtude de que muitas coisas que ali estão pretendidas já serem ultrapassadas. Aí, para me valer das expressões do eminente Senador Jefferson Péres, o *timing* de muitos desses requerimentos já se foi, e o *feeling* é de que não há mais por que prosseguirmos nessa linha de busca.

Dessa forma, eu vou anunciar uma série – e quero chamar atenção para o fato de que são muitos. Como sempre temos procedido, daremos um prazo – é uma exclusão momentânea que nós estamos fazendo desta lista – e, mediante qualquer solicitação, nós, imediatamente, retomaremos esses requerimentos e voltaremos a inseri-los. Então, é uma proposta de prejudicialidade ante as linhas de investigações. Nós estamos arquivando provisoriamente e, em cinco dias, se não houver nenhuma manifestação em contrário, eles serão efetivamente arquivados.

Repito que são muitos. Começarei a anunciar, mas volto a dizer que não se trata de uma proposição apenas deste Parlamentar, o Relator. Nós já tivemos a oportunidade de discutir mas continuamos abertos à considerações.

Para arquivamento: Requerimentos nºs 7, 8, 85, 100, 160, 169, 171, 176, 195, 213, 235, 250, 253, 279, 284, 297, 334, 345, 358, 360, 362, 382, 383, 392, 399, 400, 421, 440... O nº 421 eu tenho aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É porque na lista que nós temos, esse requerimento está

como parcialmente atendido. Devem ter tirado porque já está atendido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Eduardo Paes, pelo esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por sinal, quero acrescentar a essa informação que o Relator-Adjunto nos auxiliou nesse expurgo.

Continuo: Requerimentos nºs 440, 456, 457, 488, 511, 539, 547, 554, 556, 557, 565, 567, 574, 575, 612, 615...

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* O de nº 615 também já está.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já está também? Tudo bem. Requerimento nº 620... (Pausa.)

Também não? Tudo bem. É que eu estou com a lista inicial em que fizemos a análise.

Continuo: nºs. 626, 692, 693, 705, 707, 716, 717, 720, 722, 723, 728, 729, 730, 731, 732, 733 – é uma série – 734, 735, 736. Pendente o de nº 737, não. E, depois, prossigo: nºs 738, 739, 740, 741, 742, 758, 768, 770, 796, 799, 801, 809, 814...

Tudo bem; estava parcialmente atendido.

Continuo: nºs 815, 825, 837, 838, 846, 847, 870, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 897, 898, 900, 903, 904, 905, 906, 907, 909, 914, 923, 933, 934, 935, 938, 941, 984, 1.000, 1.012, 1.013, 1.016, 1.019, 1.063, 1.064, 1.068, 1.074, 1.076, 1.083, 1.084, 1.086, 1.088, 1.108, 1.110, 1.112, 1.113, 1.114, 1.115, 1.116, 1.117, 1.118, 1.119, 1.120, 1.235, 1.236, 1.237, 1.238, 1.239, 1.240, 1.277, 1.281, 1.282, 1.284, 1.285, 1.293, 1.294, 1.295, 1.296, 1.297, 1.298, 1.299, 1.300, 1.308, 1.309, 1.310, 1.311, 1.312, 1.313, 1.1314, 1.315, 1.316, 1.317, 1.318, 1.319, 1.320, 1.321, 1.322, 1.323, 1.324, 1.325, 1.366, 1.367, 1.375, 1.378, 1.379, 1.380, 1.381, 1.382, 1.383, 1.384, 1.392, 1.400.

Esses números anunciados poderão ser revistos se assim for solicitado e fundamentada a razão de ser em relação ao que estamos investigando. Nós estamos falando em conclusão de CPMI e precisamos afunilar o leque enorme de proposições que temos em relação à frentes que a rigor não nos pertencem.

Sr. Presidente, esta, a primeira proposta que submeto a votação simbólica do Plenário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o nº 894 é um requerimento do Deputado Murilo Zauith, de quem não tenho autorização para retirar, a não ser que o Sr. Relator fale com S. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Toda essa listagem está em aberto. Basta que o Deputado, conforme anunciei, se pretender a retoma-

da, confirme a sua intenção que eu restauro imediatamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pode ser mantido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estamos sugerindo a retirada, Deputado Onyx, agora dentro do prazo de cinco dias, qualquer Parlamentar que entender que o seu requerimento deva ser reincluído, por favor, estamos absolutamente à disposição.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O de nº 1.084 eu requeiro a reinclusão. É de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O de nº 1.084 permanece.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

A proposta do Relator está aprovada.

Reafirmo que não podemos ter uma porção de requerimentos que, em função da investigação ou em função até do andar da carruagem, continuem vigendo.

Passamos agora aos requerimentos relativos à quebra de sigilos.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

Seria importante priorizar tudo aquilo que diz respeito a quebra de sigilo em função da votação nominal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria antes de fazer uma ponderação: poderíamos passar aos requerimentos de convocação, cuja votação também é simbólica e é muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sim; isso é importante.

Votação simbólica dos requerimentos que serão lidos pelo Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Votação simbólica para os nºs 286, do Senador Alvaro Dias... Lerei apenas os números: 287, 288, 289, 294, 442, 472, 939, 967, 1.032...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nesta lista, não há. Só estou querendo saber do que se trata.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu anuncio. O 967 é da Senadora Ideli Salvatti, que solicita cópia...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Na sua pasta, não há. Na do Senador César Borges, há o 967.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esclareça, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da Senadora Ideli Salvatti, que requisita cópia de um processo junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Esclareço que nós já havíamos colocado esse

requerimento em votação. A Senadora imaginou que ele tivesse sido votado. Na verdade, não havia sido e, por isso, parece que ele está sendo retomado.

Enquanto isso, solicito à Assessoria o Requerimento nº 967, da Fundacentro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, solicito apenas um esclarecimento porque não está na relação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na que foi distribuída hoje, está. Se houver alguma dúvida, retiro-o imediatamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Apenas um esclarecimento: se de fato for, não há problema algum. O fato é que, se olharmos, havia uma série de outros processos da 1ª Região também solicitados aqui na lista. Não podemos ter essa convicção para afirmar. Poderíamos pegar uma cópia do requerimento e checá-la para que, se for de fato, o votemos sem o menor problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Suspendo novamente o Requerimento nº 967.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está suspenso o Requerimento nº 967.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimentos nºs 1.081, 1.082, 1.283, 1.376, 1.377, 1.385...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para que eu possa entender, a que linha de investigação se refere o Requerimento nº 1.376?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do Deputado José Eduardo Cardozo, no que diz respeito a franquias e todo esse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Transporte aéreo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Requerimentos nºs 1.376 e 1.377.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Carga. Está relacionado a...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Abraec.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas qual é o sentido da convocação? A título de quê?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há uma discussão entre monopólio de carta e uma série de documentos onde se discute, inclusive no Supremo, se há ou não o monopólio, e as franquias permitiram aos Correios tomar uma parte desse mercado dessas instituições. Então, a idéia é discutir para poder conhecer o outro lado, só isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas eu pergunto se isso tem a ver com a linha investigativa nossa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Deputado José Eduardo Cardozo está fazendo isso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, eu considero uma discussão relevante a ser feita pelo Congresso Nacional, mas eu pergunto se isso é...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Da mesma maneira como foi tratada a questão no Tribunal Regional Federal, fica sobrestado esse requerimento.

Vamos em frente, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, o de nº 1.376 sobrestado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito autoritário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem é autoritário?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos em frente, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prosseguindo: nº 1.377...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, o nº 1.377 pela mesma razão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É a mesma coisa.

Continuo: nºs 1.385, 1.391, 1.393, 1.394, 1.396, 1.401, 1.402, 1.403, 1.404, 1.411, 1.412, 1.418, 1.423 e 1.430.

Vamos, agora, à última lista que foi distribuída agora há pouco: nºs 1.454...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não tem, não tem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É uma lista que agora há pouco foi distribuída. (Pausa.)

Então, informo quem é: o de nº 1.454 é o diretor de operações internacionais do Banco Rural, José Roberto Salgado – é a oitiva do Diretor do Banco Rural.

Sr. Presidente, os de votação simbólica são os que acabei de anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com os requerimentos lidos, à exceção daqueles que foram sobrestados, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovados.

Deputado Osmar Serraglio com a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, passo agora a atender as coisas que são de maior urgência, o que, neste caso, de certo modo, é a reafirmação dos requerimentos que já foram

aprovados e que, por demandarem uma fundamentação mais consolidada, mais aprofundada, partem do eminente Sub-relator, Deputado ACM Neto.

Nós temos muitas quebras ou transferências de sigilo. Eu vou focar aquelas que são mais urgentes e, depois, irei regredindo na medida em que tenhamos quórum para votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós já temos quórum, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu só queria sugerir, Deputado Osmar, que o Senador...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é nesse sentido que estou dizendo. É que nós temos mais de 50 quebras e eu imagino que mantemos esse quórum também depois daqueles relacionados ao eminente Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – A sugestão, Sr. Deputado Relator, é que o Presidente dê o mesmo procedimento que o Deputado Asdrubal inaugurou e que realmente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais produtiva e mais rápida, mais ágil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – (...) foi extremamente eficaz.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presiden-

te, sem querer entrar no mérito de quaisquer das propostas de quebra de sigilo, eu quero propor que nós possamos ler, um a um, os requerimentos, entender as razões dessas quebras de sigilo. Considero preocupante que saíamos quebrando sigilos no atacado, sem que se tenha consciência do significado de cada uma dessas quebras de sigilo para a linha de investigação que estamos fazendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr.

Presidente, permita-me.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tento funda-

mentar as razões de minha colocação.

Sigilo bancário é um direito constitucional, é um direito da cidadania que só pode e só deve ser quebrado em razão de uma linha de investigação, ou seja, de fundamentação claramente estabelecida. É nesse sentido que proponho a V. Ex^a, ao Sr. Relator, enfim, a quaisquer dos membros da Mesa, que nos esclareça cada uma dessas quebras de sigilo, sem prejuízo de que, depois de esclarecido, possamos votar os requerimentos com agilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria prestar um escla-

recimento ao Deputado Bittar de pelo menos uma parte das quebras de sigilo que estão sendo propostas.

Numa reunião do mês de outubro, uma das nossas reuniões administrativas, apresentei 65 requerimentos de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Alguns deles, num primeiro momento, talvez até por uma inexperiência circunstancial, não vieram acompanhados dos seus respectivos fundamentos, ou seja, das justificativas que davam consistência à solicitação.

O que fizemos para atender a um pleito que entendo justo do Supremo Tribunal Federal? Apenas anexamos tudo aquilo que dava consistência à quebra para tornar público. É claro que documentos sigilosos não estão inclusos.

No entanto, cada um desses requerimentos tem, em média, sete páginas de fundamentação. Eu só queria alertar: são em média 7 páginas para esgotar qualquer possibilidade de discussão futura de falta de consistência. Contudo, todos eles já foram votados; não há nenhum requerimento novo. Então, de 65 nós estamos repetindo 24. Na verdade, é aproximadamente 1/3 do que foi aprovado. Estamos repetindo 1/3 do que foi aprovado, apenas anexando a fundamentação, mudando a fundamentação para dar consistência, dar embasamento, retirar qualquer dúvida.

Agora, as explicações foram apresentadas lá atrás. Lembro à Comissão que solicitei uma reunião administrativa especificamente para tratar da matéria fundos de pensão. Fiz uma apresentação do cronograma do trabalho, dos objetivos e dos propósitos do trabalho para então passarmos – como passamos – a uma segunda etapa, que foram as quebras de sigilo. Não há nada novo, nada de surpresa. Trata-se, apenas, eu diria, do robustecimento dos fundamentos que foram apresentados.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, na linha do que eu propus, não há qualquer tipo de objeção apriorística a quaisquer dos requerimentos apresentados.

No entanto, tendo em vista até o próprio posicionamento do STF diante de alguns deles, esse posicionamento é uma advertência para que possamos fundamentar bem. Considero fundamental que cada Parlamentar presente a esta CPI tenha domínio claro das razões que fundamentam a quebra de quaisquer sigilos. Se no passado quebramos sigilos ou pedimos a transferência de maneira...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não é, Deputado Jorge Bittar, no passado foi explicado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um minutinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso que eu queria dizer a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não foi explicado detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de objetivar o nosso debate para começarmos a votação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu estava presente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, não me incomode de ler as sete páginas e cada um dos 25 requerimentos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom, eu ouvi com atenção, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PR – MS) – Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu gostaria de justificar a razões. Não estou querendo criar qualquer obstrução ou qualquer tipo de óbice, apenas quero que tenhamos muita cautela naquilo que venhamos a fazer.

Objetivamente, considero obrigação nossa – e um direito, evidentemente, de cada Parlamentar – que haja informações firmes, claras e consistentes sobre as razões que justificam cada quebra de sigilo para que não venham a acontecer novamente problemas como os que aconteceram, por conta de decisões do Supremo Tribunal Federal, e, mais ainda, para que nós conscientemente saibamos por que razão estamos transferindo para esta Comissão o sigilo bancário de importantes instituições que operam no mercado financeiro. Enfim, sabemos que essas coisas têm implicações sérias para o desempenho de empresas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou começar a me ofender com as colocações do Deputado Bittar. Nós estamos querendo reviver uma história que já foi ultrapassada.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, não há razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu faço questão que V. Ex^a leia um por um. Inclusive podemos trazer já alguns documentos sigilosos que foi possível analisar nesse período e mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, concluindo, por favor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Senador Delcídio, nenhum Parlamentar aqui é mais importante que qualquer outro. Estou fazendo uso da palavra, e o Deputado ACM Neto não está respeitando o uso da palavra, tem me interrompido sistematicamente. Se S. Ex^a está nervoso por quaisquer razões, é problema do

Deputado, que eu respeito pessoalmente. Mas penso que estou colocando questões que têm fundamentação, questões até de bom senso que têm amparo na Constituição do País. Ou seja, não podemos agir de maneira não consciente quando tratamos de questões tão relevantes quanto o são essas que dizem respeito a sigilo bancário.

Então, mantenho a minha posição e peço ao Deputado que não considere isso qualquer afronta pessoal, porque, afinal de contas, tudo aquilo que estou colocando diz respeito a um trabalho coletivo que todos aqui estamos fazendo com a maior seriedade, desde o início dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Bittar.

Com a palavra, o Deputado Maurício Rands. Logo em seguida, o Relator, que é a quem compete apresentar os requerimentos e fazer os esclarecimentos devidos. Feito isso, começaremos as votações, porque elas são fundamentais, não querendo desmerecer aquilo que já votamos inicialmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu quero ponderar também ao Deputado Antonio Carlos Magalhães que não tome isso como uma questão da sua Sub-relatoria. É um conjunto de preocupações do plenário da CPMI. Evidentemente, são 64 quebras de sigilo de corretoras e empresas que atuam no setor. Todos nós aqui temos a maturidade suficiente para saber que isto tem uma repercussão no setor financeiro. Queremos que a CPI tenha todos os documentos e os sigilos que sejam necessários e precisamos examinar. Eu ouvi da exposição do Deputado Antonio Carlos Magalhães que dos 64, um terço teve a sua fundamentação refeita para poder explicar melhor ao Judiciário quando e se, eventualmente, houver o litígio.

Então a indagação que faço ao Presidente, ao Relator e aos demais membros é se não poderíamos agora já analisar esses 25 e deixarmos os demais para que tenhamos tempo para examinar. Evidentemente já foi feita uma apreciação pelo Sub-relator, mas é normal e legítimo que os outros Deputados da CPMI possam fazer essa apreciação.

Então são 25 requerimentos que estão sendo objeto de uma nova fundamentação. Não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Requerimentos que já tinham sido objeto de aprovação aqui pela CPMI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim. E, inclusive... Sr. Presidente, eu pediria o silêncio do plenário.

Alguns, inclusive, Sr. Presidente, eu não precisaria sequer ter reapresentado, porque não foram objeto de mandado de segurança. Eu não precisaria ter reapresentado. Estou reapresentando apenas por uma questão de busca da perfeição na condução dos nossos trabalhos. Agora, quero repetir que fizemos uma apresentação para justificar a escolha das corretoras, dos fundos de pensão e das pessoas físicas e jurídicas. E o trabalho está quase pronto, está quase consolidado, só precisa ser apresentado, e vai ser apresentado na terça-feira.

E quero dizer uma coisa que acho que tenho o direito de fazer. Deputado Maurício Rands, do dia que obtivemos os dados até o dia em que as liminares foram concedidas... E quero dizer aqui que as liminares foram concedidas justamente para as corretoras que estão com maior problema, problemas graves. Nós podíamos fazer uma reunião secreta e eu posso trazer aqui e mostrar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – V. Ex^a se referiu a 64 requerimentos. Os que estão em discussão agora são os 25? E os 25 já tinham sido objeto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, amigo, não; 64 foi lá atrás.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que está em discussão agora são os 25, não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São os 25.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E os 25 já tinham sido objeto de aprovação; são apenas a retificação da fundamentação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – São 24; 24 de 65.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu gostaria de ponderar a V. Ex^{as} o seguinte: efetivamente todas esses requerimentos de quebra de sigilo já foram aprovados. Penso que o crucial para nós são aquelas corretoras que entraram com pedido de liminar junto ao STF.

Então, o que eu gostaria de ponderar a V. Ex^{as} – e acredito que essa ponderação é importante, como o Deputado Maurício Rands está sugerindo – é que aquelas corretoras que exigem um detalhamento melhor, que nós até cuidadosamente, cautelosamente não colocamos nos requerimento, porque, aparentemente, são corretoras que apresentam algum tipo de problema – não estou generalizando, mas boa parte delas. Acredito que seria uma ponderação adequada: nós, nesses 24 casos, votarmos - se todos estiverem de acordo - hoje, imediatamente, porque já foram quebrados o sigilo, nós estamos só...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o Deputado Maurício Rands não está entendendo nada, Sr. Presidente. Eu queria explicar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Pormenorizando, detalhando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu quero dizer ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que ele não se comporte como um menino contrariado. É normal...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Deputado... Não aceito ofensa. Eu estou querendo explicar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu não quero lhe ofender.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu acho que o Governo está preocupado...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estou querendo dizer o seguinte: nós estamos aqui, eu e o Deputado Jorge Bittar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a me respeite.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu não estou lhe desrespeitando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desrespeitou sim. Quero que V. Ex^a entenda o que está sendo explicado. Se está com medo é outra coisa!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós estamos aqui querendo que a CPI tenha responsabilidade na aprovação de quebra de sigilo. Esta CPMI se ficar quebrando sigilo sem fundamentação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foram coisas já realizadas, Deputado Maurício Rands!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Deputado Antonio Carlos Magalhães tem que aprender a conviver com a divergência!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a não sabe nem o partido de V. Ex^a! Muito menos o Governo de V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Tem que aprender a conviver com a divergência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós estamos querendo ponderar, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Maurício Rands com a palavra. Depois, Senador Heráclito Fortes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vou concluir. Nós estamos querendo obter informações para que a CPMI, ao aprovar a quebra de sigilo, esteja consciente do que está aprovando. O Deputado Jorge Bittar foi muito claro ao dizer: “Nós queremos que sejam feitas as quebras de sigilo de todas as empresas que estejam em uma linha de investigação. Mas, para evitar que, depois, haja controvérsia no Judiciário, para evitar o desgaste da CPMI, nós queremos um esclarecimento”.

E é legítimo que qualquer membro da CPMI exija, solicite os esclarecimentos. Nós não temos nenhuma posição contrária à quebra de requerimentos. Estamos querendo preservar a CPMI, o Congresso Nacional e o setor econômico, porque, evidentemente, todos sabemos que uma quebra de sigilo tem repercussão no setor econômico. Nós não estamos nem analisando detalhadamente quem são as empresas e queremos que, na linha de investigação, sejam feitas essas quebras de sigilo.

Então eu quero só ponderar ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por quem tenho respeito, que não tome ponderação como algo pessoal. O que nós vamos fazer aqui, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estou entendendo o que V. Ex^a quer. Eu só quero os 24.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 19 do Regimento do Senado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu entendi, Sr. Presidente, e vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu estou preocupado com o quórum e precisamos votar determinadas matérias.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Veja se eu entendi corretamente; se não for, estou aberto para ser esclarecido. O que eu entendi da fala do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto é que, desses 25 requerimentos, todos já foram aprovados. O que estamos agora deliberando é uma retificação da fundamentação. Por isso aquela menção ao número de páginas. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso. E os documentos já foram analisados.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, indago do Deputado Jorge Bittar se, diante do fato de que esta CPMI já aprovou essas 25 quebras de sigilo – agora é só a mudança da fundamentação, fora aqueles outros que completam os 64 –, nós poderíamos, portanto, aprovar essa nova fundamentação. É isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estamos de acordo. Então, estamos de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A única coisa que estamos solicitando é aprovação desses 25 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu pergunto se todos estão de acordo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós não podemos tomar qualquer ponderação como algo pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Ok. E os demais requerimentos, nós podemos, seguramente, aprová-los na próxima semana.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, art. 19.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria só de esclarecer a V. Ex^{as} para que esta conversa seja entendida. Foi feita uma exposição aqui da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Nós não fizemos 24 ou 25 quebras de sigilo, mas 65. Então, qual é o objeto? Em face dessas dificuldades, decidimos não detalhar mais as informações que já possuíamos, exatamente com o intuito de não tornar públicas algumas razões que nos levaram à solicitação dessas quebras de sigilo, o que poderia comprometer as investigações que fazem inclusive parte já de relatórios preparados pelas instituições que controlam o mercado financeiro.

Então, ponderamos por fazer um requerimento mais equilibrado, mais genérico, desde quando foi feita aquela apresentação, fruto de pedidos de liminar por algumas corretoras – não são todas – ao STF. Assim, estamos melhor fundamentando esses requerimentos, cujos sigilos já haviam sido quebrados, inclusive, porque são consistentes com a própria defesa que a CPI já encaminhou e está encaminhando ao longo desta semana, até para esclarecer os Ministros do STF, uma vez que nós já explicamos verbalmente, em visita que fizemos, as razões do pedido de quebra de sigilo.

Então, para resumir a ópera em português, sugiro o seguinte: na verdade, os sigilos estão quebrados. Nós só vamos aprovar agora requerimentos mais bem fundamentados em face dessas liminares.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, nos termos mencionados por V. Ex^a, com a argumentação do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estou de acordo com a quebra de sigilo dessas 25 corretoras, cuja decisão já foi tomada – empresas, corretoras ou fundos cuja quebra de sigilo já foi decidida anterior-

mente e que necessitam de melhor fundamentação. Ressalto que, para as demais, gostaria que pudéssemos fundamentar aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Essa será a decisão, Deputado Jorge Bittar, de comum acordo. Entendo que todos os Parlamentares estão de acordo com essa proposta.

Para encerrar o debate, por causa do quórum... Hoje é quinta-feira, pessoal. Temos que votar.

Vou conceder, rapidamente, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que já a havia solicitado, e, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni. Então, vamos começar as votações. Não vou mais dar abertura para ninguém falar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, penso até que já se torna desnecessário a minha intervenção, mas eu queria ter pedido, no momento oportuno, ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto um pouquinho de tranquilidade, porque a euforia do PMDB, principalmente do Deputado Maurício Rands, mostra que eles estão aliviados com alguma coisa. Alguma nuvem pesada saiu da cabeça deles. Esse veio de ironia, de gracinha do PT não é comum; estão a comemorar alguma coisa. Portanto, felicito o Deputado Maurício Rands, que estréia com um novo estilo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Parabênizo o Senador Heráclito Fortes por saber ler mentes, sem conversar com as pessoas, e por saber ler seu pensamento. É um dom de clarividência que eu queria ter.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual quer um, qualquer pessoa, qualquer criança...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A nossa alegria se deve à presença do Senador Heráclito Fortes, com a sua ironia, com a sua alegria que nos brinda sempre.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Submeta logo à votação, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não estão vendo o Deputado Jorge Bittar? Macambúzio nos últimos dias, hoje alegre, como quem tira das costas um peso.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É em função de sua presença aqui, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes, a presença de V. Ex^a é sempre vista com muita alegria e satisfação por todos os Parlamentares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria pedir ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que se tranqüilize, deixe esse pessoal se divertir. Hoje é o dia deles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encerrando, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, porque precisamos votar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Absolutamente importante.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 19 do Senado Federal, que se aplica à situação que nós vivemos.

Ao Senador (ou ao Deputado) é vedado usar expressões descorteses ou insultuosas. E o art. 22 determina que, no caso da infração do art. 19, I, como li, caberá ao Presidente advertir o Senador ou o Deputado, neste caso, usando a expressão “Atenção!”

Faço a referência porque, a meu ver, a disputa política é necessária e primordial para a democracia; agora o que não pode é haver ofensa pessoal. Quero solicitar também, além da atenção a esses dois artigos do Regimento do Senado que se aplicam a esse caso específico, que V. Ex^a determine que das notas taquigráficas seja retirada a expressão que se referia a “menino” ou coisa que o valha em relação ao talentoso e extraordinário Deputado ACM Neto, manifestação que o PFL não aceita.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, não precisa de nota taquigráfica. Eu retiro desde já. Não há problema algum, ainda porque não tenho nenhuma intenção de ofender.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de dizer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito obrigado, Deputado Maurício Rands.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Era uma conduta desproporcional, só isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Delcídio quer ser chamado de “menino” também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu apreciaria muito.

Agora, Deputado Onyx Lorenzoni, se eu fosse retirar tudo que já ouvi aqui desde que esta CPMI foi instalada, íamos eliminar metade dos arquivos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aí, Sr. Presidente, a fala do Deputado Onyx Lorenzoni ficaria muito reduzida nas notas taquigráficas.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator Osmar Serraglio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só para que não passe em julgado: é fundamental, em algum momento, o bom humor. Vejo agora – e o saúdo – recuperar o talento, a capacidade e o discernimento o Deputado Maurício Rands e acho que o Senador Heráclito Fortes identificou a euforia que acabou prejudicando.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Senador Heráclito Fortes está com saudades da Senadora Ideli que não está aqui hoje.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Senador Heráclito Fortes não é bom de ler os pensamentos, viu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos votar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como é que você sabe?

(Risos.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Dá para ver em seus olhos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos votar.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o primeiro requerimento desta série que está sendo refeita a partir de uma fundamentação mais adensada é o de número 1.455.

Sr. Presidente, quero também, embora isso não signifique que acrescente nada a toda a credibilidade que o nosso eminente Deputado Sub-relator ACM Neto tem, mas este Relator também examinou e, por isso mesmo, subscreveu conjuntamente. Se a expressão deste Parlamentar servir para alguma coisa, está ratificando todos eles e demonstrando que foram estudados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É o de nº 1.455?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim; 1.455, o primeiro, sobre a quebra de sigilo de José Osvaldo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Carlos Abicalil; Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Mauricio Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias; Deputado Nelson Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Inaldo Leitão; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes. Deputado Dr. Rosinha. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Paulo Pimenta; Deputado Ildeu Alves de Araújo; Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado;

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Íris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloisa Helena; Senador Efraim Moraes; Senadora José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita. (Pausa.)

Vou proceder à contagem. (Pausa.)

Houve 20 votos “sim”.

O requerimento está aprovado.

Vamos agora ao próximo requerimento, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.456. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Cezar Sassoun.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O Deputado Eduardo Paes está lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Distraído, o Deputado Eduardo Paes.

Deputado Gustavo Fruet; Inaldo Leitão. (Pausa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Está votando eletronicamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.457, da Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)
Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão. (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.
Senadores.
Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.
O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Siba Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo requerimento, Sr. Presidente, é o de nº 1.458, de Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Houve 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Passemos ao próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o Requerimento nº 1.459, da Fundação Banco Central de Previdência Privada, Centrus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu estou achando muito estranho Opo-

sição e Governo votando juntos, mas, de qualquer maneira, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Houve 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Passemos ao próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.460, GEAP – Fundação de Segurança Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – “Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Houve 20 votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.461, Fundação dos Economistas Federais, Funcef.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) –
“Sim”.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

COMISSÃO CORREIOS 01/12/05

Número da comissão: 661 Número da fita:
021

Taquígrafo: IOLANDA Arquivo : C:\TRABA-
LHO\Ac661021.doc

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos também “sim”.

Aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.462, Petros – Fundação Petrobras
de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Aprovado.
O próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo é o Requerimento nº 1.463, Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento.

Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas?
O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte e um votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.464, Sr. Presidente: Refer – Fun-
dação Rede Ferroviária de Seguridade Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas?
O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado, 21 votos também.
Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.465, Postalís – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa)

Senador Aelton Freitas não está presente.

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

O requerimento está aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.466, Portus Instituto de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento.

Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
O requerimento está aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.467, Prece Previdência Comple-
mentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa)
Não está presente o Senador Aelton.
Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.468, Serpros – Fundo Multipatrocinado.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Não está presente o Senador Aelton.
Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.469, Fundação Sistel de Segurança Social.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.470, da Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.471, da Roysters Serviços S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. Deputado Inaldo.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Foi embora.
Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos SIM.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.472, de Renato Luciano Galli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT– PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT– PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos SIM.
Aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento 1.473, de José Roberto Funaro.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT– PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian .
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão.
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo.
- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes.
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
- O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
- O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)
Como vota o Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado com vinte votos “sim”.
Vamos ao próximo.
- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.474, da REAL GRANDEZA Fundo de Previdência e Assistência Social.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr Deputado Jorge Bittar?
- O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
- O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrúbal Bentes?
- O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

- O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?
- O SR. CARLOS WILLIAM** (PMDB – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
- O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?
- O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?
- O SR. EDUARDO PAES** (PSDB – RJ) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?
- O SR. GUSTAVO FRUET** (PSDB – PR) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?
- O SR. INALDO LEITÃO** (PL – PB) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?
- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?
- O SR. GERALDO THADEU** (PPS – MG) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral) – Como vota o Senador Heráclito Fortes?
- O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
- O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como vota o Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)
Como votado o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)
Como vota o Senador Aelton Freitas? Não está presente.
Como vota o Senador Sibá Machado?
- O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
- O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
- A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
- O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Requerimento aprovado com vinte votos favoráveis.
Vamos ao próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.475, da Quality CCTVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Reque-
rimento aprovado com vinte votos “sim”.
Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.476, de Laeta S/A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)

Como votado o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Wellington Salgado?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vinte votos “sim”. Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.477, do Sr. Lúcio Bolonha Funnaro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?

O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Como

vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como votado o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Como

vota o Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Não está

presente.

Como vota o Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos Sim. Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.479, da Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Não está presente.
Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Wellington Salgado?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputados.
Como vota o Sr Deputado Jorge Bittar?
O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Carlos William?
O SR. CARLOS WILLIAM (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– como vota o Sr. Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Sr. Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”. Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, agora, iniciamos uma série de requerimentos de quebra de sigilos a pedido do Sub-relator José Eduardo Cardozo. Inicia-se pelo nº 1.437.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– São quantos requerimentos de quebra de sigilos, Relator Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Agora, em torno de vinte.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Peço a paciência. Estamos tendo uma reunião extremamente produtiva. Eu sei que já passou da hora do almoço, mas peço paciência a V. Ex^{as}.
O Senador Demóstenes Torres está muito angustiado, ali atrás, em função da hora do almoço.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Não, Sr. Presidente. Já almocei. Vou explicar o porquê: uma discussão de cinquenta e dois minutos sobre

nada ninguém agüenta. Imaginem quem está assistindo. Descadeirou geral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concorde com V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O primeiro, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.437, de transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Time Traveller Turismo e Empreendimentos LTDA.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– São requerimentos apresentados pelo Deputado José Eduardo Cardozo.

Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.

Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar? (Pausa.)

Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Tivemos dezenove votos “sim”. Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.438, Sr. Presidente. Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Requerimento anterior que número foi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.437.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 1.438 em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas? (Pausa.) Está faltando.

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
 Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
 Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputados.
 Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
 Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
 (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Tivemos dezenove votos favoráveis. O Requerimento
 foi aprovado. O próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.439. GPT Participações e Empre-
 endimentos Comerciais Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação.
 Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado? (Pausa.)
 Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
 Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
 Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
 Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
 (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Tivemos dezenove votos favoráveis. O requerimento foi aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.440, da Planave Navegação da Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.440.
Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.) Está ausente.
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aprovado por dezenove votos “sim”.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.441. Promodal Logística e Trans-
portes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.)
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por 19 votos.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.442, da Promodal Transportes
Aéreos Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.)
Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 19 votos favoráveis, requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo. Requerimento nº 1.443, da Tecnocargo Transportes da Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 1.443.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? (Pausa.)
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 20 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.444, Tecnocargo Transportes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas? Faltando.
Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 19 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– requerimento nº 1.445, Transmac Transporte Inter-
modal Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por 20 votos “sim”, o requerimento foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo. Requerimento nº 1.446, da Brazilian Express Transportes Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.446. Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes? (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Total de 19 votos “sim”. Requerimento aprovado.

Próximo.

O Dr. Rosinha já preencheu. Estamos com um titular e dois suplentes e nós estamos prestigiando o Deputado Dr. Rosinha e os nossos dois suplentes que estão aqui, sendo que um deles é o relator desses requerimentos. (Pausa.)

Com o voto “sim” do Deputado Eduardo Paes, então são vinte votos. O requerimento está aprovado.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.447, da Brazilian Express Logística e Transportes Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 1.447.

Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente quem foi que disse que o Senado era o céu?

Nós estamos trabalhando direto, sem comer e trabalhando intensivamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Isso é bom meu caro, Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sei, mas me falaram que era o céu, uma tranquilidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas anjo não tem estomago.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto “sim”. Sr. Presidente,

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Depois que eu vim para cá acabou a tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sim, com louvor, do Senador Wellington Salgado.

Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por 20 votos.

Próximo requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– **Requerimento nº 1.448, da Prologística Transportes e distribuição Ltda.**

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Por vinte votos, requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.449, da Golden Hill Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 1.449.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.450, da Morato Leite – Empreendimentos e Participações Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Requerimento nº 1.451, da Syn da Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Próximo requerimento, Relator Deputado Os-
mar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o Requerimento nº 1.452, Geolog Logística e
Transportes Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.453, da Pim Logística S/A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por vinte votos “sim”.

Com a palavra o relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, nós encerramos a série do Deputado José Eduardo Cardozo.

Agora, passarei a apresentar outros, pontualmente, e chamo a atenção para o fato de que são de interesse da investigação: o de nº 1.079, que trata da transferência de Ramon Guedes, pai de Glênio Sabbad Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria ao Senador Demóstenes que nos desse o prazer da sua presença e da competência que lhe é peculiar.

Em votação o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.079, que trata da transferência dos sigilos de Ramon Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Requerimento nº 1.080, de Glênio Sabbad Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o requerimento nº 1.080.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Sim, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.096, de Fernando Leite de Go-
doy.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento nº 1.096.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Requerimento aprovado.
 Próximo.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.097, da Interbrazil Seguros S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação o de nº 1.097.
 Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto? (Pausa.)
 Sim? Está dando entrevista? Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
 (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.126, da Orrini Administração de Documentos Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Requerimento nº 1.126. Em votação.
 Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado? (Pausa.)
Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

- O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com o voto “sim” do Senador Siba Machado, são
vinte votos favoráveis.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.127, da Expresso Postal Teng
Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Próximo: Requerimento nº 1.128, da JK Comercial e Serviços Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Requerimento aprovado por vinte votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Próximo: Requerimento nº 1.268, da Camptur Agência de Viagens e Turismo Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, peço licença para fazer um salto à frente. Depois retornaremos na sequência.

Trata-se de dois requerimentos muito importantes, de proposição da auditoria contratada, que são os de nºs 1.428 e 1.429, relacionados a Rogério Lanza Tolentino. Então, o próximo agora, antes que percamos o quórum é o de nº 1.428, de Rogério Lanza Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.428. Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Requerimento nº 1.429.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.429, da Rogério Lanza Tolentino e Associados Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Com a palavra o relator.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 1.269, de Brusa Turismo Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento 1.269.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.
Requerimento aprovado.
Com a palavra o relator Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.270, de Carlos Alberto Quaglia.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.270.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Vinte votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Requerimento nº 1.271, da Global Trend LLC.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quantos faltam?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Faltam bastantes.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Em votação o Requerimento nº 1.271.
 Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
 – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– requerimento nº 1.272, de Sérgio Guaraciaba Martins Reinas.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 1.272.
Senador Heráclito Fortes?
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O próximo é o de nº 1.273, de Jorge Gurgel Fernandes Neto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O próximo é o Requerimento nº 1.274, da Teletrust de Recebíveis S/A.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.291, Turfa DTVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Senador Heráclito Fortes? (Pausa.)

Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com dezenove votos “sim”, foi aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.307, de Paulo Roberto Kress Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o requerimento 1.307.

Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, uma pergunta por curiosidade. O Senador Romeu Tuma é sempre chamado no Bloco do PT, ele está filiado e eu não fui avisado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Senador Romeu Tuma sempre está conosco em todos os desafios e em todos os trabalhos aqui desenvolvidos.

Continuando: Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento aprovado por dezenove votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O próximo, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 1.332, da Expresso Lucat Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

Como vota o Senador Heráclito Fortes? (Pausa.)

César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezoito votos “sim”.
Requerimento aprovado.
Peço atenção do Plenário para o quórum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.333, de Maria Lourdes Barros Proietti.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres?
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto? (Pausa.)
Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezesete votos “sim”.
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.334, da Skycargas Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.
Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira.
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)
Deputado José Eduardo Cardozo.
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad. (Pausa.)
Deputado Geraldo Thadeu.
O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Voltamos aos dezoito votos.
Requerimento aprovado.
Próximo requerimento.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.335, da Skyavionics Serviços Aeronáuticos Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Votação.
Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres.
O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.336, da Confette Indústria e Comércio de Roupas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 1.337, Donna Dinha Casa de Massas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero registrar que esses requerimentos exóticos estão sendo apresentados pelo Sub-relator, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para esclarecimento, são todos relacionados à Sky e à investigação que está sendo procedida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É que o Deputado José Eduardo Cardozo tem convivido com muitos aviões ultimamente.

Em votação.

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em homenagem ao Sub-relator José Eduardo Cardozo, votarei “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Geraldo Thadeu; Inaldo Leitão.

O Deputado Inaldo Leitão vota “sim”.

Dezenove votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 1.338, Ristorante Brerra Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
 – Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota Deputado ACM Neto?
O SR. ACM NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
 Voltamos aos dezenove votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 - Requerimento nº 1.339, Tecnelétrica da Amazônia Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) -
 Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)
 “Sim”, Senador Demóstenes Torres.
 Como vota o Senador Alvaro Dias?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Senador Romeu Tuma?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (PMDB - MG) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) –
 Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
 (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)
 – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - São dezenove votos “sim”.
 Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
 - Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento de nº
 911, Bônus Banval Empreendimentos S/A.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
 - Requerimento nº 911. Em votação.
 Senador César Borges, como vota V. Ex^a?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Demóstenes Torres, como vota V. Ex^a? (Pausa.)

Senador Alvaro Dias, como vota V. Ex^a?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- São dezoito votos “sim”.

O Requerimento foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

- Sr. Presidente, apenas para constar dos registros. No Requerimento n. 911 estão várias empresas. Acabamos de aprovar o Requerimento de nº 911, de que é objeto com a Bônus Banval Empreendimentos.

Agora, é o Requerimento de n. 911-A, Bônus Banval Corretora de Câmbio Títulos e Valores Imobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador César Borges, como vota V. Ex^a?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Demóstenes Torres; Senador Álvaro Dias; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Como vota O Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Inaldo Leitão? (Pausa.)
Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Foram dezoito votos “sim.”
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
- O próximo é o Requerimento nº 911-B, Bônus Banval Participações Ltda.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Em votação.
Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Alvaro Dias, como vota V. Ex^a?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDES (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

- O SR. ASDRUBAL BENTES** (PMDB - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)
– Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
São dezoito votos “sim.”
Requerimento aprovado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)
- O próximo Requerimento é o de nº 912, BB/DTVM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliárias S/A, Subsidiária do Banco do Brasil.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
– Como vota o Senador César Borges?
O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Álvaro Dias, como vota V. Ex^a?
O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Sibá Machado, como vota V. Ex^a?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a? (Pausa.)

Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota V. Ex^a, Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sr. Presidente, perdoe-me. Mas eu queria saber por que são somente 2003, 2004, e 2005? Por que somente a partir de 2003?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) - Então, a Relatoria amplia para os últimos cinco anos.

O Requerimento de nº 912 amplia para os últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Está esclarecido?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – E fica assim para todos os outros?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Sim; para todas as outras quebras.

Continuando.

Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Carlos Willian?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Eduardo Paes?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Inaldo Leitão?

O SR. INALDO LEITÃO (PL - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)

– Com dezoito votos “sim”, o requerimento foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Requerimento nº 555, Zilmar Fernandes da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Só um minuto.

Nós vamos colocar como limite 14h e 30min para o encerramento da reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Presidente, eu havia solicitado ao Relator a apreciação de um requerimento. Nós o votaríamos depois de todos. Trata-se do Requerimento nº 1.419.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Sr. Presidente, eu também tenho dois requerimentos que não tratam de quebra de sigilo, mas eu havia combinado com o Relator, que concordou em apreciá-los.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) – Nós vamos votar até as 14h e 30min, quando irei encerrar a reunião. Aliás, diga-se de passagem, uma reunião extremamente produtiva da CPMI dos Correios.

Em votação o Requerimento nº 555. Transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira.

Em votação.

Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Sibá Machado. (Pausa.)
Senador Romeu Tuma, como vota V. Ex^a?
O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senadora Ana Júlia Carepa, como vota V. Ex^a?
A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Senador Wellington Salgado de Oliveira, como vota V. Ex^a?
O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Maurício Rands?
O SR. MAURÍCIO RANDS (PT - PE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Asdrubal Bentes?
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB - PA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota Deputado Osmar Serraglio?
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Carlos Willian?
O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota O Deputado ACM Neto?
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL - BA) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?
O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Eduardo Paes?
O SR. EDUARDO PAES (PSDB - RJ) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Gustavo Fruet?
O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Inaldo Leitão?
O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado José Eduardo Cardozo?
O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT - SP) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Jamil Murad?
O SR. JAMIL MURAD (PT - SP) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT - MS)
- Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?
O SR. GERALDO THADEU (PPS - MG) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT - MS) –
Por dezoito votos “sim”, foi aprovado o requerimento.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, havia um acordo no sentido de que votaríamos todos os requerimentos de quebra de sigilo, todas as convocações, ficando por último, agora, antes de qualquer outra coisa, o Requerimento nº 1.419.
Trata-se de uma acareação que é necessária ser feita. Já ouvimos todas as pessoas.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se me permite a sugestão, poderia ser por votação simbólica. Temos alguns outros requerimentos aqui...
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas eu gostaria que ela fosse feita.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu queria sugerir ao Presidente que, após os requerimentos de quebra de sigilo, nós apreciássemos, se houver, consenso, alguns outros requerimentos de convocação que ficaram faltando.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só quero reafirmar que às 14h e 30min eu encerrarei esta reunião impreterivelmente.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então vamos votar o de nº 1.419, como estava acordado.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou prosseguir com as quebras de sigilo propostas pelo Sub-relator José Eduardo Cardozo.
Passamos ao Requerimento nº 1.340, transferência dos sigilos do Sr. João Marcos Pozzetti (Amazônia Shows).
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.
Senador César Borges.
O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Álvaro Dias.
O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma.
O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sr. Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sr. José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator e o Sub-relator não se entendem aqui. É uma verdadeira batalha verbal aqui do meu lado.

Votaram “sim” 18 Srs. Parlamentares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apesar de todo esse tropeço que enfrentamos com a abordagem contínua dos Parlamentares, acho que estamos conseguindo identificar aqueles que são os que o Plenário julga, porque são muitos os que ainda estão pendentes, os mais relevantes.

Vou apresentar agora o Requerimento nº 1.233, do Deputado Jamil Murad, que requisita da Procuradoria-Geral da República cópia de todos os procedimentos de investigações, inquéritos ou averiguações instauradas, inclusive com sigilo de dados que contiverem, destinados a investigar os fatos narrados no processo administrativo disciplinar.

Deputado Jamil Murad, sua sustentação. (Pausa.)

Esclareça para ver se há um acordo em relação a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Atenção! A reunião está caminhando muito bem; estamos aprovando requerimentos necessários. Todavia, começou a improvisação já. Estão aparecendo outros requerimentos, que não tinham sido discutidos, agora com defesa oral. Já começou a sair do trilho.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

No meu caso, não saiu do trilho. Sairia do trilho se não fossem colocados para votar esses requerimentos, porque discuti com o Relator sobre isso. São contratos de cooperação técnica com organismos internacionais, mas do Governo brasileiro, e que envolve um volume de R\$34 milhões entre o INSS e a UNESCO, e este Deputado quer que a CPI tenha acesso a esses dados da investigação administrativa que está sendo feita lá.

O Deputado Osmar Serraglio, com a sua responsabilidade, analisou e concordou com esse requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vamos votar esse para encaminharmos os outros.

(intervenções fora do microfone.)

O SR. SIBA MACHADO (PT – AC) – Só um instante. Tem esse aqui, esse são dois, e tem mais dois aqui. São quatro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, queria pedir a palavra para auxiliar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Acredito no seguinte: vamos ter reuniões... Confesso a vocês que não vejo nenhuma razão para qualquer tipo de pressa em função desses novos requerimentos que estão sendo apresentados. A prioridade foi dada especificamente com relação à Sub-relatoria de

contratos e à Sub-relatoria de fundos de pensão. Acho que esses outros temas podem seguramente ser votados na próxima semana, sem nenhuma prejudicialidade ao texto.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB) – Sr. Presidente, o meu é de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, quais as prioridades ajustadas com os Sub-relatores? Primeiro...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não sou a favor do 1.419. Não tem acordo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, as pessoas me passaram aqui...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, fica difícil organizar na medida em que cada um sugere uma coisa.

Alguns requerimentos dependem de votação nominal; outros não. E não consigo organizar. Por exemplo, a minha compreensão, a minha interpretação é de que o requerimento do Deputado Jamil Murad depende de votação nominal.

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* É, aqui pede transferência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, aí estão falando em votação simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nós poderíamos combinar, Sr. Presidente, de votar os que não dependem...

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)* Depois, votamos o dele e aprovamos o dele...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu queria só trazer aqui... Enquanto o Relator falava, Sr. Presidente, alguns Parlamentares foram trazendo essas questões para cá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O que eu estou achando curioso é que todos os Parlamentares estão aqui na Mesa Diretora. Daqui a pouco eu vou passar para lá e a turma fica aqui. Uma verdadeira loucura.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eu votei em V. Ex^a. O seu lugar é aí. O dos outros é aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em função do adiantado da hora e como nós tivemos uma reunião bastante produtiva, eu considero essa Reunião encerrada.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 52ª Reunião, realizada em 07/12/2005.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e quinze minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Romeu Tuma, Leomar Quintanilha e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Murilo Zauith, Silvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e submete-a à votação (aprovada). A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e à oitiva do senhor Henrique Pizzolato. Em seguida, a Presidência coloca em votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 1485**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serraglio, em que requerem informações à Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F); **Requerimento nº 1486**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serraglio, em que requerem a convocação do Sr. Alexandre Gastaldel Leonardo; **Requerimento nº 1487**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serraglio, em que requerem a convocação do Sr. Lauro José Senra de Gouvêa; **Requerimento nº 1488**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serraglio, em que requerem a convocação do Sr. Joaquim Cândido de Gouvêa; **Requerimento nº 1489**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos

Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Sergio de Moura Soeiro; **Requerimento nº 1490**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Jorge Luiz Gomes Chrispim; **Requerimento nº 1491**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. João Luiz Ferreira Carneiro; **Requerimento nº 1492**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. José Carlos Batista; **Requerimento nº 1493**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Alberto Alves Sobrinho; **Requerimento nº 1494**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Caio Augusto Bastos Lucchesi; **Requerimento nº 1495**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. José Lavia; **Requerimento nº 1496**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Jorge Ribeiro dos Santos; **Requerimento nº 1497**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luis Felipe Indio da Costa; **Requerimento nº 1498**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luis Octavio Azevedo Lopes Indio da Costa; **Requerimento nº 1499**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho; **Requerimento nº 1500**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação da Sra. Angela Celeste de Almeida Costa; **Requerimento nº 1501**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Marcus Eduardo de Rosa; **Requerimento nº 1502**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luiz Antônio Vaz das Neves; **Requerimento nº 1503**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Cláudio Henrique Sangar; **Requerimento nº 1504**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza; **Requerimento nº 1505**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a

convocação do Sr. Armênio dos Santos Gaspar Neto; **Requerimento nº 1506**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Alexandre Atherino; **Requerimento nº 1507**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. João Orives Pichinin; **Requerimento nº 1508**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Waldemar Pires; **Requerimento nº 1509**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação da Sra. Helenice Honório Morales; **Requerimento nº 1510**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. José Osvaldo Morales; **Requerimento nº 1511**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Julio Victor Bittencourt Fabbriani; **Requerimento nº 1512**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luís Cláudio Lins Fabbriani; **Requerimento nº 1513**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Joacyr Reynaldo; **Requerimento nº 1514**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Breno Fischberg; **Requerimento nº 1515**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. José Pompeu de Campos Neto; **Requerimento nº 1516**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Isaac Sassoun; **Requerimento nº 1517**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Cezar Sassoun; **Requerimento nº 1518**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Demosthenes Marques; **Requerimento nº 1519**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luis Afonso Simoens da Silva; **Requerimento nº 1520**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Mário Cezar Silva Serpa; **Requerimento nº 1521**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. José Raphael Oliveira da Silva; **Requerimento nº 1522**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Ser-

ráglio, em que requerem a convocação do Sr. Fernando Cesar Braz Teixeira; **Requerimento nº 1523**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Gildásio Amado Filho; **Requerimento nº 1524**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação da Sra. Eliane Aleixo Lustosa; **Requerimento nº 1525**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Flávio Magalhães Chaves; **Requerimento nº 1526**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luiz Carlos Fernandes Afonso; **Requerimento nº 1527**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Ricardo Malavasi Martins; **Requerimento nº 1530**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Hélio Afonso Pereira; **Requerimento nº 1531**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Luiz Eduardo Veiga Lopes; **Requerimento nº 1532**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Adilson Florêncio da Costa; **Requerimento nº 1533**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Pedro José Mercador Mendes; **Requerimento nº 1534**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Pedro Evandro Ferreira; **Requerimento nº 1535**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação da Sra. Magda das Chagas Pereira; **Requerimento nº 1536**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Ricardo Afonso das Neves Leitão; **Requerimento nº 1539**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas; **Requerimento nº 1540**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Ermindo Cecchetto Junior; **Requerimento nº 1546**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. João Batista Petito; **Requerimento nº 1547**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio que requerem a convocação do Sr. Jorge Luiz Batista de Oliveira; **Requerimento nº 1550**,

de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Nelson Buzeto; **Requerimento nº 1551**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Carlos Alberto Cardoso; **Requerimento nº 1555**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Josemar Pereira dos Santos; **Requerimento nº 1556**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Alexandre de Athayde Francisco; **Requerimento nº 1557**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Haroldo de Almeida Rego Filho; **Requerimento nº 1558**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Christian de Almeida Rego; **Requerimento nº 1559**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Cristiano Costa Beber; **Requerimento nº 1563**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Lúcio Bolonha Funaro; **Requerimento nº 1565**, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Osmar Serráglio, em que requerem a convocação do Sr. Renato Luciano Galli; **Requerimento nº 1579**, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, em que requer a reconvocação do Sr. Ioannis Amerssonis; **Requerimento nº 1580**, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, em que requer a convocação do Sr. Léo Botelho; **Requerimento nº 1581**, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, em que requer a convocação do Sr. José Carlos Rocha. Ato contínuo, a presidência convida o senhor Henrique Pizzolato para prestar seus esclarecimentos. Às treze horas e trinta e três minutos, a Presidência, após apresentação do depoente, interrompe os trabalhos por haver votação nominal na Câmara dos Deputados. Às quatorze horas e treze minutos, retorna os trabalhos, tendo a palavra o Relator. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Senador César Borges e Deputado Eduardo Paes. A reunião fica suspensa por quarenta minutos e às dezessete horas e nove minutos reiniciam os trabalhos. Em seguida, continuam a inquirir o depoente: Deputados Arnaldo Faria de Sá, Ônix Lorenzoni, Jorge Bittar, Murilo Zauith, Antônio Carlos Pannunzio, Senador Heráclito Fortes e pela ordem Júlio Redecker, ato contínuo Pompeu de Mattos, José Eduardo Cardozo e Ideli Salvatti. Às vinte horas e doze minutos encerra-se a presente reunião e, para constar,

eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

52ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Criada Através do Requerimento Nº 3/2005 do Congresso Nacional com a Finalidade de Investigar as Causas e Consequências de Denúncias e Atos Delituosos praticados por Agentes Públicos dos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos realizada no dia 07 de Dezembro de 2005 às 12 horas e 15 minutos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Senhoras e senhores parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento número três, de 2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A ata da reunião do dia 06 do corrente mês encontra-se sobre a Mesa, a qual coloco em votação, propondo, se ninguém se opuser, a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Pois não, com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, Deputado Osmar Serraglio, Relator dessa nossa CPMI, eu queria pedir inclusive, a atenção dos companheiros da imprensa porque ontem, nós fizemos uma apresentação da prestação de contas do trabalho de um pouco mais de 30 dias realizado na matéria dos Fundos de Pensão. E logo em seguida, uma série de Fundos de Pensão se pronunciaram publicamente contestando o relatório apresentado. Eu quero informar que, a toda contestação haverá uma contra argumentação. Nós temos absoluta confiança no trabalho que foi feito, nos números que foram apresentados. Ainda no dia de hoje o fundo de pensão PRECE, publicou no jornal o Globo, uma matéria paga onde ele traz uma série de dados que não se coadunam com o trabalho feito por esta sub-Relatoria que produziu os resultados ontem anunciados. Quero dizer, senhor Relator, que estarei emitindo na tarde de hoje uma nota pública, apresentando todas as

contestações aos argumentos trazidos pela PRECE. Li pela imprensa que alguns Fundos de Pensão reunirão os jornalistas em uma coletiva para apresentarem as suas defesas. A cada coletiva que seja dada, por qualquer um dos fundos, eu quero informar que logo em seguida me pronunciarei, suportado e subsidiado pela nossa equipe técnica, para apresentar os contra argumentos e, gostaria, ainda de frisar, porque esse foi um argumento recorrente, seja nas publicações dos jornais, seja nas notas divulgadas pelas emissoras de televisão e de rádio, e também nos sites, e é importante distinguir de antemão, é apenas um único comentário de natureza genérica que eu gostaria de fazer. É importante distinguir, rentabilidade e alcance de meta atuarial de perda, uma coisa é rentabilidade e alcance e até superação de meta atuarial. Outra coisa completamente diferente é a verificação de perdas em operações, com determinadas pessoas físicas e jurídicas. Então, um fundo de pensão, ele pode registrar uma rentabilidade positiva, ele pode alcançar e superar a sua meta atuarial e, ainda assim ter perdas, como nós frisamos ontem no nosso sub-relatório. Digo isso genericamente, porque foi o argumento mais recorrente que vi nos veículos de comunicação. Agora, quero enfrentar cada uma das defesas que serão feitas pelos Fundos de Pensão apenas pedindo, senhor Relator, que os dirigentes dos Fundos de Pensão, tenham comedimento nas palavras que utilizam porque, na verdade, quando eles adjetivam de forma grosseira, o relatório que foi apresentado, a prestação de contas que foi apresentada, eles estão agredindo a esta CPMI, e por final, estão agredindo o Parlamento Brasileiro que tem o dever de cumprir o seu papel de investigar aquilo que lhe é trazido como possível problema. Eu tive ontem todo o cuidado, todo o critério, procurei não imputar responsabilidades, assim continuarei firme, de forma serena e equilibrada. Mas peço, aos senhores dirigentes dos Fundos de Pensão que tenham comedimento, que não se coloquem como contra pontos, no sentido de estabelecer um confronto que pode gerar, talvez, uma briga, uma disputa com a CPI. Não! Eu quero que os Fundos de Pensão, eles atuem como parceiros da CPI. Para nos ajudar a descobrir o por que dessas perdas, seja com derivativos, títulos públicos ou qualquer outra que venha a ser verificada ao longo do nosso trabalho. Os Fundos de Pensão não devem se colocar como contra agressores, porque daqui não está partindo agressão. Daqui está partindo constatação criteriosa e objetiva, e eu espero que eles possam nos ajudar a descobrir onde está o problema, e quem sabe, a corrigir esse problema. Então, eu faço essa observação, senhor Relator, dizendo que estou pronto e à disposição desta Comissão e de toda a im-

prensa brasileira, para oferecer os contra argumentos. Endossando que, os dados ontem apresentados são consistentes, estão confirmados e serão reafirmados durante todo o processo. Agradeço a Vossa Excelência, fazendo mais uma observação. Nós votaremos alguns requerimentos de convocação. Muitos hão de nos perguntar, por que nós não estamos convocando os dirigentes de todos os Fundos de Pensão? Porque em quatro casos não houve, dentro do trabalho investigativo, já detectado pela CPI, perdas que justifiquem a convocação nesse momento pode ser que depois a convocação se justifique. Então, como a PREVI ainda não apareceu os seus dirigentes não serão convocados, da mesma forma a CENTRUS, a ELETRUS e a REFER, que registraram perdas pequenas, que diluídas ao longo de 12 meses, não despertam, nesse momento, um interesse prioritário. Isso não significa dizer que não serão investigados. Isso não significa dizer que não serão apuradas as perdas. Porém, como nós temos que hierarquizar as prioridades, nós estamos priorizando naqueles fundos, onde se registrou uma perda maior, uma perda mais substantiva. E aí estamos sugerindo a convocação dos seus diretores de investimentos, quando ele não tem diretor de investimento é o diretor financeiro, portanto, o diretor que responde pela área, não é? De todos os Fundos de Pensão, que registraram perdas consistentes. E, por outro lado, estamos também sugerindo, a convocação dos proprietários das corretoras que apareceram, evidentemente, já comprometidas nesse processo. Não são todas as corretoras que vão ser convocadas nesse primeiro momento. Mais uma última observação. Ontem, eu assisti no Jornal Nacional a FUNCEF, dizer que não transacionou com as corretoras que foram elencadas na nossa lista. As corretoras que nós elencamos, foram aquelas que tiveram o seu sigilo quebrado, e que registraram a intermediação dessas operações, que produziram perdas para os fundos acima de um milhão. Existem outras corretoras que não são aquelas, que intermediaram as negociações, que vão ter suas responsabilidades apuradas, mas que não tiveram o sigilo quebrado, e foi por isso que nós não divulgamos os nomes das corretoras. Mas eu quero informar à Vossa Excelência, que estará sendo divulgado no dia de hoje, aí nós vamos discutir em que caráter, se encaminhado para a FUNCEF ou se tornado público o nome das corretoras, que operaram com a FUNCEF e que intermediaram essas perdas, que foram registradas. Dito isto, senhor Relator, eu faço votos que possamos iniciar e concluir a nossa reunião.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Com a palavra o iminente Deputado Jorge Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, em primeiro lugar, eu acredito que também o Deputado ACM Neto, julga natural que surjam controvérsias em torno das informações tornadas públicas. É natural que, os agentes envolvidos de alguma maneira possam reagir. Eu quero declarar que tenho plena confiança na seriedade e na competência da equipe técnica, nos instrumentos e na metodologia de trabalho que vem sendo adotada. Agora, é preciso que se ressalte que não há infalibilidade, não é? Eventualmente aqui ou ali, não é isso? Aqui ou ali, podem surgir informações que não sejam rigorosamente precisas, sem que isso signifique qualquer desabono ao trabalho realizado pela equipe. No sentido de que possamos trabalhar com a firmeza, com seriedade e com a transparência que tem norteado o trabalho de nossa CPMI, eu quero, propor que nós ao convocarmos representantes dos fundos para debatermos objetivamente as perdas aqui registradas, que com a devida antecedência nós enviemos relatório detalhado a este fundo, que possam identificar as operações que implicaram em perdas, especificando o tipo de operação, a data dessa operação, enfim, todas as entidades corretoras, enfim, que fizeram parte da cadeia transacional que acabou por gerar aquele resultado que, segundo os critérios adotados, implicou resultado, que implicou em perda considerável, perda acima de um milhão, conforme o critério definido pela Comissão. Considero fundamental, para que o diretor dessa fundação, vindo aqui possa objetivamente responder. Porque o que nós divulgamos, são informações agregadas. É preciso então, já que dispomos do Banco de dados detalhado que permitiu agregar essas informações, que nós possamos detalhar todas essas operações ao fundo, para que ele possa de maneira clara e objetiva responder às questões, que foram identificadas como perdas significativas para esses fundos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu acolho essa sugestão, embora, com *granun salis* (?), porque a surpresa do interrogatório, também é uma das partes da investigação. Nós não podemos passar todas as informações que nós temos a quem vá ser investigado. Mas tem procedência, evidentemente.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senhor Relator, veja bem. Nós... Veja bem, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Por isso que eu falei com temperamento.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Tornamos público, se nós identificamos problemas é preciso que nós, digamos quais são os problemas, para que eles possam dizer se há divergência, se há contraditória ou

não em relação a essa informação e a própria metodologia utilizada. Pode ser que haja divergência contra a metodologia utilizada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu só queria esclarecer uma coisa ao Deputado Bittar, que talvez ajude nesse desejo dele. É evidente que nós temos que definir um foco. E qual foi o foco definido? Foram os 50 maiores beneficiários de perdas registradas. Esses 50 maiores beneficiários estão identificados. E o critério da investigação se dará a partir das transações feitas, onde de um lado está o fundo de pensão e do outro lado está esse beneficiário, que repetidas vezes teve resultados positivos em detrimento a perdas para os fundos. Então, para ficar muito claro, os diretores não vão vir aqui no escuro, vai ficar muito claro para eles o que nós queremos. Certo? Que tipo de operação nós queremos que ele esclareça? Para aferir as responsabilidades. Por isso é que eu fiz esse apelo, de que os fundos têm que ser os nossos parceiros. Eles não podem ser antagonicos nesse trabalho, certo? Porque o que nos interessa, é responsabilizar quem tiver responsabilidade. Eu não tenho aqui nenhum ânimo persecutório. Então, eles vão saber as informações que forem necessárias, para estarem preparados, para colaborar com a CPI. Agora, evidente que se tiver alguma coisa que seja muito delicada e que não possa ser revelado, eu até conversarei com Vossa Excelência, para em comum fazermos esse trabalho sem nenhum problema.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu quero--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O espírito é esse, senhor Relator, o espírito é exatamente esse no sentido, de que as pessoas que aqui vierem tenham o mínimo de informação para que possam fazer um debate, uma discussão de igual para igual e que seja um debate, enfim, esclarecedor para que o nosso trabalho investigativo possa avançar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nós temos o prazer de contar conosco, com o iminente Senador Jefferson Peres, a quem eu convidaria que nos desse o privilégio de presidir a nossa reunião. Enquanto se aproxima, eu apenas quero reafirmar ao público, que eu acompanhei o levantamento e, enfim, a produção do trabalho do Deputado ACM Neto, as confrontações, as investigações, dada consistência da sua produção e posso afirmar que é preciso que quem pretenda contestar ou infirmar, que bem examine para não mais à frente se

desmentir. Trata-se de um trabalho efetivamente muito bem produzido, muito consistente, muito aprofundado, sem surpresas e que passou por muitos filtros antes de vir a público. Passo a palavra ao iminente Senador Jefferson Peres. E a presidência.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Você quer falar ainda?

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Senhor Presidente, senhor Relator, queria chamar a atenção, porque o ano Legislativo se encaminha para o seu final. Essa CPI vai trabalhar até próximo do natal, e eu queria chamar a atenção de duas convocações que estão aprovadas há muito tempo. Eu pedi para que a assessoria técnica fizesse um filtro sobre as convocações já aprovadas por essa CPI, e há duas convocações que me chamam muito a atenção. A primeira, do senhor José Otaviano Pereira, foi aprovada em 14 de julho deste ano. Ele era, na equivalência, algo semelhante ao que é o senhor Henrique Pizzolato no BANCO DO BRASIL, ele desempenhava a função de Diretor de Marketing dos CORREIOS. Nós já vimos desfilar aqui nessa CPI, inúmeros fatos que são no mínimo, suspeitos de irregularidades, ilegalidades para não dizer coisa pior nos CORREIOS, na área de publicidade, propaganda e patrocínio, e curiosamente quem respondeu por esta área ainda não veio aqui, apesar de convocado desde o dia 14 de julho. Então, eu queria solicitar à Mesa e particularmente ao senhor Relator, ao senhor Presidente, para que considerasse a possibilidade de uma oitiva antes do final do ano, do senhor José Otaviano Pereira, por conta de que Diretor de Marketing, ele foi promovido para diretor da estatal. Então, acho que enquanto que o senhor Henrique Pizzolato, por exemplo, foi demitido do BANCO DO BRASIL e, suposições de irregularidades existem nas duas empresas. Então, por isso que eu acho que como a CPI é dos CORREIOS, é razoável que quem respondeu pelo marketing dos CORREIOS, esteja aqui ainda nos primeiros seis meses de funcionamento dessa CPI, mesmo que ao final. E a outra convocação também que me causa espécie, até porque a apuração foi aqui, é a aprovada em 04 de outubro, do diretor de exploração e produção da PETROBRAS, o senhor Guilherme de Oliveira Estrela. Quero só relembra que foi nesta CPI, nesta sala que o Brasil tomou conhecimento do famoso Land Rover, que uma empresa contratada

pela PETROBRAS, deu de presente ao todo poderoso então, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, senhor Sílvio Pereira. E também não temos nenhuma sinalização de que o diretor de exploração e produção da PETROBRAS vá ser convocado para vir aqui. Eu me lembro que foi fruto, inclusive, de um acordo – a sugestão é que viesse o Presidente da PETROBRAS – e aí num acordo que foi formulado, com a bancada do governo, nós aceitamos preliminarmente que viesse então, o diretor de exploração e produção que é quem efetuou os contratos, por exemplo, com a GDK, e que até o presente momento nós não temos nenhuma informação se virá ou não. Como volto a insistir, estamos caminhando para a finalização e, como não há pauta definida para as próximas duas semanas, eu sugeriria que a gente discutisse isso ao longo do dia de hoje, Presidente, para garantir a vinda na próxima semana do José Otaviano Pereira, Diretor de Marketing, ex-Diretor de Marketing, atual Diretor dos CORREIOS e do senhor Guilherme de Oliveira Estrela, Diretor de Exploração e Produção da PETROBRAS. São essas as considerações e eu agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ao senhor Relator para se manifestar sobre as questões, as duas questões levantadas pelo Deputado Lorenzoni.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Senhor Presidente, eu apenas reco-lho as sugestões, e na medida do possível nós iremos, ao formular a pauta da seqüência dos nossos trabalhos, evidentemente, levar em consideração essa argumen-tação apresentada pelo Deputado Onyx Lorenzoni. Ao mesmo tempo, senhor Presidente, eu queria anunciar à Vossa Excelência, que ontem nós realizamos uma reunião na qual, de alguma forma, ajustamos que dei-xaríamos para hoje, já que se trata de uma reunião de oitiva, que nós ocuparíamos o primeiro momento para votações simbólicas de assuntos trazidos à tona por sub-Relatores. Portanto, são requerimentos que tem razão de ser, especificamente quanto a investigações que neste momento estão sendo procedidas pelo sub-Relatores, mas claramente em relação ao Deputado José Eduardo Cardozo e ao Deputado ACM Neto, de forma que informo a Vossa Excelência, que se for o caso, no prosseguimento, nós gostaríamos de anunciar esses requerimentos--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator, só os de acordo, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Só os de acordo. Indago a Vossa Excelência, se posso prosseguir?

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Se-nhor Relator, só os dois requerimentos que eu citei, só para vossa orientação é 410 e 955.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Pois não.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Para depois, o senhor analisar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PE-RES (PDT-AM): Senhor Relator, para submeter os re-querimentos à discussão e votação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Senhor Presidente, principio pelas oitivas firmadas pelo iminente Deputado ACM Neto, e por este Relator. Os requerimentos de números 1486--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Relator, só uma dúvida...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Pois não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para lembrar a Vossa Excelência, que o 1485, mesmo não sendo de oitiva--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Em seguida. 1486 a 1527, que correspondem a convocações, eu vou anunciar um a um, 1486, Alexandre Gastaldeo Leonardo. 1487, Lauro José Senra de Gouveia. 1488, Joaquim Cândido de Gouveia. 1489, Sérgio de Moura Soeiro. 1490, Jorge Luiz Gomes Crispim. 1491, João Luiz Ferreira Carneiro. 1492, José Carlos Batista. 1493, Alberto Alves Sobrinho. 1494, Caio Augusto Bastos Lucchesi. 1495, José Lavia. 1496, Jorge Ribeiro dos Santos. 1497, Luiz Felipe Índio da Costa. 1498, Luiz Octávio Azevedo Lopes Índio da Costa. 1499, Luiz Fernando Pinheiro Guimarães de Carvalho. 1500, Ângela Celeste de Almeida Costa. 1501, Marcos Eduardo de Rosa. 1502, Luiz Antônio Vaz das Neves. 1503, O Cláudio Henrique Sangar. 1504, Carlos Arnaldo Borges de Souza. 1505, Armênio dos Santos Gaspar Neto. 1506, Alexandre Aterino. 1507, João Ourives Piquinin. 1508, Valdemar Pires. 1509, Elenice Honório Morales. 1510, José Oswaldo Morales. 1511, Júlio Victor Bittencourt Fabriani. 1512, Luiz Cláudio Lins Fabriani. 1513, Joacir Reinaldo. 1514, Breno Fishiberg. 1515, José Pompeo de Campos Neto. 1516, Isaaque Sasson. 1517, César Sasson. 1518, Demóstenes Marques. 1519, Luiz Afonso Simões da Silva. 1520, Mário César Silva Cerpa. 1521, José Rafael Oliveira da Silva. 1522, Fernando César Brás Teixeira. 1523, Gildásio Amado Filho. 1524, Eliane Aleixo Lustosa. 1525, Flávio Magalhães Chaves. 1526, Luiz Carlos Fernandes Afonso. 1527, Ricardo Malavasi Martins. 1530, Hélio Afonso Pereira. 1531, Luiz Eduardo Veiga Lopes. 1532, Adil-

son Florêncio da Costa. 1533, Pedro José Mercador Mendes. 1534, Pedro Evandro Ferreira. 1535, Magda das Chagas Pereira. 1536, Ricardo Afonso das Neves Leitão. 1539, Jorge Luiz Monteiro de Freitas. 1540, Ermindo Sequeto Júnior. 1546, João Batista Petito. 1547, Jorge Luiz Batista de Oliveira. 1550, Nelson Buzetto. 1551, Carlos Alberto Cardoso. 1555, Josimar Pereira dos Santos. 1556--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):

Senhor Relator, esses já estão aprovados o requerimento, fui eu que apresentei anteriormente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Alexandre já está aí, de Francisco?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim senhor, 56 e 57.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Tudo bem, na dúvida, incluímos ainda que de sobejo. 1556, Alexandre de Ataíde Francisco, 1557, Haroldo Almeida Rego Filho--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, esse também já está votado. Eu quero que sejam retirados esses dois.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Pois não. 1558, Christian de Almeida Rego. 1559, Cristiano Costa Beber. 1563, Lúcio Bolonha Funaro. 1565, Renato Luciano Galli. Essas são as convocações do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Eu prossigo, agora, com três convocações do Deputado José Eduardo Cardozo. O requerimento número 1579, de reconvocação de Ioannis Awersone. 1580, de Léo Botelho. 1581, também do José Eduardo Cardozo, José Carlos Rocha. E para concluir ainda, em votação simbólica; do Deputado ACM Neto, 1485, pedido de informação a Bolsa de Mercadorias e Futuros, BM&F, de cópia dos documentos que especifica. Senhor Presidente, os de votação simbólica, são os que eu acabei de anunciar ao Plenário.

>> Senhor Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Com a palavra Vossa Excelência.

>> Senhor Presidente, o Deputado Carlos Sampaio, a quem eu sucedi aqui na Comissão por indicação do meu partido, ele apresentou o requerimento de número 897 solicitando, inclusive, informações ao Jockey Club de São Paulo, sobre reuniões que havia com uma certa frequência de personalidades ligadas ao BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA e outros. E esse requerimento foi dado como prejudicado, o Carlos Sampaio saiu da Comissão e eu entrei no lugar dele. Então, eu indago a Vossa Excelência da possibilidade de reconsiderar essa decisão, até porque o Deputado

Arnaldo Faria de Sá apresentou, inclusive, apresentou um outro ofício de número 79.000/05 de ontem, pedindo a apreciação e a aprovação do requerimento apresentado pelo Deputado Carlos Sampaio. Foi dito que ele não teria legitimidade, por não representar aqui o Deputado Carlos Sampaio ou o PSDB. Pois bem. Eu subscrevo, na condição de representante do PSDB, e de quem ficou no lugar do Deputado Carlos Sampaio, pedindo que seja considerado esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O Deputado teria um prazo para reapresentar o requerimento, mas como Vossa Excelência subscreve, está reapresentado. Eu ouviria o Relator e o plenário sobre o requerimento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Não, nenhuma objeção, apenas formular novamente, porque nós estabelecemos um rito, que era o prazo de cinco dias para manifestação de qualquer eventual reinserção, que seria imediata. Não tem problema nenhum, é só formular, nós incluímos e submetemos ao Plenário. Não hoje, por que hoje nós só estamos focando, hoje não é uma sessão administrativa é de oitiva. Excepcionalmente amanhã, nós já podemos submeter. Sem problema nenhum.

>> Está bem. Ok.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): De forma que, exatamente senhor Presidente, nós entramos em processo de votação--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ainda em discussão o requerimento que o senhor Relator relacionou. Nobre Deputado José Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Gostaria de dialogar com o Deputado ACM Neto, que existem aí... Fizemos aqui aproximadamente 48 convocações que nós temos juntos. Nós temos que definir uma metodologia de trabalho, porque isso aqui, como é que nós vamos proceder, porque eu acho que a convocação tem que estar articulado com a possibilidade de realizarmos oitiva em tempo hábil que permita a gente... Como é que está pensando o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, proceder às oitivas dessas 48 convocações?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Bittar, entusiasmado com o acompanhamento de Vossa Excelência ao nosso trabalho, e certo de que contarei com a vossa presença--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sempre, meu companheiro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ao meu lado. Então, evidente que há uma indefinição sobre o cronograma de funcionamento do Congresso Nacional, nos meses de janeiro

e fevereiro. Presumo que pode e deve haver convocação extraordinária ou auto convocação. Enfim, mas imagino eu que nós iremos trabalhar nos meses de janeiro e fevereiro, então, nós vamos ter tempo para ouvir essas pessoas. Evidente, Deputado Bittar e aqui eu quero dizer a Vossa Excelência, que à medida que às oitivas, elas se iniciem, nós vamos definir a sistemática, inclusive, porque aí, por exemplo, com relação às corretoras, nós estamos convocando os sócios das corretoras. Só para exemplificar: uma determinada corretora tem três, quatro sócios. Eu posso me dirigir a essa corretora e pedir a ela que dentre os três, quatro sócios, ela indique quem pode melhor representar a corretora, e essa pessoa vai ser ouvida. Então, os outros dois ou três, automaticamente estariam eliminados, se assim a sistemática do trabalho conduzir. O que eu posso dizer à Vossa Excelência, é que o nosso foco, ele vai estar sobre esses 50 maiores beneficiários. Essas 50 maiores operações. Então, por exemplo, não passa pela minha cabeça ouvir todos os diretores de fundo, para depois ouvir todas as corretoras e todos os beneficiários. Não! Eu quero seguir essa linha das operações que se mostraram mais atípicas. Então, casando o fundo tal com a corretora tal, com o beneficiário tal, que foram identificados com o volume considerável. Agora, eu garanto à Vossa Excelência, que na medida do que nós possamos racionalizar o trabalho, eu irei racionalizar. Veja, Vossa Excelência que há cerca de 45 dias, a sub-Relatoria foi criada e eu não apresentei um requerimento de convocação até, então, para a gente ter essa base inicial, para dar suporte às oitivas. Então, eu espero contar, inclusive com o apoio de Vossa Excelência, para organizar essas oitivas e para dar agilidade. Quem sabe até dividimos os trabalhos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Exatamente. A minha preocupação é apenas essa de darmos objetividade, agilidade, praticidade até a esse trabalho, para que a gente possa produzir resultados objetivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Vossa Excelência quer definir agora, hoje esse rito?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, queria saber só qual a abordagem inicial, mas evidentemente nós vamos ter que definir uma metodologia de trabalho.

SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pela ordem, Vossa Excelência.

SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Vossa Ex-

celência e também ao Relator, Deputado Osmar Serraglio que nós sabemos que está com uma grande carga de trabalho, e nós somos testemunhas disso, para que pudesse também priorizar, e já passar recentemente para as mãos dele, uma proposta de oitiva de todas as pessoas que já foram aprovadas nessa Comissão, referente ao IRB. Então já, essas pessoas, esses depoentes já foram, já foram devidamente aprovados e, nós já encaminhamos uma proposta de agenda, que não é a ser seguida de acordo com os trabalhos do Relator. Eu gostaria que fosse dada uma prioridade, que são seis ou sete nomes, e que nós pudéssemos fazer, isso antes desse recesso de natal ainda, para adiantar mais os trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Com a palavra o Relator, sobre a sugestão apresentada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Senhor Presidente, ainda hoje nós tivemos contato com a Polícia Federal, que também tem um inquérito específico sobre o IRB, e nós estamos na medida do possível, recolhendo às informações que possam, eventualmente, dar um rumo mais claro quanto à formulação da pauta. Nós não temos nenhuma resistência à formulação do Deputado Carlos Willian, apenas antes de apresentarmos essa proposta de desenvolvimento dos trabalhos, nós estávamos exatamente aguardando esse contato que tivemos hoje de manhã com o delegado Zampronha, entre outras coisas, discutirmos um inquérito que ele vem realizando especificamente em relação ao IRB. Apenas eu queria sugerir à Vossa Excelência, senhor Presidente, que como nós temos uma sessão de oitiva e, amanhã, nós teremos uma reunião administrativa, que nós agilizássemos essa votação e amanhã todas as outras formulações poderiam ser apresentadas, que é a hora oportuna e a ocasião oportuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Comunico aos senhores e os senhores que o depoente já se encontra na sala ao lado. Em votação os requerimentos listados pelo Relator. Aprovado.

SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu peço a palavra só--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Deputado Gustavo Fruet.

SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado Presidente, aguardei a votação e até para, só auxiliar amanhã, senhor Relator. Duas observações, com esse fato da COTEMINAS, que vai ser objeto de discussão amanhã, mas por precaução, houve uma carta, uma declaração oficial do senhor Delúbio So-

ares, publicada hoje em vários jornais. Essa declaração é grave, porque ela contraria toda a estratégia de defesa, com relação à existência ou não dos empréstimos. É um fato novo que tem implicações de outras naturezas, que não só contábeis e na CPML. Então, já que foi feito este contato com a Polícia Federal, a solicitação mesmo que informalmente, para a abertura de um novo inquérito, ou imediatamente nesse inquérito já existente, a oitiva do Delúbio e das pessoas envolvidas, porque esse valor se soma ao valor que já tinha sido apresentado na contabilidade, tanto pelo Marcos Valério e o Delúbio, é um fato grave que merece especial atenção. E na mesma linha, se for possível definirmos até amanhã, a marcação da data da Solange Pereira, que já teve a convocação aprovada e ganha relevância, em função desse episódio de envolvimento de funcionários neste pagamento, e também para evitar qualquer dúvida de procedimento, da Soraia Garcia. Sendo que nesse caso, Relator, há uma alternativa. Como já há o inquérito avançado em Londrina, se pedir que o Doutor Sandro, que era o presidente desse inquérito retorne a essa investigação, estabeleça um prazo de 30 a 60 dias para conclusão do inquérito, porque se isso não acontecer, nós podemos daí, alternativamente marcar o depoimento dela nessa CPML, independente de qualquer sub-Relatoria. Só adianto isso para que se possa deliberar amanhã. Obrigado, Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Senhor Presidente, apenas para informar que ainda ontem, nós solicitamos e, no contato que tivemos hoje com o delegado Zampronha, ele já inclusive, não só nos confirmou o recebimento da nossa solicitação, quanto também já está pautando a oitiva do senhor Delúbio Soares, a propósito específico desse episódio COTEMINAS, assim como também da portadora dos recursos até a COTEMINAS, e de quem também na empresa recebeu. Informo, que quero crer que pela forma como a nossa formulação, a nossa proposição foi recebida, pelo delegado, com certeza ainda nessa semana nós teremos informações mais claras sobre todo esse *affair* que está em discussão atualmente neste Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Peço à assessoria que faça entrar no recinto o depoente. Perguntaria ao Senador César Borges, se pode assumir a presidência porque eu tenho compromisso, audiência agora. Eu lhe passo a presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Desejo informar a esse Plenário, o recebimento pela Mesa de um expediente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senador Delcídio

Amaral, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, do *Habeas Corpus* número 87334, tem como paciente o senhor Henrique Pizzolato, impetrante Mário de Oliveira Filho, com autor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPI dos CORREIOS: “Comunico à Vossa Excelência, que nos autos do *Habeas Corpus* número 87334, nos termos da decisão cuja cópia segue via fax, indeferiu o pedido cautelar. Atenciosamente, Ministro Carlos Aires Britto”. Em minhas mãos o termo de compromisso, conforme o artigo 2º, do Código de Processo Penal, do senhor Henrique Pizzolato, com os dados e a devida assinatura. O senhor Henrique Pizzolato está acompanhado de seu advogado, cujo nome Roberto Ferreira do Amaral Filho e também o Dr. Mário de Oliveira Filho. São os dois advogados do Doutor Henrique Pizzolato. Dadas essas informações ao Plenário, eu passo a palavra ao depoente, senhor Henrique Pizzolato se desejar fazer uso da mesma para explicações iniciais.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Excelentíssimo senhor Relator, Osmar Serraglio, senhoras e senhores Senadores, senhoras e senhores Deputados, imprensa, assessores, convidados. Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar colaborando com essa Comissão, pela segunda vez, e dizer aos senhores que estou plenamente à disposição para prestar os esclarecimentos, e responder às perguntas ou eventualmente, colaborar e sanar algumas dúvidas que possam existir. Pediria a licença ao senhor Presidente, ao senhor Relator para inicialmente fazer uma breve exposição sobre a Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco. E, para economizar tempo e ter uma sequência mais didática, eu vou me conduzir por um breve texto, que acredito que facilitará a compreensão dos senhores. E das senhoras, desculpe. “Tomei posse na Diretoria de Comunicação e Marketing do BANCO DO BRASIL, no dia 17 de fevereiro de 2003, e quando da minha posse, recebi a determinação do Presidente do Banco DO BRASIL, à época, Doutor Cássio Casseb, e a orientação do senhor Ministro Chefe da SECOM, Luiz Gushiken, para dar continuidade aos trabalhos e não realizar nenhuma mudança na diretoria, quer com relação a funcionários, quer com relação à filosofia de trabalho, quer com relação aos contratos em andamento. Segui fielmente as determinações. Nenhum funcionário foi trocado ou substituído, nenhuma campanha publicitária foi interrompida, nenhum patrocínio foi cancelado, nenhum projeto foi alterado. Sei que é do conhecimento dos senhores já, de que o BANCO DO BRASIL possui um sistema, um modelo, um moderno de gestão, um modelo compartilhado e segmentado. Esse modelo, considerado um modelo avançado, foi implantado no Banco aproxima-

damente há 10 anos, pelo então, Presidente do Banco Dr. Paulo César Ximenes e tem sido muito elogiado a partir de então. Esse modelo de gestão compartilhado significa que, no BANCO DO BRASIL quem propõe não compra, quem compra não paga, quem paga não fiscaliza”. E eu trouxe aqui para os senhores e passo à mão do senhor Presidente, um pequeno organograma, um gráfico, tentando auxiliar na compreensão de como funciona esse modelo no Banco. “Dessa forma, os procedimentos se dão da seguinte maneira: As Diretorias de Negócios propunham as campanhas publicitárias ou patrocínios. A Diretoria de Marketing repassava o *briefing* para as agências de publicidade. As propostas apresentadas pelas agências de publicidade eram analisadas e discutidas. A Diretoria de Marketing junto com a Diretoria de Negócio, escolhida uma proposta, esta era submetida à aprovação dos comitês decisórios, Comitê de Comunicação, Comitê de Marketing e o Conselho Diretor do Banco. Os pagamentos às agências de publicidade eram feitos por outra diretoria, a Diretoria de Logística. Sendo da responsabilidade dessa diretoria a conferência, inclusive dos documentos e da certificação da realização das campanhas. Portanto, a Diretoria de Negócios propunha, a Diretoria de Marketing contratava, a Diretoria de Logística pagava e a Diretoria de Controles fiscalizava. Quanto ao compartilhamento, esse se dava, também da seguinte forma: gastos de até 200 mil reais em patrocínio e até um milhão de reais em propaganda, eram aprovados pelo Comitê de Marketing, composto pelos seis gerentes executivos da Diretoria de Marketing e pelo diretor. É importante ressaltar, que a nomeação de todos os gerentes, e inclusive, seus substitutos eventuais, era feita pelo Presidente do Banco. O diretor não nomeava ninguém que junto com ele tomava decisão. Os gastos das importâncias que eu me referi anteriormente, até três milhões de reais em patrocínio ou propaganda, eram aprovados pelo Comitê de Comunicação, composto por 11 diretores do Banco e gerentes, perdo, superintendentes executivos do Banco. Os gastos superiores a três milhões de reais, eram aprovados pelo Conselho Diretor do Banco, formado pelo Presidente do Banco e pelos sete vice-presidentes”. E eu trouxe também um, uma espécie de organograma, um fluxo de alçadas para facilitar o entendimento e a compreensão dos senhores. Todas essas informações que eu estou prestando, elas podem ser facilmente verificadas nos estatutos, no estatuto do Banco, nos manuais e nas normas e alçadas do Banco. Importante também repassar aos senhores, as informações de como era confeccionado o orçamento de marketing. “O orçamento da Diretoria de Marketing, não era um orçamento, aliás, não era um

orçamento autorizativo, era um orçamento propositivo. Portanto, não havia autorização prévia de gasto. O orçamento era elaborado pelo Comitê de Orçamento, que é subordinado a vice-presidência de controle e recuperação de ativos. A Diretoria de Marketing não tinha assento, nem voto neste comitê. O processo tinha a seguinte seqüência: As Diretorias de Negócio do BANCO DO BRASIL propunham ao Comitê de Orçamento, os valores anuais que julgavam necessário para a divulgação e comunicação de seus produtos. O Comitê de Orçamento submetia ao Conselho Diretor e este ao Conselho de Administração, que aprovava o orçamento anual do Banco, com o volume de recursos que julgasse conveniente. A partir desta aprovação, a Diretoria de Marketing, reunia-se com os diretores de negócio, e de comum acordo definiam no Comitê de Comunicação, aonde participava, participavam os 11 diretores, então eram definidos de comum acordo o montante destinado a cada diretoria, e alocados cronologicamente por campanhas e eventos. Cada diretoria detinha um volume total de recursos devidamente divididos cronologicamente em campanhas, patrocínios e promoções de eventos. Essa distribuição de recursos por eventos, das diretorias era submetida então, depois, novamente, ao Conselho Diretor do Banco e, se aprovado, no Conselho Diretor do Banco, era encaminhado para a aprovação na Secretaria de Comunicação do Governo. Aprovado na Secretaria de Comunicação do Governo constituía-se então, no documento chamado, plano anual de comunicação, patrocínio, propaganda e publicidade do Banco. Independentemente de todas, todas essas aprovações, todo e qualquer efetivação de gastos tinha que seguir as alçadas” – conforme, eu há pouco descrevi e repassei para os senhores. Queria frisar apenas uma questão, o Diretor de Marketing não tinha nenhuma alçada individual, tudo era decidido por comitês e dependendo da alçada, até o Conselho Diretor. Também é importante informar aos senhores que, uma semana antes da minha posse na Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL, o Conselho Diretor decidiu prorrogar os contratos com as agências de publicidade licitadas que prestavam serviços ao BANCO DO BRASIL, e essa prorrogação foi feita até o final de setembro de 2003. As agências que tiveram seus contratos prorrogados foram, a DNA Propaganda, responsável pela publicidade do pilar varejo no Banco. A Agência LOWE, responsável pela publicidade do pilar comercial Governo, Judiciário e campanhas institucionais, e a agência GROTTERRA, responsável pelo pilar comercial atacado. As agências não poderiam faturar, receber menos de 25% ou mais de 40% dos recursos orçamentários do conglomerado BANCO DO BRASIL, segundo o edital

de licitação e os contratos assinados do Banco com as agências. Como e quando, eu fui informado e tive o conhecimento da existência do fundo emissor VISANET, e de como se operacionalizava esse fundo no BANCO DO BRASIL? Foi aproximadamente após 60 dias após a minha posse, eu fui procurado na Diretoria de Marketing, pelo Diretor de Varejo do Banco, senhor Fernando Barbosa, pelo gerente de propaganda, o senhor Cláudio Vasconcelos, que me apresentaram uma nota técnica interna do Banco, que descrevia sobre o fundo emissor VISANET, e a importância de aproximadamente 24 milhões, era a primeira nota, disponibilizada pela VISANET, e esses recursos que eram da VISANET, deveriam ser utilizados na publicidade e na promoção de cartões com bandeira VISA, emitidos pelo BANCO DO BRASIL. A nota, quando me foi apresentada, já continha as assinaturas do diretor de varejo, do gerente de cartão de crédito do Banco e do gerente de propaganda. Já constava na nota o nome da agência de publicidade, o número da conta corrente da agência de publicidade e o número da agência, para a qual a VISANET faria a transferência dos recursos. Esses recursos não passavam pelo BANCO DO BRASIL, nem passavam pela Diretoria de Marketing. Iam diretamente da VISANET para a agência de publicidade. Eu trouxe também um fluxograma, de como funcionava mais ou menos a transferência dos recursos, tenho algumas cópias, aí tem mais de uma cópia, eu não consegui fazer, talvez o número de cópias suficientes. Explicaram na conversa com o diretor e o gerente, eles me explicaram que os recursos eram decididos no Conselho da VISANET. E nesse conselho o BANCO DO BRASIL possuía três representantes, o Presidente do Banco, o Doutor Cássio Casseb, o Vice-Presidente de Varejo e Distribuição, Doutor Edson Monteiro e o diretor de varejo, o Doutor Fernando Barbosa, que comigo estava. Que o volume de recursos era proporcional à participação de cada acionista, e que o Banco detinha aproximadamente 30% das ações, portanto, teria direito a aproximadamente 30% dos recursos. Que, no entanto, esses recursos não constavam do orçamento do BANCO DO BRASIL, não faziam parte do orçamento do BANCO DO BRASIL. Por que da escolha da Agência DNA? Como já foi demonstrado e eu queria repassar para os senhores aqui, mais um gráfico de como foi feita a distribuição entre as agências, que eu me referia já antes. No final de 2002, aproximadamente cinco meses antes da minha posse na Diretoria de Marketing, o BANCO DO BRASIL, seu Conselho Diretor, aprovou a reestruturação dos negócios do Banco e a estruturação passou a ser em três pilares de negócios. Primeiro, o pilar varejo, essa seria a nova estruturação, responsável pelos clientes pessoa

física. O pilar atacado, responsável pelos clientes pessoa jurídica. E o pilar Governo, Poder Judiciário, responsável pelos clientes governos municipais, estaduais, federal e o Poder Judiciário. A partir de então, as três agências de publicidade, que já estavam no Banco, de comum acordo, escolheram o pilar negocial com o qual tinham maior afinidade, ou se achavam mais expertise. É esse o gráfico que eu passei ao Senador. Nesse processo, a GROTTERA ficou com o pilar atacado. A DNA com o pilar varejo, a LOWE com o pilar Governo, Poder Judiciário e com as campanhas institucionais do Banco. É óbvio que por ser o cartão de crédito, um produto quase que eminentemente varejo, então ficaria com a DNA, responsável pelo pilar varejo. Na estrutura anterior, antes dessa estruturação dos três pilares negociais, a transferência, a transferência dos recursos da VISANET, havia sido feito para a Agência LOWE, e para a Agência DNA, em 2001 e 2002, da mesma forma como estava sendo proposta, e foram mostradas às notas técnicas dos dois anos anteriores e como havia sido feito. Eu chamei atenção, perguntei ao diretor de varejo e ao gerente, o fato de nós já termos aprovado o plano anual na SECOM, àquela época, e nesse plano anual não se fazia citação ao Fundo VISANET e que, portanto, haveria necessidade de comunicar a SECOM sobre a existência desse Fundo VISANET. A resposta que eu obtive e que se comprovava, era de que esse procedimento era um procedimento de dois anos anteriores do Banco, e que o Banco para tomar esses procedimentos estava respaldado em pareceres jurídicos e contábeis. Depois dessas informações, eu fui até o Presidente do Banco, a quem eu estava subordinado, Doutor Cássio Casseb, para buscar mais informações sobre o Fundo VISANET.

Senhor Relator. Só uma questão de ordem, poderia repetir o nome das agências? Porque nos contratos nós temos aqui a DNA, a DMAIS BRASIL...

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em 2002, de 2002 até setembro, quer dizer, quando foi estruturado em 2002, até setembro de 2003, não é?

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Esse, que são essas agências aí.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eram as agências, no gráfico que eu repassei aqui, ela demonstra bem. Então, até setembro de 2003 foi DNA, GROTTERA e LOWE. A partir de setembro de 2003 foi DNA, DMAIS e OGLOBY.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim, mas o senhor diz que no episódio VISANET, houve a escolha por um segmento. E isso aconteceu com as novas três, depois da coisa ou não?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, sempre--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Foram elas que escolheram?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Sim. Sempre o processo era de comum acordo com as agências, porque detinham os limites orçamentários.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Deputado Onyx-

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, desculpe, era só...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Pela ordem dos trabalhos, é interessante que anotassem às perguntas e dúvidas-

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas é para esclarecer porque são-

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): --Para que deixasse concluir aqui o pronunciamento do depoente --

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas são coisas diferentes que nós estamos tratando aqui-

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): -- E, aí, depois na inquirição, seriam esclarecidos esses pontos.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Já estou quase concluindo. Então, conversando com o Presidente do Banco, ele me informou que tinha conhecimento do Fundo VISANET, tendo em vista que era Conselheiro da VISANET, representando o BANCO DO BRASIL, através do Banco de investimento do BANCO DO BRASIL. Que o sistema, esse sistema de repasse, não passando os recursos pelo orçamento do Banco, era um procedimento comum a todos os acionistas, e que no entendimento do Conselho da VISANET, era o processo mais vantajoso para os Bancos e para a VISANET. Mas, tendo em vista que o presidente estava há pouco tempo no Banco, ele me sugeriu que eu fosse até o Vice-Presidente de Varejo e Distribuição, Doutor Edson Monteiro, que era uma pessoa que melhor conhecia todos esses procedimentos e todo o processo. Eu fui então, ao Doutor Edson Monteiro, ele confirmou as informações que eu havia recebido, e disse que o Conselho da VISANET havia adotado esse procedimento, basicamente para evitar uma tributação indevida, porque os recursos do Banco, se viessem para o Banco, seriam tributados e dessa forma não necessitaria tributá-los. Mostrou que tinha um parecer jurídico, que o Banco desde 2001 ao fazer isso, fazia com base num parecer jurídico e que, portanto, tinha conforto, e frisou por diversas vezes, esses recursos não são do Banco, e no meu entendimento, no entendimento dele, no entendimento do Banco, portanto, esses recursos não se subordinavam ao decreto que tornava obrigatória a prévia aprovação na SECOM, das

campanhas realizadas com esses recursos. Foi então, que eu já tinha uma reunião previamente agendada, uma reunião ordinária na SECOM e fui no final da reunião, depois de concluída a reunião, eu conversei com o Chefe de Gabinete do Ministro, Doutor Marcos Flora, sobre a existência, explicando a existência do fundo e, levando às informações de como eram os procedimentos. Ele ouviu todo o meu relato e depois me levou até o gabinete do Ministro, aonde eu brevemente expus ao Ministro, a existência desses recursos que não constavam do orçamento, e que eram providos da VISANET, e que existia um entendimento no Banco, de que por não serem recursos orçamentários esses recursos não se subordinavam, então, a prévia aprovação da SECOM. O Ministro disse que concordava com a interpretação do Banco. E que por não serem àqueles recursos do orçamento, não havia obrigatoriamente legal de submeter os recursos previamente a SECOM. Disse que não existia nada de errado, que eu deveria assinar a nota, ele disse: "Olha, pode assinar a nota que não tem nada de errado, e que em última análise essa era uma boa notícia para o Banco, porque o Banco estava num processo de negociação, com os veículos de comunicação, em detendo mais recursos, nós poderíamos conseguir preços melhores, poderíamos conseguir descontos melhores, junto aos veículos de comunicação". Me pediu apenas que para evitar que as campanhas do Banco perdessem a uniformidade, porque as campanhas do cartão de crédito eram assinadas com a marca BANCO DO BRASIL, que eu informalmente, antes de veicular as campanhas, as apresentasse a SECOM, para eles poderem auxiliar na uniformidade das campanhas que o Banco fazia. Voltei ao Banco, assinei, dei um "de acordo", na nota que no meu entendimento, esse de acordo em nome da Diretoria da DMAIS, significa que a verba disponível usada pela VISANET seria usada em campanhas de cartão de crédito conforme demanda apresentada pela Diretoria de Varejo, porque era uma nota interna do Banco. Não necessitando a Diretoria de Varejo ou a Gerência de Cartões de Crédito, buscar uma outra estrutura, uma nova estrutura, como acontecia com as empresas participadas do BANCO DO BRASIL, que tinham uma estrutura própria para fazer... Tinham agências próprias para fazer sua publicidade. Não era de competência da Diretoria de Marketing a liberação da verba, essa competência era exclusivamente da VISANET. Os pagamentos das campanhas publicitárias e patrocínios não eram feitos pela Diretoria de Marketing, a diretoria não detinha qualquer acesso às contas bancárias das agências e dos fornecedores, até porque, para isso nós teríamos que quebrar o sigilo bancário dos clientes. O que é importante, quase

finalizando, para frisar, é que eu gostaria que ficasse bem claro, é que o relacionamento da VISANET com o BANCO DO BRASIL, não era feito pela Diretoria de Marketing. O relacionamento da VISANET com o BANCO DO BRASIL era feito pela Gerência de Cartões de Crédito, pela Diretoria de Varejo e pelos Conselheiros do Banco, no Conselho da VISANET. Inclusive, na VISANET existia um Comitê de Marketing. Quem representava o Banco não era a Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL, era a Diretoria de Varejo. As alçadas decisórias para a aprovação desses recursos, elas seguiam o mesmo critério que eu já apresentei nessa planilha por valores até 200 mil, Comitê de Marketing, até três milhões, Comitê de Comunicação e acima, o Conselho Diretor do Banco. Durante todo o tempo que eu estive na Diretoria de Marketing, nunca fui informado pela VISANET de qualquer discordância, nunca recebi qualquer documento que houvesse qualquer discordância quanto aos procedimentos da diretoria. Muito menos da auditoria interna do Banco, Conselho Fiscal ou qualquer órgão externo de fiscalização nos informou sobre qualquer restrição aos procedimentos da Diretoria de Marketing. Para finalizar, queria reafirmar aos senhores, que a área de marketing do BANCO DO BRASIL, a Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL, sempre foi considerada pelo mercado como uma área de excelência técnica e profissional. No período em que eu estive na Diretoria de Marketing, o Banco obteve os prêmios mais cobiçados nesse mercado. O nosso modelo de patrocínio esportivo, que é do conhecimento dos senhores, modelo de patrocínio cultural, ele não só é reconhecido no Brasil, como é reconhecido no exterior. Eu tive a felicidade de estar no Banco em um período, nesse período em que eu estive na Diretoria de Marketing, o Banco agregou diariamente uma média de 10 mil novos clientes, ou seja, aproximadamente 08 milhões de clientes. O que se constitui num fato inédito no setor bancário mundial. Foram 10 mil de novos clientes, dia. O Banco estava com aproximadamente 13 milhões e 500 mil clientes, nós ultrapassamos a cifra de 20 milhões de clientes. Então, eram algumas informações iniciais que eu gostaria de deixar com os senhores, gostaria de passar também ao Senhor Presidente, esse texto guia e uma cópia de todas as planilhas e, ao senhor Relator e me colocar à disposição dos senhores para as perguntas, questionamentos e dúvidas que eu possa esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES

(PFL-BA): Eu agradeço, Doutor Pizzolato e íamos solicitar esse material. Nós vamos tratar de xerografar e distribuir aos senhores componentes da CPI, mas lamentavelmente nós vamos suspender temporariamente, porque me parece há uma votação nominal na Câmara

dos Deputados e os Deputados tomaram conta dessa CPMI, nem a Senadora Ideli Salvatti, nem a Senadora Ideli Salvatti está presente hoje, não é? Então, nós vamos suspender por 15 minutos. E, nós voltaremos quando estará disponível esse material para os senhores componentes. Eu peço sua paciência aí.

(Intervalo)

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES

(PFL-BA): Senhores Senadores, senhores Deputados, vamos reiniciar a nossa sessão, solicitando ao senhor depoente que possa comparecer.

(Soa a campanha).

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES

(PFL-BA): Bom, solicitando desculpa aos senhores membros dessa CPI, e também aos depoentes que o lanche atrasou, mas vamos ganhando tempo aqui com os nossos trabalhos. E, já o depoente tendo feito o seu depoimento inicial, eu passo em seguida a palavra ao Relator, nobre Deputado Osmar Serraglio, para que ele possa fazer as suas indagações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO

(PMDB-PR): Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares, senhor depoente. Na verdade, Vossa Senhoria já esteve aqui conosco quando o interrogamos, mas após aquela ocasião houve um fato novo, na verdade, dois fatos novos. Um, que foi o esclarecimento sobre como procedia a VISANET, isso enquanto análise documental que a CPMI procedeu. E outro, foi à entrevista que Vossa Senhoria concedeu a “Isto é Dinheiro”, que trouxe várias dúvidas à investigação. Eu ouvi atentamente a manifestação de Vossa Senhoria, mas confesso que há um certo conflito entre a sua entrevista e a forma como hoje trouxe essas informações, mais especificamente com relação à participação da SECOM, em relação às definições da VISANET. Existem várias, vários tópicos, vários pontos na sua entrevista sobre os quais nós iremos incidir o questionamento. Um deles é o que diz respeito à praticamente, ter recebido uma ordem do Ministro Gushiken, a que assinasse o seu “de acordo” naquela decisão sobre a antecipação do pagamento efetuado a VISANET, na primeira oportunidade em 2003. Agora, Vossa Senhoria veio e disse que foi aconselhado, ou Vossa Senhoria está faltando com a verdade agora, ou faltou com a verdade quando foi entrevistado pela “Isto é Dinheiro”. Eu perguntaria, Vossa Senhoria na época percebeu que estava sendo gravado, houve gravação da sua entrevista?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO:

Eu gostaria de explicar o contexto em que essa matéria foi gerada. Na realidade, eu estava em Santa Catarina num momento pessoal muito delicado, atendendo a doenças familiares, quando o jornalista me acessou através do

telefone da minha esposa, solicitando que eu fosse a São Paulo para conceder uma entrevista. Eu fui muito explícito com o jornalista, dizendo que eu não poderia conceder entrevista, que eu não estava falando com a imprensa e que ele procurasse o advogado, Doutor Mário de Oliveira Filho, que estava prestando as informações que a imprensa solicitava. Ele insistentemente voltou a ligar, querendo que eu então, aceitasse dar entrevista de outras formas, eu disse que não daria entrevista em hipótese alguma, e pedi para ele que entendesse a minha situação e às condições em que eu estava vivendo. Aproximadamente uns quatro dias depois, depois de insistentes telefonemas e ele fazia questão de ligar com um telefone, que aparecia não identificado, o que nos deixava de sobressalto em função dos problemas familiares. E ele me ligou e disse que estava reunindo informações, e que iria conferir algumas informações para certificar dos dados. E que iria me fazer algumas perguntas formalmente, para eu responder. Eu manifestei o meu constrangimento, dizendo: “Olha, converse com o advogado, mas se for para auxiliar no esclarecimento, eu posso te responder algumas perguntas”. Ele fez algumas perguntas rapidamente, eu inclusive, estava me deslocando na hora, e no final, eu solicitei a ele muito nitidamente, muito claramente, por favor, não publique nada, não, eu não quero conversar com a imprensa. E eu fui surpreendido dois dias depois, até porque no local onde eu estava era interior de Santa Catarina, eu não tinha acesso à revista, quando eu fui informado de que havia saído uma entrevista. Na realidade, a entrevista contém algumas informações que eu dei, mas contém também interpretações, contém informações parciais, contém algumas análises e conclusões que não conferem com o meu pensamento. Então... E a montagem da entrevista foi o que mais me surpreendeu, porque eu não fui informado que eu estava dando uma entrevista. Eu fui solicitado para prestar alguns esclarecimentos. Eu acredito que isso, eu não fui informado se estava sendo gravado, ou não, mas eu acredito que é de praxe, que é de comportamento usual, a gravação, e eu acho que os senhores podem verificar isso solicitando toda a gravação que os senhores vão perceber que, por diversas vezes eu frisei, não quero falar com a imprensa, por favor, da última vez eu solicitei, “por favor”, para ele compreender a situação que eu estava vivendo e que parasse de me ligar. Então, foi nesse contexto que eu conversei com o repórter.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria, quando foi ouvido pelo repórter, não estava sob compromisso. Portanto, se lá faltou com a verdade, não há problema. O problema moral, ético, mas aqui conosco Vossa Senhoria

está sob compromisso, de forma que até como cautela da CPI nós, tal qual se procede em juízo, nós gostaríamos de alertá-lo para isso. Isso em relação a todo o decorrer do questionamento que iremos formular.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem, senhor Presidente, apenas uma indagação. O depoente falou que a entrevista poderia ser degravada. Pergunto então, se ela foi gravada a entrevista?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, eu não tenho essa informação. Eu acredito, que sempre quando um repórter conversa com uma pessoa, ele grava.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nem sempre. O senhor não sabe se foi gravada?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ele não me informou, ele não me informou se estava gravando ou não, Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Agora, Vossa Senhoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Foi por telefone?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Foi pelo telefone celular, inclusive não meu. E foi um momento assim, era um final de tarde, e eu estava bastante apreensivo com algumas informações, que minha irmã havia me passado sobre resultados médicos. Aí tocou o telefone da minha esposa, apareceu no visor, “chamada não identificada”. Eu atendi ao telefone, era o repórter novamente. E o que ele disse: “Olha, tudo bem, se você não pode vir a São Paulo, se você não quer dar entrevista, mas você poderia me auxiliar, que eu já reuni bastante material e eu queria que você me auxiliasse a sanar algumas dúvidas”. E eu disse: “Olha, se for rápido e eu puder ser útil”, mas no final eu frisei mais uma vez, “eu não quero dar entrevista, por favor, entenda a minha situação, pare de me ligar, não publique nada, por favor. Sem conversar com o meu advogado”. Ele chegou depois a fazer um contato com o Dr. Mário, chegou a marcar e agendar uma conversa e não apareceu, e apareceu a matéria que eu fiquei sabendo a posteriori, que quando tive acesso: “Olha, tem interpretações, tem algumas informações aqui que eu prestei, mas têm interpretações, tem conclusões, têm frases que não corresponde ao sentido que eu quis dar na hora que tentei auxiliar o repórter”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu queria insistir nessa última manifestação de Vossa Senhoria, quando disse que houve conclusões, interpretações, portanto, aí é uma manifestação do jornalista. Só que agora Vossa Senhoria fez referência a frases. A pergunta é: Existe alguma afirmação no texto, afirmação atribuída expressamente

a Vossa Senhoria, que se nós formos confrontar com uma eventual degravação, não corresponde com a sua manifestação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Existe, existe, Deputado. Por exemplo, existe uma frase dizendo que quem tomou a decisão, foi o Presidente Cássio Casseb. Eu disse que quem tomou a decisão foi o Conselho da VISANET, aonde participava o Presidente Cássio Casseb, o Vice-Presidente Edson Monteiro e o diretor de varejo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): E quem presidia o conselho?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não tenho essa, não tenho essa informação. Eu recebi a informação de que o Banco, àquela época era representado no Conselho da VISANET por essas três pessoas, depois houve a alteração com a saída do Presidente Cássio Casseb, eu acredito que antes até da saída dele, ele foi substituído pelo vice-Presidente de Tecnologia, Cerqueira César, e com a saída do Doutor Fernando Barbosa, ele foi substituído pelo novo Diretor de Varejo, o Doutor Paulo Bonzanini. E o Doutor Edson, eu não sei se foi substituído ou não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Numa dessas passagens, Vossa Senhoria diz assim: “Chegaram para mim com o documento pronto para assinar. Já tinha até parecer de auditoria, faltava o meu “de acordo”. E eles disseram que os outros Bancos sócios da VISANET, também faziam assim”. Eu quero dizer que as informações que nós temos da VISANET, em relação aos outros Bancos, é que eles não anteciparam pagamentos. Então, quando... Vamos por partes. Primeiro, Vossa Senhoria disse que eles chegaram com o documento pronto. Quem são eles que chegaram? Onde Vossa Senhoria estava quando foi abordado? Por quem?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu estava na Diretoria de Marketing, conforme eu já relatei na minha exposição inicial, e eles chegaram--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Chegaram de caso pensado para resolver aquele problema, as pessoas juntas com o documento para colher sua assinatura?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Exato. Chegaram, deixe eu lhe explicar. O diretor de varejo, senhor Relator, e o gerente de propaganda, vieram até a minha mesa com o documento, e passaram a me relatar o que era aquele documento. Dizendo: “Olha, o Banco participa como acionista da VISANET, através do Banco de investimento e a VISANET disponibiliza para os acionistas, os cotistas, um recurso anual que é decidido no conselho, conforme descrevi – e consta nessa minha exposição inicial – proporcionalmente. E, esse ano a

decisão do conselho, atribui o Banco uma importância de aproximadamente 24 milhões – na nota estava escrito – e, nós temos então, que como a decisão já é da VISANET, nós temos agora, que acertar a estruturação das campanhas, para utilizar esses recursos e montar um plano de utilização e dar, o “de acordo” nessa proposta que a Diretoria de Varejo, junto com a área de cartões estava trazendo”. Eu fiz às perguntas que eu já relatei no início, para me inteirar mais do assunto, porque para mim àquele processo era um processo novo e, como não constava do orçamento do Banco, eu havia acompanhado todo o processo de orçamento do Banco até a aprovação na Secretaria de Comunicação do Governo, do plano anual que era consequência do orçamento. O plano anual de comunicação, marketing, publicidade e propaganda.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas do plano anual não constava--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Do plano anual não constava e, por isso, foi me dada a justificativa, de que aquilo não poderia constar por que não eram recursos do Banco. E que esses recursos não transitavam pelo Banco. Era uma decisão da VISANET, do Conselho da VISANET, junto com os Conselheiros do Banco, com a Diretoria do Banco, de que isso não transitasse no Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Se esses recursos eram da VISANET, como eram aportados a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho essa informação. Eu não, eu não participava de nenhuma instância (...)

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Convenhamos, Pizzolato, Vossa Senhoria não tem porque não é essa a... O fato não é esse. Esses recursos não eram aportados a VISANET. Tanto é que foi o BANCO DO BRASIL que assinou o cheque e passou o cheque. Como é que esse recurso era aportado a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpa, senhor Relator, os recursos eram aportados da VISANET para a agência de publicidade. Não eram do BANCO DO BRASIL, os recursos nem passavam pelo BANCO DO BRASIL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Quem liberou os recursos, passou os recursos para a DNA foi o BANCO DO BRASIL.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Com essa sequência de autorizações, todas que vocês procederam.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Saiu da conta do BANCO DO BRASIL, foi para depósito no BANCO DO BRASIL.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho, senhor Relator, eu não tenho essa informação de como eram feitos os procedimentos, porque não era da minha alçada. A única minha informação era--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, o senhor me permita auxiliar o senhor Relator? Deputado Osmar Serraglio, talvez Vossa Excelência pudesse mostrar ao depoente, o documento em que ele autoriza esse aporte financeiro da VISANET a DNA, inclusive, tem o de “acordo dele” aqui, assinatura em 06/05/2003, não sei se o depoente assina, como ele não lembra de muita coisa, geralmente nem lembra de muita coisa, talvez fosse interessante mostrar esse documento que ele talvez lembre.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Deputado Eduardo Paes, me parece uma questão diferente, é que foi o BANCO DO BRASIL, segundo o Deputado Osmar Serraglio que fez o aporte para a DNA, e não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não a VISANET.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Autorização, para que a VISANET fizesse o aporte para a DNA. É isso, Deputado?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se eu puder auxiliá-lo--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu insisto, como é que esse recurso chegava a VISANET? Como é que era feito esse aporte?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No gráfico, nessa, senhor Relator, nessa planilha que eu mostrei para o senhor, tem o fluxo. A VISANET constituía o Fundo VISANET, que era comum a todos os acionistas e a VISANET creditava o recurso à agência de publicidade. A única exigência que o Banco fazia, é que a agência de publicidade tivesse conta no BANCO DO BRASIL, que essa conta fosse uma conta no, perdão, que essa conta fosse uma conta do BANCO DO BRASIL, o que era coerente, porque o Banco não iria permitir que recursos migrassem para outro Banco concorrente, mas o fluxo, não era do BANCO DO BRASIL. O BANCO DO BRASIL era representado no conselho, pelos três conselheiros. No Conselho da VISANET era decidido, o volume de recursos total e, por sua vez, a fração de cada acionista. Esses recursos compunham o Fundo VISANET, que não era um fundo exclusivamente para marketing, ele atendia também a outras, a outros requisitos como, por exemplo, compra de cartões, plástico de cartões, *softwares*, *net*, alguma coisa de tecnologia, ou

alguns outros eventos com a Diretoria de Distribuição, de Promoção com os gerentes. Desse Fundo VISANET, à parte que era de marketing, que a Diretoria de Varejo e a Gerência de Cartões, informavam à Diretoria de Marketing, nós, a Diretoria de Marketing não detinha a informação de quanto era, de como era, era a Diretoria de Varejo que por isso... As notas elas surgiam, as notas técnicas internas e essa aqui é uma nota interna do Banco. Elas surgiam na Diretoria de Varejo, porque ela detinha a informação de qual era o valor. E trazia um pequeno esboço que depois era detalhado, de quais eram as principais campanhas e os eventos, com os quais seriam utilizados aqueles recursos. E aí então, era creditado da VISANET para a agência de publicidade, numa conta do BANCO DO BRASIL, da agência de publicidade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Na verdade, o fundo era composto por três grandes grupos, não é? BANCO DO BRASIL, BRADESCO e outros. Outro grupo. Agora, cada um administrava o seu cartão. A promoção do seu cartão?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Exato. Cada Banco fazia o seu plano, de utilização dos recursos para manutenção da venda, ampliação de venda ou acréscimo de utilização do cartão.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sei. Mas cada Banco também poderia decidir, não necessariamente de acordo com a proporção que tivesse dentro da VISANET no sentido do investimento, porque se você percebe, você tem um cartão com uma determinada especificidade, que identifica imediatamente com o BANCO DO BRASIL, vocês fariam uma promoção que poderia ser diferenciada em relação a outro grupo, que também tivesse cartão VISA, mas que também não tivesse tanto recurso para promovê-lo. Essa definição da VISANET enquanto fundo, a primeira pergunta: essa definição dos recursos do Fundo VISANET obedecia rigorosamente à proporção da sua integração, ou cada um grupo poderia investir, segundo o seu interesse de retorno na utilização do fundo? Portanto, quanto maior a divulgação do seu cartão, maior a participação do mercado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho essa informação de forma precisa, senhor Relator, porque eu não fazia parte de nenhuma instância da VISANET--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas enquanto Diretor de Marketing do Banco--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Mas pressupondo que os outros Bancos não permitiriam que fosse feita uma divisão desproporcional a cada Banco, porque senão um concorrente estaria ganhando espaço do outro. Havia uma disputa de mercado nisso. A in-

formação que me foi trazida era: o Banco detém em torno de 30%.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, não havia disputa na verdade de mercado, se todos eram obrigados a obedecer a um determinado padrão, ninguém poderia avançar mais em relação aos outros. Essa definição do valor, Vossa Senhoria afirma que necessariamente, é atrelada a percentagem de 31%? Isso, a contabilidade da VISANET vai evidenciar.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho, senhor Relator, nenhum documento, da VISANET, nunca tive acesso, nunca a Diretoria de Marketing teve acesso a documentos da VISANET. Eu tenho a nota que a VISANET publicou dizendo que, desculpe, “em 2001 a VISANET criou o Fundo VISANET, com o objetivo exclusivo de simular as ações de marketing dos Bancos sócios da VISANET, de modo a cumprir sua meta de crescimento e comercialização e da utilização dos cartões de crédito e débito, com bandeira VISA”. Aí segue mais: “Cada um dos 23 Bancos associados da VISANET, além da visa são gestores de uma cota desse fundo de incentivo. Que é proporcional a sua participação acionária na VISANET”. Essa é a nota da VISANET. A VISANET aloca os recursos aos acionistas, segundo os planos estratégicos de marketing adotado por elas, para investimentos em propagandas e promoção dos cartões de créditos e débitos com bandeira VISA.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Percebe essa afirmação? Segundo os planos de cada um? Uma coisa é gerir a cota, enquanto cota numa empresa. Outra coisa é nós termos interesses específicos dentro de um universo em que nós setorizamos, e temos interesses e aplicamos essa regra final, quando ele disse que cada um faria os seus planos de marketing e, portanto, evidentemente, com os custos correspondentes. Na verdade, o BANCO DO BRASIL é que administrava os seus 31%, ou 31,8%, dentro dessa empresa, com os planos que entendesse deveriam ser aqueles que melhor lhe dessem proveito. A definição toda era do BANCO DO BRASIL.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Vou--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): --Havia na VISANET um corpo que verificasse se os planos de marketing, enfim, os eventos deveriam ser aqueles tais ou quais? A VISANET é uma ficção, é uma empresa jurídica, mas cuja gestão, cada um faria segundo essa divisão?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Relator, apenas para informá-lo. Eu entrei em contato agora com o senhor Leonardo Hatuche, que é o autor da matéria, e ele informa

que de fato, a entrevista foi gravada, mas foram quatro conversas. Apenas uma não foi gravada, as outras três foram gravadas e ele se dispõe a localizar as fitas e encaminhar, se possível ainda agora a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, senhor Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Aí Vossa Senhoria, mais uma vez percebe, que nós poderemos ter até o fim da tarde prova...

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sem dúvida.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que infirme eventuais manifestações, que aqui hoje apresente.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Relator, se a fita for degravada na íntegra, o senhor ouvirá, várias vezes, a minha recusa em dar a entrevista. O que eu queria lhe responder sobre a pergunta que o senhor estava fazendo. A Diretoria de Marketing, ela junto com a Diretoria de Varejo, ela propunha um plano de utilização dos recursos. Esse plano quem remetia a VISA, não era a Diretoria de Marketing, a VISANET. A VISANET diz inclusive na sua nota, que ela aprovava os planos, para então, liberar os recursos correspondentes àqueles planos. Mas a diretoria--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Se fosse assim--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing competia, estruturar um plano, campanhas, patrocínios, numerá-lo, tentar ajustá-los cronologicamente até a utilização daqueles recursos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, quando Vossa Senhoria diz que a VISANET que procedia, Vossa Senhoria quer dizer, que a decisão de antecipar o pagamento foi generalizado da VISANET para todos, todos os cotistas? Se era ela que decidia, não é possível que tenha decidido, só no caso do BANCO DO BRASIL que se pagueu antecipado, os outros não!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tinha essa informação e não tinha poderes junto a VISANET, eu não ocupava nenhuma instância. A VISANET tinha um Comitê de Marketing que analisava essas propostas, pressuponho de todos os cotistas, analisava a proposta do BANCO DO BRASIL e que tomava as decisões. Porém, no Comitê de Marketing da VISANET, quem representava o Banco não era a Diretoria de Marketing, era outra Diretoria do Banco. Era a Diretoria de Varejo. Então, a minha alçada, ela ficava, a alçada da Diretoria de Marketing, ela ficava restrita às informações que nós recebíamos da Diretoria de Varejo, que na seqüência era um pouco porta-voz das decisões do conselho, junto com a Gerência de Cartões de Crédito, que é uma subsidiária integral do BANCO DO BRASIL,

e estruturarmos a utilização daqueles recursos sempre com metas. Se o senhor observar, eu não tenho todas as notas, solicitei ao Banco, mas o Banco até hoje não conseguiu me fornecer todos os documentos. Há sempre uma meta de crescimento que vincula a um resultado financeiro. Então, acredito que isso era, o Banco se comprometia a realizar isso internamente. Acredito que isso era repassado, isso era repassado a VISANET, mas eu não era o responsável, não tinha contato com VISANET--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só para, se Vossa Senhoria estava tão alheio a essas decisões todas, por que essa preocupação toda em dizer que não tinha nada com decisão, que o “de acordo”, foi de certo modo compelido a que assinasse? A Diretoria de Marketing não tinha absolutamente nada a ver com isso!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, a Diretoria de Marketing tinha--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): No entanto, os documentos foram assinados, essas deliberações foram assinadas por Vossa Senhoria.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing tinha o compromisso de estruturar campanhas para utilizar esses recursos. Como, por exemplo, eventos como o torneio de tênis em Sauípe, eram utilizados recursos do Fundo VISANET. O patrocínio de atletas, os atletas de vôlei. Ricardo e Emanuel, Shelda e Adriana. O festival de música de Brasília, os outdoors e outras exposições visuais do Banco em aeroportos. O envelopamento que se chama dos Bancos, perdão, dos ônibus no Aeroporto de Congonhas. O festival de cinema em Brasília. O festival de inverno em Ribeirão Preto, comerciais que nós fazíamos constantemente. Tudo isso compunha um plano de utilização, que a Diretoria de Marketing estruturava, com base na informação de que o montante de recursos era àquele, isso era repassado para a Diretoria de Varejo e para a Gerência de Cartão, que iam até a VISANET... Iam até a VISANET, e aí acredito que discutiam e acertavam, mas a Diretoria de Marketing não tinha acesso a VISANET, não se reportava a VISANET, não recebia nenhum documento da VISANET. Inclusive, as prestações--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É que Vossa Senhoria está partindo para uma fase mais à frente, que é da execução, mas a decisão, primeira e necessária, era da Diretoria de Marketing, tanto é que havia a necessidade da sua manifestação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpa, senhor Relator, a necessidade da manifestação da Diretoria de Marketing, significava que a Diretoria de Marketing,

com sua estrutura técnica formularia campanha, em conjunto com a área gestora do cartão para utilizar os recursos. Caso a Diretoria de Marketing dissesse “não”, esses recursos teriam que ser utilizados por uma outra estrutura de marketing, que não fosse a diretoria, o que era um pouco irracional. Quer dizer, a Gerência de Cartões teria que buscar uma estrutura de marketing, própria para fazer o marketing dos cartões. E ela era uma subsidiária integral do BANCO DO BRASIL. Mas o restante das decisões, não estava no âmbito, nem na alçada da Diretoria de Marketing. A Diretoria de Marketing não compunha conselho, não participava do Comitê de Marketing, não tomava as decisões, não se reportava ao VISANET--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse parecer que Vossa Senhoria se reporta, que já tinha até parecer de auditoria, esse parecer se reportava a quem?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Era parecer jurídico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Afirmando?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Parecer jurídico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Afirmando o quê?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que o procedimento do Banco, fazendo com que os recursos não passassem pelo orçamento do Banco, mas os recursos fossem da VISANET para a agência de publicidade, que aquele procedimento era um procedimento correto. Não competia a Diretoria de Marketing fiscalizar isso, competia a contabilidade do Banco e a área jurídica. Isso foi apenas me apresentado por acréscimo, porque eu estava me inteirando do assunto, quando foi me dito: “Olha, isso aqui não é um procedimento novo, o Banco quando iniciou esse procedimento em 2001, o fez baseado em pareceres, em documentos que lhe dessem respaldo, que lhe dessem conforto”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Na verdade, fica em aberto e não há... É difícil a interpretação exata dessa competência, porque ao mesmo tempo em que Vossa Senhoria, o tempo todo foi questionado e transferiu a decisão, de tal forma que teria sido compelido a assinar, agora, praticamente o senhor não teria nem por que assinar, porque, na verdade, tudo quem decidia era a VISANET. E eu insisto no que nós colhemos, é que havia um... A VISANET, ela tem uma partilha de competências, uma das quais cabia ao BANCO DO BRASIL, que tinha absoluta autonomia, para tudo decidir no que dissesse respeito ao seu cartão. E é nisso que se iniciava com a participação de Vossa Senhoria, como Diretor de Marketing, tomando às primeiras decisões, sem às

quais, era impossível a implementação da seqüência. E uma dessas decisões, era e foi ocasionalmente a de antecipação do pagamento. E daí, para a própria resistência que Vossa Senhoria tem em reconhecer, como própria decisão, atribuindo a outros, tanto é que diz: “Não, eles chegaram com os documentos já prontos, daí depois no dia seguinte, eu fui falar com o Ministro Gushiken, ele disse que era para assinar”. – “O que o senhor Ministro Gushiken lhe disse?” – “Ele mandou assinar”. Percebe? Passa a idéia de alguém que tenha sido conduzido a um ato que, agora, Vossa Senhoria diz: “Não, esse ato na verdade, nem me compete”. Mas vamos prosseguir. Depois eu volto a VISANET, mas eu quero seguir a entrevista de Vossa Senhoria. Que outros orçamentos indiretos existem e que, portanto, o BANCO DO BRASIL, entende que não integram o plano de marketing dele? Ou seja, em que outras situações, que outras empresas participam do BANCO DO BRASIL, que ele entende, isso é uma coisa da iniciativa privada, isso não precisa ir para o Tribunal de Contas da União, tal qual a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na Diretoria de Marketing, senhor Relator, o único recurso, era o recurso do fundo emissor VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em alguma outra diretoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós tínhamos através de um Fórum de coligadas, nós tínhamos às informações e buscávamos sinergia, era um fórum não deliberativo, junto com as empresas. Esse fórum se reunia trimestralmente, não era um fórum estatutário. Nós tínhamos conhecimento de que nas empresas participadas do Banco, ou seja, a título de capitalizações, previdência.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A BRASILPREV?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A BRASILPREV.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A BRASIL VEÍCULOS?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: BRASIL VEÍCULOS.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A BRASILCAP.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A BRASILCAP que é capitalização, que são as áreas de seguridade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A Diretoria de Marketing, não tinha nada a ver com os gastos de publicidade dessas empresas?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Essas participadas, elas tinham uma diretoria, um responsável pelo marketing. As decisões eram tomadas no âmbito da

empresa e a contratação das agências, também era no âmbito da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Portanto, as licitações realizadas pelo BANCO DO BRASIL, não abarcavam essas publicidades?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não abarcavam. O BANCO DO BRASIL buscava apenas nesses fóruns.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Algumas dessas têm alguma participação externa, enfim, da iniciativa privada como na VISANET? Ou ela é integral, uma subsidiária do BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nenhuma é integral subsidiária do BANCO DO BRASIL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual é a proporção, por exemplo, na BRASIL VEÍCULOS do BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho essa informação precisa, senhor Relator, mas acredito que deva ser 49%. Então, eu não quero aqui fazer uma informação, prestar uma informação indevida.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A Diretoria de Marketing, assim como de alguma forma, precisava dar o seu “de acordo” no caso da VISANET, também tinha que dar o seu “de acordo”, em relação a BRASIL VEÍCULOS, em alguma coisa de publicidade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma outra Diretoria do BANCO DO BRASIL, teria que dar o seu “de acordo” na publicidade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tinha, não tinha essa informação, porque eu não conhecia o fluxograma e como se davam isso, tendo em vista que essas empresas tinham suas instâncias, tinham suas diretorias, seus conselhos de administração, aonde vários membros do Banco participavam, seus conselhos fiscais, nunca, nada foi trazido para a manifestação da Diretoria de Marketing. O que nós fazíamos nesses fóruns era buscarmos trocar conhecimento e saber o que um estava fazendo e o outro também estava fazendo, a fim de somarmos esforços.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem da BRASILCAP?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nem da BRASILCAP.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem da BRASILPREV?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A BRASILPREV tem sua agência, tem sua diretoria, a BRASILCAP também tem sua agência e sua diretoria.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nessas empresas presidiam licitação, ou era uma decisão da diretoria em relação à escolha das agências?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho a informação precisa, mas a informação que eu tinha, é de que não havia necessidade de fazer licitação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tem conhecimento--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não posso lhe dar essa informação de forma precisa, eu nunca fui informado, nunca fui convidado para participar, tomar conhecimento da licitação dessas empresas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Também em relação à própria VISANET, quando Vossa Senhoria foi falar com o Ministro Gushiken, em relação aos orçamentos indiretos, ele lhe teria dito o seguinte: “Puxa, o diretor de varejo tem um orçamento de marketing tão grande, quanto o do Banco ou maior”. E eu prossigo aqui, a afirmação de Vossa Senhoria: “E não eram recursos do BANCO DO BRASIL, mas das empresas coligadas”. E agora, quero lhe perguntar sobre essa afirmação que vem na sequência: “Só que toda campanha tinha que ser aprovada pela SECOM”. Isso é verdadeiro, essa afirmação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Toda campanha que usasse orçamento do Banco. Houve um circuito de comunicação, ou ele entendeu de forma equivocada--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas aqui a afirmação do senhor, quando Vossa Senhoria foi interrogado, a afirmação sua, foi o seguinte: Eu estive com o Gushiken, o Ministro Gushiken, e o próprio Ministro se manifestaram surpreso, porque na verdade havia um orçamento paralelo quase igual ou superior ao do Banco e que, portanto, não teria, enfim, seria um tratamento diferenciado. E aí vem a afirmação de Vossa Senhoria: “Mas mesmo assim, todas as campanhas tinham que ser submetidas a SECOM”. Essa afirmação não está na gravação que nós iremos ouvir.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Olha, o que eu quero frisar, senhor Relator, eu quero que o senhor entenda a forma como foi feita a entrevista e o momento. Mas eu tinha certeza absoluta, que isso não era subordinado à Secretaria de Comunicação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, Vossa Senhoria quando foi lá, bom, prossegue.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se houve um truncamento de informação ou de entendimento, eu gostaria que ficasse bem claro., eu nunca tive conhecimento de que as coligadas do Banco submetessem às suas campanhas a SECOM, até porque elas não passavam pela Diretoria de Marketing do Banco, elas eram decididas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, quando Vossa Senhoria foi lá conversar com o Gushiken, foi uma homenagem a ele, não havia por que tratar do assunto VISANET com ele?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O assunto VISANET, eu levei ao Ministro, porque quem iria operacionalizar as campanhas, seria a Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL, e as campanhas que o Banco faria com o recurso VISANET, elas levavam a assinatura do BANCO DO BRASIL. As campanhas realizadas pelas coligadas do Banco, não obrigatoriamente, levavam a assinatura do BANCO DO BRASIL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso nós sabemos. Nós queremos especificamente, BANCO DO BRASIL. Agora, Vossa Senhoria acaba de falar que quem iria operacionalizar as campanhas, seria o BANCO DO BRASIL. Portanto, a definição, inclusive, quanto a valores dessa operacionalização, e aí Vossa Senhoria acabou de afirmar, dá até para ouvir na gravação, que cabia a Diretoria de Marketing, eu escutei isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Vou ser preciso, senhor Relator, porque a gente está tendo alguma, não sei se estou tendo alguma dificuldade de me expressar. A Diretoria de Marketing era prestadora de serviço.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Operacionalizava para a VISANET, aquilo que havia sido definido como plano.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Operacionalizava, através da Diretoria de Varejo, ou eventualmente outras diretorias. A VISANET não se dirigia... A VISANET não se dirigia à Diretoria de Marketing. Como é que eram os procedimentos que eu tentei rapidamente, descrever na minha exposição inicial e eu fiz--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria também faz referência, para insistir nessa minha visão, ao acompanhamento que depois até instituiu uma forma de acompanhar, por que se não tinha nada a ver com Vossa Senhoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque a minha parte, era a parte de estruturação técnica, senhor Relator. Então, eu não acompanhava o sistema de pagamento, que era de responsabilidade de uma outra diretoria. Mas o que eu acompanhava era se as cam-

panhas, os patrocínios que o Banco fazia, se traziam resultados negociais do Banco. Então, por exemplo, quando a gente fazia um evento de vôlei, nós tínhamos um sistema, a partir da criação dessa Gerência de Controle e Acompanhamento, nós sabíamos quantos clientes do Banco tinham estado naquele evento, e identificávamos qual era o perfil do cliente do Banco, se era um cliente corporativo, senão era... Quantos jovens, qual às pessoas que compareciam que não eram clientes do Banco, mas gostariam de ser clientes do Banco. E a partir disso, nós formávamos um Banco de dados, para fornecer para as áreas de negócio, para que o investimento que o Banco fizesse, ele na realidade, trouxesse--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O acompanhamento é quanto à produção, não quanto à parte financeira?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Exato.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A quem, a quem a DNA apresentava o resultado dos seus gastos, que seriam computados nos adiantamentos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Quem pagava dentro do processo de sedimentação, se eu lhe mostrei do Banco e da estrutura, quem pagava era a Diretoria de Logística. Pagamento era a Diretoria de Logística, e depois a Diretoria de Controle fazia a checagem. E a auditoria conferia os processos.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Pois não.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Se Vossa Excelência me permite, porque o assunto é o que está sendo tratado nesse momento e eu não consigo de fato, senhor Presidente, ouvir o depoente afirmar coisas tão absurdas, calado. Eu tenho aqui, senhor Relator, um documento em minhas mãos que trata de um famoso evento, que na verdade, trouxe a público essa figura e o senhor Delúbio Soares. E nesse evento, quer dizer, ele diz aqui que, as promoções da VISANET, ele não tinha qualquer tipo de ingerência, não era, na verdade era meio que um fiscal, a Diretoria de Marketing. Eu lembro aqui do show do Zezé Di Camargo e Luciano, foi feito, senhor Relator, com recurso da VISANET, o dinheiro da VISANET, o mesmo dinheiro da VISANET, aqueles 70 mil famosos que o BANCO DO BRASIL teria colocado para comprar o tal, para comprar ingresso, para o show de patrocínio ao PT, e eu tenho toda a documentação aqui, fruto de um requerimento de informações encaminhado a mim, feito por mim ao Ministro da Fazenda, respondido prontamente, aqui mostra que quem decidiu a ação de marketing,

quem operou desde o início a ação de marketing, foi a diretoria de Vossa Senhoria! Portanto, enfim, eu trataria desse assunto mais tarde, senhor Relator, mas é só para que Vossa Excelência saiba, que o depoente continua com a velha prática que adotou aqui no seu primeiro depoimento, de não dizer a verdade. Está aqui o documento, os documentos estão aqui! O senhor Pizzolato assina em diversos momentos, discute, debate essa promoção, afirma, inclusive, em nota à imprensa, que discutiu com a agência responsável pelo evento por diversos meses, decisão da Diretoria de Marketing, de pegar 70 mil reais da VISANET e gastar naquele show do Zezé Di Camargo e Luciano. Eu sinceramente, não quero explicação nenhuma do senhor, porque eu acho que o senhor não dá explicação de nada. Mas é para contestar aqui, senhor Relator, e deixar muito claro que, eu acho que essa Comissão tem que ter limites quando tem informações contundentes e provas de que o depoente está faltando com a verdade. Acho que nós devemos começar a estabelecer esses limites, porque senão, vamos acabar com todos os depoimentos, temos documentos que comprovam tudo o que o Relator está falando ali, e a gente não perde tempo aqui ouvindo tanta inverdade, tanta mentira, como nós estamos ouvindo. Então, senhor Relator, se o senhor precisar de um elemento que prove o que ele está dizendo é mentira está aqui nas minhas mãos. Agora, eu não sei se o senhor não deveria começar a aplicar, as regras necessárias para aqueles depoentes que vêm aqui faltam com a verdade, mentem e não detém *Habeas Corpus* para ficar mentindo aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Questão de ordem, senhor Presidente. Inclusive, fui informado que o depoente estava... Foi negado um pedido de *Habeas Corpus*. A condição que ele está depondo é testemunha ou de investigado?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Testemunha. Já adverti sobre isso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu pediria que Vossa Excelência advertisse o depoente sob as penas de lei, inclusive, sobre a possibilidade de prisão em flagrante, no caso, de faltar ou omitir a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): O Relator fez essa alerta ao depoente no início, agora, eu só pediria no caso que, para que se--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Presidente, eu peço desculpas, mas é porque os elementos estão aqui colocados, de fato, todos os elementos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sou capaz até de entender a revolta de Vossa Excelência,

Deputado Eduardo Paes, mas é uma questão de disciplina dos trabalhos e para que o tempo possa ser dividido--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, só para ficar muito claro, que os elementos necessários para a prisão do senhor Pizzolato estão aqui colocados, a prova está aqui. Só para ficar claro, porque essa Comissão não quer fazer isso, não deseja fazer isso, mas não é possível, que nós fiquemos aqui como paspalhos e às pessoas que nos assistem pela televisão, ouvindo tanta mentira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Com a palavra, o senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ele quer dar talvez uma--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Essa pergunta é extremamente feliz, porque se o Deputado tiver em mãos toda a documentação, ela vai comprovar exatamente essa planilha. A demanda foi da Superintendência do Distrito Federal, que solicitou à Diretoria de Marketing, através da Diretoria de Varejo, que fosse estruturada, fosse estruturado um evento para promover e ampliar à venda de cartões de crédito. E esse, essas ações foram demandadas de uma agência, inclusive, nessa documentação detém o resultado financeiro que o Banco obteve depois da realização do evento, senão me falha a memória, ultrapassou a 700 mil reais. Quer dizer, tem todas às pessoas que foram beneficiadas, têm as cartelas das pessoas que foram premiadas. O processo de sorteio era todo uma campanha de promoção, como são realizadas campanhas de promoção, e essa era a competência técnica da Diretoria de Marketing. Ela recebia a demanda; uma área de negócio do Banco necessitava ampliar a sua venda ou necessitava esclarecer seus clientes, ou lançar um novo produto, os recursos eram da diretoria. A diretoria demandava a área de marketing, a área de marketing estruturava a campanha através de um *briefing*, e isso é a seqüência em todos os processos de marketing. Era realizada a campanha e depois era medido o resultado da campanha através da Gerência de Controle e Acompanhamento, em conjunto com a diretoria demandante. A Diretoria de Marketing era prestadora de serviço. Ela não podia tomar a decisão isolada, sem passar pelos comitês, até porque o dinheiro não era dela.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria, sabe que houve uma mudança de procedimento em relação à publicidade vinculada ao BANCO DO BRASIL, entre as administrações FHC e Lula. Como era realizada a parte do BANCO DO BRASIL, de publicidade da VISANET, quando Vossa Senhoria assumiu a Diretoria de Marke-

ting? Quais as agências que procediam e como elas compartilhavam essa publicidade da VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: As informações que eu recebi à época eram de que, os procedimentos foram rigorosamente os mesmos que estavam sendo propostos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Os mesmos do BANCO DO BRASIL? De três agências?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Os mesmo do BANCO DO BRASIL, desde a criação do Fundo VISANET em 2001. O que houve foi uma mudança na estrutura de negócios do Banco no último semestre de 2002, que o Banco passou a adotar três pilares negociais, e aí tendo três agências, cada agência ficou responsável por um dos pilares negociais. Anteriormente, o Banco não, perdão, perdão, anteriormente o Banco não detinha essa estrutura do pilar varejo, conforme eu expliquei inicialmente, que eram às pessoas físicas, do pilar atacado, às pessoas jurídicas e do pilar governo, que eram os governos municipais, estaduais e o Poder Judiciário. Então, os negócios do Banco, a partir do segundo semestre de 2002, passaram a ser realizados dentro dessa estrutura de três pilares. Cada agência detinha um desses pilares em função da sua expertise e das suas afinidades. Dentro do critério já estabelecido nos contratos e no edital de licitação, que nenhuma agência poderia faturar menos de 25% do orçamento do conglomerado ou mais de 40.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): No caso da VISANET, quem prestava esses serviços era uma agência ou elas obedeciam a essa expertise?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Quando a campanha era referente a produtos de varejo, que eram a grande maioria das campanhas, porque o cartão de crédito ele é quase que essencialmente um produto de varejo, elas iam para a DNA, que era o responsável pelo pilar varejo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas as outras... Então, em algum outro segmento da VISANET, do BANCO DO BRASIL, outras agências prestavam?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Prestavam. Por exemplo, vou lhe exemplificar: se um cartão de visa alimentos fosse negociado, era negociado com empresas corporativas e o Banco necessitava fazer--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa conduta se, foi alterada não sob seu comando?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, continuou a mesma, senhor Relator. O que acontecia, era de que, mesmo o recurso estando na VISANET quem fazia, da

VISANET estando na DNA, quem fazia a campanha era a agência responsável pelo pilar atacado, ou pelo pilar governo e, aí, os recursos, as despesas eram pagas com recurso VISANET da DNA. Portanto, o fato da VISANET ter transferido os recursos para a Agência DNA, não significava obrigatoriamente que os recursos seriam todos utilizados em campanhas realizadas pela DNA. Isso pode ser comprovado pela documentação do Banco, que as outras agências também sempre utilizaram recursos. A seguir a essa sedimentação. É importante, eu lhe dar uma informação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Porque nós tivemos inclusive, o depoimento aqui do representante da LOWE, que reconheceu aqui a exclusão, a partir de um... Tanto é que ele disse que se sentiu bastante prejudicado, que a receita dele caiu expressivamente. Portanto, esse raciocínio que Vossa Senhoria pretende nos passar, colide tanto documentalmente, porque todos os pagamentos foram feitos à DNA, diferentemente do que se procedia anteriormente no mandato anterior, em que às empresas prestavam serviços, nessa se canalizou para a DNA e, ainda, remanesceria a possibilidade de serem sub-empregadas pela DNA. Mas aí, seria minimamente para ocultar a concentração, porque 90% era para a DNA e, eventualmente, alguma migalha para a LOWE. Aqui ficou reconhecido isso. Isso não é verdadeiro?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Os recursos que foram a LOWE, eles foram antes da LOWE passar a ser a responsável pelo pilar governo, pelo pilar jurídico, do Poder Judiciário e pelas campanhas institucionais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não houve um momento em que a LOWE se sentiu alijada desse sistema? Porque tudo se dispôs em favor da DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Relator, o Banco tinha que seguir uma norma contratual. A partir do momento que a LOWE começou a fazer as campanhas dos outros pilares e a campanha institucional, se ela continuasse fazendo às campanhas de cartão, nós estaríamos extrapolando o limite máximo de faturamento para as agências, que era de 40% dos recursos orçamentários. Então, a LOWE, ela continuou faturando alguns produtos que estavam vinculados à área dela, mas o restante foi para a DNA, que tinha exatamente a sinergia, por que era um produto de varejo e era o cartão. O que há de se considerar também, é que a LOWE, ela ficou no Banco apenas até setembro. Então, o faturamento que ela teve no Banco, não foi um faturamento do exercício integral. Eu poderia até citar para o senhor, por exemplo, as campanhas que a LOWE fez no período em que eu estava na Di-

retoria de Marketing foram menos numerosas, mas foram campanhas grandes. A primeira campanha de apresentação do Banco, que era uma campanha inclusive, que apresentava um cofre, abriam-se aquilo, foi à Agência LOWE que fez. Então, as campanhas de varejo eram campanhas menores e mais freqüentes. Havia um pouco dessa, desse entendimento, entre os próprios gestores dos negócios e as agências em busca da afinidade e da expertise, que as agências tinham. Eu lembro na época que o Presidente da LOWE, inclusive, esteve me visitando e disse que estava muito satisfeito, em fazer a campanha institucional do Banco, que foi a maior campanha.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas provavelmente, isso não no período em que a VISANET lhe foi retirada?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na realidade, senhor Relator, a informação que foi retirada, não é? Ela não é uma informação precisa. Houve uma escolha, ele não poderia ficar acumulando uma parte da área de varejo e uma outra parte, porque senão nós não seguiríamos a linha estrutural da decisão da Diretoria do Banco, que eram os três pilares. Por quê? A conta VISANET, ela era uma conta quase que hegemônica de pessoa física. Eu disse: “Há ressalvas”, e o senhor pode verificar a comprovação de documentos do Banco, que as outras agências também realizaram campanhas e eventos com recursos VISANET, mas é óbvio que em menor proporção. Isso está tudo documentado no Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu quero insistir, porque ao longo da entrevista de Vossa Senhoria, tem afirmações como assim: “Ele mandou assinar. Quase apanhei. Eu nunca tinha visto isso, mas me disseram que tinha de ser feito assim”. Que afirmações são essas ao longo da entrevista? Não isolada, num determinado questionamento, e que agora, lhe parece tudo normal. Essas afirmações se reportavam a quê?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não é--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A que é que Vossa Senhoria foi compelido, o que o surpreendeu, que nunca era assim e me disseram que tinha que ser feito? Se reportava a quê?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Primeiro senhor Relator, eu não tinha conhecimento da existência dos recursos VISANET, até aquele momento, e que o Banco disponibilizava desses recursos aportados pela VISANET e eu já havia aprovado, a Diretoria de Marketing, que eu era responsável, um orçamento, um plano anual de comunicação marketing e propaganda. Quando eu soube que existiam outros recursos, a minha rea-

ção foi: de como é que isso será incorporado? Como é que eu levo essas informações, que foi o que eu fui informar ao Ministro, de posse das informações em que aqueles não eram recursos do Banco, portanto, não agregariam orçamento. A outra informação que eu quase apanhei, foi uma expressão, porque numa conversa com o Presidente do Banco, o diretor de varejo, eu insisti que para melhor forma de controle, tendo em vista que nós mensalmente apresentamos um relatório detalhado com todas as informações, item por item, como estavam sendo gastos os recursos do Banco. E, esse relatório, ele tinha detalhes, senhor Relator, de para campanha PRONAF, por exemplo, foram investidos 87 reais na rádio tal, do município tal. Era um relatório muito denso. O fato dos recursos VISANET, não estarem no orçamento do Banco, nos dava um trabalho braçal muito grande, porque os recursos orçamentários, eles estavam dentro do sistema do Banco. E isso permitia que a gente operacionalizasse esses relatórios e essa prestação de conta, de uma forma bem mais rápida, mais adequada e precisa. Os recursos VISANET como não estavam, eu não conseguia juntar isso, não conseguia trazê-lo do sistema do Banco e a área, a gerência que era responsável por fazer esse relatório, ela tinha que fazer um processo de coleta de informação. Então, eu conversando com o presidente, o vice-presidente, eu disse: “Olha, se isso entrar no orçamento do Banco”--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pode prosseguir.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: “Se isso fizer parte do orçamento do Banco, facilita, é mais ágil e a gente tem uma prestação de conta só, a gente tem um controle só e assim por diante”. E a reação deles foi de uma forma, um pouco descontraída, dizendo: “Olha, o que é isso? Mas quanto é que nós vamos perder desses recursos, porque esse recurso vai ser tributado. Para entrar no orçamento do Banco, ele tem que entrar como dividendo e ele vai ser tributado. E isso não é um dividendo, é uma despesa. Então, nós vamos perder uma parte dos recursos e você vai estar gerando um prejuízo para o Banco. Vamos estudar outras formas então, para ajustar isso. Mas não vamos criar algo, vamos alterar, que possa trazer prejuízo ao Banco”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa forma de antecipar o pagamento, Vossa Senhoria quer dizer que não houve novidade nenhuma, modificação nenhuma em 2003, procedia-se assim também, anteriormente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: As informações que eu recebi, as notas técnicas que me foram apresentadas, todas comprovavam isso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): As próprias outras agências dizem que não era assim. O que havia é que se fosse antecipado, havia todo um planejamento de uma certa produção, tanto quanto imediata, não alguma coisa que se antecipasse, nessa expressão, num ano 23 e pouco de uma vez e mais 09, depois 35, com um cheque em branco, sem a definição do planejamento do que efetivamente se iria proceder, do que se iria gastar. Essa definição, esse quadro, Vossa Senhoria, quer dizer que existe nos assentos do BANCO DO BRASIL, ou da VISANET, uma definição contemporânea no que se aplicaria o montante de 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Era nos pedido... A Diretoria de Varejo e a Gerência de Cartão nos pediam para fazer um planejamento. E nós repassávamos, porque quem fazia o contato com a--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, por exemplo, nos 35 milhões quem fez o planejamento foi a Diretoria de Marketing?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing, junto com a Diretoria de Varejo e a Gerência de Cartão e depois eles remetiam para a VISANET. Então, era previsto assim: Campanha do dia dos pais – estou citando, por exemplo, por favor – campanha para ampliar a venda do uso de cartão no dia dos pais, campanha para o dia da criança. Campanha de férias escolares, mais eventos, eventos tais e tais, como eu citei há pouco. De uma forma não detalhada, por quê? Porque a diretoria se reservava o direito, a Diretoria de Negócio, de poder fazer ações em função da movimentação dos concorrentes. Se um concorrente fizesse uma ação mais agressiva com relação ao público jovem, a Diretoria do Banco responsável pelo cartão, chegava até a Diretoria de Marketing e dizia: “Olha, temos que reestruturar a campanha e temos que focar mais no público jovem, porque o Banco tal está conseguindo liderar, está incorporando novos clientes e inclusive, está tomando clientes do Banco”. Então, era reestruturado, realocada a verba,--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual era a precedência máxima que Vossa Senhoria lembra, em relação a um evento em que o pagamento tivesse sido antecipado? Enfim, dia dos pais, era possível num ano antes programar e já liberar o dinheiro, para que no dia dos pais se procedesse à publicidade? Qual era o intervalo máximo, até abstraindo da VISANET, não, a Diretoria de Marketing, do BANCO DO BRASIL; qual era a antecipação máxima de tempo em que Vossa Senhoria efetuava o pagamento em relação a um evento que iria ocorrer?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpe, senhor Relator, a Diretoria de Marketing não realizava os pagamentos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Autorizava, então.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing, ela na realidade, fazia a estruturação da campanha. E a autorização era só depois do evento concluído, ou se o evento tivesse etapas, era etapa por etapa, eram os documentários condensados e iria para a diretoria responsável, que era a Diretoria de Logística para fazer os pagamentos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só depois de executados...

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O planejamento to--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Havia um planejamento--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Um planejamento anual--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O planejamento executado e depois de executado, efetuava o pagamento.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Planejamento anual. Sobre os recursos VISANET, se o senhor observar as notas conjuntas da Diretoria de Varejo e da Diretoria de Marketing, a Diretoria de Marketing tem a informação de que os recursos iriam para uma agência, numa conta do BANCO DO BRASIL, que a Diretoria de Marketing não tinha acesso à conta bancária, não sabia, não estava especificado qual era a data, que iria ser feito o crédito, nem a forma de ser feito o crédito. Quem fazia esse relacionamento VISANET e o crédito, como isso entrava no fluxo de caixa da VISANET, a Diretoria de Marketing não tinha nenhum acompanhamento, nenhum conhecimento, nenhuma informação, porque nós só atuávamos internamente no Banco--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, que pagamento foi antecipado, Vossa Senhoria sabia?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, eu soube depois que os pagamentos, que haviam sido feito créditos, mas eu não tinha uma informação, a diretoria--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não é o que Vossa Senhoria diz na entrevista. Vossa Senhoria diz o seguinte: "Eles disseram que, tinham que liberar aquele dinheiro o quanto antes"

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Portanto, o quanto antes e como o pagamento foi antecipado... Percebe? Cronologicamente, houve a antecipação, essa conversa é antes

da antecipação, porque tinham que liberar o quanto antes. Mas Vossa Senhoria ficou sabendo antes da antecipação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fiquei sabendo que existia um aporte de recursos para o Banco utilizar, mas se era o total de recursos, e o senhor pode comprovar, que no final do ano a VISANET informa que tem mais recursos. Eu não tinha acesso a essa informação, senhor Relator. Eu não sabia quanto tinha no Fundo VISANET. Eu sabia que existia um aporte de recurso e nós fazíamos um planejamento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse aqui era o aporte. Eu não estou falando sobre o saldo na conta, eu estou falando sobre o aporte.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse aporte que mudou em 2003, que se acentuou em 2004, foi sob sua gestão, antecipadamente, com o seu "de acordo".

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: As notas técnicas que me foram apresentadas dos anos anteriores, também eram realizadas aportes antecipados. Era a mesma, era a mesma nota técnica.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Com um diferencial, que nos outros havia o planejamento e uma execução um tanto quanto imediata, um mês, dois meses. E na sua está em aberto, uma parte até hoje. Quem acompanhava, quem acompanhava o lançamento e o abatimento daquele montante que foi liberado para se ter um posicionamento sobre uma utilização ao longo do tempo, desbragadamente, vai dando baixa quando quer. Quem fazia esse acompanhamento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós da Diretoria de Marketing, nós não tínhamos acesso a esses números. A partir de abril de 2004, eu... Perdão, no comitê da Diretoria de Marketing, nós passamos a solicitar da DNA, informações sobre os recursos que já haviam sido utilizados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Percebe o que Vossa Senhoria está afirmando? Porque até aquela ocasião não faziam.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, mas não era de responsabilidade da Diretoria de Marketing.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas não é problema de quem é responsável ou não, não estava sendo procedido, porque se alguém estivesse fazendo, não havia o porquê de Vossa Senhoria assumir isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, eu precisava, senhor Relator, quero lhe explicar bem detalhadamente. Os eventos que eram aprovados, eles sempre cons-

tavam aplicações até o máximo de X. Um evento, até gastos no máximo, até dois milhões. Significava que não obrigatoriamente, seriam gastos os dois milhões. E eu não detinha essa informação. Então, eu solicitei à agência que me informasse isso a partir de abril, para nós podermos ter uma noção de como é que estava sendo essa relação de utilização e, ao mesmo tempo, eu recebia algumas reclamações e houve queixas em notinhas de jornal de que alguns fornecedores estavam sendo pagos atrasados--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Atrasados a despeito do outro ter recebido antes.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --E isso, isso machucava a imagem da Diretoria de Marketing, que algum atleta patrocinado estava recebendo atrasado. Então, nós decidimos fazer um acompanhamento, que não é o acompanhamento natural no Banco, não era a diretoria responsável quem fazia isso, porque essa prestação de contas ia para a VISANET, quem encaminhava essa prestação de contas para a VISANET, era a Diretoria de Varejo e a Gerência de Cartão de Crédito. Eu decidi, na Diretoria de Marketing nós decidimos pedir essas informações para termos um certo acompanhamento, e não acontecer de que um atleta, a gente ficasse sabendo que um atleta estava com o seu salário atrasado--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Todo acompanhamento da execução dos serviços e autorização de pagamento, era afeta à Diretoria de Varejo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No caso dos recursos VISANET?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): VISANET.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No caso, os recursos VISANET, como se dava o acompanhamento. Aprovada a campanha, ela tem um plano de mídia e especificado, centavo por centavo aonde vai ser--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem aprovava a campanha?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Quem aprovava a campanha, dependendo do valor eram as alçadas que eu repassei na planilha. Até 200 mil, era o Comitê de Marketing.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas quem eu quero saber, se era a Diretoria de Varejo, ou era a Diretoria de Marketing? Quem autorizava a campanha? Quem aprovava a campanha?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se fosse acima de 200 mil, era o Comitê de Comunicação composto pelos 11 diretores, acima de três milhões, era o Con-

selho Diretor, por exemplo, evento de Sauípe, Tênis de Sauípe, era decidido no Conselho Diretor do Banco. Era o Conselho Diretor que aprovava com toda a formatação...

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas é, que Vossa Senhoria, eu não tenho o quadro estrutural, não conheço e eu queria que pusesse de lado esses conselhos. Eu quero saber diretorias. Ou nenhuma das diretorias tinha nada a ver com isso? A Diretoria de Varejo ou a Diretoria de Marketing, a qual das duas estava afeta a autorização para uma determinada campanha? Ou a nenhuma das duas era o conselho e esses duas não tinham nada a ver com isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpa, senhor Relator. Eu relatei isso no início, era por alçadas. Se o gasto fosse até 200 mil, era no Comitê de Marketing, composto pelos seis gerentes de marketing.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Até 200 mil, qualquer campanha era na Diretoria de Marketing?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Diretoria de Marketing. Comitê de Marketing era composto pelos seis gerentes, que eram nomeados pelo diretor do Banco--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria está falando da VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Da VISANET, os critérios eram os mesmos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas o senhor está dizendo que era Diretoria de Marketing. Então, é uma confusão, eu não consigo entender! Porque se a Diretoria de Varejo, a quem está afeta a VISANET, por que a Diretoria de Marketing, que faz a autorização até 200 mil?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque a demanda, senhor Relator, ela sempre vinha de uma outra diretoria. E havia um processo de interação. A Diretoria de Varejo--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Para simplificar, como nós estamos investigando Vossa Senhoria não só, mas nesse momento, afinal o que a Diretoria de Marketing tinha de comando, de competência em relação especificamente a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A VISANET, nós atendíamos as demandas das diretorias do Banco, na sua grande maioria a Diretoria de Varejo, que--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Demandas de campanhas?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Demandas de campanha e de patrocínio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem definiu as campanhas, era a Diretoria de Varejo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Junto com a Diretoria de Marketing, e dependendo das alçadas no Comitê de Comunicação, com os 11 diretores ou no Conselho Diretor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando era no Comitê de Comunicação, quem propunha era a Diretoria de Marketing?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing fazia a exposição junto com as agências e o comitê decidia, sempre com o parecer da área demandante. Todos os investimentos do Banco se era solicitado um patrocínio para uma exposição agropecuária, a Diretoria de Agro-Negócios, se manifestava dizendo: “Olha, isso está em linha com a minha estratégia de negócios ou não”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria lembra do pagamento, da uma antecipação de 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Lembro que houve sim, uma nota técnica interna do Banco, que versava sobre o valor de 35 milhões da VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E como também uma anterior de 23, no ano anterior?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tá. Vamos nessa de 35 milhões. Quais as campanhas que Vossa Senhoria lembra, que estavam de alguma forma relacionadas a essa campanha, e qual era o período máximo em que todo esse planejamento seria atingido com os 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Olha, de imediato, senhor Relator, existia o evento de tênis em Sauípe, eu vou fazer um esforço de memória porque eram muitos eventos. Era o evento de tênis de Sauípe, que era um evento que gastaria algo em torno de 20% desses recursos. Na sequência, houve campanhas de lançamento de cartão de débito com a marca VISA, mas que já imediatamente, algumas, inclusive, eu acho que os recursos ainda não haviam se disponibilizados, e já existia. A campanha para o dia das mães, eu não lembro de memória se houve alguma coisa para Páscoa e o patrocínio dos atletas, a Shelda e Adriana, Ricardo e Manuel e dos atletas medalhistas olímpicos, chamados embaixadores, que eram os atletas que não estavam mais--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso importaria em que tempo, mais ou menos, para que esses gastos fossem efetuados?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O aporte do evento de Tênis Sauípe era imediato, já havia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sim, mas os 35?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Os 35, o cronograma previa, eu diria, 08 meses.

SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 35 o quê, senhor Relator?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Milhões, 35 milhões.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu acredito, eu não tenho esse dado preciso, senhor Relator, mas existia um planejamento--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa planilha, passou ao seu visto?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A planilha--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Dos 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não entendi.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A planilha--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O planejamento do...

>> Dos gastos dos 35 milhões.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós repassamos sim, era confeccionada, a Diretoria de Varejo e Diretoria de Marketing--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria lembra de ter dado o seu visto, o seu “de acordo” numa planilha de aplicação de 35 milhões? Pense no que irá afirmar, sob juramento.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Então, eu vou ser bem preciso, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Relator, nós temos um documento que, salvo engano, que inclusive está escrito... Eu estou procurando, ainda vou encontrar, onde havia uma sinalização de que não havia planos, projetos.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Obrigatoriamente, é isso que eu quero ser bem preciso com o senhor, e ser verdadeiro e honesto em todas as informações. Eu não... Obrigatoriamente não tinha que assinar essas planilhas, mas as planilhas, elas eram apresentadas na Diretoria de Marketing, e era feita uma discussão conjunta para repassar para a Diretoria de Varejo, que por sua vez encaminhava a VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É que isso, Vossa Senhoria estava falando elas eram, elas eram... Eu quero saber dos 35. Pode ter uma conduta, um hábito e, aliás, deveria ter efetivamente, de não se liberar, sem que houvesse um

planejamento de toda único, o emprego do recurso. Nesse caso dos 35 milhões, como também, no caso dos 23 milhões, quanto à autorização da VISANET, quando ela concordou, havia todo o desenrolar da aplicação? Isso passou pela Diretoria de Marketing?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A Diretoria de Marketing apresentava um plano, mas eu queria avocar aqui a--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não, eu quero fatos, não adianta--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, a nota da VISANET, ela cita de que a VISANET acompanhava, exigia o planejamento e acompanhava a execução, havia a necessidade de prestar contas a VISANET. Isso não era feito pela Diretoria de Marketing.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Prestar contas a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Ou prestar contas a um segmento, lá do BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A VISANET recebia prestação de contas, ou seja, ela que fazia o encontro de contas?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Da utilização dos recursos, nós éramos demandados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Esse controle era feito dentro do BANCO DO BRASIL.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas nós éramos demandados para repassar para a diretoria, para a Diretoria de Varejo e para a Gerência de Cartão, com o propósito deles levarem até a VISANET. Eu não tinha o contato com a VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não, eu, Vossa Senhoria faz referência a...

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A diretoria de--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Atitude pessoal como diretor?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, a Diretoria de Marketing.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): E a Diretoria de Varejo fazia esse acompanhamento? A ela é que era prestada a conta dos gastos efetuados em nome do BANCO DO BRASIL, através da VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ela acompanhava, ela acompanhava às campanhas e acompanhava tudo isso. E acredito que depois levava a VISANET, mais é uma informação que eu não posso precisar. Eu não estava, não era membro desse processo decisório. E

é por isso que eu avocava a nota da VISANET, aonde a VISANET diz que ela fiscalizava, que ela acompanhava os planos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Tem mais uma afirmação sua aqui, o senhor--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se puder até ler, senhor Relator, para ficar bem: “À VISANET cabe receber as propostas de marketing do Banco – então, era proposta – verificar se estão compatíveis com as regras do fundo de incentivo e efetuar os pagamentos de acordo com a solicitação de cada um dos Bancos”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Dos Bancos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Dos Bancos. Essa solicitação não era feita pela Diretoria de Marketing, porque a Diretoria de Marketing não se reportava a VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Era a Diretoria de Varejo? Na época titularizada por quem?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No primeiro momento, pelo diretor Fernando Barbosa, acredito que era a Diretoria de Varejo, a gerente de cartões de crédito e a representação que o Banco tinha junto a VISANET. Isso a VISANET mesmo diz.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria num determinado momento foi questionado sobre os 35 milhões, se o senhor foi usado? Veja o que Vossa Senhoria respondeu: “A primeira coisa que a justiça tem que ver é quem decidiu que seriam 35 milhões. Eu não!” Então, nós estamos aqui de certo modo um braço da justiça, nós queremos saber. Quem decidiu que seriam 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O conselho da VISANET, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Quando Vossa Senhoria diz “conselho da VISANET”, veja, aqui no BANCO DO BRASIL, há um grupo que trata das coisas da VISANET, aqui é a VISANET, e o conselho da VISANET, alguém aqui da VISANET ou é o grupo dentro do BANCO DO BRASIL, que trata da VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não detinha essa informação, porque não participava do conselho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas como Vossa Senhoria acaba de dizer--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas pela nota, pela nota que a VISANET publica, ela diz que era decidido no conselho, as cotas de cada Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual conselho?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ela se refere ao conselho da VISANET, na nota. Então, acredito que era decidido no conselho da VISANET, com a participação dos Conselheiros do Banco. Mas eu não, como não participava desse conselho, não tinha assento no conselho, não detinha informações, não interagia com a VISANET, eu não posso lhe precisar como era esse mecanismo. A alçada da Diretoria de Marketing, senhor Relator, ela se eximia, a partir do fornecimento de documentos à Diretoria de Varejo, a Gerência de Cartões de Crédito que eram internos ao Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu vou concluir e depois, para o nosso amigo meu Relator adjunto está aflito, tem que viajar, parece, mas depois eu volto.

>> Não vou viajar não, pelo amor de Deus, estou aqui. Gostaria de ouvi-lo mais uma hora e meia. Não vou viajar, não.

SR. PRESIDENTE DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A semana terminando quarta-feira.

>> Senador, Delcídio!

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não, viajar e provavelmente ele tem viajado e voltado no mesmo dia. Isso eu reconheci, ele viaja e volta.

>> Eu sei que Vossa Excelência devia estar pelos Ministérios, enfim, (risos) por isso chegou só no momento(...)

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Paulo Roberto dos Santos é da LOWE, ele afirma que em abril de 2003, por ordem de Vossa Senhoria, fora determinada a exclusividade da DNA para a prestação de serviços de publicidade, custeados com recursos da VISANET. Paulo faltou com a verdade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Relator, eu nunca determinei, nunca conversei com o senhor Paulo. Quem fazia o relacionamento no Banco era uma senhora, se não me falha a memória, chamada Carla e que tinha o pleno conhecimento de que a LOWE faria às campanhas do pilar governo, Judiciário e as campanhas institucionais. A decisão já era do período anterior, a decisão de estruturar os negócios do Banco por pilares, e eu não fiz nenhum comunicado à Agência LOWE, contendo essas informações, não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria tem informação sobre uma auditoria que está sendo procedida no BANCO DO BRASIL, em relação a VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho... Eu não tenho informações, tem informação que existe

a auditoria. Eu solicitei uma auditoria em maio desse ano, para obtermos conformidade de uma série de processos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, nunca teve acesso aos dados colhidos pela auditoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, não senhor Relator. Eu tive acesso a dados de uma auditoria de 2003, e a auditoria não encontrou irregularidades, recomendou alguns aperfeiçoamentos de controle. Todos os aperfeiçoamentos de controle foram implantados. Havia dois controles que dependiam da área de tecnologia do Banco e que não conseguiam ser implantados em tempo hábil, nós solicitamos, inclusive, uma autorização para fazermos um--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sabe de algum dado que tenha sido levantado nessa auditoria, que comprometa essa antecipação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Não senhor. O que eu vi e li na imprensa, uma nota do BANCO DO BRASIL, dizendo que os recursos da VISANET foram utilizados em campanhas de publicidade, promoções e eventos do BANCO DO BRASIL e que havia um processo de conciliação de contas, porque, tendo em vista que o BANCO DO BRASIL rompeu o contrato com a DNA, faltavam alguns documentos para fazer a conciliação de contas, mas o Banco reafirmava que--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sob seu comando houve uma licitação? Para novas agências, agora falando de BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Sim, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E por que foi feita essa licitação, se os contratos ainda tinham período de validade, que poderiam ser prorrogados?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque os contratos estavam vencendo, eles haviam--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Estavam vencendo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Estavam vencendo em final de setembro. Eu dei essa informação no início da minha exposição, que antes de eu assumir o Conselho Diretor prorrogou os contratos por aproximadamente seis meses, exatamente para ter tempo hábil de realizarmos a licitação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nessa nova estruturação, fizeram uma mudança de percentual em relação a esses pilares?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De forma que alguém que pegasse um pilar, teria mais do que os outros?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Os contratos eram muito específicos, o mínimo era 25 e o máximo era 40. A partir desse ano, tendo em vista que no ano anterior houve reclamações e de algumas diretorias do Banco quanto à qualidade da prestação de serviços, e as agências apresentaram para o Banco um estudo de que aquela banda, aquele limite mínimo e o limite máximo, poderia criar uma situação aonde uma agência, independente da qualidade do serviço e da infra-estrutura que o edital tornava obrigatório que tivesse em cada agência, tivesse uma infra-estrutura de atendimento em Brasília, independente disso, a agência poderia se dar por satisfeita com os 25%, por quê? Ela reduzia os gastos e tinha a garantia de 25%. E isso faria com que a agência no final do ano, ela mesmo faturando menos tivesse lucros maiores, porque as despesas eram menores. Então, nós buscamos aconselhamentos na SECOM, nas áreas internas do Banco de licitação, buscamos um parecer jurídico e a sugestão foi, para baixarmos aquele percentual a partir desse ano, para que a agência se sentisse--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem terminou fazendo, pegando a fatia maior foi a DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, esse ano eu não tenho--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não esse ano, eu falo sob seu comando.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --As informações que eu tinha, eu não tenho os números precisos, mas acredito que no ano de 2004, a DMAIS foi à agência que mais faturou. Era uma diferença mínima, mas a DMAIS foi à agência, acabou faturando mais do que a DNA.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não é o que nós temos, mas nós vamos conferir. Senhor Presidente, agora sim, a última pergunta. Desapareceu daqui, porque aqui eu trago anotações e elas vão evaporando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O incansável Relator, Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A última pergunta. Eu tinha um dado aqui, uma tabulação da progressividade dos valores aplicados na VISANET e, surpreendentemente, no ano precedente ao seu comando, salvo engano, gerava em torno de uns 07 milhões. Apareceu! Em 2002, o BANCO DO BRASIL gastou na VISANET, 04

milhões. Em 2002. Aí em 2003, passou para a gestão de Vossa Senhoria, passou para 29 milhões. E no ano de 2004, para 44 milhões. O vínculo do Banco, já era desde lá de 2001. Eu volto a dizer, em 2002 foi de 04. Em 2003 foi de 29, em 2004, 44 milhões. O que Vossa Senhoria diz sobre esse incremento aparentemente inusitado, desproporcional?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Relator, a informação que eu tenho, que eu tinha, e eu não tinha poderes para requisitar da VISANET, mas documentos que foram exibidos é que em 2002, os números são um pouco superiores. E acredito que a VISANET decidiu aportar mais recursos nesse fundo, que eram divididos entre os cotistas, em função do crescimento da venda de cartões de crédito.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vossa Senhoria entende que essa mesma proporção foi obedecida em relação aos outros segmentos que compõe o capital da VISANET? Bradesco também subiu outro tanto?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Relator, não tenho essa informação porque eu não participava--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não.

>> Para ajudar na sua indagação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não.

>> Porque na realidade, a sua indagação ela é... O senhor Pizzolato, até por uma vez não está dizendo uma inverdade. Valores de 2002, 2001 foram de fato maiores. O que o senhor Pizzolato fez foi aumentar a participação da agência do Marcos Valério. Em 2001, a agência do Marcos Valério recebeu 12 milhões. Em 2002 recebeu quatro milhões e aí, quando o senhor Pizzolato entra lá, a agência do Marcos Valério vai para 29. E ganha sozinha todo o dinheiro da VISANET. Não satisfeito, 2004, por decisão do senhor Pizzolato, da sua diretoria, a agência do senhor Marcos Valério, passa a receber sozinha 44 milhões. Eu acho que os números por si só já explicam, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Decuplicou a aplicação.

>> Senhor Relator, só então para ficar preciso. Quer dizer, na verdade, então--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É a Agência DNA.

>> É. A VISANET transferiu para objetivos de marketing no BANCO DO BRASIL, 24.7 milhões em 2001. 26.5 milhões em 2002. 29.7 em 2003, e 44 milhões em 2004. Essa é a evolução dos números.

>> Sendo que em 2003 e em 2004, exclusivo da DNA--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É correta observação. A evolução, enquanto aplicação na VISANET são esses valores. O diferencial é exatamente em relação ao grupo Marcos Valério, que teria passado de 4,5 para 29, e para 44 milhões.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se o senhor me permitir, eu pretendi esclarecer essa dúvida em função da decisão do Conselho Diretor do Banco no final de 2002, estruturando o Banco por pilares. Até então, as agências, o Banco não estava estruturado por pilares, e as agências--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só como curiosidade, porque a DNA prosseguiu atendendo ao BANCO DO BRASIL. Ela teve uma redução expressiva, porque ela aumentou essa participação na VISANET. Isso correspondeu a um abatimento correspondente no quadro da partilha das três, no BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na relação de orçamento, o Banco cresceu, o orçamento no ano. Então, eu não tenho esse dado preciso, foi uma solicitação de informações, que eu demandei ao Banco e o Banco ainda, não conseguiu me fornecer. Eu acredito que na proporção do todo, houve redução, mas eu não posso lhe afirmar isso, sobre pena de não estar cumprindo com o meu compromisso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É um detalhe que nós teremos que confrontar, mas obrigado senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, o Relator Deputado Osmar Serraglio, com a palavra o primeiro orador, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito obrigado senhor Presidente, gostaria de ter ouvido uma palavra de agradecimento de Vossa Excelência, por ter ficado horas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero de antemão agradecer a dedicação de Vossa Excelência como Presidente, presidindo os trabalhos aqui. A presidência de Vossa Excelência, mais do que nunca enobreceu aqui e aumentou ainda mais as minhas responsabilidades. Obrigado Senador César Borges. Com carinho.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): --Obrigado, senhor Presidente. Era necessário, foi apenas uma brincadeira. Mas senhor Presidente, senhores Senadores. O senhor Pizzolato esteve aqui da última vez e deve se recordar, naquela época foi muito questionado, sobre um saque de 326 mil reais. Eu fiquei admirado, porque eu lhe perguntei, se o senhor identificava a pessoa, que foi no caso, o receptor do dinheiro, que

o senhor repassou o dinheiro. E Vossa Senhoria não se lembrava. Absolutamente. A fisionomia se era alto, baixo, se era gordo, se era magro. Cheguei a perguntar o gênero, se sabia se era masculino ou feminino, e Vossa Senhoria não me disse naquela época, isso. Não sabia sequer se era homem ou se era mulher. Muito bem, eu acho que fica bastante claro para todos nós aqui, que Vossa Senhoria trabalhou, não é? Na campanha presidencial do Presidente Lula. Foi nomeado diretor do BANCO DO BRASIL, após essa posse, por indicação política. Indicação política. Tinha estreitas ligações com o Ministro Gushiken, da Secretaria de Comunicação. O Ministro Gushiken comandou com mão de ferro, e acho que ainda comanda toda essa parte publicitária, de onde nasce todo esse escândalo que nós estamos vivendo. Todo esse escândalo que nós estamos vivendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria ajustar o cronômetro. Pediria à Mesa, a assessoria técnica ajustar o tempo de cada orador, por favor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então, senhor Pizzolato, é claro que para nós, Vossa Senhoria dispõe de informações importantes--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, o ajuste do tempo da assessoria, por favor!

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Ficou bastante claro de que foi através da VISANET, que houve uma operação que se desdobrou para chegar recursos ao chamado Valéroduto, através do senhor Tolentino e de sua empresa e do empréstimo. Mas lamentavelmente, mais uma vez, como o senhor não sabia nada daquele dinheiro que pegou, que presumivelmente era para pagar a campanha do PT no Rio de Janeiro, ficou só isso, mas não consegui identificar absolutamente quem são os responsáveis, as pessoas, agora também lamentavelmente, Vossa Senhoria chega aqui para dizer que não conhecia as suas obrigações, que de certa forma, não tinha responsabilidade como Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL. Vossa Senhoria não é um néscio. Vossa Senhoria não é uma pessoa despreparada. Vossa Senhoria não era alguém que simplesmente, obedecia apenas às ordens do Ministro Gushiken, ou era? Aí é que eu fico me indagando se diante de toda essa sua tentativa de explicar, de que não conhecia os detalhes da VISANET, como operava, veio a conhecer, autorizou, mas deu o "de acordo", mas que na verdade esse "de acordo" o senhor não tinha controle desse "de acordo", porque foi sem sombra de dúvida daí, uma origem do Valéroduto. Nós sabemos isso, está mais do que cabalmente demonstrado isso. Aí o que eu lhe pergunto, inicial-

mente, é exatamente com relação a essa sua ligação com o Ministro Gushiken, e com toda essa chamada lambança, que está existindo ainda e que precisa de esclarecimento e que, lamentavelmente, o Presidente disse que não tem provas, quando nós temos provas! Quer dizer, os fatos são conectados, estão totalmente conectados uns aos outros. Então, mais recentemente, são 58 milhões, numa parcela de 35 mais 23. Vossa Senhoria autorizou isso. Autorizou, inclusive, deu o “de acordo”, para que esse recurso fosse repassado de forma como adiantamento e pelo que o Relator perguntou aí, parece que não tinha plano de aplicação. Não existia um plano de aplicação. Foram adiantados 35 milhões de reais a DNA. Isso não parece nada, que se guarde a mínima segurança, para uma estatal como o BANCO DO BRASIL, que é um Banco que todos nós respeitamos e que tem procedimentos bastante severos e rígidos. Então, o que me leva a crer, que o senhor atuou para atender aos interesses diretamente, do Partido dos Trabalhadores sobre orientação direta do Ministro Gushiken. Então, eu lhe pergunto exatamente isso: Vossa Senhoria nega sua ligação, em que Vossa Senhoria estava ali como Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, atendendo às determinações do Ministro Gushiken? Porque em entrevista, que já foi aqui também colocada, Vossa Senhoria reconhece e cita aqui diversas vezes, o Ministro Gushiken interferiu. Então, eu lhe pergunto: Vossa Senhoria estava a serviço do Ministro Gushiken e do Partido dos Trabalhadores, do BANCO DO BRASIL?

SR. SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senador, eu queria em primeiro me desculpar, se da outra vez eu não fui preciso em não atender a sua expectativa na resposta, e queria pedir a sua compreensão pelo nervosismo e a situação em que eu me encontrava e me encontro--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): O senhor poderia descrever aquela pessoa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Quando eu disse, eu queria me referir que a pessoa não tinha nada que me chamasse à atenção, não tinha uma cicatriz, não tinha, que era um homem--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Era branca, negra?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, não, era uma pessoa de cor, mas que era um homem, né, e que tudo aconteceu conforme havia sido me passado--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Homem ou mulher?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Homem era homem. E que a pessoa não tinha nada que me chamasse a atenção. Então, desculpe se eu não fui preciso,

mas eu não tinha... A pessoa não tinha uma cicatriz, não tinha alguma coisa--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Daria para fazer um retrato falado dessa pessoa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Olha, eu acredito que os dados eu consigo, mas eu não tive... O fato, à época, não tinha nada que me levasse a prestar detalhes e atenção, porque nada se justificava. Era um pedido, era um pedido de um, de um dirigente de uma agência de publicidade, que prestava serviço ao Banco, há mais de 10 anos e os fatos aconteceram conforme havia sido solicitado e relatado. A pessoa veio lá e disse: “Olha, vim buscar e tal”. Quanto à questão--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Vossa Senhoria, nunca teve intimidade e nem conheceu de perto o senhor Marcos Valério e atendeu pedidos da empresa para pegar 326 mil reais, e depois repassar para alguém o que senhor não conhece. Bom, mas passamos que esse assunto ficou bastante claro aqui que Vossa Senhoria não quis detalhar, não quis entregar, talvez, o destinatário final do dinheiro, não é? Vossa Senhoria não conhecia--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Eu não sabia, Senador, desculpe, não me foi informado que--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não é esse assunto, eu quero saber da sua atuação como Diretor de Marketing, Vossa Senhoria estava ali atuando sobre ordens diretas do Ministro Gushiken, isso é verdade ou não é verdade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Sim, eu vou lhe responder, apenas queria esclarecer uma questão. Eu reafirmo que eu disse da outra vez, era humanamente impossível naqueles dois envelopes, deter aquela importância de dinheiro, e acredito que nenhuma pessoa em sã consciência iria fazer um pedido para alguém no Rio de Janeiro, em pleno meio-dia, movimentar uma importância tão grande de recursos da forma tão desprotegida como estava. Mas respondendo a sua pergunta, a Diretoria de Marketing do Banco tinha que prestar contas a SECOM sim, por força de lei, por força de decreto. Mas eu estava subordinado na Diretoria do Banco, ao Presidente do Banco e ao conselho. Então, nós tínhamos reuniões periódicas na SECOM, aonde eram apresentados os relatórios, discutido campanha, tínhamos todo o processo de aprovação, mas o Ministro não tinha uma ação direta--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Mas o senhor mantinha contatos com a frequência muito maior, disparadamente maior com o senhor Gushiken, do que com o Presidente do Banco.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Não, senhor Relator. O meu contato com o presidente ele era praticamente diário. E acredito que se o senhor Ministro

Gushiken quisesse conversar sobre uma estrutura maior de marketing, ou... Ele não procuraria o Diretor de Marketing, ele procuraria o Presidente do Banco, por que o processo decisório, conforme eu relatei, não estava na mão do Diretor de Marketing, o Diretor de Marketing não tinha alçada para decidir.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Mas o Ministro Gushiken sempre lhe disse que “assine, porque é preciso assinar”.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim senhor, no caso dessa nota específica ele disse: “Assina, que não há nenhum problema! Isso é bom, o Banco vai ter mais”--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então, ele lhe deu esse respaldo de responsabilidade que o senhor deveria assinar, inclusive aquilo que autorizava o adiantamento da DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Olha, eu entendi aquilo como uma ordem, como... Eu não iria me confrontar ao Ministro. E--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Uma ordem. Então, o senhor estava, do ponto de vista hierárquico, subordinado a uma ordem do Ministro, e não do Presidente do Banco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Um presidente--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Vossa Senhoria consultou o Presidente do Banco ou o sistema colegiado para tomar essa decisão? Porque Vossa Senhoria falou sempre aqui em instância de deliberações, hierarquia e que eram tomados sempre em colegiado, nessa questão de dar o “de acordo”, que Vossa Senhoria deu, foi obedecendo ao Ministro Gushiken?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu consultei o Presidente do Banco, já relatei no início, consultei o diretor de varejo e distribuição, os três Conselheiros do Banco, que eram os responsáveis pelas ações do Banco junto a VISANET. E todas essas pessoas me disseram, me informaram, me mostraram documentos que o procedimento, já era um procedimento anterior que vinha desde a criação do fundo, e me exibiram pareceres jurídicos de que não havia nada de desconforme naqueles procedimentos. Eu procurei tomar às precauções que estavam na alçada da Diretoria de Marketing. No entanto, a parte contábil, a parte tributária ou a engenharia financeira, não competia a Diretoria de Marketing.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não ocorreu a Vossa Senhoria nunca de que essa é uma administração temerária, se adiantar recursos públicos, recursos de uma estatal para uma empresa de publicidade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senador, essa decisão não era da minha alçada até porque o repasse

dos recursos, não era feito através da Diretoria de Marketing, os recursos saíam e eu demonstrei isso. Os recursos saíam do Fundo VISANET para agência. Eu era informado do valor que estava, desculpe, à disposição na VISANET, quando chegava a nota--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Mas, Vossa Senhoria deu “o de acordo”.

>> É verdade, senhor Presidente, Presidente--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Quando deu o de acordo, Vossa Senhoria não assumiu a responsabilidade?

(Soa a campanha).

>> Senhor Presidente, Deputado César Borges, mas não é possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César Borges, está com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu até concedo, se o Deputado (...) quiser fazer uma intervenção usando o meu tempo--

>> Senhor Presidente, talvez Vossa Excelência não saiba, mas ele dizer: “Que foi informado do valor quando recebeu a nota”, não é verdade, senhor Presidente. O senhor Pizzolato, o fundo de constituição VISANET e aqui tem os documentos que comprovam, está definido aqui, por exemplo, o ano de 2003, “fundos de incentivo VISANET é criado e mantido, tal, tal para o exercício de 2003, o valor aprovado pelo conselho VISANET é de 100 milhões. Os recursos existentes no fundo de incentivo serão compartilhados pelos incentivadores de acordo com a participação acionária que cada um possui”. O senhor Pizzolato, esse é o fundo de constituição VISANET, ou seja, o valor está colocado bem antes, o senhor Pizzolato assina uma nota técnica, despacha assina com ele, o senhor Cláudio de Castro, o senhor Douglas Macedo e o senhor Fernando Barbosa e no ano de 2003, em que ele afirma que 2003, o fundo emissor da VISANET, disponibilizará o valor de 23 milhões de reais, para dar continuidade às ações de comunicação. Ele não pode vir aqui, senhor Presidente, não é aceitável, e peço desculpas ao Senador César Borges, por interrompê-lo, mas vir aqui dizer: que não sabia quanto era o valor, quando ele assina uma nota, dá ciência “de acordo” numa nota técnica do BANCO DO BRASIL, da diretoria dele, afirmando que o valor é de 23 milhões, para 2003! Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, senhor Presidente. É a segunda vez que eu faço uma intervenção como essa, Vossa Excelência não estava aqui na anterior, mas não é aceitável! São mentiras atrás de mentiras, e com documentação comprovam o contrário aqui, portanto, só para esclarecer e chamar mais uma vez a atenção do depoente,

para que ele se controle na falta de verdade. Agradeço Vossa Excelência, senhor Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Está ficando claro para todos nós, senhor Presidente, de que há uma tentativa do senhor Pizzolato de se eximir de responsabilidade, como se ele não tivesse capacidade de decidir nada, mandava o Ministro Gushiken. Vossa Senhoria sabe que o Ministro Gushiken, após a sua entrevista, a “Isto É” lhe chamou de mentiroso? E o que é que tem Vossa Senhoria a dizer sobre isso? Porque ele disse o que senhor tenta jogar sobre ele a responsabilidade de atos, dos quais não teve participação, o senhor Ministro. Então, ele diz que o senhor esqueceu da reunião, o senhor mentiu sobre esse assunto.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Senador, no contexto da entrevista que foi publicada, é provável que o Ministro tenha tido essa interpretação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Ele está com a razão, quando acha que o senhor mentiu?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No contexto da entrevista, agora, eu pediria para o senhor, que eu já relatei como é que o repórter publicou essa matéria. Em que condições o repórter publicou, que na realidade os dados--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Incrível, o Poletto diz que a entrevista foi sob efeito do álcool, e por isso que ele falou mais do que devia. Vossa Senhoria disse que foi efeito de um problema familiar. Quer dizer, sempre um desmentido sobre as entrevistas. As fitas, senhor Presidente, estão disponibilizados, o Deputado José Eduardo Cardozo, disse o que repórter disponibiliza. Era interessante que nós pudéssemos confrontar. Mas, senhor Presidente, senhor Henrique Pizzolato, o Ministro interferia definitivamente na aplicação desses recursos. Sabia o Ministro que muitos desses recursos poderiam estar sendo utilizados para a formação de caixa 02, e pagamento de despesas do Partido dos Trabalhadores?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não detenho essa informação, nem o Ministro, nunca conversei comigo sobre isso. A minha relação, senhor Senador, com o Ministro, era uma relação extremamente formal. Nós tínhamos reuniões periódicas, algumas que o Ministro participava, outras que seus assessores, e jamais se tocou num assunto dessa envergadura, um assunto que tratasse desse tema. O que o Ministro recebia era, mensalmente, as informações e acompanhamento, ele e o seu chefe de gabinete e mais outro assessor da SECOM, uma planilha de acompanhamento de todos os gastos realizados com o orçamento do Banco, e com os recursos VISANET, especificado por item, e alguns detalhados da forma como eu anteriormente relatei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): senhor Presidente, senhor Presidente, uma questão de ordem aí, se me permitir o Relator. Disse que tinha detalhado, eu quero passar aqui, eu sabia que tinha esse documento, em que está registrado que não havia detalhamento. Está aqui. Em 2003, em todas as operações de 2003, em todas as antecipações que foram realizadas, havia uma descrição do projeto e havia um detalhe, um questionamento interno sobre como é que se estava procedendo. Então, começa com o nome do cartão, descrição, objetivo, público, retorno, forma de pagamento e daí: “detalhamento das ações em anexo”. “Não”. Não havia detalhamento nenhum das ações. Isso no pagamento, aquele de 23 milhões. Esse de 06 milhões: “Detalhamento indenizações em anexo”. “Não”. Então, está aqui anotado. Era sim ou não! Está registrado: não. A de três milhões, aliás, aqui já é o de 35 milhões, “Detalhamento das ações em anexo”. “Não”. Não havia detalhamento, está registrado nos assentos do BANCO DO BRASIL encaminhados a VISANET.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpa, senhor Relator, só para eu poder me situar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pode até olhar.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Esse documento, ele não é da... É da Diretoria de Marketing?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Do BANCO DO BRASIL.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque eu não localizo a minha assinatura.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem nos mandou foi a VISANET. E é do BANCO DO BRASIL, timbrado com registro.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Só para que fique bem claro, diante do compromisso que eu assumi com os senhores, quem está assinando esse documento é a Gerência de Cartão de Créditos. E eu não tinha--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas a presidência estaria afirmando uma coisa falsa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Bom, nós--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse conteúdo repetido nas várias operações, dizendo-se que não havia planejamento, foi recorrentemente consignado uma falsidade, que na verdade havia? Que Vossa Senhoria acabou de anunciar ao Senador que tinha, que havia planos de aplicação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tinha, eu não tenho essa informação precisa, senhor Relator. O que eu disse é que a Diretoria de Marketing fazia um planejamento, se isso era repassado depois a VISANET,

a forma como era repassado, não era competência da Diretoria de Marketing. A Diretoria de Marketing não se relacionava com a VISANET.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Uma coisa a repassar que seria a última coisa, Vossa Senhoria confirma, que teve em algum momento em suas mãos, sob juramento agora-

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A relação do plano de aplicação dos 35 milhões, assim como teve dos 23 milhões? Vossa Senhoria viu, manuseou, teve conhecimento do plano de aplicação em 2003, de 23 milhões e em 2004, de 35 milhões?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu posso afirmar ao senhor, que eu participei de reuniões para a discussão e montagem do plano. A confecção do plano final, os documentos finais não eram da minha competência, não ficavam sobre a minha responsabilidade. Mas foram realizadas reuniões sim e essas reuniões eram realizadas de forma conjunta. Como isso se dava depois, fugia da alçada da Diretoria de Marketing.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senhor Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu vou me valer do fato de que foi, na verdade, utilizado o meu tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas com a devida autorização de Vossa Excelência.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Claro, mas eu volto a insistir na tese de uma administração temerária, para não dizer outras palavras, para obter benefícios de adiantar um recurso tão substantivo para essas empresas. Aí a última pergunta é: Vossa Senhoria estava orientado para beneficiar a DNA?

(Soa a campainha).

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Teve essa orientação? Porque tudo leva a crer, pelos volumes de recursos crescentes para a DNA, quando Vossa Senhoria estava à frente da Gerência de Marketing, e também pela maneira da antecipação dos recursos, tudo havia para nos levar aqui, tudo há para nos levar a uma conclusão de que há um favorecimento para a DNA durante esse período. Vossa Senhoria confirma isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senador, eu não tinha alçada para fazer isso. Eu não tinha competência.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Vossa Senhoria, não tinha essa autorização para favorecer a DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não recebi essa orientação, posso inclusive, lhe afirmar que a Agência DNA estava no Banco, muito antes de eu chegar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não, mas no seu período de administração-

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não recebi essa orientação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): --Houve um crescimento da DNA nas operações com o BANCO DO BRASIL. Houve antecipação de recursos.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não recebi.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Por quê? Por que a DNA foi tão favorecida nessa época? Exatamente a empresa que está envolvida em adiantamento de recursos e empréstimos ilegais para o PT?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Banco seguia, senhor Senador, estritamente as cláusulas contratuais e do edital. Os recursos orçamentários do Banco, os recursos do Banco não poderiam ultrapassar a 25% ou 40%. Se houvesse qualquer infração a isso, as outras agências reclamariam.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Reclamaram!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E eu não tenho a informação precisa, quando antes o senhor Relator me perguntou, mas eu tenho quase certeza, Senador, que no ano de 2004, outra agência teve faturamento maior do que a DNA. Eu não, não obtive esses números ainda, mas eu lembro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Diga qual agência?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senador César Borges, me permite só uma pergunta, um aparte? Porque é a segunda vez que o depoente fala uma questão, se Vossa Excelência me permitir. O orçamento contratual dizia respeito às verbas do BANCO DO BRASIL. As verbas VISANET não estavam obrigadas a esses limites mínimos e máximos, estou errado?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Contratualmente não estavam.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Obrigado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas as agências, Deputado, elas tinham às informações e se o Banco não seguisse isso, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estou satisfeito, Senador.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Contratualmente não estavam, mas se o Banco não seguisse isso, elas reclamariam.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Muito bem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador César Borges. Eu gostaria, eu gostaria de passar, eu vou passar à palavra para o Deputado Eduardo Paes, e depois nós faremos uma pequena interrupção de 10 minutos, aproximadamente. De 10 minutos aproximadamente, até porque o senhor Pizzolato ainda não, em função da interrupção, ele está pedindo alguns minutos, para pelo menos comer alguma coisa. Então, eu vou passar à palavra para o Deputado Eduardo Paes, e depois vou fazer uma interrupção de 10 minutos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, eu quero saber que horas o senhor que vai retomar, porque a seguir serei eu. Eu quero ir até a Comissão de Trabalhos na Câmara e voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): São 10 minutos de interrupção. Com a palavra, o Deputado Eduardo Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares, eu vou muito mais do que fazer questionamentos ao depoente, até porque eu confesso, que depois da primeira participação do senhor Pizzolato nessa Comissão, eu não tenho dúvidas de que a única coisa que ele não consegue dizer é a verdade. Uma pessoa que manda um portador a um Banco pegar 326 mil reais, recebe esse envelope em casa e não sabe o que é que tinha dentro desse envelope-

(Soa a campanha).

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): É algo absolutamente inconcebível, inaceitável. Mas eu quero deixar muito claro aqui com que ator nós estamos lidando, quem é o senhor Pizzolato. O senhor Pizzolato foi, ele participa, aliás, do conselho do BANCO DO BRASIL desde 1992, se elegeu como representante dos funcionários do BANCO DO BRASIL, participa do conselho. Portanto, já de cara, senhor Pizzolato, eu diria a Vossa Senhoria, que Vossa Senhoria certamente sabia da existência do tal do Fundo VISANET, não foi uma surpresa para Vossa Senhoria, já que Vossa Senhoria é um conselheiro assíduo, participante. De tudo que se passa nos conselhos que participa. Vossa Senhoria foi tesoureiro, arrecadador da campanha do Presidente da República. Foi nomeado diretor do BANCO DO BRASIL na área de marketing, por uma indicação, como disse bem, o Senador César Borges, por uma indicação política. Fez parte, faz parte, fazia parte do conselho de diversas empre-

sas, o que lhe permitia uma remuneração mensal de algo em torno de 50 mil reais, 60 mil reais, como dito aqui no seu último depoimento. Em 15 de janeiro de 2004, o senhor Pizzolato que era o Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, e que tinha um contrato com a agência do senhor Marcos Valério, manda um boy da PREVI ir ao BANCO DO BRASIL e ao BANCO RURAL, buscar 326 mil reais e 600, e entrega na sua casa, o senhor Pizzolato não sabe de absolutamente nada. O senhor Pizzolato afirma aqui, que não tinha conhecimento das campanhas que o Banco do Brasil realizava ou na sua diretoria ou por intermédio do Fundo VISANET. E aí me faz lembrar aqui, como já lembrei, senhor Presidente, senhor Relator, senhoras e senhores parlamentares, que o senhor Pizzolato ficou conhecido por todos nós, eu nunca tinha ouvido falar no senhor Delúbio. Ouvi falar nos dois pela primeira vez, quando houve aquele show do Zezé Di Camargo e Luciano. E para nossa surpresa, senhor Relator Osmar Serraglio, o senhor Pizzolato utilizou, se utilizou de recursos da VISANET, aliás, o BANCO DO BRASIL, comprou 70 mil reais em mesas, para fazer uma promoção Ouro Card, num evento que servia para patrocinar o Partido dos Trabalhadores. O senhor Pizzolato, quando entrou na diretoria jogou toda a área de varejo para a DNA, consolidou uma posição a partir de 2003. Ouro Card foi para a DNA, VISANET foi para a DNA, anteciparam o processo de licitação de 2005, que seria em 2005, para 2003, ou seja, 18 meses de antecipação buscando, certamente, ter um certo poder de comando na escolha dessas agências. Aumentou o percentual de remuneração das agências de publicidade durante a sua gestão como Diretor de Marketing. E a DNA, agência do senhor Marcos Valério, justamente é aquela que tem o melhor contrato. Mas, senhor Presidente, é feito em 2004 um aditivo contratual, esse aditivo contratual é para cobrir o estouro do teto percentual de 40%, que foi feito, também com a participação do senhor Pizzolato, com o comando do senhor Pizzolato. Amplia-se a margem de faturamento, e a decisão das decisões, senhor Presidente, duas daquelas que são fantásticas. Primeiro. O senhor Pizzolato resolve concentrar todos os recursos da VISANET, e quem mandava no recurso da VISANET, era a Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL. Não era mais ninguém! A Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL, eu li aqui já, e não vou ler de novo, tinha a responsabilidade pelo fundo que constituía a VISANET, de definir aplicação de 33% de recursos de publicidade, de seis milhões cabia a esse cidadão que está diante de nós, durante dois anos definir para onde iam os recursos. Mas ele resolve concentrar esses re-

curso que vi até então serem partilhados. Leio os números: em 2001 a DNA recebeu 12 milhões, a LOWE recebeu 13 milhões 650, do Fundo VISANET. Em 2002, a DNA recebeu 04 milhões e meio, a LOWE recebeu 19 milhões. Aí chega em 2003, se concentra tudo na DNA, a agência do senhor Marcos Valério, aquele do mensalão! Aquele que saiu por aí distribuindo recursos para os amigos do governo, e a VISANET sai de quatro milhões, a DNA para 29 milhões, em 2004 passa para 44 milhões. Mas não bastava isso, senhor Presidente, e o senhor Pizzolato, o senhor Pizzolato, eu estou afirmando que é o senhor Pizzolato, e nada do que eu digo aqui é ilação, é suspeita, suposição, o que eu estou afirmando aqui é verdade, e está documentado aqui. Talvez eu tenha menos pudor do que o Relator, porque o Relator tem esse papel fundamental de manter aqui uma certa postura de imparcialidade na investigação. Mas nesse momento aqui, e o Relator dispõe desses documentos, e isso aqui é importante, é, nós temos aqui, senhor Presidente, uma nota técnica que tem aqui, o de acordo do senhor Pizzolato, 06 de maio de 2003, está aqui o nome dele, está aqui a assinatura. Provavelmente ele vai dizer que é falsa, não reconhece. Em que se resolvesse iniciar uma antecipação de recursos, ou seja, está aqui: “A proposta envolve direcionamento de verbas de 23 milhões de reais, do Fundo VISANET. Em 2003, o fundo emissor de VISANET, disponibilizará o valor de 23 milhões, para dar continuidade a ações de comunicação”, tem um diálogo todo de comunicação antes. O repasse... Olha só o documento que ele assina! “O repasse ocorreria diretamente para a DNA Propaganda, mediante depósito em conta corrente – tem até o número da conta, senhor Presidente – em conta corrente 602.00-3, agência 3032-5, junto ao BANCO DO BRASIL, ficando a utilização de verba condicionada a aprovação de campanhas pelas Diretorias de Marketing, Comunicação e de Varejo”. E ele não sabia de nada. Está aqui, esse documento aqui que eu li uma parte, está aqui a assinatura, senhor Pizzolato, que termina assim: “Propomos, aprovar aporte financeiro de 23 milhões, na forma do item 1.5.7. Aprovar o repasse da verba para a agência de publicidade DNA!” Ou seja, esse cidadão que está aqui, é o único diretor que assina o documento, aonde são repassados por antecipação os recursos para a DNA. Senhor Pizzolato, o senhor sabe quanto que o senhor gerou, e o senhor pode ser tudo menos bobo, menos ignorante e menos conhecedor de aplicações financeiras! Ora, se o sujeito vai antecipar os 35, se alguém me der os 35 milhões para eu aplicar e ficar com os rendimentos, 23 milhões para aplicar e ficar com os rendimentos, pelo amor de Deus! O senhor sabe quanto é que essa sua decisão gerou,

para a agência do senhor Marcos Valério? Aquele mesmo, que o senhor teve um dia lá e sem querer pegou 360 mil reais dele, que não sabia, achou que fosse ingresso da Sapucaí, e eu conheço os ingressos da Sapucaí. O senhor gerou pela sua decisão um ganho de cerca de quatro milhões e meio de reais de aplicação, só de ganho financeiro, de aplicação, porque o senhor resolveu antecipar o recurso para o senhor Marcos Valério, para a agência dele quatro milhões e meio de reais, só de ganho de aplicação financeira, senhor Relator, segundo levantamento feito pela assessoria dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Senhor Presidente, não bastasse tudo isso, não bastasse tudo isso, e eu fico triste do meu tempo estar terminando, mas eu acho que não tem que perguntar nada aqui! Porque isso tudo está documentado! Perguntar aqui é só se for de fato, senhor Presidente, para dar voz de prisão para o depoente, que nos faz de palhaços aqui o tempo todo. Mas por acaso, e vou contar essa história, quando o senhor Pizzolato autoriza esse repasse de verbas, ele é feito para uma conta da DNA, que tinha um saldo zero, não tinha um tostão lá dentro. Aí a DNA recebe 35 milhões de reais, Deputado Panunzio. Essa conta com saldo zero, não recebe nenhum novo aporte até um determinado dia em que os amigos da outra ponta, Delúbio, tesoureiro do PT, companheiro dele de arrecadação na campanha do Presidente da República, companheiro dele, amigo, amigo, trabalhavam juntos lá. O senhor Delúbio resolve, em mais uma das suas com o senhor Marcos Valério, fazer um empréstimo de 10 milhões de reais, em nome do Rogério Tolentino. Por acaso! Por acaso senhor Pizzolato, esses 10 milhões de reais, eles têm como garantia um título, CDB, penhor, ali um contrato de penhor, é um CDB, que é um CDB do BMG. Esse CDB, por acaso é comprado pelas agências do senhor Marcos Valério, com 10 milhões que saem do dinheiro que o senhor antecipou, lá do BANCO DO BRASIL. É do BANCO DO BRASIL, sim, porque o BANCO DO BRASIL é que é acionista da VISANET, e portanto, é do BANCO DO BRASIL! Não tem essa história de que o dinheiro não é do BANCO DO BRASIL, não, porque o dinheiro é dinheiro público! É dinheiro do povo brasileiro! Dessa instituição financeira, que nos orgulha a todos, infelizmente, emascarada pelas ações de figuras como Vossa Excelência! Eu não quero aqui parecer agressivo, mas o fato é que a gente vai passando um pouco do ponto, senhor Presidente, senhor Relator, de tantas mentiras, com tantas provas aqui colocadas. Mas esses 10 milhões, que saem do dinheiro da VISANET do BANCO DO BRASIL, compram 10 milhões de CDB, que vão ser a garantia desse contrato de 10 milhões, desse suposto empréstimo de 10 milhões,

que nunca são pagos. Aliás, não eram pagos, não sei por que, porque hoje todos nós descobrimos que o Delúbio tinha um milhão guardado no colchão, que ele pagou lá a conta da COTEMINAS, não sei por que ele não pagava as dívidas dele, devia ser algum tipo de fetiche, algum tipo de sonho, de delírio, que ele jogava dinheiro à noite, provavelmente no colchão. Já tínhamos dinheiro na cueca, nesse episódio, e temos dinheiro no colchão, que pagou um ano depois a COTEMINAS, sem qualquer tipo de aplicação. Senhor Presidente, senhor Relator, todos esses elementos estão aqui comprovados. A minha dúvida é único questionamento que eu faço, e tudo que eu falei aqui, eu confesso a Vossa Senhoria que não lhe faço indagações, não me interessam, não me interessa de fato ouvir os seus comentários a respeito, porque tudo o que eu disse aqui eu posso provar. Aliás, essa Comissão Parlamentar de Inquérito, através do seu trabalho de investigação, comandados pelo Presidente Delcídio Amaral e pelo Deputado Osmar Serraglio, conseguem comprovar tudo o que eu disse aqui. Mas a minha dúvida é uma só. Eu sei que Vossa Senhoria, não trabalhava sozinho. Vossa Senhoria foi nomeado para um cargo da importância, de uma Diretoria de Marketing do BANCO DO BRASIL. Não é pouca coisa! Olha, que o pessoal gosta de cargo, não é só esse governo não, esse negócio de distribuição de cargo, tem em tudo que é governo, besteira de ficar achando que isso é um grande crime, aliás, não tem problema nenhum, que os partidos aliados participem do governo, que os quadros partidários... Desde que isso não signifique, claro, descontinuidade e assalto aos cofres públicos. Mas eu sei, que Vossa Senhoria não podia estar agindo sozinho. Vossa Senhoria fez já uma acusação ao Ministro Gushiken. Vossa Senhoria como tudo nega, “não fiz, não falei”, o repórter é um louco, alucinado, que escreveu aquilo da cabeça dele, inventou, perguntas e respostas. Eu queria, a pergunta que lhe faço é o seguinte, o senhor Gushiken tinha ou não tinha a participação e conhecimento de todo esse processo, que eu relatei aqui agora, já comprovado pela CPI? Eu peço a Vossa Senhoria que responda a pergunta, se limite a responder à pergunta que eu acabo de fazer, para que eu possa lhe fazer uma outra pergunta. O senhor Gushiken tinha ou não tinha conhecimento desses adiantamentos, que foi o ordenador dessa, foi a pessoa que determinou a Vossa Senhoria que fizesse isso? Aliás, é muito estranho, que ele não tinha nada que está tratando de marketing do BANCO DO BRASIL, mas vamos lá.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Deputado, eu queria apenas para poder responder de forma bem precisa a sua pergunta, dizer ao senhor que o BANCO

DO BRASIL, no dia 04 de novembro, publicou uma nota, onde está muito bem explícito, muito claro, que a prática de adiantamento dos recursos do fundo de incentivo VISANET, ocorrem desde 2001, quando esse fundo foi criado. Isso--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O BANCO DO BRASIL que se refere, é esse mesmo BANCO DO BRASIL, e essa mesma diretoria que fez isso tudo agora, que eu estou dizendo aqui.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O BANCO DO BRASIL, também diz na mesma nota, não existe fato material, para que se possa afirmar que--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, eu peço licença e vênia uma vez mais, para interromper o depoente. Ele leu uma nota de 04 de novembro. Eu vou ler a de 03 de novembro, eu quero dizer a Vossa Senhoria, que o seu sucessor, como é o nome dele? Deputado Osmar Serraglio, desculpe, eu esqueci o nome do atual Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, o senhor Tafarelli... Cafarelli esteve aqui comigo e com o Relator Osmar Serraglio, sabe o que ele disse, para mim e para o diretor Osmar Serraglio? Que Vossa Senhoria – o atual diretor que lá está – que Vossa Senhoria começou esses adiantamentos; que Vossa Senhoria, é que concentrou na DNA. E mais, o BANCO DO BRASIL, Vossa Senhoria não vem aqui tentar se acobertar, por notas à imprensa do BANCO DO BRASIL, que o BANCO DO BRASIL fez no dia anterior a nota que o senhor leu, uma nota também à imprensa, deixando muito claro e o documento que fala, aliás, eu esqueci de dar esse detalhe, foi bom que Vossa Senhoria me lembrou. Vossa Senhoria, o BANCO DO BRASIL já está cobrando durante a sua gestão do senhor Marcos Valério, 09 milhões de reais de volta e não está... Não é aquele negócio de que está apurando ainda não, tem aqui um documento que comprova que o BANCO DO BRASIL, já notificou a DNA para devolver! E informa nessa nota, que está tomando às providências judiciais para reaver esses recursos. Ou seja, o BANCO DO BRASIL, eu não quero aqui debater, notas à imprensa mais recente do BANCO DO BRASIL, mas o BANCO DO BRASIL--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Eduardo Paes--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O BANCO DO BRASIL, no dia 03 de novembro, ele solta uma nota que confirma às informações dadas na entrevista coletiva pelo Deputado Osmar Serraglio, e no dia 04, solta uma outra nota. Portanto, eu quero que... Eu conheço o teor da nota do BANCO DO BRASIL no dia 03, eles confirmam e, no dia 04 eles negam. Portanto, eu confesso a Vossa Senhoria que essa nota não nos interessa, porque não vale absolutamente nada, é

uma simples nota a imprensa, o resto são documentos oficiais. Eu lhe fiz uma pergunta: o senhor Gushiken tinha conhecimento, participou, foi ele que lhe determinou que fizesse esse adiantamento a DNA, na data em que foi feito? A pergunta, senhor Presidente, eu peço a Vossa Senhoria que instrua o depoente para me responder, objetivamente a pergunta que fiz.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Vou responder, apenas para que não fiquem imprecisões senhor Deputado. O BANCO DO BRASIL emitiu uma correspondência à Agência DNA, dizendo que há pendências de conciliação de recursos. E o Banco esclarece de que foram realizadas--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, eu não vou ficar deixando o depoente mentir aqui, sem que eu possa contestá-lo. Item “E”, da nota do dia 03 de novembro, senhor Pizzolato! Com relação à diferença de 9.1 milhões, o BANCO DO BRASIL, encaminhou em 21 de outubro de 2005, notificação extrajudicial a DNA, tendo em vista, que até o presente momento, encontra-se pendente conciliação e aplicação desses recursos em ações de marketing referentes a projetos autorizados pelo BANCO DO BRASIL. Independente desse procedimento, o BANCO DO BRASIL, já está adotando as medidas judiciais cabíveis. Portanto, Vossa Senhoria, não tente aqui desmontar algo, que é um documento produzido pelo próprio Banco que foi entregue a mim, ao Deputado Relator aqui, pelo atual Diretor de Marketing, que lhe sucedeu. E que tenho certeza, morre de vergonha de Vossa Senhoria, como funcionário do Banco. E na mesma tarde em que o Deputado Osmar Serraglio fez a sua entrevista coletiva, o BANCO DO BRASIL, confirmou a informação. Portanto, não tente mentir, eu quero que Vossa Senhoria, Vossa Senhoria, tem que entender, uma pessoa que manda um boy pegar 360 mil num Banco recebe em casa, diz que não sabe o que tem lá dentro, se assusta com o valor, fica com cara de impressionado, não tem credibilidade perante a Comissão, pelo menos perante o Deputado que está lhe arguindo. Eu lhe fiz uma pergunta objetiva que, diz respeito a essa sua relação, eu tenho certeza que Vossa Senhoria não agiu sozinho! Eu tenho absoluta convicção disso! Acho que Vossa Senhoria nessa fidelidade é uma coisa fantástica que me impressiona. A pergunta que lhe faço, e não tente mais desmentir minhas afirmações aqui, porque os documentos, tudo o que eu disse aqui tem documento para comprovar, a pergunta que lhe faço é: O Ministro Gushiken foi à pessoa que lhe deu a determinação, como o senhor disse na sua entrevista, a revista “Isto é”, “Época”, não me lembro mais à revista, “Isto é Dinheiro”?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, o senhor acabou lendo e confirmando o que eu havia dito. O Banco disse: conciliação--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, eu gostaria--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu vou lhe responder a pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Pizzolato, eu pediria até porque, nós vamos fazer um intervalo, eu gostaria que Vossa Senhoria respondesse a indagação do Deputado Eduardo Paes, até porque nós não podemos ficar num duelo de documentos aqui. Um lê uma coisa, outro lê outra. Então, eu gostaria que Vossa Senhoria fosse bastante objetivo--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Com uma correção, senhor Presidente. O Deputado que vos fala, lê documentos da CPI que Vossa Senhoria adquiriu, enfim, documentos que comprovam, e quem fala aqui e quem faz ilações é o depoente, há uma diferença enorme.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senhor Pizzolato.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na minha exposição inicial, Deputado, eu já disse que informei ao Ministro da existência, fui até o Ministério e informei ao Ministro da existência dos recursos--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O senhor não sabia da existência desses recursos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu soube quando fui procurado.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Apesar do senhor fazer parte do conselho do BANCO DO BRASIL desde 1992, o senhor não sabia?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui conselheiro do Banco até 1996, senhor Deputado.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Perfeito. Depois, o senhor saiu?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Depois, eu não fui mais conselheiro do Banco, meu mandato se expirou em 1996. Quando o Banco decidiu participar da VISA-NET, eu não era mais conselheiro do Banco.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O senhor Gushiken determinou a Vossa Senhoria, que adiantasse recursos que procedessem ao adiantamento de recursos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que eu mostrei ao senhor Gushiken foi à nota, e informei que existiam os recursos da VISANET--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Pizzolato, Vossa Senhoria não quer responder, não responda. Mas eu estou lhe fazendo uma pergunta objetiva. O senhor Ministro Gushiken determinou a

Vossa Senhoria, que fizesse o pagamento à Agência DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ele me disse que era para assinar a nota--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Assinar a nota, significava o quê?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Assinar a nota seria área de marketing--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Significava o quê? Significava o quê? Significava... Por que o senhor tinha que assinar a nota? Significava...

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque eu tinha que dar o “de acordo” que a campanha--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): O seu “de acordo” significava? A autorização?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Significava que a Diretoria de Marketing iria realizar as campanhas, iria estruturar as campanhas com os recursos VISA-NET--

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, Senhor Presidente, eu estou satisfeito. Eu vejo que o depoente não quer responder, eu não vou ficar aqui, enfim, daqui a pouco... Mas eu queria só trazer um outro documento aqui e para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para finalizar, porque nós temos aí muitos oradores inscritos ainda.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Tem razão senhor Presidente, eu estou aqui cansado também, desde cedo. Mas eu queria só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas também, o Osmar fala uma hora e meia!

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Só para concluir, senhor Presidente, eu queria mostrar aqui a essa CPI, um documento que me foi entregue, à época do show do Zezé Di Camargo e Luciano, e que mostra, que talvez confirme um pouco essa relação muito próxima e da participação da SECOM nas decisões dessas verbas da VISANET. Aqui tem uma ficha de acompanhamento de compras e contratações efetuada via agências de publicidade ou BB turismo, e justamente faz parte do processo do show do Zezé Di Camargo e Luciano. É o tal de premiação, agências DF. E lá no acompanhamento dos processos, passam, uma coisa interessantes de passos, como a gente faz aqui na CPI, na nossa organizada Comissão Parlamentar de Inquérito, senhor Presidente, mas o passo quatro é: a aprovação dos custos pela SECOM, e-mails e planilhas de ações e divulgação. Ou seja, a SECOM sempre soube de tudo, até dos 70 mil reais do Zezé Di Camargo e Luciano, era isso, senhor Presidente, agradeço a sua paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de... E eu não poderia deixar de fazer um comentário, que eu acho pertinente. Nós estamos tratando aqui de uma questão, de um assunto de suma, de fundamental importância e associada a uma das instituições mais sérias e responsáveis do Brasil, que se chama BANCO DO BRASIL. E eu acredito aqui, vários parlamentares têm experiência executiva. Então, senhor Henrique Pizzolato, eu gostaria de fazer um registro que eu entendo até a situação, o que tudo isso tem lhe causado, mas algumas afirmações, elas têm que ser bastante refletidas, porque a um diretor do BANCO DO BRASIL, não se concebe desconhecimento de determinadas decisões, especialmente, voltadas para a sua área. Outras empresas que não o BANCO DO BRASIL, mas empresas até menores que o BANCO DO BRASIL, mesmo que haja que uma outra área de interface com a diretoria se posicione, normalmente o diretor da área é consultado. Os orçamentos, mesmo que venham a ser remanejados ou venham a ser movimentados por uma outra área, ou decisões ligadas a áreas meio, elas necessariamente passam pelo “ok”, das áreas fins. Portanto, eu quero só deixar esse registro, porque eu até entendo, é uma estratégia clara de defesa, uma estratégia clara associada aos advogados competentes que Vossa Senhoria tem, mas algumas coisas, não podem ser colocadas de uma maneira tão frugal, de uma maneira tão superficial, que no meu ponto de vista, depõe até contra a história e contra os empregados de uma instituição absolutamente importante, como é o BANCO DO BRASIL. Então, eu quero só chamar a atenção para Vossa Senhoria, porque determinadas coisas não convencem, até porque os parlamentares aqui conhecem muito bem como funciona uma instituição como o BANCO DO BRASIL, e como também funcionam outras empresas estatais. Portanto, a despeito de toda uma estratégia de defesa, a despeito do constrangimento, da situação que Vossa Senhoria passa, e eu entendo, e nós temos que ter, todos nós temos essa percepção, tudo aquilo que isso representa na vida, na família de cada um, mas determinadas noções simples e até noções óbvias de gestão, eu peço a Vossa Senhoria que não insista ou num eventual desconhecimento, ou numa eventual participação, por que determinadas decisões, são decisões absolutamente compatíveis com a hierarquia que uma instituição funciona, como é o BANCO DO BRASIL, que tem uma grande hierarquia e grandes empregados. E, portanto, eu só alerto Vossa Senhoria, que Vossa Senhoria precisa, ao longo do depoimento, Vossa Senhoria precisa atentar para esses detalhes, até porque de certa maneira, o que vai, o que se passa ao longo do depoimento, é que o

BANCO DO BRASIL seria uma verdadeira barafunda, uma verdadeira Torre de Babel, uma coisa que não é definitivamente e todos nós sabemos disso, muito pelo contrário, é uma grande instituição. Eu vou interromper os trabalhos por 10 minutos, voltamos com o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vamos reabrir a sessão. E eu passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que tem 15 minutos. 15 minutos, o cronômetro, por favor! Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, senhor Presidente. Senhor Pizzolato, quem são seus advogados?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, o nome dos advogados.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: (fora do microfone): Doutor Mário de Oliveira Filho e Doutor (falha no áudio) José Roberto (?) Dagoberto(?) Amaral.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que o senhor, através dos seus advogados, tentou conseguir um HC?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: foi estratégia dos advogados e eu não quis, tecnicamente eu não tinha como me opor à estratégia dos advogados.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Essa estratégia foi usada da outra vez e também foi negado. O senhor não acha, que a reincidência na estratégia é um equívoco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não... Eu não tenho como opinar sobre isso, Deputado, eu apenas mantenho o meu compromisso de falar a verdade, como eu venho me comportando até agora, tenho dito tudo o que eu sei, e é esse o meu compromisso e eu quero aqui cumprir.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A impressão que tem passado, senhor Pizzolato, é que o senhor está tentando defender alguém. Está tentando livrar o problema de alguém, e a partir do momento que assume essa estratégia, o senhor está assumindo a responsabilidade sozinho. O senhor está tomando tudo para si. Será que a sua família concorda com isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu estou falando o que eu sei para poder auxiliar essa Comissão. Eu não poderia fazer ilações, não poderia afirmar fatos ou eventos que eu não tenho certeza, que eu não presenciei, porque aí eu estaria faltando com o meu compromisso e não estaria contribuindo com a CPI. Eu não tenho o propósito nem de defender e nem de auxiliar. Tenho o propósito, sim, de ajudar a Comissão, de prestar todos os esclarecimentos e que isso se esclareça da forma mais rápida possível, por-

que o senhor entende, eu sei que o senhor entende o sofrimento familiar, as situações, meu pai. Eu sou de uma família, sou o único filho homem vivo, perdi dois irmãos em acidente de automóvel, um aos 22 anos e outro aos 27 anos e meu pai velhinho, isso o tem abastado muito e trabalhei 31 anos no Banco, nunca cometi, nunca tive nenhuma irregularidade, nunca foi apontado nada. Acabei sendo envolvido--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu tenho certeza-- **SR. HENRIQUE PIZZOLATO:** Uma coisa que eu quero ajudar o máximo possível--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu tenho certeza que o senhor foi envolvido, e é justamente quando eu falo desse aspecto familiar, é que o senhor está assumindo uma responsabilidade sozinha que o senhor não tem. E quando o senhor fica nessa posição defensiva para os outros, o senhor está se expondo. Quando eu estou chamando a sua atenção nesse sentido, e estou falando diferentemente do parlamentar que falou anterior, de uma forma contundente, mais agressiva com o senhor, porque eu estou sabendo que...Tenho informações, tenho documentos, que o senhor não é o culpado. Mas o senhor acabou sendo envolvido, essa palavra o senhor usou agora é verdade, o senhor foi envolvido. Quando o senhor autoriza os 23 milhões e 300 mil reais, o senhor apenas fez na condição de Diretor de Marketing. A decisão não foi sua, mas da forma que o senhor está se colocando, o senhor está assumindo sozinho a responsabilidade e, as pessoas que deviam estar sentadas aí no seu lugar, não estão! E o senhor está passando pelo vexame, por essa fase de indignação, por toda a situação. É por isso, que eu estou lhe chamando a sua atenção. Quer dizer, a estratégia que tem sido montada para lhe ajudar, não está lhe ajudando. Quem está aqui sozinho, largado, abandonado às feras, é só o senhor! É por isso que eu tomo essa colocação, porque eu estou achando que a sua família merecia uma outra posição do senhor. O senhor está se colocando como único responsável e eu estou afirmando: o senhor não é o responsável. Por que o senhor assume essa posição de querer assumir toda a responsabilidade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu jamais... Pelo menos procurei, se eu não me fiz entender, desculpe, mas a minha intenção é relatar os fatos conforme ocorreram. Eu não quero fazer acusações levianas, não quero fazer insinuações. O meu conhecimento e, talvez, isso seja importante que eu informe aos senhores e afirme, e por isso que eu procurei me valer inclusive, de alguns gráficos. Eu conheço o Banco, porque trabalhei no Banco há 31 anos. Conheço a estrutura do Banco, já tive oportunidade de estar em várias funções, no entanto, esse Fundo VISANET,

quando foi criado em 2001, eu não estava no Banco. Eu estava licenciado do Banco--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não tenho dúvida nenhuma.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em 2001 eu estava na Previ, e eu retornei.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não tenho dúvida nenhuma, que você conhece bem o Banco, que sempre foi um excelente funcionário do Banco, isso eu não tenho dúvida e é por isso que eu estou fazendo estas colocações. Quem conhece o Banco, tendo trabalhado tanto tempo quanto Vossa Senhoria, trabalhou no Banco não pode ter dado as mancadas que deu! Na verdade, essas mancadas que você está querendo assumir sozinho agora, são tentativa de cobrir alguém, vale a pena isso aqui, Henrique? Vale a pena?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não... Se o senhor puder ser explícito eu não tenho, não tenho constrangimento nenhum em falar tudo o que eu sei, mas sobre o Fundo VISANET, o que eu estava dizendo, ele foi criado num período que eu não estava no Banco. Eu cheguei--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você quer se fixar apenas no VISANET. Eu não quero me fixar no VISANET, eu quero o conjunto de todo o problema, desde o dinheiro que você pegou para o partido, que você não sabia, que você foi usado para pegar aquele dinheiro. Dessas autorizações aí para a DNA, essa história de pilares que você fala, que na verdade está claro, está claro!. Está mais do que claro, que você está sendo usado! E quando você não quer assumir essa condição de que foi usado, você está sendo responsável por tudo!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que era da minha competência, eu relatei. Quem decidiu estruturar os Bancos sobre pilares, senhor Deputado, foi o Conselho Diretor do Banco, quem decidia sobre a VISANET, eram os representantes do Banco, que eu dei os nomes e entreguei a planilha.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem eram os representantes?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Era, na época o Doutor Cássio Casseb, que era conselheiro do Banco, o Doutor Edson Monteiro, era um conselheiro do Banco na VISANET, o Doutor Cássio era Presidente do Banco e, o Doutor Fernando Barbosa que era diretor de varejo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E no palácio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desculpe.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E no palácio, quem interferia?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Banco é subordinado ao Ministério da Fazenda, mas eu nunca estive no palácio, nunca me chamaram, durante a CPI, senhor Deputado, eu estive duas vezes, três vezes, perdão, no Palácio do Planalto. Uma vez na recepção de atletas olímpicos, uma vez no lançamento do cartão de PRONAF, e uma terceira vez--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não disse que, eu não perguntei quando você esteve no palácio, qual é a ordem, que vinha do palácio para aplicar de verba da publicidade? Quem era a pessoa do palácio que interferia nisso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Senhor Deputado, eu acredito que se houvesse conversas, eu não tenho informação nenhuma, elas seriam com o Presidente do Banco. O palácio não se reportava a diretores, e isso seguia... Segue uma hierarquia. Eu era funcionário de terceiro escalão no Banco, existiam presidentes, vice-presidentes e diretores. Eu não participava do Conselho Diretor do Banco.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não, Diretoria de Marketing, não é terceiro escalão, o senhor vai desculpar.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: É o presidente, os vices presidentes e as diretorias. Não é? Se eu não considerar o Conselho de Administração.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas aí nessa situação, você é primeiro escalão, não é terceiro escalão.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Bom, eu não quero entrar numa polêmica. Estou tentando apenas exemplificar de uma forma que, como eu me sentia. Eu não tinha alçada individual--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem que pediu para você assinar essa autorização de 23 milhões e 300, para a DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui ao Presidente do Banco, ao Vice-Presidente de Varejo, eu já relatei aqui e fui a SECOM, e mostrei--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A SECOM. O que é SECOM?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Secretaria de Comunicação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ: Isso é palácio, pô!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas eu mostrei... Isso, Deputado, isso eu relatei na minha exposição inicial e deixei um texto, inclusive com o senhor Relator sobre isso, dizendo quais foram às pessoas que eu consultei.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Foi a SECOM que mandou assinar isso aqui?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu conversei com o chefe de gabinete, com o Ministro e mostrei--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ: Foi a SECOM, que mandou você assinar isso aqui?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eles disseram, o que o Ministro disse, é que não havia nenhum problema.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Isso, o Ministro falou que não havia problema, você podia assinar.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que não havia nenhum problema que era uma boa notícia--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Puxa.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque o Banco teria... E Isso eu relatei no início, desculpe Deputado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Está bom.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Banco teria, em tendo mais recursos, o Banco teria oportunidade de conseguir preços melhores junto aos veículos de comunicação--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Está bom, mas foi duro de responder que foi o Gushiken que disse que era um bom negócio isso aqui. Agora você admitiu isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu deixei isso, inclusive, por escrito, mas dentro desse contexto de que ele disse: "Olha, isso não é recurso do Banco, mas..."--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Além dessa vez, teve uma outra vez que o Gushiken sugeriu ou indicou fazer alguma outra aplicação, algum outro investimento, algum outro patrocínio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Recursos, o Banco gerenciava os recursos de orçamento que a Diretoria de Marketing para ser preciso, a Diretoria de Marketing tinha os recursos orçamentários do Banco, e esses recursos senhor Deputado, eles eram aprovados em última instância na Secretaria de Comunicação, antes do Banco--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A Secretaria de Comunicação. A Secretaria de Comunicação, você se lembra de algum evento, algum patrocínio, alguma publicidade, que você fez, porque recebeu o pedido ou recebeu a ordem da Secretaria de Comunicação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Olha, eu recebia pedidos do Presidente do Banco para analisar a proposta, mas o Banco, como tem critérios técnicos e tem alçadas de decisão, eu acredito que o Ministro ... E eu sempre levei essas informações, tanto ao Ministro ,

como são chefe de gabinete, como eram os processos decisórios no Banco, então--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ah, você que levava para o Ministro ? Você que levava?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Os processos--
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O conhecimento do processo decisório e os projetos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Você que levava para o Ministro ?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, Deputado, por que há um decreto que subordina--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não estou discutindo isso, você que levava? Eu só queria saber isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu ou o gerente, ou outros funcionários da diretoria--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Subordinado a tua diretoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós levávamos a campanha para aprovação prévia--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pelo SECOM.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque senão tivesse a aprovação prévia, as campanhas não poderiam ser veiculadas.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quando você esteve na PREVI, qual foi o cargo que você ocupou?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Diretor de seguridade.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Diretor de seguridade? Você que foi o responsável pela aplicação na VALE?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Diretoria de Seguridade, senhor Deputado, ela atendia basicamente a área de benefícios e a parte atuarial da PREVI, o meu relacionamento era um relacionamento interno, com os associados, era pagamento dos aposentados, controle das contribuições dos associados--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Até que ano você, qual foi o período que você trabalhou na PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: De junho de 1998 até início, 30 ou 31 de maio de 2002.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): De 1998 a 2002, trabalhou na área de seguridade da PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Da PREVI.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que em 2004, já na condição de Diretor de

Marketing, você vai para Londres, Zurique, Estocolmo, participar de um seminário de previdência?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque eu era conselheiro da PREVI e a PREVI achou por bem, isso foi aprovado nas instâncias da PREVI, achou por bem que os seus dirigentes, aquilo era um seminário promovido pela ABRAPE, que é a Associação Nacional dos Fundos de Pensão, fizesse intercâmbio com os Fundos de Pensão na Europa. E nós fomos num grupo de dirigentes, várias pessoas da PREVI, inclusive o senhor presidente, e dirigentes de outros Fundos de Pensão.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quanto tempo você ficou lá na Europa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu acho que foram, eu não quero, eu não quero ser impreciso, mas acho que foram sete dias, seis ou sete dias.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A informação que eu tenho são de nove dias, saída do Brasil dia 06 de junho, chegada dia 15 de junho.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se considerar o trânsito, talvez tenha dado isso, Deputado. Foram quatro países que nós visitamos, tivemos reunido com os Fundos de Pensão, com a entidade de fundo de pensão, com Ministro s de previdência.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual a sua formação educacional?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu sou arquiteto urbanista e fiz alguns estudos na área de comunicação e letras paralelo ao curso, mas não requisitei diploma.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): E como você pode alegar que não sabia que aquele dinheiro, aquele pacote tinha dinheiro?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque não me foi informado, Deputado, me foi informado isso. Foi me dito que eram documentos e eu não tomei nenhuma precaução, eu jamais iria supor que alguém pudesse ter o despropósito de me fazer um pedido daquele, pelo risco que expunha, porque os envelopes, fisicamente não tinham como conter aquilo e não--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Espera um pouquinho--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Era uma coisa tão desprotegida--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Espera um pouquinho, você disse que não sabia o que tinha no pacote, mas você disse que o pacote não podia ter aquele dinheiro, se você não contou, como você sabia que não podia ter aquele dinheiro no pacote.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Porque depois foi revelado, senhor Deputado, a importância que

se atribuía e estivesse. Eu nunca fui informado sobre isso--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Deixa eu mudar de assunto, aqui na quebra de sigilo, aparece repasse da BB TOUR, para a MULTI ACTION, e em 2001, foi de 195 mil, em 2003, foi 02 milhões, 680 mil. Promoção de eventos, com uma montagem de arenas, para campeonatos de vôlei de praia, stands em feiras das quais o Banco participa. Como é que pode passar desse valor de 195, para 02 milhões e 680, se a BB TOUR jamais assinou contrato com a empresa do senhor Marcos Valério?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Senhor Deputado, infelizmente eu não tenho, não posso lhe dar essa informação, porque a BB TOUR, ela é uma empresa subsidiária do Banco, e ela tem uma diretoria, e eu estou recebendo essa informação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Mas quem patrocinava, do vôlei de praia, era a sua diretoria.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, mas eu cobrava das agências, a execução dos trabalhos de vôlei de praia. Eu não controlava os fornecedores, o que eu tinha era uma planilha. Foi encomendada uma arquibancada para 200 pessoas, com uma área vip, perdão, uma arquibancada para 1500 pessoas, com uma área vip de 200 pessoas; que a arena tivesse pronta no dia tal; que a arena tivesse tais e tais espaços; que tivesse um stand para o BANCO DO BRASIL; que tivesse stand em produtos do Banco. A minha parte de fiscalização era isso. Eu fiscalizava, quer dizer, da diretoria, desculpe. Tinha um grupo de funcionários que faziam. E, nós também a partir de 2004, passamos a fazer um controle de quem freqüentava a arena, para podermos buscar as contrapartidas negociais.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Para encerrar. O único evento que você fez com o Zezé Di Camargo e Luciano foi do Portão, ou teve algum outro evento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, o evento que nós patrocinamos, que estava o Zezé Di Camargo e Luciano, foi esse do Portão. E que foi analisado pelo TCU e foi dada conformidade, em 04 de dezembro de 2004.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O BANCO DO BRASIL, não tem nenhum patrocínio nos “Dois Filhos de Francisco” não, não é?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que eu saiba, não. No período em que eu estive lá, não, senhor Deputado. Não houve nenhum pedido--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Que tenha passado por mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero só registrar que alguns Senadores, nós estamos em processo aí, alguns Deputados tiveram que sair por que está havendo votação nominal, então eu vou procurar aproveitar aqui os Deputados presentes, para já ir à Câmara, no Senado, por enquanto, não. Eu passo a palavra, bom, Senador Aelton Freitas, não se encontra. Eu passo a palavra, bom, Deputado ACM Neto, também não. Deputado Onyx Lorenzoni, e depois do Deputado Bittar, eu passarei a palavra para o Deputado Murilo Zauith, e para o Deputado Pannunzio. Deputado Onyx Lorenzoni, com a palavra.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Só um minutinho Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vossa Excelência--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, posso perguntar agora. Eu estou fazendo muitas contas por uma razão; quando houve essa transferência em 19 de maio de 2003, de 23 milhões e 300, para a VISANET, só para confirmar, não é? O senhor participou da autorização disso, não é?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: (Inaudível).

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim, para a DNA, os 23--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A VISANET, não foi feita pela Diretoria de Marketing, senhor Deputado. Ela foi feita, os recursos, conforme eu já mostrei--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Está aqui sua assinatura, estou vendo aqui.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Esses recursos eram de uma nota interna do Banco--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): “Aprovar o aporte financeiro de 23 e 300”. Ok? “Aprovar o repasse da verba, para a agência de publicidade DNA”. Aqui está o Cláudio de Castro Vasconcelos, o Douglas, “7. Despacho da Diretoria de Marketing Comunicação, “de acordo” em 06 de maio”, sua assinatura e de Fernando Barbosa de Oliveira, então, o senhor assinou.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, mas era interna. Eu só queria... Era interna do Banco, o aporte não foi feito do Banco para a DNA. Foi feito da VISANET, havia a necessidade de haver uma tratativa--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Havia a necessidade da sua aprovação, não é? Certo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Com licença. Não--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Tanto que o senhor recebeu orientação de assinar, não é?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, havia necessidade do meu “de acordo”, para que ou da minha assinatura, desculpe, para que o Banco realizasse através da sua estrutura de marketing, as campanhas de publicidade, como eu expliquei no início--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, não. Eu já entendi--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Caso contrário, a área de cartões de crédito, por ser uma subsidiária do Banco, deveria demandar ou uma estrutura externa ou a contratação de uma nova estrutura.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Eu já compreendi. Deixa eu lhe perguntar algo que eu encontrei aqui nos contratos, do BANCO DO BRASIL, aonde em várias operações, em operações aonde há retorno, por exemplo, daquela bonificação, a contratada, que no caso, é a DNA, fica com 15%, é um padrão de mercado de 20%, e o Banco fica com 05, correto? Teoricamente deveria, eu estou aqui, a cláusula 07, “desconto padrão de agências”, do contrato que o senhor assinou, com as três agências e que é padrão, eu já vi isso em outros contratos. Desconto padrão de agência é 20%. E aí, a cláusula 7.2, aqui, “quando o pagamento de cada uma das faturas de veiculação, as contratadas repassarão ao Banco sob forma de desconto, parte do desconto padrão, cabendo o valor correspondente à veiculação, 15% as contratadas e 5% ao Banco”. Ok? Bom, então isso era--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Isso era uma cláusula comum a todas as agências--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Isso todos, os contratos, eu não estou questionando isso. O que eu estou querendo trazer para a sua análise é o seguinte. Primeiro. Eu não acredito, com todo o respeito, que uma pessoa que o senhor disse que o senhor contactou oito vezes, liga para o senhor e diz que o senhor tem que buscar um embrulho. E o senhor vai e busca o embrulho. Quer dizer, o senhor manda alguém buscar, mas alguém sobre as suas ordens diretas. Aí, o senhor que é um homem tão atento, foi tão detalhista em procedimentos dentro do Banco, ao longo da sua trajetória, o senhor referiu aqui. O senhor que é um homem de comunicação, um homem de marketing, recebe um envelope, que o senhor nem abre. E o que é mais grave, esse valor é de 326 mil e 660 e 67, esse é o dinheiro que o senhor Luiz Eduardo Ferreira da Silva, a seu comando está reconhecido líquido e certo, foi buscar. E desde que eu vi isso, eu bati a cabeça, porque ninguém me tira da cabeça que isso é comissão. Na minha opinião, uma comissão montada assim: Aquela autorização que o senhor foi instado a

dar, de 23 milhões e 300 mil reais, se o senhor aplicar 5%, que é razoável, o senhor vai achar 01 milhão e 165 mil reais. Eu acabei de falar com um contador amigo, e perguntei quanto que seria aproximadamente, no primeiro mês do ano, porque o repasse ocorreu em janeiro, alguém que trabalhasse com um lucro presumido. Aí ele me disse que, de imposto de renda e contribuição social são 7.68, de Cofins são 3%, de PIS zero,65, ISS depende de onde está baseada a empresa, que pode variar, mas na média 03, 04, 3.5, depende do acordo no município. Isso dá um número, ao redor de 16%, e eu digo ao redor, porque nós precisaríamos ter a contabilidade da DNA, ou da SMP&B, isso a gente vai obter para saber exatamente o número. Aplicado sobre os 1.165, restam na minha conta de 16%, que vai ser um pouquinho mais, um pouquinho menos, restam 978 mil e 600 reais. Dividido por 03, dá 326 mil e 200, ou seja, com uma proximidade que vai quase ao detalhe do dinheiro que o senhor recebeu. O senhor acha que tudo isso é uma coincidência? Tudo isso é uma ficção? Ou o senhor recebeu um dinheiro, que o senhor não sabe para quem o senhor deu. O senhor é incapaz de identificar o receptor do dinheiro? Então, se o senhor não é capaz de identificar para quem o senhor entregou, o senhor é o receptor. Não posso fazer nada, seus advogados sabem o que eu estou dizendo, é um ônus o que senhor está assumindo. O senhor é um receptor de dinheiro, e por que o senhor receberia um dinheiro quebrado? Vamos lá! Todos os repasses feitos ao Partido dos Trabalhadores foram arredondados. O senhor seria o único caso em toda essa situação, aonde o dinheiro foi quebradinho. Por que foi quebradinho? Porque a agência fez o desconto dos impostos. Porque ela deve ter emitido uma nota, para tirar o dinheiro. Ou arrumou uma nota fiscal, como ela fez, ela é useira e vezeira, em fazer isso; separou o dinheiro e mandou para o senhor. O senhor acha que isto é ficção ou o senhor acha que isso tem alguma dose de razoabilidade, diante de uma circunstância que depois se repete. E na minha opinião pessoal, eu não o estou acusando, eu estou raciocinando. Com a sua demissão do BANCO DO BRASIL, o senhor e com quem mais essa partilha era feita, perderam um montão de dinheiro, porque 5% sobre 35 milhões era um dinheiro muito mais interessante. E talvez o senhor tivesse ainda a receber, segundo os números que a nossa CPI tem, valores maiores. O que nós conseguimos rastrear é isso. Esse recebimento dos 326.660, que se analisar lá a contabilidade da DNA, eu quero lhe dizer, que é capaz de uma auditoria conseguir identificar qual era a composição tributária no mês de janeiro desse ano, e eu acho que dá para chegar muito perto desse valor

que o senhor recebeu quebrado. A comissão era para o senhor ou era para outra pessoa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, todos os meus bens, todo o meu patrimônio está legalmente declarado em imposto de renda. Eu, centavo por centavo do meu patrimônio, eu consegui através de salários com muito trabalho, com muito sofrimento, inclusive, relegando muitas vezes a minha família a segundo plano, minhas declarações de renda, extratos bancários, eu já disponibilizei a essa Comissão a primeira vez que eu estive aqui e já anteriormente, já havia disponibilizado à Polícia Federal. Portanto, eu estou muito tranquilo quanto a isso. Ademais, eu não quero desmerecer o seu raciocínio, eu apenas quero dizer o seguinte, o processo decisório envolvia um grande número de pessoas no Banco, envolvia os conselheiros da VISANET que estavam no Banco. E envolvia as diretorias, as outras diretorias, conforme eu já demonstrei. Então, não teria o porquê, o meu poder de decisão não era ponderado, não era decisivo em nada desse processo. Porque se o conselho da VISANET decidisse não aprovar os recursos, ou se o conselho da VISANET, decidisse não repassar os recursos da forma como já havia sido estruturada em 2001, 2002, essa equação, essa equação ela perderia a lógica, porque guardada essa equação--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Só tem um fato aqui, senhor Henrique--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Guardada essa equação em 2001 e 2002, deveria haver a mesma tratativa--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Bem objetivamente, acontece que nessa época o senhor Marcos Valério não tinha relação com o seu partido, é diferente. Tudo passa a acontecer, porque o senhor Delúbio disse, que ele conheceu o senhor Marcos Valério assim, ao acaso, entre o primeiro e o segundo turno da eleição e, rapidamente todas as coisas se organizaram. Quer dizer, talvez desses quatro que assinaram essa autorização, alguém talvez não tenha recebido, ou recebeu e está numa outra conta. O que eu quero dizer ao senhor, de maneira objetiva, é que se o senhor me disser: "Olha, eu entreguei o dinheiro para o senhor fulano de tal, por ordem do seu...". Quem é que mandou buscar o dinheiro na sua casa? Para onde é que foi o dinheiro? Isso que eu nem estou levantando o fato de compra de apartamento, nem estou levantando isso! Que também isso vai ser fruto da investigação, porque eu tenho pouco tempo, eu tenho outra coisa para lhe perguntar. Agora--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se eu puder lhe auxiliar, Deputado--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Agora, para onde é que foi o dinheiro? Quem é que pegou dinheiro na sua casa? Como é o nome da pessoa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A informação que eu recebi, é de que seriam documentos, e eu... Quando o contínuo me trouxe, eu acreditei que fossem documentos relacionados à questão de publicidade, pelo volume que aquilo representava e da forma como os envelopes estavam lacrados. A pessoa que veio buscar, e da forma como foi me passada era uma pessoa do PT.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Nome! Nome da pessoa! E para quem que ela levou, quem é que autorizou que ela fosse pegar o dinheiro? Quer dizer, o senhor não conhece o Marcos Valério. O Marcos Valério esteve com o senhor meia dúzia de vezes, ele liga para o senhor e diz: “Vou lhe mandar aí, alguma coisa”, que alguma coisa, é uma grana pesada! Aí o senhor, o senhor não só manda buscar, como ainda passa adiante, sem tomar nenhuma atitude! Olha, senhor Henrique Pizzolato, se a gente trocasse de posição o senhor não ia aceitar, porque falta razoabilidade, falta bom senso. O que tem de razoabilidade e lógica no que eu estou dizendo, o seu problema é o seguinte: o senhor contrapõe a lógica à irracionalidade, o senhor contrapõe a racionalidade... (Soa a campanha). Uma série de argumentos que são frágeis. Quer dizer, que história é essa de repassar 326 mil, para alguém no Rio de Janeiro que o senhor não sabe, não viu, não conhece, nunca viu, não sabe nem que jeito tem a pessoa? Por favor! Além do que, a informação que nós temos é a seguinte, que o senhor, porque participou da arrecadação da campanha de Lula, lá no BANCO DO BRASIL, não é verdade esta postura humilde e submissa. A informação que nós temos de dentro do BANCO DO BRASIL, é que o senhor mais uma vez, literalmente peitou o senhor Cássio Casseb. Tanto, que fiz aqui a convocação, amanhã vamos votar, para trazer o senhor Cássio Casseb. Porque nós precisamos começar a parear, quem diz a verdade e quem está mentindo. A informação que temos dentro do Banco, é que o senhor era um homem proativo dentro do Banco, o senhor não era homem de levar recado. Ao contrário, o senhor mandou recado para muita gente, dentro do BANCO DO BRASIL. E tem muita gente que nos procura nos corredores, trazendo às ações que o senhor desenvolveu no BANCO DO BRASIL, porque todos diziam o que senhor tinha às costas quentes, o senhor seria uma indicação direta do Presidente Lula. Portanto, o senhor não estava no BANCO DO BRASIL, devendo para ninguém da parte de baixo do poder, o senhor está no BANCO DO BRASIL, a serviço da parte de cima do poder. Por isso, talvez, talvez isso possa

explicar a questão referente à escolha coincidentemente da DNA, no caso do Banco Popular. Quem é que controlava a verba? E não era a VISANET não, era o senhor! A verba de publicidade lá--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado, concluindo, Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): É uma pena, Presidente, mas a coisa está indo bem, o senhor está vendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas Vossa Excelência pode se reinscrever.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas eu peço a vênia de Vossa Excelência, por dois minutos, não mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Um minuto, somente, Deputado.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Um minuto está bem negociado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Porque existem outros oradores, aí aguardando.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Eu já me inscrevo, porque tenho mais coisas para perguntar. O fato é, que quando houve aqui nessa Comissão, Ivan Guimarães, disse que houve uma reunião marcada pela sua diretoria, com os vice-presidentes do BANCO DO BRASIL, para decidir se ia ser a DNA ou a KALIA (F) ASSUNÇÃO. E que o BANCO POPULAR, ficou completamente fora da decisão. E que o núcleo decisório do BANCO DO BRASIL, onde o senhor comandava lá tomara a decisão de transferir os recursos da conta, do BANCO POPULAR para a DNA. Àquela mesma operação extremamente inteligente, de gastar 30 milhões em publicidade e propaganda e operar 24 milhões, que só em Banco público para fazer isso, porque em nenhum outro lugar do mundo, alguém faria um negócio desse tipo. Então, quando o senhor vem aqui e diz que o Banco teve um período, que o senhor esteve lá no marketing, de alta qualidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Onyx, concluindo.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Isso no mínimo é questionável. Por que é que o senhor escolheu, de novo, a DNA? Porque já estava estimulado pelo dinheiro de janeiro? Foi essa a razão? Da escolha da DNA? Porque essas operações significariam novas e futuras comissões ao senhor? Quem mente? O Presidente do Banco POPULAR ou o senhor? O senhor aceitaria uma acareação com o senhor Ivan Guimarães, aqui?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Aceitaria.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Essa é a pergunta e depois eu volto que tem o episódio Gushiken, que eu acho que tem coisa interessante--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Onyx, concluindo.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Já conclui, Presidente, só ele me responder como foi a decisão do BANCO POPULAR. Só isso. Muito obrigado, Presidente Delcídio.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, o BANCO POPULAR tinha uma Gerência de Publicidade, Marketing e Propaganda que era ocupado por uma pessoa externa ao Banco, que fazia a parte do dia-a-dia e os pequenos trabalhos e fazia o interface do BANCO POPULAR, com a área de marketing do Banco. No caso específico que o senhor se refere, a Diretoria de Marketing recebeu um pedido do BANCO POPULAR, para realizar a campanha de lançamento do BANCO POPULAR. Então, era o *breafing*, já continha o período em que seria feito o lançamento e o volume de recursos, que o BANCO POPULAR estava disponibilizando para que fosse feita essa campanha.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): O BANCO DO BRASIL, o BANCO POPULAR não tinha dinheiro. Foi transferido.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas, contabilmente eles ofereceram porque no *breafing*, no documento quando é solicitado, conforme eu já demonstrei a sequência dos processos no Banco, que eram muito organizados, há a necessidade de que se faça a referência aos recursos. A Diretoria de Marketing repassou essa demanda, esse *breafing* às agências que prestavam serviço ao Banco. As agências trouxeram às propostas, junto com o BANCO POPULAR, foram discutidos, feitos os ajustes, e concluída as propostas de cada uma das agências, por ser o primeiro evento grande do BANCO POPULAR, evento de publicidade, e por conter o lançamento da marca BANCO POPULAR, o Conselho Diretor do Banco, composto pelos sete vice-presidentes e pelo presidente, avocaram para si a análise das campanhas. As campanhas foram apresentadas, os vice-presidentes e o presidente escolheram a campanha da DNA. Eu apenas estive na sala, conduzindo os responsáveis das agências pelas campanhas para apresentar--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): E o Presidente do Banco POPULAR, participou da decisão?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Presidente do Banco POPULAR, assistiu. Não tinha direito a voto, porque ele não era do colegiado, a campanha foi decidida em voto, consta em ata da reunião do Conselho Diretor do Banco. Acredito, Deputado, apenas para

completar a informação e para que a gente possa averiguar os fatos, inclusive documentalmente. O BANCO POPULAR até o lançamento da campanha nacional, ele vinha tendo uma adesão média de dois mil novos clientes/ dia. No período em que a campanha de lançamento do BANCO POPULAR foi veiculada, nos mais diferentes tipos de mídia, o incremento de clientes/dia, saltou para mais de 10 mil, em média 12 mil e houve alguns dias em que isso chegou a 20 mil.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Publicidade funciona, ninguém está discutindo isso, senhor Pizzolato.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Quando a campanha saiu do ar, a curva de crescimento de adesão de novos clientes, acabou depois, novamente, voltando ao seu estágio inicial. Mas a decisão, a pergunta que o senhor me fez, a decisão foi do Conselho de Administração do (...)--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Onyx, eu preciso passar a palavra para o próximo--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Pode passar, só quero registrar o fato de que, de 2003 para cá, a DNA levou o que pode e o que não pode até esgotar o escândalo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, eu vou chamar aqui a Senadora Ideli, que não está presente, o Deputado Maurício Rands também, Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares, senhor Henrique Pizzolato. Eu quero aqui com muita serenidade fazer uma abordagem sobre algumas questões. Eu acho que estou convencido, como ademais todos os membros da CPI, e eu acho que o Presidente, com a serenidade que lhe é peculiar expressou isso bem à sua maneira, que houve uma série de equívocos e que de alguma maneira, há um processo em que se esquivava da responsabilidade frente a isso, particularmente, o senhor Henrique Pizzolato. Quer dizer, a sua demonstração de que no BANCO DO BRASIL, os processos decisórios são processos amplos, é correta, mas há uma responsabilidade por parte de cada diretor e essa responsabilidade tem que ser assumida formalmente. Então, isso é verdade. Então, há esse problema como houve diversos problemas e nós não queremos nos escusar da responsabilidade, que coube a cada uma das pessoas que praticaram atos nessa, nesse processo como um todo. Mas eu gostaria, senhor Presidente, de chamar atenção para algumas questões que são importantes e que não são, não são irrelevantes. Em primeiro lugar, eu até pedi ao Deputado Eduardo Paes, por quem tenho grande apreço, que permanecesse

aqui, ele não podia, porque tinha um outro compromisso, mas ele afirmou peremptoriamente: “Os recursos da VISANET, são recursos públicos”. Não é verdade. Conceitualmente, não é verdade, que os recursos sejam recursos públicos. A VISANET é uma empresa privada, todos sabem, é uma empresa de cartão de crédito, da qual o BANCO DO BRASIL é um dos acionistas, um dos acionistas importantes, um dos cotistas do fundo da VISANET, verdadeiramente. Então, existe no que diz respeito às verbas de publicidade do BANCO DO BRASIL, uma espécie de uma parceria público privada, entre a VISANET e o BANCO DO BRASIL, em que a VISANET tem interesse em difundir a sua marca, a marca visa de maneira ampla, usando como veículo uma instituição que tem enorme credibilidade, que é o BANCO DO BRASIL. E, o BANCO DO BRASIL, tem interesse em ampliar o número de clientes e usuários de cartões de crédito, tanto em quantidade quanto em volume de utilização disso. Está aí, enfim, os interesses de cada uma das partes nessa parceria pública privada. Então, essa é uma questão absolutamente essencial. O que não está claro para mim--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só que na época, não tinha sido aprovado a CPP ainda, não é?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas parceria pública privada existe desde que Pedro Álvares Cabral aportou aqui no Brasil. A parceria pública privada, não nasceu com a lei, isso é uma desinformação de Vossa Excelência, parceria pública privada foi regulamentada, criou-se um arcabouço, mas, por exemplo, no Rio de Janeiro, o Prefeito César Maia fez uma parceria pública privada na construção da linha amarela, importante via da cidade que está sendo pedagiada em que o grupo investiu, foi uma parceria pública privada e, assim, existem a centenas ou milhares no Brasil, o que se fez agora foi dar regulamentação para dar segurança nesse empreendimento, para difundir a parceria pública privada, criar um ambiente regulatório de seguro, para que isso possa prosperar, criar um fundo garantidor e uma série de outras coisas importantes. Então, primeira coisa, VISANET não é recursos, os recursos da VISANET não são recursos públicos. Dois. Eu quero dizer que a prática da antecipação de recursos foi uma prática incorreta. Que evidentemente teve o “de acordo” da VISANET e o “de acordo” da direção do BANCO DO BRASIL. Incorreta, porque se transferiu o ganho financeiro, decorrentes das aplicações desses recursos à agência e não aqueles que são detentores destes recursos, que são a VISANET e o Banco do Brasil. Mas quero chamar atenção, Presidente, errou-se ao se antecipar e o nosso governo teve o cuidado de através da auditoria do BANCO DO

BRASIL, em setembro de 2004 encerrar esse processo de antecipação. Mas o processo de antecipação e essa omissão são graves, porque é uma omissão política, não começou no nosso Governo, já na direção anterior do BANCO DO BRASIL, no governo anterior se praticava antecipação. Eu quero aqui ler o depoimento do diretor da Agência LOWE, então beneficiada por esses recursos, o senhor Paulo Roberto Corrêa dos Santos, depoimento a esta CPI, na qual ele lamenta ter perdido quantias como os 30 milhões de reais, que lhe foram antecipados entre 2001, entre 2000 e 2001, verdadeiramente. Ele falou: “Não, naquela época havia projetos”. Sim, aqui também havia projetos, talvez não fossem tão explícitos, mas, verdadeiramente e esta CPI tem que comprovar, nós precisamos de prestação de contas, dos recursos antecipados agora, mas também dos recursos antecipados desde o início. Por que nós vamos cingir a nossa investigação, sobre a destinação dos recursos do Fundo VISANET apenas ao período de 2003, 2004? Acho que temos que ir a origem desses recursos e apurar responsabilidade de todos, deste governo e do governo anterior. Da atual diretoria e da diretoria anterior do BANCO DO BRASIL, para que nós sejamos equilibrados, corretos na análise, na apreciação e na definição de responsabilidades também. Terceiro aspecto que eu considero importante, aqui o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, que lamentavelmente não se encontra presente e o Relator adjunto, Deputado Eduardo Paes, venderam lá atrás a idéia de que recursos públicos do BANCO DO BRASIL no montante de 10 milhões de reais haviam abastecido e o “Valérioduto”, hoje essa tese está difundida em toda a imprensa, volta e meia de forma recorrente, a gente vê a imprensa, mas até hoje não se comprovou isso, Presidente. Porque para comprovar isso, nós temos que provar que daqueles recursos antecipados não houve prestação de contas de 10 milhões de reais, que 10 milhões de reais pairam no ar sem prestação de contas, e até agora não há comprovação, podemos até comprovar aqui parte desses recursos, mas o próprio BANCO DO BRASIL em suas notas, em sua auditoria até agora, já comprovou a aplicação nos planos, na mídia, etc, de uma boa parte desses recursos. Então, não é correto que esta CPI... Veja bem, nós não queremos que haja leviandade nos nossos depoentes, mas nós também não podemos fazer afirmações precipitadas que incriminem pessoas, instituições, sem que tenhamos provas concretas, materiais, testemunhais, enfim que dêem sustentação à afirmação que fazemos. Até hoje não houve comprovação desses recursos. Não sei se há dúvida, por exemplo, se os 70 e tantos milhões de reais, que foram antecipados a DNA foram integralmente aplicados, a

dúvida também se os 30 milhões da LOWE no governo passado, que a LOWE, empresa... Se eles aplicaram corretamente ou não, parte desses recursos, além do que ganharam na aplicação financeira. Lá não me consta que a taxa de juros real da economia brasileira em 2000, 2001 foi significativamente menor do que a atual. Aliás, eu acho que era maior até a taxa de juros real da economia brasileira. Todo mundo sabe como é que se praticou juros altíssimos no passado, são altos atualmente, mais lá no passado foram mais altos ainda e propiciaram ganhos fantásticos. Então, foi errado isso, essa antecipação. Mas houve aqui e houve lá também, e eu acho que nós temos que ter claro, isso aí. Eu digo isso, eu quero que essas coisas constem em ata, porque eu quero que o Deputado Osmar Seraglio, que o Deputado Eduardo Paes, repito, eu porque tenho grande apressado por ambos, mas que eles leiam com atenção isso, antes de fazerem afirmações que não ficam de pé verdadeiramente, e que correm o risco de desgastar a própria imagem de nossa CPI. Repito, senhor Delúbio fez besteira, senhor Marcos Valério fez muita besteira, foram cometidas práticas incorretas, não quero esconder esse tipo de coisa, mas há uma amplificação por força de interesses políticos. Não são interesses ingênuos, não são pessoas desinformadas as que fazem acusações, são pessoas que têm interesse verdadeiramente, porque há uma disputa política no país, há uma disputa eleitoral em curso verdadeiramente, e nós temos que zelar para que a disputa corra fora dessa CPI, pelo menos neste momento. Que essa CPI possa realizar o seu trabalho, com a seriedade que esse trabalho merece. Então, as antecipações. Eu vou lembrar: 24 milhões em 2001, se a gente corrigir a valores atuais, isso daí, porque a gente faça: “Foi a 44 milhões em 2004”, mas quanto que correspondem 24 milhões em 2001 a valores de hoje? O dobro quase, provavelmente. Provavelmente é mais do que os 44 milhões que foram antecipados em 2004. Então, antecipação 24.7 milhões em 2001, 26.5 milhões em 2002, 29.7 milhões em 2003 e 44 milhões. Precisamos e aí, eu acho que nós temos que solicitar ao BANCO DO BRASIL, porque senhor Henrique, aí uma pergunta objetiva que eu lhe faço: a VISANET enviava os recursos diretamente para o senhor Marcos Valério, no caso de 2003, 2004, diretamente para a DNA do senhor Marcos Valério, posteriormente – não vamos aqui entrar no mérito do processo decisório interno do BANCO DO BRASIL – mas se fazia planos de projetos, dia dos pais, Ouro Card no dia dos pais, como o senhor mesmo destacou. Um projeto de mídia, esse projeto é aprovado de alguma maneira pelas instâncias apropriadas do BANCO DO BRASIL, enfim, evidentemente, a DNA monta toda a sua... As

peças publicitárias faz-se um plano de mídia, isso é aprovado e custam tantos milhões de reais, para botar na TV Globo, no SBT, na TV Bandeirantes, nas rádios, etc e tal, e assim por diante. Então, o dinheiro vai para a DNA, a DNA faz... Ela já tem os recursos, então ela aplica parte desses recursos e depois a prestação de contas disso, existe? Não existe? E é feita a quem, ao BANCO DO BRASIL ou a VISANET? Porque o dinheiro veio direto da VISANET. A prestação de contas é a VISANET ou é ao BANCO DO BRASIL? Essa dúvida que não está clara ainda para a gente. A quem devia a DNA? No caso, não estou falando dos contratos com o BANCO DO BRASIL, estou falando no caso dos recursos VISANET. A quem ela deveria prestar contas, tal como ficou definido?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em última instância, senhor Deputado, era a VISANET.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A VISANET, pois é, porque era ela--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas o BANCO DO BRASIL fazia--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Uma intermediação nessa coisa--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Fazia todo o trabalho de coleta das informações e o Banco é muito rigoroso nisso.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Há um núcleo de mídia que coleta, segundo o plano de mídia, cópias dos jornais aonde foram publicadas as propagandas, cópias de fitas de rádio, de comerciais de televisão, tudo isso compõe um processo, ia para a diretoria que se relacionava com a VISANET, Diretoria de Varejo e a área de cartões de crédito, que faziam o processo na sequência com a VISANET. Por quê? Porque a Diretoria de Marketing, ela atuava só no âmbito do Banco. Então, ela facilitava o trabalho. E quem fazia essa intermediação, é isso que eu afirmei várias vezes desde o início--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --A Diretoria de Marketing ela era uma prestadora de serviços. É isso que eu quero que fique bem claro--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E outros organismos do Banco recebiam a comprovação dos gastos realizados pela DNA com a mídia, mas os gastos próprios da própria DNA de produção, de materiais publicitários--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Existia a Diretoria de Controle, existe a própria auditoria--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito. Então, há como se acompanhar a comprovação des-

ses valores desde 2001 até agora, verdadeiramente, rigorosamente nós temos.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então, senhor Presidente, eu acho fundamental que nós solicitemos ao BANCO DO BRASIL, brevidade na prestação de contas desses recursos antecipados, via VISANET, e que nós solicitemos esses recursos de 2001 para cá, rigorosamente, é o BANCO DO BRASIL quem cabia fazer isso e ele transferia esses recursos. Nós podemos fazer até a solicitação a ambos, ao BANCO DO BRASIL e a própria VISANET, porque ambos são co-responsáveis, porque há uma parceria público privado na aplicação desses recursos. Eu acho que isso poderá ser muito esclarecedor do ponto de vista de se verificar, se houve ou não desvio na aplicação desses recursos, que supostamente poderiam ter alimentado algum esquema de corrupção no país. Então essas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): As providências serão tomadas, inclusive, meu caro Deputado Bittar, hoje está em andamento, também a auditoria feita pelo BANCO DO BRASIL, que será entregue no dia 13 de dezembro a CPMI dos Correios.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito. Eu gostaria só de saber, quem antecedeu o senhor, senhor Pizzolato, quem foi o Diretor de Marketing anterior no período 2000, e 2004 ... Foi o mesmo diretor?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu substituí o Doutor Renato Naegele.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Renato?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Naegele.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Naegele. Que disse que não havia, agora eu me recordo, vi declarações dele dizendo que não havia antecipação e havia antecipação, naquele período já também.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Havia antecipação. Quando eu assinei a primeira nota o diretor de varejo, o gerente de propaganda do Banco me exibiram a nota, me mostraram as notas, para comprovar que nos anos anteriores que aquilo era um procedimento que havia estado--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Que fique claro, os recursos da VISANET são recursos privados. 2. A antecipação não foi uma novidade deste governo, ela já existia no governo passado e nós precisamos de que essas contas sejam adequadamente prestadas. A última questão que eu quero colocar aqui, apenas para passar a limpo também, porque eu acho que nós temos que zelar pela reputação das pessoas. Muito se disse sobre o Ministro Gushiken, o Ministro Gushiken tratou de cuidar da coordenação das políticas de co-

municação de nosso governo, o que é correto. Governo que se preze, não vai querer que cada órgão faça a sua divulgação à sua maneira, mas deixou sempre muito claro que a responsabilidade pela utilização dos recursos, zelar pelos contratos, era sempre de cada órgão contratante, verdadeiramente. Eu gostaria, o senhor já fez essa afirmação, mas para que fique claro: Houve ingerência do Ministro, do então, Ministro Gushiken, quer na definição do volume de recursos, quer na destinação dos recursos oriundos do Fundo VISANET?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Ministro foi informado da existência do fundo, do volume de recursos e previamente.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Ele foi informado. Não foi ele quem tomou decisão sobre isso e nem participou de negociações para--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A decisão era do conselho VISANET--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Isso. O senhor informou ao Ministro Gushiken como o senhor sempre informava sobre os próprios contratos do BANCO DO BRASIL, não é isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sobre todos os contratos e por que aqueles recursos, não constavam no orçamento do Banco, e eu já havia levado até o Ministro, a Diretoria de Marketing, compõe todo um processo e havia a última instância de decisão, depois de aprovado no Conselho Diretor do Banco, é a Secretaria de Comunicação quem aprova o plano anual de comunicação marketing e propaganda.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E, não se fazia referência a esses recursos. Como eu não conhecia esses recursos, e aí, Senador, eu estava fora do Banco, quando foi criado o Fundo VISANET e retornei ao Banco. Por isso que eu fui informado e tomei conhecimento 60 dias depois, da existência de recursos do Fundo VISANET, porque no período em que eu estive no Banco, não existia a VISANET. E as primeiras ações não se reportavam ao Fundo VISANET. Então, eu levei ao Ministro as informações até porque às campanhas que o Banco fazia utilizando os recursos VISANET, divulgando os seus cartões e propondo incremento de venda de cartões, elas levavam a assinatura do BANCO DO BRASIL. Portanto, o Ministro deveria ser informado sobre aquilo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu levei a informação, apresentei a nota ao chefe de gabinete e ao Ministro, e o Ministro disse: "Olha, assina". Não tem nada de inconveniente nisso, está correta a interpretação do Banco, reforçada pelo Vice-Presidente de Va-

rejo, que esses recursos por não serem do orçamento do Banco, não se submetem à prévia aprovação da Secretaria de Comunicação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Deputado Bittar, senhor Presidente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No entanto, como o Banco faz muita campanha e a linguagem--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Deputado Bittar, permite só um aparte para esclarecer?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Pois não.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Só para concluir. No entanto, como o Banco realiza muitas campanhas, e essas campanhas são realizadas com os recursos da VISANET, assinados pelo BANCO DO BRASIL, nos traga as informações, nos traga as campanhas antes, para nós analisarmos, para que as campanhas possam ter uniformidade, possam ter sinergia, para não acontecer do BANCO DO BRASIL, ser apresentado de duas formas diferentes. Uma, como vendedor de cartão e outra vendendo PRONAF, vendendo CDC, vendendo outros produtos do Banco. E esse procedimento foi tomado. Nós levávamos as campanhas, fazíamos a discussão antes, e as campanhas eram analisadas; mensalmente era entregue a SECOM, era entregue aos diretores do Banco e ao Presidente do Banco um relatório aonde constava centavo por centavo da utilização de recursos do Banco, e centavo por centavo da utilização dos recursos da VISANET, saldos remanescentes a utilização.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito. Ou seja, a SECOM fazia uma supervisão, quer dizer, acompanhava as políticas e fazia uma supervisão da aplicação dos recursos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Espero a oportunidade, Deputado.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Então, eu quero só encerrar e se o Presidente permitir, que o Deputado Pannunzio possa fazer--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Só para não cortar o raciocínio. Senhor Presidente permita-me só uma coisinha, rapidinha. Eu entendo que houve uma contradição agora, nas explicações dadas pelo senhor Pizzolato. Porque, a partir do instante em que Vossa Excelência, Deputado Bittar, perguntou se ele conhecia o antecessor dele e ele: nome, ele declinou e disse que o antecessor contou a ele, que essa prática de adiantamento do BANCO DO BRASIL para a VISANET, era coisa já costumeira do BANCO DO BRASIL. Vossa Senhoria afirmou isso, nesse instante.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O antecessor não, o diretor de varejo e o gerente de propaganda, quando me procuraram, 60 dias após eu tomar posse.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Bom, eu entendi que Vossa Senhoria falou do antecessor, mas assim mesmo, foi o gerente de varejo. Muito bem. Eles lhe comunicaram. Então, me causa espécie, que a partir do instante em que Vossa Senhoria é solicitado para fazer o adiantamento, Vossa Senhoria tem que ir perguntar ao, em última análise ao Ministro, se tinha que fazer. Se o senhor já sabia que aquilo era comum, useiro e vezeiro, para usar o linguajar mais adequado no Banco, por que a necessidade de perguntar naquela circunstância, se Vossa Senhoria já tinha a informação prévia?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque o Ministro, senhor Deputado, em última análise supervisionava e havia um decreto, há um decreto que subordina as campanhas e a utilização dos recursos do BANCO DO BRASIL, das empresas públicas de economias mistas e estatais a SECOM. Eu fui até o Ministro para dizer: "Olha, o plano anual de comunicação...".

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Esse decreto é do Presidente Lula, não tinha esse decreto antes--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Esse decreto foi baixado pelo Lula. Eu sabia--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de concluir.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu sabia da existência do decreto e fui e informei--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Porque inclusive o Deputado Pannunzio está inscrito.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Só queria verdadeiramente concluir, fazendo apenas um resumo ultra, hiper-sintético. Os recursos VISANET... Eu respeito Vossa Excelência, o que eu considero importante, é que os conceitos sejam usados adequadamente e, além do mais, que as pessoas ao fazerem afirmações tenham provas cabais, essa é a questão, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Os recursos são privados. 2. Antecipação não é uma prática que iniciou nesse governo, é uma prática anterior, embora incorreta. E, aliás, se encerrou neste governo antes dessa CPI, em setembro de 2004, quando se constatou que havia uma apropriação indébita dos ganhos financeiros, por parte das agências de publicidade desde 2001, não apenas neste governo. 3. Não está comprovado que houve transferência líquida de 10 milhões de reais, para a agência de Marcos Valério, porque isso depende das prestações de contas, que estão sendo objeto de auditoria por parte do

próprio BANCO DO BRASIL, e aqui nesta Comissão não há constatação cabal e irrefutável de que tenham os 10 milhões de reais abastecido o “Valéioduto”, como aqui se colocou, embora seja eticamente condenável, do meu ponto de vista a utilização da conta para aplicar em CDBs, para dar como garantia de empréstimos. Os recursos estavam lá com o Marcos Valério, em tese, ele pode fazer o que bem entende, com os recursos que estão na sua empresa, mas não me parece ético que isso seja feito, mas isso é outra coisa, dar como garantia como aplicação de recurso, outra coisa é pegar os 10 milhões de reais, e transferi-los para um partido político, para uma campanha eleitoral, para o que bem entender. Isso não está até agora comprovado, como se denunciou há uns dois meses atrás, alguma coisa que o valha. E por fim, a responsabilidade do Ministro Gushiken. Eu acho que está claro que o Ministro Gushiken cumpria o seu papel correto de formular políticas de comunicação, de fazer o acompanhamento da execução dos contratos, no sentido de que haja seriedade e que haja políticas uniformes de comunicação em nosso governo. É isso que eu gostaria de deixar claro.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Governo, público privado é tudo a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado Deputado Bittar. Com a palavra o Deputado Murilo Zauith. Eu pediria só um pouquinho de paciência ao Deputado Pompeo de Mattos, porque eu havia anunciado já anteriormente aqui, que chamaria o Deputado Murilo Zauith e o Deputado Pannunzio, porque Vossa Excelência não tinha ainda chegado, até porque estava votando lá na Câmara dos Deputados. Então como Vossa Excelência é sempre uma pessoa cordata, uma pessoa compreensiva, eu pediria só para manter aquele compromisso que eu assumi, deixar os dois Deputados falarem e Vossa Excelência terá até um desconto no tempo também, para se expressar com a intensidade que é peculiar a Vossa Senhoria.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Presidente, acho que esse--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Presidente, acho que é uma generosidade humana, compreender essa angústia de Vossa Excelência, e obviamente não vou fazer com que Vossa Excelência falte com a palavra, de qualquer sorte, eu quero dizer, que vou me preparar melhor aqui, até porque sou colega do BANCO DO BRASIL, e eu tenho recebido aqui e-mails, telefonemas do BANCO DO BRASIL, colegas indignados em todo o Brasil. Então, vou fazer os questionamentos depois vou me preparar para isso.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Banco do Brasil público ou privado?

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Público, de economia mista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos. Só um minutinho, senhor Henrique Pizzolato tem que se retirar rapidamente, mas retornará daqui a três minutos. Só para deixar bem claro, nós chamaremos o Deputado Murilo Zauith, o Deputado Pannunzio, o Deputado Pompeo e depois o Deputado Zé Eduardo. Esses são os inscritos, agora os reinscritos virão depois por três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Murilo Zauith.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do nosso Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Senhor Henrique Pizzolato, o senhor até agora, teve a oportunidade de voltando a essa CPI, falar mais tecnicamente sobre o seu trabalho como Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, mas eu queria também conversar com o senhor politicamente. O senhor tem uma carreira no BANCO DO BRASIL, mas, paralelo, o senhor participou da fundação do PT, sempre foi sindicalista, Presidente do sindicato, participou do fundo de pensão da PREVI, participou da campanha ativamente do Presidente Lula, participou do comitê financeiro do Presidente Lula. O senhor chegou a Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, de quê forma?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Literalmente, Deputado, para lhe descrever como os fatos ocorreram. Eu recebi um telefonema do Presidente do Banco, que havia acabado de se nomear, Doutor Cássio Casseb, que eu já o conhecia da época da PREVI, porque havíamos sido parceiros no conselho de uma empresa participada da PREVI, eu representando a PREVI e ele representando outro acionista, para eu vir a Brasília para ocupar o cargo, ele não foi tão específico no dia do telefonema, mas que ele precisava do meu trabalho em Brasília.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Em 2004--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Só para--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor está respondendo, mas eu quero ajudá-lo, porque em 2004 o senhor deu uma entrevista, e nessa entrevista o senhor disse que, realmente participou da campanha do Presidente Lula ao lado do Delúbio do

qual é seu amigo. O senhor confirma essa amizade com o Delúbio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Conheci o Delúbio há aproximadamente 20 anos num movimento sindical, depois, não nos encontramos mais--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Mas também na entrevista, o senhor disse que não precisou de intermediários, para o senhor virar diretor do BANCO DO BRASIL, porque o senhor é muito amigo do Presidente Lula. O senhor participava de festas, de festas juninas na Granja do Torto, tem intimidade com o Presidente Lula. Essa indicação foi diretamente do Presidente, o senhor calcula que foi ele que indicou o seu nome, para o Presidente Cássio Casseb?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado sinceramente, o Presidente Lula nunca conversou comigo depois que tomou posse, nunca conversamos pessoalmente e o Presidente Cássio Casseb nunca me disse, se alguém havia pedido a ele para me indicar. Acredito que se alguém quis me ajudar, me indicando para isso não deve ter sido meu amigo.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Sabe por que o senhor disse isso, nessa entrevista? Porque o Presidente nesse mesmo mês de julho, ele queria que o senhor se demitisse do Banco. Ele queria que o senhor se demitisse, e o senhor deu essa entrevista dizendo, demonstrando que o senhor tinha uma força maior dentro do Banco. Qual era a relação o que senhor tinha, que o senhor disse com o Presidente, que ele pedia a sua demissão e não conseguiu tirá-lo do Banco, e passou alguns meses, ele saiu rompido com o senhor.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em absoluto, Deputado. Nós, inclusive, nos encontramos algumas vezes, depois que ele saiu do Banco. O que ele informou a mim, e informou coletivamente a todos os diretores do Banco, que essa questão da intriga, que havia dele comigo e com outras, algumas outras pessoas que a imprensa havia noticiado, não passava de uma mera especulação. Eu sempre mantive um relacionamento muito cordial com o ex-Presidente Cássio Casseb, e não fomos amigos de freqüentar casa, mas sempre fomos parceiros. Acredito que a minha indicação--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Tanto que a partir de julho, a partir do episódio das entradas, dos ingressos, os seus poderes dentro da Diretoria de Marketing foram diminuídos. Foram limitados. E hoje a diretoria passa por uma devassa, de uma auditoria com 38 auditores fazendo uma auditoria. Quer dizer, o senhor vem aqui na Comissão e passa uma idéia, que o senhor não agiu de forma errada, que agiu perfeitamente, mas não é isso que está acontecendo! Não é isso que está acontecendo! Como o senhor vem aqui,

como vieram aqui outros depoentes, que fazem parte de todo esse esquema, que estava funcionando com o senhor Marcos Valério. O senhor participou da campanha, o senhor sabia – com a amizade que o senhor tem com o Delúbio – o senhor sabia das dívidas que o PT tinha, depois da campanha?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, senhor.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Então, o senhor vai falar o que não sabia.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu nunca participei de nenhuma instância partidária. Eu nunca participei de nenhuma reunião do partido. Eu nunca fui convidado para nenhum evento do partido, durante o período do Governo Lula e muito antes--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Como não? O senhor se esforçou para vender ingressos. Como não? Se o senhor participou querendo vender ingressos aqui para o show, aqui em Brasília, para arrecadar fundos para o partido, como o senhor não sabia da situação do partido?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu recebi uma demanda da superintendência e está tudo documentado, acredito que a CPI já tenha tido acesso a esses documentos, a Diretoria de Marketing recebeu uma demanda de uma área de negócios do Banco, especificamente da superintendência regional de Brasília, pedindo para ampliar a venda de cartões de crédito em Brasília, inclusive, o superintendente esteve na diretoria e explanou para os gerentes da diretoria junto comigo, de que em Brasília havia muitos universitários e de que o Banco tinha uma posição ainda muito tímida com relação aos concorrentes, e que nós precisávamos ser mais agressivos. E a intenção era, iniciarmos um processo aonde fosse feita uma promoção--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Mas se o partido é político! O senhor como diretor de um Banco, filiado a um partido político, o senhor usa o seu cargo para fazer, para arrecadar fundos para um partido político?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em absoluto, Deputado. Quando o superintendente esteve e fez a demanda, não havia a informação, para que se destinava o evento, e a Diretoria de Marketing só soube através da imprensa, dois dias depois da realização do evento. Nós em momento algum, fomos informados ou alertados, nem pelo local onde estava sendo realizado o evento, e nem pelos órgãos do Banco, que haviam demandado a campanha. Isso compõe todo um processo--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Os senhores combinam antes de vir depor, os advogados conversam, porque o Lula, o Lula hoje, o Presidente Lula, ele tem o melhor, ele tem um dos melhores advogados criminalistas do país. Que é o Doutor Márcio Thomaz

Bastos, Ministro da Justiça, mas hoje ele é muito mais advogado do Presidente Lula, do que Ministro, porque ele consegue manter o Presidente Lula fora disso até hoje, instruindo e orientando o Presidente como seu... Como profissional de direito que ele é, bem sucedido, e como Presidente cliente, que o Presidente hoje não é o Presidente, não tem a relação com o Ministro de Presidente e Ministro. Ele é cliente hoje de um advogado criminalista, e consegue mantê-lo isento, e que passa para nós e que tudo isso, cada um dos senhores que vem depor aqui, mostra que antes tem toda, todo um cronograma de depoimento que vai falar os limites da fala de cada um, como o senhor mostrou um cronograma aí, existe todo esse cronograma preparado para deixar o Delúbio responsável com o senhor Marcos Valério e todos os senhores saírem isentos. Então, isso passa para nós. O senhor se sente inocente de tudo isso? O senhor não cometeu nenhum erro? Na sua administração?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu solicitei uma auditoria no BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Não. Eu quero saber o seguinte, o senhor, o senhor declara, que o senhor é inocente aqui nessa CPI? O senhor não cometeu nenhuma irregularidade, nenhum desvio de conduta dentro da Diretoria de Marketing do Banco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que eu tenha tido informação, senhor Deputado?

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Não, o senhor, sentimento seu.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu, eu, sim, lhe respondendo. Eu tenho certeza absoluta, tenho a minha consciência tranqüila, disse isso para o meu pai, doente, quando fui visitá-lo, que eu dormiria com a maior tranqüilidade porque sei da minha conduta, sei o que eu fiz durante os meus 31 anos de Banco, e que eu não cometi um ato que pudesse desabonar a minha carreira e que pudesse envergonhar alguém da família.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Por que não está mais na Diretoria do Banco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque eu pedi para me aposentar, e eu não suportava mais a situação de estar vivendo no Rio de Janeiro, minha esposa está no Rio de Janeiro, a imprensa divulgando minha declaração de bens, divulgando o meu endereço residencial. Eu queria que o senhor compreendesse o que é uma situação. A minha esposa fica sozinha no Rio de Janeiro, nós não temos carro no Rio de Janeiro, ela sai para ir à padaria e ao mercado, numa cidade com a violência que tem o Rio de Janeiro, e a imprensa publica: Meu endereço residencial publica meus bens, sabendo inclusive, quanto eu tinha de aplicação em

fundos do BANCO DO BRASIL, que eu só tenho conta no BANCO DO BRASIL. E eu tendo, inclusive na época que eu estava na Diretoria de Marketing, tendo que administrar seqüestro relâmpago de funcionários que foram, foram seqüestrados no caixa do Banco.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Aonde que é a sua residência fixa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No Rio de Janeiro, na praia--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Onde o senhor mora com a família, o senhor continua morando no Rio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO:--No Rio de Janeiro, no mesmo endereço, no mesmo apartamento, sem garagem.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Por que o senhor pediu a demissão depois que ocorreram esses fatos de denúncias, de denúncias de saques de dinheiro, no BANCO RURAL? Só depois desses fatos o senhor pediu demissão?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, há um documento meu anterior a isso, dirigido ao Presidente do Banco, dizendo que eu não tinha mais condições de suportar a exposição e o risco que minha família estava sendo exposta e que eu--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Quer dizer que esse é o fato do senhor?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu deixei um documento, conversei com o Presidente do Banco--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Eu estou perguntando para o senhor, o seu sentimento. Quer dizer, que o fato do senhor ter pedido demissão, se apegar a sua insegurança para a sua família, é isso? Quero que seja bem claro.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, Deputado--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Só isso!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu pedi aposentadoria--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Deixou um cargo de diretor, do qual o senhor trabalhou no partido a vida inteira, para chegar ao poder, porque o senhor é um representante do PT, aparelhando o Estado Brasileiro. O senhor é um representante do aparelhamento do PT, do Estado Brasileiro. E o senhor pede demissão num trabalho que o senhor fez durante uma vida toda, porque a família se sente insegura. Agora, o Presidente Lula está sendo muito injusto, porque hoje ele declarou que ele vai convidar o ex-Ministro José Dirceu, para ir para o palanque dele na reeleição. Ele devia fazer o Presidente, o ex-Ministro José Dirceu voltar para o governo dele, se ele não tem culpa nenhuma. Se o senhor não tem culpa nenhuma, vai participar do

governo! O José Genoíno não tem culpa, volta para o governo! São pessoas inocentes, tem que estar participando do governo, porque os senhores ajudaram a eleger, ajudaram a construir o que está aí. E, hoje ele está aí governando, os senhores estão fora. Estão fora do governo e ele fica aí fazendo discurso de que os senhores são inocentes, mas ele não leva nenhum de volta para o governo. É isso que eu tinha a falar. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu acredito que o tempo... Confio de que o tempo vai comprovar e fará justiça. Eu diria que hoje, na situação que eu me encontro é meu grande objetivo. Eu não tenho mais expectativa nenhuma na vida. Eu fui linchado, sem nenhuma comprovação. E, o que eu quero da minha vida, eu não recebi telefonema de ninguém, ninguém me procurou a não ser meus familiares. O que eu quero da minha vida é que tudo isso fique claro! Porque eu não quero que nenhuma pessoa, tendo feito o que tenha tido feito, passe por 10% do que eu estou passando, do que o meu pai está passando, do que a minha esposa está passando e do que as minhas irmãs estão passando. Eu acho isso desumano. Eu acho isso, acima do limite de qualquer pessoa. E, eu disse a um amigo que me ligou hoje de manhã, amigo de infância, eu prefiro ser torturado--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): Do que contar qualquer coisa.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Torturado em pau de arara, porque aí, eu sei que eu vou sofrer dor, durante 10 ou 15 minutos, ou uma hora e posso relaxar. Porque o que a gente, o que eu estou passando (soa a campainha), é um processo de tortura constante. É um processo de linchamento. E eu acho que isso é desumano. Eu acho que isso não está sendo e eu espero não testemunhar, nunca que isso aconteça--

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor está sendo fruto do que os senhores construíram. Quem construiu todo esse quadro, foram os senhores mesmos. As denúncias foram dos senhores mesmos. O aparelhamento do Estado foram os senhores que fizeram. Esse “Valérioduto”, esse recurso que faz parte do “Valérioduto” quem construiu? Foram os senhores. Os senhores são frutos. São frutos do que plantaram. Agora, o senhor está sofrendo, porque o senhor fazia parte desse governo, e serviu de instrumento para alimentar o “Valérioduto”, para alimentar tudo isso daí. Eu aceito que o senhor não vai dizer nada aqui, não vai, o senhor pode ser até inocente nisso daí, mas se o senhor é inocente, o senhor estava cumprindo ordens superiores. Então, vamos deixar isso bem claro e para mim basta. E eu aceito... O meu tempo já se esgotou, senhor Presidente, muito obrigado pela participação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu apenas queria dizer, Deputado, eu vou dizer tudo o que eu sei, tudo o que me for perguntado sem nenhum constrangimento. Eu assinei um documento e vou cumprir com isso. Não tenho nada que me constranja a isso, porque eu tenho certeza absoluta, de que um dia isso virá a público, quer eu esteja vivo ou não. E não quero que ninguém... Eu quero que isso sirva de exemplo, para que nenhum ser humano passe pelo que a gente está passando.

DEPUTADO MURILO ZAUITH (PFL-MS): O senhor construiu uma vida, uma carreira e saiu mal do Banco como diretor.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu sonhei. Eu sonhei. Reconheço que sonhei errado. Acreditei num projeto. Dediquei minha vida, minha saúde ao Banco durante 31 anos. Dediquei a PREVI. Dediquei a minha militância. Eu nunca ocupei cargo no partido, nunca recebi ordens do partido. Nunca soube que existia qualquer coisa que pudesse desabonar. E isso eu quero levar para o túmulo. Eu não tenho mais nada a perder na minha vida. Os cargos que eu ocupei, em função do trabalho, eu não tinha férias, eu não tinha final de semana. Muitos dos senhores inclusive foram testemunhas que finais de semanas eu acompanhava equipes de vôlei, que eu acompanhava circuitos culturais, eventos do Banco. Durante a semana, a minha agenda está à disposição dessa Comissão. Eu não saía do Banco, antes das dez horas da noite. Abandonei minha família, porque eu tinha que estar em Brasília. O próprio Senador é testemunha de que nós morávamos no mesmo apartamento, no mesmo flat, no mesmo hotel, a que horas eu chegava, a que horas eu levantava e ia para o trabalho. Recebi propostas muito melhores da iniciativa privada nos últimos dez anos, mas quis dedicar a minha vida e a minha saúde a uma causa. Meu sonho não se realizou. Eu fui surpreendido por isso. Espero que nenhum ser humano, tenha que sofrer essa dor que eu estou sofrendo, que meus familiares estão sofrendo, porque isso faz com que as pessoas percam a vontade de viver. Agora, vou lutar até minha última capacidade de inteligência e de saúde, para que não se repita injustiça. Para que não se faça linchamentos, porque isso é muito desumano! Isso é destruidor, prefiro ir para banco de tortura, prefiro sofrer a dor física do que sofrer isso; do que ter que dizer para o meu pai, quando ele me pergunta: “Por que é que estão fazendo isso contigo?” E eu dizer: “Pai, eu não sei”. Eu espero que isso faça parte do meu calvário e que Deus me dê um bom lugar, porque é muito triste. É muito duro você ver as pessoas ao seu lado, as poucas pessoas que você gosta se destruindo e sofrendo o que estão sofrendo. Então, Deputado, se alguém quis me ajudar, me chamando para Diretor de Marketing do BANCO

DO BRASIL, não discuto as intenções, não me ajudou. O meu projeto de vida que eu já expus inclusive, à imprensa, não era ter ido para o Banco. Quando durante a campanha, eu encontrei uma única vez o Presidente Lula, e ele me perguntou, eu disse: “Eu já dei o que eu tinha que dar ao Banco”. Gostaria de construir um projeto de banco ecológico, que era um sonho que eu tinha pelos conhecimentos a nível internacional, que eu pude nos últimos anos junto com os Fundos de Pensão, adquirir. Acho que essa inclusive é uma grande idéia, e que infelizmente o Brasil ainda, não se abriu para analisar, e pode ser inclusive uma fonte de criação de recursos para ajudar o Brasil, através tanto do bônus de carbono, quanto da custódia ambiental que é um conceito novo. Pediram, Presidente do Banco, que na época, eu não sabia quem era. Doutor Cássio Casseb foi anunciado, falava-se em muitos nomes, eu não estava em Brasília, era um feriado no Rio de Janeiro, Doutor Cássio Casseb foi anunciado como Presidente do Banco. Eu o conhecia, por que ele havia sido conselheiro junto com o Banco, e ele disse na entrevista coletiva que conhecia duas pessoas no BANCO DO BRASIL. Ele sequer tinha conta, que conhecia o Sérgio Rosa, que estava na PREVI e o Pizzolato. Chamou-me para vir a Brasília, minha esposa não queria que eu viesse, se dependesse dela eu não teria vindo. Foi muito sofrimento para mim, foi muito difícil. Eu fiquei num hotel impessoal, sem conforto, trabalhando até madrugada, com o propósito de quê? É a última ajuda, que eu vou dar para o Banco, é a última ajuda que eu vou dar para a PREVI, quando me convidaram para ser conselheiro da PREVI. E depois eu quero reivindicar o meu direito, de me aposentar para poder acompanhar um pouco o meu pai, que está velhinho, e só tem a mim como homem na família, porque os meus dois irmãos, como eu relatei anteriormente, morreram em acidente de automóvel. E aí, eu fui surpreendido por tudo isso. Se isso faz parte da trajetória que Deus traçou para mim, seja feita a vontade de Deus. Mas eu quero dizer que é um calvário. Eu quero dizer que é um inferno, que é um purgatório. E, que está sendo muito dura, muito difícil segurar essa barra, porque eu sou tratado na rua, muitas vezes, como leproso. Eu não consigo descer no elevador do prédio aonde eu moro. E, por mim, se eu tivesse que sofrer, eu acho que eu até suportaria, eu não suportaria ver o sofrimento da minha companheira de tantos anos, das minhas irmãs, do meu pai. Isso é desumano. Eu gostaria, inclusive, desculpe o meu desabafo. Eu gostaria de fazer um pedido humanitário a essa CPI, analisem e repensem como é feito. Eu estava chegando na casa de minha sobrinha, que está com câncer e está fazendo quimioterapia em Curitiba, quando me avisaram que o meu

nome estava em todos os jornais, como culpado de ter repassado os recursos para o Doutor Marcos Valério. Eu fui à lona, porque se teve uma coisa Deputado, que eu nunca transigi na minha vida do Banco e na minha vida do dia-a-dia, foi com relação a controle, foi com relação à necessidade de recursos, a ponto que a primeira mudança que houve na Diretoria de Marketing a partir do momento em que eu para lá fui, foi a criação de uma Gerência de Controle e Acompanhamento. E as informações são parciais. Então, para mim hoje o que eu peço a Deus é isso: que seja feita justiça e que tudo isso venha a público, e que eu não quero mais nada da vida. Eu quero apenas que as pessoas um dia digam: “Olha, nós fomos precipitados, nós fomos antecipados” E, que para isso não aconteça com outras pessoas, vamos tomar providências e medidas para evitar”. Eu acho que é a última contribuição que eu tenho que dar a esse país. Para mim, o que acontecer comigo a partir de agora... Portanto, eu não recebi telefonema de ninguém, ninguém procurou, ninguém procurou meus advogados, eu estou pagando meu advogado com os recursos da minha, da indenização da minha aposentadoria, que eu sonhava em destinar para outras coisas. Estou passando um verdadeiro inferno, não consigo acompanhar meus familiares nessa situação tão difícil. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, e senhores congressistas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 15 minutos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu acho que talvez não seja necessário tanto, senhor Presidente. Eu, na verdade, quero manifestar aqui, que me causa também assim um certo mal-estar, quando a gente percebe que a emoção domina uma pessoa que vem aqui à CPI, como dominou agora, o senhor Henrique Pizzolato. Mas eu pergunto aqui, senhor Pizzolato, eu sei que isso já foi declinado, inclusive pelo Presidente e pelo Relator, mas em que condição o senhor se coloca aqui perante esta CPMI? O senhor se coloca aqui como testemunha ou como indiciado? O senhor, o senhor.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu pessoalmente?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu me coloco como colaborador para poder trazer todas as informações, Deputado. Eu quero que isso fique muito claro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem, mas o senhor me permite?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que eu que eu fiz, o que eu tenho de informações. Para mim é indiferente se eu for indiciado, testemunha, colaborador--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu pedi um julgamento, se o senhor puder, se não quiser basta dizer: Eu não quero responder. Eu fiz ao senhor uma pergunta, a pergunta é clara. Não existe essa figura de colaborador de CPI, o que existe aqui é testemunha ou indiciado. Como Vossa Senhoria se coloca aqui? Vossa Senhoria, o seu julgamento íntimo.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui acusado de ter participado, não é? De repasse de recursos, que eu nunca tomei conhecimento. Que eu nunca permitiria e nunca permiti, de sã consciência que isso fosse feito. Porque o PT, ou quem quer que fosse... Eu tive a oportunidade aonde, quando eu estava em outras funções do Banco, inclusive na função de conselheiro, que não era deliberativo, de ser procurado por pessoas do PT, e eu disse a ele: "Eu não estou aqui com um mandato partidário, eu sou funcionário concursado do Banco. Quem me colocou aqui foi um concurso público, e eu vou exercer a função pela hierarquia do Banco", e o partido sabia sempre disso. Por isso, eu nunca recebi, os senhores têm acesso ao meu sigilo telefônico, os senhores vão ver que eu nunca recebi nenhum telefonema, de ninguém da estrutura do PT e nunca fui visitado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu não estou pondo em dúvida estas questões. Apenas queria ouvir e acho que entendi corretamente. O senhor se proclama como foi acusado, então o senhor se coloca aqui na condição de indiciado?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não conheço esses termos jurídicos, Deputado, me desculpe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Por favor, senhor Pizzolato. Deixa-me só pôr as coisas no devido lugar, o senhor não é, o senhor não é um coitadinho, que de repente, se viu no bojo de um furacão e veio sentar aqui a essa Mesa. O senhor é um homem esclarecido. O senhor é um arquiteto urbanista. O senhor tem cursos em outras áreas. O senhor tem uma longa carreira no BANCO DO BRASIL, que é uma das instituições, eu diria assim, mais respeitáveis e de difícil ingresso. Quem faz um concurso para passar num concurso do BANCO DO BRASIL, é alguém preparado. Então, o senhor conhece os termos que eu estou usando.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Muito obrigado. Muito obrigado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu peço a Vossa Senhoria que responda ou então diga: "Eu prefiro não responder, Deputado". O senhor tem o direito de fazer isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se o termo for indiciado, eu sou indiciado. Eu não quero entrar em precisões técnicas, porque a minha formação não é jurídica--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Como o senhor se coloca, testemunha, pode ser? Indiciado? O senhor se sente assim, indiciado por conta de como veio o convite, para o senhor aqui comparecer?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim. A divulgação na imprensa é de que eu seria indiciado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeitamente.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Então, talvez eu--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Em sendo indiciado, e pelo que o senhor declarou agora aqui, o senhor se coloca como inocente desses atos que lhe estão sendo imputados?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim senhor, tenho certeza absoluta--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Absoluta certeza que é injustiça?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Absoluta certeza. Estou disposto a passar por todos os processos--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor é inocente em todas essas acusações. Muito bom. Se o senhor é inocente, o senhor diz: "Bom, eu pedi demissão, em função de que eu resolvi me aposentar do Banco". O senhor disse isso agora há pouco. Bom--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu pedi aposentadoria, não é demissão--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Aposentadoria. Muito bem. O senhor poderia ter se aposentado e continuado como diretor, o senhor sabe disso, não tem nada a ver o cargo de diretor, com o cargo de funcionário.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Tem, sim senhor. O cargo de diretor é prerrogativo de funcionário de carreira em atividade.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Cargo de diretor do Banco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Cargo de diretor sim, o cargo de vice-presidente, não há necessidade de ser funcionário de carreira em atividade--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Todos os diretores são de carreira?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Todos são de carreira e não estão aposentados, todos os diretores do Banco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito. Então, para o senhor se aposentar--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Inclusive, na PREVI, a função que eu exercia era a prerrogativa (...)--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Necessariamente ao se aposentar, o senhor tem--

>> Deputado Pannunzio, essa resposta que ele deu, essa é verdadeira.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem. Para o senhor se aposentar, necessariamente o senhor teria que se exonerar ou ser exonerado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Necessariamente.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O pedido de aposentadoria é, um processo de exoneração. Um pedido de aposentadoria é um processo de afastamento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Até porque exoneração em cargo de confiança, não é demérito nenhum. Exoneração acontece quando por alguma circunstância deixa de ser conveniente, certo? Ela pode ser injuriosa ou não, dependendo do que tem acontecido. Eu não estou fazendo juízo de valor disso. Eu pergunto: o senhor continua, depois de que o senhor se aposentou, o senhor continua como membro do conselho de algumas empresas ou dos Fundos de Pensão?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A função que eu exercia como conselheiro, é prerrogativa de funcionário da ativa. Eu tive que me afastar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Desse o senhor se afastou também, e da EMBRAER?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não poderia continuar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor foi membro do conselho da EMBRAER?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Representando a PREVI, como dirigente da PREVI. Como eu me aposentei no Banco, e aposentadoria automaticamente, me faria, me elevaria à exoneração do Conselho da PREVI, a vaga na EMBRAER, também teria que se vagar teria que ser--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito. Então, o senhor não está em ne-

nhum conselho, nenhum fundo de pensão mais, não tem nenhuma ligação mais, com nada?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Com fundo de pensão, não. Eu estou no conselho ainda, em fase final da Associação Nacional dos Funcionários do BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ah, o senhor continua num conselho, então. O senhor recebe algum pagamento por ser membro desse conselho?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E o senhor disse, em fase final, não entendi bem o significado. O que significa isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, porque o mandato--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ah, tem um mandato?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Tem um mandato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ele vai até quando, esse mandato?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Até agora, o final desse ano.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Até o final deste ano.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Depois o senhor fica sem nenhum outro conselho, fundo de pensão. O senhor terá ligação nem com o BANCO DO BRASIL, nem com uma empresa estatal, nem com nenhum fundo de pensão, nada?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não posso mais--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não terá ligação, depois de terminar esse?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, porque como aposentado há um impedimento estatutário.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor vai viver, inclusive, então, exclusivamente do seu salário de aposentado do BANCO DO BRASIL, após 31 anos de serviço? É isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem. O senhor sabe que, se o senhor for, depois de julgado, evidentemente, porque graças a Deus vivemos sobre a égide de Estado de Direito, mas se o senhor for considerado culpado, o senhor corre o risco de perder inclusive, a aposentadoria, o senhor sabe disso ou não?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não parei para estudar esses detalhes, não é... Não tinha essa informação que o senhor está me dando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu peço que depois o senhor verifique, porque é uma possibilidade concreta e desagradável, não é? Bom. Eu tenho aqui, eu tenho aqui nos dados que me, que eu consegui a respeito de sua pessoa, que o senhor, o senhor tem uma trajetória não é? Vamos dizer assim, não é pequena, não é insignificante, não. Uma trajetória consistente. O senhor foi, além de... Vamos dizer, de bancário do BANCO DO BRASIL, falar em bancário, o senhor entrou como bancário, na acepção ampla da palavra, ou já como, por conta da sua graduação em arquitetura e engenharia o senhor já entrou numa função técnica?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, eu fiz concurso para o BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Como bancário?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Concurso público, como bancário e, aí trabalhava no Banco, estudava, inclusive estudava, trabalhava de madrugada para poder fazer minha faculdade--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Trabalhei durante cinco anos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu o cumprimento. Mas quer dizer, o senhor é um bancário mesmo, quer dizer, entrou como bancário?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Entrei com concurso público.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Depois fez carreira no Banco, e depois o senhor entrou no movimento sindical, o senhor foi Presidente da CUT no Paraná. O senhor foi candidato a governador pelo Partido dos Trabalhadores, no Paraná em 1990?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Candidato a governador? É isso mesmo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Então, o senhor é a figura dos mais ilustres do Partido dos Trabalhadores do Paraná? Para ser candidato a governador, sem dúvida--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Posso lhe ser sincero?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ninguém queria ser candidato a governador.

(Risos).

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Isso é um demérito aí, eu não posso--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sabe por quê? Sabe por quê? Porque a derrota era certa. Ser candidato a Deputado federal ou ser candidato a Deputado havia grande perspectiva de eleição. Então, eu fui, na realidade, eu fui um, fui para o sacrifício. Eu, até porque o PT historicamente não ultrapassava a cifra de 4% ou 5% de votos. E eu, por idealismo, fui para o sacrifício.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Embora, houvesse gestões e houvesse movimentos que queriam que eu fosse candidato proporcional.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem. Eu vou cortar um pouquinho aqui, porque eu--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fiz campanha--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Pensei que o tempo ia sobrar, mas o tempo no fim urge. O senhor me permite, agora--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Para o senhor ter uma idéia, eu fiz campanha de ônibus.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): --Porque depois nós podemos conversar desses detalhes aí. Mas de qualquer forma, o senhor foi candidato a governador.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nunca mais fui candidato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Agora, eu pergunto ao senhor: foi nesse período ou foi depois desse período, que o senhor se aproximou do... Na época, o Deputado Gushiken, não era nem Ministro .

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, eu conhecia já anteriormente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Do movimento sindical?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Do movimento sindical.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Porque o Gushiken também participava do movimento sindical.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bem. Quer dizer, o senhor o conheceu já há bastante tempo, então?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Conheci praticamente, cinco ou seis anos, do meu ingresso ao Banco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu pergunto: nesse ínterim, enquanto o senhor, depois de ter sido candidato a governador do Paraná, pelo Partido dos Trabalhadores, o senhor morou algum tempo aqui em Brasília?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui eleito pelos funcionários, conselheiro de administração do Banco. Era uma--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Aí, o senhor veio para cá?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu vim para Brasília e depois, eu fui dirigente da Associação Nacional do BANCO DO BRASIL, aqui em Brasília e continuei em Brasília.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Perfeito, obrigado. Eu pergunto a Vossa Senhoria agora, esse tempo ou parte desse tempo que o senhor morou aqui em Brasília, antes da sua ascensão para diretor do Banco, o senhor chegou a morar com o então, Deputado Luiz Gushiken?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Durante cinco meses, Deputado, sim. Ele e o Deputado à época, Eduardo Jorge--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Sim?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Depois, acredito até que saiu do partido.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Aliás, figura muito ilustre, muito boa.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Moraram no apartamento comigo, porque eu tinha um apartamento que tinha três dormitórios, eu recebi um apartamento funcional, morava sozinho, porque minha esposa não queria vir a Brasília e durante praticamente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Por quanto tempo os senhores moraram juntos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não chegou a ser cinco meses, porque logo depois eu fui a PRE-VI. E eles moravam no hotel, o hotel não oferecia às condições adequadas de conforto--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quer dizer, que o senhor morou então, com o Gushiken, evidentemente aí houve um estreitamento das relações entre o senhor e ele. Que é normal--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Conversávamos--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eram amigos, ninguém mora com quem não é amigo, isso aí, tranquilo e também não é demé-

rito para nenhuma das partes. Agora, eu quero ir um pouco além. Vossa Senhoria, agora a pouco, respondendo a indagação do Deputado Murilo Zauith, Vossa Senhoria disse que ao final da campanha de Lula da Silva, em 2002, Vossa Senhoria teve um encontro, que quase nunca se encontrava com Lula, mas teve um encontro quando ele lhe perguntou--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Durante a campanha--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Durante a campanha, quando ele lhe perguntou, se queria vir para o Banco?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se eu queria continuar no BANCO DO BRASIL, quais eram os projetos do BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ok, então o Presidente Lula, ou na época o candidato Lula, sabia o que senhor era bancário e que tinha essa possibilidade de continuar no Banco, se fosse o seu interesse e o dele, certo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, sabia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito bom. E o senhor é amigo íntimo, porque morou cinco meses junto com o ex-Ministro Gushiken. O senhor recebeu um belo dia, um telefonema do então presidente recém nomeado, Cássio Casseb, dizendo, convidando-o formalmente para a Diretoria do Banco, não sei se para essa ou genericamente, mas o Cássio Casseb fez isto. O senhor provavelmente pode ter depreendido, que as suas amizades (soa a campanha) -- e, nada contra isso -- suas amizades certamente, chamaram a atenção do presidente, ou disseram diretamente ao presidente quem o senhor era, e que, portanto, o recomendavam para isso. Certo? É uma dedução, uma dedução, sem... Perfeito?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: É provável, mas se o senhor me permitir, eu acredito que, o processo de escolha se deveu basicamente, pelas restrições que o cargo oferecia. O cargo exigia que fosse um funcionário de carreira do Banco; que tivesse algum conhecimento e aí, talvez, tenha sido afunilado -- estou fazendo uma ilação, se o senhor me permitir -- tenha se afunilado no meu nome. Porque acredito que tanto o Ministro, porque o Ministro sabia disso, quanto o presidente, entendiam que essa não era a minha vontade pessoal, eles não estariam atendendo um pedido pessoal, e sabia do sacrifício que isso significaria para mim e para a minha família.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas de um lado, é o coroamento de uma carreira de quem se dedicou por 31 anos ao Banco.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu já estive em cargos durante o governo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Por um lado é isso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Durante o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu estive em cargos hierarquicamente bem superiores no Banco, ao cargo de diretor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ao cargo de diretor? Qual é o cargo superior ao diretor, que não seja presidente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui conselheiro de administração do Banco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ah, desculpe.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E fui curador.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não, desculpe, o curador, eu não sei o que é, mas conselheiro o senhor sabe que não é--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu tinha status de conselheiro. Eu tinha um gabinete com status à época de vice-presidente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tudo bem.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --De hoje vice-presidente. Eu tinha um gabinete, com um grupo de 11 assessores com status de vice-presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O que me deixa aqui, de certa forma preocupado, e aqui eu compartilho, inclusive, dos seus rendimentos. Eu não estou fazendo aqui nenhuma, nenhuma, vamos dizer assim, nenhuma colocação com cinismo, com qualquer pretensão de subestimar o seu sentimento. Mas não, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Pannunzio, concluindo--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Só quero concluir esse raciocínio, que é muito importante. O senhor tem uma trajetória de militante exemplar. O senhor vai para o sacrifício no seu Estado, quando o partido precisa de um candidato. O senhor é um dos líderes do PT no movimento sindical. O senhor preside o braço sindical do Partido dos Trabalhadores, que é a CUT, quer dizer, o senhor é o que se pode chamar de um... Como eu já disse, militante exemplar. E o senhor foi reconhecido como tal, e chamado para uma importante função. Uma missão, que poderia ajudar na grande causa que o Partido dos Trabalhadores estabeleceu para si próprio e para alguns companheiros. E, de repente, vêm essas acusações todas. O senhor está aqui, como o senhor mesmo disse, como um indiciado. Esse pessoal não lhe telefona, esse pessoal não dá ajuda. O senhor passou, foi exonerado pelo ex-Ministro, pelo ex-Ministro Gushiken, na entrevista dele, é um desastre sobre a sua pessoa e

alguém que gozava da sua intimidade e o senhor da dele, de repente o senhor se vê jogado às feras. Isto, certamente, causa uma decepção muito grande, e é parte desse sentimento que o senhor carrega hoje. E só terminando, senhor Presidente. Hoje pela manhã, o Presidente Lula da Silva em entrevistas às redes de rádio, ele fez algumas afirmações. Ele disse o seguinte: "O PT não precisava -- categórico, palavras do Presidente -- não precisava estudar, usar estes expedientes no governo". Depois, ele disse mais: "O PT foi traído por alguns companheiros, que usaram esse esquema de corrupção!" É o Presidente quem está falando aqui. Agora, eu faço aqui uma indagação: o senhor veste essa carapuça de traidor do PT, de Lula?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em absoluto. Em absoluto. Eu direi, olhando nos olhos do Presidente Lula, de quem se apresentar, do Papa, que eu não tenho nenhuma culpa sobre isso. Eu nunca fui informado disso. Eu posso ter sido um sonhador, até porque alguns--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor compartilhou de um sonho, o senhor compartilhou de um sonho--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Pannunzio, concluindo, porque já usou muito tempo--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Jamais, jamais, porque eu não aceitaria. A minha formação pessoal, minha formação cristã, não aceitaria isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor não sabia desses esquemas?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nunca fui informado. Nunca participei. O que eu fazia era trabalhar, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Então, para encerrar: o senhor foi usado? Essa é a conclusão que o senhor foi usado!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se, tudo indica isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Obrigado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Tudo indica que eu fui um inocente útil.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Deputado, eu não tenho mais nada a dizer. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senhor Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Questão de ordem, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Doutor Pizzolato diz, que tinha um gabinete com 11

assessores quando conselheiro, aqui em Brasília ou no Rio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Aqui em Brasília, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pode remeter para a Comissão, o nome dos 11 assessores da época?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O nome dos 11 assessores? Deixa-me ver se eu lembro--

>> Remeter depois--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, pode remeter depois, não precisa ser agora, não.

DR. DEPOENTE HENRIQUE PIZZOLATO: Ah, tá. O Banco detém essas informações, porque alguns, alguns inclusive, saíram do Banco logo depois que teve aquele processo de PDV, e alguns saíram do Banco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas é importante que se mande aí, meu caro Pannunzio, me desculpe, mas: governinho traído foi esse do Fernando Henrique. Fortalecer adversário, sabendo que ele era um militante de suma importância que era do PT, e dar a ele toda essa estrutura que foi dada como--

SR.DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ele era funcionário de carreira, era funcionário de carreira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas não para ser conselheiro com 11 assessores, sabendo que ele estava com punhal para batalha, eu não estou lhe acusando não. Eu estou lhe dizendo, e aí vem provar, mais uma vez, o que a gente diz aqui desde o começo. É que se diz desde o começo--

>> (...) Fernando Henrique.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exatamente. Se diz desde o começo, que fundo de pensão do segundo ano do Fernando Henrique, para frente já era comandado pelo PT. O governo Fernando Henrique, não tinha nenhuma ingerência com relação a isso, mas, eu pedi a questão de ordem por outro assunto, senhor Presidente. Eu queria alertar Vossa--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Só para esclarecer, Senador, eu fui durante uma fase do governo Itamar Franco, e os primeiros anos do governo Fernando Henrique, eu fui eleito pelo Tribunal--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Claro, isso aí, nós sabemos. Isso é bom que Vossa Excelência, Vossa Senhoria diga, porque toda vez que se fala aqui em, nesse problema de fundo de pensão, eles querem puxar primeiro o governo do Fernando Henrique. E já se sabe, que desde aquela época a infiltração, desde a compra, vamos ser bem claro, desde daquela transação feita lá no Rio Grande do Sul, da CRT, que gerou toda essa polêmica, desde esse período o Partido dos Trabalhadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito, o senhor pediu uma questão de ordem, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exatamente. (risos). Vou a ela, vou a ela, senhor Presidente. Eu fiquei entristecido, eu vi a angústia do depoente lá em baixo. A emoção, o que ele vem sofrendo. Agora, senhor Presidente, nós estamos aqui nos sucedendo dias após dias, ouvindo pessoas. A cada depoimento, nós temos aqui uma quantidade de pedido de informação, ou o depoente se compromete de remeter, ou então, o próprio Relator toma a iniciativa. Doutor Pizzolato, mesmo, ficou de remeter aqui os gastos feitos na área cultural no ano da eleição municipal de 2004. Até agora, não chegou. Para se mostrar que naquela época, que o caixa 02 do PT, também era utilizado na contratação de artistas. Os artistas chegavam na cidade, faziam shows para o BANCO DO BRASIL, aceito o aparte, do nobre Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Senador, é que eu quero saber se o senhor está inscrito aqui? Há outros parlamentares inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu recebi do presidente a autorização--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Espera aí, agora, espera aí. Eu sei que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Resuma a questão de ordem, Senador Heráclito, para que encaminhe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Espera aí, eu sei que na hierarquia partidária, o Deputado Bittar, se sente superior a Vossa Excelência, porque é mais antigo. Ele se sente superior, agora, se o presidente do--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): No PT, a antiguidade não é posto, Senador. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Senador Delcídio Amaral.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Se o Senador me deu a palavra, eu gostaria até para mostrar que o PT respeita a hierarquia, me deixasse! Ele que me assegurou a palavra, então, eu gostaria de... Mas senhor Presidente, no dia que os três homens de ouro estiveram aqui, o presidente dos maiores fundos, nós fizeram uma ruma de requerimentos, para o envio de documentação--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito, no caso do--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nada foi remetido até agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --Eu quero deixar claro a Vossa Excelência, que a CPMI dos Correios não ouviu nenhum diretor de fundo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vossa Excelência, tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E Presidente de Fundo. A CPI--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vossa Excelência tem razão, me desculpe, tem razão, perdão. Os homens de ouros foram para a CPI do Mensalão. Vossa Excelência tem razão, retiro o que disse. Mas o Doutor Pizzolato ficou de remeter a relação dos shows – o roteiro, aquele roteiro – e até agora não foi, mas vale também. Nós temos uma infinidade, nós temos uma infinidade de requerimentos que foram feitos, Vossa Excelência sabe disso, que até agora não foi remetido. Portanto, eu faria um apelo – lamentavelmente o secretário não está aqui – mas eu faria um apelo para que esses documentos fossem enviados o mais rapidamente o possível, porque é complementação do que a gente precisa. Certo? Agradeceria a Vossa Excelência, e perguntaria ao senhor Pizzolato, onde está a documentação do--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Está no BANCO DO BRASIL. Eu não tenho esses documentos, Senador. Eu saí do Banco e não levei nenhum documento do Banco. Os documentos estão no Banco, todos organizados e--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): --Então o Banco, é que não mandou ainda.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E acredito que devam ter requerido já ao Banco, porque eu não tenho--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vou cobrar do Banco. Vamos cobrar do Banco--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Heráclito, nós estamos observando, checando todas as atas, todas as degravações, exatamente para ver aquilo que não consta de requerimento, porque requerimento é tomada a providência de imediato, mas àqueles compromissos assumidos ao longo das oitivas, exatamente para se esses documentos não chegaram, cobrar de quem se comprometeu a fornecer as informações para a CPI.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senhor Presidente, eu vou pedir então, para que seja votado em futuro aqui, que os documentos que foram solicitados pela CPI do Mensalão, os que forem útil, evidentemente, a essa Comissão que sejam remetidos para cá, até por economia processual. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador. Com a palavra, Deputado Pompeo de Mattos, 15 minutos. Depois o Deputado José Eduardo Cardozo, não, Pompeo de Mattos, o Deputado Pompeo de Mattos é titular, inclusive até por generosidade, ele pacientemente, deixou que dois suplentes falassem antes dele. Com a palavra, o Deputado Pompeo de Mattos e depois Deputado José Eduardo Cardozo. Depois disso, eu encerro a sessão.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Está bom. Senhor Presidente, senhores parlamentares. Na verdade, eu quero aqui infirmar até por dever de ofício, eu e o depoente, o Doutor Henrique Pizzolato, nós somos colegas do BANCO DO BRASIL. Trabalhamos no Banco, eu tenho uma história desde 73 como estagiário, contínuo, enfim, carreira administrativa no BANCO DO BRASIL, e Pizzolato também como uma figura importante, dentro do BANCO DO BRASIL. E mesmo com ele, participei de muitas reuniões dentro do BANCO DO BRASIL, ele como diretor eleito pelos funcionários do BANCO DO BRASIL, diretor do chamado GAREF, Gabinete de Representação dos Funcionários dentro do BANCO DO BRASIL, ele que foi eleito. E nós tínhamos, enfim, os colegas têm pelo Doutor Pizzolato um respeito muito grande. E infelizmente, nós vimos toda essa situação aí, que nos deixa constrangidos, os colegas do BANCO DO BRASIL, de cabelo em pé, às pessoas não imaginavam que chegasse a tanto e se me permite, Senador--

(Soa a campainha).

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Senador, eu gostaria de ter um pouquinho da atenção, como eu dei atenção aos colegas. Bom, faço essa afirmação, para dizer dessa identidade como funcionário do Banco. Há tempo sei que o Pizzolato tem uma ligação com o PT, não é o meu partido, enfim. Suas missões e as suas tarefas nós respeitamos, e nos encontramos nessa situação aqui. Infelizmente, me cabe fazer alguns questionamentos que entendo necessário, até em nome da indignação dos colegas do BANCO DO BRASIL, que vêem o BANCO DO BRASIL, como instituição, como nomes, ser maculado, veiculado na mídia desta forma. E a gente sabe que o Banco é uma instituição e as pessoas passam e a instituição fica. Errar é humano, mas não é a instituição que erra, são os seus agentes por via de conseqüências e as correções se fazem necessárias. Então, a primeira constatação aqui. Eu vi que o senhor entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, pedindo um *Habeas Corpus* para prestar depoimento, o que levou a fazer esse--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Estratégia dos advogados, já das duas vezes. E, eu como não domi-

no tecnicamente, eles recomendaram que isso fosse feito.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E fizeram. Eu não tinha como--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Eu li todo o *Habeas Corpus*, até por um pouco da experiência jurídica, e o *Habeas Corpus*, aliás, faz uma deferência muito boa a CPMI. O senhor não consegue o *Habeas Corpus* e não lhe é dado uma segurança, vamos dizer assim, pelo menos que eu depreendi da leitura, em função da interpretação de que o Ministro teve, do respeito que essa CPMI tem tido ao longo dos depoimentos, que têm sido prestados aqui. E em função disso, o Ministro afirmou muito categoricamente, que: “A iminência de, a CPI dos Correios, cometer abuso de poder ou ilegalidade, que venha a comprometer a liberdade ou a locomoção do paciente e demais valores, circunstanciais, aqui tratados, não estão claros e nem específicos”. Então, o que demonstra o respeito pela CPI, e ao mesmo tempo, um reconhecimento que o senhor vem depor não como testemunha, mas como investigado. Só a sua iniciativa já mostra que o senhor está se sentindo alguém investigado, quando o Deputado Pannunzio fazia a pergunta, não necessariamente indiciado, mas investigado, que conseqüentemente, pode até vir a ser indiciado. Bom, em relação à questão do senhor Gushiken. Pelo que depreendi aqui também, o senhor tem uma relação, teve ao longo de anos uma relação íntima com o Ministro Gushiken. Primeiro na questão do sindicato, o Sindicato dos Bancários. Depois, que, aliás, eu também pertencço ao Sindicato dos Bancários, lá no Rio Grande do Sul. O senhor no Paraná, depois São Paulo, enfim, a CUT toda essa relação nacional; depois através da PREVI, e ele atuando nos fundos de pensões; depois morando junto; depois ele Ministro, e o senhor chefe do marketing, diretor do marketing do BANCO DO BRASIL. Então, todas as atividades, afim, coincidentemente todas as atividades afim, no Sindicato dos Bancários, na CUT, nos fundos de pensões e depois na comunicação. E agora, e vi o senhor dar uma declaração, li na revista Dinheiro, descarregando, não é? As suas culpas ou dando as suas desculpas, e descarregando no Ministro Gushiken. O senhor reafirma tudo aquilo que o senhor disse da revista Dinheiro, na entrevista?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu já esclareci no início do meu depoimento às circunstâncias em que eu falei com o repórter.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na realidade, eu não dei uma entrevista, eu fui abordado várias vezes pelo repórter por telefone, e eu disse a ele, que eu não estava falando com a imprensa, eu estava em Santa Catarina atendendo problemas familiares.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas o senhor, então... Objetivamente--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E, depois de vários dias, ele me disse que estava compilando informações e que tinha algumas dúvidas--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

--Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque, eu o indiquei, que conversasse com o advogado.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Sim, perfeito, mas, então--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E ele pediu se eu poderia ajudá-lo em alguma dúvida.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Eu já ouvi a sua resposta, antes. Eu só quero a sua afirmativa: o senhor não reafirma aquela entrevista?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, na íntegra não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor não reafirma.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu disse que existem algumas frases na entrevista--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Que são verdadeiras--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que são verdadeiras. Existem frases que são interpretações. Existem frases que são deduções, mas na íntegra, eu não fui informado pelo jornalista que ele estava fazendo uma entrevista.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito. Bom, depois disso o Ministro Gushiken reagiu contra o senhor e deu uma entrevista muita pesada, aliás, fazendo, vamos dizer assim, acusações muitas pesadas contra o senhor, enfim, defenestrando a sua condição de dirigente do Banco, inclusive. Como é que ficou agora a sua relação com o Ministro Gushiken?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desde que eu assumi, na Diretoria de Marketing, a minha relação com o Ministro era uma relação hierárquica, era uma relação profissional. Eu não me encontrava com o Ministro, até porque ele não dispunha de tempo e eu também, não podia reivindicar isso--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor se distanciou dele?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Para outras questões, a não ser às questões vinculadas à agenda e ao trabalho.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor se distanciou dele ou está próximo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não é que eu me distanciei, ele não tem tempo para isso. Ele tem uma agenda de trabalho--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor tem falado com ele ultimamente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Nem por telefone e nem pessoalmente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não tenho sequer o seu telefone.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mesmo quando ele estava--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Porque eu vejo agora, primeiro o senhor atirou contra o Ministro, o Ministro reagiu contra o senhor. E eu vejo aqui na CPI, uma clara postura sua em defesa do Ministro, como que protegendo o Ministro, enfim--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A minha intenção é relatar a verdade. Eu não quero--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

É a leitura que eu faço.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não quero em absoluto, faltar com a verdade.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito. O senhor foi conselheiro da PREVI, por quantos anos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui conselheiro da PREVI?

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Da PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fui de março de 2003 a junho de 2005. Março, início de abril de 2003, a junho de 2005.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor foi tesoureiro informal, ajudou na arrecadação de contribuição para a candidatura presidencial do Presidente Lula?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Eu fui trabalhar na campanha, no comitê de campanha do Presidente, mas a minha função específica era fazer exposição e discussão de planos de governo. Eu nunca falei em recursos, nunca tive.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Nunca ajudou a arrecadar?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nunca ajudei a arrecadar, não era o meu perfil.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor foi conselheiro de várias instituições através da PREVI, quais as instituições, nomeie, por favor.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Vou tentar nominar tudo. Eu fui da TELECENTRO SUL. Eu fui da SANEPAR, eu era conselheiro indiretamente, mas a TELEPAR, de algumas empresas que compunham a *holding* da TELECENTRO SUL, num período muito breve. Depois eu fui excluído do conselho, não é? O único caso, inclusive, na história do Brasil--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Qual é mais?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E aí há um ano, mais ou menos um ano depois, eu fui da GUARANIA-NA, empresa de energias. E, ultimamente, depois que eu fui para a presidência do Conselho da PREVI, eu fui da EMBRAER.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Da EMBRAER? E quem mais?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Só.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

E dos funcionários do BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Da associação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Aí, era um processo de eleição direta.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Tá. Em média o salário... O senhor ganhava quanto por mês, somando todo o salário, do Banco, da PREVI e esses conselhos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não considerando as bonificações do Banco, em torno de 45 mil reais.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Considerando às bonificações?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: As bonificações eram variáveis, dependendo do ano, talvez bruto, chegasse à casa dos 50 mil, em torno disso.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Ganhava 50 mil reais por mês?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Bom salário, não é? Bom salário. As nomeações--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Para quem trabalhava, Deputado, como eu trabalhava e nas condições que eu trabalhava, eu já inclusive uma vez, eu era motivo de zombamento.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): A gente trabalha aqui nessa Câmara e no Senado e ganha 12 mil, trabalha um horror. E, tem gente que trabalha mais do que a gente, e ganha 300. É complicado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Um executivo de marketing no Banco, recebia cinco, seis vezes o que eu ganhava.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas eu não vou entrar no mérito, senão vai ficar... O

senhor ajudou na nomeação do senhor Sérgio Rosa, para Presidente DA PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, não senhor Deputado. Eu nunca fui consultado, até porque quando eu fui nomeado diretor do BANCO DO BRASIL-

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Já estava lá.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Sérgio Rosa já havia sido nomeado.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor era conselheiro da PREVI, Presidente do Conselho?

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sim.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): E a PREVI contratou a assessoria da empresa do Ministro Gushiken para trabalhar, a assessoria como fundo de pensão. O senhor ajudou nessa contratação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não era da alçada do conselho, isso era da Diretoria Executiva.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Mas o senhor tomou conhecimento.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, Deputado.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor não sabia que a empresa do Ministro Gushiken assessorava a PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Mas como membro, como Presidente do Conselho, o senhor não sabia disso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, porque a PREVI, pelo tamanho que tem e os assuntos que são de competência do conselho.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor nunca ficou sabendo disso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu fiquei sabendo pela imprensa.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O que o senhor ficou sabendo?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Fiquei sabendo que uma empresa, que em períodos pretéritos foi do Ministro Gushiken, prestava assessoria para alguns Fundos de Pensão inclusive a PREVI.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Se o senhor soubesse, o senhor concordaria, ou preferia que essa assessoria viesse através, por exemplo, do DESED(?), que é um órgão do próprio BANCO DO BRASIL, que tem funcionários extremamente qualificado para assessorar a PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não conheci as justificativas técnicas. Se o assunto viesse para informalmente para o conselho, não é? Eu ponderaria os possíveis constrangimentos, mas não era de alçada, eu

não tomei conhecimento. E, nós tínhamos um acordo de cavalheiro na PREVI, e de boa gestão de que uma instância não ingeria nas outras.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor sabe que tem uma norma, dentro do BANCO DO BRASIL, que não permite que nenhum funcionário receba de conselho de diferentes, valores superior a 02 mil reais. O senhor conhece essa norma que tem dentro do BANCO DO BRASIL?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O que determina essa norma?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A norma não é uma norma, Deputado, é uma sugestão que o Banco faz, de que os conselheiros que estivessem em empresas, repassassem parte dos seus salários, seu getom, à Fundação BANCO DO BRASIL.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas o Banco nunca estabeleceu como se isso fosse como fato obrigatório.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor nunca repassou nada desses valores?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Repassei, repassei.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor tem como comprovar para a CPI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não para a Fundação do BANCO DO BRASIL, eu repassava para outras entidades e comunicava ao Banco.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor tem como trazer esses comprovantes para a CPI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho depósito, mas o Banco tem por que eu entregava uma relação para o Banco.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sim, mas é uma coisa pessoal sua, como o senhor tem que ter.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, mas eu não me ative de... Eu semestralmente remetia isso ao Banco. Então, eu não quero assumir um compromisso com o senhor, que eu não consiga cumprir, porque eu acho que eu não tenho todos os documentos.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Perfeito. Presidente Delcídio, eu quero depois pedir que a assessoria nos dê o suporte, para fazer um requerimento pedindo informação ao BANCO DO BRASIL, de quantas vezes o diretor Pizzolato fez doação (soa a campainha), a instituições e que comprovou ao Banco, decorrente de uma normativa interna do Banco, que sugeria a devolução de recursos ganho a mais,

por conta da nomeação em diferentes conselhos. E também pedir uma cópia dessa normativa, do BANCO DO BRASIL. Uma cópia dessa normativa e também, as informações de quantas vezes o Banco tem comprovante, de que ele teria repassado esses recursos. O senhor participa do Conselho da PREVI, por que a PREVI, depois que o senhor Ivan Guimarães saiu do BANCO POPULAR, o nomeou ele para BELGO MINEIRO, representante da PREVI e para a KLEPER WEBER (F) para representar a PREVI, ganhando 18 mil, em uma e ganhando 10 mil, em outra. O senhor participou dessa nomeação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, da KLEPER WEBER (F), ele não representa a PREVI, na KLEPER WEBER (F).

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Ele representa quem? Aonde que ele representa a PREVI?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ele representa, eu acho naquela BELGO MINEIRO--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Ganhando quanto?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não tinha a informação, porque esses dados, inclusive, havia uma contenda na PREVI, que muitas vezes a PREVI solicitava e às empresas alegavam, que isso fazia parte do sigilo e alcançavam pareceres jurídicos dizendo, que estavam impedidas de informar os salários dos seus dirigentes e conselheiros. Então, nós nunca tínhamos as informações--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Mas, o senhor ajudou na indicação do nome dele?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O nome dele foi apresentado--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): E o senhor ajudou a aprovar?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Conselho votou por unanimidade.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): E com o seu voto, também?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, por unanimidade.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Tá. Ganhando 18 mil, na BELGO MINEIRO, mas na KLEPER WEBER (F), representa o BANCO DO BRASIL, investimento de 10 mil, e mais, na BOMBRIL, ganhando mais outros 10 mil reais. Ganha 36 mil reais por mês, acho, que para ficar quieto em função do que aconteceu no BANCO POPULAR.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas não representa na BOMBRIL, o que só sei é da PREVI.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Bom, eu só estou complementando. Donizete de Carvalho Rosa, o senhor conhece?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não me recordo.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Donizete de Carvalho Rosa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não recordo, esse nome.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas, o senhor indicou ele para representante da PREVI, na KEPER WEBER, também?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: É provável que seja algum... Eram 300 conselheiros que a PREVI indicava, entre titulares e suplentes nas mais diferentes empresas, aproximadamente 300--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): E essa pessoa, o senhor não conhece?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: --Não, nós não tínhamos condições, o Conselho recebia as propostas da Diretoria Executiva--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas ele veio a ser conhecido. Ele era secretário do Ministro Palocci, na Prefeitura de Ribeirão Preto. E é bem, é um prócer importante do PT.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não era meu conhecido, eu nunca estive em Ribeirão Preto.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Não, não é estar, ele é uma figura importante, muito importante.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas não o conheço. Se eu o enxergar pessoalmente... Eu achei que... Quando o senhor declinou, o nome, achei que fosse um funcionário do Banco.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Não, não é funcionário do Banco. O senhor conhece Davidson de Magalhães santos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Eu só estou dando esse exemplo, por que o quê no seu mandato, no seu período, a PREVI indicou para conselheiros em várias empresas, são 300, quase todos grupos de políticos, àquele pessoal técnico que o BANCO DO BRASIL tem qualificado, experimentado para representar o Banco, para representar a PREVI, enfim, se deixou de lado, e só quem tinha ficha no PT, quem tinha cargo, quem tinha cargo, não, quem tinha história. Enfim, era a credencial, não era a credencial técnica, era o "Q.I", de "quem indica". Eu só estou lhe dando um exemplo. Porque citar aqui. Porque eu tenho aqui, nomes de N pessoas, não vou ficar aqui também, constrangendo, absolutamente, ficar constrangendo--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu poderia lhe dizer, Deputado, é que a indicação era feita pela Diretoria de Participações, aprovada na Diretoria Executiva da PREVI, e o Conselho recebia os currículos, aonde constava a formação técnica. Então, nós não tínhamos, até pela premência do tempo e a realização das assembleias, como fazer um processo de investigação. E o número era muito grande. Então, nós nos guiávamos pela qualificação técnica e pelas informações que vinham nos currículos.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Bom, mas eu faço a leitura, e essa é a leitura que os colegas têm. Duas perguntas para eu encerrar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Para concluir, duas perguntas. O senhor, no Planejamento de Marketing, tinha encontros com a DNA, aliás, fez três contratos milionários, um de 142 milhões, outro, depois de 200 milhões, e depois mais uma prorrogação ainda, não é? Alterando esse valor de 20 a 40%, estão lá--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Isso era o valor, eu assinei um contrato e depois outro. Só dois. E esse valor era o valor global, para todas as agências.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Perfeito. Aí, a DNA subcontratava tarefas para o Banco. Uma delas, a de pesquisa e aí, fez muitas pesquisas através da CEPA-URGS, é uma instituição da Universidade Federal do... Não é da universidade, é uma entidade privada, uma fundação, entidade privada no Rio Grande do Sul. E aí, nós constatamos que a DNA pagou... Fez vários pagamentos para a FAURGS, essa empresa de pesquisa. A FAURGS nega que recebeu esse dinheiro. E aí, fui constatar, o BANCO DO BRASIL pagou aproximadamente quatro, quase cinco milhões, a CPI tem esses documentos de pesquisa, para a DNA. E a DNA passou, dois milhões e meio para a FAURGS. A FAURGS nega com documento, que recebeu esse dinheiro. O senhor tem conhecimento disso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, senhor Deputado, porque as pesquisas, contratação de pesquisas, não eram da alçada da Diretoria de Marketing, eram da alçada da Superintendência de Estratégia e Organização do Banco. Eles usavam as agências de publicidade, para não ter que licitar evento por evento de pesquisa, mas a contratação de pesquisa não era de competência da Diretoria de Marketing. Era competência da Superintendência de Estratégia, Organização--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Mas o senhor sabe que essas pesquisas eram feitas pela CEPA-URGS?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Não sabe. Mas só para ter uma idéia a CEPA-URGS--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós, eventualmente demandávamos para a Estratégia e Organização, a realização de uma pesquisa sobre a imagem do Banco. Agora, eram contratadas pesquisas mais diversas. Nós demandávamos algumas pesquisas, sobre o impacto de campanha e sobre o marketing.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Esses documentos, a CPI tem todos. A última pergunta, o senhor participou como agente de marketing, na propaganda do BANCO POPULAR. E o BANCO POPULAR fez um contrato, um alto contrato com a OCTAGON, relativamente ao futebol, futebol de areia. O senhor participou da elaboração desse contrato, na contratação, enfim, na licitação desse contrato?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Dos estudos, das análises, sim. Foi um contrato de um circuito, não é?

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sim.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sempre esses eventos são realizados no Banco com o acompanhamento técnico, um acompanhamento jurídico, o Banco tem um--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Qual é o valor do contrato?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu acredito, que o contrato de patrocínio é, eu não tenho os dados precisos, é da ordem de um milhão, não chega a um milhão e meio, e que envolve o patrocínio, o uso das camisas e a exposição de marca, assim por diante, e o contrato de infra-estrutura de eventos, que é a montagem de arenas e assim por diante, mais um milhão e pouco, totalizando aproximadamente, três milhões.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor sabe se--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Então, senão me falha a memória, são oito ou onze eventos, eu não tenho mais isso de cabeça, que seriam de memória, que seriam realizados no Brasil, em várias cidades do Brasil, com arenas uma espécie de circuito.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor tem conhecimento se esse, em função desse contrato, desse patrocínio, do uso da marca, da marca de futebol de areia, está sendo questionado na Justiça, há um litígio judicial em função disso? O senhor tem acompanhamento, o senhor tem conhecimento, chegou no setor de marketing?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu soube, através da Diretoria Jurídica, acredito que foi em maio, deste ano eu não sei lhe precisar bem a data, que a Direto-

ria Jurídica informou, que havia um questionamento da Federação de Futebol de Areia, alegando que o nome, “futebol de areia”, era de sua propriedade. E eles demandaram os documentos no BANCO POPULAR, e assim por diante, mas quem acompanhava isso no Banco, era a área jurídica, por que antes da assinatura dos contratos, eles davam os pareceres e davam o visto. Toda a documentação assinada no Banco, qualquer contrato de publicidade, como é que se processava? A SECOM, quando era diretamente publicidade encaminhava uma minuta básica, o Banco elaborava o contrato, a assessoria jurídica dava às vistas, dava o de acordo, emitia os pareceres, e daí o contrato era assinado.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Eu encerro, Presidente, dizendo... Só para deixar assim, uma posição clara de que, infelizmente, o nome do BANCO DO BRASIL, se viu envolvido em todo esse processo. Lamentavelmente, quase tudo bate lá, na Diretoria de Marketing, enfim, de propaganda, colocou, grudou no senhor que tem uma história, digamos assim, bonita na militância do PT, respeitada dentro do Banco, mas que terminou, infelizmente, nessa situação. Eu quero dizer, que o BANCO DO BRASIL é maior que tudo isso. O seu quadro funcional é extremamente qualificado, a gente sabe que não é por um ou outro ter problema, que nós vamos aí, desmontar, desmanchar a instituição. Enfim, jogar o nome, o prestígio, a história, enfim, a estrutura que o BANCO DO BRASIL, tem. E eu digo isso, como funcionário do Banco. O respeito que tenho aprendi dentro do Banco, o BANCO DO BRASIL, é um uma instituição que orgulha o Brasil. Nos orgulha a todos nós. A gente bate no peito, dentro do Brasil, lá no Interior, lá no Exterior, quando se fala em BANCO DO BRASIL, tem um respeito e uma respeitabilidade. Espero, que nós possamos passar a limpo essa página e virar essa página. Claro, não, sem deixar clara todas essas questões, porque elas não podem pairar no ar, tipo fantasma. Então, a nossa contribuição e o nosso trabalho. Os funcionários do BANCO DO BRASIL, tenho muitos colegas, muito indignados e muito chateados, mas a nossa parte, nós estamos fazendo, para nós, clarear de vez toda essa questão, porque o BANCO DO BRASIL, é maior que todos nós. Muito obrigado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu tenho o mesmo interesse, Deputado. Mais do que tudo, gostaria que os colegas não fizessem pré-julgamento e acredito, como disse anteriormente, que um dia isso fará justiça e toda a verdade virá ao público, é o meu último desejo na vida.

DEPUTADO JÚLIO REDECKER (PSDB-RS): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, o Deputado Júlio Redecker.

DEPUTADO JÚLIO REDECKER (PSDB-RS): Senhor Presidente, embora eu não faça parte desta CPI, eu fiz na CPI, a compra de votos, e eu venho trazer aqui um estudo, que eu já havia realizado e o Relator citou que utilizaria no seu relatório para comprovar a existência de um mensalão, que trata não apenas, daquela questão da semanada, onde eu levantei dados, em que havia, não só a periodicidade, mas como valores fixos repassados, semanalmente. Eu fui adiante no estudo, descobri que a última parcela de 100 mil reais, ela teve mais, 47 parcelas semanais de 100 mil reais, na continuidade o que era a última, dentro daquelas parcelas que eu levantei, descobri mais 47, de 100 mil reais, sendo que, somente a primeira foi por ordem de pagamento, pela Garanhuns e às outras como veremos aqui na tabela, que eu levantei, foi efetuada em espécie, conforme constando da lista do Marcos Valério, ratificada por ele, Simone Reis e Delúbio Soares, em seus depoimentos. Eu também quero dizer aqui, senhor Presidente e eu não consegui chegar nos nomes, e eu faço aqui umas recomendações, para a análise dos documentos comprobatórios, dessas transações que possibilitaria a identificação dos destinatários iniciais, pois, provavelmente, os beneficiários finais ainda estariam numa outra ponta da linha de transferência. No entanto, senhor Presidente e Relator, tais documentos até recentemente, ainda não haviam sido disponibilizados na CPMI dos Correios, e conseqüentemente na CPMI, que eu fazia parte. Se tivesse sido, talvez, a CPMI da Compra de Votos poderia tê-los utilizados em tempo hábil para a identificação do envolvimento de outros parlamentares e ter avançado nas investigações em direções que propiciassem resultados mais efetivos. Aqui é uma série de tabelas, onde eu comprovo, não só a existência como o repasse de recursos, também àqueles que foram beneficiários, empresas, tem nomes aqui, que eu acho extremamente interessantes. E, esta lista de 48 semanas em que recebeu o PL, na ocasião, 100 mil reais. Eu quero passar às mãos do Relator e dizer que se for possível, dar continuidade a isso aqui, eu recomendo que a CPMI o faça, embora não seja membro. Eu estou ainda debruçado sobre aquilo, que eu tive acesso, para tentar unicamente colaborar com as investigações e quem sabe facilitar o trabalho do Relator. Eu vou passar pessoalmente, às mãos do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Júlio Redecker. Eu gostaria só de fazer um registro, vou passar a Presidência para o Deputado Arnaldo Faria de Sá,

porque eu vou ter que me retirar por alguns minutos, em função de uma reunião com o Doutor Josué, da COTEMINAS. Então, eu vou me ausentar por alguns minutos e depois retornarei e durante esse período, a Presidência ficará sob comando do ilustre Deputado, Arnaldo Faria de Sá. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Arnaldo Faria de Sá).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Agradeço, Senador Delcídio Amaral. Não sei, se terei condição de substituí-lo. Mas com a palavra, o Deputado sub-Relator, José Eduardo Cardozo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Inicialmente, os meus cumprimentos ao senhor Pizzolato. E ao longo das apurações dessa Comissão, praticamente do trabalho da sub-Relatoria, que tenho a oportunidade de exercer, para nós ficou claro uma situação, que eu gostaria de expor para que pudesse argüir, Vossa Senhoria. Ficou claro, que as antecipações da verba VISANET ocorriam desde 2001. Isso ficou claro, com o depoimento das três empresas, que eram contratadas pelo BANCO DO BRASIL, na época. No período 2001, houve um acordo entre a VISANET e o BANCO DO BRASIL, na linha de que as verbas promocionais dos produtos, que vinculavam a VISANET ao BANCO DO BRASIL, seriam objeto de utilização pelas agências contratadas do BANCO DO BRASIL. Não precisaria ser assim, a VISANET poderia ter contratado as suas agências de publicidade próprias, mas se fez um acordo, então, que as agências de publicidade do BANCO DO BRASIL, funcionariam nesse caso. Assim foi feito, e o que nos chamou já de imediato a atenção, é que as verbas eram antecipadas, ou seja, já à época em 2001 e 2002, havia uma antecipação, embora com o plano de onde seriam gastas, mas havia uma antecipação. Nós perguntamos ao diretor da LOWE, essa questão, ele confirma. E, perguntado sobre a apropriação financeira dessa aplicação, já que ele recebia antes, ele disse claramente que a agência ficava com o produto dessa antecipação. Portanto, no que se refere ao problema da antecipação, eu não vi nenhuma mudança efetiva no período em que antecede a gestão de Vossa Senhoria, e aqui segue a de Vossa Senhoria. O grande fator de mudança, é que ao invés da verba, da VISANET ser dividida entre três agências, tudo passou a ser concentrado numa, a DNA, a partir do momento que Vossa Senhoria assume. E o que chama a atenção é que algumas agências, mesmo depois da decisão de 2003, que concentra tudo nas mãos da DNA, trabalharam com o produto VISANET. Só que com uma característica, a DNA recebia antecipadamente

e repassava o pagamento para quem já tinha prestado o serviço. O que comprova, que a antecipação era rigorosamente desnecessária. Porque, se quem fazia a atividade recebia após o trabalho prestado, não havia porquê se antecipar o dinheiro. É claro, então, que aquilo que era apropriado por três agências antes, do ponto de vista do ganho financeiro, passou a ser apropriado exclusivamente, pela empresa do senhor Marcos Valério. E é esse o fator, portanto, de divisor central que muda. Quando Vossa Senhoria descreve, como essa decisão foi tomada, se eu bem entendi, Vossa Senhoria disse que um comunicado, um ofício, o ato, já foi apresentado ao senhor, assinado por dois outros responsáveis.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Três.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por três outros, mas bastaria, Vossa Senhoria teria que dar o “de acordo”. Foi aí então, que Vossa Senhoria, no dia seguinte esteve com o Ministro Gushiken, onde segundo o relato que faz aqui e agora, apenas o informou da verba VISANET.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu o consultei.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O consultou, sobre a verba VISANET. Porém, no ofício já estava colocada a afirmação, de que tudo seria concentrado nas mãos da DNA. Quem foi--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas, eu não havia assinado.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não havia assinado. Quem foi que decidiu colocar a concentração nas mãos da DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: No final de 2002, quando o Banco estruturou os seus negócios em três entidades--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu entendi.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Houve uma conversa, entre as agências que estavam no Banco, e o diretor que dirigia... O responsável pelos produtos, ele na realidade, ele tinha mais voz ativa na escolha da agência do que a própria Diretoria de Marketing, que era prestadora de serviço. Era um processo conjunto, mas o que acabou acontecendo e me foi relatado, é de que as três agências, depois de definida a reestruturação dos negócios do Banco nos três pilares, conversaram junto com o diretor, à época, os Diretores de Produto e o Diretor de Marketing e chegaram a um consenso, escolhendo a sua área--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa tese--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em função das afinidades e peculiaridades--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Essa afirmação de Vossa Senhoria é desconfirmada pelos depoimentos, que nós coletamos. O diretor da LOWE que aqui depôs, ele disse que até março de 2003, atendia a VISANET. Então, portanto, não foi até final de 2002. Em segundo. Deixa claro, quando eu perguntei quem decidiu isto? Inclusive, uma fase marcante do depoimento, eu perguntei: “Quem foi que tomou essa decisão?” Ele fala: “Foi uma pessoa responsável pelo marketing do BANCO DO BRASIL, o senhor Henrique”. E eu falei: “Pizzolato”? Ele disse: “Isto, Pizzolato”. Esse foi o depoimento do diretor da LOWE. Os outros depoimentos vão nesta linha, não mostrando que havia um consenso entre as empresas, na questão relativa à concentração nas mãos da DNA. Até porque, veja: Por que alguém aceitaria que uma empresa recebesse antecipadamente uma verba, quando ela poderia receber, tendo os lucros financeiros que eram apropriados como o próprio diretor reconhece, para mais tarde receber após os serviços prestados? Qual é a lógica? Nenhuma? Ou seja, houve uma decisão nesse período, que pelos depoimentos prestados, não foram compartilhados pelas agências publicitárias, que resolveu concentrar todo o ganho da antecipação da verba, na DNA. Eu volto então, a perguntar a Vossa Senhoria: na medida em que o Ministro Gushiken... E ficou claro pelo seu depoimento, foi apenas informado disto. E já estava com o ofício assinado, logo não foi ele quem decidiu pela DNA. Se fosse o Ministro que tivesse decidido, haveria uma inversão na sua cronologia fática, o Ministro foi informado de um ofício já assinado, logo, não foi ele quem mandou colocar a DNA. Quem foi que mandou colocar a centralização na DNA e submeteu a decisão de Vossa Senhoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Quando eu recebi o documento, quando me apresentaram o documento, já constava, eu relatei, inclusive no início o nome da DNA, o número da conta--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, não era assim até aquele momento. Veja, aqui há uma mudança. Isso que surpreende--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A informação, Deputado, para ser bem preciso com o senhor, eu tomei conhecimento, eu, como não estava vinculado a área financeira do Banco e nem acompanhava, e não tinha a informação precisa, como se dava essa transferência de recursos da VISANET para a agência, se era em um, dois, três ou quatro aportes, porque a nota

se referia, que haveria o aporte. Eu não tenho esse controle. Eu tomei conhecimento literalmente.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor sabia que a verba VISANET, até então, era atendida pelas agências outras, que não a DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A informação que me deram, sim, é de que outras agências--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Cuidado.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Me mostraram às notas, que conseqüentemente me deram a informação, de que com a mudança da estrutura de negócios do Banco, havia sido mudado também o processo de--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Doutor Pizzolato, veja só, se a estrutura aconteceu ao final de 2002--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Observe: no final de 2002, até essa decisão, as outras empresas continuaram a operar, ou seja, não havia uma concentração nas mãos da DNA. A concentração houve, a partir deste ato que Vossa Senhoria assinou. Ou seja, não foi à reestruturação do final de 2002, que determinou isso. E a prova maior disso, é que há comprovações de pagamento entre a DNA e a LOWE. Nós temos, por exemplo, 10.92 milhões, repassados para a LOWE para o serviço até março, pela verba VISANET e depois 2.27 milhões, ou seja, não foi a reestruturação, foi à decisão de Vossa Senhoria, perdão, a decisão de quem a tomou naquele momento. Logo, o que me parece, é que alguém decidiu colocar a DNA, está claro que não foi o Ministro Gushiken, porque o Ministro Gushiken, Vossa Senhoria mesmo disse, que já chegou com o ofício assinado e pronto. No entanto, alguém decidiu. Toda a suspeita recai sobre Vossa Senhoria--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Em absoluto.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vou dizer por que, e aí, é muito importante que Vossa Senhoria dê a versão exata para que nós possamos desconfirmar a suspeita, se for o caso. Porque, quando alguém assina e pede o “de acordo”, quem dá o “de acordo” é quem decide, e é o responsável pela decisão. Logo formalmente, Vossa Senhoria é o responsável pela decisão. E a menos que se esclareça esse fato, Vossa Senhoria responderá na forma da lei por isso. Percebe?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Com a Diretoria de Varejo. Que dá o “de acordo” também.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, foi o Diretor de Varejo, que propôs à DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu não quero ser leviano.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas, eu não tinha, eu não tinha domínio da estrutura e conhecimento na época, e nem tinha acúmulo para tomar esse tipo de decisão. Portanto, eu desafio a agência que deu essa informação que apresente algum documento por mim fornecido, dizendo--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Já apresentou.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, algum documento dizendo, que eu mudei.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não, o documento--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que eu recebi foi--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, senhor Pizzolato, até a data desse documento, não era o procedimento concentrado na mão da DNA. Já havia antecipação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A informação e as notas que me repassaram no ato--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por isso, que eu quis expor com clareza--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mostravam o contrário.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A antecipação já existia, eu não estou discutindo a antecipação. A antecipação já existia, o que mudou a partir do documento de Vossa Senhoria--

>> É o ato.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): É quem concentrava, porque, antes, as agências todas recebiam descentralizadamente, a antecipação. A partir do momento, do ato de Vossa Senhoria, a antecipação e, portanto, os ganhos financeiros da aplicação, ficaram nas mãos da DNA! Ou seja, eu, pessoalmente acho e tentei, estou investigando isso dentro do possível. Ninguém no mercado publicitário, ninguém, senhor Pizzolato, diz que é necessário antecipar. O que se costuma dizer, é que é necessário antecipar a verba, só para comprar espaço em veículo de comunicação, porque aí, paga mais barato. É a única antecipação que existe. No mais, todo mundo presta serviço sem antecipação. No entanto, já em 2001, 2002, havia uma situação, ao meu ver, irregular ou estranha, porque sendo o BANCO DO BRASIL acionista da VISANET, obviamente eventuais prejuízos que a VISANET tenha, são compartilhados

pelos sócios. Ou seja, a antecipação feita, era já lesiva ao acionista BANCO DO BRASIL, (soa a campanha), no período de 2001, 2002. Permanece depois, ou seja, não, é antecipação, o problema! A diferença, é que como essa antecipação gerava ganhos financeiros muito elevados, ao invés de serem recebidos pelas agências diluídas, todas foram concentradas nas mãos da DNA, pela decisão de alguém. A decisão, onde isto acontece? Com o ato que Vossa Senhoria dá, o “de acordo”. Então, das duas uma: Já está claro, que o Ministro Gushiken, não tem nada a ver com isso, alguém tem a ver. Alguém, ou induziu o senhor a erro, ou o senhor decidiu isso sozinho. Formalmente, o senhor é a maior autoridade e responsável pelo setor. Então, se isto não ficar esclarecido, a suspeita passa a ser prova. Por isso, que eu lhe pergunto: Quem decidiu concentrar toda esta antecipação nas mãos da DNA? E permitir, que a DNA ficasse com o ganho financeiro desta remessa, pagando as outras empresas, só após os serviços ser prestado? E olha, isto é confirmado, inclusive, pelo senhor na entrevista que o senhor dá, para a “Isto é Dinheiro”. Vejam, são suas palavras, olha aqui. Pergunta a Isto é Dinheiro: “Não é estranho, pagar antecipadamente”? O senhor diz: “Eu nunca tinha visto isso. Eu dizia até, que ao colocar o dinheiro na frente, a gente perdia o poder de barganha com a agência, mas me disseram que tinha de ser feito assim”. Me Disseram que tinha de ser feito assim. “Só em 2004, começaram a pensar em mudar o sistema e tem mais um erro da CPI, o dinheiro que ia para a DNA, não era gasto só por eles”. Atenção: “O dinheiro que ia para a DNA, não era gasto só por eles”. A Isto é Dinheiro: “Como assim”? Pizzolato: “Em 2004, a gente gastou muito dinheiro com outras agências, os dirigentes delas diziam: Pô, o cara tá demorando muito, para me repassar o dinheiro”. A revista pergunta: “Quem, o Valério?” Pizzolato: “Não, eu chamei o Presidente da DNA, Francisco Castilho e falei para ele repassar o dinheiro para as outras agências”. Veja. A DNA recebia antecipadamente, toda a receita foi concentrada nas mãos da DNA, por decisão de alguém e repassada para as outras agências que prestavam o serviço, ou seja, o ganho da aplicação foi concentrado na DNA, coisa que antes era repartido entre diversas agências. Antecipação é algo errado, inaceitável desde 2001, mas alguém decidiu em 2002. O Ministro Gushiken sabemos que não é, pela sua própria declaração, até porque, repito, o ofício já estava assinado, não caberia a ele dizer conceito da DNA, porque já estava assinado o ofício. Logo, alguém decidiu. Ou é o senhor ou alguém lhe induziu a erro. Eu quero saber quem?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, vou tentar ser bem preciso. Estou fazendo um esforço, inclusive,

para relembrar os fatos. A minha assinatura, ela tem hierarquicamente o mesmo poder, que a Diretoria de Varejo. Quem era o responsável pelo produto cartão, era a Diretoria de Varejo. A nota veio para mim assinada pela gerência de cartão, gerência de propaganda e o gerente de varejo. Eu não sabia, Deputado, e eu sei que o senhor vai dizer, que, se quer, acredita. Eu fiquei sabendo, qual era o meu entendimento, é de que esses recursos seriam depositados no BANCO DO BRASIL, eu não tinha a informação, qual era o fluxo de caixa. Eu não tinha acesso ao fluxo de caixa (Soa a campanha). Eu não tinha poderes para exigir o fluxo de caixa. Eu tive a primeira informação que esses recursos produziam receita financeira em agosto, julho, agosto de 2004, quando já havíamos iniciado no Banco um processo de mudança do sistema. E, essas declarações que a entrevista floreira um pouco, a matéria floreira um pouco, era por que eu vinha insistentemente dizendo, que a partir do momento que uma agência tinha que levar a nota a outra, às pessoas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Pela oportunidade. A entrevista aqui, é pergunta e resposta.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas não foi, Deputado, por isso que eu solicitei que fosse feita a gravação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Aqui é pergunta e resposta.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Por que as circunstâncias, e o próprio repórter, coincide, foram quatro ou cinco telefonemas--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Nós vamos requisitar a fita, e depois nós vamos ouvir.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: As circunstâncias, e vai estar muito claro, muito explícito na fita, eu não dou entrevista. Eu não posso dar entrevista, converse com o meu advogado Dr. Mário. Quando ele, então, me pergunta: “Eu tenho já algumas informações conseguidas no Banco, e assim por diante, você poderia me ajudar a sanar algumas dúvidas?” E eu disse: “Se for de uma forma rápida, porque eu não estou tendo condições. Eu não estou tendo condições. As minhas energias estão concentradas em outro assunto, nesse momento. Eu estou atendendo problema de doença, na família”. E aí, ele fez algumas perguntas rápidas, inclusive, eu em trânsito. E eu respondi, frisei e isso os senhores vão ter oportunidade de ouvir na fita, eu frisei e disse: “Olha, não publique nada, fale com o meu advogado. Por favor, entenda a minha situação”.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Agora, apenas, porque é muito importante isso (Soa a campanha).

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Então, eu gostaria, que isso não fosse tomado como um documento *ipsis literis*.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Veja, o problema é que a situação para o senhor, hoje nesta CPI, me permita dizer com toda a franqueza e lealdade, até para que o seu calvário não fique mais pesado do que tem sido. É absolutamente desconfortável, vou dizer por que ele é desconfortável. Em primeiro lugar, está claro que a antecipação existia em 2001, 2002. Portanto, foi apenas dada a continuidade no seu período. 2. Há uma decisão num ato formalizado que senhor assina com outras duas pessoas, que isso se passa a ser concentrado na DNA, onde se declina, inclusive, a conta bancária desse depósito. Está claro, que o senhor não recebeu ordem superior em relação a isto, uma vez que o documento já estava confeccionado antes do senhor visitar o Ministro Gushiken. 3. O senhor é a principal autoridade do documento. 4. --

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, me desculpa Deputado. Não, quem é o gestor do produto, não sou eu--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, a área é sua, o marketing é seu--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, mas o gestor a quem se destinava a verba não sou eu--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me permita, quando eu pergunto ou quando nós perguntamos para os depoentes, quem foi que decidiu? Eles disseram: “Henrique”. Eu falei: “Pizzolato?”- “Pizzolato”. Confirmando que era o senhor. 6. vejam--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas isso não é verdade, Deputado--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me permita avançar.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E eu desafio a eles apresentarem algum documento, que eu tenha feito isso--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me permita avançar, eu estou pegando uma série de indícios, se o senhor não permitir, que a gente derrube os indícios, eles viram prova. Em sexto, o senhor recebeu o pagamento do Marcos Valério, justamente àquele que foi beneficiado pela sua antecipação. O senhor disse que não sabia, que era dinheiro. (Soa a campanha). O senhor disse, que não sabia que era dinheiro, que foi um pedido do Marcos Valério para o senhor pegar o dinheiro; que depois, foi alguém, que o senhor não lembra quem foi, que foi pegar o dinheiro--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E ele reconhece numa entrevista, que me utilizou para repassar dinheiro para o diretório do partido.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): (Falha no áudio). Veja, é a palavra do senhor Marcos Valério em um conjunto de evidências. O senhor recebe dinheiro do Marcos Valério, passa alguns dias, o senhor tem uma aquisição patrimonial em que o senhor usa o dinheiro, que o senhor diz, que era dólar que estava lá guardado, etc, etc, mas há um pagamento em dinheiro. Claro--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Todos comprovados.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se o senhor somar todas essas situações, veja... Eu quero muito que o senhor me desconfirme essa tese para ficar até aliviado, para ajudar a aliviar o seu calvário. Qual é? Há todo um conjunto de evidências, que mostram um favorecimento de ganho financeiro para a DNA, é pouco plausível, me perdoe o senhor dizer, o senhor como um homem que trabalha em Banco, imaginar que um pagamento antecipado, não gera ganho financeiro, olha, é muito difícil imaginar uma pessoa que trabalha em Banco, não saber disso. No entanto--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não sabia do fluxo, se o pagamento iria ser feito em uma, duas ou três vezes, a nota não diz que será assim--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me perdoa, o senhor fala na entrevista. Depois nós vamos verificar, que as pessoas reclamavam que ele não repassava.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se reclamava que não repassava, é porque o serviço tinha sido prestado e estava concentrando dinheiro para ter ganhos em cima disso, e o senhor revela, que sabia disso na entrevista. Então, fica todo um conjunto de evidências difícil de descaracterizar, um favorecimento seu ao Valério, e um beneficiamento por força desse favorecimento. A menos o que senhor diga, como é o que senhor chegou nessa centralização? Foi o Diretor de Varejo? Quem foi que resolveu mudar esta política? O senhor foi levado a erro? Se o senhor foi levado a erro, o senhor tem que dizer quem foi que o levou a erro, porque se o senhor não disser, quem o levou a erro, vamos sair desta CPI hoje, com a convicção plena que Henrique Pizzolato, é, não é submetido a indícios, ele é culpado, na medida em que ele não descaracterizou o conjunto de afirmações que são feitas contra ele. O senhor percebe a gravidade da situação? Por isso, eu lhe pergunto mais uma vez, se o senhor pode dizer

quem foi que decidiu concentrar os ganhos nas mãos de Marcos Valério?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, as informações que foram me dadas, era de que não havia nenhuma alteração com relação aos processos anteriores. A nota veio da diretoria--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): As informações que foram lhe dadas, quem lhe deu essa informação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Diretor de Varejo, o Gerente de Propaganda, o Presidente do Banco, o Vice-Presidente de Varejo e Distribuição--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): O Presidente do Banco?

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor não sabia, que estava concentrando numa única agência, as verbas a partir daquele momento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Eu não sabia que eu estava concentrando numa única agência.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não sabia?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não sabia, porque eu não tinha a informação de quanto teria de verba. Eu não tinha essa informação. Essa informação era da VISANET e dos conselheiros da VISANET. Se seria uma tranche, duas tranches, eu sabia que aquela verba iria para a VISANET--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Me perdoe. Senhor Pizzolato, vamos esclarecer, o documento, ele é claro, ele não está falando de verba, ele fala que toda a verba seria para a DNA, depositada na conta tal. Ele é claríssimo. Se a verba de dez mil--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, depois tem inclusive, uma segunda.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que segunda?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Tem um segundo aporte da VISANET, para agência.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Está claro, veja. A verba podia ser mil reais, 10 mil reais, 50 mil reais, um milhão, um bilhão. Está claro pelo ofício de Vossa Senhoria, que, perdão, Vossa Senhoria dá o "de acordo" e Vossa Senhoria assina, está claro que tudo seria da verba concentrada a DNA. A minha pergunta, então, agora eu mudo um pouquinho: O senhor sabia que antes, não era assim?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não sabia.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor foi induzido a erro, a partir daquele ato foi modificada. O senhor,

ao invés de várias empresas se beneficiarem de um ganho, que eu acho indevido, a apropriação indevida passou a ser feita a partir daquele momento. Então, alguém lhe induziu a erro. Ou nós detectamos quem é, ou a responsabilidade, me desculpe, senhor Pizzolato é integral, total para efeitos criminais, sua.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, houve uma auditoria em 2003, no Banco que auditou, inclusive, essa verba VISANET, e não me deu nenhuma informação sobre mudança de procedimento. O que eu disse no início do meu depoimento, é que eu recebi uma determinação do Presidente do Banco e uma orientação do Ministro-Chefe da SECOM, de não fazer nenhuma mudança. Nada.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, houve a mudança!

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E eu não fiz.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, o senhor desconfirmou a orientação do Ministro e do Presidente, porque a mudança houve. Houve, quando se concentrou tudo nas mãos da DNA--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: A informação que eu recebi, quando--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A DNA passou a não ser mais uma prestadora de serviço de publicidade, ela passou a ser uma gestora do dinheiro antecipado recebido, com os ganhos decorrentes disso.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Agora eu posso, posso? Inclusive (Soa a campainha).

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pois não.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que me surpreende nisso, porque, eu não fazia a gestão dos recursos do dia-a-dia, era por que a VISANET, antecipava tudo de uma vez, porque eu não detinha essa informação. Não era do meu alcance. Eu não estava em nenhuma instância da VISANET. Eu recebia a informação que não era sequer uma informação documental, Deputado. Eu não recebia assim, não chegava e apresentava: "A VISANET liberou tanto." Não. Já vinha a nota escrita, e na nota constava a informação de que no Fundo VISANET, havia disponibilidade de tantos recursos, para que a Diretoria de Marketing estruturasse campanha junto com a Diretoria de Negócios, quem era o gerente, quem era o gerente do produto, não era eu. Eu fazia o suporte técnico--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Enfim, o senhor não sabe localizar, quem foi o responsável por esta decisão?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não quero especular, eu não tenho... A Diretoria de Varejo era que se

reportava. O que eu posso dizer é o seguinte, eu havia acabado de chegar no Banco, Deputado, não conhecia o Doutor Marcos Valério. O Doutor Marcos Valério estava há mais de 10 anos no Banco, conhecia muita gente no Banco. Então, falando francamente, se tivesse alguém que ele quisesse procurar, ele não iria procurar o Diretor de Marketing, que ele não conhecia--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem ele procuraria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Ele procuraria às pessoas que ele conhecia no Banco.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Outros dirigentes, lá do Banco, que estava com tempo.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem ele teria procurado?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O nome eu não sei, mas tinha nesse período remanescente ficaram vários diretores do Banco e vários vice-presidentes.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Com quem o senhor Marcos Valério tinha contato, naquela diretoria?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tinha acesso a agenda dele. Na Diretoria de Marketing, ele veio algumas vezes, Deputado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A Diretoria de Varejo, era subordinada a você?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Era subordinada ao Vice-Presidente de Varejo e de Distribuição, que era a gestora do produto. A gerência de cartão de crédito que era a responsável, era subordinada a Diretoria de Varejo e a Vice-Presidência--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Apenas, para concluir essa primeira parte, eu quero fazer uma--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não participava Deputado. eu coloco isso no texto, a VISANET tinha um Comitê de Marketing, seria racional que o Diretor de Marketing do BANCO DO BRASIL, participasse do Comitê da VISANET.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Seria o óbvio.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas eu não participava, era o Diretor de Varejo que participava.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então, me permita só uma pergunta, antes, Deputado Pompeo, quer um aparte, eu tenho outras perguntas para fazer, então, só uma pergunta para fechar isso aqui. Havia, a seu ver, alguma razão para que houvesse antecipação de pagamento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que eu entendes-se, eu não tinha o fluxo financeiro do todo, eu não tinha essa informação. Mas, hoje detendo as informações, eu diria, olha: “Só se o Banco se apropriasse dos ganhos financeiros”.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que não era o caso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nós conseguimos, depois que fomos informados.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Depois de 2004?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, não, em meados de 2004, quando eu fui oficialmente informado de que havia aplicações, porque eu não tinha acesso a conta, Deputado. Ai, eu consegui--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu fiz uma pergunta tão objetiva, me responda objetivamente. Havia alguma razão, para que se pagasse antecipadamente às agências de publicidade, que operavam com a conta VISANET, antes as três; depois a DNA?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que eu entendes-se... Mas não era da minha alçada. Não é? Eu não--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): (Risos). Que não era da sua alçada, a minha pergunta é se o senhor consegue vislumbrar alguma razão para a antecipação desse pagamento, do ponto de vista da operação da publicidade?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desde que houvesse vantagens, não é? Para o Banco. Que o Banco tivesse proveito disso--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma dificuldade de o senhor falar “não”, porque o senhor está respondendo sempre pela... A minha pergunta é--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O que eu estou dizendo, é que a partir do momento, que tomou conhecimento a gente solicitou a agência para repassar--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Hoje, o senhor vê alguma razão, para que um serviço desse, seja pago antecipadamente?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. (Soa a campainha).

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ok.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas, eu não... Eu não sabia--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): Com a palavra, o Deputado Pompeo de Mattos.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

É muito rapidamente, Presidente, esse não, aqui, esse não, foi mais difícil que o não do referendo, viu. (Risos).

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Foi um parto de mãe de Ulisses, espinhoso, barbaridade! Mas saiu, saiu O referendo também saiu. Bom, deixa... Eu na verdade, era na mesma linha do Deputado Eduardo Cardozo, por isso que eu propus a ele que fosse, na verdade, um aparte, mas ele concluiu o trabalho dele e eu retomo, senhor Pizzolato. Volto a dizer um pouco constrangido, em função dessa relação de colega de Banco, mas ante essa sua dificuldade, de identificar quem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARRIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor não está impedido, não.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Não, absolutamente não. Eu não estou impedido, eu disse constrangido. O senhor... O senhor está tendo dificuldade, muita dificuldade de nominar quem partilhou com o senhor esta responsabilidade de decidir esse adiantamento dessa antecipação dos valores para a DNA. E aí, o senhor rodeia e pega algumas informações que são verdadeiras e outras que nem tanto. Por exemplo, não, mas esse procedimento era comum. Pelo que depreende de tudo que já a CPI, examinou, sim, já existia adiantamento antes, no governo anterior. Vamos dizer assim, na gestão anterior, na direção anterior do BANCO DO BRASIL. Agora, a novidade está no fato de que se antes havia adiantamento, havia para várias empresas, vamos dizer assim, ele era um pouco democratizado. Enquanto, que a partir da sua ação, da sua gestão, esses adiantamentos passaram a ser, a existir de forma una, unificado. Ou seja, a empresa do senhor Marcos Valério, não por acaso, o senhor Marcos Valério, passou a receber tudo de uma vez só, e ele gerenciar o marketing do BANCO DO BRASIL. Ele que estava gerenciando. Pelo menos, essa é a impressão. Ele que distribuía para esse, para aquele, para esse outro, quando na verdade, era o Banco e a VISANET, o Banco através da VISANET, a VISANET através do Banco, é que deveriam fazer. Então, passaram, delegaram o poder para o Marcos Valério, e aí, alguém fez isso, alguém fez essa inovação. Aí, obviamente, o senhor é um deles. Não tem como negar, até porque o senhor assinou o documento. Correto? O senhor assinou esse documento, transferindo. Pode até não saber tudo o que repercutiria, tudo o que aconteceria, mas o senhor assinou o documento, correto?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, eu não tinha poderes de liberar, o recurso--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito, mas o senhor assinou o documento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Assinei um documento, dizendo que a Diretoria de Marketing, se responsabilizaria por estruturar as campanhas, que seriam provenientes dos recursos do Fundo VISANET. Agora, quem liberava os recursos, quem era dono do dinheiro, quem dizia: “Antecipa, paga-se, faça”--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito, mas este documento, nós temos esse documento, ele pressupõe, como consequência, a liberação do adiantamento, está ali explícita.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Então, essa liberação, ela era acertada, ela era, ela era documentada e decidida antes do documento. (Soa a campainha).

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito, mas o que--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que eu não participava--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas, ela está dentro do conteúdo do documento, então, o senhor assinou, qual é a outra pessoa que assinou?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Vice-Presidente de Varejo, que assina.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Vice de Varejo, quem é?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na época, era o doutor Fernando Barbosa.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Fernando?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Barbosa. o Gerente de Cartão de créditos, que era o gestor do cartão.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Quem era?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: O Gerente era Douglas Macedo, e houve algumas interinidades.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Douglas?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Douglas Macedo, se não me engano--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Macedo. Tá--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: E o gerente de propaganda.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

E o gerente de propaganda?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Cláudio de Castro Vasconcelos.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Cláudio?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: De Castro Vasconcelos.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Castro Vasconcelos. Bom, em tese, esses, não fosse a assinatura destes quatro, não sairia o adiantamento, correto? (Soa a campainha).

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não. Não é correto, Deputado. Não fosse a assinatura desses, não fosse a assinatura desses quatro, não é? A verba poderia sair o adiantamento, mas não passaria pela Diretoria de Marketing. A confecção das campanhas teria que ser contratada uma outra estrutura.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas, o que garantiu o adiantamento passando, a propaganda pela Diretoria de Marketing, foram essas quatro assinaturas? Foi isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

É bem claro.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não sei se entendi bem a sua pergunta. O que garantia, poderia existir esse adiantamento também por uma agência, mas daí, quem estruturava as campanhas não seria a Diretoria de Marketing.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Mas, no caso como era a Diretoria de Marketing, que estruturava as campanhas, passou por ali e todos assinaram--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, porque não tinha coerência, (soa campainha), o Banco ter uma estrutura de marketing, que fazia todas as suas campanhas, contratar uma outra estrutura.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Perfeito. Então, destes quatro aqui, qual é, que enganou o senhor?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não, não tenho elementos para dizer isso--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Os três?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tinha informação--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor se enganou, ou os três, lhe enganaram?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se foram os quatro, se foram outras pessoas, se houve engano, se não houve, eu não tenho essa informação--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

O senhor tem alguma outra pessoa que o senhor possa apontar, que tenha, digamos assim, induzido a esta ação? Que a tenha trabalhado--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Até relatei, Deputado, de que as instâncias de poder se davam, no conselho da VISANET.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS):

Sim, eu entendi.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Que o Banco, detinha três conselheiros.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Quem são, os três conselheiros?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Na época, era o Presidente do Banco, Cássio Casseb, o Vice-Presidente de Varejo e Distribuição, Edson Monteiro e o Diretor de Varejo, Fernando Barbosa.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): E o Fernando Barbosa? O senhor se disporia, com uma acareação, com esse--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, senhor.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Ou com os diretores, conforme o caso, nós vamos avaliar, ou com os diretores, o Cássio Casseb e o Edson Monteiro e o Fernando Barbosa, não é?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, sim senhor.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Ou se for o caso, o Vice de Varejo que já era o Fernando Barbosa, mais o Gerente, o Douglas (Soa a campainha), e o Cláudio Costa Vasconcelos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Concluindo, Presidente.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): O senhor se disporia a essa--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Sim, senhor. Eu não tenho--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Nós vamos examinar, porque temos que clarear aqui, alguém fez, uns mais e outros menos, cada um, um pouco. Eu quero saber, quem é o maior responsável?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Deputado, a sequência documental, não é?

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Sim. Nós temos que--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Porque a nota, é uma nota interna do Banco. Nada disso aconteceria se--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Mas, que foi decisiva e definitiva, para que as coisas, se consumassem. Isso é claro.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Se a VISANET, não concordasse, não seria--

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Para andar uma légua, tem que dar um primeiro passo. Agora, para chegar ao final da légua, tem que dar outros passos.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Mas, o primeiro passo, ele vem de outro.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Alguém deu outros passos, e o senhor ajudou a caminhar, o senhor deu alguns passos, também. Então, tem que ver quem encaminhou mais em direção des-

se favorecimento à questão do adiantamento, do valor da VISANET. Muito obrigado. (Soa a campainha). Muito obrigado Presidente e nós vamos examinar essa questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, Deputado Pompeo--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Terminando, serei rápido, Deputado Arnaldo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nobre Deputado, um minutinho só, por um pedido técnico do nosso depoente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, em homenagem a sua exuberância na Presidência, eu já combinei com o Deputado Cardozo, eu tenho só uma perguntinha para fazer. Se Vossa Excelência me permitir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vossa Excelência manda, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu faria, inclusive, antes do Deputado Cardozo, se o senhor me deixasse.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Com todo o prazer, eminente Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para ver, se a gente muda o tom entre nós. É que é sempre meio...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Equívoco da sua parte. Seu sorriso fala por Vossa Excelência. (Risos).

(Soa a campainha).

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Retomando os trabalhos, Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, eu queria apenas perguntar ao senhor Pizzolato o seguinte: a pessoa que ocupava o posto antes do senhor, era o Naegele? É, que agora eu só consigo lembrar o sobrenome dele.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Renato Naegele. Desculpe, eu estou--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É eu percebi--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu estava informando ao Deputado, eu estou com labirintite. Eu estou um pouco fora do nível.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do prumo, do prumo. É porque, quando foi, veio a público a história da antecipação, não é? Dos recursos para as empresas e tal, teve inclusive, uma polêmica porque o BANCO DO BRASIL saiu com uma nota oficial, dizendo que o procedimento de antecipação era desde

2001, mas o Naegele deu uma nota em nome dele, não é, inclusive, nós tivemos, negando isso, que no ano de 2000 e 2001, quer dizer, no período dele, não teve antecipação.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Nos documentos do Banco, Senadora, comprovam isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Comprovam.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Comprovam.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor conseguiria nos explicar algum motivo, por que ele veio a público, para negar a antecipação?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não encontro com ele, desde o--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem--

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Desde o período, eu o conheci, inclusive, porque quando era Diretor da PREVI, ele era Conselheiro da PREVI, então, ele era Diretor de Marketing do Banco, e era Conselheiro da PREVI, eu era diretor da PREVI. Aí, quando tomei posse na diretoria, não é? Nós nos conhecíamos, isso e aquilo, conversamos e ele, se não me falha a memória, pediu licença, pediu um afastamento do Banco um período, e nunca mais o encontrei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu só estou fazendo essa pergunta, porque eu tenho um entendimento de que, ao ele ter emitido uma nota oficial, pública, não é? Em nome do período, que ele estava e ter passado uma informação, não verídica, que depois foi confirmada a não veracidade no depoimento das empresas de publicidade, que colocaram de forma muito clara, que a antecipação já vinha anteriormente, ele acaba do meu ponto de vista, cometendo também algum ato de ilegalidade ao ter encaminhado a CPI, documento mentiroso, não é, documento falso, não é, tendo em vista, que a antecipação, não só foi confirmada pelo BANCO DO BRASIL, confirmada agora pelo Pizzolato e confirmada pelas empresas de publicidade, que recebiam antecipação à época. Apenas, para fazer esse registro. E já estou devolvendo aqui para o Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, S.Senadora, eu só pediria ao Nobre Deputado, José Eduardo Cardozo, que fosse breve, porque ele está com crise de labirintite, o senhor Pizzolato.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Serei brevíssimo. Não, eu serei breve, aliás, eu tenho tido o azar, que sempre que eu vou argüir e eu sou um dos últimos, alguém passa mal. Presidente, é algum problema--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB-SP): É a tortura das suas perguntas.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Bem, senhor Pizzolato, serei bem breve, desculpe. É relativamente a questão da MULTI ACTION, nós registramos pagamentos da BB TOUR para a MULTI ACTION, uma empresa ligada ao senhor Marcos Valério. Não localizamos nenhum contrato da BB TOUR para a MULTI ACTION, o senhor pode explicar a razão, desses pagamentos?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não faço a mínima idéia, Deputado. A BB TOUR é uma subsidiária integral, do BANCO DO BRASIL, mas tem uma diretoria própria, tem um conselho diretor próprio, tem instância de decisão, e não se reporta ao Banco, ela se reporta às estruturas. Eu fiquei sabendo dessa informação há pouco, quando o Deputado, trouxe essa informação a público. Eu não sei, se era compra de passagens ou--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A MULTI ACTION, é uma promotora de eventos e a BB TOUR pagava e são quantias expressivas pelo que nós temos visto, mas isso não só no nosso período de governo atual, mas, no período também anterior. Havia pagamentos. O problema é que nós não estamos registrando contratos. Então, é aí, que é a questão: O senhor sabe de alguma situação do BANCO DO BRASIL, que vinculasse a BB TOUR, em relação a MULTI ACTION? Que pudesse ter eventos em comum, alguma coisa?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu não tenho essa informação, de uma forma precisa, como eu gostaria. Mas havia, é óbvio, do Banco, um interesse de que as suas empresas, às empresas que prestassem serviço para o Banco, além de terem contas no BANCO DO BRASIL, usassem dos serviços das empresas do BANCO DO BRASIL, que o BANCO DO BRASIL participava, não é? Quando existisse esse tipo de serviço. Vamos supor, seguros, não é? Não era algo impositivo, mas o Banco fazia a gestão, para que as empresas fizessem seguros dos seus veículos, das suas coisas, junto com as empresas que o Banco detinha participação, é o que eu posso lhe dar de informação--

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor, veja, por que, nos chama atenção. Porque, a BB TOUR, não tinha contrato com a MULTI ACTION. Em 2001, foram só 195 mil, mas em 2003, fez 2.68 milhões na BB TPOUR, pago para a MULTI ACTION. Então, alguma coisa estranha.

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Eu acredito, que a direção da BB TOUR, possa lhe dar essas informações.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, da parte de diretoria de Vossa Senhoria, não houve nenhuma determinação, nenhuma orientação, nenhuma solicitação para isso?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não.

SR. SUB-RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Estou satisfeito, senhor Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor, quer fazer algum esclarecimento?

SR. HENRIQUE PIZZOLATO: Não, eu queria agradecer, pedir licença e pedir desculpa, um pouco pela minha tontura--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20 horas e 12 minutos.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 53ª Reunião, realizada em 08/12/2005.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Romeu Tuma, e os Deputados Carlos Abicalil, Maurício Rands, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, César Schimer, Silvio Torres, Antonio Carlos Pannunzio, Ildeu Araújo, Medeiros, Geraldo Thadeu, e o Deputado não-membro Eliseu Padilha, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRA-

FOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos e oitiva do senhor Carlos Roberto Sanches Godinho. Com palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá que solicita quebra de sigilo da Coteminas, mas com respaldo da comissão. O Presidente informa sobre a retirada dos requerimentos do Deputado Osmar Serraglio números 1574, 1575 e 1576, de sete de dezembro de dois mil e cinco, todos de sua autoria. Fazem uso da palavra para inquirir o depoente os seguintes parlamentares: Antonio Carlos Magalhães Neto, Gustavo Fruet, Antonio Carlos Pannunzio, Silvio Torres, Carlos Abicalil, Álvaro Dias, volta a ser inquirido pelo relator que em seguida, o Senhor Presidente encerra a presente reunião às dezesseis horas e quatorze minutos, e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as graças de Deus, havendo número regimental declarado aberta a quinquagésima terceira reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento de número 3/2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A ata de reunião anterior encontra-se sobre a mesa, a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pela ordem, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, sr. Relator, senhores parlamentares, eu gostaria de ler, neste momento, sr. Presidente, uma nota que divulguei ontem para a imprensa contestando uma publicação feita pelo FUNDO DE PENSÃO PRECE. Diz a nota: “Em resposta à

divulgação feita pelo FUNDO PRECE sobre os resultados parciais apresentados por essa sub-relatoria da CPMI dos CORREIOS no dia 6 de dezembro de 2005, gostaria, inicialmente, de reafirmar a minha absoluta, irrestrita e integral confiança nos dados apresentados pela equipe técnica desta sub-relatoria com relação as perdas incorridas pela PRECE em operação de derivativos e com títulos públicos federais. Sobre os questionamentos apresentados gostaria de afirmar o seguinte: A PRECE apresenta em sua nota à imprensa a rentabilidade de 2002 a 2004 em comparação com a sua meta atuarial, contudo, em nenhum momento o trabalho apresentado aborda a rentabilidade dos Fundos de Pensão como um todo. Ainda assim, percebemos, perplexos, que esta EPPC apresentou rentabilidade negativa não explicada pela Fundação de 7,44% em 2002, o que pode indicar a existência de problemas também neste item. A PRECE apresenta, em sua nota à imprensa, a evolução do saldo de sua carteira de ações de 2001 a 2005, qualquer calouro do curso de economia--

(soa a campanha)

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): -- Sabe que os investimentos em ações operados na Bovespa, não guarda, repito, não guarda nenhuma relação com os investimentos em derivativos realizados na BM&F, fato analisados e discutido no relatório apresentado à CPMI. Analisando corretamente os fatos apresentados pela CPMI constata-se que ao invés de um crescimento marginal da carteira de renda variável que inclui as operações na BOVESPA e na BM&F, esta EPPC poderia ter auferido um resultado positivo substancialmente superior, caso as operações na BM&F tivessem se realizado dentro da normalidade de mercado. Além disso, de forma tendenciosa, a nota publicada pela PRECE estabelece como parâmetro de comparação com os resultados dos trabalhos da CPMI o saldo total de investimentos nas datas de encerramento do exercício. No entanto, esta EPPC tem ciência de que o parâmetro mais adequado para a comparação é o volume de recursos movimentados nessas operações, uma vez que o universo de análise abrangeu as movimentações de investimentos realizadas exclusivamente na BM&F e não os saldos apurados ao final do exercício, conforme a nota apresentada pela PRECE. Muito ajudaria a compreensão de todos se esta EPPC revelasse os valores por ela movimentados que seriam, certamente, múltiplas vezes superiores aos saldos de final de ano. Ademais, e para surpresa de todos, a PRECE afirma textualmente, em sua nota, não ter qualquer responsabilidade sobre a gestão dos fundos exclusivos que estão, evidentemente, delegadas às administrações a terceiros. Ora,

o que nos causa maior perplexidade é a diretoria da PRECE eximir-se de qualquer responsabilidade sobre o patrimônio dos seus associados, fugindo claramente das suas obrigações legais e estatutárias. Nos perguntamos de quem deve ser a responsabilidade, quem deve ser responsabilizado pelas perdas auferidas por esses Fundos que penalizam os assistidos da Fundação. Por fim, vale a pena reafirmar que os impactos das perdas apuradas nas demonstrações contábeis, os exames sobre as operações da BOVESPA, os investimentos em títulos privados e imobiliários da Fundação bem como de todas as outras que estão sob exame da CPMI serão realizados na sequência do trabalho em curso. A conclusão inevitável é que a diretoria da PRECE pretende simplesmente confundir os cidadãos brasileiros e, principalmente, os seus assistidos com o propósito de encobrir as flagrantes irregularidades ou de atenuar a evidente má gestão deste fundo. Brasília sete de dezembro de 2005.” Sr. Presidente, eu dou conhecimento público a esta CPMI porque é uma nota de conteúdo técnico, que não desce aos adjetivos de natureza política que foram levantados pela própria Fundação e eu quero reafirmar que toda e qualquer contestação que seja feita ao relatório apresentado por esta sub-relatoria terá a sua contra-argumentação. Fui informado de que a PETROS vai, às 16 horas do dia de hoje, prestar uma coletiva à imprensa. Quero pedir aos nobres companheiros da imprensa que fiquem atentos porque tão logo a PETROS se pronuncie eu estarei aqui à disposição para contra argumentar e para rebater qualquer questionamento que seja feito sobre as conclusões a que chegamos. Tenho absoluta convicção da precisão dos dados e sustentarei esta precisão até o fim. Muito obrigado, sr. Presidente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pela ordem, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado ACM Neto. Eu gostaria de registrar a forma como os trabalhos da sub-relatoria de Fundos de Pensão, como é que esses trabalhos estão sendo desenvolvidos. Foi muito clara aqui na exposição de V.Exa., que as informações apresentadas são informações ainda iniciais, e V.Exa. fez questão de fazer esse registro com muita clareza, mostrando o grande trabalho ainda a se desenvolver nessas investigações. É importante também registrar que os dados todos utilizados por V.Exa., pela assessoria técnica da CPI são informações baseadas nas quebras de sigilo, portanto, informações absolutamente concretas e entendo que a CPI, em função desse trabalho que tem procurado ser isento, quer dizer, não, não direcio-

nando qualquer tipo de crítica a qualquer, a qualquer gestor e de qualquer governo. Eu acho que a despeito de ser um tema bastante árido, um tema difícil de ser tratado, eu entendo que a CPMI dos CORREIOS, ela caminha com serenidade, com passos firmes e absolutamente aberta ao contraditório. E assim como nós somos abertos ao contraditório, nós também temos toda a legitimidade no sentido inclusive de responder a determinados comentários que são feitos. Até porque, o nosso trabalho é transparente, acompanhado permanentemente por toda a imprensa nacional, portanto, nós, com serenidade, tenho absoluta certeza, vamos apresentar os resultados que a sociedade brasileira espera. Não só da Sub-relatoria dos Fundos de Pensão como também das demais sub-relatorias. Eu vou passar a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio rapidamente e depois--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- E depois, o Relator quer fazer um registro, já havia solicitado, Deputado, e aí eu passarei a palavra para o Deputado Eduardo Paes, depois, que solicitou primeiro--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu abro mão em nome do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- Então, por uma questão de generosidade e elegância do Deputado Eduardo Paes, ele abre mão para o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Depois eu vou dar a palavra para o Deputado Eduardo Paes e vou chamar o sr. Carlos Alberto Sanches Godinho. Nós vamos começar pela oitiva, até porque nós temos requerimentos que exigem votação nominal e, portanto, nós, para que nós aceleremos os trabalhos, nós vamos chamar o sr. Godinho antes.

>> Sr. Presidente, o senhor podia pedir para a secretaria da Comissão ir ligando para os parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A secretaria da Comissão, eficiente como é, já está ligando há vários minutos aos parlamentares para que os parlamentares aqui, hoje mais uma vez, o que não é novidade, nós estamos, nós começamos com a sessão do Senado já às 10 horas da manhã, comissões funcionando, temos um culto religioso hoje no salão negro, portanto é... isso é uma, isso normalmente acontece, principalmente em função do final do ano não só aqui no Senado mas na Câmara dos Deputados e na vida de cada um dos brasileiros. O final do ano vai agitando ainda mais as nossas agendas complicadas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Destacar, sr. Presidente, o nosso Relator Deputado Osmar Serraglio que é talvez um dos mais religiosos aqui que abriu mão de estar no culto religioso para estar aqui conosco nessa manhã.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Amém.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com absoluta certeza. Mas acredito que já tenha passado, como é rotineiro na Catedral de Brasília.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Todo dia, sr. Presidente, às sete horas, quem quiser encontrar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sou um cidadão abençoado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com palavra, o Relator Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, apenas para um registro tal qual fez o eminente Deputado ACM Neto, que eu entendo que eu deva proceder. Ontem, nós tivemos um encontro com a Polícia Federal, o Delegado da Polícia Federal, Dr. Zampronha, estava comigo o Relator Adjunto, Deputado Eduardo Paes, onde nós tecemos considerações sobre a forma como vem sendo procedida a investigação. Eu presto essas informações porque eu sei que de alguma forma quando me manifesto isso repercute como sendo, nem sempre o é, mas como se fosse a tradução da vontade da CPMI. Tenho consciência da responsabilidade que eu tenho, que me cabe, ao me manifestar e por isso eu penso que tenho sido bastante comedido, muito embora, às vezes, alguma palavra da gente seja ampliada e traduzida de forma a dar uma repercussão que não é proposital. Mas ontem, eu, e nessa conversação, nós refletimos sobre a eventual necessidade da prisão de Marcos Valério e depois fomos desautorizados, de alguma forma, até pela autoridade que tem competência, não entro nesse mérito porque esse juízo, efetivamente, cabe ao Ministério Público, mas apenas quero traduzir à população e, acima de tudo, ao plenário, de que não houve, por parte deste parlamentar nenhuma intenção de *flash* ou de mídia, ou de disparar armas contra ninguém nem prender ninguém. O que nós fizemos é que nós trabalhamos a quatro mãos, com Polícia Federal, Ministério Público, Controladoria e nós. Recebemos da Polícia Federal um laudo técnico que foi elaborado agora, em 29 de novembro, em cujo laudo eu apenas vou trazer a lume algumas referências que constam para se perceber o que está acontecendo enquanto conduta do

sr. Marcos Valério e daí porque nós refletimos sobre a possibilidade de prisão. Porque para quem entende de processo penal sabe que a prisão preventiva é uma prisão, é uma medida severa, drástica e por isso mesmo, por atingir a liberdade do cidadão, é cercada de requisitos, de exigências, de parâmetros que permitam a própria autoridade judicial fazer incidir senão dentro de um perfil de um quadro que esteja adequado a prefiguração que o Código disciplina. Pois bem, neste laudo consta, constam as seguintes passagens, uma delas: “Entretanto, durante os exames foi possível constatar nova tentativa de induzir as autoridades a erro, uma vez que essa prestação de contas, entre aspas, não considerou sequer,” aí vem uma lista de coisas que não foram consideradas e portanto, tentativa de induzir a erros. Mas, o essencial na, parte final do laudo, este laudo, insisto, é do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal, ao final diz o seguinte: “Os trabalhos periciais têm sido dificultados pelas constantes alterações na documentação e registros contábeis que o Grupo vem apresentando aos órgãos de investigação. Isso tem dificultado o rastreamento da origem e do destino dos recursos”. E mais à frente: “Dessa forma é dever dos peritos ressaltar as autoridades – bá, bá, bá – as análises e os resultados periciais futuros podem ser afetados de maneira que a verdade dos fatos não transpareça”. A autoridade policial, a Polícia Federal está dizendo que é possível que nós cheguemos ao final sem a verdade por quê? Porque está encontrando dificuldades que elas são aqui documentadas. Notas fiscais falsas, carimbos produzidos, assinaturas de servidores, duas contabilidades, ainda assim, a última que seria a reparadora, a retificadora, com novas inconsistências. A nota fiscal da ELETRONORTE de doze milhões em nenhuma das duas contabilidades inseridas, quer dizer, é uma barca funda que vem, efetivamente, sendo construída de forma a lamentavelmente, de alguma maneira, dar consistência ao meu temor da impunidade. Por que o meu temor da impunidade? Porque para quem sabe dos meandros em que esses processos são examinados quando são vários os fatos que são invocados e a justiça por si só já é lenta, imagina-se quando tiver que enfrentar todos esses casos, todos eles de alguma forma imbricados e que por causa de uma testemunha, de um daqueles fatos tem que parar tudo até se ouvir aquela numa precatória, sabe Deus aonde. E aí a Justiça, realmente, não se concretiza não se realiza. Então não foi uma elucubração do Relator. Eu penso que, e tive o cuidado também de trocar idéias com colegas que, de alguma forma, me deram o respaldo no sentido de que não foi uma precipitação deste Relator, ao contrário, ele veio oferecer a força da CPI e da CPMI,

as dificuldades que a Polícia Federal vem encontrando e que traduzem a urgência, necessidade de alguma providência sem o que nós não chegaremos a verdade dos fatos. Obrigado, sr. Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Osmar Serraglio.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, eu acolho com satisfação a explicação do nobre Relator, Deputado Osmar Serraglio, mas eu peço vênica para discordar parcialmente de V.Exa. eu acho que essa decisão tinha que ser do plenário da CPI, não podia ser do senhor e de mais alguns parlamentares. Eu acho que as notícias de hoje dizem que a CPI pediu e V.Exa. sabe que a CPI não pediu. Foi uma decisão sua e de mais alguns parlamentares. Isso não é certo, Senador Delcídio Amaral.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Me permite esclarecer.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): À vontade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A CPI não pediu, isso pode ter sido traduzido pela imprensa como um pedido. Até porque--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Na verdade, Relator, na verdade--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): -- Se nós fôssemos pedir nós não pediríamos a Polícia Federal, nós pediríamos ao Ministério Público.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): -- Nós temos várias versões, a versão é que a CPMI pediu.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas, é por isso que eu estou esclarecendo, porque eu tenho conhecimento que isso se faz ao Ministério Público.--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ontem, nós estivemos aqui o dia inteiro reunidos e V.Exa. teria tido a oportunidade de pedir o respaldo do plenário. Eu lhe daria o respaldo. Eu lhe daria. Mas acho que não se pode tomar a decisão, por maior que seja a importância de V.Exa., sem o respaldo da Comissão. Fosse o Presidente que fizesse isso eu teria feito a mesma crítica, com todo o respeito e toda a lealdade.

de. Eu acho que tem que ser o plenário que tem que decidir. Até porque eu acho que nesse caso, depois do episódio COTEMINAS, devia ser pedido também do Delúbio e não apenas do Marcos Valério. Por que não se pede a quebra de sigilo da COTEMINAS? Porque eu tenho informação que tem um outro pagamento igual a esse que não apareceu e ontem, Josué teve aqui e teria tido a oportunidade de falar para o senhor e para o Presidente, de um outro pagamento que ele também recebeu da mesma forma e ele não se antecipou. Então, está na hora da CPI quebrar o sigilo da COTEMINAS que tem outro pagamento igual a esse recebido do Partido dos Trabalhadores, de caixa três também que não é de caixa dois como foi de Marcos Valério. E queria, com todo o respeito, sempre apoiei V.Exa. em tudo, nobre Relator, pedir que qualquer decisão seja do plenário da Comissão para ter o respaldo, até de se contrapor à manifestação do Procurador Geral que fez pouco caso da CPML. Eu acho que isso aqui dos CORREIOS e não a CPI de Pombo Correio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, me permite, eu tenho o maior respeito ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Só que eu não aceito a informação de que tenha tomado uma decisão. V.Sa. está passando a imagem de que eu tenha tomado uma decisão a despeito da vontade do plenário.--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só ler os jornais de hoje.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Tudo bem, V.Exa. não pode transferir a mim alguma informação de que os jornais tenham informado que eu tenha decidido. Nós conversamos com a Polícia Federal em cima desse assunto. Se nós fôssemos pedir, volto a dizer, se nós fôssemos pedir faríamos como o fizemos ao Ministério Público, não adianta fazer à Polícia Federal. Vai ela fazer ao Ministério Público.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O senhor ouviu a resposta do Antônio Fernando que estamos procurando o jornal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Por isso estou retrucando, acho que houve uma precipitação na resposta dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, só para voltar um pouco esse tema, Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu fui testemunha do que se passou na reunião e das declarações do Relator Osmar Serraglio.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu também queria ser testemunha, sou membro como V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só vou, então vou dizer a V.Exa. o Deputado Osmar Serraglio, na conversa com o Dr. Zampronha, Dr. Zampronha informou que entendia que já dispunha de elementos suficientes para pedir a prisão do sr. Marcos Valério.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ele que pedisse sem envolver a CPML.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): V.Exa. vai me permitir avançar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Que teria condições de pedir a prisão do sr. Marcos Valério, elementos, e também do sr. Delúbio Soares, mas essa era a partir de elementos que ele dispunha ali. Mas que ia analisar, estudar e tomar as providências. O Relator, ao sair do encontro, comunicou à imprensa disso, não disse que era a CPI que ia pedir a prisão, a CPI para pedir a prisão tem que trazer aqui para o plenário e aprovar algum requerimento nesse sentido e não seria a Polícia Federal, como disse bem o Relator, seria ao Ministério Público. Agora, eu acho, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Deputado Eduardo Paes, o senhor é mediático, o senhor viu o que a imprensa disse hoje.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo o Deputado Eduardo Paes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O que eu acho que é relevante nesse processo, Deputado Arnaldo. O que é relevante e o que é grave nessa questão toda é como o Procurador Geral da República reagiu a uma notícia. É inaceitável, mesmo que o Relator tivesse dito, e aí vamos, eu peço a V.Exa. que me permita concluir. Mesmo que o Relator tivesse dito: "Vou pedir a prisão do sr. Marcos Valério," mesmo que ele tivesse dito isso, o Procurador Geral da República não tinha o direito, primeiro, de a partir de notícias, manifestar uma opinião que parece um pouco pré-concebida para blindar aqueles que são os principais investigados ou o principal investigado desse processo. As, os maledicentes já poderia até afirmar que o Procurador Geral da República parece que tem uma tendência natural a proteger essas figuras que, de fato, obstrui as investigações e o Depu-

tado Osmar Serraglio, através da leitura do relatório da Polícia Federal mostrou muito claramente que ele está obstruindo essas investigações. Não é admissível que o Procurador Geral da República se refira à CPI conteste a CPI na forma que contestou, usando, utilizando-se de expressões que utilizou.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sem que a CPI tenha decidido.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sem que a CPI tenha decidido e muito menos, mesmo que a CPI tivesse decidido ele não pode estar aí emitindo opiniões sem saber as razões da manifestação da CPI, portanto, eu acho que esse registro é importante, esse registro que é o relevante aqui Deputado Arnaldo Faria de Sá. Acho que a sua cobrança é importante, mas eu ajudo a fazer o esclarecimento do Relator e acho que o relevante nesse processo é que o Relator, que o Procurador Geral da República não tem o direito, sob pena de as pessoas começarem a desconfiar, como já ouvi aqui hoje, alguns falando, de que ele está, na verdade, agindo quase como um engavetador. Aliás, eu quero trazer mais uma informação aqui. O Ministério Público tinha essa informação da COTEMINAS desde agosto, o Procurador Geral da República tinha essa informação, do depósito de um milhão. Desde agosto, o Procurador Geral da República sabia desse depósito de um milhão de reais e a CPI não recebeu qualquer informação a esse respeito, nós fomos saber isso pela imprensa, no último domingo, através da notícia veiculada. O que é fato gravíssimo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só que para cobrar o Procurador tem que cobrar o Ministro da Justiça também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou resumir as inserções, as falas, porque nós vamos começar os trabalhos.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr. Presidente, então vou ser resumido.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V.Exa. permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, Deputado Silvio Torres. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho, Senador, V.Exa. tem razão, o Procurador não pode se manifestar se ele vai ser o poder decisório. Então, ele não tem que se antecipar àquilo que ele não tem conhecimento em tese. Mas o correto foi praticamente o que aconteceu com o Senador Osmar Serraglio e o Delegado. Se o Delegado requisita a prisão preventiva de um envolvido já com provas de que ele vai responder ao processo pela prática de crime comprovada,

ele requer é ao Juiz. E o Juiz da vistas ao Ministério Público para ver se concorda ou não. Agora o Promotor, eu pergunto a V.Exa., se não há um Promotor designado, requerido pela CPI para acompanhar os trabalhos como tem um Delegado. Porque eu acho que seria conveniente botar um Promotor aqui para acompanhar de perto e ser o intermediário naquilo que for importante para a CPI. Não sei, é um critério que eu, várias CPIs das quais eu participei tinham um membro do Ministério Público. Não sei se isso seria conveniente ou não, mas eu acho que... agora pedir prisão o Zampronha, é repetir o que ele já fez e foi negado. Só que hoje tem, pegaram um monte de gente aí por falsificação de uma nota fria, de um documento frio, o cara fez oitenta mil, do conhecimento da CPI, por um laudo técnico da Polícia Federal. Então, o cara vai ficar trabalhando eternamente. Daqui a pouco cai do céu. Nunca vi Jesus fazer um milagre que jogue dinheiro do céu, Presidente. Isso eu desconheço. Já fiz curar gente, já vi salvar gente, mas cair dinheiro do céu, não tem jeito. Ele nunca vai fazer esse milagre.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Tuma, com a palavra o Deputado Onyx, depois Deputado Silvio Torres e eu vou encerrar para começar os trabalhos e concluir em função, fazer os comentários necessários em função do que foi aqui dito. Deputado Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sr. Presidente, eu quero só trazer à memória da CPI o fato de que nós já aprovamos aqui, em agosto, um requerimento de prisão preventiva do sr. Marcos Valério, isso foi votado no plenário dessa CPI, foi encaminhado e nós sabemos qual foi o desdobramento que teve, nenhum. Eu quero, exatamente; e outra coisa importante, que falou o Senador Tuma, tem muita gente que tem prisão preventiva decretada por adulteração de uma nota fiscal, nós apreendemos, naquela ida de uma Comissão da CPI a Belo Horizonte, seis caixas, a estimativa do Ministério Público de Belo Horizonte, da Polícia Federal é de que no mínimo queimaram outras seis caixas naquele episódio de Belo Horizonte. Mas eu, isso era só, Presidente, para lembrar o que nós já havíamos feito dentro do que determina a lei e tivemos obstáculo do Procurador Geral de Justiça já naquela oportunidade. Eu quero só propor mais uma vez a V.Exa. o seguinte, na próxima semana, provavelmente, se encerre o ano legislativo. Há uma pendência se vai se estender até o Natal ou não. Queria sugerir que fosse entre os dias de atuação da CPI determinado um momento, sr. Presidente, aonde os parlamentares se reuniram com o Relator e os sub-relatores para que a gente fizesse aqui um repasse de todas as ações que nós tivemos, as conexões porque alguns fatos que a especificidade

do trabalho do Gustavo Fruet, do José Eduardo Cardozo, do Relator, do ACM Neto, daqui a pouco numa confrontação conjunta nós vamos lembrar de fatos ou evidências que, às vezes, podem passar despercebido. Acho que valeria à pena inclusive, para a gente poder sugerir aos técnicos da comissão que recuperassem algumas dessas linhas investigativas ao longo do breve recesso que vai haver, para que quando nós retornássemos no início de janeiro a gente poderia já dar curso então a essa análise, que o Relator poderia apreciar do que tem cada um de memória sobre aquilo que nós vivemos nos últimos seis meses. Eu acho que seria um momento interessante e valioso na continuidade do nosso trabalho. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Onyx. Deputado Silvio Torres e, excepcionalmente... Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Deputado Silvio Torres excepcionalmente, ou excepcionalmente mais alguém?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli vai falar? Vai falar mais alguém. Não. Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr. Presidente, nós todos somos testemunhas da atuação comedida e cautelosa do nosso Relator Osmar Serraglio. E todo o tempo em que foi, desenvolveu as suas atividades, ele sempre se pautou por não se precipitar, muitas vezes foi criticado até por, por demorar, segundo algumas pessoas, a tomar algumas iniciativas. Este episódio que ele esclarece muito bem, foi um episódio decorrente de uma iniciativa que ele tinha que tomar, era muito óbvio que diante do que estava tomando conhecimento que promovesse alguma ação. Agora, a repercussão do episódio, as suas conseqüências, eu acho que obrigam a essa CPI a tomar uma, a ter uma posição oficial como cobrou o Deputado Arnaldo Faria de Sá, especialmente, aqui eu quero pedir vênua a V.Exa., especialmente do Presidente da CPI porque o Procurador Geral fez uma manifestação que pode inclusive ter não sei se a idéia, de enfraquecer as nossas providências e as nossas ações. Essa é a ponderação que eu queria fazer com V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Silvio Torres e para concluir os pela ordem, os contra ordem, os sem ordem, o Deputado Pompeo de Mattos, e aí, eu vou fazer alguns comentários e já vou chamar o sr. Godinho que será a pessoa ouvida hoje pela CPI dos CORREIOS.

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS (PDT-RS): Muito obrigado, Presidente Delcídio Amaral. Eu agra-

deço a generosidade de V.Exa. e quero, num minuto, deixar aqui uma afirmação que eu considero importante diante desse fato que é relevante especialmente no que diz respeito à repercussão na população brasileira. E hoje de manhã fui questionado muitas vezes sobre essa questão do pedido de prisão do Marcos Valério, da recusa por parte do Procurador Geral e da postura do posicionamento da CPI, da CPMI, a partir daí. Enfim, o sentimento de indignação da população. E eu não tenho dúvida que a população está percebendo muito claramente que a CPI está interessada não só em investigar mas como *agudizar* as investigações e mais do que isso, abrir caminhos. E nessa abertura de caminho, pressupõe sim um pedido de prisão do sr. Marcos Valério que já queimou documentos, as televisões mostraram muito claramente para todo o país há mais tempo, nós constatamos pessoalmente as queima, isso chama queima de arquivo, literalmente queima de provas, não existe coisa mais grave no inquérito do que isso. Então, a CPI, a partir daí, tomou essa postura, mas agora se agravou essa posição na medida em que se descobriram dezenas, centenas de notas falsas, notas calçadas, notas desviadas, enfim, que lesam o fisco, que servem para sustentar caixa dois, que servem para desviar recursos, desviar dinheiro, enfim. Então, mais uma razão objetiva para pedir a prisão do sr. Marcos Valério. Então, a CPI está com a razão, a população está vendo que a CPI está interessada e o sr. Procurador, lamento, mas vai ter que rever a sua posição. Acho que há aqui um embate político sim, mas ele é também técnico. Politicamente a CPI tem razão. E tecnicamente, os documentos sustentam a posição que a CPI está assumindo no sentido de afirmar e infirmar a necessidade da prisão do sr. Marcos Valério para que as investigações possam evoluir satisfatoriamente. É a minha contribuição, Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Um esclarecimento, um pedido de esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pois não, Deputado Jamil Murad.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Eu queria saber de V.Exa., sr. Presidente Senador Delcídio Amaral, se aquelas informações do Daniel Dantas, no computador que está na mão da Polícia Federal, mas ele ganhou uma liminar e impede que nós tenhamos acesso às informações, elas são fundamentais porque ele dominou a BRASIL TELECOM por muito tempo, não é, tinha repercussão, tinha relações com Marcos Valério, fez contratos com Marcos Valério através da AMAZÔNIA CELULAR, TELEMIG CELULAR. E então não é algo à parte, tem tudo a ver com a CPI dos

CORREIOS, com as investigações. Agora, nós não estamos conseguindo. V.Exa. ficou de encaminhar novas informações para a Ministra Ellen Greice, eu gostaria de saber se essas novas informações já foram e qual é a resposta da Ministra Ellen Greice.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Jamil Murad, nós temos tido dificuldades, várias, não é só na questão do disco rígido também, mas na questão das movimentações financeiras no exterior. V.Exa. é testemunha de tudo aquilo que nós enfrentamos no sentido até de obter dados que as quebras de sigilo, quer dizer, legalmente aprovadas, nos possibilitariam e quanto tempo nós levamos. Nós fizemos, efetivamente, uma resposta em função dos comentários do STF com relação a essa questão e a nossa, os nossos argumentos estão sendo analisados pelo STF e nós estamos aguardando inclusive um posicionamento relativo a essa questão para dar sequência necessária. Como também estamos tomando outras providências não só junto ao STF em função das liminares, especialmente, especificamente as liminares associadas às quebras de sigilo de Corretoras como também trabalhando na questão das contas no exterior que, infelizmente, em função de um acordo entre países hoje o Ministério da Justiça detém essas informações, a Polícia Federal também, o Ministério Público, idem, essas denúncias começaram aqui e nós não obtivemos até agora nenhuma informação que nos ajudasse a desenvolver esses trabalhos. Esse é o dia-a-dia da CPI que apesar de todas as dificuldades caminha. Eu gostaria também--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Obrigado, Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente. Eu queria uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de registrar também que o Deputado Osmar Serraglio me encaminhou aqui um requerimento pedindo a retirada de dois requerimentos da autoria do Relator do Deputado Osmar Serraglio de número 1574, 1575 e 1576 de 2005, emitidos em sete de dezembro de 2005. Eu gostaria também de registrar e fazer alguns comentários sobre essas ponderações que foram feitas pelo Relator e pelos parlamentares da CPMI dos CORREIOS. Nós, com certeza-- (soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- Nós, com certeza, temos procurado fazer as investigações com cautela, com determinação, com prudência. E quando ocorrem desvios, nós procuramos sempre retomar o equilíbrio, apesar de uma CPI e principalmente de uma CPI como a CPI dos CORREIOS também, efetivamente, ser um palco

de política, de enfrentamento, de disputa. Isso é natural. Eu gostaria de deixar registrado aqui os últimos acontecimentos e entendo que posições, e isso já foi discutido anteriormente, mas nós temos que nos disciplinar para que posições públicas do Presidente ou do Relator, ou de sub-relatores, elas precisam mais do que nunca, especialmente do Presidente e do Relator, elas têm que ser respaldadas pela CPI. Isso é absolutamente fundamental. E lógico e óbvio também, evidentemente, nesse tiroteio que nós vivemos, muitas vezes opiniões são emitidas mas não necessariamente opiniões que correspondem aquilo que a CPI dos CORREIOS entende, os parlamentares da CPI dos CORREIOS compreendem daquela maneira como eventualmente o próprio Presidente ou o próprio Relator, ou os sub-relatores se posicionam. Nós vamos buscar efetivamente atender a uma disciplina interna clara, lógica, exatamente para não colaborar para qualquer tipo de divergência e, especialmente, divergências com o Poder Judiciário. Eu tenho tido muito cuidado como Presidente de evitar essas disputas com o Poder Judiciário porque isso não constrói nada, nós temos é que buscar uma articulação competente com o Poder Judiciário, temos que buscar uma articulação competente com a Polícia Federal, com o Departamento de Recuperações de Ativos e com o Ministério Público, especialmente. Então, eu entendo o posicionamento do Deputado Osmar Serraglio, mas é um posicionamento pessoal, não representa o posicionamento da CPI dos CORREIOS, como ele bem disse aqui, até porque, qualquer indiciamento ele tem que ser levado ao plenário da CPI para que a CPI assuma uma posição formal, uma posição oficial. Eu quero deixar registrado que nós vamos nos disciplinar para que esses acontecimentos não ocorram. O Procurador da República, ele só pode emitir qualquer opinião quando instado oficialmente e quando de posse inclusive de muitas informações que acredito que o Ministério Público não tenha, não detenha. Talvez com a complexidade e com a amplitude da CPMI dos CORREIOS. Isso é importante. Isso vai exigir disciplina nossa, principalmente agora numa fase em que nós estamos de conclusão, de encaminhamento das principais conclusões da CPMI dos CORREIOS por suas sub-relatorias e pelo seu Relator. Eu gostaria também de deixar aqui, enfocar muito claramente e à luz do que alguns parlamentares aqui falaram, nós vamos apresentar, discutindo previamente, nós vamos apresentar quase que uma prestação de contas de um relatório do ano e que possivelmente será apresentado não na próxima semana mas, na última semana até porque tudo indica que nós vamos discutir orçamento até dia 23 de dezembro. Palavras da oposição, mas eu sou otimista e acredito que vamos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela oposição não votaremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acredito que vamos aprovar como sempre fizemos até o dia 23 de dezembro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. está muito otimista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então nós vamos deixar para a última semana de trabalho essa apresentação. É uma apresentação que será importante, detalhada, exata nos fatos que serão apresentados e, portanto, quase que uma, um encaminhamento definitivo das principais conclusões da CPI. Eu não estou falando isso de uma maneira ampla porque alguns assuntos ainda estão em fase de maturação, mas outros assuntos que se iniciaram com a CPI já têm hoje provas absolutamente contundentes e que vão argumentar efetivamente uma série de iniciativas a serem tomadas pela CPI dos CORREIOS como um todo. Então, é isso que eu quero deixar bem claro a todos os parlamentares, a V.Exas., o cuidado que nós vamos ter, mais do que nunca, no sentido de não criar qualquer tipo de polêmica. Nós não estamos mais no momento de apresentar conclusões e a sociedade brasileira quer isso. Nós já tivemos momentos muito intensos de enfrentamento político, momentos muito intensos de enfrentamento com instituições do governo, com o Poder Judiciário, agora é hora de apresentar resultados e é esse o foco que nós vamos, e eu como Presidente, vou assumir esse compromisso público que eu não tenho dúvida nenhuma que a CPI dos CORREIOS apresentará resultados, ao contrário de muitas pessoas que apostaram que ela, efetivamente, se perderia como outros CPIs se perderam ou no debate político ou na parcialidade ou, eventualmente, em função de intenções pouco, pouco republicanas de alguns parlamentares. Então, eu quero deixar esse registro que é importante, em função desses fatos acontecidos e a hora é de cautela, prudência e canja de galinha não faz mal para ninguém. Então nós temos que conduzir as coisas com absoluto cuidado, para não criar nenhum tipo de marola num momento importante para a CPI. Portanto, uma vez, uma vez concluída essa--

(risos)

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Questão de ordem, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- Uma vez concluída essa minha--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): -- Essa minha fala.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá, questão de ordem.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, nós recebemos a pauta de hoje, a pauta de hoje de oitiva do sr. Carlos Roberto Sanches Godinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): V.Exa. acabou de anunciar que ao ser atingido o *quorum* iria apreciar requerimentos. Eu lembro que o artigo 33 do Regimento Comum impede a apreciação de requerimento que não está na pauta da sessão de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós daremos início aos nossos trabalhos começando pelo sr. Carlos Alberto Godinho. Sr. Carlos Alberto Godinho fará o seu depoimento como testemunha e eu peço que o sr. Carlos Alberto--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o senhor me permite só--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive eu vou pedir um pouco, uns minutinhos de paciência de V.Exa. por conta da questão que eu quero trazer à apreciação desta CPI e inclusive solicitar providências. Desde ontem eu estou respondendo a imprensa do meu Estado por conta de documentos que teriam sido enviados a esta CPI ou entregues ao Relator, Deputado Serraglio, da parte de um Procurador da República que atua lá no meu Estado. Estes documentos até agora eu não tenho ciência na, CPI não está, não chegou. Fui informada agora, queria até que o Deputado Serraglio pudesse especificar porque parece que chegou agora pela manhã no seu gabinete, certo?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Exatamente, ontem a Senadora me abordou sobre se eu teria recebido documentos. Não recebi. Agora pela manhã o meu gabinete me informou que chegou material, que eu também não sei. Vou receber agora--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não sabe nem o que é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): -- Vou receber agora, V.Exa. pode

até acompanhar o recebimento que vai ser agora nesse instante, não sei nem o conteúdo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, mas o que eu quero deixar aqui registrado, sr. Presidente, é que eu estou desde ontem respondendo pela imprensa a respeito de documentos que teriam chegado, sobre os quais eu não tenho inclusive qualquer ciência nos termos, não é, tenho respondido pelos termos que foram colocados tanto na imprensa escrita quanto falada lá no Estado. A Manchete, só para ter uma idéia, do DIÁRIO CATARINENSE, que V.Exa. por ser uma pessoa que conhece o Estado sabe da repercussão, a Manchete é nada mais nada menos: “Ideli Salvatti pode ser convocada pela CPI dos CORREIOS” e daí vai, e daí vai?

>> V.Exa. é que convoca.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não, mas aqui agora eu posso ser convocada. Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema de ser convocada, nenhum, nenhum. Até já teve outras situações, eu já disse que até faria muito gosto de sentar naquela cadeira para responder por mim e por vários, não é? É, pois é, sou convocada para fazer presença. Mas, como o patrocinador da situação na imprensa, ele é reincidente, é o Procurador, Dr. Celso Três, eu quero deixar aqui registrado o seguinte: Primeiro, quando começou esse procedimento de plantar notinhas na imprensa referente aos meus bens, aquelas, aos meus trabalhos, a forma como eu divulguei trabalhos de mandato e etc e tal, quando começou a serem plantadas esse tipo de notinhas eu encaminhei ao Procurador Geral da República, no dia 12 de agosto um relatório colocando de forma muito clara o que estava acontecendo, as notinhas e colocando ao Procurador o seguinte: “Se o Dr. Celso Três que tem a obrigação constitucional de investigar entender que há qualquer ato merecedor de investigação referente a minha pessoa, minha atuação política, os meus bens, as minhas maneiras de me comportar no Estado ou fora dele, ele que me processe e que eu possa responder na Justiça nos autos, não pela imprensa.” Como ele continuou plantando notinhas, no dia 24 de agosto eu novamente levei ao conhecimento do Procurador Geral da República. Posteriormente a esta minha segunda iniciativa junto ao Procurador, eu fui comunicada pelo sr. Celso Três nos seguintes termos: “Honrado em cumprimentá-la – isso no dia 23 de agosto – honrado em cumprimentá-la, respeitosamente, grifado, atendendo o pedido de V.Exa. ao excelentíssimo sr. Procurador Geral da República, doutor Antônio Fernandes Barros e Silva e Souza envio-lhe cópia do Inquérito Civil Público, concernente a publicidade pessoal relativa a duplicação da Rodovia BR-101 Sul, veiculada por V.Exa. às conside-

rações que entenda pertinentes sobre a matéria”. Me encaminhou cópia de um inquérito que originalmente era uma investigação que vinha fazendo a respeito da não duplicação--

(soa a campainha)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- Das mortes na BR-101 e que depois, posteriormente, era um inquérito que ele já vinha há vários anos, ele vinha processando, que ele colocou a história dos *outdoors* que eu veiculei no Estado, inclusive alguns deles em parceria com o Deputado Jorge Bueno. E friso, friso as considerações que entenda pertinentes sobre a matéria. Portanto, eu não sou autuada, eu não sou, não estou aqui neste inquérito como réu. O réu no inquérito é a União, é o DNIT, é a questão da não duplicação, das mortes etc e tal. Como isto aqui era absolutamente vago, eu já assessorada pelos meus advogados pedi ao sr. Celso Três que fosse explícito, do que eu sou acusada, qual é o prazo. E ele, novamente, me respondeu, daí no dia 27 de setembro, de forma absolutamente aberta. “Enviando os autos, a manifestação que entenda devida, sendo inusitado o óbice de não ter sido assinado o prazo, sabido que vossas razões poderão ser trazidas a qualquer tempo enquanto correr a instrução.” Novamente eu dei ciência ao Procurador Geral da República. Portanto, o Procurador Celso Três volta a repetir o procedimento absolutamente ilegítimo, inadequado, indevido a um Procurador da República que faz o debate pela imprensa, aonde eu tenho que ficar me defendendo pela imprensa, sem estar sendo acusada oficialmente, sem ter processo onde eu esteja colocada como ré. Eu não sei efetivamente do que sou acusada para poder me defender nos autos. Não há nenhuma notificação. E portanto, sr. Presidente, sr. Relator, eu vou encaminhar até as últimas consequências como já fiz com o sr. Roberto Jefferson. Até porque tentei evitar a polêmica pública, tentei evitar, quando eu dei ciência ao Procurador em três ocasiões foi no sentido de que havendo elementos me processe e eu me defendo. Não quero fazê-lo pela imprensa, não quero, não é correto fazer isso pela imprensa. Como ele repetiu; eu preciso de um documento oficial de que os documentos só chegaram agora, que eu, de novo, fui submetida a um constrangimento pela imprensa sem que eu tivesse qualquer ciência do que eu estou sendo acusada. Isso para mim é muito importante. Porque eu vou representar na Corregedoria do Ministério Público contra o sr. Celso Três. Eu vou recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público. Eu vou entrar com ações judiciais, primeiro o pedido de explicação e na decorrência, vou entrar com a ação crime contra a honra e as medidas judiciais decorrentes disto. Porque é inadmissível que nós tenhamos esse tipo de procedimento. Porque eu

me coloquei à disposição. Eu fiz tudo o que fosse para que pudesse ter o procedimento legal e adequado. E o doutor Celso Três continua fazendo as questões desta forma. Não vou me pronunciar a respeito do que chegou porque nem sei. Obviamente, se a CPI entender que é parte do objeto e que é devido, entende, ou que tem cabimento a minha convocação, já quero colocar de forma muito clara que não tenho nenhum problema de sentar ali e responder o que for sobre qualquer ato da minha vida, até porque, sou a única pessoa neste país, provavelmente, não conheço outra, que levou o sr. Roberto Jefferson até o Supremo Tribunal Federal, ao qual ele não apresentou nenhuma prova daquilo que ele insinuou sobre a minha pessoa e eu dei entrada inclusive em ações de indenização por ter tido afetada a minha honra, não é, a minha imagem pública decorrente das questões que ele levantou. Vou fazer a mesma coisa com o sr. Celso Três. E deixo a liberdade total à CPI para avaliação dos documentos. Mas preciso hoje, Presidente, deste documento, até para poder me defender lá no Estado, de dizer que ele fez pela quarta vez ele fez o debate pela imprensa e não pelas formas legais e devidas que ele, como Procurador da República tem a obrigação de fazer. Ele tem a obrigação de investigar mas ele tem a obrigação de fazer isto dentro da legalidade, no processo, me dando o direito de, em primeiro lugar, saber do que eu sou acusada e, em segundo lugar, me dando o direito de defesa nos autos e não na imprensa. Então, sr. Presidente, eu queria até assim, pedir desculpas por ter me estendido, mas todos aqui sabem que eu não preciso dizer o porquê que isto acontece. O porquê que isto acontece. E acontece exatamente em determinadas épocas, em determinadas situações, não é? Foi trazido para cá um processo da CONSTRUTORA ESPAÇO ABERTO, no depoimento ficou claro que se teve qualquer vinculação político partidária o financiamento foi inclusive para pessoas do PFL, ficou aqui claro. Saiu esta semana inclusive, Deputado Serraglio, o Tribunal de Contas da União convalidou totalmente, reconheceu como correto lá os preços, mas trouxeram a questão do ESPAÇO ABERTO aqui para esta CPI e ficou muito claro que era para tentar me atingir. Todo mundo sabia disso. Todo mundo sabia. Veio aqui, apresentou os dados. O Tribunal de Contas inclusive agora já convalidou. Eu tive a minha vida devassada. O Senador Delcídio sabe porque conhece, devassada, tudo, tudo da minha vida, até as minhas cirurgias, tudo, até o meu acidente de campanha foi devassada. Teve situação de mais de dois meses, permanentemente, de investigação em todos os lugares. Fazer plantão, entende, na porta da residência do meu filho, na questão de *e-mails* e ameaças para a minha filha, para a minha nora, para

o meu filho. Tudo isso eu já passei. Não tenho problema. Não tenho problema. E esse aqui vai ser mais um que eu vou superar com certeza e tranquilidade. Então eu preciso, sr. Presidente, com certeza, do documento porque aí é questão da minha honra e de um procedimento absolutamente inadequado de um Procurador da República que, volto a dizer, tem o direito de investigar, mas tem que fazê-lo na legalidade e não se utilizando de mecanismos como esse de vira e mexe plantar coisa na imprensa para me atingir, e faz isso lá no Estado, certo? A gente sabe porque que quando quer atingir faz no Estado, na base da gente, na base. Então era isso, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Sr. Presidente eu peço a palavra a V.Exa. muito rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, eu não tenho cópia, depois eu vou inclusive encaminhar à CPI também toda esta documentação que teve no procedimento aí que o doutor Celso Três fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Maurício Rands.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos William nós já estamos, praticamente todos os parlamentares falaram.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Eu sei o que senhor não vai me dar a palavra, eu já sabia, mas só estou pedindo a palavra porque é dentro deste assunto da Senadora Ideli e primeiro tenho um processo administrativo que eu gostaria, no mínimo três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Maurício Rands.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Serei bem sucinto, Presidente, não havia feito uso da palavra. Eu quero prestar a mais irrestrita solidariedade à Senadora Ideli Salvatti. Eu penso que sim, ela está sendo vítima de uma extrapolação de poderes. De abuso de poderes do órgão do Ministério Público lá no Estado de Santa Catarina. Isso não pode ser um comportamento atribuído ao conjunto do Ministério Público, mas daquele órgão que está atuando lá no Estado de Santa Catarina. Eu penso que os ataques estão sendo veiculados a Senadora Ideli Salvatti pela imprensa representam um atentado, uma violência, um desrespeito, uma tentativa de intimidação da sua atuação aqui na CPI, mas penso que esta tentativa de intimidação com danos graves, porque como a Sena-

dora disse, o palco utilizado, o instrumento utilizado está sendo o da imprensa e, sobretudo do Estado da Senadora Ideli Salvatti. Eu penso, sr. Presidente, que não está sendo vítima apenas a Senadora Ideli Salvatti, mas a Comissão Parlamentar Mista dos CORREIOS, o Congresso Nacional, o funcionamento das instituições democráticas. Então eu penso que nós devemos ter um posicionamento respeitoso do equilíbrio que deve haver entre as instituições, mas muito firme em solidariedade à Senadora Ideli Salvatti que está sendo atacada pelo mérito da sua atuação, de ser uma participante ativa desta CPI; empenhada em fazer as investigações e cumprir as atribuições regimentais e constitucionais desta Comissão, e, portanto, de todos os seus membros. Receba, Senadora Ideli Salvatti, a mais profunda, irrestrita solidariedade de nós, que somos membros, como V.Exa., desta CPMI e a solidariedade do meu partido, do Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero, Senadora Ideli, registrar também aqui a minha solidariedade como Presidente da CPMI dos CORREIOS. Tenho conhecimento desse assunto até porque conheço bem o Estado de V.Exa. isso é absolutamente inadmissível. Nós tomaremos as providências devidas hoje. Eu sei muito bem o impacto que esse veículo, que o veículo, o jornal DIÁRIO CATARINENSE, o que ele representa para a opinião pública do Estado de Santa Catarina. Sei do que V.Exa. passou nesses últimos meses. Tenho absoluta convicção e compartilhei com V.Exa. desse sofrimento em várias ocasiões, portanto, nós tomaremos as providências devidas e quero, absolutamente, registrar que não há nenhuma iniciativa da CPMI dos CORREIOS nesse sentido. Eu tomei conhecimento hoje de manhã doutora Cleide que veio manifestar a preocupação de V.Exa. com relação a esses documentos. Agora, o Deputado Osmar Serraglio me disse que recebeu pela manhã essas informações mas não há nenhuma iniciativa nesse sentido, no sentido de convocar V.Exa. para prestar qualquer tipo de esclarecimento com relação a esse assunto. V.Exa. tem uma postura ilibada e uma postura leal. Representa efetivamente uma liderança política que defende o governo e que honra o partido. E nós vamos responder hoje para que não haja nenhum tipo de dúvida com relação a essa questão.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Quero registrar a minha solidariedade, o meu apoio à Senadora Ideli e eu aprecio muito a postura da Senadora Ideli porque, para servir ao povo brasileiro nessa quadra que vivemos, Presidente Delcídio, nós precisamos ter coragem. Existe um movimento *a la Bush* onde as pessoas são condenadas antes de qualquer prova. A opinião pública mundial tem visto pessoas que são

libertadas depois de meses ou anos de prisão sem dever nada, por ordem do Bush. E aqui no Brasil esse movimento está, ele tem adeptos. Esse movimento conservador, discricionário, fascistóide, ele tem adeptos. E, em nome da defesa da democracia, defesa do povo brasileiro, do progresso, da independência nacional, sempre surgiram parcelas da sociedade brasileira que saem na defesa independente do que lhe aconteça. Viu, sr. Senador? Independente do que aconteça, eu fiz um pronunciamento esta semana na Câmara dos Deputados dizendo: “Nós temos que ser da primeira linha da defesa dos interesses nacionais e dos interesses do nosso povo, da democracia. Não podemos ficar sujeitos, não podemos enfiar a cabeça na areia não”. Temos que, ora, parece que tudo aqui no Brasil é provocada por um partido, por um governo, quer dizer, isso faz parte da luta dos que estão fora do poder tentar voltar. Mas tem limite. Tem limite. Agora, se não entende eu acho que se começou a tomar algumas medidas. Tem uma Deputada que falou que o Presidente era, não quero nem repetir a palavra que ela falou, está na Comissão de Ética, ela que responda se o Presidente é aquilo ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Jamil.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Entende? Então, esse problema de toma um tapa na cara e oferece a outra face para bater. Não. Temos as regras, ou nós vamos respeitar as regras ou também tem consequência para os dois lados senão fica uma perseguição sem fim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Carlos Willian, fechando.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro eu queria me solidarizar com a Senadora Ideli e dizer para ela o seguinte, o que V.Exa. está passando, eu também estou passando. Existe uma coluna na *internet* que desde o momento que eu solicitei embasado em relatórios do Tribunal de Contas da União, eu solicitei a quebra de sigilos bancários de algumas Corretoras e de alguns agentes de seguro, a partir deste momento o meu nome começou a sair na imprensa dizendo inclusive que a cúpula da CPMI está acompanhando de perto os meus trabalhos. Depois dizendo, ontem uma coluna, dizendo que eu estou na geladeira porque os meus trabalhos vão ser acompanhados de perto pelo Deputado Relator Osmar Serraglio. Então, sr. Presidente, eu gostaria... Então, sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exa. que eu aguardei com paciência até o presente momento a proteção dessa presidência, dessa sub-relatoria e dos membros dessa Comissão.

Até que os fatos fossem apurados ou analisados porque segundo parte pequena de uma coluna de *internet*, diz que há indícios dos meus trabalhos, existem supostas situações e que é que eu estou fazendo, sr. Presidente? Ontem eu procurei a Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados para tomar as providências jurídicas cabíveis para que minha honra não seja jogada no lixo. Segundo, eu quero pedir um apoio a esta CPMI que reuniões reservadas que nós tivemos com quatro, cinco membros, saiu na imprensa, *ipsis literis* da forma que foi colocada, e é uma reunião de portas fechadas. Eu acho que este jornalista tem interesse em defender Corretoras de Seguro, defender Seguradoras, mas eu não vou parar com o meu processo. Eu não vou parar com a forma que eu estou investigando. E eu entendo, sr. Presidente, que diante dessa CPMI não tem ninguém querendo defender ninguém. Os membros dessa CPMI muito bem dirigida por V.Exa. e relatada pelo Deputado Osmar Serraglio estão trabalhando diuturnamente, incansavelmente na busca das soluções das investigações que estão sendo feitas. Então, sr. Presidente, as medidas jurídicas estão sendo tomadas. Agora eu gostaria de aproveitar que o ponto da Senadora Ideli, se existe suspeita sobre o meu trabalho pela imprensa, por qualquer pessoa da população, ou por qualquer um membro dessa CPMI, que venha aqui e traga uma denúncia formal! O que não pode, sr. Presidente, é eu ficar de frente da minha esposa, há duas semanas atrás, onde um jornalista de uma televisão disse que o Relator da sub-comissão do IRB está sendo suspeito de achacamento. A minha esposa e os meus dois meninos gêmeos de dois anos e meio, não entendeu nada. Só viu que falou o nome do pai. A minha esposa que está grávida de dois anos quase que tem um aborto--

Dois anos.

(risos)

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

-- Então, sr. Presidente, os senhores, os senhores da assessoria e da imprensa podem estar rindo--

(soa a campanha)

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): -

- Mas, talvez é porque vocês não sabem o que é uma mulher ouvir na televisão, uma mulher grávida ouvir na televisão uma situação como essa. Então, sr. Presidente, eu estou desafiando aqui neste momento qualquer pessoa que tenha alguma suposição que traga por escrito esta CPMI. E a Procuradoria da Casa já está tomando as atitudes necessárias jurídicas em relação a algumas partes da imprensa que não são todas, nós devemos dizer que a imprensa faz um trabalho muito importante para esta Casa, é um braço do Parlamento, mas já está tomando a decisão. E outra coisa, sr.

Presidente, eu solicito a V.Exa. que os requerimentos aprovados de quebra de sigilo por este plenário embasado nos dados do Tribunal de Contas da União, as oitivas marcadas para esta Comissão já aprovadas por esta Comissão e já apresentada ao Senador Osmar Serraglio que está com um excesso de trabalho, está tomando as providências, que sejam marcadas o mais rápido possível, sr. Presidente, porque, senão, vai ser o contrário, eu nunca vi as pessoas querer apurar o que eu estou querendo fazer. Se eu estivesse defendendo A, ou B, poderia dizer que eu estaria com o trabalho suspeito, mas o que eu estou querendo é apurar, o que eu estou trazendo é nome. O que foi aprovado no plenário são pessoas condenadas já pelo Tribunal de Contas da União. Então eu solicito a V.Exa., encarecidamente, pela competência administrativa que V.Exa. tem, também o Deputado Osmar Serraglio, solicito que quando chegar este assunto a V.Exa., e se por um acaso já tiver chegado, que traga inclusive aqui para depor na CPMI para mostrar quem é. Quem é que eu fui, tentei achar. Traga a pessoa para vim aqui porque eles estão querendo, eu peço a atenção de só mais um minuto, que traga a esta CPMI as pessoas para poder provar, sr. Presidente, porque aí abre um processo contra mim e eu vou até perder o meu mandato, e eu vou para a Comissão de Ética. O que não pode é querer desestabilizar este trabalho desses requerimentos que foram aprovados e que estou sendo assessorado pelo Tribunal de Contas da União. Eu faço dois apelos a V.Exa., o primeiro é administrativo, para que nós possamos antecipar o mais rápido possível as oitivas dessas testemunhas, inclusive acompanhadas pelo nosso eminente Relator, Deputado Osmar Serraglio. Todas as oitivas que venham aqui em plenário para ser discutida com todo mundo. E o segundo, sr. Presidente, é que o senhor, como Presidente, ajude não somente no caso da Ideli como agora é o meu porque amanhã pode vir para o senhor. Amanhã pode vir para o Senador, para o Deputado, receba aí a profecia, do Deputado Osmar Serraglio, pode vim para qualquer membro dessa Casa uma suspeição em notas que são plantadas na imprensa. Então, sr. Presidente, eu estou fazendo até essa lavagem de alma porque realmente é ruim você estar prestando um trabalho, existe suposições plantadas na imprensa onde não existe a coragem de quem está denunciando de trazer isso aqui formalmente para tentar derrubar a nossa honra. Então eu conto com o apoio de V.Exa. nesses dois sentidos, primeiro como administrador competente que V.Exa. sempre foi e também como um homem público, Senador, sabe como é duro nós prestarmos contas à população e, principalmente, futuramente às urnas para uma futura candidatura. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Carlos Willian, serão tomadas as providências devidas conforme V.Exa. sugere, inclusive a questão de ordem administrativa. Nós teremos hoje uma reunião exatamente para compatibilizar as investigações e os trabalhos desenvolvidos principalmente na questão do IRB, que suscitou aí uma série de polêmicas não só no Congresso Nacional, mas na opinião pública brasileira. Eu quero chamar agora o sr. Carlos Roberto Sanches Godinho, que deporá como testemunha. Sr. Carlos Roberto Sanches Godinho. Nós vamos iniciar os trabalhos, eu vou passar a palavra para o sr. Carlos Roberto Sanches Godinho. Era importante, sr. Carlos Roberto, pelo menos, alguns dados pessoais, V.Sa. depõe como testemunha, se V.Sa. entender que precisa esclarecer algum fato, o senhor tem toda a liberdade para dizer aquilo que V.Sa. entenda como importante para esse depoimento, e depois eu passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, e em seguida, aos inscritos. Com a palavra, o sr. Carlos Roberto Sanches Godinho.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Primeiramente, eu quero pedir desculpas por não ter comparecido na primeira convocação, porque naquela época eu passei a ser réu, estou com quatro processos. Um movido pela Kátia Rabelo, pedindo uma indenização por danos morais de duzentos mil reais, o outro pela vice-presidente do BANCO RURAL, Aiana Tenório, que quer uma indenização de cem mil reais, a outra é do sr. José Roberto Salgado, que quer cem mil reais. Eu tive a minha casa, através de um mandado de busca e apreensão, revirada. Tive uma propriedade de um amigo meu que eu frequento, um sítio, também revistado e estou proibido pela Justiça de dar qualquer tipo de entrevista pertinente ao assunto. Meu nome é Carlos Roberto Sanches Godinho, eu trabalhei no BANCO RURAL 17 anos. Primeiramente, eu fui responsável pela área de automação bancária, depois eu fui trabalhar na auditoria interna, depois voltei para a área de informática e nos últimos quatro anos eu fui convocado para montar a área de *complaince* do BANCO RURAL. Eu agora estou disposto a, disponível a responder as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Carlos Roberto, só a formação profissional.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu sou técnico, especializado em informática e fiz vários cursos na área de controles internos. Trabalhei 30 anos na área financeira e sempre exercendo cargos de técnico de informática e área de auditoria e *complaince*.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, só registrar que o SR. CARLOS ROBERTO Godinho assinou um termo de compromisso, 51 anos, é casado, morador da rua Patagônia, número 405, apartamento 701, Belo Horizonte. Ele não está acompanhado de advogado. Veio solitariamente depor e eu quero passar a palavra para o Relator Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, sr. Depoente. Quero iniciar cumprimentando V.Exa. pela, pelo comparecimento diferenciado porque nós temos enfrentado inúmeros obstáculos em relação a nossa busca de dados sobre modo diante de instrumentos oficiais de *habeas corpus* que é um direito, não questiono. Mas, de qualquer modo, V.Exa. parece desarmado como alguém que já traduz a esperança que nós temos de que finalmente teremos uma testemunha que seja franca, verdadeira e contribua efetivamente nessa caminhada que para nós não tem sido facilitada. Eu, antes de começar sobre o específico assunto que nos fez solicitar o seu comparecimento, eu queria um esclarecimento sobre as afirmações de V.Sa., V.Sa. está obstado a dar entrevistas sobre o assunto, porque parece que eu li que a liminar não teria sido concedida.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, a liminar que a sra. Aiana Tenório, vice-presidente do Banco entrou foi indeferida, mas a Kátia, doutora Kátia Rabelo entrou em seguida e conseguiu essa proibição através da Justiça de Belo Horizonte. Eu não posso dar entrevista nenhuma sobre o assunto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Para nós, claro que para nós não tem. Antonio Carlos Magalhães Neto se for o caso nós podemos transformar a sessão em reservada, a fim de que o depoente tenha a liberdade para prestar todos os esclarecimentos necessários. E aí não há qualquer ofensa ao mandamento do Poder Judiciário.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Saber os termos da liminar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Indagaria ao depoente se ele se sente em dificuldades e gostaria que nós fizéssemos uma sessão reservada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu vou, primeiramente, colocar que eu já prestei um depoimento ao Ministério Público Federal, através do Procurador Ricardo, Rodrigo, desculpa, de Belo Horizonte, dois Procuradores de Brasília, Procuradora Raquel e Alexandre. Eu, assim, eu juridicamente, eu não sei se se podem interpretar isso como entrevista, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Com certeza não, nós estamos aqui como autoridades, viu, sr. Presidente--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL -BA): Sr. Presidente, a gente precisa saber--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Claro que V.Sa. não está impedido aqui, aqui é como V.Sa. estivesse numa instância de investigação, inclusive com poderes de investigação judicial. De forma que não seria a decisão dela que nos obstaría.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Era importante, sr. Presidente, nós termos conhecimento dos termos da liminar porque, evidentemente, que o depoente, ele não está dando entrevista aqui. Então, em tese, não há qualquer proibição da imprensa acompanhar. Não há qualquer proibição. Ele não está conversando com os jornalistas, ele está conversando com os parlamentares dentro do ambiente do parlamento na Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, se os termos da liminar que foi concedida, eles extrapolam a mera e simples entrevista e alcançam a divulgação pública, aí talvez nós tivéssemos que transformar a sessão em reservada. Por isso seria interessante conhecer esses termos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Precisa ver a extensão da liminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O problema é que o sr. Carlos Roberto, ele não está, ele não está com a liminar que foi dada. Então eu consulto V.Exas. se o mais pertinente, o mais prudente seria fazer uma sessão fechada.

>> Presidente, só para que fique registrado, a preocupação é com a testemunha, não é conosco. Mas eu acho que é imprescindível que ele tenha essa proteção, até para que mais à vontade ele possa falar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele se sentir mais à vontade de prestar a contribuição a esta Comissão numa sessão reservada, se ele se dispuser a colocar tudo o que pode colocar numa sessão reservada, eu não vejo nenhum problema que isso aconteça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Sa.?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu respeito o trabalho dos repórteres que estão aqui fazendo o trabalho deles, entendeu, eu não necessito de sessão reservada, eu só solicito a eles que não me façam perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então faremos a sessão aberta. E cum-

primento V.Sa. pela, pelo encaminhamento da questão. Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só mais-- V.Sa. fez referência a que tenham procedido busca e apreensão na sua casa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É busca e apreensão de documentos e meios eletrônicos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Uma ação promovida por?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Em relação a documentos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem propôs a ação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Foram três pessoas, né? A doutora Kátia, doutor José Roberto salgado e doutora Aiana. E a quarta foi expedida, que dentro do processo da doutora Kátia Rabelo, que pede uma indenização por danos morais de duzentos mil, vem uma solicitação que eu não dê entrevista em relação ao assunto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu não sabia, porque é o seguinte,--
(soa a campainha)

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: -- A única coisa que eu trouxe foi um papelzinho porque qualquer documento que tiver com o assunto eu posso ser revistado e apreendida a documentação. Então eu não trouxe nem a liminar, o processo, né, são quatro processos. Eu entreguei as cópias ao Ministério Público Federal, quando do interrogatório lá.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Carlos, V.Sa. disse que foi, que está sendo processado em quatro processos, um por Kátia, um por Aiana, um por Salgado e outro?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O outro é o processo de busca e apreensão.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Daí seria dos três?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aí seria pelo BANCO RURAL.

>> SR. Relator, sr. Presidente, pela ordem. Eu apenas queria aqui, o depoente acabou de afirmar que qualquer documento que trouxesse ele poderia ser revistado. Eu entendo que cabe aqui a presidência e a relatoria deixar claro que aqui nas dependências do Congresso Nacional, nesta CPI, ele não poderia ser revistado por quem quer que seja.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: V.Exa., o problema é em trânsito, né? Eu saí de Belo Horizonte e eu poderia ser, principalmente na Comarca

de Belo Horizonte, ser revistado e ser apreendido. Ter alguma coisa apreendida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Relator, eu acho que V.Exa. devia formalmente depois de uma deliberação do plenário da nossa Comissão, requerer todos os documentos que estão em posse do sr. Godinho. Isso não causará nenhum constrangimento ou desobediência à decisão do Poder Judiciário, portanto não haverá implicações para ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Até porque se pode entender que está havendo uma tentativa de intimidação à testemunha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Exatamente, V.Exa. está certíssima e vai ajudar na investigação da CPI.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu quero esclarecer, V.Exa., que eu não tenho documento nenhum. Tanto que em todas as buscas e apreensões não foram encontrados nenhum documento do BANCO RURAL. Então não tem documento. Mas, isso está anexado ao processo, os oficiais de Justiça estiveram presentes, constataram que não foi encontrado nenhum documento. O meu computador, da minha casa, foi todo varrido e não foi encontrado nenhum arquivo que pertencente ao BANCO RURAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. poderia precisar na cronologia. V.Sa. deu uma entrevista quando, em seguida, começou a ser submetido a esse tipo de pressão, de processo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No dia que eu ia prestar depoimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor se refere a entrevista à ÉPOCA, é isso?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No dia que eu ia prestar depoimento ao Ministério Público Federal estava marcado para as nove horas, às oito horas da manhã tinha um Oficial de Justiça e um advogado do Banco na porta da minha casa me impedindo de sair para poder dar o depoimento ao Ministério Público Federal. Por volta de nove e meia, dez horas, eu fui ler atentamente o processo e tinha um outro mandado num sítio de um amigo meu que veio como se tivesse meu sítio. Então eu tive que ir para o sítio para acompanhar, e isso impediu de eu ter ido prestar depoimento ao Ministério Público Federal. Um dia depois eles voltaram no sítio e eu ia ter que vim aqui na CPI. Então eu estava muito nervoso porque

eu nunca tinha passado por esse constrangimento. Eu não compareci. Por isso foi um dos motivos que eu pedi desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Foi com ordem judicial?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Todos com ordem judicial, tudo com mandado judicial. O único documento que eu tenho são as ações que está me demandando contratar advogado, porque a minha situação hoje é de desempregado e realmente eu estou numa situação que eu vou ter que contratar advogados, está providenciando para poder me defender porque senão eu tenho quase certeza que eu vou perder, porque o poder econômico aí é muito forte.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Carlos, é claro que nós lamentamos que tenhamos que ouvir um testemunho tão franco quanto o de V.Sa. em razão de uma atitude que tomou que se imagina deva ser aquelas que são fundamentais da República hoje, porque V.Sa. é uma peça de um jogo, não significa que o tenha dele participado, mas presenciou. E aquilo que traduz na entrevista e ela, a razão de ser, a entrevista à ÉPOCA em que muitas afirmações que ali V.Sa. fez, elas são objeto exatamente da nossa investigação, da investigação da CPMI. De forma que eu vou me basear nas primeiras questões essencialmente em cima da entrevista que V.Sa. deu. Uma das primeiras perguntas, V.Sa. diz o seguinte em relação aos empréstimos do BANCO RURAL para o PT: "Eles não são uma prática normal de mercado. O aval de duas pessoas que não têm patrimônio para garantir a operação". V.Sa. lembra deste empréstimo e pode nos dar a figura das partes e por que fez essa afirmação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu vou começar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor fique bastante calmo, tranquilo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu estou calmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Querem só buscar a verdade sem nenhum motivo, inclusive oferecendo proteção ao senhor na medida que for necessário. Nós garantiremos e, acho que vamos comunicar o Juiz, vamos pedir cópia do seu depoimento, o senhor tem cópia do seu depoimento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu tenho a cópia, chegando em Belo Horizonte eu mandarei a cópia do depoimento juntamente com a cópia das ações. Isso aí será a primeira coisa a ser feita assim que chegar em Belo Horizonte.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só para completar para daí V.Sa.

avancar. Este depoimento à Procuradoria foi em Belo Horizonte?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Foi em Belo Horizonte.

>> Foi Federal ou--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Federal. Foram dois procuradores de Brasília para Belo Horizonte, eles tiveram na primeira vez, que eu não pude comparecer porque eu estava atendendo aos mandados de busca e apreensão. Aí eles voltaram logo, depois, eu prestei o depoimento. Então, eu posso providenciar a cópia, posso providenciar a cópia das ações e encaminharei e os mandados de Busca e Apreensão. Para responder a pergunta de V.Exa. eu vou começar definindo o que é *complaince*. Então eu quero deixar claro o seguinte, que é a operação de crédito, ela não é--

>> Só para ficar claro um segundinho antes do senhor entrar nessa definição, pelo relato que ele acabou de fazer o Ministério Público Federal então está fazendo uma investigação sobre o senhor, é isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, estão fazendo investigação sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): É um depoimento com base na revista ÉPOCA, porque eles devem estar investigando o caso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): São os procuradores de Brasília que estão fazendo uma investigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Ele foi como testemunha.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Como testemunha.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Do BANCO RURAL, do mensa-lão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Vamos dizer, a pressão que ele sofre são as ações do Banco.

>> Não, isso eu entendi o que eu queria só registrar é que houve uma ação do Ministério Público no sentido de ouvi-lo, é só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Como testemunha.

>> Não, sim, sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Do fato--

>> Sim, mas quando foi isso? E quando foi isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Quando foi? Foi segunda-feira.

>> O senhor foi ouvido pelo Ministério Público.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Na sexta-feira.

>> Da semana passada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Da semana passada, em Belo Horizonte, e fiz--

>> Eles tinham ido antes, não é?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Tinham ido no dia.

>> Que dia?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Foi no dia 30, 29, dia 29 de novembro, que eu ia prestar o primeiro depoimento. Aí foi quando eu recebi os mandados de busca e apreensão. Eu tive que atendê-los e não pude comparecer no Ministério Público.

>> Agradeço a sua colaboração, é só para lembrar que tem velocidade muitas coisas e lerdeza em outras.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Realmente. Eu subscrevo a sua observação.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Então é, o *complaince*, ele não atua diretamente nas operações de crédito, ou seja, não na hora que elas estão sendo concebidas. O *complaince* é um órgão de retaguarda que analisa alguns indícios, certo? Então a gente não atua na operação de crédito na sua aprovação. A gente atua no decorrer da operação. O *complaince*, a função principal dele é preservar a instituição contra riscos de imagem, riscos legais, prevê procedimentos para não ter lavagem de dinheiro, então o órgão *complaince* foi criado recentemente pela Resolução 2554, do BANCO CENTRAL, e o objetivo principal é esse. Com relação às operações que eu dei entrevista, relativo ao PT e a SMP&B, a tipicidade delas é o seguinte, que elas não eram liquidadas. Não tem nenhuma instituição financeira que o recurso entra e você não liquida os empréstimos. A Resolução 2682, do BANCO CENTRAL, determina que as operações de crédito, elas tenham um *reating* em função da garantia, em função da pontualidade. Essas operações, elas nunca foram provisionadas. Então a 2682, Resolução do BANCO CENTRAL, define que o empréstimo tem que ter provisão, se o *reating* for AA, não precisa fazer provisão, e essas operações foram classificadas com *reating* AA. Então, nesse tempo todo elas não tiveram nenhum provisionamento. Mesmo não sendo liquidadas, não sendo amortizadas. E outra coisa, quando você reduz o seu saldo devedor tem a incidência da CPMF e nesse caso além de não ter provisão, não teve redução de saldo devedor. Então, a provisão só ocorreu no balanço de 30 de junho por orientação do BANCO CENTRAL. Então, isso foi a minha afirmação, ela não era uma operação atípica nem na forma de pagamen-

to, nem na forma de contabilização. Não, atualizados. A operação foi formalizada, foi contabilizada, ela só não foi liquidada quando tinha recursos e nem foi, e foi renovada a cada 90 dias.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não há exigência, na resolução do BANCO CENTRAL, no sentido de que as renovações necessariamente devam ter os encargos pagos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tem. A única Resolução que tem é a 2682, que se orienta a operação não é paga ela tem que ser provisionada, ou seja, chega com 120 dias você tem que provisionar 100% do empréstimo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então nesse caso todas as renovações não foram objeto de provisionamento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não foram.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem é que faz essa classificação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É a área de crédito. A área de crédito faz essa classificação e durante--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quem era o responsável?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, o BANCO RURAL, ele funciona da seguinte forma, a parte operacional, ela tem um vice-presidente, a parte comercial, que é o José Roberto Salgado, José Roberto Salgado, era o responsável pela área comercial. Então todas as operações de crédito, todas aplicações, elas surgem numa agência que está subordinada a um vice-presidente comercial. A parte de administrativa está subordinada Aiana Tenório que é a vice-presidente de apoio operacional. E existe um comitê de crédito com uma assessoria de crédito. Essas classificações e reclassificações são de responsabilidade da assessoria de crédito que é subordinada a um diretor de crédito que, na época, era o sr. Welson, eu não sei o, não me recordo o sobrenome dele. Mas, tem um diretor de crédito, tem uma assessoria de crédito para fazer essas classificações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez V.Sa. teve algum contato com essas pessoas e comentaram sobre a razão de ser dessa classificação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, o que acontece... eu exercia o cargo de superintendente de *compliance*. O BANCO CENTRAL exige que o *compliance officer* do Banco seja um diretor estatutário. Então, eu sempre me reportava ao meu superior imediato. Então, o meu superior imediato, na época,

eu fui subordinado ao João Heraldo Lima, que era Diretor estatutário e depois passei para o sr. Vinícius Camaranes que era o outro diretor estatutário e a área de *compliance* estava subordinada à vice-presidência que é a doutora Aiana Tenório. Então é o seguinte, a gente trabalha através de arquivos no computador que a gente tem mecanismos de levantar irregularidades. Sempre que a gente levanta essas irregularidades a gente leva para o superior. E semestralmente, a gente é obrigado a fazer um relatório que chama Relatório de Controles Internos de *Compliance*. Esse relatório vai para o conselho de administração e fica à disposição do BANCO CENTRAL por cinco anos. Esse relatório é um relatório trabalhado a quatro mãos, ou seja, área de auditoria, área de inspetoria, área de *compliance* e controles internos. E nesse relatório, essas irregularidades eram, não eram abordadas como deveriam ser, por quê? Porque fica à disposição da fiscalização. Quando chega o BANCO CENTRAL para fiscalizar uma instituição financeira, a primeira coisa que ele pede é esse relatório que aponta as deficiências e as irregularidades. Então, esse, quando eu citei na entrevista que essas informações eram apagadas, referia-se a esse relatório que é feito por seres humanos responsáveis pelas áreas. E esse relatório até chegar no conselho de administração, ele era modificado. Agora como provar que deletavam informações? Elas foram deletadas eu não tenho como provar. Eu tenho como provar que o relatório existe, os relatórios semestrais estão lá e que hora nenhuma foi relatado as informações com relação à movimentação da SMP&B, os empréstimos da SMP&B e do PT, que são empréstimos atípicos, eu volto a ratificar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse relatório, quem que elabora?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A área, cada área faz o seu relatório. Ele é compilado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa irregularidade a que V.Sa. está se reportando quem é que inseriu no relatório no primeiro momento para depois ser deletado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No primeiro momento o relatório surgiu na área de *compliance*, eu que introduzi todas as irregularidades porque faz parte do meu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V.Sa. era diretor?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu era o superintendente. Para ser diretor de Banco, de dois anos para cá tem que ser estatutário, tá? Então é o seguinte, para que isso, porque eles agora

têm responsabilidades. Por exemplo, quem é, era o responsável pela prevenção a lavagem de dinheiro do BANCO RURAL? Tem uma resolução do BANCO CENTRAL que pede que o Banco indique um diretor estatutário. Até 2004 era o José Roberto Salgado, depois de 2004, quem assumiu essa responsabilidade foi a doutora Aiana Tenório. Eu estou colocando isso por quê? Porque um diretor estatutário de um Banco que é responsável em prevenir a lavagem de dinheiro dentro da instituição dizer que não conhece a movimentação dos empréstimos e as movimentações de saques e depósitos, isso é, no mínimo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): (Inaudível).

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, então é o seguinte. Eu ratifico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ou seja, V.Sa. inseriu no relatório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No relatório e esse relatório passava--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não sabe em que momento foi deletado? Mas viu o documento produzido deletado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Deletado, entendeu? Ou seja--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Portanto V.Sa. é testemunha de que efetivamente existe um material apresentado deletado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: -- Não, deletado eu não, olha só, se ela foi apagada eu não tenho como provar que a informação que foi apagada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, se V.Sa. percebeu que havia uma produção aqui com uma inserção de um texto e agora V.Sa., aliás, V.Sa. que inseriu a inscrição, a referência no texto. Depois, V.Sa. teve novamente acesso, no final desse texto?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No final, no relatório final a gente tem que assinar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E aí V.Sa. percebeu que não havia.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Que não tinha mais, mas eu assinava porque senão eu perdia o meu emprego.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É nesse caso que V.Sa. percebeu que num primeiro momento, V.Sa. inseriu, depois lhe pediram na sequência que não mais inserisse?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não mais inserisse essas irregularidades.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem que pediu a V.Sa.?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O meu diretor de *compliance*, o Vinícius Camaranes, que esses assuntos não eram para colocar no relatório. Devo receber--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não o que faleceu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não é o que faleceu.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que faleceu é o Dumont.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O José Dumont que faleceu. Os relatórios tinham que ir para o conselho e não poderiam ter essas irregularidades apontadas, então, não só essas como várias outras. É como se tivesse fazendo um relatório para o presidente da empresa. Você faz a primeira versão, aí eles vão modificando, modificando, até chegar ao resultado que eles querem. Essa que é a minha afirmativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Foi adulterado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, como se--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para saber se foi adulterado ou só extraíram o texto?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Adulterado não, eles--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Extraíu o texto?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Extraíu o texto, como se fosse: "Faça essa correção, tira isso, que isso vai ficar à disposição do BANCO CENTRAL e nós não queremos que isso fique à disposição do BANCO CENTRAL." Então esses relatórios, eles ficam no poder do Banco cinco anos e a qualquer hora o BANCO CENTRAL pode solicitar esses relatórios.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. lembra do que é que havia sido inserido e que foi retirado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O que coloca nesse relatório? Você coloca a irregularidade.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nesse caso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Por exemplo, os empréstimos que estão sendo renovados, não tem, corre o risco de crédito. O Relator, a movimentação dele está superior, é, a nossa área é

de prevenir o Banco contra risco de imagem ilegal e crédito. E de lavagem de dinheiro. Então toda essa movimentação a gente faz um relatório, cada setor aponta o seu. Por exemplo, a inspetoria faz o seu: “Foi na agência tal, verificou essa irregularidade”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nesse caso específico, no primeiro relatório que V.Sa. fez, até porque foi o primeiro e último, o que V.Sa. inseriu evidenciando a irregularidade da transação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha que os empréstimos corriam risco de crédito.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Por quê?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Porque a garantia era fraca.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual garantia tinha sido apresentada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: No caso da garantia do PT era aval. No caso da SMP&B era direitos creditórios de prestação de serviços, mas os empréstimos não estavam sendo liquidados, não tinha nem amortização. Então, isso a gente apontava e isso aí foi pedido para suprimir isso do relatório. E não colocar mais esse assunto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Agora, isso veio, isso veio se renovando ao longo de um período. Nesse intervalo houve alguma fiscalização do BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, houve uma fiscalização do BANCO CENTRAL no dia 4 de setembro de 2004 e o relatório final foi entregue, nove de agosto de 2005.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que foi constatado?

>> Demora um ano a fiscalização?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não foi abordado nada sobre a movimentação de SMP&B nem PT.

>> Relator, não sei, só para aproveitando aqui, demora um ano, em geral, a fiscalização do BANCO CENTRAL? A formalização foi uma fiscalização atípica também?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha só, a fiscalização começou em setembro.

>> De 2004.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Terminou em janeiro de 2005, mas o resultado final só foi encaminhado ao Banco em agosto de 2005.

>> Só para, mas em geral é assim ou foi uma fiscalização atípica também?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, é, os relatórios realmente do BANCO CENTRAL, eles demoram.

>> Esse tempo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Geralmente demora esse tempo. Mas assim, respondendo a pergunta da V.Exa., os relatórios do BANCO CENTRAL também não abordaram nenhuma irregularidade em relação a SMP&B e PT.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não abordaram porque eles não tinham ciência, ou V.Sa. acha que eles tiveram ciência e omitiram?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso aí é o seguinte, eu afirmo que todas as informações que eles pediram foram repassadas, inclusive movimentação de todos os clientes num período de quatro meses. Agora, eu, não compete a eu julgar o trabalho do BANCO CENTRAL que eu conheço--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas V.Sa. teve acesso ao relatório final do BANCO CENTRAL.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu tive acesso porque ainda trabalhava na Casa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E esses fatos não foram abordados no relatório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não foram abordados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Embora V.Sa. saiba que o assunto foi levado ao conhecimento deles--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não sei se foi levado. Eu sei que eles tinham condições como fiscais de levantar todas as irregularidades--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Chegaram a conversar com o senhor--?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Conversaram, a gente participou, mas não foi nada, não foi perguntado nada de SMP&B, PT, nem nada. Eles simplesmente pedem assim: “Você tem uma norma de abertura de conta? Qual é o programa de *compliance*? Qual é a norma? Como é o procedimento de prevenção à lavagem de dinheiro do Banco?” São levantamentos e no final eles pegaram arquivos do Banco para fazer a inspeção que eles chamam, no computador. Que eles analisam os indícios de prevenção à lavagem de dinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando essas renovações todas eram procedidas, qual era o comentário, a justificativa que se tinha em relação a isso, no Banco? Esse comportamento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

O seguinte, o BANCO RURAL, ele é composto de um Comitê de Crédito que envolve vários diretores estatutários, certo? Então é o seguinte, o que eu posso afirmar aqui que as reformas sempre foram autorizadas por diretores estatutários que participam do comitê de crédito e não compete a gente questionar as decisões deles porque eles são responsáveis pelo Banco. Então é o seguinte, compete ao *compliance* recomendar que essa prática não é normal, mas não fomos assim é... atendidos. Se tivesse sido, com certeza, os Bancos não estariam implantando a área de *compliance* e eles estariam, o BANCO RURAL estaria livre dessa problemática que ele está passando porque o trabalho de *compliance* é um trabalho sério, é baseado em recomendações, é baseado em procedimentos definidos em código de ética e que se a instituição financeira seguir as recomendações, com certeza não estaria passando por isso. Um dos motivos que eu saí do BANCO RURAL foi porque eles vão terceirizar a área de *compliance* e auditoria interna. Isso está na nota do balanço, né, da última publicação, no dia 30 de agosto, o BANCO RURAL divulgou em nota explicativa que iriam terceirizar o *compliance* e a auditoria interna. E fui convidado a sair no tal da PDV.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Na sua área também estava submetida também ao controle, a fiscalização da sua área os saques em dinheiro, em espécie que eram procedidos no BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, V.Exa. eu vou explicar. A área de *compliance* é uma área de inteligência, ela define regras para apurar indícios. Então, por exemplo, a movimentação em questão, ela aparece em relatórios internos chama Política de Conheça seu Cliente. Como que o *compliance* definiu essa regra? Se um cliente tiver 10 vezes mais movimento do que seu faturamento, ele sai no relatório de movimentação acima dos padrões e de conheça seu cliente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Que era o caso específico.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Que era o caso, várias vezes. E esse relatório chama Política Conheça o seu Cliente, ele era encaminhado para o diretor responsável em prevenção à lavagem de dinheiro e o diretor responsável pela conta. E ambos tinham que justificar. O trabalho do *compliance* encerra quando os diretores justificam que não há indício de lavagem de dinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Também neste caso houve omissão?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, nesse caso houve o seguinte, uma declaração deles assinada que essa movimentação não é indício de lavagem de dinheiro. Então, daí para frente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Deles quem?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Da diretoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Banco tem esse documento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, tem esse documento, está à disposição do BANCO CENTRAL tem arquivado por cinco anos chama Política Conheça seu Cliente, o diretor responsável pela prevenção a lavagem de dinheiro e responsável pela conta tem que analisar esse relatório e dar o parecer se há indício de lavagem de dinheiro ou não. é um relatório que apresenta patrimônio dele cresceu porque vendeu imóvel, vendeu ação, o faturamento dele cresceu e é lavagem de dinheiro, sim ou não? Tem que marcar sim ou não e assinar. Então a área de *compliance* cria mecanismos para atender aos indícios de lavagem de dinheiro. Agora a decisão de informar ao BANCO CENTRAL é da diretoria estatutária.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Na sua visão estava configurada a lavagem de dinheiro?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, o computador mostrou que tem indícios. Aí os indícios têm que ser analisados pelo responsável de conhecer o cliente. E no caso específico eles acharam que não era lavagem de dinheiro e não informaram ao BANCO CENTRAL. Quem tomou a decisão foram eles.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Eles quem, especificamente, nomes.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Os diretores.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Mas diretores--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Porque é o seguinte, até 2004 quem era responsável pela previsão, prevenção à lavagem de dinheiro é o José Roberto Salgado. Depois que o José Augusto morreu, entrou a doutora Aiana e ela passou a ser a responsável.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Então quando V.Sa. fala os diretores significa cada um, é um por vez no tempo? Não é um grupo de diretores ao mesmo tempo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha só, é um Diretor responsável pela região. Então,

por exemplo, região Belo Horizonte, tem um Diretor estatutário responsável pelos clientes de Belo Horizonte. São Paulo tem um diretor responsável. Então esse diretor responsável pela conta juntamente com o diretor responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro é que decide se coloca ele como indício de lavagem de dinheiro no BANCO CENTRAL ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quais foram os indícios que o computador apresentou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Movimentação superior dez vezes o faturamento mensal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso reiteradamente?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Reiteradamente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. foi perguntado se os empréstimos foram feitos para não ser pagos V.Sa. disse: “Com certeza.”

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, tanto que não foram pagos até hoje, né. É porque, justamente o seguinte, pelo que a gente ouve, na mídia, a movimentação astronômica que passava na conta e ninguém cobrou esse empréstimo, isso caracteriza que o empréstimo foi concebido para não ser pago.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Comentava-se alguma coisa nesse sentido?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não comentava nada nesse sentido. A gente tinha acesso às reformas e principalmente o cliente que presta serviço de publicidade para o Banco. Nem, ou seja, nem o que o Banco tem que pagar para prestação de serviço poderia ser abatido nos empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E tinha encontro de contas, ou não?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, encontro de contas não tinha.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. está dizendo que a despeito do Banco ter que efetuar pagamentos jamais compenhou com esses créditos que tinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Banco chegava a pagar a prestação--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É uma prática comum você ter um prestador de serviço ter o direito a receber deles, vamos quitar uma parte do empréstimo. Não era feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E o banco pagava a prestação.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Pagava a prestação de serviço de publicidade, tanto que declararam que são prestadores de serviço deles há 12 anos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. também afirma o seguinte: “São empréstimos para mascarar a entrada de recursos que vinham de outras formas.”

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, com a implantação do Sistema de Pagamento Brasileiro ficou muito fácil identificar a origem do recurso porque hoje você faz uma TED e dá um *enter* no computador o dinheiro está no outro lado. E a TED, ela exige que você identifique quem está mandando o recurso e para quem está indo o recurso. Então o seguinte, se a movimentação dele toda vinha de TED de outras instituições financeiras--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem como explicar o que é TED ?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: TED é Transferência Eletrônica de Documento, ou seja, para você mandar um dinheiro acima de cinco mil reais, você entra no computador e digita os dados do seu Banco e imediatamente o dinheiro está do outro lado. Agora, a forma que o dinheiro saia era também atípica porque a legislação do sistema financeiro ela define alguns mecanismos de retirada de dinheiro é cheque ao portador ou cheque nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Portador não existe.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Abaixo de cem reais sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só abaixo de cem reais, mas em operações comerciais--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Agora o seguinte, e cheque administrativo e cheque ordem de pagamento. Não conheço nenhum mecanismo de tirar dinheiro por lista.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Percebe que V.Sa. está fazendo referência ao ingresso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ao ingresso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nós estamos falando aqui de empréstimos e V.Sa. disse assim que: “Os empréstimos estavam mascarando a entrada de recursos que vinham de outras formas.”

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, porque olha só.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que TEDs eram esses que ingressaram no BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Os créditos que o Marcos Valério lá, a SMP&B tinha em outros Bancos. Os créditos vinham de outros Bancos que ele possui conta.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ou seja, V.Sa. entende que esses recursos vinham de uma outra conta e simplesmente passava à frente não era o empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Justamente porque os empréstimos não eram liquidados. Se entra o recurso, o empréstimo não é liquidado o que você conclui? Que o empréstimo tá lá para mascarar a entrada de recursos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez V.Sa. teve oportunidade de ver alguma TED nesse sentido, analisou? Percebeu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A gente analisa assim, a movimentação como um todo, ou seja, esse relatório de política conheça seu cliente, ele aponta que a movimentação era grande e tinha uma grande entrada de recursos. Isso é um dos indícios que, junto com o faturamento, junto com o setor da empresa faz sair impresso nesse relatório.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Portanto, V.Sa. ratifica que não eram empréstimos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, são contabilizados como empréstimos, formalizados como empréstimos, simplesmente eles não foram liquidados na época do vencimento mesmo tendo recurso disponível em conta corrente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E, de alguma forma também, V.Sa. faz referência a que isso seria uma troca, uma permuta de interesses. Diz o seguinte: “O vilão é o sistema que se mantinha no RURAL que pactuou com as operações do PT e do Marcos Valério que em troca de favores, *lobbies*, recursos ao BANCO CENTRAL, a órgãos fiscalizadores e negócios que beneficiaram o RURAL nestes anos”. Eu queria por etapas: Troca de favores, o que V.Sa. lembra dessa--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu, realmente é o seguinte, nessa parte da entrevista eu me empolguei um pouco. Generalizei, a única coisa que eu posso afirmar é que no período que eu estive no Banco nós não fomos assim é, fomos agraciados com um caixa alto. O BANCO RURAL teve um caixa muito alto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que significa isso, agraciado com caixa alto?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Tinha várias aplicações de fundações, o caixa estava bem reforçado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vamos por etapa. Que fundações, V.Sa. lembra que elevaram o caixa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu não lembro de quais fundações, eu via em reuniões de diretoria o Banco comemorar que o caixa estava bem forte, que tinha várias fundações aplicando, e que se for olhar o caixa agora o caixa não tem essa, essa--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não lembra de ninguém?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não, porque a área financeira eu não tinha acesso a essa parte de aplicação e tal. Eu tenho certeza que o Banco tinha um caixa reforçado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo, sr. Relator, imagino que o depoente, só para ajudar a V.Exa., pode estar se referindo a investimentos feitos pelos Fundos de Pensão na carteira do BANCO RURAL, que faz parte da análise de títulos privados que deve ser concluída até o final do mês.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. lembra mais ou menos quando é que esse caixa se elevou dessa forma?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ah, 2003 até meados de 2004. Aí depois veio o problema do BANCO SANTOS. Daí vários clientes tiraram dinheiro porque estava a crise do BANCO SANTOS fez com que os Bancos médios tivesse uma perda de caixa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. fala de fundações está falando de fundos, Fundos de Pensão.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Fundos de Pensão, fundações que aplicavam muito no Banco. O doutor José Augusto tinha uma relação muito grande com essas fundações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. lembra como é que começou esse conhecimento, esse--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não, porque essa--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): José Augusto com quem?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, porque essa área é uma área muito operacional.

Não atuava muito. A gente sabia que o caixa do Banco sempre era um caixa bom.

>> Relator, só para ficar nesse tema e não fugir o assunto. Quando houve o problema do BANCO SANTOS houve um empenho muito grande para que alguns Bancos médios apresentassem uma boa saúde. Alguns números que a gente recebeu há suspeição de que houve um reforço de caixa nesta época para o RURAL por aplicações e também para um outro Banco que é foco da nossa investigação aqui. Só queria saber se o senhor tem lembrança disso que ao invés de sair, ao contrário, alguns saíram, é verdade, mas outros, ligados a Fundo reforçaram exatamente para dar essa estabilidade.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso aí é o seguinte, V.Exa., eu tenho assim lembrança certa que essa época foi uma época difícil para nós. Teve várias demissões, teve vários cortes de redução de custos então--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que época V.Exa. se reporta?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Do BANCO SANTOS, novembro. Eu não posso afirmar essa colocação a V.Exa. sobre o reforço de caixa. Com relação também a parte de *lobby*, que eu refiro, são coisas, eu não consigo provar isso. É um sentimento meu, né--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, era alguma coisa que se comentava, pelo menos no âmbito administrativo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, o que a gente percebia, é que realmente algumas ações que eram esperadas não aconteciam. O pessoal da área Operacional, eles sempre comemoravam determinadas coisas e a gente--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, só comemoravam o caixa alto sem dizer nada de onde, como?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Fizeram várias aplicações, realmente assim, o BANCO RURAL sempre foi um Banco que deu muita rentabilidade, sempre teve um caixa bom. Agora--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em 2003, 2004, deu para perceber que se elevou de uma forma atípica?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, o caixa estava forte, né? Estava forte.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Também deu para perceber que exatamente em 2003, 2004 teria havido uma intensidade maior de relacionamento da diretoria do Banco com políticos, com governo? Teria alguma coisa a ver isso, essa elevação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não. Eu creio que não porque o seguinte, quem tratava pessoalmente desses assuntos era o doutor José Augusto. E ele, com o falecimento dele, essas funções passaram para o José Roberto Salgado que era o diretor superintendente. O que eu posso afirmar que realmente até na crise do BANCO SANTOS o caixa do Banco estava muito bom. Isso eu posso afirmar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. conheceu Marcos Valério?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, não conheci, é uma área de *back office*, não é uma área de ponta, de frente. A gente fica no *back office*. Nós não temos contato com cliente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

Ainda que não o conheça pessoalmente mas sabia das empresas que ele era titular.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso, com certeza. Agora conhecer fisicamente, pessoalmente, não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

E deu para perceber que, em relação as empresas de Marcos Valério, a partir de um determinado momento passou a ter um tratamento diferenciado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não. A única coisa que deu para perceber que, por exemplo, partir de agosto de 2003, setembro de 2003 a movimentação dela começou a crescer. E por que é que a gente afirma isso? Porque apareceu nesse relatório de política de conheça o seu cliente e em função do algo ritmo que a gente definiu de movimentação acima do faturamento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

Ou seja, vocês tinham os dados sobre o faturamento da empresa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Tem cadastrado no computador. Fica cadastrado na hora do cadastro e quando ultrapassa cinco, 10, 15 vezes o faturamento, a gente apresenta relatório de indícios para poder ser analisado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

V.Sa. só constatou o fato?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

A gente define--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):

Não teve nada que lhe pudesse indicar qual seria a origem disso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, olha só. Cabe ao diretor responsável pela conta justificar. Ele justificando, encerra o nosso trabalho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas o justificando foi aquela história de que isso aqui não se examina?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ou houve uma análise efetiva, de alguma forma.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Houve, é lógico que houve análise.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que essa análise apresentou para convencer?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, quando o relatório vai para a área do diretor estatutário ele é justificado e fica arquivado na região dele. Quando pode indicar o BANCO CENTRAL ele retorna para gente. Quando não retorna é porque não é lavagem de dinheiro. Eles ficavam com o diretor--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nessa etapa subsequente, V.Sa. não teve acesso ao documento para que se entendesse porque não era caso de lavagem de dinheiro?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A gente fica na retaguarda esperando o que é indício para informar ao BANCO CENTRAL. O que não vem, pressupõe que o diretor não considerou como indício de lavagem de dinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E quando V.Sa. disse que também havia aí uma certa razão de ser em relação aos recursos ao BANCO CENTRAL. Alguma vez V.Sa. percebeu que, enfim, como é que V.Sa. colocou no mesmo raciocínio Marcos Valério, PT e recursos ao BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, aí eu acho que quando eu falei recursos, não é, recursos financeiros?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não, sei, exatamente.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Então é o seguinte. O que acontece é que nessa parte aí-- dessa entrevista realmente eu me empolguei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. nunca percebeu nada que o autorizasse a fazer essa afirmação de que, aliás, agora há pouco V.Sa. fez referência a que o BANCO CENTRAL, de certo modo, teria como inferir que havia irregularidades no Banco.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu quis, eu relatei o seguinte, que houve uma fiscalização de prevenção a lavagem de dinheiro no BANCO

RURAL que começou dia quatro de setembro, terminou no início de janeiro e o relatório das irregularidades só chegou ao Banco dia nove de agosto de 2005. E sem abordar as movimentações do Marcos Valério mesmo estando o assunto na mídia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando, aqui quando V.Sa. foi interrogado sobre a quem avisava, V.Sa. disse que avisava o sr. Vinícius Camaranes.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Camaranes está escrito errado é o diretor estatutário responsável pela área de controles internos e *complaince* no BANCO RURAL ultimamente quando eu saí.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Foi ele que lhe deu o retorno no sentido que não devesse... mais.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Colocar esse assunto, ele é o único diretor estatutário que tem acesso ao conselho de administração porque ele é responsável pela Secretaria Geral do Conselho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E o COAF, o que V.Sa. diz sobre a conduta do COAF?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O seguinte, as informações do COAF, eles são repassadas pelo BANCO CENTRAL. A partir de julho de 2003 o BANCO CENTRAL definiu uma transação no seu BACEN, APKF500 onde todo o saque e depósito e provisionamento em espécie tem que ser informado ao BANCO CENTRAL, e essas informações foram repassadas pelo COAF, para o COAF. Agora, internamente eu não sei como que o COAF procede para analisar essas informações. O que eu tenho a dizer que, nesse ponto, as informações, os saques foram informados ao BANCO CENTRAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem é que procede a informação do Banco quem procedeu, do Banco com o COAF?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Essas informações são feitas pela inspetoria do Banco. Ela tem a responsabilidade de receber os *faxes* das agências com os depósitos e com os saques e as provisões em espécie, acima de cem mil reais. E entrar na transação dos seus BACEN e informar. Então compete à inspetoria do Banco informar, não é a área de *complaince* é a inspetoria. Foi feito--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. afirma que foi feito porque viu a regularidade dos comunicados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, porque é o seguinte, nesse ponto a instrução do BANCO CENTRAL é muito específica, muito clara.

Então, nós fizemos *complaince* em cima da instrução e verificamos que o procedimento era informado. A única irregularidade que a gente encontrou foi que às vezes o beneficiário não era identificado. Então, por exemplo, se chega lá uma transportadora de valores para receber um recurso, colocava-se o nome da transportadora, não o nome pessoa física de quem recebeu o dinheiro. Aí a gente alertou que deveria ser colocado a pessoa física que recebe o dinheiro.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando isso aconteceu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso aí aconteceu, sempre que implanta uma instrução, a gente espera 15, 20 dias e faz um *complaince* para ver se ela está em conformidade. Então isso foi avisado ao superintendente da inspetoria que teria que identificar a pessoa física não à pessoa jurídica. E a pessoa jurídica ela não carrega o dinheiro, né? Isso foi recomendado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse, V.Sa. sabe desse comportamento inusitado do BANCO RURAL em relação a saques em dinheiro reiterados que alimentaram todo um, toda uma, um outro objeto de investigação que foi da CPI do Mensalão. Internamente, a diretoria, ninguém comentava essa situação absolutamente incomum?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, eu tomei conhecimento quando estourou o caso. Na nossa análise, a movimentação estava sendo feita na agência porque o débito era feito na conta da agência, e por isso que eu coloquei no início aqui que o sistema financeiro desconhece qualquer forma de saque através de lista, ou você tem cheque administrativo ou ordem de pagamento, ou você tem cheque nominal, cheque ao portador ou cartão magnético com sua senha pessoal. A forma que, de mandar *fax*, *e-mail*, não é uma forma regulamentada pelo MMI, pelo BANCO CENTRAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso V.Sa. só tomou conhecimento depois que--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Que estourou.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Estourou o caso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Por quê? Porque compete à inspetoria fazer verificação nas agências não ao *complaince*.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E depois que isso veio à tona o que se comentou, a quem competia isso verificar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aí ficou--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como justificou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, ficou um clima ruim principalmente para a área de controles internos do Banco e o *complaince*, porque é um procedimento implantado dentro da instituição sem formalizar é contra os princípios que a gente sempre pregou na criação do *complaince*. Os procedimentos têm que ser normatizados, têm que ser formalizados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E houve alguma sindicância interna, alguma responsabilização?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, foi feito, foi solicitado que a inspetoria fosse nas agências que ocorreram os saques e fizesse um levantamento para apurar o que estava acontecendo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. disse que não se deveria proceder através de *fax*. Esses *faxes* foram arquivados, foram arquivados onde?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Pela informação que eu tive, informal, foi que esses *faxes* foram apreendidos num depósito onde ficam a microfilmagem ou o bloqueio dos documentos lá em Lagoa Santa, na cidade de, perto de Belo Horizonte.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esses *faxes*, esses *faxes* têm, também têm microfilmagem?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eles não foram, olha só, todo o documento legal tem que ser bloqueado e fica à disposição do BANCO CENTRAL de fiscalização por 20 anos. Com relação a esses documentos, não tem normativo nenhum que fala de *fax*, de saques que têm que ser arquivados. Então eu não sei responder, V.Exa., se esses *faxes* ficaram microfilmados porque todos os documentos do Banco--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem poderia informar isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso aí a inspetoria, o superintendente Reginaldo Eustáquio que esteve com vocês ajudando no esclarecimento da documentação. Ele que é o responsável pela fiscalização das agências--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O cidadão que veio aqui nos auxiliar do BANCO RURAL era o responsável pelos *faxes*?--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ele é responsável pela inspetoria e pela, atender aos clientes, atendimento externo, toda a CPI, atender cópia de cheque, ele que é o responsável.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. tomou conhecimento, acabou

de fazer a referência, que estava no depósito e que lá foram buscados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Foram buscados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pela Polícia Federal?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tem conhecimento fisicamente, mais ou menos, o que foi apreendido?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tenho. Porque um determinado, a partir de um determinado tempo as coisas foram ficando restritas a alguns funcionários, eu não participei, eu não fui selecionado para poder participar desse grupo de pessoas que iriam auxiliar no trabalho a SMP&B e DNA.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Também nunca conversou com alguém que tinha acompanhado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu praticamente parei de participar das reuniões, me senti como um assédio social, não participava mais de reunião. Fui colocado de escanteio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quando V.Sa. percebeu que começou a ser posto de lado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A partir de maio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em razão de que fato que aconteceu aqueles comunicados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu senti que eu perdi o meu espaço, entendeu? Eu perdi o meu espaço, e várias vezes foram sinalizados que--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, era só em razão daqueles relatórios ou alguma outra coisa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Teve uma série de indicações para ocupar outros cargos que uma pessoa 17 anos de Banco, com a experiência que eu tenho, e essa gestão nova inibiu o meu crescimento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ao mesmo tempo V.Sa. percebeu que, eventualmente, a *complaintce* tinha sido reduzida e portanto praticamente não--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, e tanto que a minha percepção estava correta que na nota de balanço falaram que vão terceirizar o *complaintce* e a auditoria interna e implantar a governança corporativa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que era uma forma de impedir que uma pessoa séria indicasse o que estava acontecendo internamente?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu não vi, nunca vi uma instituição financeira terceirizar a sua auditoria interna e seu *complaintce*. Eu não conheço, no mercado, nenhum--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa., com certeza, também deve ter visto uma carta que a assessoria de comunicação do BANCO RURAL emitiu. De certa forma--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aliás, essas cartas deveriam ter nomes, né?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. chama a atenção para um detalhe que não identifica quem teria assinado em nome da assessoria. V.Sa. teve acesso em que lhe retrucaram. Num determinado momento eles fazem referência a que esses relatórios teriam sido, que eles teriam emitido automaticamente. São dois relatórios diferenciados, não é?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Um de seis em seis meses, onde, esse sim é produzido. E qual é o automático? O que esse automático pode evidenciar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu vou esclarecer, V.Exa. é o seguinte, a movimentação acima dos padrões e a política conheça seu cliente é emitido automaticamente, certo? Esses relatórios não têm como você modificar as informações. O que eu me referi na entrevista foi o relatório semestral de controles internos e *complaintce* que é feito manualmente por nós mortais do *complaintce*, da auditoria interna, da inspetoria. Esse relatório é que ele é, e foi modificado em função de ordens superiores. Isso é uma prática que acontece porque você faz um relatório, o seu superior fala: "Vamos tirar isso, vamos suprimir isso." E você concorda ou não concorda. Se você concordar, você continua trabalhando, se você discordar, você é demitido.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa.--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para entender um pouquinho melhor, nobre Relator, a razão da demissão do sr. Godinho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É o relatório--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso, é só para caracterizar.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É o seguinte, foi me sinalizado o seguinte: “Olha, nós vamos terceirizar o *complaince* e auditoria interna, vai haver um PDV, se você não entrar no PDV que são seis salários, você vai ser demitido”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas, guardava, obviamente uma relação direta com esses problemas identificados no relatório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Com certeza, porque, olha só, um funcionário.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor não tem dúvida em afirmar isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não tenho dúvida. E o seguinte, ainda vou mais, o meu sentimento é que eles iam defender acusando o *complaince*.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Só um pequeno esclarecimento. Dentro da leitura do seu documento, a supressão das irregularidades que o senhor afirmou serviriam para dizer que ele não, ele nenhum tempo denunciou o que teria encontrado porque não existe documento a respeito.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu ratifico é o seguinte, o meu sentimento, sentimento é uma coisa que a gente não pode provar. Mas, o meu sentimento é que a responsabilidade por tudo isso ia cair no *complaince* e um dos motivos que eu dei entrevista foi para reverter isso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): A presidente, a doutora Kátia, em algum desses empréstimos específicos do SMP&B/DNA, ela participou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Oh, com certeza, o que tava na capa da revista ÉPOCA ela participou.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): E V.Sa. afirma isso a partir do quê?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Porque o documento me foi apresentado, o motivo da entrevista, mostra a assinatura eletrônica dela aprovando a reforma do empréstimo do PT.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): A assessoria, a parte jurídica do BANCO RURAL também não chegou a ser movimentada para que se procedesse a cobrança, também ela foi contida?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, a parte jurídica do Banco, ela atua muito depois que

a vaca foi para o brejo, não é? Então, sempre foi uma, uma tônica de atuação do jurídico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. conheceu alguma vez ou ouviu falar de Delúbio Soares?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma coisa relacionada a ele, com alguém do Partido dos Trabalhadores que tivesse alguma relação com o BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu participei de uma reunião, em São Paulo, a pedido do doutor José Augusto para poder estudar a implantação de um Banco denominado BANCO DOS TRABALHADORES. Eu fui nessa reunião para poder saber do que se tratava. Quando eu voltei dessa reunião eu coloquei para o meu chefe, na época era o João Heraldo Lima, que o que eles estavam querendo não era da minha responsabilidade. Não, o processo, o BANCO DOS TRABALHADORES seria um Banco de cartão--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem formaria esse Banco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Quem formaria esse Banco foi, era, seria o BANCO RURAL, BMG e uma CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Essa aí foi uma reunião em São Paulo, onde eu fui como *complaince* para, porque--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem estava nessa reunião?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Oh, nessa reunião foi eu, dois funcionários do BMG, um advogado que presta serviços para o BANCO RURAL, da Tributos, e uma empresa lá de São Paulo chama NETCASH.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como é o nome?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: NETCASH.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): NETCASH.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, e onde nas instalações dessa empresa que eu não me recordo o bairro que foi, eles fizeram a apresentação do projeto, o que seria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tinha gente do Partido dos Trabalhadores?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu só vi gente dessa NETCASH, esse processo era uma idéia e quando eu saí da reunião, eu voltei ao BANCO RURAL que coloquei para o doutor José

Augusto, que era um trabalho que não pertencia a minha área, que era para implantar um Banco de cartões e que aí teria que ser passado isso para a área de tecnologia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Do BANCO RURAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E foi passado e prosseguiu nisso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não eu não prossegui.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não V.Sa., o Banco prosseguiu nisso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, eu acho que não teve continuidade, porque várias centrais de trabalhadores fizeram acordo de empréstimos consignados com outros Bancos e aí ficou inviável. E me parece também que o BMG também desistiu da parceria.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual seria a função dessa NET-CASH?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu não sei qual que era. É uma empresa de tecnologia. Eles apresentaram um projeto tecnológico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, ela estava, de certo modo, autorizada ou pelo menos a que título, ou ela estava aventurando, empreendendo e tentando montar? Por que ela teria escolhido o BMG e o BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ela estava lá como representante dos trabalhadores. Aí quando acabou a reunião, demorou três ou quatro horas, quando eu voltei a Belo Horizonte, falei: Esse é um projeto tecnológico não é da minha área é da área de tecnologia e saí fora do processo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em relação a empréstimos do BANCO RURAL.

>> Relator, só para esgotar isso, se o senhor lembra a data disso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não lembro.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem aproximada, no semestre?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Deixa eu ver, acho que foi 2004, final de 2003, por aí.

>> O senhor lembra se Marcos Valério, uma pessoa chamada Ruy Guerra participaram dessas trata-

tivas ou alguém do BANCO RURAL, do BMG esteve no BANCO CENTRAL em São Paulo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não, só sei que recebi uma instrução do doutor José Augusto que era para ir numa reunião para--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Depois internamente no Banco nunca mais ouviu falar--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Passei esse assunto para a área de tecnologia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tudo bem, passou a incumbência, mas na diretoria não se falava mais nada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não se falou mais nada, perante a minha pessoa eu não participei de nenhum evento em relação a isso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. participava de alguma reunião de diretoria.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Participava.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez foi conversado sobre uma eventual transação de títulos de valores do BANCO MERCANTIL de Pernambuco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, as reuniões de diretoria, elas são dois escalões, tem as reuniões dos estatutários e tem a reunião dos estatutários com, até o nível de superintendente. E nessas reuniões eu participava, eram trimestrais nunca se falou nisso, com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Também, ainda que fora da reunião nunca ouviu falar que o BANCO RURAL tinha interesse no BANCO MERCANTIL de Pernambuco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu na época que o BANCO RURAL encampou o MERCANTIL de Pernambuco, eu trabalhava na área de informática, eu fui responsável em interligar as antigas agências com agências do RURAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Algum acerto nesse interesse do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A parte negocial não participei e não fui informado de nada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez o BANCO RURAL tinha interesse em ser beneficiado pelo BANCO CENTRAL, relativamente ao BANCO MERCANTIL de Pernambuco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, com certeza eu não tenho informações para pas-

sar, V.Exa., em relação a esse assunto. A minha atuação em relação ao BANCO MERCANTIL DO BRASIL, MERCANTIL DE PERNAMBUCO, foi operacional, foi técnica de ligar os computadores e fazer um sistema único funcionando. A parte negocial eu não participei e não tive informações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E o BANCO DO ESPÍRITO SANTO?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ouviu falar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nunca ninguém comentou em qualquer interesse em transação com o BANCO ESPÍRITO SANTO?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, com certeza nunca ninguém comentou comigo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem que cuidava da área de publicidade do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A área de publicidade, na época, quem começou foi a doutora Kátia, ela que era Superintendente de Marketing do Banco. Ela que fazia a parte comercial.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. tem noção dos valores que eram praticados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu não tenho noção não porque eu, teve épocas, né, que o Banco investiu muito em propaganda na televisão, teve épocas que eles ficavam mais tímidos. Então eu não tenho essa informação para passar, V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Dos empréstimos que eram garantidos pelos contratos públicos, bom, nós temos, na verdade, antes eu vou lhe fazer uma pergunta no tempo, antes desse episódio desses empréstimos do BANCO RURAL ao Partido dos Trabalhadores o senhor tem, V.Sa. tem notícia de outros empréstimos procedidos em relação a algum outro partido, algum outro candidato?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tenho não. Eu sei que a SMP&B já é cliente do Banco há mais tempo, já teve outros empréstimos. Agora de partido político eu não me recordo. Com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem leu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu leio o seguinte, toda ajuda à campanha tem que ter uma conta específica, né, e isso a gente acompanha se está sendo feito, se os recursos de campanha são depositados nessas contas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não, não é nesse sentido.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Agora, partido político que chamou a atenção--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Se houve algum empréstimo do BANCO RURAL a partidos ou a políticos tal qual aconteceu em relação ao PT?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, isso eu desconheço. Desconheço. O que chamou a atenção foi o empréstimo específico que já foi citado aqui em função do excesso de renovação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nesse caso do empréstimo que foi garantido com contratos de publicidade, V.Sa. estudou contrato?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, essa aí é competência da parte jurídica. O que a gente analisa é a parte de garantias.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, não estou falando do contrato de empréstimo, eu estou falando se V.Sa., está falando de garantia, a garantia era o contrato. V.Sa. estudou o contrato dado em garantia?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como é que podia avaliar se garantia ou não?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Porque é o seguinte, o sistema, ele tem tipos de garantia, certo? E determinados tipos de garantia a gente considera garantia fraca, garantia boa, garantia excelente.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, como é que V.Sa. classificaria ou classificou, talvez não--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: NP é garantia fraca. Direitos creditórios é uma, é uma garantia razoável, por quê? Porque eu posso mudar o direito creditório. Eu posso repassar esse contrato.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De qualquer modo V.Sa. examinou o direito creditório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A gente examinou a operação de crédito com garantia de direito creditório com excesso de renovação e com recursos movimentados acima do padrão. Esse con-

junto de indícios que levou a impressão do relatório conheça seu cliente. Então é um conjunto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu estou insistindo porque uma das coisas que foi constatada é que, primeiro, o contrato tinha uma cláusula que vedava que ele fosse dado em garantia, V.Sa. não viu isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, isso quem compete isso a agência, ao gerente administrativo, que tem que ler o contrato, né e atentar para essas coisas. Esses, isso aí nós não tivemos acesso, não faz parte da nossa análise, formalização, essa parte toda de se procuração está vencida, se não está vencida, se o sócio tem direito de conceder, de dar aval ou não. Isso compete à ponta, a agência, ela que tem que olhar essa formalização. No segundo escalão a Inspecção, que vai à agência, tem que olhar esses contratos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse contrato, ele evidentemente não significava que seria um direito creditório da SMP&B, porque é um contrato de publicidade, hipoteticamente, se fosse de vinte mil reais, quando muito, da SMP&B ou da DNA, seriam cinco milhões. Como é que foi feita essa avaliação enquanto garantia?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Deixa eu te falar, essa avaliação, ela é--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Esse relatório conheça seu cliente como é que foi considerado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Esse relatório de conheça seu cliente é coisa muito simples de ser entendida, V.Exa. você tem um faturamento, ou seja, vamos supor, tem um faturamento de cem mil, eu movimenteí no mês um milhão, ou seja, tem alguma coisa fora dos padrões, você manda para o diretor da região justificar. Ele fala: "Ah, a empresa faturou mais porque ela ganhou um contrato novo." Tudo bem. Aí chegou no outro mês, ela movimentou dois milhões. Aí ele vai justificando, certo? Então, é um relatório muito simples. Eu tenho o faturamento da empresa e tenho a movimentação dela no mês.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, quanto ao contrato de garantia?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Do contrato de publicidade que foi dado em garantia, ele valia 15% do valor que nele estava anunciado.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo, olha só. Esse contrato, ele não é analisado pelo *back office*, esse é analisado--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não é o contrato, o potencial de garantia dele.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A garantia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Isso é comunicado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A garantia, ela é analisada pela assessoria de crédito para ver se aprova ou não, tem a proposta eletrônica onde cada membro do comitê da alçada vota.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tudo bem, o que eu queria saber é o seguinte, esse contrato de publicidade, de vinte milhões de reais, vale cinco milhões, quando V.Sa. auferiu os riscos, V.Sa. levou em consideração que isso valia vinte ou valia cinco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Valia o que foi cadastrado, total das garantias, tanto. Aí o total cheio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E hoje qual é a concepção de V.Sa. quanto a isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Depois que a gente viu, aprende que dentro de uma agência de publicidade 5% só fica, a gente viu que mais uma vez eu ratifico que o empréstimo é atípico.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. chegou a tomar conhecimento que o BACEN terminou desclassificando, mudando a classificação dos riscos nesse caso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu só tomei conhecimento depois da publicação do balanço.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. percebeu se houve alguma atitude diferenciada a partir da instauração da investigação pela CPMI?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Realmente, depois que os fatos foram divulgados, né, a medida que foi caminhando, realmente mudou muita coisa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que coisa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, principalmente a provisão. Vários créditos foram, vários empréstimos foram solicitados, exigidos do BANCO CENTRAL que se fosse provisionado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Dentro das atividades do BANCO RURAL existe alguma outra situação assemelhada a essa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Em que sentido?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Contratos não cobrados, contratos reiteradamente renovados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso aí é o seguinte, eu só analiso as operações que apresentem indícios, ou seja, tem que ter--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ou seja, se há outros indícios.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso eu não, eu não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não detectou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não detectei. Não foi detectado em função de não ter, é, atendido vários indícios.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL tem agências

no exterior?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Oh, pelo, tem agência, tem instituições financeiras, no Uruguai, Bahamas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De novo, Uruguai? Ah, no Uruguai.

Como se chama essa do Uruguai?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, de cabeça assim agora você me apertou. Eu--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): INSTITUTION FINANCEIRA EX-

TERNA BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

No conglomerado do Banco tem no nome das instituições.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez V.Sa. participou de,

porque agora nos últimos quatro anos está no *com-plaince*, de alguma forma, aliás, enquanto *complaince* também fiscaliza as agências, regras e riscos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, o *complaince* ele não, não atua na área internacional. Nós só olhamos a carteira comercial.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem era o diretor que atuava

nesses últimos dois anos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, o diretor--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Na área externa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

O diretor responsável pela área internacional é o doutor José Roberto Salgado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Durante todo esse período?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Todo esse período, desde que ele assumiu a diretoria estatutária ele é o responsável pela área internacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. sabe se Duda Mendonça teve

alguma relação comercial, financeira com o BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, não sei, não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não era uma pessoa que tivesse,

que comparecesse, que fosse?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu só ouvi falar do Duda Mendonça em relação, foi agora com a CPI. Internamente, no Banco, nunca tinha visto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. tem conhecimento em relação

a alguma conta externa do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não. O *complaince* não tem acesso às informações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas não é só o *complaince* en-

quanto atividade específica de V.Sa. no que trabalha, por ser um dos diretores, suponho que tenha conhecimento do que acontece no Banco.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Deixa eu te falar. Eu sou superintendente, fui superintendente do Banco muito tempo, não participei, participei muito pouco da área internacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então participou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Participei quando--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que V.Sa. lembra desse período

quando participou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu participei, foi em noventa, eu não lembro a época, quando era da área de tecnologia eu estive no Uruguai para escolher um *software* para implantar o Banco lá fora. Foi, deve ter sido 99.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só aspectos tecnológicos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Só aspectos tecnológicos. Eu estive lá, visitei algumas empresas, fiz a indicação e depois não tive mais contato.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nunca teve acesso, nessa sua área

de informações relacionadas a transações, remessas de dinheiro, ingresso de dinheiro?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, realmente o seguinte, a alegação, que o *com-plaince*, auditoria interna e inspetoria não atua na área internacional em função de quebras de sigilo do país de origem. Esse foi sempre--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): O senhor está dando a impressão que o senhor se confinava no *Complaince* e que não sabia mais nada do Banco. O senhor trabalhou 17 anos, o senhor me desculpe, não é, não estou fazendo nenhuma pressão.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, eu estou falando o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Mas é estranho que o senhor ---

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Eu imagino que o Banco não tenha toda essa dimensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Não tinha nem porta, só tinha uma porta de vidro--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Deixa eu te falar na parte internacional e de câmbio, por diversas vezes foi relatado pelo BANCO CENTRAL que não tinha uma atuação de inspetoria, auditoria e *complaince*.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): E era necessário que tivesse?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso aí na posição do órgão fiscalizador, sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Ou seja, essa era uma das--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Das reivindicações do BANCO CENTRAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Dessas referências que V.Sa. fez de que o BANCO CENTRAL, na verdade não atuava como devesse em relação ao BANCO RURAL porque na área internacional não havia o *complaince*.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, o seguinte, o BANCO CENTRAL várias vezes relatou para o BANCO RURAL--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Como ele disse, desculpa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Não quero prejudicar o seu questionamento. Mas se o *complaince* tinha um princípio de fiscalizar a possibilidade de lavagem de dinheiro, operações internacionais é o que mais indicam isto e o senhor

não tendo acesso, ou não procurando saber, como é que ficava essa movimentação. Isto é, não estou acusando o Banco, mas era uma missão que não podia ser afastada do seu poder de execução dessa missão que era--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Quando, na condição de superintendente, nunca foi dado ordem, comando para fazer *complaince* na área internacional. Eu, como superintendente, estava subordinado a um diretor estatutário, que é o responsável pela área de *complaince* junto ao BANCO CENTRAL e nunca tive ordens--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Mas, e a lavagem de dinheiro?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, é o seguinte, a gente não analisava a movimentação da área internacional por quebra de sigilo bancário.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Para compreender a estrutura administrativa do BANCO RURAL. V.Sa. estaria em que escala de uma hierarquia na sua diretoria?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É o seguinte, tem--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Tinha uma distância enorme dos diretores que comandam? Que escalão o senhor, V.Sa. ocupava?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Presidência. Presidência, vice-presidência, diretor de controles internos e *complaince* e superintendente. Em relação à presidência no quarto escalão.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Isso numa vertical. Quantas diretorias havia aqui?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Aqui, oh, tem umas sete ou oito diretorias.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Ou seja, V.Sa. estava imediatamente abaixo de sete diretorias. Não tinha interlocução nenhuma, não sabia nada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

O interlocutor é o diretor de controles internos e *complaince* que tudo era repassado para ele. Ele que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Ele é o estatutário?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, ele é estatutário, só que ele está subordinado a uma vice presidência, então era repassado para ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-

GLIO (PMDB-PR): Em relação a--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

As ordens que eu recebia vinha dele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em relação a transações internacionais nunca teve conhecimento de nada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Nada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): *Trade, link bank?*

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Nada disso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Do BANCO RURAL internacional?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Nada disso. A única coisa que eu participei da área internacional foi quando eu fui a Montevideu olhar sistema para implantar um Banco lá fora.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez V.Sa. ouviu falar em CORRETORA BÔNUS BANVAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não. Agora, através da CPI.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E depois que soube, tomou conhecimento de alguma coisa relacionada ao BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tomei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem se comentou isso no Banco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Que eu me lembre, não. Eu estou te falando que de maio para cá eu fiquei isolado no Banco, não participei de muita coisa mais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E da GARANHUNS?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Desde maio que V.Sa. está?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Desde maio que eu comecei a sentir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Do ano passado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, desse ano. Desde maio que eu comecei a ter um isolamento, não participar das decisões que o Banco estava tomando.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. conhece algum processo que esteja tramitando ou que tenha tramitado em relação a evasão de divisas?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu tenho conhecimento de um relatório que o BANCO CENTRAL encaminhou para a área de controles internos e *compliance* com relação a algumas transações na operação lá BEACON HILLS. O BANCO CENTRAL mandou um relatório para o Banco, esse Vinícius Camaranes, que era meu chefe me mostrou e eles fizeram a resposta e encaminharam para o BANCO CENTRAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em que época isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso foi esse ano, no início do ano.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A única que V.Sa. lembra?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Que eu lembro, que eu lembro e que eu vi.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O que V.Sa. lembra de irregularidades que tenham sido noticiadas nesse documento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu lembro que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É-- era um questionamento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não era resposta pedindo sobre cinco ou seis operações, não lembro os nomes, de operações de depois de 2002 que foram selecionadas pela operação BEACON HILLS e eles queriam saber quem que eram os beneficiários e respondesse sobre aquelas transações. Ele me mostrou e falou: "Pode deixar que eu mesmo vou responder isso em conjunto com a diretoria." Foi a última coisa que eu vi em relação a isso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Na composição dos ativos do BANCO RURAL, qual, mais ou menos, a porcentagem internacional?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não sei te responder isso, sinceramente. Eles têm um organograma estatutário, que eu não tenho, eu não lembro de cabeça isso. Realmente, não é a minha especialidade isso aí.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez soube de alguma aproximação de alguns doleiros de Minas Gerais ou de São Paulo com transações com o BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tenho conhecimento. Nunca vi nenhuma dessas pessoas citadas lá dentro do Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de interrogá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu que agradeço V.Exa. Vamos aos oradores inscritos. Como primeiro orador ACM Neto, a quem dou a palavra para questionar o depoente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria, antes de mais nada, ressaltar que o sr. Carlos Godinho está prestando importante serviço ao trabalho de investigação da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Realmente, ao longo de todos esses meses nós percebemos que os depoentes convocados para prestar esclarecimentos vinham aqui acompanhados de advogados, vinham instrumentalizados para sustentar versões, versões construídas para desviar o foco principal do nosso trabalho e, no entanto, o sr. Godinho vem sozinho, vem desacompanhado mas vem disposto a falar o que sabe, a contar da sua experiência como então responsável pela área de *Compliance* do BANCO RURAL e está nos ajudando. Quero dizer a ele que está nos ajudando. A primeira observação que faço é justamente baseada numa declaração que o sr. Godinho fez aqui que já havia sido publicada de outra forma na revista ÉPOCA, quando ele disse, inicialmente na revista que os empréstimos foram feitos para não serem pagos. E hoje ele disse aqui, de novo, que os empréstimos foram concebidos para não serem pagos, o que significa dizer que não são empréstimos. Não existe empréstimo que seja construído para não ser pago. E assim como o senhor aqui presta o seu depoimento fazendo essa afirmação, nós todos tínhamos absoluta certeza que o que estava no centro dessa transferência de recursos que passou pelo BANCO RURAL, não foram os empréstimos e sim o desvio de recursos. Feita essa observação, eu teria alguns questionamentos. Quando o sr. Delúbio Soares esteve nessa CPI, assim como também quando o sr. Marcos Valério aqui esteve e quando os dirigentes do BANCO RURAL estiveram, eu coloquei claramente que em qualquer outra situação uma instituição financeira não teria autorizado os empréstimos, justamente porque faltavam as garantias. E o papel de toda e qualquer instituição financeira é correr o menor risco possível. Nós sabemos disso. Então, sr. Godinho, eu perguntaria ao senhor se o senhor compartilha com uma compreensão quase que majoritária desta CPI, e eu diria que também quase que majoritária da avaliação da opinião pública brasileira de que esses empréstimos foram concedidos ou que essa operação foi concebida única e exclusivamente para atender a interesses que estavam calçados pela força política do Partido dos Trabalhadores. O senhor tem essa compreensão?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, estamos ouvindo, de um ex-diretor do BANCO RURAL a afirmação clara de que toda essa movimentação que passou, ex-superintendente de *compliance*, que toda essa movimentação feita em que o Banco esteve envolvido só ocorreu porque, do outro lado estava o Partido dos Trabalhadores que, não por acaso, é o partido que governa o Brasil. Pelo relacionamento que V.Sa. tinha com os então dirigentes do BANCO RURAL, V.Sa. poderia nos afirmar se existiam ou poderiam existir interesses do BANCO RURAL com o Governo Federal que justificassem esse risco que o Banco correu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza, isso aí inclusive, eu coloquei na entrevista.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Muito bem, ou seja, o BANCO RURAL, no intuito de tirar vantagens com o Governo Federal, correu o risco que correu e aceitou se submeter a essas operações realizadas com o sr. Marcos Valério, com as suas empresas e com o Partido dos Trabalhadores, é isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É isso mesmo, com certeza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Sa., por acaso, tem a informação de quem eram as pessoas que estavam presentes no momento em que esses empréstimos foram acertados, foram assinados, foram formalizados?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tenho.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem essa informação. V.Sa. já expressou isso mas, eu gostaria de reforçar, é estritamente impossível que apenas o sr. Dumont tivesse conhecimento e responsabilidade em todas essas operações.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, as operações eram prazo de vencimento 90 dias. Depois que o doutor José Augusto morreu, elas foram reformadas por vários períodos, conforme consta na reportagem, apareceu vários empréstimos sendo reformados, inclusive alguns empréstimos novos depois da morte dele.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que significa dizer que a diretoria, como um todo, e a sra. Kátia Rabelo, como Presidente, não podem, de forma alguma, em nenhuma circunstância, se eximir da responsabilidade dos negócios feitos pelo Banco.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza. Inclusive, tenho os votos eletrônicos nas

propostas, se vocês solicitarem as propostas, vocês vão ver que vários diretores, inclusive a presidente do Banco participou das renovações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, eu não sei se V.Sa. tem detalhes para nos oferecer, mas inclusive como sub-relator da matéria Fundos de Pensão, eu tenho o dever de questionar a V.Sa. se além dessa afirmação que fez aqui que procura relacionar o crescimento do patrimônio do BANCO RURAL a investimentos feitos pelos Fundos de Pensão, se além dessa informação que é de caráter genérica, se V.Sa. teria algum detalhe a mais, se teria alguma lembrança de algum fato que tenha, ao longo desse tempo, despertado a curiosidade de V.Sa. e que guardasse relação com os Fundos de Pensão? Ou seja, de um lado está o BANCO RURAL, instituição financeira, do outro lado estão os Fundos de Pensão. Pensando dessa forma, V.Sa. teria algum detalhe para nos oferecer, alguma dúvida que tenha passado pela cabeça de V.Sa. com tudo o que V.Sa. viu, viveu e participou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não tenho. Eu ratifico, que via sempre colocar que o BANCO RURAL estava com o caixa gordo e porque tinha várias aplicações de Fundações. Isso aí a gente está conversando na área financeira, um fala: “Pô, o Banco está com o caixa bom”. A reunião de diretoria se comemorava: “Vai dar boas gratificações, o caixa está bom. Nós não estamos com problema de caixa”. Então isso a gente, agora, outra forma qualquer eu não me lembro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem, do BANCO RURAL, estaria mais autorizado para na eventualidade de precisarmos aqui convocar, aqui trazer para prestar esclarecimentos, então qual dos diretores, qual dos técnicos, qual dos profissionais estaria mais autorizado a prestar esclarecimentos sobre essas relações com os Fundos de Pensão, V.Sa. poderia nos dar essa informação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, você tem lá a superintendência financeira, que é o Toninho, que é o superintendente executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nome completo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Antônio Rodrigues, e que está subordinado ao vice-presidente José Roberto Salgado.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Godinho, o senhor acha que com a experiência que o senhor tem, o senhor acha que o BANCO CENTRAL teria atuado da mesma forma com outras instituições financeiras, com outras instituições bancárias como atuou com o BANCO RURAL tendo

acompanhado, as movimentações, os riscos, ou o senhor poderia nos afirmar se houve complacência, se houve um tratamento diferenciado por parte do BANCO CENTRAL com o BANCO RURAL? Ou seja, se o BANCO CENTRAL atuou com menos diligência, com menos rigor, com menos firmeza do que seria a sua responsabilidade?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, a fiscalização realizada no BANCO RURAL pelo pessoal de Belo Horizonte é muito rigorosa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Rigorosa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Muito rigorosa. As pessoas vão a fundo, tal. Agora, o que me surpreende é o resultado. Agora isso eu não sei qual que é a dinâmica, o processo interno do BANCO CENTRAL.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, podemos crer que havia uma fiscalização constante, permanente feita pelos técnicos do BANCO CENTRAL, situados em Belo Horizonte e responsáveis por acompanhar o dia-a-dia da instituição, porém esse mesmo rigor, essa mesma diligência não era compatível com o resultado apresentado ao final dos procedimentos realizados pelo BANCO CENTRAL, é isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É isso mesmo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O que torna mais grave, porque caracteriza que pode ter existido sim uma decisão deliberada por parte dos dirigentes maiores que ocupam cargos superiores no BANCO CENTRAL para minimizar aquilo que foi aferido de forma correta pelos técnicos do BANCO CENTRAL lá na ponta mas que, no entanto, não guardava correlação com os resultados apresentados. Isso é muito grave, sr. Relator, isso é muito grave!

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor poderia citar o nome dos inspetor do BANCO CENTRAL que fez as inspeções para que V.Exa. fazer a análise anterior?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso aí, às vezes são cinco, seis inspetores que fazem diligência. Essa informação vocês podem encontrar no próprio BANCO CENTRAL que tem todas as inspeções registradas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, eu não vou usar o meu tempo inteiro, até porque, depois dos interrogatórios feitos pelo Deputado Osmar Serraglio e com a contundência, com a sinceridade, falando a verdade como falou o sr. Godinho a gente já, não tem mais o

que especular. É a primeira vez que eu vejo alguém do BANCO RURAL vim aqui e dizer a verdade. É a primeira vez, sr. Presidente. Sr. Godinho, o senhor está prestando importante serviço ao país, parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado Deputado, com a palavra o Senador Osmar Serraglio como Relator. Senador eu acho que está bem não é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só uma questão, o sr. Salgado fez uma afirmação a uma revista que eu acho que é a própria ÉPOCA dizendo o seguinte: “Que não existe nenhum relatório assinado pelo Godinho dizendo essas coisas”. V.Sa. dispõe de uma cópia desse relatório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não disponho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não ficou com nada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Nada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas, pelo menos V.Sa. tem alguém que afirme que viu a produção de V.Sa.?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Os relatórios, eles estão lá dentro do Banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): (Inaudível)

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O primeiro, no que consta a res-salva que V.Sa. fez.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ele alega que o seguinte--
(soa campainha)

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): V.Sa. não tem nenhuma cópia, não tem nada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: -- Ele alega que eu não fiz nenhuma afirmação dessa por escrito no boletim de *complainte*. Realmente, eu não fiz. A primeira vez que eu fiz mandaram não fazer mais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas, existe uma primeira vez feita.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Mas, não existe esse documento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Relator. O Deputado Gustavo Fruet informa aqui que nos relatórios que a CPI já dispõe, sobretudo a Sub-relatoria de movimentação financeira constam essas informações de como procedeu o BANCO CENTRAL ao longo desse processo. Agora, eu me questiono, uma vez aqui eu levantei a necessi-

dade da convocação do sr. Henrique Meirelles, Presidente do BANCO CENTRAL, quando da presença do publicitário Duda Mendonça. Isso não foi, obviamente, à frente, houve uma resistência da maioria da CPI. Agora, eu volto a me perguntar, com todo o respeito que tenho ao doutor Henrique Meirelles, eu volto a me perguntar se o BANCO CENTRAL não está devendo informações com relação ao BANCO RURAL, aos seus procedimentos a esta CPMI. Então, não sei se seria o caso do sr. Henrique Meirelles mas, pelo menos dos diretores responsáveis virem aqui prestar os seus esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Por isso eu perguntei o inspetor que teria sido designado porque tem um escritório em Belo Horizonte do BANCO CENTRAL.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Tem, tem um escritório, tem uma filial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele que comanda as operações de fiscalização não é isso? Se bem que tem o setor especial de fiscalização dentro do BANCO CENTRAL.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O que eu sei é um que eu lembro que é o chefe do DECIF, o Walter Cassab(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado ACM Neto está dando o nome de um dos inspetores?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O inspetor de BANCO CENTRAL que faz as investigações de prevenção a lavagem de dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Lá em Minas?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Lá em Minas que eu conheço, foi várias vezes lá horas, é o Walter Cassab(F), acho que é o gerente do DECIF. Agora, todos os fiscais que já foram lá fazer inspeção não recordo. Eu sei que o Walter, doutor Walter Cassab(F) é o responsável pela--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Pode concluir o seu raciocínio.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O doutor Walter Cassab(F) que é o fiscal responsável por esse processo de prevenção a lavagem de dinheiro nos bancos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só queria prosseguir nesse esclarecimento porque eu acho que é fundamental para não ficar palavra contra palavra. Eu sei que a sua produção foi alterada e hoje se tem lá um relatório deletado.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como é que V.Sa. poderia nos comprovar que efetivamente elaborou um relatório inicial contendo as observações?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu não tenho como provar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas de forma nenhuma?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: De forma nenhuma.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tem alguma testemunha pelo menos que leu esse relatório antes dele ser deletado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor não trocou idéia com algum auxiliar seu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não troquei, vou te falar o seguinte: A prova que eu tenho, os relatórios que não foram deletados, que são a política de conheça o seu cliente e movimentação acima dos padrões, que esses relatórios foram justificados por diretores estatutários e estão arquivados lá. E eles afirmam que não é movimentação de lavagem de dinheiro. Agora, a minha função foi feita, foi mostrado e realmente o seguinte, o que tem lá no Banco hoje são os relatórios de política conheça seu cliente, onde tem a movimentação que ultrapassa dez, quinze vezes o faturamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): São compatíveis com o relatório deletado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: São compatíveis, mostra que tem os indícios que estão lá.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. mostra o seguinte, que os fatos estão relatados, apenas não há a consideração de que são irregulares.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Todos os indícios de movimentação estão lá.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Certo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso foi mostrado, chama política conheça seu cliente. A movimentação os indícios estão lá.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): A análise que foi retirada.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Agora é justificado da forma que eles acharam, mas está lá escrito e assinado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pois não, tá, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu passo a palavra ao sr. Deputado Gustavo Fruet. Tem V.Exa. a palavra.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sr. Carlos Godinho, a idéia, o senhor basicamente reforça o que já foi objeto inclusive da análise da CPMI. Então vou trabalhar em cima do relatório que foi feita uma análise das operações 2003 a final de 2004, e na medida da possibilidade o senhor contribuir a entender a forma como a CPI, ou esse relatório parcial, chegou a esta afirmação de que houve uma simulação com indícios de lavagem de dinheiro. Só esclarecendo que na questão do BANCO CENTRAL há um item no relatório que aponta essa mudança de avaliação entre 2004 e 2005, após a instalação da CPMI e um pedido inclusive de providências. Porque o BANCO CENTRAL tem uma sede em Belo Horizonte para fiscalizar basicamente três Bancos. E essas operações eram de conhecimento também do BANCO CENTRAL, então nesse relatório nós pedimos inclusive providências não só ao BANCO CENTRAL mas, também ao Ministério Público. Na contabilidade do Marcos Valério, quase 85% das operações ele faz através do BANCO RURAL, dois empréstimos do BANCO RURAL, metade praticamente dos valores que ele alega ter utilizado e concentra a operação no BANCO RURAL e libera o recurso através de sete formas, de uma conta corrente a 2595, a conta 10105 do BANCO RURAL que ele chama de caixa cheque emitido, operação com a GUARANHUNS, uma operação de empréstimo com uma das empresas dele e depois mais operações através de dois Bancos. E se verifica uma série de estornos e cancelamentos dos cheques referentes a esta, a esta conta. Então, eu vou passar algumas, para o senhor se possível, se puder nos ajudar a entender. Como a seguinte: A conta 2595 ela concentra praticamente o grosso da operação. Ela começa a ser alimentada em janeiro de 2003 e termina de ser alimentada em dezembro de 2004, com quase cento e vinte cinco milhões de reais. O grosso do dinheiro que circula pelo BANCO RURAL cai nessa conta. Primeiro, não aparece o empréstimo de dez milhões, por quê? O empréstimo de dezenove milhões, devidamente contabilizado, entra nessa conta, o de dez milhões não aparece em nenhuma dessas contas que foram movimentadas pelo Marcos Valério para alimentar esses beneficiários finais. Essa é a primeira pergunta. Na segunda: Ele, nessa conta, ele estorna uma série de cheques tendo como contrapartida o caixa geral. E esta conta caixa é uma conta caixa aberta pelo BANCO RURAL, mas que nunca foi deficitária, pelo contrário, é uma conta caixa superavitária, e a informação que nós tivemos é que é uma conta aberta justamente para dar garantia numa

eventual utilização de créditos, ou de supercheque ou de algum tipo de crédito que seja concedido pelo Banco. Então essa seria a segunda, a segunda pergunta. Na conta 39001, também do BANCO RURAL, dois, ele faz pagamentos que ele classifica como adiantamentos a uma corretora chamada GUARANHUNS. Então o senhor já foi perguntado pelo Relator. Mas, nesta conta vários cheques foram utilizados para comprar cheques administrativos do BANCO RURAL. Quer dizer, uma forma de transformar cheque em dinheiro e evitar o rastreamento. Isto é uma prática usual nessas operações bancárias? Isso é uma prática que pode indicar lavagem de dinheiro? Essa seria a terceira, a terceira questão. Na conta 10105, ele emite trezentos e noventa e seis cheques, todos do BANCO RURAL, só que boa parte dos cheques estornados, ou melhor, todos os cheques que foram estornados nessa conta são do BANCO RURAL, e não há nenhuma indicação na movimentação bancária ou na contabilidade do destino deste recurso. Isto é uma prática usual também, nesta questão bancária? Então seriam essas primeiras quatro perguntas com relação a essas operações.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Então, V.Exa., agora eu gostaria que o senhor repetisse cada pergunta.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Primeiro, os estornos.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que se V.Exa. puder fazer cada pergunta e ele responderia.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está bem. A primeira é o seguinte: Nesta conta caixa, ele faz uma série de estornos e esta conta é sempre superavitária, isso é um indicio de irregularidade ou não?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha só, o estorno por simples fato de se ter um estorno não é normal, não existe dentro de uma conta vários estornos. Esses estornos, crédito ou débito?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não, todos como crédito.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Todos como crédito, não é normal porque cada transação tem que ter um histórico específico. Se você usa estorno, estorno de quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pode ser crédito temporário, fictício para estornar posteriormente algum tipo de liquidação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Realmente é uma prática que não é normal.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): A segunda, nessa questão dos empréstimos, um de deze-

nove milhões, outro de dez, o dezenove entra na conta 2595-2 do BANCO RURAL, outra de dez milhões por que não aparece na movimentação bancária?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não é normal uma liberação de empréstimo sem cair numa conta, certo? A prática é o seguinte, você libera o empréstimo, você tem que depositar numa conta garantida ou na conta movimento. Se você deposita na conta garantida, o que acontece? Porque, às vezes o cliente não quer retirar o recurso todo de uma vez, então ele deixa na conta garantida e à medida que ele precisa do recurso ele faz uma transferência para a conta movimento. Mas, não tem, não é prática comum se liberar um empréstimo sem cair em conta. Até a norma do BANCO CENTRAL manda que todo o recurso tenha que transitar em conta corrente.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Nessa operação com a GUARANHUNS, uma parte expressiva dos valores foram feitas através de cheques administrativos comprados no próprio BANCO RURAL, por que isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, pelo que eu estudei sobre movimentação bancária e com a implantação do cheque, do Sistema Pagamento Brasileiro, praticamente se falava até que com as TEDs iriam acabar o cheque administrativo, porque não justifica mais a emissão de cheque administrativo porque você transfere um recurso para um cliente ou para um fornecedor ou para um beneficiário via TED, via Sistema de Pagamento Brasileiro. Inclusive o próprio sistema pede que todo o recurso transite pelo Sistema de Pagamento Brasileiro para ver, evitar problema de quebra de instituição financeira com, eliminando o risco sistêmico. Se você transitar tudo pelas *clearings*, pelo Sistema de Pagamento Brasileiro, você não precisa mais de emitir cheque administrativo, ordem de pagamento nem nada.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): É uma forma de evitar o rastreamento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É uma forma de você, não identificar para onde foi o cheque. Evitar o rastreamento, com certeza.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Numa das contas, a 10105, que ele utiliza como boa parte final dos pagamentos, dos cheques do BANCO RURAL, dez não foram sacados, sendo dois cancelados, seis estornados e outros dois não constam na base de dados como sacados nem foram encontrados estornos, inclusive na contabilidade da SMP&B, como é que esse dinheiro circulou? Se há o cheque, há a contabilização, mas--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Houve o débito na conta dele?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Pois é, nós não temos essa informação.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, aí, entendeu? Porque olha só, se o cheque foi liquidado, ele tem que estar registrado ou na fita do caixa, no *log* do caixa ou, tem que estar micro filmado se ele foi liquidado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E se não estiver?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Se não estiver--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): O que pode significar isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O documento foi perdido dentro do Banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): No caixa é obrigatório.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É obrigatório na hora que você--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): (Inaudível).

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Na hora que você passa o cheque-- na leitora debita a conta e sai na fita de caixa, na fita de auditoria do caixa.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quer dizer, seria possível, coincidentemente nessas operações ter aparecido algum erro, não ter sido registrado? Ou é pouco provável?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O seguinte, não é normal, se teve erro não é normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado, com licença.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Todo e qualquer rastreamento que se faz, algumas investigações que eu fiz a mais forte é a fita do caixa. Se não está na fita do caixa, dificilmente daqui a dois, três anos, o senhor vai conseguir rastrear qualquer movimentação.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Essa tem sido uma das dificuldades. Vou insistir numa pergunta do Relator, só para tentar aprofundar um pouco. O senhor conhece Glênio Guedes, ou o sr. Ramon Prestes Guedes de Moraes?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não conheço. O sr. Ramon, acho que é sócio do Marcos Valério, né?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E do Tolentino Melo assessoria empresarial que é o advogado do Marcos Valério.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O Ramon às vezes eu participei de uma reunião sobre um *site* do Banco que ele estava junto, mas assim, foi o único contato que eu tive.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não o Ramon Hollebach?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, o Ramon que é sócio da SMP&B.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ramon Prestes Guedes, outro Ramon.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Esse aí eu não conheço.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E Glênio Guedes?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não conheço.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Nessa questão ainda do crédito consignado o BANCO RURAL pensava em atuar nessa área ou era a partir daquele Banco do trabalhador que ele--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, ele já trabalhava na área, ele tinha a RS PREVIDÊNCIA que trabalha nessa área de consignado bem antes.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Também aprofundando um pouco o que disse o Relator, com relação a eventual relação com doleiros, especificamente, o senhor conhece ou tem notícia de que o Banco tenha relação com o sr. Haroldo Bicalho ou Jader Kalid Antônio?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O conhecimento que eu tive foi tomado na mídia que apareceu, principalmente o Haroldo envolvido nessa parte aí, teve uma batida da Polícia Federal em Belo Horizonte que eu ouvi falar. Mas eu nunca tive contato pessoalmente com ele não.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): A KANTON ENTERPRISE, KANTON CORPORATION e RADIAL ENTREPRISE?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Também não.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Para nos ajudar a investigar. Boa parte do pagamento feito ao Duda Mendonça no exterior, se deu através dessas empresas que há suspeita que tenham esses doleiros como procuradores, ou eventualmente como sócios e os três bancos que intermediaram a maior parte da negociação, SÃO O *TRADE LINK BANK*, o BANCO RURAL EUROPA E O BANCO RURAL INTERNACIONAL, isto é mera coincidência?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Oh, é o seguinte, o que eu posso afirmar, com certeza aí, é que essas duas instituições, RURAL EUROPA,

RURAL, pertence ao RURAL, mas assim, não tem como eu te afirmar que é coincidência. Fica difícil de eu sustentar isso.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):

Mas, o Banco trabalha na remessa de recursos para o exterior, o senhor tem notícia se, ou informação de que possa trabalhar com operação sem registro, sem comunicação ao BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, o que eu sei é que tanto o BANCO RURAL EUROPA como o RURAL INTERNACIONAL eles atuam na área internacional, mas assim, como que é a operação, como que funciona, eu não participei de fiscalização nessa área internacional.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com relação à conta 2595, até depois, se o sr. Presidente e o Relator permitirem eu vou passar para o senhor a relação de beneficiários de saque entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004, mas, principalmente, de responsáveis por depósitos nesta conta, depositantes nesta conta porque quase 85% também dos recursos movimentados dentro dessa operação do BANCO RURAL saíram desta conta que foi operada justamente no período que está sendo objeto de investigação por parte da CPMI. Mas, a pergunta se o senhor tem notícia de que possa ter sido utilizado uma conta para receber recursos de várias fontes, recursos esses que poderiam eventualmente servir ao Marcos Valério para a utilização nesse processo de investigação da CPMI? O senhor tem esse tipo de informação? Ou quando o senhor apontou no seu relatório indício de operação atípica, o senhor chegou a identificar alguma conta específica do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Olha, no relatório que eu estou te falando política de conheça seu cliente, ela tem a conta específica.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): O senhor lembra qual era?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, não lembro de cabeça. Agora teria que solicitar ao BANCO RURAL esse relatório de política de conheça seu cliente que lá tem a conta específica. Eu não lembro do número da conta.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Vou lhe passar a relação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor lembra que no relatório ele tem --

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

No relatório tem lá, com certeza, Política Conheça seu Cliente, ele movimentou dez, quinze vezes acima dos padrões do seu faturamento, esse relatório tem que estar lá no Banco registrado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):

Mas, de qualquer maneira, vou lhe passar essa lista se eventualmente o senhor puder, depois. Existe a possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): O senhor quer que ele analise agora?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Até seria bom, só estou preocupado com o tempo por isso que eu lhe falei sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): O senhor poderia passar a lista.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Dos sacadores, dos beneficiários e dos depositantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): O senhor quer fazer mais alguma pergunta?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim, daí eu aproveito. Sr. Carlos, existe a possibilidade dos recursos, por exemplo, dos empréstimos ou de outras fontes que não dos empréstimos, aqui sendo objetivo uma das linhas é descobrir a fonte dos recursos. Então, nós temos na análise dos empréstimos que formalmente existem, o senhor mesmo reconhece e nós apontamos como uma simulação que podem servir como lavagem ou para justificar outros recursos. Mas, existe a possibilidade dentro dessa estrutura do Banco de que os empréstimos, esses recursos tenham transitado por alguma outra conta dessas pessoas ou do próprio, das próprias empresas do Marcos Valério e daí ter ingressado nessa conta que o senhor vai analisar agora? Mas, pelo seguinte, qual a lógica de um dinheiro que entra de empréstimo circular por tantas contas para que, depois, possa ser sacado ao beneficiário? Mesmo porque, os recursos começam a sair das contas do Marcos Valério em fevereiro, começam a ser depositados em janeiro de 2003 e vão até dezembro de 2004, são seis empréstimos. Mas, não há uma relação direta entre a data do depósito dos recursos dos empréstimos com a data de saque. Existe a lógica nisso? Ou, seria compreensível afirmar que o dinheiro do empréstimo entra necessariamente ele vai para o beneficiário?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, a análise que nós fizemos, ela parte do pressuposto da movimentação cravada no extrato bancário, ou seja, o sistema pega toda a movimentação do mês, entrada e saída e verifica se ultrapassou dez ou quinze vezes ou mais o seu faturamento. Então, a nossa análise, o processo é esse. Você pegar todos os débitos, todos os créditos e verificar quantas vezes ultrapassou a movimentação, o faturamento. Então, todo o recurso que nós analisamos estava debitado ou creditado na conta corrente dele. Não tinha nenhum outro recurso

a não ser o que vem, que sai no extrato dele. Então é a mesma coisa de você pegar o extrato, somar débito e crédito e verificar quantas vezes ultrapassou o faturamento do cliente. Isso é sem, sem cor e sem preconceito. é uma análise aritmética. Então o seguinte, a gente só imprime esse relatório, esse relatório vai direto para o diretor da área analisar e justificar o porquê daquela, do crescimento daquele faturamento. Então assim, a gente não analisa conta a conta, essa conta, essa conta. Esse é um trabalho que a gente chama de inspetoria. Depois que você mostra os indícios é que a inspetoria tem que analisar, o diretor tem que analisar. O *complaintce*, ele cria mecanismo para pinçar essas movimentações irregulares ou atípicas.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):

Muito bem. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): V.Exa. só poderia dar --

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):

Claro, e daí por fim eu faço só um registro e até por segurança, porque o depoimento do sr. Carlos ratifica os termos da entrevista e reafirma o que foi objeto do relatório parcial que tinha um foco muito específico, que era a análise 2003/2004, não houve questionamento com relação a esse ponto. É um indicativo de simulação, o indício de lavagem de dinheiro, o que se questionou foram fatos não incluídos no relatório que já foi objeto de esclarecimento e esses dados já foram incorporados e entregues ao Relator. Mas, é importante reafirmar isso para que não haja dúvida com relação a conduta de imparcialidade, com relação a preocupação de análise desses empréstimos, sob a ótica, inclusive, da legislação bancária e dos procedimentos bancários, e o depoimento hoje do sr. Carlos Godinho, ele ratifica os indícios e as dúvidas apontadas naquele relatório que justificam inclusive os pedidos de indiciamento e uma análise com mais rigor por parte do BANCO CENTRAL, e inclusive, do papel do BANCO CENTRAL em todo esse episódio. Agradeço, sr. Presidente, pela tolerância.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Senador, Deputado, eu pergunto se não há interesse do senhor solicitar os relatórios conheça o seu cliente para analisar a fala do sr. Godinho com respeito aos relatórios que foram encaminhados, não sei se o Relator e o senhor também que está fazendo a análise financeira, talvez fosse importante que viesse para cá esses relatórios. O senhor já tem a possibilidade de responder ao Deputado? Deputado, ele já está em condições de responder. Só pediria desculpa ao Senador Pannunzio, que é o seguinte, e aos outros demais. Desculpa é que eu vivo no Senado, para mim todo mundo é Senador.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu ratifico o seguinte, é que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Não há ofensa nisso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu trabalho o *complaintce* com a coluna valor, a gente não abria cliente a cliente daquela movimentação. Então o seguinte, a somatória de débito e a somatória de crédito se ultrapassar duas, quinze, dez ou quinze vezes a gente listava como indício para o diretor responsável dar o seu parecer. Caso haja--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Aí a importância do relatório conheça seu cliente.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Ali você vai ter a justificativa de porquê que eles não consideraram como lavagem de dinheiro, como indício de lavagem de dinheiro. Porque a norma do BANCO CENTRAL é bem clara, se a instituição financeira perceber que tem indício, tem que comunicar imediatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Algum desses o senhor lembrou aqui.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, não lembro porque eu estou te falando, eu trabalho com somatória de movimentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Então pode restituir a lista por favor ao Deputado. Senador, Deputado Pannunzio, V.Exa. eu vou começar pular os parlamentares que aqui não se encontram. Vou seguindo direto aos que estão presentes para a gente não ficar citando e chamar a atenção sobre o parlamentar. O seu tempo começa a ser contado agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Sr. Presidente Romeu Tuma, sr. Relator Deputado Osmar Serraglio, senhoras e senhores parlamentares. Eu começo aqui fazendo uma afirmação, sr. Presidente, sr. Relator. As ações que foram impetradas contra o depoente, sr. Carlos Godinho pelos Diretores, não sei se foi pessoa jurídica ou pessoa física, enfim, mas enfim diretores do Banco.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

São três pessoas físicas e um pelo Banco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Então na verdade são quatro.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Quatro e pelo que eu ouvi falar ainda vem mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Pois é, são quatro ações que o senhor está respondendo, vai ter que constituir advogado para fazer a sua defesa, causa certamente transtorno, despesas, outras coisas mais e preocupação. Mas,

se nós considerarmos, se considerarmos, aqui eu vou fazer meramente uma conjectura, uma hipótese, nada a ver com os fatos da forma como eu estou percebendo-os. Mas, se considerarmos que o senhor teria sido leviano na sua entrevista, que o senhor teria sido inconseqüente, ou pior ainda, o senhor tivesse agido com dolo, ações de indenização para um Banco que teve, inquestionavelmente teve, a sua imagem arranhada em função das declarações que o senhor fez na entrevista que o senhor, a que o senhor se prestou a dar declarações, são irrisórios os valores. Cem mil uma, cem mil de outro, não sei se chega a ter alguma de duzentos mil reais. Isso é o mínimo que uma pessoa física ofendida numa querela qualquer de campo de time de futebol por outro e às vezes consegue de indenização, coisas assim entre pessoas físicas de menor e secundária importância. Na verdade, o que passa, SR. Relator, eu peço aqui a sua atenção, o que passa a todos nós aqui é que essas ações, elas têm meramente o caráter intimidatório, para o senhor se assustar. Mas, na verdade, elas não são para serem levadas a sério, até porque o BANCO RURAL a essa altura deve ter a percepção que ele não vai sustentar nenhuma acusação dessa por muito tempo. Isto, na verdade, não é uma pergunta, é uma constatação que eu faço do depoimento de V.Sa., e também sobre tudo aquilo que eu pude ler do *affair* BANCO RURAL, as empresas Marcos Valério, Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores, que era também, segundo eu posso depreender, correntista do Banco. Muito bom. O senhor tem 17 anos de BANCO RURAL e como *compliance* o senhor tem quatro anos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Quatro anos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quatro anos, portanto o senhor tem uma experiência bastante grande na área.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Perfeito.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu faço aqui uma pergunta ao senhor, o seguinte: Nesses quatro anos que lhe cabia essa responsabilidade de detectar anormalidades no que seria aquele funcionamento normal do Banco nessa área de créditos, e outras mais que eu não sei, era comum a diretoria do Banco tratar com a mesma complacência, para usar uma linguagem, um eufemismo, ou eventualmente com descaso os casos que o seu setor, *compliance*, levantava para a diretoria do Banco? Teve outros casos que o senhor se lembre assim em profusão?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
É, se você, V.Exa. analisar a quantidade de indícios de

clientes com indícios que o BANCO RURAL já informou, você vai ver que é muito pouco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito pouco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Muito pouco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): De clientes do Banco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Do Banco. Dá uma média de três clientes por mês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Três clientes?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Por mês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É um número bastante pequeno, não é, para uma casa bancária.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Isso já foi até colocado pelo próprio BANCO CENTRAL.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É, causa alguma suspeita, não é? Realmente causa alguma suspeita. Pois bem. Eu pergunto se o senhor continuou no Banco depois das denúncias que o senhor fez, o senhor continuou no Banco ainda ou o senhor só fez a denúncia?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não, eu fiz a denúncia depois que eu saí.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Ah, depois que o senhor saiu. Quer dizer então o senhor não tem condições de afirmar nem por terceiros que trabalham no Banco se depois das suas denúncias o BANCO CENTRAL chegou a requisitar documentos adicionais a respeito desses empréstimos que o senhor denunciou como aparentemente irregulares?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não, não tenho conhecimento. Nem informações lá de dentro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tá bem. O senhor está sendo processado hoje, conforme o senhor disse, por vários diretores, inclusive a Presidente e também pelo Banco. Mas, eu pergunto, o senhor foi procurado antes de ser processado por algum desses diretores?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): E esse senhor de nome, de nome, onde é que está aqui--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Arnaldo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Arnaldo. O senhor, eu tenho te uma informação aqui, mas o senhor já tinha algum conhecimento dele, Arnaldo Vieira?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu tinha conhecimento, sei que ele, trabalha na RS, ele mexe com empréstimo consignado, mas hora nenhuma autorizei ele a falar em meu nome, meu relacionamento--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O que é essa área RS.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: RURAL SÉCULOS EMPREENDIMENTOS.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas, o senhor conhecia o cidadão?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu conheço, pouco relacionamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Do relacionamento ali institucional, do Banco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Muito pouco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas, ele não chegou a lhe procurar.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, de jeito nenhum.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Quer dizer, a partir do instante em que este cidadão procurou o Deputado Gustavo Fruet e disse o que senhor estaria interessado em desmentir o que disse à ÉPOCA, esse cidadão mentiu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza. Mesmo porque--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Usou o seu nome indevidamente e mentiu ao integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu, assim, não sei se vocês, todo mundo que está aqui acredita em Deus, eu juro por Deus que eu não tive contato nenhum com essa pessoa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não, o senhor não precisa jurar. Eu vou lhe dizer porque.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não há a necessidade de jurar-- então está desmentido automaticamente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Não, sr. Presidente, eu queria aqui, na verdade, até para deixar claro que as impressões contam muito. Eu, talvez seja o mais novo integrante desta CPMI, mas já tive a oportunidade de participar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas, é um brilhante parlamentar.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Bondade de V.Exa. mas, já tive a oportunidade de participar da oitiva tanto de indiciados como de testemunhas e confesso a V.Sa., sr. Godinho, que é a primeira vez que eu percebo alguém que pode estar amargurado, porque é uma situação complicada, pode estar preocupado com o seu futuro, mas que claramente fala a verdade aqui, claramente. O senhor não passa nem aquela impressão do tagarela que quer ocupar o espaço para que o parlamentar integrante da CPI não possa fazer as perguntas, entrar numa questão no qual ele possa cair em contradição e muito menos daquele desabusado que se enche de tranqüilizantes e remédios outros, e vem aqui e fica feito bobo no ar, conforme outros que nós já tivemos aqui. O senhor passa exatamente essa impressão de homem correto, um trabalhador que fez carreira numa entidade. O senhor não ficaria 17 anos no Banco se o senhor fosse relapso, conforme a diretoria do Banco fica afirmando que o senhor nunca teria feito relatório a respeito disso. O senhor não ficaria quatro anos como *complaince* se isso fosse verossímil. Na verdade, o Banco tem muito a explicar não só ao BANCO CENTRAL mas, a esta CPI aqui. Então o senhor pode ficar tranqüilo, o senhor não precisa jurar. A percepção que o senhor nos permite é de uma pessoa correta e que está falando a verdade. E, na verdade, esse sr. Vieira tanto mentiu a seu respeito como mentiu a respeito do Deputado Fruet, de quem ele disse que já conhecia e era amigo do Deputado Fruet e o Deputado Fruet negou e a palavra do Deputado Fruet tem fé de ofício aqui para nós, não é? Muito bom. Uma outra coisa, nesse processo a que o senhor está submetido, que pelo qual o senhor perder, for condenado, o senhor vai ter que indenizar em cem mil reais o Banco, ou a pessoa que se sentiu atingida, nesse processo o impetrante ou os impetrantes pediram também ao Juiz da Quarta Vara Cível de Belo Horizonte, pediram também que se fixasse uma multa, no caso a revista ou qualquer meio de divulgação da mídia por exemplar de cinquenta reais por exemplar de jornal ou revista ou de quinhentos mil reais para rádios e TVs que veiculassem essas entrevistas. O senhor tem conhecimento disso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu tenho conhecimento. Quando saiu publicada na revista ÉPOCA, eu fiquei tranqüilo porque o processo tinha sido indeferido. Mas, na segunda-feira, a ação que a doutora Kátia entrou foi autorizada a minha mordação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor sabe se a revista VEJA foi cha-

mada ao processo como lícito consorte como o senhor? A revista ÉPOCA.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Olha, eu vou te falar a última vez que eu conversei com o repórter que me entrevistou, o sr. David, foi justamente quando ele me ligou e falou que a doutora Aiana tinha perdido, teve a ação indeferida e que eu iria depor na CPI. Eu falei que sim. Ele falou: “É porque a revista ÉPOCA também recebeu uma notificação que nós nunca recebemos”. E não falou mais o que era. Estou transmitindo para a V.Exa., a última conversa porque depois desse dia eu troquei meu celular, desliguei ele para não ter que responder nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Deputado aí é liminar?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): É liminar que foi dada ou?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Na verdade a liminar foi negada. Foi negada por ferir um princípio constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): E posteriormente--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

No dia seguinte, na trigésima terceira Vara Cível conseguiram--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Mas, não na extensão que haviam impedido inicial?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não sei.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Não, porque aí feriria a Constituição e certamente a Revista ÉPOCA teria dado ciência--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu não dei muita ênfase as ações porque é problema demais. Eu vou resolvendo por etapas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Não, tá certo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Chegando lá, amanhã se Deus quiser, eu estou mandando via sedex para o Relator as cópias das ações e do depoimento ao Ministério Público Federal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): É, na verdade a direção do Banco pretendia cercear a liberdade de imprensa, o princípio constitucional de liberdade de expressão, que realmente é incabível. Mas, eu quero lhe perguntar mais uma coisa, o senhor como superintendente de *complaince*, o senhor sustentou, pelo menos no seu depoimento, que os empréstimos eram fajutos, pois o PT e Valério conseguiam renovar as dívidas e obter novos montantes

de recursos sem nada ter pagado. Coisa que não é absolutamente normal em nenhum negócio bancário, ou seja, se o cliente não amortiza alguma coisa do principal, não se renova empréstimo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Certo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Certo? O senhor poderia nos dizer, não sei se é da sua área, mas se for, ou o senhor tiver conhecimento, poderia dizer como é que estavam contabilizados no Banco esses empréstimos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu, a contabilização normal, a formalização normal, agora, pelos extratos dos empréstimos não houve uma amortização e não houve nenhum provisionamento. A legislação manda provisionar os empréstimos se não tiver pagamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Quer dizer que o Banco não cumpriu sequer as diretrizes legais previstas e as regras do BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Do BANCO CENTRAL. Com certeza.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Não houve provisionamento já--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

As operações eram classificadas como *reating* AA, ou seja, clientes AA dispensa provisionamento.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Ah, dispensa, AA?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Duplo A.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Fantástico. Clientes que tinham movimentação absurdamente mais alta?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Pela norma do BANCO CENTRAL, 2682, para você ser um cliente, um *reating* AA tem que ser uma VALE DO RIO DOCE, empresas de primeira linha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Deputado o tempo de V.Exa. está acabando pediria que concluísse.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Teria que ser uma empresa de primeira linha, com patrimônio elevadíssimo, que garantisse--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Garantias suficientes, é, pontualidade nos pagamentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

(PSDB-SP): Está claro então, que havia realmente uma cumplicidade entre a diretoria do Banco, sr. Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores que eram um dos beneficiários.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Com certeza. Não tenho dúvida.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com a palavra, Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr. Presidente, SR. Relator, sr. depoente. Acho que a essa altura muitas das principais perguntas também já foram feitas, eu gostaria apenas de complementar, complementa-las buscar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A Mesa agradece e os demais deputados também.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Novas explicações para poder reforçar o trabalho do nosso Relator. Eu começaria, sr. Carlos, o senhor falou sobre a elaboração de relatórios automáticos.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E de relatórios internos.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Que é nesses internos é que há a discrepância, onde houve, digamos assim, a censura. Esses relatórios automáticos, eles são mantidos No Banco?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: São, por cinco anos.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Não é possível confrontá-los, confrontar os relatórios automáticos com os relatórios internos, e aí então conseguirmos saber onde é que foi maquiado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza, se pegando, são seis relatórios semestrais que foram feitos e os outros relatórios são mensais. Eu ratifico que se você pegar a política de conheça seu cliente, a movimentação acima dos padrões, vocês vão notar que houve um excesso na movimentação, que essa, esse excesso foi para os diretores estatutários justificarem e que, com certeza, eles justificaram, mas não como prevenção, não como indício de lavagem de dinheiro.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas, ou seja, o Banco promoveu, digamos assim, uma certa censura nos relatórios internos.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A parte, o relatório semestral que vai para o conselho sempre teve censura, nem tudo pode se colocar lá.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Agora--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Isso é recomendação.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Agora de posse dos relatórios automáticos, o Banco fazendo essa censura, ele não corre o risco de ser desmentido pelo Relator automático?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Fica subjetivo, certo. Porque tanto o *complaince* como Auditoria Interna sempre põe o dedo na ferida: "Oh, isso está errado tem que mudar o processo; tem que fazer isso; tem que fazer aquilo". Quando isso não é do agrado isso sai fora. Então não tem como você, dali, chegar no outro ou fazer essa--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Esse confronto não é possível fazer, não é possível se estabelecer, então certamente eles sabiam disso foi por essa razão é que maquiaram.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O importante aí, V.Exa., é o seguinte, é que um relatório semestral que está tudo bem, ou parte está bem e o principal não está lá é porque tem alguma coisa, isso é importante, ou seja, o computador analisa a movimentação de vários clientes e sinaliza para um Banco que tem um diretor estatutário responsável por prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Ele recebe a informação que aquele cliente tem indícios, que aquele cliente apontou movimentações acima dos seus padrões e ele tem que ser responsável o suficiente para analisar com rigor a movimentação.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Tá.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: E no caso específico, eles analisaram a movimentação e assinaram como não lavagem de dinheiro.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ou seja, o senhor está afirmando, mais uma vez, que deliberadamente a diretoria do BANCO RURAL escondeu do BANCO CENTRAL a movimentação suspeita das contas do sr. Marcos Valério?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu vou colocar, V.Exa., que ele não informou conforme determina a 2862.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Escondeu deliberadamente.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Porque é o seguinte, eu ratifico, o número de informações ao BANCO CENTRAL era uma média de três clientes, no máximo, por mês. Enquanto que o mercado aí trabalha com um número bem maior e vocês podem acessar o BANCO CENTRAL e levantar no período de três, quatro anos, quantos clientes que o BANCO RURAL informou. Aí vocês vão ver que quem procede as minhas colocações.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ou seja, que o BANCO CENTRAL então, ele poderia ter desconfiado até por esse dado poderia ter desconfiado.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É lógico. Porque com certeza se você informa ao BANCO CENTRAL que aquele cliente está com indício, ele analisa a movimentação ou encaminha para o Ministério Público Federal, ou encaminha para a Receita Federal, ou encaminha para o COAF.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O que o senhor já disse, e agora poderia confirmar, isso o senhor não sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O COAF é sempre obrigatório, não é?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha só, V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quando o movimento ultrapassa o limite?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Obrigatório é o saque, depósito--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mais de dez mil?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Acima de cem mil, isso é obrigatório, informar o BANCO CENTRAL e o BANCO CENTRAL repassa isso para o COAF. Agora, o conjunto de movimentação que apresenta indícios, então, por exemplo, você pega o excesso de depósitos em espécie, o excesso de saque em espécie, empréstimos sem serem pagos, movimentação atípica e cria, ausência de garantias e cria... e cria e põe na mesa: "Olha, isso aqui está com indício. Informa ou não informa? Não informa", então pronto.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu queria, então, nesse ponto que eu queria fazer uma nova pergunta para o senhor. Em que momento o senhor passou a desconfiar dos empréstimos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, com o excesso de vezes que a movimentação apareceu.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sei, mas o senhor tem como precisar em que--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, eu sei que foi umas oito, nove vezes, período de 2003, 2004.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Oito, nove vezes seguidas, o senhor começa a desconfiar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aí você começa, porque o relatório, ele carrega os meses anteriores, não é? Então ele vai fazendo uma puxada, né? Oh, apareceu nesse mês assim, assim, assim assado. Então isso..., agora, não informar ao

BANCO CENTRAL é decisão dos estatutários responsáveis pela movimentação.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Certo. Agora em que momento o senhor teve convicção de que aquilo era, digamos assim, era realmente uma operação de fachada e que contava com o conhecimento e o beneplácito de toda a diretoria?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, certamente foi na hora que estourou o escândalo.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O escândalo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Até então o senhor não conseguia entender bem?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A gente sabia que tinha indícios, a gente mostrava que tinha indícios e que a instituição não tomou as providências que tinha que tomar. Porque por isso que o BANCO CENTRAL pediu aos Bancos para criar uma área de *complaintce*. Agora, está havendo aí mais áreas que tem que criar. Foi criado o conselho de auditoria para os Bancos que movimentam, têm um capital maior.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas, sr. Carlos, o senhor com 17 anos de Banco e quatro anos na área de *complaintce*, foi a única vez que o senhor desconfiou de operações dessa natureza ou chegou a denuncia-las através de relatório?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, é o seguinte, a posição do *complaintce* é de criar o mecanismo. O mecanismo, você analisa ele duas, três vezes, se está funcionando. Ou seja, se aqueles clientes que estão ali realmente apresentam aqueles indícios. Daí para frente, quem acompanha isso é a área detentora das contas.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu entendi, eu queria saber se em outras ocasiões o senhor percebeu os indícios e relatou-os a quem deveria relatar? Ou foi a única vez que o senhor percebeu indícios de lavagem de dinheiro no BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O seguinte, são vários clientes, né, que apresentam indícios e o resultado que vai para o BANCO CENTRAL é muito pequeno. Isso sempre chamou a atenção.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, outras oportunidades o senhor também relatou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, outras oportunidades, o relatório de **Política de Conheça seu Cliente** apresentavam vários indícios e não foi informado ao BANCO CENTRAL.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o senhor pode dizer uma delas?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É o seguinte, é o que eu estou te falando. A gente sabe que sai vários cem, duzentos relatórios por cliente por mês e o resultado informado é muito pouco. Então isso, entendeu? Ou seja, você imagina você imprimir cem movimentações fora dos padrões, certo?

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu

estou entendendo eu estou achando que o senhor--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu não sei os nomes dos clientes, eu sei, eu recomendo que seja solicitado esse período.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu vou

mudar a pergunta, foi à única vez que o senhor relatou alguma coisa e não aconteceu nada e a diretoria teve uma posição de esconder?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, teve outras vezes.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Outra

vezes, a diretoria era reincidente nesse comportamento?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É, é uma prática, de--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): De esconder dados do BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

-- De esconder e de não deixar o relatório de controles internos e *compliance* espelhar a realidade. Porque é normal.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Isso

o senhor reconhece essa prática do tempo que o senhor respondeu pelo *compliance* ou já de antes desse período?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Deixa eu te falar, V.Exa. a Resolução 2554 que cria esse relatório, ela foi implantada em 98, editada em 98 para implantar em 99. Em 2000 os bancos eram obrigados a fazer esse relatório. O BANCO RURAL só começou a fazer esse relatório em 2003. Ele foi chamado a atenção pelo BANCO CENTRAL, que fez auditoria lá.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E de

2003 em diante o BANCO RURAL era reincidente na prática de esconder dados do BANCO CENTRAL? Além de não ter, de não ter obedecido à resolução anteriormente, ele se comportou dessa maneira depois?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Dessa forma. E outra coisa, nem sempre que o *compliance*, auditoria interna e inspetoria levantaram foi colocado em 100%. Isso, com certeza, você imagina uma inspetoria que vai numa agência de Brasília, vai numa agência de Assembléia, vai numa agência de São Paulo e não vê os saques que foram feitos? Isso é uma pergunta que realmente--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr.

Carlos, o senhor desculpa, o meu tempo está acabando, eu queria fazer algumas perguntas que eu acho importante. Além do senhor, quem mais teve convicção de que essas operações do BANCO RURAL eram operações de fachada?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu te afirmo que outras áreas que têm o mesmo acesso que eu tive, analisaram as mesmas operações, e agora eu te dou os nomes da área de inspetoria, sr. Reginaldo Eustáquio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O

senhor pode falar as pessoas, Reginaldo Eustáquio é superintendente?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

De inspetoria, ele tinha condições de analisar essas operações, agora, se ele vai falar se é de fachada ou não aí eu não posso responder.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O se-

nhor nunca chegou a conversar com ele sobre isso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É o seguinte, o BANCO RURAL tem um comitê de lavagem de dinheiro.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O

senhor discutia com ele?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Com todo o comitê.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Todos

eles, como o senhor eles achavam que essa operação era?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

A gente discutia, essa movimentação está, mas não quer que informe. Lá do dentro Banco tem um comitê de prevenção à lavagem de dinheiro.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ou

seja, o Banco inteiro sabia que era um esquema?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Que tinha a movimentação, a SMP&B é cliente do Banco tem 12 anos. Já teve outros casos envolvidos em outras operações, a gente sabe da mídia.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): En-

tão, isso o senhor está repetindo que era uma prática comum no BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Realmente.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Os

superintendentes terem conhecimento e não poderem fazer nada continuando a fazer o seu trabalho?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

É realmente o seguinte, para a gente poder definir claramente as coisas. Nós sempre estamos subordinados a um diretor estatutário. A gente sempre ao conhecimento deles o que está acontecendo. As ações que

são tomadas são responsabilidade deles. Tanto a parte de inspetoria, auditoria e *complaintce* sempre alertaram das irregularidades.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas o senhor há de convir que há uma responsabilidade moral também embutida e ética?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É ética.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor está dizendo só da responsabilidade funcional. Eu acho que o senhor responde também por isso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o principal, nós temos, foi feito um código de ética.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor conhece outros casos em que os clientes não foram executados por problemas, não se executaram as garantias, ou foi apenas no caso do SMP&B?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, eu não tenho condições de responder essa pergunta. Agora, eu recomendo que se olhe a provisão que foi feita dia 30/06, que ali tem todos os clientes que não pagaram.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Todos que não pagaram?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, porque foi provisionado deu um prejuízo de cento e trinta e tantos milhões. Porque o BANCO CENTRAL mandou provisionar todos os créditos, vocês podem olhar a lista dos clientes que estão lá e vocês vão ver.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor poderia dizer se as garantias sendo insuficientes, os próprios avalistas não serem--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado, só pediria.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Já vou terminar, sr. Presidente. Eu estou consciente, só vou terminar. O senhor acha que poderia ter uma garantia no exterior, o senhor acha que poderia, o Banco poderia ter recebido uma garantia extra numa das suas agências do exterior--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, eu não tenho condições de verificar isso. A gente trabalha com as garantias que cadastradas no computador. A nossa análise é feita em cima disso.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Vocês cogitaram isso no comitê que avaliava os riscos alguma vez?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Não cogitaram?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

A gente cogitava em relação ao excesso de renovação e a movimentação superior várias, dez a quinze vezes o faturamento.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): A última pergunta, sr. Presidente, o senhor me permita. O Deputado Pannunzio fez uma referência a uma ação que foi promovida buscando censurar a entrevista do senhor na ÉPOCA. O senhor, depois disso, deu alguma entrevista a outro veículo de comunicação ou foi, se sentiu intimidado, então deixou de dar entrevistas?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, depois que eu tomei ciência da ação, através de, fui notificado pessoalmente, eu não dei mais nenhuma entrevista e ninguém também não me procurou porque eu mudei os meus números todos de telefone.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor não se sentiu intimidado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza e muito intimidado, não foi pouco não.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Tá bom, sr. Presidente, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado, com a palavra, Deputado Carlos Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado, sr. Presidente, prezado Relator e caro depoente. V.Sa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Parece que o tempo do Deputado Maurício Rands... vai passar para V.Exa. as perguntas dele, e aí, V.Exa. faz a gentileza. Nós faremos o tempo em respeito ao Deputado.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pois não, se der tempo. Muito obrigado. O Deputado Maurício Rands se ausenta com a reunião dos defensores e o Presidente da Câmara Deputado Aldo Rebello. V.Sa. a uma certa pergunta feita pelo Relator, afirmou que fez determinadas assertivas publicadas na revista ÉPOCA por entusiasmo. Se eu não estou enganado as assertivas teriam sido referentes a: "Godinho diz que BANCO RURAL compactuou com as operações do PT e Marcos Valério em troca de favores, *lobbies*, recursos ao BANCO CENTRAL, órgãos fiscalizadores e negócios que o beneficiaram" é sobre essa assertiva que o senhor se referiu?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não 100% dela.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O que não 100%, o que desconta dos 100%?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Coisas como, por exemplo, que eu não posso provar, *lobbies*, recursos. Agora, eu coloquei claramente aqui

que o BANCO RURAL foi fiscalizado e não foi, o resultado não foram colocadas as movimentações da SMP&B, o que está em voga.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): V.Sa. também fez referência ao fato de que detecta, ou detectava, no caso do *complaintce*, cerca de cem a duzentas evidências de que poderia surgir a notícia ao BANCO CENTRAL de indícios de lavagem por mês, é isso mesmo que V.Sa. informou?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Mais ou menos por isso aí.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Que daria em torno de dois a três desses cem ou duzentos, se transformavam em notícia ao BANCO CENTRAL? Notificação ao BANCO CENTRAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, comunicação. O indício.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Comunicação.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: O indício não quer dizer que é lavagem.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu entendi, o senhor fez a referência numérica, isso que me importa, são cem a duzentas detecções que o *complaintce* verifica, depois o comitê avalia e informa em média dois a três por mês. Foi isso que V.Sa. informou.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Correto.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Portanto, há uma massa que eu não considero desprezível, ao contrário do que o orador anterior mencionou, evidentemente nem todos são Marcos Valério e suas empresas. Entre esses cem a duzentos.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Nem entre dois ou três informados--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Com certeza há outros. Nós estamos verificando, esse é o objetivo da CPI, aqueles que se coadunam em torno do eixo de mobilização de recursos do sr. Marcos Valério. O sub-relator, Gustavo Fruet, já detectou que o Marcos Valério concentrou as movimentações das suas empresas numa única conta, que teria mobilizado cerca de seiscentos e vinte e cinco milhões de reais nos dois anos. O senhor diz que isso revelava uma movimentação acima daquilo que era regular.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Do faturamento cadastrado no sistema do Banco.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O faturamento é cadastrado de que modo é informado pelo próprio correntista?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ele é informado pelo correntista, o gerente da conta faz a verificação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: E na hora, se tiver empréstimo, a assessoria de crédito faz toda a verificação através de balanço, através de documentos contábeis.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Correto, mas essa informação é feita no ato de abertura da conta ou é feita a cada vez.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ela é feita na abertura da conta e sempre atualizada periodicamente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Periodicamente por iniciativa do correntista?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não. Por exemplo, o cliente X, não atualizou o faturamento dele, ele movimentou alto, vai sair--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O gerente tem que solicitar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Vai sair na movimentação fora dos padrões, aí ele tem duas opções ou ele vai lá e corrige as informações em função de novas coisas, ou deixa sair sempre.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O BANCO RURAL deve ter outros clientes que têm mais de uma empresa ou são sócios em mais de uma empresa?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Tem.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Deve ter, e as empresas de um mesmo proprietário ou sócio costumam migrar recursos de uma conta para a outra do próprio sócio?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Deixa eu falar, o controle nosso até o dia que eu saí era feita por agência e conta corrente. Não era feito por grupo econômico, nem feita por CNPJ e CPF.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, portanto os empresários podem mobilizar os recursos de uma para outra?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Claro--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, já compreendi, nós temos que ter claro o volume e a intensidade das informações, porque senão as informações ficaram parciais e fica parecendo que o monstro foi constituído quando na realidade ele pode ser menor do que aparenta.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: V.Exa., continuando para ficar mais claro ainda. A movimentação de conheça seu cliente é agência e conta.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, eu entendi, verifica o movimento daquela conta.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Naquela conta.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Entendi isso. O senhor também informou aqui, recentemente, respondendo ao Deputado Silvio Torres que havia já outros casos envolvendo a DNA com problemas de empréstimo no BANCO RURAL.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, eu não são, eu não recorro se é DNA ou se é SMP&B, mas que eu tenho quase certeza que é SMP&B.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor tem quase certeza que é SMP&B.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Em 1998 qual era a função que o senhor exercia?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Trabalhava na área de informática, por isso a minha dúvida.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor não acompanhava essa situação. Mas em 1998 a DNA tomou empréstimos no BANCO RURAL. Ofereceu inclusive como garantia contratos de publicidade da Secretaria de Comunicação do Governo com Minas Gerais. Na renovação inclusive autorizava que o dinheiro para a quitação dos empréstimos fosse tomado diretamente daquele contrato. Consta que aquela solução de 1998 só se deu em abril de 2003, num acordo judicial.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É por isso que eu tomei conhecimento disso pela mídia, por isso que eu estou na dúvida se é SMP&B ou DNA.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): É, porque o senhor tem uma memória muito clara do período que esteve dentro da *complaince*, não é isso? Que são os últimos quatro anos. Evidentemente que a DNA movimentou recursos em 2001 e 2002 quando V.Sa. já estava nesse cargo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Com certeza, eu tenho mais claramente aqui que a DNA, ela movimentou bem em 2004.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor tem muito claro isso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Isso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Mas eu quero lhe dizer o que senhor já estava no exercício da sua função no período anterior, e que inclusive um dos empréstimos resultava num débito de treze milhões de reais, e que foi acordada a sua quitação por dois milhões, sem jamais ter sido executado antes.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Só que é o seguinte.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Desde 98.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: A área de *complaince* vai criada no BANCO RURAL em 2001 agora para criar e implantar ela demora um tempo. Então, demorou aí, teve um *gap* aí de um ano, um ano e meio para a gente estrutura toda a área de *complaince*, todos os controles, implantar políticas de prevenção à lavagem de dinheiro. Então o negócio não é tão assim, imediato, já foi para o *complaince* já começa a analisar.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro que não.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Tem treinamento.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Por isso eu tomei o cuidado de falar, 2001, 2002, 2003 e 2004.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Perfeito.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor mesmo que havia eventos envolvendo, o senhor tinha dúvida se era DNA ou SMP&B, eu estou afirmando a que documentação constante da CPMI já demonstra que foi a DNA.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E naquela época, a operação feita foi para garantir recursos a uma campanha eleitoral que envolvia uma coligação partidária PSDB/PFL/PTB/PPB/PSN e PSD que mobilizou uma série de recursos, aliás, recursos que foram mobilizados para além do ano de 98 conforme consta à documentação e a sucessão, inclusive, de renovações, que é a palavra que V.Sa. usou. V.Sa. fez referência que no caso do empréstimo concedido não em nome de laranja, porque era o nome do próprio partido, PP, diferente do outro que envolvia o sr.

Mourão, V.Sa. fez referência a que não havia nenhum tipo de quitação de compromisso, nem de juros, nem de amortização do principal.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Perfeito.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor está afirmando isso com segurança.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Estou afirmando isso com segurança.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E que a rolagem portanto dos novos empréstimos foram tomadas em nome do PT?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Teve, em nome do PT.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Os sucessivos empréstimos foram tomadas em nome do PT?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Teve empréstimo do PT renovados e teve empréstimos novos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Teve empréstimos novos da agência de publicidade SMP&B?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Do PT também.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor está dizendo que teve dois tipos de variáveis ao longo do tempo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: São dois clientes, PT e SMP&B, certo? Que a prática sempre foi essa de renovar os empréstimos sem liquidar, sem amortizar.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sem liquidar e sem amortizar, mesmo quando eram dados títulos em garantia esses títulos não eram utilizados na amortização.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Mesmo com recursos.

>> A prática.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, é o seguinte, todos os dois empréstimos, eles não tiveram amortização nem liquidação e foram renovados.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu entendi. Compreendi que são dois tipos de movimento, são mais de dois empréstimos pelo o que senhor está dizendo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: São vários empréstimos.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): São vários empréstimos, é uma sucessão cuja titularidade é Partido dos Trabalhadores e uma outra sucessão cuja titularidade é SMP&B.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: SMP&B e DNA.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Em ambos os casos, o senhor está afirmando que não houve nem quitação de juros e nem amortização residual, nesse sentido há portanto a demonstração de irregularidades. No caso relativo aos empréstimos de 1998, que era o contrato de mútuo no valor inicial de nove milhões de reais era a DNA Propaganda.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Esses empréstimos foram dados como garantia a ele nota promissória de onze milhões e setecentos mil reais, que correspondia aquela época 130% do valor da operação que tinha sido contratada. Essa nota não foi descontada pelo Banco. Em termo próprio também essa DNA constituiu outra caução de penhor decorrente de contrato de veiculação de matéria publicitária firmando como garantidora o Estado de Minas Gerais, através da SECOM, é a sucessão daquele lá de trás. O que eu estou querendo identificar, sr. Godinho, é exatamente se esse procedimento que V.Sa. aqui descreve como irregular e apontou nos seus relatórios nas notícias que dizem respeito aqueles relatórios mensais, que apontam irregularidade em relação ou ao excesso de movimentação ou ao direito creditício não ter sido cobrado, não é isso? Não ter pontualidade no compromisso, ou como o senhor falou, o outro indicador que era a renovação sucessiva. Naquele caso, em 1998, em setembro, as partes contrataram novamente uma revisão dos índices colocando 59, 19% ao ano como sendo fator de correção do empréstimo. Ratificaram todas as cláusulas depois de vencido esse empréstimo em 19 de outubro de 98. Em 99, 30 de junho de 99, a devedora DNA reconheceu e confessou ao credor BANCO RURAL a quantia líquida de oito milhões, trezentos e cinquenta, em decorrência de um saldo devedor. Declarou a ausência de intenção de inovar e aí as partes convencionaram que a dívida seria paga em oitocentos e cinquenta mil no ato e o restante, sete milhões e meio no prazo de 120 dias, 28 de outubro de 99. Sobre o valor da parcela discriminada incidiriam encargos referentes a variação da taxa básica financeira, percentual acumulado de 1, 2% ao mês. Para garantir o cumprimento daquela obrigação, convencionaram, o devedor e o credor, a permanência da garantia referente ao caução do contrato de produção e veiculação de matéria publicitária. Novamente, o mesmo contrato, com o Estado de Minas Gerais através da Secretaria da Casa Civil e Comunicação, SECOM. Estabeleceram que aquela transação não desnaturava os títulos executivos da dívida consolidada, portanto, era aquilo

mais o anterior; e colocava como valor exigível da dívida oito milhões, trezentos e cinquenta. Determinou-se a condição de devedores solidários e assinaram nova promissória. Em outubro de 99, a devedora pagou dois milhões, oitocentos e sessenta e oito daquele total, portanto deu quitação parcial, diferente do que V.Sa. informa na sucessão de 2003 e 2004. E restava um débito montante de cinco milhões, trezentos e nove mil reais, declarando a ausência de intenção de inovar, novamente, 1999, remanesce esse saldo e se faz um novo contrato com novas garantias. Esse empréstimo, essa operação só foi solucionada em 11 de abril de 2003 e no ano de 2002, como V.Sa. indicou, no ano de 2000, perdão, o Banco solicita o provisionamento para dar como perda. O senhor está me informando que em relação aos empréstimos que envolveram as empresas do sr. Marcos Valério e Partido dos Trabalhadores, esse provisionamento jamais fora feito.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Foi feita só em 30 de junho

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Foi

feito ---

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Em 30 de junho no balanço semestral desse ano, né.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT):

Sim.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Por determinação do BANCO CENTRAL.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E há

alguma ação de cobrança judicial desses empréstimos por parte do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Tem ação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso

quando se faz com a ação judicial de cobrança de empréstimo, isso configura empréstimo ou não configura empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Configura empréstimo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Quan-

do a quitação é bem a menor no acordo judicial do que aquilo que é valor da dívida, o senhor considera que isso é quitação de empréstimo ou isso é fajutice de empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu considero quitação de empréstimo, parte do empréstimo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O

senhor considera a quitação, por isso o acordo é judicial.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Não, eu considero parte da liquidação.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Parte da liquidação, mas foi feito em juízo. Para efeito do Banco, para efeito do devedor, perdão, a quitação está dada.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Aí eu não sei te responder.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O

Banco pode cobrar de novo aquilo que ele já cobrou e fez acordo judicial?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Eu não sou advogado, eu não posso responder essa pergunta.

(soa a campainha)

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Mas

o senhor considera que feita à quitação parcial em juízo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Deputado, encerrou, pediria sem prejuízo da conclusão.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pois

não, mas a mesma solidariedade o que senhor teve com o Deputado Silvio Torres, eu vou pedir que me dê também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Mas eu estou dizendo a mesma coisa, estou dizendo o que eu disse a ele.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Ok,

está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Não vou interromper, apenas faço o apelo dentro da consciência de V.Exa. e a importância de dar continuidade. Não estou prejudicando. Só estou alertando na colaboração.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu

agradeço o alerta mas gostaria de esclarecer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Mas pode chegar a conclusão--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Entre

1998 e 2002 transcorreram quatro anos, o acordo foi feito em abril de 2003, dando quitação num saldo que aquela altura já era de treze milhões de reais de endividamento da DNA, para dar suporte a movimentação do sr. Cláudio Mourão na campanha daquela coligação que eu mencionei em Minas Gerais. Nós estamos no ano de 2005, eu tenho a expectativa de que o Banco, para escapar inclusive de tudo o que aquilo já está apontado aqui como prática irregular, tome as providências, o senhor confirma, de cobrar judicialmente os empréstimos tanto as empresas do sr. Marcos Valério quanto a Partido dos Trabalhadores.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:

Certo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E portanto, se se consolida a quitação ainda que parcial em juízo do empréstimo, o senhor me afirma que isso é operação de empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza, é operação de empréstimo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O Banco o contabiliza como perda caso não tenha resgatado nem o principal, nem o principal mais os compromissos de administração--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Certamente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O Banco consolida como prejuízo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Como prejuízo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Portanto não houve outro dinheiro que suportou o Banco naquele empréstimo que foi feito.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não teve outro dinheiro que suportou o Banco naquele empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Com certeza, o empréstimo ainda não foi liquidado.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Não, mas o senhor diz que tem uma ação para liquidá-lo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Mas não foi liquidado, hoje o prejuízo do Banco é 100% do empréstimo porque está provisionado.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, quando era treze milhões a dívida dos outros também, foi pactuada em dois milhões. Ele teve um prejuízo de nove.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aí é a parte negocial entre as partes.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Uma parte negocial que o Banco dá como prejuízo, o que significa, portanto, que não há um provisionamento de terceiro sobre esse empréstimo que foi contratado.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, porque quando faz o provisionamento já foi para prejuízo.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Então. Eu agradeço os esclarecimentos, a parcimônia do nosso Presidente e tenho convicção de que para nós termos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nenhum assunto pode ficar inconcluso.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, para nós termos uma formulação definitiva para a CPMI, evidentemente que esses fatos têm de ter a

consideração daquilo que é também documentado dos procedimentos que cumpram normativa de controle financeiro, controle fiscal, tributário e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Para a análise do Relator.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Claro, até com a afirmação que faz o próprio, ex-superintendente do *compliance* do BANCO RURAL eu tenho em conta que para afirmar-se que ainda não há empréstimos ou que sua quitação é fictícia ou a sua tomada é fictícia, há um longo caminho a percorrer que eu tenho dúvida nossa tenacidade fará com que todos os fatos venham à tona. Obrigado, V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado a V.Exa. O doutor Álvaro Dias deseja fazer uso da palavra, como último orador inscrito.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Obrigando, sr. Presidente. Apesar de ter dividido o meu tempo com o plenário e esta Comissão e, portanto, não ter noção do que respondeu o depoente, de qualquer forma, está desobrigado de responder se houver repetição. Mas, embora o Relator, o Deputado Osmar Serraglio tenha insistido, esta parte eu presenciei, o senhor não respondeu muito objetivamente a questão da remessa de recursos para o exterior. Consta que há uma conta, vamos falar claramente. Consta que há uma conta que teria sido aberta e movimentada pelo sr. Delúbio Soares no TRADE LINK. É evidente que V.Sa. não tinha nenhuma responsabilidade relativamente a este tipo de operação, de movimentação financeira, mas deve ter tido o conhecimento.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: V.Exa., eu não tive conhecimento. A área internacional, a área de câmbio do BANCO RURAL sempre foi considerada pelo BANCO CENTRAL uma caixa-preta, procedimento muito específico do Banco. Não tive conhecimento. Não era de confiança do diretor da área internacional.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor tem conhecimento de que forma o Banco fazia os registros destas operações?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, pelas normas do BANCO CENTRAL, os registros têm que ser feitos no SISBACEN.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Mas ocorre que esta movimentação financeira não obedecia às normas do BANCO CENTRAL.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Aí, V.Exa., eu ratifico mais uma vez, eu não era da confiança do diretor estatutário responsável pela área internacional, sr. José Roberto Salgado, entendeu, que inclusive está me processando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só para iluminar um pouquinho aqui sobre esse problema de remessas internacionais, talvez V.Exa. não pergunta mas ele fez referência a questionamento do Relator de que o BANCO CENTRAL solicitou informações de remessa, cinco ou seis remessas através da operação BEACON HILL, que o BANESTADO--

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eram remessas inclusive do sr. Marcos Valério.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Era isso, desculpa, só para esclarecer.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Que nós inclusive trouxemos aqui quando do depoimento dele, embora ele tivesse negado ter realizado tais operações, ficou comprovado que realizou. O senhor não tinha conhecimento.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não tinha conhecimento, não participava do processo. As pessoas que cuidam da área internacional não me participavam disso porque eu não era da confiança deles. Inclusive por isso que eu saí.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Como o Banco conseguia esconder dos fiscais do BANCO CENTRAL essas operações ilícitas? O senhor tem noção?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Sigilo bancário.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O BANCO CENTRAL fazia auditorias no BANCO RURAL de quando em quando? Havia uma rotina?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, o BANCO CENTRAL, ele, primeira inspeção geral que ele fez foi em 2000. Depois disso aí, periodicamente ele passou a ficar dentro do BANCO RURAL. Pelo manual de supervisão do BANCO CENTRAL, sempre que eles analisam alguns indícios, que eles mandam umas equipes por área. A área de crédito, já teve lá várias vezes, a área de câmbio já teve várias vezes. E a área de prevenção à lavagem de dinheiro. Segundo o BANCO CENTRAL, eles monitoram diariamente todas as instituições financeiras e assim que percebem algum indício eles mandam os fiscais lá.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Em algum momento o BANCO CENTRAL orientou o BANCO RURAL a alterar procedimentos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Sempre, sempre.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O BANCO CENTRAL não constatou, em nenhum momento, que em muitas ocasiões o BANCO RURAL deixava de informar o COAF sobre operações que deveria informar?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, na EGC de 2000, que nós recebemos o resultado em 2001, 2002, o relatório foi muito forte, né, aí fez o Banco criar a área de *compliance*, modificar algumas coisas. O último relatório que nós recebemos, que o BANCO RURAL recebeu em nove de agosto de 2005 referente à inspeção iniciada em setembro de 2004, terminada em janeiro, ele não foi tão contundente, tão forte como o que era antigamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Em algum momento houve punição ao Banco? Porque nós--

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, punição não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Nós pudemos identificar inúmeras irregularidades.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Punição não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): O BANCO CENTRAL estava presente, segundo o senhor afirma. Naturalmente, se nós da CPI, como leigos, identificamos irregularidades é certo que o BANCO CENTRAL também as tenha identificado e não tomou nenhuma providência?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, o BANCO CENTRAL recomendou algumas mudanças de procedimentos.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ficou apenas no terreno da recomendação?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Da recomendação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Não chegou a nenhuma... alternativa de punição?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Processo administrativo, essas coisas não teve, que eu conheço.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Depois que iniciamos os trabalhos da CPI, o BANCO CENTRAL realizou alguma inspetoria, o senhor tem conhecimento disso, do BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Deixa, V.Exa., colocar para você o seguinte, para o senhor, esse relatório da última inspeção de prevenção à lavagem de dinheiro foi entregue ao BANCO RURAL dia 9 de agosto de 2005, sem mencionar nada sobre SMP&B, movimentações suspeitas.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Na verdade, o que nós constatamos é que o BANCO CENTRAL não tem cumprido essa finalidade fundamental

de fiscalizar as instituições financeiras do país. Os exemplos são inúmeros, para citar o caso do BANCO do ESTADO do PARANÁ, exatamente por omissão do BANCO CENTRAL, ou até cumplicidade, chegamos ao grande escândalo produzido no sistema financeiro nacional a partir do BANCO do ESTADO do PARANÁ. Há o BANCO SANTOS, enfim, há exemplos outros, mas neste caso do BANCO RURAL chega a ser um acinte porque extrapola os limites do bom-senso à omissão e a irresponsabilidade do BANCO CENTRAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, permitiria só, desculpa, que a gente, eu estava até começando com o sr. Relator, pelo que ele colocou a fiscalização foi eficientemente feita, em cima é que deram, me parece uma acochambrada isso, não sei se eu entendi bem isso.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Eu quero ratificar, V.Exa., que a fiscalização realizada pelo pessoal, os fiscais, os inspetores, elas são rigorosas. A gente passa até apertado para atender tanta coisa que eles pedem.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Nós queremos ressaltar, diante desse tipo de depoimento, a figura do técnico, do servidor público. Obviamente nós não podemos jogar sobre seus ombros a responsabilidade por todos esses desmandos, cabe-nos, é claro, imputar responsabilidade a quem responsável é. Neste caso, os dirigentes, o Presidente do BANCO CENTRAL, o Ministro, evidentemente não há como isentá-los de responsabilidade, já que exatamente essa permissividade, ou seja, essa complacência, essa omissão ou essa conivência e cumplicidade é que nos leva a esse desastre dos grandes escândalos no sistema financeiro do nosso país. Então, essa CPMI, ao final, terá que ser, no seu relatório e certamente o Deputado Osmar Serraglio carregará na tinta, essa CPI tem que ser rigorosa em relação aos dirigentes do lado do setor público do sistema financeiro, especialmente os dirigentes do BANCO CENTRAL. E nós não estamos aqui indicando nomes porque, evidentemente, esses fatos ocorreram em vários momentos e certamente alcançando vários responsáveis. Eu vou insistir um pouco mais deixando o BANCO CENTRAL de lado, mas registrando a nossa eu diria até indignação em relação ao comportamento de autoridades monetárias no país no que diz respeito a responsabilidade da fiscalização para impedir os desmandos que ocorrem. Eu vou insistir um pouquinho nessa questão dos empréstimos, né, que desde o início essa comissão suspeitou de que esses empréstimos eram mera operação contábil para justificar o repasse do dinheiro público abastecendo o “valerioduto”. E o senhor, corajosamente, foi à imprensa e registrou. Nós entendemos que foi num momento em que o sentimento

do patriota prevaleceu sobre as eventuais consequências que poderiam advir do gesto. Então eu insisto, é claro que a contabilidade é uma farsa, não é, existem os mágicos da contabilidade aí. Esta contabilidade é uma farsa. A contabilidade do Marcos Valério é uma farsa. É a farsa da fábrica de notas para calçar despesas que não existiram. O desvio de finalidade de recursos públicos, não é? E é evidente que a contabilidade do BANCO RURAL também não deixa de ser uma grande farsa. Realidade, de que forma o BANCO RURAL ressarcia-se desses recursos repassados a pretexto de empréstimos? De que forma?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Matematicamente é impossível responder porque, você está com um rombo de cinquenta e tantos milhões para receber.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Mas me parece que este rombo de cinquenta e tantos milhões só apareceu depois de julho, antes de julho a impressão que todos nós tivemos é o Banco não tinha nada para receber.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É por isso que eu coloquei a minha opinião, né, que se, pela movimentação expressiva--

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Porque, desculpe interrompê-lo, mas essa arquitetura do empréstimo ocorreu depois das denúncias da CPI, ou seja, lá por volta de junho, julho é que surgiu essa arquitetura no mesmo cenário em que se operou antes no período Collor com a arquitetura da Operação Uruguai, que se deu também a posteriori. Portanto, o Banco não fez os empréstimos, repassou recursos, certamente oriundos do erário, através de verbas de publicidade, através de VISANET, através da compra pela CAIXA ECONÔMICA da carteira de créditos consignados de, de empréstimos consignados do BMG, enfim, várias formas, ou notas calçando recursos do Ministério do Trabalho, da ELETRONORTE e do BANCO DO BRASIL, como se denunciou recentemente. Enfim, a seu ver, como isso era operado no BANCO RURAL?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Olha, V.Exa., o que eu apurei realmente é que a movimentação da SMP&B aumentou assustadoramente ultrapassando o seu faturamento. Esse é um indício. Outro indício, volume de saques.

(soa a campainha)

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Empréstimos sendo renovados. Esse conjunto chamou a atenção da área de *compliance* e o sistema, automaticamente, puxa essas movimentações e aponta. Quando isso é comunicado e não há ação nenhuma, você recomenda que tem que fazer alguma coisa e não é feito, você fica mais preocupado ainda porque a

sua função lá é preservar a imagem, o risco de crédito, risco legal, uma série de outras coisas. O emprego da gente está em jogo. Várias famílias. Então, é o seguinte, na hora que você leva para um Diretor estatutário que tem a responsabilidade de, no mínimo, informar se é indício ou não. Porque você está informando, você não está dizendo que está lavando, você está dizendo que tem indício, quem vai julgar isso são os órgãos competentes. Isso não foi feito. Isso antecede a norma do BANCO CENTRAL de saque acima de cem mil reais. Antes da norma dos cem mil reais, já prevalecia a 2852 que define que se tiver indício o Banco tem que informar. Então, isso tudo, esse conjunto de irregularidades chama a atenção. Agora, a frequência que foi acontecendo também desmotiva a gente, você pára de olhar, porque você já está sempre saindo, todo o mês, todo o mês, todo o mês, você desanima, você fica sem ação, não adianta.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu--
(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Esgotou, mas pediria se fosse possível concluir.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Faria mais uma pergunta, a última pergunta para encerrar as indagações e fazer só uma conclusão bem rápida. Esses contratos que garantiriam os empréstimos, contratos com o governo, contratos do governo, especialmente na área de publicidade, essa versão surgiu depois do escândalo ou, depois de julho que surgiu essa versão de que os empréstimos eram garantidos por esses contratos?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ou é anterior?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É o seguinte, toda a operação de crédito, toda a operação nova e a reforma em questão, ela é, tem uma proposta eletrônica. Essa proposta eletrônica, todo mundo faz o seu voto e faz a sua defesa, e sempre foi colocado que o empréstimo estava caucionado com garantias tais, tais e tais.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Era um empréstimo privado com garantia pública?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ou seja, era uma confusão do público com o privado?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: É, com certeza é o seguinte, a gente só analisou as propostas eletrônicas depois que você começa a analisar que a movimentação está, é o último instrumento, como que começou o empréstimo? O que aconteceu?

Na hora que você vê que várias pessoas estatutárias reformaram com base em parecer do gerente, que tem garantia, que o faturamento fez contrato com o BANCO DO BRASIL, que aumentou mais tanto o faturamento, aí está registrado. Se você, V.Exa., se o senhor solicitar as propostas eletrônicas que ficam arquivadas lá no Banco, vai ver as justificativas de cada um para aprovar ou não a reforma ou o empréstimo novo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Bem, eu vou concluir com uma opinião pessoal. Eu tenho a dizer o seguinte, sr. Presidente Romeu Tuma, sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, os principais responsáveis por esse esquema de corrupção podem ser identificados entre as autoridades monetárias do país porque se o BANCO CENTRAL impedisse operações escusas, absolutamente irregulares como constatamos, certamente este esquema não prevaleceria. O “valerioduto” existe porque houve complacência e cumplicidade das autoridades monetárias especialmente os dirigentes do BANCO CENTRAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Deputado Osmar Serraglio tem algo a acrescentar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só uma pergunta, toda vez que V.Sa. faz referência a empréstimos, está nesse raciocínio a existência também de um em nome da GRAFITE? Lembra disso?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: GRAFITE? Eu lembro que ela apareceu uma vez na política de conheça seu cliente e movimentação acima dos padrões, eu me recordo que ela apareceu com certeza, não sei o mês.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Há um empréstimo.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Ela apareceu não em função do empréstimo, apareceu em cima da movimentação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Mas V.Sa. teve ciência da relação que o Marcos Valério apresenta como sendo os empréstimos que foram transferidos para o PT? Chegou a ver a lista?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, não cheguei a ver a lista.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nunca percebeu que há um empréstimo de dez milhões para a GRAFITE?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO: Não, o que eu percebi é que houve uma movimentação grande na conta da GRAFITE, o que fez com que ela aparecesse na movimentação acima dos padrões. Aí isso foi para o diretor para ele justificar. Aí não voltou

para nós para inserir na transação do SISBACEN como indício de lavagem de novo. Porque vai e quando retorna é inserido no SISBACEN então foi justificado e deve estar arquivado lá e com a justificativa do diretor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Isso em relação a movimentação, mas especificamente, V.Sa. lembra alguma coisa do empréstimo da GRAFITE?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não, do empréstimo da GRAFITE não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Essa movimentação poderia servir de empréstimo?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não, eu só sei que a movimentação dela ultrapassou em dez a quinze vezes a movimentação, o faturamento dela. Agora qual a movimentação que fez com que subisse eu não sei.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Se eventualmente um empréstimo, há algum mecanismo possível de inserção de um empréstimo estilo essa aventada pelo Senador?

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Não, olha, pelo que eu conheço dos sistemas e pelo que eu conheço dos processos é muito difícil você inserir um empréstimo no computador sem que tenha uma proposta eletrônica, sem ter uma série de procedimentos para seguir.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Obrigado, sr. Presidente.

SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO:
Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Bom, não havendo mais nenhum inscrito. Vou pedir licença para desligar aqui. Não havendo mais nenhum inscrito queria agradecer a presença de V.Exas. e informar que o Presidente marcará a próxima reunião e comunicará os senhores membros em seus gabinetes. Agradeço muito a compreensão e a atenção; e também ao doutor Godinho pela exposição e pelo tempo que aqui permaneceu.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 54ª Reunião, realizada em 14/12/2005.

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 02 da Ala Senador

Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Osmar Serraglio e ainda com a presença da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor José Roberto Salgado, vice-presidente do Banco Rural. Entretanto, a Presidência informa que o depoente comunicou sua ausência por meio de seu Advogado José Carlos Dias, justificando o seu não comparecimento por motivos de saúde, ficando sua oitiva para nova data a ser reagendada. Nada havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e um minutos. Para constar, eu, **Wanderley Rabelo da Silva**, Secretário da Comissão, lavro a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MT)
– Com as bênçãos de Deus, evidentemente, mais uma vez, hoje, a nossa oitiva da CMPI dos Correios seria do Dr. José Roberto Salgado, vice-presidente do Banco Rural, e recebemos ontem, do Advogado José Carlos Dias, a seguinte correspondência:

Conforme pude relatar em conversa telefônica que acaba de manter com o Dr. Vanderlei Rabelo, por intermédio de quem lhe enviou esta carta, o Sr. José Roberto Salgado, diretor do Banco Rural, instituição por mim assistida perante esta CPMI dos Correios, encontra-se enfermo, em situação que o impede de comparecer ao depoimento designado para o dia de amanhã e para o qual fora convocado.

O estado precário de saúde está comprovado pelo atestado médico subscrito pelo conceituado médico cardiologista Dr. Paulo Kleber Avelar Araújo, de Belo Horizonte, devendo permanecer a guardar repouso pelo prazo de dez dias. Não descarto a hipótese de ser factível que o Sr. José Roberto esteja em condições de prestar um depoimento talvez antes dos dez dias previstos, desde que em situação menos estressante do que representa um depoimento perante a CPMI, com muitas horas de inquirição, aventando a possibilidade de se dar tal ato em Belo Horizonte.

Contando com a sua habitual atenção, aproveito para enviar a V. Ex^a e a seus eminentes pares os meus respeitosos cumprimentos, colocando-me à disposição para qualquer contato.

Cumprimentos respeitosos.

José Carlos Dias.

E nós, em função dessa correspondência recebida do Dr. José Carlos Dias, acionamos a Polícia Federal em Belo Horizonte, o Delegado Nereu de Souza Muniz, e recebemos a seguinte informação – quem recebeu essa informação e nos repassou foi o Delegado Rodrigo de Melo Teixeira, em função do telex que encaminhamos à Polícia Federal de Belo Horizonte ontem:

Sr. Delegado, visando atender o expediente acima mencionado, informo a V. S^a que compareci hoje, por volta das 9:30 horas, na Rua Paracatu nº 872, sala 801, consultório do Dr. Paulo Kleber Avelar Araújo, CRM 4184, médico cardiologista. Em conversa com o mesmo, ele confirmou a autenticidade da atestado médico emitido para o Sr. José Roberto Salgado. Disse também que seu paciente compareceu ontem em seu consultório com pressão arterial bastante alta, sendo a mesma em torno de 17 por 11, e que ele recomendou o afastamento de suas atividades por cerca de dez dias, a fim de ser medicado na dosagem certa do medicamento que ele prescreveu para o Sr. José Roberto.

Dr. Paulo disse também que o Sr. José Roberto é seu paciente há vários anos e chegou a mostrar a ficha médica do seu paciente e colocou-se à disposição para sanar qualquer dúvida a respeito da saúde do seu paciente. Também confirmou o Código Internacional de Doença CID 10 como sendo hipertensão arterial essencial.

Atenciosamente, Dr. Nereu Muniz.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2005

O que quero registrar a V. S^{as} e a V. Ex^{as}, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Osmar Serraglio, é que, em função desse atestado médico, não vamos realizar hoje essa oitiva do pleno da CPMI dos Correios, mas as outras agendas estão absolutamente confirmadas, agendas que vão ser desenvolvidas pelas sub-relatorias da CPMI dos Correios.

Eu gostaria também de registrar que estamos aguardando o posicionamento do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, até para compatibilizar as agendas da CPMI dos Correios com a agenda do Congresso Nacional. Muito possivelmente, amanhã, na reunião administrativa que teremos, vamos informar a todos qual vai ser a nossa programação no final do ano e ao longo de janeiro e fevereiro.

Era isso o que queria informar.

O Deputado Osmar Serraglio gostaria de fazer algum comentário? (Pausa.)

A Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir. Em primeiro lugar, vale a pena ponderar, pelo que entendi da correspondência, que, se a oitiva fosse em Belo Horizonte, em Minas,

talvez pudesse ocorrer. Então, creio que seria bom fazer-se uma avaliação; de repente, poderíamos delegar à Polícia Federal fazer uma preliminar, não eliminando, depois, a obrigatoriedade de ele comparecer. V. Ex^a e o Relator terão mais condições de avaliar se isso vale a pena, até porque temos de aguardar o calendário; não sabemos ainda se vamos trabalhar na semana que vem ou não, dependendo dos acordos – se haverá ou não a convocação ou a autoconvocação, a partir de que data... Então, para não perdermos tempo, talvez seja válido delegar para dar andamento a alguma coleta de informações importante, tendo em vista que o Banco Rural cada vez se mostra mais como uma peça chave no tabuleiro das investigações.

Outra questão, Sr. Presidente. V. Ex^a vai me desculpar se cometi algum ato não adequado. Em cima de sua mesa estava não só a comunicação do advogado, do não comparecimento, como também uma comunicação do Supremo Tribunal Federal relativa às nossas quebras de sigilo e divulgação de dados sigilosos. Entendo importante essa publicidade, tendo em vista também a questão da Prece, com muitas orações de vários lados para que a investigação não ande; parece que há novidades. Creio que seria importante V. Ex^a divulgar isso oficialmente, porque já houve um bochicho antes do início da reunião. Seria bom oficializar a decisão do Ministro Sepúlveda Pertence.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É importante, Senadora Ideli Salvatti, o comentário de V. Ex^a. Registro que recebi hoje uma medida cautelar no Mandado de Segurança nº 25.721, cuja impetrante é a Prece – Previdência Complementar, e a impetrada Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI dos Correios.

Comunico a V. Ex^a, nos autos do processo acima referido, nos termos da decisão cuja cópia segue via fax, que deferi a liminar para que esta Comissão, até a decisão definitiva do mandado de segurança, suste, de imediato, com relação à impetrante, os efeitos do ato questionado, suspendendo aqueles das requisições já expedidas, assim como para que preserve o sigilo dos dados até agora obtidos.

Atenciosamente, Ministro Sepúlveda Pertence, Relator do STF.

Portanto, é mais uma liminar, obtida agora pela Prece, em função das quebras de sigilo aprovadas por esta CPMI. Tomaremos as providências devidas para, inclusive, justificar essas quebras de sigilo. Vamos encaminhar imediatamente a nossa defesa ao Ministro Sepúlveda Pertence, ainda nesta semana.

Amanhã, na abertura dos trabalhos administrativos da CPMI dos Correios, farei uma exposição rápida sobre a sub-relatoria dos fundos de pensão, aquilo

que conversei com o Deputado ACM Neto, em reunião que tivemos ontem, e ao mesmo tempo também para posicionar V. Ex^{as} a respeito do andamento desses trabalhos; como vamos atuar e programar não só as oitivas, mas também essas prestações de conta que o Deputado ACM Neto fará ao longo das próximas semanas em função desse trabalho que está sendo executado.

Então, em resumo, é isso que eu gostaria de registrar.

Senadora Ideli, em função da agenda, nós vamos programar a oitiva do Dr. Salgado, até porque ele é uma pessoa de extrema relevância, como disse muito bem o Deputado Osmar Serraglio ontem, já que ele controla as atividades internacionais do Banco Rural. Com o depoimento da Dr^a Kátia Rabelo ficou muito claro que quase que 2/3 ou 1/3 dos ativos do Banco Rural se localizam no exterior. Portanto, é um depoente extremamente importante para os trabalhos de investigação da CPMI dos Correios.

Quero reiterar aqui também que amanhã estaremos realizando, às 11 horas, a reunião administrativa da CPMI dos Correios, na qual espero informar sobre nossa agenda no final deste ano e também no início do próximo ano, mais especificamente em janeiro e em fevereiro.

Muito obrigado. Agradeço a paciência de todos e até amanhã se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 11h31min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 55ª Reunião, realizada em 15/12/2005.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Heloísa Helena e Romeu Tuma; e dos Deputados Asdrúbal Bentes, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha e Jamil Murad, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELI-

TUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião destina-se à votação de requerimentos. A Presidência, ao fazer contagem das presenças, verificou que não há quorum para deliberação dos requerimentos pautados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

Nota Taquigráfica:

O presidente falou fora do microfone, não havendo possibilidade de gravação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 56ª Reunião, realizada em 21/12/2005.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e vinte e seis minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Ana Júlia Carepa; e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos Willian, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Silvio Torres, Antônio Carlos Panunzio, Antonio Fleury e Geraldo Thadeu; reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião destina-se à Apresentação do Levantamento das investigações dos trabalhos da Comissão nestes seis meses de funcionamento, e a seguir passa a palavra ao Relator Deputado Osmar

Serraglio, que passa a leitura do Relatório. Pela ordem de inscrição falaram os seguintes parlamentares: Ônyx Lorenzoni, Antonio Carlos Magalhães Neto, Carlos Willian, Jorge Bittar, Carlos Abicalil, Álvaro Dias, Juiza Denise Frossard, Arnaldo Faria de Sá, Mauricio Rands, Ideli Salvatti, Heloisa Helena, Romeu Tuma Antonio Carlos Panunzio, Silvio Torres, José Eduardo Cardozo e Geraldo Thadeu, todos por unanimidade elogiaram o trabalho apresentado por esta CPMI, e para encerrar a Presidência informa que apresentará um Relatório Final transparente e agradece a Diretoria com sua equipe pela esmerado e dedicado trabalho prestado aos parlamentares para o sucesso desse brilhante trabalho que acabamos de apresentar. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Criada através do requerimento número 3 de 2005 do Congresso Nacional para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ata de reunião anterior encontra-se sobre a Mesa a qual coloco em votação sobre a mesa propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apresentação de tudo aquilo que foi investigado ao longo deste seis meses. Portanto, uma prestação de contas da CPMI dos CORREIOS. Quero registrar, que essa prestação de contas será apresentada pelo Deputado Relator Osmar Serraglio. Essa prestação de contas não será votada, evidentemente, é um somatório, é um somatório, um balanço das investigações, conclusões, indícios de tudo aquilo que foi investigado ao longo desses seis meses. Evidentemente que, ao longo das próximas semanas, nós vamos discutir intensamente com os parlamentares da CPMI, porque isso serve como base de discussão para que depois nós votemos os relatórios da CPMI dos CORREIOS. Informo a V.Exas. Então, eu quero deixar bem claro. Ninguém precisa. Não há frisson no ar, porque o que vai ser apresentado aqui são pontos de vista do Relator Deputado Osmar Serraglio que trabalhou com os Sub-relatores. Então não há frisson, não há motivo de nenhum enfrentamento, debate dia-

lógico. Nada. Essa é uma reunião de trabalho e nós vamos ter os próximos, as próximas semanas para trabalhar nesse texto e nessas investigações. O foco da apresentação do Deputado Osmar Serraglio é muito voltado para a Sub-relatoria de movimentações financeiras que é coordenada pelo Deputado Gustavo Fruet. Ela trata de questões ligadas não só às empresas estatais, mas também a empresas privadas. Nos itens referentes a contas no exterior e fundos de pensão, contas no exterior eu quero informar a V.Exas. que nós cumprimos todas as liturgias necessárias para buscar as informações, fruto dos depoimentos aqui colhidos especialmente do publicitário Duda Mendonça. E nós definiremos um pequeno grupo de parlamentares que nós tomamos essa decisão hoje, nós enviaremos parlamentares da CPI aos Estados Unidos, para, inclusive, mostrar as nossas razões do porquê é que essas informações são importantes. Com relação aos fundos de pensão, que é uma Sub-relatoria mais jovem, não só pelo Sub-relator, mas também porque ela foi recentemente criada, nós vamos apresentar. Nós não vamos falar. O Deputado Osmar Serraglio não fará nenhuma referência dessa questão de fundos de pensão, na reunião de hoje. E eu gostaria também de registrar a V.Exas. que ontem, em função até de ofício que encaminhamos ao Supremo Tribunal Federal, nós. O Ministro Sepúlveda Pertence suspendeu a liminar, com relação à queda de sigilo do fundo de pensão prece do Rio de Janeiro. Até porque, foram encaminhadas outras informações que fundamentam melhor avaliação por parte do Ministro Sepúlveda Pertence. Acho que esse é um grande passo também, em função das dificuldades que enfrentamos com as liminares. É fundamental registrar também que o Deputado Osmar Serraglio falará rapidamente sobre a Sub-relatoria de contratos, infocando o Correio aéreo noturno, mas citando também os outros contratos que serão motivos de análise ao longo dessas semanas. Quero registrar que nós já temos essa a documentação suficiente para, inclusive, começar a discutir relatórios ligados a vários segmentos de negócios da empresa de Correios e Telégrafos. Mas, dentro de uma estratégia montada com o Sub-relator Deputado José Eduardo Cardozo, nós vamos dar o direito ao contraditório. Portanto, o Deputado José Eduardo Cardozo fará muitas oitivas ainda ao longo desse ano, e ao longo de janeiro exatamente com o intuito de apresentar até fevereiro, os relatórios conclusivos também da questão relativa aos contratos da CPMI dos CORREIOS. Eu gostaria também de registrar, que a Sub-relatoria dos fundos de pensão, ela. Perdão, a Sub-relatoria do IRB já começou a realizar suas primeiras oitivas na semana passada e já tem toda uma agenda de trabalho também

definida para as próximas semanas, exatamente com o intuito de avançar nos trabalhos e dar o direito ao contraditório como foi muito bem dito aqui pelo Deputado Carlos Willian, dar o direito ao contraditório porque nós já temos muitos trabalhos já realizados de análise, dessa questão do IRB desenvolvidos não só pela Assessoria Técnica da CPMI dos CORREIOS, como também pelo Tribunal de Contas da União. Quer dizer, o mesmo acontece com a Sub-relatoria de contratos. E é importante registrar também que muitos dos trabalhos desenvolvidos nós estamos tendo um apoio fundamental também da Controladoria Geral da União, que tem nos dado todo o suporte necessário, nessas análises que estão sendo feitas pela assessoria dos CORREIOS. Eu gostaria também de destacar que, dentro do trabalho realizado, pelo Deputado Osmar Serraglio, ele usou um instrumento bastante importante que é o famoso I2, que é aquele *software* que foi comprado pelo Senador Renan Calheiros, pela Mesa Diretora do Senado Federal. E é um instrumento poderoso, um instrumento importante que propiciou uma série de cruzamentos de informações, não só de informações bancárias, informações telefônicas, e evidentemente o Deputado Osmar Serraglio vai fazer uma exposição, em função disso que foi verificado, mostrando essa questão dos empréstimos que é talvez, o foco principal da exposição, como também do caixa dois, e essa questão do Mensalão. Então eu acho que vamos ter uma oportunidade muito boa, de fazer uma primeira avaliação à luz desse cruzamento de informações dessas questões que são absolutamente relevantes com relação a CPMI dos CORREIOS. Volto a dizer com aquilo que vai ser apresentado, vai ser motivo de uma discussão intensa na CPMI dos CORREIOS, ao longo das próximas semanas, e é o posicionamento do Relator Deputado Osmar Serraglio. Eu gostaria também de lembrar a V.Exas, nós tivemos duas Sub-relatorias dos CORREIOS, que começaram a funcionar na CPI, uma Sub-relatoria de Sistematização e uma Sub-relatoria que cuidava das agendas, elas acabaram sendo absorvidas ou ficaram sobrestadas, em função até das atividades desenvolvidas pelo Deputado Carlos Sampaio e pelo Deputado Abicalil. Em função de várias reuniões que tive, para encaminhar efetivamente as principais conclusões da CPI dos CORREIOS, eu quero anunciar aqui que, com a saída dos dois deputados federais, em função de várias atribuições, várias atividades, nós estamos criando uma Sub-relatoria. Aliás, nós estamos criando. Vai nos assessorar, vai assessorar o Deputado Osmar Serraglio também como adjunto, e eu espero realizando um bom trabalho como tem realizado o Deputado Eduardo Paz, o Deputado Maurício Rands, do PT de

Pernambuco que vai nos auxiliar muito, nessa discussão dos relatórios, nessa preparação dos relatórios e nessa articulação também, com os demais parlamentares. E. Como eu sempre insisti que essa CPI, não é uma CPI que pode cuidar única e exclusivamente de punição e de irregularidade, à luz daquilo que foi verificado, nós vamos também criar sem inventar nada, em função das Sub-relatorias que já funcionavam, criar uma Sub-relatoria para cuidar especificamente de normas que vão. Uma Sub-relatoria de normas que vão tratar especificamente de combate à corrupção. Como sonegação fiscal, melhor controle do sistema financeiro, eu quero adiantar a vocês, a V.Exas, eu quero adiantar que isso já foi conversado com o Banco Central, que isso já foi conversado com o Ministro Palocci, isso já foi conversado com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, também. E não é uma Sub-relatoria de convocação de ninguém. Ela vai convidar especialistas para preparar Projetos de Lei que, inclusive, o próprio governo já tem bonecos nesse sentido, já tem propostas nesse sentido para que a gente, junto a CPI, discuta de uma maneira intensa para que nós venhamos a viabilizar propostas, ou seja, a CPI venha ser uma CPI propositiva, e o Deputado Onyx farão esse trabalho. Com isso eu quero registrar mais uma vez que nós teremos duas subo--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, só sobre esta questão da Sub-relatoria das questões para propositivas, eu fiquei sabendo desta possibilidade penas hoje pela manhã, e como V.Exa. mesmo colocou que há da parte do governo, já inúmeras iniciativas, até porque o Ministro Márcio Thomaz Bastos, já realizou três seminários, com relação de toda a lavagem de dinheiro, há todo um trabalho de integração interministerial com relação a isso, eu queria me colocar à disposição, até porque talvez eu tenha mais facilidade de canal de comunicação, com aquilo que já está estruturado dentro do governo do que o próprio Deputado Onyx Lorenzoni. Então, se ele não se sentir constrangido de dividir o trabalho comigo, eu quero me colocar à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. Senadora Ideli sempre está à disposição das Sub-relatorias, do Relator e do Presidente, portanto, V.Exa. é de fundamental importância no desenvolvimento destes trabalhos. Quero dizer também, para deixar bem claro, porque depois aí sempre vem alguma conversinha. Então, eu quero dizer o seguinte, que hoje, em função dessas definições, o PT terá duas Sub-relatorias, uma Sub-relatoria que é do Deputado Zé Eduardo Cardozo a função de adjunto do Deputado Osmar com o Deputado Maurício Rands, o PFL terá duas Sub-relatorias. Uma Sub-relatoria de

fundos de pensão com o Deputado ACM Neto, e essa Sub-relatoria é de normas. O PSDB terá duas também, terá o adjunto que é o Deputado Eduardo Paes e o Sub-relator de movimentações financeiras, para deixar muito claro isso. E o PMDB terá, tem não só o Relator, como também o Deputado Carlos Willian. E evidentemente o voto, e o vice-presidente Deputado Asdrúbal Bentes.

>> V.Exa. esqueceu que o PT tem também o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E o PT tem o voto de Minerva que é o presidente.

>> Eu tenho dúvida, eu tenho dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acho que mais salomônico do que isso, impossível.

>> Devíamos dar algo para o PSOL. O PSOL não tem nada e é um absurdo.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Depois V.Exa. me dá um pela ordem, eu quero um só pela ordem quando for possível, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E eu quero registrar, que todas essas ações fazem parte de conversas com todas as lideranças partidárias, no Senado e na Câmara dos Deputados. Bom, isso feito, eu gostaria de registrar também que agora, na próxima semana, a Sub-relatoria de contratos fará oitivas aqui no Senado Federal através do Deputado Zé Eduardo Cardozo. Próxima semana. E na primeira semana de janeiro, também o Deputado Eduardo Cardozo fará oitivas na CPMI dos CORREIOS. Com a presença do Deputado Asdrúbal Bentes, nosso caro vice-presidente. E a Assessoria Técnica da CPMI estará também aqui, parte da assessoria técnica vai se alternar entre a próxima semana e a primeira semana de janeiro. Aqui no Senado Federal. Portanto, apesar das atividades. Boa parte das atividades vier, muito possivelmente muitas atividades vão ser interrompidas na semana que vem e na próxima, mas parcialmente a equipe técnica dos CORREIOS vai se alternar na semana que vem, na primeira semana de janeiro, e o Deputado José Eduardo Cardozo fará oitivas na próxima semana e na primeira semana de janeiro. [Soa a campainha] é importante registrar isso.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Romeu Tuma que tinha pedido. E eu gostaria de restringir pela ordem porque nós temos muitas coisas para apresentar. [Soa a campainha].

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu não vou tomar muito tempo, mas eu não podia deixar de registrar um fato que ocorreu comigo e com o Relator Osmar Serraglio. Eu fui representando a CPI dos Bingos, e ele, em nome de V.Exa., a CPI dos CORREIOS, num ato público na faculdade de direito do Largo de São Francisco, para fortalecimento e defesa da CPI. Organizada e presidida pelo professor Miguel Reale Júnior, com a presença do presidente da ordem dos advogados e várias autoridades. Auditório totalmente lotado, Onyx. Nós fomos aplaudidos pelas razões naturais da força da CPI para mantê-las viva e protestando contra determinados acertos que a imprensa vem publicando, e que não foram desmentidos, e que me amarguram. Mas eu queria deixar bem claro que o Senado Osmar Serraglio foi ovacionado, foi ovacionado de uma forma emocionante, Presidente. Por quê? Porque a imprensa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O senhor percebe que o Deputado ficou envergonhado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não podia guardar isso comigo, porque--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Não estou acostumado a elogios públicos, continuo sendo cidadão recatado e não exposto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, eu só queria. Porque o Deputado estava lá e é testemunha. Mas é porque no início essa CPI foi rotulada de chapa branca. O senhor me desculpa. Mas as ações de V.Exa., do Senador Osmar Serraglio e dos quatro Sub-relatores, tem demonstrado o inverso dessa afirmativa. De forma que eu não poderia deixar, de me manifestar aqui, porque isso está no meu coração há muito tempo, desde aquele dia. Porque eu fiquei muito emocionado de ver a vibração dos estudantes e das autoridades presentes. [Soa a campainha] Como trataram o Senador Osmar Serraglio. Eu acho que é extensivo os quatro Sub-relatores que tem tanto colaborado com V.Exa. Eu agradeço a oportunidade, Presidente, e cumprimento V.Exa. pela direção dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena e depois o Deputado Jamil Murad, somente. Eu gostaria que nós limitássemos o pela ordem, porque o objeto desta reunião é outro. Por favor, Senadora Heloísa Helena, Presidente do PSOL.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Apenas para fazer um registro, Sr. Presidente, diante das informações que foram dadas por V.Exa. e por vários outros parlamentares, em relação às Sub-rela-

torias. Apenas para deixar registrado, que nem a liderança do PDT, através do Senador Jefferson Peres, nem a liderança do PPS, através da deputada Denise Frossard, nem ao PSOL, nós não participamos de nenhuma das discussões relacionadas às Sub-relatorias. E queremos deixar absolutamente claro, registrado, de que não estamos reivindicando nenhuma relatoria ou Sub-relatoria, nem por desconfiança, nem por vaidade, até porque estaremos acompanhando como qualquer parlamentar que cumpre suas obrigações constitucionais. Então, ao tempo de que no sentido de o pela ordem mesmo, apenas solicitar a V.Exa., Senador Delcídio. Que possa disponibilizar o material que não está ainda nesse condensado do balanço das atividades. Até porque segundo me informou o Deputado Osmar Serraglio, ele acabou disponibilizando já mais tarde, não houve tempo de estar aqui impresso, mas que é essencial para que nós possamos acompanhar a exposição de motivos. Então, se V.Exa. puder solicitar, que seja disponibilizado o mais rápido possível a todos os parlamentares o material que não está aqui condensado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Senadora Heloísa Helena. Agora, eu quero registrar o fato de não se ter um Sub-relator, não quer dizer que o PSOL, que o PDT, que o PTB, que o PPS participem efetivamente, até porque tem quadros dos melhores dos possíveis no Congresso Nacional. E com uma folha de serviços prestados ao país. Como o PCdoB também e outros como PT, como PL enfim--

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): E conhecendo V.Exa. como me conhece, sabe que nem se quisessem eu deixaria alguém usurpar o meu mandato parlamentar. Não preciso nem falar pela nossa Deputada Denise ou por nosso Senador Jefferson, que com certeza é da mesma forma. Portanto, queremos deixar claro só um registro, mas sem em nenhum momento desconfiar, reivindicar, absolutamente nenhuma conjectura que possa vir dessa nossa fala.

Sr. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria registrar que está sendo distribuído esse volume aqui; com as informações relativas à apresentação do Deputado Osmar Serraglio. Boa parte das afirmações aqui tem a contra partida de documentos oficiais. É importante registrar isso. Quer dizer, tomou-se o cuidado de se fazer uma apresentação onde as afirmativas são respaldadas por documentos oficiais de várias instituições, e vai ser distribuída também a segunda etapa da apresentação, até porque nós fomos ontem até duas e meia da manhã discutindo os tópicos todos dessa apresentação. Mas isso vai ser apresentado agora, vai ser distribuído daqui a pouco

aos senhores parlamentares, aos jornalistas. E eu gostaria, por favor, de pedir encarecidamente aos senhores dar preferência na parte de trás aqui do auditório da CPI a Assessoria Técnica da CPI dos CORREIOS e a imprensa, aos jornalistas, sempre acompanharam aqui o trabalho da CPI. Portanto, preferencialmente atender aos técnicos e aos jornalistas que estão nos acompanhando. Deputado Jamil Murad.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Presidente, hoje é um dia muito importante, e eu gostaria de pedir um esclarecimento, eu sei que V.Exa. fez um esforço grande, para atender um pedido da Ministra Ellen Grace do Supremo Tribunal Federal no sentido de quebrar o sigilo das informações no computador do banqueiro Daniel Dantas, do grupo OPPORTUNITY. Isso vem sendo postergado e ele acionou a Justiça Federal, usando da lei, logicamente, mas ameaçou o *site* do PCdoB que é WWW.VERMELHO.ORG.BR e ameaçou a Folha de São Paulo, e ameaçou a Polícia Federal, que se eles dessem alguma informação sobre o Daniel Dantas, eles pagariam caro. Essa voz aqui, só de. Eu quero que a sociedade brasileira preste atenção. Daniel Dantas, banqueiro do OPPORTUNITY, dizem que essas informações no computador dele estão na mão da Polícia Federal, mas ele não pode ser aberto esse computador, por Ordem Judicial. Nós gostaríamos que V.Exa. desse uma informação como está esse processo, porque é muito importante as investigações que servem aos interesses do Brasil não se alimentam a algumas informações, mas tem que ser a todas as informações. Porque, muito prejuízo supõe-se que ele tenha causado aos interesses nacionais. Nós precisamos saber quais são essas informações, quem são os responsáveis. Para que a justiça seja feita por completa. A sociedade brasileira não quer apuração facciosa. Ela quer apuração como um todo, apuração global. E eu fico indignado que o Sr. Daniel Dantas, permanece impune até o momento e inclusive ameaçando a Folha de São Paulo, o *site* do PCdoB, ameaçando a Polícia Federal. E mesmo com o esforço de V.Exa. como Presidente, até agora nós não conseguimos essas informações. Não é Senadora Heloísa Helena? Obrigado.

>> Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Jamil Murad, nós, inclusive eu surpreendentemente, recebi informações encaminhadas pela BRASIL TELECOM, por iniciativa de alguns parlamentares da CPMI dos CORREIOS, quando na verdade eu pensei que isso seria encaminhado formalmente pela presidência. Mas eu as recebi, inclusive, isso será encaminhado ao assessor jurídico da CPMI dos CORREIOS, para as providências devidas. E é importante, até aproveitando esse fato eu acho, que é

fundamental nós conversarmos em bastante sintonia com relação a isso para inclusive que não se abra um precedente de encaminhamento por parlamentares de documentos em nome da CPI, quando o documento só tem validade legal se forem encaminhados pelo Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

>> Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E nós vamos encaminhar esse assunto, e nós vamos encaminhar [soa a campainha] Esse assunto com a devida rapidez em função de todas as ponderações aqui apresentadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, a Polícia Federal já está trabalhando nesse sentido. Há muito tempo.

>> Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado. Olha, eu vou simplesmente. Eu só vou dar a palavra agora para o Deputado Silvio Torres e o Deputado Arnaldo Faria de Sá e vou cortar. Depois eu passo a palavra para o Deputado Osmar Serraglio que vai começar a exposição.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr. Presidente, muito louvável a iniciativa de nós trabalharmos na semana que vem e também na primeira semana de janeiro. Eu acho que essa CPI cumpre aquilo que foi destinado a ela fazer no período de convocação extraordinária. O que eu queria sugerir a V.Exa., é que nós pudéssemos incrementar essa falta pauta de audiência além daquelas já marcadas pelo Deputado José Eduardo Cardozo, nós temos uma longa lista de depoentes previstos, e então eu queria de sugerir a V.Exa. e ao Deputado Osmar Serraglio, que nós pudéssemos ouvir aqueles depoentes já elencados, já aprovados, com requerimentos já aprovados da Sub-relatoria financeira, da Sub-relatoria, se necessário também dos fundos de pensão e outras. Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Deputado Silvio Torres, pela ponderação. E esse fato é importante para a CPMI dos CORREIOS. Quer dizer, nós vamos continuar trabalhando na próxima semana e na primeira semana de janeiro.

>> Presidente, é só uma pergunta. Eu não entendi bem o endereço do *site* do PCdoB, é “ponto COM” ou “ponto GOV”?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É VERMELHO. ORG.BR.

>> Era ORG agora é GOV.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E eu sugiro o acesso a esse *site* que é um *site* muito interessante e ajuda muito nas ações

parlamentares e políticas aqui no Congresso. E do PSOL também. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):

Sr. Presidente, eu só queria registrar que essa CPMI, ao contrário de outras comissões da casa, que foram convocadas extraordinariamente só por causa delas, não estão funcionando. E essa está funcionando. Logicamente, a presidência dos trabalhos do Senador Delcídio, mostra a condução extremamente importante do nosso trabalho. Eu queria fazer duas indagações a V.Exa. A primeira delas é se nós teremos apreciação de requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado. E a segunda, que V.Exa. informasse aos membros da CPI de maneira anterior qual será a lista de depoimentos da semana seguinte e da outra semana, porque dependendo de quem for eu quero estar presente e não pode ser a bel-prazer do Sub-relator quem será ouvido ou não. Deve ser informado previamente a todos os membros quem serão os convocados para que tenhamos conhecimento prévio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós vamos definir hoje e já todos os membros da CPMI terão conhecimento de quem serão ouvidos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É obrigação da Presidência, informar todos os membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com certeza.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): para nós termos, o mais rápido possível acesso ao anexo. A imprensa já tem, é natural que tenha, mas o Deputado Osmar começará a fazer a sua apresentação e, no entanto, nós não temos o documento completo. Eu acho que seria fundamental para o bom acompanhamento de cada um dos membros da CPMI.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Antes da apresentação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós podemos começar, porque o que está faltando vai ser apresentado no final. Então, daria tempo suficiente para distribuir as cópias. Ok? Eu vou passar a palavra para o Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, eu já fiquei tivesse vermelho lá no Largo São Francisco. Agora vou ficar de novo. Sr. Presidente, senhoras e senhores parla-

mentares, eu quero cumprimentar a todos, porque efetivamente, nós estamos no momento em que os olhos da nação se voltam para o parlamento, em virtude de uma convocação numa situação diferenciada, nós pelo menos estamos cumprindo nossa obrigação, comparecendo e trabalhando e acredito que de forma profícua como nós iremos perceber, além da seqüência já anunciada, com relação ao que nós procederemos nas próximas semanas. Eu quero agradecer ao Senador Tuma pela lembrança efetiva do fato, que marca qualquer advogado, imaginem um advogado do interior sendo ovacionado no Largo São Francisco, lembrando o que significa a Faculdade de Direito na USP, na história, aliás, primeira junto com a de Olinda, as duas primeiras Faculdades de Direito desse país. Quero parabenizar essa conduta do Presidente, abrindo esse leque de oportunidades aos colegas parlamentares, em que ao mesmo tempo em que prestigia o esforço, até partidário a colaboração na investigação, também oferece transparência aos nossos trabalhos na medida, em que nós estamos com as forças que compõem o plenário integrando a Sub-relatorias.[Soa a campainha] Cada Relator, na verdade, é um operador da transparência, que permite que tudo que se realize dentro da CPI venha à tona. Eu quero. Aliás, falando em transparência, eu quero presenciar o Deputado ACM Neto pela insistência que vem batalhando, por um princípio eu tenho a convicção, que a própria Juíza Denise Frossard com as luzes que sempre a privilegiam no Direito, eu pessoalmente não me conformo, com essa forma que vem sendo enfocada a pretensão nossa, do plenário da casa, enfim, de quebra de sigilos. Me parece tão claro, eu sou professor de direito administrativo há 30 anos na universidade. O diferencial entre o Direito Público e o Direito Privado, ele se traduz exatamente nesse conflito que nós estamos enfrentando no Supremo. Aí que me causa espécie me. Quando nós falamos em dados pessoais, nós falamos no princípio da privacidade, aí sim acobertado por todos aqueles requisitos e exigências para que isso rompa. Mas quando nós estamos falando de dados públicos, nós estamos empregando as regras do Direito Privado para proteger aquilo que a máxima é da publicidade. A minha visão é que a exceção. O Supremo deveria verificar o seguinte. Só excepcionalmente não quebrar. E não a regra inversa, só excepcionalmente quebrar. Porque as coisas públicas precisam ser públicas. E se nós temos aqui a primeira função legislar. A segunda é fiscalizar. Como é que vamos fiscalizar, se temos esses empecos, opostos e daí por isso. E por isso quero de fato cumprimentar, a persistência do Deputado ACM Neto. E antes de começar quero agradecer, o meu especial companheiro e Sub-

relator Eduardo Paes, que ficou ocupado o longo desse nem semana, mas semanas, para que pudéssemos produzir isso que hoje vem a lume, de uma forma que também nós queremos nesse aspecto porque nos penitenciarmos, porque nós fizemos muito adensado e depois nós percebemos que talvez não fosse por aí. Fomos enxugando, enxugando na medida em que tornasse possível o acesso às informações primordiais, que precisam ser oferecidas ao plenário. Aí vai o meu registro então de agradecimento, não só ao esforço, mas também à inteligência do Deputado Eduardo Paes nessa produção. Assim como, evidentemente também aos demais Sub-relatores, mas com mais ênfase, porque nós terminamos concentrando as forças, o Sub-relator adjunto Eduardo e eu nessa produção. Nós. Eu até queria adiantar nesse sentido a minha fala, perceberão que em alguns momentos, algumas coisas podem até conotar algum interesse específico, de alguém que saiba algo diferenciado, mas eu vou atropelar, porque é muita coisa. Alguém já me chamou atenção, e para que nós apresentemos isso tudo, ou nós efetivamente nos concentramos nas idéias mestras ou nós terminaremos o objetivo que é o dessa reunião. A última coisa, agradecer como o Presidente fez, a claro, o Tribunal de Contas que está mais diretamente, mas eu preciso de público testemunhar, o quão importante nos é a produção da investigação da Controladoria Geral da União, os relatórios que nós recebemos são fundamentais, nessa caminhada que nos orienta nessa investigação. Bom, a prestação de contas, que não são contas, mas, enfim, uma prestação de contas vamos dizer dos serviços prestados. Aí nós começamos pela finalidade que era inicialmente que todo mundo sabe, a investigação dos contratos dos CORREIOS, nos ilícitos que pudesse haver. Quero acrescentar ao lado do meu amigo, companheiro e vice-presidente Asdrúbal Bentes do meu partido também, Maguito Vilela, o Senador que eventualmente por licença aqui não se faz presente, na seqüência nós temos a relação das empresas e das pessoas que integram o “Valerioduto”. Depois, um dado que chama a atenção, a do sistema “Valerioduto” que é de dois bilhões e seiscientos milhões de reais nesse período de 97 a 2005. Percebe-se que há mais saídas do que entradas. O que demonstra que há alguma coisa inconsistente. E essa palavra inconsistente, vai se repetir e se repete a todo o momento, porque efetivamente os dados que nos são remetidos são sempre de difícil acesso, ou incompletos. Às vezes nós. Eu nunca quero atribuir isso à má-fé, mas reconheço que há possibilidade, sim, de que os dados não nos sejam remetidos como deversem. Depois nós temos os 14 maiores depositantes. O colorido é segundo sejam, depositantes públicos ou

privados. Na sequência a evolução das receitas, percebam que o “Valerioduto” tem receita de duzentos e quarenta. Nós estamos falando em bilhões. É que é uma movimentação extraordinária. É um engenho que o Marcos Valério montou, para que se dificultasse toda a maquinação que ele procede em relação aos recursos que ele, a meu ver, e aí eu reforço a expressão do Presidente, é convencimento do Relator que não significa de forma nenhuma que seja convencimento da Comissão, mas também não posso deixar em algumas passagens evidenciar, a quantas anda a interpretação que o Relator oferece. Nesse aspecto, observem o acentuado crescimento das receitas exatamente entre 2001 e 2004, e não tão fortes na iniciativa privada. Finalmente no seguinte, já começamos com a CPI dos CORREIOS. Todo mundo lembra de como nós iniciamos que foi a partir da gravação do Sr. Maurício Marinho, a divulgação que houve pela revista Veja, em maio, e nós já estamos em dezembro, em que havia referências comprometimentos de partidos políticos, contratos com concessionárias, com nomeações de diretores, e a partir disso, aquele que é um homem da mídia, um homem marqueteiro, que ocupou um espaço enorme, cunhou uma expressão que se vingou até na terminologia diária nossa que é a do Mensalão, e que fez com que próximos nossos na CPI se destinassem à investigação do Mensalão. Seguindo nós temos a versão do Marcos Valério, que depois nós vamos examinar essa versão. Começo com o Presidente do partido que se aproxima, o tesoureiro, perdão, ex-tesoureiro, que se ligando a Marcos Valério abre um caminho, uma vinculação que possibilitam os empréstimos que são realizados junto ao Banco Rural e ao BMG que, em seguida são canalizados aos destinatários, cujos destinatários são identificados, são definidos pelo tesoureiro do partido Delúbio Soares. Esses empréstimos que ali estão reportados estão na folha seguinte, que são extraídos as informações do próprio Marcos Valério, eles são tabulados e percebam que um deles foi utilizado para pagamento do primeiro, daí o primeiro é liquidado e o quinto ele é utilizado para pagamento, e aqui vem uma primeira observação. Verifiquem a periodicidade. Nós vamos enfrentar esse assunto de periodicidade mais à frente quando tratarmos do Mensalão. Mas verifiquem a periodicidade dos empréstimos que são realizados. Dois deles através do Banco Rural e os demais através do BMG. E esse primeiro valor, cinquenta e cinco milhões é o valor anunciado por Marcos Valério como sendo aquele que corresponderia ao ingresso de recursos ao sistema que alimentaria a irrigação toda conhecida pelo Mensalão e também pela versão que isso complementa do caixa dois. Na página seguinte, já começa uma análise. Verifiquem

que nos empréstimos lá anunciados, e portanto, reconhecidos e declarados pelo sistema Marcos Valério, cinquenta e cinco milhões é que teriam sido disponibilizados. Mas na verdade, em recursos, foram disponibilizados cinquenta e um milhões. Ora, quando ele fez a distribuição dos cinquenta e cinco milhões, tendo apenas cinquenta e um milhões ele já tem uma contradição na diferença de três milhões e quatrocentos e setenta e três mil e que, portanto isso vai supor, que não é todo o cenário conhecido, nós temos alguma outra fonte de recursos, que alimenta para completar os cinquenta e cinco milhões que ele identificou como sendo valores utilizados no pagamento dos partidos políticos. Como é que se percebe isso? Primeiro lugar é que o quinto, – e aí estão as setas indicando – foi empregado para pagar lá de em cima o de onze milhões. E depois, evidentemente o de onze milhões, na verdade doze milhões atualizados. E depois, o de julho de 2004, de três milhões quinhentos e dezesseis na verdade foram disponibilizados três milhões e quatrocentos e oitenta e cinco. Só que desse valor, três quatrocentos e oitenta e cinco, só que desse valor dois milhões quatrocentos e treze foram empregados para pagar parte do de janeiro de 2004. E setecentos para o de abril de 2004. Portanto, não são valores disponíveis, eles precisam ser excluídos aí da soma, porque a soma é de cinquenta e um. Isso já mostra, uma inconsistência interna na própria versão apresentada pelo Marcos Valério. Nós já tivemos a oportunidade de apresentar, essa página seguinte, quando do relatório do eminente Deputado Gustavo Fruet, o por que é que de alguma maneira nós entendemos difícil aceitar que sejam empréstimos efetivos. E aí estão elencadas, as razões pelas quais a isso resistimos. Em primeiro lugar parece difícil que uma empresa, uma agência de publicidade, empreste a um sistema político, a partidos, enfim, pelo menos foram identificados como sendo a Partido dos Trabalhadores, sem que haja definição de juros, sem que se defina quando isso deva ser pago, sem que haja contrato, enfim, vinculando as regras. Depois, a contabilidade do sistema Marcos Valério é absolutamente inconfiável. Isso não é afirmação do Relator. A Receita Federal reiteradamente tem isso assentado. Há um laudo, e eu vou abordar isso mais à frente. Há um laudo da Polícia Federal que examina e afirma isso, por exemplo, das notas falsas. Além da contabilidade toda que, praticamente, a Receita Federal, para poder lançar da SMP&B e da DNA precisou se valer da busca dos possíveis serviços prestados, através dos fornecedores, porque a empresa não dispõe, 98 a 2002 praticamente não existem os assentos, precisamos esparsos alguns documentos. Nada. Sistematizado. As garantias dos empréstimos eram de-

masiadamente frágeis, nós sabemos o que os bancos exigem, para liberar recursos. Há várias pessoas que não dispunham de dinheiro. Além de contratos que eram apresentados como garantias, quando os contratos em si, não poderiam ter valor senão o correspondente a talvez metade da Comissão. Porque nenhuma empresa trabalha recebendo a comissão integral, limpa, líquida sem custos. Em outras palavras, se a agência de publicidade recebe um milhão de reais de Comissão, para receber um milhão, tem que ter uma estrutura física, funcionários tudo, portanto nem a receita dela é uma receita líquida. E, portanto, são contratos de mínimo valor comparativamente aquilo que asseguravam quando oferecidos nos empréstimos. Não há, como eu disse, contratos entre as empresas e o partido. Os empréstimos foram renovados, reiteradamente, alguns cinco outros seis vezes, sem acréscimos, sem juros, uma prática inusitada que chama a atenção. Com detalhe que estes empréstimos eram submetidos a esse ritual, a esse procedimento. Enquanto todos os outros empréstimos, e eles tinham outros vários o sistema Marcos Valério, os outros todos pagos segundo o comum dos mortais, segundo a regra habitual com os acréscimos no seu devido tempo. Só esses contratos é que dispunham desse tratamento diferenciado. Naquele rol apresentado por Marcos Valério, se observarem, perceberão que houve saídas que anteciparam os próprios empréstimos. Ora, se os empréstimos é que alimentavam os pagamentos, como é que tem gente elencada recebendo antes da disponibilização desses recursos? Outro detalhe, não parece crível que apenas o ex-tesoureiro do PT tivesse esse encargo solitariamente, singularmente neste montante, é um montante elevado demais, se nós acrescentarmos ainda hoje lemos nos jornais que há uma ação de cem milhões de reais. O que significa que esse é o valor atualizado. Se acrescentarmos a isso mais dez milhões de reais, da COTEMINAS, pelo menos no cenário conhecido, nós temos cento e dez milhões de reais. E é uma pergunta que não vi até hoje respondido. Porque se nós estamos de boa fé, qualquer um de nós que contraía um empréstimo, minimamente demonstra como é que vai efetuar o pagamento. Como é que vai ser feito esse pagamento? Alguém sabe qual é a proposta de liquidação desse volume expressivo de débito? Aliás, há um detalhe importante. Aí está a seqüência. Em 2004, a receita do PT foi de quarenta e oito e a despesa de sessenta e oito teve um déficit de vinte milhões. Aspas, porque até hoje a Constituição hoje trata os partidos como algo absolutamente privado. Portanto, o partido quando comparece a um banco é uma instituição privada.

>> Sr. Relator, o senhor podia pedir para justiça cópia da ação do Marcos Valério contra o PT para gente ter fundamento alegado por ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Acolho desde já cumprimento pela iniciativa. Vejam, são vinte milhões de reais de déficit. Enfim, eu registro o detalhe para que não se diga de que não estou registrando, que empréstimo assemelhado a este, nós todos conhecemos e sabemos, consta na nossa investigação que é relacionado ao episódio de Minas Gerais na campanha de 1998. Bom, Marcos Valério. Naquela folha anterior, quando nós nos referimos aos três milhões e quatrocentos, nós estávamos fazendo a uma inconsistência interna na apresentação. Essa é uma outra inconsistência que não é noticiado, a empréstimo disponibilizado, mas a empréstimo disponibilizado que são os cinquenta e um milhões com o valor declarado como repassado. Há um déficit entre a lista do Marcos Valério de saídas de quatro milhões de reais, que nós não temos explicação sobre isso. Em seguida temos o perfil. Bom, esse é o quadro que nós iremos apresentar, que orienta o nosso raciocínio de investigação do sistema “Valerioduto”. Num primeiro momento a captação dos recursos, então o setor público, o setor privado, nós iremos nos ater mais especificamente, na seqüência, ao setor público um pouco em relação ao setor privado. Quanto aos recursos do exterior e aos fundos de pensão como o Presidente já se reportou, nós não abordaremos. Temos evidentemente levantamentos e estamos procedendo investigações. E finalmente, em relação ao Banco Rural e ao Banco Mundial G, nesse primeiro momento o que posso lembrar, e depois examinaremos ainda mais detalhadamente, mas é preciso verificar enquanto origem o fato de que o Banco Rural tinha interesse relacionado ao Banco do Trabalhador, tinha interesse relacionado ao Banco Mercantil de Pernambuco. E o Banco Mundial G em relação aos créditos consignados. São fatos assim que conduziram a uma possibilidade, de tráfico de influência de Marcos Valério em relação a esses bancos com a administração pública. E depois na seqüência os bancos servem de instrumento de pagamento aos destinatários. Como eu disse, identificados pelo Delúbio Soares através da BÔNUS BANVAL, NATIMAR e GARANHUNS, nesse primeiro momento nós vamos examinar. Marcos Valério, o que nós temos de conhecimento do Marcos Valério, esse quadro natureza, na verdade, aquilo que nós da CPI trouxemos a público aquilo que nós investigamos. Então, o mais importante, o tráfico de influência que é o relacionamento com o Geraldo Mourão e os governos estaduais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Relator, isso não consta do material que nós recebemos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Acho que talvez não talvez na página seguinte.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só se estiver no final.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Daí eu solicito à assessoria que verifique se pulou ou não. Mas de qualquer esse quadro-

>> É a última lâmina da apresentação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Diz que é a última lâmina da apresentação. Então, está resolvido. A amizade dele com o Delúbio, tesoureiro do PT, reuniões que presidia na Casa Civil, as visitas ao Banco Central para tratar de assuntos da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, a amizade com Glênio Guedes, aquele procurador ligado ao “conselhinho”, que servia de intermediador de problemas, desentendimentos burocráticos e financeiros relacionados Banco Central e os bancos aí que são os que buscavam o apadrinhamento de Marcos Valério. E especificamente em relação a ele, nós vamos ver mais detalhadamente depois, as fraudes em que ele está envolvido, fraudes fiscais e de contabilidade que são relatados pela Receita Federal, que há indícios de omissão, tanto que foi autuado em sessenta e três milhões de reais, além do laudo da Polícia Federal, da parte do Instituto de criminalística que aponta as fraudes contábeis e fiscais. E é preciso ainda noticiar, que houve queima de arquivo. Nós temos insistido nessa obstrução que aqui fomos submetidos, e que a Polícia Federal terminou apreendendo e as notas remanescentes, nós ainda temos algumas informações mais à frente em relação a elas e nesse aspecto a Receita Federal procedeu a partir de algumas poucas que nós disponibilizamos, que fosse mais objetiva a investigação, e ainda assim a Receita Federal própria identificou a utilização de notas que hipoteticamente deveriam ter sido consideradas incineradas. Vamos começar pelo setor público e no setor público, nós nos concentraremos. Eu quero deixar logo claro que quando nós falamos de Ministério do Trabalho, Ministério dos Esportes e ELETRONORTE já está em investigação, é porque eles têm contratos com o sistema Marcos Valério. Mas por enquanto fique bem claro, nós não temos absolutamente nada que possa significar razão de qualquer apontamento de eventual irregularidade. Não significa nem que tenha, nem que não tenha. Mas, por enquanto, não tem. O Banco do Brasil. Do Banco do Brasil nós temos dois pontos que são fundamentais que apresentemos em relação ao

que nós conseguimos alcançar na investigação. O contrato de publicidade, como a DNA que é do Marcos Valério e a VISANET. São dois pontos que apresentam situações que, de fato de saem da normalidade, e que por isso mesmo são objeto de uma centralização maior de nosso enfoque. Quanto ao contrato de publicidade, a primeira informação é essa aqui de duzentos. Vejam só, a DNA apresentou um crescimento em 2003 e 2004 de 28 e 82% sobre o faturamento. Então, 2003 28% e 2004 82%. Aí está o gráfico que isso evidencia. Que são os recursos de publicidade do Banco do Brasil repassados à DNA. O seguinte, a cláusula contratual de transferência de bonificação. Eu quero esclarecer aqui um detalhe muito importante. Há um levantamento muito sério procedido pelo Tribunal de Contas da União que indica a possibilidade de apropriação de recursos muito elevados sob esse título. Só que na iniciativa privada, essa receita é efetivamente destinada à empresa que presta o serviço. À agência de publicidade. Portanto, se nós tivéssemos o mesmo tratamento entre a iniciativa privada e a iniciativa pública e entre as empresas públicas, isso não teria nada que se indicasse qualquer mazela, qualquer vício. O detalhe que há, e por isso que eu ressalvo que nós vamos continuar estudando, é que há uma cláusula contratual que diz que nesse caso, esses recursos devem ser apropriados pelo Banco do Brasil. E como nós todos sabemos, quando se procede uma licitação, quem se submete à licitação, sabe, que na licitação está dito que naquele caso a regra será aquela, não há como refugir a isso. Portanto, ainda que a tenha – aí uma visão minha – ainda que se tenha um tratamento diferenciado na iniciativa privada, penso que, por disposição contratual, por se tratar de algo decorrente de uma licitação, vai criar problema sim para essas empresas. Finalmente, o debaixo tem até uma exclamação porque é algo novo que nós ainda não tínhamos informado. Que são os contratos firmados entre a DNA e o Banco do Brasil oferecidos em garantia de dois empréstimos junto ao Banco Rural. Nós nunca fizemos referência a contratos do Banco do Brasil oferecidos em garantia de empréstimos. Nós já tínhamos falado dos CORREIOS e da ELETRONORTE. Agora a novidade é essa. O Banco do Brasil encaminhou documento dizendo que ele desconhece essa utilização lá no Banco Rural de um contrato que ele mantém com o sistema Marcos Valério. Agora as irregularidades. Nós vamos começar. Eu não abordei, não sei se na sequência, mas é bom que eu chame a atenção. Quando nós falamos em contrato de publicidade do Banco do Brasil, nós vamos ver esse tratamento que agora aparece diferenciado quando se trata da VISANET. Com a sanção do diretor de marketing Henrique Pizzolato,

ele introduziu regras absolutamente injustificáveis na sistematização dos contratos relacionados à VISANET. A VISANET é uma empresa privada, um fundo, que é constituída por dois grandes grupos em torno de um terço, um pouco menos disso o Banco do Brasil, outro tanto o Banco Real, o AMRO BANK e a outra parte, o outro terço, mais dissolvido entre diversos outros. É uma empresa privada e que denota algo muito inteligente na construção desse caminho de vazamento de recursos. Por quê? Por ser algo da iniciativa privada, praticamente – e se reafirma isso – que não se submete a Tribunal Contas, não tem uma fiscalização diferenciada do que qualquer outra empresa privada. E daí a introdução desses dois mecanismos por Henrique Pizzolato em 2003. Primeira concentração de prestação de serviço na DNA. Antes os serviços eram prestados, vejam lá os gráficos por duas empresas 2001 e 2002. E vejam que o azul é a DNA. Olhem o porte da DNA em 2001 e 2002. Agora, em 2003 e 2004 ela passou a ser exclusiva e ascendeu excepcionalmente a sua participação, aliás, exclusividade enquanto VISANET e Banco do Brasil. E aí está. O total de adiantamentos concedidos à DNA no período é de 92 milhões de reais. E um detalhe importante é que em julho agora de 2005 o contrato foi rescindido [soa a campanha]. São muitos os casos em que, se nós percebermos, que a CPI não se converteu em pizza. V.Exas já conhecem muitos deles. Mas já podem acrescentar esse também, que essa rescisão desse contrato é uma decorrência da seriedade com que esta CPI vem sendo conduzida. E outro mecanismo é o do adiantamento de recursos. Nós vamos depois verificar através da auditoria procedida pelo Banco do Brasil, que eu quero desde já dizer que foi uma auditoria séria, eu acho que ela precisa de esclarecimentos, tem muitos dados que não ficaram muito claros, mas preciso reconhecer que ela cortou na carne, e por isso eu gostaria de preservar a instituição Banco do Brasil daqueles que, como Henrique Pizzolato, se inseriram no sistema e terminaram comprometendo um nome que nos orgulha, aliás, salvo engano, trazido lá por ainda D. João VI em 1808. Esses adiantamentos de recursos que tratamento diferenciado ele deu? Como eu disse, ele afastou as empresas e centralizou naquela onde ele tinha uma possibilidade de trânsito mais facilitado. Que vantagens o sistema Marcos Valério obteve com isso? Cada um desses itens serão agora na seqüência explicitados. Os ganhos financeiros comprovados, a garantia de empréstimo do Banco BMG e repasse do recurso, garantia de empréstimo do Banco do Brasil, percebem que ainda três estão sob investigação. Mas, enfim, vamos enfrentar um a um. Adiantamento de recursos. Nesse quadro, no lado esquerdo estão todos os adian-

tamentos. Esses. Aliás, eu não fiz uma referência, embora eu vá fazer depois muito claramente sustentado no que o Banco do Brasil consignou na sua auditoria. Que eu falei que o adiantamento, que uma das atitudes do Pizzolato foi proceder o adiantamento, mas o adiantamento em si, ele não é inusitado. O inusitado do adiantamento é a forma como ele era procedido. Aí nós, em seguida, iremos demonstrar, mas vamos por etapa. Agora, adiantamento de recursos. Dentre os recursos identificados, vejam, três, e vejam a expressão, os maiores, de vinte e três e trinta e cinco milhões estão calçados em notas fiscais falsas. Mais à frente eu vou elencar as irregularidades comprovadas tecnicamente pela Polícia Federal. E essa afirmação “notas fiscais falsas” é desse laudo, desse exame do Instituto Nacional de Criminalística. Portanto, notas fiscais que foram emitidas à revelia do fisco e que foram utilizadas para servir de calço aos lançamentos efetuados e pagamentos realizados. Aqui já tem mais ou menos alguma coisa, mas eu vou esclarecer mais. O relatório de auditoria do Banco do Brasil aponta que os adiantamentos não foram justificados e não tiveram sua necessidade comprovada. Essas expressões estão também nesse sentido na auditoria. E também a próxima. Os adiantamentos realizados antes de 2003 possuíam campanhas publicitárias que o justificassem na data de sua liberação. Enfim, para adiantar algo desde logo. Qual o diferencial? Nas campanhas precedentes, definia-se a campanha, o valor e daí antecipava-se o recurso. Na administração Henrique Pizzolato, não se definia a campanha. Adiantava-se o recurso de forma genérica. Não se tinha sequer o valor identificado em relação a qualquer dos gastos que seriam procedidos em relação aos serviços que seriam realizados. Bom, agora essa aqui é importante. Isso que eu vou relatar agora não corresponde, embora eu evidentemente subscreva, mas vale mais do que a palavra do Relator, a palavra dos auditores do Banco do Brasil. Absolutamente tudo, inclusive as expressões são extraídas da auditoria procedida pelo Banco do Brasil. Primeiro, não havia definição de competências alçadas e responsabilidades até setembro de 2004. Ou seja, ninguém sabia a quem cabia decidir o que. Então, vocês têm ora decisão da diretoria de varejo, ora da diretoria de marketing, enfim, pulverizada de tal forma que não se tenha nenhuma norma, imaginem, uma estrutura como Banco do Brasil, com montantes que surpreenderam ao próprio Henrique Pizzolato, segundo ele relata quando teve um encontro com Ministro Gushiken, e fez referência àquilo que seria extra-orçamentário dentro do Banco do Brasil. A conta extra-orçamentária que cabia a ele o gerenciamento era superior quase que àquilo que ele conduziria en-

quanto algo contido nos limites de um orçamento previamente desenhado. Depois, as antecipações. E aqui vem aquilo que eu falei. Isso está na auditoria. As antecipações não caracterizavam as vantagens e suas necessidades. Qual é a vantagem de pagar 35 milhões? Não há uma palavra. Dinheiro público. Insisto, dinheiro público. Dinheiro do Banco do Brasil, majoritariamente público, que está empregando. Porque aqui nós estamos, volto, aliás eu não fiz a referência inicial. Mas aqui nós estamos incidindo o foco no terço que cabe ao Banco do Brasil na VISANET. Portanto, a VISANET é da iniciativa privada. É uma empresa privada, mas nós estamos. E é preciso que fique bem claro, que aquele terço da publicidade da VISANET era de competência do Banco do Brasil. Portanto, não tem nada a ver com o que se diz em relação aos outros sessenta e poucos por cento. Mas vamos prosseguir. Então nada que indicasse as vantagens ou a necessidade. Por que pagar antes? Sendo genérica a descrição dos serviços sem detalhamento que pudesse permitir a identificação das ações, 35 milhões. Sem saber quais as ações que seriam suportadas por aquele montante. Em 2001 e 2002 havia um diferencial, os eventos eram específicos. E vejam só, as notas fiscais, tudo isso volto a dizer, ante os olhares assustados, que isso advém da auditoria do Banco do Brasil. De 2001 e 2002 era evento específico em nota específica. 2003 e 2004 sem especificação e nota da antecipação. Então a nota é de 35 milhões, é de 23 milhões, não é dos serviços que internalizam esse recurso e que, portanto, vão sendo divididos e fracionados. [Soa a campainha] Ante o descontrolado da destinação dos recursos adiantados. Vejam a afirmação da auditoria: “Ante o descontrolado da destinação dos recursos adiantados não há como afirmar que foram utilizados exclusivamente em ações da VISANET”. Ou seja, a própria auditoria tem dúvidas se os recursos foram empregados exclusivamente em ações da VISANET. Depois. Confessa que havia uma regra que dispunha. Enfim, ao liberar o desembolso deveria ser acompanhado. A Auditoria diz: Não houve o acompanhamento dos desembolsos. Depois, vejam: Também existem – é preciso que eu diga – em relação a 2001 e 2002, mas em 2003 e 2004 há falta de documentos relativos a vinte e três milhões de reais. A auditoria fez uma separação das fases dos documentos. Tem a fase de autorização, tem a fase de execução e tem a fase de pagamentos. Portanto, ela tem. E depois nós vamos ver ali, Notas Técnicas, embaixo uma observação. Hoje eles estão dizendo que têm lá carência de comprovação de 23 milhões de reais. As antecipações tornaram o banco credor sem garantias. Liberou trинco e cinco milhões. E se essa firma falisse no dia seguinte? A regra do Direito Público é nunca se adian-

tar. É só pegar a Lei 8666. É proibido. O risco que um cidadão pode ter porque dispõe de recursos próprios é problema dele, que perca seus valores. Mas a coisa pública não é de quem está momentaneamente gerenciando, não é dele.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Meu caro Relator, se me permite, por favor. Uma questão de esclarecimento. V.Exa, seguramente, com o detalhamento que está expressando a este plenário, já no início da exposição sobre este capítulo, deixou bastante explícito que a VISANET se trata de uma empresa privada, em que pese agora está fazendo referência ao direito público em função de envolver a parcela do Banco do Brasil. Não é parcela pública, é parcela do Banco do Brasil na empresa privada.

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Que passa a ser pública por ser incorporada a uma empresa pública.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): A VISANET ela opera autonomamente, ela não é dependente do Banco do Brasil, até onde eu sei. De todo modo, V.Exa. fez referências importantes ao ano de 2003 e 2004 e, ao mesmo tempo fazia, apontava com razão--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, que eu saiba o relatório não está em discussão.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu estou pedindo um esclarecimento em função do que está escrito. Eu vou pedir um esclarecimento. Para eu pedir esclarecimento, no mínimo eu tenho que fazer a introdução.

>> [tumulto].

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): ...posteriormente a apresentação do Deputado Osmar, e que todos nós vamos poder nos inscrever para fazer questionamentos.

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Bom, eu retomo. Depois haverá possibilidade, e eu estarei aberto para qualquer questionamento.

>> [tumulto]. [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENDOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria que cada parlamentar separasse as suas perguntas e depois da conclusão nós faremos o debate da forma mais democrática possível.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Eu atenderei a ordem de V.Exa. sem nenhum problema. Apenas peço que já anote a página 107 do relatório, de modo que nos pudéssemos ter a consideração posterior, muito obrigado.

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O item nove, da antecipação de 2003, considerando-se as notas técnicas como executadas, ainda sobram dois

milhões de 2003 e dois milhões de 2004. O que quer dizer isso? De um lado existem as notas técnicas que anunciam eventual ação a ser realizada. Considerando-se que todas as notas técnicas tivessem sido executadas, tal qual elas dispunham, ainda que todas elas tivessem sido executadas, ainda permanecem abertos esses valores que se, sequer, portanto, têm ordem de serviço. Elas foram. Os valores foram adiantados. Vejam que nós estamos agora em 2005, essa afirmação é atual, ainda hoje daqueles milhões de 2003, dois milhões em aberto, e de 2004 dois milhões em aberto. E finalmente uma notícia para registro, que o fundo VISANET foi extinto. No dia 23 de novembro de 2005. Evidente que não gostaria que isso tivesse acontecido, mas enquanto preservação do dinheiro público eu acho uma boa medida. E na página seguinte continuam as asserções do relatório da auditoria, que não foram objeto de exame. A compatibilidade de preços com os de mercado. Então, o que eles analisaram, a auditoria ainda não fez o confronto entre aquilo que está consignado nos documentos que eles têm com o preço de mercado, que é um item importantíssimo numa auditoria. Também não enfrentaram assuntos relacionados à tributação e à licitação. Agora, as falhas identificadas pela auditoria. Ausência de procedimento operacional. Ausência parcial ou total. Expressão deles. Ausência parcial ou total da documentação da realização das ações. Que é o momento anterior ao pagamento. O pagamento se fosse feito posterior, que não é o caso aqui. Depois ausência parcial total da documentação dos pagamentos pelas agências. Quer dizer, não há sequer comprovação de que ações que eventualmente tenham sido realizadas tenham sido pagas pela agência. Quando reconhece e inclui a palavra total, implicitamente está reconhecendo que pode haver uma ação totalmente não paga, como também como totalmente não realizada, e que, no entanto, faz parte do sistema que integra a alimentação inicial do adiantamento. E também admite que podem existir ações com indícios de incompatibilidade com o fundo. Ações com indícios. Não é podem, está afirmando que existem ações com de indícios de incompatibilidade com o fundo. Portanto, gastos efetuados e lançados na VISANET que não tinham nada a ver com a VISANET. Agora a etapa seguinte. Nós estamos falando dos ganhos financeiros, que essa mudança de critérios adotada pelo diretor de marketing ensejou. Essa primeira apenas indica o seguinte, esses adiantamentos e aqui foram tabulados apenas os recursos comprovados, porque foram aplicações realizadas e, portanto, acompanhadas da aplicação resgate, cinco milhões de reais de receita financeira foi capitalizada pelo sistema Marcos Valério em virtude do privilégio do adiantamento. Depois, na

etapa seguinte, as vantagens, a garantia de empréstimo no banco BMG e repasse do recurso. Esse aqui todos já conhecem, já foi objeto até de celeuma. Mas hoje é um. Há um detalhe que mais ainda solidifica, a interpretação inicial, aliás, duplamente, porque no ponto seguinte, nós vamos ver que isso se repetiu, lamentavelmente. Esse é aquele recurso dos dez milhões de reais que nós dissemos, que alimentaram o sistema “Valerioduto” e que não éramos nós que estávamos aquilo asseverando, mas sim Marcos Valério e Delúbio Soares, o tesoureiro do PT que estava aquilo afirmando. Então, qual é o percurso para rememorar. No dia 12 de março a VISANET efetuou o pagamento de trinta e cinco milhões numa conta do Banco do Brasil, no mesmo dia, a empresa aplica trinta e quatro milhões no Banco do Brasil, depois, em 22 de abril ela efetua o saque de dez milhões e aplica no BMG, e o BMG lastreado nessa garantia dá dez milhões, em torno de dez milhões, de financiamento a TOLENTINO ASSOCIADOS, que transfere seus recursos para as duas empresas. Esse é o detalhe importante que ainda não havia no histórico precedente. Nós, quando apresentamos a primeira versão, nós chegamos até o TOLENTINO ASSOCIADOS, e dissemos que não era assertiva nossa, mas do Delúbio e dos Marcos Valério que os recursos foram para o “Valerioduto”. Agora os auditores identificaram a seqüência que confirma efetivamente a utilização desses recursos no “Valerioduto”. Porque os valores da TOLENTINO e ASSOCIADOS foram, três milhões e quatrocentos para BÔNUS BANVAL, seis milhões e quatrocentos para 2S, que depois reencaminhou isso para a BÔNUS BANVAL. Portanto, há começo, meio e fim da destinação de um recurso que sai da VISANET e chega aos beneficiados indicados pelo Delúbio Soares. Agora aqui está uma novidade, eu reputo muito importante. Aliás, eu pensei que fosse novidade, mas a Sub-relatoria dos vazamentos já conseguiu levar a público. Eu pensei que--

>> Quem é o Sub-relator?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu até me envergonhei quando vi no jornal. Isso é hipotético, abstrato. Vamos lá. Essa mesma operação que nós noticiamos precedentemente e que nós falamos que ocorreu em 2004 que nós não tínhamos indicativos e por isso não fizemos a afirmação em relação a 2003, mas dissemos que tínhamos dúvidas, agora ela, a auditoria, de identificou. Vejam só. No dia 19 de maio de 2003, vinte e três milhões são pagos a VISANET, que. Aliás, a VISANET paga à DNA no dia 19 de maio. Um dia depois a DNA aplica no Banco do Brasil. Dois dias depois essa aplicação feita no Banco do Brasil garante um empréstimo que o Banco do Brasil faz também em torno de dez milhões de reais.

O Banco do Brasil está fazendo empréstimo lastreado garantido e assegurado pelo próprio fundo. Esses recursos desse financiamento, quatro dias depois foram pagos pelo sistema Marcos Valério. O que é importante é verificar agora o outro eixo. Banco Rural, no dia 26 de maio de 2003, a SMP&B contrata um empréstimo de dezenove milhões e dá em garantia o contrato do Banco do Brasil. Lembrem, e isso que é importante, que este empréstimo está na lista do Marcos Valério, daqueles empréstimos ditos que agora somam cem milhões que estão sendo cobrados. Vejam, esse empréstimo de dezenove milhões que hoje é devido pelo Partido dos Trabalhadores segundo Delúbio e Marcos Valério, dele. Ele foi firmado no dia 26 de maio. Pois no dia 26 de maio, através desses recursos é quitada a dívida, o empréstimo que quatro dias antes foi contraído no Banco do Brasil. Raciocínio muito simples. Vejam. Aqui a VISANET libera dinheiro, recursos, que são disponibilizados. Esse dinheiro veio para alguém que nós hipoteticamente não teríamos identificado, não sabemos quem, mas saíram dez milhões de reais do Banco do Brasil que estão aqui postos, mas há um débito aí, daqui, do Banco Rural, saem dez milhões de reais que teriam efetuado esse pagamento no Banco do Brasil. De duas uma. Ou esse próprio dinheiro foi utilizado, e aí não teria sido identificado, mas aqui há o eixo que identifica. Dinheiro dos dezenove milhões, dez milhões foram pagos. Ou seja, dez milhões foram colocados dentro do “Valerioduto”. Porque os dezenove milhões estão dentro. A menos que extraia dezenove e considere nove, se eu considerar nove, implode. Toda a sustentação do caixa dois. Então, elementar, meu caro “Watson”. Vamos à frente. Acho que esse é um dado que nos surpreendeu a todos. Acho, não, tenho convicção. Embora seja triste. Aí demonstra que pelo menos vinte milhões de reais, só num sistema, foram extraídos. Banco do Brasil. Mas volto a dizer: Pessoas do Banco do Brasil que não mereciam a confiança dos cargos que a eles foram submetidos. Comissão da DNA, Marcos Valério. Esse também é novo. Segundo documentos apresentados por Marcos Valério, no período de outubro de 2003 a maio de 2005, a DNA retirou dos recursos recebidos da VISANET o total de seis milhões de reais a título de Comissão por serviços prestados. Vejam só, ora é a título de distribuição, ora é a título de lucros distribuídos. Mas é simples. Nós precisaríamos de uma contabilidade onde identificasse os lucros que teriam ocorrido, para que se procedesse. Então, na verdade é uma retirada de dinheiro que a falta de outra denominação para ser contabilizada se colocou comissão por serviços prestados ou distribuição de lucros. É um valor confessado como recebido pelo Marcos Valério e que tem fortes conotações de

desvio também, de aplicação. Vejam, nós estamos falando de recursos retirados da VISANET. Depois eu ressalto que não foi concluído esse rastreamento. Lembrem que quando no Banco do Brasil nos encaminhou naquele primeiro evento que nós noticiamos, o Banco do Brasil nos submeteu um documento que confirmava que estava à busca até judicial da recuperação de nove milhões de reais que tinham sido. Que não estavam comprovados. Depois, no dia seguinte, houve uma versão diferenciada e nós agora, com o aprofundamento da auditoria que recebemos, evidentemente iremos tirar isso a limpo. De qualquer modo, remanesce, aquela informação de que, vinte e três milhões de reais não estão muito bem esclarecidos nesse adiantamento procedido em 2004.

>> Isso eu não encontrei também no relatório. Só para... Eu procurei, mas, não tem.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu lamento. No meu não tem a numeração, daí eu não sei. Serviços não prestados sob investigação. A seguinte, agora são os CORREIOS. Até agora nós vimos o Banco do Brasil. [Soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gostaria de a assessoria checasse por que é que algumas páginas foram. Não fazem parte dos conjuntos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Aqui nos CORREIOS, eu irei aprofundar um pouco mais no exame do contrato de Publicidade, e quanto aos outros contratos, o Presidente fez referência inclusive a SKYMASTER, e de fato nós temos uma produção excepcional dos que estão nos auxiliando nessa busca, mas nós já tivemos oportunidade. Eu já apresentei a SKYMASTER o Deputado José Eduardo Cardozo já apresentou a SKYMASTER. E o que nós temos de novo. E, aliás, adianto a não voltar a incidir sobre essa matéria, o que há de novo na SKYMASTER é o programa de remessa de recursos ao exterior onde há um mascaramento de um *leasing*, já perfeitamente identificado que não é verdadeiro. Porque existem *offshore* externas dos próprios proprietários da SKYMASTER e que, portanto, eles industrializaram um caminho, através do qual eles terminam a título de *leasing*, remetendo dinheiro para o exterior. Agora, isso, nos relatórios. Esse relatório, esse material que V.Exas. receberam, é o *minimum minimum* do que nós recebemos. É muito avolumada a produção de documentos que são os relatórios que está absolutamente à disposição, que são os relatórios da Controladoria Geral da União, são os relatórios do Tribunal de Contas da União, além da produção própria, evidentemente, da CPMI. Quanto ao contrato de pu-

blicidade dos CORREIOS. Algumas peculiaridades que chamam a atenção. E em primeiro lugar, as alterações no edital aumentando a subjetividade do processo. É muito importante isso, porque inclusive quando o Ministro Gushiken esteve aqui conosco, e é só verificar nas notas taquigráficas, eu tive oportunidade de dizer a ele que aquilo que aparentava ser uma abertura, uma facilitação a que mais e mais possíveis concorrentes houvesse, na verdade, poderia ser uma forma de ocultar [soa a campainha] No primeiro momento a verdadeira razão de ser da licitação que era conduzir, a um destino já previamente prefigurado, que era em relação a uma determinada empresa. E eu fui contestado. Pode ser que ainda mereça sê-lo. Embora a convicção própria ainda não se abalou, e esclareço porque, houve a redução. Mas vejam, cinquenta e cinco empresas participaram, só que quarenta e três foram desclassificadas. Já o primeiro universo reduziu. No segundo momento, naquelas pontuações, na tipificação, na escolha, quando se examina a proposta, não a proposta, melhor dizendo, a qualificação do proponente, que existem dois momentos diferentes na licitação, quando você examina o aspecto subjetivo [soa a campainha], o aspecto subjetivo da licitação que é a pessoa, o sujeito, que e é o aspecto objetivo que é a proposta. No aspecto subjetivo houve uma modificação acentuada da pontuação. E foi nessa alteração que se permitiu à exclusão, para se ter uma idéia, a própria empresa que prestava serviços aos CORREIOS foi alijada, desqualificada. Empresas como a DPZ, ARTPLAN, a MASTER, a MCAM ERICSSON a FISCHER. Todas essas empresas todas, aliás, eu vou ler todas. Essas empresas todas são empresas que prestam serviços, isso que estou me valendo é do relatório da Controladoria Geral da União. Essas empresas são empresas que prestam serviços à Administração pública, todas elas, DPZ, ARCO PROPAGANDA, ARTPLAN, MASTER COMUNICAÇÃO, AGNELO PACHECO, MCAM ERICSSON, CONTEMPORÂNEA, FISCHER AMÉRICA, FNASCA, SNB NOVA AGÊNCIA, IDADE MÍDIA, ASA COMUNICAÇÃO, PERFIL, essas empresas todas prestam serviços ou administração direta ou administração indireta e foram alijadas. Portanto, que abertura foi essa que se procedeu? Bom. Então a primeira imagem é da facilitação, quando se reduziu de três milhões para um milhão e oitocentos. Mas nos itens idéia criativa, repertório e pontuação, houve uma mudança muito importante na qualificação e na atribuição de pontos. Lembrem que essa aqui é uma proposta não de preço, mas uma proposta de técnica e preço. E, portanto, a pontuação foi carregada de subjetivismo. Essas expressões, aliás, elas foram objeto de uma certa manifestação de inconformismo

do Ministro Gushiken, mas elas estão consolidadas pela Controladoria Geral da União. É a Controladoria Geral da União que afirma esse direcionamento evidente que houve em relação aos critérios introduzidos. Porque a rigor, é a regra. Um dos princípios que norteiam a licitação é da objetividade. Do julgamento objetivo. Ou seja, você tem uma Comissão de três, tal, o Deputado Asdrúbal, o Senador Delcídio e o Deputado Osmar se nós retirarmos os três e colocarmos a Senadora Heloísa, a Senadora Ideli e o Silvio Torres, o Deputado eles tem que chegar a mesma conclusão, senão não é um julgamento objetivo. Isto que é objetivo, alguém de nós está carregando o seu convencimento, a sua conceituação para dentro. Um dos princípios, não é nem regra, um dos princípios da licitação do julgamento objetivo é só, vocês olharem, que a Controladoria anuncia em relação à carga de subjetividade que traduziu a escolha da empresa do Marcos Valério. Mas vamos à frente. Próxima é das fraudes fiscais. Fraudes contábeis, perdão. Vejam só, para ingressar na licitação, para não ser desqualificado, um dos quesitos era o índice de liquidez. O índice de liquidez tinha que ser igual a um. Para demonstrar o índice de liquidez, é preciso que se apresente o balanço, o balanço foi de 2002 a licitação foi em 2003. O balanço de 2002 que foi apresentado apresentava um índice de liquidez de 1,6, portanto, estava dentro e podia ser admitido a participar na licitação. Agora, um detalhe importante. Nós da CPI recebemos um outro balanço de 2002 da mesma empresa. E aí vem um detalhe técnico. Eu vou só mencionar muito *“en passant”*. Vejam ali. Quando no disponível você vocês têm mútuo zero e no outro na CPMI mútuo sete mil oitocentos e doze isso é um equívoco técnico. Aquele sete mil oitocentos e doze tinha que estar ali no longo prazo, no zero. Vejam o que está aqui. Ajustado pela CPMI. Tecnicamente, portanto, segundo as regras da ciência contábil, o balanço correto é esse ajustado pela CPMI. Portanto, se nos valermos dos dados oferecidos pela empresa a CPMI colocando dentro das regras contábeis, o índice é 0,4 e não 1,6 e a exigência. Quando ele apresentou lá, inicialmente ele apresentou 1,6, portanto, ele devia ter sido desqualificado, nem sequer chegar à classificação que é o momento seguinte. Mais um equívoco. Isso ta reafirmado na página seguinte. Agora dados importantes ainda, eu não sei, acho que está fora de ordem. Mas vou explicar isso embora, isso é exame contábil porque isso aqui serve para todo o sistema Marcos Valério, não é só sobre os CORREIOS. Isso que nós vamos examinar agora é conclusão técnica do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, todas essas afirmações, que aqui estão, nada tem de convencimento do relator, é técnica que consigna. Pri-

meiro, adulteração de AIDFs, o que são AIDFs? São as autorizações de impressão de documentos fiscais. Vejam só as empresas de Marcos Valério, bom... Uma empresa para ter um documento, para ter documento fiscal precisa ter autorização para imprimi-lo, é uma regra, que é essa autorização, eles falsificaram a própria autorização. Depois, AIDF'S falsas as próprias deles, que eles imprimiram a revelia do fisco ainda são adulteradas modificando, portanto, em um determinado momento contém um número de impressos que deveriam ser realizados e que terminaram sendo um outro número superior, eles se autofalsificavam nessas autorizações e nesses documentos existem assinaturas e carimbos inautênticos, portanto, a empresa se valia, falsificava carimbos, falsificava assinaturas de servidores públicos, que eram aqueles instrumentos necessários para validar o documento fiscal. A SMP&B mandou imprimir vinte e cinco mil notas fiscais falsas e a DNA cinqüenta e cinco mil, por isso são aquelas oitenta mil notas fiscais, Polícia federal, laudo técnico. Várias destas notas foram utilizadas em recebimentos junto ao Banco do Brasil ELETRONORTE e Ministério do Trabalho. Basta ver que aquelas de trinta e cinco e vinte e três lá atrás são notas falsas. Eu não estou falando de vinte e cinco reais não, eu estou falando de vinte cinco e trinta e cinco milhões de reais. Depois foram utilizadas notas fiscais canceladas. Vejam só, dentro do universo todos que eles se valiam das notas, havia uma parte que era verdadeira, daquela parte verdadeira, portanto, autorizada, num determinado momento eles foram às prefeituras de rio de cima ou cruz das almas, não sei o nome, e solicitaram o cancelamento porque não iriam se valer, ou seja, eles tinham notas acima do necessário, estavam devolvendo para que fossem canceladas, a prefeitura disse que cancelou e incinerou, notas que a prefeitura pensou que tinha cancelado, incinerado, apareceram como sustentação de pagamentos efetuados. Cheques sacados, não foram contabilizados. Cheques apareceram no sistema todo, nas contas dos bancos a Polícia federal, identificou cheques, não estão contabilizados. Aqui eu já falei, que a nota fiscal de trinta e cinco milhões foi contabilizada e, no entanto, a receita-- ah, esse é outro assunto. Vejam só, a nota fiscal de trinta e cinco milhões, a despeito de falsa, ela foi contabilizada. O sistema Marcos Valério a empresa nos apresenta a contabilização agora, como que pode ser aceita aquela contabilização naquele momento se aquele lançamento corresponderia a trinta e cinco milhões e se no balancete de verificação mostra que, depois daquilo, imediatamente depois, a soma é de vinte e dois milhões. Percebe? Eu estou declarando os meus recebimentos, recebi trinta e cinco milhões. Tá bom,

agora que já declarei tudo, quanto é que você tem? Eu recebi vinte e cinco milhões. São inconsistências primárias contabilmente. Depois, as notas fiscais não foram contabilizadas como a de doze milhões da ELETRONORTE. A de vinte e três milhões da VISANET. A de seis milhões da VISANET. Notas fiscais que simplesmente não foram contabilizadas. Quem diz isso? Laudo técnico da Polícia Federal. E último item. Contratos de mútuo de 2001, referente ao Código Civil de 2002. Isso é o seguinte: Tudo indica-- não esqueçam que havia uma contabilidade que depois foi retificada. E claro que aí há retificação tanto que isso aparece não estou apresentando agora, nós enxugamos, mas quem olha a contabilidade, nós já traduzimos isso a público. Quem olha as receitas, o disponível, vai perceber que são milhões, porque esses milhões do Marcos Valério foram introduzidos. Que são empréstimos que foram obtidos. Portanto é o sistema Marcos Valério que deve. Ele teve que inserir. No balanço ele apresentou agora há pouco tempo, lembro que ele registrou livros agora em setembro. Nós estamos desde maio, junho, operando. Em setembro eles estavam registrando livro diário. Aí nesse livro diário aparece, esse tipo de balanço. Tudo bem. Nesse balanço. Aí eles precisavam também ter os documentos. O mútuo. Porque eles ficam passando recursos de uma para outra empresa. Precisava documentar. Pegaram o modelo de mútuo atual. Só que, aqueles mútuos foram realizados quando essas regras que eles anunciam, não existiam. É como mencionar uma lei. Como não, mencionaram de hoje. O ano passado num documento. Mas como? Como é que no ano passado conseguiram vaticinar essa. Vamos lá. Depois. Os outros contratos, como eu disse, nós temos assuntos ainda importantes. Eu me permito dizer apenas que nós temos levantamentos muito aprofundados em relação a SKYMASTER e agora estamos fazendo em relação às outras empresas. Nós recebemos até certas reclamações de que nós estaríamos discriminando só em cima de uma empresa é que essa empresa foi anunciada pelo Maurício Marinho, nós começamos a investigar, nós temos dois técnicos tem altamente capacitados e que foram a fundo e que agora imagino que este *know-how*, vá servir porque agora já começaram em cima da BETA e de outras empresas que também prestaram serviços na rede postal noturna. A rede franqueada também. Nós já temos relatórios produzidos, é um material enorme, o Correio Híbrido. Mas, enfim, vejam que todos eles ainda prosseguem em investigação. Então, já vou passando por cima desse detalhe da SKYMASTER que já falei dos noventa e cinco milhões, "Valerioduto". Daqueles do setor público. Vamos para o setor privado também muito rapidamente. No setor privado, o que

nós temos? Essencialmente, pelo menos até o momento uma identificação do grupo OPPORTUNITY. Eu queria pedir ao auditor que muito rapidamente esclarecesse esses detalhes que nós sintetizamos tanto, que eu termino talvez não fazendo para me vale dizer valer de uma expressão que o Presidente sempre repete, com a expertise dos nossos auditores. Passo a palavra ao nosso. A menos que o Eduardo Paes esteja aí querendo. Tá bom.

>> Estranho, estranho.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, poderia apresentar a pessoa que vai falar.

EDUARDO AGOSTINI: Bom dia. Boa tarde, aliás. Eu me apresento, meu nome é Eduardo Agostini, eu sou de uma empresa chamada MOORE STEPHENS, uma das empresas que fazem aperto do consórcio que está auxiliando aí na CPMI. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok Deputado Arnaldo Faria de Sá?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É normal. Eu não sabia quem é.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas V.Exa. sempre tem razão aqui na nossa CPI.

EDUARDO AGOSTINI: Dando continuidade aqui, na questão no setor privado, essas empresas inicialmente aparecem num daqueles slides que colocamos um pouco mais à frente. E qualificamos algumas delas como GRUPO OPORTUNITTY, BRASIL TELECOM, TELEMIG CELULAR, AMAZONIA CELULAR, o grupo USIMINAS que é COSIPA e tem também a USIMINAS MECÂNICA e outras que vamos falar à frente. Vamos começar rapidamente pela BRASIL TELECOM. A DNA e SMP&B não eram as agências da BRASIL TELECOM, e sim o Duda mudança. Ok? A atual direção da BRASIL TELECOM como encaminhou para essa CPMI um relatório de auditoria interna ou um relatório interno, que informa sobre os serviços e pagamentos que foram contratados à DNA e a SMP&B. Esses serviços, segundo esse relatório interno, foram feitos sem o trâmite normal e através de contratações paralelas ou ordens direta da sua Presidente, dona Carla Cico, inclusive com a instrução dela, documentado, para pagamento de maneira antecipada de aproximadamente três milhões e meio em 2004. Ok? Depois tem um link à frente, mas eu só queria adotar aqui três pontos e voltaremos. A referida auditoria ainda contesta a prestação e a qualidade dos serviços que foram entregues por essas empresas. Mesmo assim, apesar do exposto, em maio de 2005, documento, a presidente Carla Cico determinou, através de documento, a contratação das empresas de Marcos Valério por valor estimado de cin-

quenta milhões, vinte e cinco milhões para cada uma das duas empresas. A auditoria mesmo, a auditoria questiona ainda, pagamento suportado pela nota fiscal 30876, de 31/07, vamos nos referenciar aqui mais uma vez a questão da nota falsa, segundo o laudo de criminalística da Polícia Federal, o montante de oitocentos e vinte e quatro mil. Recebidos pela DNA em 27/08/2003. Podemos avançar com o link, fica fácil explicar. A BRASIL TELECOM mandou para as empresas de Marcos Valério, durante esses anos que estão elencados ali 2000 a 2005, quatro milhões setecentos e cinquenta e nove mil reais. 2000 a 2001 houve apenas o ingresso de duzentos e oitenta mil reais, esses ingressos foram caracterizados contabilmente e através do nosso banco de dados onde verificamos os trâmites financeiros que foram tramitações normais ou comuns. A partir de 2003 ou em 2003 a DNA mandou para. Perdão, a BRASIL TELECOM mandou para a DNA oitocentos e vinte e três mil reais. Aquela nota que referenciamos há pouco. Apenas uma nota fiscal. Valor, portanto, pago a DNA por serviços prestados por subcontratada era um valor, que era para ser repassado por tanto a uma subcontratada mesmo valor. Oitocentos e vinte e três quinhentos e vinte e nove. O respectivo valor, portanto, não foi repassado para a subcontratada. Até 31/12/2004, ou até perdão, nossa última base que foi agosto de 2005. Ficou e gerou caixa para as empresas de Marcos Valério. Na sequência, 2004 a 2005, se a gente se referir um pouquinho atrás, nosso segundo parágrafo, três milhões e meio, por isso colocamos aproximadamente, podemos voltar para o gráfico. A SMP&B recebeu da BRASIL TELECOM três milhões e seiscentos. Destes, três, quatrocentos e sessenta e sete vieram adiantados no período de junho a dezembro. Mais especificamente em julho. 30 do 07. Esses serviços como falado anteriormente pela Presidente Carla Cico, apenas foram entregues em 2005 um pouco antes também está referenciado na auditoria, em 2005, um pouco antes da instalação desta CPMI. E mais, com baixa qualidade pelas pessoas de marketing hoje da BRASIL TELECOM. Este valor, portanto, ficou internado no caixa das empresas, três milhões, durante esse período vamos referenciar mais uma vez a julho. Em julho, exatamente em julho, no mesmo dia 30 ou 31, não me recordo bem agora, este valor foi remetido a três *tradings* [soa a campainha] Bom, três *tradings*. Exatamente somadas.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Me perdoe, o senhor poderia informar o nome das três *tradings*--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria não interromper Deputado ACM Neto, nós vamos continuar a exposição. Nós va-

mos continuar a exposição para deixar depois. A regra é essa. V.Exa. perguntaria no momento adequado em função das inscrições. Com a palavra o Dr. Eduardo.

EDUARDO AGOSTINI: Bom, só dando seqüência então, as três *tradings*, depois eu fico à disposição. Três milhões. Exatamente três milhões. É um fator relevante isso. Ok? Isso quanto a BRASIL TELECOM. Agora eu queria comentar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente Delcídio, me perdoe V.Exa. e ao expositor, mas era importante nós sabermos. Há aqui um sentimento geral, de que é fundamental ter essa informação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É parlamentar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Eduardo. Dr. Eduardo, V.Exa. É um homem experiente. Fale rapidamente, que V.Exa. sabe o nome então diga logo e dê continuidade à exposição.

EDUARDO AGOSTINI: ATENAS TRADING, BY TRADING e uma outra menor que não me recordo agora cinquenta e poucos mil reais. ATENAS TRADING. BY TRADING e a TELÔNIOS TRADING ou algo parecido, vocês me perdoem. *Trading* também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero resisto a que essas *Trading* tiveram seus sigilos quebrados aqui pela CPMI dos CORREIOS. Com a palavra o Dr. Eduardo. Por favor, prossiga.

EDUARDO AGOSTINI: Vamos ali em outras, por favor. Estamos agora nos referenciando a outras aí. E eu queria já descer ali embaixo, no parágrafo, nos referenciando a uma empresa chamada NACIONAL, para mostrar qual era a forma que o Sr. Marcos Valério utilizava para fazer caixa. Só.

>> São exemplos isso?

EDUARDO AGOSTINI: São exemplos. Vamos ler ali. No caso da NACIONAL, cujo serviço está relacionado a VISANET, foi um serviço contratado por Marcos Valério para ser prestado a VISANET. A nota fiscal 0711 da NACIONAL, no montante de dois milhões e meio. Foi paga parcialmente em 14/11/2003 um milhão novecentos e vinte. O montante equivalente à diferença, quinhentos e setenta e nove foi aplicado em fundo de investimento do Banco do Brasil na mesma data. Isso caracteriza. E este quadro, portanto, esse quadro em cima que esse três valores encontram-se abertos nas contas a pagar das empresas de Marcos Valério. Por exemplo, desde novembro de 2003. Isto é mais um exemplo gerando caixa, portanto. Ok? Podemos voltar um pouquinho? Vamos nos referenciar agora à questão da TELEMIG celular e AMAZONIA

CELULAR. Através dos dados que temos no banco de dados qualificados aí internamente como BO, fazendo comparações entre os fluxos de entrada nas contas de Marcos Valério provenientes destas duas empresas. Comparativamente de dados que nós temos de notas fiscais, ou seja, aquilo que comprova as notas fiscais do período específico. Vamos relatar isso com tranqüilidade aqui. Abril de 2005, apenas a partir de abril de 2005 estes valores demonstram diferenças importantes na TELEMIG, portanto, cinco milhões e quinhentos mil. E na AMAZONIA CELULAR três milhões e cem. Cabe esclarecer que esta situação nos levou mais uma vez a solicitar através de ofício a essas empresas que expliquem estas diferenças. Fatos relevantes é que as duas empresas tem o mesmo comportamento a partir do dia 15 de abril de 2005. Isso está. Caminha a investigação neste sentido. Dessas duas empresas e solicitamos a elas maiores esclarecimentos. Quanto à USIMINAS ou grupo USIMINAS. Temos aqui dois destaques apenas, a USIMINAS MECÂNICA efetuaram pagamentos a empresas de Marcos Valério ou do “Valerioduto” no montante de um milhão e cem e cinco milhões e oitocentos respectivamente. Embora não tenham, apresentado a esta CPMI, contratos com estas empresas ou empresa do Marcos Valério. Isso está qualificado no banco de dados de sigilo que foi afastado. E mais um detalhe.

>> [inaudível].

EDUARDO AGOSTINI: Não, é o período todo. 2000 a 2005. Na seqüência os dois deputados, Roberto Brant e Romeu Queiroz, declararam que receberam da USIMINAS, através da SMP&B o montante de cento e dois mil reais. Os valores não incluídos inicialmente na relação do Sr. Marcos Valério.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Porque o terceiro Deputado que recebeu da USIMINAS não está aí?

EDUARDO AGOSTINI: Eu só tenho referência no banco de dados, inicialmente--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): João Magno está no banco de dados. Porque foi omitido? Eu estou afirmando, foi omitido sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Só para esclarecer, o João consta da lista do Marcos Valério. Mas não do sistema do banco de dados que é sistema magnético. Onde os cruzamentos procedidos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Da USIMINAS, se consta no sistema do Marcos Valério pelo cruzamento tinha que ter vindo pro sistema de banco de dados.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Não, se--

>> [tumulto] [Soa a campainha].

>> Pediu informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Sr. Eduardo.

EDUARDO AGOSTINI: Bem, na questão das empresas, ou do setor privado, é isso que nós íamos colocar, destacando que nós estamos aí encaminhando as investigações e aguardamos novos documentos e informações. Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, só uma coisa a mais com relação aos bancos, nós já passamos muitos dados, mas algumas curiosidades em relação aos dois bancos que operaram, Banco rural e Banco BMG. No caso do Banco Rural, empréstimos efetuados tendo como garantia contratos firmados entre a DNA e o Banco do Brasil. A curiosidade, o diferencial que existe, daí a razão disso consignar é que o contrato da DNA e o Banco do Brasil é que foi dado em garantia. E vejam os valores, para chamar a atenção. De março de 2005, porque a última atualização que o banco fez. Hoje é muito mais do que isso. Esses empréstimos estão em aberto, vejam que o de 19 está em trinta e quatro milhões de reais, enfim os dois quarenta, cinquenta milhões de reais. Bom às irregularidades, tem onze renovações sucessivas, um seis o outro cinco, sem amortizações nem pagamento tem. Estou falando do Banco Rural. As garantias insuficientes, todos nós sabemos, tanto é que houve uma interferência do Banco Central determinando a reclassificação dos riscos. Depois, a garantia. Aqui também já fiz referência. A garantia concedida considerando-se o valor do contrato quando na verdade é um percentual e ainda assim uma parte daquele percentual. As renovações do contrato de empréstimo com garantias vencidas. Com garantias vencidas. O que significa isso? A garantia dada, o contrato que foi dado em garantia já estava vencido. Portanto, não existia garantia nenhuma. Depois o BMG. Da mesma forma. Os empréstimos, feitos junto ao BMG garantidos com contrato, entre a SMP&B, CORREIOS e ELETRONORTE. Os valores atualizados vinte e dois e quatorze, irregularidades. A renovação dos débitos aqui sem a redução do valor principal do empréstimo. Essa afirmação nem o pagamento dos juros é uma que ainda está sob investigação, porque nós temos a reafirmação do BMG no sentido de que os juros eram pagos nas renovações. Depois empréstimos também qualificados também em autorisco as garantias insuficientes, também em virtude dos contratos não terem os valores de face, mas só uma parte. Uma parte e anuência à concessão dada por José Otaviano. (?) Tá. Aqui a curiosidade é que há uma regra que não permite que se dêem garantia

contrato público. E o próprio contrato contém uma regra que não permite. Aqui, o Sr. José Otaviano concedeu a garantia. Agora nós vamos para o último ponto. O Mensalão. Essa é uma matéria [soa a campainha] Recorrentemente objeto afirmações e infirmisses. E o que nós até definimos alguma coisa segundo o que nós entendemos, para em cima desse conceito, formatarmos a seqüência do raciocínio. O fundo de recursos utilizados especialmente para atendimento políticos partidários. Nós identificamos. Esse universo é extraído das informações do Marcos Valério. É a tabulação daqueles que foram os beneficiados pelos saques do sistema Marcos Valério. O que nós fizemos? A tabulação, como o Presidente disse, nos valendo do I 2 que é um método rebuscado de informática, que faz todos os cruzamentos possíveis e a partir desses técnicos e desse instrumento é que nós identificamos quatro padrões de comportamento, de conduta, que se manifestam de uma forma não difícil de ser captada. Até porque ela casa com aquelas informações que circulam e que precisam de um exame sobre sua concretude. Enfim, que não saiam. Que não fiquem apenas na abstração. Isso aí não esse é o primeiro padrão. Agora nós vamos tratar do partido liberal e da GARANHUNS. Todos os dados e informações que nós temos, que todos têm, fazem essa vinculação da GARANHUNS com o partido liberal. Então nós vamos proceder à tabulação. Não sei se sou eu que não enxergo, mas era para ter. Talvez não seja nessa. Aqui é um detalhe que chama a atenção. Eu já me reportei ao Roberto Jefferson que ele conseguiu marcar a expressão Mensalão. Mas penso que aqui nós estamos e podemos identificar alguma coisa.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Semanal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): É o “semanadão” dão aqui. [Soa a campainha] Nós estamos visivelmente constatando um “semanadão”. São recursos e observem que são recursos, que indicam uma sistematização. São todos eles ali que vão de fevereiro de 2003 a agosto de 2003, em valores arredondados, quinhentos mil, quinhentos mil, depois vão sendo reduzidos, mas sempre sistematicamente sendo liberados na semana. E, aliás, eu preciso reconhecer, que nós também nos valem, além do I 2, do inteligente trabalho do Deputado Júlio Redecker, ainda na CPI do Mensalão. Esse mesmo raciocínio se verifica no segundo padrão. Quando nós percebemos as migrações partidárias que ocorreram em relação à possível identificação com pagamentos. Vejam. Concentração de pagamentos em maio de 2003. Nós não nos reportamos a parlamentares, não há nominata, essa é uma identificação. A CPI do Mensalão

tinha esse objetivo. Enfim, existem instâncias a quem hoje compete esse tipo de investigação. Agora, nós não podemos refugir a um compromisso que nós temos de em cima de uma afirmação que fizemos, no relatório parcial quando apontamos que estávamos acolhendo a asserção assertiva, do Roberto Jefferson no sentido de que havia, sim, evidências de pagamentos a quem me reporte talvez não tão programados no tempo, mas até porque naquela época nós não tínhamos esses instrumentos que deixam tudo absolutamente claro. Então, vamos ver. Concentração de pagamentos em maio de 2003, com intenso ingresso de parlamentares no PTB. Primeiro esse, no PTB. Aí está o quadro. Vejam que as liberações em ocorridas em abril de 2003, desse exame vai de abril a junho de 2003. Portanto, quando as filiações se intensificaram, está identificada em 25 de abril, depois várias em maio, várias filiações do PTB em maio. Já, em relação às mudanças de partido do PP aconteceram numa forma mais concentrada em janeiro e fevereiro de 2004. Ah, nesse sentido que a gente quer reafirmar. Há uma certa evidência dessa junção dessa possibilidade, de ligação entre as filiações e as liberações que são reconhecidas, não por nós, mas por Marcos Valério, como sendo as alimentadoras daquele partido. Então aqui agora o PP, da mesma forma do período de janeiro, fevereiro de 2004 de eu disse e aí estão as mudanças de partido também identificadas. Ali onde tem aquelas mãos cumprimentando. É um símbolo que eles. Não sei até onde bem traduz. Mas, enfim. Nós estamos ainda no segundo padrão. Agora vamos para o terceiro padrão. Votações de interesse do governo. A partir de setembro de 2003, há uma concentração de pagamentos em datas próximas às votações de interesse do governo. Até setembro de 2003 o padrão era de retirada de recursos na boca do caixa. A partir daí essa sistemática mudou. Isso nós já vimos, essa mudança de sistemática, mas observem ali a planilha. Vocês têm no primeiro momento a reforma previdenciária, na primeira, matéria de privilégio do nosso em eminente Deputado Arnaldo Faria de Sá, que domina o assunto. Depois, na sequência, a reforma tributária na terceira página, e depois na última. Na última não, na. Não sei o número. Lei de Falências. Então, há uma possibilidade de interpretação de que algo levanta dúvida em relação aos saques realizados muito proximamente, não estamos afirmando que seja. Nada disso estamos afirmando que seja verdadeiro. A inteligência de cada um de nós--

>> Alguém ainda sustenta que o Mensalão não existiu, Sr. Relator? [Soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Antes nós vimos lá em relação às filiações. Agora não. Agora todos nós sabemos que a BÔNUS BANVAL tinha ligação com o partido progressista em é verdade sabida. Já coisa que nós ultrapassamos. Agora o que nós estamos fazendo é a tabulação dos recursos da BÔNUS BANVAL. Também, como se vê, os pagamentos destinados ao partido progressista em intervalos de quarenta e oito e setenta e duas horas--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Dia a dia?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): É. Enfim, Sr. Presidente, eu tenho convicção de que nós poderíamos ter apresentado mais coisas. O trabalho que a CPMI desenvolveu é um trabalho do qual nós nos orgulhamos. A sociedade eu imagino que se orgulha. Porque nós percebemos esse reconhecimento tanto na imprensa--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Relator, o Sr. falou PP, PTB e PL está faltando PMDB também. [Soa a campanha].

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Eu não vou dizer que eu oculte, porque.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Zé Borba não renunciou? Renunciou?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Renunciou. Tudo bem, V.Exa. tem e eu acolho essa. Só esclareço o seguinte: Esse parlamentar não atuou um segundo nesse cruzamento, portanto esse parlamentar não identificou. Isso é um levantamento técnico que nos foi apresentado. E até por isso que nós o assimilamos, como algo indener, de qualquer interferência à política que possa ter. Para concluir, Sr. Presidente, como eu disse, eu quero começar me penitenciando com a imprensa sempre muito solícita, mas nós também temos a obrigação de isonomicamente tratá-los de forma a que muitas vezes nós omitimos e certos dados que depois vazam e que aparentemente tão acessíveis àqueles que acorrem até a gente. Mas não é. Eu procuro valorizar esse privilégio que eu tenho de parlamentares que compõem a CPMI e me conduzo nesse sentido. Eu quero dizer em relação a alguns pontos. Concluindo. Primeiro é claro que nós lamentamos. Sei que há divergências, e por isso é bom. Ninguém pode se alçar a dono da verdade. Mas eu lamento muito se for verdadeiro que há um engenho, uma indústria, uma orquestração no sentido de que o trabalho que nós fizemos e apresentamos à sociedade tenha conclusões que efetivamente correspondam aquilo que se espera de um parlamento que queira se depurar. É claro que nós não encontra-

remos assinaturas. Eu fico entristecido quando vejo afirmações de pessoas altamente graduadas, fazendo referências à inexistência de provas, por exemplo. Nós estamos trabalhando com seriedade, traduzindo ao público, tudo que nós alcançamos e as provas têm níveis de convencimento. Quem estuda direito sabe que um Juiz pode ter dez testemunhas dizendo A e uma testemunha dizendo B, e ele acredita no B, a quem falou B e não acredita nas dez que disseram A. Isso é um juízo de convencimento. E essas provas é que nós estamos trazendo a público. Provas testemunhais, que também são instrumentos válidos como forma de convencimento. São as que mais nós estamos. E não nós, esse é o sistema. Os fóruns todos os dias estão produzindo provas testemunhal. De forma que eu agora quando nós vimos essa comprovação pouquinho além da prova testemunhal, além das confissões que nós já tivemos em relação ao Mensalão, eu quero dizer que eu lamentavelmente reconheço com essa séria e acrescida de informações que efetivamente nós tínhamos um sistema de corrupção de parlamentares. Um sistema que compromete até a higidez das decisões que nós tomamos. E que precisa, para o nosso bem. Eu tenho falado isso em relação ao PT. Eu admiro. Eu sempre admirei os petistas. Sei da sua formação, das suas brigas, dos seus ideais. Eu só acho que o PT está errando, enfim, estou manifestando uma opinião pessoal. O único erro que o PT vem tendo é de não depurar. Aquelas pessoas que não souberam se conduzir ir tem que ser claramente afastadas. Essas pessoas não acertaram. Como o Banco do Brasil fez agora quando fez a auditoria. –Banco do Brasil: Esse pessoal fez isso-. Respondam por isso. Agora, não. Não fez. Acomoda. Eu acho que essa é uma análise que eu faço e que penso que nós podemos, de fato, continuar a construir uma investigação na forma como ela vem sendo realizada, compartilhada, sem conotações políticas, sem tendenciosidades, trazendo aquilo que efetivamente a população deseja. E ainda sobre o Mensalão, claro que é o confronto do caixa dois. Isso não é Mensalão, isso é caixa dois. Isso são conceitos que não se excluem. Não é porque alguém diz que há caixa dois que aí não há Mensalão. Se nós temos cinquenta e cinco milhões de reais ou cinquenta e um ou talvez quarenta e um se nós tirarmos aqueles para pagamento do Banco do Brasil, isso não significa que eu não possa identificar quinze milhões que tenham sido carregados para o Mensalão. E o estilo Duda Mendonça, aquilo é caixa dois ou eventualmente campanhas regionais de partidos políticos. Caixa dois. Então, é importante que a sociedade perceba isso. Não se pode chegar e dizer: “Não, não se comprovou Mensalão. O outro. Foi cassado”. Isso é uma forma, de trazer a pú-

blico um raciocínio equivocado. É um sofisma. É perfeitamente possível, sim, a existência do Mensalão, os responsáveis pela existência do Mensalão e um caixa dois com seus responsáveis. E finalmente, claro, nós já vimos e eu concluo também achando, já reafirmei várias vezes que esses empréstimos mascaravam. Enfim. Nós teremos com certeza na história, espero, se não formos truncados nessa caminhada, por situações como a que me reportei, nós teremos responsabilidade por uma mudança de tempo. Primeiro que reconheço nesse governo, apesar de todas as mazelas que tem, reconheço qualidades, apóio, com ressalvas quando precisam ser ressalvadas, mas umas das coisas que eu acho interessantes são essas, de permitir investigação. Isso é um avanço democrático muito importante. [Soa a campainha] Quanta gente ficou impedida de investigar? Hoje nós somos um país democrático, isso é orgulho nosso, com os nossos defeitos. Agora nós vamos juntos limpar o parlamento, limpar aqueles que ainda pensam em prosseguir como representantes de uma sociedade que hoje está de certo modo, entristecido com que nós cometemos. Não a nossa CPI, porque nós estamos querendo ser instrumentos de uma limpeza. Me perdoa Sr. Presidente, o alongamento, mas eu quero dizer o privilégio que tenho de estar sob sua condução, com a seriedade com que procede, com a imparcialidade, com a magnanimidade com que nos trata, enfim, com o fortalecimento dos instrumentos que nós precisamos, como tem acontecido, a valorização dos Sub-relatores, tudo isso faz com que nós tenhamos orgulho da CPMI dos CORREIOS. [Palmas].

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Parabéns, Sr. Relator! [Palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós temos dezessete inscritos, e nós vamos começar religiosamente, acabei de receber uma ligação do Senador Renan Calheiros, nós temos hoje a continuidade da sessão do Congresso onde temos vários projetos de recursos extraordinários, Projetos de Lei, créditos, e nós vamos dar continuidade a partir das quinze horas. Por isso eu vou dar cinco minutos para cada inscrito para que nós concluamos os trabalhos dessa sessão de hoje--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Presidente, essa Comissão representativa vai para o Congresso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá. Mas eu gostaria de estar lá e outros parlamentares que estão aqui são da Comissão representativa também. Portanto, eu vou abrir cinco minutos, começando pelos titulares depois pelos suplentes, vou passar a palavra para o

Deputado Onyx Lorenzoni. Eu queria que a Assessoria Técnica colocasse lá no relógio cinco minutos.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Presidente, inicialmente eu queria cumprimentar a V.Exa. pelo comando que vem imprimindo essa CPMI, e talvez o maior elogio que eu possa fazer ao Relator Osmar Serraglio esteja representado num questionamento que uma repórter me fez quando eu me encaminhava para essa sessão. Deputado, como que a CPI dos CORREIOS enfrentará o ano eleitoral com o conflito já estabelecido entre partidos e candidatos? E eu disse a ela e repito aqui publicamente. Os parlamentares que compõem esta CPMI, de todos os partidos, estão conscientes de que aqui travamos, sim, e representamos, sim, as nossas convicções, os nossos partidos, as nossas idéias e os nossos ideais. Mas temos também uma responsabilidade superior, que é a responsabilidade de responder aos homens e mulheres desse país que olham para nós e que vão cobrar as nossas atitudes. O presente balanço já vai nessa linha de raciocínio que eu fazia, de que a CPMI dos CORREIOS tem um conjunto de parlamentares que sabe a responsabilidade que pesa sobre seus ombros. E eu quero lhe parabenizar mais uma vez. A demonstração que vem sendo dada ao longo do trabalho da Comissão, de semanas e semanas de trabalho, é do equilíbrio, do bom senso, do respeito à técnica, e acima de tudo de procurar a devolver à sociedade brasileira a expectativa que ela correta, justa e indignadamente deposita sobre nossos ombros. E eu tenho certeza que tenho certeza que nós vamos conseguir concluir esse trabalho. O trabalho da relatoria e das Sub-relatorias demonstra claramente que, independente da nomenclatura e da questão semântica não é honesto dizer que não existiu Mensalão porque ele não se encaixa semanticamente, no que as pessoas querem que isso simbolize. O que nós conseguimos verificar é que houve, sim, compra de apoio parlamentar e compra de apoio político. E o nome pode ser o que qualquer um queira dar. Mas o importante, e tomo as suas últimas palavras como referência, é de que a jovem democracia brasileira, e é bom lembrar isso, esse país tem mais de cem anos de república e nunca viveu um processo democrático tão profundo, tão intenso, com tanto respeito às liberdades, quer individuais, quer coletivas. Portanto, é uma aprovação a essa jovem democracia viver a crise política e institucional que nós vivemos, mas por outro lado se escreve na história do país um grupo de homens e mulheres que vão saber responder a esse desafio. Cada um respeitosa e entendendo a diferença, valorizando o seu compromisso ideológico, mas não abrindo mão de que esse país quer respostas. E as respostas estão sendo dadas por essa CPI,

que nunca pensou em pizza, não vai ter pizza, esta é uma CPI aonde nós responsabilmente vamos ajudar a mudar a história do Brasil. É sábio o ditado popular presidente, que diz que “a ocasião faz o ladrão”, em 2004, a transparência internacional mostrava que o Brasil era dos países latinos americanos a democracia que tinha o menor índice, nós tínhamos algo como 3,6, 3,7. No barômetro da corrupção. Enquanto que o Uruguai, o Chile, a Costa Rica tinham sete, seis e meio e seis vírgula três respectivamente. E lá não aconteceu nada parecido com que aconteceu aqui. Aqui aconteceu o que nós estamos investigando e que o Brasil sabe. Por que é que estes países latinos americanos, irmãos, ismãos das mesmas mazelas que nós sofremos da corrupção endêmica, do patrimonialismo que marcam a administração pública brasileira, por que é que eles conseguiram enfrentar e vencer a corrupção e por que é que nós não podemos fazer isso? Então, Sr. Presidente, eu concluo disciplinadamente. Não é questão de fé, é questão de crença da democracia no país. Esta CPI vai cumprir a sua missão. A garantia está dada pelo trabalho até aqui hoje feito, pelas pessoas que hoje comandam esta CPI, e quero simbolizar na figura de V.Exa, na figura do Deputado Asdrúbal Bentes, e na figura de Osmar Serraglio. Os senhores serão os condutores, de uma CPI que vai estabelecer o seguinte divisor de águas no Brasil. Roubar no Brasil havia facilidades até a CPI dos CORREIOS. Depois da CPI dos CORREIOS vai ser muito mais difícil de roubar no Brasil. E este será um país que ainda irá orgulhar os seus filhos. Obrigada presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, por cinco minutos.

SR. DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Sr. presidente eu prometo ser breve. Eu queria de ter a eloquência dos gaúchos e um terço da capacidade de transmitir com tanta competência e credibilidade o que o nosso deputado Osmar Serraglio acabou de transmitir. E aí eu queria começar fazendo esse elogio, Sr. Presidente. À também à Mesa Diretora. Todos nós aqui, eu falo como deputado de oposição, começamos essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito acusando a V.Exa, Senador Delcídio Amaral e ao relator Osmar Serraglio. Escolhidos ambos um no partido do governo, Partido dos Trabalhadores, e outro no partido aliado ao governo, PMDB, nós começamos essa CPI em uma luta em que dizíamos, isso é o comando de CPI para ser chapa branca, para não apurar. E ambos, Senador Delcídio Amaral, Deputado Osmar Serraglio, foram ao longo do tempo demonstrando, não através de palavras, porque elas da política infelizmente às vezes são mais fáceis do que nós gos-

taríamos, mas principalmente através de atitudes de que nem de longe esse era o objetivo de nenhum dos dois. Quando nós encerramos esse ano de 2005 com seis meses de Comissão Parlamentar de Inquérito já acontecendo e ouvimos a explanação que o Relator faz e o Relator tem manifestado o tempo todo a sua imparcialidade, a sua forma reta e direta de conduzir os trabalhos desta CPI, nós temos a convicção de que de fato ambos o Presidente e o Relator trabalharam o tempo todo e permitiram, esta CPI trabalhasse a chegar a bom termo. A luta política acontece de fato, e ela tem que acontecer, e a população às vezes não compreendem que nós estamos num parlamento. Aqui não estão necessariamente magistrados, juizes, pessoas, temos até a sorte de termos uma Juíza como a Deputada Juíza Denise Frossard, mas os parlamentares que aqui estão não tem, às vezes, essa preparação que a população exige. Mais objetividade investiguem melhor, questionem, façam a inquisição do depoente de forma mais direta, mais objetiva. Muitas vezes nós ouvimos essas críticas. E de fato, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, o que nós temos aqui é o parlamento. Do lado de cá temos deputados de oposição, eu sou com muita honra e muito orgulho do PSDB. Do lado de lá temos, e aí faço questão de me referir ao meu par agora o Deputado Maurício Rands, deputado do Partido dos Trabalhadores, que na luta política conseguiram juntos construir tudo isso que foi apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio no dia de hoje. O mais importante, e aí eu vou pegar um trecho do pronunciamento final de V.Exa, Deputado Osmar Serraglio. O mais importante dessa compilação dos trabalhos que V.Exa. faz hoje, agregando elementos novos que comprovam, que dão certeza, de que algumas dúvidas que nós tínhamos elas não existem mais, o melhor trecho é quando V.Exa. diz de forma muito clara e objetiva: Nós não podemos aceitar que algo tão, ruim na história do nosso país, e eu não estou dizendo que é o único episódio ruim, que é o único episódio de corrupção, tiveram episódios de corrupção no governo passado, no governo retrasado, no anterior ao governo retrasado infelizmente isso se repete na história brasileira. Mas o fato que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, de fato tem e deve estar focando e está, as investigações de um esquema que infelizmente foi construído num governo que tinha como sua bandeira principal a ética e a população brasileira acreditou nisso quando colocou o Presidente Lula lá. E não vai aqui nenhum tipo de trocadilho. Mas, Sr. Relator, quando V.Exa. chama atenção para isso, para responsabilidade dessa CPI nós precisamos, temos a obrigação de dar resposta à população. Não se pode simplesmente que os parlamentares constatem, aqui

o que nós estamos constatando através da focalização do deputado Osmar Serraglio, e que os resultados não sejam concretos, não sejam produzidos. Eu não tenho a menor vocação para perseguidor de companheiros parlamentares. Mas nós precisamos produzir resultados concretos. Nós não podemos permitir que pessoas que participaram desses processos saiam desse processo homenageado pela população brasileira ou por parcela da sociedade brasileira como se nada tivessem participado. Participaram. Podiam até ser bem intencionadas, mas erraram. Podiam ter bons princípios, mas abandonaram esses bons princípios. Podiam ter bons propósitos, mas largaram de lado esses bons propósitos. Portanto, nós temos uma responsabilidade enorme, senhor. Presidente, já concluo, senhor relator Osmar Serraglio, sob a condição de ambos. Hoje ficou claro que o Mensalão, uma expressão competente-mente cunhada por um competente comunicador que é o Deputado Roberto Jefferson. De fato existe. Não como um pagamento mensal regular. Mas sob diversas formas como um “diário”, uma “semanada”, um “episódio”, com “acumulado”, seja lá o nome que se quiser dar. E de fato que nós estamos diante de um esquema de corrupção que infelizmente começou no governo, financiado por recursos públicos, e recursos do Banco do Brasil e VISANET são recursos públicos e que terminou dessa casa. E não é todo governo, não são todas as pessoas, mas nós precisamos dar resposta para aqueles que participaram disso. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores parlamentares. Antes de mais nada, assim como fizemos os deputados Eduardo Paes e Onyx Lorenzoni eu quero render as minhas homenagens ao Presidente desta CPMI, Senador Delcídio Amaral que vem conduzindo muito bem os nossos trabalhos, contando com a colaboração sempre paciente e equilibrada do nosso vice-presidente Asdrúbal Bentes. Realmente o Senador Delcídio tem sido um moderador, tem sido um homem público equilibrado e de bom senso e que sabe conduzir esta CPMI de forma competente e ajustada e que vem, obviamente sendo um dos garantidores dos bons resultados produzidos pelo trabalho desta Comissão. Quero também homenagear o Deputado Osmar Serraglio. Eu tenho o prazer e a honra de ser seu Sub-relator e, de fato, esta CPMI não poderia ter um Relator melhor do que ele. Sereno, ponderado, equilibrado, às vezes contido nas palavras, mas muito firme nos seus propósitos. Muito decidido a impedir que mais uma vez a impunidade prevaleça no Brasil.

Eu acho que o Deputado Osmar Serraglio está escrevendo o nome dele na história da política brasileira e será respeitado sempre pelo trabalho que realiza. Mas Sr. Presidente, hoje nós estamos no dia vinte e um de dezembro. Esta CPMI praticamente começou no dia vinte de junho, portanto, estamos fazendo seis meses de funcionamento. E neste vinte e um de dezembro, uma marca será indelével. Neste vinte e um de dezembro, um símbolo estará fincado. E eu tenho toda certeza que nenhum brasileiro consciente e são das suas responsabilidades terá coragem de contestar esta marca que será fincada. É justamente a marca da existência do Mensalão. De todas, de todas as grandes conquistas trazidas por esse trabalho, a mais significativa, a mais importante, a mais representativa é de caracterizar de forma inequívoca e inquestionável a existência do Mensalão. Pobre coitado do Presidente Lula, porque não terá mais condições e imagino eu, coragem de se dirigir aos brasileiros para tentar negar aquilo que este trabalho afirma de forma inquestionável. Presidente Lula não terá mais condições de se dirigir a um brasileiro, para afirmar que o Mensalão existiu. Está aqui, Presidente Lula. Se o senhor precisa de alguma resposta para concluir a formação do seu convencimento, a resposta está dada pela CPMI dos CORREIOS. Destaco ainda, Sr. Presidente, que o Deputado Osmar Serraglio, colocou claramente que existem já duas fontes de recursos claramente comprovadas uma é o erário público. Alcançando principalmente o Banco do Brasil e a Empresa de Correios e Telégrafos. E outra, são grandes empresas nacionais do setor privado que tinham interesse junto ao Governo Federal e que praticaram o tráfico de influência. Então, quando nós provamos a existência do Mensalão, nós também estamos provando a existência da corrupção no Governo Federal. Do desvio do dinheiro público. Do desvio dos recursos que pertencem a cada cidadão desse país. E que ao invés de serem bem aplicados, infelizmente foram desviados para abastecer a partidos políticos e a parlamentares [soa a campainha] Num esquema construído por aqueles que hoje governam o nosso país. Tenho absoluta convicção, senhor Relator, que até o fim de nossos trabalhos, no mês de abril, nós vamos demonstrar todas as outras fontes que abasteceram o “Valerioduto”. Eu particularmente tenho agora a missão e a incumbência de tratar da matéria de fundos de pensão. Nós já estamos vendo, que muitas figuras que se tornaram conhecidas do Brasil pelo “Valerioduto”, que muitas instituições que se tornaram conhecidas estão aparecendo também como supostamente envolvidas em irregularidades com os fundos de pensão. Está aí a BÔNUS BANVAL, a GARANHUNS, Sr. José Carlos Batista. Vai vir o Banco Rural, vai vir o

BMG e quem sabe o Banco do Brasil. E, obviamente, o propósito do nosso trabalho será demonstrar todas as irregularidades dos fundos de pensão nesses cinco anos. Mas também não deixaremos de evidenciar o elo real que existe entre os fundos de pensão e o esquema de corrupção que foi montado e que agora está sendo desvendado. Para respeitar o tempo que V.Exa. me deu, eu só quero concluir Sr. presidente, dizendo o seguinte, cada brasileiro que nos assiste hoje ou que tiver conhecimento dessa reunião a partir dos meios de imprensa vai renovar a sua crença e a sua esperança na política brasileira. Vai renovar a sua esperança de que existem homens de bem que sabem do seu dever. E que querem senhor presidente, promover uma limpeza moral e ética porque esse é o nosso dever. E que até abril, os interesses partidários sejam deixados de lado. Que a gente possa, perseguir essa missão, que é uma missão de fé, como disse o Deputado Onyx Lorenzoni, de honrar esse mandato que cada um de nós tem, mas de, sobretudo, construir um futuro melhor e mais digno para o nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, senhor relator Osmar Serraglio, colegas, o que foi feito até agora, foi bem feito. Com qualidade técnica, com respaldo empresas especializadas em auditoria que trouxeram a necessária credibilidade técnica ao trabalho realizado. É preciso ver agora o que resta fazer. Eu quero, desde já, insistir com o Relator, Deputado Osmar Serraglio a respeito de uma outra fonte generosa de recursos que abasteceram o “Valerioduto”. Quando suscitamos a questão VISANET durante o depoimento de Cristiano Paz, imediatamente requeremos auditoria que respaldou o trabalho apresentado hoje não imaginávamos que poderíamos chegar às revelações a que chegamos. Da mesma forma, Sr. Relator, nós requeremos uma auditoria do Tribunal de Contas para confirmar as irregularidades já identificadas pela consultoria técnica do Senado em operações realizadas pela Caixa Econômica Federal com o BMG. Requeri através da Mesa do Senado informações à Caixa Econômica Federal sobre a questão créditos consignados. Surpreendentemente, além da resposta formal a que estamos acostumados, a Caixa Econômica nos remeteu um dossiê com documentos relevantes. Eu imagino tenha sido obra de servidores públicos da Caixa Econômica Federal desejosos de contribuir, para que se esclareçam realmente os fatos. De posse desses documentos submetemos à consultoria técnica do Senado que apresentou um relatório conclusivo a respeito e que já submetemos a V.Exa. Mas tem infor-

mações de que a auditoria, que realiza o Tribunal de Contas da União está prestes a ser concluída, e que deverá confirmar as irregularidades apontadas pelos consultores do Senado Federal. Trata-se da aquisição por parte da Caixa Econômica Federal de carteira de créditos consignados do BMG no valor de um bilhão e noventa e quatro milhões de reais. A conclusão a que chega a consultoria do Senado é que o BMG deve ter sido beneficiado em cerca de duzentos e nove milhões de reais. O BMG foi autorizado a operar com créditos consignados descontados em folha de aposentados e servidores do INSS em setembro. E já em novembro, transferia à Caixa Econômica Federal que pagaria em doze meses, mas repentinamente resolveu pagar à vista, com ágio de cento e cinquenta e nove milhões de reais. Não há dúvidas de que houve improbidade administrativa. Mas evidentemente, essa é uma conclusão pessoal, também, da mesma forma como se expressa o Relator, eu faço, é uma conclusão pessoal, assumo por inteiro a responsabilidade de fazê-la, mas que certamente será confirmada, Sr. Presidente Delcídio, pela auditoria a ser concluída pelo Tribunal de Contas da União e para concluir, portanto, Sr. Presidente, eu faço esse relato apenas para despertar o interesse da relatoria desta Comissão para este fato. E tenho convicção de que no relatório final do Deputado Osmar Serraglio, a Caixa Econômica Federal, lamentavelmente será incluída como uma das fontes que abasteceram o “Valerioduto”. E certamente este relatório parcial, com esse cruzamento que permite, reafirmar a existência do Mensalão será fundamental para que a Câmara dos Deputados não repita o lamentável episódio ocorrido quando da absolvição do Deputado Romeu Queiroz quisesse, a quem não conheço, não sei quem é, mas a Câmara dos Deputados não pode preservar parlamentares e condenar a instituição. O que houve foi à condenação da instituição para a preservação de um parlamentar. E eu imagino que esse documento será fundamental para que esse fato não se repita quando do julgamento dos próximos parlamentares citados como partícipes do Mensalão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Álvaro Dias. Com a palavra o Deputado Carlos Willian. Cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar aos nobres colegas parlamentares desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O ajuste do cronômetro, cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E parabenizar, senhor. Presidente, a V.Exa. pela forma que está dirigindo ao Relator deputado Osmar Serraglio, também pelo brilhante trabalho apresentado até agora, dando atenção necessária aos Sub-relatores e também a todos os parlamentares, ouvindo informações de todas as áreas e de todas as fontes para que não possa, neste relatório, prejudicar nenhuma pessoa, nem politicamente nenhuma empresa economicamente. E ao nobre Deputado colega vice-presidente Asdrúbal. Aos senhores três que dirigem essa CPMI tem levado a esperança para o povo brasileiro de que realmente este parlamento, é lógico que tem alguma parte que não honra os compromissos feitos com o povo, com os eleitores, mas que V.Exas. estão trazendo a essa população brasileira. E demonstrando, através de hoje, apresentação desse relatório parcial de que realmente a população ainda pode esperar de que existem deputados e senadores na sua maioria, sérios neste parlamento. Segundo, Sr. Presidente, chamar uma atenção ao relatório parcial do Deputado Osmar Serraglio. E agora vou me dirigir à minha cidade de Ipatinga, onde o meu pai foi um funcionário da USIMINAS, trabalhou de três turnos e criou a sua família com oito filhos. E que nós estamos vendo hoje a USIMINAS estar sendo colocada no relatório como empresa que abasteceu o sistema Marcos Valério na iniciativa privada. Eu lamento que os valores colocados aqui na página quarenta e cinco, sobre a USIMINAS, de um valor insignificante empregado, onde a USIMINAS, o maior complexo siderúrgico da América latina investiu muito pouco em publicidade. E vale ressaltar, que este período, foi um período que foi um período em sequência de cinco anos, não está colocado aí no relatório. E que não houve nenhum aumento de investimento em publicidade em momento nenhum de dificuldades ou favorecimentos da política nacional brasileira. E dizer, Sr. Presidente, de que lamentavelmente estão tentando envolver a USIMINAS dentro do sistema Marcos Valério. E o próprio Presidente e a direção da USIMINAS, têm manifestado algumas vezes que nunca emprestou, nunca passou e nunca destinou recurso nenhum para a campanha de nenhum político. Porque a USIMINAS é uma empresa independente, que não precisa de favorecimento político da iniciativa privada. E se assim fosse, Sr. Presidente, eu acredito que a competências dessa CPMI vai buscar os documentos necessários para poder colocar essa situação em pratos limpos. Terceiro Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a imprensa nacional que tem sido o braço desta CPMI. Que tem sido também junto com esta casa o berço da democracia. Onde tem colaborado, trazendo informações e lamentavelmente, senhor

relator, senhor presidente hoje através da internet nos deparamos com uma notícia, a pedido do banqueiro Daniel Dantas do OPPORTUNITY, a empresa KROLL multinacional no ramo de espionagem também bisbilhotou o cotidiano e aqui mostra, senhor. Presidente, que os relatórios contratados por essa empresa, foram redigidos em inglês e no relatório a KROLL acusa o Sr. Nelson Tanuri, controlador do JORNAL DO BRASIL e a GAZETA MERCANTIL de ser os autores da campanha que estão fazendo contra o banco OPPORTUNITY e o empresário Daniel Dantas. Então eu me solidarizo aqui com a imprensa que também está sendo vítima. E solicito, Sr. Presidente e Sr. Relator, que nos próximos a seguir, nós possamos fazer com mais competência e vamos arregimentar esforços para que nós possamos investigar mais profundos, os problemas da BRASIL TELECOM e os problemas do banco OPPORTUNITY e do Sr. Daniel Dantas que estão aqui nesta CPMI, principalmente onde se trata sobre os fundos de pensão, já completando senhor presidente, encerrando a minha participação, e solicitando que, com a mesma competência que esta Mesa obteve junto à justiça em solicitar que fosse reconsideradas algumas decisões judiciais, que reconsidere também as decisões judiciais, que impeçam essa CPMI de aprofundar nas investigações dos fundos de pensão e do Sr. Daniel Dantas. E finalizando senhor presidente, nós estamos trabalhando o Brasil todo está vendo, que nós fomos convocados com a participação inclusive de V.Exa, mas nós estamos aqui dando o nosso trabalho e demonstrando para o Brasil a nossa responsabilidade. E que semana que vem não vamos estar sem parar e nem outro. Mas este ano o natal vai dar num sábado e num domingo, assim também como o ano novo. Como nós vamos nos encontrar ainda no ano novo, então, no sábado e no domingo eu desejo a V.Exa. e a todos que nos ouvem agora um feliz natal e que possa reinar no nosso lar e na nossa família o amor e o exemplo de nosso senhor Jesus Cristo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Carlos Willian. Da mesma maneira a Mesa Diretora deseja um feliz natal e um 2006 com paz e luz com Deus acima de tudo nas nossas vidas. Com a palavra o Deputado Jorge Bittar. Cinco minutos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. Presidente, eu estou com um problema, porque eu gostaria de pedir esclarecimentos ao Sr. Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então nós passaremos.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): É que eu tenho um compromisso com a Comissão de orçamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu prefiro, para a gente economizar tempo, Deputado Jorge Bittar, nós passaremos para o próximo e aí o Relator chegando eu inscrevo V.Exa. novamente. Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Caro presidente, se o senhor se recorda, fui eu precisamente que pedi um esclarecimento ao relator e fui interpretado interditado em função da ordem dos trabalhos. Por essa razão eu preferiria aguardá-lo de modo que ele pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Chegou o Relator. Com a palavra o Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, em primeiro lugar eu quero reafirmar a convicção que tenho acerca da qualificação ou das qualificações e da seriedade de nosso Relator, afirmações que já fiz publicamente em diversas oportunidades, no entanto eu gostaria de dialogar um pouco com o Sr. Relator acerca de aspectos, do relatório apresentado, quer no sentido de ser esclarecido acerca de aspectos do relatório, quer no sentido de manifestar discordâncias sobre certas abordagens ou afirmações. Primeiro lugar, sobre a questão do Mensalão. Este documento, Sr. Relator demonstra apenas que houve uma distribuição dos recursos a partidos e/ou parlamentares durante 2003 e 2004. Mas não está caracterizada nenhuma co-relação que defina de maneira clara e inquestionável, a existência do chamado Mensalão, tal como foi concebido originalmente pela figura que foi estampada inclusive aqui no seu relatório. Deputado cujo mandato já foi cassado por essa casa, que afirmou que deputados recebiam regularmente, em função de suas votações com o governo. Esta distribuição de valores, esses documentos apenas mostram o detalhamento de como esses recursos foram transferidos a parlamentares e/ou partidos, ao longo de 2003 e 2004, mas não há uma co-relação direta que nos permita fazer esta afirmação. Sei que esses recursos provavelmente foram destinados a caixa dois desses partidos, o que é ilegal, o que é irregular e nesse sentido V.Exa. tem toda razão de realizar uma crítica dura e contundente. Mas V.Exa. sabe também e é oportuno declarar que o caixa dois é algo largamente praticado por todos os partidos e parlamentares nesse país. Então, para que nós também não nos sintamos horrorizados apenas com esses fatos, que são fatos graves que [soa a campanha] Que merecem a responsabilização daqueles envolvidos. E quero dizer que nosso partido tem procurado responsabilizar. Já afastou de nossos quadros dois dos principais. (Falha no microfone) e

quero também ressaltar afirmação de V.Exa. acerca da abertura que tanto o PT quanto o governo tiveram para a realização dessa investigação. Ouso dizer que nenhum outro governo esteve tão aberto à investigação de práticas ilícitas ou de corrupção, e esse é um mérito deste governo, que quer corrigir o que está errado verdadeiramente. Quero registrar, Sr. Relator, e é inevitável que acho que V.Exa. foi duro como deve ser com relação ao período 2003 em diante e deixou de incluir no relatório questões, que ocorreram. Apenas há uma breve menção no rodapé de página acerca do episódio de Minas Gerais que envolvem o Senador Eduardo Azeredo e outros políticos de Minas, o episódio da FUNDACENTRO porque a é importante também à investigação. Não é só o fato de ter ocorrido à corrupção, que já está caracterizado e já processo da Procuradoria da República de São Paulo, mas no sentido de que nós possamos investigar a destinação daqueles mais de cinco milhões de reais que foram desviados da FUNDACENTRO no governo passado. E quero também realçar, que há recursos da TELESP empresa estatal, lá no período de 98 que antecede a privatização, ou seja, não se refere a... Mas, enquanto empresa estatal no governo passado recursos superiores a quarenta milhões de reais que foram transferidos para a SMP&B e que não estão mencionados e que deveriam ser objeto de uma linha investigativa também. Tal como nós estamos nos abrindo, ou queremos investigar tudo, apurar responsabilidades, ou então vamos lamentavelmente produzir uma assimetria que acaba tendo uma certa conotação política, lamentavelmente, Sr. Relator. Ouso colocar essa questão. Eu sinceramente, não entendo porque que esses três elementos que eu aqui disse, Minas, FUNDACENTRO e TELESP não foram objeto de menção explícita no sentido de uma definição de uma linha investigativa mais profunda. Por outro lado, sobre as antecipações, agora o caso VISANET e Banco do Brasil. De fato as antecipações são aberrações, é algo execrável. Mas quero ressaltar também aqui, e li com atenção o relatório da auditoria durante a exposição de V.Exa. li o relatório. Está claro no relatório que as antecipações de 2001 e 2002 não eram antecipações contra eventos especiais, eram feitas em setembro e em novembro em volumes consideráveis. O que significa ganhos com aplicações financeiras também naquele período. Ou seja, foi errado em nosso governo, mas foi errado no período anterior. E constato que sobre prestação de contas, na página noventa e cinco no relatório de V.Exa, quando apresento o resultado da auditoria, estão ali: Conciliação. Recursos aportados versus notas fiscais pagas. Companhia brasileira de meios de pagamentos. E ali estão demonstrados que a imensa parte

dos recursos repassados às agências de publicidade foram objetos de prestação de contas. Como consta da auditoria. Na página noventa e cinco tem a tabela e a tabela prossegue. Ah, sim, sem comprovação de recursos de oitenta e quatro mil em 2001, quarenta e um mil em 2002, cento e cinquenta e um mil em 2003 e quinhentos e sessenta mil em 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): E o documento da auditoria menciona as razões pelas quais não há comprovação desses documentos. Isso, de alguma maneira, se choca com a afirmação de V.Exa. que há vinte e três milhões de reais sem comprovação de pagamento.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Eu vou reivindicar não marcar o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Foi marcado Senadora Heloísa, foi, foi.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Então já está em quatorze minutos falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não. São quatorze horas e trinta e três minutos.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): E onde é que está marcando os minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Já foi marcado, é porque zerou, e aí ele se estendeu um pouco mais como outros também o fizeram.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas por muito pouco, Senadora Heloísa. Concluindo Deputado Bittar

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Finalmente, na página 29, esse diagrama que V.Exa. mencionou, na página 29 do seu relatório, ele estabelece recursos saindo da VISANET para a DNA e parte desses recursos sendo utilizados como garantias para obtenção de empréstimo no Banco do Brasil. Posteriormente, no outro diagrama, há recursos provenientes do Banco Rural, os famosos empréstimos, a SMP&B e depois a quitação destes empréstimos. Não vejo aqui, como isso representa utilização direta de recursos, ou seja, destinação direta de recursos da VISANET. Apenas durante quatro dias esses recursos garantiram o empréstimo, mas não houve um fluxo direto desses recursos para o chamado “Valerioduto” como se comprovou aqui. Então, eu tenho dúvida acerca da consistência, da afirmação que foi feita a partir desse diagrama.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra o Sr. Relator.

>> [tumulto].

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente. Pela Ordem. Eu submeto à reflexão um ponto que é importante para o Relator responder, talvez nas perguntas aqui, já se esclareça alguns pontos e ele responderia no final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Consulto o plenário. No final. Eu concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Obrigado, aproveito a presença de V.Exa. em seu nome saudar a toda a Mesa, o Senador Delcídio, presidente, ao nosso Relator Deputado Osmar Serraglio e aos nobres pares que ao longo desses seis meses estamos atuando aqui nessa CPMI. Quero fazer de princípio uma correção, ao Deputado Eduardo Paes afirmou que todos nós havíamos chamado a Mesa de chapa branca. Não corresponde à minha parcela de participação, quando confirmei o nome do Deputado Osmar Serraglio como relator e elegi pelo voto que me é facultado aqui, o Presidente Senador Delcídio. Talvez alguns tivessem a avaliação de uma chapa branca, por entender uma cultura política distinta da nossa. Uma questão que quero fazer, ela necessariamente vai ter uma resposta ao final, é sobre quando teremos uma nova pauta deliberativa. Uma vez que as duas próximas semanas são dedicadas a oitivas e ainda uma série grande de requerimentos importantes inclusive para alcançar êxito nas pistas apontadas aqui pelo nosso Relator em relação a diversos aspectos. Era importante que todos e todas estivéssemos atentos a essa retomada da pauta deliberativa, posto que nas últimas três semanas só votamos aqui, aquilo que era consenso e orientado pelos Sub-relatores. O terceiro esclarecimento que aí desejo fazer, que não corresponde à verdade que eu tenha saído da Sub-relatoria em função de ter outras ocupações. Não foi bem isso. A partir de outubro houve uma deliberação deste plenário, de que as oitivas seriam feitas em Sub-relatorias. E a partir de então, o Relator é testemunha disso, eu mesmo, em reunião da Mesa, disse que a autonomia dos Sub-relatores já passava a definir autonomamente da sua própria iniciativa aquilo que era o calendário de oitivas, como de fato foi feito. Evidentemente, que depois do mês de outubro, assumi uma outra tarefa, que foi uma comissão especial, apenas para que faça o registro, é claro, do que ocorreu e disse, inclusive, que concordava com a nova disposição de trabalho que a CPI apontava. Agora, meu caro Relator, evidentemente, aqui é o espaço também de nós manifestarmos as nossas muito respeitadas divergências, até para amadurecer o trabalho e dar valor decisivo àquilo que V.Exa. deseja e todos nós aqui desejamos sobre os resultados da CPMI. Quero aqui reiterar que, de fato, sinto falta, mas ainda temos

tempo para isso e V.Exa. está determinado, sem dúvida alguma, a prosseguir, a dissecar o “Valerioduto” desde sua origem e não apenas nos anos de 2003 e 2004. Algumas pistas tênues, V.Exa. já aponta no vosso relatório. Lamentavelmente, no resumo mereceu uma única alínea à página 15 do relatório, mas, a afirmação de que ele funcionava de maneira similar desde 1998 é importante porque envolve outros personagens que estão citados no vosso relatório, como é o caso dos bancos BMG e do Banco Rural, por exemplo, além de empresas estatais da União e empresas estatais de Estados e outras Unidades da Federação. Portanto, é importante que nós avancemos e, evidentemente, que um trabalho da magnitude como V.Exa. apresentou hoje nos aponta os desafios ainda de futuro, em função das pistas que apontou aqui. Quero advertir, também, para o fato de que, se nós exagerássemos o entendimento de qualquer movimentação partidária, não é meu caso, nem do meu partido, durante o exercício legislativo de um parlamentar eleito por outro partido, a que isso significasse imediatamente um vínculo com o “Valerioduto” ou com corrupção, de fato nós estaríamos fazendo uma afirmação extremamente grave sobre a vida parlamentar e que nos coloca na obrigação, inclusive, de, na pauta extraordinária, não é tema da CPI, mas é do Plenário, avaliar a reforma política com a urgência que ela tem e merece, [soa a campainha] em função do que nós estamos diagnosticando e apontando aqui. E por essa mesma razão, muito respeitosamente, meu caro Relator, que fez referência ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que é o único que teve o sigilo quebrado aqui, que é o que imediatamente afastou dirigentes, que é o que hoje está absolutamente exposto de maneira séria, coerente e absolutamente real em função da justiça das denúncias que em muitos casos se insurgiram contra o PT e, nesse sentido, não há neste cenário político outro partido mais vasculhado e transparente do que o PT neste momento. Entretanto, por essa razão mesmo, aquele resumo que V.Exa. apresentou tecnicamente em função do chamado Mensalão, categorizado por um conceito que V.Exa. expôs, ao omitir um partido envolvido, não fica, a meu juízo, muito correto que nós o tenhamos como absolutamente válido e V.Exa. fez questão de dizer que é um levantamento técnico. Mas os técnicos têm conhecimento das mesmas fontes que o PMDB também era um partido destinatário e o vosso antigo líder, Deputado José Borba, renunciou antes que o Conselho de Ética pudesse, inclusive, passar à verificação e à apuração dos fatos que lhe eram atribuídos. Não estou, com isso, nem afirmando, nem negando. Apenas dizendo que é nossa tarefa, minha e vossa, dessa Comissão, na sua inteireza, que aquilo

que seja afirmado, vou concluindo, seja afirmado de maneira absolutamente correta. E, por isso mesmo, Relator, gostaria de chamar a atenção para o aspecto da auditoria interna do Banco do Brasil, referente à página 105 que era para a qual eu chamava a atenção de V.Exa. porque não considero que seja menos importante para o esclarecimento do “Valerioduto”, para o esclarecimento da participação de empresas privadas, entre elas a VISANET, nesse tipo de dispositivo, omitir-se a informação de que nos anos de 2001 e 2002, num total de quarenta e oito milhões de reais, nestes anos de 2001 e 2002, atestados com uma única nota fiscal das duas agências, houvesse também a necessidade de nós apurarmos o que ocorreu, assim como, nos anos subsequentes 2003 e 2004. Quero afirmar, portanto, que gostaria de ver no seu resumo incluído a referência aos aspectos mencionados no item 764 e 765 do relatório que tão bem serviu a V.Exa. naquilo que apresentou na prestação de contas de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, Deputado. Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente, vou me ater, exclusivamente, seguramente, à metade do meu tempo para não prejudicar aqueles colegas que estão aguardando a oportunidade de falar. Eu só queria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, cumprimentá-lo, cumprimentar o Presidente Delcídio, o Relator, e a escolha dos Sub-relatores, e aqui nós temos um do Rio de Janeiro, é o Eduardo Paes, que V.Exa. com muita justiça se referiu a ele, e aos demais também, naturalmente. Mas, eu queria deixar, Deputado Serraglio, expresso aqui, poucas vezes eu vi um trabalho de tanto fôlego, tão minucioso e tão judicioso. V.Exa. está aqui como um verdadeiro Juiz. V.Exa. está cortando no meio, certinho. Agora, mais do que isso, me chamou a atenção quando o Deputado Bittar, ele se refere aqui àquelas coincidências, que o senhor também colocou aqui, da liberação dos recursos com as votações. E aí, eu me refiro ao Deputado Bittar, porque foi ele quem levantou isso, aí também V.Exa. foi perfeito, porque V.Exa. entrou na teoria da prova. Ou seja, nós não temos a fotografia e a prova material. Se não temos, certamente não condenaríamos nenhum homicida. Então, como é que se resolve isso no campo da prova? Se resolve com a seguinte equação: Várias circunstâncias, *circunstare*, que estão em torno do fato, formam um indício. V.Exa. conhece isso muito bem. Tanto é que colocou aqui. E vários indícios formam uma prova. Exatamente porque nós, na maioria das vezes, não temos essa prova direta. Então, até nisso V.Exa. foi perfeito, quando leva esses, aí sim, já

indícios, para o seu preciosíssimo relatório. De modo que, cumprindo a minha promessa, na metade do tempo, para deixar aos meus colegas a oportunidade de falarem, terão muito mais a dizer, eu cumprimento, Sr. Relator, uma vez mais V.Exa. a escolha dos Sub-relatores, que foi muito boa, a CPI resolveu um problema realmente, de não permitir o emparedamento pelos nervos partidários expostos a partir da formação de Sub-relatorias, isso foi muito produtor para os trabalhos e, de forma que uma vez mais eu venho cumprimentar V.Exa. e já lhe digo aqui que sou sua fã de carteirinha. Se tiver que votar para o senhor para o Supremo Tribunal Federal, não posso, mas conte com o meu voto. Muito obrigada, Sr. Presidente, parabeno V.Exa. também uma vez mais e já o fiz na sua ausência quando V.Exa. lanchava.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputada Denise Frossard, eu gostaria, já que V.Exa. vai votar no Deputado Osmar para o STF, transfere o título lá para Mato Grosso do Sul e vota em mim. [Risos].

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sr. Presidente, o senhor transfere o seu e vota em mim lá no Rio? [Risos] Vamos trocar voto.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Essa compra de votos aqui, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Caro Deputado Arnaldo Faria de Sá, cinco minutos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Vice-presidente, Deputado Asdrubal Bentes, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, ficou provado hoje que não precisa de convocação extraordinária. A CPMI nem precisava de convocação para estar aqui reunida. E provou hoje, apesar do fracasso e do insucesso da convocação que a CPMI funcionou normal. Aliás, eu até abri mão do meu subsídio a favor do lar dos velhinhos Ondina Lobo, em São Paulo, provando que não havia necessidade desse dinheiro. Uma convocação que desgasta a Casa como um todo e que agora atitudes como esta, desta CPMI, acabam resgatando parte da situação difícil por que passa a política brasileira. O Presidente Lula está na manchete do Correio Braziliense de hoje. Diz que quatro anos é muito pouco. Imagina se tivesse mais tempo. Se é pouco quatro anos, o que fizeram, pelo amor de Deus. A reforma da Previdência, todos sabemos que foi obtida de que forma, mas agora o relatório do Deputado Osmar Serraglio provou que através do Mensalão ou de qualquer outro nome, foi aí que se conseguiu. Aliás, Deputado Osmar Serraglio, a reforma da Previdência FHC levou quatro anos para ser votada. A do Lula, mais dura, levou apenas um ano. Naquela

época ninguém entendia porquê. Agora dá para entender. E quem não concordava, como eu não concordava na Comissão Especial, o Ministro José Dirceu obrigou o meu líder a me retirar da Comissão Especial. Ele me retirou da Comissão Especial porque não concordava com as minhas posições na reforma da Previdência. Será que hoje ele tem a mesma condição de poder avaliar isso? No começo dessa CPMI alguns até disseram que eu fui muito agressivo, porque eu fui muito contundente em algumas inquirições. Mas não tem que ter etiqueta quando é a elite que rouba não, tem que ser o mesmo tratamento. E é lamentável que esse relatório parcial do Deputado Osmar Serraglio comprove tudo isso. Aliás, Deputado, eu estive na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e vi a forma como V.Exa. foi recepcionado. Verdadeira ovação. Ficou até vermelho de tanta receptividade que encontrou naquele momento. Mostra que a população sabe separar o joio do trigo. Sabe mesmo. E tenho certeza que esse trabalho lastreado na ERNST & YOUNG, na MOORE STEPHENS, na VILAS RODIL, que colaboram com os trabalhos da CPMI, vai permitir que a gente efetivamente faça aquilo que precisa ser feito. E, acima de tudo, com a competente direção do Senador Delcídio Amaral. Às vezes a gente acaba tendo um relacionamento mais amistoso, mas, jamais perdendo o respeito pela condição de comando do Senador Delcídio Amaral, que é o grande timoneiro da CPMI. E só queria lhe fazer uma sugestão, Senador Delcídio Amaral. Que depois desse anexo do relatório do Deputado Osmar Serraglio, está na hora de criar uma Sub-relatoria do Mensalão, porque todo aquele material que está perdido naquela outra CPMI pode ser resgatado e trazido para cá num trabalho complementar e, até para, perante a opinião pública resgatar um pouco daquela imagem, perdida naquela outra CPMI. E todo aquele material que está lá, quebra de sigilo, transferência de dados, pode ser transferido para cá, se V.Exa. criar uma Sub-relatoria para cuidar dessa matéria, que é a parte complementar do relatório do Deputado Osmar Serraglio, e muito importante. E apenas um detalhe, Deputado Osmar Serraglio, lógico que não quero fazer uma afronta a V.Exa, mas nesse relatório faltou o PMDB, como eu já disse, e falta o PT também. Porque o PT não levou [soa a campainha] através de parlamentares, mas levou através de diretórios regionais, diretório regional daqui e de lá, de São Paulo, de Santa Catarina, do Pará, do Rio de Janeiro, de Brasília, então foi via diretório regional o dinheiro que serviu para parlamentares do PT também. Isso não pode ficar de fora. É importante que o Deputado Osmar Serraglio amplie esse detalhe porque nós não temos que salvar ninguém. Lamento até, que a Câmara tenha tido aquela postura, na se-

mana retrasada, deixando de cumprir o seu papel, punindo aqueles que devem ser punidos. Gozado, que tudo começou naquela época, o governo dizia “com as mentiras de Roberto Jefferson”. Imagina se não fossem mentiras tudo aqui do Roberto Jefferson. Esse relatório de hoje prova que, com o passar do tempo, muitas outras verdades acabarão chegando e, tenho certeza, se Lula está preocupado com as eleições, este será, sim, o pior dos mundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, Deputado Maurício Rand. Senadora Ideli, com a palavra, cinco minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria começar parabenizando a todos nós, porque apesar de todos os pesares e confusões e tensões que não têm sido simples de serem equacionadas, esta é uma CPI que anda. Diferentemente de uma que não chegou ao fim e outra que é apelidada de “fim do mundo”. Então a CPI dos CORREIOS, eu acho que tem que ter esse registro, que é uma CPI que tem, apesar de toda a tensão, não tem sido simples, não tem sido fácil, mas nós temos conseguido produzir. Nós temos conseguido caminhar, pelo menos apresentar resultados controversos, todos sempre controversos, mas apresentado resultados dos trabalhos investigativos. É uma pena que o Deputado Serraglio tenha saído, porque eu queria fazer algumas observações. Em primeiro lugar, eu acho que o Deputado Serraglio fez uma fala do jeito manso dele, mas contundente. Ele fala manso, sereno, mas contundente, tranquilo. Quando ele diz que, faz vários registros relacionados ao PT e diz que talvez o problema do PT seja o de não estar depurando ou não ter depurado. Eu gostaria de poder dizer a ele que talvez, se o PMDB tivesse depurado, se o PP tivesse depurado, se o PFL tivesse depurado, se o PSDB tivesse depurado ao longo de sucessivos e sucessivos escândalos que nós vivenciamos no nosso país, obviamente, talvez a gente não tivesse a situação ou a gravidade da implementação da corrupção e da instalação da corrupção no nosso país. Tem muita gente vendendo a idéia de que para resolver o problema basta tirar o PT. Da mesma forma como eu acho que as pessoas já entenderam que, em termos de corrupção, colocar o PT também não solucionou o problema. Porque a corrupção é endêmica, a corrupção está entranhada, a corrupção é sistêmica no nosso país. A corrupção acontece há muito e muito e muito tempo. Portanto, tirar personagens, e a gente tem batido muito nesta questão, talvez a opinião pública fique faceira se a gente tiver a capacidade de cassar todos os listados. Só que cassa todos os listados e não mexe no sistema, você não mexe no esquema, personagem é a coisa mais fácil de ser substituída.

Até porque, não tem vácuo. Se o “sisteminha” está lá funcionando regularmente, do desvio do dinheiro, se tira quem está operando, rapidinho aparece outro para operar. Portanto, se estão tentando vender, eu acho que nós do PT temos muito a conversar com a opinião pública a respeito de ter pessoas no nosso partido que se envolveram com atos ilícitos, atos que não são de acordo com os nossos princípios partidários, mas, eu acho que tirar ou tentar convencer a opinião pública de que nós estaremos fazendo um grande negócio tão somente cassando os personagens e não mexendo no sistema, nós vamos estar vendendo, de novo, terreno na Lua para a população. E eu queria colocar algumas questões, porque nós temos insistido na tecla de que é o sistema. E quando a gente insiste na tecla que é o sistema, quando a gente fala “é o esquema do Marcos Valério, das empresas do Marcos Valério, do Valerioduto”, a gente tem que pegar durante todo o tempo que isto funcionou. [soa a campainha] Não pode ser só num pedacinho. E de novo nós temos esse problema. De novo. Apesar do relatório estar bastante consistente, amplo. De novo, o empréstimo de 98 não aparece aqui, apesar de todos os dados sobre o empréstimo de 98 estarem na CPI. Por exemplo, aqui aparece a história de que “garantias calculadas com base no valor dos contratos e não na remuneração da (?), renovação de contrato de empréstimo com garantias vencidas”. No caso do empréstimo de 98 não só as garantias estavam vencidas, como quando foi renegociado o empréstimo lá, em 30 de junho de 99, os contratos com o governo do Estado de Minas sequer existiam mais. Porque o Itamar, quando assumiu, a primeira coisa que ele fez foi cancelar todos os contratos que o Governo do Estado de Minas tinha com as empresas de Marcos Valério. Mas estava lá. Continuou na renovação, a questão, está aqui uma coisa absurda a que não se deu até agora nenhuma relevância, a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social do Governo de Minas, notificada dos termos da presente caução-penhor, ficará obrigada a transferir os créditos caucionados diretamente ao Banco Rural quando a DNA não recebesse os seus pagamentos. Além de ter os contratos públicos como garantia, no caso do empréstimo de 98, a Secretaria de Comunicação e Casa Civil do Governo de Minas tinha que transferir direto para o Banco Rural o pagamento dos contratos. Esse tipo de coisa teria que, obrigatoriamente, estar aqui no relatório, porque isso daí já está há muito tempo na CPI. Além disso, a questão dos procedimentos das empresas do Marcos Valério com relação a notas fiscais. Gente, o relatório que está aqui, e aparece, até eu marquei aqui, porque a gente deveria ter alguma atenção, aquele laudo do Instituto de Criminalística pega um período imenso de

falsificação, de notas frias etc e tal. Dá a impressão que é só agora. Na FUNDACENTRO, que aqui também só diz que está sendo investigado, está lá todo o superfaturamento, pagamento indevido, nota fria, está tudo. Na TELESP, os pagamentos da TELESP vinculados à agência do Marcos Valério, valores astronômicos no período próximo à privatização, também está tudo já na CPI. Então, o que a gente tem colocado, Presidente, é que nós precisamos ter uma investigação do sistema, tudo como funciona, o Sr. Marcos Valério, as suas empresas, a maneira de operar, empréstimos, falsificação, notas frias. Todo este sistema precisa ser desvendado para que ele seja e-li-mi-na-do. E, por último, Presidente, não tem corrupção só com parlamentar. Se a população acha que vamos cassar parlamentares, e os interesses econômicos que estão por trás, e que toda a corrupção tem algum interesse econômico por trás, sem que a gente traga para esta CPI o aprofundamento dos corruptores, dos “*Opportunitys*” e oportunistas da vida, das grandes empresas, nós não vamos fazer bem o nosso serviço de casa. Por isso que eu não poderia deixar de parabenizar, dizer que esta CPI anda, ela não é nenhuma CPI que não vá ter fim, nem que vá para o fim do mundo, é uma CPI que vai produzir resultados, eu espero os mais positivos possíveis, e só entendo como positivos se ela produzir alterações profundas no sistema de corrupção que, infelizmente, é sistêmico e é encardido. Está entranhado na máquina pública brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senadora Ideli. E eu quero registrar que, um fato importante é o trabalho do Deputado Maurício Rands como adjunto do Deputado Serraglio e eu não tenho dúvida nenhuma que nós faremos um relatório que, efetivamente, que acima de qualquer questão seja justo. E esse é um compromisso da CPI dos CORREIOS. Fazer, chegar a conclusões justas, e, portanto, equilibradas. Se for desbalanceado não tem valor o resultado. Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): ...esse ar de tranquilidade que só a comadre Maica(F), a sua esposa-

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Cinco minutos.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Nem adianta marcar porque, eu contei o de todo mundo aqui. Mas eu vou falar menos do que isso, porque eu tenho que ir votar, lá matérias e nem aceito esse negócio do “relogiozinho” só para mim, enquanto que os outros não estavam funcionando. Sr. Presidente, senhores senadores, primeiro que eu acho que é muito importante, que de todas as Comissões Parlamen-

tares de Inquérito, ou procedimentos investigatórios, quer seja no Ministério Público, no Tribunal de Contas da União, nas comissões de fiscalização e controle do Senado, essa identificação através dos procedimentos investigatórios dos crimes contra a administração pública é sempre muito importante que possa servir de subsídio para a alteração da legislação em vigor no país, como bem disse V.Exa. Senador Delcídio. Entretanto, é muito importante que a gente deixe absolutamente claro, que o que foi identificado até o momento, quer seja vinculada aos crimes eleitorais, quer seja aos crimes contra a administração pública, aquilo que a população mais simples caracteriza como vigarice política ou banditismo eleitoral, mas isso que o Código Penal estabelece como exploração de prestígio, corrupção passiva ou ativa, intermediação de interesses privados, tráfico de influência, tudo isso já é ferozmente condenável na legislação em vigor no país. É importante que se diga isso, porque senão a gente fica mentindo para a opinião pública dizendo que o banditismo político só aconteceu, em função do vazio legal. O que não é verdade. A legislação vigente, a ordem jurídica vigente do país, a legislação em vigor já condena, aliás, estabelece até a possibilidade de cadeia aos agentes públicos ou privados envolvidos com esses crimes. Segundo, que é importante também a gente acabar com essa mania de sempre atribuir para esconder, acobertar, encobrir a corrupção do presente usando a corrupção do passado. Isso me irrita muito. E como eu e o Senador Ney Suassuna, acompanhou V.Exa, eu era líder da oposição ao governo Fernando Henrique e líder do PT no Senado. E hoje, infelizmente, talvez a tragédia do destino, me impõe a também estar na condição de oposição. Agora, por mais que eu acho que é absolutamente necessário que sejam introduzidos às denúncias, os indícios ou as provas do governo passado, porque infelizmente o Presidente Lula não teve a coragem necessária de investigar os crimes patrocinados no processo de privatização e entregou um atestado de moralidade pública ao governo Fernando Henrique e, portanto perdeu a autoridade moral de reivindicar os crimes do passado para justificar o presente. E se for por crime, nós teríamos, eu já disse aqui. Convocar quase que uma sessão espírita, com todo respeito aos espíritas e que eu gosto muito, tenho muitos amigos, porque desde a belíssima carta de Pero Vaz de Caminha, ele lá, ao retratar para Dom Manoel as belezas, num português brilhante, ele já solicitava o tráfico de influência pedindo que o genro dele que cumpria pena em São Tomé da África, porque era dado ao vício de bater em padre e roubar igreja, fosse reconduzido à corte. Então, vamos acabar com essa coisa, porque isso é de um cinismo e de uma

dissimulação que o povo brasileiro não aguenta. Isso realmente é muito feio. Outra coisa, Senador Delcídio, nosso vice-presidente, cada vez que eu analiso os dados que da forma mais objetiva possível, foram apresentados pelo Relator, mas eu tenho certeza que talvez a proposta do plebiscito revogatório, ela tivesse sido fundamental de se ter uma consulta à população brasileira, sobre o plebiscito revogatório, sobre a possibilidade de antecipação ou não. Porque caberia ao povo decidir, a extinção do mandato dos senadores e deputados e do Presidente da República para a antecipação das eleições. E eu não tenho dúvida, pelos dados que são apresentados, que além da inclusão de personalidades políticas ou fatos, relacionados ao governo anterior, eu não tenho dúvida que se o parlamento brasileiro, com todo respeito às mulheres e homens de bem e de paz que aqui estão, independente das concepções ideológicas e programáticas que defendam, se o parlamento brasileiro não fosse uma instituição desmoralizada perante a opinião pública, obrigatoriamente independente de entidades estudantis ou sindicais estarem estatizadas e, portanto, não estão nas ruas pedindo abertura de crime de responsabilidade, se o parlamento fosse visto como instituição séria e não desmoralizada como é visto pela grande maioria da população, a abertura do processo de crime da responsabilidade tinha que se instalar. Que poderia culminar ou não com o afastamento do Presidente. Eu tenho dito várias vezes que o povo brasileiro tem o direito de reeleger o Presidente Lula, de convocar um plebiscito para instalar a monarquia e ele ser imperador, de fazer qualquer coisa. O povo brasileiro é que tem direito pelas urnas. Mas que se esta instituição, ela não fosse vista como uma instância desmoralizada perante a opinião pública. A abertura do processo de crime de responsabilidade tinha que haver como manda, não nenhum de nós, ou as nossas respectivas cabeças, as, mas a Constituição do país. A Constituição do país diz que impedir o livre exercício do Poder Legislativo significa a abertura do processo de crime de responsabilidade. Não estou nem falando dos outros desrespeitos, da improbidade, do desrespeito à legislação vigente, mas, impedir o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário significa a necessidade e a abertura de processo de crime de responsabilidade, que culmina ou não, com o afastamento presidencial, embora estejamos às vésperas do ano eleitoral, e isso efetivamente acaba não se consolidando formalmente, mas, sob pena de rasgar a ordem jurídica vigente do país. Isso efetivamente tem que ser dito. A não ser, e aí eu respeito quem acredita em papai Noel, faço festa, visto de Papai Noel para as nossas crianças, não tem nenhum problema. Agora, dizer que

não tem Mensalão, aí é muita menos a disponibilidade de abrir o coração para o natal, do que efetivamente querer, acobertar encobrir o que de fato aconteceu. E mais, o Deputado Osmar Serraglio, ele inclusive foi cauteloso, ao discutir as questões do Mensalão, embora de forma serena, mas enérgica tenha dado conta disso. Basta analisar quais as votações, o calendário das votações e a liberação dos recursos, ele citou reforma da previdência e reforma tributária, mas, a votação da mudança do status do Henrique Meirelles, o salário-mínimo depois que foi modificado aqui no Senado, alterado o valor e voltou para a Câmara. Por isso que era necessário, por mais que nós entendamos que existam outras formas de Mensalão, e existem, mais sofisticadas, com a metodologia mais sofisticada e inteligente, mas igualmente desprezível, que são as liberações de Emenda, conforme o calendário estabelecido pelas mercadorias parlamentares, na sua promiscuidade com o governo. A seletividade dos parlamentares da base bajulatória segundo o coeficiente maior ou menor de promiscuidade com o governo, isso também é uma forma de Mensalão. Agora, só para concluir, Presidente, porque nós temos que ir lá votar, só para deixar que eu acho que foi o Deputado Arnaldo, não me lembro qual foi o Deputado que reintroduziu o tema sobre o Mensalão. Claro que, a posição que essa CPI tomou foi correta de encaminhar o relatório a Comissão parlamentar de inquérito do Mensalão, porque sabemos todos nós, que o governo e a sua base estabeleceu um mecanismo de pulverização das investigações, para até impedir uma maior pressão e monitoramento da sociedade de uma forma em geral. Fizemos correto. A CPI do Mensalão, infelizmente, não teve a possibilidade, não o quis, a possibilidade de quebrar o sigilo bancário fiscal e telefônico dos beneficiários primeiros da operação fraudulenta. Porque eu não tenho condição de dizer à opinião pública, quem são os deputados ou os senadores que foram beneficiados com o esquema fraudulento. Porque, ora, se aqui está o calendário das votações, calendários de votações extremamente importantes da Câmara e do Senado, onde em um único mês se sacou cinco milhões ou dez milhões ou doze milhões e quais foram os beneficiários dessa operação fraudulenta? Então, na próxima reunião administrativa, Presidente, eu acho que é um tema a discutir na Reunião Administrativa, além da reconvocação, da nova convocação, do ex-Deputado Roberto Jefferson, é essencial que à luz dos dados objetivos, consistentes aqui apresentados pelo Relator e com a humildade que é característica atribuiu e inclusive aos outros relatores além do Deputado Eduardo Paes que nós possamos rediscutir as questões relacionadas à CPI do Mensalão. Talvez na pró-

xima Reunião Administrativa que V.Exa. de forma ousada e muito importante, para evitar mais desmoralização, a essa casa já desmoralizada, convocou essa comissão parlamentar de inquérito, para a próxima semana o que fez muito bem V.Exa. e o vice-presidente e todos que dirigem essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Com a palavra o Senador da Paraíba, líder do PMDB no Senado Federal, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Muito obrigado, Sr. Presidente, senhores e senhoras senadoras, senhores e senhoras deputados. Eu ouvi aqui várias expressões, a primeira delas foi de parabéns ao Relator, parabéns ao Presidente. E eu concordo com elas. Parabéns quem vai naquela sala lá de baixo e vê a montanha de documento e vê a síntese, poder de síntese e a clareza, vê que se fez um milagre. Ah tem algumas imperfeições? Depende do ponto de vista de quem está olhando. Mas foi um trabalho primoroso. Parabéns ao Relator, parabéns ao Presidente, porque quem voltar seis meses atrás, lembra a gritaria a gritaria da chapa branca. Depois, os atos explícitos de falta de educação aqui, onde cada um tentava gritar mais. E em seguida eu vi aqui, todos nós estamos de parabéns, estamos, nós aprendemos a conviver com mais prudência, a colocar as posições com mais paciência, e nós progredimos. E progredimos muito nesse tempo. O advento das Sub-relatorias foi um milagre, também pelo equilíbrio e justeza que nós tivemos. Hoje estamos chegando a um semifinal, não é um final, mas é um semifinal. E o trabalho está primoroso. Podem criticar, eu já vi, aí críticas, mas o PMDB um caso que imediatamente foi punido por autopunição. Não mais vai ser improdutivo? É uma casa desmoralizada. Eu não concordo. Até porque nós desvendamos uma série de coisas e eu sou otimista nisso, que jamais vão ser repetidas, ou pelo menos por um longo tempo jamais vão ser repetidas nesse longo tempo. Não é o jamais, porque o jamais é quase eterno, mas por um longo tempo não viu. Por exemplo, eu quero ver qual é a fundação que vai comprar de novo, títulos de longo prazo e vender três meses depois por um preço menor do que comprou. Não vão mais fazer isso. Eu quero ver qual é a empresa que vai fazer contrato publicitário inexistente e pagar. Isso não vai mais acontecer. Eu quero ver qual vai ser o partido que vai ter a ousadia, fazer do cidadão, um pião para correr por todos os cantos, isso não vai acontecer nem tão cedo, por esse aspecto, eu acho que foi extremamente produtivo. Por outro lado, eu diria também que, com toda certeza, parlamentares, executivos, aprenderam que a ousadia desonesta não funciona e pode vir a galope à

punição. Sessenta e cinco pessoas aproximadamente foram tombadas no executivo. Parlamentares já tombaram vários e vão tomba outros, imagina-se. Então, eu acho que nós estamos de parabéns sim. Eu acho que a presidência foi firme, sofreu dias, teve dias aqui de muito nervos expostos, mas, conseguiu controlar e atravessar essa tempestade toda. O Relator paciente, calmo, criticado algumas vezes porque externou sua opinião antes da hora, e não podia e tal, mas a verdade é que nós estamos chegando a um porto. Tendo atravessado tempestades enormes. Parabéns a todos nós, porque aprendemos a conviver. Parabéns pelos resultados, parabéns à direção, parabéns. E eu acho que quem está de fora olhando vê que cada partido bota a sua conotação. É natural, é normal é do jogo democrático e eu concordo contigo Heloísa, a assessoria técnica foi excelente, mas, excelente também foi à compra dos sistemas que permitiram o cruzamento. Ai de nós se não tivéssemos esses sistemas, que fizeram o link, o cruzamento de informações e numa velocidade muito grande nos permitiram um progresso muito grande. E de novo a assessoria acompanhando, porque o sistema não funciona sozinho. Então, eu quero até louvar aqui a nossa diretora de comissões porque não é fácil. Não é fácil fazer isso. E porque não dizer, o papel da imprensa, porque se a imprensa não tivesse feito a pressão que fez e se a opinião pública não tivesse se mobilizado como se mobilizou. Nós não teríamos chegado a esse fim, não. Porque foram muitos os antagonismos, muitas as pressões, e todos os lados, de todas as formas para que as coisas não chegassem a um final desse. Então meus parabéns, ao relator, ao presidente e a todos nós à assessoria, à imprensa, enfim, a todos que ajudaram a chegar nesse meio caminho. Não terminamos. Mas já estamos começando a ver o porto. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Ney Suassuna. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu vou tentar ser rápido porque temos alguns colegas que têm que fazer também o uso da palavra. Estão todos me ouvindo? Eu queria, Senador Suassuna, um detalhe importante sobre o problema do software preexistente. Como eu militei muito tempo na Polícia Federal, eu soube da grande dificuldade que o Senador Osmar e os Sub-relatores teriam de cruzamento de dados. Eu falei--

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Senador. Apenas para parabenizá-lo porque o senhor já preconiza que ele vai ser Senador. É ótimo. Ele ainda é Deputado, mas vai chegar a Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele vai ser governador, e o Serraglio, se bobear, é Presidente da República. Mas é PMDB depende do PMDB. [Risos] Mas, Presidente, então esse software, o responsável, o representante conversou comigo, a Polícia Federal estava tentando adquirir, parece que já comprou, eu pedi ao Senador Efraim só para justificar, a importância que foi dada pela direção da casa. E o Senador Efraim se entusiasmou com a demonstração comprar e eu acho que o efeito é altamente positivo, porque milhares de contas podem ser cruzadas, endereço, tem várias funções que esse software pode, realmente colaborar, permanentemente com outras apurações da Casa. Então, eu queria que V.Exa. soubesse que eu tenho uma pontinha assim de talvez com o espírito anterior de investigador, de procurar meios que pudesse facilitar, porque não dá para cruzar na mão. Eu sei o que os Sub-relatores estão passando para encontrar os meios para que, o relatório fosse hoje apresentado com substância e objetivamente mostrando à sociedade que aqui não tem pizza, nem pizzaiolo. Porque realmente esta comissão está bem dirigida por V.Exa. pelo vice, pelo relator e os Sub-relatores. A Senadora Heloísa Helena falou uma coisa aqui, que tem me amargurado muito. Não me conformo com o final da CPI do Mensalão, não me conformo, até porque o Senador Osmar Serraglio foi tão inteligente, naquelas, dessas transparências que nos distribuiu, deu o conceito da palavra Mensalão um neologismo do Roberto Jefferson. O que é do conceito para nós Mensalão que não é uma mensalidade que passa na boca do cofre e recebe todo mês. Ela tem uma abrangência muito maior que V.Exa. explicou num conceito que emitiu sobre isto, e é claro e tem muita razão. A CPI terminou numa forma tão amarga. Que são tantos requerimentos, que praticamente se recusaram a votar, não estou criticando, nem quero, porque o Amir Lando eu gosto, eu respeito ele me convidou para ser vice quando o vice teve aquela ação, mal corrigida que foi, introduziu um documento frio, em documentos recolhidos pela CPI, ele falou se eu aceitava, eu falei que aceito para trabalhar não tem recusa para mim. Mas, infelizmente, a base do governo não aceitou. É uma coisa que poderia ficar particular, mas eu acho que é público. Isso aqui é público e tem que se dar conhecimento que nós não pudemos ter uma participação efetiva mais forte, porque havia impedimentos que infelizmente nós não conseguimos explicar ainda. Por isso eu acho importante, Senador Osmar Serraglio, Presidente Senador, não tem problema. A gente está tão acostumado, mas vale a pena. Tem que se buscar as informações que o Mensalão tem, e a CPI dos CORREIOS assumir a responsabilidade para dar prosseguimento nas investigações que

foram interrompidas. Porque a sociedade não se conforma com que aconteceu. E o próprio Conselho de Ética tem dificuldade em dar prosseguimento. Porque falhou o papel principal. Porque nós em princípio não concordávamos, que houvesse outra CPI, esta aqui sim teria o papel, que tem que voltar para cá. Então, o tempo esgotou, mas a Senadora falou sobre corrupção e do funcionário é o peculato, Deputado Ismar Dias. O peculato está claro aqui em várias situações. Pelo que V.Exa. apurou. O crime está previsto no Código Penal. Diz o Deputado que infelizmente o Código de processo Penal, tem que ser modificado, porque o não dá para prender quem pratica crime contra o patrimônio público. É uma loucura isso. A Polícia Federal tem feito diligências, tem prendido gente. Com base às vezes numa informação, num telefone gravado e o Juiz autoriza a diligência e a prisão. Eu não posso dizer que decisão judicial, não se discute, se cumpre. Mas algumas críticas pode-se fazer. Quando quebraram o problema do crime hediondo e do seqüestro. Porque não dá o direito de prisão para esses caras que lesaram o Estado de uma forma violenta, e comprovadamente, apresentado aqui por V.Exa. Então, são coisas que a população não aceita. O Collor foi cassado por um Fiat Elba. O outro recebeu um carro dez vezes mais caro, devolveu, venderam e ninguém perguntou mais nada para ele. Eu pedi a apreensão através da polícia e da justiça não conseguimos nada. Mas são coisas que calam fundo na alma da gente. O porquê o tratamento desigual, por aqueles que tem a responsabilidade de tomar medidas drásticas contra determinados tipos de crime. Então não estou criticando a justiça, estou fazendo um apelo, que eles com cautela possam realmente modificar algumas decisões que V.Exa. conseguiu através da sua visita permanente. Eu acho que é uma coisa muito importante que a todo fato que a justiça negar e tivermos razões firmes para comprovar que pode ser modificado, V.Exa. procurar a responsabilidade dos ministros e fazer com que se modifique a decisão, para se ter um procedimento claro, que eu acho que nós não. Desculpe, eu não vou falar mais, mas tinha tido algumas anotações V.Exa. já foi condescendente, quero cumprimentar e juro que, no natal, eu vou fazer uma oração em São Judas em benefício dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Pannunzio, cinco minutos e depois encerrando o Deputado. Perdão, depois o Deputado Silvio Torres e depois o Deputado Geraldo Thadeu encerrando essa sessão. Por último, mas não menos importante. Deputado Pannunzio. Cinco minutos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais

nada eu quero aqui, somar os meus elogios e as minhas palavras àquelas que de todos os companheiros no que se refere à condução dos trabalhos desta CPI. Aliás, um exemplo que serve para tirar essa conotação generalizada de que o Congresso não funciona, que o Congresso desceu ao seu mais baixo nível e que os parlamentares são todos corruptos. Um exemplo de que uma parcela significativa do Congresso funciona, é exatamente esta CPMI. Portanto, estão de parabéns, todos que aqui estão, indistintamente. Mas Sr. Presidente, Sr. Relator, se de um lado as circunstâncias regimentais nos deixam por último para falar, por outro isso nos traz algumas vantagens. Aliás, eu concordo aqui, pelo menos com a primeira metade da fala da Senadora Heloísa Helena. Porque o que já é, entre nós aqui considerando as divergências partidárias, um avanço. Mas eu concordo *in totum*, ou seja, não dá para se escudar, em possíveis erros e crimes praticados no passado, e achar que em função disso, nada demais houve. E, portanto, se não mexermos nos sistemas, as coisas haverão de continuar. As coisas não continuarão. Até por conta desta CPMI e até por conta de um dos propósitos que o Relator acabou de anunciar que através de toda essa experiência trazer contribuições, para o aprimoramento do combate à corrupção no país. Então, o país não vai ser mais o mesmo. Tenham convicção disso. Agora, eu não posso me conformar, quando ouço companheiros aqui a quem eu respeito, mas não concordo, dizer: Bom, mas a CPMI não se aprofundou, exatamente, ao tempo de 98, de 99, 2001, era preciso ir mais a fundo nessas questões. Eu acho que se tiver algum fato, evidente, a CPMI vai trazer. Agora, o que eu posso garantir aqui e vou fazê-lo, é que nunca houve vinculação entre Valério e o núcleo do governo de Fernando Henrique Cardoso. Nunca, em nenhum momento. Muito diferente do que houve até agora com o governo Lula da Silva. Muito diferente. Também nunca houve nenhuma vinculação de Valério de quem quer que seja desses expoentes da corrupção com o PSDB nacional. E eu falo aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente, na condição também de dirigente regional. Eu dirigi até o mês passado, o PSDB de São Paulo. Nós nunca tivemos nenhuma acusação e passamos por um processo de degradação, tão intenso quanto está passando esse, do Partido dos Trabalhadores. E o Relator foi muito claro. Nunca houve nenhuma vinculação entre pagamentos que tenham sido feitos à DNA no período anterior ao Governo Lula e votações de interesse do governo. Nunca houve. Mesmo na relação DNA Banco do Brasil, do período anterior, do governo anterior, nunca houve notas frias nem adiantamentos. Os pagamentos foram todos em função de contratos previamente estabelecidos e serviços prestados. Isso

está demonstrado no relatório. Portanto, não dá para aceitar essa tese da generalização. O Relator aqui não mencionou a questão da conta de Dusseldorf e Duda Mendonça, mas, certamente isso está ligado à questão do Valério, porque o Duda recebeu dinheiro do Valério, dinheiro público, afirmo aqui, dinheiro sujo, está certo, para custear desde a campanha de Lula e depois as outras campanhas subseqüentes e inclusive campanha municipal de 2004 do Partido dos Trabalhadores. E recebeu dinheiro em dólar, dinheiro do exterior. O que a Constituição proíbe terminantemente. Portanto, não dá para aceitar esses paralelos. Ou seja, caríssimo Relator, Sr. Presidente, através deste magnífico trabalho aqui apresentado e que não é ainda a conclusão final, fica muito claro, fica provado. O Mensalão seja ele chame se quiser de Mensalão, pode chamar de “semestrão”, podemos chamar de “semanão”, de “diarião”, o que quiser, ele ficou provado, ele existe. Os falsos empréstimos de Valério ao PT, também existiram. Estão comprovados. E a manipulação de licitações e fraudes fiscais, na Empresa de Correios e Telégrafos, também, estão comprovadas. Portanto, Sr. Relator, Sr. Presidente, vamos sair dessa ladainha. Eu faço um apelo aqui aos colegas. Eu respeito, já falei da individualidade, mas não dá para ficar buscando: Bom, sempre se fez isso e por isso o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula da Silva continuam fazendo. Não dá não, porque a nação não mais aceita isso. Nós queremos aqui, de quem tiver culpa, no mínimo, além de responder perante a lei, que faça uma autocritica sincera. O que não dá, Sr. Presidente, Sr. relator é vermos ou continuarmos com cinismo. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Deputado Pannunzio. Com a palavra o Deputado Silvio Torres, cinco minutos.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, também quero iniciar estendendo os meus cumprimentos ao relator Osmar Serraglio, a todos aqueles que o auxiliaram a sua formidável equipe, pessoas que nós vamos acompanhando um trabalho excepcional, extenuante que vem fazendo há tanto tempo. E que hoje nos brinda com esse. Não é um relatório, tecnicamente não é um relatório, mas que eu diria, Deputado Osmar, que é uma santa bengalada naqueles descrentes, naqueles que não puseram fé, no trabalho de V.Exa. e também não puseram fé, no trabalho desta Comissão. Eu fico pensando, Sr. Presidente, o que seria da nossa Comissão se nós não tivéssemos tomado duas providências importantes, se não tivesse ocorrido duas coisas importantes. Primeiro, o reforço dessa equipe que já era muito boa, mas o reforço que essa que essa equipe recebeu com as

auditorias contratadas. Foi uma luta e tanto para se conseguir a contratação dessas auditorias e graças a isso nós estamos podendo hoje apresentar esse documento. Mas segundo e mais importante o que seria dessa CPI se não tivéssemos conseguido prorrogá-la. Nós tivemos ameaçado, de hoje estarmos com um vazio, sendo acusados de não termos cumprido nossa obrigação, de termos sido ineficientes, de termos sido aplicados, porque não conseguíamos antes, sem os documentos que nos pudessem transmitir as informações, que estamos hoje, trabalhando nela, não conseguiríamos ter apresentado um relatório desse. E por muito pouco, por apenas um voto nós estamos hoje, chegando às vésperas do natal, eu acredito que sendo presenteados com o trabalho de todos nós sem exceção. Queria dizer também e registrar, Relator, que não reconheço que possa ser procedente qualquer crítica quanto à parcialidade do seu trabalho. Jamais foi. Se deixou em algum momento, de fazer uma citação aqui ou ali, não foi por má-fé, não foi por parcialidade. Porque não apenas alguns casos não foram incluídos no relatório. Muitos deles. Por exemplo, as questões regionais dos estados, os escândalos dos estados nenhum deles está contemplado aqui. Quando se cobra de V.Exa. de não ter incluído a FUNDACENTRO, de não ter incluído a TELESP qualquer coisa que o vale, se ainda não foram incluídos, é também porque não se chegaram as informações necessárias para isso. A própria questão de 98, a tão famosa questão de Minas Gerais, de 98, V.Exa. sabe muito bem, há documentos até agora, não foram conseguidos, não foram encontrados, sequer. Porque a contabilidade da empresa do Sr. Marcos Valério não chegou há esse tempo. Mas, além disso, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria fazer mais um registro que eu acho importante. Há pouco tempo atrás V.Exa, o próprio Presidente, foram, da minha maneira de ver, foram desautorizados pelo Procurador Geral que considerou como inconseqüência o fato de V.Exa. ter indiciado, proposto, o indiciamento do senhor. Marcos Valério e do senhor Delúbio, uma leitura rápida apenas daquilo que o senhor já apresentou, nós podemos capitular aqui. Sonegação fiscal, estelionato, recebeu e não fez o serviço. Falsificação de documento, notas fiscais de contabilidade, fraude fiscal, queima e sumiço de documentos, lavagem de dinheiro, notas fiscais canceladas sendo reutilizadas, remessa ilegal para o exterior, caso do Sr. Duda Mendonça, concorrência fraudulenta. Isso são sete itens. Que em qualquer outra circunstância, já mereceria um indiciamento de ofício. Quando não, como disse aqui o Senador Romeu Tuma a prisão das pessoas aqui implicadas. E, no entanto, o procurador desdenhou o nosso trabalho, desdenhou a iniciativa de V.Exa.

que nós fazemos questão de considerar, mais do que nunca, agora configurado. Eu acho que, por último, queria fazer também uma sugestão da mesma forma que o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto sugeriu que se remetesse essa documentação para o Presidente Lula, para que ele talvez, pudesse então entender melhor o que está acontecendo no governo dele. Fizesse o mesmo, que o senhor remetesse ao Procurador geral, esse documento. Como uma cortesia, como uma contribuição da nossa CPMI ao trabalho que ele realiza, que deveria realizar, eu acho que com pouco mais de boa vontade para aquilo que nós fazemos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu. Cinco minutos.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG):

Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor vice-presidente, senhora parlamentar, senhores parlamentares. Muitas das vezes das nossas reuniões, a dupla aqui e deputado Silvio Torres nós ficamos sempre para o final. E até fazemos.

>> [inaudível].

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG):

Apenas por falar. Mas a presença da Senadora sempre foi constante e do Deputado Bittar também. Mas nós chegamos após sete meses. E confirma, Sr. Presidente, Sr. Relator confirma a nossas expectativas sempre de acreditar que esta CPMI ia trilhar para um caminho sério com muita competência, com muita dedicação, buscando a verdade, buscando esclarecimento. Em alguns momentos, através de, sob cerrada artilharia, o Presidente, principalmente o Sr. Relator, nós estávamos aí colocando que nós acreditávamos que esta CPMI não iria terminar em pizza, que ela iria trazer os resultados. E esse relatório aqui hoje é muito bem elaborado. Tecnicamente, com credibilidade com muita documentação e também com muita, eu diria até sinceramente, surpreendido pela qualidade deste Mensalão aqui. Não existe dúvida nenhuma que existe o Mensalão. Apenas existe a dúvida de quem recebeu esse Mensalão lá no final. Quem sabe pode ser esclarecido até o final desses trabalhos. Agora, eu vejo que é importante hoje mesmo, vários parlamentares que eram reticentes em aceitar essas questões, que foram apresentadas aqui, que hoje concordaram. Existe passado, mas quer dizer que existe. Eu vejo também, Sr. Relator, eu vejo também que muitas das vezes, Sr. Presidente, senhores parlamentares, às vezes nós ficávamos desconfiados de algum acerto nesta CPMI, nos bastidores que pudessem tirar o rumo da CPMI, que eram sempre aqui fortemente denunciados por nós, e que, na nossa vigilância, e dando suporte ao

presidente, ao vice-presidente e ao Relator, os trabalhos estão aqui hoje com relatos importantíssimos e com credibilidade. As Sub-relatorias trabalharam com muita competência também e com muita dedicação e com muita qualidade. Eu vejo, então, que chega hoje o momento importante. Eu só tenho uma tristeza. Uma tristeza que os trabalhos aqui realizados, os resultados aqui produzidos e levados a plenário para uns poucos foi bom, aliás, que foram contestados no plenário, agradaram a um ou outro. Mas para o Congresso Nacional foi terrível. O desgaste que nós estamos sofrendo, com relação à questão da avaliação do plenário dessa Casa. Até posso dizer, que falta um pouco não, um tanto de juízo para esse plenário. Que nas próximas, possa pensar mais na sua consciência, no trabalho realizado aqui, na profundidade que foi apresentado e nas provas que foram produzidas. Complementando, Sr. Presidente, é importante que essa CPMI vai dar uma grande contribuição. Ela vai dar uma grande contribuição à política nacional. Aquela vez que aqui estava o Valério, aquele episódio que foi demonstrado todo o caminho, e que toda a equipe entendeu, que ainda falta alguma coisa, mas que toda equipe entendeu e o Sr. relator e o Sr. Presidente, entenderam. O caminho que é resultado desse relatório, nós temos ainda muito que avançar. E nós sabíamos que quando as equipes técnicas iniciassem o trabalho, os resultados iam aparecer. Eu acredito que estão começando a aparecer. Ainda nós temos muito pela frente, muitas coisas ainda vai vir à tona, quando os técnicos tiverem mais aprofundado ainda nos documentos que estão lá no subsolo. Eu quero dizer que quando participei de uma CPI do tráfico de órgãos, que me custou uma gastrite terrível e que eu jamais participaria de uma CPI. Mas quando fui chamado à responsabilidade, aqui estou. Cumprindo, sim, o meu trabalho. Me ausentei um pouco porque também faço parte da CPMI do imigrante e que essas duas CPMI tanto a nossa dos CORREIOS, quanto a do imigrante, se o dinheiro público fosse melhor usado com transparência, sem esse processo todo de corrupção que aí está, nós não precisaríamos estar aqui hoje, com nenhuma dessas duas CPMI, nem a do CORREIO, nem a do imigrante que leva os milhares de brasileiros para o exterior, para procurar trabalhar porque não querem voltar para o crime, e não querem voltar para a bandidagem e querem ter uma vida digna e que não encontram aqui nesse país trabalho. Então essas CPMIs foram colocadas e elas vão ter os seus resultados positivos para o nosso país. Concluindo, Sr. Presidente, eu tenho certeza que o dia que a nossa política, que ela não seja somente voltada ao poder, mas ao bem do nosso povo e do nosso país, esse país vai ser gigante, na verdade. Eu

quero parabenizar V.Exa. Sr. Presidente, ao Sr. Vice-presidente, ao Sr. Relator, a toda a equipe técnica aqui, que trabalhou duramente nesses sete meses, aos colegas parlamentares, por esse trabalho que realmente é um trabalho excepcional e tenho certeza, vai valer a pena, Sr. Presidente, Sr. Relator, que no final lá, nós vamos falar. Viu. Nós acreditávamos, desde o início, que não terminaria em pizza, e não terminou em pizza. E eu gostaria de dizer, nesse final de ano, depois de muito trabalho, depois de muita luta, semana próxima estaremos aqui, mas feliz natal, que Deus abençoe a todos, que Deus abençoe a política brasileira, que ela possa pensar no bem do nosso povo e do nosso país. Para que nós tenhamos, um país mais justo e um país mais decente. Muito obrigado.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL):

Tem uns que só exorcismo, não tem reza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. O Relator Deputado Osmar Serraglio quer falar alguma coisa e depois o vice-presidente também falará, quer usar a palavra. E depois. Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, apenas para alguns esclarecimentos, quanto ao PMDB eu já dei a referência precedente, no sentido de que essa tabulação, esse cruzamento eu não fiz. Mas independentemente disso é preciso que se entenda, que existe uma lógica na construção disso. Qual a lógica? Existem padrões. Onde não há padrão não veio a tona. O que significa padrão? Um certo comportamento que traduziu algo que pudesse ser interpretado, de alguma forma ou de outra. O que nós temos do PMDB para investigar? O fato de um parlamentar, sem nenhuma notícia de períodos, como também não foi possível em relação ao Roberto Brant, que eu acho que é do PFL, e não há PFL aqui, como também não há PT, que se poderia eventualmente fazer cruzamento, conferir. Essas evidências, os dados que advieram da lista do Marcos Valério é que foram colocados no sistema e disso se extraiu essa informação. De qualquer modo, eu estou aberto à reflexão sobre isso sem problema nenhum. Segundo ponto, esses valores, Deputado Bittar, que eu apresentei, é preciso que o senhor observe na auditoria que ela analisa a consolidação dos dados em fases diferentes. A fase da aprovação, a fase da implementação e a fase do pagamento. Eu acho que o mais importante para nós é claro que os outros também importam, mas para um resumo desse é a fase do pagamento. E na fase do pagamento é que eu extraí exatamente o que está aqui. Eu não tenho que ficar falando de 2001 e 2002 quando tudo que eles reportam é oitocentos mil

reais da BB Turismo, e depois constando em dois das vinte e seis ações correspondentes a sete por cento, valor dessas ações de quatro milhões e duzentos mil que é a carta de encaminhamento a VISANET, da documentação para pagamento da ação, que não estava assinado por funcionário. Percebe? Tudo que tem em matéria de pagamento na auditoria de 2001 e 2002 é essa parte de cima. E em seguida vem 2003 e 2004 onde eu extraí exatamente, a frase que está aí. A falta de documentos alcançou quarenta e cinco por cento, do valor, das ações analisadas no montante de vinte e três milhões e duzentos e quarenta e três mil. E em relação ao item que foi levantado, 7641 o que eu fiz referência é exatamente também. Venham o que diz o 7641. Aqui está o diferencial das duas condutas precedente e posterior a Henrique Pizzolato, isso é a conclusão da auditoria. A antecipação de créditos para a realização de eventos específicos em setembro e novembro de 2001 e junho e outubro de 2002, num total de quarenta e oito milhões trezentos e vinte e oito mil contra apresentação de documentos fiscais de emissão de agências de publicidade, no valor global de cada ação. Então, nós temos eventos específicos e ação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas Sr. Relator há antecipações globais, e é isso que permite a aplicação financeira. Eles podem até ter dito. Olha isso é para fazer tal campanha, Mas isso tudo foi antecipado. E quando é antecipado, você pode auferir ganhos de aplicação financeira. É a mesma situação. A diferença é que em 2004, não tenha sido tão expressivo.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Se V.Exa. interpretar que se procedeu da mesma forma, sim. Só que as campanhas específicas estão tabuladas num período curtíssimo. V.Exa. está transpondo um raciocínio de ano, ano e pouco para meses.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A antecipação de recursos, se dá em duas vezes por ano. Evidente, com taxas de juros gigantescas, recursos da ordem de quarenta e oito milhões de reais aplicados no mercado financeiro por uma águia como Marcos Valério, quem quer que seja, vai gerar muito dinheiro. É isso. A natureza da nossa discussão é essa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Só para concluir, eu não pretendo evidentemente. Agora, salvo melhor juízo, se assim fosse, isso estaria traduzido aqui. Não haveria porque não trazer à tona uma auditoria do Banco do Brasil, essa não indicação a que agora você se reporta.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ) O senhor fez uma leitura. Eu tenho uma leitura distinta daquela que o senhor fez. O que propicia consequências graves, eu acho, que porque se levam em consideração, que

as antecipações ocorridas antes, foram todas certinhas contra pagamentos de serviços prestados. Não foi por valores globais. E contra a nota da agência. Não dos fornecedores da agência. O que significa, a agência recebeu o dinheiro e aplicou no mercado financeiro. Óbvio, evidente, até pagar, se é que ela fez os serviços, pagar os seus clientes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Só para concluir, existem projetos específicos, pagos pelas ações respectivas. Existem pagamentos genéricos sem detalhamento do que é, e a nota da antecipação, não é da ação. Esses conceitos precisam ser entendidos. Senão, não dá para interpretar. Em um é ação, a outra é antecipação.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mas aqui, contra a apresentação de documentos fiscais de emissão da agência no valor global da ação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Lê a frase seguinte, da antecipação. A outra paga cinco normais, dois milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Bittar, Deputado Osmar, eu acredito que nós teremos condição de esclarecer devidamente essa questão.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Aliás, eu já solicitei a presença dos auditores, porque tem muita coisa que precisa ser esclarecida.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu gostaria só que o Relator nos esclarecesse quais foram às razões de V.Exa, pelas quais, FUNDACENTRO, TELESP, SMP&B, e o caso de Minas estiveram totalmente excluídos do relatório?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É simples, precisa se entender o raciocínio da formulação da prestação de contas. Nós tínhamos um universo enorme, tanto é que os contratos nada são detalhados. O que nós pegamos? Versão Marcos Valério. Nós passamos a versão do Marcos Valério, que não tem FUNDACENTRO, não tem Eduardo, não tem ninguém. Essa é a versão do Marcos Valério. E daí nós apresentamos o que nós tínhamos em relação à versão de Marcos Valério essa é a posição. Por isso que há apenas um “referencialzinho” aqui que aconteceu. Porque ele não está no confronto do quadro, que nós quisemos traduzir em relação à questão magna que nós temos que é a versão do Marcos Valério.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mais uma vez aqui, registro minha discordância porque, isso deveria estar pelo menos numa linha investigativa da CPI. Não está sequer como outros fatos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente eu contesto. Nós estamos investigando. Evidente que nós estamos investigando. Tanto Eduardo Azeredo, quanto. Se V.Exa. faz um recorte, tem que atuar dentro daquele recorte.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. relator perdão, mas o caso FUNDACENTRO. É um fato documentado. Os dados estão aí. Basta que se tenha acesso, e nós tivemos acesso ao processo que corre--

>> Mas é o mesmo caso do Rio de Janeiro. De Londrina, de Porto Alegre. De Goiânia.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Estou falando de FUNDACENTRO. Processo nacional, não estou falando de problemas--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Bittar, nós já estamos--

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Eu quero registrar a minha inconformidade Com os fatos de que FUNDACENTRO, TELESP CELULAR, que são quarenta milhões de reais no governo passado para a SMP&B e o caso de Minas Gerais passaram em branco. O relatório que é um fato grave a meu ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Bittar, nós vamos ter a oportunidade de não só esclarecer esses fatos todos, segundo ponto, em até procurando mostrar a V.Exa. a preocupação com essa questão de FUNDACENTRO e outras. Questões que foram colocadas por V.Exa, questão FUNDACENTRO e ela foi. E eu acompanhei porque eu recebi, recebi recentemente o relatório, e V.Exa. também tem recebido não houve tempo, tanto é que, quando começou a exposição o deputado Osmar Serraglio, foi muito claro. Que até em função do próprio trabalho que vai ser desenvolvido ao longo das próximas semanas, eu deixei muito claro e ressaltei isso. Nós vamos olhar essas questões, que nós não pudemos contemplar, como não pudemos contemplar contratos que o Deputado José Eduardo Cardozo, já praticamente ultima as conclusões, mas V.Exa. não tenha dúvida nenhuma. Nós temos que fazer um relatório equilibrado e fazer um relatório equilibrado é efetivamente não brigar contra os fatos. E, portanto, nenhum relatório será votado se não for um relatório isento e justo.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Perfeito, é nessa linha que eu fiz minhas observações manifestando mais uma vez, o meu profundo respeito pelo Relator não há aqui nenhuma característica ou qualquer caracterização de suspeição sobre o relatório. Mas está a minha vontade de que tudo aquilo que

tenha sido apresentado como irregularidade ou ilegalidade seja objeto de nossa investigação, tudo aquilo que circunscreve o objeto de trabalho desta CPI. É nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Bittar. Vice-presidente Asdrúbal Bentes.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Na condição de vice eu sempre me submeto às orientações do meu Presidente. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, para dizer que a partir do momento em que fui guindado à função de vice-presidente, aliás, por um mero acidente de percurso, com o afastamento do Senador Maguito, eu procurei pautar as minhas ações exatamente na figura do meu Presidente Delcídio Amaral. No seu equilíbrio, no seu bom senso, na seriedade, na sensatez, com que dirige esses trabalhos. E, as poucas vezes, em que tive oportunidade de estar aqui à frente dos trabalhos foi exatamente pautando as minhas ações pelo seu bom exemplo. Que, aliás, tem propiciado juntamente com o nosso querido Relator Osmar Serraglio que é aparentemente tímido, mas, seguramente muito firme nas suas posições e de um profundo conhecimento jurídico, eu tenho certeza que os nossos trabalhos, vão chegar a um bom termo e dar uma resposta que a sociedade exige. Graças à colaboração de todos os companheiros, nossos ilustres pares que da divergência, convergem exatamente para aquilo que é da democracia. A decisão justa, equilibrada, em que nós desta CPI vamos pautar o nosso relatório final. No mais, eu queria agradecer, Sr. Presidente, pela benevolência de V.Exa. pela amizade e companheirismo do relator, e desejar a todos os nossos companheiros um feliz natal extensivo também aos assessores, a essa competente equipe técnica e também à imprensa que tem sido um baluarte em defesa da democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, para encerrar, eu gostaria de registrar que na semana que vem a Sub-relatoria de contratos funcionará, e também as auditorias e a Assessoria Técnica devidamente ajustadas pela Dra. Cleide, também trabalharão e o mesmo acontecerá para a primeira semana de janeiro. É importante registrar para todos que nós estamos agora, emitindo toda a agenda, não só das próximas duas semanas, mas também das primeiras das quatro semanas de janeiro, das três outras semanas de janeiro também, com o trabalho das Sub-relatorias todas, e é importante registrar que agora, a partir de

janeiro, nós já iniciaremos as oitivas principalmente da Sub-relatoria de fundos de pensão. E a Sub-relatoria que vai trabalhar conjuntamente com os demais parlamentares no que se refere a normas de combate à corrupção, e que vai trabalhar na base do convite e não na base do requerimento também, começa efetivamente a trazer especialistas exatamente para colaborar conosco, nessas propostas que, acho que boa parte dos parlamentares aqui comentaram, de não simplesmente se punir e se detectar as irregularidades, mas criar uma CPI propositiva, melhorando os controles do sistema financeiro, melhorando essa questão da sonegação, da lavagem de dinheiro que são projetos inclusive que o próprio governo também já vem trabalhando e que pode ser um grande parceiro nosso na construção dessas propostas, com base em projetos de lei, que eu espero que o Congresso Nacional venha a votar. Eu quero deixar bem claro, eu acho que nós terminamos um ano difícil, foram seis meses de muito trabalho, os resultados hoje apresentados como uma prestação de contas, já sinaliza nitidamente que esses dados, apesar dos atrasos, dos obstáculos, das dificuldades que nós tivemos nós já conseguimos construir uma massa importante de informações e dando lógica a essas informações que nós recebemos. Quero deixar muito claro aqui, como foi dito, o relatório que vai ser apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio será um relatório absolutamente, quando ele vier aqui ao plenário para ser discutido e aprovado, ele será um relatório equilibrado. Se existem problemas outros antes desse período que foi mais concentradamente analisado, isso será registrado, isso será apontado. Acho que a composição das Sub-relatorias vai ajudar muito esse trabalho. As Sub-relatorias deram velocidade, deram equilíbrio político no debate, muitos parlamentares e aqui a imprensa podem se lembrar das dificuldades e dos enfrentamentos, que ocorreram aqui mesmo nessa sala, e mesmo no dia-a-dia nosso da CPMI dos CORREIOS. Portanto, eu entendo que boa parte das Sub-relatorias vamos concluir em fevereiro, não tenho dúvida nenhuma já pelo andamento dos trabalhos. Talvez a Sub-relatoria dos fundos de pensão que foi um pouco prejudicada por causa das liminares, ela agora ganhe velocidade, até em função da decisão ontem do Ministro Sepúlveda Pertence, em função até do contraponto que apresentamos para solicitar a ele que reavaliasse, a liminar que foi dada ao fundo de pensão lá da SEDA no Rio de Janeiro, o fundo de

pensão PRECE. E por isso, eu acho que agora em função de tudo isso que foi apresentado, nós encaminhamos a CPI para apresentação de resultados. Concretos que a sociedade brasileira espera. E com o equilíbrio, com serenidade, como foi o debate que fizemos hoje aqui. Se não foi melhor, é porque nós não conseguimos ainda, estruturar de uma maneira ampla tudo aquilo, que já está no caminho, no que se refere a providências, no que se refere a conclusões. Mais do que nunca, uma CPI que não está preocupada em descobrir irregularidades e punir. Não é esse só o objetivo dela. Mas uma CPI propositiva. Ou seja, com sugestões, com base em tudo aquilo que nós vivenciamos aqui, e verificamos. Eu quero aqui também agradecer muito, primeiro, o trabalho de toda a diretoria, da diretora, da Dra. Cleide, da nossa Assessoria Técnica, quero também agradecer o trabalho feito pelos auditores, acho que nós tomamos uma decisão importantíssima, quando nós contratamos pelo Senado Federal empresas de auditoria, para dar sustentabilidade às investigações que nós fizemos e os resultados já começam a aparecer, os resultados já estão aí. Aqui mais no que se refere às movimentações financeiras, mas agora nas próximas semanas com relação aos fundos de pensão. Quero agradecer especialmente à imprensa pelo trabalho determinado, competente, crítico, a imprensa teve um papel fundamental em momentos que aparentemente as coisas rolavam para uma grande pizza, ou para uma espécie de acomodação, mas a empresa sempre alerta se colocou de uma maneira muito rigorosa e muito exigente. E ajudou muito também a opinião pública a se mobilizar. Eu ando muito pelo Brasil, e na maioria dos lugares que andei, eu nunca vi uma mobilização tão grande e uma conscientização tão grande da sociedade brasileira, da população. Então, nós encerramos as atividades da plenária da CPI, até porque as Sub-relatorias vão continuar nas próximas semanas, mas é importante registrar no momento que nós, que há um questionamento grande com relação à convocação extraordinária, nós tivemos hoje aqui treze senadores e vinte e um deputados. Numa CPI. Isso é muito importante. Isso é muito importante e mostra a conscientização e a maneira como os parlamentares olham e acompanham os debates e os trabalhos da CPMI dos CORREIOS. E eu quero aproveitar para desejar a todos um santo natal, de paz, de harmonia, de mais do que nunca, de luz, e que 2006 seja um ano de realizações, um ano de solidariedade, um ano de fraternidade, e, acima de tudo, um ano de cidadania, com Deus iluminando os corações e mentes das famílias de uma Pátria chamada Brasil. Muito obrigado.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 57ª Reunião, realizada em 18/01/2006.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às onze horas, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes e depois passando a Presidência ao Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Heloisa Helena, Aelton Freitas, Sibá Machado, Romeu Tuma e Valdir Raupp; e dos Deputados Carlos Abicalil, Osmar Serráglio, Onix Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Murad, José Eduardo Cardoso, Silvio Torres, Antonio Carlos Pannunzio, Geraldo Tadeu e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência esclarece que a pauta da presente reunião destina-se à apreciação votação de Requerimentos e oitiva do Sr. José Roberto Salgado. Também assim, a Presidência informa que, por decisão consensual da Comissão, a reunião será iniciada pela oitiva e, posteriormente, a apreciação de requerimentos. Ato contínuo o Senhor José Roberto Salgado, que se fez acompanhar por seu advogado o Senhor Theodomiro Dias Neto – OAB/SP 96.583, é convidado para tomar assento e inicia sua explanação. Ato contínuo a Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serráglio, que inicia seus questionamentos. Também fizeram uso da palavra para questionamentos os seguintes parlamentares: Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Onix Lorenzoni, Antonio Carlos Pannunzio, Gustavo Fruet, Juíza Denise Frossard e Geraldo Thadeu. O presidente informa que a presidência do Senado Federal solicitou a imediata interrupção da comissão, pois há votação no Plenário da Casa neste momento e, portanto, não haverá votação dos requerimentos previstos. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da

Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SEGUE ABAIXO TRANSCRIÇÃO LITERAL:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 57ª Reunião da CPMI, criada pelo requerimento número 03 de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS. Esta reunião deveria ser iniciada com a administrativa que, por consenso, foi cancelada.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Atendendo requerimento dos senhores parlamentares. Solicito à assessoria, que faça adentrar ao recinto e tomar assento à Mesa, o senhor José Roberto Salgado. Os nossos cumprimentos ao senhor José Roberto. Nós queremos comunicar aos senhores parlamentares, que o depoente veio protegido por uma liminar, em *habeas corpus*, concedida pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, cuja decisão é do seguinte teor: A CPMI tem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais, mas não tem mais do que isso. Assim, o paciente deverá atender a convocação da CPMI, devendo comparecer no local em dia e hora marcados. Não lhes será tomado o compromisso de dizer a verdade. Deverá responder as perguntas, que lhe forem formuladas ficando-lhe assegurado o direito de se calar, sempre que a resposta, à pergunta, a critério dele, paciente, ou de seu advogado, possa atingir a garantia constitucional de não auto-incriminação. Expeça-se, salvo conduto nestes termos, o qual deverá ser acompanhado de cópia desta decisão. Comunique-se ao Presidente da CPMI com cópia, publique-se, Brasília, 17 de janeiro de 2006, Nelson Jobim, Presidente. Então, V.Exas., estão cientes da proteção concedida pelo Ministro Nelson Jobim ao depoente, de maneira, que ele poderá a seu critério, ou de seu advogado, calar quando a seu critério, a pergunta, ou a resposta, possa atingir a sua garantia constitucional de não auto-incriminação. Dito isto, solicito ao depoente, que inicialmente, faça a sua qualificação, o seu patrono que também se qualifique indicando o número de registro na OAB, para que nós possamos iniciar os trabalhos.

E terá também V.Sa., o tempo que julgar conveniente para os esclarecimentos iniciais. Com a palavra, o senhor José Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Bom dia, excelentíssimos senhores Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras. Gostaria, inicialmente de fazer uma breve apresentação da minha trajetória profissional. Meu nome é José Roberto Salgado, tenho 45 anos, sou formado em economia com pós-graduação e administração bancária. Há 31 anos, iniciei minha vida profissional como office-boy, no BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A., estando no BANCO RURAL, desde 1995, onde ocupei diversas funções, entre as quais, Diretor adjunto, Diretor de área internacional e atualmente Vice-Presidente Executivo. Ao longo destes anos, tive o privilégio de trabalhar com José Augusto Dumont e Junia Rabelo, os dois principais executivos do BANCO RURAL, que montaram um modelo de concessão de crédito, para pequenas e médias empresas contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, e para o crescimento representativo da instituição, que chegou a ser a maior entre as instituições financeiras de pequeno e médio porte do mercado nacional. Infelizmente, essa trajetória foi abalada pelos falecimentos traumáticos e sucessivos de Junia, por acidente aéreo em 1999, e José Augusto, por acidente automobilístico em 2004. Além da perda em 2005, de nosso fundador e sócio majoritário, Dr. Sabino Rabelo. Estes fatos impuseram ao BANCO RURAL, a necessidade de profunda reorganização interna, sem tempo para planejamento da sucessão natural de seus executivos. Tarefa que vem sendo desempenhada pela Dr.ª Kátia Rabelo, Presidente, por Aiana Tenório e por mim, Vice-Presidentes. Não bastassem esses fatos, a turbulência vivida pelo sistema financeiro no final de 2004, com a quebra do BANCO SANTOS, também que abalou a confiança nos Bancos de pequeno e médio porte, gerando significativa saída de capital e exigindo grande esforço do BANCO RURAL para o recebimento imediato de crédito, assim podendo honrar toda aquela saída de recursos de seus investidores. Principalmente, entre os grandes clientes. Do total de cinco bilhões, que tínhamos naquela data, conseguimos receber em menos de 60 dias, cerca de 50% dos créditos concedidos, até então. Se por um lado, isso tornou evidente a solidez e boa qualidade da nossa carteira de crédito, de cerca de onze mil clientes e por outro, também nos deu a oportunidade de enxergar a dificuldade de alguns clientes, em liquidar os seus débitos. Com a redução da carteira de crédito do BANCO RURAL, operações comuns tornaram-se proporcionalmente mais representativas, como, por exemplo, as relacionadas com as empresas DNA, SMP&B e GRAFITE. O Banco

iniciou, então, um processo de negociação para liquidar tais operações, evitando confrontos judiciais que resultassem em rompimento de relações comerciais, com clientes antigos e naquele momento, respeitados em seu segmento de atuação. Com a deflagração do chamado escândalo do mensalão, a expectativa de recebimento desses créditos ficou reduzida, razão pela qual o Banco adotou a via judicial e provisionou a totalidade dos valores, seguindo orientação do BANCO CENTRAL do Brasil. Ao constatar ter sido usado em esquema de repasse de recursos a parlamentares, o BANCO RURAL recolheu toda a documentação capaz de esclarecer os fatos, fornecendo-a prontamente a CPMI, ao Poder Judiciário, à Polícia Federal e ao Ministério Público. Contribuiu assim, como nenhuma outra instituição financeira para apuração dos fatos evidenciando, ao contrário do que se tem dito, um eficiente e transparente sistema de controle de suas operações. Todas registradas e comunicadas às autoridades competentes. Talvez, pela transparência na divulgação de seus registros internos, a imagem do BANCO RURAL tenha sido mais abalada, do que a de qualquer outra instituição financeira. Nesses oito meses de crise política, foram muitas as informações distorcidas veiculadas pela mídia sobre a atuação do Banco, em todo esse episódio. A entrevista do senhor Godinho à REVISTA ÉPOCA, é um exemplo disso. Fez acusações levianas, sem conhecimento dos fatos, admitiu nesta CPMI não ter provas de suas acusações e até de ter se empolgado. Segundo suas próprias palavras. Em algumas de suas declarações à REVISTA ÉPOCA. Minha convocação, apesar dos constrangimentos causados pelas acusações irresponsáveis do senhor Godinho, constitui uma oportunidade para reafirmar perante esta Casa, a regularidade e transparência que pautaram a atuação do BANCO RURAL. Este contexto adverso, que motivou minha convocação, embasou a decisão técnica de meus advogados de impetrar habeas corpus, perante o Supremo Tribunal Federal, o que de modo algum, comprometerá a minha disposição em contribuir para os esclarecimentos de fatos de meu conhecimento pessoal, observados os limites legalmente impostos a um Diretor de instituição financeira. Independentemente dos esclarecimentos, que terei a oportunidade de fazer, quero dizer, que os recursos aportados ao BANCO RURAL, pelas empresas do senhor Marcos Valério, são todos eles, provenientes de outras instituições financeiras ou empresas contratantes de suas agências de publicidade. Todos os saques e pagamentos realizados, pelas empresas em questão, foram registrados e comunicados às autoridades competentes segundo as normas vigentes do BANCO CENTRAL. Esta CPMI, teve imediato

acesso a toda essa documentação, da mesma forma, a movimentação financeira das contas, das referidas empresas não fugia ao padrão e tamanho de suas atividades econômicas. Vale dizer, não havia quanto à origem dos recursos e a movimentação financeira das contas, indício algum de lavagem de dinheiro. No curso dessa audiência, pretendo demonstrar absoluta correção dos mecanismos de compliance do BANCO RURAL, permanentemente aprimorados ao longo dos últimos anos. Sempre sob a constante orientação e supervisão do BANCO CENTRAL do Brasil. Para finalizar, aproveito para reiterar o compromisso do BANCO RURAL, com seus milhares de clientes e funcionários que, a despeito de todas as adversidades do momento, têm mantido a confiança na seriedade dessa instituição BANCO RURAL, cuja história remonta a mais de 40 anos. Muito obrigado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP):

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse declinado o nome do advogado, do senhor José Roberto Salgado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): O nome do advogado, Dr. José Roberto Salgado.

ADVOGADO: Bom dia, dizia eu. São advogados constituídos e que assistem José Roberto nesta sessão, Maurício de Oliveira Campos Júnior, inscrito na OAB/MG, sob o número 49369, e Theodomiro Dias Neto, inscrito na OAB de São Paulo, sob o número 96583.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada essa primeira apresentação do senhor José Roberto, eu passo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, senhor José Roberto Salgado, V.Sa. disse que trabalha no BANCO RURAL desde 1995, eu gostaria que pelo menos do período de 2000 a 2005, V.Sa. especificasse melhor quais as funções que exerceu, ano a ano.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: No ano de 2000, eu fui nomeado Diretor Executivo estatutário do BANCO RURAL, naquela época, responsável por toda a área externa, no que diz respeito à parte de Bancos internacionais e a área de câmbio do BANCO RURAL. Em 2003, assumi a função de Diretor superintendente, ainda respondendo por essas duas áreas. E em abril de 2004, com o falecimento do Dr. José Augusto Dumont, eu fui nomeado Vice-Presidente, na realidade, até aquela época a Vice-Presidência, ela era exclusiva do Dr. José Augusto, que acumulava tanto as funções administrativas como operacionais, e com o falecimento dele, então, foi dividida essa Vice-Presidência, respondendo a Dr.a Aiana Tenório, pela área

administrativa e suporte operacional e eu respondendo pela área operacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como Diretor desta área internacional, V.Sa. teria condições de nos dar uma estrutura do BANCO RURAL, enquanto sócio de empresas no exterior ou com filiais no exterior, em que locais?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: A estrutura do BANCO RURAL, nós estamos passando nesse momento, também por uma reestruturação, mas eu vou dar para o senhor qual que foi a estrutura básica nesse período e depois alguns procedimentos que vem sendo feitos. A primeira instituição financeira nossa, foi a IFE BANCO RURAL URUGUAI, em Montevideu, inaugurada no ano de 1995, cujo objetivo era fazer toda à parte de comércio do MERCOSUL. Em 1996, inauguramos o RURAL INTERNACIONAL BANK nas Bahamas e este Banco, faz todo, à parte norte das Américas e também à parte de captação de recursos no mercado internacional. E em 1999, inauguramos o BANCO RURAL EUROPA, uma subsidiária integral do BANCO RURAL em Portugal, cujo objetivo, é toda à parte de comércio exterior na Europa, Ásia e também Oceania. Todas essas unidades são unidades 100% subsidiárias do BANCO RURAL, não são agências, são empresas independentes, controladas pelo BANCO RURAL Brasil.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essas empresas no Uruguai, nas Bahamas e na Europa, elas só tinham uma sede ou elas, lá, também possuíam filiais?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, o BANCO RURAL EUROPA é a única unidade nossa que além de estar com sua sede na Ilha da Madeira, ele tem escritórios em Lisboa, Londres, havia uma representação em fase de montagem em Baharem, e tínhamos também um escritório de representação em Angola. Com a crise que afetou o BANCO RURAL nesses últimos meses, começando com a crise do BANCO SANTOS, em novembro de 2004, passamos por um processo de reestruturação de toda a rede nossa interna e externa, com isso foram fechados os escritórios do BANCO RURAL EUROPA em Angola, Baharem e Londres. Hoje, mantemos somente Ilha da Madeira e Lisboa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Além dessas instituições financeiras, vocês dispunham de off-shores?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, nós temos uma empresa na Ilha da Madeira, que se chama SERRA DOURADA, e ela, por sua vez, controla uma corretora de bolsa em Bahamas, chamada RURAL INTERNACIONAL SECURITY. Também essa

RURAL INTERNACIONAL SECURITY, está em fase de fechamento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E qual a relação que existe entre o BANCO RURAL e a TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O TRADE LINK BANK, é uma instituição financeira situada nas Ilhas Caiman (F), que mantém uma relação de negócios com o BANCO RURAL, há mais de 15 anos, esta relação, ela, se dá basicamente através de financiamento a comércio exterior brasileiro e a concessão de linhas diretas para o BANCO RURAL Brasil.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Qual é a parte societária do BANCO RURAL, na TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O BANCO RURAL, não possui nenhuma sociedade ou participação no TRADE LINK BANK.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E os sócios do BANCO RURAL, o que são em relação à TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Até, onde eu saiba, não tem nenhuma relação. Eu desconheço quem são os sócios controladores desse Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Os fundadores do TRADE LINK BANK, não são pessoas ligadas ao BANCO RURAL, ou não eram à época?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não tenho este conhecimento. Na realidade--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como Diretor internacional do BANCO RURAL, nunca ouviu falar, de que sócios do BANCO RURAL, eventualmente fossem sócios do TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, ilustre Deputado, há uma ligeira confusão, o Dr. Sabino Rabelo foi Presidente honorário desse Banco, não saberia dizer, em que momento ele entrou, porque não é de meu conhecimento, mas o Dr. Sabino Rabelo, foi Presidente honorário desse Banco por um período. Eu não sei dizer, até quando. Esta é a relação que havia. Mas a minha relação, com o TRADE LINK BANK, sempre foi uma relação eminentemente de negócios. Eu jamais tive qualquer relação que passasse de uma relação comercial.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que tipo de negócios V.Sa., intermediava através do BANCO RURAL, com esse TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, não são negócios que eu intermediava diretamente, a minha função no Banco, não cabia eu fazer negócios

diretamente, enquanto Diretor. Na realidade, nós temos no Brasil estruturas, tanto na área internacional, como na área de câmbio, que são as pessoas que no dia-a-dia, negociam toda a captação de recursos, negociações de linha, taxa. Então, essas pessoas que fazem à execução do dia-a-dia. Então, cabe a mim enquanto Diretor estatutário do Banco, fazer muito mais a parte de relacionamento institucional. Eu não entro no operacional no dia-a-dia.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem são as pessoas que atuam no operacional?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Basicamente, hoje, está centralizado em Portugal, na figura do senhor Cláudio, que é o nosso Diretor da área internacional. A parte de recursos de captação, aí são vários funcionários, o senhor me perdoe, mas eu não saberia dizer o nome, porque nós temos mais de 1200 funcionários.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Os que comandam?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Mas, eu poderia depois enviar para o senhor o nome dessas pessoas. E quem são estas pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De qualquer modo, V.Sa., como Diretor internacional, imediatamente tinha alguém que lhe servia de braço e que atuava. Quem era?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, na parte internacional é o senhor Cláudio Eustáquio, que reside em Lisboa.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Desde quando ele reside em Lisboa?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Desde 1999, se não me falha a memória. Eu poderia verificar com certeza esta data e passar--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Todas as operações que eram de interesse internacional do BANCO RURAL só se procedia através do senhor estabelecido em Portugal?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, na realidade nós temos hoje uma divisão, quando o senhor pega a Diretoria da área internacional, naquela época, nós temos um Diretor que cuida da parte internacional, ou seja, relacionamento com Bancos diretamente no exterior. Temos ainda, em São Paulo, uma pessoa que cuida do relacionamento com os Bancos estrangeiros no Brasil, ou seja, que aqueles Bancos internacionais, que têm representações no Brasil. E temos ainda, uma pessoa em Belo Horizonte, que é o superintendente de câmbio, que é a pessoa que cuida das operações de câmbio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, na época era V.Sa.?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, na realidade essas pessoas sempre foram subordinadas a mim. A estrutura hierárquica do Banco, não comporta o Diretor estatutário fazendo essas tarefas. Então, eu tenho essas pessoas que são meus--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem era essa pessoa, que atualmente--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Então vamos lá, nós temos o senhor Cláudio Eustáquio em Portugal, temos a senhora Taís Siqueira em São Paulo, e temos o senhor Francisco Coelho em Belo Horizonte. São essas três pessoas, que cuidam do dia-a-dia, da área de câmbio, comércio exterior e área internacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como é o nome da pessoa, em Belo Horizonte?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Francisco Coelho.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Desde 2000, ele atua nisso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, o Francisco, ele foi galgando ao longo dos anos, não é, posições, e hoje essa é a função dele, é superintendente executivo de câmbio do Banco. Mas, ele começou nos cargos iniciais de carreira do Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa., como Diretor internacional do BANCO RURAL, deve ter ouvido falar da conta número 560-1, do TRADE LINK BANK do BANCO RURAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Do BANCO RURAL? Eu teria que verificar. Números realmente, não fazem parte do meu dia-a-dia. Esses números--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, ele, em relação à TRADE LINK BANK, ele não tinha uma conta?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Tem uma conta, e esta conta está devidamente declarada nos nossos balanços, fizemos, inclusive, aplicações nesse Banco. Quando nós recebemos algum empréstimo desse Banco, no momento de fazermos o pagamento, esse pagamento, também é feito utilizando a nossa conta ou também com outros Bancos internacionais.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Essa conta, me desculpe, essa conta é uma conta, que ela, é fiscalizada pelo BANCO CENTRAL do Brasil, ela é conciliada mensalmente, toda a movimentação dela é conciliada e contabilizada.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, faz remessas de recursos legais, para essa conta no TRADE LINK BANK?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Um exemplo, para ficar mais claro, senhor Deputado. Nós tomamos um financiamento--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Da conta, porque a TRADE--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Nós tomamos um financiamento, de um milhão de dólares, para financiar uma exportação de uma grande empresa nacional. Quando vence esse financiamento, eu tenho que pagá-lo. E normalmente, ou eu pago através do banqueiro, que é o nosso agente de compensação, que não é o TRADE LINK BANK, é um Banco americano, ou faço um pagamento direto para essa conta, ou peço para o cliente, que está sendo financiado, que no vencimento da operação ele peça ao importador, lá fora, que credite diretamente essa conta. Isso tudo passa pela contabilidade do Banco, tudo isso é controlado pelo BANCO CENTRAL, é feito uma conciliação dessas contas. No encerramento dos balanços semestrais, a empresa de auditoria, que faz nossa auditoria, também faz a confirmação desses saldos e dessas movimentações. Essa é uma operação plenamente--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): As únicas operações que V.Sa. recorda, são sempre operações de importação e exportação?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: E eles também nos concedem, linhas de financiamento, que é o que nós chamamos de linhas clean, ou seja, linhas que não necessariamente tem laço de comércio exterior. São operações comuns no mercado internacional.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, enquanto sede em Belo Horizonte, ele administra de alguma forma, recursos de brasileiros que apliquem em algumas dessas instituições do BANCO RURAL, externamente?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não. Na realidade, como eu disse para o senhor inicialmente, nós temos subsidiárias, que são controladas pelo BANCO RURAL, porém, essas subsidiárias têm vida própria, cada local você tem um gerente que é a pessoa responsável, e essa unidade está subordinada ao BANCO CENTRAL local. E no final do mês, a contabilidade, ela é consolidada na contabilidade do BANCO RURAL. Por lei, hoje nós abrimos todas as operações ativas, ou seja, aquelas operações que representem risco de crédito, elas são abertas ao BANCO CENTRAL do Brasil, por acordo feito com aqueles países. A parte passiva está protegida por sigilo bancário. Agora,

toda essa gestão é feita de forma centralizada nessas unidades, estando hoje sob a responsabilidade dessa pessoa em Portugal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Vocês têm as duas empresas que tem autonomia, mas elas têm as relações comerciais, relações financeiras. Como é que são estabelecidas essas relações, que tipo de negociações são estabelecidas, que V.Sa., excluindo importadores e exportadores, pode nos informar em relação a aplicações de recursos, enfim, que intermediação, que transações são operadas a partir do BANCO RURAL, com esses outros braços no Uruguai, nas Bahamas, em Portugal?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, esses braços hoje, cada um deles, como eu disse de início, tem uma finalidade. Então, nós temos o BANCO RURAL EUROPA, que tem a finalidade de comércio exterior, porém, ele tem também sua carteira de clientes, como também temos a IFE BANCO RURAL URUGUAI, e temos a unidade de Nassau. Então, na realidade, essas unidades têm sua carteira de clientes, essa carteira, quando é uma carteira de depositantes por legislação desses países, ela não é enviada ao Brasil, então, nós não temos acesso no Brasil, é proibido por lei nesses países, porém, temos sim, acesso à parte ativa dessas unidades, ou seja, hoje qualquer unidade nossa, que vá fazer uma operação de crédito, que envolva risco de crédito, ela se submete previamente a um limite definido em Belo Horizonte, no BANCO RURAL Brasil. Então, obviamente que cada uma dessas unidades, elas têm um balanço próprio, têm uma auditoria própria, que é exatamente a mesma auditoria do Brasil, então, nós tivemos a opção de colocar a DELOITTE TOUCHE, que é uma das grandes, das quatro maiores do mundo, como auditora do BANCO RURAL Brasil e também auditora dessas unidades externas. Agora, volto a repetir, essas unidades, sob o ponto de vista formal e jurídico, são unidades independentes, que obviamente, elas se sujeitam a uma política maior, que é a política estratégica do sistema financeiro rural, por fazerem parte. Agora, o dia-a-dia delas é tocado por essas pessoas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): As pessoas, de as empresas relacionadas a Marcos Valério, alguma vez através do BANCO RURAL, fizeram alguma remessa ao exterior?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa., tem conhecimento de que se essas pessoas, Marcos Valério, as empresas todas do entorno DNA, SMP&B, GRAFITE, a MULTI ACTION, essas empresas de alguma forma, têm recur-

sos aplicados nessas empresas do BANCO RURAL, no exterior?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não tem, ou V.Sa. não conhece?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não tenho acesso a essas informações. Como eu disse para o senhor, por legislação, é proibido que essas unidades remetam lista de correntistas para o Brasil. Eu sei afirmar para o senhor, que esse senhor Marcos Valério, fez formalmente um pedido através do BANCO RURAL Brasil, encaminhado a estas unidades, solicitando a confirmação, se ele tinha contas ou não, lá. Confesso para o senhor, que eu não vi essas respostas, se elas foram mandadas diretamente para ele ou para terceiros. Então, não saberia dizer, mas eu sei que houve essa solicitação por parte do senhor Marcos Valério, encaminhada através do BANCO RURAL, a estas subsidiárias, ou seja, IFE BANCO RURAL, RURAL INTERNACIONAL BANK E BANCO RURAL EUROPA. Não sei qual foi a resposta, não sei que uso ele fez dessas respostas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E V.Sa., quando se manifestou inicialmente, fez questão de preservar o nome do BANCO RURAL, como uma instituição que, enfim, se orgulha de sua tradição e de sua história. Mas, como Diretor internacional, V.Sa., vem aqui sabendo de todo o histórico de sete meses, que nós estamos investigando o Marcos Valério, as empresas do Marcos Valério, as remessas para o exterior, a relação do BANCO RURAL, com todos esses braços e off-shores, que tem, e o senhor é Diretor internacional, e não sabe se eles em nada têm, se alguma das contas vinculadas a instituições do BANCO RURAL, se alguma coisa, eles têm no exterior. Essas informações, sequer passaram por sua mão?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Desculpa, só fazendo uma ressalva, desde abril de 2004, eu não mais respondo pela área internacional do Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tudo bem, mas, de 2000 até 2004, o senhor era Diretor internacional?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Relator, não fazia parte das minhas funções diariamente, saber quem são os correntistas--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não é questão diariamente, nós estamos falando de uma coisa nacional, que envolve o BANCO RURAL e se não tiver uma explicação boa, quem vai perder a credibilidade é o BANCO RURAL, exatamente por aparentar, que não quer mostrar os

fatos, como eles estão sendo evidenciados por outros caminhos.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Entendo eu, senhor Relator, que antes de qualquer coisa, nós temos também que respeitar uma legislação, que não é brasileira. É uma legislação de outros países, onde nós temos unidades, que estão subordinadas a estes países. Eu creio, que o senhor não gostaria que eu cometesse um crime, ao fazer qualquer tipo de revelação, que eu não estivesse autorizado a fazê-lo. O que eu posso dizer ao senhor, que o senhor Marcos Valério encaminhou através do BANCO RURAL, solicitação a essas unidades para confirmar se ele tinha ou não contas lá. Correto? E creio eu, que essas respostas já vieram, não sei, se foram encaminhadas para os senhores ou não. Com certeza, se já vieram, elas são espelho da verdade. Tenham estes senhores ou não contas, lá.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa., há de convir, bom, em primeiro, que nós quebramos o sigilo, talvez, V.Sa. não pudesse revelar numa audiência pública, mas, o mínimo que nós esperamos, é que haja uma certa colaboração nessa investigação, porque--

[Soa a campanha]

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): --Sabidamente, o BANCO RURAL, tem esse histórico todo e que vem se acentuando, desde a época do Collor, depois BANESTADO e agora novamente. Nós não queremos, de forma nenhuma, macular uma instituição. Nós temos procurado conduzir, aqui está o Presidente, que também nesse sentido tem-se pautado, de forma a entendermos, que nós estamos trabalhando com instituições financeiras e que qualquer deslize pode comprometer a sua sobrevivência, enfim, o seu prosseguimento nas suas atividades. Mas, é um histórico, em tudo que nós lemos em relação ao BANCO RURAL, e as suas transações, a própria Kátia Rabelo disse, que 30% dos seus recursos, dos recursos do BANCO RURAL, estão no exterior--

[Soa a campanha]

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): --Os 30% dos recursos, que estão no exterior e V.Sa., era o Diretor, V.Sa. era praticamente Diretor, pelo menos neste assunto de 30%, do que é do BANCO RURAL. E nós, estamos investigando certas situações, certos fatos que evidenciam já documentalmente, já documentalmente. Evidente, nós também temos limites no questionamento, enquanto dados de sigilos. Mas, que mostram que o BANCO RURAL, realmente servia de intermediário nessas remessas, estilo BANCO URUGUAI. Foram milhões e milhões de reais, que foram remetidos a esse braço do

BANCO RURAL, do Uruguai. Mesmo agora, se repete em relação às contas da TRADE LINK BANK. E nós, só estamos investigando e nós queremos nos conter nisso. Há uma pressão, a que nós partamos para o prosseguimento da CPI, do BANESTADO. Nós não queremos isso, não que nós não queiramos enquanto investigadores, nós não queremos porque nós temos uma incumbência, se necessário que o Parlamento decida e opere o prosseguimento. Mas, nós temos uma cronologia e uma obrigação social, pública, política, que ela deve ser cumprida em dois meses. E só estamos atrás de informações relacionadas ao complexo Marcos Valério e ao complexo Duda Mendonça. Ambos têm recursos no exterior. E ambos se valeram em algum momento do BANCO RURAL. O que V.Sa., tem a dizer sobre isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Primeiramente, ilustre Deputado, eu gostaria de dizer, que estou à disposição dos senhores para facilitar todo o acesso a essas informações necessárias no exterior, obviamente, que não me cabe, legalmente, simplesmente chegar e mostrar para os senhores isso, porque eu estaria realmente cometendo um crime. Nós poderíamos estar nos colocando à disposição.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Nós temos o sigilo quebrado de ambos, numa sessão secreta, V.Sa. estaria disposto a nos esclarecer?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Perdão. O senhor está falando dessas unidades externas?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Todas as empresas do Marcos Valério.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Porque na realidade--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): E das empresas de Duda Mendonça.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não sou causídico, mas na realidade, esses Bancos, lá forma se submetem a uma legislação diferente. São países diferentes, com leis diferentes. O que nós poderíamos ajudar é encaminhando essa solicitações diretamente a esses Bancos centrais, que nós sabemos que às vezes uma solicitação, se ela tem todo o trâmite normal de Itamarati e outros órgãos, ela demora. O que nós poderíamos estar colaborando, é no sentido de que fosse feita essa solicitação, desta quebra de empresas específicas e nós encaminharíamos isso aí, diretamente às autoridades competentes. Eu acho, que é o que nós poderíamos estar ajudando aos senhores.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Dessas empresas, eu volto a ques-

tionar, dessas empresas, o BANCO RURAL nunca serviu de intermediário para remessa ou transações de filiais, ou essas empresas do BANCO RURAL, para as contas do Marcos Valério, do complexo das empresas dele e do Duda Mendonça?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): V.Sa., afirma não, eu volto a insistir--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Em relação a BANCO RURAL, em relação a BANCO RURAL, jamais o BANCO RURAL fez qualquer--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): V.Sa. quer dizer, que em relação ao BANCO RURAL externo, V.Sa. não tem informação nenhuma?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não detenho essa informação diretamente, o senhor pode até, como o senhor disse, causar estranheza. Mas na realidade, senhor Deputado, nos últimos oito meses, a minha grande preocupação, tem sido em salvar o emprego de 1200 funcionários. Eu não tenho tido realmente, nós temos outras equipes, a Dra. Aiana, outras pessoas em Belo Horizonte, que estão integralmente cuidando desse assunto. Nós tínhamos que dividir as tarefas e a minha tarefa foi conduzir o Banco, para o outro lado e felizmente a gente está conseguindo fazer isso. Então, realmente, essa informação não faz parte do meu dia-a-dia, mas me disponho a colaborar em todos os sentidos para que os senhores tenham acesso a essas informações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, tem alguma ligação, com a empresa CORRETORA BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Vocês tinham transações com a BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): A despeito da situação diferenciada em que Toninho Barcelona se encontra, ele disse no depoimento que quando alguém precisava remeter recursos para o exterior, ele entrava em contato com o Diretor do BANCO RURAL, que a essa altura, talvez fosse V.Sa., porque era o Diretor internacional, que daí ligava, o Diretor ligava para o doleiro Dário Messer em Montevidéu, onde, aliás, salvo engano, está preso, e recebia crédito no Panamá, do TRADE LINK BANK. E pagava no Brasil, através do BANCO RURAL em conjunto com a BÔNUS BANVAL. Tem alguma coisa nesse sentido?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não é verdadeira essa informação, não conheço esse senhor, Toninho Barcelona.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL nunca operou, nunca fez esse eixo Uruguai, BANCO DO URUGUAI, BANCO RURAL DO URUGUAI, com a BÔNUS BANVAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, todas as operações realizadas, sejam elas através da antiga CC5, sejam elas através de fechamento de câmbio, todas elas foram rigorosamente registradas no BANCO CENTRAL, e observado todos os requisitos legais para serem feitos. Na realidade, o que se discute, senhor Relator, é sempre a questão da origem do recurso. Qualquer cidadão brasileiro pode fazer remessa de recurso para o exterior, desde que ele tenha origem. E o BANCO RURAL, jamais deixou se usar por alguém, que estivesse fazendo alguma operação ilícita.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. é objeto de um Processo Criminal?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Não é exatamente por isso, que V.Sa. está dizendo que nunca operou de forma ilícita?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Esse Processo Penal, senhor Relator, é um processo na 4ª Vara Federal em Belo Horizonte, ele surgiu no mês de julho, coincidentemente, durante todo aquele afã da mídia, em relação a BANCO RURAL. Na realidade, ele é oriundo de um ex-funcionário do BANCO RURAL, que se tornou doleiro, depois que saiu do BANCO RURAL, cometendo vários crimes e já condenado em vários processos, ele fez um acordo de delação premiada com o Ministério Público, onde ele resolveu envolver o BANCO RURAL e pessoas, executivos do BANCO RURAL. Já prestamos todos os esclarecimentos e depoimentos na via judicial e temos plena convicção de que seremos absolvidos, pois não cometemos nenhum crime. Eu gostaria de pedir licença para me ater a isso, porque é um processo que corre em segredo de justiça e eu não poderia estar acrescentando mais dados em relação a ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, eu queria acrescentar apenas, que esse histórico, na verdade, não é só em virtude da delação premiada. É uma decorrência da investigação, toda da CPI do BANESTADO e depois a investigação que o Ministério Público, vem fazendo.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, tá, estes são processos que vem desde o ano de 1998, inclusive, prescreveriam porque não havia qual-

quer fundamento ou prova contra o BANCO RURAL ou seus dirigentes.

>> Senhor Relator.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Claramente, em função desse acordo de delação premiada--

[Soa a campainha]

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ocorreu essa denúncia. É muito claro para nós, ele resolveu, e ele, inclusive, é parte neste processo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem é a pessoa da delação premiada?

>> Como é o nome desse ex-funcionário?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Relator, essa pessoa se chama Odilon Cândido Bacelar.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em Miami, o BANCO RURAL não tem nada?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, nós tínhamos, até recentemente, não do BANCO RURAL, mas um escritório pertencente a holding do BANCO RURAL, que é a TRAPÉZIO, chamava-se RURAL INTERNACIONAL, ela também, com esse processo de racionalização de custo e redução de rede, ela foi fechada há cerca de 120 dias. Mas não é instituição financeira. É uma simples representação, uma pessoa jurídica que pertence à controladora do BANCO RURAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Esse escritório de Miami, nunca operou recursos de brasileiros em contas lá em Miami, ainda que em algum outro Banco?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, na realidade, o objeto desse escritório fazer a representação, auxiliar clientes do BANCO RURAL, que tenham negócio nos Estados Unidos. Nós tínhamos, até então, uma equipe que era especializada, por exemplo, em abrir novos compradores para mercadorias brasileiras. Era um escritório, por exemplo, que auxiliava brasileiros que iam para lá, clientes do Banco, a, inclusive, fazer compra de remédios, a ir num hospital, a fazer uma cirurgia. Era muito mais uma base de apoio, que não se justifica mais a partir da redução do tamanho do BANCO RURAL.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, alguma vez operou com a GARANHUNS, a CORRETORA GARANHUNS?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. conhece, há uma entrevista dada ao JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, em que dá um percurso todo, V.Sa. teve acesso a esse--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, não levou até V.Sa. uma informação de uma, em que--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O senhor está falando de qual jornal, senhor?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR):-- CORREIO BRAZILIENSE.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não sei, exatamente, porque o senhor há de...O senhor me desculpa, mas nos últimos 90, 120 dias, chegou dias em que nós tivemos 300 inferências, ao nome BANCO RURAL. Então, era humanamente impossível ler todo o material.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Todo o percurso dos recursos, dos doleiros, laranjas e entra, o BANCO RURAL através do TRADE LINK BANK, os números das contas.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu posso afirmar para o senhor--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. é o Vice-Presidente do Banco.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Posso afirmar para o senhor, que não é verdade essas ilações feitas pelo senhor Toninho Barcelona, isso daí, foi público e notório, inclusive, nos vários jornais. Foi quando nós tomamos conhecimento. Esse material específico do CORREIO BRAZILIENSE não, apesar de ser um jornal dos diários associados, a gente não tem acesso a ele, em Belo Horizonte.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, tem alguma coisa, alguma relação societária com esse SFORD TRADING, SFORD TRADING?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Jamais ouvi esse nome. Não tenho, não faço idéia do que seja.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nem fez remessas de recursos, através da TRADE LINK BANK, para SFORD TRADING?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Relator. É importante deixar muito claro, que a única relação que o BANCO RURAL, tem com o TRADE LINK BANK é uma relação de Bancos correspondentes, não é o principal Banco correspondente. Nós temos mais de 180 Bancos correspondentes, hoje, ou que temos contas ou que temos relações de negócio. Então, o TRADE LINK BANK, ele não é um dos mais importantes Bancos, com certeza.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. diria, que o BANCO RURAL teria operado em que nível de recursos, junto ao TRADE LINK BANK, para classificá-lo nesse ranking?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Esse ranking, eu faço a classificação pelo volume de linhas concedidas, na época, que eu controlava toda à parte de captação de recursos internacionais, jamais tivemos mais do que 15 e 20 milhões de dólares. Chegamos a ter Bancos internacionais, que nos concederam 50, 60 milhões de dólares de linha. Então, realmente, ele não era um dos banqueiros mais importantes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, nunca foi procurado, volto a insistir, pelo complexo Marcos Valério ou Duda Mendonça, para remessa de recursos para o exterior?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. já ouviu falar em Dário Meser?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Enquanto, eu vou procurando alguma coisa ainda, sobre a área internacional, V.Sa. fez referência à entrevista do Godinho. V.Sa. sabe que ele afirmou, V.Sa. disse, que ele veio aqui e disse que não tinha provas, porque as provas que ele dispunha era exatamente, que era a primeira oportunidade em que ele fez, se consumiu com aquela comunicação dele e pediu, que a partir dali fizesse verbalmente, claro que ele não tem provas. Mas ele fez a afirmação, de que estranhamente àqueles empréstimos concedidos tinham um tratamento absolutamente diferenciado, uma evidência de que não eram valores para serem cobrados. Ele comunicou este fato, ele disse que comunicou esse fato a V.Sa.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Relator, cabe aqui um esclarecimento, inclusive, eu vou usufruir um depoimento dado pelo senhor Godinho, ao Ministério Público Federal no dia 19 de dezembro de, perdão, só confirmando a data aqui, por favor. Primeira folha. Dia 02 de dezembro de 2005. Então, antes de vir aqui. Onde lhe era perguntado, qual a função dele no BANCO RURAL? Faço aqui a leitura da declaração dele, perante o Ministério Público. Que a função de compliance é a de manter a conformidade dos procedimentos do Banco, com a Legislação e normativos externos e internos. O que é, que quer dizer isso? Uma norma do BANCO CENTRAL que é editada, obviamente que a partir dessa norma é emanado uma norma interna a ser seguida. Cabe ao compliance, em primeiro, verificar a compatibilidade dessa norma interna, com essa norma externa. E se os procedimentos adotados estão em conformidade com essa norma. Esta era a função exclusiva do senhor Godinho. Não cabia a ele fazer análise de crédito, não cabia a ele fazer acompanhamen-

to de crédito, até porque, existem nos Bancos, áreas responsáveis por isso. Existe, no Banco uma área de crédito que é a área onde faz todo o controle da operação de crédito, e a área que faz a administração do controle disso, chama-se área de controles internos. Onde está presente nessa área, a área de inspetoria e a área que faz o controle interno. Então, são estas áreas que fazem esse tipo de controle. O senhor Godinho, ele não fazia parte destas áreas, jamais fez parte dessas áreas. As tarefas dele se restringiam a fazer com que houvesse conformidade de procedimentos. Daí, nós podemos com tranquilidade dizer, que várias das afirmativas que o senhor Godinho fez, são inverídicas e mentirosas. Inclusive, ele não apresentou prova de nenhuma delas. Então, ele, quando veio aqui, senhor, ele estava, não sei por que razão, porque momento ele decidiu fazer isso, não é, uma pessoa que trabalhou ao longo de 20 anos na casa, uma pessoa que nós tínhamos a maior consideração, que aderiu a um processo de demissão voluntária, não só ele, mas vários outros profissionais. E que, de repente, aparece dando uma entrevista a uma revista. Não sei, por que razão, e falando essa série de inverdades. Então, não fazia parte das funções do senhor Godinho, estas alegações feitas por ele.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mas, se a ele competia à fiscalização, do cumprimento das regras relacionadas ao sistema financeiro, tanto é, que depois o BANCO CENTRAL, veio a re-classificar esses empréstimos segundo o seu risco, a partir do que V.Sa. entende, que não caberia a ele essa fiscalização? É inerente a compliance exatamente isso, ele perceber que as regras do BANCO CENTRAL, enquanto identificação de riscos, não estava, não estavam sendo cumpridas, não estavam sendo evidenciadas, ao próprio BANCO CENTRAL, que fiscaliza isso.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Desculpa, senhor Deputado, mas na realidade, há uma ligeira confusão entre o papel do compliance e o papel de controles internos. São duas funções distintas criadas pelo BANCO CENTRAL, através de uma resolução do Conselho Monetário Nacional e o papel do compliance, é fazer com que a norma que foi estabelecida, seja colocada ao nível da instituição daquela forma--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O relacionamento do Banco, com o BANCO CENTRAL, é feito por outros também setores do BANCO RURAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Por vários outros setores, inclusive, o senhor Godinho, ele estava subordinado a um Diretor que cuidava de compliance e controles internos. Então, o papel do senhor Godinho,

quando ele chega aqui e fala, dessa pretensa anormalidade e caberia aqui, senhor Relator, inclusive, fazer uma, um esclarecimento. Eu acho, que em nenhum momento isso, apesar de termos enviados todos os documentos, talvez pelo excesso de documentos e informação, não tinha, não tenha havido tempo de fazer-se isso. Como eu disse na abertura, até novembro de 2004, no escopo de operações que nós tínhamos no BANCO RURAL, ou seja, num volume de cinco bilhões de reais, uma operação de 19 milhões era uma operação normal. Por quê? Porque nós operávamos em volumes até cinquenta, sessenta milhões de reais. No momento, em que nós tivemos que reduzir as operações de crédito, ou seja, solicitar aos clientes que pagassem as suas obrigações, porque normalmente quando você dá um capital de giro para o cliente, ele paga a obrigação e reforma aquela operação, porque ele precisa de dinheiro para continuar girando a atividade dele. Ou às vezes, ele está crescendo e precisa até de mais dinheiro. Então, quando você, além de não cobrar juros, aumenta o volume, isso pode acontecer, porque aquele cliente tem capacidade e está crescendo. Então, no momento que tivemos de solicitar a esses clientes, que fizessem os pagamentos e priorizá-los os grandes clientes, aqueles que tinham volume maior. Por quê? Nós tínhamos uma carteira de cerca de onze mil clientes, tomadores de crédito e para nós era muito importante manter o máximo possível de clientes. Então, nós priorizamos os grandes clientes. E foi nesse momento, que ficou patente a incapacidade das empresas do senhor Marcos Valério, em honrar seus compromissos. Se os senhores verificarem, verão, que por determinação minha essas operações ficaram vencidas por quase 60 dias, inclusive, foram re-classificadas. Elas estavam no Rating A, e foram para o Rating C. Isso quer dizer, que nós tivemos que já naquele momento, fazer uma provisão.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso após a CPMI?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, essa provisão ocorreu exatamente no mês de janeiro. Eu só...Deixa-me achar esta operação aqui, só para o senhor ter idéia. Essa operação nasceu em maio de 2003, como Rating A. Só para esclarecer, o Rating, ele é dado pela somatória de situação econômica financeira da empresa, experiência com a empresa, grupo controlador, ramo de atividade e garantia. Isso é automático, é o computador que dá esse Rating, não há a presença de nenhuma pessoa mexendo no Rating, é o sistema que dá isso. Então, essa operação, ela foi classificada em maio de 2003, como A. No vencimento dela em 2004, mais precisamente em janeiro, quando nós solicitamos ao senhor Marcos Valério, que reduzis-

se a sua exposição com o Banco, que não fazia mais parte da nossa política. Grande concentração de cliente foi o momento em que ele declarou, que não tinha capacidade de pagar, porque aquelas operações não seriam dele. Causou-me estranheza, no momento em que ele fez essa afirmação--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Ele fez isso a V.Sa.?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Isso aí, em janeiro de 2005, quando eu fui cobrar dele as operações.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em 2004?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Em 2004.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Perdão, eu estou, na realidade, essa operação, ela, quando eu tratei com o senhor Marcos Valério, tá, a primeira vez que eu tive contato com o senhor Marcos Valério, negocialmente, ocorreu em janeiro de 2005, foi quando venceu esta operação. Eu não estou com todas as datas aqui, de forma bem clara, mas os senhores poderão observar, na realidade, essa operação, ela teria vencido em janeiro. E qual que é o critério do BANCO CENTRAL?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): De 2005?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: De 2005. Ela teve, como eu disse para o senhor, até 2004, uma operação de 19 milhões dentro de uma carteira de 05 bilhões, era uma operação comum, correto? No momento em que nós pedimos a esses clientes, que tinham volumes maiores, que reduzissem o seu, a sua posição conosco ou liquidassem, apareceu o problema das empresas do senhor Marcos Valério. E ele disse, que não tinha condições de pagar as operações. E alegando ainda, que estas operações, pretensamente teriam sido feitas para o Partido dos Trabalhadores.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essa primeira afirmação, foi feita em 2005.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: A mim, José Roberto Salgado, em janeiro de 2005. E primeira coisa, eu disse para ele que tinha uma operação no BANCO RURAL, com a SMP&B e com a GRAFITE, e eu desconhecia qualquer outra operação. Naquele momento, senhor Relator, eu tive a preocupação, já que haviam sido feitas aquelas afirmações, de saber para onde que aquele dinheiro tinha ido. Porque, se ele afirmava que aquele dinheiro tinha ido para o Partido dos Trabalhadores, obviamente, que deveria constar transferências para o Partido dos Trabalhadores. E quando a gente pega estas operações, a primeira operação,

que foi em maio de 2003, de dezoito milhões e novecentos e vinte e nove, de um total de dezoito milhões e novecentos e vinte e nove, nove milhões e setecentos e sessenta e quatro, mais cinco milhões, foi para um único Banco. E mais, setecentos e oitenta e três mil, foram para outro Banco. Ou seja, cerca de dezesseis milhões, daquele recurso tomado, foram repassados para outros Bancos, através de TEDs. Quando nós pegamos a operação da GRAFITE, também a operação da GRAFITE de nove milhões e novecentos e setenta e cinco, no dia 12 de setembro de 2003, foi repassado um milhão para um Banco, cem mil reais para outro Banco, três milhões para outro Banco, e três milhões para outro primeiro Banco. Ou seja, quatro milhões para um Banco, três milhões para outro e cem para outro. Ou seja, para mim, jamais eu poderia ter a convicção de afirmar, que esses recursos foram para o Partido dos Trabalhadores. Se o foi, o foi através de outros Bancos. Não através do BANCO RURAL. Esses recursos saíram do meu caixa, os senhores poderão verificar pela minha posição de caixa, do dia que eu perdi caixa na saída dessas operações e elas foram transferidas para outros Bancos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Conta de quem?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. reconhece que ele transferia para outro?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator, ele disse que transferia para outro Banco, conta de quem?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Poderia eu, abrir os nomes? Não estaria ferindo nenhuma...Ok.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Nós temos a quebra de sigilo das empresas, todas do Marcos Valério.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ok. Nove milhões e setecentos e sessenta e quatro da SMP&B, transferida para a agência, para o BANCO DO BRASIL, agência 3032, 783 mil reais transferido para o BMG, agência 001, os outros cinco milhões, transferidos para o BANCO DO BRASIL, agência 3032. Então, essas são as operações da SMP&B. Nove milhões e novecentos e setenta e cinco da GRAFITE. Um milhão, agência 3608, BANCO DO BRASIL. 100 mil, BANCO DE BOSTON, agência 016. Três milhões, BRADESCO, agência 3437, três milhões, BANCO DO BRASIL, agência 3608. Quando se olha à movimentação, esses recursos foram e ficaram. Na realidade, houve entradas posteriores, mas que entendemos nós, que não havia nenhum vínculo com essas operações--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Essas transferências, eram para o próprio sistema DNA?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Pelo SMP&B.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Marcos Valério.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O que eu quero dizer para o senhor, que se em algum momento essas operações, e essa foi a minha grande luta e briga com o senhor Marcos Valério, dizendo, em primeiro, eu não tinha compromisso enquanto Executivo do Banco, com qualquer Partido políticos ou pessoas, eu tinha com a instituição e com a manutenção do emprego e do resultado do meu acionista. E segundo, que ele havia tomado esse recurso, ele havia sacado esse recurso do Banco e, portanto, deveria pagar. Então, senhor Relator, essas operações, elas ficaram vencidas a cerca de 60 dias, por isso, o Rating dela caiu de A, para C, e isso implica em provisão de 3% da operação e a nossa intenção era mantê-la vencida, até que fossem feitos os ajustes necessários para a operação ser paga. Ele me procurou e disse, que o fato, de nós termos colocado à empresa dele em Rating C, por atraso, estava criando problemas, inclusive, na obtenção de novos contratos de publicidade. Quando então, nós ajustamos com o senhor Marcos Valério, que faríamos uma última prorrogação, então, isso ocorreu em março, vencendo em junho, quando em junho o senhor Marcos Valério se comprometeu a pagar os juros da operação e além do mais, até então, aquelas operações, elas tinham somente o domicílio bancário do BANCO DO BRASIL, eu acho que os senhores tiveram acesso, já na primeira operação, a uma carta da DNA encaminhada ao BANCO DO BRASIL, recepcionada por alguém do BANCO DO BRASIL dizendo, que o domicílio daqueles recursos deveriam passar pelo BANCO RURAL. Então, naquele momento da renegociação desses débitos com o senhor Marcos Valério, em março de 2005, ficou definido que além de pagar os juros em junho de 2005, o senhor Marcos Valério obteria do BANCO DO BRASIL, a supressão da cláusula que proibia a vinculação daquele contrato à operação de crédito. Portanto, nós estaríamos, nesse caso, reforçando o fluxo de pagamento, a partir de então. Infelizmente, veio à crise e aí, obviamente, que todos esses contratos foram denunciados, e nós não tivemos mais caminho para receber aquele recurso e tivemos que optar pela via judicial. Então, a afirmação do senhor Godinho, dizendo que essas operações foram feitas para não serem liquidadas e que o Rating sempre foi AA, jamais foi AA, foi C, e se tivéssemos deixado vencidas, exatamente, no mês de junho, elas seriam H. Então, inclusive, fomos chamados

pelo BANCO CENTRAL, para justificar por que aquelas operações que estavam em C, tinham voltado para A, e foi exatamente essa justificativa, de que havia o compromisso de que em junho nós iríamos receber juros e iríamos melhorar a qualidade das garantias. Infelizmente, isso não ocorreu e o BANCO CENTRAL fez o papel dele, que foi mandar lançarmos em H, que, efetivamente, a partir da crise, essa empresa já não tinha mais condições de nos pagar.

>> Senhor Relator, senhor Relator, uma informação. É que eu não sei se o depoente chegou a informar, esse dinheiro que foi transferido do BANCO RURAL para outros Bancos, conforme disse esses valores, eles foram para as contas do Marcos Valério, é isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não tenho aqui esse dado, eu poderia estar verificando, só um minutinho, por favor, deixa eu, nove milhões e setecentos e setenta e quatro, Excelência, que foram para o BANCO DO BRASIL, o emitente foi SMP&B, para favorecido DNA PROPAGANDA. Então, creio eu, pelas anotações que eu tenho, esses nove milhões, foram para a conta da DNA no BANCO DO BRASIL. Os setecentos e oitenta e três mil, que foram para o BMG, eles foram para a conta da SMP&B. Os outros cinco milhões, que foram para o BANCO DO BRASIL, foram para a conta da SMP&B. No caso da GRAFITE, um milhão, que foi transferido para o Banco, 453 é o, não, desculpe. É o Banco número um, que é o BANCO DO BRASIL. Favorecido SMP&B, depois cem mil da GRAFITE, foi para uma conta de uma senhora, Maria Consuelo Caballero Rodrigues, está aqui Rodre, no Banco 479, BANCO DE BOSTON. Três milhões, que foram para a conta da SMP&B no Banco 237, que é o BRADESCO. Mais três milhões, que foram para a conta da SMP&B junto ao BANCO DO BRASIL. É isso, senhor?

>> Obrigado.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): É que na verdade, quando V.Sa. concluiu que esses recursos dos empréstimos, podem não ter sido utilizados, segundo a destinação que Marcos Valério referencia, em virtude dessas transferências, é que ele realimenta e é exatamente isso aí, que ele faz todo um percurso de uma empresa dele, para outra dele, para daí retornar, que é para que eventualmente, numa eventual investigação não se identificasse essa ligação. É claro, que para o Banco isso é irrelevante, agora, vê só, o empréstimo foi feito em 2003, e V.Sa. disse que em 2005, é que chegou a conclusão que não poderia mais renovar, que não havia garantias, enfim, que conversou com Marcos Valério. O que causa espécie, é que ele não tinha somente esses empréstimos, ele tinha outros e os outros, ele religiosamente ia liquidando. Apenas, os que agora no final, ele iden-

tificou como sendo direcionados ao PT e confessados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, esses é, que o Banco realmente foi, pelo menos não evidenciou intenção de cobrar. Porque são, quando são empréstimos que foram renovados repetidamente, diferentemente dos outros contraídos pelo complexo Marcos Valério. É claro, que eles dispunham de movimento financeiro expressivo. Mas exatamente, em relação a esses contratos, o BANCO RURAL, não demonstrou e daí, o porquê, de certo modo, da credibilidade que transmite a informação do Godinho. De que não eram valores para serem cobrados, a não ser quando finalmente se percebeu que investigação haveria.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Relator, essas operações quando foram realizadas, não era eu, o responsável pela área operacional. Eu não poderia dizer em que contexto foram feitas, porém, quando nós analisamos a capacidade econômica financeira dessas empresas, naquela época, eram empresas que estavam em franco crescimento, agregando muitos novos contratos e a gente pode ver isso pela própria movimentação financeira delas, créditos vindo de empresas multinacionais, de empresas estatais. Então, é uma empresa que naquele contexto, possivelmente, coubesse esse crédito, é muito difícil à gente apitar jogo por vídeo-tape, porque depois que passou, é fácil à gente fazer algum juízo de valor. Mas naquela época, se analisarmos, no contexto daquele momento, as empresas do senhor Marcos Valério, tinham capacidade de buscar crédito no mercado. Às vezes, tem-se colocado, o próprio senhor Godinho colocou, que é muito fácil jogar a culpa em pessoas, que já não estão aqui para se defender. Primeira coisa, que eu gostaria de dizer é pela minha relação pessoal com o Dr. José Augusto Dumont, uma relação durante 10 anos de aprendizado, de amizade íntima. Eu tenho convicção e certeza, que hoje ele teria o prazer de estar aqui esclarecendo para os senhores e colocando a justificativa dele, que ele julgavam que eram consistentes para aquelas operações. Mais ainda, quando nós pegamos à operação do Partido dos Trabalhadores, a gente vê escrita pelo próprio punho do Dr. José Augusto, tá, nós não estamos aqui fazendo acusações ou colocando provas em ninguém, pelo próprio punho do Dr. José Augusto, no parecer da operação do Partido dos Trabalhadores, onde ele dizia: Considerando as garantias, só agora formalizadas e disponibilizadas, concordo com a renovação por mais 90 dias. Ou seja--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Que data isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Isso aqui é 12 de agosto de 2003, pelo próprio punho do Dr. José Augusto. Na realidade, senhor Relator, naquela época,

o Dr. José Augusto era o principal Executivo do Banco, e tinha autonomia para fazer essas operações e tenho convicção, pelo que eu o conhecia, que ele fez essas operações com a convicção de que ele iria receber. O Dr. José Augusto, não era pessoa que gostava de perder dinheiro, tanto é, que ele pegou um Banco que tinha 04 milhões de reais de patrimônio e quando ele faleceu esse Banco tinha 600 milhões.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O Dr. José Augusto, tinha amizade com algumas das autoridades nacionais?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu sei da amizade do Dr. José Augusto, com o Marcos Valério. Nunca tive assim oportunidade de estar com ele, onde estivessem presentes mais autoridades. Agora, para mim é um fato que se confirmou, quando do enterro do Dr. José Augusto onde estavam ali presentes várias autoridades, fossem elas estaduais como federais. Isso demonstrou claramente, que ele tinha um círculo de amizade muito grande, inclusive, com políticos.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. antes de janeiro de 2005, nunca soube da aproximação, das negociações conjuntas de Marcos Valério com Delúbio Soares?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, eu sabia da relação do Dr. José Augusto, é importante frisar isso, com o senhor Marcos Valério. Eu, a primeira vez que eu vi o senhor Delúbio e creio que última, foi por ocasião do enterro do Dr. José Augusto. Eu não tinha relacionamento nenhum com o senhor Marcos Valério, ele não era uma pessoa que fazia parte do meu relacionamento. Fosse profissional, fosse pessoal.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): E V.Sa. acha que Marcos Valério estaria servindo como intermediário, como facilitador. Essa é a expressão, aliás, da própria Presidente do seu Banco em relação ao Governo, que tipo de encontros, ou de José Dumont, ou eventualmente de V.Sa., V.Sa. alguma vez teve encontro com Marcos Valério, com alguém da República em um hotel em Belo Horizonte?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Alguma vez, V.Sa. percebeu que Marcos Valério estava sendo usado, como alguém que tivesse amizades importantes e que por isso, poderia ser útil ao BANCO RURAL em algumas das suas intenções de avanço no sistema financeiro, enfim, algum empreendimento que pretendesse?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor. Cabe esclarecer, senhor Relator, que até o falecimento do Dr. José Augusto, eu cuidava especificamente da área de câmbio e da área internacional. A área

comercial, o dia-a-dia da área comercial, não fazia parte das minhas atividades profissionais. E esses relacionamentos, eu posso depreender pelo depoimento da Dr.a Kátia e tudo, eles ocorriam ao nível da cúpula. Ou seja, nós não participávamos desse tipo de relacionamento.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem era a cúpula, então, nessa oportunidade?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Estamos falando do nosso Vice-Presidente, que era o principal Executivo do Banco. E também da Presidente do Banco. Na realidade, a gente fazia parte do corpo diretivo como Diretores estatutários, mas cada um tem uma função dentro da instituição. Não fazia parte das minhas funções, ter qualquer tipo de relacionamento--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Antes do falecimento de Dumont, a Presidente atuava dentro, como parte da cúpula?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, a atuação da Dr.a Kátia, ela efetivamente começa com o falecimento do Dr. José Augusto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Então, portanto, quem era a cúpula antes dela?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu diria para o senhor, que muito centralizado na figura do Dr. José Augusto Dumont, ele era realmente o grande executivo do Banco. O que o Dr. José Augusto vinha fazendo? Já havia por parte dele, uma preocupação com processo sucessório, porque o BANCO RURAL era o José Augusto Dumont. Então, ele tinha preocupação com a sucessão dele, pensava na empresa para o futuro, tanto é, que em determinado momento ele criou a figura do Diretor superintendente, quando ele me nomeou para uma dessas Diretorias e estava no mercado buscando um outro profissional, que acabou sendo a Dr.a Aiana. Se o senhor José Augusto não tivesse falecido, hoje ele seria o Vice-Presidente do Banco e nós dois seríamos Diretores superintendentes. Então, com o falecimento, a Dr.a Kátia teve que antecipar o movimento que ocorreria no futuro. O Dr. José Augusto demonstrava, de forma muito clara, a centralização da figura do Banco, nele, José Augusto. Então, ele tinha essa preocupação.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, tinha algum interesse no BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não entendi a vossa pergunta.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O BANCO RURAL, tinha algum interesse no BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Até onde eu sei, o interesse se dá em 1996, quando nós compramos durante o PROER, não é, a parte dita boa do BANCO MERCANTIL, que eram basicamente os passivos, que aquele Banco tinha e alguns poucos ativos. A posteriori, eu sei, que foi feito compra de ações nesse Banco, mas eu nunca participei dessas compras ou negociações, até porque, essas decisões não me cabiam e não me eram reportadas?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. nunca soube que o BANCO RURAL efetivamente tinha, estava pretendendo negociar junto ao BANCO CENTRAL, a solução do BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO? Ou a intermediação do Marcos Valério?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não senhor, sabíamos sim, que o Banco tinha 22% dessas ações e que no momento que fosse julgada essas ações, porque existe um aspecto jurídico aí envolvendo, existe uma ação jurídica, pela correção desses valores, teria se obtido um resultado com a valorização dessas ações. Era isso que a gente tinha conhecimento. Se havia alguma negociação envolvendo o BANCO CENTRAL ou não, se o senhor Marcos Valério, eu desconheço, nunca participei disso.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): V.Sa. nunca soube de reuniões na CASA CIVIL ou no BANCO CENTRAL, em que houvesse a presença do Dr. Dumont, do Marcos Valério e que as negociações diziam respeito a isso, ao BANCO MERCANTIL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu e o José Augusto tínhamos uma amizade muito grande, uma amizade principalmente de final de semana, porque nós, como bons mineiros, gostamos de ter uma fazendinha e uns poucos gados. Então, a gente tinha muito mais contato nesse sentido, a gente, o José Augusto foi, antes de qualquer coisa, uma pessoa que sob o ponto de vista de amizade, me ajudou muito. Mas, ele procurava não discutir os assuntos do Banco nesses períodos. Ele deixava de forma muito clara, que ali estavam os amigos dele e não subordinados dele. Então, esses assuntos sempre foram tratados diretamente pelo Dr. José Augusto. Não me cabia participar ou ter qualquer tipo de opinião sobre eles. Eu tomei conhecimento deles, exatamente quando veio à crise agora do mensalão, e aí, tudo isso se tornou público.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Mesmo quando a sua Presidente fez referência que Marcos Valério seria um facilitador, V.Sa. não teve a curiosidade de saber em que é que ele poderia ser um facilitador?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, senhor Relator, o conhecimento que o senhor tem, foi o dito pela Dr.a Kátia, que também nos foi dito. Mas isso foi dito a posteriori. Ou seja, eu estaria fazendo inferências ou juízo de valor de uma coisa, que não me foi dita diretamente. E não fazia parte do meu escopo de atuação, saber disso aí.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Como a cúpula do BANCO RURAL percebia essa situação inusitada de saques, aqui em Brasília ou saques, lá em Belo Horizonte, tudo em dinheiro, tudo em espécie, o tempo todo, uma coisa absolutamente inusitada, inabitual. O BANCO RURAL, enquanto ciente disso, que atitude tomou?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, senhor Relator. Temos que fazer um corte, entre antes do Dr. José Augusto e depois do Dr. José Augusto.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em que época foi o José Augusto?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Até abril de 2004. Hoje, fazer saque em dinheiro na boca do caixa, não quer dizer que seja uma situação anômala.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Em seguida, sim.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Tanto é, que existem normas específicas que obrigam os Bancos, sempre que esses valores forem superiores a 10 mil reais, que recolha uma declaração do cliente e quando superiores a cem mil. Seja pelo saque individual, ou pela somatória de saques diário, que eu informe isso ao COAF. Existem vários segmentos empresariais, que o objeto de saque em dinheiro é comum, por exemplo, EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, no dia em que ela vai fazer o pagamento a seus funcionários, normalmente isso é feito em dinheiro vivo. Então, já vi casos de sair um carro forte com 02 milhões de reais, para pagar folha de funcionários--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Tudo bem, uma vez por mês, coisa assim, agora, praticamente todos os dias, saques de dinheiro?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Se nós analisarmos todos os reportes que foram feitos, todas as auditorias que foram feitas. Não foi detectado como movimento atípico isso. O fato de pessoas irem lá, num segundo momento, receberem, tá, o senhor há de convir, que nós tínhamos naquela época entre agências e pontos 122. É humanamente impossível para nós, que estamos na direção do Banco, em Belo Horizonte, termos esse acompanhamento. Entendo eu, que, em algum momento, isto foi uma concessão feita pelo Dr. José Augusto, a SMP&B e que com a morte dele

continuou sendo feito naturalmente, como se concessão fosse. Então, nós tivemos conhecimento deste fato, no dia em que o Deputado Roberto Jefferson, aqui nesta Casa, disse que havia saques em dinheiro na agência de Brasília do BANCO RURAL. Às vezes, fica muito fácil, não é, como eu usei o termo aqui do... Eu não posso cobrar de um juiz de futebol, que ele dê um pênalti, que ele dê um córner, vendo um vídeotape. Depois de tudo que aconteceu, seria muito fácil eu voltar para trás e falar: Não, eu poderia ter feito. Mas eu não tenho essa capacidade, não é próprio do ser humano ter essa capacidade de fazê-lo. O que eu posso dizer ao senhor, é que depois de tudo isso que aconteceu. Nós criamos uma série de outras normas, que não estão previstas em nenhum lugar, não existe nada escrito que me proíba deixar um cliente sacar um recurso dele com origem, porque na realidade, senhor Deputado, o que tem que ficar muito claro, a lavagem de dinheiro ocorre na origem, e na origem das operações do senhor Marcos Valério, nos depósitos que foram realizados no BANCO RURAL, somente cento e oitenta mil reais foram feitos em dinheiro durante 05, 06 anos. Isso dá dois mil reais, por mês. Ou seja, sob o ponto de vista de lavagem de dinheiro, jamais ocorreu lavagem de dinheiro. É interessante, porque na realidade, é um processo inverso. Se for verdade, isso que o senhor Marcos Valério disse, ele estava pegando recursos de caixa um, porque esse dinheiro todo é declarado e transformado em caixa dois. Agora, nenhuma instituição financeira tem domínio ou responsabilidade sobre o que o seu cliente faz com o recurso sacado. Eu não posso impedir, que um cliente chegue lá no Banco e diga hoje: "Olha, eu quero sacar 200 milhões de reais em dinheiro". Hoje, obviamente, que a primeira coisa que eu vou fazer, depois de tudo que aconteceu, é saber por que ele está sacando. Só que não me adianta dizer isso hoje para os senhores, a época era outra. Então, é muito difícil a gente fazer qualquer juízo de valor, depois que as coisas ocorreram. O que eu posso dizer ao senhor, que ao longo dos últimos 20, 30 anos, em vários momentos o sistema financeiro, não foi só o BANCO RURAL, acabou se envolvendo em situações, porque não havia métodos ou controles que possibilitassem evitar que aquelas situações ocorressem e o que foi feito durante todo esse período, seja pela federação de Bancos, seja pelo BANCO CENTRAL, foi unir esforços no sentido de evitar que as instituições sejam usadas para fins escusos. Agora nós não estamos, nós somos seres humanos e muitas das vezes, por mais que você crie regras, elas não são suficientes. Inclusive, a regra de identificar as pessoas que sacavam na agência de Brasília, não existe nenhuma norma que nos obriga a fazê-lo. En-

tendo eu, que em algum momento o Dr. José Augusto, por precaução, passou a exigir que aquilo fosse feito, mas não existe regra me obrigando a fazer isso. Se chegar uma pessoa com um cheque, é da empresa, é nominal a empresa, ele se identifica como a empresa, ele está no direito de sacar esse recurso.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, eu poderia apenas, já que o depoimento é importante, de uma pessoa intimizada com a questão dos Bancos, mas nesse momento, só uma, se ele poderia acrescentar, se neste momento já estava em vigor a regra do “conheça seu cliente”, e se as providências eram tomadas a partir da regra do conhecimento do cliente e a comunicação de eventuais.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhora Deputada, quando ao ler o depoimento do senhor Godinho, ele fazia menção a que a movimentação do senhor Marcos Valério teria apresentado indícios de lavagem de dinheiro e eu volto a afirmar, a senhora é juíza, sabe muito bem disso, os crimes antecedentes a lavagem de dinheiro estão previstos, e no caso da SMP&B, da DNA, os créditos que foram feitos no BANCO RURAL foram oriundos de outras instituições financeiras. Então, se houve lavagem de dinheiro, não foi no BANCO RURAL. Então, esses créditos, ou eram da conta dessa empresa nesses Bancos, ou eram de outras empresas correntistas de outros Bancos, fazendo os pagamentos no BANCO RURAL. Foi desenvolvido pela área de sistemas do BANCO RURAL, não pelo senhor Godinho como ele afirmava aqui, tá, isso não faz parte das, não fazia parte das funções dele. Nós desenvolvemos, e eu falo nós, porque eu participava diretamente quando da montagem do comitê de prevenção de lavagem de dinheiro, eu era um dos participantes, nós criamos a partir das determinações do Conselho Monetário BANCO CENTRAL, um mapa que dizia: “Relatório correntistas com movimentação acima do padrão”, ou seja, um cliente que no mês teve uma movimentação que fosse, acima do padrão dele de movimentação. Por exemplo, uma pessoa tem uma renda média de vinte mil reais por mês. Então, o que é a movimentação dele no padrão dele? Movimentar vinte mil reais por mês. Aí, naquele mês ele movimentou 200 mil reais. Obviamente, que ele aparece nesse relatório. O que não quer dizer, que o fato dele aparecer no relatório, que haja indício de lavagem de dinheiro. Então, nós pegamos esse relatório e mandamos para a agência e a agência tem que fazer a verificação de todos aqueles clientes. Nos casos, em que, além de estar aqui apontado, aparecia a letra A, letra J ou letra K, letra A, são sempre empresas com movimentação acima do padrão, porém que, isso é um documento emitido pelo próprio BANCO CENTRAL e COAF, segmentos da economia que são

mais fáceis de ser usados para lavagem de dinheiro como joalherias, bingo. Então, se esta empresa teve uma movimentação acima do padrão e está enquadrada numa categoria desse segmento, aparece uma letra A. Automaticamente, o próprio sistema gera um relatório que é: “Conheça seu cliente. Movimentação acima do padrão”. Ou seja, até este momento não há nenhum indício. Então, esses relatórios são enviados, se a empresa estiver na letra J ou na letra K, que diz respeito à movimentação, letra J, até duas vezes, a capacidade, letra K, acima de, até 15 vezes. Então, se a empresa é enquadrada numa dessas letras, automaticamente é gerado esse relatório e ele é enviado para a agência. E a agência preenche esse relatório e tem que justificar a movimentação. Então tem lá, por exemplo, compra, venda de imóvel, compra, venda de ações, compra, venda de veículos. Financiamentos de outros Bancos, operações com títulos de valores, herança, patrimônio, patrimônio compatível, ou seja, há uma série de possibilidades que justificam aquela movimentação acima do padrão. Então, a empresa SMP&B apareceu nesse relatório que é um relatório automático, que nenhum de nós, nenhum de nós têm acesso a ele para mudá-lo, ele é automático, está à disposição dos senhores no BANCO RURAL durante todo esse período, tá. Então, apareceu a SMP&B, por exemplo, isso aqui foi no mês de abril de 2003. Resumo da movimentação. Quantidade de cheques, cento e noventa e um, Sr. Presidente, senhor Relator, eu estou lendo dados aqui, que a princípio feririam o sigilo, mas estou entendendo que neste caso, a empresa está com o seu sigilo quebrado, que eu posso lê-los aqui.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): É do grupo Marcos Valério?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Do Marcos Valério. Ok. Mês de referência, em abril de 2003. Quantidade de cheques, cento e noventa e um. Valor movimentado a crédito no mês 2.985,812, valor do faturamento médio mensal, quatrocentos e vinte três mil. Isso aí foi em abril de 2003. É importante ressaltar aqui, inclusive, que nesse mapa eu não tenho, se foi cheque, se esse cheque foi sacado em dinheiro ou não. Porque, no meu contas correntes aparece a modalidade do saque, que foi em cheque. Se esse cheque, na boca do caixa virou dinheiro, eu não tenho nesse relatório, esse conhecimento. Aí, eu tenho agora a justificativa por que dessa movimentação. Justificativa do gerente da conta, empresa de publicidade e comunicação com movimentação decorrente de TEDs e DOCs, recebidos de clientes e parte repassado a fornecedores. Transferência entre contas de mesma titularidade, conta movimento, conta garantida. Aí, passa por mais um gerente, que é o gerente geral da agência e aí, vem

ao executivo regional, que seria o Diretor. De acordo, nos termos da justificativa do gerente da conta. Então, esse conheça o seu cliente é devolvido com esse relatório devidamente preenchido e a área de controles internos, da qual o senhor Godinho não fazia parte, analisa estas justificativas e estas justificativas que não são consideradas como suficientes, elas, aí sim, vão para o comitê de prevenção as lavagens, onde esse comitê que é formado por várias pessoas da área de auditoria, inspetoria, inclusive, do senhor Godinho, ela analisa as operações e define: Este cliente, este cliente e este cliente possui indício de lavagem de dinheiro. Então, nesse momento nós vamos ao sistema do BANCO CENTRAL, e informamos ao BANCO CENTRAL: BANCO CENTRAL, o cliente número tal, CPF ou CNPJ número tal, apresenta movimentação com indício de lavagem de dinheiro. Não quer dizer, senhores, que mesmo fazendo isso, que é lavagem de dinheiro. Ou seja, a minha obrigação é apontar o indício, mas não quer dizer, que seja lavagem. Então, quando o senhor Godinho diz, que ele fazia os relatórios, não! Isso é um relatório automático, foi à área de tecnologia do Banco que fez, não fomos nós. E quando ele diz também, senhor Relator, que, e senhora Deputada, que no final do semestre, ele foi obrigado a deletar o nome dessa empresa, esse relatório que já foi entregue ao Ministério Público Federal, esses relatórios, o objeto, em primeiro, esse relatório, ele é feito por um comitê de controles internos, onde faz parte o Diretor de controles internos, o superintendente de auditoria, o superintendente de inspetoria, o superintendente de compliance, eles fazem esse relatório, nenhum de nós executivos do Banco, temos acesso, porque esse comitê é um comitê, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração do Banco, e basicamente esse relatório é um retrato das atividades da área, durante aquele semestre. Ela não se reporta a nomes de pessoas ou clientes, até porque qualquer operação que tenha indício de lavagem, no momento que ela é detectada e não é só em função de relatórios, cabe a nós, por obrigação legal, informar ao BANCO CENTRAL. Então, esse relatório jamais constou nome de empresas A, B, C ou D, que tivesse indício, porque não é objeto desse relatório e o senhor Godinho era uma das partes de um comitê, que se reportava diretamente ao Conselho de Administração do Banco. Confesso ao senhor, que tive pela primeira vez, acesso a esse relatório depois do depoimento do senhor Godinho, que eu até desconhecia a existência dele. Conhecia esse, porque inclusive, fiz parte dos aprimoramentos dele. Quando nós começamos a fazer esse relatório, senhor, vinham assim, três mil folhas. Por quê? Porque a gente começa pondo toda a movimentação, e

aí, nós viemos fazendo os filtros para ter no final uma informação consistente, porque senão todo dia eu estaria pedindo informações à cliente, criando constrangimentos a clientes desnecessariamente. Então, a gente considera que os controles de qualquer indício de lavagem de dinheiro no BANCO RURAL são muito bons, sempre aperfeiçoados e não temos no histórico do Banco nesses, desde que foi implementado, informamos indício ao BANCO CENTRAL, não sabemos se desses indícios, alguns desses clientes, tiveram ou não. Sempre que a gente informa de indício, a gente encerra a conta do cliente. Se há indício, nós encerramos a conta do cliente, seja ele quem for, a gente encerra a conta. Então, não sei dizer ao senhor, se desses indícios apontados, se houve algum caso efetivamente se confirmou ou não. Outra coisa muito importante a ressaltar, o senhor Godinho dizia que a gente informava dois, três clientes por mês--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Posso perguntar? O percentual de contas encerradas, só da movimentação pelo BANCO RURAL, o senhor diz que encerra automaticamente a conta. É isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, senhora Deputada--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Vou dizer qual é o meu objetivo, para não atrapalhar--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Quando eu informo ao Banco--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Qual o percentual de contas encerradas, que tem o BANCO RURAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Nós temos--
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sob tal rubrica?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Nós temos entre pessoas físicas e jurídicas, tínhamos, porque esse número reduziu drasticamente nos últimos, um ano e meio pelas várias crises aí, cerca de quarenta e cinco mil clientes correntistas. Então, a gente tinha três clientes em média por mês, que apresentava esses indícios e que a gente tinha que encerrar. Também adotamos nos últimos tempos, já pensando em um novo momento, tá, sem qualquer discriminação, senhora Deputada, nós entendemos que um Banco como o nosso, não pode se dar ao luxo de no futuro seja envolvido em qualquer problema. Então, determinamos que alguns tipos de contas não são mais abertas no BANCO RURAL. Principalmente, envolvendo entidades, partidos, etc. Ok? É muito mais uma precaução nossa. Agora, obviamente, que não dá para comparar--

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Já que o senhor tocou, fuge, o senhor Relator, só porque ele tocou ali, para evitar. Foge ao padrão dos senhores, quer dizer, o padrão dos senhores não é emprestar para um Partido, digamos assim, emprestaram quando fugia ao padrão dos senhores, naturalmente porque os senhores avaliaram, que valia a pena o risco. Como é que foi isso? É só isso.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não fui eu, senhora Deputada, que estava na época à frente da área operacional, eu tenho aqui em mãos as duas primeiras operações. O Dr. José Augusto como Vice-Presidente Executivo e o número um da instituição, ele tinha capacidade e autoridade para fazer essas operações, foram feitas por ele. O que nós podemos depreender aqui pela leitura feita, inclusive, não sei por que, tá, mas no nascimento da operação, no dia 19 de maio de 2003, tem uma carta da nossa agência de São Paulo, encaminhada ao jurídico do Banco dizendo basicamente o seguinte: “Conforme conversamos, estou lhe remetendo os documentos referente ao contrato supra mencionado, para que seja analisado e formalizado por esta assessoria. Trata-se de uma cédula de crédito bancário de mútuo, com garantia de aval conforme proposta aprovada em anexo, porém, será agregada a esta garantia doação partidária. Podendo compor nesta, a emissão de boletos ou cheques dos associados ao Partido”. Depreendo, eu não posso--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Quem registra isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Quem registra isso é a agência paulista do Banco, onde essa operação foi feita endereçada a Área Jurídica. Depreendo, senhor Deputado, por essa leitura, que no nascimento desta operação, ela teria sido feita com esta garantia, eu não consegui, nos arquivos verificar por que isso não ocorreu. Mas essa operação nasceu dessa forma e quando da renovação dela, escrito pelo Dr. José Augusto Dumont, tá, pelas suas próprias mãos, ele dizia: “Considerando as garantias, só agora formalizadas e disponibilizadas, concordo com a renovação por mais 90 dias. Findo, o qual necessitará ter amortização”.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Isso em 1990 e--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Isso foi em 12 de agosto de 2003.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator, eu queria aproveitar a oportunidade, ele tentou demonstrar que as totalidades dos empréstimos foram transferidas para outros Bancos, que o dinheiro não ficou no Banco. E com que explica, ele está querendo, inclusive, provar que, no caso, do BANCO RURAL era caixa um e foi transformado em

caixa dois, pelo Marcos Valério. E como sacou dinheiro da agência BANCO RURAL em Brasília, se todo o dinheiro tinha sido retirado?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Posso responder, senhor Relator?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Pode.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Deputado Arnaldo, na realidade, eu não fiz aqui afirmação de que, todos os valores foram para outros Bancos, eu fiz dos empréstimos. O senhor Marcos Valério centralizava grande parte dos seus recebimentos no BANCO RURAL, em Belo Horizonte. Como eu disse anteriormente, havia créditos de outros Bancos e créditos de empresa e reafirmei, se esses créditos vieram de outros Bancos por instrumento eletrônico, fossem por depósitos ou vieram de outras empresas, não haveria condições do BANCO RURAL determinar se havia ou não indícios de lavagem de dinheiro, por quê? Se isso aconteceu, teria acontecido em âmbito de outra instituição. Então, eu não quis afirmar aqui, que não havia recursos do senhor Marcos Valério, que foram usados para fazer esses pagamentos, eu quis dizer que, as operações de empréstimo quando a gente faz o acompanhamento da saída desses recursos, esses recursos específicos não foram utilizados na sua maioria. Só sobrou no BANCO RURAL, de um total de aproximadamente vinte e nove milhões, cerca de três milhões.

>> Sr. Presidente, senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): Eu queria--

>> Eu peço apenas um esclarecimento adicional ao depoente, me causa espécie aqui que tenha sido considerada como garantia adicional a expectativa, se eu entendi corretamente, expectativa de doação por parte de filiados como garantia adicional e necessária e suficiente para que o Banco concedesse um empréstimo ao Partido dos Trabalhadores, foi exatamente isso que V.Sa. disse?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, senhor, eu estou depreendendo pelos documentos que eu tenho em mãos. Neste documento, dizia que seria dada em garantia adicional, contribuição dos filiados ao Partido. Não posso dizer para o senhor, se essas garantias eram boas ou não porque não fui eu quem fez essa operação, não estava neste contexto. Mas eu estou simplesmente relatando o que está escrito nestes documentos.

>> V.Sa., V.Sa. é um experiente administrador, Diretor de Banco, deve ter uma carreira razoavelmente longa. E sabe muito bem, que garantias hipotéticas nunca foram consideradas por Banco algum, no Brasil. Portanto, o fato de V.Sa. não ter, à época, examinado

o documento, não lhe permite dizer, que não sabe dizer. Não foi oferecido garantia alguma! Garantia que poderia vir de doações não são garantias reais! V.Sa. com a experiência que tem, sabe bem, que isso foi uma forma de ajeitar um empréstimo, que não era fadado a ser pago.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor, perdão, Excelência, a gente trabalha no Banco com vários tipos de garantia, existe uma garantia que diz respeito à capacidade de performance do cliente. Por exemplo, eu tenho no Banco operações com empresas que faturam no cartão de crédito, e eu opero antecipando fluxos de pagamentos desses cartões em duas condições, eu tenho aqueles cartões performados e tenho os cartões a performar. E o que me dá a garantia, de que aqueles cartões serão performados? O histórico de performance daquela empresa. Isso acontece, por exemplo, na época, empresas, supermercados. Na época de festas, final de ano, esses supermercados aumentam o faturamento. Então, tem um histórico anterior que diz, que haverá aumento de faturamento e ele terá condições de me pagar. Ou seja, fazer uma operação em cima de doações partidárias, eu não estou defendendo aqui, até porque não participei, mas estou fazendo uma análise eminentemente técnica. Estamos falando de um Partido que acabava de assumir o poder no país, um Partido que historicamente, ele é respeitado pelo número de filiados e pela militância desses filiados. Então, era uma coisa meio que natural prever, que se aumentaria ou permaneceria performando estes, essas doações. Em segundo, senhor, os próprios repasses de Fundo Partidário, a gente verifica que no ano de 2004, o Partido dos Trabalhadores recebeu cerca de onze milhões, nesse ano ele recebeu cerca de vinte milhões. Ou seja, estamos falando de uma instituição jurídica, que era o maior Partido do Brasil naquele momento. E pelo conhecimento pessoal que eu tinha do Dr. José Augusto, volto a reprisar, ele jamais fez qualquer operação no Banco para não receber. Senão, ele estaria contrapondo todo o conhecimento e experiência, que eu tive com ele ao longo desses anos.

>> Eu só quero apenas, o Relator me permita, toda a comparação feita pelo ilustre depoente, entre uma atividade comercial e que tem uma certa norma, tem regras, tem histórico ao longo dos anos, não pode ser comparada com eventuais doações por parte de filiados ou simpatizantes de Partido político. Até porque, não havia e não há até o presente momento, nenhum histórico que mostre que doações de filiados de Partidos políticos poderiam cobrir o montante dos empréstimos feitos. Eu acho que V.Sa., na sua resposta, deu no fundo o que eu imaginava, havia acabado de ser eleito, recentemente havia sido eleito um Presidente

da República do Partido dos Trabalhadores e a expectativa de facilidades que o Partido dos Trabalhadores mereceu do BANCO RURAL a partir dessa premissa, é que levou e me perdoe, se V.Sa. concorda ou não, eu aqui não estou preocupado, mas é o que levou a direção do Banco, a direção do Banco a conceder essas facilidades, que não seriam concedidas a nenhuma empresa no Brasil, em nenhuma outra circunstância, obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu solicito aos senhores parlamentares, eu sei que, uma vez dada à oportunidade, mas há a necessidade de se manter a ordem dos trabalhos. Daí, eu solicito aos senhores parlamentares que aguardem a inscrição.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Vou concluir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): E solicito ao senhor Relator, que prossiga.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Eu gostaria que identificasse essa anotação do Dr. Dumont, está assentado em que empréstimo?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Está assentada na renovação de três milhões e trezentos do Partido dos Trabalhadores em data de...Deixa-me localizar a data aqui, senhor. Em 05 de agosto de 2003.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Aí, em relação a outro empréstimo cujos recursos, V.Sa. disse que não teria talvez e se surpreendeu em janeiro, quando se disse que era do Partido, não é isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Que garantias, nessa sua surpresa, que garantias considerou que existiu naquele momento?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Naquele momento, o senhor está falando das operações da SMP&B e da GRAFITE? Naquele momento, de forma muito clara havia um domicílio bancário que poderia ser em algum momento de estresse, ser tirado e passado para outro Banco. Essa é a garantia que existia. O que não quer dizer, senhor Deputado, que não se realizem no mercado operações com garantia de domicílio bancário--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Que havia um empréstimo de setembro de 2003, que chegou a janeiro de 2005.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): E que naquele momento ainda, a rigor, não havia garantia, porque o que havia era aquele

contrato possível de execução, na qual apenas uma parte mínima caberia a empresa que estava contraindo, porque uma agência de publicidade fica com muito pouco. Enfim, em janeiro, quando V.Sa. se surpreendeu, analisou as garantias que considerava existentes em relação aquele empréstimo, recorda quais considerou como existentes? Só essa a expectativa?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, eu considerei naquele momento como existente, senhor Deputado, e daí, a razão de eu ter deixado essa operação praticamente 60 dias vencida, ou seja, esse conceito de renovação automática não existiu, porque naquele momento ela ficou a 60 dias vencidas, tá. Ficou muito claro, que a única garantia que eu tinha ali era a boa vontade do BANCO DO BRASIL, de continuar passando aqueles recursos pelo BANCO RURAL. Assim, é que foi combinado com o senhor Marcos Valério, que em junho, quando do vencimento, ele obteria do BANCO DO BRASIL a supressão daquela cláusula e anuência do BANCO DO BRASIL na cessão do direito creditório. Só fazendo aqui um adendo, quando o senhor diz, a relação da empresa de publicidade com o pequeno valor que realmente lhe pertence. O mercado trabalha e quem é do mercado sabe disso, com empresas que muitas das vezes, ela faz um grande contrato e naquele grande contrato, uma boa parte dos recursos não lhe pertencem, porque serão utilizados seja para comprar matéria-prima, seja para comprar equipamentos, ela no final ela fica com um pequeno valor, só que, às vezes, ela precisa antecipar aqueles recursos, antes de receber. Então, a gente tem muitas operações no Banco, com clientes fornecedores de estatais, de PETROBRÁS, de empresas de multinacionais, onde aquele cliente tem um histórico de prestação de serviço, de capacitação, e ele faz um contrato maior, e aí, você precisa, às vezes, auxiliar aquele cliente antecipando um volume maior do que o valor que é o resultado final, que ele vai ter. Só que lá no final, ele pega esse recurso, faz a operação que ele tem que fazer, compra o equipamento, compra a matéria-prima e vai receber esse valor, e aí, você retém esse valor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Só que V.Sa. há de convir que não vai poder considerar isso como garantia. É claro que auxilia, ele opera, mas ao final resulta aquilo que somente pertence à empresa.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não saberia exatamente o modus operandi de uma agência de publicidade, mas entendo eu, que vários daqueles recursos que são colocados no contrato, muitas das vezes a própria empresa paga antes para depois receber. Ela antecipa, dependendo, eu estou fazendo

inferência, senhor Relator, então, não poderia afirmar com convicção. Agora, existem no mercado, várias operações, não só no BANCO RURAL, onde você antecipa um contrato de fornecimento de serviço ou de mercadorias. Dando valores expressivos em cima de operações que serão realizadas.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Eu queria concluir, agora em cima da sua atuação quanto Diretor internacional. Porque há um laudo da Polícia Federal, em que se assenta que, na verdade, a TRADE LINK BANK pertence efetivamente ao grupo do BANCO RURAL. Inclusive, a Diretoria era, por ocasião do registro, composta por Sabino Corrêa Rabelo, Renato Skaf, conhece esse nome?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Mora aonde?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Miami.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Othon Gomes Brandão?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Mora aonde?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Hoje, creio que no Rio de Janeiro, ele não--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Guilherme Rocha Rabelo?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Faz parte do quadro do Banco.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): Muito bem, segundo esse laudo, da Polícia Federal, a TRADE LINK BANK, vê só, a TRADE LINK BANK, vou ler uma partezinha dessa movimentação financeira identificada. Por isso, que eu fiz questão daquela conta 560-1, que ela movimentou de recursos, seiscentos e noventa e oito milhões de dólares. E depois investigaram, e aí, V.Sa. identificou lá no IFE RURAL, no IFE RURAL foram da conta 1162-8, foram movimentados três, oito bilhões de dólares e V.Sa. era o Diretor internacional, do BANCO RURAL. Em relação a esses dados o que V.Sa. nos diz?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Primeiramente, senhor Relator, em relação à última colocação do senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA GLIO (PMDB-PR): E daí para concluir, para não, o Alberto Yussef, que é o doleiro conhecido, num depoimento ao Ministério Público, ele disse o seguinte, dentro do BANCO RURAL tinha contato com o gerente da mesa de câmbio e com o Diretor internacional da área, o senhor José Roberto Salgado, que é o senhor. Mais uma identificação de que essas operações todas, eu estou lendo em partes, mas esse contexto, essa estru-

turação toda, passava pela mão de V.Sa., e tem ainda uma afirmação do Ministério Público que diz que V.Sa. era o mentor, o que comandava todas essas transações internacionais, essas remessas de recursos para o Uruguai, para o Panamá, para Miami e V.Sa. só diz que operava importações e exportações?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Posso responder, senhor Relator? Vamos começar pela parte que diz respeito pela TRADE LINK BANK. Como já afirmei anteriormente em outras oportunidades, até onde é do meu conhecimento, o Dr. Sabino era um simples Presidente honorário dessa instituição. O Dr. Guilherme Rabelo foi Diretor dessa instituição nos idos de 1995 durante seis ou sete meses, quando ele foi para os Estados Unidos, lá residia, e ele estava naquela época fazendo um estágio e foi convidado pelo Dr. Sabino, para fazer um estágio nessa instituição. O fato de alguém pertencer ao quadro diretivo de uma instituição, não necessariamente quer dizer que ele seja dono ou acionista. O meu caso, por exemplo, eu sou o Diretor Vice-Presidente estatutário e não tenho nenhuma ação do Banco. Então eu, eu sou estatutário, mas não sou acionista. Então, é muito difícil a gente depreender que o fato deles serem Diretores, a conclusão é que são donos. Então, eu desconheço qualquer participação do sistema financeiro rural no TRADE LINK BANK. Quanto à colocação do senhor no que diz respeito à IFE BANCO RURAL Uruguai aos valores ali remetidos, em nenhum momento nós omitimos aqui dos senhores, que o BANCO RURAL é um Banco que opera câmbio, opera comércio exterior, opera operações financeiras e desses três bilhões e meio, o número pode parecer um número absurdo, desses três bilhões e meio, eu não sei, se o senhor tem a perícia do departamento, foram apontados cerca de duzentos e noventa milhões com possibilidade de serem de laranjas. Sendo que, estas empresas que fizeram essas remessas, não eram correntistas do BANCO RURAL. Como disse a ilustre Juíza Denise Frossard, o conhecer o seu cliente, é obrigação do Banco onde esse cliente detém a conta. Então, se o cliente é de uma outra instituição e fez uma transferência e essa transferência, o senhor só tem esse número de três bilhões e meios, porque foram registradas pelo BANCO RURAL, no sistema do BANCO CENTRAL, no SISBACEN, então, são operações lícitas e com origem. Se num universo de três bilhões e meio, duzentos e noventa milhões de cerca de cento e cinquenta empresas, que não eram clientes do BANCO RURAL, e essas empresas possam não ter capacidade financeira, eu não tinha como saber, naquela época, que elas não tinham capacidade financeira. Outro ponto, quando agora nesse processo, eu prefiro não fazer mais nenhum comentário, como eu

disse para o senhor, é um processo que corre em segredo de justiça, nós já prestamos todos os depoimentos judiciais e temos muita tranquilidade que seremos inocentados, pois nenhum crime cometemos. Quanto ao senhor Alberto Yussef, eu já disse anteriormente em outros depoimentos, à relação e conhecimento que eu tenho com esse senhor, ele era cliente da agência Londrina do Banco e tinha uma empresa, não sei se de pneus ou de carro, que era cliente da agência de Londrina. Quando o senhor afirma aí, que ele tinha contato com o senhor José Roberto Salgado, Diretor da área internacional, se o senhor lê um pouco antes, esse mesmo depoimento, ele afirma que tinha contato com o Diretor da área internacional senhor José Augusto. Depois, ele faz a correção e chama de José salgado. Ou seja, para uma pessoa que se diz lá, que tinha esse conhecimento, confundir os nomes é meio complicado. Então, eu acho que isso demonstra de uma forma muito clara, que não havia relacionamento com esse senhor. O meu conhecimento desse senhor se deu, creio que um encontro uma vez na agência de Londrina.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Sr. Presidente, eu concluo, dou por concluído o meu questionamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa e vou conceder a palavra pela ordem de inscrição, ao Senador Álvaro Dias. E consulto o Plenário se mantemos o prazo de 15 minutos ou se ficamos em 10?

>> 10 minutos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 10? Agradeço a compreensão de V.Exas., e já concedo-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com todo o prazer. A senhora, hoje, vai de Romário, número onze. Vai de Romário, número onze.

>> Sr. Presidente, eu sou Botafogo doente!

[Risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Com a palavra, o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, o Relator, Deputado Osmar Serraglio fez uma, um questionamento completo, abrangente, de profundidade e nós vamos tentar apenas, na seqüência, explorar fatos já enfocados por ele. É evidente, que é difícil arrancar alguma coisa de um banqueiro esperto e preparado, que se qualificou pela atividade que desenvolve. É óbvio, que nós temos que ler sempre nas entrelinhas. Não temos o direito de acreditar em tudo que ouvimos, da mesma forma não temos o direito de

imputar, a quem quer que seja, de estar mentindo, não é, até quando as questões são técnicas e exigem conhecimento técnico, fica a critério da interpretação de cada um. Mas é óbvio que nós temos também razão e direito de não acreditar em tudo que o depoente diz em defesa da instituição que representa e, sobretudo, das ações que praticou. Eu quero indagar, inicialmente, a respeito dos empréstimos, esses empréstimos concedidos ao senhor Marcos Valério, às suas empresas, ao PT, são empréstimos, como diz o senhor Carlos Godinho, empréstimos fictícios, não é, mera operações contábeis, que mascaravam, o ingresso de recursos de outras fontes. É palavra de um ex-executivo do Banco. Nós temos também, o direito de acreditar, nas suas afirmativas. Então, o que eu indago, é sobre a garantia, que se oferecia para esses empréstimos. A maior parte dizia respeito, a contratos com empresas estatais, com o Governo Federal? O BANCO RURAL, recebia como garantia, esses contratos firmados, pelas empresas do Marcos Valério, com as estatais. Com o Governo Federal. E é evidente, que a maior parte desses recursos oriundos desses contratos com as estatais, com o Governo Federal, eram destinados a pagamento de terceiros, agências de publicidade, que pagavam os veículos de comunicação. Portanto, fica difícil acreditar, que o Banco pudesse tomar como garantia aqueles valores. É por isso que eu indago, qual o critério que o Banco adotou, para aceitar como garantia esses contratos?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Senador, como eu disse há pouco, quando em janeiro de 2005, nós concluímos, que dificilmente o senhor Marcos Valério, teria condições de fazer aquele pagamento, e fomos analisar as garantias, ficou muito claro que a operação, ela se deu num contexto, onde nós estávamos com uma empresa em franco crescimento, aumento de faturamento, agregação de novos contratos e que, portanto, era uma empresa que teria capacidade de pagamento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Bem, não vou

discutir com o senhor tecnicamente, mas perspectiva de futuro econômico de qualquer empresa, me parece não é uma garantia de natureza prática, consistente, objetiva.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Como eu disse anteriormente, na formatação do rating, ou seja, da nota que uma empresa tem, há um contexto onde nós somamos, situação econômico financeira, sócio, ramo de atuação, projeção.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Certo, eu entendi, agora não havia consenso no Banco, porque o senhor Carlos Godinho afirma, afirmou a CPI,

não é, que informou dos riscos que a instituição corria, ao oferecer esses empréstimos, então, não havia consenso.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, como eu disse anteriormente, ilustre Senador, Carlos Godinho não fazia parte, de qualquer área do Banco que analisasse crédito, jamais fez qualquer alerta, fosse verbal, ou por escrito.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ele assegura que fez verbal, não fez por escrito, porque o Banco não permitia que se fizesse por escrito, segundo ele, para esconder as informações, do BANCO CENTRAL. O BANCO RURAL adotava essa prática de esconder informações, porque na medida em que escondem informações, e que não quer, que o BANCO CENTRAL, tome conhecimento, a operação não é lícita. É a confissão de, ilicitude da operação realizada. O senhor Carlos Godinho, sob juramento, declarou a esta CPI, que informava dos riscos, e que não podia informar por escrito, para que o BANCO CENTRAL, não soubesse.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Primeira, é importante frisar, todas as operações feitas, com o grupo do senhor Marcos Valério, eu acho que documentalmente nós, já fornecemos, todos esses documentos, todas as operações foram registradas, inclusive num sistema chamado, central de risco, do BANCO CENTRAL DO BRASIL. E naquela central de risco, você tem toda a característica da operação. Volto a afirmar, a operação da SMP&B, no meu conceito como gestor do BANCO RURAL, na área operacional, a partir de abril de 2004, eu só observei que aquela empresa estava tendo problemas, quando ela não conseguiu, fazer o pagamento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): À época quem decidiu, foi o doutor Dumont. O senhor faria esses empréstimos hoje, da forma como eles foram feitos, com as garantias que foram oferecidas, o senhor aprovaria esses empréstimos?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senador, eu gosto muito de usar essa frase, e a gente apitar jogo, depois que o jogo ocorreu, é muito fácil. Na realidade, naquele contexto da operação, e o senhor vai verificar que inclusive existem operações, que têm o meu voto, enquanto diretor estatutário, da forma que a operação foi apresentada naquele contexto, eram operações plenamente factíveis de pagamento, e dentro das regras e normas, do BANCO CENTRAL.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Outra coisa curiosa, e surpreendente até, foram várias rolagens, não é, desses empréstimos que foram renovações consecutivas, não é, segundo o senhor Carlos Godinho. E que, aumentavam o risco da operação. Mas

em determinados momentos, o próprio Deputado Gustavo Fruet, o Relator já divulgou isso, as agências do senhor Marcos Valério, as empresas do senhor Marcos Valério, tinha movimentação suficiente, para pagar estes empréstimos. E o Banco os renovava e não, apesar do risco que crescia, e não os cobrava. Como é que se justifica isso? Ter saldo bancário para resgate da dívida, e o Banco aceitar rolagem, ou renovações, que acabavam por aumentar o risco?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhor Senador, um Banco, o objetivo dele é, pegar dinheiro de investidores, e emprestar, e fazer com que esses recursos no vencimento sejam pagos. Na medida que meu cliente, permanece aplicado, eu tenho que maximizar, o resultado da operação emprestando. Este é o papel do BANCO RURAL, nós somos um Banco eminentemente de crédito. Esse é o nosso negócio. E ficou muito claro, a nossa capacidade de fazer crédito, quando nos tivemos que reduzir em sessenta dias, pela metade, o volume de crédito concedido ao mercado. A operação do senhor Marcos Valério, ela só se, dentro de um contexto de cinco bilhões de operações de crédito, ela era menos do que 1%, do volume que nós tínhamos naquela época. Então, não era uma operação, tratada de forma diferente das outras. Quando em dezembro com a crise do SANTOS, nós tivemos que solicitar aos nossos clientes, que pagassem suas dívidas, ou reduzissem suas dívidas, ficou patente que o senhor Marcos Valério, não tinha capacidade de liquidez. Assim é que nós deixamos, essa foi uma decisão minha, esta operação vencida por quase sessenta dias, Ou seja, não houve renovação automática, e essa operação foi para o Rating C, e eu tive que fazer uma provisão de 3% aquela época.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou fazer mais uma indagação só, Sr. Presidente, peço a sua permissão, mas antes dizer que se esse critério, fosse adotado de forma geral, para todos os candidatos a empréstimos, junto ao Banco, desde que eles não tivessem um Governo por trás, certamente o Banco não os concederia, e se os concedesse, já não existiria mais. Teria sido extinto, obviamente, porque esse tipo de operação de risco, só leva um Banco, só poderia levar um Banco à falência, a menos que ele tivesse um partido poderoso, como disse V.Sa., por trás ou, um Governo com todas as estatais disponíveis. Eu só vou fazer a última indagação porque há, uma coincidência aqui fantástica, não é. A RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, remeteu dinheiro da 2S PARTICIPAÇÕES, de Marcos Valério para o Panamá, para o Panamá. A 2S, é cliente do BANCO RURAL ?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não saberia dizer para o senhor, de imediato. Eu posso verificar isso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu creio, que o Deputado Gustavo Fruet, sabe se é, 2S é cliente do BANCO RURAL--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Por favor só, Reginaldo, não é cliente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Segundo--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Realmente eu não lembro dela como--

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): --Segundo o jornal o Globo, o dinheiro enviado ao Panamá, pela RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, foi para a conta bancária da, RS CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. São nomes idênticos, não é? Não seria uma simples coincidência. E há, uma informação de que a senhora Kátia Rabelo, que é Presidente do BANCO RURAL, é sócia da RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. O senhor tem condições de informar sobre, se é verdadeira essa informação?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, nós estamos falando de uma simples coincidência de nomes, essas duas empresas citadas pelo senhor anteriormente, o BANCO RURAL, os seus dirigentes, não têm qualquer participação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Com a RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, tem ou não?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Nós, temos uma empresa chamada RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, onde o BANCO RURAL é sócio em 51%. Mas não se trata da mesma empresa que fez essas remessas.

Há uma simples coincidência de nomes.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Quem fez a remessa, segundo o jornal, foi exatamente essa empresa, RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Quem recebeu lá fora no Panamá, é que foi a, RS CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu afirmo para o senhor novamente, não foi à empresa do grupo rural, que fez essa remessa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Então,, deve existir uma terceira empresa, com coincidência de nomes, porque quem enviou, quem fez a remessa foi exatamente a RS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Que remeteu dinheiro da 2S PARTICIPAÇÕES, do senhor Marcos Valério, que tem conta no BANCO RURAL, segundo os documentos que a CPI, recebeu.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senador, se o senhor me passar, por gentileza, depois o CNPJ dessa empresa, a gente pode tranquilamente através do sistema de BANCO CENTRAL, e do Serasa, verificar quem é essa empresa. Com certeza, a RS pertencente ao grupo rural, não fez essa remessa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Diante da divulgação pela imprensa certamente o Banco se interessou em buscar, todos os detalhe. Então, essa RS CONSTRUÇÃO --

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Salvo engano, trata-se de, uma empresa do Rio Grande do Sul, não tenho certeza.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Essa, RS CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, o senhor Naji Nahas, tem participação nela? O senhor tem conhecimento disso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Está dizendo da que, o BANCO RURAL participa?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): A RS CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): E a que o BANCO RURAL participa?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: A que o BANCO RURAL participa ele tem 51%, e o GRUPO SÉCULOS, tem 49%.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Então, o senhor Naji Nahas, é o majoritário?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Aliás, o Banco é o majoritário?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O senhor Naji Nahas, não tem nenhum relacionamento com essa empresa?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Ele tem quantos por cento, o senhor disse?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: 51%, é GRUPO RURAL, através do BANCO RURAL, ou da seguradora, salvo memória, e 49% do GRUPO SÉCULOS, de Belo Horizonte. Desconheço qualquer relação do senhor Naji Nahas, com essa empresa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): É evidente, que nós temos todas as dificuldades para obter informações do exterior, esse assunto tem sido discutido aqui, mas esta é uma questão que vai ficar obscura, em função dessa remessa de recursos para o Panamá, e com as explicações que, realmente, não nos convence. O meu tempo se esgotou, e eu agradeço, a tolerância do Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE : Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra por dez minutos ao Deputado Onyx Lorenzoni.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Eu gostaria de saber, para que uma empresa pudesse receber o empréstimo, de um milhão de reais, que faturamento ela deveria apresentar, no mínimo, nos critérios do Banco? No ano?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Deputado Onyx, para você conceder um empréstimo no BANCO RURAL, nós olhamos além do faturamento, nós olhamos a garantia que a empresa oferece, o histórico de crédito que a empresa oferece.

Normalmente, para empresas menores, que oferecem garantias de duplicatas, operações de curto prazo, nós trabalhamos entre três e quatro faturamentos mensais. Então, esse é um critério. Mas depende da empresa, nós temos no Banco um conceito de risco cedente, risco sacado. Risco sacado é quando a empresa que está fazendo a operação, não tem capacidade de crédito por si mesma. Então, depende da garantia. No caso da SMP&B, nós consideramos como risco cedente, ou seja, a empresa tinha capacidade de pagamento por si mesma.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, eu faço essa pergunta, porque tem algo que me intriga muito. Que é o empréstimo que o BANCO RURAL, entregou de quase dez milhões, à GRAFITE. Eu explico, isso foi feito em 2003, a GRAFITE, é uma empresa que para arrumar cento e trinta e nove mil reais de faturamento, precisou gastar 24 meses, ou seja, todo o ano de 2003, e todo o ano de 2004. Como é que o senhor, porque eu tenho observado que o senhor é uma pessoa atenta, zelosa, antes de fazer o seu depoimento, o senhor leu tudo o que podia, sacou essa afirmativa, aparentemente contraditória do seu nome, no depoimento, que o senhor é inteligentemente questionou, por isso eu queria que o senhor me explicasse. Como é que um Banco empresta dez milhões para uma, para uma empresa, que tem um faturamento, que não atinge dez, não, não atinge 1%, do empréstimo feito. Qual o Banco que emprestaria, para uma empresa nessas condições. Só o Rural?

>> Presidente, Deputado Onyx, me dá um aparte só para complementar. Otávio Arthur de Salgado. Só para complementar, e para dar os dados, objetivamente. Esse empréstimo foi, do dia 12 de setembro de 2003, dez milhões. A GRAFITE é uma empresa que, tem uma receita de trinta e sete mil em 2003, e cento e dois mil em 2004. Nessa mesma data, um dos empréstimos concedidos pelo BANCO RURAL a SMP&B, de 26 de maio de 2003 a dezenove milhões, foi renovado, uma das seis vezes que foi renovado, até ser ajuizado. E também com o complemento, na análise financeira da concessão dos empréstimos, tanto do BANCO RURAL, quanto, do BMG, o grupo SMP&B, DNA e GRAFITE,

principais empresas do Marcos Valério, contraiu dívidas de quase 56%, do somatório de suas receitas brutas, no mesmo período.

E só como registro, senhor Presidente, eu pedi para a assessoria, explicava agora ao doutor Reginaldo, a 2S, no controle não tem conta no BANCO RURAL, já informei ao Senador Álvaro Dias, em outros Bancos que foi objeto de quebra de sigilo, só para registrar em público essa informação.

SR. PRESIDENTE : Eu queria aproveitar, digamos assim na gíria, o gancho dos empréstimos que estão sendo falados, e pedir ao senhor José Roberto, que disponibilize para a Relatoria essa documentação, embora V.Sa. tenha falado, está gravado, mas seria importante que V.Sa., pudesse disponibilizar esses dados aqui para a nossa Relatoria, e nós já, desde já agradecemos.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu prometo ao senhor, que no final dos trabalhos eu--

>> posso...A gente trabalha em qualquer instituição financeira com o conceito de grupo econômico, inclusive o próprio BANCO CENTRAL, nos exige que, a gente trate sempre o cliente, pelo conceito de grupo econômico.

Então, a empresa GRAFITE, obviamente, que quando a gente analisa o balanço dela, ela por si só, não teria capacidade econômica financeira, de pegar aquele empréstimo.

Mas ela faz parte, de um complexo de empresas, que na somatória aquelas empresas tem capacidade. Inclusive, nesse caso, os avalistas das operações da GRAFITE, eram os mesmos sócios controladores da empresa SMP&B. E também, havia essa carta de domicílio da DNA. Então, no caso aqui, ilustre Deputada, o que se considerou foi, a capacidade do grupo financeiro SMP&B. E se, o senhor verificar todos os nossos registros no Banco, a gente caracteriza as empresas por grupo econômico. Porque senão, de repente, eu posso estar operando com várias empresas de um grupo, e descubro que o risco dela, é muito maior do que a capacidade.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Doutor José Roberto está bem, essa é a sua justificativa porque é a única que o senhor tem, evidente. E com toda a tranquilidade eu digo ao senhor, em nenhum lugar o que senhor for trabalhar, que não seja no rural, o senhor não vai dar esse empréstimo. O senhor pode usar isso como argumento aqui. No mesmo dia renova o empréstimo da SMP&B, e se a SMP&B tinha na época, E aí, eu concordo com o senhor, tinha capacidade, por que não deu, aumentou o empréstimo para a SMP&B? Por que não fez para a DNA? Por que usa a GRAFITE? Pela mesma razão, E aí, eu quero lhe

questionar, esse volume de transferência de dinheiro, saque em espécie, desde 1998, o Banco tinha a obrigação pela assiduidade do saque em dinheiro volumoso, de fazer o registro no BANCO CENTRAL. O senhor sabe do que eu estou dizendo. O senhor colocou na cobrança judicial da SMP&B, aqueles duzentos mil, que o seu gerente aqui de Brasília entregou para uma pessoa equivocadamente? Era, tão freqüente, a convivência do Banco, porque só faz uma operação desse porte, qualquer Banco sadio no Brasil, para qualquer pessoa que está nos assistindo sabe disso, para tirar meia dúzia de reais, sete, oito, nove, dez, quinze, vinte mil reais, olha, tem que avisar o gerente com 24 h de antecedência, tem que explicar, e se começa a sacar muito dinheiro, tem que dar muita explicação. Isso é o normal. Agora, no BANCO RURAL, o senhor Marcos Valério sacava a vontade. Chegava ao cúmulo, de sair um fax lá de Belo Horizonte, da agência Assembléia, se não me falha a memória, para vir aqui para a agência de Brasília, com um elenco de nome de pessoas, e como é que era a operação que a empresa fazia? Isso não é convivência. Ela emitia um cheque contra si mesmo, Então, aparentemente ela sacava, e justifica lá para pagar seus fornecedores, aí, ela oferecia um fax, com um conjunto de pessoas ao gerente de Belo Horizonte, o gerente de Belo Horizonte mandava para o gerente daqui, e a farra estava feita! Quando os diretores de norma e fiscalização do BANCO CENTRAL, sentados exatamente nas cadeiras que está o senhor, e o seu advogado, perguntei: O que o BANCO CENTRAL estava fazendo? O que é que o COAF fez? Os sistemas de controle ainda do Brasil, eles são absolutamente insuficientes, porque ainda o sistema financeiro no Brasil faz o que quer. Agora vai chegar um momento que vai ser um pouquinho mais parecido com o que é lá fora. Eu queria lhe perguntar o *porquê* que nunca o RURAL comunicou, ao BANCO CENTRAL, esse conjunto de atividades, que está perfeitamente capitulado, nas várias circulares do BANCO CENTRAL, em cima da lei 9613, que obriga os comunicados com assiduidade, indutores ou indicativos de lavagem de dinheiro, desde dez mil reais. Eram operações de trezentos, teve um dia, que fizeram operação em dinheiro, com carro forte. E aí, o BANCO RURAL não fala nada, está tudo certo! O senhor pode explicar por que, que essa operação nunca chamou atenção, [soa a campainha] por que, que o Banco nunca se julgou obrigado, a fazer uma comunicação ao BANCO CENTRAL, e ao COAF, em relação, a essa extraordinária movimentação da SMP&B, com essa convivência? O seu Banco, é um Banco curioso! Quando teve o problema do Collor, lá estava o rural. Quando teve CPI dos anão do orçamento, lá estava o rural, na BANESTADO, lá estava

o rural, aqui, lá está o rural. Por que o rural, tem essa atratividade por situações de alto risco? O senhor pode me explicar?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: É uma ressalva, ilustre Deputada, na realidade somente a partir de 2003, que os Bancos passaram a ser obrigados a informar ao BANCO CENTRAL, que informar ao COAF, movimentações acima de cem mil reais em papel, correto? E naquelas --

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, não, não é correto não, não é correto não senhor, eu vou lhe explicar por que, não é correto. Porque, a resolução e a lei, dizia que com assiduidade, isso é uma esperteza, o que rural usou, e também não entendi por que o BANCO CENTRAL aceitou. Ou ainda, não aceitou, não sei. Mas essa é uma discussão, importante ser feita. A lei determina, que nas características das operações, que o Marcos Valério fez, o rural estava obrigado desde 98 a comunicar, acima de dez mil. Os cem mil de 2003, não é com indício, sob qualquer razão, tirou mais de cem, tem que comunicar. Então, a que ter atenção, a leitura do que está escrito. Pode ser com justificativa para o senhor, o senhor tem o direito de interpretar a lei do seu jeito, não há questionamento sobre isso. Só que eu não vou deixar passar batido aqui, que Banco não tinha obrigação. Não é verdade! O Banco tinha obrigação de comunicar, acima de dez mil. Por quê? Porque, como havia assiduidade e, era indicativo de provável ilícito, está capitulado na lei. O problema da decisão do corte de cem mil reais, que vai mudar, a discussão que tiver com o BANCO CENTRAL, vai cair no mínimo pela metade, que é o padrão europeu, e o padrão americano. São vinte mil euros, na Europa, o senhor que é, um executivo de área internacional, sabe o que eu estou dizendo, qualquer operação acima de vinte mil euros, na comunidade econômica européia, é imediatamente, é obrigado à instituição financeira fazer a comunicação, e a explicação, do por que fez. O Brasil vai chegar nisso também. Mas, não é realidade, pode ser a sua defesa, mas não é o que diz a lei, e nem a resolução. Só para esclarecer, senhor Presidente.

>> O senhor quer que...-pagina32 Ah desculpa. Desculpa.

SR. DEPUTADO ONYX LORENZONE (PFL-RS): Não, não, eu não estou satisfeito não, porque não me explicou, como é que o BANCO RURAL, não apenas vivenciou, apoiou, autorizou, as operações da forma, como elas foram feitas, da forma irregular, como elas foram feitas. São inúmeros, inclusive, os saques em dinheiro, sem identificação. Nós temos tudo isso aqui. Isso, está aqui, na quebra de sigilo. Eu quero que o senhor me explique e--

SR. PRESIDENTE : Com a palavra o senhor José Roberto.

SR. DEPUTADO ONYX LORENZONE (PFL-RS): Eu quero que, o senhor me explique, se isso, não foi em troca de um conjunto de favores, que o Banco, buscava diante do atual Governo brasileiro, e alguns, na minha opinião, levou.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Posso afirmar, ilustre Deputada, com convicção, certeza e tranquilidade, que todos os preceitos legais a serem seguidos, o foram pelo BANCO RURAL, respeitando a legislação de cada época e, digo mais, se a partir de 2003, quando passou a ser obrigado o registro de valores acima de cem mil, outras instituições brasileiras que também tiveram movimentos, tivessem feito esse registro, com certeza o COAF, teria acendido uma luz vermelha, porque na somatória esses movimentos eram grandes, só que a gente só vê isso hoje. Quando a gente pega, o relatório do COAF, em relação às empresas do senhor Marcos Valério, lá está muito claro o seguinte: Empresa com capacidade econômico financeira, com vários contratos com empresas estrangeiras e estatais, inclusive com contratos no exterior, capacitada a ter essas movimentações. Nós sabemos que algumas instituições, infelizmente, só vieram a fazer esses registros, em maio, junho, quando estourou o escândalo do Mensalão. Então, o rural cumpriu todas as normas, e determinações vigentes, durante esses períodos.

SR. PRESIDENTE : Ao Deputado Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Não, só uma última pergunta. E por que ...--

SR. PRESIDENTE : Acho que foi restabelecer os quinze minutos.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): -
- Não, mas é que, ele, ele, me tomou, só mais um minutinho, só quero perguntar --

SR. PRESIDENTE : A proposta foi de excelência --

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): --
dez segundos. dez segundos. Por que é, então, que o Banco levou uma multa de vinte dois, cinco milhões, em relação a problemas de recolhimento da CPMF?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ilustre Deputado, essa operação na realidade ela foi para o conselho de contribuintes, é uma operação que nós temos certeza, que agora na instância superior, nós vamos ganhá-la, porque o objeto da ação está incorreto, e isso está plenamente mostrado e justificado. O que é que ocorre, ilustre Deputada? No momento que o BANCO RURAL, aparece na imprensa, no momento que nós já fomos prejudgados, de repente, processos normais acabam vindo ao conhecimento da imprensa. O senhor poderá verificar, que não só o BANCO

RURAL, mas outras instituições também, tiveram casos parecidos.

SR. PRESIDENTE : Concedo, a palavra ao Deputado Pannunzio, e é claro, já o prazo de dez minutos, eu não posso mais exigir, porque todos os seus antecessores, foram muito além. Então,--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, senhoras e senhores congressistas.

Eu acredito que não vai adiantar muito querer contrapor, razões de ordem lógica, aquilo que já foi esgrimido aqui, tanto pelos ilustres parlamentares que me antecederam, e sobretudo, nas perguntas dirigidas pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio. Até mesmo naquela, talvez intervenção num momento que não deveria ter sido feita, mas eu não me contive, ante aquilo que eu interpretei, como um ato falho do ilustre depoente, senhor José Roberto Salgado, para mim aquilo explica tudo. O BANCO RURAL, com o histórico que já foi previamente anunciado aqui pelo, aliás, anunciado não, previamente ou antecipadamente referenciado pelo Deputada Onyx, de envolvimento em outros casos complicados na história recente da República, bem complicados, o BANCO RURAL entendeu, E aí, foi o ato falho, entendeu que com a eleição em 2002, do candidato do Partido dos Trabalhadores, e o fato de serem um partido com organicidade, e que se instalava no Governo, deu a partir de 2003, toda a liberalidade, que o BANCO RURAL passou a ter, não apenas com relação a Partido dos Trabalhadores, mas sobretudo, com as empresas do senhor Marcos Valério, que se destinaram, a amealhar recursos para os propósitos do Partido dos Trabalhadores, e de alguns, dos integrantes do Governo. Que já foram, alguns inclusive, exonerados. A cúpula do Partido dos Trabalhadores, toda ela foi exonerada também, ou se auto-exonerou, em função da vergonha perante os fatos que vieram a nu, foram desvendados para a nação brasileira.

O diretor pleno e potenciário, o ex-vice Presidente executivo, faleceu do BANCO RURAL, fica muito cômodo outros diretores, entre os quais o doutor José Roberto Salgado dizer, bom, eu não cuidava disso, eu não sei, mais, o doutor José Augusto se fez, se autorizou uma determinada operação, sabia bem o que estava fazendo. Nós sabemos, e não somos ingênuos, sabemos que não é assim. Sabemos que os Bancos não trabalham da forma como V.Sa. explicou aqui. E se trabalham, se trabalham, eu deixo aqui um repto, senhor Presidente, que todas as empresas de quem quer trabalhar, produzir neste país, procure o BANCO RURAL para ver se vão conseguir financiamentos, empréstimos, descontos de duplicata e outros que tais, com as mesmas facilidades conseguidas pelo Partido

dos Trabalhadores, e conseguidas pela SMP&B, e outras empresas ligadas ao “Valerioduto”. Digo mais, que as instituições filantrópicas, que andam tão duramente buscando recursos, para sustentar o seu trabalho beneficente, já que a única garantia exigida do Partido dos Trabalhadores, foi à contribuição futura, de filiados e simpatizantes, eu diria, que as nossas instituições filantrópicas, têm um histórico mais longo, e maior credibilidade, até do que o Partido dos Trabalhadores. E certamente, conseguem até mais doações futuras. Que dirijam-se também, ao BANCO RURAL, para ver se consegue do BANCO RURAL, migalhas, não os milhões de reais, que foram com toda a liberalidade, eu repito, repassados a esse que é o maior esquema de corrupção, jamais acontecido na história da república brasileira. E que teve no BANCO RURAL, não um Banco que estava desavisado, e que foi apanhado de surpresa. Mas o BANCO RURAL, eu afirmo aqui, foi cúmplice de toda essa tramóia, de todo esse esquema, que hoje envergonha a nação brasileira. senhor Presidente, eu dispensei fazer qualquer pergunta adicional ao senhor José Roberto Salgado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A mesa agradece a V.Exa., e concede a palavra ao depoente.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu gostaria só de deixar, de uma forma muito clara e transparente, o BANCO RURAL, em nenhum momento, obteve qualquer vantagem fosse ela de Partido dos Trabalhadores, fosse de Órgão Federal.

Jamais obtivemos qualquer vantagem. Um outro ponto muito importante, eu estou muito triste hoje, porque efetivamente nós tínhamos, um conjunto de empresas, empresas pequenas e médias, que fazem esse país crescer, empresas que dependem de Bancos como o BANCO RURAL, que têm expertise, emprestar para uma empresa que nem sempre o balanço dela, é o melhor espelho da capacidade de pagamento daquela empresa e, de repente, nos vimos privados de continuar a atender essas empresas, e espero que o rural, possa fazê-lo, o mais rapidamente possível.

E frisar também, que o BANCO RURAL sabe do seu compromisso social, e temos o instituto Junia Rabelo, que é hoje, um exemplo de trabalho na área de filantropia.

SR. PRESIDENTE : Nobre Senadora Ideli Salvatti. Tem a palavra V.Exa.,

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Presidente. Eu, não vou ter a mesma posição do Deputado Pannunzio de dispensar as respostas, porque eu acho, que o senhor Salgado, poderá nos esclarecer várias questões. Questões que eu considero importantes, inclusive, um pouco na lógica que

o Deputado Pannunzio fez, do seu pronunciamento e que não quis respostas, eu quero as respostas. Porque o BANCO RURAL faz empréstimos deste modelo que causa estranheza a todo mundo, para o esquema do Marcos Valério, já há bastante tempo. E nós temos insistido, inclusive uma das coisas que a gente tem brigado aqui, nas apresentações de relatórios parciais, é de que, o esquema do BANCO RURAL com as empresas do Marcos Valério que é antigo, não têm tido da parte, não é, dos documentos já preliminares apresentados o tratamento do nosso ponto de vista, o tratamento devido. Porque se nós nos detivermos, não é, de forma sistemática, de forma coerente a investigar, o que vem acontecendo com as empresas do Marcos Valério desde a sua Constituição, desde a sua maneira de se relacionar, com o Governo Federal, Governos Estaduais, nós vamos entender muito, e vamos parar de falar a bobagem de que é o maior escândalo de corrupção da história! Porque todos os elementos, a prática, a maneira inexplicável, de que as coisas acontecem, elas já acontecem há bastante tempo. Então,, eu quero perguntar ao senhor Salgado, se ele tem conhecimento do empréstimo feito, em 19 de agosto de 98 ao BANCO RURAL, no valor de nove milhões, para a DNA propaganda?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Senhora Senadora, esta operação na época que ela foi realizada eu não mexia, não trabalhava na área operacional. O que eu sei, foi uma operação que foi feita nesta época, e depois ela veio sendo paga, e no início de 2003 foi, essa operação foi executada por falta de pagamento, e depois feito um acordo judicial, onde foi liquidada essa operação por um valor que não me recordo, creio que dois, três milhões de reais. Realmente, nessa época, eu não estava na lida do operacional do dia-a-dia. Eu não participei dessa operação, não saberia dar mais detalhes para a senhora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor não tem maiores informações, para nos dar sobre isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Todas as documentações--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor não estava nesse procedimento operacional?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não fazia parte da área operacional, naquele período.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas este empréstimo do BANCO RURAL, para a DNA Propaganda, no valor de nove milhões, eles tiveram como garantia nada mais, nada menos, do que o contrato da secretaria do estado da Casa Civil de Comunicação Social, SECOM, os contratos de prestação de serviços da Secretaria de Comunicação do Governo de Minas

Gerais, foram dados como garantia, para este contrato. E mais, no contrato diferentemente até, a novidade, inclusive, no comparativo, no caso de não ser cumprido os compromissos financeiros, essa talvez tenha sido uma novidade, não é, dos novos para este mais antigo, a execução do pagamento do empréstimo, podia ser feita, diretamente na Secretaria de Comunicação, Ou seja, a Secretaria de Comunicação pelo contrato estava autorizada a passar o pagamento ao invés para

a DNA, para o BANCO RURAL para saudar o empréstimo. Isso estava no contrato! O senhor não tinha conhecimento disso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ilustre Senadora, operações realizadas com empresas cuja garantia são contratos a performar, Ou seja, contratos a serem cumpridos, é normal no sistema financeiro. E muitas das vezes nós estamos falando de empresas privadas, que prestam serviço a empresas públicas. Nós temos em Macaé, no Rio de Janeiro, uma unidade, um--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas eu queria saber se o senhor tinha conhecimento deste, detalhe?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Desta operação, não, não tinha--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De que além de ter sido feito com garantia de contrato de empresa estatal, ainda, diferentemente deste contrato com os mais recentes, não é, de empréstimos do BANCO RURAL, para as empresas do Marcos Valério, ainda havia um item que permitia, o Banco sacar diretamente no Órgão de Governo, ao invés do órgão de Governo, pagar a empresa contratada, pagava o empréstimo da empresa contratada. O que para mim, é algo absurdo em termos jurídico, que uma empresa estatal possa pagar empréstimo, de alguém que ela tenha contratado. Mas isso estava lá, estava lá no contrato. O senhor não tinha conhecimento. O senhor falou de pagamentos, efetivamente este empréstimo inicial de 9 milhões, ele teve alguns pagamentos. Aí teve, no, no, ano de 99 como pagou uma parte pequena, foram feitas renegociações. O senhor sabia que nestas renegociações de 30 de junho de 99, e de 08 de outubro de 99, onde foram pagas pequenas parcelas, foram renovadas as garantias, e aquelas garantias dos contratos das empresas, lá do Governo de Minas Gerais, foram dadas novamente como garantias na repactuação. E pasme, os contratos, porque aí, teve eleição, não é Denise? 98 teve eleição. Então, o governador eleito, o Itamar Franco, quando ele assumiu, ele anulou os contratos das empresas do Marcos Valério. Então, no caso, foram feitas repactuações deste empréstimo, tendo sido mantida as garantias de contratos que já não existiam mais, porque eles tinham sido anulados

pelo, o governador eleito Itamar Franco. O senhor tinha conhecimento disto?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Infelizmente, ilustre Senadora, eu não tinha conhecimento, eu não poderia agregar nenhuma informação para a senhora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é, o senhor falou que o BANCO RURAL entrou com uma ação judicial. O senhor lembra a data, para receber esse empréstimo?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Contra?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Contra a DNA, esse empréstimo de 98?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Realmente não lembro, creio que foi alguma coisa em torno de 2000, mas não tenho essa data, eu poderia verificar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 2000, o empréstimo é de 98, teve pequenas parcelas de pagamento em 99, teve repactuações, todas elas com garantias que eram garantias absolutamente inexistentes, porque os contratos tinham sido cancelados pelo Governo do Estado, não é, pelo governador Itamar. Aí só em dezembro de 2000, o BANCO RURAL ajuizou ação para recebimento, tá? Nesta época, a dívida já chegava perto dos dez milhões. Aí o senhor falou que teve um acordo judicial. Nesse acordo judicial o senhor acompanhou?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade tudo isso que eu disse, Senadora, é conhecimento a posteriori, eu tive para a senhora ter, eu só fiquei sabendo desse pagamento dessa renegociação por jornal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só por jornal?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Apareceu publicado, E aí, que fui tomar conhecimento, até porque isso era da Área Jurídica do Banco, e não fazia parte das minhas obrigações ou funções, cuidar desse tipo de negócio. Então, realmente eu não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu quero que o senhor me responda agora como Vice-presidente do Banco. Empréstimo em 98 com garantias, pequenos pagamentos, repactuado com renovação das garantias que já não existiam mais, eram garantias fictícias, uma ação judicial em 2000, e foi feito um acerto no dia 11 de abril de 2003. Em 11 de abril de 2003, o montante do débito da empresa do Marcos Valério no BANCO RURAL, era de treze milhões, novecentos e um mil. quatorze milhões, arredondando. Sabe qual foi o acordo? dois milhões. Como Vice-presidente do Banco e assim, olha, devia quatorze, pagou dois milhões depois de, 98, 99, 2000, 2001, 2002, 2003, cinco anos depois, devia quatorze pagou dois, dando ampla, rasa, geral, irrestrita, irrevogável quitação para nada mais ter, haver ou poder vir a reclamar.

[soa a campainha]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Como é que como Vice-Presidente o senhor explica isto? Naquela linha que o Pannunzio fez! Como é que o senhor me explica isto?! Para uma empresa, não pagou, que deu garantias fraudulentas, porque não mais existiam, devia quatorze, pagou só dois milhões. Como é que o senhor explica isto?! Para os demais empresários poderem pedir, não é, na lógica o que Pannunzio fez aqui!

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Infelizmente, como eu não participei, eu não sei em que contexto essas condições foram negociadas--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas o senhor é Vice-presidente do Banco! Como é que o senhor me explica que o Banco faça isso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu posso falar, ilustre Senadora? Hoje, a partir de abril de 2004, eu posso falar, porque é um contexto diferente onde eu estou à frente da instituição. Naquele contexto, se eu falar qualquer coisa, eu estaria fazendo inferências, e juízo de valor que não me cabe fazer. Então, eu não fazia parte do grupo gestor da área comercial nessa época. A senhora me permite.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Permite um aparte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho, Deputado Pannunzio. Nem dá para explicar, como é que deve quatorze, depois de cinco anos, paga só, dois milhões dá quitação plena e absoluta, mas o mais grave, no meu ponto de vista, o mais grave é que depois disso tudo, não deu nem um mês, não é isso? Deputado Fruet, não deu nem um mês, e o BANCO RURAL estava emprestando, de novo para as empresas do Marcos Valério. A impressão que me passa, de forma inequívoca, inclusive que esta quitação, por este valor absurdo de dever quatorze, só pagar dois, foi feito para poder permitir limpar o cadastro, e poder fazer de novo os empréstimos, para as empresas do Marcos Valério. Não lhe parece ilógico, que isso tenha acontecido?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ilustre Senadora --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque senão, como é que justifica alguém que durante cinco anos, pagou merreca, devia quatorze, só pagou dois, deu como garantia coisas que não tinha mais como dar como garantia, como é que estas mesmas empresas, pegam de novo, empréstimos no BANCO RURAL?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Realmente, qualquer comentário que fizesse estaria fazendo ilações, e eu prefiro não fazê-las, porque não era o meu

contexto, não era Vice-presidente do Banco, naquela época.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor disse que as relações do Presidente do Banco, do Dumont com o Marcos Valério eram antigas.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E próximas?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim. Então, os benefícios que o BANCO RURAL, tinha por fazer empréstimos deste tipo, porque só tendo algum outro tipo de benefício, não é, porque para fazer empréstimos, não é, durante tanto tempo, com tanto prejuízo, sem garantia, sem condição de recebimento, as vantagens já eram antigas e notórias.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O BANCO RURAL, jamais teve qualquer vantagem fosse naquela época, fosse na época atual.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E faz empréstimos desde 98, às empresas do Marcos Valério, pelos lindos olhos que nem são tão bonitos assim, do senhor Marcos Valério. Segundo a minha opinião, segundo a Denise, porque a Denise não concorda que os olhos dele sejam tão lindos, para merecer tanto, tanto crédito no BANCO RURAL. Ou então, é o brilho da careca, deve ser!

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Como eu disse a senhora, eu não fazia parte daquele contexto, eu estaria fazendo ilações ao fazer qualquer comentário. A senhora me desculpe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque o meu entendimento é de que esse tipo de procedimento dos empréstimos, sem garantia, sem pagamento efetivo, só pode se dar por uma reciprocidade em algum outro interesse. E aí, como o senhor mesmo disse que era caneteado pelo Dumont. Era entende? Não faça, ou seja, era... não é? Subsidiado é que esta relação antiga se dava, obviamente, em torno de outras questões que não os empréstimos em si.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Respeito a vossa opinião, mas realmente não posso fazer qualquer comentário, porque eu estaria cometendo um equívoco porque não era da minha época, não participei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, se o Presidente me permite, eu não quero ser indelicada, até porque eu citei, tantas vezes o Deputado Pannunzio, que fiz uma linha tão veemente aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Poderia até invocar o artigo 14.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 14.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu agradeço a benevolência da Senadora

e do Presidente, na verdade, eu não vou aqui contrariar o que V.Exa., está falando, eu quero voltar um pouco mais no tempo. Para que voltar apenas a 98? Vamos voltar mais no tempo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais! Mas eu tenho outras perguntas aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): -- Ontem, ainda ontem na CPI dos Bingos, nós tivemos aqui o seu ex-companheiro de partido, o Paulo de Tarso Venceslau, que denunciou que esse esquema de Caixa 2 já tem, pelo menos, no PT, pelo menos treze anos. E ele que foi Secretário de Finanças de duas prefeituras petistas da maior importância, de Campinas, e de São José dos Campos.

E como ele disse aqui, aos nossos companheiros da CPI dos bingos, que ex-companheiros montavam nessas administrações no interior de São Paulo, um modelo de esquema, o mesmo modelo, revelado no ano passado, com a descoberta do “Valerioduto”. Portanto, o no hall, de “Valerioduto”, o PT, tem há muito tempo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor vai me desculpar, no hall de Caixa 2, e corrupção, nós vamos aqui voltar a algumas décadas, não é, de administrações. Então, eu não quero aqui, tratar deste assunto, com o Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu gostaria de...de...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, até queria, até porque PFL e PSDB estão com uma crise de amnésia, que cada vez que eu ouço, a crise de amnésia deles, eu fico, não é. Mas eu queria só apenas me reinscrever porque eu tenho questões--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu gostaria de apelar, eu gostaria só de apelar, aos senhores parlamentares, no sentido daquela minha preocupação desde quando nem era Vice-presidente, e que é, a partidarização da CPMI. Gostaria que nós tratássemos realmente de forma suprapartidária. Eu concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor me reinscreve, Presidente? Por favor que eu tenho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Considere-se inscrita.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado, Presidente. Bem objetivo, boa tarde mais uma vez doutor Salgado e os advogados. Só para registro, senhor Presidente, porque a nossa posição com relação à operação dos empréstimos, já consta inclusive no relatório parcial, já foi objeto de uma análise da consultoria, e já com os encaminhamentos entregues ao Relator. Então, são questões pontuais,

doutor Salgado, só para constar. Eu acho que eu vou elencar as perguntas e daí, ao final fica a seu critério, o senhor responde. Primeiro, o BANCO CENTRAL tinha conhecimento dos empréstimos, considerando o que Banco tem uma área de fiscalização em Belo Horizonte, considerando se serem poucos Bancos. Mas especificamente, se tinha conhecimento dos empréstimos para o PT, e dos empréstimos para as empresas do Marcos Valério. E se sabia, que esses recursos seriam destinados, posteriormente ao PT. Segundo, alguma vez o BANCO RURAL fez empréstimos a partidos políticos? Terceiro, antes de 2003, o senhor tem conhecimento se o BANCO RURAL, e aqui confunde se um pouco às vezes a ação do cliente, com o Banco como meio, como instrumento e a questão da contabilidade do Banco. Então, a pergunta é, o senhor tem conhecimento de alguma empresa, ou até das empresas do Marcos Valério, antes de 2003, realizarem essas operações com saque em dinheiro, na boca do caixa, em operações em valores superiores a cem mil reais? Não me refiro a registros, ou a comunicação ao COAF, e ao BANCO CENTRAL, a esse tipo de operação. Com relação a Polícia Federal, quais documentos ou equipamentos, que foram apreendidos no BANCO RURAL, que tipo de investigação foi realizada, ou está sendo realizada, pela Polícia Federal, em relação ao BANCO RURAL? O senhor, se na estratégia do Banco, existe alguma visão de trabalhar pelo fim da liquidação, do BANCO ECONÔMICO, do BANCO MERCANTIL, de Pernambuco. E a criação de um Banco, ligado a alguma central sindical, ou algum sindicato, ou ainda para trabalhar especificamente com crédito consignado, e qual, foi o papel do senhor Marcos Valério nessa intermediação, se houve? O senhor afirma que, o Banco não teve nenhuma vantagem. Causou impacto aqui o depoimento da Presidente do BANCO RURAL, doutora Kátia, quando ela falou que o Marcos Valério, seria um facilitador, do BANCO RURAL. Se o senhor puder também esclarecer. Com relação aos Bancos no exterior. O Duda Mendonça, quando fez a confissão do recebimento de recursos de dinheiro lá fora, ele apresentou uma planilha, com empresas que estão sendo investigadas pela Polícia Federal, e essas empresas depositaram dinheiro na conta do Duda Mendonça, nos Estados Unidos, através de 8 Bancos. A maior parte do recurso, foi transferida por 3 Bancos, o TRADE LINK BANK, o BANCO RURAL EUROPA e o BANCO RURAL INTERNACIONAL. Considerando que fora no Brasil, há milhares de Bancos, pergunto: é coincidência essa operação ter sido feita pelo BANCO RURAL, o Banco tem conhecimento disso? E em caso afirmativo, até onde o senhor pode avançar, há alguma conta lá fora, em que há alguma compensação com recurso, aqui

no Brasil? Por exemplo, uma operação de empréstimo que possa justificar a compensação desse recurso lá fora, ou o Duda, ou o Banco, trabalharam com doleiros. Considerando que os dados já estão, em posse da Polícia Federal, e que algumas dessas empresas foram identificadas tendo doleiros como Procuradores. Essa pergunta também é feita, porque quando foi feita a análise dos empréstimos do BANCO RURAL, uma parte foi para a conta 2595 traço 2, que é a conta que o Marcos Valério, realiza a maior parte das operações para pagamento dos indicados pelo Delúbio Soares, E aí, entendo que não é papel do Banco emitir juízo, sobre esse tipo de operação do cliente, mas parte dos recursos dos empréstimos, quer seja do BANCO RURAL ou do BMG, entraram no BANCO RURAL, não tem relação, com a saída de recursos. Isso dificulta muito, o rastreamento desse dinheiro, e dos reais beneficiários. E por fim, insistindo na questão dos empréstimos, que foi perguntado pelo Deputada Onyx, eu entendo quando o senhor fala da análise do grupo, não especificamente da empresa GRAFITE, que haveria uma desproporção entre a movimentação e o empréstimo. Mas mesmo considerando, as grandes empresas do Marcos Valério, SMP&B, DNA e GRAFITE, houve uma desproporção com relação ao somatório das receitas das empresas. Valores dos empréstimos chega a próximo de 56% não, seria uma operação de extremo risco, aqui analisando sob o aspecto, vamos dizer, financeiro desta operação, considerando que na análise dos dados que nós tivemos na CPMI, todos os empréstimos feitos pelo Marcos Valério, no período que não tiveram essa destinação, foram devidamente liquidados. Os únicos que não foram, que foram dezenas de empréstimos realizados entre o BANCO RURAL, ou no BANCO RURAL, ou no BMG, foram todos devidamente quitados. Quer dizer, não houve o regime de exceção justamente nesses empréstimos, que procuro justificar o repasse de recursos ao Delúbio, e por que essa observação também? Não há, uma relação direta, entre a data dos empréstimos, e a data dos pagamentos. Há uma, há uma periodicidade nos pagamentos que iniciam em janeiro de 2003, mas não há, uma relação direta, com o ingresso dos recursos, e esses pagamentos. São basicamente essas observações, senhor. Presidente, só para, ah, só lembrando aqui para dar um dado, dos valores liberados dos empréstimos, praticamente quatorze milhões, não há como origem, ou melhor, dos valores liberados para as pessoas indicadas pelo Delúbio, e pelo Marcos Valério, quase quatorze milhões, não têm origem nos recursos que foram citados como empréstimos, por parte do Marcos Valério, na sua contabilidade. Isto bate na análise, do rastreamento feito. E aí, pelas informações que foram

prestadas pelo BANCO RURAL. Nesse caso específico eu insisto, não se trata de afirmar que o Banco esteja sonegando informação, nós estamos, mostrando que não confere, a informação prestada pelo Marcos Valério, com a análise da movimentação. E até para isso lhe pergunto, se é usual um cliente, um grande cliente do Banco, tomar empréstimos e, esse recurso ser pulverizado e, não haver identificação dos destinatários. Obrigado, Presidente, aí pelo--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Foram várias perguntas, vou tentar aqui responder o máximo possível. Primeira coisa que eu gostaria de ressaltar, que durante todo esse período da CPMI dos Correios, e de outras CPMIs, o Rural integralmente buscou colaborar inclusive no momento de crise, onde nós tínhamos que concentrar esforços, para poder continuar tocando o Banco, no dia-a-dia, nós pegamos uma grande equipe capitaneada pela doutora Aia na, exatamente para fornecer a tempo, a hora, e com consistência, todas as informações que eram necessárias, e inclusive estas operações também foram periciadas pelo, pela Polícia Federal. Esses documentos foram analisados, e não existe nenhum documento no BANCO RURAL, que não tenha sido entregue a essa CPMI. Todos esses documentos foram entregues. Em relação, às unidades externas, causa, inclusive, a estranheza quando se fala da possibilidade, de que empréstimos seriam, teriam sido liquidados no exterior. Ou seja, que entregaram se, recursos lá fora para poder obter empréstimos aqui. Ilustre Deputado, para mim, que sou uma pessoa que estou a 31 anos no mercado, é muito estranho que recursos que se acaso existissem já estavam fora da contabilidade de alguém, viessem a passar por instituição financeira. Porque hoje essas pessoas estão sendo colocadas sob investigação, exatamente porque as instituições financeiras, foram usadas de forma indevida, e existem registros que estão levando essa CPMI, de forma ilustre, a conseguir apontar dados e, fatos que não seriam colocados para opinião pública, se acaso esses recursos estivessem, em situação já irregular. Eu não consigo conceber, que um recurso que já estivesse num Caixa 2, possivelmente, ele tivesse que passar por um Banco, para depois retornar para o Caixa 2. É uma coisa que, a mim como profissional de mercado realmente, causa muita estranheza, eu não consigo conceber essa possibilidade. E afirmo com veemência, o BANCO RURAL, ou suas subsidiárias jamais, recebeu qualquer recurso compensatório, para essas operações de crédito. Para mim, tranquilamente, quem deve ao BANCO RURAL chama-se SMP&B, GRAFITE, e senhor Marcos Valério. E vamos cobrá-los, até as últimas instâncias, que eles usufruíram desse recurso, se repassaram para terceiros, não foi com a

nossa anuência ou benevolência. Então, para nós, eles vão pagar, nós vamos continuar envidando todos os esforços necessários, para que esses recursos voltem para o Banco. Um outro ponto importante, quando o senhor disse que, créditos ocorridos na conta do senhor Duda Mendonça, teriam vindos, de instituições ligadas ao BANCO RURAL, ou seja, a RIB RURAL INTERNACIONAL BANK, ou BANCO RURAL EUROPA, eu diria para o senhor o seguinte, jamais BANCO RURAL, ou suas subsidiárias, teriam motivos, para fazer qualquer crédito na conta, do senhor Duda Mendonça. Se isto ocorreu, foi, foram clientes, que eu não tenho esses nomes aqui agora, mas foram clientes dessas duas instituições no exterior, que fizeram esse crédito. Então, para que nós tivéssemos possibilidade de saber quem são esses clientes, obviamente nós teríamos, que ter procedimentos jurídicos legais, no sentido de que se chegasse a esses nomes. Agora BANCO RURAL, RURAL INTERNACIONAL BANK, ou BANCO RURAL EUROPA, jamais fizeram por conta própria, qualquer tipo de depósito nessas contas.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não, é só pra registrar, nesse caso eu entendo, não se afirma que o Banco fez o crédito. Eu pergunto, só para registrar, na sua avaliação é coincidência, que tenha sido através do BANCO RURAL, ou essa operação se deu através, de pessoas que tenham relação com o BANCO RURAL, como por exemplo, doleiros, que estão sendo identificados como Procuradores das empresas, que fizeram os depósitos no exterior. Objetivamente a pergunta não se tratou de emitir um juízo sobre o Banco.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, ilustre Deputado, nós estamos falando de documentos que foram mostrados pelo senhor Duda. Entendemos, inclusive por uma revista, do último final de semana, que além dessa conta, ele tinha outras contas. Então, é muito difícil, a gente chegar à conclusão, que o grosso desses recursos vieram do BANCO RURAL EUROPA, ou do RURAL INTERNACIONAL BANK. É importante frisar, que essas duas instituições são 100% controladas pelo BANCO RURAL DO BRASIL. Qualquer outra instituição citada, não tem qualquer vínculo, com o BANCO RURAL BRASIL. E realmente, esses foram os documentos, o que senhor Duda apresentou a essa CPMI. Eu não sei, se existem outros depósitos, se existem outras contas, se existem outros Bancos.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quer dizer, então, o senhor desconhece que ele tenha sido, tenha recebido recursos através, do BANCO RURAL EUROPA, ou do BANCO RURAL INTERNACIONAL. O senhor tem conhecimento dos documentos, que ele entregou na CPI ou não?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Como eu disse para o senhor, nós tivemos conhecimento através da CPMI, através da mídia, que depósitos teriam sido realizados, através do BANCO RURAL EUROPA, e do RURAL INTERNACIONAL BANK. Por que, que aparece esses Bancos depositando? Porque, quando você faz uma ordem de pagamento, consta no campo de ordenante, quem está mandando essa ordem. Então, é praxe, que sempre a gente coloque o Banco, que é o detentor da conta. Correto? Se o senhor tiver a oportunidade, de ver todos os outros movimentos feitos pelo RURAL EUROPA, ou pelo RURAL NASSAU, sempre aparece como ordenante, o próprio Banco. Por quê? Porque se eu coloco ali, quem é o remetente, eu estaria quebrando o sigilo dele. Então, para que eu chegue, a quem são as pessoas, que fizeram essas remessas, nós teríamos que efetivamente respeitado, a legislação de cada país, solicitar que fosse, aberto o sigilo dessas pessoas.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Outra é que, estou especulando o papel do Banco, essa compreensão que eu peço para o senhor. É que, os pagamentos foram feitos pelo BANCO RURAL EUROPA. Não estou pedindo para declinar o nome dos clientes ou afirmar que, eu estou perguntando o seguinte, se é coincidência que operaram com o Banco, ou, se eventualmente pode ter sido utilizado, por pessoas como, por exemplo, doleiros, que estão sendo investigados pela Polícia Federal por serem titulares, das contas das empresas, que são clientes do BANCO RURAL. É isso.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não saberia dizer isso, mas posso afirmar ao senhor, que nós, temos estabelecidos nessas unidades externas, todos os controles, compliance, inclusive auditorias são feitas, pelo menos a cada 6 meses, exatamente para evitar que alguém, possa utilizar as nossas unidades no exterior, de forma fraudulenta, ou criminosa. Eu tentei anotar a letra, talvez se o senhor pudesse me ajudar dando mais uma.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Vamos lá, Polícia Federal, e BANCO CENTRAL, do conhecimento dos empréstimos, e a Polícia Federal, com relação à busca e apreensão, de documentos, e equipamentos. Até o senhor falou da perícia, mas a perícia está concluída?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Não, ainda não, essa perícia está sendo feita. O BANCO CENTRAL DO BRASIL, me causou assim, muita estranheza quando o senhor Godinho, ele mesmo afirmava, da firmeza e da assiduidade, do trabalho do BANCO CENTRAL, em relação ao BANCO RURAL. Todas as operações de crédito do BANCO RURAL, elas são de conheci-

mento do BANCO CENTRAL, e são controladas pelo BANCO CENTRAL. Especificamente nessas duas operações, da SMP&B e GRAFITE, porque a operação do Partido dos Trabalhadores, quando pela amostragem daquela época, ela deveria ser número dois mil, três mil, então, ela não entrava no escopo de análise do BANCO CENTRAL, o BANCO CENTRAL, em janeiro de 2005, quando nós optamos por deixar a operação vencida. Obviamente, que o rating dela começa a cair por vencimento, e começamos a provisionar. E quando, fizemos o ajuste com o senhor Marcos Valério, no sentido de que, renovássemos por mais um período. E aí, ele começaria a pagar, obviamente que essa operação muda de rating, e o BANCO CENTRAL nos questionou de forma veemente, e nos disse que deveríamos manter aquela operação no rating anterior. Tanto é que ela acabou ficando em rating B, e o BANCO CENTRAL a partir daquele momento, passou a acompanhar todos os dias, à liquidez daquela operação, se é que em junho, em função dos fatos ocorridos, a empresa não mais teve condição, o BANCO CENTRAL mandou, o BANCO RURAL integralmente provisionar 100% da operação. É, importante ressaltar, que o papel do BANCO CENTRAL, ao longo desses anos, antes de ser investigativo, antes de ser punitivo, é educativo. Ou seja, o BANCO CENTRAL vem ajudando todo o sistema financeiro nacional, a criar medidas e condições para cada dia melhorar, todos os seus indicadores, seja de qualidade de carteira, seja de controles, especialmente o BANCO CENTRAL em Belo Horizonte, na figura do senhor gerente no local que o senhor Valter Cansado, tem feito um trabalho constante em cima do Rural, exigindo, inclusive, em várias ocasiões, mudanças de procedimentos, reclassificações de operações, os senhores poderão ver ao longo da história do Rural, momentos que a gente teve que mudar rating de operação, e tivemos que tomar medidas em relação a isso. Quanto a Polícia Federal, toda a documentação que foi entregue à Polícia Federal, foi também a documentação que temos encaminhado a essa CPMI, na medida do possível, eu não sei se houve pedidos, Reginaldo, por gentileza, algum pedido feito pela Polícia Federal, que não tenha sido pedido pela CPMI, eu não sei dizer isso. Foi mais abrangente. Que é um trabalho que, pela informação ainda, continua, a perícia ainda não está finalizada, ilustre Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E com relação a saques, se houve, se havia essa prática antes de 2003, e se houve empréstimo de algum partido político em operação bancária no BANCO RURAL.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não saberia dizer para o senhor se houve esses saques, talvez o Reginaldo possa nos ajudar nos levantamentos que

ele fez. Quanto a operações com partidos políticos, analisando a central de risco, e isso é uma coisa de 97, 98, Então, é à base de dados que a gente tem, a partir daquela data, não ocorreram essas operações. Pode ter ocorrido no passado, mas nós não temos, esses registros, em sistema dessa época.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E com relação a, se há interesse na questão do BANCO ECONÔMICO, o BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO, e algum BANCO DO TRABALHADOR. E aquela expressão utilizada pela Presidente Kátia Rabelo, com relação ao facilitador, ao Marcos Valério como facilitador?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu acho que talvez a doutora Kátia, tenha sido infeliz, quando ela fez a afirmação de facilitador. Eu desconheço, que o doutor Marcos Valério, em algum momento, tenha facilitado qualquer coisa para o BANCO RURAL. Quanto à questão de BANCO MERCANTIL, a única coisa que eu posso dizer, é que hoje, nós temos 22% das ações do antigo BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO, e a expectativa nossa é que depois que esgotada todas as instâncias jurídicas, a gente possa vir a receber isso, porque o BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO, um crédito a receber, em função de operações feitas na época do PROER. E não tem nenhuma, quanto à questão de BANCO DOS TRABALHADORES, esse é um projeto, que nasceu no passado, e foi colocado de lado assim que assumimos, porque nós julgávamos que não era o escopo de atuação do Banco, até porque, nós já tínhamos uma empresa, tínhamos uma sociedade com o GRUPO SÉCULOS, numa empresa que trabalha com crédito consignado, onde o foco de negócio dessa empresa, é basicamente servidores da ativa. Nós não operamos praticamente nada com o INSS. A gente opera basicamente servidores públicos municipais, estaduais e federais da ativa e funcionários de empresas privadas. Esse é o foco de negócio dessa empresa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Satisfeito, Deputado? Agradeço a V.Exa., Concedo a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente, senhor depoente, senhor advogado, meus colegas, eu vou sair um pouquinho da técnica, que está sendo levada aqui. Eu estava sentada aqui, entre a Senadora Ideli, e o Deputado Panunzio, e houve um momento de um espingar, de ar verbal, que quase que me trabucou, da Comissão, e eu acho, que é um dos mais importantes, que é aprimorar o nosso sistema. Eu estou vendo que o senhor, doutor José Roberto, é uma pessoa muito experiente,

o senhor me disse aqui que tem 31 anos, de experiência no mercado. Então, Sr. Presidente, eu vou pincelar aqui rapidamente, do que eu vi. E, o que eu vi aqui, foi que algumas operações fora da tradição do Banco, por exemplo, a operação de empréstimo a um partido político, o senhor mesmo disse que o empréstimo foi feito, porque era o partido que estava no Governo e, ao mesmo tempo, ele tinha as contribuições dos seus associados. Foi dito aqui também, a respeito de outros empréstimos, que o senhor mesmo diz, que o BANCO CENTRAL, leva o BANCO RURAL, a reclassificar essa operação, quer dizer, o que me leva a pensar, que o BANCO RURAL, é um Banco mais agressivo. Ele é um Banco, que lida mais na linha do risco. O negócio do Banco, o que é que o Banco vende? O Banco vende dinheiro. O Banco vende o dinheiro, ele tem que receber o dinheiro. E eu observo, é muito diferente que a minha cabeça, o senhor me perdoe, mas a minha cabeça vai ser sempre de juíza, porque gato que nasce no forno, não é biscoito, é gato. Então, a minha preocupação, é saber como é que as coisas funcionam. Então, senhor, eu observo, eu fui dar início da lei de lavagem de dinheiro lá na Suíça, onde sentei com a Carla Del Ponte, enfim, e com banqueiros do **Lixerstime** também, a gente, e a preocupação deles na época, eu me lembro muito bem, era com os custos dessa inversão, quer dizer, colocar para os Bancos, a fiscalização, de se havia, ou não, lavagem de dinheiro. E naquele momento, Dr. José Roberto, nós colocamos para os Bancos, que sem a ajuda deles, nós não poderíamos combater com eficácia, a lavagem do dinheiro. É impossível! Eu digo para o senhor, que sem a ajuda dos Bancos, é impossível. Por quê? Porque não se lava dinheiro, sem passar pelo sistema bancário. Não se lava dinheiro, sem passar pelo sistema bancário, é impossível! E naquele momento, nós tentamos convencê-los, e ainda nem tinha a lei da Suíça, a lei de lavagem do dinheiro, Brasil também não tinha, e eles relataram muito por causa dos custos. E de modo que eu, naquele momento, eu já observava, inclusive aqui eu comprovo, que tanto o economista, como o banqueiro, ele pensa a operação, pelo lado virtuoso. E eu vou dizer, o que eu quero dizer com isso. Ele pensa pelo lado do seu negócio, o que é natural. Quer dizer, se eu sou banqueira, eu penso qual vai ser o spread, vai ser a minha taxa de inadimplência, se o negócio me convém, qual é o risco, qual o retorno que eu vou ter? Porque este é o meu negócio. Eu, penso pelo lado não virtuoso, porque a minha formação, é jurídica criminal. Então, eu tenho que pensar pelo lado, que é aquele do criminoso, se servir do sistema financeiro para a prática de crimes. E no caso de crimes de lavagem. O senhor disse aí, também que lá em Londres, quer

dizer, na Europa, o senhor não sabe se tinha. Hoje, é preciso que o Banco, faça isso, não é? E então, eu estou vendo que o senhor tem uma larga, experiência neste mercado. Eu fui banqueira também. Mas eu explico ao senhor, a minha taxa de inadimplência, era de 0.8%, eu não sei qual é a sua. Deve ser uns 3 e meio, 4%. Deve estar nisso, não? 4%,? A minha--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: 1.9%.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): 1.9%! Olha que maravilha! A minha era 0.8%. Eu estou vendo a sua inveja, em relação ao meu Banco. O meu Banco era o Banco da mulher. E eu, concedia os créditos sem nenhuma, sem nenhuma, nenhuma garantia que não fosse a ética, a moralidade, porque eram pequenos créditos, o Banco da mulher existe desde 1985. Eu fui Presidente de 2000 a 2001. Fui uma banqueira esquisita. Mas enfim, eu queria que o senhor me desse aqui uma posição, eu sou a última, é para fechar, Sr. Presidente, porque a minha preocupação aqui nessa CPMI, é colaborar, se eu puder, com muita simplicidade, com muita, com muita parcimônia, mas colaborar, para que o sistema se aprimore. Então, o senhor me diz aí, quer dizer, eu estou vendo que o senhor agüenta firme, o senhor está sendo bombardeado, eu não sei, eu não tenho condições de avaliar, se o BANCO RURAL, intencionalmente praticou ou não, ou si ele foi conivente, ou não, com o eventual crime de lavagem de dinheiro. Não é esta a minha função aqui, eu já saí da Magistratura desde 98. A minha função aqui é aprimorar o sistema. E, o que é que o senhor, com a sua experiência, e eu vejo que o senhor é, conhece profundamente bem isso, como é que o senhor daria uma sugestão para nós, no combate a lavagem do dinheiro, de modo a que os senhores não ficassem tão vulneráveis, hã? E, ao mesmo tempo, pudessem trabalhar com mais tranquilidade, aliando a isso também o custo de vocês, porque é um negócio, e é um negócio que o senhor disse aqui no início, que presta o serviço, o senhor tem empregado, tem isso, não sei se o senhor perdeu nessa crise. Eu imagino, suponho que deve ter perdido, porque, há um chacoalhar, eu compreendo isso. Então, a minha posição aqui, é muito mais de perguntar ao senhor, o que é que o senhor pode, o que é que o senhor daria, ou o senhor gostaria de mandar isso, para a nosso Comissão, para o Relator, enfim, a minha preocupação é essa, o que, que o senhor teria a sugerir, não só para se proteger como Banco, mas como proteger a todos nós, daqueles que se servem, e só podem se servir do sistema bancário, para a lavagem do dinheiro. Muito obrigado.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Me permite chamá-la Então, de ilustre companheira, como banqueira.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Tá bom. Mas o meu Banco não tinha dinheiro não.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Ilustre Deputada, primeiro, historicamente a nossa taxa de inadimplência sempre foi muito baixa, por dois fatores. O grande diferencial do BANCO RURAL, em relação a outros Bancos do seu tamanho, a expertise, que nós temos em operar com pequenas, e médias empresas, que nós sabemos que aqui no Brasil, nem sempre essa empresa, tem acesso ao crédito oficial. Então, ao longo dos anos, a gente sempre teve concorrentes entrando no mercado, e saindo muito rapidamente, porque isso exige, antes de mais nada, um relacionamento muito pessoal, do nosso gerente, com o cliente. E é isso, que a gente fez ao longo desses anos. E é muito importante frisar, a partir da crise do BANCO SANTOS, nós tínhamos uma crise no Banco Santos, de cinco bilhões de reais de ativos de crédito, ou seja, operações de crédito, hoje esse número, é um bi e cem. Ou seja, reduzimos quatro bilhões, ou seja, tivemos que solicitar aos nossos clientes, pagamento de quatro bilhões de reais, em um ano, e pouco. Isso é reflexo da forma, que nós administramos a nossa carteira. O sistema financeiro brasileiro é, talvez, o sistema mais sofisticado do mundo, porque nós vivemos com uma inflação nos últimos anos, muito alta, o que nos obrigou sempre, a criarmos uma série de mecanismos, que diferencia o sistema financeiro brasileiro, de outros sistemas. Hoje nós temos mecanismos de pagamento, que em outros países não existe, como por exemplo, o cheque. Não se usa nos Estados Unidos, cheque ! Usa-se, cartão de crédito. Então, na medida que esses mecanismos são muitos, acaba-se permitindo que pessoas, utilizem de forma errada, e criminosas, esses mecanismos. Entendo eu, que esse é um trabalho, que a cada dia vem melhorando. E aí, é muito importante, não só a união de BANCO CENTRAL, de COAF, de Congresso, mas também do sistema financeiro, e eu acho que uma das grandes contribuições que o sistema tem a dar sempre, é a partir da própria vivência. Agora, eu gostaria realmente, como à senhora me deu essa oportunidade, de depois encaminhar isso para essa CPMI por escrito.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Por favor e com cópia para mim, vou lhe dar meu e-mail porque é--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Tá ótimo.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Isso é dever do Parlamento, já o que Parlamento não tem uma função, na área criminal, o Parlamento não tem uma função, mesmo a CPI, ela não é, ela investe aqui como funcionam, e eventuais desvio dos

nossos parlamentares. Mas não temos uma função criminal, a não ser, como por exemplo, aconteceu aqui ontem com uma prisão, mas que foi uma prisão em flagrante, e que o próprio Código de Processo Penal, diz, no seu artigo 301 que qualquer um do povo pode, e a polícia deve prender, quem estiver cometendo um crime. Então, quer dizer, os nossos poderes são limitados, mas são muito importantes, porque essa é a função do Parlamento. E eu lembro aqui, Sr. Presidente, só porque, às vezes nos cobram muita posição de fazermos leis, na Suíça, quando passam mais de quatro leis por ano, pára o Parlamento porque não pode, senão vai mudar muito a sociedade. A função do Parlamento moderno, é a de fiscalização, para ver como funcionam, todas as nossas instituições. Imagina se a gente votasse todas as leis que temos aí, seria um caos de mudança social, que a sociedade não iria digerir isso, inclusive. De modo que o nosso tempo, a sociedade deve exigir, deve ser um pouco mais lento, para que a gente possa ir aprimorando as nossas instituições, e uma delas, talvez, a mais importante agora, pelo lado não virtuoso que nós, temos que pensar o sistema bancário, pelo lado não virtuoso. Porque o economista, e o banqueiro, pensam pelo lado virtuoso. Eu já entro, com a minha cabeça dizendo: Não, temos que pensar que ele pode, e é o único que vai ser usado pelo criminoso. De modo que eu agradeço ao senhor, e vou lhe dar meu e-mail, se puder passar para mim, eu agradeceria essas sugestões, que são inestimáveis, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): A Presidência, se associa aos agradecimentos da Deputada Juíza Denise Frossard que, certamente, com esta larga experiência, o no hall de V.Sa. na atividade bancária, certamente, vai prestar uma grande contribuição aos trabalhos desta Comissão. Como último inscrito nesta fase, ainda temos uma reinscrição, a Senadora Ideli, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu. Sem direito a replay.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Tá bom. Tudo bem, senhor Presidente. senhoras e senhores parlamentares, senhor José Roberto, o senhor é Vice-Presidente do BANCO RURAL. Desde quando o senhor ocupa essa posição no Banco?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Desde abril de 2004, falecimento do doutor José Augusto Dumont.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Abril de 2004?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Sim. Destacando, ilustre Deputado, que na realidade, essa Vice-presidência, se ela foi dividida, eu sou Vice-presidente e, somente da área operacional. área de suporte

operacional, é uma outra pessoa, é a doutora Aia na Tenório.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Antes o senhor, qual que era a função do senhor no Banco?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu era diretor responsável pela área internacional e de câmbio.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Após todos os fatos que aconteceram, principalmente, com respeito aos empréstimos, às empresas de Marcos Valério, o BANCO RURAL sofreu mudanças?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: O BANCO RURAL, desde quando nós assumimos a gestão, nós já vínhamos fazendo todo um processo de reestruturação, redução de custos, contratamos, por essa ocasião, empresas de renome como MCKINSEY ACCENTURE, que vinha nos auxiliando, exatamente nesse trabalho. Obviamente que com essa crise, nós acabamos drasticamente tendo que reduzir, nossas operações de crédito, que são a fonte de nossa receita, e por isso tivemos que fazer reduções drásticas também de pessoal.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Foi realizada alguma auditoria no Banco?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Por parte de quem, ilustre Deputado?

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Do próprio Banco.

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Na realidade, se faz nas agências, há um cronograma de auditorias, que é feita todos os anos. E aí, nós temos como determinação, toda a agência tem que ter auditoria no ano, correto? E em alguns casos, são feitas auditorias especiais. Todas essas operações foram feitas, a área, na realidade a gente tem uma área de inspetoria, essa área faz o trabalho do dia-a-dia, e é uma área ligada a Vice-presidência de suporte operacional, e temos uma área de auditoria, que é ligada diretamente ao conselho. Também temos mecanismos, que nós chamamos de auditoria indireta, que são as auditorias feitas por sistema, como, por exemplo, esse mapa de clientes acima do padrão. É um mapa de auditoria indireta. Ou seja, não precisa ter uma presença física da pessoa, essa presença, ela se dá remotamente através de sistemas computadorizados.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG): Eu gostaria de--

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Só para fechar aqui, a partir de todo esse problema envolvendo essa crise política, em agosto desse ano, nós, os nossos acionistas contrataram, quatro consultores, três deles, egressos do BANCO CENTRAL DO Brasil, doutor Gustavo Loyola, doutor Luís Nelson Carvalho e doutor

Paulo Zanin e também o doutor Caetano Vasconcelos, especialista na área de direito bancário, e eles vêm fazendo um trabalho complexo, envolvendo toda a parte de estratégia, controles, compliance, ou seja, eles vem nos dando um suporte, fazendo uma análise profunda com todo o conhecimento que adquiriram ao longo desses anos, enquanto, autoridades monetárias para nos auxiliar, realmente a que tenhamos um Banco cada dia mais imune, a situações como essas que ocorreram.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG):

Eu não gostaria de fazer, em juízo de ter um juízo, um pré-juízo, de tudo o que aconteceu. doutor José Roberto, é muito estranho um Banco, todos esses fatos que aconteceram com o Marcos Valério, saques vultosos em dinheiro no caixa, os empréstimos sem garantia, a não execução, o senhor disse que vai executar todas as dívidas das empresas do Marcos Valério, mas até, então, não haviam sido executadas. Essa mesma negociação, por exemplo, de uma soma vultosa para um pagamento simbólico, praticamente, referente, tudo isso é muito estranho, que um Banco do porte do BANCO RURAL, tenha ocorrido com o BANCO RURAL. Então, realmente nós estamos aqui para investigar, nós estamos aqui, para saber o que é que ocorreu. E se desconfia, é claro, que por trás de tudo isso, tinha alguns favorecimentos que o Banco teve, e com próprias estatais, e Governo, e que pudesse justificar a maneira com que o BANCO RURAL, tratava com as empresas do Marcos Valério. O senhor tem alguma coisa a dizer a respeito disso?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Como eu volto, já disse anteriormente, o BANCO RURAL, não teve nenhuma vantagem, nenhuma vantagem em relação a esses empréstimos. Inclusive, no que diz respeito, se tem falado que o Rural, acabou sendo beneficiado pelos fundos de pensão, pelo contrário, na realidade, nós fizemos um trabalho, foi montado uma estrutura no ano de dois mil, onde nós trouxemos profissionais de mercado, inclusive de Bancos estrangeiros, para montar essa área. À parte de fundos jamais, principalmente os fundos federais, jamais ultrapassou 5% da quantidade de recursos que nós tínhamos, e ressalto mais, ilustre Deputado, no momento da crise do SANTOS, todos esses recursos saíram do Banco. Nós aprendemos, ao longo da nossa experiência profissional, que recurso de fundação, em qualquer economia capitalista, ela é muito importante, mas é o primeiro recurso a sair numa crise, e é o último a entrar. Então, toda a nossa administração de fundos, jamais passou por necessitar de fundos, que não fossem dos nossos clientes. E isso, é que nos possibilitou, depois de quase dezoito meses

de crise, considerando o caso do BANCO SANTOS, sobrevivemos a toda essa tempestade. A questão da operação, como eu disse já anteriormente, a partir de janeiro de 2005, quando detectamos que a operação estava com problema de liquidez, nós a mantivemos vencidas, e iniciamos negociação para recebê-la. É muito difícil, ilustre Deputado, que numa negociação você parta de imediato, para a solução final que é a Área Jurídica, que nós sabemos, que talvez seja onde as coisas acabam se agarrando sem solução. Porque aí, começa todo um processo, que acaba sendo muito lento. Então, todas as medidas começaram a ser tomadas já em janeiro de 2005, quando nós, de forma deliberada, deixamos aquelas operações vencidas, inclusive havia uma operação do senhor Marcos Valério, que por minha decisão, eu não a renovei, deixei vencida desde dezembro. E ele era um dos avalistas, exatamente para criar constrangimentos, para que junho, eles cumprissem, o que tinha sido acordado. Infelizmente, veio à crise, e nada disso aconteceu.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG):

Eu tinha, o senhor Marcos Valério, diz que a palavra naquela época do ex-Deputado José Dirceu, era a garantia dele. O que o senhor tem a dizer?

SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO: Eu não tenho relacionamento com o senhor Marcos Valério, só tive relacionamento com ele, a partir, de janeiro por ser Vice-Presidente, cobrando dele, e jamais tive qualquer relação, contato com o Deputado José Dirceu. Então, eu não, não posso fazer qualquer referência, ou comentário sobre o que o senhor está colocando.

DEPUTADO GERALDO THADEU (PPS-MG):

Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Agradeço a V.Exa., Deputado. E passo a segunda fase de inscrições, única inscrita, a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra pelo prazo de 5 minutos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, até um pouco, não queria, o senhor pediu, que nós não fizéssemos a partidarização, mas a amnésia do PSDB e do PFL, que não querem nunca, que a gente lembre, o que esquema do Marcos Valério, das empresas do Marcos Valério, começou efetivamente, através de, lá de Minas Gerais, e tal. Mas tem coisas ainda que a gente precisa relembrar ainda um pouquinho mais, e é nesta linha que eu quero fazer as perguntas ao senhor Salgado. Porque, o BANCO RURAL, ele era um dos que tinha, tido do BANCO CENTRAL, na época ainda do primeiro Governo do Fernando Henrique, a flexibilização para a remessa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senadora Ideli, estou recebendo a recomendação expressa do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, de que está havendo votação nominal e que ele determina a paralisação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Suspensão?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Imediata. Então, indago a V.Exa., se gostará que eu suspenda a sessão, para reabri-la, após o término da Ordem do Dia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Será que se a gente ficasse mais cinco minutos não encerrava, não dava, ? Então, é nulo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): É nulo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, Presidente, que as perguntas são pertinentes, porque, tem a ver inclusive com depoimentos que nós --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu agradeço a compreensão de V.Exa., e sugeriria que V.Exa., poderia formalizar estas perguntas por escrito, e ele à responderia. Então, antes de encerrar, por determinação superior, evidente, e em cumprimento ao Regimento Interno, eu reitero ao depoente, que disponibilize aqueles dados referentes aos empréstimos. E solicito que a assessoria, receba e repasse, Relator Osmar Serraglio. Agradecendo ao depoente, aos seus ilustres advogados, aos senhores parlamentares e assessoria, a imprensa, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, marcando a nova reunião para amanhã às, amanhã às 10h, na sala seis desta ala, para a oitiva do procurador-geral, junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado. Muito obrigado, uma boa tarde a todos.

Sessão encerrada às 14h40.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 58ª Reunião, realizada em 01/02/2006.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às doze horas e quarenta e oito minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças

dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Sibá Machado, Romeu Tuma, Valdir Raupp e os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Carlos Abicalil, Osmar Serraglio, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Willian, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Murad, José Eduardo Cardoso, Sílvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio, Geraldo Thadeu e João Fontes; reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência esclarece que a pauta da presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Breno Fischberg e José Pompeu de Campos Neto. Registra que o Sr. Breno Fischberg possui liminar do STF que permite que ele deponha sem assinar o termo de compromisso. O Sr. José Pompeu de Campos Neto não foi encontrado, sendo que a Polícia Federal informou que o mesmo se encontra em destino ignorado. Esclarece o Presidente que as providências necessárias para sua localização serão tomadas. A seguir a Presidência convida o Depoente Breno Fischberg para o início do seu depoimento, o qual compõe a mesa acompanhado do seu advogado o Sr. Guilherme Alfredo de Moraes Nostre, OAB/SP nº 130.660. Passa a palavra ao Depoente que inicia breve exposição se colocando à disposição para responder às perguntas. Em seguida, a palavra foi passada ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. A reunião passou a ser presidida pelo Deputado Sílvio Torres, tendo o depoente prosseguido com seu depoimento, respondendo, preliminarmente, às perguntas do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. O depoente entrega ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto uma conta que comprova que a empresa RS solicita que a Master seja uma Corretora. Pela ordem de inscrição fizeram uso da palavra os Deputados Gustavo Fruet, Antônio Carlos Magalhães Neto, Carlos Willian, Sílvio Torres e Nelson Meurer. A Presidência agradece e às quinze horas e trinta e dois minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 58ª reunião da Co-

missão Parlamentar Mista de Inquérito criada através de requerimento de número três, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa, a qual coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos senhores Breno Fischberg e José Pompeu de Campos Neto. Quero registrar que o senhor Breno Fischberg vem acompanhado de uma medida cautelar em *habeas-corpus* de número 87-875, nos moldes das liminares até então apresentadas por outros depoentes. Gostaria de registrar também que nós acabamos de receber o relatório da missão policial que estava procurando pelo senhor José Pompeu de Campos Neto e ele, apesar de todo o esforço da polícia, ele não foi localizado em São Paulo. Está, segundo o delegado da Polícia Federal, Roberto José Procópio da Silva, em destino ignorado. E, portanto, a CPMI vai tomar as providências devidas através da Polícia Federal para que ele venha depor em outras condições, venha depor sob vara e, portanto, eu, tendo tomado conhecimento dessas informações, agora retornando à CPMI dos Correios, nós vamos adotar as providências devidas com relação ao senhor José Pompeu de Campos Neto. E eu quero chamar o senhor, começar as nossas atividades de hoje, chamando o senhor Breno Fischberg, da corretora BÔNUS-BANVAL. Eu gostaria de registrar também que o advogado do senhor Breno Fischberg é o senhor Guilherme Alfredo de Moraes Nostre, do escritório Moraes Pitombo Advogados. Gostaria também de registrar que nós adiamos de hoje para amanhã a Reunião Administrativa que nós começaremos às dez horas. Conversei já com as lideranças da base do Governo, conversei com as lideranças também de oposição para que nós tenhamos, amanhã, uma reunião eficiente, uma reunião em que votemos requerimentos que são importantes, especialmente requerimentos relativos às Sub-relatorias mais recentes, como a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão e a Sub-relatoria de Contratos também. Então, eu vou apresentar essa sugestão que inclui a retirada de requerimentos que já estão caducos, requerimentos que exigem votação nominal e requerimentos que não exigem votação nominal e outros que ficarão para votação nas próximas semanas. E eu pediria, amanhã, como nós temos várias votações de quebra de sigilo, que nós façamos um esforço para garantir o *quorum* necessário, de tal maneira a aprovar principalmente as quebras de sigilo. Eu vou passar a palavra... Eu vou passar a palavra

para o senhor Breno Fischberg, para fazer uma exposição rápida, falar um pouco de V.Sa., dos trabalhos desenvolvidos pela sua corretora. E, depois, aí eu abro para o Sub-relator e, depois, nós ouviremos os demais parlamentares, por ordem de inscrição. Se V.Sa. achar conveniente, pelo menos os dados pessoais e, eventualmente, falar alguma coisa que V.Sa. julgue importante para o desenvolvimento dos trabalhos. Com a palavra, o senhor Breno Fischberg.

SR. BRENO FISCHBERG: Boa tarde. Meu nome é Breno Fischberg, sou casado, Diretor da BÔNUS-BANVAL Corretora. Tenho 32 anos de mercado financeiro. A corretora tem mais de 15 anos e, infelizmente, foi envolvida nesse caso. Mas, estou à disposição para responder a qualquer pergunta que se faça necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, senhor Breno Fischberg, senhores parlamentares, a convocação do senhor Breno e do senhor José Pompeu, ela se deveu exatamente ao fato de termos verificado o envolvimento da Corretora BÔNUS-BANVAL em diversas operações de fundos de pensão que estão sendo investigadas pela CPMI dos Correios. Eu lembro a V. Exas que o senhor Quadrado, Enivaldo Quadrado, teve a oportunidade de depor nesta CPMI, alguns meses atrás, para tratar mais propriamente do Mensalão, dos repasses que foram feitos através do esquema montado pelo senhor Marcos Valério. O que, portanto, motivou a escolha do nome do senhor Breno Fischberg e do senhor José Pompeu foi o fato de ambos figurarem no contrato social da BÔNUS-BANVAL Corretora. E também de termos informações de que o senhor Breno Fischberg é um operador do mercado, tem conhecimento do mercado e, portanto, estaria habilitado para responder às perguntas técnicas que envolvem operações com fundos de pensão. Mas, antes, eu queria saber do senhor, exatamente, como é composto o grupo de empresas BÔNUS-BANVAL? Porque, nos consta aqui, pelo menos quatro diferentes razões sociais: BANVAL-COMMODITIES CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA, BÔNUS-BANVAL CCTVM, BÔNUS-BANVAL PARTICIPAÇÕES LTDA e BÔNUS-BANVAL EMPREENDIMENTOS BÔNUS-BANVAL SA. Então, são quatro razões sociais distintas com a mesma denominação e, portanto, eu queria saber como é que se dividem as tarefas de cada uma dessas empresas? Quem, de fato, figura como sócio de cada uma delas? E quais são, dessas quatro empresas, as que até hoje estão em funcionamento?

SR. BRENO FISCHBERG: Não se está escutando? Alô? A BÔNUS-BANVAL Corretora de Mercadorias, essa empresa foi, se transformou em BÔNUS-BANVAL PARTICIPAÇÕES. Na verdade, nós vendemos o título de sócios da BMF, se tornando, por si, BÔNUS-BANVAL PARTICIPAÇÕES.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, hoje estão em funcionamento três: BÔNUS-BANVAL CCTVM--

SR. BRENO FISCHBERG: Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Títulos e Valores Mobiliários, a BÔNUS-BANVAL PARTICIPAÇÕES--

SR. BRENO FISCHBERG: Antiga BÔNUS --
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E BÔNUS-BANVAL Empreendimentos?

SR. BRENO FISCHBERG: Que, na verdade, seria como se fosse uma holding, mas nada...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem, exatamente, figura como sócio da BÔNUS-BANVAL PARTICIPAÇÕES Ltda?

SR. BRENO FISCHBERG: Em todos os casos, a participação societária, no momento, sou eu, Breno Fischberg e Enivaldo Quadrado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em todos os casos?

SR. BRENO FISCHBERG: Hoje em dia, sim. No período dos fatos ocorridos, tinham outros sócios... Mas, hoje em dia, só Breno e Enivaldo...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quem eram os outros sócios?

SR. BRENO FISCHBERG: Na BÔNUS-BANVAL Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, constavam como sócios senhor Ricardo Marques de Paiva e senhor Celso Senise. Na BÔNUS-BANVAL Corretora de Mercadorias, Breno Fischberg, Enivaldo Quadrado, Celso Senise, Ricardo Marques de Paiva, Marcelo Sepúlveda e Ubirajara Maciel.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais as funções exercidas pelo senhor José Pompeu de Campos Neto?

SR. BRENO FISCHBERG: O senhor José Pompeu, ele foi contratado, até vou, se me permite--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. BRENO FISCHBERG: --Ele foi, na verdade, a Corretora não tinha, nós não utilizávamos a carteira de câmbio da Corretora. Tentamos, numa época, montar essa carteira de câmbio e nos foi indicado o profissional José Pompeu de Campos Neto, que tinha sido gerente do CITIBANK, da carteira de câmbio. Nós, na

20ª alteração do contrato social, como nós não entendíamos o mercado de câmbio, eu fiz questão de que ele constasse como estatutário para que houvesse a responsabilidade pelas operações efetuadas, já que nós não éramos do mercado de câmbio. Foi homologada pelo Banco Central, em 31 de 10 de 2003, a entrada do senhor José Pompeu, porém, ele não compareceu, só durante quatro, cinco dias, no período de dois, três meses, nós o chamamos, dispensamos, o que foi alvo na 24ª alteração na Junta Comercial, em cinco de março de 2004. Ele praticamente não chegou a trabalhar na Corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, ele realizou pouquíssimas atividades com a Corretora.

SR. BRENO FISCHBERG: Praticamente nenhuma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem idéia por que é que ele não compareceu a esta CPMI?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu não tenho nem telefone, nem endereço, nada. De fato, desconheço totalmente aonde se encontra o senhor José Pompeu.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor perdeu todo o contato com ele?

SR. BRENO FISCHBERG: Totalmente. Foi solicitado, inclusive, pelos meus advogados, para que a gente tentasse localizá-lo. Mas também não conseguimos localizá-lo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que se dividem as atribuições funcionais do senhor Enivaldo Quadrado, seu sócio, e as suas atribuições funcionais?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu sempre me coloquei mais na Corretora de Valores e muito mais focado na área comercial e o Enivaldo, muito mais na área operacional do dia-a-dia da Corretora de Mercadorias, na época, e mesmo após a venda do título, também da Corretora de Valores.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, em geral, as principais decisões da Corretora eram compartilhadas por ambos.

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu pergunto ao senhor: Desde quando a BÔNUS-BANVAL, com essa denominação, operou no mercado de futuros?

SR. BRENO FISCHBERG: Até setembro de 2004.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas desde quando?

SR. BRENO FISCHBERG: Se não me falha a memória, janeiro de dois mil e desculpa... Janeiro de 2000.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): De janeiro de 2000 a setembro de 2004, esse foi o período?

SR. BRENO FISCHBERG: Na BMF, sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E nos outros mercados?

SR. BRENO FISCHBERG: Na Corretora de Valores, só a partir de 2000, porque eram duas empresas separadas. Existia a BÔNUS Corretora de Commodities e a BANVAL Corretora de Valores. Houve a fusão das duas e, aí, passamos a atuar nos dois mercados.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Para quais fundos de pensão a BÔNUS-BANVAL opera ou operou, entre os anos de 2000 e 2005? De preferência, eu gostaria que o senhor pudesse declinar o nome de todos os fundos de pensão, mas, caso isso não seja possível, eu lhe solicitaria que fizesse referência aos principais fundos de pensão com os quais a BÔNUS-BANVAL operou e, aí, para que o senhor tenha melhor idéia, eu queria que o senhor também incluísse, obviamente, os fundos exclusivos. O senhor não precisa citar cada um dos fundos exclusivos, mas apenas mencionar os fundos de pensão que estão ligados a esses fundos exclusivos.

SR. BRENO FISCHBERG: Em qual dos mercados? Em qual das empresas? Na BÔNUS-BANVAL Corretora de Commodities ou na BÔNUS-BANVAL Corretora de Valores?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Em ambas.

SR. BRENO FISCHBERG: Ok. Na BÔNUS-BANVAL--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Porque, me perdoe, depois, nós vamos fazer as distinções dos mercados.

SR. BRENO FISCHBERG: Ok, Ok.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, preliminarmente, se o senhor puder fazer um apanhado geral, eu agradeço.

SR. BRENO FISCHBERG: Ok. Na BÔNUS-BANVAL Corretora de Mercadorias, nós tivemos três fundos exclusivos. Os nomes: CRIL, COL(F). São três fundos exclusivos--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Da SISTEL?

SR. BRENO FISCHBERG: Da SISTEL. Só. Mais nenhum outro fundo de pensão operou nesses mer-

cados conosco. Na Corretora de Valores, na área de Bolsa de Valores, especificamente, nenhum fundo de pensão operou conosco, nos últimos cinco anos. Na área de títulos públicos, nós tivemos operações com a GEAP e com a REAL GRANDEZA.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Existiam pessoas específicas, nestes fundos de pensão, com quem os senhores mantinham relacionamento?

SR. BRENO FISCHBERG: No caso das operações de mercados futuros, os três fundos exclusivos, especificamente, nós tínhamos, na verdade, a gestão era realizada por dois profissionais da própria SISTEL; eu não sei o sobrenome, mas vou dizer Bóris e Roberto e a administração era feita pelo CITIBANK. Então, todas as operações, as liquidações financeiras realizadas pela BÔNUS-BANVAL, em nenhum momento, se deram com nenhum fundo de pensão. Todas as liquidações financeiras da BÔNUS-BANVAL se davam, única e exclusivamente, com o CITIBANK.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, as ordens de compra e venda dos títulos, elas eram dadas pelos gestores desses fundos exclusivos ou pelo CITIBANK, que era o administrador?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, nesse caso, só estou me referindo aos mercados futuros, Deputado. Não estou me referindo aos mercados a títulos públicos. Títulos públicos, simplesmente, a GEAP e a REAL GRANDEZA que operavam conosco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, vamos separar.

SR. BRENO FISCHBERG: Ok.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Com relação a títulos públicos, primeiro, as ordens dadas para compra e venda dos títulos, pela GEAP e REAL GRANDEZA, elas, normalmente, eram provenientes de quem?

SR. BRENO FISCHBERG: Normalmente, dos operadores de Mesa das próprias fundações.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas, com o conhecimento das fundações?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma, na verdade, eram por solicitação deles, as compras ou--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, sempre, todas operações que a BÔNUS-BANVAL fez com essas fundações, essas operações eram de conhecimento dos fundos de pensão?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma. Não, até porque eu estou falando, no caso do CITI-

BANK, é, simplesmente, ele era administrador dos fundos exclusivos; nada a ver com os títulos públicos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Perfeito. Então, agora, voltando para o mercado de derivativos.

SR. BRENO FISCHBERG: OK.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor nos falou aqui que operou com dois fundos exclusivos da SISTEL.

SR. BRENO FISCHBERG: Três fundos exclusivos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Três fundos exclusivos. Nós vamos precisar, inclusive, checar, depois, essa informação porque--

SR. BRENO FISCHBERG: Sem problema nenhum, está à disposição.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): --Nós, talvez, tenhamos alguns dados que superem apenas esses três fundos. Mas, muito bem. Nessas operações de derivativos, o comando era dado, na parte dos fundos exclusivos, pelos gestores?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Que eram funcionários da própria SISTEL.

SR. BRENO FISCHBERG: Exatamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Fazendo referência aos títulos públicos, o senhor já nos disse que os dirigentes dos fundos de pensão tinham conhecimento das operações. Chegou a haver algum tipo de discussão com esses próprios dirigentes, com relação aos preços negociados para essas compras e vendas?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, na verdade, na prática, o mercado ocorre, as instituições financeiras procuram os fundos, perguntando se podem prestar serviços; são solicitados muitas vezes ou interesses em compra ou venda de títulos e a Corretora, normalmente, sai procurando no mercado a melhor opção para o investidor, no caso, os fundos de pensão. Mas não, óbvio que é mostrada a taxa, ele determina que taxa mínima ele quer; nós vamos tentar buscar as melhores taxas possíveis.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Na ótica do senhor, como empresário, era interessante realizar negócios com os fundos de pensão?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Era interessante?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, sem dúvida nenhuma. Como cliente, qualquer cliente, não é?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em algum momento, houve algum tipo de questionamento por parte dos fundos de pensão, sobre transações que tenham sido realizadas pela BÔNUS-BANVAL?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, em nenhum momento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Em nenhum momento?

SR. BRENO FISCHBERG: Em nenhum momento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Existia obrigatoriedade de a BÔNUS-BANVAL apresentar, periodicamente, um resumo das transações realizadas em nome dos fundos de pensão, indicando as estratégias adotadas e os resultados apresentados por estas operações?

SR. BRENO FISCHBERG: No caso de título público, Deputado, simplesmente é uma mera compra, não há uma continuidade de operações. Na verdade, não posso considerar nem nossos clientes. Simplesmente, foram efetuadas, se não me falha a memória, duas ou três vendas de títulos públicos, só. Não existe um acompanhamento e nenhum pedido do próprio, da própria fundação sobre explicação, sobre rentabilidade, sobre nada disso...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E nos demais mercados?

SR. BRENO FISCHBERG: Também. São profissionais. Nós estamos conversando, normalmente, do outro lado da linha, com profissionais de mercado. Eles sabem quais são as estratégias que eles vão estar adotando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor conhecia pessoalmente algum dirigente de fundos de pensão, seja ocupante de cargos de diretoria ou até mesmo de um nível inferior, do ponto de vista hierárquico, gerentes de investimento, gerentes financeiros. O senhor tinha contato ou conhecia ou conhece algum desses dirigentes de fundos de pensão?

SR. BRENO FISCHBERG: No caso da GEAP, eu conheci, exclusivamente, o gerente de operações, o senhor César, eu conheci.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): César Buzin.

SR. BRENO FISCHBERG: Exato. Eu o conheci há questão de três anos atrás, num Congresso de fundos de pensão da ABRAP. E só, foi o único que eu tive contato pessoal. O resto, não conheço nenhum deles.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fora isso não conhece nenhum outro?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Segundo depoimento a esta CPMI, no dia 26 de outubro de 2005, o senhor Antônio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho da Barcelona, afirmou que foram realizadas operações financeiras, por meio da BÔNUS-BANVAL, com títulos públicos da carteira dos fundos de pensão de algumas estatais, onde esses títulos seriam vendidos com deságio para uma empresa laranja que os revenderia, no mesmo dia, pelo seu valor real e se apropriaria do lucro da operação, que seria destinado ao partido. Estou apenas, aqui, fazendo referências a declarações dadas pelo senhor Antônio Oliveira Claramunt, conhecido doleiro, a esta CPMI. A que o senhor atribui essa declaração que procura envolver a BÔNUS-BANVAL em negociações de títulos públicos federais com objetivos irregulares?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado se você me permitir, até me alongar um pouquinho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não, o senhor tem todo o tempo.

SR. BRENO FISCHBERG: Essa pessoa que o senhor está citando, eu não o conheço e, infelizmente, ele se utilizou não só do nosso nome, mas eu acho que até mesmo dessa própria CPI. Eu lembro, no dia do depoimento dele, uma posição, uma colocação sua, exatamente, dizendo que ele, em São Paulo, teria denunciado o atual Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles e a BÔNUS-BANVAL. Chegou aqui, ele desmentiu tudo, simplesmente falou só da BÔNUS-BANVAL. Ele não sabia, inclusive, nem o nome da instituição; vira e mexe, falava BÔNUS-BANVAL. É uma pessoa que alegou estar vivendo sob um sistema carcerário que não sei, aqui, dizer qual é, e foi a única pessoa beneficiada, até agora, que eu vejo, pela CPI. Porque, pelas informações que eu tenho, ele saiu desse sistema. Então, é uma pessoa que, de fato, simplesmente se utilizou o nosso nome indevidamente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Conforme reportagem da revista Época, de três de outubro de 2005, quatro fundos de pensão, cujos nomes não foram revelados, teriam perdido, de propósito, 100 milhões em operações com contrato de dólar e índice Bovespa. O dinheiro passou para as corretoras BÔNUS-BANVAL e LAETA e terminou nas contas do senhor José Carlos Batista, da ESFORT TRADING e da ERSTE BANK. Essas empresas, a ERS-

TE BANK, empresa do senhor Lúcio Funaro. Pergunto ao senhor o seguinte, com base nas operações que o senhor realizou e que, obviamente, eu presumo que o senhor tenha conhecimento de todas elas, o que o senhor poderia nos dizer sobre essa matéria da revista ÉPOCA? Eu presumo que o senhor tenha lido, porque não é possível envolver empresa do senhor, sem que o senhor tenha conhecimento. O que o senhor nos diria a respeito dessa informação?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu acho que melhor do que ninguém, até o senhor, nosso sigilo bancário não só foi quebrado, nós temos que lembrar que ele foi ofertado no primeiro depoimento do meu sócio à Polícia Federal; nós oferecemos a quebra do nosso sigilo bancário, fiscal e telefônico para que não houvesse dúvidas da nossa postura. Infelizmente, uma matéria irresponsável, aonde não se cita nada, simplesmente cita-se uma série de fatos que não têm fonte, não dizem de onde vêm. O meu sigilo bancário está quebrado. A BMF é a maior testemunha do que eu posso estar afirmando ao senhor. Não tem fundamento nenhum, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma que solicitou ao Banco Central o cancelamento do registro da sua Corretora?

SR. BRENO FISCHBERG: Infelizmente, sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A que se deveu essa solicitação? Quais foram os motivos?

SR. BRENO FISCHBERG: Passar esse furacão que nós passamos esses 9 meses, na verdade, eu posso lhe falar que a BÔNUS-BANVAL foi condenada antes de ser julgada. Óbvio que a clientela sentiu, o nosso nome foi exposto de uma maneira espúria, até por esse próprio senhor, senhor Toninho da Barcelona e, infelizmente, a clientela deixou de operar conosco, nós tivemos que encerrar enquanto tivemos condições de liquidar todos os débitos com os funcionários.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu solicitaria à nossa assessoria que, por favor, pudesse disponibilizar o retroprojeto. Inicialmente, nós vamos projetar algumas operações que a BÔNUS-BANVAL realizou com fundos de pensão, no mercado de derivativos. Eu vou explicar ao senhor qual é o objetivo nosso: Nós fizemos uma análise dos ajustes negativos e positivos de todas as operações que envolviam fundos de pensão, no seu primeiro dia. Chamamos de ajustes negativos, perdas; de ajustes positivos, ganhos. Do lado das perdas, nos interessava saber se havia algum tipo de comportamento anormal, sobretudo, a partir do desempenho que as corretoras tiveram nessas operações e, aí, nos chamaram aten-

ção e nós vamos projetar para que o senhor veja, algumas operações que envolvem a BÔNUS-BANVAL, especialmente com três fundos de pensão.

SR. BRENO FISCHBERG: Três fundos exclusivos, desculpa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São três fundos. Aqui, pode-se considerar operações em carteira própria e operações feitas por fundos exclusivos. Por favor. Está havendo algum problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se estiver havendo algum problema, nós podemos continuar falando e depois projeta aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vou dar sequência, enquanto as falhas técnicas são corrigidas. Já, já, a gente volta para essas operações de derivativos. Nós tivemos acesso a alguns processos administrativos que envolvem a BÔNUS-BANVAL e eu queria tratar, especialmente, de três processos para que o senhor possa apresentar os seus esclarecimentos. Um primeiro, que faz referência a operações de transferência de recursos. De acordo com o processo administrativo da CVM número 2003/493, a BÔNUS-BANVAL foi responsabilizada por realizar operações simuladas que são direcionadas para criar prejuízos para participantes que pretendem ter perdas e, por outro lado, geram um lucro para suas contrapartes, previamente acertadas, burlando, assim, o Fisco e proporcionando a transferência de recursos. Estas operações, conhecidas como “operações esquentada e esfria”, elas teriam sido realizadas com a participação direta da BÔNUS-BANVAL. Neste mesmo relatório, foram citados os nomes de dois, de três senhores, que nos chamam a atenção. O senhor José Carlos Batista, proprietário da Corretora Garanhuns, o senhor Wellington Corrêa e o senhor Mauro Vale. Presumo que V. Sa. tenha conhecimento deste processo administrativo, em que a CVM acusa a BÔNUS-BANVAL de maquiar operações e de transferir recursos para fazer com que existam perdas de um lado, propositadas, e ganhos do outro, também propositados. O que é que o senhor tem a me dizer sobre esse processo?

SR. BRENO FISCHBERG: Infelizmente, não tenho conhecimento desse processo.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor não tem conhecimento desse processo?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor acha que é completamente descartável a possibilidade de a BÔNUS-BANVAL ter incorrido em operações como estas que são classificadas pela CVM?

SR. BRENO FISCHBERG: Com 100% de certeza, deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu aproveito, porque será um nome recorrentemente visto, para saber se o senhor conhece o Dr. José Carlos Batista.

SR. BRENO FISCHBERG: Conheço sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais são as relações do senhor com José Carlos Batista?

SR. BRENO FISCHBERG: Ele foi cliente da corretora pelo período próximo a três meses e mais nada.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E mais nada? Só por três meses.

SR. BRENO FISCHBERG: E mais nada. Posso estar errando aqui três, quatro meses, mas um período muito curto e, praticamente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode nos dizer que período foi esse?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, infelizmente, não vou saber lhe afirmar, posso dizer que, mais ou menos, seria 2003, mais ou menos. Não tenho--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele foi cliente do senhor e da Corretora como pessoa física?

SR. BRENO FISCHBERG: Na pessoa física.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na pessoa física?

SR. BRENO FISCHBERG: Exato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A empresa Garanhuns, ela já realizou algum negócio, alguma operação com a BÔNUS-BANVAL?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. BRENO FISCHBERG: Nunca.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece Wellington Corrêa?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E Mauro Vale?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Seria interessante comunicar à CVM que o senhor Breno Fischberg não tem conhecimento desse processo administrativo. Bom, um outro processo, é indicando indícios de lavagem de dinheiro e transferência de recursos ao exterior, processo administrativo da CVM 2003/262. Os comitentes dessa Corretora,

no caso, da BÔNUS-BANVAL, receberam depósitos de terceiros, em suas contas, de depositantes não identificados, esses depositantes, clientes da BÔNUS-BANVAL, num total de 21 milhões de reais. O ingresso desses recursos nas contas-correntes desses clientes possibilitou a liquidação de operações realizadas em volumes incompatíveis com a situação patrimonial e financeira declarada pelos clientes, os quais, dificilmente, teriam sido liquidados, suas posições e, portanto, estariam inadimplentes. Portanto, nós estamos falando de liquidação de operações de clientes que não teriam capacidade patrimonial e financeira para tanto, envolvendo a BÔNUS-BANVAL, num total de 21 milhões de reais. Ainda com relação a este mesmo processo, foram relatadas diversas operações no mercado futuro da IBovespa, em que a RS Administração e o senhor Waldir aparecem como contra-partes perdedoras de negócios de *day trade*, que tem como ganhador a GLOBAL TREND INVESTMENT LLC, pessoa Jurídica constituída no exterior, qualificada como investidor não-residente. A BÔNUS-BANVAL é apontada como contra-parte da GLOBAL TREND em negócios diretos, intermediados pela Corretora LAETA. O senhor tem conhecimento desse processo?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não tem conhecimento desse processo?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu vou pedir a atenção dos senhores parlamentares porque, aqui, nós vamos precisar esmiuçar um pouco alguns detalhes sobre negócios da BÔNUS-BANVAL com pessoas físicas e jurídicas já citadas. O senhor conhece a empresa GLOBAL TREND INVESTMENT?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nunca ouviu falar?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece os seus operadores?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Descarta a possibilidade de existirem negócios da BÔNUS-BANVAL com a GLOBAL TREND?

SR. BRENO FISCHBERG: Como meu cliente?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E como é que poderia ter acontecido sem ser seu cliente?

SR. BRENO FISCHBERG: Se ele for contraparte de uma outra Corretora, eu não tenho ciência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Então, poderia existir uma Corretora, operando para a GLOBAL TREND, que tenha casa de operações com a BÔNUS-BANVAL e que, dessa forma, a GLOBAL TREND, ela figure na condição de contra-parte de operações em que a BÔNUS-BANVAL estava envolvida?

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, na verdade, todas as operações realizadas pela BÔNUS-BANVAL são realizadas no pregão da BMF. Em nenhum momento, na verdade, só fazendo aqui uma observação, os sistemas de controle da BMF são muito grandes, tanto os sistemas de gravação quanto os sistemas de câmera. Todas as operações são realizadas dentro do pregão da BMF. Nunca houve operações, vamos chamar, direcionadas a alguém.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor conhece Sérgio Guaracia-ba Martins Reinas?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece? O que é que o senhor me diz da RS Administração?

SR. BRENO FISCHBERG: A RS ela foi nossa cliente, a verdade, estou até tentando localizar aqui, não está aqui comigo. Foi-nos indicada por uma Corretora de BMF que não tinha Corretora de Valores--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Quem era essa Corretora?

SR. BRENO FISCHBERG: --MASTER Corretora.

Ela nos indicou, inclusive, eu posso estar encaminhando, posteriormente, aos senhores, um documento onde a RS solicita que todas as liquidações e todas as ordens de compra e venda sejam aceitas, quando partidas da MASTER Corretora. E, então, ela foi nossa cliente, mas foi trazida a nós pela MASTER Corretora.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pelas informações que nós temos, a RS Administração e Construção Ltda é controlada pela Sociedad Imobiliária de Investimentos.

SR. BRENO FISCHBERG: Um minutinho, senhor Deputado. Se eu puder entregar ao senhor?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. BRENO FISCHBERG: Aqui está a carta da MASTER, da RS, solicitando que a MASTER seja a representante dela e todas as solicitações de TED, assinadas, de transferências de recursos a pedido do cliente. Por favor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Significa dizer que houve TEDs da BÔNUS-BANVAL para a RS?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Houve TED. Houve transferências da BÔNUS-BANVAL para a RS?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor. Não, até porque, na Corretora de Valores, a RS figurava como minha cliente, apesar de apresentada pela MASTER, como a MASTER não tinha Corretora de Valores, ela era apresentada, ela era minha cliente oficialmente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tinha conhecimento de que ela era controlada pela Sociedad Imobiliária de Inversiones, com sede no Panamá?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não tem conhecimento?

SR. BRENO FISCHBERG: Fiquei sabendo por intermédio da CPI.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Waldir Vicente do Prado?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a relação do senhor com Waldir Vicente do Prado?

SR. BRENO FISCHBERG: Ele foi agente autônomo da BÔNUS Corretora durante um período.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Poderia haver alguma coincidência de, nesse procedimento da CVM, estarem envolvidos, ao mesmo tempo, a RS Administração e o senhor Waldir Vicente do Prado?

SR. BRENO FISCHBERG: Pode ser. Eu não posso afirmar, mas pode ser.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Relator, só fazer uma pergunta, aproveitando a oportunidade: As corretoras, quando atuam com clientes e atuam, especialmente com clientes que movimentam muito, não têm acesso, não pedem uma documentação de contrato social, ou seja, onde consta ou quem são os controladores?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, sem dúvida nenhuma. Temos todo o cadastro do cliente... Sem dúvida nenhuma temos todas as informações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E, nesse caso, respondendo a pergunta do Deputado, então, não tinha conhecimento?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, é que, na verdade, a gente olha o contrato social, olha quem é o representante, mas não me chamou atenção na época. Posteriormente, com o caso da CPI, eu tomei conhecimento. Mas naquele momento, quando ela passou a ser tornar a nossa cliente, na verdade, apresentada

pela MASTER, não nos chamou atenção de aonde era a sede dela, nada disso. Mas nós temos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nem do senhor, nem de nenhum outro sócio, ou seja, o senhor só tomou conhecimento, mesmo, depois que a CPI apontou?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é que o senhor avalia o desempenho da BÔNUS-BANVAL nas operações que realizou com a RS? Em geral, foi positivo para a BÔNUS-BANVAL?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, a BÔNUS-BANVAL--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os senhores tiveram--

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe, a BÔNUS-BANVAL é uma Corretora. Nós, simplesmente, ganhamos corretagem. Nós não acompanhamos resultados do cliente porque são clientes, é o que eu falei, são clientes profissionais, são clientes que atuam no mercado diariamente. Minha única função é exercer o papel de corretor perante o pregão, perante a BMF.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O jornal "A Folha de São Paulo", no dia 06 de dezembro de 2005, afirma que um documento do COAF aponta conexões da Corretora Euro com a Corretora Garanhuns, com a NATIMAR e com a BÔNUS-BANVAL. Então, são quatro corretoras envolvidas, segundo este documento do COAF. Quatro corretoras não; três corretoras e a empresa NATIMAR. A Euro...

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, duas corretoras; a Garanhuns não é corretora. (risos)

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, a Euro, o senhor está certo, a Euro, a BÔNUS-BANVAL, a Garanhuns e a NATIMAR. Muito bem. Eu faço o primeiro parêntese: Os senhores estabeleceram negócios com a Euro Corretora?

SR. BRENO FISCHBERG: Pode ter sido realizado um ou dois negócios. Não sei lhe dizer, na área de títulos públicos, pode ser. Na área de mercados de derivativos, com certeza, nenhum.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhum. E com a NATIMAR?

SR. BRENO FISCHBERG: A NATIMAR era nossa cliente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Cliente da BÔNUS-BANVAL?

SR. BRENO FISCHBERG: Cliente da BÔNUS-BANVAL.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Normalmente, operando em que mercados?

SR. BRENO FISCHBERG: Nos mercados de ouro físico e dólar futuro e na BMF. Nos dois mercados e na BMF.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Bom, de acordo com o próprio COAF, a Euro teria transferido 525 mil reais para a NATIMAR, entre maio e julho de 2004, e a NATIMAR teria depositado 275 mil reais nas contas da RS Administração, justamente a empresa que nós estamos tratando, ou seja, seriam os recursos transferidos da Corretora Euro para a NATIMAR e, posteriormente, da NATIMAR para a RS Administração. O senhor tem informações ou tem conhecimento de que existe envolvimento direto da senhora Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural, na RS Administração?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor desconhece esse fato?

SR. BRENO FISCHBERG: Desconheço esse fato.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Consta que, quando indagado, o senhor Enivaldo Quadrado, seu sócio, ele disse o seguinte: “Que a Corretora BÔNUS-BANVAL era apenas um meio para a NATIMAR fazer operações de compra e venda de ouro e dólar futuro com dinheiro repassado por Valério”. O senhor já disse que a NATIMAR era cliente para essas operações de venda de ouro e dólar futuro. Muito bem. O Quadrado ainda nos disse que o dinheiro do valerioduto, na BÔNUS-BANVAL, foi investido pela NATIMAR, sob orientação de Najun Turner. Nós temos, aqui, uma série de empresas que se relacionam: A Euro Corretora, que está sendo investigada por problemas com os fundos de pensão; a Garanhuns; a NATIMAR e a BÔNUS-BANVAL. Eu faria uma pergunta, não vou me aprofundar nesse tema, até porque o Deputado Gustavo Fruet, depois, será convidado, como Sub-relator de Movimentações Financeiras, para fazer algumas perguntas, mais propriamente, sobre a NATIMAR. Mas, me interessa, ainda aprofundar: É possível que o senhor tenha operado com a RS Administração, no mercado de futuros, e que essas operações tenham ocasionado perdas para os fundos de pensão? É possível?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Não é possível.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É impossível?

SR. BRENO FISCHBERG: É impossível.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Como é o que senhor descarta essa possibilidade?

SR. BRENO FISCHBERG: Para que haja, para que a RS participasse dos mercados, efetivamente, ela teria que ser uma Corretora. Ela, na verdade, a RS era cliente. Como é que ela poderia operar para fundos de pensão?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, eu quero dar um corte nos processos administrativos e quero, imediatamente, por favor, o anterior. Nós fizemos um levantamento das operações da BÔNUS-BANVAL com alguns fundos de pensão, naquela lógica que eu havia lhe explicado, dos ajustes negativos promovidos ao fim do primeiro dia. E pode-se perceber que, no ano de 2002, em operações envolvendo a BÔNUS-BANVAL, vai se ter uma quantidade de dois milhões e alguma coisa de ajustes negativos. No ano de 2003, de nove milhões, 592 mil e, no ano de 2004, de 485 mil reais. A somatória desses três anos dá uma presença da BÔNUS-BANVAL com fundos de pensão, em ajustes negativos, de 12 milhões, 496 mil. Mas, eu quero a próxima.

SR. BRENO FISCHBERG: Por favor, posso só voltar um minutinho só. Posso fazer uma pergunta para o senhor?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pode, mas... Bom, pode fazer a pergunta.

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, é que ali eu vi, se puder voltar

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. BRENO FISCHBERG: Essa operação com a PRECE não existe. A PRECE nunca foi minha cliente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem por intermédio dos fundos exclusivos?

SR. BRENO FISCHBERG: Nem por intermédio de fundos exclusivos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem absoluta certeza?

SR. BRENO FISCHBERG: 100% de certeza.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nem de Corretora, nem de participações, nenhuma das pessoas jurídicas?

SR. BRENO FISCHBERG: Com 100% de certeza eu posso lhe afirmar isso. Está errado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Certo.

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe, está enganado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Eu vou pedir à nossa assessoria que possa fazer a checagem dos dados.

SR. BRENO FISCHBERG: Por favor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu lhe confesso que é muito difícil haver erro porque a gente fez, refez e até agora todos os dados estão batendo e não há nenhuma contestação sobre--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, é que a PRECE nunca foi nossa cliente, por isso que eu estou--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É, talvez o senhor possa não se lembrar porque ela possui e possuía vários fundos exclusivos e pode ter sido operação com fundo exclusivo.

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, aí pode ser. Desculpa, desculpa--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por isso é que eu acho que o senhor não deve descartar esse nome--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, mas é que, como apareceu PRECE, então, por isso é que eu estou lhe falando--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, porque PRECE, veja, nos interessa, quando a gente fala de PRECE, GEAP e SISTEL, a gente está incluindo as operações em carteira própria e as operações realizadas com fundos exclusivos.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, deputado. É que, quando o senhor fala no caso SISTEL, eu tenho ciência dos três fundos exclusivos. No caso da PRECE, eu não lembro nem, salvo muito me engano, que algum fundo exclusivo da PRECE tenha realizado alguma operação em mercado futuro conosco. Mas, se pode ser fundo exclusivo, eu não vou--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nenhuma análise é infalível.

SR. BRENO FISCHBERG: Não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora, eu tenho quase absoluta certeza de que esses números estão extremamente corretos. E aí, nós vamos adiante, por favor. Vamos aqui na PRECE. O senhor veja que é muito difícil a gente inventar a existência de 583 operações com ajustes positivos e 135 operações com ajustes negativos. O que nos interessa ver são os percentuais, porque o senhor pode ver que, de um lado, tem o quadro do negativo e do outro lado tem o quadro do positivo. Em 81, em 81% das operações, correspondendo a 91% dos valores desses negócios que a BÔNUS-BANVAL fez com a PRECE, os ajustes foram negativos, certo? Eu peço que a gente mostre já os outros fundos. SISTEL. O senhor pode ver, ali, GEAP e SISTEL, naquele mesmo quadro. No caso da GEAP, em 92% das operações, correspondendo a 98% dos valores, os ajustes foram negativos para a GEAP. No caso da SISTEL, que são os volumes

mais expressivos, nós temos 87% das operações, correspondendo a 93% dos valores. Isso significa dizer que, a cada 100 operações que a BÔNUS-BANVAL fez no mercado de futuros com a SISTEL, 87 delas foram com ajustes negativos e apenas 13 foram com ajustes positivos. Sendo que, do montante total negociado, se, por exemplo, falássemos em um milhão, de um milhão, 930 mil foram de ajustes negativos e apenas 700 mil, 70 mil, me perdoe, de ajustes positivos. Interessa ver, e eu peço à assessoria a comparação do desempenho da BÔNUS-BANVAL com os outros agentes de mercado. Então, selecionando esses três fundos de pensão, a gente percebe que sempre os ajustes são negativos para o fundo. Portanto, o desempenho da BÔNUS-BANVAL nessas operações é ruim para os fundos de pensão. Quando a BÔNUS-BANVAL vai operar com o mercado, está ali, são 50% das operações com ajustes negativos e 50% com ajustes positivos, correspondendo a 49% dos valores negociados com ajustes negativos e 51% com ajustes positivos, completamente de acordo com os padrões de mercado. Então, quando a BÔNUS-BANVAL opera com a GEAP, com a PRECE e com a SISTEL, ela concentra os ajustes negativos para essas fundações. O senhor pode ver ali os percentuais. Quando ela opera com o mercado, a lógica é a da normalidade, de 50%. Podia até ser um pouco a mais, 55, 56, mas, jamais, jamais esses percentuais que são ali registrados. Então, apresentado esse dado, eu perguntaria ao senhor, a que é que se deve o fato de que quando a BÔNUS-BANVAL opera com fundos, sempre os ajustes são negativos para os fundos e positivos para a contra-parte; no entanto, sempre que a BÔNUS-BANVAL opera com o mercado, está ali, 50% *versus* 49%?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, eu vou voltar a lhe afirmar que nem a GEAP e nem a PRECE nunca operaram pela BÔNUS-BANVAL diretamente. Elas devem ter operado por nós por algum gestor. E, diferentemente da SISTEL, desculpe--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria, eu interrompo, só queria que o senhor entendesse, para efeito da nossa análise, tanto faz as operações em carteira própria, como através dos fundos exclusivos. O recurso é um só. O recurso pertence aos segurados dos fundos de pensão e a nossa investigação, ela se dá sobre 14 fundos de pensão e mais duzentos fundos exclusivos.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado. Eu acho que eu entendo a sua ótica. Só gostaria que o senhor tentasse entender a minha. Na verdade, nós somos (?) Corretora de BMF. Se nós temos um banco A como cliente e atrás desse banco A, que é o gestor do dinheiro do cliente, ele mandar eu vender ou com-

prar, eu vou, simplesmente, cumprir a ordem do meu cliente perante a BMF, diferentemente do caso da SISTEL, que é o que eu quero deixar bem claro, aonde os gestores, para nós eram conhecidos; nós conhecíamos os gestores da SISTEL, sabíamos que eram profissionais da própria SISTEL, apesar de estarem operando por três fundos exclusivos. Nos outros dois casos, Deputado, para nós é, por isso mesmo, até erroneamente, eu me antecipei em dizer com 100% de certeza que não eram meus clientes. Na verdade, os meus clientes devem ser os bancos que eram gestores desses recursos. Não sei se eu estou me fazendo entender, Deputado?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não. Tudo bem. O senhor se fez entender. Mas, justamente com os três fundos de pensão que nós verificamos, há uma concentração inexplicável de perdas, de ajustes negativos. A que o senhor atribui a isso?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Eu só posso atribuir ao gestor. Eu não posso, é o que eu volto a falar, eu simplesmente sou um cumpridor de ordem. O gestor é o responsável. Não sou eu. Eu sei que o senhor conhece mercado financeiro--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o problema, vamos ser sinceros, então, aqui, então o problema é do fundo de pensão?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor. Eu acho que, pra mim, nesse caso específico, o problema é do gestor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, vamos ficar na SISTEL, vamos pegar a SISTEL, que o senhor já disse aqui, inclusive, o nome dos dois gestores com quem lidava. Esse volume tão expressivo de recursos, quase 10 milhões de reais, quase 10 milhões de reais; são 87% das operações, correspondendo a 93% dos valores, ou seja, a SISTEL perdeu nove milhões, 372 mil, 918 e ganhou apenas 672 mil, 225. Como é que se explica isso? O senhor realmente só cumpriu ordens?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor. Primeira coisa, eu gostaria de deixar bem claro que a Corretora só cumpre ordem. Segundo caso: Eu não quero entrar numa polêmica com o senhor, mas o senhor há de convir comigo, que um fundo de pensão ou um fundo exclusivo, ele é possuidor de uma carteira de ações. Eu acho que a gente está olhando um lado da fotografia e não os dois lados da fotografia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, o senhor me perdoe, mas isso não está em discussão porque não nos interessa entender a cadeia das operações. Nós estamos apenas

analisando o primeiro dia das operações. O *hedge*, aqui, não entra. Não nos interessa entender o que é *hedge* e o que não é *hedge*, justamente porque nós estamos focados apenas no primeiro dia, no ajuste feito ao fim do primeiro dia, que é feito a partir do processo de alocação e que, nesse caso, apresenta um resultado completamente inexplicável. O senhor pode ver o desempenho do senhor com o mercado e pode ver com os fundos de pensão.

SR. BRENO FISCHBERG: Posso responder?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por favor.

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Se o senhor não quiser levar em consideração o *hedge* da carteira do gestor, de fato, só vai olhar o lado que está lhe interessando, quer dizer, de fato, o número é esse. Eu não posso contestar os números do senhor. Simplesmente, para nós do mercado financeiro, o senhor sabe que é considerado um *hedge*, quer dizer, o senhor conhece--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pode até achar que uma parte dessas operações estariam calçadas pelo *hedge*. O senhor pode até fazer esse tipo de inferência. Porém, sem confirmar, o senhor não tem como confirmar isso. Agora--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não. Tanto é que eu estou falando para o senhor. Eu só acho que o senhor tem razão, pela ótica que o senhor está olhando. Não lhe tiro a razão não. Eu só estou lhe dizendo que, pela ótica do profissional de mercado, eu vejo óbvio, um outro retrato, mas entendo a sua ótica. Na sua ótica, de fato, o número é esse, é inquestionável. Só volto a afirmar que todas as operações são realizadas a mando do gestor e a BÔNUS-BANVAL, nesse momento, é uma mera Corretora--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, aqueles dois funcionários da SISTEL, que o senhor citou os nomes...

SR. BRENO FISCHBERG: Bóris e Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bóris e Roberto. Foram eles que autorizaram todas aquelas operações ali?

SR. BRENO FISCHBERG: Autorizaram, não. Eles deram as ordens e acompanharam o fiel cumprimento das ordens.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eles eram gestores dos fundos exclusivos e funcionários da fundação?

SR. BRENO FISCHBERG: Exatamente. Bom, eu não sei exatamente qual era a função que exerciam dentro da fundação, mas eram gestores, inclusive, nos

cadastros que estão à disposição da CPI, vai constar o nome deles, de um deles, pelo menos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Digamos que ali não tivesse o nome BÔNUS-BANVAL, que nós estivéssemos, hipoteticamente, conversando sobre qualquer Corretora e que o senhor, como um homem experiente de mercado, visse aqueles quadros comparativos. De um lado, o desempenho da Corretora X com os fundos de pensão e do outro lado, o desempenho desta mesma Corretora com o mercado. Como é o que senhor poderia nos explicar essa diferença tão grande?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, de fato, o senhor vai me desculpar, é inexplicável. Se a gente olhar por essa ótica, é inexplicável. Porém, para nós, eu volto a afirmar, a nossa ótica é diferente; nós vemos todo um contexto. Eu não vejo, obviamente, um mercado só, mas não estou aqui também para defender gestor ou não. Eu estou, simplesmente, aqui, para dizer que a BÔNUS-BANVAL cumpriu com seu papel, da forma mais transparente possível. Isso pode ser facilmente constatado pela própria BMF; ela tem todas as contrapartes de que foram realizados negócios. Se o senhor solicitar os mapas de operações da BMF, eles vão lidar com todas as instituições que nós fechamos essas operações, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor me perdoe, mas existem procedimentos já instaurados que levantam suspeitas das operações da BÔNUS-BANVAL na BMF. Inclusive, inclusive envolvendo a RS Administração.

SR. BRENO FISCHBERG: Olha, eu gostaria de ter ciência porque também estou sabendo pelo senhor, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu não quero mostrar os outros quadros. Eu só vou mostrar ao senhor porque nós temos aqui uma lista de beneficiários dessas mesmas operações, ou seja, nós procuramos ver quem ganhou, quem perdeu nessas operações, certo? Eu vou, se o Presidente me permitir, os senhores parlamentares vão ter uma cópia desse documento, mas o senhor pode ver aqui o seguinte: No caso da GEAP, são esses os valores líquidos apurados e há uma concentração com duas empresas que já tiveram o seu sigilo quebrado por esta CPMI. Uma delas, Deputado Onyx, é a RS Administração. A RS Administração aparece como beneficiária de operações na BMF que ocasionaram perdas para o fundo GEAP. E a outra é a Corretora Walpires. O senhor conhece os operadores da Corretora Walpires? Não conhece.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não. O senhor acha que a presença da RS Administração aqui é mera coincidência também?

SR. BRENO FISCHBERG: A RS aparece aí como cliente da Walpires também? É isso que o senhor está falando?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não, não. Ela aparece como contraparte dessa operação que o senhor fez, onde, de um lado, estava a GEAP e do outro estava ela, a RS Administração. A GEAP perdendo e ela ganhando.

SR. BRENO FISCHBERG: É isso que eu estou perguntando, a RS aí aparece como cliente de quem? Da BÔNUS-BANVAL?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Da BÔNUS-BANVAL.

SR. BRENO FISCHBERG: Ela ter ganho? É isso que o senhor está falando?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Isso.

SR. BRENO FISCHBERG: Não acho nada demais. Desculpa, o valor é 12 mil reais?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Esse aqui, nessa operação, sim. Mas nós vamos chegar nas outras. E aí, o que interessa ver é a soma. Bom, no caso da PRECE, eu estou proibido de tratar desses dados, até porque, senão, o Deputado Carlos Willian vem aqui na minha garganta. Mas eu queria lhe mostrar esses nomes. E eu só vou fazer referência aos que têm sigilo quebrado porque eu posso ter acesso na outra ponta, eu não preciso ter o sigilo da PRECE. O senhor pode ver que o José Carlos Batista, dono da Garanhuns, aparece como beneficiário de operações onde a PRECE perde e ele está ganhando.

SR. BRENO FISCHBERG: [inaudível]

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não. Aqui é perda da PRECE, aqui é perda da PRECE. O senhor acha também normal que o senhor José Carlos Batista, dono da Garanhuns, justamente, figure como beneficiário de uma operação que a PRECE está perdendo?

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe, Deputado. Onde o senhor José Carlos Batista estaria operando, nessa ocasião?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele estaria operando através da BÔNUS-BANVAL.

SR. BRENO FISCHBERG: Através da BÔNUS-BANVAL?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): E de um ao lado-- Tudo aqui é atra-

vés da BÔNUS-BANVAL; nós só estamos pegando o sigilo da Corretora do senhor.

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, não pode ser, desculpe.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): São as operações que o senhor participou na BMF.

SR. BRENO FISCHBERG: Essa pessoa nunca foi meu cliente, esse aqui nunca foi meu cliente...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele estava na contraparte.

SR. BRENO FISCHBERG: Então, aonde eu sei--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O Cristiano... É bom não citar.

SR. BRENO FISCHBERG: (risos) Ele nunca foi meu cliente, é por isso que eu não estou entendendo exatamente aonde o senhor quer chegar--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aqui nós temos o quê? Nós temos os ajustes. De um lado, era feito ajuste negativo para o fundo de pensão; do outro lado, ajustes positivos para essas pessoas aqui, tendo esse resultado líquido. A BÔNUS-BANVAL participou dessas operações ou na parte compradora ou na parte vendedora, quer dizer, ou promovendo ajuste positivo ou promovendo ajuste negativo.

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, a grande maioria aí não são, como o senhor está vendo aí, não são nossos clientes.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O José Carlos Batista é, o senhor confirma?

SR. BRENO FISCHBERG: É um cliente sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor confirma?

SR. BRENO FISCHBERG: É o único cliente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A Walpires novamente aparece aqui...

SR. BRENO FISCHBERG: Walpires é uma Corretora de Valores grande de mercado financeiro, extremamente tradicional. Nada demais para mim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas ela vai aparecer recorrentemente. O senhor acha isso normal também?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu não posso responder por ela, Deputado. Mas eu acho normal.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos, aqui, à SISTEL. Eu chamo atenção para os senhores. Eu vou fazer referência, também, às pessoas físicas e jurídicas com sigilo quebrado. O senhor pode ver que aqui aparece a ERSTE Bank

Empreendimentos. O senhor sabe que essa empresa é de propriedade do senhor Lúcio Funaro?

SR. BRENO FISCHBERG: Sei sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor sabe. A ERSTE Bank é ou foi sua cliente?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nunca?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Mas o senhor pode ver que ela figura aqui, em 2003, como ganhadora de uma operação em o que fundo perdeu. Aqui, é porque é tudo perda do fundo, aqui só vai ser, só vai ser ganho do fundo quando ou não tiver o “menos” ou quando não tiver o parêntese. Vamos em frente. A Quantia, o senhor conhece os donos da Quantia Corretora?

SR. BRENO FISCHBERG: Quantia. Conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quantia.

SR. BRENO FISCHBERG: Conheço, sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor opera muito com a Quantia?

SR. BRENO FISCHBERG: Na área de títulos públicos, nós tivemos bastantes operações sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Na área de títulos públicos?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos chegar lá daqui a pouco. O senhor pode ver aqui, novamente, a RS Administração. Ela já tinha figurado, ela já tinha figurado aqui, na GEAP. Ela vai figurar novamente na SISTEL. O senhor pode ver. E aí, veja agora, um volume muito mais expressivo da Corretora Walpires. O senhor pode ver aqui também. Então, de todos esses beneficiários que estavam com o sigilo quebrado, nos chamou à atenção a presença do José Carlos Batista, da Walpires, da ERSTE Bank e da RS Administração. Por que isso? O senhor vai me perguntar. Por que, Deputado? Porque essas pessoas físicas ou jurídicas já estão envolvidas, primeiro em denúncias que relacionam a BÔNUS-BANVAL a irregularidades e, depois, a investigações desta própria CPMI. Então, a gente percebe que, no lado do ajuste positivo, aparecem essas pessoas físicas e jurídicas, que já tinham sido objeto de denúncias dos órgãos reguladores sobre irregularidades com a BÔNUS-BANVAL. O senhor não acha isso muita coincidência?

SR. BRENO FISCHBERG: Olha, Deputado, eu, observando essa relação que o senhor me mostrou, eu acho que existem “n” outros nomes, não é, Deputado? Que não estão fazendo parte, óbvio, da investigação. Mas, a quantidade de operações é bem pequena, no meu ponto de vista. O senhor vai falar: “Há uma coincidência”. Há. Na verdade, o senhor sabe como funciona o pregão da BMF, é normal eu realizar o pregão com todas as instituições. É isso que eu vou a frisar ao senhor, é o sistema de controle que a BMF tem sobre esses nossos mercados. Mas nada--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vou te trazer mais um dado aqui importante. A RS Administração, ela parece em uma série de operações, figurando no lado do ajuste positivo, enquanto o fundo de pensão figura do lado do ajuste negativo, e eu chamo a atenção dos parlamentares, que apenas duas corretoras estavam envolvidas em todo esse processo negocial. Uma, é a Corretora de V.Sa., a BÔNUS-BANVAL e a outra é a Corretora LAETA. A Corretora LAETA é de propriedade do senhor Cezar Sassoun. Ele esteve aqui conosco, na segunda-feira. Ela figura como presente em várias operações cujos ajustes são negativos para os fundos de pensão. E mais, ela opera para o senhor Lúcio Bolonha Funaro. Ela já teve negócios com o senhor José Carlos Batista. Enfim, as figuras são as mesmas. Por que é que a RS Administração aparece do lado ganhador e o fundo aparece do lado perdedor e, no meio, nas intermediações, sempre estão a BÔNUS-BANVAL e a LAETA?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, eu só posso chamar isso de uma coincidência. Não existe outro motivo. O senhor há de convir comigo, que eu volto a frisar, que todas as operações são realizadas dentro do pregão da BMF, sob supervisão da própria BMF.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor concorda que é uma coincidência muito suspeita?

SR. BRENO FISCHBERG: Não estou aqui para fazer juízo de valor, Deputado, mas...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Antes de passar os títulos públicos, para que a gente possa finalizar os processos administrativos, eu fiz referência a dois processos: Um, de transferência ilegal de recursos e o outro, de indício de lavagem de dinheiro e de remessa de recursos para o exterior. Tem um terceiro processo, que faz referência específica às operações da BÔNUS-BANVAL com os fundos exclusivos da SISTEL. Então, o senhor veja, que aqueles números da SISTEL, ali, eles além de nos causarem grande surpresa, Deputado Onyx, de 10 milhões quase, 93% dos recursos foram de perdas para o fundo. Se isso tivesse sido apenas uma descoberta da CPMI,

muito bem, mais passível estaria de contestação. Mas a gente verifica que o processo administrativo da CVM 2003/488 trata de quatro fundos exclusivos da SISTEL: O FIACOLI (F), o COLFIA (F), o CRILFIA(F) e o Cristal Fundo de Investimento Financeiro, cadastrados em 12 diferentes corretoras. Foram responsáveis por gerarem suspeitas de irregularidades com transações feitas a preços desfavoráveis, gerando ajustes negativos. Deputado Pannunzio, Deputado Silvio, a CVM está dizendo ou disse, exatamente, o que nós confirmamos com os números que foram analisados. Quando esses fundos não operavam nos pregões, clientes da mesma Corretora realizavam compras e vendas na mesma série dos contratos futuros, gerando ajustes positivos. Foi o que eu acabei de mostrar. A Corretora, quando estava com outros clientes, tinha ajuste positivo. Quando a Corretora operava com a SISTEL, tinha ajuste negativo. Na mesma sequência, o mercado variava no sentido contrário às operações fechadas. Os negócios eram especificados em nome dos fundos. Propositamente, negócios de compra eram realizados a preços superiores à cotação do ajuste do dia e negócios de venda, a preços inferiores. A BÔNUS-BANVAL é uma das corretoras citadas no referido processo administrativo. A conclusão deste processo é de que há indícios de que as operações sejam fraudulentas, com a finalidade de gerar lucros e prejuízos, previamente ajustados, e que variava em razão do andamento dos preços nos mercados. Se o senhor acha que são contestáveis esses números, o que é que o senhor me diz desse processo administrativo da CVM?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, eu não tenho o que falar ainda, até porque está em fase de inquérito, esse processo, eu estive na CVM depondo há questão de um mês atrás. A CVM me mostrou alguns números altamente contestáveis, inclusive--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Talvez agora eles tenham uma base da CPI e fique mais claro...

SR. BRENO FISCHBERG: Pode ser, Deputado. Porque estão indo a reboque da CPI mesmo. Mas, a grande verdade é que esse inquérito tem várias falhas e vão ser provadas a seu momento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, nesse procedimento, o senhor foi chamado a se defender, nos outros não?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos aos títulos públicos. Passe, por favor, para o próximo. Isso. Deixe aí. Como é que funcionavam, em geral, as operações da Corretora de V. Sa. com os fundos de pensão, no que se refere a títulos públicos?

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, poderia repetir a pergunta? Eu não estou entendendo--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós vamos verificar, aqui, problemas em três fundações. Na GEAP, na NUCLEOS, mas principalmente na SERPROS. Na GEAP e na NUCLEOS, existem problemas, eles estão constatados. Porém, são problemas de menor monta. Na SERPROS, são problemas sérios, por que? Porque todos eles aconteceram em 2004. O que nos interessa ver aí? Nos interessa ver a variação do preço unitário negociado pelo título, no mesmo dia, entendendo a cadeia negocial, como é que se deu. E eu vou diretamente ao exemplo, aí, da SERPROS porque fica mais claro. Nesse dia--

SR. BRENO FISCHBERG: Da SERPROS?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): SERPROS. No dia sete do cinco de 2004, foram negociados títulos do tipo NTNC, com vencimento para quatro do um de 2021. Como é que se deu essa negociação? Bom, foram treze mil títulos negociados, certo? O senhor pode ver ali que foram os mesmos títulos em toda a cadeia, no mesmo dia e na mesma quantidade. Primeiro, o Banco BRJ vende para a Corretora Quantia por aquele preço unitário que senhor pode ver, de R\$1450,00. Depois, a Corretora Quantia vende para a BÔNUS-BANVAL por um preço unitário já elevado de R\$1523,11. E, aí, o que é que nos chama mais a atenção? A BÔNUS-BANVAL, no mesmo dia, vende para a Planet e, depois, a Planet vende para o BB Olimpo FiF, certo? O BB Olimpo FiF é um fundo exclusivo da SERPROS. O que é que a gente percebe? Que a elevação do preço unitário, dentro dessa mesma cadeia, se deu no momento em que a BÔNUS-BANVAL passou, que a BÔNUS-BANVAL, me perdoe, só porque eu não estou enxergando aqui, da Quantia. Sim. No momento que a Quantia passou, a Quantia, me perdoe, vendeu esse título para a BÔNUS-BANVAL. Então, esse título subiu de R\$1450,00 para R\$1523,11 e, depois, seguiu a uma variação absolutamente normal, considerada como padronizada pelo mercado. O senhor pode ver ali, variaram na primeira, na terceira operação, centavos. E na quarta operação, reais. Como o senhor acha que se explica aquela operação inicial da venda da Quantia para a BÔNUS-BANVAL, que ocasiona uma diferença de quase um milhão de reais nessa negociação?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado, eu não acho nada demais. Eu, na verdade, o que o senhor está me mostrando, ali no mapa, é exatamente a compra por R\$1523,00 e a venda por R\$1524,00.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu pergunto antes.

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, aí é uma parte--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pagou... Eu queria saber o seguinte: O senhor está pagando à Corretora Quantia, no mesmo dia--

SR. BRENO FISCHBERG: Isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): No mesmo dia, uma diferença, em cada título, de, aproximadamente, 80 reais.

SR. BRENO FISCHBERG: Sim.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, o senhor paga em 13 mil títulos uma diferença de 80 reais a unidade à Corretora Quantia. Quando o senhor vende, o senhor vende com uma variação muito pequena. E quem é que está ali, quem é que está ali, na última ponta? Quem está ali, na última ponta, é o fundo exclusivo da SERPROS.

SR. BRENO FISCHBERG: Mas, aí, é um cliente da PLANER. Não meu cliente, não é?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim. Mas o senhor pode ver que quem acabou incorporando o preço mais alto foi ele. Eu pergunto ao senhor: Onde é que há a distorção ali? Onde é que existe a anormalidade?

SR. BRENO FISCHBERG: Pelo que o senhor está me mostrando, a Corretora Quantia, na verdade, do banco BRJ para a Quantia. É isso que o senhor está me falando?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não.

SR. BRENO FISCHBERG: É, da BRJ para a Quantia.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É da Quantia para a BANVAL.

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe. Qual foi o preço que foi comprado pelo... Que o BRJ...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor pagou 500 mil--

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe, não é BRJ ali. É BRJ? Ou a Cruzeiro? Não sei, eu não consigo ver direito.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É banco BRJ.

SR. BRENO FISCHBERG: É? Ali, precisa ver que preço que o BRJ vendeu para a Quantia. Isso é uma série de operações. O senhor está pegando de pedacinho aqui.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não essa é a cadeia toda.

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, então, a que preço a BRJ vendeu para a Quantia?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A R\$1450,00.

SR. BRENO FISCHBERG: E esse vendeu a nós a R\$1523?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual é a suspeita que existe ali, para o senhor entender: Que já havia uma garantia de que aquele fundo exclusivo da NUCLEOS pagaria o que pagou pelo título e, por isso, da majoração, no mesmo dia, se é que o senhor está entendendo.

SR. BRENO FISCHBERG: Entendi, entendi sim senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor entendeu? Então, vamos para outro exemplo, porque outro ponto interessante, que eu quero que os parlamentares observem, sempre, em todas as cadeias, vão aparecer a Corretora Quantia ou Quantia, desculpe; a Corretora Planer e a Corretora BÔNUS-BANVAL, em todas essas cadeias da SERPROS. Vamos à última. No dia sete do oito de 2004, títulos com vencimento para quatro de janeiro de 2021 primeiro, são vendidos da TOV CCTVM para a Quantia, a um preço unitário de R\$1453,00 e, mais uma vez, prestem atenção os senhores, mais uma vez, a majoração do preço unitário se dá na segunda cadeia, quando a Quantia vende para a BANVAL. O senhor pode ver aqui, sai de R\$1453,00 e vai para R\$1527,00, certo? Depois, ele segue uma lógica normal: A BANVAL vende para a PLANER a R\$1529,00 e a PLANER vende para o fundo exclusivo a R\$1530,00. A lógica é a mesma, exatamente a mesma e diferença é muito próxima. É mera coincidência também?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Para mim, eu acho uma operação normal, eu não vejo nenhuma distorção. Os lucros da Corretora BÔNUS-BANVAL foram reais, aconteceram, foram tributados. Eu não vejo diferença. Desculpa, nesse último caso, quem é o comprador final? É o HSBC que o senhor está falando?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nesse último caso, é o HSBC Credit FIF, que é um fundo exclusivo da SERPROS.

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, eu só posso falar para o senhor que a BÔNUS-BANVAL de fato... Agora, a BÔNUS-BANVAL não fez só essas quatro operações. Na verdade, a BÔNUS-BANVAL fez diversas operações, essas quatro, o senhor está identificando como diferenciais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, mas é porque são elas-

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): -- Que, no nosso corte acima de 50 mil, mereceram a nossa atenção.

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim, porque são elas que no nosso corte acima de 50 mil mereceram a nossa atenção.

SR. BRENO FISCHBERG: Mas tiveram várias com valores inferiores, com valores superiores a 50 mil reais.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Esses mesmos problemas, eles vão se repetir na NUCLEOS, eles vão se repetir--

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, o senhor poderia me repetir? Essa operação da NUCLEOS, inclusive, eu li no jornal, um depoimento seu, Deputado, eu não lembro. Posso estar enganado, mas eu acho que nós não operamos com a NUCLEOS, por isso que eu volto a falar, entendeu? Eu só não sei se...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos ali, à NUCLEOS, por favor. Não, na verdade o senhor participou de uma cadeia em que a NUCLEOS estava envolvida. É isso que eu quero dizer. O senhor não operou diretamente com a NUCLEOS, mas participou de uma cadeia aonde ela teve uma perda, ali, de 230 mil reais.

SR. BRENO FISCHBERG: Mas a venda final para a NUCLEOS foi feita pela BÔNUS-BANVAL?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A venda, na verdade, ali, é a NUCLEOS vendendo.

SR. BRENO FISCHBERG: A NUCLEOS vendendo para quem? Para a BÔNUS-BANVAL?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, para a NOMINAL; a NOMINAL vende para a Quantia e, mais uma vez, a Quantia vende para o senhor. E, sempre quando há o aparecimento do senhor nessas operações de fundos de pensão, a gente vê a presença da Quantia. Isso lhe diz alguma coisa?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Eu mesmo falei para o senhor que a Quantia, nós sempre operamos muito com ela, até porque a nossa área, nós tínhamos uma mesa comercial bem intensa e, na verdade, a Quantia sempre nos supriu. Nós tínhamos sempre preços bons no mercado. Só isso.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor conhece o Lúcio Funaro?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem negócios com ele ou já fez negócios com ele?

SR. BRENO FISCHBERG: O Lúcio Funaro, é meu amigo particular. Operou por mim, pela BÔNUS-BANVAL, desculpe, durante um período. Quando, em 2002,

a BÔNUS-BANVAL passou por uma crise financeira, conhecida na própria BMF, conhecida no mercado financeiro, o senhor Lúcio Funaro me ajudou.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Lúcio Funaro ajudou o senhor de que forma?

SR. BRENO FISCHBERG: Me emprestando recursos.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O Lúcio Funaro lhe emprestou recursos em 2002?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor. Em 2002.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Qual foi o montante desse empréstimo?

SR. BRENO FISCHBERG: Alguma coisa próxima a 800 mil reais, se não me falha a memória.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Como é que foi acertado o pagamento desse empréstimo?

SR. BRENO FISCHBERG: No próprio ano de 2002, uma parte. Acho que foi no início de 2003, quitamos a dívida que eu tinha com ele.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor quitou a dívida.

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor confirma que a Stoklos Avends (F) é de propriedade do senhor Funaro?

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Stoklos Avends (F), é uma empresa.

SR. BRENO FISCHBERG: Não conheço.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não conhece e também não conhece a ERSTE Bank?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu tenho um documento. Um minutinho só, Deputado. Eu acho que está com o Pitombo. Eu tenho, na verdade, o Lúcio Funaro, durante um período, que ele operou por nós, pela BÔNUS-BANVAL, ele solicitou, em determinado momento, que nós fizéssemos um pagamento a ele, se não me falha a memória, ou ao contrário, eu teria que pagar a ele, sim, ele solicitou que eu pagasse a duas empresas dele. E ele, a BMF me questionou isso e ele me solicitou, posteriormente, eu solicitei a ele, posteriormente, um documento que autorizasse esse pagamento, aonde ele diz que a empresa é dele. Se o senhor puder me aguardar um segundo, eu acho que eu localizo aqui o documento.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor se lembra do nome da empresa?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu acho que é a ERS-TE. Um minutinho só, por favor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Pois não.

SR. BRENO FISCHBERG: Está aqui, Deputado. Deixa eu só botar os óculos, senão... Posso passar às suas mãos, Deputado?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Ele, aqui, faz referência à Hoisters e à ERSTE, às duas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só pra... É Erst? ERSTE?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): ERSTE, ERSTE Banking. Nós temos notícia de que o senhor Enivaldo Quadrado afirmou que a LAETA seria uma das empresas do senhor Lúcio Funaro. V. Sa. confirma essa notícia?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Não confirma?

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpe, eu sei que ele operava; o Lúcio é um operador de mercado e operava por diversas instituições financeiras. Eu sei que ele operava pela LAETA, ele operou pela BÔNUS-BANVAL, operou por outras "n" corretoras e, inclusive, corretoras muito grandes.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): O senhor conhece o senhor Haroldo de Almeida Rêgo Filho?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Nenhum dos seus familiares?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu tenho aqui uma... A nossa parte final vai ser compartilhada. Eu queria convidar o Deputado Gustavo Fruet para tomar assento à mesa porque, juntos, faremos, aqui, alguns questionamentos sobre relações da BÔNUS-BANVAL com a empresa NATIMAR. Então, eu vou ceder, temporariamente, a oportunidade para ele fazer as perguntas. Aquilo que não for objeto do seu questionamento, eu irei, depois, completar e, em seguida, a gente passa a palavra para os nobres parlamentares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [inaudível]

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Obrigado, Deputado ACM Neto. Senhor Breno, de forma

objetiva, eu vou trabalhar mais especificamente com relação à NATIMAR e às operações do Marcos Va-

lério. Eu pergunto para o senhor: Qual a relação da BÔNUS-BANVAL com o senhor Najun Turner e Carlos Alberto Quaglia?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, a nossa relação-- Eu só queria colocar, fazer uma observação, antes de começar a falar: A minha função na Corretora era muito mais comercial do que operacional. Eu tive muito pouco contato com o senhor Carlos Quaglia ou, mintó; não tive nenhum contato com o senhor Carlos Quaglia, nenhum contato com o senhor Najun Turner e três ou quatro contatos com o senhor Marcos Valério. Então, eu só queria fazer essa observação porque muita coisa do que eu vou estar falando aqui foi de meu sócio ter me participado. Mas não que eu tivesse participado das reuniões ou dos momentos, Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E, no caso específico, então, está compreendido, do senhor Marcos Valério, qual foi a razão dos contatos, foi de natureza comercial?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu conheci o senhor Marcos Valério em fevereiro de 2004, quando ele me foi apresentado pelo senhor Enivaldo Quadrado, meu sócio, que ele tinha o objetivo de adquirir a BÔNUS-BANVAL Corretora de Mercadorias, que é essa que eu citei agora há pouco, que teve uma dificuldade financeira. Posteriormente, aí, estive em, aproximadamente, três reuniões ou quatro reuniões com o senhor Marcos Valério e com o senhor Rogério Tolentino, na sede da BÔNUS-BANVAL, aonde foram-lhes apresentados todos os números que eles solicitavam de acompanhamento mensal da Corretora.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Então, eu vou perguntar dessas operações, são duas linhas: Quatro perguntas, colocando as versões que foram apresentadas e, depois, os questionamentos deixados pelo senhor Najun Turner, com relação à BÔNUS-BANVAL. Em depoimento à Polícia Federal, o Carlos Alberto Quaglia disse que vários depósitos da BÔNUS-BANVAL na conta da NATIMAR, seis milhões e quinhentos mil reais foram por engano. E ele disse que Enivaldo Quadrado recusou-se a estornar, pois era um erro de logística de caixa, que não tinha como estornar. Para registrar, ele afirmou o seguinte, olha: “Que acredita que aplicou na BÔNUS-BANVAL, aproximadamente, 7 milhões de reais, durante o ano de 2004. Salvo engano, no mês de junho de 2004, o declarante percebeu depósito desconhecido na conta da NATIMAR, não sabendo precisar quanto havia sido depositado equivocadamente, que recebia pelos Correios, semanalmente, extrato da conta da NATIMAR junto à Corretora BÔNUS-BANVAL, que, diante disso, entrou em contato com Enivaldo Quadrado, informando a situação, oportunidade em que este teria dito que

tais recursos teriam sido depositados por engano, em virtude de erro de logística de caixa, que o declarante pediu para Enivaldo estornar tal valor da sua conta, o que foi negado pelos dono da BÔNUS-BANVAL, alegando impossibilidade de fazê-lo, ante à existência de uma auditoria externa em sua Corretora”.

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, é totalmente absurda a quantidade de... Só queria lembrar ao senhor, Deputado, que, desde o primeiro momento, a BÔNUS-BANVAL, por nosso interesse e por orientação dos nossos advogados, solicitaram que nós, em momento algum, deixássemos de fornecer documentos a essa CPI. Quando surgiram os primeiros, as primeiras matérias de jornal em relação à nossa empresa, nos deixaram extremamente preocupados. Quando saiu que houve um depósito de equivalente, o senhor Marcos Valério, inclusive, citou aqui, perante essa CPI, citou na Polícia Federal e citou ao Procurador-Geral da República, num primeiro momento, que havia depositado três milhões e meio de reais na Corretora BÔNUS-BANVAL. Por orientação dos nossos advogados, nós contratamos uma empresa que fez uma perícia extrajudicial, que foi colocada à disposição dos senhores no depoimento do meu sócio, e aonde, ali, mostrava que houve, na verdade, depósitos superiores a seis milhões de reais, dos quais ele não tinha falado. Posteriormente, por jornais, eu li, eu, obviamente não, mas que o senhor Marcos Valério disse que, na verdade, inclusive, na identificação dos depósitos, dos documentos entregues a essa CPI e à Polícia Federal, pela BÔNUS-BANVAL, os depósitos tinham ocorrido da 2S PARTICIPAÇÕES e da TOLENTINO, que era, para nós, tinha-nos sido apresentado como seu advogado. Essa identificação foi feita via uma solicitação porque os depósitos aparecem, o senhor, que está cuidando da movimentação financeira, deve ter visto, eles aparecem para nós, BÔNUS-BANVAL, como depósitos on-line. O senhor Marcos Valério disse que depositou TEDs e cheques. Não existe nenhum cheque depositado na conta da BÔNUS-BANVAL por essas empresas. Houve depósitos on-line. A BÔNUS-BANVAL solicitou, junto ao Banco do Brasil e o Banco do Brasil identificou as duas empresas que teriam feito as remessas. Esses recursos, para nós, foram identificados pelo senhor Carlos Quaglia, como sendo da NATIMAR e ele, depois, alega que nós depositamos, indevidamente, na sua conta. Eu gostaria de, posteriormente, anexar a declaração de rendimentos e a retenção de CPMF porque toda a vez que eu faço uma transferência para uma outra, para outra titularidade, eu sou obrigado a reter o CPMF. Foram retidos próximos a 30 mil reais, um pouco a mais de 30 mil reais, se não me falha a memória, de CPMF do senhor Carlos Quaglia, descul-

pe, da NATIMAR. Então, é muito difícil essa alegação dele de que nós depositamos sem o conhecimento e depois debitamos 30 mil reais da conta dele e ele não questionou essa retenção. Eu gostaria de passar agora, se o senhor quiser, às suas mãos a--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Por favor.

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, aqui está, dia-a-dia, a retenção do CPMF de cada operação; no final, o valor total.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E essas operações todas elas, como é que é feito o controle por parte da empresa? Era o senhor Quaglia que pedia, que determinava a operação?

SR. BRENO FISCHBERG: O senhor Quaglia determinava para quem iam ser feitas as transferências. Inclusive, várias, eles assinaram. Desculpa, só querendo me antecipar um pouquinho, não sei se é a hora, mas--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Por favor.

SR. BRENO FISCHBERG: --Ele citou que essas transferências foram feitas, como ele disse no depoimento à Polícia Federal, porque nós tínhamos depositado, indevidamente, na sua conta e que ele nunca tinha assinado essas cartas. Eu vou, depois, passar às suas mãos, Deputado, várias outras cartas, onde ele solicita transferências para terceiros, no período de setembro de 2002, novembro de 2002, ou seja, bem antes dos depósitos do senhor Marcos Valério e da nossa conta.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ele afirma que assinou, inicialmente, de dez a quinze cartas de transferências e, daí, o senhor Enivaldo apresentou quase 70 cartas de transferência e disse que foi um engano, que lê foi induzido a assinar--

SR. BRENO FISCHBERG: Eu vou estar entregando ao senhor, são cartas solicitando transferências. Só querendo mostrar, com isso, que a forma operacional dele era essa. Isso foi datado, como o senhor pode ver, de 19 de setembro de 2002; várias cartas em que ele solicitou transferências e, em todas essas cartas, não só foram feitas transferências eletrônicas, nunca houve pagamento nem em cheque, nem em dinheiro e o CPMF foi retido.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ou seja, nunca a BÔNUS-BANVAL teria feito isso, vamos dizer, com cliente ou alguém teria assinado por engano?

SR. BRENO FISCHBERG: Absolutamente. Desculpa, é absurdo, Deputado--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não, eu estou perguntando, eu quero que o senhor compreenda que eu tenho que fazer esse contraponto.

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Sem dúvida nenhuma, eu concordo. É que, na verdade, é tão mirabolante a história...

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Que até seria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Fruet, só para aproveitar a oportunidade--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Essa relação que o depoente está entregando sobre a retenção do CPMF, ela é correspondente à relação que o senhor Enivaldo Quadrado entregou aqui às transferências?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não, não. Desculpa. Não, Deputado. É anterior ao período, inclusive, do depósito do senhor... Da 2S e da Tolentino. O que eu estou querendo mostrar com isso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Esses 30 mil. Eu estou falando especificamente dessa relação--

SR. BRENO FISCHBERG: Os 30 mil, são retenção do CPMF.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Daquela mesma lista que foi apresentada aqui?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor, Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E qual, na sua avaliação, a relação, então, da NATIMAR, do Quaglia com o Marcos Valério?

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, eu soube pelo meu sócio que, na verdade, ele teria indicado, na verdade, o Marcos Valério teria se interessado pelo tipo de operações realizadas pela NATIMAR e que meu sócio teria indicado a NATIMAR como empresa que entendia do mercado de ouro. Aqui, só poderia estar fazendo suposições, mas--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E o contato da NATIMAR era o Najun Turner ou o Quaglia?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, eu não sei lhe dizer. Não posso afirmar nem que seja com um, nem com outro.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Mas, vamos dizer, o profissional do mercado, quem é o verdadeiro proprietário da empresa NATIMAR?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu não conheci o Quaglia. Mas pelo depoimento dele aqui nessa CPI, eu acho que ele não tinha competência para ser dono não.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): O senhor reafirmou, aqui, que a BÔNUS-BANVAL apli-

cava, melhor, a NATIMAR, em ouro na BMF, a pedido de Marcos Valério. O Marcos Valério--

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, o senhor poderia repetir?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Eu vou ler o depoimento aqui--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, só esse pedacinho.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): -Que o Quaglia afirma o seguinte: Que nega que a NATIMAR tenha recebido recursos de Rogério Lanza Tolentino e da empresa 2S PARTICIPAÇÕES, que os depósitos feitos por essas pessoas foram aqueles que foram creditados, erroneamente, na conta da NATIMAR, conforme disse em linhas atrás. Esse recurso era uma aplicação da NATIMAR em ouro?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim. Na verdade, a NATIMAR, o senhor pode ver, que ele mesmo citou, ao depor, que a movimentação tinha sido de sete milhões. A NATIMAR sempre foi uma empresa que operou, porque o mercado físico de ouro negociado na BMF, o mercado, óbvio, os valores, a grama do ouro tem uma cotação internacional. Então, ele tinha que ter necessidade de recursos sempre na Corretora. Então, os números são grandes, do cliente.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E, até em função disso, na operação, ele afirma, aqui, que houve uma redução de 80% na comissão de corretagem, possibilidade de ficar em desconto até 500 mil reais, por cinco dias, e a não-cobrança de juros dos valores descobertos, além de um milhão de reais de garantia junto à BMF, como margem de garantia para a NATIMAR operar, cobrando apenas a CPF e a Taxa Selic. É normal esse tipo de oferta? Por que tantas vantagens?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado. Esses 80% de desconto são, de fato, é uma praxe na BMF. Eu acho que não existe nenhum cliente ou, se existem, são muito poucos os clientes, isso pode ser constatado pela própria BMF, que pagam 100% de corretagem. A corretagem depende do mercado e inviabilizaria as operações. Por isso, é uma praxe das corretoras fazer uma devolução para qualquer cliente. Não é especificamente para o cliente A, B ou C. É que, simplesmente, para um cliente que opera bastante, se ele tiver que pagar corretagem integral, ele, aí, vai ficar inviável de operar.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com relação ao fato de a empresa ter ficado, no período entre janeiro e fevereiro de 2004, com conta-corrente, junto à BÔNUS-BANVAL, negativa em mais de 1 milhão e 200 mil reais, isso também é uma prática usual, essa afirmação do Quaglia, da NATIMAR ou não?

SR. BRENO FISCHBERG: Que ele ficou devedor entre janeiro e fevereiro de 2004 de um milhão e duzentos mil reais?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Isso.

SR. BRENO FISCHBERG: Não posso confirmar. Não tenho esse número de cabeça, Deputado?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Eu vou fazer algumas perguntas, até para... Deputado ACM Neto, só para constar. Nós estivemos, aqui, com Najun Turner e com o Quaglia. Então, algumas questões que eles deixaram, houve uma acareação, nós sabemos, do senhor Enivaldo Quadrado com o Quaglia, na Polícia Federal. Mas, algumas questões acabaram não sendo respondidas. Algumas para consignar e outras feitas pelo Najun Turner. Quais são as empresas que a BÔNUS tem participação ou teve, entre 2004 e 2005?

SR. BRENO FISCHBERG: Que a BÔNUS teve participação?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): É, quais são todas as empresas ligadas à BÔNUS.

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Só a BÔNUS-BANVAL Corretora de Valores, já ditas pelo Deputado ACM Neto.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quais eram as empresas da BÔNUS que tinham título patrimonial de corretoras da BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: Em que período, Deputado?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Também em 2004 e 2005, o senhor lembra, não?

SR. BRENO FISCHBERG: Final... Em 2004 até setembro nós tínhamos o título patrimonial da Corretora de BMF e da Corretora de Valores do título da Corretora de Valores. A partir de setembro de 2004, o só o título patrimonial da Corretora de Valores.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quando do encerramento das atividades, de que forma isso foi comunicado aos clientes?

SR. BRENO FISCHBERG: Das atividades de Corretora de BMF?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Isso.

SR. BRENO FISCHBERG: Formalmente, via carta, ou informalmente, dependendo do cliente, por telefone. Na verdade, nós... Foi um processo de desgaste, onde a situação já estava complicada. Então, nós viemos já diminuindo as atividades, dependendo de cada tipo de cliente; alguns, via carta; outros, telefone.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Aqui, o passo é apresentar um elenco de perguntas deixadas pelo senhor Najun Turner. Depois que a BÔNUS perdeu seu credenciamento na BMF, como eram feitos os

registros das operações dos clientes que continuaram a operar com a BÔNUS, mas não mantinham operadores no pregão e não tinham mais acesso direto ao pregão eletrônico e também não tinham mais vínculo com a BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: A BÔNUS-BANVAL fez um contrato. Na verdade isso, é uma operação até bem normal. Eu, como instituição financeira, a BÔNUS-BANVAL Corretora de Valores, como instituição financeira, faz contrato com corretoras que tenham título na BMF e eu passo a operar por intermédio dessas corretoras.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Os sócios da BÔNUS realizaram alguma reunião com Najun Turner, para ver se era possível levantar um crédito em reais, de forma a solucionar falta de caixa, para saudar o débito que tinha com o membro da compensação da BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: Não estou entendendo a pergunta, Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Pois é, a pergunta, enfim... Mas teve alguma reunião da BÔNUS com o Turner?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor. Pelo menos comigo, não.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não há registro também?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Fora essa aplicação, há algum registro de operação de crédito da BÔNUS-BANVAL com a NATIMAR, nesse período?

SR. BRENO FISCHBERG: Operação de crédito?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Isso.

SR. BRENO FISCHBERG: Não.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não. Entrega a título patrimonial.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, a NATIMAR é um cliente nosso, simplesmente, não é, Deputado?

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): As empresas do senhor Marcos Valério não tinham suficiente cadastro, exigido pelas normas da BMF para registrá-la como cliente na Corretora. Por que foi feita operação via NATIMAR?

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, se ela quisesse ser nossa cliente, ela poderia ser. Ela tinha os cadastros para utilizá-los. Por que ela se utilizou da NATIMAR, é pergunta que os dois devem respondê-la.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Certo. O senhor tem informações desses recursos que ingressaram na Corretora BÔNUS, por parte das em-

presas do Marcos Valério, se têm origem oficial, legal ou essa é uma forma de evitar a identificação e o rastreamento dos recursos?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, para nós, eu volto a afirmar, os recursos foram informados que entrariam pela NATIMAR. Nós só viemos a saber que esses recursos foram enviados pelas empresas do senhor Marcos Valério, após ser divulgado pela imprensa. Até aquele momento, nós não tínhamos conhecimento disso, Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ou seja, não é possível afirmar que seja uma forma eventualmente de... Mas é possível esse tipo de investigação?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma, é bem possível, Deputado. Mas não do nosso conhecimento. Mas não gostaria de fazer esse juízo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): As notas da corretagem, entregues à NATIMAR, onde discriminam todas as operações que se fizeram, são as mesmas que a BÔNUS tem em sua contabilidade?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quer dizer, não há possibilidade de uma contabilidade paralela?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor, Deputado. Na BÔNUS-BANVAL Corretora de Valores, como é de conhecimento da grande maioria, só há fiscalização do Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, da própria Bovespa. Então, é impossível. Essas notas são, inclusive, emitidas, no caso da BMF, pela própria BMF.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E, por fim, o senhor Enivaldo afirmou que a NATIMAR orientou a BÔNUS para transferir o dinheiro de resgate de operações de investimento de Valério. Ou seja, era de conhecimento da BÔNUS que esse recurso era do Marcos Valério?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor. Quem informava era a NATIMAR. Não é isso que está, eu acho que é isso que está escrito aí, Deputado.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E o contato, então, era só com o Marcos Valério, só com relação--

SR. BRENO FISCHBERG: O Marcos Valério, hoje, o contato, as quatro reuniões que eu tive com essa pessoa, foram simplesmente para mostrar a ele os números da Corretora, mês a mês.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): São esses os registros. Obrigado, senhor Breno. E retorno a palavra ao Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Eu tenho mais apenas pouquíssimas perguntas para completar o que perguntou o Deputado Gustavo Fruet. A BÔNUS-BANVAL preparou uma relação das ordens que a NATIMAR deu para a distribuição dos recursos. O senhor confirma?

SR. BRENO FISCHBERG: Confirmo sim, senhor Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Dentre essas ordens, constam duas ordens que foram dadas, uma no dia 26 do quatro de 2004 e outra no dia 27 do quatro de 2004, para a empresa ERSTE. O senhor confirma?

SR. BRENO FISCHBERG: Se está na relação da empresa que fez a perícia, sem dúvida nenhuma, confirmo, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A empresa que fez a perícia, apenas para afirmar.

SR. BRENO FISCHBERG: Foi contratada por nós.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): É a...

SR. BRENO FISCHBERG: BORDIN. BORDIN ASSOCIADOS.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Então, aqui estão duas ordens que foram dadas pela NATIMAR à empresa do senhor Lúcio Funaro; uma no dia 26 do quatro de 2004, no valor de 750 mil reais e a outra, no dia 27 do quatro de 2004, no valor de 496 mil, 731 reais. O senhor saberia nos explicar o motivo pelo qual a NATIMAR estava autorizando a transferência de recursos para as empresas do senhor Lúcio Bolonha Funaro?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado. Não sei o motivo. Simplesmente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Esses são recursos que passaram pela BÔNUS-BANVAL e que, a partir daí, foi dada uma ordem de distribuição. E, no lado receptor da ordem, aparece a ERSTE do Lúcio Funaro.

SR. BRENO FISCHBERG: Novamente?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Novamente. O senhor não teria como explicar?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado. Não tenho.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Muito bem. Em 26 do quatro de 2004, a BÔNUS-BANVAL acusou inadimplência do senhor Waldir Vicente do Prado.

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Superior a 5,5 milhões de reais, esse era credor, em 27 do cinco de 2004, de 3,5 milhões de reais, da MASTER Corretora de Mercadorias SA. Enquanto esta declarou insolúvel, em 27 do cinco de 2004, crédito de sete milhões contra a RS Administração. Então, para que os parlamentares entendam, em 26 do quatro, 26 do quatro de 2004, a BÔNUS-BANVAL acusou inadimplência do Waldir, no valor de cinco milhões. O Waldir era credor de 3,5 milhões de reais da MASTER Corretora, registrado este crédito, no dia 27 do cinco de 2004. Portanto, um mês depois. E aí, no mesmo dia 27 do cinco de 2004, a MASTER declara insolúvel um crédito de sete milhões de reais da RS Administração. Eu quero chamar atenção dos parlamentares para a presença da RS Administração e do senhor Waldir Vicente do Prado e lembrar ao nobre depoente que, em um dos procedimentos que foram instaurados pela CVM, em que a empresa de V.Sa. é acusada de lavagem de dinheiro, de transferência de recursos de forma ilegal para o exterior, de maquiagem, de maquiagem de operações, estão envolvidos o senhor Waldir Vicente do Prado e também a RS Administração. Bom, dito isso, eu perguntaria: Qual é a situação atual dos débitos acumulados pelo Waldir Vicente do Prado com a BÔNUS-BANVAL?

SR. BRENO FISCHBERG: Hoje, não há mais débito. Esse débito foi quitado, isso foi uma operação, infelizmente, que ocorreu conosco, que foi alvo de um processo administrativo junto à BMF, aonde a BÔNUS, a própria BMF deu ganho de causa à BÔNUS-BANVAL e, naquele momento, a BMF, na pessoa do seu Diretor-superintendente, Edemir Pinto, recomprou o título patrimonial da MASTER Corretora, liquidando, com isso, o débito que o senhor Waldir tinha conosco.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): A BÔNUS-BANVAL tinha conhecimento de quem eram os clientes que o senhor Waldir Vicente do Prado representava nas operações que realizava em seu nome?

SR. BRENO FISCHBERG: Bom, como eu falei anteriormente ao senhor, Deputado, o Waldir chegou a ser agente autônomo da nossa Corretora. E um dos clientes, inclusive, que ele trouxe foi a... Me falha o nome... Mas ele trouxe alguns clientes. Depois, ele saiu, voltou para a MASTER, foi trabalhar na MASTER Corretora; inclusive, sobre esse problema da RS, eu gostaria de voltar a afirmar ao senhor a carta que consta, aonde a AES dá autorização à MASTER, de dar as ordens emitidas por ela.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Mas o senhor não teria como nos ci-

tar alguns clientes do senhor Waldir Vicente do Prado, quando operou como agente autônomo?

SR. BRENO FISCHBERG: Na BÔNUS-BANVAL?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. BRENO FISCHBERG: Ele trouxe a NATIMAR como cliente--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Então, foi o Waldir que trouxe a NATIMAR como cliente?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor. Desculpe, sim, senhor.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Teria algum outro exemplo importante para citar?

SR. BRENO FISCHBERG: A NPZ, que eu sei que é cliente dele. Sei de cabeça os dois, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O senhor tem conhecimento de que o Waldir Vicente do Prado representou interesses do senhor Naji Nahas no mercado financeiro?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Quais foram os fatores considerados pela BÔNUS-BANVAL, além da situação econômico-financeira apontada na ficha cadastral, para determinar o limite das operações do senhor Waldir Vicente do Prado?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, o senhor Waldir, quando funcionário da Corretora, como agente autônomo, praticamente não operava conosco. Esse caso a que o senhor está se referindo, Deputado, ele não estava mais na BÔNUS-BANVAL. Ele estava operando pela MASTER Corretora, inclusive, com procuração da MASTER e foi esse o motivo que a própria BMF nos deu ganho de causa nesse processo, Deputado. Na verdade, esse limite que o senhor está se referindo não foi dado a ele, Waldir, e sim à MASTER, empresa.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu tenho uma última pergunta. O senhor, aqui, através da consultoria que contratou, elencou o nome de todos os beneficiários dos recursos que foram determinados pela NATIMAR. Uma análise que foi feita pela nossa consultoria da CPMI, ela indica que não há uma relação direta desses nomes com o empresário Marcos Valério. E, no entanto, ao que nos parece, o Marcos Valério ele estaria operando por meio da NATIMAR. Pelo menos, esse foi o argumento usado pela BÔNUS-BANVAL. Então, há, aí, uma pergunta sem resposta: O Marcos Valério operava por meio da NATI-

MAR; a NATIMAR determinou a liberação dos recursos para essa quantidade de pessoas físicas e jurídicas, mas, no entanto, não há uma relação direta de todas essas pessoas físicas e jurídicas com o senhor Marcos Valério. Como é que se pode explicar isso?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu não gostaria de fazer nenhum juízo antecipado, Deputado. Eu só gosto de frisar que essa relação foi entregue, de fato, pela BÔNUS-BANVAL, com perícia extrajudicial; que, em nenhum momento, gostaria de deixar isso bem claro, Deputado, eu sei que não é o momento, mas de frisar que, em nenhum momento, a BÔNUS-BANVAL tentou via qualquer instrumento jurídico não permitir a nossa quebra de sigilo bancário, ao contrário, meu sócio, em seu primeiro depoimento na Polícia Federal, solicitou daquela autoridade a quebra do nosso sigilo bancário, fiscal e telefônico. Eu acho que nós tentamos, em todos os momentos, contribuir com essa Comissão e com as autoridades da forma mais clara possível. Eu não posso fazer um juízo, mas, de fato, não existe ligação.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu agradeço. Eu me dou por satisfeito. E devolvo a palavra ao Presidente dessa sessão, em exercício, Sub-relator Deputado Gustavo Fruet.

[Troca a presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Eu vou passar para os próximos inscritos, mas só duas observações para registrar: Numa conta rápida aqui, esse valor aqui, dessas transferências, chega a aproximadamente, a um milhão e meio.

SR. BRENO FISCHBERG: Eu nem fiz a conta, Deputado. Eu só trouxe para fazer constar, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Não, sim, claro, porque é importante, em função da versão do Quaglia.

SR. BRENO FISCHBERG: Exatamente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Nós temos, aí, um contraponto. Mas, na declaração do Enivaldo Quadrado, foram seis milhões e meio. Ele nega que tenha feito o pagamento a qualquer pessoa ou partido, mencionados por Marcos Valério.

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Todo o resgate dos recursos aplicados pela NATIMAR era através desse tipo de solicitação?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não, não. Teve vários depósitos, teve vários TEDs que foram transferidos para a própria conta da NATIMAR. Esses aqui são alguns exemplos que nós localizamos e eu estou, nós estamos localizando mais e nós vamos estar, poste-

riormente, anexando. É só para mostrar que essa forma operacional que ele alega, que foi depositado por engano, e que, daí, depois, nós, por questões de uma auditoria, não poderíamos reverter esse valor. Eu só queria mostrar que essa era a forma usual do senhor Carlos Quaglia, da NATIMAR, na verdade, do senhor Carlos Quaglia. Só isso. Eu não tinha nem feito essa soma, deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Então, vou lhe pedir, se for possível, num prazo curto, porque estamos no prazo final da CPMI, se for possível elencar, em curto prazo, todas essas cartas?

SR. BRENO FISCHBERG: Nós estamos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Ou as transferências.

SR. BRENO FISCHBERG: Que foram realizadas para a própria NATIMAR?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Direto para a NATIMAR.

SR. BRENO FISCHBERG: Pode sim, senhor Deputado, vou estar providenciando o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está bom.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para completar, nessa lista aqui, eu consegui reconhecer o nome da ERSTE, que é empresa do senhor Lúcio Funaro. Isso quer dizer que os recursos que passaram pela NATIMAR, que estavam associados ao senhor Marcos Valério, abasteceram as contas da ERSTE?

SR. BRENO FISCHBERG: Se estão aí, sim, senhor, Deputado

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ou seja, são recursos do Marcos Valério indo para o Lúcio Funaro.

SR. BRENO FISCHBERG: Se estão aí... Eu não posso...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E ERSTE, estão aqui. O senhor pode ver.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não. Sem dúvida nenhuma, Deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Essa é uma constatação extremamente importante--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ou pode ser do Najun Turner também para o Lúcio Funaro.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, é que ele faz a ligação, aqui, com movimentação do Marcos Valério.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Para constar. O senhor conhece Dario Messer?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Delúbio Soares?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Aroldo Bicalho?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Corretora Trade?

SR. BRENO FISCHBERG: Corretora?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Trade.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Aroldo Pororoca?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. De nome, já pelos jornais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E, por fim, já teve algum relacionamento a empresa BÔNUS-BANVAL com as empresas DISCOVERY Paraguaia e ARCOMAN TRADE, do Uruguai?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está bom. Seguindo a lista, aqui, eu passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, nobre Relator, caros colegas, parlamentares. Senhor Breno, eu fiz algumas anotações aqui e, como eu não sou do mercado financeiro e fui buscando algumas informações aí prestadas, eu gostaria de fazer algumas interferências. O senhor disse aí que conhecia o senhor Waldir Prado, que o senhor Waldir Prado era cliente do senhor, tinha relacionamento. Esse episódio que o ilustre Relator mencionou, sobre essa operação, essa operação é uma mesma operação onde o senhor Waldir vendeu oito mil contratos de índice?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): É a mesma operação?

SR. BRENO FISCHBERG: Exatamente, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom, o senhor poderia explicar um pouquinho melhor

essa operação? Eu gostaria de entender melhor por que, inclusive, completando, saber se o senhor teve prejuízo nessa operação.

SR. BRENO FISCHBERG: É...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

É que, normalmente, sempre as corretoras ganham, não é?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu vou tentar explicar um pouquinho sobre mercado financeiro e qualquer coisa o senhor... A MASTER Corretora, ela-- É normal no mercado financeiro que uma Corretora, muitas vezes, opere por terceiros, por terceiras corretoras. Um exemplo típico, de um banco muito grande, o maior banco do Brasil, vamos chamar, se ele ficar vendendo pela Corretora dele o tempo inteiro, isso vai dar um, vai mostrar ao mercado que esse banco está vendido. Então, ele tenta vender por várias corretoras para que não chame atenção, vamos chamar assim, da posição que esse banco está assumindo. Do outro lado, isso vale para as corretoras também. A MASTER Corretora se utilizava, de vez em quando, de serviços da BÔNUS-BANVAL quando ela quisesse ou comprar ou vender uma quantidade maior de lotes, ela se utilizava, muitas vezes, da BÔNUS-BANVAL. Nesse dia específico, infelizmente, eu não estava, o Enivaldo e eu não estávamos presentes no escritório, era o nosso antigo sócio, o senhor Waldir começou a dar uma quantidade de ordens superior ao volume normal de um mercado. No final do dia, essa operação era praxe ser transferida para a MASTER Corretora. Mas, por problemas eventuais que ocorreram com algum membro de compensação, que é o responsável pela liquidação financeira da MASTER, ele não aceitou a transferência dos lotes. Então, esses lotes dormiram, acabaram ficando na posição da BÔNUS-BANVAL, infelizmente. E isso causou esse problema. No dia seguinte, nós recompramos esses oito mil lotes, tivemos um prejuízo equivalente, na época, a quatro milhões e poucos de reais; o Waldir pagou uma parte e a outra parte, nós entramos com processo administrativo junto à BMF, que recomprou o título da MASTER, liquidando a dívida que tinha conosco.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Houve um processo na BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): E depois, no final, o senhor foi absolvido?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, ao contrário, o processo, quem moveu fomos nós, para fazer o recebimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Falando em CVM, o senhor disse aí o seguinte, em

determinado momento, o senhor disse que a CVM é que anda a reboque dessa CPMI. O senhor falou rapidamente, aí. O que o senhor quis dizer com isso?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, eu posso citar que, depois do início dessa CPMI, eu comecei a receber várias cartas, solicitando informações, da CVM. Só isso, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Houve um episódio em que a BMF não autorizou um repasse para a MASTER Corretora, que seria feito pela BÔNUS, a empresa de V.Sa. O senhor se lembra dessa operação e quais os motivos que deram, quais as conseqüências que foram?

SR. BRENO FISCHBERG: Foi exatamente essa operação dos 18 mil lotes, que eu expliquei, que o membro de compensação não aceitou a transferência, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Olha, pelo que nós vimos aqui, os dados que foram apresentados, quase todos eles foram contestados por V.Sa. e já aconteceu isso também com outros depoentes, nessa CPMI. E os dados não são dessa CPMI, os dados não são de um Deputado e nem, tampouco, do Relator. Estes dados são da BMF, que são analisados e reproduzidos. O senhor acha, e eu já tenho notado há mais tempo, muitas contestações. O senhor entende que a BMF, ela tem um controle positivo desses dados, correto, competente?

SR. BRENO FISCHBERG: Bom. Se ela tem, eu não posso lhe afirmar, na verdade, os dados, ela tem, com 100% de certeza. Agora, se a interpretação está sendo correta ou não, não cabe a mim julgar. Os dados, a BMF tem todos os dados. A BMF, nesse quesito, eu acho que ela tem um sistema de gravação, um sistema de câmeras, um acompanhamento muito próximo do mercado. Só não posso julgar se a interpretação dela, nesse momento, ajudando o senhor, está sendo correta ou não.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Bom. Então, a interpretação é da CPMI, a responsabilidade pelo resultado das informações é da CPMI, da minha Sub-relatoria, os dados efetivamente são obtidos pela BMF, na BMF, mas toda a elaboração e toda a linha de critérios adotada é desta CPMI.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Bom, é exatamente isso, nobre Sub-relator, que eu analisei. Eu disse que os dados são da BMF, agora, os desdobramentos dos dados, que são dessa CPMI, que eu acho que têm que ser até olhados mais atentamente, porque são várias perguntas, de pessoas que são colocadas, não têm nada a ver, como V. Exa. mesmo disse aí, vários nomes que ele apresentou,

que V. Sa. perguntou, não têm ligação nem com A ou nem ligação com B. Mas, vamos passar para frente, depois, a gente analisa isso melhor. Ontem, não me lembro o depoente que estava aqui, ele se sentia um pouco perseguido pela BMF, principalmente corretoras que não operam com grandes bancos. O senhor também acha isso?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, é um questionamento que eu preferiria não entrar. Eu estou numa fase de tentar solucionar os meus problemas, que foram muito grandes, infelizmente. Eu acho que a BMF tem uma visão operacional ou, pelo menos, no meu ponto de vista, está tendendo para uma linha que eu, de fato, discordo. Mas eu não sou ninguém para estar discordando da BMF. Não cabe a mim, Deputado, entrar nesse mérito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Bom. Os problemas que o senhor está solucionando, pelo que eu entendi, são junto à BMF?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não, senhor Deputado, é só uma referência, de fato, à CPMI.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): À CPMI.

SR. BRENO FISCHBERG: É. Eu estou encerrando, eu entrei com um processo, com um protocolo, perante o Banco Central, para encerramento das atividades da minha empresa. Infelizmente, para nós, é o que eu falo, depois de 32 anos de mercado, é muito duro ver isso.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): A situação financeira da sua empresa hoje é boa?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado. Nós, a partir do momento em que começou o caso, esse caso, nós viemos tentando nadar, vamos chamar assim. Mas, no final, eu preferi encerrar a empresa e ter condições de pagar as causas trabalhistas, de todos os acordos trabalhistas para os meus funcionários, que lutaram comigo até o final.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor se lembra de, o senhor é do mercado, o senhor se lembra de um episódio onde o Banco MARKA e o FONTE CINDAM, em 99, quando o Banco Central vendeu dólares, estas instituições compraram a preços inferiores ao do mercado?

SR. BRENO FISCHBERG: Lembro sim, senhor Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor lembra?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): O senhor concorda comigo que... Qual que foi a participação da BMF nesse episódio?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, acho que a BMF tentou, naquele momento, um acordo para que não houvesse uma crise maior no mercado. Óbvio que, na verdade, houve um benefício, mas, na verdade é um caso muito antigo. A gestão da BMF era outra, mas não vejo uma forma da BMF estar beneficiando. Ela, na verdade, tentou resolver um problema, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Pois é, mas eu acredito que as mesmas coisas que estão sendo apontadas, em realidade, para os senhores, ou seja, ela pegou dólar do Banco do Brasil e vendeu a preço superior no mercado. Então, se formos nessa operação de perde e ganha, quer dizer que a BMF também tirou dos cofres públicos, que foi dinheiro do Banco do Brasil e vendeu para o setor privado, a preço muito grande. Eu gostaria de continuar...

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Isso aconteceu, deputado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Em 99.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só para a gente ter clareza.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Foi em 99. Mas é porque até 99, a BMF, inclusive, pelo que me consta, ela não tinha controle de dados. Foi a partir de 2002, que ela passou a colocar os dados. Veja bem, as operações que são prejudiciais aos fundos de pensão, aos bancos públicos, elas vinham sendo praticadas diariamente e isso controlado pela BMF. A BMF não enviou nenhum relatório, principalmente esses onde apontam essas irregularidades de corretoras, de fundos de pensões, todos estes sistemas, se não fosse a partir dessa CPMI e o trabalho notório do Sub-relator para levantar essas questões, com certeza, essas questões ainda estariam, vamos dizer assim, amantadas(F) dentro destas situações. Inclusive, sem falar do problema com o banco Santos, daquelas operações flexíveis, sem garantias e CPMF falsos. O senhor conhece essa história?

SR. BRENO FISCHBERG: É, de ouvir falar, não acompanhei diretamente, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Houve essa situação. Eu até vou concluir já, meu nobre Relator, dizendo o seguinte: Pelo que eu estou entendendo, os dados que a BMF está trazendo a essa CPMI, vou tirar CVM fora, aonde o depoente disse que, praticamente, está trabalhando a reboque da CPMI. Eu acho também que a BMF deixou a desejar. Ela tem que ser responsabilizada por não ter informado aos setores competentes que são o Banco Central e a CVM, dessas irregularidades e a única forma que nós temos de esclarecer isso, e eu vou fazer, e vou pedir a compreensão dos nobres pares e do nobre Re-

lador, é convocando esta CPMI à presença do senhor Edemir Pinto, Superintendente da BMF, para prestar esses esclarecimentos de por que ela não fiscalizou e solicitar, também, ao próprio Banco do Brasil e à CVM que façam uma, uma auditoria em todos esses assuntos da CVM, para nós podermos apurar essa situação. Porque, a cada momento que nós estamos aqui, aparece uma irregularidade. A cada momento e essa CPMI trabalha é com os dados apresentados pela BMF, se ela tinha esses dados, por que é que ela não tomou providências? Então, eu concordo e vou tomar essa liberdade em fazer e pedir aos nobres pares que seja convocado aqui o representante da BMF para ele [soa a campainha] poder esclarecer essas questões. Muito obrigado.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agradeço ao Deputado Carlos Willian, com as minhas devidas e públicas objeções, e passo a palavra para o próximo orador inscrito, Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Senhor Relator, senhor depoente. Eu vou voltar um pouco, senhor Sub-relator, o senhor ainda tem, o senhor ainda está de posse dos números que o senhor apresentou e ficaram algumas dúvidas que eu gostaria de retomar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pois não.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Primeira dúvida, até na continuidade aqui das perguntas do Deputado Carlos Willian, quando foram instalados os processos administrativos que o senhor citou?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minuto, Deputado Silvio Torres. Deputado Silvio Torres eu vou solicitar à nossa assessoria que faça esse devido levantamento porque, aqui, nós temos o número dos processos--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas foram depois da instalação das CPIs?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não quero fazer uma afirmação imprecisa. Eu prefiro pedir à assessoria que, imediatamente, verifique as datas desses processos da CVM e que possa, no mais rápido espaço de tempo possível, nos trazer, para que V. Exa. tenha a informação.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): A questão dos prejuízos, V. Exa. mostrou aí, Sub-relator, prejuízos que transparecem com muita nitidez a partir de 2002. E estabeleceu uma base de comparação com o mercado consolidada. É possível avaliar o desempenho de 2002, 2003, 2004, para estabelecer uma comparação? Gostaria de sugerir a V.Exa.--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado é possível, está feito. V. Exa. terá em mãos brevemente. Eu, na verdade, quis apenas fazer um resumo, mas eu posso informar à V. Exa. que o problema da BÔNUS-BANVAL com a PRECE, ele se verifica no ano de 2002. Ele se verifica no ano... Ele se verifica no ano de 2002. Só um minutinho, Deputado. Solicitaria à nossa assessoria que acompanhe, por favor, ano a ano, porque, aqui, eu só estou vendo 2002. Porque, aqui, a gente tem o consolidado, mas não tem o ano a ano. Ano a ano, com a PRECE, com a SISTEL e com a GEAP.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Uma outra questão, Deputado--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): A gente tem consolidado, no início, e depois tem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perdão, é naquele quadro que eu estou falando.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso. Primeiro, a gente tem o consolidado e, depois, tem o 2002. É por isso que eu estou pedindo--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu anotei isso. Bom, uma outra pergunta, uma dúvida que surgiu: Mudaram os gestores, meu caro Relator, de 2002, 2003, 2004, eram os mesmos gestores anteriores? Houve uma mudança dos gestores dos fundos, destes, por que o depoente assumiu, diz que a responsabilidade era do gestor, houve mudança dos gestores?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Silvio, da SISTEL, ao que nos consta não. Até porque, como o depoente disse, eram os funcionários da própria empresa, gestores de três fundos exclusivos, ligados a essa empresa. Na PRECE, houve uma mudança muito grande de gestores ao longo do tempo, dos fundos exclusivos e na GEAP também. Na GEAP, a partir de 2003, final de 2003, início de 2004, passa a haver uma constância maior. Hoje, os gestores todos são grandes instituições financeiras do mercado. Mas, nesse período até 2003, também houve uma mudança grande.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E uma outra dúvida, os gestores eram os mesmos dos títulos públicos, eram os mesmos que operavam os títulos públicos, eram os mesmos gestores?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado, no caso, os gestores para os mercados derivativos eram uns e a compra de títulos públicos era realizada pela própria fundação, não por gestores.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Uma outra observação, senhor Relator, é que, no demonstra-

tivo que V. Exa. mostrou, se referiu à quantia que sempre vendia mais caro e eu notei, também, no quadro, que a TURFA também vendia mais caro, na mesma proporção, e a TURFA, se eu não me engano, havia, está naquela relação das 14 que V. Exa. apresentou--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está. Inclusive, os proprietários da TURFA, também conhecida como EURO Corretores, estiveram aqui no dia de ontem, e depuseram nessa CPMI. O senhor vai receber agora, mas eu queria lhe informar, claramente, que um dos maiores problemas da BÔNUS-BANVAL com a PRECE estão concentrados no ano de 2002 e com a GEAP e com a SISTEL, todos eles concentrados no ano de 2003.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Agora, vou passar a pergunta mais diretamente ao depoente. O senhor confirmou o que o senhor Enivaldo Quadrado já tinha deposto aqui, que o Marcos Valério foi, foi conhecer a Corretora e que ele teria interesse em comprar a Corretora. Vocês estavam numa situação financeira difícil. E quem foi que apresentou o Marcos Valério ao senhor e ao senhor Enivaldo?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, quem me apresentou o Marcos Valério foi o meu sócio, Enivaldo Quadrado, mas quem apresentou o Marcos Valério ao senhor Enivaldo Quadrado foi o Deputado José Janene. Foi ele quem indicou.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o senhor conheceu o Deputado José Janene?

SR. BRENO FISCHBERG: Conheci sim, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor conheceu a filha do Deputado?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E ela foi contratada pelo senhor?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Ela não foi contratada diretamente por mim, mas ela foi contratada pelo nosso escritório para fazer um período de estágio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Isso foi depois que Deputado José Janene já estava, já tinha apresentado o Marcos Valério?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, nós conhecemos primeiro a Michele Janene e, numa das visitas, eu encontrei, acho, que com o Deputado José Janene, umas três ou quatro vezes, mas quando ele estava indo visitar a filha dele. Naquela época, inclusive, para mim, eu não sabia nem quem era o Deputado José Janene, até porque o pessoal de São Paulo é pouco conhecido aqui.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nem o senhor e nem o senhor Enivaldo Quadrado sabiam

que a senhorita Michele era filha do Deputado José Janene?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Que ele contou a mesma versão que o senhor contou, que se encontraram num dia que ele foi visitar.

SR. BRENO FISCHBERG: Exatamente.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E, nesse dia, o senhor estava junto com o senhor Enivaldo, nesse dia, porque ele contou a versão igualzinha à do senhor.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado, não estávamos juntos não. Na verdade, eu vim conhecer o Deputado José Janene posteriormente, numa segunda. Eu não sei quantas visitas ele fez ao escritório, até pela minha área, por eu atuar na área comercial, nem sempre estava presente.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Foi o senhor que expôs a ele, junto com o senhor Enivaldo Quadrado, a situação da empresa de vocês?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Foi meu sócio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ele que contou?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, depois disso, foi marcado encontro com o senhor Marcos Valério e, aí, então, que senhor conheceu o Marcos Valério?

SR. BRENO FISCHBERG: O senhor Marcos Valério, na verdade, eu já conheci ele, que eu estou falando primeiramente, posteriormente ao meu sócio, numa visita que ele fez ao nosso escritório para conhecer as instalações do escritório.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas já como interessado na compra?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor. Já com interessado na compra da corretora.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o relatório que foi apresentado a ele, foi o senhor que elaborou?

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, era a área financeira minha que fazia os relatórios. Na verdade, relatórios não, não relatórios complexos; eram relatórios de resultado mensal, de quantidade de operações, de mercados operados, percentual de mercado, nada de muito substancial, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E quantas reuniões foram realizadas com o senhor Marcos Valério que o senhor participou?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu tive quatro reuniões com o senhor Marcos Valério e com o senhor Rogério Tolentino.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Todas elas foram realizadas em São Paulo, na sede da sua empresa, ou foram realizadas--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor, sempre na sede da minha empresa.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor Enivaldo Quadrado teve outras reuniões com Marcos Valério?

SR. BRENO FISCHBERG: Teve também.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor sabe dizer quantas?

SR. BRENO FISCHBERG: Não sei lhe informar, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E durante quanto tempo aconteceram essas reuniões?

SR. BRENO FISCHBERG: Isso aconteceu de fevereiro, março a julho mais ou menos. Não quero ter, lhe dar certeza, mas ou fevereiro ou março a julho, Deputado. Julho e agosto. Agosto foi a última reunião.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): De fevereiro a agosto?

SR. BRENO FISCHBERG: Mais ou menos de fevereiro a agosto, mas não todos os meses, tinha época que eles falavam que vinham e não vinham.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E, nessas reuniões, o senhor sentia que havia real interesse do senhor Marcos Valério em comprar a empresa?

SR. BRENO FISCHBERG: Sem dúvida nenhuma, o maior interesse.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ele demonstrava um grande interesse--

SR. BRENO FISCHBERG: Muito.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): --Ele questionava números, falava sobre números?

SR. BRENO FISCHBERG: Ele passava muito sobre números, quer dizer, para ele, os números não eram, mas questionava resultado, como é que estava indo, todos os dados eram passados ao senhor Rogério Tolentino, na verdade, todos os dados eram passados ao Dr. Rogério Tolentino que, até aquele momento, para nós, era simplesmente o advogado dele, nós não sabíamos--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O Rogério Tolentino, o senhor não sabia que ele era sócio?

SR. BRENO FISCHBERG: Não sabia, achava que era simplesmente seu advogado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E ele chegou a dizer alguma vez por que razão ele tinha interesse de comprar uma Corretora?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E foi nesse tempo, então, nesses encontros, que ele pediu que indicasse alguém ou uma empresa para ele aplicar o dinheiro dele.

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, ele acompanhava, é isso que eu estou falando, os relatórios e via a relação dos nossos clientes. "Olha, esse cliente opera muito em que mercado?" Então, nós definíamos em que mercado, explicávamos que tipo de mercado o cliente operava. E aí, eu acho que o Enivaldo, ele questionando o Enivaldo sobre o cliente de ouro, o Enivaldo falou: "Olha, esse pessoal é muito bom na área de ouro", que, na verdade, era a especialidade da NATIMAR.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas ele que se interessou pelo mercado de ouro? Ele, Marcos Valério, que disse que gostaria de aplicar--

SR. BRENO FISCHBERG: Eu não estava presente, mas pelo que eu sei, eu acho que sim, Deputado, não vou lhe garantir.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas o senhor era o Diretor Comercial da empresa, o senhor disse, não é?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, senhor.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, eu acredito que as operações comerciais, dessa natureza, eram mais, passavam mais pelo senhor do que pelo próprio Enivaldo.

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, deixa eu explicar para o senhor, comercial, no meu sentido, é quem vai visitar cliente, quem vai na rua, quem vai tentar buscar cliente; o operacional é o que fica no dia-a-dia--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Que era o senhor Enivaldo?

SR. BRENO FISCHBERG: Que era o senhor Enivaldo.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor Najun Turner já era cliente da BÔNUS-BANVAL antes de--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nunca foi?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor. Nunca foi, deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Porque, quando ele esteve aqui, foi feita a pergunta, e ele disse que tinha operado já com a BÔNUS-BANVAL.

SR. BRENO FISCHBERG: Nunca foi cliente da BÔNUS-BANVAL.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nunca foi?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o senhor Carlos Quaglia desde quando ele era cliente da BÔNUS-BANVAL.

SR. BRENO FISCHBERG: Desde 2002.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): 2002?

SR. BRENO FISCHBERG: Sim.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor se lembra o período?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Acho que início, eu não posso, posso encaminhar para o senhor, depois, o cadastro do cliente para que o senhor tenha isso em mãos.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o senhor se lembra quanto que ele aplicou logo de início?

SR. BRENO FISCHBERG: Ele era um cliente que, como eu estava explicando anteriormente, ele operava muito. Ele sempre comprou bastante, principalmente no mercado de ouro spot... Na BMF ele comprava muito; comprava, vendia, ele operava constantemente.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Até quando ele foi cliente?

SR. BRENO FISCHBERG: Até quando ele foi nosso cliente? Até meados de 2004. Acho que não chegou a 2005, final de 2004, eu acho que não chegou a 2005, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): É o que ele declarou aqui, o Deputado Gustavo Fruet pode confirmar, que ele ainda tinha aplicações e tinha lá um crédito, tinha lá uma posição. Foi quando depôs aqui e foi, isso deve ter sido em outubro, talvez, de 2005.

SR. BRENO FISCHBERG: De 2005? Não, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Não tinha mais nenhuma?

SR. BRENO FISCHBERG: Não. Com certeza, não.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nenhuma aplicação com vocês?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, Deputado, nenhuma, com certeza.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor Marcos Valério, na sessão de acareação da CPMI do Mensalão, afirmou que recursos repassados a partidos da base do Governo, através da BÔNUS-BANVAL, foram entregues, algumas vezes, em domicílio pela Corretora e que era cobrada, a Corretora cobrava uma comissão de três por cento pelo serviço [soa a campainha]. Quería indagar a V. Sa., o senhor confirma essa afirmação?

SR. BRENO FISCHBERG: É um absurdo, Deputado. Eu vou voltar a tentar me ater à documentação que nós apresentamos aos senhores, aonde a perícia feita pela Corretora mostra que todos os recursos oriundos da conta NATIMAR foram creditados, debitados, operações de compra e venda de ouro ou de índices de dólar futuro e que nada além da corretagem cobrada, foi cobrado do cliente, ou seja, eu gostaria que ele me dissesse de onde ele pagou esses três por cento, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Numa acareação que foi feita, entre o senhor Marcos Valério e senhor Delúbio, na CPMI do Mensalão, também, ambos confirmaram que, no dia 26 de abril de 2004, um funcionário da BÔNUS-BANVAL teria ido até a sede do PT, na rua Silveira Martins, nº 132, no centro de São Paulo, com uma mala contendo 545 mil reais, sacados das contas das empresas de Marcos Valério. Os recursos foram entregues ao pessoal financeiro, conforme detalharam os acareados. O senhor nega isso?

SR. BRENO FISCHBERG: Totalmente, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, ambos realmente mentiram à CPI?

SR. BRENO FISCHBERG: E acho até, o próprio depoimento do senhor Delúbio, o senhor Marcos Valério diz que foi o senhor Delúbio que nos apresentou a ele, o próprio Delúbio desmente isso em um dos seus depoimentos.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas eles, juntos, estavam os dois acareados, e ambos confirmaram a mesma versão, ou seja, que a BÔNUS-BANVAL tinha feito essa entrega.

SR. BRENO FISCHBERG: Nego veementemente, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ainda de acordo com o senhor Marcos Valério, a BÔNUS-BANVAL, entre os dias 26 e 30 de abril de 2004, entregou 750 mil a prepostos do então Presidente da Casa da Moeda, Manuel Severino dos Santos. Tais recursos teriam sido destinados à campanha municipal do PT no Rio. O senhor confirma? Tem conhecimento?

SR. BRENO FISCHBERG: Deputado, acho que o que o senhor Marcos Valério diz e escreve, infelizmente, para mim, não vale nada. Ele escrever numa folha de pão ou qualquer outra coisa, não faz diferença nenhuma. Uma pessoa que, simplesmente, tem o tempo intervindo aqui e na Polícia Federal, citando que deu, fez uma remessa de três milhões e meio de reais para a BÔNUS-BANVAL, depois, quando nós apresentamos a perícia, aonde ele depositou seis milhões e meio de reais, ele fala: “Ah é, mas, na verdade, eu mandei dez,

eles me pagaram cinco”. Eu só gostaria que ele me apresentasse um documento, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor nega que tenha negociado também com a 2S PARTICIPAÇÕES?

SR. BRENO FISCHBERG: A 2S foi a que fez o depósito para a NATIMAR.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Foi a única negociação?

SR. BRENO FISCHBERG: A única.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E com Rogério Tolentino Associados?

SR. BRENO FISCHBERG: Também, na verdade, eu conheci o senhor Rogério Tolentino como--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas foi a mesma, é a mesma--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não foi o mesmo depósito, foram depósitos diferentes.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Depósitos diferentes.

SR. BRENO FISCHBERG: Inclusive, Deputado, uma coisa que é importante ressaltar, o Deputado Fruet pode até confirmar, porque todas as vezes que constaram os valores que foram depositados na BÔNUS-BANVAL, para nós, foi muito difícil localizá-los. Porque, na verdade não foi feito, não é Deputado, um depósito só. Foram feitos, se não me falha a memória, 13 ou 14 depósitos, em dias diferentes, está certo? Então, não é isso? Só quero dizer porque, muitas vezes a pessoa diz: “mas não, deposei três milhões e meio de reais e você não acha na sua conta”. Não, não é bem assim. Foram feitos vários depósitos. Acho que o Deputado, melhor do que ninguém, pode testemunhar aqui.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor tinha a mais leve idéia de que a BÔNUS-BANVAL estaria sendo usada, sendo utilizada para abastecer o chamado Valerioduto?

SR. BRENO FISCHBERG: Infelizmente, não, Deputado. Hoje, olho para trás e me arrependo, mas, infelizmente, na época, nós não tínhamos a menor ciência disso.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E o seu sócio, o senhor Enivaldo, alguma vez chegou a comentar isso com o senhor?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O seu sócio mencionou ao senhor o encontro que ele teria tido no aeroporto de Congonhas com o senhor Delúbio?

SR. BRENO FISCHBERG: Comentou sim, senhor.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Comentou? E ele disse qual tinha sido o propósito desse encontro?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, na verdade, ele estava com o Marcos Valério, me parece, quando o Delúbio chegou. Eu não sei exatamente. Não teve nenhum assunto específico de--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ele disse aqui que ele foi chamado pelo Marcos Valério a encontrá-lo no aeroporto e ao encontrá-lo, o senhor Delúbio já estava lá; ele chegou, já estava lá e ele levou o relatório.

SR. BRENO FISCHBERG: Do Marcos Valério, não é? Pode ser, Deputado. De fato, eu não tenho certeza desses detalhes.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Senhor Breno, o senhor tem sido muito categórico nas suas respostas--

SR. BRENO FISCHBERG: Não, sem dúvida.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E eu não gostaria de, numa resposta tão importante, o senhor estivesse dando a impressão de não estar querendo afirmar.

SR. BRENO FISCHBERG: Imagina. Deputado, meu objetivo aqui, desde o início, é tentar elucidar--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, vou fazer a pergunta novamente: O seu sócio levou o relatório da empresa quando teve esse encontro com o senhor Delúbio Soares?

SR. BRENO FISCHBERG: Não posso garantir, Deputado. Eu não vou afirmar uma coisa que eu não tenho certeza; todas as coisas que eu tenho certeza, eu faço questão de afirmar.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas por que o senhor não pode garantir?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, porque eu não lembro se ele levou ou se ele foi lá falar, eu não lembro disso exatamente.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Como o senhor sabe que ele teve o encontro, então?

SR. BRENO FISCHBERG: Porque ele me falou que esteve lá.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Então, quando ele falou que esteve lá--

SR. BRENO FISCHBERG: É isso que eu estou falando, Deputado. Infelizmente, foi uma série de fatos, uma quantidade de fatos muito grande e eu posso estar... Eu não quero simplesmente ser relapso e falar para o senhor sim ou não, de uma forma a amanhã... “Você disse que sim e não era”. Eu não lembro desse fato, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nesse período, o senhor Marcos Valério ainda estava dis-

posto a comprar a BÔNUS-BANVAL, quando houve esse encontro?

SR. BRENO FISCHBERG: Eu acho que sim, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor pode responder, não há risco.

SR. BRENO FISCHBERG: Não, não é questão de risco nenhum, Deputado. Eu não estou preocupado com isso não. Estou só preocupado em tentar ser o mais fiel possível.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Quando foram feitos esses depósitos que estão aqui listados, o senhor conheceu essa lista, o senhor chegou a tomar conhecimento dessa lista que foi entregue? Segundo consta, por ordem do senhor Carlos Quaglia, dessas TEDs, dessas listas--

SR. BRENO FISCHBERG: Quando foi entregue isso aos senhores? Na época?

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Não, quando foi feita.

SR. BRENO FISCHBERG: Na verdade, isso não era uma lista. Isso não foi entregue de uma vez só, isso foram feitas várias solicitações. Na verdade, isso daí deve ser um período extenso, não deve ser um período curto, não, Deputado? Eu não tenho aqui a lista para poder falar.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Foi de 2004, basicamente.

SR. BRENO FISCHBERG: Sim, foi durante o ano.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nessa lista contam, aparecem os nomes de uma secretária do Deputado Janene e também da filha. O senhor tinha conhecimento dessa remessa?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, senhor. Na época em que foi feito, não, porque não me chamou atenção, até porque não passavam por mim, naqueles documentos, todos os TEDs que eram feitos, não é isso? Mas se, é o que eu volto a falar, isso só mostra para os senhores que nós não temos nada a esconder, fazemos questão de entregar a todos, os TEDs que foram feitos, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Quando o senhor conhecimento, o senhor teve alguma... O senhor teve nenhum conhecimento--

SR. BRENO FISCHBERG: Infelizmente não, Deputado.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Estou terminando já, senhor Relator. Daqui a pouco eu já vou encerrar.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Silvio Torres, eu queria informar a V. Exa. que V. Exa. já está alcançando 20

minutos. Claro que essa Mesa tem o hábito de ser tolerante--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu, eu--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:...da ordem do dia--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): --Mas V. Exa. pode se reinscrever.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu tenho apenas mais uma pergunta. Deputado Nelson Meurer vai ter perguntas a fazer, também? Está inscrito?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Nelson Meurer eu apelo a V. Exa. para que a gente permita mais uma pergunta do Deputado Silvio Torres e possamos dar continuidade.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): E quero já me reinscrever. O Relator Deputado Osmar Serraglio afirmou que recursos da ordem de 3,8 milhões de reais, oriundos da Visa Net, teriam sido transferidos, em 14 de junho de 2004, para a BÔNUS-BANVAL. Queria indagar à V. Exa., a que a título se deveu essa transferência?

SR. BRENO FISCHBERG: É, Deputado, essa foi mais uma vez que nós aparecemos no jornal, mas era impossível nós sabermos. Esse dinheiro, pelo que eu li nos próprios jornais, veio da Visa Net para não sei que banco, que banco que aplicou não sei aonde, que transferiu para 2S e que a 2S teria transferido à BÔNUS-BANVAL. Era impossível eu ter conhecimento dessa operação.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Porque essa CPI, essa CPML, já constatou uma coincidência entre as datas da operação entre DNA e a Visa Net, ou seja, os depósitos da Visa Net e os depósitos no Valerioduto. O senhor não tem nenhuma explicação?

SR. BRENO FISCHBERG: Não, eu tenho, inclusive, acompanhado por jornal, principalmente a participação do Deputado Gustavo Fruet, mas eu não posso, em hipótese alguma, saber de onde veio, até porque, para nós, BÔNUS-BANVAL, o próprio Deputado pode, usando a bondade do senhor, Deputado, ver que os depósitos foram feitos on-line. Eu não tinha condição de saber de onde vinham os depósitos. Os depósitos que foram realizados na BÔNUS-BANVAL, todos os depósitos, aparecem como on-line. Não aparecem nem TEDs, nem cheques.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): O senhor é Diretor financeiro também da empresa?

SR. BRENO FISCHBERG: Sou comercial.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Nunca tomou conhecimento dessa transferência, que não

é pequena, 3,8 milhões de reais? O senhor é sócio da empresa--

SR. BRENO FISCHBERG: Desculpa, é o que eu estou falando, não foram 3,8 milhões depositados, foram vários depósitos que, na somatória, davam 3,8 milhões de reais. [soa a campainha]

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Agradeço, senhor Presidente, a compreensão. Agradeço, Deputado Nelson Meurer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com a palavra, o Deputado Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR): Senhor Presidente, senhor Relator, senhor depoente, meus caros parlamentares, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao senhor Breno. Mas não podia deixar de me manifestar nesse depoimento que, para mim, foi muito importante e muito esclarecedor, sobre a BÔNUS-BANVAL, que vem sofrendo, a todos os instantes, citação nesta CPI e pela imprensa toda e nada se provava sobre isso. E eu fico muito satisfeito de ver, aqui, o senhor Breno ter dado, aqui, um depoimento esclarecedor a todas as respostas lúcidas; o nosso Sub-relator fazendo perguntas importantes, o nosso companheiro Gustavo Fruet também e não se recusou a dar nenhuma resposta e a gente notou, nas respostas, que foram respostas sinceras, respostas objetivas e esclarecedoras e não deixando dúvida nenhuma, até quando a CPI apresentou, ali, o quadro das operações da BÔNUS-BANVAL, o senhor Breno justificou todas, as, vamos dizer assim, todas as operações e colocando claro que ele era, a BÔNUS-BANVAL era apenas uma Corretora que recebia pela corretagem que fazia, obedecendo às ordens e às aplicações do gestor que estavam apresentando e nada mais e não tendo responsabilidade nenhuma sobre o fato. Agora, eu queria, e por isso eu quero parabenizar, aqui, o seu depoimento, que foi muito esclarecedor. Eu queria, com todo o respeito, fazer alguma, algumas colocações sobre a intervenção do nosso Deputado, do nosso companheiro da CPMI, aqui, do Deputado Silvio Torres. O Deputado Silvio Torres insiste, toda a vez que tem um depoimento aqui sobre a BÔNUS-BANVAL, já é talvez a 12ª, 13ª vez que ele fala, insiste em falar do Deputado Janene, da Rosa e tudo o que já foi já colocado, aqui, nesse momento. Não sei o que, qual é o relacionamento do Silvio com o Deputado José Janene, não sei se é dos tempos da CPMI, talvez do futebol, talvez da CBF, lá, se tiveram algum desentendimento e ele procura insistir numa coisa clara, numa coisa que já foi batida e rebatida aqui nessa situação. Mas, enfim, nós estamos aqui num momento democrático, é um depoimento e cada um tem a liberdade de questionar

dez, 20, 100 ou duzentas vezes sobre o mesmo assunto. Mas, enfim, eu quero encerrar aqui e dizer do belo depoimento que o senhor deu e parabenizar aqui a CPMI, parabenizar o Antônio, o Sub-relator, pelo trabalho que vem realizando nas investigações da CPMI dos Correios.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu pediria, como eu fui citado, faço absoluta questão de fazer uma consideração--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V. Exa. está reinscrito e terá três minutos--

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Mas não é questão de reinscrição. Eu queria, antes, apenas cuidar desse assunto--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria, antes, prestar um esclarecimento, pedindo as escusas ao Deputado Fruet, que é o seguinte: V. Exa. me perguntou de quando eram os procedimentos da CVM e até bom porque, uma pena que o Deputado Carlos Willian esteja ausente, mas ele tem, habitualmente, levantado algumas suspeitas sobre a participação da CVM e da BMF. O primeiro procedimento, que faz referência a operações de transferências de recursos, ele é de primeiro de janeiro de 2003 a 31 de fevereiro de 2003. Portanto, é de primeiro de janeiro de 2002 a 31 de fevereiro de 2003. O segundo, de indícios de lavagem de dinheiro e de transferência de recursos, é do período de 2002 a 2004.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Ou melhor, a pergunta é quando foi instalada?

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É isso.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Precisa ver no período que ele, que ele--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Foram procedimentos, eu queria confirmar com a assessoria, mas me parece que foram instalados nesses anos, quer dizer, foram procedimentos que levaram, Deputado Sílvio Torres, no caso do primeiro, um ano; no segundo caso, dois anos e no terceiro caso, um ano também. Porque de primeiro do 10 de 2002 a 31 do 10 de 2003.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Com a palavra, o Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Senhor Presidente, eu queria fazer apenas um breve registro. Primeiro, que tenho um grande respeito pelo Deputado Nelson Meurer e acho que, até por isso, devo

evitar que ele faça um pré-julgamento das minhas intervenções. É a segunda vez que eu toco no assunto do Deputado Janene e tem uma razão muito clara para isso: É que, desde que o senhor Enivaldo Quadrado depôs aqui, nós tomamos conhecimento, através da lista que nos foi entregue, de que havia transferência não apenas para uma filha do Deputado Janene, como também para a sua secretária, com a qual, aliás, eu tive uma conversa telefônica, quando eu buscava esclarecer quem eram as pessoas que tinham sido beneficiadas com os depósitos. E a outra razão pela qual eu tenho feito a pergunta, é porque existe, existem dúvidas sobre a real participação do seu, do Deputado Janene, na sua, na sua ligação com o senhor Marcos Valério. Então, até uma oportunidade de nós esclarecermos se foi efetivamente através dele como parece que foi que o senhor Marcos Valério conheceu a Corretora BÔNUS-BANVAL. E não há nenhum ressentimento, deputado Nelson Meurer, da CPI do futebol, porque isso já é um assunto passado e também não há nada pessoal com relação ao Deputado Janene. Apenas trato de cuidar do meu trabalho aqui na CPI. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): (falha no áudio)

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, Deputado Gustavo Fruet, apenas para comunicar a este plenário que, amanhã, nós teremos, às dez horas, a nossa Reunião Administrativa e, logo em seguida, às 12 horas, nós ouviremos o senhor José Carlos Batista, proprietário da empresa Garanhuns. Então, amanhã o senhor José Carlos Batista estará conosco. Eu me dou por satisfeito e agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 15h32

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 59ª Reunião, realizada em 02/02/2006.

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças

dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Sibá Machado, Romeu Tuma, Valdir Raupp, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Ana Júlia Carepa e Sérgio Zambiasi e os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Carlos Abicalil, Onyx Lorenzoni, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Willian, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Murad, José Eduardo Cardoso, Sílvio Torres, Antônio Carlos Pannunzio, Geraldo Thadeu, Asdrúbal Bentes (Relator *ad-hoc*), Nélcio Dias, Pompeo de Mattos, Ildeu Araújo e Medeiros. Reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência esclarece que a pauta da presente reunião destina-se à reunião administrativa com apreciação de requerimentos e oitiva do senhor José Carlos Batista. O Senador Delcídio Amaral faz alguns esclarecimentos iniciais. Pela ordem, a Senadora Heloísa Helena reclama do sumiço de sua tabela de requerimentos colorida. A Deputada Juíza Denise Frossard ressalva que nem a tabela de requerimentos recebeu. A Senadora Ideli Salvatti faz algumas considerações em relação ao relatório final da CPMI. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto defende a posição do Relator Osmar Serráglio em seu relatório parcial e solicita ao Presidente que seja realizado o objeto dessa reunião ao invés de criticarem a posição do Relator que não está presente para se defender. O Deputado Jamil Murad fala que tem coisas graves na tabela de requerimentos que precisam ser discutidas. O Deputado Carlos Abicalil faz algumas considerações sobre o caso Marcos Valério. A Senadora Heloísa Helena afirma que não admite que ninguém peça a ela que faça silêncio quanto ao relatório do Deputado Osmar Serráglio e demais questões que ela queira tratar. A Deputada Juíza Denise Frossard debate que é indispensável a presença do Relator principalmente para que possam ser debatidas questões da CPMI. O Deputado Carlos Willian solicita que a reunião administrativa seja remarcada para terça-feira às nove horas e faz ressalvas a respeito de uma reportagem que foi divulgada quanto a sua saída do PMDB, nesse momento comunica oficialmente sua saída. O Deputado Asdrúbal Bentes faz algumas considerações a respeito da saída do Deputado Carlos Willian do PMDB. O Deputado Jamil Murad solicita esclarecimentos quanto a que tipo de decisões devem tomar em relação a essa CPMI, pois fez um

requerimento em 2005 onde teve problemas de omissão de informações e reclama da posição do Supremo Tribunal Federal em bloquear as aprovações de quebra de sigilo. O Senador Delcídio Amaral faz algumas considerações em relação a missão que está sendo feita nos EUA e inicia a votação dos requerimentos. Os parlamentares em tumulto solicitam que sejam votados primeiro os requerimentos em acordo. O Presidente explica que na apresentação dos Requerimentos na tabela, estão em amarelo, “votação nominal”, em verde, “votação simbólica”, em azul, “retirados”, e em branco os que não serão votados hoje. Pela ordem, o Deputado José Eduardo Cardozo afirma que a Sub-relatoria de Licitação e Contratos tem alguns Requerimentos de quebra de sigilo que são imprescindíveis para a linha de investigação que nós estamos fazendo do Correio Aéreo Noturno e solicita ao Presidente autorização para enunciá-los. Concedida a autorização, os requerimentos são: 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1413, 1414, 1415, 1416, 1593, 1658 e 1743. O Deputado Antonio Carlos Pannunzio levanta uma questão de ordem, que confirma o fato dos requerimentos em azul serem os retirados. O Presidente complementa afirmando que é dado um prazo de três dias se algum Parlamentar resolver reinserir Requerimentos retirados, isso se comunica oficialmente e nós reinserimos os Requerimentos. O Presidente e o Relator *ad-hoc* decidem iniciar a votação dos requerimentos de quebra de sigilo enunciados pelo Sub-Relator José Eduardo Cardozo, em seguida votar os requerimentos da tabela que estão em verde e por último os que estão em azul. **Requerimentos de transferências de sigilo aprovados:** 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1413, 1414, 1415, 1416, 1593, 1658 e 1743. Encerrada a pauta de votações nominais. O Deputado ACM Neto solicita que seja retirado de pauta o requerimento 1747 e inseridos na votação os Requerimentos 1755 e 1756. A Senadora Heloísa Helena solicita que seja feita uma reunião para debater sobre os parlamentares que se envolveram em esquemas fraudulentos, afirma que é muito importante que essa Comissão dos Correios faça uma reunião específica sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do esquema fraudulento chamado “Mensalão”, uma outra questão é sobre dois Requerimentos tanto de uma nova convocação ou convite do ex-Deputado Roberto Jefferson, e do publicitário senhor Duda Mendonça e fala ainda da guerra de informações na Internet através da Imprensa. O Senador Álvaro Dias enfatiza a importância da aprovação do requerimento da convocação de Duda Mendonça e de um outro requerimento que trata da questão ainda presente do men-

salão. O Deputado Dr Rosinha faz algumas considerações a respeito do mesmo assunto e fala da necessidade da marcação da oitiva do senhor Nilton Antônio Monteiro. O Deputado Gustavo Fruet afirma que alguns requerimentos já foram aprovados e não precisam mais de deliberação, somente da marcação das datas das oitivas, ou dos procedimentos solicitados, mas continuam na tabela, ou em “azul”, ou em “branco”, são eles: 643, 644, 1586, 1627, 1638, 1639, 1640, 1643 e 1644. O Presidente registra que o Requerimento 720 foi retirado. Ele está como “verde”, mas vira “azul”, Foi retirado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Requerimento 1668, de autoria do Senador Álvaro Dias, ele sai de “verde” para “branco”. Os Requerimentos 1696, 1733 e 1734 também saem de verde para branco. O Deputado ACM Neto questiona se os Requerimentos 1753, 1754, 1755 e 1756 estão na parte verde, pois está diferente da tabela anterior que possuía. O Presidente fala que os Requerimentos 1740, 1741 e 1742 tornam-se verdes, que os Requerimentos questionados e que serão votados em bloco todos os requerimentos dessa cor. **Serão votados em bloco os seguintes Requerimentos:** 295, 430, 505, 1372, 1386, 1426, 1427, 1436, 1528, 1529, 1537, 1538, 1541, 1552, 1561, 1562, 1573, 1577, 1578, 1588, 1589, 1590, 1592, 1594, 1601, 1602, 1603, 1614, 1615, 1618, 1628, 1629, 1630, 1631, 1634, 1635, 1648 a 1652, 1659 a 1662, 1665, 1666, 1735 a 1742, 1744 a 1745, 1747, 1753 e 1754. Requerimentos aprovados. **Requerimentos que serão votados em reunião posterior:** 1542, 1543, 1544, 1545, 1547, 1548, 1549, 1553, 1554, 1560, 1564, 1668, 1696, 1715, 1733, 1734 e 1755. **Requerimentos que serão votados nominalmente:** 1655, 1656 e 1657. **Requerimentos retirados pelos autores:** 1720 e 1508. O Presidente comunica que os requerimentos que foram retirados serão votados na semana que vem e que a reunião da Sub-Relatoria do Deputado Onyx de Normas de Combate à Corrupção, começa em 15 minutos, na sala 19, com o senhor David Falcão. O Presidente dá mais notícias da missão nos Estados Unidos e agenda uma entrevista coletiva para a terça-feira com os três parlamentares da missão nessa sala. Retomaremos a reunião com a oitiva do senhor José Carlos Batista às treze horas. Com a palavra pela ordem de inscrição, Deputado Inaldo Leitão, Deputado Pannunzio (que faz algumas considerações sobre os requerimentos 1693, 1694 e 1698 de oposição), Senadora Ideli Salvatti (que solicita que a próxima reunião administrativa seja feita em um dia sem oitivas para terem tempo livre para melhor discussão dos requerimentos). O Presidente afirma que deseja que a reunião administrativa seja realizada na quarta-feira, mas ainda combinará com o Relator a data mais equilibrada.

O Deputado ACM Neto comunica que quarta-feira já temos agendado na Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, a vinda do senhor Lúcio Bolonha Funaro e dos proprietários da CORRETORA SÃO PAULO, mas que a decisão fica a critério do Relator e do Presidente. A oitiva do senhor José Carlos Batista foi transferida para a Sub-Relatoria Fundos de Pensão, tornando-se a oitava reunião da mesma. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece e às doze horas e dezessete minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento de número 3/2005 do Congresso Nacional, para investigar as Causas e Consequências de Denúncias e Atos Delituosos Praticados por Agentes Públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Eu declaro como o meu Relator *ad hoc* hoje, em função de o Deputado Osmar Serraglio estar com a agenda intensa nos Estados Unidos, e gelada também, é uma tremenda “fria”--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Por sinal, muito elegante ele apareceu hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito elegante, de sobretudo, extremamente elegante é um “Sherlock Holmes”--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E de gravata nova.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do Congresso Nacional.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Mas um trabalho que vai aquecer a CPI nas próximas semanas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu nomeio o meu Vice-presidente **Deputado Asdrubal Bentes como Relator *ad hoc***. Pela ordem, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, temos que dar celeridade, porque tem Ordem do Dia na Câmara e no Senado para que a nossa Sessão não possa ser eivada de Falha Regimental.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também temos logo depois temos a nossa Oitiva--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para que a nossa Sessão “não seja eivada” de equívocos regimentais, nós vamos acelerar os trabalhos. Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Para que a nossa Sessão não esteja “eivada de surrupiamento de coisas”, alguém levou o meu “colorido”, por favor. Então, alguém que levou me devolva. Isso é um absurdo!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quem encontrou uma cópia colorida dos Requerimentos da Senadora Heloísa Helena solicito, encarecidamente, a devolução da cópia.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Aliás, quem democraticamente retirou “aqui”, porque era colorido achou que era bonitinho e levou! Não é possível isso!

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente, a dela foi retirada, eu sequer ganhei uma cópia colorida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas é que houve uma falha, minha querida Deputada Juíza Denise Frossard, na reprodução de cópias. Tivemos dificuldades ontem e não conseguimos distribuir a todos. Mas até por desencargo de consciência nós encaminhamos à *xerox*, aquilo que pudemos fazer, que é uma coisa humilde. Mas pelo menos para que nós tivéssemos a documentação para trabalhar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só os privilegiados, não é, senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De forma nenhuma, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá. Todos aqui são absolutamente prestigiados e Parlamentares iguais. Perante o Congresso Nacional e perante o povo. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, eu sei que o senhor vai fazer a apresentação do “trabalho escolar”, como V.Exa. nos apresentou, não é? “Coloridinho e tal” para ter o destaque da forma como vai ser conduzido. Mas têm duas questões, Senhor Presidente, que eu gostaria aqui, primeiro, de fazer a solicitação da informação que é a respeito da, até porque nós temos muita polêmica com relação a Supremo Tribunal Federal, agora nos últimos dias, e nós sabemos que estaria para ser encaminhado a documentação mais uma vez solicitada pela ministra Ellen Greice, com relação à quebra do sigilo lá do

disco rígido do OPPORTUNITY. Então, eu queria em primeiro lugar saber oficialmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A assessoria da CPI preparou. Hoje eu despacharei o documento com a assessoria e muito possivelmente amanhã já está sendo data entrada formal dessa documentação no Supremo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então essa era a primeira questão. A segunda, eu sei que não estando presente o nosso Relator, Deputado Serraglio, não seria conveniente fazer o debate. Mas, nós precisaríamos ter, já no início, no retorno da equipe dos Estados Unidos, nós precisaríamos ter algum tipo de debate ou discussão com relação às declarações que acabam aquecendo o ambiente, reiteradas vezes, aqui na CPI, e que dificultam efetivamente nós podermos trabalhar para a conclusão dos trabalhos, dentro do objetivo que eu acho que todos nós temos que é ter um Relatório com todas as controvérsias que ele possa ter e apresentar, que nós façamos a votação do Relatório, essa CPI terá Relatório final votado. É um compromisso de todos. Mas, indiscutivelmente, determinadas declarações não ajudam! Não contribuem! Então, eu queria pedir à V.Exa., na condição de Presidente, para tomar as iniciativas devidas para que as declarações que não contribuam, não é? De todo e qualquer membro! E, de forma muito especial, eu estou aqui citando, todos sabem as declarações do nosso Relator Serraglio, que não tem contribuído para que o clima de construção da votação final do Relatório se dê.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de registrar, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, que nós estamos hoje, o esforço de todos os Parlamentares e de todos os Partidos é que nós venhamos a votar um Relatório discutido amplamente, e com tempo suficiente. E conversei com várias lideranças. Entendo que, de 15 a 20 de março nós teremos já um Relatório, e com tempo suficiente para atender os pedidos de vistas, os pedidos de voto em separado, de itens do Relatório e todos os Parlamentares, eu tenho absoluta certeza, estão com essa convicção. De apresentar um Relatório que seja importante para o país. E, portanto, Senadora Ideli, o momento é de muito silêncio, é de trabalho de bastidor, trabalho técnico. E assim essa Presidência procederá com relação aos seus Relatores, seus Adjuntos e seus Sub-relatores e todos os demais Parlamentares. Trabalhar efetivamente para fazer com que nós venhamos a produzir um Relatório justo e um Relatório, acima de

tudo isento, que reflita tudo aquilo que foi investigado pela CPMI dos Correios.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu proponho a V.Exa. para que a gente possa dar seguimento à pauta desta Reunião, que é justamente a votação dos Requerimentos. Como chamou atenção o Deputado Arnaldo nós temos sessões--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tanto no Senado quanto na Câmara.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): E também outras Sessões, da própria CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas Deputado ACM, nós só temos mais duas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Além do que, não é justo fazer críticas alguém que está ausente. O Deputado Osmar Serraglio não pode se defender aqui, Acho que ele está corretíssimo, em todas as declarações que deu. Agora, ele não pode rebater as críticas da Senadora Ideli Salvatti. É muita covardia criticar o Relator dessa CPMI, ele estando nos Estados Unidos, cumprindo uma missão oficial dessa CPMI. Nós não podemos aceitar isso. Que Senadora Ideli tem o direito de falar o que quiser, tem! Agora, que fale no dia que o Deputado estiver aqui e que possa se defender! Que possa se defender! Porque ele tem a minha defesa aqui. Tem a minha defesa e terá sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Abicalil e por último a Senadora Heloísa Helena. Nós vamos votar os Requerimentos porque nós estamos com Câmara e Senado na Ordem do Dia.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. vai fazer o mesmo questionamento da Senadora Ideli?

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Não, não. Eu já estou contemplado com o questionamento dela. Mas tem algo, pela ordem, muito importante e grave aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado, senhor Presidente. Eu gostaria que a maioria de nós tivéssemos o aguardo da ordem de V.Exa. para fazer uso da palavra. Por mais intempestiva que seja a consideração que venha a ser feita, por qualquer dos nossos membros pares, aqui da Casa. Em primeiro lugar senhor Presidente eu acredito que a

intenção de V.Exa. em conduzir a Sessão de hoje demonstra com cristalina evidência, o desejo que nós tenhamos, efetivamente, os resultados apresentados à população brasileira. Creio que, estamos de fato, rumando para uma conclusão dos trabalhos, em que pese entender clarissimamente os limites da CPMI. E, no caso específico da CPMI, instituída a partir de um fato determinado que ampliou o seu leque de investigações, da maneira como nós ampliamos aqui, se justificou inclusive a prorrogação do seu prazo, nos leva efetivamente a estar nesse momento com a responsabilidade de votar aquilo que contribuirá para fechar os assuntos que abrimos, e não para abrir infinitamente outros assuntos, que não nos levem nem à conclusão do que é o nosso fato determinado e muito menos ainda para esclarecer aquilo que já foi levantado anteriormente. Nesse sentido, senhor Presidente, eu quero fazer alguns registros importantes. Entre eles, na presença do nosso Sub-relator propositivo, Onyx Lorenzoni, da importante agenda que estamos cumprindo, em relação às Oitivas das contribuições normativas que são fundamentais para nós. Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, creio que alguns assuntos envolvidos no núcleo de contratações das empresas do Marcos Valério precisam ser trazidos na próxima reunião, provavelmente, como prioridade. Porque envolvem os contratos do senhor Marcos Valério e de suas empresas, em particular os assuntos relacionados à TELESP, à FUNDACENTRO, ao Programa de Modernização do INSS, a Secretaria de Saúde de Goiás. São fatos recentes que dizem respeito ao envolvimento das empresas a SMP&B, DNA e outras desse Núcleo do senhor Marcos Valério. Creio também que nós tenhamos a necessidade de muito provavelmente, já na próxima semana, estar orientando de maneira bastante consolidada os nossos encaminhamentos últimos em relação à sigilos. Que, efetivamente, nos dará a responsabilidade de, na próxima semana, ter aqui *quorum* livre da pressão das duas casas em relação à Ordem do Dia, de forma a ter tempo inclusive de concluir os trabalhos já abertos em relação as investigações que estamos fazendo. Talvez até com alguma novidade da nossa missão aos Estados Unidos, que deve estar retornando com informações importantes para o próximo período. E creio, portanto, que outras esferas de investigação que prosseguirão, terão uma tarefa para além da CPMI *mix*, que seguramente se desdobrará em muitos assuntos em outras esferas como é o caso do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, do Supremo Tribunal Federal [soa a campainha], da Polícia Federal, do Procuradoria Geral da República e do Conselho de Ética. Efetivamente por isso, Senhor Presidente, creio que uma das orientações que nós

poderíamos tirar como resolução da reunião de hoje é de preparar bem a próxima reunião de quinta-feira que vem, administrativa, tendo clareza entre nós todos, líderes dos diversos partidos de opiniões, aqui, os sigilos que são absolutamente indispensáveis, imprescindíveis para a concretização dos trabalhos e ir fechando os núcleos de investigação, em particular àqueles que dizem respeito em movimentação financeira, à contratos e ao núcleo das empresas do senhor Marcos Valério. Muito Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Deputado Abicalil. Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena. Estão fechadas inscrições do “Pela Ordem”. Democraticamente, Senadora Heloísa Helena, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Carlos Willian e fechando, Deputado Jamil Murad. Com a palavra Deputada Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Senador Delcídio, eu nem gostaria de ter que fazer essa declaração, até para que a gente pudesse realmente votar e acatar, e atender o apelo de V.Exa.. Entretanto, como de alguma forma se tocou no papel do Relator, do Deputado Osmar Serraglio, e ele não estando aqui, então eu também me sinto na obrigação de fazer um tipo de declaração. Eu não sei como será o Relatório do Senador Osmar Serraglio, não sei se eu apresentarei um substitutivo, se eu votarei *in totum* com o convencimento dele ou se apresentarei emendas, mas como eu não autorizo a ninguém, a ninguém absolutamente nenhuma força humana do mundo da política eu autorizo que exija ou que solicite o meu silêncio. Eu aceito o combate de idéias implacável, eu aceito até a perseguição infame, covarde, implacável. Resistirei, não me dobrarei, chorarei ou gritarei, mas o silêncio jamais! Então é só nesse sentido. Eu sei que V.Exa. jamais aceitaria o apelo ou a indicação ou a sugestão para que junto ao Deputado Osmar Serraglio o fizesse moderar as palavras, até porque os mandatos que nos deram, além da nossa consciência, além do que move as nossas convicções ideológicas programáticas a nossa visão de mundo, todos aqui viemos efetivamente respaldados pelo voto popular. E ninguém, como eu não aceito que ninguém solicite o meu silêncio ou a modificação, moderação, mutação das minhas palavras, eu também não poderia deixar isso absolutamente claro e declarado. Como eu não autorizo a ninguém, eu também não autorizo que se solicite aos ausentes a moderação das palavras. Ele pode até fazer se quiser, cada pessoa tem o seu jeito e o seu temperamento, não é? Tem coisas relacionadas até à *complexa*.. subjetividade humana, está tudo muito bem. Agora, o silêncio, não. Como eu não autorizo, não aceito que ninguém me peça, eu também

não poderia até na ausência do Parlamentar deixar de fazer essas considerações.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

NETO (PFL-BA): Presidente vai começar a Sessão da Câmara, em minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Deputada Juíza Denise Frossard, No Senado já se iniciou também. Deputada Juíza Denise Frossard.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-

RJ): Eu vou ser breve, Senhor Presidente. Eu acho que temos que ter consciência que nós somos um poder da República. Então cada um de nós tem que saber Exa..tamente até onde a gente tem que ir. Mas, realmente não podemos sofrer a censura. E, nesse caso eu acho que realmente deveria se esperar a presença do senhor Relator para ser colocado, para que ele possa contra-argumentar. Eu não conheço as razões dele. Mas gostaria de conhecer e poderíamos debater. Mas é indispensável a presença do senhor Relator, como é indispensável a presença de qualquer colega, quando nós tenhamos que fazer algum debate com ele, que é absolutamente próprio da Casa. Não tem nenhum problema quanto a isso. Mas vamos fazer sempre na presença e entendendo que cada um de nós é absolutamente igual ao outro aqui, porque somos da teoria organicista e somos um Poder da República. Portanto não podemos sofrer a censura a não ser de uma ação penal e das urnas. Só isso. Muito obrigada, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard. Com a palavra o Deputado Carlos Willian e depois, fechando, o Deputado Jamil Murad, E aí eu vou encaminhar às votações. Propor ao Plenário a sistemática das nossas votações. Vou dar uma notícia rápida sobre a questão dos Estados Unidos, da Missão lá dos 3 Parlamentares. E aí nós vamos ao trabalho para tocar em frente a pauta. Deputado Carlos Willian, com a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Senhor Presidente, vai ser rápido. Antes eu gostaria de fazer uma sugestão, para evitar as pressões de Parlamentares que tentar tirar esse espaço democrático antes das reuniões de manifestar os seus pontos de vista, para que V.Exa. marque essa reunião administrativa na terça-feira e às 9 horas da manhã. Fica sendo mais cedo, na terça não há possibilidade, é difícil ter matéria na Câmara e no Senado, é mais tranqüilo para que nós pudéssemos trabalhar e nós iríamos ganhar dois dias nas Convocações. Então o ideal é que nós fizéssemos na terça-feira, às nove horas da manhã. Bom... OK. Com apoio do--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian, nós vamos de comum acordo porque nós também teremos uma reunião administrativa importante, na próxima semana, como a de hoje. E nós vamos definir ao longo do dia o horário, não é? E programar essa outra, essa próxima reunião administrativa. Com certeza, porque eu preciso também combinar com as demais Parlamentares e, especialmente, com o Relator que está nos Estados Unidos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Pois não, Senhor Presidente. Agora, encerrando as minhas palavras para contribuir para que a reunião seja mais rápida, semana passada eu me deparei com a imprensa, onde disse que a cúpula da CPMI em um jantar num restaurante, foi determinado ao nobre Deputado, vice-Presidente Asdrubal Bentes que verificasse junto à liderança do PMDB a minha saída e substituição nessa CPMI. Eu acredito que deve ser meramente uma falta de informação e até mesmo por parte deste Parlamentar, e mais uma vez fiquei prejudicado na imprensa, onde se diz nas primeiras palavras e capas de jornais “que o Deputado Carlos Willian sairá da CPMI”. E mencionou o nome de V.Exa. e do Deputado Asdrubal. E, referente a isso, eu só gostaria de esclarecer e deixar claro de que eu realmente saí do PMDB, me filiei ao PTC por questões partidárias, mas ainda tive a confiança do PMDB e estou ocupando a vaga nesta CPMI, uma vaga que é do PMDB e regimentalmente o PMDB cedeu a esta Comissão. Foi falta de informação minha à V.Exa. e ao Deputado Asdrubal. Inclusive, pelo que eu estou sabendo, o Deputado Asdrubal já até conversou com o líder Wilson Santiago e ele até manifestou a ele esta mesma situação. Então, eu só venho comunicar, agradecer mais uma vez ao PMDB, porque mesmo saindo dos seus quadros, ele manteve a confiança em me manter aqui, nessa CPMI, na sua vaga. Portanto, vai vir um documento oficial do líder Wilson Santiago e eu peço desculpas por não ter tomado as providências administrativas anteriormente, e comunico a V.Exa., que continuo até que o líder do PMDB, como qualquer membro desta Comissão, só permanece através de indicação do líder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMA-

RAL (PT-MS): O Deputado Asdrubal Bentes quer fazer um esclarecimento rápido sobre esse assunto.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Realmente, nós fomos surpreendidos com a sua intervenção no Plenário da Câmara, na condição de líder do seu novo partido. E na reunião que tivemos, o Senador Delcídio me perguntou qual era a real situação. E me pediu que procurasse o líder do partido para saber o que havia ocorrido. Cumprindo a missão que me foi

determinada, conversei com a líder Wilson Santiago, e ele me informou que realmente o Deputado Carlos Willian havia se desligado da PMDB, mas, atendendo a pedido do Senador Renan Calheiros, à época, para evitar a criação de uma nova CPI, ele estava mantido na condição de membro do novo partido, em uma vaga destinada ao PMDB. Essa é a verdade dos fatos, para evitar mal-entendidos. De maneira que há necessidade que V.Exa. traga para a Mesa o ofício formalizando essa indicação. Porque do contrário, a situação de V.Exa. não está legitimada. Enquanto não houver essa indicação, já que V.Exa. mudou de partido.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu discordo de V.Exa.. Enquanto não houver um novo encaminhamento do líder, não existe legitimidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian, até para ponderar. Esse é um assunto administrativo e, portanto assim será--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):

Eu concordo com V.Exa., mas vazou na imprensa, dizendo que eu seria retirado da CPMI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Assim será providenciado, Deputado Carlos Willian. Para encerrar, Jamil Murad e vamos começar a votação.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Presidente Delcídio, aqui é muito importante saber o que acontece na CPMI e que atitudes tomamos e o que desejamos. Nós queremos esclarecimentos de fatos importantes, relativos à nossa CPMI. Muito bem, eu fiz um Requerimento em 21 de setembro de 2005, Presidente Delcídio, requerendo a relação de passageiros que utilizaram três aeronaves do CONSÓRCIO VOA, do grupo OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA. Muito bem, é do banqueiro Daniel Dantas. Depois de muito esforço eu descobri através do Major-Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, por inscrito, que essa resposta já tinha vindo no dia 12 de dezembro. E nós procuramos aqui na CPMI e não encontramos. Por que nós não encontramos? Muito bem, e o Major, não querendo entrar nessa querela, aqui, nossa, ele me ofereceu o documento pessoalmente. E aqui está escrito que a empresa OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS, do grupo OPPORTUNITY, do senhor Daniel Dantas, banqueiro protegido dessa Casa e de artifícios judiciais, líder do CONSÓRCIO VOA. Ele deu os números, o prefixo das três aeronaves. Mas disse que não possui registro dos passageiros que viajaram nessas aeronaves. Isso é impossível. Ele está sonhando informações. Então o Daniel Dantas age na Justiça, através de artifícios judiciais, através dos seus advogados. Ele, muitas vezes,

nós vamos aos Estados Unidos buscar informações de determinados fatos que nos interessam, mas, pôr a mão nesse quadrilheiro, nós não conseguimos colocar ainda! Nós queríamos o empenho do conjunto dos senhores Deputados e Senadores dessa CPMI para nós conseguirmos não deixar esse o senhor acima da lei. A Senadora Ideli já falou que o Supremo está aguardando uma resposta nossa, para ver se abre o sigilo do computador, não é? Muito bem. Eu vejo alguns reclamarem que o Supremo deu uma Liminar, para, por exemplo, o senhor Okamoto. Mas eu não vi nenhuma reclamação nesse tempo todo, daqueles que reclamam da Liminar que protege os direitos individuais do senhor Okamoto! Eu não vinha nenhuma declaração.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Jamil--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Para nos ajudar a quebrar esse sigilo e eu quero essa lista. Ele não pode sonegar! Eu tenho visto às vezes, falar que a Ministério da Justiça atrasou determinada informação. Mas eu não vejo ninguém nos ajudar também a conseguir a lista dessas pessoas que utilizaram os aviões.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Jamil Murad, Por sugestão de V.Exa. nós gostaríamos, inclusive, eu sugiro a V.Exa. que traga essa questão para a Mesa Diretora, que nós vamos conversar com o Major-Brigadeiro para encontrar alguma forma objetiva de obter essa listagem dos passageiros.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Eu agradeço muito Presidente Delcídio. E confio em V.Exa., é impossível não ter o nome dos passageiros! É impossível! O grupo OPPORTUNITY está sonhando a informação para a CPMI. A CPMI não pode aceitar que o senhor Daniel Dantas faça e desfaça dessa CPMI. Ele não tem esse direito, não tem esse poder. E nós gostaríamos de manifestação de todos os Parlamentares que participam dessa CPMI para nós vencermos esse quadrilheiro que se esconde através de artifícios judiciais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Deputado Jamil Murad. Eu gostaria de fazer alguns registros importantes. Na apresentação aqui dos Requerimentos, nós fizemos, em amarelo, "votação nominal". Fizemos, em verde, "votação simbólica". Em azul, "retirados". Por que, em azul, os "retirados"? Por uma razão pura e simples. Porque muitos Requerimentos já caducaram e já deveriam ter sido retirados anteriormente e nós não o fizemos. Então, a nossa intenção é primeiro listar os Requerimentos que serão retirados, depois os Requerimentos de votação simbólica e a minha sugestão é aqueles

que relativos à votação nominal, nós deixemos para a próxima semana.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado Eduardo Cardozo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Uma ponderação a V.Exa., A Sub-relatoria de Licitação e Contratos tem alguns Requerimentos de quebra de sigilo que são imprescindíveis para a linha de investigação que nós estamos fazendo do Correio Aéreo Noturno. Eu posso fundamentar um a um os Requerimentos, se necessário for, dentro da linha de investigação que estamos seguindo. Eu peço aos pares dessa Comissão, um voto de confiança no trabalho que vem sendo feito, para que possamos quebrar o sigilo. Caso algum parlamentar queira alguma explicação, eu poderei fazê-lo pessoalmente ou se necessário, senhor Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quantos Requerimentos são, meu caro Deputado?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu até enumero quais são, se V.Exa. assim quiser.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu farei um apelo ao Deputado Cardozo, no sentido de que ele verificasse quais seriam os Requerimentos extremamente imprescindíveis, os mais imprescindíveis, porque aí eu acho que não haveria problema de incluir nas votações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Eduardo Cardozo.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Eu direi quais são os Requerimentos, senhor Presidente. É o 1341--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Requerimento 1341. Anote aí.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Isso. 1342.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Requerimento 1342.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Requerimento 1343. Requerimento 1344. Se não votar a quebra nominal hoje--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se for nominal isso está fora.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1345. 1346. 1347. 1348. 1349. 1350. 1413--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1413. 1414. 1415. 1416. 1593. 1658, e 1743,

Senhor Presidente. Todos esses Requerimentos se prendem a uma mesma vertente de apuração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 1-6... Não ouvi. O último?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vertente de apuração. 1743. 1658 e 1743.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então nós vamos começar já a--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, uma questão de ordem, Senhor Presidente. Primeiro, só para uma informação. V.Exa. disse que o que estão gravados em azul seriam retirados, Presidente. Seriam retirados--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. disse que alguns já caducaram--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E dado um prazo de três dias se algum Parlamentar resolver reinserir Requerimentos retirados, isso se comunica oficialmente e nós reinserimos os Requerimentos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Em três dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em três dias.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Tem alguns de minhas autoria, que eu queria manter.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente. Eu só gostaria de sugerir a Mesa que votasse os "de acordo", que não é a votação nominal, porque é votação única e depois votassem os Requerimentos do Deputado José Eduardo Cardozo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E nós temos *quorum* hoje suficiente aqui mais uma vez. Eu gostaria, eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vota o que tem que votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Polêmica--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de fazer só alguns comentários rapidamente, fruto de reuniões que tive com o PT, com o PSDB, com o PTB, com o PSOL, enfim... Com todos os partidos--

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Com o PFL--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o PFL, enfim, com o PPS, enfim, com o PMDB. Eu vou fazer só alguns comentários e depois eu vou passar a palavra para o Deputado Asdrubal Bentes, o Relator *ad hoc*. E com o PTC, também, do Deputado Carlos Willian. Eu gostaria de registrar, e o seguinte. Dentro dessa listagem que está

em azul... Todos já tem conhecimento dessa listagem, não? Estão todos... Bom, nós vamos, eu vou passar a palavra então para dar mais agilidade nos trabalhos, eu já vou passar a palavra para o Deputado Asdrubal Bentes. Vamos começar pelas azuis, depois vamos pelas verdes e depois “quebramos o sigilo”. E eu peço, por favor, que nós tenhamos *quorum* para “quebrar o sigilo”. Nós não vamos prejudicar o trabalho do Deputado José Eduardo Cardozo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Melhor inversão de pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora, agora.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Vai ter *quorum*?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu acredito, como sempre acreditei na responsabilidade--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

Pela ordem, Senhor Presidente.

[tumulto]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):

No Senado não tem Ordem do Dia, mas na Câmara pode ser que tenha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até pela para não anular as “quebras de sigilo”, nós vamos começar pelas “quebras de sigilo”. Vamos em frente, OK. Com a palavra o Deputado Asdrubal.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Aí eu concordo com o meu amigo Deputado Onyx, no sentido já que vai haver essa inversão começemos pelas “quebras de sigilo”, aí a gente vai para os “verdes” e deixa os “azuis” por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhor Presidente, senhores Parlamentares, em primeiro lugar agradeço a confiança de V.Exa. ao me designar Relator *ad hoc*, e peço a compreensão dos ilustres pares e até a benevolência, porque fui pego de surpresa para exercer uma função que é espinhosa e que vem sendo desempenhada com muita competência pelo Osmar Serraglio. Espero substituí-lo à altura, com a compreensão e apoio de V.Exa.. Eu vou sugerir, dada a importância e a premência demonstrada pelo Relator, Sub-relator José Eduardo Cardozo que nós começemos por aqueles Requerimentos que ele enumerou, desde que haja concordância.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pelo que eu entendi só são esses!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Positivo. Então, o primeiro. Requerimento número 1341

de autoria do Deputado Osmar Serraglio, Deputado Eduardo Paes e do Deputado José Eduardo Cardozo. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SIAMA ECO ESSÊNCIAS DA AMAZÔNIA LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está em votação, Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, senhor Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Asdrubal, Relator.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nelio Meuler? Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo? Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pompeu. Suplentes, Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gervásio, Marcelo Teixeira, Cezar Schirmer. Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Paulo Pimenta, Ildeu, João Fontes. Vamos aos Senadores, Heráclito, César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes, Sérgio Guerra, Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aelton, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Luiz Otávio, Raupp, Íris, Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson, Fernando Bezerra, Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, excelentíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suplentes. Efraim, José Jorge, Tuma, Artur, Almeida Lima, Saturnino, Fátima Cleide, Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Garibaldi, Leomar, Camata, Wellington. Juvêncio, Zambiasi. Vou proceder à contagem. Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Vota sim, Sérgio Guerra. Vou proceder a votação, à contagem do voto. 20 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo Requerimento, Relator.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1342, mesmos autores. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa GT DA AMAZÔNIA LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes. Ah, perdão, Sérgio Guerra, Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvío Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 20 votos “Sim”. Requerimento aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Estou aqui também, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): “Sim”, o Senador Raupp, vota “Sim”. 21 votos. Requerimento aprovado! Próximo Requerimento.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1343. Transferência de sigilo bancário e fiscal empresa FUNDAÇÃO POCETI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvío Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César. Senadores Demóstenes. Sérgio Guerra. Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1344, transferência de sigilo bancário e fiscal empresa ENERGISA LÁTEX LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Doutor Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos. Requerimento aprovado. Próximo. Senador Jefferson Peres. Abstenção Senador Jefferson Peres.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Mas se ele soubesse ele votaria favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 21 votos “Sim” e uma abstenção. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1345. Transferência de sigilo bancário e fiscal da Empresa AUTO POSTO RAIOSOL LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César Borges.
SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.
SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá Machado.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa Helena.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim. Excelentíssimo.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson Peres.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado!
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento 1346. Transferência de sigilo bancário e fiscal da Empresa AGROREPES REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores, César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa. Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Desculpe Presidente. Sim, Excelentíssimo “Presidentíssimo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1347. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SKYBREUWA REPAROS DE COMPONENTES AERONÁUTICOS LTDA **SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 22 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1348. Transferência de sigilo bancário e fiscal de uma empresa PROVARE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento 1349. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa SAVA SOUTH AMÉRICA VALVULAS DE AEROSOL E OUTROS LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal [risos]. Desculpe. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado. Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento 1350. Transferência de sigilo bancário e fiscal da empresa ROVEIL COSMÉTICOS DA AMAZONIA LTDA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento número 1413. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005 do senhor José Tomaz Simioli.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SÍLVIO TORRES (PSDB-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Requerimento número 1414. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005, do senhor Jayme Louzada Bacellar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):
Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA):
Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 23 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Requerimento 1415. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do período de janeiro de 2000 a outubro de 2005 do senhor Heuser de Ávila Nascimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA):

Requerimento 1416. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005, da senhora Mônica Silveira Eduards.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.
SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.
SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.
SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.
SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.
SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma.
SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento número 1593. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do senhor Carlos Augusto de Lima.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bentes.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx. Onyx.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado! Próximo!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1658. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico, e temático do senhor Marcus Valério Pinto Pinheiro de Macedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim. [soa a campanha]

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senhor Presidente. Apenas uma correção. Esse Requerimento é do autoria do Deputado Geraldo Thadeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio. Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.
SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.
SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.
SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Tuma
SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.
DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.
DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sílvio Torres.
DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos "Sim". Requerimento aprovado.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Requerimento 1743. Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Michel Abud Atie.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputados. Abicalil.
DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Sim, Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bittar.
DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Asdrubal.
DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Carlos Willian.
DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Onyx.
DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gustavo.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Arnaldo.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sim, senhor Presidente.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inaldo.
DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Sim.
SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Juíza Denise.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Sim, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Silvío Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadores. César.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Álvaro.

>SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Heloísa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Sim, Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 24 votos “Sim”. Requerimento aprovado!

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Senhor Presidente, encerrada a pauta de votação nominal.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Só o José Eduardo Cardozo manda aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a pauta das votações nominais. Vamos entrar agora naquilo que está em “verte”, ou seja, aquilo que--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu vi que V.Exa. selecionou quase todos os Requerimentos sugeridos por mim, que dizem respeito, portanto, a Sub-relatoria de Fundos de Pensão, agora eu queria informar a V.Exa. que nem todos eu entendo que devam ser votados. Eu fiz uma seleção à parte que indica 19 Requerimentos e acabei de entregar por ordem ao Deputado Asdrubal Bentes. Eu peço a atenção de V.Exa., para que à medida que V.Exa. fosse chamando os Requerimentos que estão em verde, nós possamos fazer a conferência e aqueles que não estão nessa lista que eu sugeri, sejam excluídos. Também alerto que dois outros Requerimentos não estão grifados com a cor verde e precisam ser votados pela premência de agendarmos a vinda desses depoentes, Então, é apenas essa observação que faço, porque fiz a checagem completa e existem algumas correções a serem feitas.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quais são os dois que não estão aqui.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Eu tive o cuidado de, ao receber a relação a V.Exa. de já assinalar aqueles que não devem ser incluídos, de maneira que ao ler a relação dos que devem ser votados em bloco, já vou excluí-los.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Relator quais são os dois que não estão em verde que ele quer que seja esverdeado?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o senhor Benito--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Número do Requerimento, por favor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É 1747.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1755 e 1756. Nós vamos chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu sugiro a V. Exa. o Relator *ad hoc* vai fazer a leitura e no momentos devido os comentários serão feitos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Só para fazer um registro, Senhor Presidente, no sentido de que alguns Requerimentos que eu entendo como essenciais que sejam votados hoje, eles não estão para serem votados hoje, nem por votação nominal, nem por votação simbólica. Eu sei que V.Exa. me comunicou do apelo que foi feito pelo Relator dessa CPI o Deputado Osmar Serraglio no sentido de que não fosse aqui votado hoje, determinados Requerimentos, incluindo os da minha autoria. Só para deixar registrado que eu acho que são essenciais, É muito importante que essa Comissão dos Correios faça uma reunião específica sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do esquema fraudulento chamado “Mensalão”. Eu solicito a V.Exa., Senador Delcídio que convoque uma reunião específica para que nós possamos tratar do tema. Ou seja, a CPI dos Correios assumirá ou não aquilo que foi soterrado por acordo espúrio em relação à CPI do Mensalão, incluindo as quebras do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais, para que o Congresso, o povo brasileiro, a sociedade possa identificar quais Senadores ou Deputados que foram beneficiados com a esquema fraudulento. Eu entendo que é um assunto polêmico, o Deputado Osmar Serraglio, V.Exa., vários Deputados e Senadores também, é importante para que nós tratemos só desse tema. E uma outra questão é sobre dois Requerimentos tanto de uma nova convocação ou convite do ex-Deputado Roberto Jefferson, e do publicitário senhor Duda Mendonça. Como V.Exa. me informou que o Deputado Osmar Serraglio Relator solicitou um novo prazo, eu faço um apelo V.Exa., que o mais rápido possível seja agendada uma nova reunião administrativa. Até porque existe uma guerra na Internet, que vai de listas a supostos acordos espúrios entre Parlamentares ou entre blocos partidários. Um a proteger o outro, um a apontar a corrupção do outro, para se protegerem todos. Então é muito importante que essas personalidades possam ser convocadas e prestarem os esclarecimentos que são necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado. Devidamente registrado. Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente, para dizer que eu concordo plenamente as

afirmações da Senadora Heloísa Helena e o apelo que ela faz, Exatamente na preservação da credibilidade dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Há duas convocações inevitáveis, agradem ou desagradem. A convocação do senhor Duda Mendonça e a convocação do senhor Dimas, diretor de Furnas. Essas duas convocações são inevitáveis. Se não comparecerem nós estaremos possibilitando que se comprometa a credibilidade dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E a aprovação do Requerimentos de Convocação há de ser na próxima semana e não há como adiar a deliberação sobre esses Requerimentos, Senhor Presidente. Mas concordamos com a não votação no dia de hoje, em função da ausência do Relator Osmar Serraglio. Foi uma solicitação dele, ele deve ter lá as suas razões. E o outro Requerimento, de minha autoria e também do Deputado Osmar Serraglio, solicita compartilharmos as informações com a Supremo Tribunal Federal do inquérito do Mensalão. É outro Requerimento da maior importância que tem que ser votado na próxima semana. É o apelo que eu estou formulando a V.Exa. e tenho a convicção plena de que seremos atendidos.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de registrar que nós, inclusive, estamos agendando, Senador Álvaro, eu até conversei com o Deputado Arnaldo Faria de Sá uma visita ao STF, como também relatei a V.Sa. hoje pela manhã, Exa..tamente com o intuito de fazer todo esse trabalho prévio em função dos Requerimentos apresentados.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de reduzir os... **DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR):** Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Rosinha.

DEPUTADO DR. ROSINHA (PT-PR): Senhor Presidente, no mesmo sentido que foi a Senadora Heloísa Helena e o Senador Álvaro Dias, no dia 28 de agosto, foi aprovado o Requerimento 792, convocando o senhor Nilton Antônio Monteiro. Ele tem sido citado na imprensa constantemente, tem sido citado aqui, por depoentes. Como o Requerimento já foi aprovado, eu acho que é importante marcar a Oitiva do senhor Nilton. Porque nós temos que esclarecer esses fatos. Porque ficam circulando listas e listas e nessas listas têm pessoas sérias, pessoas honestas e tem gente que pode estar comprometida e nós precisamos... Requerimento 792,

aprovado, do senhor Nilton. Era interessante marcar a Oitiva desse senhor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Deputado Rosinha. Com a palavra ao Deputado Gustavo Fruet depois eu encerro com o Deputado Inaldo que tinha pedido a palavra e Deputado Pannunzio.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente, na mesma linha do Senador Álvaro Dias, têm alguns depoimentos que são inevitáveis, No caso, o Dimas Toledo e o Duda Mendonça, mas aguardando, evidentemente, o Relator. Mas em tom de colaboração, há alguns Requerimentos que constam ou como azul ou branco, mas que não precisam mais de deliberação. O Requerimento 643 e o 644, tratam-se da convocação da senhora Solange Pereira e Soraya Garcia. Já foram aprovados. O pedido é para que seja marcado a data. Portanto, não se trata mais da admissibilidade por parte da CPI. Da mesma forma, Requerimentos 1586, que trata da solicitações de informações à COAF, com relação à COTEMINAS e o Requerimento 627, e que foi convertido, eu me lembro da época, por sugestão de José Eduardo Cardozo, por um pedido de esclarecimento. Então o Requerimento é só no sentido de ser solicitado esse esclarecimento que já foi aprovado na Comissão. E os Requerimento 1638, 1639 e o 1640 referem-se às solicitações ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República com relação aos procedimentos da Conta Dusseldorf. Independente dos resultados da Comissão que está nos Estados Unidos, é importante ao final do Relatório, constar também uma manifestação oficial das autoridades brasileiras, e aqui não é nenhum juízo negativo, é até por precaução e do prevenção dos trabalhos da CPMI, com relação às atitudes que foram adotadas pelas autoridades. Então, esses requerimentos podem ser retirados, porque não dependem mais de deliberação, e só de procedimento de parte de V.Exa., no sentido dos encaminhamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. poderia repetir por favor, Deputado Gustavo Fruet, os números dos Requerimentos, porque o meu Relator *ad hoc* estava falando ao telefone e não prestou atenção na intervenção de V.Sa.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Está bem, senhor Presidente. 1586. 1627--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Espera um pouquinho. O número, novamente.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1586.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1586.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1627.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1586. O outro--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1627.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1627.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): 1638, 1639--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1638, 1639--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E 1640.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1640.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E depois, o 1643 e o 1644, Esclareço. É que esse em azul poderia representar a não efetivação. É por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1643.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): E 1644. Esse depende de mero encaminhamento por parte dos trabalhos da CPMI. Não depende mais de votação.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, senhor Presidente, senhor Presidente. Como eu havia alertado anteriormente, começou a Ordem do Dia na Câmara. Agora não pode votar mais.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu faria um apelo. Eu sei que é a regimental, deputado Arnaldo.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Até o 643 está errado, ali, senhor Presidente. Ele consta como Convocação.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria, Senhor Presidente, eu entendo o rigor regimental do Deputado Arnaldo, e compreendo que nós todos aqui temos que estar submetidos ao cumprimento dos regimentos das nossas Casas. Agora, é imprescindível a votação de alguns Requerimentos, sob pena de nós comprometermos toda a agenda da nossa Sub-relatoria, No caso dos Fundos de Pensão, imagino que--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos votar muito agilmente, porque as coisas estão preparadas, e portanto, muito fáceis de votar. E são meras Convocações. Portanto eu quero só--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente, eu tenho alertado para votar primeiro os “verdes” depois nos “azuis”, no final

a “Quebra”. Já são 11h46 e tem a Ordem do Dia em votação, na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo, a decisão da Mesa foi uma decisão correta, porque senão nós não votaríamos os sigilos e, portanto, a lógica dos trabalhos, ela é sensata. Portanto, nós vamos agora, eu só queria fazer uma observação rápida, só com relação aos “verdes” que serão votados. E fruto do diálogo que mantive com várias lideranças partidárias, eu gostaria de registrar que o Requerimento 720 foi retirado. Ele está como “verde”, mas vira “azul”, Foi retirado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. E--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não pode votar em bloco Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós vamos votar em bloco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, a palavra pela ordem.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Proponho que se votasse e depois os “pela ordem” fossem dados.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): É questão de oportunidade, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Requerimento 1668, de autoria do Senador Álvaro Dias, ele sai de “verde” para “branco” Exa..tamente, para que nós... Eu conversei com a Senador Álvaro Dias até para... Esse era um Requerimento que a Mesa não tinha, eu não tive a oportunidade de conversar com a Deputado, com o Deputado Osmar Serraglio, então eu só sugeriria que não entrasse na votação nessa reunião.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Passaria de “verde” para “branco”, 1668-

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Senador Delcídio, o 720, o Requerimento 720 que V.Exa. agora informou, que o Deputado Arnaldo tinha retirado. Então indo para o item “azul”, e o “azul” com a nova metodologia muito importante que vocês definiram, para que ele entre novamente, ele não está indo para a condição de “branco”. Ele já vai para o “azul”, ou seja, precisa que ele reapresente ou qualquer um outro Parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ou qualquer outro Parlamentar.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Só para eu entender, senhor Presidente. Branco então, estamos no “limbo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O “branco”, não. O “branco” não vai ser votado hoje. O branco é a paz, é a solidariedade.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Por isso que eu só uso branco, não é “fofo”?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Até entrar na pauta. E o outro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): O “branco” é a “alma penada”, que eu não vou deixar-

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A outra solicitação que bate, inclusive, com a solicitação do Senador Álvaro Dias. O Deputado Osmar Serraglio e também por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, ele fica também, passa de “verde” para “branco”, que é o Requerimento 1696. São casos correlatos e a questão do STF, que eu acabei de explicar e o Senador Álvaro Dias fez questão de registrar há poucos minutos atrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Vamos votar rápido, Presidente anuncie os Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para encerrar, por solicito... Mil. Fica “branco”. E por último, por solicitação também, em função de se adotar uma estratégia de votar Requerimentos por consenso, houve uma solicitação. Os dois Requerimentos, 1733 e 1734, eles se tornam “brancos” para serem votados, mais à frente. Foi uma solicitação e como nós estamos votando por consenso a Mesa atendeu, 334. Agora eu passo a palavra para a Deputado Asdrubal Bentes. Vamos votar em bloco todos os “verdes” depois eu faço comentário sobre os “azuis”.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Pela ordem, senhor Presidente. Apenas uma dúvida. Eu estou com o mapa de ontem. Os Requerimentos 1753 e 1754 estão no “verde”?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 17...?

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1753 e 1754. Porque eles foram colocados nessa folha. Eram para constar como “verde”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não está aqui presente esse Requerimento.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que foi distribuído hoje, Presidente. Está aqui, olha.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Assim como também 1755 e 1756

que são Requerimentos, sobretudo o 1755 é Requerimento de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria a V.Exa.s. Vamos votar os verdes, aí as diferenças a gente ajusta no final.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Tudo bem. Eu queria que V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como diz a Beth Carvalho, “o Brasa é tesoureiro e a gente acerta no final”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria que V.Exa. por favor não deixasse de considerar as diferenças identificadas pelo Deputado Asdrubal, que já estão incluídos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Não fale dos tesoureiros--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esse samba não foi bom... Não foi adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu retiro.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): V.Exa. havia me concedido a palavra pela ordem. Espero que me garanta ao final isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Terá Deputado Pannunzio Exatamente, e também o Deputado Inaldo, os dois. Deputado Inaldo e Pannunzio. Vamos votar agora e será, a palavra será dada a V.Exa.s. Eu só gostaria de registrar também que por solicitação, também por, em função do diálogo com os partidos entra também como “verde”, ou seja, para ser votado hoje, os Requerimentos 1740, 1741 e 1742.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não entendi, Presidente, o que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por solicitação também em função das conversas que tive com as lideranças, nós vamos votar como “verde”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Anuncie logo, senhor Presidente, o 1747 que é do Benito Siciliano ex-gerentes de investimentos da REAL GRANDEZA.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não,.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Há consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado, nós vamos fechar só os “verdes”.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está na lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está na lista, OK. Então nós vamos

votar 1740, 41 e 42 também nós vamos incluir para a votação, por solicitação do Deputado José Eduardo Cardozo. Com a palavra, o Deputado Asdrubal Bentes. Vamos votar em bloco.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente. Eu vou, eu vou questionar V.Exa., porque V.Exa. está atendendo a um pleito do Deputado José Eduardo Cardozo e não está atendendo o meu pleito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O senhor está apresentando esse pleito agora.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não estou não! O senhor está equivocando!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Deputado José Eduardo Cardozo já havia me falado anteontem. Foi um erro meu.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Lhe falei ontem, da convocação do senhor Benito Siciliano. Lhe falei ontem, quando nos reunimos. Depois falamos por telefone. V.Exa. sabe que essa convocação é imprescindível para a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. V.Exa. estava informado, não é novidade. Então eu estou pedindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Relator já está incluindo. Assunto encerrado. Vamos em frente nas votações.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Havia incluído o pedido de--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Os meus Requerimentos que virariam “verde” seriam, 1740, 1741, 1742, 1753 e 1754.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Já estão incluídos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): 1753. 1754. Já estão incluídos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 1753, 1754, eu não sei o que que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, por favor, Deputado José Eduardo Cardozo, explique ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes. Só os números. Nós vamos votar em bloco,.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Como V.Exa.s tem a relação eu vou ler os números 295, 430.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Devagar para a gente poder ver.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 505. 1720. Eu vou pedir a retirada. Vou retirar. Foi um pedido de retirada, 1372.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 130..0?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Folha 18, 1386. 1426. 1427.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): Calma, devagar.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1436. 1508, foi retirado a pedido do autor.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): 1528.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): À seguir 1529. 1537. 1538, 1541. O 1542 também foi retirado a pedido do autor, deputado ACM.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É retirado ou fica em branco?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Fica em branco.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Retirado da pauta de hoje, 1543, 1544, 1545, e 1547. Passaram para o branco, 48 e 49. Permanece 1552. Passaram para a branco, 1553, 1554, 1560, 1561, 1562, 1564.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente só que o 1562 a convocação da a senhora Rogéria Costa Beber precisa se manter no “verde”. É só. Esse 1562 continua “verde”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1562 continua “verde”. Então, pronto. 15--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, eu gostaria que mantivesse também no “verde” o 1561.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu não me oponho.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Vamos deixar para resolver essa pendência ao final.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Pelo amor de Deus. Segue.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Permanece em “verde”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Permanece em votação o 1561, 1573, 1577, 1578, 1588, 89, 90, 1592, 1594, 1601, 1602, 1603, 1614, 1615.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Relator, apenas que vai começar a votação nominal na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Obrigado, excelência, 1618, 1628, 1629, 1630, 1631, 1634, 1635, 1648 a 1652, 1655.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Senhor Presidente, só um esclarecimento, por cautela, como foi conversado com doutor Jorge Rachid, ele foi

questionado sobre se o Duda teria pago à Receita e internalizado o recurso que está no exterior. Como é uma matéria de sigilo, por precaução seria importante que isso fosse objeto de votação nominal. 1655.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Tem razão, tira fora, tem que amarelar. Esse precisa amarelar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Precisa amarelar.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Transferido para os Requerimentos “amarelos”, o 1655.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): E muita gente “amarelou”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1656, 1657.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Também.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Os dois?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 57 também “amarelou”.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Também, os dois estão “amarelados”.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 56 e 57 “amarelaram”.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL): Eu vou sugerir mudar a cor.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1659 a 1662. 1665 e 1666. O 1668 passou para cor branca. 1696--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Não pode, não pode.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Põe para branco também. 1715. Agora 1733, 1734 voltaram à cor branca. Em votação, 1735 a 1739. 1740 a 1742. 1744 a 1747, incluindo, o 46 e 47, a pedido do Sub-relator ACM Neto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 46 e 47.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 46 e 47. Passaram para “verde”.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para “verde”? Não tem acordo aí.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): 46 não tem acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O 46 fica fora. Não há acordo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu só queria fazer uma observação, tudo bem. Quem seria eu para criar caso à essa altura? Agora, eu quero deixar registrado que dois Requerimen-

tos polêmicos da minha Sub-relatoria, necessariamente precisarão ser votados na semana que vem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na semana que vem vamos votar tudo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Um é da convocação do senhor Marcelo Sereno e outro é de convocação do Edmar Cid Ferreira, ex-Presidente do Banco Santos. Eu quero registrar isso publicamente, porque nós vamos votar os dois. Vamos votar o Dimas para trazer ele aqui e vamos votar o Duda Mendonça e todos os outros.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos votar tudo!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto o Requerimento 1746 está fora, não tem acordo.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1747.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Agora o 1755, que não está aqui.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Quem é?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): É o gerente de investimentos do Banco Santos. O ex-gerente de investimentos do Banco Santos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Qual é o nome?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o caso do Banco Santos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Só um minutinho deputado. Carlos Guerra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem nem o Requerimento aqui para a gente apreciar a justificativa.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Está entregue na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós não recebemos. está aqui.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O nome dele é Carlos Eduardo Guerra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas não está nem aqui conosco. É uma semana, Presidente. Não vai acontecer nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós passaremos, se V.Exa., com a capacidade de V.Exa. de bem entender os trabalhos dessa CPMI, nós passaremos para a próxima semana.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Às vezes eu não tenho não! Às vezes eu não tenho essa capacidade, não!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): ACM.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): 1753, 1754 ficam para a próxima semana.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esses são os dos Cardozo.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Os do Cardozo vão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A não ser que você tenha polêmica desses dois.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não há polêmica desses dois.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Qual o problema com o Banco Santos?

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concluída a leitura.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria saber qual é o problema?--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inaudível.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): O PFL que quer convocar e o PT está sendo contra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ai, Netinho, não começa.

DEPUTADO ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA): Concluída a leitura.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): 1753, 1754 incluídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [Soa a campainha] Deputado Asdrubal Bentes. 1753 e 1754 incluídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Lidos os Requerimentos. Os Parlamentares que estiverem, que aprovam esses Requerimentos permaneçam como estão.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Abstenção, senhor Presidente..

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Abstenção, Deputado Inaldo. Requerimentos lidos pelo Relator *ad hoc*, pelo Deputado Asdrubal Bentes, aprovados! Nós agora vamos entrar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Eu queria fazer uma sugestão. Esses “azuis”, esses Requerimentos “azuis”, certamente vão provocar polêmica. Nós estamos em processo de votação, Por que nós não os transferimos para a semana que vem?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O azul para a semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos estiverem de acordo--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Transferimos a vontade da Mesa é de fazer um limpa na lista de Requerimentos pela caducidade de vários deles.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): V.Exa. tem que suspender a Reunião, porque logo depois da votação nominal na Câmara nós retomaremos com a Oitiva do José Carlos Batista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero só registrar às V. Excias. Para encerrar esta reunião administrativa, quero dizer que conversei hoje, com o Deputado Osmar Serraglio, Maurício Rands e Eduardo Paes, que fizeram um relato detalhado para CPI, não só dos encontros em Nova Iorque, como também do encontro em Washington. E, ontem. Especificamente através do encontro que tiveram no FINCEN, há um comprometimento nos próximos dias, de encaminhamento das contas que foram objeto dessa viagem dos três Parlamentares. Eles vão fazer um detalhamento maior numa entrevista coletiva, na próxima semana, porque eles estão retornando nos Estados Unidos amanhã. E pelas informações dos três Parlamentares, realmente, essa viagem teve, efetivamente, o resultado esperado. Não só em função da reunião com os Procuradores, que já estão, também, acionando o Judiciário dos Estados Unidos, com a Justiça dos Estados Unidos, como especialmente a reunião com o FINCEN, que a orientação será encaminhar esses dados todos ao COAF, com a determinação de compartilhamento com a CPMI dos Correios. Maiores detalhes serão dados na próxima semana, possivelmente na segunda ou terça-feira, numa entrevista coletiva que os três farão para explicar toda a viagem e todas as tratativas dadas. Mas eu estou já adiantando os resultados, até por solicitação deles. Não confirmei ainda se segunda ou terça. Vai depender da agenda deles, mas possivelmente na terça-feira eles darão uma entrevista coletiva, os três, para falar sobre essas reuniões que fizeram nos Estados Unidos.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, eu gostaria de sugerir que o fizessem aqui, junto à CPI, ao mesmo tempo em que prestariam contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito bem. Podemos fazer com as demais membros da CPMI. Faremos na próxima terça-feira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. Para que a gente possa ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se não... Se a “Sub-relatoria de Vaza-

mentos”, não informar tudo antes e aí “esvaziar” a nossa entrevista coletiva.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ih... Vai tudo vazar antes.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Senhor Presidente, eu estou inscrito há quase meia hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, Deputado Inaldo. Só para concluir, evidentemente, eu já quero alertar os membros da CPMI, que nós devemos tomar, Senador César Borges, determinados cuidados em função dessas tratativas com relação a manipulação dessas informações. Portanto, eu peço inclusive o entendimento dessa CPMI, para que realmente nós tenhamos um procedimento muito mais cuidadoso com relação a essas informações que receberemos. Com a palavra o Deputado Inaldo, depois o Deputado Pannunzio. E encerrando a Senadora Ideli. E aí nós vamos suspender essa reunião e voltaremos por volta de, e retornaremos às 13 horas, com a Sub-relatoria do Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ONYX LORENZONI (PFL-RS): A minha começa em 15 minutos, na sala 19 com o Presidente do SINAL,

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E a Sub-relatoria do Deputado Onyx de Normas de Combate à Corrupção, começa em 15 minutos, na sala 19. Com o senhor David Falcão. Deputado Inaldo, com a palavra.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Obrigado, Senhor Presidente. Esperando que, da próxima vez, a ordem dos inscritos seja obedecida. Eu queria dizer, Senhor Presidente, era Exa..tamente o que disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em relação ao início da Ordem do Dia no Plenário. O que pode ensejar a anulação das votações, sejam elas nominais ou simbólicas. Vai daí a razão do meu voto ser ter sido pela abstenção, não é? Temendo que essa votação possa ser questionada futuramente. Não quis atrapalhar o procedimento adotado pela Mesa, mas estamos correndo esse risco porque o regimento é peremptório, imperativo no sentido de que não poderá haver deliberação de nenhuma Comissão Permanente ou Temporária com a Ordem do Dia no Plenário. Por isso eu votei pela abstenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Feito, Deputado Inaldo. Com a palavra, Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, senhores Congressistas. Eu queria aqui, Senhor Presidente, referendar

o que foi dito inclusive pela Senadora Heloísa Helena e sobretudo o que foi dito pelo Deputado Gustavo Fruet, com relação à aprovação de determinadas convocações, Mas quero especificar aqui, alto e em bom som o Requerimento de número 1693, da Senadora Ana Júlia Carepa, 1694 e o 1698, todos de Parlamentares de Oposição. Quero deixar claro que eu apoio, de Deputados e Senadores de Oposição. apoio esses Requerimentos. Queremos a presença aqui do senhor Dimas Toledo, queremos a esse presença aqui do senhor Duda Mendonça e de quem mais for necessário. Porque uma coisa, Senhor Presidente, que incomoda quem tem vida pública, como todos nós aqui, e pautadas pelo dignidade nos procedimentos, pela honestidade no comportamento, seja público ou seja pessoal, é ter o seu nome envolvido em listas escusas, em listas de baixo nível, como essa que está sendo situada. Então de antemão eu, Senhor Presidente, peço a atenção de V.Exa., de antemão eu quero colocar aqui disponibilizar, independentemente de ordem judiciária todos os meus segredos, sejam fiscais, sejam bancários, sejam telefônicos, o que quer que seja. O que eu não posso admitir à essa altura da minha vida é ter o meu nome conspurcado por ações de mal-feitores, canalhas, que se escondem em *blogs* feitos no exterior. Nós já comprovamos isso, junto ao órgão gestor da *Internet*. E depois usarão essas listas, como aliás não é nenhuma novidade, no período eleitoral, para denegrir os opositores, já que argumentos para denegrir os opositores não têm, para denegrir com a calúnia, com a maldade, com a mentira. Então eu coloco à disposição de V.Exa. todos os meus segredos. Independentemente de qualquer citação judicial. Faço aqui e me coloco à disposição de V.Exa. para formalizar esses segredos à direção da nossa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Pannunzio. E o momento é o momento que nós temos que ter muito equilíbrio, porque é o momento propício, independentemente das cores partidárias, independentemente desse processo como um todo. Muitas coisas andam circulando e, em boa parte das situações, cometendo grandes injustiças com homens públicos, probos que têm uma postura correta. Senadora Ideli Salvatti, para concluir os trabalhos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Senhor Presidente, eu acho que é conclusão mesmo, inclusive à partir da polêmica da questão levantada pelo Deputado Pannunzio. Nós teremos que ter uma reunião administrativa com muito tempo porque, não será uma reunião administrativa simples nem qualquer, essa reunião administrativa, onde eu tenho o entendimento como uma ampla maioria, nós temos que fazer o fechamen-

to, principalmente na questão de sigilos bancários, de convocações mais polêmicas, porque senão nós não teremos condição de cumprir a determinação, que eu acho que é da ampla maioria, de nós encaminharmos o Relatório Final, de podermos ter o tempo adequado para fazer o debate, a votação, toda a sistemática de conclusão do trabalho da CPMI. Por isso que eu volto a reforçar na semana que vem, nós deveríamos ter já definido o dia, não deveríamos ter Oitiva nesse dia, para a gente ter o tempo todo necessário para fazer o debate, as votações, garantir o *quorum*. Então, eu queria propor, um pouco, reforçando a posição do Deputado Abicalil, de que nós pudéssemos sair daqui, para a gente se organizar, com a definição do dia. E que nesse dia da Administrativa, da semana que vem, não tivéssemos Oitiva. Para a gente poder fazer todo o debate. Porque aqui tem o seguinte. Tem o que a gente precisa fazer enquanto CPI. Depois tem os interesses do que cada agrupamento político quer fazer. Não é? E aí tem sempre o aquecimento, a “pimentinha” aqui. A gente viveu aqui, agora há pouco. Se faz um questionamento, já se lança um monte de ilação, “por quê não quer”? Então, tem sempre o entorno de como é que vai ser dada a versão. Então, a questão que nós estamos pedindo é Exa..tamente que nós possamos sair daqui com a Reunião Administrativa marcada sem Oitiva. Aliás, tem uma pessoa que não se restringe. Ele não pode ficar sem falar. Ele não pode ficar sem falar, sem dar palpite, sem interromper e principalmente ser dar condução à CPI. O que ele disputa em termos de Presidência da CPI, Senador Delcídio, é impressionante! Aliás, admiro a sua paciência, é realmente notável, não é? Com as sucessivas tentativas de lhe substituir na Presidência. Mas, então, senhor Presidente, é só isso que queria fazer o apelo, entende? Efetivamente, tem tamanho e idade para chegar lá, então vamos ver. Presidente a gente só gostaria de saber, não é? Quando que nós teremos a Administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli, eu pretendo, eu só preciso conversar com o Relator Deputado Osmar Serraglio, para confirmar a Reunião Administrativa. Mas, em princípio a intenção seria fazer a reunião na quarta-feira. E aí faríamos uma reunião para limpar a pauta. Quarta-feira. Mais eu vou conversar com o Deputado Osmar Serraglio, para que nós façamos uma reunião, para efetivamente encaminhar as votações de todos os Requerimentos em função até do trabalho a ser elaborado, principalmente com vistas à apresentação do Relatório da CPMI dos Correios.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente, Presidente, V.Exa. está marcando para quarta-feira. Eu só queria apenas co-

municar V.Exa. que quarta-feira nós já temos agenda-
do na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, a vinda
do senhor Lúcio Bolonha Funaro e dos proprietários
da CORRETORA SÃO PAULO. Evidente que eu acho
que há como compatibilizar as duas coisas, mas eu
queria registrar isso. Porque eu não posso concordar
com a Senadora Ideli, que a gente tenha que destinar
um dia inteiro, manhã, tarde e noite, apenas para uma
Reunião Administrativa. E a forma de resolver o impas-
se é aprovar a convocação de todo mundo. Quem não
tem medo... Traz todo mundo aqui para ser ouvido e
acabou! Aprovar a convocação de todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado ACM Neto, concluindo os nos-
sos trabalhos, eu vou conversar, até por uma questão
de sistematização dos trabalhos e por uma questão
até atuar muito alinhado com os Sub-relatores, com os
Adjuntos e com o Relator Osmar Serraglio, eu vou con-
versar com eles, para que a gente tome uma decisão
a mais equilibrada possível, a mais sensata possível,
não só para fazer frente a esses Requerimentos, mas
também para dar seqüência ao trabalho da Sub-rela-
torias que também já se encontram em fase final, E,
uma vez encerrada essa nossa Reunião Administrativa,
terminada a Reunião Administrativa, eu vou encerrar,
ao contrário do que falei, 13 horas, como o Deputado
ACM já está aqui presente, nós vamos dar um intervalo
de 5 minutos e aí nós começaremos a Oitava progra-
mada pela Sub-relatoria dos Fundos de Pensão. Está
suspensa a reunião. Aqui por uma questão burocrá-
tica, está encerrada a Reunião Administrativa e está
suspensa a Reunião, para se começar o depoimento
na Sub-relatoria dos Fundos de Pensão.

Sessão encerrada às 12h17

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 60ª Reunião, realizada em 09/02/2006.

Ao nono dia do mês de fevereiro do ano de dois
mil e seis, às dez horas e cinquenta e cinco minutos,
na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presi-
dência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as
presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Ide-
li Salvatti, Heloísa Helena, Sibá Machado, Romeu Tuma,
Luiz Otávio, Gilvam Borges, Ney Suassuna, Sérgio
Guerra, César Borges, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio,

Ana Júlia Carepa, Leomar Quintanilha, Wellington Sal-
gado e Sérgio Zambiasi e dos Deputados Antônio Car-
los Magalhães Neto, Carlos Abicalil, Osmar Serraglio,
Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson
Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Willian, Inaldo
Leitão, Juíza Denise Frossard, Dr. Rosinha, Jamil Mu-
rad, José Eduardo Cardoso, Sílvio Torres, Antônio
Carlos Pannunzio, Medeiros, Ideu Araújo, Nélcio Dias
e Maurício Rands. Reúne-se a COMISSÃO PARLA-
MENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA IN-
VESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE
DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EM-
PRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRA-
FOS. A Presidência esclarece que a pauta da presen-
te reunião destina-se à reunião administrativa com
apreciação de requerimentos e que após essa reunião
teremos na Sub-Relatoria Normas de Combate a Cor-
rupção, a presença do Ministro Adilson Motta que fará
uma exposição. A Senadora Heloísa Helena parabe-
nizou o Presidente da Comissão pelo aniversário on-
tem. O Senador Delcídio Amaral agradece e comunica
que aceitou a proposta do Deputado Osmar Serraglio
sobre a retirada parcial de todos os requerimentos que
estão em azul na tabela, e que os mesmos ficarão sob
análise dos parlamentares até a próxima terça-feira
para que possam analisar se devem ser novamente
inseridos para votação. Com a palavra o Deputado
Antônio Carlos Magalhães Neto que fala do objeto da
votação de hoje que é a votação de requerimentos sob
consenso e que os requerimentos das convocações
de Dimas Toledo e Duda Mendonça devem ser apro-
vados hoje. O Deputado Gustavo Fruet, pela ordem,
fala da inclusão dos requerimentos 1586, 1627, 1639
e 1640 na parte azul da tabela, mas que devem ser
reinscritos na votação. O Presidente afirma que essa
questão será tratada na terça-feira. Com a palavra o
Deputado Antônio Carlos Pannunzio que questiona os
requerimentos que estão em branco. Em seguida, o
Deputado Arnaldo Faria de Sá comunica que tem ses-
são extraordinária na Câmara e no Senado e por isso
não podemos perder tempo com tantas discussões. O
Deputado Jamil Murad questiona o fato de não conse-
guir no STF as informações que precisa sobre as via-
gens internacionais. Com a palavra o Deputado Inaldo
Leitão que solicita preferência na votação do requeri-
mento 1757. Em seguida, o Presidente passa a palavra
ao Deputado Carlos Willian que possui uma questão
de ordem a ser apresentada. Com a palavra o Depu-
tado Carlos Willian fala de requerimentos que foram
apresentados e ainda não foram votados, nos quais
mostram a situação de algumas corretoras que ainda

não vieram depor e que precisam dar explicações a essa CPMI sobre suas apresentações fraudulentas. O mesmo solicita prioridade na votação desse requerimento. Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio, afirmando que dará preferência aos requerimentos solicitados. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto questiona a decisão do Relator. O Presidente fala que esses requerimentos de preferência sempre deram problema nas reuniões e que isso será discutido nos próximos dias na próxima reunião administrativa, por fim pergunta ao Deputado Carlos Willian se ele concorda com a decisão. O Deputado Carlos Willian concorda. O Senador Delcídio Amaral confirma a retirada parcial do requerimento do Deputado Carlo Willian com o consenso do autor. Pela ordem, o Deputado Carlos Abicalil que faz algumas considerações sobre a decisão do Presidente. A Senadora Ideli Salvatti fala das considerações do Deputado Carlos Abicalil sobre a convocação de Duda Mendonça que deverá ser aprovada por unanimidade e ainda da convocação de Nilton Monteiro que deverá depor a essa CPMI o mais breve possível, pois seu requerimento foi aprovado há aproximadamente cinco meses e deverá depor antes do senhor Dimas Toledo. A Senadora diz ainda que os requerimentos 1694 e 1690 que estão em branco deveriam ser votados. Pela ordem, a Senadora Heloísa Helena fala que o PSOL é completamente favorável à convocação de personalidades e sugere que seria interessante fazer uma acareação entre Dimas Toledo, Duda Mendonça e Nilton Monteiro, visando economia processual. Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio, que inicia a relação de requerimentos que serão apreciados em votação simbólica por essa Comissão, são eles: **Requerimentos 646, 680, 1636, 1685** – que solicitam a convocação de Duda Mendonça – e **1708** – que além da convocação de Duda Mendonça solicita ainda a convocação do senhor Armando Correia Ribeiro e da senhora Zilmar Fernandes; E os **requerimentos 1693, 1698 e 1778** que solicitam a convocação de Dimas Toledo e seus sócios. Com a palavra o Presidente que coloca os requerimentos citados em votação. Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade e sem abstenções. O Deputado Alberto Goldman fala da necessidade de se convocar o Ministro Márcio Thomás Bastos para o mais rápido possível prestar esclarecimentos a essa CPMI. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá para uma questão de ordem, na qual solicita que se façam as votações primeiro e depois as demais discussões. O Deputado Maurício Rands fala a respeito da convocação de Duda Mendonça antes do depoimento de Nilton Monteiro, da convocação de Dimas Toledo e ainda que a convocação do Ministro da Jus-

tiça não seria ideal aos trabalhos dessa Comissão, pois atrapalharia o exemplar trabalho da Polícia Federal. O Deputado Eduardo Paes faz considerações sobre a fala do Deputado Alberto Goldman e que mesmo sendo favorável publicamente à convocação de Duda Mendonça está preocupado com a aprovação desses requerimentos. Com a palavra o Deputado Henrique Fontana que faz algumas considerações sobre as discussões ocorridas, solicita que as investigações sejam mais profundas e parabeniza o trabalho da Polícia Federal. O Deputado Antonio Carlos Pannunzio fala a respeito da necessidade de convocar o Ministro da Justiça e que esta convocação pode até ser transformada em convite caso ele aceite prestar os esclarecimentos necessários. Com a palavra o Deputado Agripino Maia que informa que a sessão da Câmara já começou e discute a respeito do convite do Ministro da Justiça. O Senador Arthur Vírgilio diz que não é de interesse do Presidente Lula a resolução da lista de FURNAS, pois se o interessasse o mesmo teria tomado as providências cabíveis. O Presidente fala que todas as ponderações feitas serão analisadas, alerta que devemos ter muito cuidado com a veracidade das informações adquiridas e fala da missão dos três parlamentares que foram aos Estados Unidos e cumpriram com êxito o objeto da missão. Questão de ordem do Senador Ney Suassuna que enfatiza que a votação dos demais requerimentos deve ocorrer logo, pois todos têm outros compromissos nas Casas para cumprir. Com a palavra o Relator que faz algumas considerações. Em seguida, o Presidente concorda que haja votação simbólica dos requerimentos de convocação e quanto aos demais se compromete a votar na semana que vem. Com a palavra o Deputado ACM Neto sugerindo que a próxima reunião administrativa seja na terça pela manhã para serem votados todos os requerimentos da tabela. Com a palavra o Presidente que pergunta se todos concordam com a sugestão da reunião ser remarcada para terça-feira às dez horas da manhã. Todos concordam. A Senadora Heloísa Helena solicita que o requerimento 183 deve ser aprovado, é uma quebra de sigilo. O Deputado Sílvio Torres fez considerações sobre o requerimento 694 que está na cor branca, significando que não será votado. O Presidente passa a palavra ao Deputado Osmar Serraglio. Com a palavra o Relator que cita os demais requerimentos de convocação que serão apreciados hoje, são estes: **Requerimentos 1755, 1770, 1771, 1772 e 1784**. Requerimentos aprovados. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece e às doze horas e quarenta e dois minutos encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que,

lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento de número 3/2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa, a qual coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas. Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a reunião administrativa. Deram-me um rascunho, cadê o meu?! *Ok.* Quero registrar aqui, até o Deputado Onyx está me lembrando que após a reunião administrativa nós teremos a oitiva da Sub-Relatoria de normas de combate à corrupção, onde o convidado de hoje é o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Motta. Depois dessa, o som parece que está baixo aí, eu gostaria que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Verificação de quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É que hoje eu estou um pouco afônico.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, 51 anos a audição começa a falhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): As humildes comemorações de ontem.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Parabéns pelo aniversário, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Austeras comemorações--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Só em homenagem a V.Exa., a D. Maika, muito linda, eu não vou pedir verificação de quorum da Ata. Em homenagem ao seu aniversário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu agradeço a sensibilidade de V.Exa., Senadora Heloísa Helena.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Registre-se que a Senadora Heloísa Helena cada dia sobe mais nas pesquisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Refletindo um trabalho competente parlamentar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Eduardo e Delcídio...

[risos]

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Sobre as pesquisas no Mato Grosso.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): A Senadora está crescendo graças à queda dos tucanos, estão dizendo.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Maurício, ontem eu apoiei um projeto do Maurício Rands, com a Relatoria do Senador Tourinho-

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu quero agradecer, Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Com a Relatoria do nosso querido Walter Pinheiro em solidariedade aos agentes de saúde--

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Ao mérito da causa.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não me faça desistir do que eu fiz.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Não, mas V.Exa. votou pelo mérito da causa, eu agradeço muito e os agentes agradecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero fazer um registro, até porque nós temos uma pauta extensa. Pediria para que nós entremos já nas votações para que a gente procure limpar a pauta. E eu gostaria, Deputado Eduardo Paes, quando falei em limpar a pauta me olhou assim com, assim uma expressão de preocupação.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Porque eu quero votar logo, Presidente, e limpar a pauta não é uma expressão, é uma expressão chula para um parlamentar da sua grandeza e capacidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): [risos] Hoje está todo mundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Hoje, eu acho que essa reunião vai ser muito tranquila pelo que eu estou--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por enquanto, por enquanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pelo que eu estou percebendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para começar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria, primeiro, de fazer um registro o seguinte, nós fizemos uma análise detalhada, isso já

teria sido feito na semana passada e na listagem que está aí apresentada, na lista aí de requerimentos, essa lista que foi distribuída, essa lista colorida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É original, senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A nossa... como?--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa lista é original?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É original de fábrica, essa, essa é original da CPI. Nós estamos, vamos, em função da análise feita, nós vamos sugerir que aquilo que tiver marcado na cor azul é uma proposta do Relator, Deputado Osmar Serraglio, que se retire. Muitos deles por caducidade, muitos deles que ficaram sem sentido em função do adiantado das investigações a despeito de toda a pertinência, de todos os requerimentos que foram apresentados pelos parlamentares. Mas o tempo passou e muitas coisas foram suplantadas ao longo dos trabalhos da CPI. E eu queria só registrar a V.Exa. que quem, se algum parlamentar quiser reinserir requerimentos, então nós temos até a próxima terça-feira o prazo para que isso seja formalizado na CPI. Portanto, nós não estamos anulando nada, nós estamos fazendo uma proposta para análise dos parlamentares da CPMI dos CORREIOS e aqueles que entenderem que determinados requerimentos devam ser votados, então nós retornaremos com esses requerimentos à pauta e o prazo até terça-feira. Eu vou passar a palavra para o Deputado Relator Osmar Serraglio e nós vamos começar as votações.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós vamos começar pelos azuis, Presidente, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, os azuis eu já considero com a minha inserção, com essa minha fala, se alguém quiser comentar ou reinserir requerimentos em azul, o prazo é até terça-feira que vem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Terça-feira. Então nem--

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Só um esclarecimento, senhor Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nem deliberaremos sobre isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, nem deliberaremos. Isso é um assunto já ultrapassado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Consideraremos como ordem do Presidente, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Na reunião de hoje.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC):

Não. Sugestão do Presidente e do Relator, respeitosamente feita e que caberá aos parlamentares reapresentarem ou não se entenderem assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, Senadora Heloísa Helena.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Pela ordem, Presidente. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, eu queria apenas fazer uma observação porque, na semana passada nós acertamos publicamente que não seriam votados os requerimentos objeto do dissenso, apenas aqueles que fossem consensuais. E existiam dois encaminhamentos da minha Sub-Relatoria, um de convocação do senhor Marcelo Sereno e o outro de convocação do senhor Edmar Ferreira, ambos os requerimentos fundamentais para o prosseguimento do trabalho e que não foram objeto de votação e apreciação na semana passada com o compromisso de V.Exa. de nós votarmos no dia de hoje. Eu vejo aqui na lista que esses dois requerimentos estão em branco, não estão em verde. Eu queria apenas dizer que assim como todos os parlamentares aqui presentes, eu tenho a prioridade em votar o senhor Dimas e o senhor Duda. Eu acho que V.Exa. inclusive podia colocar imediatamente em votação o Dimas e o Duda e, logo em seguida, a gente passa para o resto. Agora, eu queria que V.Exa. garantisse o Deputado Osmar também, a votação desses dois requerimentos que são importantes para o trabalho da nossa Sub-Relatoria.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Gustavo Fruet.

DEPUTADO GUSTAVO FRUET (PSDB-PR): Quatro requerimentos já tinham também sido deliberados à semana passada que seriam mantidos, que são o 1586, 1627, 1639 e 1620, e foram reincluídos no azul, já haviam sido excluídos na semana passada. São questões de procedimentos que podem ser encaminhados. Então, a minha preocupação é que se eles forem retirados não será nem pedida à informação já solicitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, mas Deputado Gustavo Fruet, se houve algum equívoco nesse sentido V.Exa. já corrija. Nós vamos ajustar isso. Agora, quero deixar claro o seguinte, está sendo feita uma proposta, aquilo que está

na cor azul, os parlamentares que tiverem ponderações a fazer, ou entenderem que alguns requerimentos--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Requeiram.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Devam retornar, então, até a terça-feira isso é apresentado à CPI e nós tomaremos as devidas providências.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente. Apenas uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Os novos requerimentos que foram oferecidos à comissão em data posterior a última reunião, evidentemente, quase todos eles estão de cor branca. Qual é a posição que V.Exa. está propondo com relação a esses requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós teremos reuniões administrativas próximas, nas próximas semanas também, Deputado Pannunzio e aí nós analisaremos todos esses requerimentos. Até porque a intenção é ir concluindo a votação desses requerimentos porque nós temos uma data entre 15 e 20 de março para apresentar o relatório da CPI.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Uma informação importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto, se nós não, na verdade não houve tempo hábil, Deputado Pannunzio, para que a gente discutisse todos os requerimentos. Mas aqui eu assumo o compromisso da Mesa Diretora da CPMI dos Correios para a próxima semana nós analisarmos também esses requerimentos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senhor Presidente.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Senhor Presidente uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Arnaldo Faria de Sá--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu não perguntar nada não, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Depois Deputado Jamil Murad e Deputado Inaldo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Eu só quero dar uma informação, tem sessão extraordinária na Câmara, daqui a pouco começa a ordem do dia vai atrapalhar a nossa votação. Vamos votar logo!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Uma informação, Presidente.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Eu quero dar uma informação que nós recebemos--
[soa a campainha]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): A resposta aquele requerimento dos vôos do Consórcio vôo, aqueles três jatos do Daniel Dantas que servia a políticos, muito bem. Só que não vieram os nomes dos passageiros, vieram, veio o roteiro de vôos, o prefixo dos três aviões, mas não, não vieram os nomes dos passageiros. Eu acho impossível não ter o nome dos passageiros e o GRUPO OPORTUNITY não deu o nome dos passageiros, eu queria que V.Exa. insistisse. E a segunda questão é, não só os vôos nacionais como internacionais porque tem Ilha Cayman etc., nós queríamos saber se há gente que saia daqui à custa do, da BRASIL TELECOM, sobre os auspícios da BRASIL TELECOM e ia para os paraísos fiscais. A outra questão é um esclarecimento que peço a V.Exa. se V.Exa. tem já informação se aquele documento, aquela resposta que a Ministra Ellen Greice pediu, aquela complementação do nosso requerimento para que ela julgasse a quebra da liminar, a derrubada da liminar que está protegendo o Daniel Dantas, se já foi feito. Eu fico inconformado, Presidente, porque a CPI consegue ir aos Estados Unidos buscar informações e aqui, atravessando a rua tem o Supremo Tribunal Federal e eu não consigo as informações necessárias que interessam para a Nação Brasileira. É o caso do Daniel Dantas. Quem protege Daniel Dantas? Essa é a pergunta que fica para a Nação Brasileira.

[soa a campainha]

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar, vamos votar!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Inaldo e nós vamos votar.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Senhor Presidente, é sobre a votação, eu fiz um requerimento de preferência, que é o de número 1757, para votar preferencialmente o requerimento 1708--

[soa a campainha]

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Que amplia a convocação do senhor Duda Mendonça para mais dois sócios. Eu conversei com a Senadora He-loísa Helena, e ela concorda em fazer a fusão desses requerimentos, e espero que o Deputado Eduardo Paes também concorde e aí nós votamos os três requerimentos em um só. E evitamos votar a preferência, que eu apresentei.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Concorde.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Carlos Willian. Eu vou encerrar as inserções. Nós precisamos votar porque o Deputado Arnaldo Faria de Sá tem razão, daqui a pouco começam as sessões na Câmara e no Senado e nós vamos ficar impossibilitados de votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente.--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senão-- vão dizer que nós estamos procrastinando para não votar.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar logo!

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente.-

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio. Deputado Carlos Willian depois será dado à palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, questão de ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Questão de ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Questão de ordem, artigo 311, senhor Presidente. No início das investigações, senhor Presidente, dos Fundos de Pensões eu apresentei alguns requerimentos que até hoje não foram apreciados. Requerimentos, inclusive, que criou certo mal-estar em alguns órgãos de imprensa e alguns membros dessa CPMI e, como eu estou falando sobre Fundo de Pensões eu já quero isentar S. Exa., o Relator do Fundo de Pensões, que não é o caso. E esses requerimentos, senhor Presidente, mostra nitidamente todas as situações de alguns, de algumas corretoras que não foram convocadas por esta Casa. Inclusive, corretoras de propriedade do diretor da BM&F que está delatando as outras corretoras nessa Casa, através de informações e que ela está, essa é só um exemplo, senhor Presidente, e ela está envolvida em diversos processos na CVM inclusive julgado e condenado. Ela operou para os Fundos de Pensão da PRECE, da PREVI, da FUNCEF e outros. Inclusive, um de seus diretores foi condenado nos Estados Unidos por operações fraudulentas. E aqui no Brasil somente teve a maior multa que a CVM já aplicou em uma corretora, de 7, 5 milhões de reais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, concluindo, por favor, gostaria que a palavra fosse me garantida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Então, senhor Presidente, encontra-se na mesa de V.Exa. um requerimento de prioridade para que nós votemos em primeiro lugar estes requerimentos que estão aí, que são das corretoras, as únicas que ainda não vieram nessa CPMI. E que estão todas elas condenadas pela CVM, mas por estar colaborando esta CPMI elas ainda não foram convocadas. Eu acredito que depois de todos esses fatos já apurados elas não podem deixar de vir. Então, senhor Presidente, se nós deixarmos e postergarmos, nós vamos encerrar essa CPMI e essas corretoras que estão totalmente dentro do plano de investigação dessa CPMI vão ter uma delação premiada e não vão ser convocadas. Portanto, de acordo com o regimento 311, eu gostaria que fosse dado a prioridade de votação desses requerimentos que estão aí. E é a solicitação que eu faço e peço a colaboração dos nobres, nobres pares companheiros dessa CPMI para que depois nós não venhamos ser responsabilizados por não estar apurando todos os fatos possivelmente delituosos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar, vamos votar!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Senhor Presidente, senhoras e senhores parlamentares. Eu queria pedir a permissão do companheiro, Deputado Carlos Willian, que formulou um requerimento de preferência, que diante das circunstâncias momentâneas que nós, CPI, enfrentamos, inclusive junto à opinião pública; que nós imediatamente votemos aquelas duas convocações e daí em seguida nós iremos enfrentar essa idéia da preferência que está sendo formulada. Votaríamos agora os, as convocações do Duda Mendonça e do Dimas Toledo e, na seqüência, nós passaríamos a enfrentar esse aspecto da preferência que V.Exa. nos provoca a que examinemos.

DEPUTADO INALDO LEITÃO (PL-PB): Senador, em relação à fusão dos requerimentos?

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Osmar eu queria uma--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Pois não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Eu queria uma resposta de V.Exa. porque pelo que eu entendi aqui nós não iríamos par-

tir para requerimentos de preferência de votação. Que nós teríamos aqui--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): O acordo--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Nós teríamos aqui a disciplina para seguir o encaminhamento de V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Vamos votar o Dimas.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Deputado Eduardo, espera aí! Eu quero saber o que o Deputado Carlos Willian está propondo exatamente.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Eu quero votar o Dimas e pronto!

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Se ele está propondo o requerimento de preferência logo depois de Dimas e Duda, vai cho-ver requerimento de preferência na mesa.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Nenhum, nenhum, nenhum.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Nós vamos votar o Dimas!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero deixar bem claro a V.Exas. que, conforme prática adotada nas, em todas as reuniões, pelo menos nas últimas reuniões administrativas, nós temos discutido a pauta antecipadamente, evitado a questão das preferências porque esses requerimentos de preferência só trouxeram confusão em todas as reuniões administrativas, apesar de serem regimentais, apesar de serem regimentais, não é?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Fazer apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então eu queria fazer um apelo ao Deputado Carlos Willian.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): É, Carlos, é um apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado, nós semana que vem teremos outra reunião administrativa com o intuito de ir fechando os requerimentos todos. Então, eu pediria a V.Exa. que nós pautássemos essa reunião administrativa, que é uma reunião complexa, uma reunião que nós vamos decidir requerimentos importantes; que nós venhamos a discutir, nesses próximos dias, os requerimentos de V.Exa. para que, na próxima semana, nós votemos dentro dessa prática saudável de se discutir anteriormente, previamente os requerimentos e aqui aprová-los sejam eles de quebra de sigilo. Enfim, de convocação, portanto eu peço a V.Exa., Deputado

Carlos Willian, se nós poderíamos programar para a próxima semana essa votação?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PMDB-MG): Senhor Presidente, atendendo a apelo de V.Exa. e do Relator Osmar Serraglio que muito bem tem conduzido os trabalhos desta CPMI. Eu abro mão para a semana que vem para que nós pudéssemos realmente discutir internamente. E acho que realmente depois dessa lista divulgada onde vários parlamentares constam numa relação possível de ter recebido os recursos do senhor Dimas, eu acho que ela se torna de preferência inclusive para que seja votado esta convocação. Para que, inclusive os deputados que eu já tenho conhecimento antecipadamente, que esta lista é forjada, venha a ser esclarecido aqui nessa CPMI. E responsabilizadas as pessoas que forjaram para que o nome deste Parlamento não possa mais estar nas páginas de jornais dessa forma tão pejorativa. Eu concordo e atendo o pedido de V.Exa. e do nobre Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Deputado Carlos Willian--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, senhor Presidente.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O requerimento está retirado pelo bom entendimento do Deputado Carlos Willian, com a palavra o Deputado Osmar Serraglio--

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Pela ordem, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Está ficando difícil votar hoje. Deputado Abicalil.

DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou contribuir com V.Exa., não tenha dúvida disso, e tenho o entendimento de que esse desfecho da CPMI que V.Exa. já anuncia, de fato trará para nós a convicção de que nós estamos cumprindo rigorosamente com os nossos deveres e com a expectativa depositada sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Senhor Presidente, eu quero dizer que votarei favoravelmente aos requerimentos que estão apontados aqui. No entanto, quero trazer à reflexão da Mesa, em particular, que desde o mês de agosto nós tínhamos aprovado o requerimento de um depoente que inclusive está envolvido com essas listas. Foi acusado de ter fraudado documento que depois a Polícia Federal comprovou que era documento verdadeiro em relação à procuração dada pelo senhor

Cláudio Mourão. Ele apresentou, segundo soube pela imprensa, o desejo de testemunhar aqui diante dessa CPMI e está diretamente envolvido também com a divulgação desta lista, que é o senhor Nilton Monteiro. Quero reiterar que o requerimento foi aprovado no mês de agosto do ano passado e até o presente momento não foi agendada a sua presença aqui. De sorte eu acredito que precederá na ordem de realização das oitivas, aquela matriz que já no passado nós tínhamos notícia que tinha informações relevantes e importantes. Foram colocadas sob suspeita parte das suas informações aqui que depois, retiradas as suspeitas pela Polícia Federal, emprestam validade ao depoimento que ele deve fazer. Eu acredito que precederá, portanto na escala da agenda que nós vamos fazer o depoimento do senhor Nilton Monteiro.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC):

Pela ordem também senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli e Senadora Heloísa e eu vou cortar a palavra daqui para frente porque nós vamos votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai votar nada!

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, além da questão levantada pelo Deputado Abicalil, que é de que ao aprovarmos, eu tenho certeza absoluta que será aprovado por unanimidade à convocação tanto do senhor Duda Mendonça quanto do senhor Dimas Toledo. Mas a convocação pressupõe todos nós termos o entendimento dos encaminhamentos que serão dados. Por isso que é absolutamente correta a questão levantada pelo Deputado Abicalil porque como os assuntos são conexos, têm relação, têm requerimento aprovado há mais de cinco meses, têm inclusive documentação sendo periciada pela Polícia Federal. Então é muito importante que até para que a gente possa, na votação, saber o que vai acontecer, que a gente vote já sabendo: Será feita a oitiva do senhor Nilton Monteiro, primeiro inclusive. Inclusive por antecedência, é cinco meses que estamos aguardando para ouvi-lo. Em segundo lugar, tem vários requerimentos aqui pedindo cópia dos documentos que estão sendo periciados--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

[soa a campainha]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela Polícia Federal que também irão ajudar sobremaneira, irá sobremaneira contribuir--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Irá sobremaneira permitir que nós possamos fazer uma oitiva mais adequada. Então eu quero pedir, senhor Presidente, que além de nós termos, junto com a votação a definição da agenda e para nós a agenda significa Nilton Monteiro antes do senhor Dimas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

[soa a campainha]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que nós possamos acessar aos documentos conforme é pedido no requerimento l694 e l697 que inclusive estão em branco. Não estão para serem votados--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente. Presidente, questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A solicitação da documentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli, concluindo porque nós precisamos votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já conclui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, questão de ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero que na votação nós deliberemos a convocação dentro desta--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deste conjunto de medidas que tem que vir que do meu ponto de vista significa nós termos o plano de investigação.

[soa a campainha]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Como é que nós vamos conduzir aquilo que nós estamos aprovando.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A pauta é competência da Mesa!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por último, eu quero registrar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, questão de ordem. Artigo 82.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero registrar, para encerrar esta discussão--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A não ser que não queiram mesmo investigar só queiram fazer espetáculo.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos lá!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero registrar que a agenda será preparada pelo Relator e pelos adjuntos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É isso aí!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós nunca votamos aqui nenhum requerimento previamente marcando--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O dia do depoimento, portanto isso é atribuição da Mesa. Senadora Heloísa Helena concluiu porque eu vou passar para a votação.

[soa a campainha]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Senhor Presidente, senhores parlamentares, veja, eu estava inclusive na perspectiva de até retirar a minha, o meu pela ordem no sentido de agilizar os trabalhos. Mas, após a fala de alguns parlamentares e toda uma polêmica que está criada nos meios de comunicação sobre a existência de acordos, sobre rescisão de acordo e outras coisas mais para obstaculizar investigações, eu quero deixar claro a minha posição. A posição do PSOL, embora sejamos apenas, de fato aqui na comissão é apenas o meu voto, não tenho dúvida que a Deputada Denise, o Senador Jefferson também têm a mesma posição. Em nossa opinião, na nossa modestíssima e minoria das minorias aqui, não existe nenhum problema para nós em relação em convocar qualquer personalidade para o esclarecimento da lista, nenhuma. Até porque, a lista é uma lista realmente muito polêmica. A lista tem parlamentares vinculados ao governo Fernando Henrique, a lista tem Ministro do governo Lula, senadores da base do Presidente Lula, que estão na lista também. Então é muito importante que nós possamos esclarecer. Para nós não tem problema, Senador Delcídio, Deputado Osmar. Se quiser convocar o senhor Nilton, o senhor Dimas Toledo, o Ministro da Justiça, se quiserem ir fazer uma viagem interplanetária nos anéis de Saturno para descobrir mais uma das dezoito luas já hoje existentes em Saturno para esclarecer, para nós não tem nenhum problema. Até por economia processual se quiser pode fazer no mesmo dia Dimas Toledo, Nilton Monteiro, Ministro da Justiça, acareação, o que quer que seja. Então a nossa posição é no sentido de auxiliar as investigações para identificar se realmente os parlamentares vinculados ao governo Fernando Henrique e o Ministro do governo Lula, os senadores vinculados ao Presidente Lula que estão na lista, eles realmente fizeram alguma coisa. Se não fizeram, possamos nós todos ter os esclarecimentos que são necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Com a palavra, finalmente, definitivamente, o incansável Relator Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Obrigado, meu--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Ele está com uma gravata diferente, olha a gravata dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Gravata vinda de Nova Iorque.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Com certeza não porque todo mundo já viu essa gravata há muito tempo. Não vou mostrar como ela é, para ela própria não se envergonhar e avermelhar mais. Duda Mendonça, senhor Presidente, os seguintes requerimentos prevêem a sua convocação: O 646, 680, 1636, 1685 e chamo a atenção ao plenário que eu estou incluindo nessa sequência o 1708, do Deputado Inaldo Leitão, que também contempla Duda Mendonça mas amplia com mais dois que são sócios, Armando Côrrea Ribeiro e Zilmar Fernandes. Isso não significa que necessariamente nós os ouçamos conjuntamente. Apenas uma medida de precaução já os convocando. Repito, senhor Presidente, em relação ao Duda Mendonça 646, 680, 1636, 1685, 1708 com os demais. E--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lembrar que a Zilmar já esteve aqui, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Exatamente, assim como o Duda. E do Dimas Fabiano Toledo os de números: 1693, 1698 e 1778. Senhor Presidente, são esses os requerimentos que contemplam a convocação dos dois e de mais dois acrescentados de 1708.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os parlamentares que estiverem de acordo com a proposta do Relator permaneçam como estão. Aprovados os requerimentos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E a convocação do senhor Dimas Toledo e--

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E do senhor Duda Mendonça e seus sócios.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Pela ordem, senhor Presidente. Gostaria de requerer a palavra como líder do PSDB, senhor Presidente, dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Goldman.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Senhor Presidente, eu quero cumprimentar a comissão por ter aprovado esse requerimento necessário em função dos esclarecimentos que têm que ser dados em cada uma das questões em que estão envolvidos Dimas e Duda Mendonça. Mas--

[interrupção no áudio]

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Alô, já está dando? Eu quero fazer um apelo aqui à comissão. O apelo é que seja chamado, seja convocado o Ministro Márcio Thomaz Bastos, além de qualquer outro nome, além de qualquer escroque que a gente possa trazer aqui, tenha a necessidade de trazer, além de qualquer diretor sério, imagino que seja, que vá nos trazer informações. Quem tem que falar sobre uma lista onde aparecem mais de cem deputados, senadores, ministros, governadores, prefeitos é o Ministro Márcio Thomaz Bastos. O Ministro tem que dizer aqui, tem que dizer aqui a esse Congresso e à Nação Brasileira se tem alguma veracidade aquele documento que está transitando. Quem são os responsáveis pela sua elaboração? Quem são os responsáveis pela sua divulgação? Quem são os responsáveis pelo seu esquentamento? Nós precisamos saber isso. É inadmissível que todos nós estejamos sujeitos, sujeitos a sermos tratados como somos tratados pela imprensa ou tratados pela opinião pública com a dúvida sobre a nossa integridade. Eu estou inclusive, faço parte disso. Não é admissível isso. É mais importante do que tudo é trazer o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Porque ele é que tem os elementos para a investigação, nós não temos. Ele tem todos os instrumentos para fazer a investigação e tem que fazer, e tem que explicar e tem que dizer. Porque se essa lista é verdadeira, se for verdadeiro todos nós temos que ser afastados aqui dessa Casa, todos. Ou então tem que dizer que não é verdadeira, não existe veracidade na lista. Ela é falsa, eu sei que ela é falsa porque o meu nome está incluído lá, como muitos sabem que era falsa por causa disso. Ele tem que vim dizer isso. Não adianta eu dizer isso, ele é o responsável. Eu não abro mão, o PSDB não abre mão da presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos para falar sobre isso. Absolutamente necessário, senhor Presidente. V.Exa. que decide o momento, o Relator tem que decidir o momento para isso, mas fazemos questão. Pode ser hoje, de preferência hoje, de preferência já, ou então que seja amanhã, que seja no dia seguinte, mas o mais rápido possível, senhor Presidente, para que essa matéria fique esclarecida. Não se trata aqui de uma informação que aquele fez isso ou aquele outro fez isso, é metade da Casa. É a representação do

povo brasileiro aqui. Então, peço esse apelo a V.Exa. e apelo a essa comissão, como líder do PSDB nessa Casa, obrigado, senhor Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Senhor Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Maurício Rands. Depois, só para, Deputado Maurício Rands, Deputado Eduardo Paes, Deputado Henrique Fontana, Deputado Pannunzio, Senador Agripino.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pela ordem, senhor Presidente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Questão de ordem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): É questão sobre o andamento dos trabalhos mesmo. Quem quiser falar vai pedir pela ordem, não pela liderança dos partidos até porque foi estabelecido aqui que isso não seria estabelecido até para eu não fazer também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós estamos adotando exatamente.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Questão de ordem, questão de ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Foi isso que o Presidente acabou de fazer.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Questão de ordem, questão de ordem, questão de ordem, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, Deputado.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Estou esperando V.Exa. me concedê-la. Senhor Presidente, nós temos requerimentos para votar. Eu acho que nós deveríamos votar logo porque se ficar com “pela ordem”, “pela ordem”, “pela ordem”, vai começar a ordem do dia e nós não vamos votar requerimento que tem que ter votação nominal. E já é pré acordado isso. Vamos votar depois dá a palavra, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Senhor Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): E tem quebras de sigilo minha também que são votação nominal.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vamos votar agora!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria ponderar a V.Exas.--

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Vai ser breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A maior brevidade porque senão nós vamos perder a oportunidade de votar--

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E isso é muito importante.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): É importante que o plenário vote, nós vamos votar. Mas há dois pronunciamentos importantes a serem feitos aqui sobre o que foi levantado. Em primeiro lugar, Presidente, nós queremos registrar a nossa preocupação com a racionalidade das investigações. Nós todos, a unanimidade, aprovamos a convocação do senhor Dimas Toledo. Aprovamos a convocação do senhor Duda Mendonça, para que essas convocações sejam feitas dentro de uma linha de racionalidade investigativa, nós queremos realçar a necessidade que o Relator, que os relatores adjuntos e todos os membros da CPI tenhamos claro um plano de investigação. A CPI está caminhando já para as suas conclusões. E ao aprovar a convocação do Dimas Toledo precedida, como esperamos, da oitiva do senhor Nilton Monteiro, isso significa que a CPI está fazendo uma incursão em mais uma linha de investigação. A linha de investigação desse episódio de FURNAS. Então, quero apenas deixar para a reflexão de todos os meus pares a necessidade que nós tenhamos um plano de investigação. Temos alguns requerimentos já na mesa de V.Exa., Presidente Delcídio, e eu cito só como exemplo o 1694 e o 1696 que atende a algumas das preocupações também do líder Alberto Goldman, que nós tenhamos informações da Polícia Federal que está procedendo a investigações sobre este episódio de FURNAS.

[soa a campainha]

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Então eu quero salientar, além da necessidade de termos um plano de investigação sobre FURNAS, nós já podemos aprovar, por exemplo, esses dois requerimentos que solicitam informações à Polícia Federal para que a oitiva do seu Dimas Toledo seja precedida dos documentos e dos depoimentos que já foram coligidos pela Polícia Federal. Além disso, e eu vou concluindo, senhor Presidente, nós temos que ter claro o papel da Polícia Federal nas instituições do Estado brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Maurício Rands.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Vou concluir afirmando que a Polícia Federal tem um trabalho técnico que está em andamento. E eu espero que ela esclareça, e nós todos, o Brasil inteiro quer esse esclarecimento o mais rapidamente possível. E,

portanto, uma convocação do Ministro Márcio Thomaz é se desviar do aspecto técnico que deve ter esta investigação da Polícia Federal e querer politizar uma questão que não deve ser encarada deste modo. Daí porque eu quero me posicionar contrariamente--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É que você não está na lista!

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): A convocação ou a convite do Ministro Márcio e quero acelerar o pedido de informações dessa CPI à Polícia Federal para que as conclusões--

[soa a campainha]

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Ou o andamento dos documentos e dos depoimentos sobre este episódio FURNAS sejam encaminhados o mais rapidamente possível à CPI até para instruir--

[soa a campainha]

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): A oitiva do senhor Dimas. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente se é para fazer discurso todo mundo nós vamos nos inscrever. Então vamos votar! Vamos votar, vamos trabalhar!

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero ponderar--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Só vale discursos de um lado aqui, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero ponderar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Não, não é isso não, o Deputado Jamil.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Questão de ordem para ajudar a mesa.

[soa a campainha]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Jamil, Maurício Rands não mudou de lado não, Jamil. Maurício Rands não mudou de lado não.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Questão de ordem tem preferência sobre pela ordem, artigo 82.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra Deputado Eduardo Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente. Eu agradeço a sua gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Eu agradeço a V.Exa.-

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por favor, com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Senhor Presidente, eu agradeço a sua gentileza de me conceder a palavra nesse momento emocionante dessa CPI.

[risos]

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Con-turbado em que todos falam alto e acho que é muito bom que nós tratemos dessas questões mais recentes em tom sereno e tom baixo. Olha só o que é que nós estamos aqui vivendo nesse momento, surge uma lista que inclui o nome de 160 políticos. Entre eles o que vos fala e é óbvio que passa a ser um desejo enorme dos parlamentares ali citados, daqueles que têm vida pública e estão ali citados, de ter respostas a respeito dessa lista de FURNAS. É óbvio que como também diz a imprensa e aí eu chamo a atenção para a fala sempre sincera da Senadora Heloísa Helena, como diz a imprensa é óbvio que isso é uma alegria, imagina, aqueles que estavam sendo objetos da investigação passam a não ser mais objeto da investigação e nós aqui ficamos discutindo a tal da lista de FURNAS. Portanto, nós temos aqui, senhor Presidente, uma enorme responsabilidade. Quem não quer investigar sempre a melhor coisa é tratar de tudo, juntar todo mundo igual, que tem sido uma estratégia constante. Nesse momento, aliás de alguns aqui, não quero generalizar. Nesse momento, depois de várias tentativas, se consegue de fato desviar um pouco o foco das investigações da CPI para uma lista que, supostamente, foi produzida. Senhor Presidente, eu, como o Deputado Goldman disse, eu tenho convicção de que essa lista ela não procede, ela não é verdadeira, porque meu nome está lá. E meu nome estando lá ela não é verdadeira. Essa é a afirmação que eu posso fazer. Mas é fato, como disse também aqui o Deputado Goldman, que nós não podemos aqui ficar nessa história de não dá para dar laudo, para dizer se é falso ou verdadeira porque não tem original; não dá isso, não dá aquilo. Eu hoje me assustei, eu não ia nem pronunciar hoje porque eu tenho defendido publicamente a convocação do senhor Dimas. Mas eu fiquei muito preocupado hoje, Senadora Heloísa Helena, quando li, no jornal FOLHA DE SÃO PAULO, uma declaração do Superintendente da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda. E eu quero dizer aqui que, até que me prove o contrário devemos respeitar o trabalho técnico da Polícia Federal. Especialmente do seu Superintendente, mas que ele diz que tem que, tem como atestar, não tem como não atestar, e se a cópia pode atestar, não pode atestar. É óbvio que desde que surgiu essa lista eu busco me

informar dizer: Olha, vem cá, dá para ver veracidade em documento por cópia, por não cópia, tem original, não tem original? Então, Presidente, a Polícia Federal, de fato, e aí por que é que é importante o que disse aqui o Deputado Goldman? O Ministro Márcio Thomaz Bastos, e aí eu vou discordar do Deputado Maurício Rands, quando ele diz que é politizar a questão. Ao contrário, se nós achássemos que o Ministro Márcio Thomaz Bastos fosse irresponsável, se nós achássemos que o Ministro Márcio Thomaz Bastos viesse aqui para fazer politicagem nós certamente não gostaríamos da presença dele aqui. Porque o lado político dele é muito claro, ele é um Ministro do governo do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores. Ele não é um eleitor do meu partido. Ele não é um eleitor do PSDB e esse é um direito dele. Mas eu confio que ele, como Ministro, na função de Ministro, no exercício da função de Ministro vai ter a tranquilidade e a serenidade para dar respostas a essas questões. É ele a autoridade, a maior autoridade que tem a capacidade de dizer: Olha, de fato, nas investigações que se procederam. Aliás, cá entre nós, a Polícia Federal, espero que esteja investigando a partir de um documento que ela detenha original, não de cópias, de coisa que ela tem há meses, e que pelo jeito veio à tona agora. Mas o que eu quero dizer, senhor Presidente, e contestando o Deputado Maurício Rands, o Ministro Márcio Thomaz Bastos como homem sério que eu espero que ele seja, tenho essas informações. E como Ministro de Estado da Justiça, ele não é Ministro do governo Lula não, ele é Ministro do Brasil, ele é meu Ministro também. É Ministro da Justiça do governo brasileiro e, portanto, a ele é subordinada a Polícia Federal, esses órgãos de investigação, ele precisa vir nessa CPI com a maior brevidade possível sim para dizer. O senhor Dimas, nós estamos convocando muito mais por uma resposta política, de fato, é óbvio. Se a gente não convoca o Dimas aqui parece, que aliás eu não tive a honra de conhecê-lo ainda, mas parece que a gente está querendo esconder alguma coisa. Então, agora o senhor Dimas nós já sabemos o que ele vai dizer. Ele já emitiu uma nota pública dizendo que não tem lista nenhuma, que nunca assinou lista nenhuma. Ele vai vir aqui e vai dizer isso. Agora também vai ficar essa dúvida: Ah, mas ele já disse que não é. Imagina se ele ia confessar. Então, senhor Presidente, independente das incoerências--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado Paes.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Já estou concluindo, senhor Presidente, eu espero que V.Exa. tenha a compreensão da seriedade desse momento, até porque eu não estou a fim de ficar discutindo

essa questão muito mais tempo não. Porque tem muito mensaleiro para a gente tratar e tem muita roubalheira para a gente discutir nessa aqui ainda. E eu não vou ficar perdendo o meu tempo com negócio de lista falsa não. Isso eu não vou admitir não. Mas eu quero, então, portanto eu espero estar aqui pela última vez tratando dessa questão. Eu acho, senhor Presidente, que é fundamental, na hora que surgir aí o original, algo que seja investigável, de fato existe. Podem ter certeza que eu serei o primeiro, senhor Presidente, interessado na investigação e na resposta. Mas o Ministro Márcio Thomaz Bastos, Deputado Maurício Rands, de fato, e aí repito como Ministro da Justiça do governo brasileiro, o governo do meu país, o Ministro de Estado da Justiça, ele precisa dizer se ele detém essa lista. Se ela é verdadeira, se ela é falsa, se ela for verdadeira tem que ser investigada, porque também eu, sei lá quem é esse Dimas, sei lá se ele assinou lista. Diz que não, mas sei lá. Numa dessas ele assinou. E tem lista por aí. Se aparecer lista, tem que se investigar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Já vou concluir, senhor Presidente, já vou concluir. Todos os deputados citados ali, como disse o Deputado Goldman, tem que ser investigados se houver procedência naquilo ali. Agora o que não dá Deputado Maurício e aí senhoras e senhores parlamentares, senhor Presidente Delcídio e opinião pública. Não dá é para a gente ficar duas, três, quatro, cinco semanas, Senadora Heloísa Helena-

[soa a campainha]

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Nessa dúvida colocando sob suspeitas por acaso todos os deputados que estão na oposição, todos os deputados que fazem investigação aqui do mensalão, disso tudo que a gente já provou, está todo mundo sob suspeita porque, simplesmente, a Polícia Federal fica dizendo: Não, tem lá uma lista--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Eduardo Paes, concluindo, por favor.

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Se é verdade se não é. Nós exigimos, senhor Presidente. Isso não pode ficar demorando muito não.

[soa a campainha]

DEPUTADO EDUARDO PAES (PSDB-RJ): Isso aí, nós vamos ficar discutindo isso aqui, nós vamos seguir a investigação. Uma resposta muito rápida a esse respeito. E não há, desde que as coisas tenham consequência, não há o menor temor aqui de investigações. Era isso, senhor Presidente.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, depois Senador Agripino e Senador Arthur Virgílio, e nós vamos partir para as votações em função do adiantado da hora. Deputado Pannunzio depois será dada a V.Exa. a palavra a posteriori.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): O senhor havia anunciado o meu nome, senhor Presidente, pela ordem, só um minuto.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Eu gostaria--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Pela ordem, senhor Presidente. Pela ordem, o senhor havia anunciado na sequência o meu nome, eu peço a V.Exa., que, aliás em respeito mútuo, mantenha o meu nome na mesma sequência que estava, apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas V.Exa., eu não, eu não --

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Anunciou sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu anunciei? Então foi um ato falho aqui da presidência.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Mas então por favor mantenha na mesma posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então é Deputado Henrique Fontana, Deputado Pannunzio--

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Agripino, Senador Arthur Virgílio.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Presidente, eu quero em primeiro lugar cumprimentar a todos os colegas senadores, todos os deputados, deputadas senadoras e cumprimentar especialmente a V.Exa. e ao Relator da nossa CPMI, Relator Osmar Serraglio pela forma como vem conduzindo os nossos trabalhos. Quero dizer sobre algumas coisas que eu ouvi neste rápido debate; que existe algo no Direito Constitucional do nosso país que é muito importante, que é uma conquista da democracia, é o que se chama a presunção da inocência. Só que a presunção da inocência, ela não pode ter cor partidária. A presunção da inocência tem que ocorrer em todos os instantes. E eu sinto que para alguns a minha interpretação é que usam o critério da presunção da inocência seletivamente. Quando ela serve para si, acham que ela é correta, quando se trata de atacar o partido adversário, não existe presunção de inocência. Então, eu ouvi dizer

aqui que tem que cuidar com os escroques que podem ser ouvidos, não sei a quem se referia, eventualmente. Mas eu digo o seguinte, eu já ouvi, dentro dessa CPI, Toninho da Barcelona, Rocha Mattos, presidiários que em 24 horas algumas vozes da oposição pegaram à fala desses presidiários, julgaram e condenaram o governo que eu faço parte e o partido que eu faço parte. Então eu quero a presunção da inocência sempre. E aí dialogo com o meu amigo Deputado Eduardo Paes. Eu também estou preocupado, faz meses que eu ouço denunciamentos contra o meu partido e contra o meu governo, e eu quero concluir as investigações para saber o que de fato ocorreu e onde tem ilícito tem que punir, e para devolver o atestado de idoneidade para quem está sendo atacado injustamente. Então, pode ficar tranquilo, Deputado Eduardo Paes, o Ministro Márcio Tomás Bastos, ele não precisa esperar que ele seja um homem sério, ele é um homem sério. A história do Ministro Márcio Thomaz Bastos garante esta seriedade, esta honradez, isso não está em discussão aqui entre nós. Ele é Ministro do governo Lula, é Ministro do Estado Brasileiro e é um homem de conduta ilibada. Agora, por favor, o Deputado Goldman não pode intimidar o Ministro a vir na CPI. O Ministro, que é a maior autoridade, que é quem coordena a Polícia Federal, ele, obviamente, poderá falar no momento em que ele tiver dados e fatos para falar e não na hora que o Deputado Goldman quer. Não é o Deputado Goldman que comanda a hora que o Ministro da Justiça vai falar. Porque eu concordo, por exemplo, que o Nilton Monteiro não pode receber a veracidade dessa CPI dizer: Tudo o que o Nilton Monteiro diz é verdade, ou tudo o que o Dimas diz é verdade ou é mentira. Agora, quero aqui também dizer uma coisa, não é o prefeito de São Paulo, José Serra que vai definir se essa lista é uma palhaçada ou não. O que vai definir tem que ser uma investigação séria, criteriosa, republicana e eu insisto-

[soa a campanha]

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS):

Séria, criteriosa, republicana. Eu também tenho críticas a muitas investigações do jeito que tem sido feitas. Eu acho, por exemplo, que a CPI dos Bingos virou a “CPI do fim do mundo”. Eu acho um escândalo o que tem feito lá. A presunção de inocência, por exemplo, a favor de Gilberto Carvalho, faz quatro anos que é negada por algumas vozes que ficam falando o tempo todo. Eu critico publicamente na política a conduta da “CPI do fim do mundo”, mas eu preciso respeitar as regras institucionais. Então, nós queremos uma investigação séria, profunda, criteriosa, sem acusar previamente ninguém. E eu acho que o Estado brasileiro tem instituições para fazer isso.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Por que a PF não fez até agora?

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): A Polícia Federal está trabalhando. Eu acho o seguinte, eu acho que todo mundo pode julgar, mas eu digo o seguinte: A Polícia Federal tem feito coisas muito boas por esse país.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por que não traz o inquérito?

[soa a campanha]

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Eu aplaudo a Polícia Federal. Quando ela investiga--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Quando ela investiga e desmonta uma quadrilha como a dos vampiros, quando ela investiga e desmonta um sistema de remessa e evasão de divisas e bota na cadeia um Toninho da Barcelona, quando ela investiga na Operação Anaconda; um esquema de corrupção que rola há anos vendendo sentença na Justiça e bota na cadeia o ex-Juiz Rocha Mattos, esta é a Polícia Federal do nosso país. Não é do PSDB, nem do PT e nem de ninguém, é do Estado Brasileiro e ela está trabalhando nesta lista como uma instituição de Estado. Se nós achamos também aqui por maioria, como eu vi pela votação que foi feita, que a CPI também deve investigar o esquema FURNAS, bom, tudo bem. Então que a CPI também, além do Ministério Público, além da Polícia Federal, a CPI então também investiga. Agora, eu só digo aqui publicamente, vamos começar ouvindo aquele que fornece as informações sobre a lista, que é o senhor Nilton Monteiro. Vamos continuar com o Dimas e depois vamos avaliar se deve ir para alguma outra circunstância. Agora, digo aqui e defenderei e debaterei publicamente, intimidar o Ministro Márcio Tomás Bastos a vir aqui, isso não é razoável. Isso é um desrespeito inclusive institucional. É evidente que o Ministro-

[soa a campanha]

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): No meu ponto de vista--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, com a palavra o Deputado--

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Não, não, não, Deputado.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, por favor, líder. Eu pediria que V.Exa. conclua porque a sessão está se estendendo e nós temos muitos requerimentos a votar.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS):

Está correto e eu vou contribuir com V.Exa. dizendo só o seguinte, é evidente que o Ministro pode ser convocado pelo Congresso a qualquer momento. Mas é óbvio. Mas só que eu estou chamando o bom-senso desta Casa ele coordena a Polícia Federal. A Polícia Federal está investigando. E, portanto, nós não podemos gerar uma situação para aquele que é o principal comandante da Polícia Federal que o coloque numa circunstância, se ele ainda não tem conclusões, o que é que ele virá fazer aqui? Então nós temos que ter serenidade, tranquilidade, aguardar a investigação. E só encerro com essa frase, Presidente: Talvez seja o momento de reflexão para que todos, em todos os momentos adotemos o chamado princípio, o princípio aqueles da presunção da inocência. E que tenhamos cuidado para não definir como escroque, quando é alguém que pode falar alguma coisa que eu não gosto. E quando fala o que eu gosto eu acho que é o máximo e coloco inclusive presidiários na ponta das investigações, com altíssima credibilidade como eu tenho ouvido às vezes algumas vozes. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, líder Henrique Fontana. Deputado Pannunzio. Eu vou encerrar. Deputado Pannunzio, Senador Agripino, Senador Arthur Virgílio. Eu só gostaria de fazer um registro, agora que foi votado o requerimento. Aliás, antes, só registrar a presença do ex-deputado Vitor Faccioni, aqui presente, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e ex-presidente do Tribunal de Contas. Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Meu Relator não passou as informações corretas aqui para mim. Então, muito bem vindo novamente à Casa, Deputado Caccioni.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Faccioni.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou passar a palavra para o Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, senhoras e senhores congressistas. Eu quero falar aqui da tempestividade das colocações e do requerimento que nós apresentamos aqui de convocação que poderia até ser mudado para convite. Eu não me importo, desde que ele venha do Ministro Tomás Bastos. Quero dizer mais, senhor Presidente, senhores congressistas, qual é a legitimidade que terá qualquer decisão, não apenas desta CPMI, mas deste Parlamento brasileiro quando circulam em todo o país via internet, uma lista acusando mais de 150 parlamentares e integrantes de governo em outros escalões de atos ilícitos. E eu afirmo aqui, com certeza, que essa lista não é, é uma lista fajuta, é

uma lista criminosa feita com propósitos políticos, até porque entre outros nomes ilibados, de profundo respeito e reconhecidos pela Nação, entre outros, está o meu humilde nome. Humilde, mas que não aceito, em qualquer hipótese, qualquer injunção que possa ter uma ligação com o escândalo dessas proporções. O Deputado Fontana fala muito no princípio, na presunção da inocência, que é um princípio constitucional e que, efetivamente, há que ser respeitado nas lides jurídicas, mas nós estamos falando aqui do universo político. E no universo político, a nós políticos não é dado, não é dado esse direito a presunção da inocência. Quando alguma acusação surge, essa acusação tem que ser levada, tem que ser investigada e levada às últimas consequências porque senão, do ponto de vista político, fica a mancha. E esta mancha, os homens e mulheres de bem que constituem este Parlamento não podem, não devem e não terão que carregar. A história recente, senhor Presidente, senhores congressistas, a história recente já mostrou a estratégia. Quero lembrar aqui o dossiê Cayman, quero lembrar aqui as famosas listas que passavam, passavam em toda a internet e depois, por panfletos, distribuídos pelo Partido dos Trabalhadores e pela CUT acusando parlamentares, um número enorme, de terem votado a extinção dos direitos trabalhistas garantidos na Constituição. Coisa que nunca aconteceu. Mas a polícia nunca conseguiu investigar. E quero, para encerrar, senhor Presidente, dizer que eu fui, talvez tenha sido o primeiro a ir a Polícia Federal falar pessoalmente com o Dr. Lacerda pedindo acesso aos autos e pedindo desmentido ou confirmação sobre essas investigações. Pois vou dizer aqui o que ouvi do Dr. Lacerda: “Olha, Deputado, essa lista que circula, ela não tem consistência. Nós estamos fazendo uma investigação sobre FURNAS mas é outra coisa”. Bom, muito bem. Se tiver alguma investigação sendo feita, que seja esclarecido. Para nós, homens públicos, não basta esta resposta. Razão pela qual, depois eu oficieei, inclusive ao chefe de Polícia Federal para que nos explicasse exatamente o que estava sendo investigado. Agora, do jeito que está, como nem mesmo as investigações sobre o mensalão subiram, tiveram conclusão. Como essa lista de FURNAS, que circula há meses não foi sequer levada pela Polícia Federal à Procuradoria Geral da República, já que envolve integrantes de poder, ela teria que ser levada ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria Geral da República e não foi. Então, senhor Presidente, me parece muito legítimo e tempestiva a colocação do líder Goldman no sentido de, seja por convite, seja por convocação, não diminui ninguém, a autoridade de um Ministro de Estado que tem o comando da Polícia Federal para que esclareça. Porque se proceder, se

disser que a lista tem procedência, então 150 parlamentares, ou outro tanto, terão que ser afastados até que se concluam as investigações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Deputado Pannunzio. Com a palavra o Senador Agripino Maia, depois Senador Arthur Virgílio fechando as inscrições porque nós temos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Eu vou me inscrever também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós temos que votar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Eu me inscrevo também, viu Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que votar--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Bom, se é assim--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu já indiquei, já disse anteriormente que, e fechei questão nesse sentido: Senador Agripino, Senador Arthur Virgílio, encerradas as falas. Senador Agripino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, a ordem do dia na Câmara já iniciou, hein!

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Senhor Presidente, senhores e senhoras congressistas. Eu gostaria de deixar muito claro em nome do meu partido, inicialmente uma coisa. Nós votamos o requerimento de convocação do senhor Dimas Toledo e Duda Mendonça pela existência de requerimentos anteriores, mas pela determinação do PFL e do PSDB em trazer para esclarecimento o senhor Dimas Toledo, suposto autor de uma lista que inclui parlamentares e figuras de diversos partidos político que estão hoje ardendo na fogueira da suspeição. Muito bem, o requerimento está aprovado, os requerimentos já estão aprovados e nós estamos aqui, nós líderes do PFL e do PSDB porque quisemos assistir a aprovação desses requerimentos. Nós fizemos questão de vir aqui para assistir a aprovação, na demonstração clara de que não temos contas e nem temos o que esconder. Muito bem. Coloca-se agora, pelas vozes dos representantes do governo, a necessidade de se chamar o senhor Nilton Monteiro que foi o denunciante. O senhor que denunciou a existência de uma lista. Ao que me consta esse senhor tem vários depoimentos, diferentes depoimentos prestados à Polícia Federal. Deseja-se que ele venha antes do senhor Dimas Toledo. Para falar sobre o quê? Sobre uma lista. Uma lista que é um papel que está sendo investigado pela Polícia Federal subordinada ao Ministério da Justiça. Qual é a tarefa da Polícia Federal? Investigar se a, se o papel é legítimo ou não é legítimo. Isso é tarefa do outro mundo? Isso é missão do outro mundo ou é

coisa corriqueira para a Polícia Federal e já poderia haver uma consequência definitiva, uma conclusão definitiva sobre esse fato? Em minha opinião já poderia ver. Querem trazer o senhor Nilton e o senhor Dimas está aprovado. Para dirimir o quê?! A dúvida sobre se a lista é real ou não é real. Quem é que pode dirimir? A Polícia Federal, Deputado Serraglio, é competente para investigar acusação sobre parlamentares? Não. Absolutamente, não. Quem é? É a instância superior. É Justiça e Instância Superior. Qual é o papel da PF? Iminentemente, meramente técnico, dizer se a lista é falsa ou é real. Quem é que pode dirimir essa dúvida, é o senhor Nilton, denunciante, que tem diversos depoimentos na PF? É o Dimas que nega ou é o Ministro da Justiça que é o chefe da PF?

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): O Ministro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): É o Ministro da Justiça, por isso é que pela lógica cartesiana se deseja para dirimir uma dúvida que nós queremos dirimir que venha aqui o Ministro da Justiça. E eu quero declarar à comissão que a executiva do meu partido se reuniu hoje pela manhã, às nove da manhã e decidiu pela convocação do Ministro da Justiça para esclarecimento desses fatos. Nós estamos distribuindo uma nota que eu estou assinando como Presidente em exercício do partido exigindo do Ministro da Justiça, nós repudiamos a lista, exigimos do Ministro da Justiça uma manifestação urgente sobre a lista. E nós queremos dizer que se essa manifestação urgente não acontecer, nós, do PFL, procuraremos o foro próprio onde tenhamos maioria, para trazer o Ministro da Justiça. Para que ele fale definitivamente sobre este assunto para que esta fogueira que deseja queimar em fogo brando pessoas que nós supomos inocentes, deixe de acontecer. Nós queremos, definitivamente, esclarecer fatos de forma pragmática, consequente e responsável. E essa é a posição do Partido da Frente Liberal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Agripino. E por último, último inscrito, Senador Arthur Virgílio. Por último, mas não menos importante.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, Deputado, nós vamos suspender, nós temos trinta requerimentos de quebra de sigilo para votar. Não é possível mais. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senhor Presidente, eu tenho algumas observações bem pontuais a fazer. Uma delas é a convicção absoluta de que esta lista é falsa. Ela é falsa pelos erros já verificados, ela é falsa pelo passado de chantagista de

quem a compôs, ela é falsa pela veiculação politiquêira que interessa a alguns. Ela é falsa por uma razão muito simples, o Presidente Lula não leva essa lista a sério, se levasse teria demitido o Ministro Hélio Costa que consta da lista como beneficiário desse, desse episódio. Então, o Presidente não deu a menor importância à lista, senão ele teria no mínimo ter chamado o Ministro Hélio Costa e isso teria saído na imprensa. Ou seja, o Presidente Lula sabe ou acha que a lista é falsa, ou então compactua com a idéia ter um propineiro, e o Ministro Hélio Costa, não o tenho nessa conta, um propineiro numa pasta tão relevante ou qualquer pasta do Governo Federal. Outro dado, senhor Presidente, é que não dá para se tratar a base de ser ou não ser uma ofensa ao Ministro a sua convocação a este foro. O Ministro deveria tomar a iniciativa, ele se apequena quando não toma a iniciativa. Fico feliz de saber que foram parlamentares da oposição que tomaram a iniciativa de propor a vinda do senhor Dimas Toledo, acabando com esse jogo de gato e rato, de não convoca para cá, não convoca para acolá. Eu quero mesmo, senhor Presidente, propor um acórdão. O acórdão é convocar todo mundo, é responsabilizar todo mundo, é não deixar de fora ninguém que tenha responsabilidade ou culpa provada nesse processo de investigação que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está, está fazendo. Eu digo ainda, senhor Presidente, que-

[soa a campainha]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Em relação ao Ministro eu vejo uma questão de atitude. O silêncio do Ministro. As declarações dúbias do Dr. Paulo Lacerda que diz hoje que a lista, a cópia pode ser prova se for verdadeiro, que ele tem meios de comprovar se é verdadeira ou não, meu prezado Relator Osmar Serraglio, não tenho dúvida que ele tem. Mas que está dúvida, está dúvida. Não é o que eu espero do chefe da Polícia Federal do meu país. E mais ainda, ninguém vai conseguir, diz o Deputado Fontana, com acerto, a Polícia Federal não deve ser do PSDB, não deve ser do PT, não deve ser de ninguém, é a polícia do Estado brasileiro. Ninguém vai transformá-la em polícia política para perseguir adversário porque aqui não somos o Haiti de Baby Doc, ninguém vai transformar a Polícia Federal em Tontons Macoutes, ninguém, ninguém tem força. Este Presidente não tem, o futuro não terá, a democracia brasileira está consolidada. Portanto, senhor Presidente, é muito simples, é se trazer aqui o senhor Dimas para que ele, ele fale. E foi boa essa iniciativa. Eu, pessoalmente, até porque estou aqui falando por terceiros, eu consegui analisar com a serenidade que eu não teria se meu nome estivesse envolvido nessa ratoeira. Mas me disse o Deputado

Eduardo Paes: “Olha, Arthur, eu não posso” – eu disse assim: “Olha, esse assunto não tem importância, Lula não dá importância a isso, senão teria demitido Hélio Costa, ou teria chamado Hélio Costa para se explicar. A imprensa não está levando isso a sério, isso só vai ser amplificado”. Ele disse: “Não, mas meu nome está lá”. E disse o Deputado Pannunzio agora algo que é absolutamente de se esperar de uma pessoa com a personalidade dele. A lista é falsa, diz o Deputado Pannunzio, ela não é falsa só porque tem erros técnicos, ela não é falsa porque tem o chantagista por trás, ela é falsa porque tem o nome do Deputado Pannunzio. Ela é falsa porque tem o nome de uma porção de gente de seriedade comprovada. E quando ele diz isso, ele Pannunzio diz que a lista é falsa porque tem o nome dele, ele está, na verdade, se colocando à disposição e à prova de qualquer investigação que se faça. Agora, que está dúvida, está, senhor Presidente. Está dúvida, está dúvida. Eu vejo muito bem, falou o Deputado Fontana escroques, tem escroques e tem escroques. A questão é saber se o escroque viu o crime ou não viu o crime. Polila não era exatamente um escroque era um prostituto e alega ter visto o general Newton Cruz, assassinar o jornalista Alexandre Von Baumgarten, eu sempre repito isso, isso é um clássico meu. Porque não dava para imaginarmos que a testemunha do crime do Von Baumgarten fosse a Madre Tereza de Calcutá ou D. Hélder Câmara, o que fariam os dois juntos, Madre Tereza de Calcutá e D. Hélder Câmara, lá no cais do porto para presenciar um assassinato? Só teria que ser mesmo um prostituto, ou um drogado ou alguma pessoa ao arrepio da lei, delinqüente que vive marginal à lei. Então valia, então valia sim, ou seja valia sim. O que eu digo é que nós temos que saber se o escroque Rocha Mattos tem o que dizer, se o escroque Barcelona tem o que dizer, e se o escroque Nilton Monteiro tem o que dizer. Esse homem tem um passado de fraudes, eu tenho a impressão que é de bom tom, é ajuizado, quem hoje olha de maneira ajuizada este governo não incorrer em barbaridades como aquela que o PT teve a decência de repudiar, em plena eleição de 2002, que foi aquele dossiê Cayman. Como foi bom para todo mundo, mas como foi bom para o PT ter ele tido, aquele momento, o caráter de recusar o dossiê Cayman. E como foi bom para o Presidente Lula, ter tido ele a coragem de ter dito, quando não era Presidente ainda, que aquilo não era para ser usado porque aquilo era uma fraude. Imagine agora se essa dubiedade é boa para a biografia de alguém? Imagine agora ficar assim: “Vamos ver se a gente consegue desgastar um pouquinho mais essa gente. Vamos ver se a gente consegue misturar”. Não vai misturar coisa alguma, as apurações têm que acontecer e têm que acontecer

nesse acórdão que eu proponho. É ouvir mesmo quem quer que tenha contas a prestar, é se fazer esse que é o único acórdão tolerável pela sociedade brasileira. Portanto, senhor Presidente, eu lhe digo que estou muito feliz com a atitude dos meus companheiros que vieram exigir a vinda do senhor Dimas Toledo aqui. Muito feliz. E quanto ao Ministro Hélio Costa, eu que comecei o governo tendo por ele um apreço enorme, eu gostaria de poder recuperar esse apreço. Estou cobrando, eu falei o quê?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Hélio Costa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Hélio Costa, continuo mantendo apreço por ele, o Ministro Márcio Thomaz Bastos. E gostaria de pedir ao Ministro que ele precisaria ser mais incisivo em relação a isso. O que estamos pedindo dele é isso. Ele disse ao governador Aécio Neves que a lista é falsa. Ele teria que dizer então o que disse ao governador Aécio Neves. Teria que dizer de público aquilo que ele disse em particular, que a lista é falsa. Eu vi a relutância do Relator Osmar Serraglio com a idéia de se convocar o senhor Dimas Toledo. Eu vi a relutância, ele agiu certamente com correção. Agiu com correção. Aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permite-me só um aparte, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, claro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque essa lista, ela efetivamente tem sido tratada com todos os cuidados necessários porque é uma lista de uma gravidade imensa se ela tiver veracidade. Tem um procedimento de investigação em curso. Teve procedimentos já adotados pela Polícia Federal de ir atrás, de ver, entende? De ir ao cartório, de fazer uma série de coisas. Por isso, Senador Arthur Virgílio, na linha que V.Exa. está fazendo, ou seja, de que nós possamos esclarecer isso de uma vez, é muito importante que venha o Dimas, que venha o Nilton. Que nós possamos acessar aos procedimentos que a Polícia Federal já encaminhou, já fez, depoimentos e aferições a respeito de questões contidas na lista. Agora, não dá para aceitar, entende, que a vinda do Ministro aqui seja para que ele diga se a lista é falsa ou não. Porque o Ministro da Justiça, ele não tem esta prerrogativa, ele não é investigador, ele é um Ministro da Justiça. Portanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria, por favor, concluindo porque nós precisamos votar, Senador Arthur Virgílio.--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Queremos investigar e tirar a limpo essa questão.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não. Deputado Alberto Goldman.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP): O Deputado Maurício Rands acabou de me dizer, ele acredita que a lista é fria, ele também acha que a lista é fria. O que nós queremos é apenas isso, não precisa nem a convocação do Ministro, o Ministro que é o chefe da polícia, ele é o chefe superior da polícia, dizer essa lista é fria. Aquilo que o Deputado Maurício Rands me disse agora. Ele sabe, ele tem consciência, ele acha que é isso. Nós queremos que ele diga, que o Ministro diga que é fria. Encerrou, não precisa chamar mais ninguém aqui. Está encerrado o assunto.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu quero dizer a minha opinião, já que o Deputado Alberto Goldman.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se nós começarmos a fazer esse debate amplo.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Eu penso que essa lista não deve ser verdadeira, mas penso--

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senador.

DEPUTADO MAURÍCIO RANDS (PT-PE): Que o fato Dimas Toledo arrecadando recurso não escripturado deve ser verdadeiro. O fato de estar mencionando nomes que não são receptores de recursos, agora acho, pelo tudo que vi falar que o Dimas Toledo arrecadava.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, Senador Arthur Virgílio concluindo, Senador.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E ouvir o Deputado Arnaldo Faria de Sá e eu encerro em dois minutos.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Está comigo a palavra.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Arthur Virgílio a lista diz, dinheiro não contabilizado, a lista é de 2002. A expressão dinheiro não contabilizado foi fundada em 2005 pelo Delúbio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Senador Arthur Virgílio, me conceda um pouquinho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Com muita honra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A preocupação eu tenho V.Exa. já anunciou, nós não podemos aqui estar atribuindo autoria intelectual e política do vazamento de uma fita dessa a qualquer partido político, e eu acho que todos aqui nesta Casa têm uma extrema responsabilidade com as coisas que estão fazendo. V.Exa. relata muito bem no momento daquela oferta que foi feita na campanha para que o PT utilizasse um documento que nós-

[soa a campainha]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): De público, e instantaneamente refutamos aquele papel. E ontem eu vi que V.Exa. apresentou um requerimento pedindo explicações sobre o trabalho que foi feito, a reforma que foi feita dentro do avião presidencial. E eu não tinha o que fazer. Fui atrás das informações, passei até a madrugada atrás das informações, consegui falar com a autoridade que eu considero responsável, que é o Tenente Coronel Waldomiro Fagundes, que eu pretendo fazer a explicação pública do documento que eu recebi. E neste caso, quando vi essa bendita lista que só vim tomar conhecimento agora recentemente, que eu posso assegurar a V.Exa., posso assegurar a V.Exa. que é angustiante--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sibá, eu gostaria--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Senhor Presidente, eu vou chegar lá, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós precisamos votar e o Presidente do Tribunal de Contas da União já se encontra aqui no Senado porque ele vem como convidado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu entendo, Presidente mas é que se trata de um assunto muito sério é por isso que eu acho que era bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Vou chegar lá, Presidente. Eu queria dizer da seguinte maneira, trazer a figura do Ministro de Estado vir aqui falar de uma coisa que todos nós estamos duvidando eu acho isso um pouco imprudente da nossa parte.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Vem espontaneamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Podemos fazer da seguinte maneira, seriamente, eu acho que ele deve estar sabendo de todo esse debate. Posso recomendar, se V.Exa. assim achar importante, que o Presidente da CPMI faça aqui uma carta, um documento colocando a posição desta posição de que se o Ministro achar procuradores então manda um documento para esta comissão e que a gente analise o documento do Ministro. E neste caso acho que se alguém pudesse vir a público desta comissão fazer algum esclarecimento, é o diretor da Polícia Federal,

que ele, na Polícia Federal, neste momento, é que tem a responsabilidade de dizer se este documento tem alguma justificativa técnica. Assim sendo, eu faço essa defesa de que o Ministro faça a resposta por escrito e pessoalmente, se for o caso o diretor de Polícia Federal, é o pedido que eu faço aqui ao líder Arthur Virgílio e José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, concluindo, Senador e líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tenho mais duas requisições de aparte, da Senadora Heloísa e do Deputado Murad.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio, estamos com o Presidente do Tribunal de Contas aguardando.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Senador Arthur Virgílio, sabe o que é, Senador Delcídio. Ninguém aqui é idiota, aqui o mais besta não anda, voa. Todo mundo acabou usando a fala do Senador Arthur Virgílio, como já não poderia mais se inscrever, para fazer aparte. Isso é óbvio. É claro, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a autorização do Senador Arthur Virgílio.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Ele, não, ele nem sabia, não estava aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que de uma maneira democrática abriu para que outros senadores falassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Peço a V.Exa.--

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): De acordo com o regimento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): V.Exa. disse que ele de forma democrática concedeu, então ele de forma democrática está me concedendo também um aparte, e é por isso que eu vou fazer o aparte. Senador Arthur Virgílio, eu tive a oportunidade de antes de dizer aqui, antes de V.Exa. chegar, a posição do PSOL, e sei que é a posição da dra. Denise Frossard, do Senador Jefferson Peres, para nós não existe problema. Não existe problema. A lista é polêmica? É. Muito polêmica a lista. Porque a lista, Senador Efraim, tem Senador e Deputado vinculado ao governo Fernando Henrique, tem Ministro do governo Lula, tem Senador vinculado ao governo Lula. Então, é realmente uma lista polêmica? É. Então para nós trazer Dimas Toledo, trazer Nilton, trazer Ministro da Justiça, não tem nenhum problema. Então que tragam todos, pode fazer acareação não tem nenhum problema que traga. É importante que o povo brasileiro possa saber se aquela lista que tem crimes contra a administração pública, se é vinculado-

[soa a campainha]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Ao Presidente Lula, ou ao Presidente Fernando Henrique que possa realmente ser esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Um aparte também no mesmo critério da Senadora Heloísa Helena.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deputado Murad--

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, o mesmo critério isonomicamente que usou a Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Deputado Zé Eduardo V.Exa. cite o Deputado Sibá, o Deputado Maurício Rands, a Senadora Ideli, por favor, que V.Exa. me ame mais, tudo bem. Agora, por favor, cite a todos os outros porque usaram do artifício para através do aparte ao Senador Arthur Virgílio, já que estava obstaculizada as inscrições.

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Senadora Heloísa Helena, meu amor por V.Exa. é público não preciso confessá-lo. O que eu estou aqui ponderando--

[risos]

DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O aparte irritado do Senador Virgílio que diz que é menor do que o dele. Mas o que eu quero ponderar, rapidamente, sem nenhum subterfúgio é o seguinte, uma fala. E quero falar isso como um Deputado do PT que quer ter a maior isenção nesse momento. Se nós formos falar em crenças subjetivas, eu, sinceramente, acho que existem aspectos dessa lista que realmente não procedem e não são verdadeiros. Um deles foi citado pelo próprio Senador Arthur Virgílio que é o Deputado Pannunzio, pessoa que conheço há anos. Sei que é uma pessoa séria e respeitável, que acho que, sinceramente, Deputado Pannunzio, a simples presença de V.Exa. já me coloca em dúvida essa lista, quero dizer de público, com absoluta tranqüilidade e seriedade. Mas também quero dizer, senhor Presidente, um outro aspecto. Toda vez que essa CPI parte para o campo, para a disputa política partidária, ela vai mal. E nós começamos a desvirtuar circunstâncias e a lógica dos fatos. Objetivamente, vamos falar com sinceridade senhores deputados, srs. senadores. Objetivamente, quem é responsável por um inquérito policial pela lei, pelo Código de Processo Penal é a autoridade policial. O Ministro da Justiça não é chefe de polícia, não tem poderes frente ao inquérito. O que existe é que a Polícia Federal é hierarquicamente subordinada ao Ministro. Então, em tese, poderia haver uma interferência política do Ministro, como poderia haver do Presidente da República, etc. No atual estado em que se encontra, nós não podemos dizer que houve uma interferência, uma omissão, uma ação do Ministro Márcio Thomaz Bastos. É errado dizer isso para a população, é incorreto, a menos que nós queremos transformar isso

numa disputa política, que não é o caso. A sociedade entende essas coisas. Por isso, senhor Presidente, eu quero dizer, com franqueza, que a disputa política que se coloca nesse momento, de chamar o Ministro de Estado ou não, ela é falsa, rigorosamente falsa. O que nós precisamos é saber quem vamos ouvir. Pessoalmente, acho que é indispensável, pouco importa uma análise de caráter, pouco importa uma análise de ficha criminal, pouco importa isso. Da mesma forma que agimos com o Toninho da Barcelona e outros, o denunciante tem que vir aqui para ser argüido, para ser desmascarado ou reconhecido na verdade em que fala. Não pode uma CPI prejudicar o caráter para ver se intima ou não. De outro lado precisamos ter aqui o inquérito. A partir daí, se constataremos que houve desvios, negligência, chamemos o chefe da Polícia Federal. E se constataremos que ele é omissor, chamemos o Ministro. Mas, seguindo esta ordem para que o carro não se coloque adiante dos bois, para que a política não se sobreponha à verdade dos fatos, senhor Presidente. É o apelo que faço com a tentativa de ser o mais isento possível nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrando.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Gostaria de agradecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio, encerrando.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Queira agradecer, Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Senador Arthur Virgílio, queria agradecer. Eu gostaria, nesse instante, como Deputado membro dessa CPMI que trabalha a sete meses em prol da sociedade brasileira, eu queria fazer um apelo e que a sociedade brasileira me ouça nesse instante falo mais para a sociedade mas também para os parlamentares. Eu aprendi política com João Amazonas, com Miguel Arraes--

[soa a campanha]

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Com Brizola, com Teotônio Vilela, com Mário Covas, com Ulysses Guimarães, com Montoro--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senhor Presidente, não é só essa sociedade brasileira que quer ouvi-lo não, nós também queremos.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Nesse instante--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Diante de tão brilhante-- nós não abrimos mão.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Que a luta pelo poder político, a luta pelo poder político não prejudique o anseio do nosso povo de viver melhor e ter um país melhor. Eu tenho visto aqui mudança de laudo de autópsia de acordo com as vontades do momento. Eu tenho visto aqui parlamentar falar que vai surrar o Presidente da República. Quer dizer, não é

isso que o povo brasileiro merece muito mais do que isso senhores parlamentares. Temos que ir de acordo com o nosso compromisso esclarecer os fatos, encaminhar de acordo com o regimento e a luta política nós travarmos fora da... Não extravasar na CPMI fora dos limites da CPMI. A luta política é lá fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Jamil Murad concluindo.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Concluindo. Aqui, Senador Arthur Virgílio, eu gostei da sua opinião. Faço esse apelo. Nós precisamos, V.Exa. é um Senador da República respeitado. Eu ontem, na Tribuna, falei, falei que o Presidente Fernando Henrique instiga a violência e eu gostaria, nesse momento de repor as questões. Vamos investigar sem caluniar. Vamos investigar sem usar a investigação como uma arma mortal para chegar ao poder. Vamos chegar ao poder através das idéias, das propostas e o povo brasileiro decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concluindo, Deputado.

DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB-SP): Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senhor Presidente, um minuto. Um minuto. Apenas para agradecer a V.Exa. pela proverbial gentileza para com esse seu colega e para com a Casa, em geral. Nós sabemos que uma das qualidades que tem sido apreciadas em V.Exa. pela Nação, além da retidão de conduta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é, precisamente, a paciência. V.Exa. a teve em demasia com este seu colega de Senado e de Congresso. Mas dizer que eu entendo, senhor Presidente, e essa é a palavra final, que o Ministro deve uma explicação à Nação. Deve porque o meu pior sentimento não é o sentimento objetivo de a lista ter defeito ou não ter. Eu já me referi ao fato de o Presidente não quer convocar o senhor Hélio Costa para explicar coisa alguma, sinal que o Presidente da República não dá a menor importância dessa lista, até a sabe falsa porque senão estaria sendo ele omissos em relação ao interesse público. Eu poderia argüir que o Deputado Osmar Serraglio, com a consciência com que vem trabalhando na Comissão Parlamentar de Inquérito e sob o aplauso da Nação, esse é um fato. O Relator Osmar Serraglio não via razões técnicas para a convocação do senhor Dimas, mas, no entanto, a indignação, eu ouço o Deputado Abicalil disse que ele já havia tomado essa iniciativa, mas ela foi impulsionada em grande medida também pela indignação dos que se sentem atingidos e injustiçados com essa história de ficarem com o seu nome circulando pela internet. Eu queria, eu queria mesmo acreditar que o Ministro será isento. Queria mesmo acreditar que o Ministro não quer *profite*. Ele não quer aproveitar de uma conjuntura que, porventura, possa

render dissabores a adversários. Eu queria acreditar nisso. Eu entendo que certas questões são de Estado. Certas questões não são de partido. E, que portanto, é justo que cada cidadão colocado injustamente nesta lista ou em qualquer outra, a ele deve assistir o direito da, de manifestar a sua indignação com clareza. A ele deve caber o direito de exigir o esclarecimento até o final sem inconveniências políticas, táticas ou estratégicas mas pura e simplesmente para não deixarem seus nomes enlameados com o senso da injustiça. Portanto eu vim aqui para dar essa contribuição, para prestar a minha solidariedade aos meus companheiros e para reafirmar a minha crença de que eles agiram corretamente e que a minha crença é mesmo de que a lista é falsa. Falsa porque provém de uma fonte falsa. Falsa porque cheia de incoerências técnicas. Falsa porque inclui o nome de pessoas de absoluta seriedade pública. E falsa porque a imprensa, o original, as impropriedades todas, falsa porque a imprensa do país não leva a sério. Falsa porque, em outras palavras, não é por ser falsa que vai deixar de ser examinada por nós aqui. Até porque não dá para ficar zero a zero esse jogo, agora é preciso desmontar isso aí. Seria muito grave se ela não fosse falsa. E, portanto, como eu sei que ela é falsa, eu tenho certeza absoluta que a sua falsidade será muito rapidamente provada para que a calúnia perca o tento e para que a honradez faça a marcação de um belo gol nesta luta para nós termos um país de instituições consolidadas pelo viés da dignidade. Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Eu só gostaria de registrar que as ponderações apresentadas a Mesa também vai discutir com os adjuntos e as Sub-Relatorias. E, portanto, a CPMI assumirá as posições pertinentes em função do quadro apresentado. Eu queria só fazer um registro muito rapidamente. Eu já disse ao Senador Arthur Virgílio isso, acho que nós precisamos ter muita cautela e prudência em função de listas que circulam. Porque daqui a pouco nós vamos dar veracidade a coisas que podem incluir daqui a pouco qualquer parlamentar aqui e de uma hora para a outra virar verdade. Então acho que foi tomada essa decisão, é importante por unanimidade mas não custa nada deixar o alerta. Eu gostaria, eu gostaria também de destacar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não que não possa ser verdadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não que não possa ser verdadeira, mas nós precisamos ter muito cuidado com isso.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria também, quero destacar que foram já feitos e concluídos os entendimentos com o Procurador Kauffman, em Nova Iorque, sobre

o acesso às contas no exterior fruto da missão exitosa dos três parlamentares da CPMI dos CORREIOS aos Estados Unidos na semana passada. Trabalho duro, consistente e com resultados. Quando todo mundo duvidava que se chegasse a alguma coisa essa missão. Nós acordamos com o Procurador Kauffman que somente terão acesso, acesso a esses documentos confidenciais o Relator Osmar Serraglio, os dois adjuntos Deputado Maurício Rands e Deputado Eduardo Paes e o Presidente. Esses documentos não virão para o Congresso, eles estarão à disposição no COAF ou no Ministério Público para que nós tenhamos condição de trabalhar sobre esses documentos. E importante, nós tomaremos providências inclusive de acesso a esses documentos, de monitoramento do acesso para que depois ninguém venha dizer que bastou a CPI entrar no processo que os documentos vazaram. Até porque, existem rumores, rumores que algumas instituições estavam esperando ansiosamente que a CPI tivesse acesso a esses documentos para que efetivamente os mesmos fossem vazados e nós assumíssemos novamente a responsabilidade pelo vazamento.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): A chancela.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso não acontecerá porque nós vamos adotar procedimentos absolutamente transparentes com câmeras para que nós não tenhamos nenhuma dúvida com relação a essas questões. Então isso posto, isso registrado eu passo a palavra ao Deputado Relator, Deputado Osmar Serraglio.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Presidente uma questão de ordem só, Presidente se for possível. Presidente, uma questão de ordem só se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Todos os parlamentares, na quinta-feira como têm menos movimento marcam audiências, têm “n” compromissos. Nós temos a maior dificuldade com a votação, queríamos que fosse mais rápido possível para que nós votássemos e ninguém ter que se ausentar e com isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador. Passo a palavra ao meu Relator predileto, Deputado Osmar Serraglio.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Por ser o único, não é? Senhor Presidente, apenas alguma consideração, ou algumas considerações muito breves em relação à conduta da Mesa. Mas eu diria mais desse Relator quanto a esse assunto que está sendo abordado. Primeiro, nós já tivemos oportunidade, na CPI, inclusive foi objeto de publicação num jornal de grande expressão nacional, uma lista apócrifa de parlamentares que teriam sido beneficiados através do sistema “valerioduto”. Seria a sequência daqueles nomes que nós já investigamos.

Apesar de ter sido publicado num jornal de grande circulação e, repito, de expressão nacional, nós nunca demos validade e nunca investigamos porque nós entendemos que nós estaríamos dando, emprestando prestígio da CPI a um documento que não merecia isso. Por que digo isso? Porque com a sobrevivência dessa nova lista esta Relatoria enfrentou este problema com o mesmo enfoque, para que não houvesse tratamento diferenciado. Qual enfoque? Primeiro que nós nunca recebemos isso de ninguém, apenas circula. E ainda a que circula está com a autoria sendo discutida. E nós percebemos aqui essa dúvida que graça inclusive no próprio plenário. De forma que quando agora nós estamos incluindo na nossa investigação esta matéria eu quero dizer que nós estamos, a partir não de iniciativa desta Relatoria, porque eu entendo inclusive que isso nem é matéria nossa. FURNAS não é matéria dessa, dessa Relatoria. Agora, como o que está sendo feito, primeiro, uma decisão soberana do plenário, segundo, eu percebi que é um instrumento de defesa de alguns partidos de expressão e de, acima de tudo, de parlamentares da maior reputação que não tendo outro instrumento de defesa estão se valendo da CPI dos CORREIOS para que isso se esclareça de vez. Então, apenas para concluir, eu digo que evidentemente nós vamos tomar todas as providências necessárias para que isso se tire a limpo. Mas que isso eu faço a partir de uma decisão soberana do plenário e também provocado, como eu disse, pelo espírito do contraditório que, evidentemente, deve existir diante dessas notícias todas que dão como veraz uma lista que nós não podemos ainda emprestar esse, essa qualificação. Senhor Presidente, os requerimentos que são consensuais, termos de convocação, portanto votação simbólica.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Senhor Presidente, senhor Relator, eu sugiro que a gente vá aos requerimentos da--

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR): Os nominais?.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Quebra de sigilo, por um aspecto muito simples, já começou a ordem do dia na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu, eu gostaria de sugerir a V.Exa., Deputada Juíza Denise Frossard, até por uma questão de tempo, nós estamos com o Ministro Adilson Motta aguardando e eu gostaria de sugerir, se todos concordarem, nós só vamos votar aqueles requerimentos de convocação, que são, é uma votação ágil, uma votação rápida.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E me comprometo, na próxima semana.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É isso aí.

DEPUTADA JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ): De acordo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Faremos uma reunião--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente, há um requerimento de autoria do Relator, Deputado Osmar Serraglio e também de minha autoria que deseja compartilhar as informações obtidas pelo Supremo Tribunal Federal e na posse do senhor Ministro Joaquim Barbosa referente a inquérito do mensalão. Eu considero da maior importância e urgência. Nós não podemos esperar concluir os trabalhos, mas tem que ser votado. É que o Presidente estava propondo votar apenas as convocações e este é sigilo, isso implica votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Álvaro, nós então votaremos nominal esse requerimento de V.Exa. e depois aqueles que são consenso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, senhor Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pela ordem, senhor Presidente.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senador Delcídio, pela ordem. Senador Delcídio--

SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): A mesma coisa--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado ACM Neto.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA): Senhor Presidente, eu, com os meus devidos e públicos protestos vou concordar com V.Exa. até porque na minha Sub-Relatoria nós temos quatro depoimentos no dia de hoje. Agora, só queria fazer uma sugestão, no sentido de que V.Exa. pudesse marcar a reunião administrativa da semana que vem para votar esses requerimentos para terça-feira por dois motivos. Primeiro porque nós vamos ganhar tempo, são dois dias úteis a mais. Segundo porque na terça-feira não tem problema que os nossos trabalhos passem pela tarde, cheguem até a noite e varem a madrugada. Não tem problema. Nós já temos consciência absoluta de todos os requerimentos que têm que ser votados. Então, eu apelo a V.Exa. que marque para terça-feira pela manhã, de preferência, a reunião administrativa. Votaremos definitivamente todos esses requerimentos e vamos ganhar tempo e conseguir concluir os nossos trabalhos até março que eu desejo de toda a CPML.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos os parlamentares tiverem de

acordo na terça-feira faremos a reunião às dez horas da manhã.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeito? Agora eu gostaria. Senadora Heloísa e depois Deputado Osmar. O requerimento do Senador Álvaro Dias, que exige quorum, porque, e depois os demais requerimentos.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, é só--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na terça?

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Os meus requerimentos de quebra de sigilo dos beneficiários iniciais da CPI do mensalão poderão ou não ser colocados em função dos documentos como V.Exa. tinha me dito antes e hoje o Senador Álvaro Dias. Mas o que o apelo que eu faço é que um dos requerimentos de quebra de sigilo que está aqui; inclusive para a votação nominal, e se não puder ser feito hoje que entre na próxima, porque trata da questão das franquias. É um problema muito grave, a gente acabou, em função de tantos outros--

[soa a campainha]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): -- Assuntos não dando a atenção necessária, mas é muito importante essa quebra de sigilo que é o 183, senhor Relator e Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Senadora Heloísa Helena, isso será providenciado pelo Relator Deputado Osmar Serraglio.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Senhor Presidente, senhor Presidente. Eu também tenho uma questão para colocar para V.Exa., para o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Sobre um requerimento que está listado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós estamos perdendo o quorum já.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu gostaria de fazer essa observação. Senhor Presidente, eu queria falar com o Relator sobre o requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia, que é um requerimento 694 que está aqui de cor branca, ou seja, significa que ele não está em deliberação para ser votado. Esse requerimento, eu acho que diante de toda a discussão que foi feita aqui hoje. Diante de toda a discussão que foi feita hoje, ele propõe que se requisite a Polícia Federal a cópia do inquérito sobre a lista, a cópia de todos os documentos que a Polícia Federal têm. Senadora, a senhora pode fazer a gentileza de deixar que eu termine?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deputado Silvio Torres, por favor, concluindo.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu queria pedir a V.Exa., a mesma paciência que V.Exa. teve com mais tenho trinta que usaram a palavra e eu, aqui, disciplinadamente aguardei a minha vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A minha preocupação, Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): A sua preocupação é de todos nós, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É não conseguir votar o requerimento do Senador Álvaro Dias que exige votação nominal.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu não tenho nenhuma culpa por esse atraso na votação, senhor Presidente.

[tumulto]

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu quero fazer esse registro ao nosso Relator entre outros que encaminharei até terça-feira, conforme V.Exa. disse, porque se trata do seguinte, senhor Presidente, quando o Deputado Roberto Jefferson foi depor na Polícia Federal, senhor Presidente.

[tumulto]

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Eu peço que me resguarde dê a palavra, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Quando o Deputado Roberto Jefferson-

[tumulto]

DEPUTADO SILVIO TORRES (PSDB-SP): Foi depor na Polícia Federal e fez menção ao recebimento que ele teria tido de setenta e cinco mil reais como parte integrante da lista que está sob suspeita. Ele foi lá para depor sobre uma outra denúncia de autoria dele de que havia em FURNAS, no atual governo, uma caixinha de três milhões de reais que eram distribuídos um milhão para o PT de Minas Gerais, um milhão para o PT nacional, e outro milhão dividido entre parlamentares. Estranhamente, senhor Presidente, e senhores congressistas, não há nenhuma referência seja por parte da Polícia Federal, seja por parte da imprensa ou seja por parte dessa comissão a essa acusação gravíssima. Então eu quero que o Deputado Osmar Serraglio, ao requisitar a cópia dessas, desses documentos em posse da Polícia Federal, que requirite também sobre estas acusações que o Deputado Roberto Jefferson fez a FOLHA DE SÃO PAULO. Que declarou, quando depôs aqui na CPI, e que até hoje não mereceu nenhum encaminhamento por parte tanto de V.Exa., Deputado Osmar Serraglio, quanto dessa CPI. Eu quero que fique registrado, senhor Presidente, com o agradecimento a enorme paciência que V.Exa. agora mais velho vai tendo a cada vez, possa ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu passo a palavra ao Deputado Osmar

Serraglio. Infelizmente, nós não vamos poder votar, Senador Álvaro Dias, o requerimento de V.Exa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Senhor Presidente, eu quero fazer uma constatação. Eu fico com a impressão que há receio de se votar esse requerimento.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pois é.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): É votação na Câmara, é votação na Câmara.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu imagino que esse inquérito--

[tumulto]

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): -- É muito mais importante do que a lista de FURNAS. Esse inquérito pode esclarecer até a respeito da lista de FURNAS. De repente, quando se falou em votar esse requerimento houve um esvaziamento nessa comissão. Eu não quero colocar ninguém sob suspeição. Não estou colocando ninguém sob suspeição, mas há uma insistência para que se vote esse requerimento há muito tempo. E nós vamos esperar concluir os trabalhos da CPI para que depois o Supremo Tribunal Federal divulgue as informações desse inquérito.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Álvaro Dias.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP): Ordem do dia é na Câmara, votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V.Exa. apresentou o requerimento, a minha intenção era votar esse requerimento agora, até porque há consenso, isso foi discutido com todos os parlamentares, com os parlamentares, com as lideranças, inclusive já estava aqui pintado de amarelo. Mas, de qualquer maneira, na terça-feira esse requerimento será votado e eu quero informar a V.Exa. também, Senador Álvaro Dias, que hoje nós vamos fazer uma visita ao Ministro Joaquim Barbosa, no STF, até para também não só tomar conhecimento--

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Se ele já puder disponibilizar melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Dos trabalhos todos e também dizer a ele que nós vamos aprovar esse requerimento solicitando as informações, o requerimento apresentado por V.Exa. Com a palavra nós só vamos votar aqueles requerimentos de consenso de votação simbólica. A palavra o Deputado Osmar Serraglio. Eu vou encerrar a sessão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): São os verdes, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os verdes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os verdes.

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): O 1755, convocação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só de vagarzinho, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): 1755, Carlos Guerra de Figueiredo; 1770, Paulo Maurício Salles Cardoso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 1755, qual o outro?

SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRA-GLIO (PMDB-PR): 1770, 1771, Waldir Freire Cardoso; 1772, são os verdes, só verificar. Cláudio Roberto Se-

abra de Almeida. Esse aqui já foi. 1784, Ricardo Toshikado Nakatsu (F). São esses, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em votação. Todos os parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovados os requerimentos, reunião administrativa na terça-feira às dez horas da manhã e agora começaremos as Sub-Relatorias. A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção com o Ministro Presidente Adilson Motta. E também a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão. Muito obrigado, a sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 12h43

1 Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

2 Quadrilha ou bando

Art. 288. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena: reclusão, de 1 (um) e 3 (três) anos.

3 Art 1º Constitui crime de sonegação fiscal:

II – inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV – fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

4 Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

5 Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III – falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV – elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

I – fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

6 Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos lícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.